

# ÁFRICA NEGRA

## HISTÓRIA E CIVILIZAÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora  
Dora Leal Rosa  
Vice-Reitor  
Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora  
Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Titulares

Ângelo Szaniecki Perret Serpa  
Caiuby Alves da Costa  
Charbel Ninõ El-Hani  
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti  
José Teixeira Cavalcante Filho  
Alberto Brum Novaes

Suplentes

Cleise Furtado Mendes  
Evelina de Carvalho Sá Hoisel  
Maria Vidal de Negreiros Camargo



Casa das Áfricas

# ÁFRICA NEGRA HISTÓRIA E CIVILIZAÇÕES

Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)

Elikia M'Bokolo

Com a colaboração de  
SOPHIE LE CALLENNEC e de THIerno BAH

Tradução de  
MANUEL RESENDE

Revisão acadêmica da tradução para a edição brasileira

DANIELA MOREAU  
VALDEMIR ZAMPARONI

Assistente: Bruno Pessoti

EDUFBA | Casa das Áfricas | 2011

Título Original: Afrique Noire - Histoire et civilisations - Tome II  
(publicado na coleção: Universités francophones - AUPELF-UREF)  
© HATIER, 2008

Capa e editoração eletrônica  
Lúcia Valeska Sokolowicz

Mapas  
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Projeto gráfico  
Alana Gonçalves de Carvalho

Projeto Editorial Histórias ao Sul  
José Murilo de Carvalho (UFF), Lilia Moritz Schwarcz (USP)  
e Valdemir Zamparoni (UFBA) (coordenador)

Revisão  
Daniela Moreau

Sistema de Bibliotecas - UFBA

M'Bokolo, Elikia.  
África negra : história e civilizações / Elikia M'Bokolo ; com a colaboração de Sophie le  
Callennec e de Thierno Bah ; tradução de Manuel Resende ; revisão acadêmica da tradução para  
a edição brasileira, Daniela Moreau, Valdemir Zamparoni ; assistente : Bruno Pessoti. - Salvador :  
EDUFBA ; São Paulo : Casa das Áfricas, 2011.  
754 p. : il.

Tradução de: Afrique noire : histoire et civilisations.  
Conteúdo: t. 2 - Do século XIX aos nossos dias.  
ISBN 978-85-232-0755-7

1. África, Sub-Saara - História. 2. África, Sub-Saara - Civilização. I. Le Callennec, Sophie.  
II. Bah, Thierno. III. Resende, Manuel. IV. Título.

CDD - 957

Todos os direitos para a edição brasileira reservados ao  
Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO, FECH/UFBA

|                               |                                      |
|-------------------------------|--------------------------------------|
| EDUFBA                        | CASA DAS ÁFRICAS                     |
| Rua Barão de Jeremoabo, s/n   | Rua Jaciporã, 88                     |
| Campus de Ondina, Salvador-BA | São Paulo - SP - Brasil              |
| 40170-115                     | 01256-110                            |
| Tel/fax: (71) 3283-6164       | fone/fax: 55 11 3801-1718            |
| edufba@ufba.br                | casadasafricas@casadasafricas.org.br |
| www.edufba.ufba.br            | www.casadasafricas.org.br            |

A presente edição contou com o apoio da SEPHIS - South-South Exchange  
Programme for Research on the History of Development, Amsterdam

SEPHIS

## SUMÁRIO

13 PREFÁCIO

17 PREFÁCIO DO AUTOR À EDIÇÃO REVISTA

19 ÁFRICA NEGRA - DOCUMENTOS

23 I

### GUERRAS E ESTADOS: A ÁFRICA POLÍTICA NO SÉCULO XIX

25 I. EXPANSÃO, TRADIÇÃO, MODERNIZAÇÃO

26 A. O Reino Asante: guerra e dinâmica da ordem política

1. Os imperativos da expansão: um Estado guerreiro, 27

2. A consolidação do Estado, 29

3. Polarizações políticas e dinâmica da evolução, 33

38 B. O Reino Bamum: a aposta na modernidade

1. Os reis conquistadores, 38

2. Njoya: a era da inovação, 41

3. A abertura ao mundo exterior, 42

45 C. A região dos Grandes Lagos: reorganização do espaço político

1. Originalidade do espaço interlacustre, 46

2. Tipologia das evoluções, 55

63 II. GUERRAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

63 A. O Sudão ocidental e central: as guerras santas muçulmanas

1. Os fatores da jihad, 64

2. Guerra santa, mudança social e inovações políticas, 68

3. A jihad, tema controverso, 76

77 B. O Estado Zulu: o Mfecane

1. A ascensão de Chaka, 77

2. Reforma militar e renovação estratégica, 79

3. Violência e construção, 81

85 C. Samori Touré e a revolução Diúla

1. O homem de Estado e o seu meio, 86

2. O fator militar, 87

3. Ordem e estruturas políticas, 89

93 III. CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO:  
ETIÓPIA E MADAGASCAR

94 A. Fragmentação e fragilidade

1. A fragmentação política, 94

2. Isolamento e abertura, 96
3. Tensões e dinâmicas internas, 99
- 101 B. Guerra e política
  1. As guerras de conquista, 102
  2. A renovação militar, 105
  3. Construção do Estado e restauração monárquica na Etiópia, 107
  4. Construção do Estado e modernização em Madagascar, 110
- 115 C. Cobiças estrangeiras
  1. A Etiópia face ao imperialismo egípcio, 116
  2. O imbróglio anglo-franco-malgaxe, 118

## 121 NOTAS

- 122 LEITURAS COMPLEMENTARES
- 122 Expansão, tradição e modernização
- 122 Guerras e processos identitários
- 123 Reconstrução e modernização

## 125 II

### MUTAÇÕES, EXPANSÕES: ECONOMIAS E SOCIEDADES NO SÉCULO XIX

- 127 I. CONDICIONALISMOS EXTERNOS E TRANSFORMAÇÕES INTERNAS
- 128 A. Abolicionismo, humanitarismo e liberalismo
  1. Somerset e Raynal: o detonador, 129
  2. Impulso idealista e cálculos de interesse, 130
  3. Os Negros e o abolicionismo, 136
- 139 B. Repressão e clandestinidade: o lento desaparecimento do tráfico negreiro
  1. O Reino Unido, polícia das grandes potências, 139
  2. As Américas: uma procura persistente, 142
  3. Antigas e novas formas do tráfico negreiro, 146
- 149 C. A ascensão do comércio lícito
  1. Os atores da mudança, 150
  2. A diversidade dos métodos e das técnicas, 151
  3. Um comércio em plena expansão, 154
- 157 II. A ÁFRICA OCIDENTAL: TRANSIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO
- 158 A. Transição e crise
  1. O recuo dos velhos produtos de comércio, 158
  2. O fracasso das plantações coloniais, 165
- 169 B. A revolução oleaginosa
  1. O azeite de dendê e o óleo palmiste, 171
  2. O amendoim, 187
- 196 C. Produções e trocas comerciais internas
  1. A diversidade dos produtos, 198
  2. Estruturas espaciais e estratégias, 202
  3. Os Estados costeiros e as transações continentais, 213
- 215 III. A ÁFRICA CENTRAL: CRISES E MUTAÇÕES
- 217 A. A zona gabonesa: uma longa crise de reconversão
  1. A persistência de velhas técnicas comerciais, 218

2. Sociedades não igualitárias, 221
3. A difícil ruptura com a era negreira, 221

- 224 B. O eixo do grande comércio congolês
  1. Do Atlântico ao Pool Malebo: uma zona de trânsito, 225
  2. O rio Congo e os povos da água, 229
- 234 C. O espaço luso-africano
  1. A difícil reconversão dos portugueses em Angola, 235
  2. A ascensão da caça e da coleta, 237
  3. Entre o Atlântico e o Índico: integração ou isolacionismo, 241

## 243 NOTAS

## 244 LEITURAS COMPLEMENTARES

- 244 Condicionalismos externos e transformações interiores
- 244 A África Ocidental: transição e reestruturação
- 245 A África Central

## 247 III

### O AVANÇO DAS FRONTEIRAS

- 248 I. O COMÉRCIO TRANSAARIANO E AS SUAS FRONTEIRAS
- 249 A. Do Mediterrâneo ao Sudão: uma geografia da estabilidade
  1. O eixo Marrocos-curva do Níger: uma prosperidade ambígua, 251
  2. O eixo Trípoli-Sudão: uma ascensão contínua, 254
  3. O eixo Cirenaica-Sudão: uma prosperidade tardia, 258
- 260 B. O Egito: a expansão da fronteira arabo-muçulmana
  1. O Egito e o sonho imperial, 260
  2. Colonização de Estado e aventuras privadas, 263
  3. A fronteira imprecisa, 267
- 271 II. ZANZIBAR E A FRONTEIRA SWAHILI
- 271 A. Zanzibar: uma economia expansionista
  1. Escravos e especiarias, 273
  2. Marfim e indianos, 277
- 280 B. Eixos, pólos e etapas
  1. O eixo meridional, 281
  2. O eixo central, 282
  3. O eixo do norte, 285
- 286 C. O império comercial
  1. O controle do império, 286
  2. A política aduaneira, 287
  3. Nas margens do império, 288
- 289 D. Mutações, cooperação e resistência das sociedades continentais
  1. Renovação econômica, 289
  2. Transformações sociais, 291
- 295 III. BANTUS, BOERS E BRITÂNICOS: TURBULÊNCIAS FRONTEIRIÇAS E COLONIZAÇÃO RASTEJANTE
- 295 A. Fronteira e emergência de uma sociedade colonial
  1. Os brancos no Cabo, 295
  2. Os inícios da fronteira, 296



- 298 B Os britânicos e a fronteira colonial  
1. O conflito anglo-boer, 298  
2. O Grande Trek, 300
- 301 C. Os africanos perante a fronteira dos brancos  
1. As guerras cafres, 301  
2. As guerras dos bassutos, 303  
3. As guerras zulus, 304
- 305 D. Os bantus e a rota do norte
- 307 IV. PRELÚDIO DA PARTILHA
- 307 A. Os europeus na África: uma penetração lenta mas regular  
1. Brancos e negros na África Ocidental, 308  
2. A África Central, 312  
3. A África Austral, 313
- 314 B. Os europeus perante a África: um interesse crescente, uma visão cada vez mais negativa  
1. As explorações, 314  
2. Os exploradores, 318  
3. Mudança das imagens da África e dos africanos, 321
- 324 NOTAS
- 325 LEITURAS COMPLEMENTARES
- 325 O comércio transaariano e as suas fronteiras
- 325 A fronteira swahili
- 325 Bantus, Boers e Britânicos
- 326 Prelúdio da partilha

#### 329 IV

### CONQUISTAS EUROPEIAS E RESISTÊNCIAS AFRICANAS ca. 1880 – ca. 1910

- 330 I O CONTEXTO AFRICANO: O MITO DA CRISE
- 332 A. Tradições e renovações políticas  
1. Os velhos Estados, 332  
2. Os Estados tardios, 333
- 336 B. Consensos e conflitos  
1. As clivagens sociais, 336  
2. A gestão do político, 337  
3. As relações com o mundo exterior, 339  
4. O fator religioso, 340
- 341 C. Guerra e paz  
1. A guerra: um recurso privilegiado, 341  
2. Exércitos heterogêneos, 342  
3. O armamento, 345
- 346 II. O IMPERIALISMO COLONIAL
- 348 A. Um debate interminável  
1. O fator econômico, 348  
2. Os fatores não econômicos, 350  
3. Os grupos de pressão, 352

- 353 B. Egito, África Ocidental e Congo: lugares e momentos de aceleração  
1. A ocupação britânica do Egito, 353  
2. Franceses e britânicos na África Ocidental, 354  
3. Brazza e o Congo, 356
- 358 C. A Conferência de Berlim: mito e realidade
- 364 D. Bélgica e Portugal: dois casos atípicos  
1. Leopoldo II e o Estado Independente do Congo, 364  
2. O novo império português, 367
- 369 III. CONQUISTADORES E RESISTENTES
- 370 A. Exércitos coloniais e violências conquistadoras  
1. Exércitos de colonizados, 370  
2. As particularidades nacionais, 372
- 380 B. Problemática da resistência  
1. Características e tipologia, 380  
2. Resistências camponesas, 382  
3. As respostas dos Estados, 387  
4. Etnias e nações: um movimento de concentração, 389  
5. Da cooperação com os europeus à resistência anticolonial, 390
- 392 IV. O PRIMEIRO PERÍODO COLONIAL
- 392 A. Economia de predação  
1. As expropriações fundiárias, 393  
2. As companhias concessionárias, 396  
3. O "tempo das exterminações" na bacia do Congo, 398
- 405 B. Conquistas coloniais, calamidades "naturais" e crises demográficas
- 411 C. Os reajustamentos  
1. A racionalização das economias, 411  
2. O reordenamento das relações sociais, 416
- 421 NOTAS
- 423 LEITURAS COMPLEMENTARES
- 423 O contexto africano, o mito da crise
- 423 O imperialismo colonial
- 423 Conquistadores e resistentes
- 424 A primeira era colonial

#### 427 V

### IDADE DE OURO OU CREPÚSCULO DA COLONIZAÇÃO 1910-1940

- 428 I. 1914-1918: O APELO À ÁFRICA
- 428 A. Soldados e carregadores africanos  
1. Debates em torno dos exércitos negros, 428  
2. A constituição dos exércitos, 430  
3. Persuasão e violência, 432  
4. Balanço financeiro e humano, 434
- 434 B. África, terra de combates  
1. A guerra chega à África, 435  
2. As grandes campanhas, 435

- 437 C. Esforço de guerra e mutações econômicas  
 1. *O esforço de guerra*, 438  
 2. *Marasmo e mutações econômicas*, 438  
 3. *Os setores protegidos*, 440
- 441 D. Mutações sociais e ideológicas  
 1. *Desastres demográficos e mutações sociais*, 441  
 2. *Mutações políticas*, 442  
 3. *O poder dos brancos posto em causa*, 443
- 445 II. CONSENSO POLÍTICO E MECÂNICA ADMINISTRATIVA
- 446 A. O triunfo da ideia colonial  
 1. *Os opositores e os detratores*, 446  
 2. *O colonialismo triunfante*, 447  
 3. *Africanismos e exotismos*, 448
- 452 B. Administração colonial: contradições e coerências  
 1. *Lugard e o Indirect Rule*, 452  
 2. *Sarraut e a associação*, 453  
 3. *A assimilação*, 454  
 4. *Opções políticas e "bricolagens"*, 455
- 458 C. Sociologia da colonização: atores, colaboradores e dominados  
 1. *Os "reis do mato"*, 458  
 2. *Os quadros africanos*, 461  
 3. *O indigenato*, 463
- 466 III. A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA
- 467 A. Exploração e pilhagem: tipologia  
 1. *A economia de predação*, 467  
 2. *A economia de exportação*, 468  
 3. *A economia de plantação*, 473  
 4. *As economias mineiras*, 477
- 480 B. A máquina de guerra econômica  
 1. *Moeda e sistema bancário*, 481  
 2. *Comércio e grandes companhias comerciais*, 481  
 3. *Investimentos e infraestruturas*, 484  
 4. *Os intermediários estrangeiros: o elo indispensável*, 488
- 491 C. A crise dos anos 1930  
 1. *Capitalismo e intervencionismo*, 491  
 2. *A crise agrícola*, 493  
 3. *A crise mineira*, 495
- 496 D. O lugar dos africanos na economia  
 1. *O fim da autossuficiência alimentar?*, 497  
 2. *As modificações sociais no meio agrícola*, 499  
 3. *A expansão das cidades*, 500
- 503 IV. MISSÃO E ESCOLA, INSTRUMENTOS DA COLONIZAÇÃO
- 504 A. O cristianismo dócil  
 1. *Administração e missões: a união sagrada*, 505  
 2. *Anos dourados das missões?*, 507
- 510 B. A escola dos brancos  
 1. *A política educativa*, 511  
 2. *As estruturas do ensino*, 515

## 519 NOTAS

### 520 LEITURAS COMPLEMENTARES

- 520 1914-1918: o apelo a África  
 520 Consenso político e mecânica administrativa  
 520 A exploração econômica  
 521 Missão e escola, instrumentos da colonização

## 523 VI

### OS CAMINHOS DA EMANCIPAÇÃO

- 524 I. 1880-1940: RESISTÊNCIAS ININTERRUPTAS  
 524 A. As resistências populares: permanência e inovações  
 1. *As resistências populares tradicionais*, 525  
 2. *Uma nova via da resistência popular: a religião*, 529
- 541 B. O despertar político  
 1. *O papel das elites*, 542  
 2. *As novas formas da resistência*, 551
- 557 II. 1939-1945: A ACELERAÇÃO
- 558 A. O envolvimento da África na guerra  
 1. *Desafios e conflitos no solo africano*, 558  
 2. *A contribuição econômica*, 563
- 565 B. Crepúsculo do homem branco  
 1. *Imagens, representações, esperanças e decepções*, 565  
 2. *A cólera*, 570  
 3. *De Nova Iorque a Manchester: o regresso do pan-africanismo*, 572
- 574 III. A EMANCIPAÇÃO
- 574 A. Um ambiente novo  
 1. *A influência do afro-asiatismo*, 575  
 2. *A evolução nas metrópoles*, 576  
 3. *As transformações econômicas e sociais*, 584  
 4. *A efervescência dos espíritos*, 588
- 596 B. Os movimentos políticos  
 1. *O movimento sindical*, 596  
 2. *Os partidos políticos*, 601  
 3. *Os métodos de ação política*, 613

## 625 NOTAS

### 626 LEITURAS COMPLEMENTARES

- 626 1880-1940: resistências ininterruptas  
 626 1939-1945: a aceleração  
 627 A emancipação

## 629 VII

### A ÁFRICA INDEPENDENTE

- 630 I. DEPENDÊNCIAS, DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO
- 630 A. A África numa ordem mundial em mutação  
 1. *A unidade africana em questão: a OUA, êxitos e fraquezas*, 631  
 2. *Marginalização da África: mitos e realidades*, 639

|     |                                                                                         |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| 648 | II. CONSTRUÇÕES ESTATAIS E RECOMPOSIÇÕES POLÍTICAS                                      |
| 649 | A. A África dos Estados: mitos e realidades                                             |
|     | 1. <i>Separatismos e secessões</i> , 649                                                |
|     | 2. <i>A estabilidade das fronteiras coloniais</i> , 651                                 |
|     | 3. <i>Cristalização nacional e febres nacionalistas</i> , 653                           |
| 655 | B. Ordem e desordem políticas                                                           |
|     | 1. <i>A experiência do pluralismo político</i> , 655                                    |
|     | 2. <i>A virada autoritária e os "partidos-Estados-nações"</i> , 658                     |
|     | 3. <i>Efervescência social e ímpetus democráticos</i> , 664                             |
|     | 4. <i>Ilusões líricas e normalizações</i> , 673                                         |
| 675 | III. UM RENASCIMENTO AFRICANO?                                                          |
| 676 | A. Florescimento das dinâmicas culturais                                                |
|     | 1. <i>Estados e políticas culturais</i> , 676                                           |
|     | 2. <i>Vanguardas e culturas letradas</i> , 678                                          |
|     | 3. <i>Culturas populares e sociabilidades urbanas</i> , 687                             |
| 697 | B. O recomeço dos processos pan-africanos                                               |
|     | 1. <i>Trabalho de memória e reivindicações sociais</i> , 697                            |
|     | 2. <i>Antigos e novos desafios</i> , 701                                                |
| 704 | C. Novas dinâmicas unitárias                                                            |
|     | 1. <i>Os agrupamentos regionais</i> , 704                                               |
|     | 2. <i>Da OUA à União Africana: a África e os desafios africanos do século XXI</i> , 707 |
| 711 | NOTAS                                                                                   |
| 712 | LEITURAS COMPLEMENTARES                                                                 |
| 712 | Dependências, desenvolvimento e globalização                                            |
| 712 | Construções estatais e recomposições políticas                                          |
| 713 | Um renascimento africano?                                                               |
| 715 | BIBLIOGRAFIA GERAL                                                                      |
| 715 | I. Instrumentos de trabalho                                                             |
|     | A. <i>Atlas e cronologias</i> , 715                                                     |
|     | B. <i>Fontes publicadas</i> , 715                                                       |
| 715 | II. Debates teóricos e metodológicos                                                    |
| 715 | III. Histórias gerais                                                                   |
| 716 | IV. Exemplos de histórias regionais e nacionais                                         |
| 716 | V. Países africanos de língua portuguesa                                                |
| 717 | VI. Atualizações                                                                        |
| 718 | ÍNDICE REMISSIVO                                                                        |

## PREFÁCIO

Este livro é, antes de mais nada, um manual de história africana e dirige-se a um público diversificado de estudantes de História, de Literatura, de Ciências Sociais e Políticas, de Direito e de Economia. A originalidade da sua abordagem deve também atrair a atenção de um público mais vasto, curioso do devir da África e sensível aos problemas fundamentais do mundo contemporâneo.

A noção de "África Negra" remete-nos obviamente para um espaço geográfico. Exclui a África Mediterrânica, mas engloba uma parte do Saara e as ilhas ocidentais do Oceano Índico; contudo, serão feitas repetidas referências à África Mediterrânica, pois, sem ela, consoante às épocas e aos objetos estudados, não se poderá compreender a evolução da África Negra, e reciprocamente. Se é certo que a referência geográfica é clara, o conteúdo propriamente dito da noção de "África Negra" é precisamente um dos objetos deste livro. Com efeito, conforme os períodos considerados, os temas tratados e as perspectivas adotadas, a África Negra emerge, é encarada e encara-se como uma ou múltipla, singular ou fragmentada. Este livro é, pois, uma reflexão histórica sobre os contornos, as dimensões e a substância da africanidade.

Foi por esse motivo que escolhemos, além do modo de exposição explícito, uma abordagem particular do nosso objeto. Esta abordagem implica, em primeiro lugar, proceder a algumas rejeições. Habitualmente, as obras consagradas à África Negra fracionam a matéria histórica em grandes períodos, distinguindo no interior deles grandes conjuntos geográficos, onde se articulam, ou até simplesmente se justapõem, considerações sobre as unidades políticas – "etnias", Estados "tradicionais" e contemporâneos – ou sobre as regiões, correndo o risco de dar a África a imagem de um continente fragmentado cuja singularidade assentaria precisamente na adjunção harmoniosa ou explosiva de particularidades ou particularismos. Além disso, na maioria dessas obras, a matéria é frequentemente concentrada numa narração contínua que, embora apresente a vantagem de lançar luz sobre os fatos bem estabelecidos, arrasta consigo o inconveniente de minorar

as zonas sombrias, os domínios de incerteza, os lugares de interpretação conflitual. Quisemos romper com esses hábitos.

Aqui, a África Negra será sempre considerada globalmente e as necessárias referências aos casos e aos terrenos específicos surgirão, quer a título de exemplos, quer, mais frequentemente ainda, para alimentar tipologias. Os séculos XIX e XX estudados nesta obra são subdivididos em sequências cronológicas longas e a matéria é abordada sintética e tematicamente em torno de certos problemas. Não tratamos os acontecimentos em si mesmos: não que os consideremos como desprezíveis (o número de "marcos cronológicos" apresentados nas encruzilhadas essenciais do nosso caminhar prova o contrário), mas porque quisemos privilegiar as evoluções significativas, as mutações principais, assim como as continuidades inesperadas. Assim, a divisão habitual entre os períodos "pré-colonial", "colonial" e "pós-colonial" perde uma parte da sua pertinência: entre os três períodos, as sobreposições, as interpenetrações, as antecipações, as regressões e as recorrências aparecem em grande quantidade, tanto nos domínios religioso, intelectual e social, como no terreno da economia e das formações políticas, aparentemente mais dominado pelas rupturas. Além disso, a história propriamente política, disciplina central dos estudos africanos, ocupa apenas dois dos sete capítulos que compõem a obra: mas mesmo aí, encontra-se ela fecundada pelos contributos da Antropologia, da Ciência Política e da História Cultural.

Já certamente se compreendeu: trata-se aqui, antes de tudo, de fazer uma história das civilizações africanas que procura combinar as certezas e as questões específicas da História com as das outras Ciências Sociais. O século XIX (capítulos I a IV) é sucessivamente abordado de quatro maneiras diferentes, isto é, a partir de quatro questões que nos parecem ser as mais pertinentes: a do Estado e dos seus vetores militares, económicos, religiosos e mais largamente ideológicos; a do crescimento e dos sistemas económicos na dupla articulação das pressões e dos contributos exteriores e dos impulsos e dos bloqueios internos; a do controle demográfico, material e simbólico do espaço, partindo de uma reflexão apoiada no conceito de "fronteira"; e, por último, a da dominação estrangeira que, atenta às teses segundo as quais a colonização seria um simples episódio ou um parêntese, perscruta a amplitude dessa dominação e a realidade da sua exterioridade. Na verdade, o meio século considerado correntemente como o da colonização é estudado (capítulos V e VI) como no-lo ensinaram os antropólogos e os sociólogos, a partir do "terreno", e apresenta-se como uma conjuntura de desequilíbrio permanente e de confronto incessante que veio a terminar com a reapropriação pelos africanos do seu espaço e do seu devir. O capítulo VII que só procura fornecer uma introdução à inteligência da África atual, foi concebido como um diálogo que esperamos seja fecundo, entre a Sociologia, a Geografia, a Literatura e a História.

O nosso tratamento do passado e das evoluções recentes da África Negra pretende pois ser uma aplicação concreta dos procedimentos, dos recursos e dos instrumentos que caracterizam a forma como hoje se escreve a história.

A tarefa do leitor será sem dúvida facilitada, tornando-se mesmo aprazível, graças à utilização de numerosos documentos, textos de época, insubstituíveis e sempre apresentados no seu contexto histórico; dados estatísticos reorganizados e quadros cronológicos; mapas destinados a localizar os fatos económicos, políticos e culturais, com as incertezas fáceis de imaginar; bibliografia que, longe de procurar ser exaustiva, visa suscitar o interesse e indicar pistas "para ir mais longe"; enfim, naturalmente, um índice remissivo que quisemos tão profuso quanto possível.

*Elikia M'BOKOLO*

## PREFÁCIO DO AUTOR À EDIÇÃO REVISTA

Apresentado numa nova versão revista, o segundo volume desta história da África aparece no exato momento de encerrar a nova leitura que elaborei sobre o devir das sociedades africanas. Uma leitura privilegiando a muito longa duração que as sociedades africanas atravessaram e afrontaram para alcançar o seu estado atual. Uma leitura que abre assim para os numerosos debates fundamentais cuidando do passado, mas também do presente e do futuro.

Não há razão para nos surpreender que, desta duração milenária, os dois últimos séculos ocupem, eles sós, um volume inteiro. Ninguém poderá acreditar que se queira conceder a estes dois séculos tanta importância como às dezenas de séculos ou às dezenas de milênios anteriores. A escolha assim feita é de resto assaz corrente no meio dos especialistas. Mas aqui, depende de considerações particulares. Esta escolha não deriva da crença que estes tempos próximos estariam ao nosso alcance, e por isso melhor conhecidos do que “os séculos obscuros”. Se o seu conhecimento depende dos mesmos problemas técnicos, metodológicos e políticos subjacentes ao conhecimento dos períodos anteriores, estes dois últimos séculos são tão imensos e tão cruciais que o historiador se sente obrigado a entrar nos pormenores da sua complexidade para os elucidar.

Há, em primeiro lugar, a ilusão tenaz da transparência que permite que qualquer um, persuadido de poder ler este período como se se olhasse num espelho, se autorize a emitir juízos definitivos sobre o devir das sociedades africanas com a desenvoltura e as certezas daqueles que julgam saber e que se apressam em decidir e concluir.

Aparecem em seguida os debates recorrentes a respeito da pertinência da própria utilização da palavra “África” para tratar, intelectual e politicamente, de um continente tão imenso, atravessado por dinâmicas tão múltiplas, por historicidades de tal modo localizadas e por temporalidades tão diversamente ritmadas, de encontros com os “outros” tão distanciados no tempo e de reações tão variáveis a estas oportunidades ou a estas agressões vindas do exterior.



Reforçada por colonizações que, longe de exprimirem todos os impulsos profundos do sistema capitalista, refletiriam os movimentos particulares da história das nações e dos Estados europeus, esta pluralidade proclamada deslegitimaria qualquer discurso sobre a "África" no singular. Como é que, nesse caso, em meados do século XIX tal como no fim do século XX, as vozes mais autorizadas, vindas das regiões mais diferentes destas vastas terras, tenham regularmente intervido para defender "o renascimento da África" no singular? É para dar conta destas articulações complexas, entre pluralidade e unidade, que se consagra, também, esta obra.

Enfim tudo concorre hoje para (re)atualizar as questões sobre o passado africano, quer se trate de aí procurar recursos face aos desafios renovados do nosso tempo ou de aí identificar fraturas, "desvios" ou mesmo "erros" e "enganos" que no futuro será necessário evitar, questões que se desenvolvem na própria África, esta África confrontada com a necessária recomposição das suas sociedades, mas também nos países da "diáspora africana". Abafadas durante muito tempo, até um mutismo aparente, pelos efeitos do escravagismo, estas questões são hoje geridas, como se vê nomeadamente na América do Sul e na Europa Ocidental, por movimentos radicais e de emancipação tanto social e política como intelectual e memorial, organizados por pessoas e grupos que se afirmam de "ascendência africana".

Trata-se aqui de história, quer dizer, de uma operação preocupada não só em construir os fatos passados e de os restituir com rigor e clareza, mas também de os ordenar de maneira a tornar inteligíveis os caminhos que, através do tempo, afeioaram e produziram as sociedades africanas até as do nosso tempo. O conhecimento de uma tal história ajudará, com toda a certeza, na África, nas "diásporas" africanas, como alhures no mundo, a evitar e a combater as mitologias destruidoras inventadas pelos narcisismos nacionalistas e racistas.

Só posso por isso regozijar-me ao ver alargar-se, graças à língua portuguesa, o público que poderá ler e discutir os fatos, as maneiras de fazer, e os argumentos apresentados neste livro.

*Elikia M'BOKOLO*

Tradução deste prefácio:

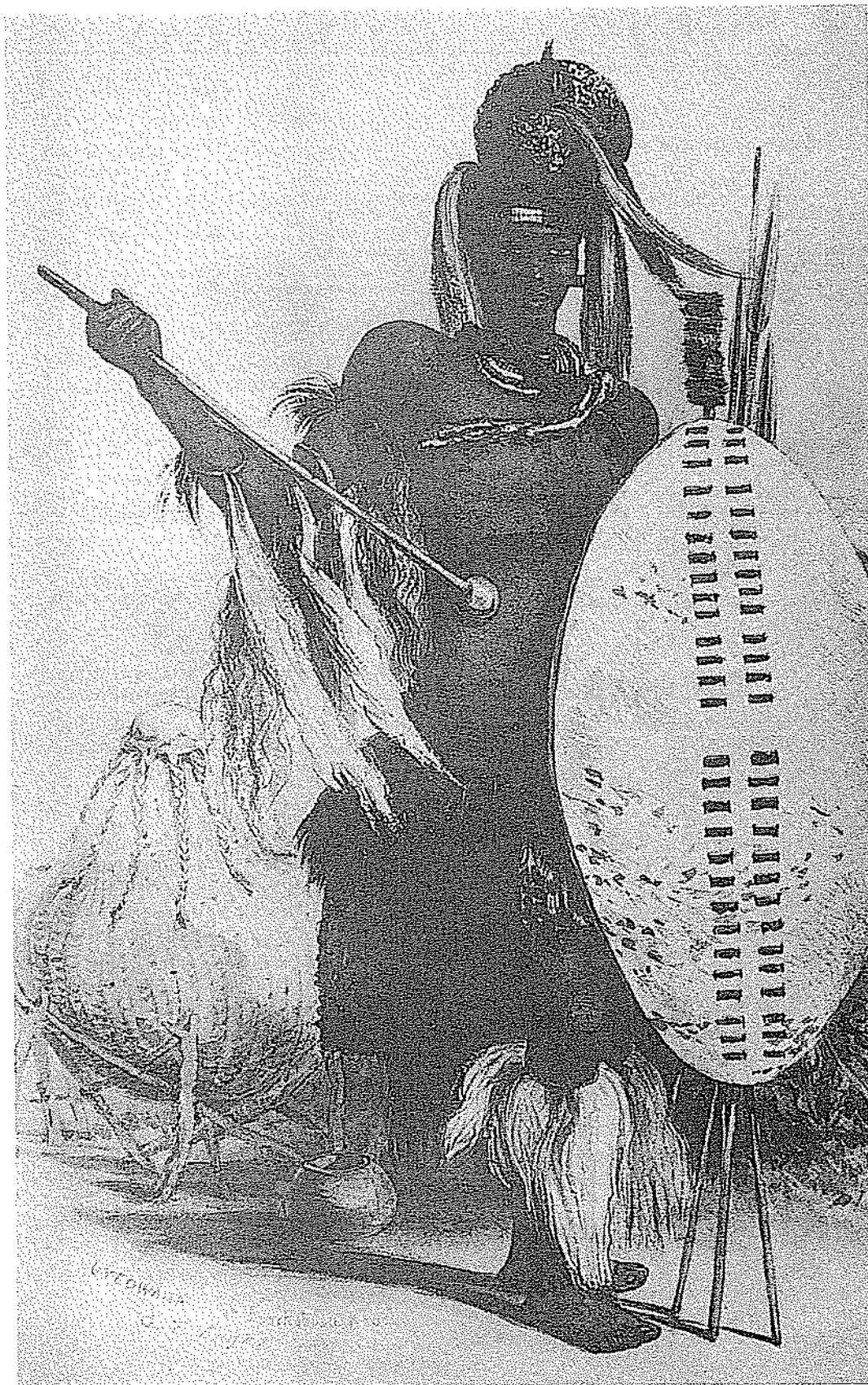
*Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques*

## ÁFRICA NEGRA - DOCUMENTOS

|     |                                                                                                     |     |                                                                                                 |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 24  | Documento 1: A África política por volta de 1800, principais formações estatais                     | 250 | Documento 37: Do Mediterrâneo ao Sudão - o comércio transaariano                                |
| 33  | Documento 2: O Asante, organização do espaço                                                        | 252 | Documento 38: O comércio marítimo de Mogador (em milhares de FF)                                |
| 34  | Documento 3: Reis e casas reais de Asante                                                           | 256 | Documento 39: Comércio e indústria em Kano em meados do século XIX                              |
| 35  | Documento 4: Asante no século XIX, marcos cronológicos                                              | 262 | Documento 40: O Egito e o Sudão Nilótico                                                        |
| 39  | Documento 5: O reino Bamum                                                                          | 272 | Documento 41: Zanzibar, marcos cronológicos                                                     |
| 45  | Documento 6: Os reinos dos Grandes Lagos                                                            | 274 | Documento 42: Exportações de cravo-da-Índia e de coco, de Zanzibar e Pemba                      |
| 48  | Documento 7: Prestações e tributos no reino do Burundi                                              | 275 | Documento 43: Zanzibar e o tráfico negreiro leste-africano                                      |
| 52  | Documento 8: As relações sociais no antigo reino do Burundi                                         | 281 | Documento 44: Exportações da costa leste-africana para Zanzibar em 1848                         |
| 57  | Documento 9: Os reis Bunyoro-Kitara no século XIX                                                   | 283 | Documento 45: O império comercial de Zanzibar                                                   |
| 62  | Documento 10: A organização administrativa e política do Burundi no século XIX                      | 288 | Documento 46: O sistema de tributação de Zanzibar                                               |
| 65  | Documento 11: As guerras santas muçulmanas da África Ocidental                                      | 297 | Documento 47: A fronteira branca na África do Sul                                               |
| 69  | Documento 12: As guerras santas do Sudão ocidental e central, marcos cronológicos                   | 299 | Documento 48: Liberalismo e colonialismo britânicos na África do Sul, marcos cronológicos       |
| 78  | Documento 13: O Estado Zulu - marcos cronológicos                                                   | 302 | Documento 49: As queixas dos xhosas contra os boers em 1819                                     |
| 82  | Documento 14: O Mefcane, povos e Estados                                                            | 308 | Documento 50: Evolução da população africana relativamente à dos outros continentes             |
| 89  | Documento 15: Os Estados de Samori                                                                  | 309 | Documento 51: Feitorias e colônias por volta de 1880                                            |
| 98  | Documento 16: Madagascar no século XIX, a expansão do Reino Merina                                  | 311 | Documento 52: A diáspora "Saro" na costa ocidental da África                                    |
| 103 | Documento 17: Geografia política da Etiópia no século XIX                                           | 315 | Documento 53: A África tal como os europeus a conheciam                                         |
| 127 | Documento 18: A abolição do tráfico atlântico, marcos cronológicos                                  | 319 | Documento 54: Mapa ilustrativo dos eixos de exploração                                          |
| 142 | Documento 19: O tráfico de escravos através do Atlântico no século XIX                              | 331 | Documento 55: A África política por volta de 1880                                               |
| 145 | Documento 20: A causas da escravatura na África central                                             | 346 | Documento 56: Os sonhos africanos da Europa 1880-1884                                           |
| 149 | Documento 21: O tráfico negreiro para as Américas no século XIX                                     | 358 | Documento 57: A partilha da África Oriental, marcos cronológicos                                |
| 152 | Documento 22: O sistema dos fardos                                                                  | 362 | Documento 58: A África política em 1900                                                         |
| 170 | Documento 23: Da goma ao amendoim, o advento da economia de exportação no Senegal                   | 372 | Documento 59: Princípios a observar na formação dos exércitos coloniais                         |
| 174 | Documento 24: Os "rios de azeite"                                                                   | 379 | Documento 60: A formação da Força Pública no EIC e no Congo Belga, de 1883 a 1914               |
| 181 | Documento 25: O reino do Daomé, do tráfico de escravos ao comércio lícito. Referências cronológicas | 383 | Documento 61: As resistências africanas à conquista colonial, cronologia seletiva               |
| 190 | Documento 26: As zonas agrícolas da África Ocidental                                                | 386 | Documento 62: O tráfico de armas na média e baixa Costa do Marfim, antes da "pacificação"       |
| 197 | Documento 27: Vias comerciais na África do Oeste                                                    | 386 | a - Importações declaradas de armas de fogo e de pólvora                                        |
| 199 | Documento 28: O comércio de tecidos na África Ocidental                                             | 386 | b - Balanço das espingardas existentes no último recenseamento                                  |
| 202 | Documento 29: O comércio da cola entre os betés de Daloa                                            | 395 | Documento 63: A população sul-africana, classificação segundo as categorias oficiais de "raças" |
| 203 | Documento 30: O problema dos transportes                                                            | 397 | Documento 64: A carta da Deutsche Ost Afrika Gesellschaft                                       |
| 217 | Documento 31: Zonas económicas e espaços comerciais na África Central por volta de 1870             | 398 | Documento 65: O despovoamento do Estado independente do Congo                                   |
| 218 | Documento 32: Sistema de etapas e lucros - o comércio da borracha entre Fernão Vaz e o médio Ogooué | 406 | Documento 66: As grandes catástrofes naturais, marcos cronológicos                              |
| 225 | Documento 33: O grande comércio congolês                                                            | 412 | Documento 67: As ferrovias francesas na África e o seu financiamento                            |
| 235 | Documento 34: A rede luso-africana                                                                  |     |                                                                                                 |
| 240 | Documento 35: As transações entre os lulus em 1884, equivalência entre moedas                       |     |                                                                                                 |
| 248 | Documento 36: O avanço das fronteiras                                                               |     |                                                                                                 |

- 412 Documento 68: Os capitais franceses na África negra francesa em 1914
- 416 Documento 69: A estranheza do homem branco entre os negros
- 436 Documento 70: A África na Primeira Guerra Mundial
- 444 Documento 71: A África política em 1930
- 450 Documento 72: Olhares dos brancos sobre os negros
- 457 Documento 73: A organização administrativa das colônias da África
- 466 Documento 74: A economia colonial nos anos 1930
- 472 Documento 75: Definição e crítica da economia de exportação
- 476 Documento 76: Medidas tomadas para a criação de uma mão-de-obra no Quênia, marcos cronológicos
- 480 Documento 77: O império da Société Générale de Belgique
- 485 Documento 78: Os principais eixos de comunicação da África colonial
- 489 Documento 79: A economia colonial através de alguns números
- 503 Documento 80: Origem geográfica dos trabalhadores negros empregados pela Câmara das Minas na África do Sul
- 507 Documento 81: Organização das tarefas no seio de uma missão
- 511 Documento 82: A criação do sistema de ensino público na AQF, marcos cronológicos
- 516 Documento 83: A estrutura do ensino público na AQF entre as duas guerras
- 526 Documento 84: Resistências e revoltas contra a colonização na África negra (1900-1940)
- 534 Documento 85: Religiões e resistência, marcos cronológicos
- 537 Documento 86: Tipologia dos movimentos religiosos na África
- 542 Documento 87: Emergências das elites africanas, marcos cronológicos
- 554 Documento 88: Representatividade do Comitê Executivo do SANNC (1912)
- 556 Documento 89: Primeiros movimentos operários e urbanos, marcos cronológicos
- 561 Documento 90: A Segunda Guerra Mundial na África Negra, marcos cronológicos
- 562 Documento 91: A África na Segunda Guerra Mundial
- 577 Documento 92: A marcha para a independência, marcos cronológicos
- 599 Documento 93: Autonomia e unidade sindical na África, marcos cronológicos
- 624 Documento 94: As independências na África, modalidades
- 642 Documento 95: Repartição geográfica do comércio externo dos países africanos (em %, em 1983)
- 644 Documento 96: O fracasso do desenvolvimento analisado por Julius Nyerere
- 646 Documento 97: A dependência econômica dos países africanos: lugar dos produtos de base - em % das exportações (1993)
- 665 Documento 98: Dos partidos únicos ao multipartidarismo, marcos cronológicos
- 670 Documento 99: Canção popular e crítica social na Tanzânia
- 680 Documento 100: Língua, literatura e emancipação
- 698 Documento 101: "Nakomitunaka" (Pergunto muitas vezes)
- 700 Documento 102: "Afriki" (África) segundo Alpha Blondy
- 702 Documento 103: Os principais conflitos armados dos anos 1960 a 1990
- 709 Documento 104: O renascimento africano segundo Thabo Mbeki





Chefe Zulu em trajes de guerra

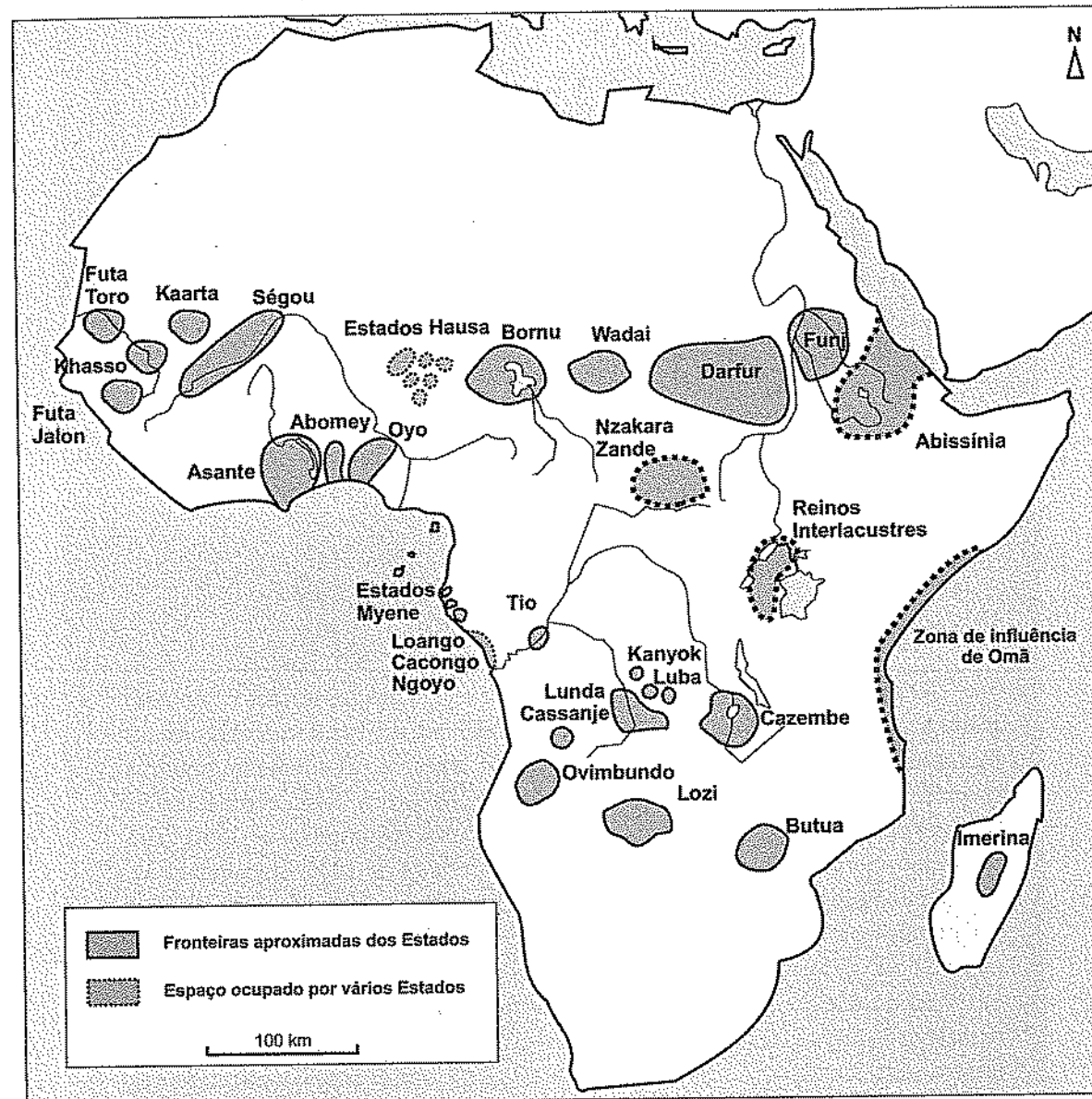
-I-

## GUERRAS E ESTADOS: A ÁFRICA POLÍTICA NO SÉCULO XIX\*

O século XIX foi, na maior parte da África, a “era das revoluções”<sup>1</sup>, tanto no plano político como nos planos econômico e social. Se, no domínio econômico, as mutações foram em parte geradas por impulsos externos, as alterações políticas tiveram as suas forças motrizes essenciais na própria África. Basta comparar dois mapas políticos da África, um de cerca de 1800 e outro de cerca de 1880, para avaliarmos a extensão dessas transformações. Por volta de 1800 (documento 1), o Estado não representa a forma de organização política mais difundida no continente africano: lado a lado com reinos, impérios, cidades-Estado, existem numerosas outras formações políticas, baseadas nas linhagens, nas aldeias, nos clãs etc. – sendo que a natureza desses sistemas políticos, a sua dinâmica interna, a passagem de uns aos outros e, em especial, a origem do Estado e as suas relações no terreno têm sido objeto de debates apaixonados entre antropólogos e historiadores desde o clássico *African Political Systems* de E.E. Evans-Pritchard e M. Fortes (1940). Pelo contrário, por volta de 1880 (documento 55), as formações políticas estatais ocupam extensões territoriais muito mais consideráveis e impressionam tanto por sua diversidade como pelo caráter irresistível da sua progressão. Sabe-se, porém, que, face à colonização, não foram os Estados mas as formações então qualificadas de “anárquicas” que opuseram a resistência mais duradoura, dando assim mostras de uma surpreendente continuidade e de uma notável capacidade de adaptação.

Os problemas suscitados por estas mutações são de várias ordens. Enquanto uma importante corrente da historiografia africana, fascinada pelos “grandes

**Documento 1:** A África política por volta de 1800, principais formações estatais



homens”, escreveu a História política da África no século XIX como se fosse uma galeria de “heróis” conquistadores e reformadores, é hoje possível mostrar que a multiplicação dos Estados tem mais a ver com estratégias de grupos sociais do que com o gênio de alguns indivíduos. Além disso, seja qual for a sua origem – metamorfose de um Estado antigo ou criação a partir do zero de uma formação nova, para nos cingirmos aos dois casos extremos –, esses Estados constituíram-se e mantiveram-se através da guerra, o que explica a multiplicação dos exércitos, o número das inovações em matéria de estratégia e tática, a importância do

comércio de armas de fogo, mas também dos movimentos de populações (agrupamento ou fuga) que acompanhavam as conquistas e as alterações dos equilíbrios demográficos e geopolíticos. Por último, a gestão de espaços mais vastos e de efetivos humanos mais numerosos levou à invenção de novas formas de dominação e de governo: reforço, em número de efetivos e eficácia, da burocracia; reorganização das economias e dos modos de cobrança do excedente de que vivia o Estado; procura de uma melhor eficácia e de um controle efetivo do espaço e dos homens pela construção e melhoramento de estradas, pelo recurso à escrita, pelo apuramento das técnicas de recenseamento; produção ou reformulação pelo Estado, ou contra o Estado, de identidades novas de tipo “nacional” ou “étnico”, tarefa em que as religiões locais ou importadas, em especial o islã, propiciaram nesse contexto um recurso de rara fecundidade. Optamos neste aspecto por confrontar as experiências mais significativas para pôr em evidência a complexidade das dinâmicas e dos processos em jogo.

## I. EXPANSÃO, TRADIÇÃO, MODERNIZAÇÃO

O cotejo das experiências, geograficamente separadas mas rigorosamente contemporâneas, de Asante, do Bamum e dos Estados interlacustres é instrutivo sob vários aspectos. Com uma profundidade histórica variável, essas formações políticas orgulhavam-se de uma antiguidade indiscutível. Asante, Bamum e a maioria das monarquias interlacustres caracterizaram-se por um movimento de expansão em muitos casos espetacular, que se iniciou no século XVIII e se acelerou no século XIX, movimento em que se misturavam conquistas militares e manobras diplomáticas.

Em certos reinos, esse processo complexo reclamava para si a “tradição”, embora o alargamento do território controlado pelo Estado e a assimilação, desejada e inevitável, das massas de população integradas no Estado andasse a par com a elaboração e a concretização de novidades radicais em domínios tão diferentes como a estratégia militar, o modo de gestão económica e política do espaço e dos homens, as referências intelectuais e morais que legitimavam o poder. Em outros reinos, os monarcas evocavam, pelo contrário, a “modernidade”, frequentemente equiparada aos contributos exteriores, tanto materiais como simbólicos (armas de fogo, produtos de prestígio, religiões estrangeiras etc.), embora, longe de iniciarem uma verdadeira revolução, se tivessem contentado em instilá-los em doses e segundo procedimentos estritamente controlados.

O Reino Asante ocupa uma posição preponderante no processo de constituição do Estado na África pré-colonial. Como acontece com a maioria das formações políticas da época, o fator militar surge como determinante na gênese e no desenvolvimento desse reino: além disso, a história de Asante permite-nos pôr em evidência o caráter problemático da influência dos fatores exógenos no devir das sociedades políticas africanas, singularmente durante o século XIX, período de

grande ebulição política e econômica das nações europeias, as mais poderosas das quais espreitavam todas as oportunidades de anexação, de controle "informal" e de influência na África. O historiador sente-se à vontade para, recorrendo ao exemplo já bem conhecido de Asante, apreciar os níveis de continuidade e de ruptura na evolução das estruturas estatais, se interrogar sobre as mutações portadoras de uma nova natureza da organização política e social e, simultaneamente, detectar os limites da mudança, que se prendem com as ambiguidades de uma elite simultaneamente aberta à novidade e radicada nas estruturas antigas.

Até 1870-1880, tanto no Reino Bamum como nos Estados Interlacustres, o duplo processo de expansão territorial e de reforço das estruturas estatais e das prerrogativas reais fez-se principalmente utilizando e adaptando os recursos locais, tanto militares como políticos e religiosos, às novas necessidades. O efeito dos fatores exógenos, cada vez mais ativos a partir de 1860-1870, foi aniquilado pela colonização europeia. Mas, apesar da proclamação oficial da dominação alemã nos Camarões em 1884, os colonizadores só penetraram no Reino Bamum em 1902-1903: ao invés de representar, como na maior parte da África, uma ruptura brutal com o passado, o início da colonização foi, para os bamuns, um período de intensa criatividade durante o qual o poder monárquico, no desejo de completar a obra empreendida desde há um século pelos sucessivos soberanos, se empenhou numa espetacular tentativa de síntese dos legados locais e das práticas estrangeiras, quer europeias quer muçulmanas. Noutra perspectiva, o Buganda viu, durante o mesmo período, a sua política expansionista encorajada pelos britânicos e as suas formas de organização administrativa e econômica erigidas em modelo por estes e impostas aos outros reinos da região.

#### A. O Reino Asante: guerra e dinâmica da ordem política

O Reino Asante nasceu e desenvolveu-se na orla da floresta, no *hinterland* fronteiro ao golfo da Guiné. A história antiga da região é feita de correntes migratórias de povos vindos do norte, orientados por chefes que surgem simultaneamente como heróis culturais e fundadores por vezes míticos. Foi nesse contexto que os akãs se puseram em movimento, partindo na direção norte/sudoeste, seguindo ao longo do litoral atlântico e ocupando um vasto espaço limitado pelos rios Comoé, Volta Negro e Volta Branco. Foram sujeitos a um processo de aculturação, em contato com as populações autóctones, tendo adotado a sua língua e alguns dos seus costumes. O seu território ocupava uma posição estratégica, no cruzamento das vias que levavam para norte em direção a Dagomba e aos Estados muçulmanos, e para sul em direção ao litoral atlântico. Um importante fluxo de produtos de grande valor mercantil – ouro, noz de cola, escravos – alimentava o comércio de longa distância e garantia a prosperidade econômica da zona. Esse contexto favorável e a necessidade de se reagruparem para fazerem face às ameaças dos povos vizinhos determinaram a emergência

dos primeiros chefados e principados akãs, muito antes do século XV. Mas outras hegemonias mais poderosas se tinham afirmado a norte: o Akwamu e, sobretudo, o Denkyira que conseguiu impor a sua tutela aos outros grupos akãs, forçados a pagar-lhe um tributo. Segundo as tradições, Osei Tutu, o fundador do Reino Asante – cuja existência está atestada desde o fim do século XVII por um documento holandês datado de 1692 –, residiu durante algum tempo nos Estados do Denkyira e do Akwamu, onde teria adquirido a sólida formação política e militar que justificou vir a ser escolhido como *asantehene* e que evidenciou durante todo o seu reinado, iniciado por volta de 1680 e terminado em 1712 ou em 1717 – a data é controversa.

#### 1. Os imperativos da expansão: um Estado guerreiro

Constituído de início como uma confederação de Estados autônomos, cujo chefe, o *asantehene*, era apenas um *primus inter pares*, o Estado Asante realizou as suas principais conquistas militares durante o século XVIII. Osei Tutu lançou-se ao trabalho de firmar a sua autoridade e consolidar as bases do novo Estado apoiando-se em dois pilares: o exército, que estruturou, e as forças mágico-religiosas. Com efeito, o novo soberano conseguira garantir os serviços de um sacerdote de grande reputação, Okomfo Anokye; relata a tradição que teria sido este quem, por invocação, fez baixar do céu o tamborete de ouro (*sika dwa*) que se tornou o símbolo da autoridade da monarquia e da unidade do reino; assim, as crenças religiosas tiveram um poderoso impacto sobre a política de Asante, desenvolvendo uma mística e uma ideologia ao serviço do soberano, do Estado e da nação.

Opoku Ware (ca. 1720-1750), sucessor de Osei Tutu, multiplicou as expedições militares que deram ao seu reino a fisionomia que tinha no início do século XIX. Recobria então um espaço correspondente, no essencial, ao Gana de hoje, extravasando para os territórios atuais da Costa do Marfim e do Togo. A sul, ao longo da banda costeira, só lhe haviam resistido os pequenos Estados fanti, assim como os fortes europeus que ele cuidara de não atacar: mas tinha acesso direto ao mar e ao comércio europeu em vários pontos, como em Assinie e Acra. Para norte, submeteu à sua dominação formações políticas e povos diversos, nomeadamente o Gyaman, o Gonja e o Dagomba, levando a sua influência até ao 10º paralelo. De acordo com o diplomata britânico Joseph Dupuis, que residiu no reino no início de 1820, o *asantehene* exercia a sua autoridade sobre quarenta e sete povos e nações.

No processo de desenvolvimento do Estado Asante, o fator militar foi determinante, visto que o reino se formou e se manteve pela conquista, pelo que foi nesse instrumento que os soberanos asante centraram os seus esforços, procurando constantemente tornar o exército mais eficaz e moderno. Deste ponto de vista, ele revela perfeitamente a essência, a estrutura e a evolução do Estado, tanto na sua dinâmica interna como no efeito inovador dos fatores exógenos. Osei Tutu



começou por proceder a uma profunda militarização das antigas estruturas sociais: criou um exército regular que, durante o século XIX, aparecia bem estruturado. Compreendia na época um corpo de sentinelas, uma vanguarda, um centro, uma ala direita, uma ala esquerda e uma guarda pretoriana. Os soberanos sempre se preocuparam em mobilizar o maior número de soldados. Edward Bodich, que se encontrava em missão em Kumasi em 1817, contou que um quinto da população estava mobilizado e, em meados do século XIX, os serviços de informação britânicos estimavam em 80 000 o número de soldados em atividade no conjunto do Reino Asante. As necessidades de gestão do pessoal e de planificação das campanhas militares levaram as autoridades a esboçar estatísticas. A nível dos distritos e das províncias, fixavam-se as quotas de recrutas, e estabelecia-se a contabilidade recorrendo a cauris ou a moedas metálicas. A nível nacional, o exército era articulado em três divisões sob a direção de um comandante em chefe (*amankwatia*). A arte da guerra, cada vez mais elaborada, foi dotada de um protocolo de princípios e de convenções; a declaração de guerra era solenemente promulgada, depois de consultados os membros do Conselho; para tal, o soberano sentava-se num trono especial (*hwedom*) e lançava imprecações ao inimigo.

Um aspecto importante da modernização do exército asante foi a aquisição de armas de fogo. A abertura para o mar e o contato com os europeus permitiram a Asante adquirir um número considerável de espingardas, já no reinado de Opoku Ware; no princípio do século XIX, a frequência e a intensidade das expedições militares exigiam um esforço constante de aprovisionamento em espingardas. Para tanto, representantes comerciais permanentes do *asantehene* estabeleceram-se em torno das feitorias europeias. A utilização de armas de fogo afetou profundamente a tática do exército asante; paralelamente, a autoridade do soberano ficou reforçada, pois detinha o monopólio da nova arma; distribuía espingardas em tempo de guerra, mas procedia a uma retenção das mesmas em tempo de paz; para isso, havia arsenais instalados no palácio.

A partir de 1874, o Reino Asante elaborou um programa sistemático de reorganização e modernização do seu exército. Foi seu principal artesão o *asantehene* Mensa Bonsu (1874-1883). Este, começou por substituir as antigas espingardas que equipavam o seu exército por modelos mais eficazes das marcas Snider e Martini-Henrys. Criou também regimentos especiais de soldados profissionais, uma espécie de Legião Estrangeira em que se congregavam recrutas forasteiros, designados pelo genérico "haussá", pois utilizavam todos o idioma haussá como língua franca; para assegurar o treino desses regimentos, foram agenciados uns trinta instrutores, entre os quais o oficial dinamarquês Carl Nielson. Esses regimentos "haussá" desempenharam um papel importante na consolidação da autoridade do Estado e em operações ligadas ao monopólio que os soberanos reservavam para si em matéria de comércio; esses regimentos tinham também por objetivo reequilibrar a relação de forças, no momento em que o imperialismo britânico se mostrava ativo e ameaçador.

## 2. A consolidação do Estado

Entre as mais importantes reformas iniciadas pelos soberanos asantes figura a reorganização da administração central e do sistema financeiro. De finais do século XVII até ao século XIX, Asante evoluiu de uma estrutura confederada bastante frouxa (*Amanto*) para um Estado fortemente organizado e centralizado (*Kotoko*), cuja estrutura formal se apresentava assim na segunda metade do século XIX: encabeçando o Reino Asante estava o *asantehene*; o seu poder não era o de um soberano autocrata e, para todas as questões importantes, tinha de solicitar o parecer do Alto Conselho (*Asanteman hyia*), formado pelos grandes notáveis de Kumasi e por dignitários que representavam as diferentes províncias; esse Conselho reunia-se ordinariamente uma vez por ano, mas podia realizar sessões extraordinárias em caso de necessidade; junto com o Alto Conselho havia um Conselho Privado, também chamado Conselho de Kumasi; muito restrito, compreendia quatro membros dos mais influentes da oligarquia política e militar; o seu poder não cessou de se expandir no decurso do século.

### O desenvolvimento da burocracia

A complexidade política e social do Estado Asante media-se por sua burocratização crescente: o aparelho administrativo, altamente profissionalizado, passou a ser um instrumento eficaz da política da nação; a noção de serviço público (*esom*) impôs-se, com agentes nomeados em função da sua competência, o que conferiu maior eficiência ao trabalho governamental e garantiu a continuidade do Estado. Tudo isso se materializou pela organização de uma chancelaria em que letrados muçulmanos fixavam por escrito os principais atos e decisões do poder, mantinham a contabilidade nacional e organizavam um embrião de arquivos do Estado.

Nesse reino de estruturas sociais bastante hierarquizadas, os agentes do Estado constituíam uma categoria especial (*esom-dwerma*) e gozavam de numerosas vantagens e prerrogativas. Continuavam contudo inteiramente submetidos ao soberano que os nomeava, os destituía e podia até abolir o cargo que detinham. O agente do Estado dispunha de um gabinete (*dampam*) na própria capital; tinha o privilégio de poder abrir um grande guarda-sol de cores vivas nas cerimônias públicas e quando se deslocava. Quando se encontrava em missão na província, era objeto de atenções reverente, na sua qualidade de representante da autoridade central. Em troca dos serviços prestados, recebia uma remuneração sob forma de comissões, o que é revelador do grau de monetarização atingido por Asante no século XIX.

Na administração do reino exerceram funções personalidades de primeiro plano provenientes dos meios mais variados, que se revelaram grandes funcionários do Estado. Uma delas foi Opoku, alcunhado *Prefre* (de *frede-frede*, "espírito vivo") pelo *asantehene* Osei Kwadwo. Nascido por volta de 1760 e criado na corte ao serviço

de um notável, Opoku Frefre desempenhou um papel decisivo na política asante até à sua morte em 1826. Tesoureiro do reino, fez do Ministério das Finanças uma burocracia simultaneamente numerosa e eficaz. As suas múltiplas competências levaram-no a assumir também comandos militares em várias guerras: foi nessas funções que morreu na batalha de Katamanso, em que o exército asante foi vencido pelos britânicos e os seus aliados locais.

Entre esses altos funcionários houve também homens jovens, como Asante Agyei. De origem modesta, fora carregador de sal no Volta, antes de entrar ao serviço do chefe da província de Akwamu. Quando este foi chamado a Kumasi para prestar contas sobre a sua administração, Asante Agyei tornou-se notado por um arrazoado de três horas em defesa do seu chefe. O *asantehene* Osei Bonsu reteve-o na corte e deu-lhe por várias vezes uma rica dotação de terras, mulheres, escravos e ouro, para que pudesse ostentar uma riqueza consentânea com as suas eminentes funções. Gabado pelo rei como sendo, dos seus colaboradores, aquele que "tinha melhor cabeça para as negociações difíceis", ocupou funções elevadas numa idade relativamente precoce: conselheiro do *asantehene* em 1805, com cerca de 25 anos; conselheiro do exército em 1815, apesar das reservas do comandante em chefe que o achava demasiado jovem; diplomata e finalmente linguista do rei para todos os negócios estrangeiros, que era o posto não hereditário mais elevado.

Assim, o desenvolvimento da burocracia fez do talento e do mérito pessoais um trunfo tão importante como o nascimento para aceder aos mais altos cargos no Estado. Entre os altos funcionários recrutados em virtude exclusivamente da sua competência, houve até estrangeiros, como o dinamarquês Carl Nielson, responsável da instrução dos exércitos, e Muhamad al-Ghamba, letrado muçulmano originário de Mamprusi que, a partir de 1817, se tornou um dos principais conselheiros do *asantehene*, responsável pelos assuntos relativos aos Estados islamizados do norte.

Para manter uma corte suntuosa, um exército permanente e uma burocracia com grande volume de efetivos, o Estado Asante tinha de mobilizar importantes recursos financeiros e assegurar a sua rigorosa gestão. A agricultura, que todos os viajantes do século XIX descrevem como próspera, constituía a base da economia e fornecia todos os produtos necessários à subsistência, bem como os produtos destinados ao comércio internacional, em especial a noz-de-cola. Os rendimentos do Estado provinham essencialmente de três fontes: produto do trabalho dos "escravos da coroa", empregados em especial nas plantações e na produção de ouro ou como carregadores; tributos pagos pelas "províncias externas"; taxas de toda a natureza cobradas sobre os recursos das populações asante e assimiladas. O Tesouro Público (*Dampukere*) tinha como tarefa recolher esses recursos, geridos pelo Superintendente das Finanças; eram principalmente cauris, desde muito cedo utilizados como unidades monetárias, e ouro em pó, que eram amontoados num enorme cofre de madeira e ferro forjado (*adaka kese*). Os direitos de sucessão constituíam uma fonte importante de rendimentos: uma lei obrigava igualmente todos os garimpeiros de ouro a depositar no Tesouro Público as pepitas que,

como no antigo reino do Gana, revertiam de direito para o soberano. Somavam-se ainda impostos diversos (direitos alfandegários, pedágios) cobrados por agentes autorizados (*togyefo*, pl. *togyeni*). Para aumentar os seus recursos, o Estado tinha tendência a impor o seu monopólio sobre certos produtos, em especial a noz-de-cola; no reinado de Kwaku Dua I, foi inclusive criada uma Companhia dos Mercadores do Rei (*Bata Fekuo*) que beneficiava de privilégios exorbitantes e fazia concorrência aos negociantes tradicionais.

Kumasi, capital do reino, desempenhava um papel de primeiro plano na vida política, social e económica da nação; era simultaneamente sede do poder central, centro de decisão e de dinamização e ponto de convergência. Elevada a sede das instituições por Osei Tutu cerca de 1680, a cidade desenvolveu-se rapidamente: em 1817, Edward Bowdich estimava a sua população em 15 000 habitantes; três anos mais tarde, se acreditarmos em W. Hutton, passava a 20 000 habitantes; o missionário metodista T. B. Freeman, que visitou Kumasi em 1839, avaliou a sua população em cerca de 30 000 habitantes.

O palácio real, situado a leste da cidade, era um imenso e esplêndido edifício de pedra; a entrada monumental dava para um corredor que levava a um vasto pátio rodeado de construções suntuosas, uma das quais era o *Pramakeseso*, sede do Conselho de Kumasi; na parte de trás, estavam instalados diversos departamentos administrativos e os serviços do Tesouro. Os soberanos asantes envidaram esforços constantes para embelezar a cidade e melhorar as vias públicas. Foi traçado um plano rigoroso e construída uma ampla avenida que ligava o setor norte da cidade ao setor sul. E. Bodwich relata que, em 1817, o *asantehene* se preocupava em adotar elementos da arquitetura europeia e elaborou um projeto grandioso de construção de um Palácio da Cultura. Kumasi era uma metrópole cosmopolita, opulenta, em que se cruzavam nobres da corte, altos funcionários, negociantes de ouro e cola, bem como numerosos estrangeiros muçulmanos e europeus, tanto visitantes como residentes.

### Os mecanismos de integração

Havia no Reino Asante fortes tendências para a integração; estas tomavam forma no interior do Estado, sancionando a diversos níveis, económico e social, a unidade forjada pelo controle político. Um dos principais fatores dessa integração foi a criação, no início do século XIX, de uma densa rede de comunicações (documento 2). Uma série de estradas que irradiava da capital, Kumasi, permitia chegar às províncias. Quatro grandes eixos viários ocupavam um lugar privilegiado nesse sistema de comunicações: a estrada do sul que ligava Kumasi às feitorias europeias da costa (Elmina, Assinie, Axim, Cape Coast); a estrada do norte, que se articulava com as pistas transaarianas e levava às grandes cidades comerciais do Sudão central (Tombuctu, Djenné, Kano, Katsina etc.); a estrada que ligava Kumasi ao grande centro comercial de Bonduku; por fim, o eixo oriental que levava à província de Gonja e ao Dagomba. A rede de comunicações assegurava o fluxo de uma gama variada de produtos, modelando assim as regiões económicas

de Asante, na sua diversidade e na sua complementaridade. Contudo, essas estradas não eram apenas um instrumento a serviço da economia: possuíam também um caráter estratégico, pois permitiam a rápida mobilização das tropas no conjunto do território; constituíam por fim vetores da autoridade do *asantehene* cujos mensageiros, organizados em corpo especial, podiam, através delas, levar as suas ordens a todas as regiões. Também, já em 1816, Osei Bonsu pensou num ambicioso projeto de modernização, tendo solicitado inclusive a colaboração técnica holandesa. O seu sucessor, Kwaku Dua I (1834-1867), teve ambições ainda maiores, e pensou apelar para a técnica e os capitais europeus a fim de dotar Asante de uma rede ferroviária, ideia que ficou em estado de projeto.

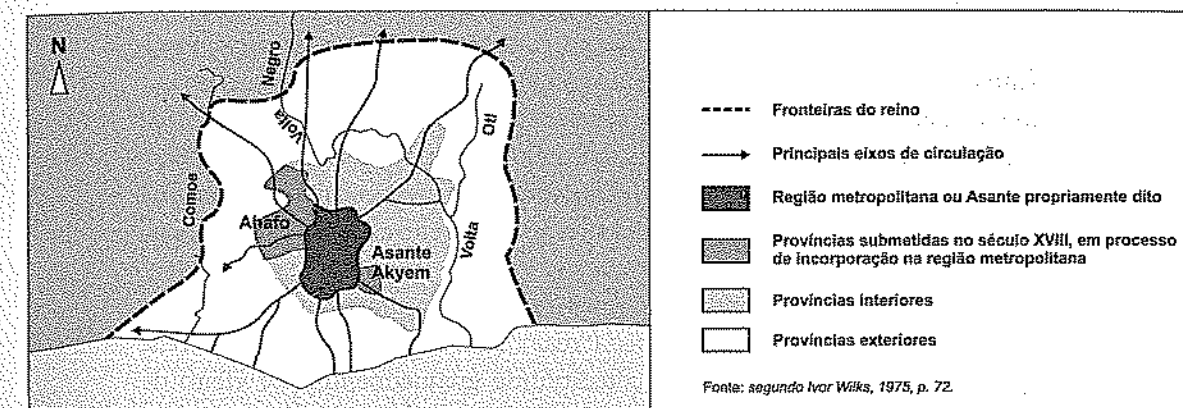
A organização administrativa e a estrutura espacial do império acompanhavam estreitamente a rede de comunicações, cuja qualidade e eficácia os soberanos do século XIX se esforçaram por melhorar mediante uma manutenção regular, a construção de pontes e a organização de pontos de parada e de postos de vigilância e de controle. Em 1875, o missionário J. G. Christallier descreveu a organização de Asante em três territórios com estatutos diferentes: "as províncias confederadas ou Asante propriamente dito", as províncias vassalas e as regiões tributárias.

Os trabalhos de Ivor Wilks permitiram aprofundar o conhecimento da organização do espaço asante. Articulado em torno de um núcleo central, compreendia dois círculos concêntricos de territórios, cuja relação com o poder dependia muito dos condicionalismos geográficos (distância) e técnicos (duração das viagens) e da política que esse poder podia aí aplicar. O núcleo central, a "região metropolitana", estava organizado em torno de Kumasi, a capital, e compreendia os *aman* (Estados) confederados. Estes eram dirigidos por chefes e funcionários, nomeadamente os *nkwansrafo* (policías ou guardas das estradas), encarregados na realidade do controle dos estrangeiros que iam para a capital e de todas as funções administrativas. Kumasi adotou a política de encorajar a imigração para a região metropolitana, pelo que beneficiava da maior densidade demográfica de todo o reino. Era nessa população que o *asantehene* ia buscar os servos e os soldados de que precisava.

No intuito de assegurar o abastecimento regular da metrópole em víveres, instalou lá um grande número de escravos da coroa e cativos de altos funcionários. Os territórios da região metropolitana encontravam-se a uma distância de doze dias no máximo de Kumasi. O primeiro círculo concêntrico compreendia, a uma distância de doze a trinta dias, as "províncias interiores", conquistadas e integradas desde há muito ao Asante e sujeitas a uma política de assimilação e de administração direta: os chefes e os *nkwansrafo* desenvolviam nelas a prática da língua e dos costumes asantes e o recurso às leis e usos vigentes na região metropolitana. Estas regiões estavam sujeitas às mesmas obrigações fiscais e militares que a região metropolitana. A mais de trinta dias de marcha ficavam as "províncias exteriores", cujas populações, muitas vezes recentemente conquistadas, mal assimiladas ou não assimiladas pelos asantes, eram por estes

facilmente consideradas "bárbaras" ou "selvagens". Gozando de ampla autonomia, estavam colocadas sob um regime de tipo protetorado: pagavam, é certo, um tributo a Kumasi, mas só nas circunstâncias mais graves lhe forneciam contingentes militares. Instalada por Osei Bonsu, esta estrutura continuou operacional até à conquista colonial.

Documento 2: O Asante, organização do espaço



Para assegurar a coesão e a integração deste conjunto heterogêneo, não bastava a rede de comunicações. Eram necessários outros mecanismos e instituições, mais orientados para uma aculturação autoritária e programada, sendo a *Odwira* ou "festa do inhame", o seu principal instrumento. Simultaneamente festival e rito central da monarquia asante, a *Odwira* realizava-se uma vez por ano. Todos os dirigentes do reino e das províncias eram obrigados a participar: só os soberanos do Dagomba e do Gonja gozavam excepcionalmente do privilégio de enviarem representantes. A *Odwira*, que constituía oportunidade para o *asantehene* ostentar as suas riquezas e distribuir uma parte delas aos dignitários do Estado, servia simultaneamente de alta corte de justiça, de assembleia política suprema e de cerimônia religiosa em que eram reafirmadas as prerrogativas do *asantehene*, quebradas as oposições, censuradas as faltas de entusiasmo e generosamente recompensadas as fidelidades. Se Edward Bowdich comparou a festa às Panateneias, refletindo a mania das comparações em voga nos homens do seu tempo, todos os observadores do século XIX viram nelas o tempo forte da exaltação da consciência nacional e o mecanismo mais eficaz para garantir a subordinação dos dignitários e da massa do povo.

### 3. Polarizações políticas e dinâmica da evolução

O Reino Asante, poderoso em princípios do século XIX, encontrava-se porém num estado de fragilidade relativamente grave por volta de 1874. Os fatores de tensão e os conflitos tanto internos como externos não o haviam poupado.



### O fator dinástico: uma fraqueza estrutural

O primeiro desses fatores residia nas regras e mecanismos de sucessão. Em teoria, o poder do *asantehene* transmitia-se de “irmão” para “irmão” e de “tio” para “sobrinho”: estes termos de parentesco não implicavam necessariamente uma relação biológica imediata e devem ser entendidos no seu sentido classificatório. A transmissão fazia-se no interior de uma matrilinearidade ou num matrilã real – a linhagem ou o clã Oyoko – de origem lendária, cuja primeira personagem histórica fora a rainha Maanu, no século XVII. Desde a origem, a eleição do *asantehene* em que participavam as autoridades mais importantes do Estado (a *asantehemaa* ou rainha-mãe, os próximos do rei defunto, os chefes e dignitários de Kumasi) revelou-se como momento crítico em virtude da complexidade dos critérios de escolha. Reputado por suas qualidades tanto físicas como intelectuais, morais e políticas, o *asantehene* escolhido devia ser igualmente o melhor candidato por sua posição no interior do matrilã real, no qual a distinção entre as linhagens se fazia em função da identidade do pai.

Como as regras matrimoniais autorizavam o casamento entre primos cruzados, o candidato ideal era *adehyee* (“real”, pela linhagem materna e pela linhagem paterna). Assim se foram constituindo gradualmente, por efeito de estratégias matrimoniais elaboradas, três *ntom* (casas, isto é linhagens) que forneciam os candidatos que correspondiam a essas exigências de excelência: a “casa de Osei Tutu” e a “casa de Opoku Ware”, formadas no século XVIII; a “casa de Kwaku Dua”, formada durante o seu longo reinado, que ele aproveitou para mandar executar os rivais, para proibir as moças de sangue real de casarem com alguém nas outras linhagens patrilineares e para as casar com os seus próprios filhos. Foi nestas três casas que se recrutaram quase todos os *asantehene* (documento 3). Dos sete soberanos do século XIX, só dois fugiram à regra. É que, em duas ocasiões, nenhuma das três casas conseguiu, por diversas razões, impor o seu candidato, o que facilitou a subida ao trono de homens inesperados. Eleitos em condições controversas, Kofi Kakari e Mensa Bonsu, cujo parentesco com a linhagem de Kwaku Dua não é de excluir, tiveram, aliás, reinos muito perturbados, prematuramente interrompidos.

**Documento 3:** Reis e casas reais de Asante

| Datas            | Casa de Osei Tutu | Casa de Opoku Ware | Casa de Kwaku Dua | Outras casas         |
|------------------|-------------------|--------------------|-------------------|----------------------|
| ca. 1680-1712/17 | Osei Tutu I       |                    |                   |                      |
| ca. 1720-1750    |                   | Opoku Ware I       |                   |                      |
| 1750-1764        |                   |                    |                   | Kusi Obodom, deposto |
| 1764-1777        | Osei Kwadwo       |                    |                   |                      |

|           |            |             |                                                          |                                        |
|-----------|------------|-------------|----------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| 1777-1798 |            |             |                                                          | Osei Kwame, deposto, executado em 1803 |
| 1798-1799 |            | Opoku Fofie |                                                          |                                        |
| 1800-1823 | Osei Bonsu |             |                                                          |                                        |
| 1824-1833 | Osei Yaw   | -----x      |                                                          |                                        |
| 1834-1867 |            |             | Kwaku Dua I                                              |                                        |
| 1867-1874 |            |             | x-----Kofi Kakari, deposto                               |                                        |
| 1874-1883 |            |             | x-----Mensa Bonsu, deposto                               |                                        |
| 1884      |            |             | Kwaku Dua II                                             |                                        |
|           |            |             | Agyeman Prempe I (Kwaku Dua III), exilado de 1896 a 1924 |                                        |
| 1888-1931 |            |             |                                                          |                                        |

— Conexão com outra casa.

Fonte: quadro organizado por Elikia M'Bokolo, segundo Ivor Wilks, 1975, p. 372.

### Novos desafios

A esta debilidade estrutural e de longa duração, a conjuntura específica do século XIX veio somar novos fatores de perturbação, de divisões e de desordens: essas novas clivagens exprimiram-se com maior intensidade durante as tradicionais batalhas pela sucessão, mas tiveram também por efeito dar a toda a evolução do século XIX um aspecto especialmente agitado (documento 4).

**Documento 4:** Asante no século XIX, marcos cronológicos

|           |                                                                                                                              |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1800      | — Subida ao trono de Osei Bonsu (1800-1823).                                                                                 |
| 1805-1816 | — Campanhas de Asante contra os países do Sul (Axim, Fanti, Akwapim, Wassa e Akyem).                                         |
| 1817      | — Tratado de amizade entre Asante e os britânicos (Setembro).                                                                |
| 1821      | — As possessões britânicas na Gold Coast passam para o controle da Serra Leoa (Julho).                                       |
| 1823      | — Campanha de Asante contra o Denkyira, o Wassa, o Fanti e os britânicos (Junho).                                            |
| 1824      | — Batalha entre os asantes e os britânicos (Janeiro).                                                                        |
| 1826      | — Batalha de Dodowa: os asantes são derrotados pelos ga, os fantis, o Denkyira, o Akyem, o Akawamu e os britânicos (Agosto). |
| 1831      | — Acordo de paz entre Asante, os outros territórios da Gold Coast e os britânicos (Abril).                                   |
| 1841-1844 | — Campanha de Asante contra o Gonja.                                                                                         |

|           |                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1844      | – Acordo entre os britânicos e os grupos costeiros.                                                                                                                                                                                            |
| 1853      | – Asante invade o Assin. Os britânicos estabelecem um tribunal na Gold Coast.                                                                                                                                                                  |
| 1856      | – Extensão do protetorado britânico ao Akwapim, ao Krobo e ao Krepi.                                                                                                                                                                           |
| 1863      | – O exército asante entra no protetorado britânico.                                                                                                                                                                                            |
| 1867      | – Subida ao trono de Kofi Kakari (Abril). Tratado de amizade entre os britânicos e o Akwamu (Agosto).                                                                                                                                          |
| 1868      | – Asante invade o Krepi.                                                                                                                                                                                                                       |
| 1869      | – Asante avança pela região costeira até Axim (Outubro).                                                                                                                                                                                       |
| 1873-1874 | – Perante a ameaça asante, os fantis pedem a proteção dos britânicos. Guerra entre Asante e os britânicos. Derrota de Asante e levantamento dos povos dominados. Estabelecimento da colônia britânica da Gold Coast (atual República de Gana). |
| 1875      | – Restabelecimento da ordem em Asante.                                                                                                                                                                                                         |
| 1879-1890 | – Extensão da dominação britânica na Gold Coast.                                                                                                                                                                                               |
| 1883      | – Mensa Bonsu deposto (Março). Dificuldades políticas em Asante.                                                                                                                                                                               |
| 1887      | – Guerra civil em Asante.                                                                                                                                                                                                                      |
| 1888      | – Subida ao trono de Agyeman Prempe I (Março).                                                                                                                                                                                                 |
| 1892-1893 | – Campanha de Asante contra Nkoranza.                                                                                                                                                                                                          |
| 1894      | – Os britânicos assinam novos acordos com os vizinhos de Asante, que se sente ameaçado.                                                                                                                                                        |
| 1895      | – A delegação enviada a Londres para protestar contra a política britânica não é recebida. Os britânicos lançam um ultimato contra Asante para obterem o direito de enviar um residente a Kumasi (Setembro).                                   |
| 1896      | – Os britânicos ocupam Kumasi (Janeiro). Proclamação do protetorado britânico sobre Asante (16 de Agosto).                                                                                                                                     |

Fonte: cronologia organizada por Elikia M'Bokolo.

Houve primeiro a oposição entre “centralistas” e “federalistas”, nascida da “revolução kwadwoana” (Ivor Wilks). Um vasto programa de reformas, concebido por Osei Kwadwo e prosseguido pelos seus sucessores, Osei Kwame e Osei Bonsu, transformou a fisionomia do Estado: afirmação e reforço das prerrogativas do poder central face aos Estados confederados, nomeadamente pela atribuição exclusiva ao *asantehene* das decisões relativas à política externa, pelo aumento do número de funcionários nomeados e pelo envio de “procônsules” para as províncias. Ao mesmo tempo, a assembleia-geral dos chefes do reino, muito difícil de reunir e de controlar, viu as suas atribuições diminuir proveito de um organismo novo, o Conselho Interno, constituído por chefes hereditários de Kumasi e altos funcionários residentes na capital. Esse Conselho foi sistematicamente consultado pelo rei e, dessa maneira, esteve estreitamente associado à política de reformas. Assim, ao mesmo tempo que reforçava o poder central, essa política fez de Asante

uma espécie de monarquia constitucional, baseada na associação entre o rei e um conselho emanando parcialmente da nação. Ao mesmo tempo, face ao poder dos chefes, emergiu um governo civil. Mas a resistência dos primeiros manteve-se forte e exprimiu-se com o maior vigor sempre que o poder central se encontrava em dificuldade (batalha pela sucessão, guerra estrangeira, dissidência interna).

Outra linha de clivagem separava os “modernistas” dos “tradicionalistas”. O século XVIII fora um período de forte expansão tanto territorial como econômica, que enriquecera a aristocracia pela guerra e o saque de homens e terras, e pela expansão das trocas comerciais, nomeadamente o comércio de escravos. Tudo mudou no século seguinte. Do ponto de vista da gestão do espaço, o Estado parecia ter chegado ao máximo das suas capacidades: as guerras externas rarefizeram-se e, com elas, as oportunidades de enriquecimento. A partir do início do século XIX houve que renunciar ao comércio de escravos, que os dinamarqueses e os britânicos já não queriam. Os escravos destinados à exportação foram primeiro empregados no desbravamento de novas zonas de floresta. Depois, pôs-se o problema de desenvolver novas fontes de riqueza para o grupo dirigente e novas bases econômicas para o Estado. Aos “tradicionalistas”, que não apreendiam a amplitude das transformações sobrevindas, opunham-se os “modernistas”, que consideravam poder lançar o país em novas vias: a renúncia às províncias do sul e à conquista dos Estados fantis; a substituição da guerra pelo comércio e a diplomacia, na relação com os vizinhos; e, por último, a reorientação das trocas comerciais para o norte, em especial para as prometedoras redes comerciais das terras dos haussás.

Havia também a sul a ameaça britânica na vizinhança imediata do reino. No velho conflito que opunha os asantes aos fantis, os britânicos tomaram o partido dos fantis, que consideravam como ocidentalizados e avançados em civilização, ao passo que Asante lhes parecia um Estado bárbaro. Já em 1765, um dos governadores britânicos dos fortes da costa fanti, tinha manifestado o sentimento de inquietude amplamente difundido entre os europeus:

Se os asantes se tornassem senhores das terras fantis, os fortes e estabelecimentos destas costas encontrar-se-iam em grande perigo, pois o rei dos asantes, sendo um monarca absoluto, haveria de arranjar maneira de bloquear qualquer porto na primeira oportunidade ou por simples capricho, e com tal eficácia que obrigaria a guarnição a render-se.

Não faltavam os litígios comerciais: os fantis compravam aos asantes ouro puro, o “ouro *akânês*”, mas vendiam aos europeus “ouro *cracrâ*”, misturado com outros metais. Sobretudo, os comerciantes britânicos consideravam o Reino Asante como um obstáculo ao desenvolvimento das suas atividades: “Se dissolvêssemos o poder do Reino Asante”, escrevia um deles em 1823, “poderíamos ter acesso direto e livre a Bonduku e a Kong, e fazer aí comércio, e, de lá, ir a Tombuctu e às terras haussás.” Em consequência destes antagonismos, houve uma série de guerras entre asantes e britânicos, durante as quais os dois campos acumularam os triunfos e

os reveses. No próprio Asante, a pressão externa teve por efeito o afrontamento persistente entre duas tendências, o "partido da guerra" e o "partido da paz".

A fraqueza de Asante residia no fato de estas grandes clivagens e outras, aparentemente menos importantes, se terem mantido durante todo o século XIX, misturando-se umas com as outras, fracionando os grupos que dirigiam o Estado (as "casas reais", o matriclã Oyoko, os chefes hereditários e a classe burocrática) numa multidão de "partidos" antagônicos, num momento em que a ameaça exterior se tornava mais aguda.

## B. O Reino Bamum: a aposta na modernidade

Povo dos planaltos dos Camarões Ocidentais, os bamuns têm uma história notável de mais de quatro séculos e são uma civilização das mais brilhantes da África Negra pré-colonial. Para lá das fontes clássicas, essa história é-nos revelada pela obra fundamental, *História e Costumes dos Bamuns*, redigida em língua e escrita bamum por imposição do rei Njoya, no início do século XX, e pelos trabalhos precoces da Academia Bamum, criada em 1944.

Numerosas são as versões que contam a origem do povo bamum: o cotejo delas permite-nos pensar que os antepassados dos bamuns teriam vindo de Leste, de onde teriam empreendido uma migração multissecular, fazendo sem dúvida escala no Bornu, nas terras mbuns e tikares, onde o núcleo de migrantes se teria reforçado: no século XIV, o seu chefe, Môrunta, assumiu então o título de *mfo rifum* e atravessou o Mbam antes de combater os grupos autóctones para instalar a sua supremacia. Há controvérsias que opõem os historiadores da corte, que fazem remontar a fundação do reino a essa época e certos historiadores que, a exemplo de Claude Tardits, avançam antes como data o final do século XVI ou o início do século XVII.

### 1. Os reis conquistadores

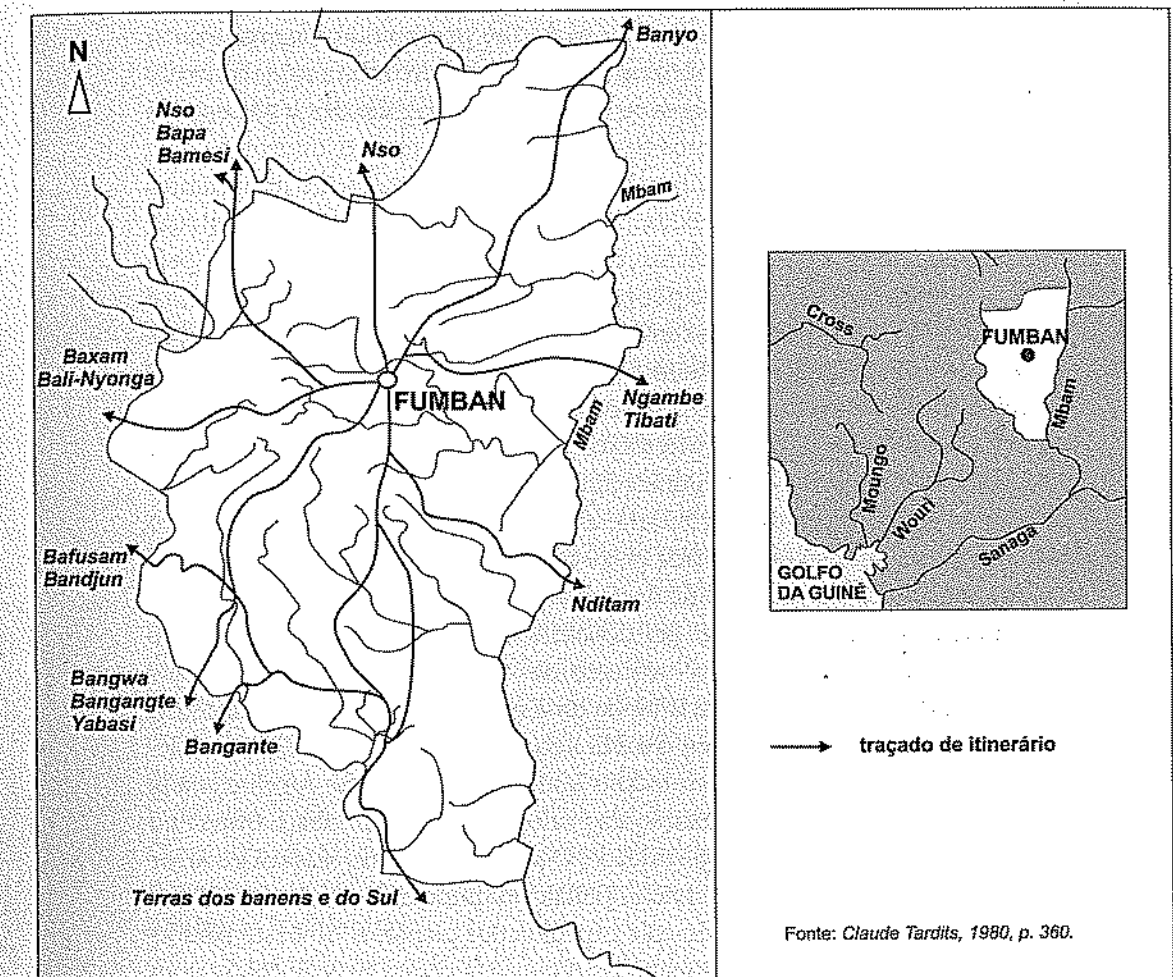
Desde a fundação do reino, dezoito soberanos, todos pertencentes à mesma dinastia, se sucederam no trono: trata-se de um notável exemplo de continuidade histórica que permitiu a criação e posteriormente a consolidação do Estado, a expansão do território nacional e a irradiação do reino. Entre esses soberanos, três homens se ilustraram especialmente: Nshare, Mbuembue e Njoya.

O primeiro, Nshare, após ter criado os alicerces do reino, desencadeou o processo de conquista e de expansão territorial: a terra dos Pa Laben foi arruinada e depois erigida em capital: os Pa Lap, os Pa Tiemon e muitos outros grupos, dezoito no total, foram vencidos e, na sua maioria, integrados e assimilados; alguns, porém, conseguiram preservar uma relativa autonomia, mediante o pagamento de um tributo.

O segundo, Mbuembue, no décimo lugar na dinastia, é a personificação do rei guerreiro; reputado por sua corpulência gigantesca, a sua vocação para as armas e a sua coragem na guerra, tinha por divisa:

Estabelecerei os limites do meu reino com o sangue e o ferro negro. A guerra diz-me respeito: quando os limites de um país são traçados com palavras, são sempre apagados.

## Documento 5: O reino Bamum



No início do século XIX desenvolveu uma política guerreira sem tréguas e multiplicou por seis ou sete o território nacional, dando-lhe a sua extensão máxima (documento 5). Em meados do século, o Reino Bamum tinha uma população estimada em 20 000 habitantes e apoiava-se em fronteiras seguras,



os rios Mbam, Nun e Maape. O instrumento dessa expansão irresistível era o exército que, desde a época de Mbuembue, adquiriu uma potência tal que nenhuma outra formação militar na região lhe podia ser comparada. O conhecimento da técnica da metalurgia do ferro e a introdução precoce das armas de fogo, já no início do século XIX, constituíam trunfos certos, a que se somavam a formação de um exército profissional e o recrutamento regular de novos contingentes nas diferentes circunscrições do país. Deste modo, foi rigorosamente quadriculado o espaço geográfico e foram solidamente resguardadas as posições estratégicas como Fumban, a capital, Njimom, a oeste, e Majap, a leste. A tática de guerra muito eficaz dos bamuns baseava-se na astúcia e na surpresa: atacavam de preferência de noite ou de madrugada, utilizando o incêndio, procurando desorganizar o inimigo antes que tivesse tempo de reagir. Um serviço de informações formado por espiões disfarçados de mercadores ou viajantes permitia identificar as posições do inimigo e apreciar os seus pontos fortes ou fracos.

A formidável expansão militar bamum teve consequências importantes no plano político e foi acompanhada pela consolidação do Estado e das suas instituições, caracterizada pela afirmação de um poder monárquico forte, pela existência de uma rede constituída por grandes conselheiros, oficiais do palácio e chefes militares, e por uma vida de corte refinada, plena de intrigas, de conluios, de sedições e de golpes de Estado. Assim, por exemplo, por volta de 1850, um oficial de origem plebeia, Nguwuo, apoderou-se do poder. Não era raro que o serralho, em que estavam concentradas as muito numerosas esposas reais estivesse diretamente implicado nessas intrigas e que algumas mulheres, como, por exemplo, as *shefton* (rainhas-mães) desempenhassem durante um certo período um papel de primeiro plano. A vida de Fumban era ritmada pelas atividades do palácio, vasto domínio onde tinham sido construídos edifícios de bambu-ráfia e tijolos de terra.

Paralelamente, essa evolução política abriu a porta a uma profunda mutação cultural, que caracteriza qualquer processo de integração nacional. Em finais do século XVIII, por exemplo, havia ainda uma enorme quantidade de dialetos; mas a autoridade central favoreceu o *shūka nom* que, no reinado de Mbuembue, se impôs como língua nacional em todo o reino. A economia foi revolucionada pelas conquistas militares. A anexação dos vales do Nun e do Mbam trouxe ao reino novas terras de excepcional fertilidade. O país dos bamuns passava a ocupar uma posição privilegiada no comércio regional: produtos manufaturados vindos da costa através de Yabassi, noz-de-cola expedida dos planaltos do oeste para as regiões do islã e, claro, tráfico de escravos remetidos para a baía de Biafra com destino ao tráfico transatlântico ou, mais frequentemente, destinados à família real e à oligarquia para a exploração dos domínios agrícolas.

O desenvolvimento da mão-de-obra servil deu origem a um processo de urbanização: vinculados aos domínios agrícolas, os escravos libertavam por isso categorias sociais inteiras – membros da aristocracia e das linhagens dominantes, oficiais – que, acompanhados pelos seus numerosos servidores e pelos seus

artesãos especializados, se fixavam na cidade e vinham engrossar a população urbana, que foi avaliada em 7 000 habitantes no fim do século XIX, ou seja, um terço da população total do reino. Fumban tornara-se um grande pólo na vida económica e política: era antes de tudo sede das instituições, abrigava o arsenal real bem como o exército permanente. A fim de proteger a cidade contra eventuais inimigos, foram empreendidos vastos trabalhos de fortificação durante o reinado de Mbuembue, os quais prosseguiram durante os reinados seguintes. Assim, foi escavado um fosso de cerca de vinte quilómetros, sobrepujado por uma muralha de dois metros de altura e flanqueado por oito redutos onde se encontravam depositadas as armas. A proteção que cingia a cidade tinha oito aberturas com postos de guarda. Fumban era igualmente um importante centro comercial e artesanal: para lá convergiam as principais estradas comerciais da região, tendo-se nela estabelecido numerosos mercadores estrangeiros, nomeadamente haussás, para exercerem as suas atividades lucrativas.

## 2. Njoya: a era da inovação

Durante cerca de três séculos, a evolução do Reino Bamum fez-se sem ruptura notável e sem contatos reais com as civilizações exteriores. Com a subida ao trono de Njoya (ca. 1875-1933), os acontecimentos precipitaram-se: em alguns decênios, de 1885 a 1916, a civilização bamum entrou brutalmente em contato com o mundo exterior, fenómeno que arrastou consigo um movimento profundo de mobilização de todos os recursos materiais e espirituais, nacionais e estrangeiros.

Se o nome de Mbuembue está associado à expansão militar, o de Njoya é sinónimo de gênio criador, de desenvolvimento das artes e das técnicas e de florescimento cultural. Njoya, sexto sucessor de Mbuembue, quase perdeu o poder quando era ainda menor, visto que uma terrível guerra civil devastou o país durante a regência de Nzapdunke, sua mãe. Só o salvou a intervenção do *lamido* (grande chefe tradicional) Umaru de Banyo, elemento que iria pesar nas suas escolhas posteriores. Durante o seu reinado, soube manobrar admiravelmente para manter o reino ao abrigo da colonização e das ambições dos alemães, dos britânicos e dos franceses, antes de ser deposto por estes últimos em 1923. O seu reinado foi marcado sobretudo por uma política de inovação em múltiplos domínios e, para levá-la a cabo, Njoya rodeou-se de homens de talento que soube interessar e estimular.

A primeira dessas inovações foi a islamização do país. Esta conversão maciça estava estreitamente associada à vitória dos fulas contra Gbetkom, o conselheiro do palácio que fomentara a guerra civil na juventude de Njoya; antes de lançar o assalto final que haveria de o levar a uma fulgurante vitória, o *lamido* de Banyo e os seus guerreiros tinham-se prosternado por um longo período e haviam invocado Alá. Njoya, muito impressionado, pediu ao *lamido* que lhe revelasse o sortilégio que assim o levava à vitória; em resposta, o *lamido* Umaru enviou-lhe



um rosário e mandou dizer-lhe que o seu segredo residia na fé no islã. Njoya, sem dúvida mais interessado na consequência final do que na fé propriamente dita, converteu-se, contudo, acompanhado pelos grandes dignitários de Bamum. Foram enviados marabus fulas para Fumban para prodigar o ensino alcorânico à corte e, seguidamente, às populações. Mais tarde, a tradução do Alcorão em bamum acelerou o processo de islamização. Em 1901, a construção de uma mesquita na capital materializou o enraizamento do islã.

Em numerosos domínios, a influência dos fulas foi marcante. No plano militar, Njoya, igualmente impressionado pelo papel determinante desempenhado pela cavalaria fula na vitória contra Gbetkom, decidiu dotar o seu reino de três divisões de cavalaria, o que lhe custou a soma de 4 000 a 5 000 marcos; acrescentou ao equipamento dos seus soldados uma nova arma: a lança comprida de lâmina larga. No domínio dos trajes, os bamuns tomaram dos fulas e dos haussás o grande bubu e o turbante, sinais exteriores do islã na África Negra.

Uma das grandes inovações que marcaram o reinado de Njoya foi a invenção de uma escrita bamum, o *shu-mom*. O soberano inspirou-se sem dúvida nos múltiplos contatos que manteve com os letrados muçulmanos. A hagiografia relata que Njoya teria tido um sonho durante o qual teria recebido ordem de desenhar uma mão numa prancha e de lavar depois a prancha e beber a água que utilizara; ao acordar, teria pedido aos seus notáveis que traçassem símbolos que representassem os diferentes objetos. Alguns historiadores interrogam-se sobre se os bamuns não seriam descendentes de uma tradição escrita muito antiga que Njoya se teria limitado a ressuscitar: haveria correspondências entre os caracteres bamuns e o sistema hieroglífico do Egito faraônico. O que é certo é que o *shu-mom*, sete vezes retocado, passou de 510 caracteres a 83 letras e sinais, 10 dos quais algarismos, e foi enriquecido com sinais fonéticos. A invenção da escrita teve consequências importantes: permitiu ao soberano comunicar-se na maior discrição e foi lançada uma grande empresa de escolarização. Para tanto, Njoya mandou edificar uma escola dentro do próprio recinto do seu palácio. Essa escola era frequentada pelos jovens, mas também pelos adultos, tanto homens como mulheres. O soberano tinha tal amor pelo projeto que não hesitava em tomar ele próprio o lugar do pedagogo.

### 3. A abertura ao mundo exterior

Em finais do século XIX, começava a fazer-se sentir a vontade das nações europeias de estenderem o seu domínio: foi a colonização. Se a ocupação dos Camarões pelos alemães teve em geral de fazer frente a uma viva resistência, a expedição do tenente Sandrock e do capitão Ramsay que chegaram a Fumban em 1902 foi, pelo contrário, bem recebida. Njoya, como monarca avisado que era, avaliara a relação das forças em presença e compreendeu que lhe era nitidamente desfavorável: a um confronto que já fora fatal ao seu antigo aliado de Banyo,

preferiu pois o compromisso. Assim, aceitou abrir o país ao Ocidente, nunca encarando os recém-chegados como senhores, mas como parceiros, conseguindo por isso mesmo aparecer aos olhos dos alemães como o mais capaz dos soberanos dos Camarões. Curioso de tudo, Njoya interrogou incansavelmente o seu hóspede, o tenente Hirtler, fazendo-lhe mil perguntas sobre os usos e costumes do seu país, as técnicas, a arte militar. Em abril de 1903, enviou a Buea, capital da colônia, uma delegação, que levava consigo numerosos presentes (entre os quais, o célebre trono *mandu yenu* destinado ao Kaiser), mas que tinha sobretudo o encargo de observar e relatar o que vira. Cinco anos mais tarde, o soberano foi ele próprio visitar Buea.

Os contatos entre a sociedade bamum e os alemães estiveram na origem de uma mutação religiosa importante: o cristianismo pôde difundir-se no próprio seio de uma sociedade recentemente convertida ao islã. Há que dizer que, para Njoya e os bamuns, a religião, fosse ela qual fosse, tinha por objetivo primeiro conferir aos seus adeptos uma grande força. Por isso, em 1905, o rei deu o seu acordo à instalação de uma missão proveniente de Basileia. O pastor Gohring soube cativar a amizade de Njoya e começou a evangelização da sociedade Bamum por suas cúpulas: Njoya aprendeu o catecismo e depois incitou os membros da aristocracia a irem à igreja, tendo chegado ao ponto de admitir a hipótese de se batizar e de só guardar junto de si uma única esposa. Mas entrou em choque com os tradicionalistas que temiam notadamente que a monogamia cristã pusesse em causa os alicerces da sociedade Bamum. A partir de 1913, adotou uma posição mais reservada. A ruptura ficou consumada em 1915-1916, quando Njoya decidiu criar uma religião nacional cujos fundamentos e preceitos foram inscritos num livro intitulado *Nkuet Kwate* (Procura e Consegue). Esta religião, que se inspirava simultaneamente no islã, no cristianismo e nas crenças tradicionais, congregava em si vários temas fundamentais presentes nos diferentes sincretismos religiosos contemporâneos na África: crença num Deus único, universal e onipotente (Nyinyi), visão milenarista, noção de justiça e de salvação eterna. As escolas receberam por missão difundir a nova religião; foi erigido um santuário diante do palácio; o rito era celebrado em língua bamum, pois:

Deus consegue ouvir as orações de todas as raças humanas na sua língua respectiva, sem que tenha necessidade de falar a língua de outrora, pois foi ele quem criou todos os homens e os dotou do poder de inventar a sua língua. (*Nkuet Kwate*, capítulo 14).

A nova experiência religiosa foi, porém, de curta duração, pois, já em 1920, Njoya voltava ao islã, que conheceu então uma rápida expansão no seu reino.

No domínio da economia, o gênio criador de Njoya foi buscar inspiração no "modelo alemão". Assim, a metalurgia foi consideravelmente modernizada: quando, anteriormente, os bamuns eram obrigados a fornecerem-se de armas e ferramentas na região de Bamenda, pelo que ficavam numa perigosa situação de dependência, Njoya mandou construir altos fornos que utilizavam as areias

ferruginosas de Bamum. Na etapa seguinte, e com a ajuda de dois dos seus engenheiros, Nji Kpumie Pinu e Monliper Njimonjap, obteve dos artesãos bamuns diferentes aplicações mecânicas, nomeadamente o fabrico de moinhos de milho e a construção de uma tipografia para imprimir obras em *shu-mom*. Em matéria agrícola, uma nova legislação agrária veio favorecer a emergência de novas plantações. Em Mantum, construiu-se uma nova fazenda modelo. Foram difundidas novas variedades de milho, de amendoim e de feijão, sendo introduzida a cultura da batata e do tomate e encorajada a do algodão. Por último, foram criadas fazendas para criação de animais, dedicadas tanto a aves de galinheiro como a ovinos, caprinos e bovinos.

Esta economia rapidamente encontrou uma base de apoio numa verdadeira administração. A utilização da escrita permitiu a existência de registros de estado civil e a elaboração de dados fiáveis em matéria fiscal, sob a responsabilidade de um *derema*, inspetor encarregado de estabelecer a lista das pessoas sujeitas à capitação. Todas as decisões de justiça, todas as transações fundiárias passaram a ser registradas e consignadas. Fizeram-se mapas do território, bem como um plano da cidade de Fumban. Assim nasceu um embrião de burocracia e apareceram os primeiros arquivos.

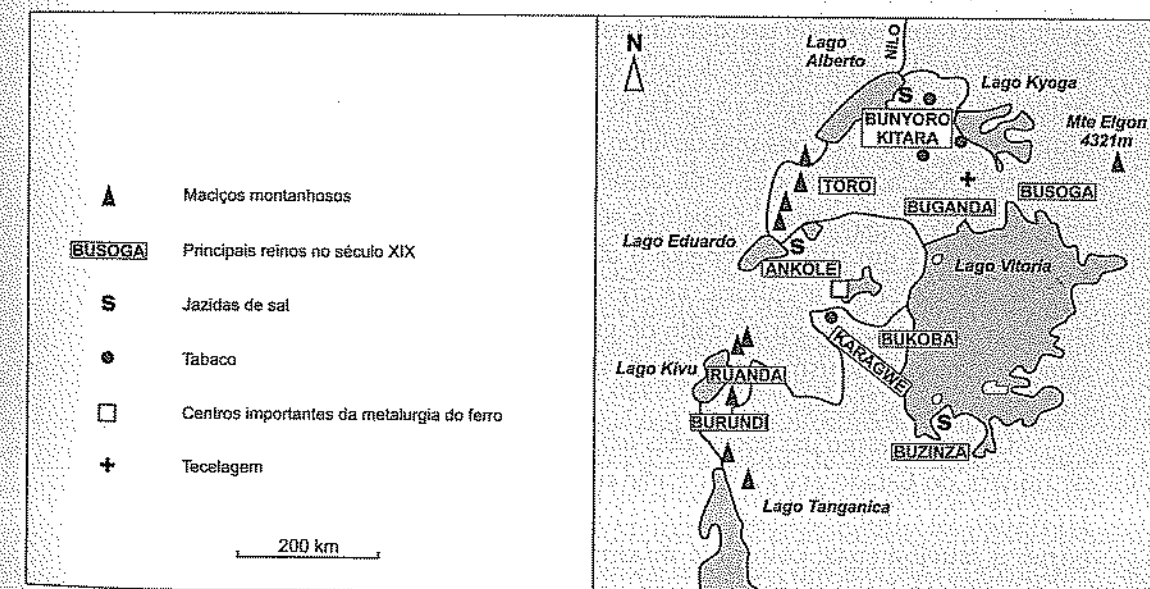
No domínio da arte, a influência exterior fez-se igualmente sentir: verdadeiro mecenas, Njoya incentivou a arte e o artesanato, que se enriqueceram com os contributos externos, os das populações conquistadas, mas que se viraram também para os fundamentos da tradição bamum, arte de corte presente em brasões reais inspirados pela mitologia bamum (aranha tecedeira, serpente de duas cabeças, duplo sino etc.), em pirogravuras, na estatuária etc. Empenhado em marcar o seu reinado por uma obra poderosa e grandiosa, Njoya mandou construir, de 1917 a 1923, um esplêndido palácio, diretamente inspirado na magnífica residência do governador alemão em Buea. Construído em madeira e em tijolo cozido, com dois pisos, o edifício reflete a obra do monarca, aliando tradição e modernidade e dando testemunho da atividade do foco artístico e cultural que era Fumban.

Na história pré-colonial e colonial, Njoya aparece como um modelo, o do soberano que soube encontrar respostas simultaneamente originais e ambíguas para os problemas suscitados pela abertura do seu reino ao mundo exterior. Simultaneamente inovador e pessoa enraizada na tradição, soube dar mostras de ecletismo e adaptar as influências vindas de fora às realidades do seu país. Nem todas as suas iniciativas tiveram êxito, como aconteceu com o moinho de milho, que foi logo vítima da concorrência das máquinas importadas. Mas o reinado de Njoya, situado num período de perturbações em que se assistiu ao triunfo do imperialismo, manifestou claramente a dinâmica política, estatal, mas também social e cultural que a África continha em si.

### C. A região dos Grandes Lagos: reorganização do espaço político

As terras altas situadas entre os Grandes Lagos da África Oriental também experimentaram em condições especiais o processo de formação de grandes Estados a partir de um núcleo mais ou menos antigo, associado à ideologia oficial e antiga da realeza, embora a acumulação de conquistas territoriais tenha imposto às equipes dirigentes numerosas inovações políticas. No início do século XIX, o espaço interlacustre era controlado por numerosas formações políticas: na sua maioria, esses Estados eram de muito pequena dimensão (documento 6) e estavam colocados sob a autoridade de um rei de direito divino, do qual dependiam diretamente numerosos chefes de província ou de distrito, também eles hereditários. Limitado pela restrita dimensão do Estado e das suas subdivisões territoriais, o controle do rei e dos chefes exercia-se sobre comunidades humanas de reduzida dimensão. Enquanto o Bunyoro-Kitara, a formação política mais extensa e mais importante desde o século XIV, sofria um declínio regular e um fracionamento persistente, atenuados por alguns sobressaltos momentâneos, assistiu-se no século XIX, graças a uma política sistemática de conquista, à formação de reinos imponentes, sendo os melhores exemplos o Buganda, o Ruanda, o Ankole e o Burundi. Estas inovações inseriam-se num espaço muito original, cujas particularidades contribuíam para acentuar.

Documento 6: Os reinos dos Grandes Lagos.



## 1. Originalidade do espaço interlacustre

Esta originalidade relaciona-se tanto com a economia de produção e de trocas comerciais, cujos efeitos políticos começamos a poder medir adequadamente, quanto com estruturas sociais fortemente hierarquizadas, cuja natureza já há muito tem vindo a ser discutida pelos especialistas, e ainda com a combinação entre uma homogeneidade cultural surpreendente, parentescos políticos indiscutíveis e dessemelhanças indubitáveis na organização do poder.

### Economia agropastoril e recursos do Estado

A agricultura andava sempre associada à pecuária em modalidades e proporções variáveis, muitas das quais desconhecemos ainda, ou conhecemos mal. Com efeito, como o resto da África Oriental, os reinos interlacustres sofreram em finais do século XIX epidemias e epizootias muito graves cujos estragos, em certas regiões – por exemplo, no Karagwe – destruíram definitivamente o antigo sistema económico, tendo provocado noutras transformações consideráveis e duradouras: acrescida às dificuldades técnicas e metodológicas gerais da História económica africana, esta cesura dificulta bastante qualquer reconstituição das economias dos países interlacustres durante o século XIX.

Assim, a oposição entre os Estados predominantemente pastorais e os Estados predominantemente agrícolas, tida por muito tempo como evidente, já não resiste à análise. Desde o clássico *The Cattle Complex in East Africa* de Melville J. Herskovits (1926), os etnólogos têm tendido a erigir o “complexo do gado” em eixo do sistema económico, político e social dos reinos interlacustres. Em apoio desta tese, parece de fato que a formação e o desenvolvimento desses reinos estiveram ligados à introdução do gado de grande porte, em especial os bovinos de longos chifres, associados em todas as tradições às dinastias e às aristocracias dirigentes. De resto, o consumo de leite, fresco ou coalhado, foi sempre um dos seus atributos, ao passo que o da carne, partilhada por todos, só ocorria em circunstâncias excepcionais, “pois não se criava o gado pela carne”. A pecuária era associada a um ritual complexo e tão elaborado que alguns observadores concluíram que toda a cultura, as crenças e a sensibilidade nas sociedades interlacustres repousavam no gado de grande porte, o que corresponde a cair sem dúvida no “fetichismo da vaca” (Claudine Vidal) que hoje é fácil objeto de crítica dos antropólogos.

De fato, mesmo nas sociedades em que a vaca era mais valorizada, a fonte de riqueza do Estado era a terra e não o gado. Se a salubridade dos planaltos, protegidos da tripanossomíase, autorizava a criação extensiva de gado de grande porte, a pluviometria, com dois máximos anuais de chuvas, possibilitava a organização de duas colheitas por ano, o que facilitava a extração de excedentes consideráveis para proveito dos grupos dirigentes.

Uma das clivagens principais separava os países bananeiros dos países cerealíferos, cujos exemplos mais significativos eram o Buganda e o Burundi,

respectivamente. Fácil de cuidar, proporcionando rendimentos elevados com um reduzido investimento em trabalho, pelo que dava aos produtores a possibilidade de se dedicarem paralelamente a outras atividades, a bananeira (de que hoje há mais de cinquenta variedades no Buganda) fornecia uma gama muito extensa de produtos que correspondiam a todas as necessidades alimentares, sociais e simbólicas da sociedade ganda: *matoke* (bananas de cozer), *gonja* (bananas de assar), *mbide* (bananas de cerveja) e *menvu* (bananas-fruta). Uma família conseguia viver com um hectare de bananeiras que, bem tratado, dava produtos durante trinta anos. Instalada em volta da casa, a *kijanba* (bananal), apresentava além disso a vantagem de gerar um meio ecológico especial que dispensava o estrume animal, graças à acumulação dos restos da cozinha, às folhas caídas das bananeiras e às ervas silvestres, tudo criando um microclima propício a uma diversidade de culturas. Nos países cerealíferos, pelo contrário, a associação da pecuária bovina e das culturas era condição necessária para uma agricultura produtiva e para o equilíbrio económico. Os dois cereais de base eram a eleusina e o sorgo, sendo que este ocupava um lugar central na organização do Estado. Assim, no Burundi, o fundador do reino, Ntare I (reinado: ca. 1700-1725), é também apresentado em numerosas tradições como o inventor da cultura do sorgo:

O sorgo foi trazido por uma formiga negra e era uma só semente. O rei estava sentado à porta da sua residência. Viu aquela formiga que levava a semente de sorgo: tirou-lha, semeou-a e ela multiplicou-se. Repartiu o sorgo entre as pessoas e ele espalhou-se por todo o país. É por isso que o rei só abençoa o sorgo: foi ele que o descobriu.

Todos os anos, o rei abençoava as sementes: ninguém tinha direito de semear o sorgo antes da festa anual das sementeiras e, em sinal de vassalagem, todos os chefes de província e de distrito se reuniam na corte do rei nessa ocasião. Isto traduz bem a importância do sorgo, que constituía, com o leite, o alimento distintivo da classe dominante, quando a gente do povo consumia predominantemente o feijão.

Com efeito, uma das transformações mais importantes sobrevindas nos sistemas agrícolas interlacustres no século XIX foi a generalização da “paisagem americana” (Jean-Pierre Chrétien): introduzidas a partir do século XVII ou do século XVIII, as plantas americanas, sobretudo o milho e o feijão, mas também a mandioca, a batata-doce e o tabaco, eram extensamente cultivadas no século XIX, tanto nos países bananeiros como nos países cerealíferos. Estas plantas, que começaram por ser conhecidas como alimentos de substituição e como “quebra-fome”, tinham passado a ser de consumo corrente, embora marcadas pelas desigualdades e os preconceitos de classe. Estas inovações, que levaram a uma maior abundância e a uma diversidade acrescida dos recursos alimentares, garantiram às sociedades interlacustres uma notável segurança alimentar cujas consequências políticas, diretas ou indiretas, é difícil avaliar.



Documento 7: Prestações e tributos no reino do Burundi<sup>1</sup>

|                                                    | Incidência                                     | Natureza                                                                                                                                                | Quantidade                                                        |
|----------------------------------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| A. Tributos em gêneros                             |                                                |                                                                                                                                                         |                                                                   |
| 1. Tributos do regime geral                        | Agricultores e criadores de gado               | Grãos de sorgo ( <i>imbu</i> ) <sup>2</sup>                                                                                                             | 1 cesto de 15 a 25 kg por propriedade                             |
|                                                    | Agricultores                                   | "Cerveja da terra" à base de sorgo                                                                                                                      | 1 moringa de 40 a 50 litros por propriedade                       |
|                                                    | Agricultores                                   | Cerveja <i>rari</i> <sup>3</sup> à base de sorgo                                                                                                        | 1 moringa "grande ou pequena" por cercado                         |
|                                                    | Terras pobres em sorgo                         | Feijões                                                                                                                                                 |                                                                   |
| 2. Tributos específicos de certos grupos e regiões | Criadores de gado                              | Vacas                                                                                                                                                   | Uma vaca por rebanho de pelo menos 10 cabeças <sup>4</sup>        |
|                                                    | Twa <sup>5</sup>                               | Esteiras                                                                                                                                                |                                                                   |
|                                                    | Terras ribeirinhas do lago Tanganica           | Noz-de-dendê                                                                                                                                            |                                                                   |
|                                                    | Regiões salíferas                              | Sal                                                                                                                                                     | Variável consoante o destinatário fosse o rei ou um dos príncipes |
| B. Prestações em mão-de-obra                       | Prestações fornecidas por cercado              | Trabalhos de cultura, durante as sementeiras do sorgo                                                                                                   | 1 adulto por cercado <sup>6</sup>                                 |
|                                                    | Prestações fornecidas por cercado              | Construção e reparação dos cercados e das residências dos reis e dos príncipes                                                                          | 1 adulto por cercado                                              |
| C. Prestações guerreiras                           | Todos os homens adultos e válidos <sup>7</sup> | Exército nacional: mobilização geral em caso de guerra.<br><br>Exércitos provinciais: mobilizações mais frequentes e variáveis consoante as províncias. |                                                                   |

(1) Os beneficiários eram o rei (simultaneamente o maior proprietário fundiário e o mais rico possuidor de gado) e os príncipes. Periodicidade anual, com modalidades e rigor variáveis conforme as províncias e os distritos. Os frutos de dendê destinavam-se exclusivamente aos príncipes da região.

(2) De *imbura* (colher). No momento da entrega do *imbu*, o súdito levava ao mesmo tempo duas moringas de cerveja, uma das quais, *bonero*, para "mostrar", sendo a outra, *pfupfu*, destinada a ser consumida pelos "funcionários".

(3) Cerveja dita *rari*, de *rarika* ("juntar em grande número", tanto a cerveja como os tributos prestados e os consumidores). Exigida nas grandes ocasiões: nascimentos, fim do luto, casamento etc. As fraudes (mistura com água, não respeito das quantidades) eram tanto mais numerosas quanto os príncipes, oficialmente, estavam proibidos de beber cerveja e bebiam hidromel: a cerveja *rari* ia para os seus dependentes.

(4) Dos criadores de gado ricos esperava-se que fornecessem bem mais do que uma vaca. Os pobres, que tinham menos de dez bovinos, por vezes, apenas dois ou três, formavam grupos para pagarem o tributo e recompensarem, em vitelos ou vitelas, o criador ou a linhagem que fornecera a vaca da prestação.

(5) Caçadores e coletores pigmeus, reputados também como artesãos (flechas, cerâmica, peles curtidas, esteiras).

(6) Muitos casos de isenção: os titulares de um cargo na corte do rei ou de um príncipe e todos os que podiam enviar em seu lugar um dependente ou entregar um produto de substituição (gado miúdo, víveres ou instrumentos agrícolas). Os tributários tinham de prover à sua própria subsistência.

(7) Os desertores e os refratários eram banidos da sociedade e, para nela serem reintegrados, tinham de demonstrar a sua bravura, por exemplo, marchando na primeira linha na primeira batalha em que participassem.

Fonte: quadro elaborado por Elikia M'Bokolo, segundo Roger Botte, "Burundi: de quoi vivait l'Etat", *Cahiers d'Etudes Africaines*, 87-88, XXII, pp.277-324.

A demografia, que é rica de implicações, é um terreno ainda por desbravar. No que toca à África Oriental, o debate sobre este tema, que continua hoje tão vivo como no momento da conquista colonial, opõe os que defendem ter havido uma regressão da população no período de 1800 a 1880 aos que sustentam que a população, na pior das hipóteses, teria mantido os seus efetivos e que, mais provavelmente, teria experimentado um crescimento talvez lento à escala de toda a África Oriental, mas sem dúvida forte em algumas regiões. Os reinos interlacustres pertenceriam a esta última categoria, mas carecemos de números que esteiem qualquer das hipóteses. Continua a ser difícil explorar as indicações dos exploradores de finais do século XIX, tanto numa perspectiva diacrônica como numa perspectiva sincrônica, como, nos seus notáveis trabalhos pioneiros mostrou Robert Kuczynski. Ele concluiu entretanto, para o reino do Buganda e para os Estados que seriam englobados na colônia inglesa de Uganda, que houve um crescimento demográfico a um ritmo relativamente acentuado durante o século XIX. Esse crescimento pode medir-se, por exemplo, pela dimensão dos exércitos mobilizados por esses Estados: 4 000 *abatezi* (os atacantes) no Burundi e 125 000 soldados no Buganda, segundo o explorador Henry Morton Stanley.

Há também que apreciar o nexo entre a riqueza da economia agrícola e a grande dimensão dos tributos (documento 7) cobrados pelas classes dirigentes às comunidades camponesas. Os modos de apropriação da terra eram muito diversificados: o direito eminente sobre a terra e o gado geralmente reconhecido ao rei traduzia-se concretamente, consoante os locais, pela existência de formas de propriedade ou de usos variáveis: propriedades reais (em especial no Burundi, onde o rei possuía, além do seu território próprio, propriedades dispersas pelo reino e destinadas a abrigar as suas numerosas esposas); propriedades dos príncipes e dos chefes, concedidas pelo rei ou confiscadas por estes aos camponeses; propriedade efetiva ou direito de uso reconhecido aos camponeses ou a comunidades específicas, como os *twa* (pigmeus). Embora os beneficiários destes tributos – o rei e os chefes de província e de distrito – devessem redistribuir uma parte deles, basta o número de tributos para indiciar que as inovações agrícolas do século XIX foram bem aproveitadas pelas classes dirigentes para aumentar os encargos que pesavam sobre os produtores.



### Mercados, trocas comerciais e integração

A organização das trocas comerciais contribuiu também para individualizar a zona interlacustre. Durante muito tempo, a importância da produção alimentar levou os pesquisadores a encarar as economias interlacustres como modelos de economias de autossubsistência, que ignoravam quase inteiramente as trocas comerciais. Contudo, hoje em dia, verifica-se que as trocas comerciais não só tiveram nessas sociedades uma importância real, mas se inseriam em grande medida na estratégia expansionista dos Estados.

Os reinos dos Grandes Lagos constituíam no século XIX um espaço comercial integrado, debilmente articulado com as outras redes comerciais da África Oriental. Os locais e os momentos da abertura a essas redes podem ser resumidos da maneira seguinte: os países ribeirinhos do lago Kivu estabeleceram no início do século XIX relações comerciais regulares com o Katwe, reputado por seu sal; no segundo quartel do século, o Buganda entrou em relações permanentes com o Ukerebe, situado na margem sudeste do lago Vitória; na realidade, a questão mais discutida continua a ser a da articulação dos países interlacustres com o comércio arabo-swahili e cartumense. Enquanto os produtos de luxo vindos da costa swahili (taças, pratos e travessas etc.) eram conhecidos no Buganda já desde o fim do século XVIII, os mercadores da rede arabo-swahili só chegaram a esse país mais tarde: os nyamwezis, primeiro, e, sobretudo, a partir de 1860 aproximadamente, os "árabes", cujo comércio só se tornou significativo por volta de 1875-1880. Na fronteira norte, os cartumenses começaram a operar nos anos 60 do século XIX. Em ambos os casos, o desenvolvimento das trocas comerciais correspondia às necessidades em armas de fogo dos Estados rivais. Mas, como eram estreitamente controladas pelos reis, essas trocas foram sempre muito localizadas, como mostra a débil difusão, ou até a inexistência, das doenças e dos estragos que acompanhavam muitas vezes as caravanas arabo-swahilis e cartumenses.

As trocas comerciais incidiram pois sobre produtos locais, desigualmente repartidos entre as diferentes regiões. O sal foi o primeiro desses produtos. O sal vegetal, de fraca qualidade e pouco apreciado, existia por todo o lado, é certo, mas o sal-gema só aparecia em grandes quantidades em três locais de extração: o de Buzinza, a sul do lago Vitória, que tinha uma área comercial restrita; o de Kibero, nas margens do lago Alberto, que abastecia o Bunyoro, o Buganda e, para norte, as terras dos acholis e dos alures; e, por fim, o mais apreciado sem dúvida, o de Katwe, elevado ao nível de centro comercial regional, que atraía gentes de Bunyoro, do Ankole, do Toro, do Ruanda e do Kivu, vindas para adquirir o sal por troca com cereais, legumes, tecidos e objetos de ferro. O ferro, precisamente, foi também um bem de troca procurado, e os seus centros de produção e de transformação mais importantes situavam-se no Karagwe e no Bunyoro, ambos reputados por suas enxadas e as suas lanças. O Buganda, pelo contrário, continuou a ser importador líquido de ferro, apesar das suas conquistas territoriais. A esses dois produtos de base, há que acrescentar os bens de luxo que circulavam quase sempre a longas

distâncias: tecidos fabricados a partir de cascas de árvore, que o Buganda exportava, em bruto ou tingidos, para o Bunyoro, o Karagwe e o Ruanda; café do Bunyoro e do Buganda, produzido em pequenas quantidades e utilizado como estimulante; e, por último, tabaco do Ankole, exportado para o Karagwe e o Bunyoro.

A importância política destas trocas comerciais é indiscutível. O mais das vezes erigido em monopólio real, o comércio contribuiu para reforçar o poder e a riqueza do rei e das classes dirigentes e, simultaneamente, para agravar o sistema de tributação dos excedentes necessários à aquisição dos bens de troca, a expensas dos camponeses. Além disso, as zonas produtoras de bens raros eram objeto de cobiça por parte dos Estados e uma das causas da sua rivalidade. Assim, durante o século XIX, o Katwe, cujo sal era muito procurado, passou para a tutela sucessiva do Ankole, do Buganda e do Bunyoro. Por último, a força material dos Estados dependia cada vez mais da sua participação nas trocas comerciais – e isso explica os períodos de poderio do Bunyoro, território rico em ferro, café e sal, cuja posição estratégica junto ao limite setentrional do espaço interlacustre foi extraordinariamente bem aproveitado para desenvolver as trocas comerciais no interior desse espaço e para o exterior, em direção aos seus vizinhos não bantus (acholis, alures e langos). Inversamente, o Buganda, que tinha como principal riqueza a banana, adotou, nas relações com os seus vizinhos, uma política predominantemente de predação e não de comércio, a qual, aliás, veio a redundar na gradual anexação das zonas de razia. No último terço do século XIX, o Karagwe e o Buganda, que haviam adquirido armas de fogo junto dos mercadores arabo-swahilis, e o Bunyoro, que se tinha aprovisionado junto dos cartumenses, esforçaram-se, sem êxito, por impedir o acesso de traficantes estrangeiros aos reinos vizinhos com os quais disputavam a hegemonia.

### Hierarquias e desigualdades sociais

As sociedades interlacustres apresentavam pelo menos duas originalidades relativamente às outras áreas políticas e culturais africanas: a escravatura estava nelas menos desenvolvida, salvo talvez no Buganda, cujo crescimento demográfico, fortemente estimulado aliás pelos bons resultados da sua economia agrícola, se explicaria também pela incorporação na sociedade de cativos de guerra; além disso, as fortes desigualdades sociais, cuja amplitude se agravou sem dúvida no século XIX, estão muito longe, na sua expressão e nos seus fundamentos, daquelas das outras sociedades de desigualdades institucionalizadas, nomeadamente das sociedades de castas da África Ocidental. Assaz paradoxalmente, a abundância dos materiais e a recorrência dos debates sobre a natureza das sociedades interlacustres não contribuíram muito para a compreensão das relações sociais reais.

Impressionados com a força dos Estados, assim como com a associação desequilibrada e conflituosa entre a agricultura e a pecuária e com a aparente rigidez das estruturas sociais, o que fizeram os observadores europeus do século XIX e uma longa tradição antropológica foi construir um modelo de sociedade,

de resto cristalizado no tempo, mais do que descrever ou analisar processos reais. Esse modelo representava as sociedades interlacustres como “sociedades de castas”: no topo, o rei com poderes teoricamente absolutos e de direito divino; seguidamente, uma aristocracia pastoral (tutsis do Burundi e do Ruanda, himas<sup>2</sup> do Ankole, do Karagwe e dos Estados vizinhos); mais abaixo, agricultores (hutus do Burundi e do Ruanda, bairus dos reinos setentrionais; por vezes, twas). Esta hierarquia de castas correspondia também, para a maioria dos autores, a uma estrutura “feudal” e as relações pessoais de “clientela”, pelas quais os camponeses bairus e hutus se ligavam por contrato a “patrões” himas e tutsis: o “cliente” recebia do patrão a promessa de proteção e uma vaca que continuava, porém, a ser propriedade do último; em troca, devia-lhe certas prestações. Por último, para os mesmos autores, esta estrutura de castas e estas relações de clientela remetiam para uma diferença e uma hierarquia de “raças” naturalmente desiguais: por um lado, uma raça “superior”, abusivamente apresentada como a dos hamitas, com características antropológicas e qualidades morais que legitimavam a sua superioridade; por outro, a raça “inferior” dos camponeses bantus. À primeira, atribuíam-se a inteligência, a aptidão para o comando, a diplomacia, o jeito para a política e todas as qualidades militares de um povo de pastores e guerreiros. À segunda, só se reconheciam a passividade, a inconsciência, a indolência. O ilustre Sir Harry Johnston, num clássico da literatura colonial, *The Uganda Protectorate* (1902), chegou mesmo ao ponto de justificar essas hierarquias e a utilização dos chefes himas na administração indireta da colonização britânica, apresentando os himas como uma “raça” temperante, virtuosa e casta e os bairus como uma “raça” licenciosa, propensa à anarquia sexual. Nem a descrição notavelmente minuciosa de Hans Meyer, baseada num minucioso inquérito de campo, consegue evitar completamente tais estereótipos (documento 8).

#### Documento 8: As relações sociais no antigo reino do Burundi

Tanto em Urundi como no Ruanda e nos outros Estados Bahima, de Unyoro ao norte até Ufipa ao sul, tudo pertence ao rei, a terra, o povo e o gado, em virtude do seu direito hereditário de conquistador. Reparte todo o país em feudos hereditários entre os membros da sua família e do seu clã, os *baganwa*. Guarda, porém, a possibilidade de se retratar a qualquer momento, se não estiver satisfeito com o detentor. Esses grandes vassallos ou grandes *batwale* repartem por seu turno os seus domínios em feudos menores que dão ao seu séquito, o qual faz o mesmo, de maneira que todo o país está coberto por uma gigantesca rede de vassallos do rei que são, na sua grande maioria, *batussi*, os menos importantes dos quais têm uma posição equivalente à de regedor de aldeia. A menor unidade territorial desta organização administrativa é a montanha, o topo de um planalto (*umutumba*, *umurambi*), pois, neste país de planaltos, extraordinariamente recortado por vales pantanosos, não é o vale mas a montanha que suporta o habitat. [...]

Todos os vassallos devem evidentemente ao rei certas prestações, que lhe permitem fazer face aos custos enormes da sua corte, remunerar os seus agentes e travar as suas guerras. Distinguem-se três espécies de feudos consoante a natureza das obrigações que lhes estão associadas: 1) os feudos fundiários, cujos detentores estão obrigados a entregar regularmente uma quota-parte determinada do rendimento dos campos;

2) os feudos de gado, que têm de entregar todos os meses um certo número de bovinos, bem como leite e manteiga; 3) os feudos de guerra, cujos detentores devem manter uma tropa de guerreiros prontos a intervir a todo o momento e pô-la imediatamente à disposição do rei se este der ordem para tal. Por vezes, num dado território, estes três tipos de feudos estão concentrados num só vassallo, o que simplifica sobremaneira a administração. Mas muitas vezes acontece que o vassallo recebe uma montanha como feudo, com os *bahutu* que habitam lá e que serão pois sua gente, sem que, por isso, lhe sejam dados todos os direitos. Pelo contrário, na mesma montanha pode haver outro matussi que terá o feudo da guerra, quer dizer, em caso de conflito, o dever de reunir os homens dessa região. Eventualmente, um terceiro matussi dessa montanha pode estar encarregado da repartição das terras de pastagem e assim por diante. Este ordenamento tem por objetivo fazer com que cada titular de um direito vigie ciosamente os outros e que o rei conserve sempre e em toda a parte as rédeas do poder.

Fonte: Hans Meyer, *Les Burundi. Une étude ethnographique en Afrique Orientale*, 1916, Edição crítica, apresentada e anotada por Jean-Pierre Chrétien, Paris, Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 1984, pp. 121-122.

A realidade parece completamente diferente. O papel atribuído à pastorícia como fator primeiro de explicação surge-nos eminentemente discutível, visto que no Buganda – que tinha também uma sociedade fortemente hierarquizada – a criação do gado grosso só marginalmente era praticada. De resto, os contratos de “clientela” não incidiam apenas na pecuária: no Burundi, o contrato *ubugabire*, que ligava o patrão (*shebuja*) ao cliente (*umugabire*), incidia tanto sobre o gado como sobre a terra e ainda outros bens; no Ruanda, se é certo que o contrato *ubuhake* incidia no gado, havia outro contrato, o *ubuletwa*, que dizia respeito à terra. Na realidade, as pretensas castas eram apenas expressão da divisão social do trabalho entre grupos complementares e solidários, como constatava já em 1921 um dos primeiros administradores belgas chegados ao país, Pierre Ryckmans: “Batutsi e bahutu consideram-se todos barundi: têm entre si relações constantes, dependem uns dos outros para viverem.” Com efeito, nesses Estados como por todo o lado, a existência de classes sociais, o sentimento de classe e as desigualdades sociais não eram incompatíveis com a consciência de uma identidade nacional.

Se é certo que se exagerou a importância das nomenclaturas sociais (himas, tutsis, bairus, hutus), abusivamente transformadas em etnônimos, em castas e em raças, a problemática das classes sociais revela-se bastante mais fecunda. Mas com ela há que renunciar ao modelo “feudal”, que foi importado da Europa medieval para a África do século XIX e da colonização, e vinha evidentemente carregado de *a priori* intelectuais, de preconceitos ideológicos e de cálculos políticos. E há também que levar em conta certos processos sociais reais que evidenciam sociedades abertas, nas quais o jogo das estratégias individuais e coletivas e os altos e baixos da política podem fazer passar um homem assim como os seus dependentes de um grupo para o outro.

Deste ponto de vista, o caso do reino de Ankole, estudado por Samwiri Rubaraza Karugire, é muito instrutivo. As guerras do século XIX geraram oportunidades novas para todos os que ambicionavam fazer parte da classe dirigente. À frente das províncias ou distritos, dirigidos antes por um adminis-

trador civil, veio a surgir um segundo tipo de autoridade, com atribuições principalmente militares. Este posto coube a numerosos bairu, nomeadamente durante o reinado de Ntare V (ca. 1867-1895). O rei gratificava esses oficiais, que já tinham enriquecido aliás com os saques de guerra, distribuindo-lhes gado e terras. O reforço do poder real proporcionou outras possibilidades de promoção a quem não tinha talento militar. Os reis ganharam o hábito de elevar os homens que controlavam numerosos dependentes ao grau de *abakunga abarukwehikira* (os chefes que têm acesso direto ao rei), que tinham como um dos seus privilégios poderem exigir das pessoas colocadas sob a sua autoridade as prestações que entendessem adequadas. Assim, pela vontade do poder real, homens que tinham nascido bairu podiam adquirir grandes rebanhos pela guerra, por gratificações e pela acumulação de prestações, casar com mulheres himas e deixar uma descendência que ao fim de duas ou três gerações se tornava hima. No sentido inverso, havia himas que caíam em desgraça, que eram alvo de confisco e de sanções por parte do rei, descendo ao grau de bairus. Em todo o caso, esta mobilidade no topo da hierarquia social não tinha qualquer efeito para quem continuava na base, fosse bairu ou hima, pois aí a divisão social do trabalho ia frequentemente a par com a igualdade de condições.

Evoluções comparáveis se verificam nos outros reinos durante o século XIX. Assim, no Ruanda, a prática do *ubuhake* e do *ubuletwa* só teria começado a estender-se a partir do reinado do *mwami* (rei) Yuhi Gahindiro, entre 1830 e 1860, aproximadamente. Parece também que o aumento das prerrogativas monárquicas começou por se traduzir pela distribuição de terras à parentela, aos servidores mais merecedores e aos favoritos do rei, e pela generalização de contratos *ubuletwa* e a subordinação territorial. O desaparecimento gradual dos baldios e das zonas de pastoreio livre, dificultando muito a prática da pecuária pelos agricultores, teria seguidamente acelerado a difusão do *ubuhake*. Esta evolução relativamente lenta e irregular podia ler-se na geografia das relações sociais no fim do século XIX. No centro do reino, os contratos eram de prática bastante antiga: eram seus parceiros, segundo as circunstâncias, indivíduos ou grupos familiares. Na periferia, nas províncias do oeste e do leste, os criadores tutsis recusavam-se ainda a reconhecer a autoridade de um grande chefe e os agricultores hutus só mantinham com os tutsis relações de trocas mercantis, produtos da terra contra produtos da pecuária. Numerosos hutus possuíam na altura rebanhos pessoais de vacas, adquiridas graças às trocas comerciais e chamadas "vacas da enxada". Ao que parece, a generalização do *ubuhake* foi pois tardia (fim do século XIX e princípios do século XX), tendo sido acelerada por dois fatores: a epizootia dos anos 1890 a 1892, que dizimou provavelmente metade dos efetivos, tanto no Ruanda como no Burundi, e que os agricultores tiveram muito mais dificuldade em superar do que os pastores, e a colonização alemã e, seguidamente, belga, que procedeu a uma "feudalização" (Jean-Pierre Chrétien) da sociedade, quer no plano do conhecimento teórico, quer no plano da instauração de um pretenso "direito costumeiro".

## 2. Tipologia das evoluções

As formações políticas interlacustres sofreram durante o século XIX evoluções contrastantes: declínio persistente apesar de alguns sobressaltos espetaculares, de que o Bunyoro-Kitara nos dá o melhor exemplo quanto à extensão territorial e à organização do poder; manutenção das fronteiras do Estado, acompanhada muitas vezes, como acontece com o Ankole, por um reforço sem precedentes das prerrogativas monárquicas; expansão territorial por meio de guerras de conquista que, em especial no Buganda, reforçavam o papel do exército, os privilégios dos grupos dirigentes e os poderes do rei. Por diversas razões, essas evoluções estavam estreitamente ligadas entre si. Dada a relativa exiguidade do espaço interlacustre, todo o ganho de território em proveito de um Estado só poderia fazer-se à custa de outro ou de outros. Além disso, as genealogias cuidadosamente mantidas pelos reis e pelas famílias reinantes ligavam-nos a três dinastias prestigiosas: a dos Bito na parte setentrional (em particular, Bunyoro-Kitara, Buganda, Busoga e Toro); a dos Hinda, no centro e sudeste (Ankole, Karagwe, Estados ribeirinhos do lago Vitória); a dos Nyiginya, para o sudoeste, no Buganda e no Ruanda. Embora essas filiações fossem muitas vezes hipotéticas, postuladas por cálculo e continuem controversas, a escolha decisiva para a política externa dos Estados entre a coexistência, a negociação e a guerra repousava muitas vezes na existência ou não desses laços de parentesco reais ou supostos entre as diferentes famílias reinantes.

### Um modelo de declínio: o Bunyoro-Kitara

O Bunyoro-Kitara fora o reino mais prestigioso, tanto por sua antiguidade e por sua anterioridade relativamente aos outros Estados interlacustres, como porque se honrava de ter sido o primeiro reino fundado pela dinastia dos Bito. Na altura em que adquiriu a sua máxima extensão, entre os séculos XIV e XVI, abrangia, dizem as tradições, o conjunto da região interlacustre, extravasando até para a Etiópia, as terras quenianas, o Tanganica, o Ruanda e os seus vizinhos ocidentais. O seu declínio, que se exprimiu em especial pela formação de reinos independentes, foi pois um longo processo no qual o século XIX representa apenas o termo e que decorreu da conjugação de várias causas.

Para o explicar, houve quem avançasse a teoria sedutora mais frágil da articulação entre o modo de vida das populações e a solidez relativa dos Estados. A debilidade do Bunyoro-Kitara decorreria do modo de vida essencialmente pastoril dos Bito: adeptos do nomadismo, habituados às incessantes disputas entre criadores de gado, estariam mais interessados nos raptos de gado do que no governo dos homens. Em contrapartida, a força do Buganda viria das suas populações agrícolas e sedentárias, mais fáceis de controlar, de dominar e de mobilizar. Estas hipóteses não são confirmadas pelo cotejo das diversas experiências políticas que a região interlacustre conheceu: entre os reinos que



mais se reforçaram no século XIX, contavam-se também o Ankole e sobretudo o Ruanda, Estados considerados tão pastoris como o Bunyoro-Kitara. De fato, em vez de apoiarmo-nos numa única teoria, há que procurar para o declínio do Bunyoro-Kitara causas múltiplas, que agem umas sobre as outras, intensificando assim os seus efeitos. Essas causas dizem simultaneamente respeito a fatos de estrutura, à aceleração dos acontecimentos próprios às conjunturas do século XIX e às particularidades da situação geopolítica desse Estado.

A organização territorial e os mecanismos de sucessão constituíam debilidades estruturais. Como o costume proclamava que "cada *omukama* (rei) se faz a si próprio, sozinho", era raro que um rei designasse o seu sucessor e, quando tomava tal disposição, era de uso não a respeitarem. O rei provinha do clã dos Bito que, no final do século XIX, abarcava não menos de 156 subclãs. A prática impusera muito depressa a distinção entre *babito kwonka* (os que são exclusivamente *babito*), afastados da linhagem reinante, e *babito b'engoma* (os *babito* do tambor, isto é, *babito* destacados e respeitados), os filhos do monarca reinante e os seus parentes próximos. Embora a competição só tivesse lugar neste último grupo, nem por isso era menos feroz, em razão do número de pretendentes, consequência inevitável da poligenia: com efeito, os filhos do rei (a um dos *abakama* atribuíam-se mais de 200 filhos) e os seus irmãos tinham legitimidade para reivindicar o trono. Como o território estava repartido em províncias colocadas sob a autoridade dos *babito b'engoma*, essas crises de sucessão propiciavam a autonomização das unidades administrativas, ou até o seu separatismo. Degenerando por vezes em guerra civil, as crises arrastavam consigo fomes e desordens incalculáveis: recusando obedecer ao rei, os súditos não hesitavam em emigrar para os reinos vizinhos.

A posição do Bunyoro-Kitara, situado no eixo Nilo-lago Vitória, conferia-lhe a força que tinha, ao dar-lhe o controle de recursos variados. No século XIX tornou-se uma causa de debilidade, pois atraiu a cobiça dos seus vizinhos imediatos – em especial o Buganda e o Ankole – e longínquos – essencialmente os cartumenses. Longe de provocar um sobressalto coletivo, o avolumar dos perigos externos agravou correlativamente o mal-estar interno, tanto mais quanto o Bunyoro experimentava uma longa crise de autoridade.

Dos cinco reis que se sucederam no século XIX (documento 9), só um, Kabarega, é considerado pelos cronistas, tradicionalistas nyoros e historiadores, como um "grande rei", possuindo simultaneamente a vontade de restaurar a grandeza passada do Bunyoro-Kitara e a capacidade de inovar. Chegado ao poder em finais do século XVIII, depois de ter expulsado dele o irmão, Nyamutukura absteve-se de tentar reconquistar os territórios que o pai e o avô tinham perdido em proveito do Buganda e do Ankole. Satisfeito com o regresso da paz civil, repartiu as províncias entre os filhos cujas ambições e apetites não suportaram o seu longo reino e cuja revolta foi até à secessão de várias regiões, em especial a do Toro, erigido definitivamente em reino independente e rico, pois controlava a produção de sal de Katwe, das terras reputadas por suas ervas e o acesso das estradas que conduziām à costa swahili. Quando morreu, os filhos mais capazes

instalados à frente desses novos Estados não se dignaram sequer a participar na guerra de sucessão. O reinado de Mugenyi, mais conhecido pelos seus talentos de criador de gado do que por suas qualidades de homem de Estado, não teve história. Uma nova guerra de sucessão levou ao poder Rwakabale que pouco depois foi derrubado e assassinado pelos irmãos. Um dos que o venceu foi Kamurasi, cujo reino se caracterizou por uma sucessão de guerras civis, pelas primeiras tentativas de reconquista de províncias secessionistas e por um poder cada vez mais autoritário.

**Documento 9:** Os reis Bunyoro-Kitara no século XIX

| Nome                         | Datas de reinado <sup>1</sup> | Ordem <sup>2</sup> | Geração <sup>2</sup> | Acontecimentos marcantes                                                                                                               |
|------------------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) Kyebambe III, Nyamutukura | 1786-1835                     | 19º                | 14ª                  | Rebelião. Secessão dos filhos. Defecção definitiva do Toro. Guerra contra o Buganda.                                                   |
| 2) Nyabongo II, Mugenyi      | 1835-1848                     | 20º                | 15ª                  | Guerra de sucessão.                                                                                                                    |
| 3) Olimi V, Rwakabale        | 1848-1852                     | 21º                | 16ª                  | Guerra de sucessão. Assassinado.                                                                                                       |
| 4) Kyebambe IV, Kamurasi     | 1852-1869                     | 22º                | 16ª                  | Guerra de sucessão. Exploração de Speke e Grant. Chegada de Samuel Baker que agia por conta do <i>quediva</i> do Egito.                |
| 5) Chwa II, Kabarega         | 1869-1899                     | 23º                | 17ª                  | Guerra de sucessão. Guerras contra os vizinhos. Dificuldades com os cartumenses e os britânicos. Capturado e exilado pelos britânicos. |

(1) Datas aproximadas, com exceção da que marca o fim do reino de Kabarega.

(2) Desde o primeiro rei da dinastia dos Bito.

Fonte: quadro elaborado por Elikia M'Bokolo, segundo G. N. Uzoige, 1973.

Kabarega (*akama ka Balega*, "filho dos Balega", grupo étnico de que era originária a mãe), teve, por seu turno, que se impor face a pretendentes rivais, em batalhas que duraram mais de um ano. Teve a habilidade de revolucionar sem alarde as tradições. Em lugar de se acantonar na capital, institucionalizou a itinerância da corte por todo o reino, como era habitual em vários reinos interlacustres, chamou para junto de si os notáveis mais influentes e, para dirigir as províncias, nomeou



chefes que não eram seus parentes diretos; desta maneira, aumentou o controle do rei sobre o conjunto dos territórios abrangidos por sua autoridade. A sua grande reforma foi a criação de um exército permanente e nacional. Antes dele, os chefes de província mobilizavam exércitos locais consoante as necessidades. Ele instituiu um exército de soldados profissionais (*abarusura*), dotados de armas tradicionais (lanças e arcos) e de espingardas, cujos efetivos variavam entre 5 000 e 20 000 homens, consoante os testemunhos. Esses *abarusura*, além dos ataques frutuosos contra os Estados vizinhos, tiveram a glória de vencer exércitos reputados: o dos egípcios e cartumenses, dirigido por Sir Samuel Baker 1872, e o do Buganda em 1886. Em 1890, conseguiram até ocupar durante três meses a capital do Buganda. Foi necessária toda a força de fogo do exército de conquista britânico para, em 1899, anular definitivamente este sobressalto tardio.

#### Um modelo de expansão: o Buganda

Uma das forças do Buganda foi ter resolvido relativamente cedo, no início do século XIX, o problema das regras e modalidades de sucessão ao trono real, questão que mergulhava regularmente o Bunyoro e os reinos vizinhos na guerra civil. Nas épocas mais recuadas, o uso requeria que, morto o rei (*kabaka*), o poder passasse para seu irmão mais velho. Mas, ao longo do século XVIII, o conflito armado entre os pretendentes ao trono tornou-se regra, em condições comparáveis às do Bunyoro: a competição circunscrevia-se aos filhos do rei, os "príncipes do tambor *mujaguzo*", excluindo todos os seus outros parentes, em especial os netos, os "príncipes do tambor *kanaba*". O último rei que chegou ao poder seguindo este processo foi Kamanya (ca. 1798-1825) que teve que vencer o irmão: Kamanya mandou matá-lo, bem como a vários dos seus próprios filhos, acusados de terem escolhido apoiar o campo adverso no momento da guerra de sucessão.

A proclamação dos dois reis seguintes, Suna (ca. 1825-1856) e Mutesa (1856-1884), fez-se conforme as novas formas: a decisão recaiu sobre um grupo de chefes influentes formado por uma dezena de notáveis, em especial o *katikiro* (ministro principal), o *kasuju* (ministro da Família Real), o *mugema* (ministro encarregado dos Antigos *kabaka*), o *kimbungwe* (guardião do Cordão Umbilical), a *namasole* (regente), o *omulamuzi* (ministro da Justiça), o *omuwanika* (responsável do Tesouro) e os governadores das cinco províncias. Se uma espécie de consenso presidiu a eleição de Suna, a de Mutesa assemelhou-se a uma usurpação. Os chefes tinham chegado de início a um acordo para entronizarem Kajumba, primogênito de Suna, mas posteriormente optaram por Kiyimba, pois o primeiro, com fama de violento e autoritário, parecia difícil de manipular. No dia da eleição, para surpresa quase geral, foi sobre Mutesa que recaiu a preferência do *katikiro*, seguido, de bom ou mau grado, pelos seus pares. Príncipe discreto e considerado na altura como fraco, Mutesa, com cerca de dezoito anos, beneficiara-se das manobras do ministro principal, de cumplicidades interesseiras na cúpula do Estado e de um erro crasso dos chefes influentes que, convencidos de que Kiyimba iria ganhar,

estiveram ausentes da corte durante as últimas negociações. Contestado logo que fora eleito, Mutesa levou pelo menos seis anos eliminando os descontentes; até ao seu termo, o seu poder manteve a marca de uma extrema crueldade.

Estes longos reinados (cerca de 27 anos para Kamanya, 31 para Suna e 28 para Mutesa) garantiram ao Buganda uma notável estabilidade, propícia à expansão territorial e à hegemonia regional. Outros fatores atuaram no mesmo sentido. O país possuía uma rica agricultura que ocupava principalmente as mulheres. Os homens consagravam-se em parte a um artesanato reputado pelos tecidos, pelas canoas e pela construção; forneciam também os inúmeros trabalhadores sujeitos à corveia, encarregados nomeadamente de manter uma rede muito densa de estradas que irradiavam da capital; recrutavam-se também soldados entre eles. Graças a esta rica economia, uma numerosa burocracia conseguia viver de maneira improdutiva e consagrar-se exclusivamente às tarefas que reforçavam o Estado. Nos limites de um Estado que manteve dimensões muito modestas até ao último terço do século XVIII, os *kabaka* conseguiram também suscitar uma espécie de consciência nacional, cuidadosamente mantida por cerimônias e rituais de corte muito elaborados, pela ideologia da realeza sagrada e pelo culto dos *lubale* (espíritos) com os quais se considerava que o rei estava em relações permanentes.

A evolução específica do reino entre 1820 e 1884 contribuiu para reforçar esse lealismo. Apesar da existência do *Lukiiko* (Conselho Real), a monarquia, que se proclamava de direito divino, ganhou um aspecto cada vez mais absoluto. Os reis conseguiram dissolver o particularismo e as ambições dos chefes de clãs, tomando uma esposa em cada clã importante, e guardando na corte os filhos dos chefes, pomposamente batizados *bagalagala* (pajens), mas considerados na verdade como reféns. A criação pelo *kabaka* Kamanya dos *bitongole* (circunscrições administrativas e militares simultaneamente) lado a lado com os antigos *saza* (unidades exclusivamente administrativas), reforçou ainda a adesão aos valores encarnados pela monarquia: numerosos clientes, alguns dos quais eram imigrantes dos reinos vizinhos, puseram-se ao serviço dos *batongole* (responsáveis dos *bitongole*) na esperança de participarem no saque de guerra e de se tornarem notados junto do rei. Desde o século XVIII, o *kabaka* atribuiu a si próprio uma prerrogativa suplementar: a de nomear para chefiar os *saza* funcionários capazes, dependentes dele, em lugar dos chefes hereditários; em 1800, sete postos de chefe de *saza* dos dez existentes eram já ocupados por funcionários.

Iniciada pelo *kabaka* Junjun em meados do século XVIII, a era das grandes anexações territoriais prolongou-se até ao início do século XIX, principalmente a expensas do Bunyoro. Mas, a partir de 1820, aproximadamente, as guerras travadas pelos gandas (ou *baganda*), embora mantendo a sua frequência, mudaram de objetivos e de natureza. Já não se destinavam a anexar territórios. O objetivo era, ou pilhar e acumular saques de homens e de produtos, ou submeter povos a quem o Buganda deixava a independência nominal mas se tornavam seus tributários. Estas repetidas intervenções no exterior foram facilitadas pela multiplicação do

número de refugiados, tanto pretendentes infelizes ao trono dos seus países como gente comum. O Buganda não era o seu único beneficiário. Em finais do século XVIII e princípios do XIX, o príncipe Ganda Kakungulu, vencido por Kamanya, quando da sucessão do *kabaka* Semakokiro, refugiara-se no Bunyoro, que quis ajudá-lo a apoderar-se do poder: o Buganda ripostou mobilizando um grande exército que anexou a maior parte do território do seu vizinho. Uma vez assegurada a estabilidade do seu poder no interior do seu reino, o *kabaka* pôs-se a explorar habilmente as divisões dos reinos vizinhos e a intervir nos seus assuntos internos de maneira a instalar no poder príncipes que aceitassem a hegemonia e a tutela ganda.

Assim se foi constituindo gradualmente um espaço político original dominado pelo Buganda e que compreendia uma rede de Estados tributários e de reinos clientes. Na periferia imediata do Buganda, os reinos tributários compreendiam o Busoga, a nordeste, e sobretudo, no sul, o Bwera, o Buhaya e o Kooki. O rei do Kooki estava colocado sob a autoridade do chefe do Buddu, província anexada pelo Buganda em finais do século XVIII; era a esse chefe que pagava o tributo destinado à corte do *kabaka*; cada novo rei do Kioko tinha de ser entronizado pelo chefe do Buddu. Nos anos 1840-1850, dilacerado pelas querelas intestinas, o Busoga caiu por seu turno sob a tutela do Buganda. Os gandas mantiveram no país a antiga estrutura administrativa com os seus titulares. Mas, junto a ela, ou mesmo acima de cada chefe sogá, colocaram um funcionário ganda: para serem reconhecidos, todos os chefes sogá deviam pagar um imposto especial e participar, em certas ocasiões, nas cerimónias da corte do *kabaka*; famoso pelos seus músicos e os seus dançarinos, o Busoga tinha como obrigação, entre outras, enviar os melhores à corte dos gandas. Era o regime da administração indireta, *avant la lettre*, regime cuja generalização no império africano da Grã-Bretanha havia de fazer o renome de Frederick Lugard. Nos reinos clientes, como o Karagwe, o Kiziba, o Bukoba, o Busubi e o Buzinza, a tutela dos gandas fazia-se sentir menos: os reis pagavam um tributo e consideravam-se protegidos do *kabaka*; pago esse preço, continuavam independentes. A anexação de territórios pelo Buganda só veio a recomeçar nos anos 80 do século XIX, no contexto novo do imperialismo colonial e com a benevolência dos britânicos.

#### Na esteira do Buganda

Menos espetaculares do que no Buganda, a expansão territorial e o reforço do poder monárquico caracterizaram também os outros reinos interlacustres que tinham conseguido preservar a independência.

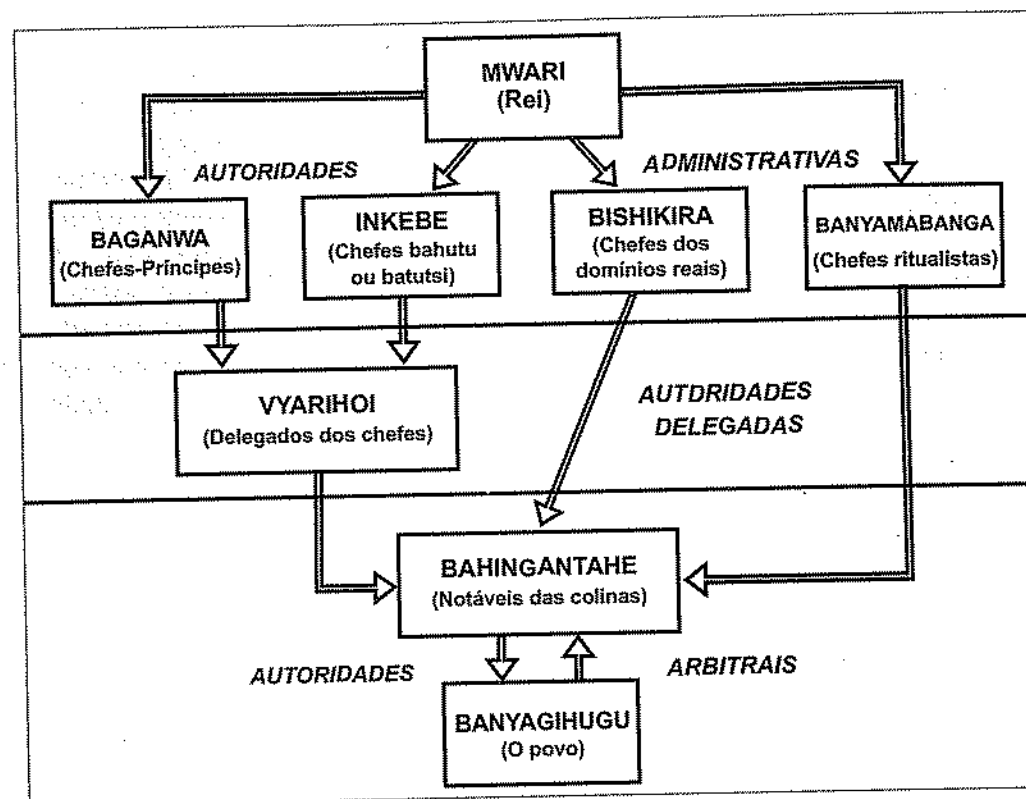
No Ruanda, a “grande expansão” (Jan Vansina), iniciada em meados do século XVIII, prolongou-se no século seguinte sob o impulso de três reis: Yuhi IV Gahindiro, Mutara II Rwoogera e Kigeri IV Rwaabugiri, morto em 1895. Fora preparada por uma série de reformas que permitiam um maior controle do espaço: estabelecimento de campos militares permanentes nos pontos estratégicos do

reino; criação de comandos militares nas regiões fronteiriças, destinados tanto a proteger o reino como a servir de bases de apoio aos exércitos de conquista. A expansão foi também favorecida pela mobilidade dos pastores tutsis, que precediam o exército nos territórios que o mwami queria conquistar, preparando a sua intervenção. Estas guerras de conquista acabaram por dar ao Ruanda a sua fisionomia territorial atual. Paralelamente, precipitaram a evolução do poder para uma espécie de “monarquia absoluta” (Luc de Heusch). As reformas empreendidas a partir de Gahindiro tiveram por efeito intensificar os encargos que pesavam sobre a gente comum, tanto tutsis como hutus e até twas: criação, junto a cada “chefe da terra”, de um “chefe do gado”: o primeiro cobrava os tributos agrícolas, o segundo o imposto de leite; organização de batalhões permanentes e hereditários a que tinham de ficar vinculadas às diversas linhagens tutsis, hutus e twas. A hierarquia militar que se sobrepôs à dupla hierarquia administrativa foi um instrumento privilegiado do poder monárquico, pois qualquer militar, fosse qual fosse o seu posto, estava obrigado a manter uma relação direta com o *mwami* a que podia recorrer em caso de necessidade.

O Burundi beneficiou de uma estabilidade política ainda maior do que o Ruanda e o Bunyoro pois só conheceu dois reis no século XIX: Ntare Rugamba (ca. 1800-1850) e Mwezi Gisabo (ca. 1850-1908). Foi ao primeiro que coube a empresa de expansão territorial. Com efeito, o *mwami* Ntare Rugamba (Ntare, o Guerreiro) travou guerras incessantes com os seus vizinhos, que o Burundi se apressou a anexar: o Bugesera, a nordeste, por volta de 1800; o Imbo e o Bushi, a noroeste, por volta de 1820; e, por fim, o Buyogoma e o Bugufi, a sudeste e a leste, no período 1840-1845. Durante o seu reinado, o território do Burundi duplicou a superfície.

Só o Ruanda conseguiu resistir aos exércitos conquistadores do Burundi, à custa de afrontamentos mortíferos. Enquanto, até finais do século XVIII, as tropas do Burundi se tinham contentado com praticar razias em explorações agrícolas do vizinho a cada início de reinado de um *mwami* do Ruanda, a guerra entre os dois reinos assumiu uma nova dimensão no século XIX, que culminou com o desastre do Ruanda em Kirundo (de *kurunda*, “amontoar”, por referência ao número de cadáveres) no início do reinado de Gahindiro, e com a desforra do Ruanda e a exterminação dos regimentos do Burundi na batalha de Gikoro, perto de Butare, no início do reinado de Mutara Rwoogera. Por volta de 1850, o Burundi atingira no essencial os seus limites definitivos. Ntare Rugamba teve tempo de iniciar reformas (eliminação dos chefes de linhagens ou de clãs autonomistas; nomeação, à frente das regiões conquistadas, dos seus filhos mais meritórios; multiplicação dos domínios reais), reformas essas que o seu filho e sucessor, Gisabo, iria completar. Graças às suas diferentes capitais, conferiu à corte itinerante um esplendor sem precedentes. Foi também ele quem criou a estrutura política e administrativa que encerrou o país numa densa rede de autoridades, de prestações e de obrigações (documento 10).

**Documento 10:** A organização administrativa e política do Burundi no século XIX



Fonte: E. Mworoha (ed.), *Histoire du Burundi des origines à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Hatier, 1987, p. 226.

A evolução do Ankole é talvez a que mais evoca a do Buganda. Tal como o reino dos *kabaka*, o Ankole não foi poupado pelas graves crises de sucessão à morte do *omugabe* (rei). Essas crises foram também menos frequentes no século XIX, no qual se sucederam longos reinados: Rwebishengye (ca. 1783-1811), Gasyonga I Kayungu (ca. 1811-1839) e, sobretudo, Mutambuka (ca. 1839-1867) e Ntare V (ca. 1867-1895), segundo os cálculos cronológicos de Samwiri Rubaraza Karugire. Como no Buganda, a expansão territorial começou no século XVIII, em paralelo com o declínio do Bunyoro: o *omugabe* Ntare IV (ca. 1699-1727) foi cognominado *kiitabanyoro* (matador dos banyoros) por ter vencido a primeira batalha notável do Ankole com o Bunyoro-Kitara. A expansão territorial foi obra sobretudo de Mutambuka que, ao morrer, deixou o reino na sua extensão máxima.

Como no Buganda, os novos territórios foram ou anexados ou transformados em reinos tributários. Deixados inteiramente livres quanto à gestão dos seus negócios internos e externos, esses reinos tinham a obrigação de enviar como residentes junto do *omugabe* representantes das famílias reinantes e de lhe ofertar prendas codificadas (pele de leão ou de leopardo; mel especial destinado a ser misturado com a cerveja do *omugabe*; marfim). Os reinos podiam ainda enviar voluntários para as campanhas do Ankole, com direito a participarem no saque.

Em meados do século XIX, o Ankole conseguira fazer razias frutuozas contra os vizinhos (Toro, Karagwe e Busongora). Mas, a partir de 1880, aproximadamente, múltiplas calamidades vieram atingi-lo: peste bovina, invasão de bicho do pé, epidemias de varíola e de tétano que arruinaram simultaneamente os dois pilares da economia, a pecuária e a agricultura. Atentos aos infortúnios dos vizinhos, o Ruanda e o Buganda aproveitaram para atacar o reino. O povo interpretava essas catástrofes como um castigo sobrenatural. A morte de Ntare V levou a perturbação e o desespero ao ápice; a irmã do rei, Magwende, mandou matar todas as esposas dele e suicidou-se juntamente com vários parentes e colaboradores próximos do *omugabe*. Outros preferiram exilar-se. Sobreveio a chegada dos colonizadores britânicos, encarada pelo povo como o cúmulo da miséria e da humilhação.

## II. GUERRAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS<sup>3</sup>

As guerras santas muçulmanas do Sudão ocidental e central, as guerras zulus na África Austral e as guerras de Samori na África Ocidental remetem-nos para uma dinâmica original de formação do Estado. Se, nestes três casos, a guerra foi, como noutros pontos do mundo, a “parteira” dos Estados, os candidatos ao poder e os novos detentores da autoridade, no intuito de reforçar o seu poder, tiveram especial cuidado em fazer renascer e exaltar uma identidade já existente ou em criar grupos e identidades a que estes se vinculassem: o islã forneceu aos letrados muçulmanos a justificação das guerras de conquista e juntamente com ela o quadro ideológico, jurídico e intelectual da construção do Estado; Chaka e os seus companheiros, em contrapartida, envidaram todos os esforços para produzir uma identidade inédita e transformar os povos conquistados numa nação nova, a nação zulu, o que, por isso mesmo, obrigou os grupos que se opunham a redefinir a sua própria identidade; por último, no caso de Samori Touré, foi um grupo social de particularidades já bem marcadas – os comerciantes diúla – que procurou assentar o seu poder em bases ideológicas mais claras e mais sólidas, exaltando por um lado o patrimônio mandinga, que pretendeu revalorizar, e, por outro, o islã, que teve de consolidar.

### A. O Sudão ocidental e central: as guerras santas muçulmanas

No início do século XIX, os grandes impérios tinham desaparecido da paisagem política da África Ocidental e cedido o lugar a uma fragmentação política e social que se manifestava, por exemplo, no plano do habitat pela proliferação de aldeias fortificadas e, no plano religioso, pelo recuo do islã face às crenças tradicionais. Estas constituíam o fundamento ideológico dos Estados bamana ou bambara (textualmente, o termo significa “pagãos”) de Segú e do Kaarta. Durante todo o século XIX, homens de Estado de ténpera excepcional identificados



com o islã, como Ousman dan Fodio, Cheikhou Ahmadou e El Hadj Omar Tall, empenharam-se na tarefa de recriar grandes conjuntos políticos, capazes de assimilar povos muito diversos. Na base e na evolução dessas empresas políticas encontrava-se, bem mais do que o gênio de alguns indivíduos, um feixe de fatores de toda a espécie, simultaneamente étnicos, religiosos, econômicos e políticos.

### 1. Os fatores da jihad

Dos numerosos povos que participaram ativamente nas guerras santas, os haussás e os fulas desempenharam um papel especialmente importante. Os primeiros contavam nas suas fileiras ricos negociantes que foram os principais beneficiários das guerras. Quanto aos fulas, uma longa tradição historiográfica viu neles a principal componente étnica e social dessas revoluções religiosas. Tinham formado comunidades importantes no Macina, no Bornu, no Adamawa, no Fuuta Jallon e nas terras haussás. A sua participação nas guerras santas explicava-se por considerações religiosas, mas também econômicas, que o historiador, hoje em dia, está em condições de restituir, mais do que pelas qualidades e o temperamento particular e imperceptível de um grupo cuja diversidade tantas vezes foi realçada.

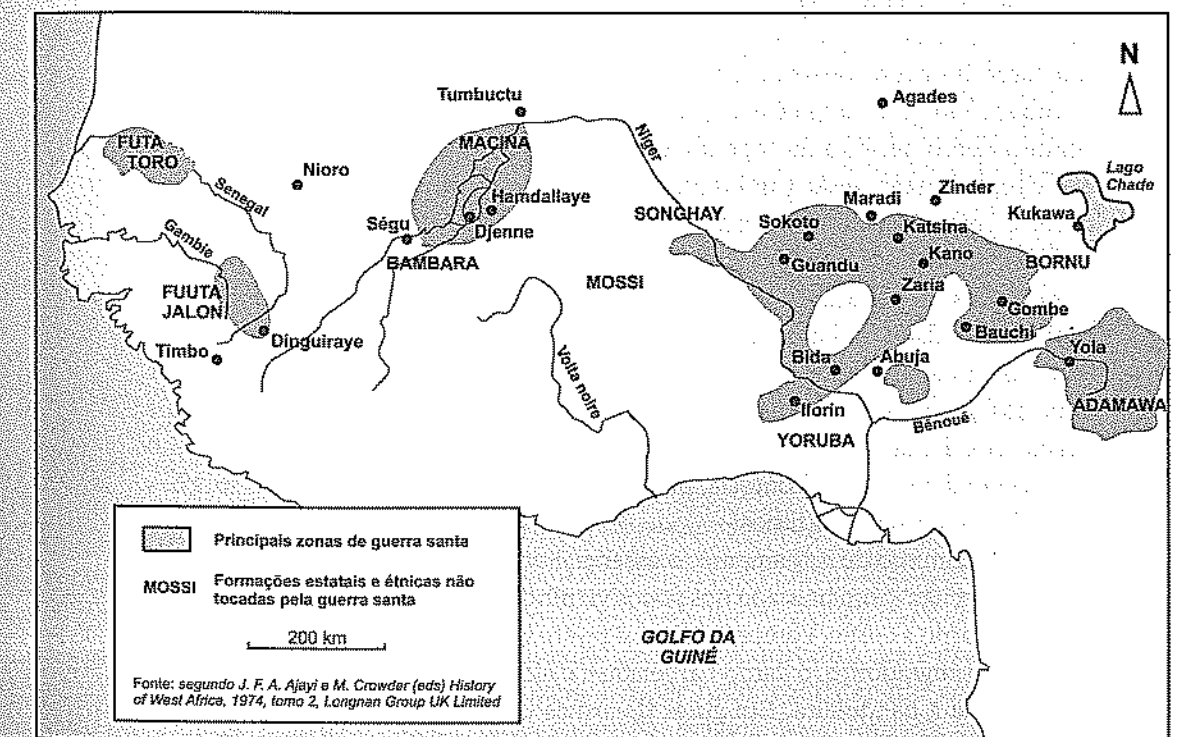
### Religião e política

A conversão dos fulas ao islã foi tardia. A revolução que constituiu esta islamização maciça no século XVIII e no início do século XIX provinha da evolução econômica e social de certos grupos sedentarizados. Tendo adquirido por sua especialização pastoral uma posição econômica privilegiada, os fulas suportavam mal a sua marginalização. Por isso, em toda a diáspora fula, a violência era latente e a conscientização real. Desse modo, a sua elite, composta por letrados muçulmanos, conseguiu mobilizar as massas que antes se sentiam debilitadas pela dispersão. No contexto da época, assistia-se a uma autêntica vaga étnica dos fulas visando a hegemonia. Assim sendo, a conversão maciça ao islã, a constituição de uma aristocracia guerreira secundada por uma classe de marabus (houve quem falasse de uma "aliança do sabre e do Alcorão"), a criação de teocracias, foram as modalidades que se impuseram em diversas regiões do Sudão ocidental e central onde estavam implantadas comunidades fulas. Assim foi que nos séculos XVIII e XIX, foram lançadas cinco *jihad* por elementos fulas que, em nome da sua obrigação religiosa, viraram do avesso a sua condição social e se impuseram como senhores do país. Dessa forma, o islã aparecia como fonte fecunda de mobilização e como poderoso fator de integração, em detrimento das religiões antigas ligadas a um espaço e a grupos humanos limitados.

Durante todo o século XIX, o modo operatório com vista a essa integração política foi a violência, sob a forma institucionalizada e canonizada que é a *jihad* (documento 11). Etimologicamente, *jihad* significa "esforço visando um objetivo determinado" ou ainda "esforço sobre si próprio com vistas ao aperfeiçoamento

moral e religioso". Juridicamente, segundo a doutrina clássica e na tradição histórica, a *jihad* consiste na ação armada objetivando a expansão do islã e, eventualmente, a sua defesa. Ocupa, por isso, um lugar muito importante na literatura muçulmana. São-lhe integralmente consagradas duas suratas, a VII e a IX. Um *hadith* (fala normativa) atribuído ao califa Omar declara que a *jihad* foi alçada a obrigação coletiva para derramar o sangue dos politeístas, e que a Comunidade (*Umma*) se deve estender para lá dos seus limites e assegurar na terra o reino da lei divina. A *jihad* procede pois do princípio fundamental de universalismo do islã que aspira a estender até ao infinito o *dar al-islam* a expensas do *dar al-harb* (território dos infieis). Mas esse princípio deve combinar-se com a tolerância, no seio da comunidade islâmica, aos adeptos das "religiões dos livros santos", cristãos e judeus. Para eles, a *jihad* suspende-se, desde que aceitem submeter-se e pagar o tributo de capitação (*djizya*) e o imposto fundiário (*kharadj*). Esta opção está excluída para os sem escrita (animistas) e a sua conversão é obrigatória sob pena de morte ou de redução à escravatura. Em princípio, a *jihad* é a única forma de guerra aceitável no islã, pois, teoricamente, a *Umma* é indivisível, sendo proibida qualquer luta entre muçulmanos. Na realidade, este princípio foi largamente violado por chefes envolvidos na luta pelo poder.

Documento 11: As guerras santas muçulmanas da África Ocidental





Foi pois em nome da *jihad* que, durante o século XIX, em toda a zona sudanesa, alguns chefes animados por um proselitismo ardente, movidos por ambições políticas e por cálculos econômicos, haviam de “derrubar os ídolos”, conquistar vastos territórios e criar Estados cujo esqueleto institucional se inspirava no modelo arabo-muçulmano.

### A arte da guerra

As proezas guerreiras devidas à exaltação dos sentimentos religiosos nos exércitos fulas foram amplamente evocadas nas narrativas épicas. Menos conhecidos são os problemas ligados à estrutura dos exércitos, ao armamento e aos métodos de combate. Na verdade, no domínio militar, os fulas, que, durante muito tempo foram pacíficos pastores, não inovaram nada. Contudo, deram mostras de uma extraordinária capacidade de assimilação e de adaptação das técnicas que foram buscar a outros. Em todos os casos, a experiência das guerras do profeta Muhammad (Maomé) e dos seus diferentes califas constitui a fonte da teoria militar, tanto no Sokoto como no Macina. El Hadj Omar, que se distinguiu na arte militar, inspirou-se abundantemente nelas. Os fulas aprenderam também com os povos vizinhos, os haussás, os canúris (de Kano), os bornus e os mandingas.

No seu conjunto, os princípios de organização dos exércitos fulas e o plano de marcha das formações de combate obedecem ao mesmo esquema clássico descrito por Amadou Hampâté Bâ. No Adamawa, assim como no Fuuta Jallon, no Macina ou no Fuuta Tooro, as diversas partes do exército eram assimiladas a um corpo humano constituído por cinco partes, imitando o exército do Profeta. À cabeça vinha a vanguarda, que incluía numerosos guias que tinham um conhecimento perfeito da topografia do país. No centro marchava o grosso do exército, chamado *wudu* (umbigo), que, nas quatro direções do espaço, estava coberto pelos dois “braços” para a frente e as duas “pernas” para trás. Seguiu-se o serviço de intendência com uma caravana de bagagens constituídas por víveres e munições. A segurança era garantida por sentinelas e as informações por espíões. Um dado fundamental dos exércitos fulas era a existência de dois corpos bem distintos: a infantaria e a cavalaria. O comando e a conduta das operações eram assegurados pelos chefes das grandes famílias fulas, pelos elementos mais destacados dessa aristocracia guerreira ciosa das suas prerrogativas. O soberano era o general em chefe; acontecia, porém, que por vezes delegava as suas funções a um de seus irmãos ou filhos.

No domínio do armamento, o essencial da panóplia – não contando com o arco e as flechas – fora buscado nos povos vizinhos. Algumas armas, destinadas ao combate corpo a corpo, compreendiam o punhal, que o soldado trazia sempre na bainha do sangradouro, o dardo barbelado e o alfanje, arma principal do cavaleiro que o trazia à bandoleira. Em guisa de armas defensivas, os soldados estavam quase todos munidos com um escudo de couro. Os exércitos fulas utilizaram em graus diversos as armas de fogo. Muito raras no Macina e no *khalifat* de Sokoto,

foram de utilização mais corrente nos exércitos de El Hadj Omar: ali a maioria dos soldados combatia com espingardas de pederneira de um só tiro; alguns *taalibe* tinham espingardas de repetição. El Hadj Omar conseguiu mesmo dotar o seu exército com alguns obuses recuperados dos franceses e reparados por seu engenheiro Samba Ndiaye.

A importância da cavalaria merece ser evidenciada: reservada à aristocracia, assegurava uma mobilidade e uma força de ataque incomparáveis. Os cavalos, protegidos por armaduras acolchoadas de algodão, com arreios ornados por conchas e amuletos, eram montados por garbosos e vigorosos cavaleiros revestidos por vezes com um elmo de ferro, uma armadura de ferro ou uma cota de malha.

Na condução da guerra, os chefes militares da *jihad* souberam aplicar métodos adaptados à relação de forças e às condições do meio. Tinham o sentido da tática: procuravam sempre pôr em prática boas combinações, antes e durante a batalha. Souberam utilizar com arte consumada todos os meios da guerra: astúcia, violência, diplomacia. El Hadj Omar aplicou com sucesso uma tática de guerra feita de manobras de diversão e de cerco cuja rapidez consumava a vitória. Por vezes, utilizavam o terror como arma estratégica: massacre dos homens, redução das mulheres e das crianças à escravidão, destruição das aldeias, que eram incendiadas, tudo isso contribuía para quebrar o moral do adversário. Em contato com os povos vizinhos, os fulas aprenderam também as técnicas da fortificação e da arte de fazer cercos. No império de Sokoto, foram reconvertidos os *birni* que tradicionalmente rodeavam as aglomerações haussás; no Adamawa construíram-se fossos sobrepujados por muralhas que propiciavam maior segurança. Mas foi sobretudo com El Hadj Omar que a criação de *tata* (muralhas de terra) assumiu grande importância, tanto no plano militar como político. Uma judiciosa ocupação do espaço por guarnições estacionadas nessas fortalezas tornou-se o instrumento ideal de conquista, de controle e de exploração das populações. Cada *tata* tinha à sua frente um chefe de guarnição tucolor, autêntico procônsul depositário de poderes civis e militares.

Nesses exércitos, dava-se grande importância ao fator psicológico. Nele, o moral, a bravura coletiva e a determinação individual andavam associados ao espírito da *jihad*. Com efeito, o Alcorão e numerosos *hadith* prometem aos muçulmanos as maiores honras no Paraíso a quem sacrificar a vida por Alá. O *hadith* de Anas ben Malík, muito conhecido no mundo fula, precisava a este respeito que:

Só o mártir, isto é, o muçulmano morto na guerra santa, desejaria voltar a este baixo mundo para ser morto de novo, e isso dez vezes seguidas, dado o que sabe dos favores celestes.

Nos exércitos fulas, a religião provocava portanto uma exaltação dos sentimentos que levava os homens a ousar tudo, contribuindo assim para as proezas guerreiras mais espetaculares. Na mesma ótica, importa mencionar o costume pagão muito divulgado dos amuletos que os guerreiros traziam consigo

em várias partes do corpo, para garantir a invulnerabilidade, a invisibilidade ou o dom da ubiquidade. Nos exércitos de Al Hadj Omar, considerava-se que diversos procedimentos místicos como o *wird*, o *xalwa*, a recitação durante os combates de versículos adequados do Alcorão propiciavam a vitória. Por isso, as diferentes campanhas militares, tal como relatadas na tradição oral, estão mergulhadas numa atmosfera surrealista, e certos chefes militares aparecem como verdadeiros taumaturgos: é o caso da batalha de Tabkin Kwato (Junho de 1804) que se saldou pela vitória das tropas de Ousman dan Fodio. É também o caso da batalha de Nakuma (1818) que opôs a *Dina* de Cheikhou Ahmadou aos bambaras; segundo as tradições hagiográficas, Alá teria feito cair do céu cabeças de boi cujos cornos se vinham espetar nas costas dos soldados bambaras. A epopeia de El Hadj Omar, está ela, também, aureolada de maravilhoso e, durante mais de uma geração, manteve-se, favorecida pelas circunstâncias do seu desaparecimento nas grutas de Degembere e pela lenda da sua sobrevivência e pela expectativa do seu regresso em companhia do Mahdi.

Os exércitos fulas constituíam pois uma força temível, um instrumento de conquista quase impossível de ser detido. A cavalaria, em especial, aparece como a ponta-de-lança desses exércitos, e o cavalo, instrumento de guerra herdado do mundo muçulmano, deu aos Estados islamizados da África sudanesa uma superioridade militar incomparável. Em certa medida, foi ele que permitiu aos "cavaleiros de Alá" levar as suas cavalgadas até à orla da floresta tropical; para lá desse ponto, as glossinas, responsáveis pela doença do sono, eram fatais, pelo que aí se situaram os limites da expansão islamo-fula.

## 2. Guerra santa, mudança social e inovações políticas

A história e a geografia das guerras santas são hoje bem conhecidas. Servindo de certa maneira como laboratórios, o Fuuta Jallon e o Fuuta Tooro haviam sido abalados e transformados em finais do século XVIII. Houve, porém, que esperar a ação de Ousman dan Fodio e dos seus discípulos no Sudão central para se ver o conjunto da região mergulhado em grandes mutações políticas e sociais. A África Ocidental parecia bruscamente reatar com a tradição dos grandes impérios e Estados multinacionais ou pluriétnicos, que fora interrompida em finais do século XVI. Contudo, na elaboração das formações políticas e sociais, não houve regresso, nem sequer recurso ao passado: por todo o lado, foi necessário arbitrar entre forças contraditórias e aspirações divergentes, e inovar. A inovação fez-se em nome do islã, embora, no terreno, as considerações locais e seculares tenham por vezes levado a melhor. Assim, por exemplo, a escravatura manteve-se como base da organização social em todos os novos Estados.

## Teocracia e desigualdades sociais no Fuuta Jallon

O Estado teocrático já fora proclamado no Fuuta Jallon por volta de 1760-1770. Era uma confederação dividida em nove províncias. À cabeça do Estado encontrava-se um soberano eleito, com o título de *almami* (do árabe *iman*, "o que dirige a oração"). Era entronizado na capital religiosa, Fugumba, segundo um ritual imitado da tradição islâmica: porte do turbante, discurso do trono pontuado de referências corânicas. A capital política, Timbo, era sede das instituições; aí residia o *almami*, assistido pelo Conselho dos Anciãos. Uma das particularidades das instituições do Fuuta Jallon foi a instituição de uma espécie de diarquia, com a alternância, de dois em dois anos, de *almamis* provenientes de duas grandes famílias aristocráticas: a dos Alfa de Timbo e a dos Sorj de Labe.

### Documento 12: As guerras santas do Sudão ocidental e central, marcos cronológicos

| FUUTA JALLON                       |                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ca. 1725                           | – Alpha Ibrahima Sambegu proclama a <i>ji</i> had.                                                                                                                                                   |
| 1760-1770                          | – Vitórias finais dos jihadistas, formação do Estado teocrático.                                                                                                                                     |
| FUUTA TOORO                        |                                                                                                                                                                                                      |
| ca. 1769                           | – Souleyman Bal proclama a <i>ji</i> had.                                                                                                                                                            |
| ca. 1775                           | – O seu sucessor, Abdul Kader, toma o título de <i>almami</i> .                                                                                                                                      |
| OUSMAN DAN FODIO E O SUDÃO CENTRAL |                                                                                                                                                                                                      |
| ca. 1754                           | – Ousman dan Fodio nasce numa família de letrados muçulmanos.                                                                                                                                        |
| 1774-1804                          | – Ensino de Ousman dan Fodio no Gobir e nos Estados vizinhos (Zamfara, Katsina, Kebbi).                                                                                                              |
| ca. 1801-1802                      | – Yunfa, antigo discípulo de Ousman dan Fodio, <i>sarkin</i> do Gobir.                                                                                                                               |
| 1804                               | – "Hégira" de Ousman dan Fodio e dos seus discípulos em Gudu (21 de Fevereiro). Proclamação da <i>ji</i> had. Vitória de Tabkin Kwato (Junho). Derrota de Tsuntsua (Dezembro).                       |
| 1805                               | – Vitória de Alwasa (Novembro).                                                                                                                                                                      |
| 1806-1812                          | – Guerra santa em Zaria (1806-1812) e em Kano (1807).                                                                                                                                                |
| 1808                               | – Ousman dan Fodio apodera-se de Alkalawa, capital do Gobir.                                                                                                                                         |
| 1808-1812                          | – Insurreições islâmicas no Bornu: ao apelo do <i>mai</i> (rei), Ahmed el-Kanemi reprime as rebeliões, preservando a monarquia.                                                                      |
| 1809                               | – Muhamad Bello, filho de Ousman dan Fodio, funda Sokoto.                                                                                                                                            |
| 1812                               | – Ousman reparte o império entre Muhamad Bello (Sokoto e as províncias de leste) e o seu irmão Abdullahi (Gando e as províncias do centro e do oeste) e conserva o título de <i>sarkin musulmi</i> . |
| ca. 1810-1820                      | – Modibo Adama devasta e conquista, em nome de Ousman, o Fombina, que passa a chamar-se Adamawa. Vitórias da <i>ji</i> had em Bauchi, no Reino Nupe e nas terras dos iorubás (Ilorin).               |

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1817                             | – Morte de Ousman dan Fodio. Muhammad Bello proclamado <i>khalife</i> .                                                                                                                                                                                  |
| 1824                             | – Primeira visita do tenente Hugh Clapperton a Kano e a Sokoto.                                                                                                                                                                                          |
| MACINA                           |                                                                                                                                                                                                                                                          |
| ca. 1774                         | – Ahmadou Ahmadou nasce numa família de marabus.                                                                                                                                                                                                         |
| ca. 1795                         | – Ahmadou reputado por sua ciência (retórica, direito e teologia).                                                                                                                                                                                       |
| 1810 (ou 1818)                   | – Ahmadou proclama a <i>jihād</i> e recebe de Ousman dan Fodio o título de <i>cheikh</i> (Sekou), assim como os estandartes da guerra santa. Vitória sobre as forças conjugadas de Segú e de Macina em Nukuma (12 de Maio). Proclamação da <i>Dina</i> . |
| ca. 1844-1853                    | – Ahmadou Sekou sucede a seu pai à frente da <i>Dina</i> .                                                                                                                                                                                               |
| EL HADJ OMAR E O IMPÉRIO TUCOLOR |                                                                                                                                                                                                                                                          |
| ca. 1796                         | – Omar Seydou Tall nasce numa família de marabus.                                                                                                                                                                                                        |
| ca. 1825-1828                    | – Viagem aos Lugares Santos passando pelo Macina e Sokoto.                                                                                                                                                                                               |
| ca. 1831-1841                    | – Regresso de Meca: estadas no Kanem, em Sokoto, no Macina, em Segú e em Kangaba.                                                                                                                                                                        |
| ca. 1841-1849                    | – El Hadj Omar instala-se em Dienguko (Fuuta Jallon) onde funda uma <i>zawiya</i> famosa. Viagens através da Senegâmbia.                                                                                                                                 |
| 1849                             | – Ameaçado pelo Fuuta Jallon, El Hadj Omar retira-se para Dinguiraye.                                                                                                                                                                                    |
| 1852-1854                        | – Vitória contra o rei de Tamba. Proclamação da <i>jihād</i> .                                                                                                                                                                                           |
| 1855-1856                        | – Conquista e anexação do Kaarta. Repressão severa das revoltas.                                                                                                                                                                                         |
| 1857-1859                        | – Campanha contra o Khasso: cerco, sem êxito, do forte francês de Médine (Abril-Julho de 1857).                                                                                                                                                          |
| 1859-1861                        | – Campanha contra o Reino bambara aliado do Macina: vitória de Woitala (5-9 de Set. de 1860); tomada de Segú (9 de Março de 1861).                                                                                                                       |
| 1862-1864                        | – Campanha contra o Macina: tomada da capital, Hamdalaye (15-16 de Maio de 1862). Resistência à ocupação tucolor.                                                                                                                                        |
| 1864                             | – Perseguidos, El Hadj Omar e os seus discípulos refugiam-se numa gruta em Degembere, onde encontram a morte (12 de Fevereiro).                                                                                                                          |

Fonte: Cronologia organizada por Elikia M'Bokolo

Apesar da preponderância do elemento fula, o Estado de Fuuta Jallon, assumia um caráter multiétnico. A evolução interna foi, porém, dominada pela constituição de uma sociedade hierarquizada e não igualitária. A clivagem fundamental situava-se entre muçulmanos e não-muçulmanos. No topo da pirâmide social encontravam-se a aristocracia militar e a classe dos marabus, que constituíam o grupo dos *lasli*. Vinham depois os homens livres. A base da pirâmide era composta por uma clientela de dependentes, servidores e escravos; estes últimos estavam instalados em aldeias de produção agrícola, exploradas em proveito da aristocracia fula. A prosperidade econômica do Fuuta Jallon e uma relativa estabilidade política favoreceram um clima de coabitação das diferentes componentes sociais. A mistura das populações, a adesão ao islã e aos valores fulas favoreceram a integração, que permitiu uma homogeneização étnica.

## Islã e prosperidade econômica no califado de Sokoto

Ousman dan Fodio afirmara-se desde muito cedo como um reformador religioso (*mujaddidi*) que era, paralelamente, um agitador político. Houve uma doutrina islâmica que parece tê-lo influenciado especialmente, segundo a qual em cada século Deus envia um reformador para moralizar a sociedade. Ousman dan Fodio achava-se investido dessa missão. Entre as suas numerosas obras, o *Kitab al-Farq* (Livro da diferença entre os governos dos muçulmanos e os governos dos infiéis), espécie de *pro bello sancto*, apresentava-se como um requisito extremamente severo que denunciava os abusos, a corrupção, a opressão, a instituição de impostos não corânicos e não sancionados pela *charia*. Esta mensagem atraiu para o chefe religioso as classes populares haussá, sobrecarregadas por uma aristocracia voraz, assim como os mercadores das grandes metrópoles como Katsina, Kano e Zazzau (Zaria) ligadas ao comércio transaariano.

A *jihād* iniciada por Ousman dan Fodio não tinha precedentes na história do Sudão central, por sua intensidade, a sua amplitude e as suas consequências. Deu origem ao império de Sokoto que se estendia por um imenso território indo do Aïr ao norte até ao limite da floresta equatorial ao sul, dos países do Volta a oeste até às margens do lago Chade a leste. Foi o quadro de um poderoso movimento de integração de povos diversos, que passaram a pertencer a uma comunidade idêntica: a *Umma*. O império, fundado e dirigido por letrados preocupados com a pureza islâmica, foi uma verdadeira teocracia regida pela *charia*. Era comandado por um soberano com os atributos e as prerrogativas dos sucessores do Profeta. Gozando de uma autoridade espiritual enorme, usava o título de califa ou *sarkin musulmi* (variante local de *amir al-muminim*), isto é, Comandante dos Crentes.

O princípio dinástico característico do islã clássico impôs-se. A linhagem do xeque, a saber o seu filho Muhammad Bello, o seu irmão Abdullahi e os descendentes, conservaram o monopólio do poder central e os descendentes dos primeiros receptores do pendão receberam também o comando dos diferentes emirados que compunham o império. Com os seus aliados, constituíram uma nova aristocracia predominantemente fula que veio substituir a aristocracia haussá decapitada.

Ousman dan Fodio foi antes de tudo um místico, um pedagogo, um sábio que se consagrou ao trabalho intelectual e escreveu numerosos trabalhos de teologia, de jurisprudência, de literatura, poemas em árabe e em ajami etc. Mas o seu filho e sucessor, Muhammad Bello (1817-1837), teve por tarefa organizar administrativamente o novo império. Também nesse domínio, a inspiração veio do modelo clássico, com um governo central, uma capital, Sokoto, que abrigava o palácio do califa, bem como os governos provinciais estruturados em emirados. A vassalagem ao califa constituía o fundamento do sistema político; era o califa que nomeava anualmente os emires, os quais faziam a viagem para Sokoto a fim de levarem um tributo em escravos, marfim e outros produtos: confirmados na sua posição, recebiam diretivas em matéria de governo. Alguns emirados periféricos, como o Adamawa e Horin, beneficiavam porém de uma relativa autonomia.



A *jihad* teve também importantes consequências no domínio económico e social. O estabelecimento de um poder forte e a consolidação da paz num vasto espaço geográfico determinaram uma maior circulação das pessoas e dos bens, e uma integração de economias anteriormente dispersas. Estabeleceram-se trocas comerciais mais densas, que favoreciam o artesanato e a indústria e deram origem a uma ativa classe de mercadores em que os elementos haussás e canúris eram preponderantes. Foram criadas novas estradas, em especial na direção do vale do Benué e intensificou-se o fenómeno de urbanização. As capitais dos emirados tornaram-se metrópoles regionais. Os grandes centros do comércio transaariano como Kano, Katsina e Agadés, beneficiaram da expansão das trocas comerciais e da prosperidade geral que caracterizou o império de Sokoto até ao fim do século XIX.

#### A Dina de Cheikhou Ahmadou

A palavra *dina* significa religião em geral e islã em particular: no Macina tinha o sentido de instituição divina e, precisamente, de teocracia. Como que para romper com o passado corrupto das grandes metrópoles nigerianas, Cheikhou Ahmadou fundou a partir do nada uma grande capital, Hamdallay, que, em árabe, significa "Louvor a Deus". Encarregou-se uma comissão composta pelos principais marabus de redigir uma constituição e de determinar a estrutura política da *Dina*. À cabeça do Estado teocrático encontrava-se Cheikhou, que tomou o título de *amir al-muminim*. Era coadjuvado por um conselho composto por dois marabus especialmente versados no domínio da jurisprudência. O Grande Conselho (quarenta membros) formava um órgão simultaneamente legislativo, executivo e judiciário. Para nele ter assento, era necessário ter quarenta anos feitos (é, no islã, a idade da maturidade mística), ter comprovadamente uma boa moralidade e uma boa cultura islâmica. Grandes eruditos do Macina, como, por exemplo, Hambarke Samatata e Ibrahim Khalilou, apareciam como tenores desse conselho.

A administração territorial articulava-se em torno de cinco unidades: cada uma tinha à sua cabeça um oficial militar (*amiru*) coadjuvado por um conselho religioso, um conselho judiciário e um conselho técnico. No domínio judiciário, a lei baseava-se no Alcorão complementado pela *Suna*. Em cada capital administrativa residia um juiz, o *cadi*, e todos os magistrados eram remunerados pelo Estado. Na *Dina*, o sistema educativo era estritamente regulamentado. O Grande Conselho, por intermédio dos *Sa'i* (espécie de inspetores), fiscalizava as escolas e garantia que nelas nada se ensinava contrário aos princípios islâmicos. Em cada capital de província ou de cantão existia uma escola corânica subvencionada pela *Dina* ou mantida pela piedade pública. Cheikhou Ahmadou fez-se campeão de uma interpretação austera do islã em todos os domínios e, na *Dina*, o rigor da vida quotidiana era, em certos aspectos, comparável ao que reinava na Genebra de João Calvino. O mínimo desregramento moral era reprimido, e eram proibidas as danças ruidosas, bem como o uso do tabaco.

A sucessão no poder inspirava-se nas práticas prevaletentes na época dos primeiros califas. Assim, em 1844, sentindo a morte aproximar-se, Cheikhou

Ahmadou convocou o Grande Conselho que devia designar o seu sucessor. Adotou-se como princípio que a família Haman Lobbo (a de Cheikh ou Cheikhou Ahmadou) era equiparada à dos coraixitas (família do Profeta). Foi no seu seio que o filho do defunto, Ahmadou Cheikhou, conhecido por sua ciência corânica, sua devoção e o seu desprezo pelos prazeres da vida, foi escolhido para suceder a seu pai. Sob a sua direção (1845-1853), a *Dina* continuou a prosperar na lei islâmica. O mesmo não se passou durante o reinado do terceiro soberano, Ahmadou Ahmadou. As intrigas e a competição pelo poder comprometeram perigosamente o equilíbrio interno da *Dina*, num momento crítico em que se manifestavam no exterior fortes cobiças. Quis o paradoxo da História que fosse El Hadj Omar, chefe religioso muçulmano e, além do mais, fula, quem viesse pôr cobro em 1862 a uma experiência plena de originalidade e de vitalidade: pois, durante quarenta anos, a *Dina* arrastara o delta interior do Níger a uma experiência teocrática que havia moldado a sociedade, orientado a economia e agido sobre as mentalidades coletivas.

#### Da Qaddriyya à Tidjaniyya: El Hadj Omar e o Império Tucolor

Em meados do século XIX, a expansão do islã começava a abrandar. As hegemonias fulas chegavam ao limite do seu desenvolvimento espacial e experimentavam já dificuldades internas. Sob o signo do islã renovado, El Hadj Omar, uma das "grandes figuras" da historiografia africana, ia assumir a tarefa, dar um novo impulso espiritual ao Sudão ocidental e tentar unificá-lo numa teocracia tucolor (corruptela francesa, sem dúvida por intermédio do wolof, do termo *Tekrur*). Situada no curso médio do rio Senegal, a terra dos tucolores tinha um povoamento proveniente de antigas miscigenações, e integrava elementos fulas e elementos mouros, pertencendo ao grupo dos *Hal-pularen* (os que falam pular). Vários cronistas árabes, como Al-Bakri (século XI) e Al-Idrissi (século XII), tinham-no apresentado como um dos mais antigos reinos negros islamizados.

A *jihad* de El Hadj Omar não decorreu apenas da vontade de restaurar um islã purificado: correspondia também à ascensão da Tidjaniyya em detrimento da Qaddriyya. Até meados do século XIX, o principal movimento confrádico difundido pelos mouros era a Qaddriyya. Este movimento, herdeiro do sufismo (tendência mística e ascética), aparecera no Iraque no século XII. Como no sufismo, a confraria desenvolvia-se em torno de um chefe, *imã* ou *xequé*, que conferia o *wird* (série imutável de orações e de invocações) aos seus discípulos. A Qaddriyya foi sempre marcada por uma tendência aristocrática: a *baraka* (bênção) transmitia-se de pai para filho e a coletividade era dominada por uma ascendência simultaneamente mística, nobre e piedosa. Os simples fiéis, ou *taalibe*, que não tivessem qualquer laço familiar com o xequé, eram relegados para segundo plano. Com a Qaddriyya, o islã sudanês parecia esgotado em meados do século XIX.

A ação de El Hadj Omar ia precisamente ser marcada pela pertença a uma nova confraria, a Tidjaniyya. Esta fora fundada no século XVIII por um magrebino, Cheikh Tidjani, por ocasião de uma peregrinação a Meca. Regressado



ao Marrocos, instalou-se em Fez, onde recrutou numerosos adeptos. A *tariqa* (doutrina) espalhou-se pela Mauritânia e por toda a zona sudano-saeliana, onde o seu principal propagador foi Mohamed el-Hafed, conhecido por Badji. Mas haveria de ser sobretudo a epopeia de El Hadj Omar que favoreceria o enraizamento da Tdjaniyya. A voga desta confraria explica-se principalmente pelos seus traços mais democráticos que os das outras congêneres: professava a existência de um laço direto entre o xeque e os *taalibe* que derrubava as barreiras. Cheikh Tidjani prometeu aos seus discípulos que os salvaria a todos: todos eles haviam de voltar a encontrar-se em torno do profeta Muhammad e perante Deus. Estas ideias foram consignadas na obra doutrinal redigida por El Hadj Omar, *O Livro das Lanças*. A regra da confraria era pouco complicada, a sua moral e as suas exigências intelectuais muito modestas para os simples *taalibe*, o que facilitou correspondentemente a sua propagação no *bilad es-Sudan* por entre uma massa que ignorava muitas vezes a escrita e a língua árabes.

Constatando o caráter aristocrático da Qaddriyya e as tendências democráticas da Tidjaniyya, o historiador Jean Suret-Canale propôs um esquema de interpretação marxista em que detecta simultaneamente uma revolução social e uma luta de classes. Vê na Tidjaniyya um movimento revolucionário e em El Hadj Omar o defensor dos homens livres, oprimidos pelos grandes proprietários e pelos emires. E acrescenta: "Daí, o prodigioso êxito de El Hadj Omar, o respeito e o temor que inspira aos poderes estabelecidos. Pois, num tempo em que sociedade civil e religião se confundem, os progressos da confraria, o crescente prestígio religioso do califa preparam a tomada do poder militar e político."

Nascido no Fuuta Tboro, Omar Seydou Tall tornara-se conhecido muito cedo por seu zelo nos estudos corânicos e por suas estadias junto de mestres afamados. Essa longa viagem para os Lugares Santos permitiu-lhe encontrar o venerável Cheikh Muhammad al-Ghali, califa da Tidjaniyya, junto de quem ficou três anos e que o nomeou *muqaddam* da confraria, tendo-o elevado depois ao grau de califa para o país dos Negros e o encarregado de "varrer o país", isto é, de "o limpar das máculas do paganismo". Transmitiu-lhe também a sua *baraka*. No caminho de regresso, El Hadj Omar deteve-se no Cairo, onde impressionou os letrados de Al Ahzar por sua memória, por sua ciência e por sua capacidade de réplica. Os períodos que passou nos reinos muçulmanos sudaneses granjearam-lhe sólidas alianças, especialmente em Sokoto. Conseguiu assim atrair a si combatentes da fé, descrevendo o estado de decadência política em que tinha caído o Sudão ocidental: fragmentação prolongada, após o desmembramento do Império Jolof, persistência de reinos pagãos nos bambaras (Massassi e Segú), avanço da colonização francesa a partir do Senegal. As suas campanhas, que duraram doze anos, levaram-no a procurar alianças com alguns povos que continuavam pagãos, em especial os dogon em 1864, e sobretudo a combater outros muçulmanos:

Quisemos combater os politeístas, inimigos de Alá e do nosso Apóstolo, quer se encontrem sós, quer se tenham misturado com eles gentes que se proclamam do islã.

Mas, ao deixar-se arrastar para as terras há muito islamizadas da curva do Níger, El Hadj Omar comprometeu o caráter sagrado da sua ação. Apesar das argúcias e das justificações, a sua ação não surgiu como uma *jihãd* no sentido canônico do termo, mas como uma guerra de seitas que dilacerava o islã, e uma guerra de conquista pura e simples.

Com efeito, no plano temporal, El Hadj Omar conseguiu, em doze anos de guerra contínua, fundar um vasto império que só tem rivais nas entidades políticas dos "grandes séculos". O homem de religião foi pois paralelamente um homem de ação e o "profeta", por mais que tenha dito, saciou um sonho imperial em contradição com os discursos reproduzidos por um cronista de Fez:

Não freqüentei os reis, e não amo os que os freqüentam. Com efeito, o Profeta disse: os melhores chefes são os que freqüentam os sábios, mas os piores sábios são os que freqüentam os chefes.

O próprio Louis Faidherbe não se enganou quando viu imediatamente na epopeia omariana a gestação de um império, de dominante islâmica, é certo, mas de caráter temporal. Contudo, no meio da tormenta das conquistas, El Hadj Omar não teve tempo de pensar na organização administrativa desse vasto império. Tal obra coube a seu filho e sucessor, Ahmadou (1864-1893), que instalou a capital em Segú. No entanto, haviam sido precocemente adotados alguns grandes princípios, que serviram de esqueleto para o edifício sociopolítico.

Com o Império Tucolor, estamos perante uma verdadeira teocracia militar. F. Dumont falava inclusive de "Santo Império". À sua cabeça encontrava-se El Hadj Omar, cujo poder era simultaneamente espiritual e temporal, pois aos títulos que recebera em Meca (sultão do Estado tidjane da África Ocidental e califa da Tidjaniyya nos países negros), somava-se agora o de *amir al-muminim*. A soberania residia integralmente na pessoa do xeque e, depois, na do seu filho Ahmadou, a quem deu a sua *baraka*. Mas, ao invés de ser um teocrata absoluto, o soberano era coadjuvado por um conselho que compreendia certos grandes marabus, alguns dos seus irmãos e companheiros de peregrinação. Seja como for, a lei corânica continuava a ser o princípio fundamental de governo. No plano puramente administrativo, El Hadj Omar inspirara-se no modelo egípcio-turco que tivera oportunidade de observar, com a sua divisão do poder entre um governador civil (*pachá*) e um governador militar (*bei*): assim, em cada província existia uma poderosa fortaleza (*tata*) comandada por um chefe militar que dispunha de uma guarnição importante. Do mesmo modo, era a lei corânica que ditava ao poder civil e fiscal uma série de obrigações e de regras, nomeadamente em matéria de impostos, de justiça e de caridade.

Pode dizer-se em suma, que nesta nova dinastia (efêmera, é certo, 1848-1897) que ele criou, El Hadj Omar imprimiu em tudo seu zelo religioso. Por isso, mais do que a dominação de uma etnia, o Império Tucolor quis ser uma construção religiosa em torno de uma fé revivificada pela predição e o *wird* tidjane. Mas, para fazer triunfar a vontade divina, precisava de suportes materiais: e daí a

grande epopeia e as conquistas subsequentes. Contudo, no plano político, a sua empresa pode parecer demasiado tardia, pois foi contemporânea dos imperialismos coloniais europeus que se lançavam numa verdadeira "corrida contra o relógio" pela partilha da África. A obra religiosa da Tidjaniyya permanece viva, e não é por acaso que, de todos os monumentos edificadas por El Hadj Omar, só a mesquita de Dinguiraye permanece hoje intacta.

### 3. *A jihad, tema controverso*

Assim pois, no século XIX, o islã apareceu como uma força dinâmica, um estimulante das sociedades sudanesas, que permitiu pôr de pé Estados fortemente estruturados. Por essa razão, a *jihad* constitui um dos temas principais e mais controversos da historiografia oeste-africana. As primeiras interpretações, estruturadas em torno de temas como o fanatismo, a intolerância, o belicismo, foram veiculadas pela historiografia colonial; baseadas em pressupostos ideológicos evidentes, não têm validade científica e constituem o reflexo de concepções e de preocupações partidárias de autores como Carrère e Holle a propósito de El Hadj Omar ou Lady Lugard sobre a *jihad* de Ousman dan Fodio.

Perspectivas bem mais fecundas sobre as correlações entre o processo de islamização e a formação do Estado foram abertas por investigações recentes de história, politologia e islamologia: nomeadamente as de Madina Ly-Tall e David Robinson sobre o movimento omariano, e as da dinâmica escola histórica do Norte da Nigéria (Kano, Sokoto e Zaria) sobre a *jihad* de Ousman dan Fodio. Esses trabalhos têm o mérito de se distanciarem da narração histórica excessiva, para pôr a tónica na análise e na interpretação. Assim, foram enunciadas questões fundamentais, incidentes nas principais linhas de força da obra dos reformadores: a sua concepção da *jihad*; a ideia que tinham do papel do chefe na condução da guerra e na construção do Estado; os fundamentos ideológicos dos diferentes movimentos; as condições socioeconômicas da sua emergência; as modalidades da conquista (guerra e diplomacia); a situação e as motivações das populações pagãs na sua resistência; o impacto da *jihad* nos domínios político, econômico e cultural, numa dupla perspectiva positiva e negativa, na medida em que a *jihad* aniquilou numerosas comunidades e culturas.

Outra questão vivamente debatida diz respeito ao papel de primeiro plano desempenhado pela elite fula, a partir do século XVIII, na islamização da África Negra e na edificação de teocracias: certos autores sobreavaliaram a dimensão étnica na evolução política da região. Na esteira de autores como Heinrich Barth, Maurice Delafosse e H. A. S. Johnson, a *jihad* foi muitas vezes apresentada como um conflito "étnico" ou até "racial" que opunha os fulas aos povos vizinhos: teria sido em nome da sua identidade étnica, reforçada pelo zelo religioso, que os fulas atacaram a aristocracia haussá corrupta. Esta tese, que reduz a *jihad* a uma dicotomia fula-haussá é vivamente contestada pela Escola Histórica do Norte da Nigéria, que vê nela um sucedâneo da política colonial do "dividir para reinar". A análise de

novas fontes, em especial orais, e uma interpretação diferente dos fatos conduziram a relativizar o caráter étnico da *jihad*, para ver nela uma verdadeira revolução social no seio de uma comunidade multiétnica. Com efeito, é indubitável que o papel do campesinato haussá, sobrecarregado por uma aristocracia cúpida e corrupta, terá sido um fator determinante no êxito do movimento fundado por Ousman dan Fodio. O mesmo ocorreu com El Hadj Omar, que soube explorar as contradições no seio dos reinos pagãos e organizou um exército multiétnico compreendendo contingentes tucolor, bambaras, haussás, kanembus e do Fuuta Jallon.

Assim, se a islamização dos fulas serviu de catalisador para os movimentos sociopolíticos dirigidos pelos seus letrados, houve diversas populações, transcendendo as clivagens étnicas, que responderam ao apelo da *jihad*. Quiseram dessa forma insurgir-se contra formas de governo consideradas despóticas e corruptas aos olhos da lei muçulmana. Em definitivo, foi a combinação de vários fatores, tais como a adesão aos princípios islâmicos, a crise social, as qualidades morais e intelectuais e a habilidade política dos chefes, que criou as condições favoráveis para o desencadear da *jihad* e a formação de potências teocráticas.

### B. O Estado Zulu: o Mfecane

O Reino Zulu representa um caso clássico da influência da guerra sobre o desenvolvimento político: aqui, mais do que em qualquer outro lugar da África Negra pré-colonial, as realidades militares pesaram sobre a sociedade global. Elas inspiravam as instituições e todas as modalidades de gestão de um Estado que, na sua essência e no seu funcionamento, aparece eminentemente militar. A lógica militar impregnou tudo de tal modo, tão implacavelmente, que presidia inclusive à rotina quotidiana da vida social. O iniciador e o construtor desse sistema foi Chaka.

#### 1. *A ascensão de Chaka*

A ação de Chaka teve por quadro geográfico a região sudeste da África, entre os maciços de Drakensberg e o Oceano Índico: conhecida hoje em dia pelo nome de Zululândia e de Natal, abrange uma superfície de cerca de 200 000 km<sup>2</sup>. Os primeiros habitantes da região eram os khois ou hotentotes, cuja economia repousava na caça e na coleta e cuja organização sociopolítica era rudimentar. Posteriormente, surgiram em cena grupos bantus, que beneficiavam de um trunfo de monta: dominavam a metalurgia do ferro que assegurava um ferramental sólido, o qual permitia o desbravamento e a prática de culturas a maior escala, bem como um armamento eficaz. O movimento migratório efetuou-se pela infiltração de pequenos grupos que começaram a entrar na região no século X. A expansão prosseguiu gradualmente, de modo que a partir do século XVI, os bantus estavam solidamente implantados no Natal e em certas regiões da atual província do Cabo. Uma terra fértil e a combinação das atividades agrícolas e pastoris determinaram

uma importante expansão demográfica dos bantus que se cindiram em três grupos principais: os Nguni, os Swazi e os Xhosa.

Chaka, fundador do Estado Zulu, pertencia ao grupo Nguni. Até ao fim do século XVIII, a organização política dos Nguni era relativamente pouco elaborada: viviam em aldeias dispersas, dirigidos pelos *agnat* de sexo masculino. Os clãs exogâmicos patrilineares constituíam unidades locais e agrupavam-se em núcleos “tribais”. O código de conduta e de governo estava sujeito aos costumes ancestrais, marcados por cerimônias iniciáticas e práticas esotéricas.

Numa época caracterizada por profundas mutações e pela emergência de grandes homens (documento 13), Chaka iria participar na transformação da sociedade Nguni. Nascido entre 1783 e 1786, era filho de Sezangakona, chefe dos Abatethwa (Ngunis), e de Nandi (a Deliciosa), uma princesa do grupo Langeni. O pouco que se sabe da juventude de Chaka é mais do domínio da lenda do que da História. Reputada por sua beleza, Nandi era caprichosa e de temperamento fogoso. Por isso o marido, na sequência de algumas intrigas de alcova animadas por coesposas ciumentas, decidiu repeli-la, juntamente com o filho. Para o jovem Chaka, foi o início de uma espécie de martírio, feito de castigos e de humilhações: os seus camaradas insultavam-no, chamavam-lhe bastardo<sup>4</sup> e batiam-lhe. Uma natureza ordinária teria ficado destruída: mas Chaka não vergou. Pelo contrário, ter-se-ia endurecido, forjando uma energia indomável para afrontar e superar o destino. Dotado de viva inteligência e de coragem excepcional, impôs-se nesse mundo de pastores que era o seu e recebeu o título de *mnapoli* (chefe). Nessa época, teria já morto um leão e arrancado uma jovem aos dentes de uma hiena, e a lenda atribui-lhe poderes sobrenaturais.

**Documento 13:** O Estado Zulu – marcos cronológicos

|           |                                                                                                                                 |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1783-1786 | – Nascimento de Chaka                                                                                                           |
| ca. 1790  | – Formação das confederações mthethwa (Dingiswayo), ndwandwe (Zwide) e ngwane.                                                  |
| 1802      | – Fome entre os Langeni.                                                                                                        |
| 1806      | – Os britânicos anexam o Cabo.                                                                                                  |
| ca. 1809  | – Chaka é incorporado no exército de Dingiswayo.                                                                                |
| ca. 1816  | – Morte de Senzangakona. Chaka chefe dos zulus.                                                                                 |
| ca. 1817  | – Assimilação dos Langeni.                                                                                                      |
| ca. 1818  | – Dingiswayo é feito prisioneiro e morto por Zwide. Chaka subjuga os Mthethwa.                                                  |
| ca. 1819  | – Vitória de Chaka sobre Zwide: os seus Estados, que abrangiam cerca de 260 km <sup>2</sup> , passam a 30 000 km <sup>2</sup> . |
| ca. 1823  | – Vencidos por Chaka, Mzilikazi e Shoshangane emigram para oeste e para norte, respectivamente.                                 |
| 1824      | – Francis Farewell e James King, comerciantes britânicos, compram terras de Chaka e instalam-se em Porto Natal.                 |

|                     |                                                                                                        |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1825                | – Nova capital de Chaka em Dukuza.                                                                     |
| 10 de Ag. de 1827   | – Morte de Nandi, mãe de Chaka.                                                                        |
| 30 de Abril de 1828 | – Embaixada de Chaka ao rei de Inglaterra.                                                             |
| Maio de 1828        | – Campanha de Chaka contra os Mpondo, os Thembu e os Bhaca com a participação de mercenários ingleses. |
| Agosto de 1828      | – Regresso dos embaixadores. A missão é um fracasso.                                                   |
| 22 de Set. de 1828  | – Chaka é assassinado pelos dois irmãos, Dingaan, que se proclama rei, e Mhlangana.                    |

Fonte: cronologia organizada por Elikia M'Bokolo

O certo é que Chaka fez as suas primeiras armas ao serviço de Dingiswayo, o chefe dos Abatethwa (1808-1818). Evidenciou-se por sua bravura e a sua perícia na arte militar. Por isso lhe confiaram o comando de um regimento e em breve tornava-se membro influente do Conselho. Durante muitos anos, Chaka serviu lealmente Dingiswayo. Mas, tendo ganho experiência e notoriedade, foi-se tornando cada vez mais crítico em relação aos métodos de guerra do seu chefe. Arrebatado e ambicioso, mostrava-se impaciente de aplicar as suas próprias concepções militares. A oportunidade ofereceu-se-lhe no momento em que, morto o pai, um dos seus meio-irmãos lhe quis suceder: Chaka, que não queria aceitar isso, lançou-se à conquista do poder, de que se apoderou em 1816, com o apoio do seu protetor. Nessa data, era viva a tensão entre os três chefes que disputavam a supremacia na região: Sobhuza, chefe dos Ngwane; Zwide, chefe dos Ndwandwe e Dingiswayo. O primeiro foi rapidamente derrotado e um duelo sangrento opôs os dois outros. O exército de Dingiswayo foi destruído e ele, morto e decapitado, teve a sua cabeça espetada numa estaca. Na região, Chaka surgiu então como o homem forte; ia poder dar livre curso ao seu gênio militar e político.

**2. Reforma militar e renovação estratégica**

Mal se instalou no poder, Chaka começou a revolucionar a ordem antiga. A sua primeira ação incidiu no armamento. Compreendera muito bem que as armas tinham de se adaptar às mutações da guerra: esta passara da escaramuça aos afrontamentos em grande escala. A arma tradicional dos Ngunis, a lança de cabo comprido (*isi jula*), arma de arremesso utilizada indiferentemente para a caça e a guerra, apresentava sérios inconvenientes que Chaka conseguira detectar: mal tinham feito a sua arremetida, os guerreiros da primeira linha tinham de recuar. Chaka decidiu então introduzir uma arma nova, a azagaia de cabo curto e lâmina larga, destinada ao combate corpo-a-corpo e que possibilitava a estocada. Psicologicamente, a arma comprida tinha o defeito de incutir no guerreiro o medo e suscitar o reflexo de fuga; o portador de arma curta, pelo contrário, para não ficar desfavorecido, tinha de forçar o inimigo ao corpo-a-corpo, combate em que o adversário se via embaraçado pela arma comprida. Além disso, Chaka decidiu que todo o soldado que regressasse do campo de batalha sem a azagaia seria executado.



A introdução da nova arma conferiu à guerra um caráter mais implacável e os métodos de combate ganharam em eficácia; os soldados zulus puderam passar a manobrar e lutar em formação de combate, sob a proteção de grandes escudos ovais de pele de boi, que protegiam o corpo do queixo aos pés. Chaka cuidou atentamente do equipamento das suas tropas: mandou construir por todo o país arsenais em que estavam armazenadas as armas fabricadas por ferreiros exclusivamente adstritos ao serviço do exército; para dar maior eficácia aos seus soldados, proibiu o porte das sandálias que, segundo ele, atrasavam a marcha, prescreveu o consumo de leite, acusado de tornar os homens pesados, e fez da carne seca o essencial da sua ração.

Uma das reformas mais significativas foi a instituição de um exército permanente. Enquanto na sociedade Nguni a atividade guerreira fora até então circunstancial, Chaka destacou uma parte da população que passou a especializar-se no ofício das armas. Reestruturou os regimentos herdados do pai, constituídos por veteranos, e treinou-os para novas formas de guerra: guerra total e de longa duração. Mas Chaka apostou essencialmente na juventude: os jovens eram recrutados aos dezesseis anos e sujeitos a uma formação de dois ou três anos nas *kraal* (quartéis); aí, ficavam sujeitos a uma vida rude, cultivando o espírito de camaradagem e o culto do chefe, cantando hinos à glória de Chaka. Jovens e veteranos foram integrados em regimentos "mistos", os *impis*: repartidos pelo conjunto do território, esses regimentos controlavam as posições estratégicas e as marchas do reino. Cada regimento tinha o seu grito de reunir e o seu uniforme, e levava consigo um sinal distintivo: faixa de cor na frente, cor específica dos escudos etc. O exército de Chaka era fortemente estruturado e hierarquizado. Cada *kraal* tinha à sua frente um comandante (*induna*): nomeado por Chaka, era coadjuvado por oficiais subalternos, encarregados de unidades menores. Os regimentos eram numerosos e prestigiosos; assim, o regimento *U-Fâsimba*, criado quando Chaka acedeu ao poder, ocupava um lugar especial: tinha o quartel-general em Bulawayo, capital militar do reino.

É interessante analisar o papel das mulheres na concepção militar de Chaka. A história da África registrou exemplos de mulheres que envergavam armas e participavam diretamente nos combates: um caso célebre é o das Amazonas no reino de Abomé. No Reino Zulu, as mulheres serviam essencialmente na logística e na intendência: Chaka fez disso um eixo da sua concepção militar. Milhares de jovens eram escolhidas e internadas em gineceus (*izigodlo*). Qualquer guerreiro que se aventurasse a ter relações sexuais com uma jovem era punido com a morte mas, ocasionalmente, Chaka levantava o interdito. Uma das disposições mais importantes dizia respeito ao futuro dos soldados: quando um regimento tinha dado mostras de bravura era dissolvido; Chaka libertava ao mesmo tempo jovens e acertava casamentos. Assim, Chaka assegurava o controle das pulsões sexuais para fins militares e aparecia como o ordenador da estratégia matrimonial, o que assegurava uma autoridade sem precedentes.

Um dos fundamentos da supremacia zulu residia na sua tática e na sua estratégia. Enquanto os Ngunis operavam em ordem dispersa, Chaka iniciou métodos de guerra mais lógicos e sistemáticos. No plano tático, adotou uma formação de ataque em arco de círculo, "como a cabeça de búfalo": as tropas eram divididas em quatro corpos; duas alas que constituíam os cornos do búfalo e dois corpos centrais, colocados um atrás do outro, como o crânio do búfalo. Nos "cornos" colocavam-se jovens guerreiros aptos e fogosos, cuja missão era assediar o inimigo e rebatê-lo para o centro, onde ficava preso na tenaz formada pelos regimentos dos veteranos; a intervenção da retaguarda precipitava a vitória. Em matéria de estratégia, Chaka abandonou a prática da guerra limitada e optou pela guerra "total" e pela tática da terra queimada, que tinha por objetivo criar o vazio completo em torno do inimigo. Para tanto, criou regimentos especiais, os *impis ebumbu* (regimentos vermelhos), verdadeiros "esquadrões da morte": a sua reputação de violência tinha um efeito psicológico sobre os povos que não tinham outra solução senão a capitulação rápida ou a fuga.

No Reino Zulu, observa-se uma imbricação da guerra, do poder e das práticas mágico-religiosas. Um dos principais cuidados de Chaka foi o de mobilizar todos os adivinhos, feiticeiros, geomantes e demais oráculos, não só a fim de determinar os momentos propícios à guerra e proteger os seus exércitos, mas também e sobretudo para reforçar a sua autoridade política e atribuir a si próprio uma legitimidade sobrenatural.

A raridade, ou até a ausência de dados, não permitem determinar hoje a dimensão em efetivos do exército de Chaka: só as conjecturas, a partir de testemunhos da época, permitem fazer uma ideia da questão. O explorador britânico Nathaniel Isaacs relata ter visto 17 regimentos equipados de escudos negros e 12 regimentos equipados de escudos brancos. Se estimarmos em mil o número de soldados por regimento, podemos pensar que o exército comportava 29 000 soldados. Quanto a Henry Francis Fynn, avança o número de 50 000 homens, ao passo que A. T. Bryant observa que vários desses regimentos mais não eram do que simples pelotões e sugere uma hipótese mais modesta, no que é secundado por Francis Farewell, antigo oficial de marinha e comerciante ativo na terra dos zulus, que propõe o número de 14 000 soldados no início das conquistas. No seu apogeu, o exército de Chaka disporia eventualmente de 100 000 homens. Seja como for, estes valores testemunham a grandeza desse exército que, para a época, representava uma máquina de guerra implacável.

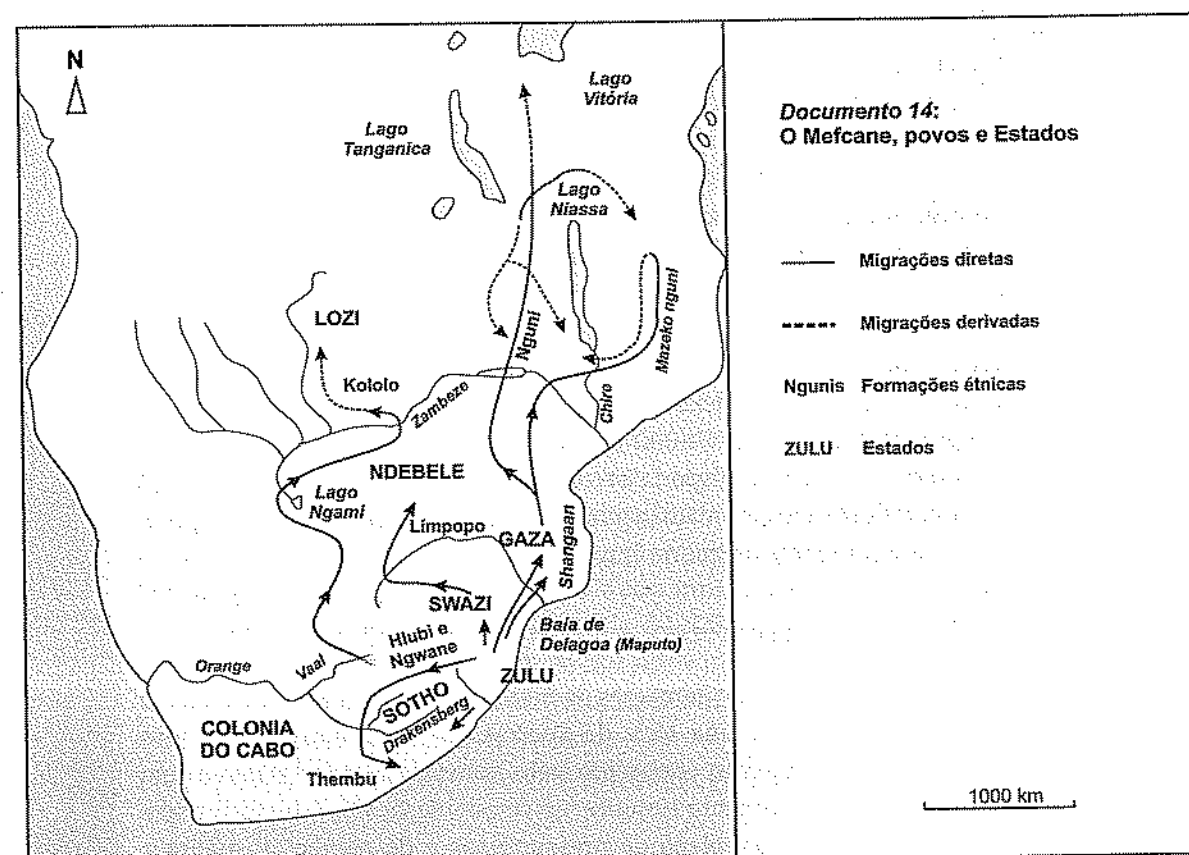
### 3. Violência e construção

Os acontecimentos mais marcantes da história da África Austral no século XIX andam todos ligados a uma série de guerras que afetaram comunidades inteiras, num vasto movimento conhecido pelo nome de *Mfecane* (*difacane* em língua sessoto, isto é, "movimento tumultuoso de populações"). A historiografia do *Mfecane* continua confusa, plena de pressupostos e de paixões e sujeita a



controvérsia. Foram numerosos os autores que se debruçaram sobre o fenômeno. Deles, E. V. Walker é um dos mais fecundos: as suas diferentes teses resumem-se ao caráter disruptor do movimento e no terror que gerou. A história dos *Basuto*, redigida em 1913 por Fred Ellenberger da Sociedade das Missões Evangélicas, fornece uma profusão de pormenores, tirados das tradições orais dos povos vencidos por Chaka e prontos a testemunhar o que consideraram como um "apocalipse". Quanto a Thomas Mofolo, o seu clássico *Chaka, uma epopéia bantu*, redigido em língua sessoto em 1909-1910, só foi publicado em 1925 após ter sido expurgado pelos religiosos da Missão Evangélica de Paris: romance mais do que obra histórica, exprime antes de tudo o ponto de vista dos sotos sobre os zulus e o dos cristãos sobre a história de uma sociedade pagã. Por fim, muitos viajantes ou missionários europeus – E. Casalis, R. Moffat e J. Melville nomeadamente – assim como brancos, britânicos ou africanos, forneceram por seu turno uma literatura abundante sobre a questão: mas esta, marcada politicamente, muitas vezes impregnada dos pressupostos intelectuais da doutrina da desigualdade das raças, apresenta Chaka de forma maniqueísta e não vê nele senão um autocrata primitivo e sanguinário.

**Documento 14: O Mfecane, povos e Estados**



### A questão do despotismo

Entre este exército onipresente, que ocupava todo o campo das estruturas e das relações sociais, e o despotismo político, não ia mais do que um passo, passo que o Estado Zulu, como é mais do que evidente, franqueou insensivelmente e segundo modalidades que falta esclarecer. Os antigos órgãos políticos foram despojados das suas prerrogativas. Assim, os conselhos dos chefes e os anciãos perderam o seu poder: Chaka acabou mesmo por proibi-los de se reunirem. Para marcar devidamente o advento de uma nova era, tornou extensivo a todos os seus súditos o nome de *Amazulu* (os do céu), porque, dizia:

Eu sou como essa grande nuvem em que retumba o trovão: ninguém consegue impedi-la de fazer o que quer. Também eu fito os povos e eles tremem.

O próprio exército contribuiu para reforçar as tendências despóticas. Com efeito, os soldados deviam absoluta obediência aos chefes e multiplicavam as saudações que lhes dirigiam, e os cantos elogiosos, como este, reproduzido por Thomas Mofolo:

Bayete, Bába, (ó Pai) Senhor dos senhores!  
Ó grande leão, grande elefante a que ninguém pode responder!  
Tu, que crescestes enquanto nós minguávamos!  
Bayete, Bába, Senhor do Céu!  
Tu, o tenebroso, nascido para governar com clemência!  
Tu, que possuis o poder do elefante!  
Tu, que devoras os homens!  
Tu, cujas garras se parecem às do leão!  
Tu, cuja grandeza atinge o céu, o céu sobre as nossas cabeças!  
Ó Zulu, ó celeste, conduz-nos com clemência!  
Bayete, Senhor! Bayete, Bába, Celeste!

Os testemunhos recolhidos bastante depois da sua morte, e muitas vezes nos grupos ou povos vítimas do *Mfecane*, insistem comprazidos na sua crueldade, tornando-se quase impossível destrinçar neles o mito da realidade. Os nomes escolhidos por Chaka para as primeiras capitais e para as suas residências são significativos e tinham por objetivo inspirar o terror: *Kwa Bulawayo* (o lugar onde se mata), *Umgungundlovu* (semelhante ao elefante), *Gibixhegu* (afastai os velhos). Segundo outras tradições:

Entre as coisas extraordinárias que Chaka fazia, havia a que consistia em mandar esventrar uma mulher para ver que posição ocupava a criança na vagina da mãe. E fê-lo mais de uma vez. Também por vezes lhe dava mandar cortar as orelhas de um homem e justificava o ato dizendo: Elas não ouvem. Muitas vezes, dizia também: Os abutres têm fome, querem assistir à assembleia, quando via abutres no céu, e nessa altura mandava que os alimentassem com cadáveres humanos. (citado por Jean Sévry, 1991, p. 46).

As tradições transmitem-nos também que, quando a mãe morreu, Chaka teria imposto aos zulus um luto longo e cruel: proibição de consumir leite durante três meses; proibição absoluta de relações sexuais durante um ano; condenação à morte de todos os culpados, em especial das mulheres grávidas. Estes mitos muitas vezes contraditórios (alguns atos são também atribuídos a Dingaan, sucessor de Chaka) correspondem a um fenómeno bem conhecido dos historiadores: o trabalho da memória que leva ao "fabrico dos grandes homens" e à construção ideológica dos heróis.

Alguns historiadores, utilizando uma abordagem diferente, interpretam estes atos de despotismo como instrumentos necessários à construção do Estado. Assim, a eliminação dos chefes provenientes das antigas famílias de notáveis e a instalação à frente das unidades territoriais e dos grandes serviços de agentes nomeados por Chaka correspondiam a pôr de pé um autêntico aparelho administrativo. J. D. Omer-Cooper chegou a sugerir que o rigor militar teria feito nascer uma nova ética, fundada na lealdade e no orgulho, na disciplina, na ordem e no asseio, na indiferença perante as privações, os sofrimentos corporais e a morte, numa certa arrogância, qualidades que os colonizadores iriam experimentar a expensas próprias.

#### O Mfecane

No tocante à história da África Austral, o relato corrente dos fatos insiste sempre no carácter devastador de uma série de operações militares de grande envergadura. O processo desencadeado em 1818 permitiu a Chaka vencer em dois anos de conflito trezentos chefes cujos territórios foram integrados no Reino Zulu. A partir de 1822, escalonou os seus exércitos a oeste de Drakensberg. Perante essa poderosa máquina de guerra, muitas coletividades preferiram fugir, atacando à passagem os seus vizinhos, aumentando a confusão e revolvendo o mapa étnico da região. Assim, alguns grupos vindos do Natal, seguindo ao longo do corredor de Drakensberg, instalaram-se o mais das vezes como pastores de rebanhos nas terras dos chefes thembus e xhosas, formando um novo grupo, conhecido pelo nome de *mfengus* ou *fungos*, isto é, "mendigos". Outros chefes, por realismo, vergaram-se à soberania do chefe zulu e aceitaram pagar-lhe tributo: foi o que aconteceu com Sobhuza, chefe dos ngwanas, e Moshesh, rei dos sotos.

O *Mfecane* não terminou com a morte de Chaka em 1828, antes prosseguiu durante o reinado do seu sucessor Dingaan (1828-1840), extravasando da periferia do reino para fazer sentir a sua influência até Moçambique. Em 1833, o exército zulu atacou a região de Lourenço Marques (Maputo), onde estava instalada uma guarnição portuguesa, e aniquilou pelo fogo inúmeras aldeias das redondezas. Assim, em 1834, a baía de Delgado e o *hinterland* próximo estavam controlados, dando ao Reino Zulu uma abertura para o Oceano Índico (documento 14).

Assim, em todo o espaço geográfico compreendido entre o litoral do oceano Índico, o rio Limpopo e o rio Orange, o impacto do *Mfecane* foi determinante.

Instaurando um ciclo de violência, o exército zulu gerou na região uma turbulência generalizada, o que levou à desarticulação das entidades sociopolíticas pré-existent, à destruição das culturas e do gado, à fome que teria obrigado certos grupos a praticar o canibalismo para sobreviver. Seria no entanto errado concluir que o *Mfecane* só teve consequências negativas: numa perspectiva histórica dinâmica, o movimento assumiu também aspectos positivos inegáveis. Houve primeiro que tudo a emergência do Estado, tendo como arquétipo o Reino Zulu, e uma reestruturação geopolítica da África Austral. Registrou-se também uma passagem qualitativa de comunidades culturais frouxas para autênticas nações, que apoiavam seu arcabouço político no exército. A necessária adaptação às condições críticas da época levou à integração dos grupos mais débeis, sob o comando de chefes que aspiravam a edificar entidades políticas mais vastas e mais sólidas, seguindo o modelo zulu: os três reinos soto, swazi e tswana foram o resultado desse processo de recomposição. O *Mfecane* contribuiu por fim para modificar radicalmente as estruturas políticas e militares da África Austral e para impor o modelo zulu, nomeadamente nos domínios cultural e linguístico. Este processo deu à África Austral as armas necessárias e duradouras para se opor ao avanço irresistível da fronteira boer e britânica.

#### C. Samori Touré e a revolução Diúla

Construtor de um império, Samori Touré fez-se como personalidade primeiro no pequeno comércio, depois nos feitos militares e no comércio de longa distância, seguidamente como construtor de Estado (documento V), e, por último, como chefe político e religioso que dirigiu uma resistência feroz ao imperialismo europeu. O seu itinerário complexo e multiforme faz dele um personagem excepcional, cuja ação suscitou análises e juízos contraditórios. A historiografia colonial, baseada em interpretações apressadas e tendenciosas, realçou a sua crueldade, espalhando o clichê de "Samori, o sangrento". Invocaram-se acontecimentos trágicos, é certo, mas pontuais (a execução, em 1887, das suas duas filhas por imoralidade e, em 1894, do seu filho Dianly Karamogho por traição), assim como testemunhos orais de dois povos vencidos e dispersos. A antítese nacionalista quis incensar a gesta heróica do homem de Estado e do intrépido resistente à conquista colonial. Na fase da luta pela independência serviu para criar uma imagem popular e uma mística política aptas a galvanizar as multidões. Foi nessa perspectiva que, na Guiné, o líder nacionalista Sékou Touré forjou um parentesco com Samori Touré, cujas cinzas foram repatriadas de Ndjolé no Gabão, onde morrera no exílio em 1900. Assim, a historiografia foi durante muito tempo viciada por uma abordagem maniqueísta e por uma valorização excessiva dos feitos de guerra e das proezas individuais de Samori Touré em detrimento dos fatos sociais, intelectuais e políticos que precederam, acompanharam ou sucederam à sua ação.

## 1. O homem de Estado e o seu meio

Numa síntese exemplar em que se misturam uma simpatia evidente pela personagem e o rigor implacável do ofício de historiador, Yves Person soube solicitar todas as fontes disponíveis, os numerosos arquivos coloniais e as fontes orais, mais raras e muitas vezes contraditórias. Os fatores culturais que serviram de cimento à unidade do mundo mandinga, o papel integrador do exército e do islã, a estrutura e o funcionamento do Estado, bem como os choques com o imperialismo europeu são assim magistralmente valorizados e relacionados uns com os outros.

Um dos problemas mais importantes elucidados por Yves Person é o da articulação entre a trajetória individual de um homem de Estado, Samori Touré, e o destino coletivo de um grupo social, os diúla. Para ele, a "revolução samoriana" é simultânea e indissoluvelmente uma "revolução diúla", cujas raízes mergulham na renovação do islã oeste-africano e, mais ainda, nas transformações do comércio. "A partir do século XVIII, a saída para o mar encontra-se assegurada no eixo Kankan-Fuuta Jallon-Serra Leoa, onde aparecem os jaxankes, diúlas da Senegâmbia. Os escravos passam a partir parcialmente para a América, ao passo que os tecidos e as armas de fogo de importação europeia desempenham um papel crescente na cultura local. As técnicas da caça e da guerra, estreitamente ligadas, sofreram uma revolução profunda. Nenhum poder político pode continuar a ignorá-lo. Reforça-se então a importância do comércio externo. As aldeias e bairros diúlas expandem-se e multiplicam-se. O papel da minoria mercantil cresce na sociedade global animista, com quem partilha a língua e o essencial da cultura. Consciente da sua força e do seu papel indispensável, essa minoria vai suportar de modo cada vez pior a ordem estabelecida, com os pesados impostos e a insegurança que estorvam as suas atividades." (Yves Person, 1977, p. 257).

Ora, Samori pertencia plenamente a este grupo social. Nascido por volta de 1830 em Manyambaladugu, era filho de Lafia Touré, vendedor ambulante diúla do Baixo Konyan. A mãe, Masorona Kamara, pertencia a um poderoso clã malinka e animista. Tal como os seus antepassados paternos, Samori Touré decidiu por volta de 1848 abraçar a carreira de vendedor ambulante, tendo adquirido rapidamente reputação de hábil mercador. Uns seis anos depois, vamos encontrá-lo ao serviço do clã dos Sissé, que, durante uma razia, haviam raptado a mãe dele. As suas qualidades de mercenário ao serviço dos Sissé (1854-1859), e depois dos Béreté durante dois anos, permitiram-lhe iniciar-se no manejo das armas e tomar contato com o islã.

Fisicamente, Samori Touré era alto, esguio, tinha tez negra e um vigor notável. Inteligente e enérgico, era persuasivo na fala e manifestava um espírito de estrategista. As suas qualidades e a sua energia criadora haveriam de permitir-lhe desempenhar um papel de primeiro plano em toda a região do Alto Níger. Tirando o máximo partido das três alavancas do comércio, do parentesco étnico

e do islã, este chefe de guerra intrépido conseguiu ocupar o poder entre 1853 e 1881, construir um império de quase 400 000 km<sup>2</sup> habitado por mais de um milhão de pessoas e organizar as estruturas de um verdadeiro Estado.

## 2. O fator militar

O processo dinâmico que presidiu o crescimento e desenvolvimento do império de Samori Touré foi essencialmente marcado pela guerra. Esta revela melhor do que tudo a essência e a estrutura do Estado, os princípios fundamentais da organização do governo, o monopólio exercido pelo grupo dirigente (chefes de guerra e negociantes) sobre a ação política.

Abordar as instituições militares é tocar no nó vital do império, pois o exército constituía o fundamento da sociedade nova que se organizava. Até 1888, as fontes de recrutamento praticamente não variaram mas aumentaram de forma extraordinária, acompanhando o próprio ritmo do crescimento do império, cujo elemento essencial era a construção de um exército permanente. Esse poder militar aprecia-se antes de tudo a partir dos efetivos. Tendo começado com 15 000 homens no momento em que o império se formou, o exército mais do que duplicou, tendo atingido em 1886, segundo certas estimativas da época, 50 000 soldados de infantaria e 4 000 cavaleiros.

Mais do que a expansão dos efetivos, a evolução qualitativa do seu exército reforçou a capacidade de ataque de Samori Touré, o qual demonstrou ser um grande estrategista que soube revolucionar a arte da guerra nas savanas africanas. Impôs ao seu exército uma marcha segundo um dispositivo rigoroso de cinco elementos: o *nya*, ou face, o *sisi*, ou peito (centro), as duas alas a que se chamava "mão direita" e "mão esquerda" e o *kosi*, ou retaguarda. Para manter os seus combatentes em linha, Samori Touré iniciou uma tática nova: colocou-os em seis linhas sucessivas, a primeira das quais, depois de disparar, se afastava para deixar passar a segunda e ir recarregar as espingardas; a manobra inversa permitia o avanço da tropa. Desenvolveu as capacidades de manobra dos seus *sofa*, utilizou a astúcia e a surpresa e organizou obstáculos ativos, as *sanye* (barreiras vegetais que punham as suas tropas ao abrigo e lhes davam a possibilidade de investir contra as fortalezas adversas). Quando necessário, Samori adotou soluções extremas com a tática da terra queimada.

A utilização maciça de armas de fogo aparece como fator essencial que influenciou na tática e na estratégia dos exércitos de Samori e assegurou a sua preponderância. Inicialmente equipados com mosquetes, os *sofa* foram dotados, sobretudo a partir de 1891, com espingardas de repetição providas das feitorias britânicas de Freetown. O seu papel era tão decisivo que o futuro do império dependia delas. Por isso, e para se precaver de um embargo sempre possível, Samori Touré mobilizou a habilidade dos ferreiros tradicionais. Todos os governos militares foram dotados de uma oficina de maior ou menor dimensão onde as

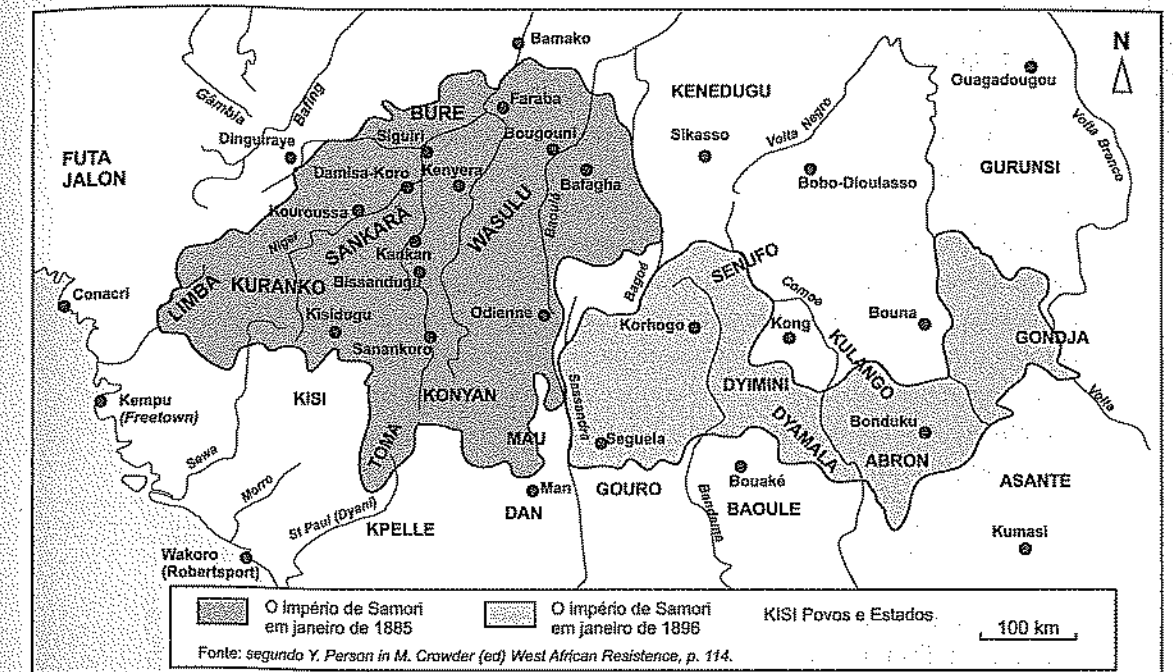


espingardas eram reparadas. Dois mestres ferreiros, Kurfala Kuruma e Syagha Musu, que tinham conseguido ser contratados pelo arsenal de Saint-Louis, chegaram a fabricar, do princípio ao fim, armas extremamente eficazes. Samori Touré pôs também todo o empenho em dotar o seu exército de uma cavalaria. Com efeito, tinha consciência da superioridade do cavalo, graças à sua mobilidade e às suas capacidades de manobra. Assim sendo, foram mobilizados recursos enormes para obter cavalos importados do Kaarta e do Sahel. Samori Touré chegou até a tentar aclimatar uma criação de cavalos no Alto Konyan, a fim de equipar os seus exércitos.

Além disso, empreendeu um grande esforço de modernização. Para treinar os seus soldados à europeia, Samori Touré acolheu todos os desertores dos exércitos franceses e britânicos que se lhe ofereciam e a quem pagava muito caro. Entre 1882 e 1886, certas unidades foram, inclusive, equipadas com um uniforme azul-escuro com *chechia* e cinturão vermelho. A guarda de Sarankenyi Mori, irmão de Samori, foi alvo especial desta política de modernização; deu origem ao célebre corpo dos "sofa de Dabadugu".

As instituições militares, que atingiram o seu apogeu após 1887, pesaram especialmente sobre a organização do império e sobre as estruturas do Estado. Com efeito, foi o exército que estruturou o espaço conquistado, fornecendo os seus quadros às divisões territoriais. Samori Touré organizou o seu império em governos militares, cada um dos quais era guardado por um exército bem personalizado. Esses exércitos eram em número de cinco. O exército do oeste era o de maiores efetivos, dada a importância das rotas comerciais que levavam a Freetown de onde provinham as armas modernas. O exército do norte, o primeiro que se constituiu em 1876, controlava um território rico de recursos agrícolas explorados por malinkês e dialonkês, arraigados a práticas animistas. O exército do nordeste, formado em 1882, ocupava uma posição estratégica nas fronteiras do império tucolor. O exército do leste, organizado em 1883, dominava importantes redes comerciais, mas a heterogeneidade étnica da região não permitiu criar ambiente favorável no seu seio. Estes exércitos gozavam de ampla autonomia e tinham a dirigir-lhes um governador militar chamado *keletigui*. A família real estava neles representada pelos irmãos e filhos do rei, mas muitos governadores foram escolhidos em virtude do seu valor militar, a exemplo de três antigos cativos, que tinham sido aprisionados durante as primeiras guerras de Samori Touré. Cada *keletigui* instalava-se numa residência solidamente fortificada. A crescente complexidade das suas atividades, simultaneamente políticas e militares, exigia a organização de uma corte e de uma estrutura hierarquizada que o apoiassem. O exército do centro ou *foroba* tinha uma posição muito especial e simbolizava o poder central. Com o seu quartel-general em Bissandugu, a capital, era comandado por Samori Touré em pessoa. O *foroba* fazia figura de reserva para os exércitos autônomos e tinha por função deslocar-se de uma frente para outra, em massa ou por frações, sempre que surgisse uma crise.

Documento 15: Os Estados de Samori



A organização deste império, cuja existência, por si só, era uma revolução, tendo em vista a fragmentação que reinava na região, foi certamente resultado de uma política militar integrativa. Com efeito, as estruturas militares criadas por Samori Touré constituíram terreno favorável à unificação. Para muitos jovens recrutados, o exército foi um canal de mobilidade ascendente, o que provocou a falência das velhas estratificações sociais. O exército favoreceu o nascimento de um espírito nacional, em proveito do projeto imperial. A tutela militar teve por efeito a entrada em contato entre si de grupos étnicos heterogêneos e o agrupamento e a homogeneização cultural, a despeito de fatores limitativos como a clivagem entre a sociedade militar e as populações das regiões conquistadas, e o irredentismo de grupo alógenos da floresta e dos pastores fulas, que Samori Touré deixou em liberdade, para os utilizar como fornecedores de escravos, de noz-de-cola e de gado.

### 3. Ordem e estruturas políticas

As transformações impostas por Samori Touré ao mundo malinkê, em resposta à crise profunda que permitira a sua entrada em cena, deram origem a uma sólida construção política, que coroava sem as destruir as unidades antigas, como por exemplo, as *kafu* (unidades políticas e religiosas locais) ou as *kabasarane*, suficientemente vastas para merecerem o nome de reinos. Por sua dimensão e pelo elevado grau de complexidade que atingiu, esta construção merece bem o nome de império.

### O império samoriano

No topo da nova ordem que estabelecera, reinava Samori. Adotou o título de *faama* que, aos olhos dos súditos, sintetizava as ideias de poder, de grandeza e de glória guerreira. Gradualmente, substituiu a soberania dos *mansa* (reis malinkês) pela sua, utilizando um antigo ritual: dar a “beber o *dégé*” aos seus novos súditos. Contrariamente ao que a historiografia colonialista quis fazer crer, Samori Touré não foi de maneira nenhuma um déspota absoluto. No exercício do poder, era coadjuvado por um Conselho, instituição que se formou empiricamente, adaptando-se maleavelmente às necessidades de um império que se expandia sem cessar. Era objetivo exclusivo do Conselho fornecer recomendações avisadas ao soberano. Este designava para nele participarem as pessoas que considerava mais inteligentes ou que tinham conhecimentos especiais. A tradição diz que nele tinham assento sete membros. Reuniam-se todos os dias, exceto às sextas-feiras e nos dias de grandes festas, numa sala do palácio de Bissandugu. A fim de poderem acorrer imediatamente ao apelo do soberano, tinham as suas moradias não muito longe do palácio. O *faama*, em contrapartida, concedia-lhes domínios trabalhados por uma abundante mão-de-obra servil.

Era o secretariado do Conselho que assegurava o acompanhamento dos assuntos do Estado. Ansumana Kuyate assumiu essa função de 1881 a 1898. Adquirira uma sólida cultura islâmica e era coadjuvado nessa tarefa por dois ou três escribas. Se é certo que a maior parte da vida do império repousava sobre mensagens orais transmitidas por homens de confiança, existia também uma correspondência escrita com os europeus (em francês e em inglês) e com os Estados vizinhos (em árabe, sobretudo com o Império tucolor). Para autenticar os seus documentos, Samori mandou fazer um carimbo com a menção “*Al Iman Sumuri ben Lafia*” (“O Imã Samori filho de Lafia”).

Para construir um Estado centralizado, equipar e manter o exército, eram precisos rendimentos regulares. Estes assentavam em quatro elementos:

- o *saghale*, um imposto anual, muitas vezes um dízimo;
- os *usuru* ou impostos comerciais, pagos em cauris;
- o *dyaka* que era quase exclusivamente pago em gêneros; nesse quadro, foi instalado um sistema original e eficaz em cada aldeia: “o campo do *almami*”, que era delimitado de maneira a produzir aproximadamente o décimo da colheita;
- o saque de guerra (*koso*) constituía uma importante fonte de rendimentos para o Estado; o direito de fazer a guerra era monopólio do soberano, bem como os lucros que daí pudessem decorrer. Samori Touré apropriava-se geralmente de um terço do saque e repartia o resto entre os seus generais. Esses produtos eram reunidos em Bissandugu, onde foi organizado um verdadeiro Tesouro Público, constituído por estoques de mercadorias e de ouro em pó. A gestão do Tesouro cabia ao terceiro personagem do

Conselho, o *mara bagha* (depositário das riquezas).

No processo de organização do Estado, guerra e comércio apareciam intimamente ligados. A política de abertura dos grandes eixos de comércio a longa distância assegurava a sobrevivência dos exércitos, fornecendo-lhes víveres, armas de fogo e cavalos. Inversamente, as conquistas militares, alargando o império e instaurando a segurança nas estradas, propiciavam à oligarquia comercial escoadouros e fontes de produtos novos.

### O recurso ao islã

Com Samori Touré, o projeto unificador, que se baseava antes de tudo na guerra, procurou como segundo fundamento o islã, o que o levou à teocracia. Contrariamente aos seus predecessores, Ousman dan Fodio, Cheikhou Ahmadou e El Hadj Omar, Samori Touré não tinha nem ascendência muçulmana, nem cultura islâmica. Seu pai, Lafia Touré, fora um animista impenitente. Foi o contato com os diúlas muçulmanos que o levou tardiamente a abraçar o islã. Haveria, no entanto, de sofrer a influência do abalo muçulmano e dos seus impulsos políticos. Embora a religião não constasse no seu projeto inicial, Samori Touré quis utilizá-la como fator de integração, no momento em que procurava estabilizar o seu poder: para assegurar a perenidade da hegemonia sem raízes que estava a construir, procurou justificá-la por um princípio de ordem superior. Esta evolução para o islã afirmou-se em 1880, quando da queda de Kankan, a grande metrópole muçulmana do Alto Níger. Samori Touré tinha então cerca de cinquenta anos e já guerreava há quinze. A influência fula no Fuuta Jallon também se fez sentir no itinerário religioso de Samori Touré. A aliança com os *almami* de Timbo reforçara-se quando o conquistador mandinga participou no esmagamento da revolta dos hubus que contestavam a ordem estabelecida. No momento em que via o termo das suas conquistas e em que a ameaça francesa o levava a reconsiderar a posição do islã no Estado, era natural que se inspirasse nos seus aliados do Fuuta Jallon. Assim, decidiu abandonar o título de *faama* e adotar o de *almami*: este epônimo ilustra já a mutação profunda que iria transformar o seu império militar em Estado teocrático.

As etapas da islamização do Estado samoriano são muito nítidas: quando da queda de Kankan em 1880, o Conselho foi invadido por marabus que haviam aderido ao imperador e o exército engrossado por tropas formadas por muçulmanos, amiúde intransigentes: em novembro de 1883, o poderoso Estado animista de Konyan foi destruído e Samori Touré exigiu a conversão dos vencidos ao islã. Os meses seguintes foram decisivos, pois Samori Touré afastou-se então nitidamente dos pagãos e, a 25 de julho de 1883, quando do fim do Ramadã, deu o passo decisivo, acentuando o caráter religioso do Estado e deixando de tolerar pagãos entre os seus próximos. Por fim, em 1886, a teocracia em gestação desde há cinco anos foi proclamada: Samori Touré estava convencido de que só o islã podia unificar os países diversificados que conquistara. Aprofundara sensivelmente os seus conhecimentos teológicos, mas nunca foi um letrado. Passou a envergar

o turbante de musselina branca sobre *chéchia* vermelha que, com a sua túnica vermelha e amarela, formou a insígnia da sua nova dignidade. Passava a reunir nas suas mãos os poderes temporal e espiritual e a presidir pessoalmente à oração de sexta-feira.

O império samoriano apresenta-se verdadeiramente como uma teocracia. O soberano governava em nome de Alá; nos diferentes conselhos tinham assento marabus versados na ciência corânica; a sucessão devia ocorrer no seio da sua linhagem patrilinear; cioso de dar o exemplo, o *almami* redobrava de rigor em relação à *sharia*: assim, duas das suas próprias filhas, vítimas de uma intriga do serralho, foram condenadas à pena capital.

Homem da renovação, Samori Touré apostava na juventude e multiplicou as escolas. Instalou em cada aldeia um mestre-escola (*karamogho*) remunerado pelo Estado: era docente, certamente, mas também espião notório que informava o *almami*. Os notáveis pagãos foram obrigados a confiar os seus filhos ao marabu mais próximo, para serem instruídos no islã. Os filhos dos chefes vencidos eram arrancados às famílias para que o desenraizamento favorecesse a sua conversão.

Pela coação, Samori Touré tentava pois impor ao mundo animista o respeito pelos cinco pilares do islã. A combinação dos fatores endógenos e exógenos iria provocar fissuras no edifício erguido por Samori Touré e levá-lo à ruína. A mutação do projeto unificador das terras mandingas em projeto de conversão ao islã e de instauração de uma teocracia pela coação levou à revolta de importantes comunidades apegadas às práticas animistas. Toda a estratégia de alianças entre os clãs mais poderosos ficou comprometida quando os Kamara, tios maternos de Samori Touré, tomaram a iniciativa da grande revolta de 1888, em nome da defesa dos valores ancestrais contra o imperialismo muçulmano.

Mais grave ainda foi a crise aberta em 1885 pela campanha contra o Kenedugu e o cerco de Sikasso. A partir de 1840, o reino de Kenedugu, em terras dos senufos, conheceu uma forte expansão, impulsionada pela dinastia dos Traoré. No reinado de Tyeba (1870-1893), o Kenedugu tornou-se o maior Estado existente na margem direita do rio Níger, entre Segú e as terras dos mossis. A capital, Sikasso, foi erigida numa fortaleza de impressionante poderio, cercada por muralhas com 8 a 9 quilômetros de extensão e 3 a 5 metros de altura, flanqueadas por torres. A situação geopolítica era tal que Samori Touré se sentia irresistivelmente atraído para leste. Para ele, Tyeba tinha que se submeter ou perecer. Organizou-se um esforço gigantesco de mobilização através de todo o império e Samori Touré lançou as suas colunas contra Sikasso. Não conseguindo tomar a cidade de assalto, cercou-a. Edificaram-se em torno da cidadela fortificações de campanha (*diasa*). Este cerco de duração excepcional (quinze meses) foi para Samori Touré uma terrível provação em que perdeu a elite do seu exército. Em 1887, foi obrigado a retirar, o que teve pesadas consequências sobre o moral das suas tropas, dizimadas e esfomeadas, e sobre a sua reputação de chefe militar sempre vitorioso. Seguiu-se a desafeição, multiplicando-se as revoltas internas. A crise aberta pela guerra contra

Sikasso interrompeu a curva ascendente do império samoriano cuja complexa organização não tardou a definhar.

Samori Touré, à beira do abismo, foi obrigado a renunciar ao império teocrático, substituído pela simples exigência da lealdade. Embora o senhor tenha conservado o título de *almami* e o poder continuasse a ser privilégio dos muçulmanos, o império teocrático de Samori Touré não foi, no fim de contas, mais do que um breve episódio. Aqui, no Alto Níger, as condições não eram tão favoráveis à implantação de uma teocracia como no Macina e em Sokoto. Além disso, não se poderá comparar a experiência samoriana com os longos anos de coação religiosa que se seguiram ao triunfo de El Hajd Omar. Seja como for, estes breves anos do islã oficial provocaram um verdadeiro impacto em todo o Alto Níger. O prestígio do islã saiu reforçado e a sua difusão prosseguiu lentamente, fora de qualquer coação, impregnando a totalidade das estruturas sociais.

### III. CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO: ETIÓPIA E MADAGASCAR

De Madagascar, podemos manifestamente repetir o que se diz da Inglaterra: é que é, antes de tudo, uma ilha e que tira dessa insularidade os traços distintivos da sua constituição e da sua história. Mas a mesma constatação vale também, para lá das aparências, para a Etiópia<sup>5</sup>. Se a insularidade da "Grande Ilha" malgache deve ser tomada à letra, a da Etiópia decorre simultaneamente da geografia, da história e da organização social. A geografia isola a Etiópia, terra de altos planaltos, dos países africanos que a cercam: esses planaltos, com uma altitude média de 2 000 metros, possuem maciços montanhosos que culminam a 4 000 metros e formam dois terços da superfície da Etiópia atual: foi sobre essa base central que se constituiu o império do "rei dos reis". Cristianizada já no início do século IV, a fortaleza etíope conheceu uma evolução religiosa, social, intelectual e política à parte: a islamização da Arábia e do Egito iria acentuar esse isolamento, fazendo da Etiópia o mítico "Reino do Preste João", caro ao imaginário do ocidente europeu na Idade Média, cercado por vizinhos hostis, muçulmanos e animistas. No final do século XVIII e início do XIX, eram inúmeros os traços comuns entre a Etiópia e Madagascar.

Os cem anos que precederam as tentativas de conquista colonial impõem outras comparações. De início fragmentado em várias unidades políticas, o planalto central etíope foi envolvido, tal como Madagascar, num processo mais ou menos rápido de unificação: apoiados nessa ideologia da unidade, apresentada em ambos os casos como uma restauração, os imperadores da Etiópia e os "reis de Madagascar" lançaram-se em longas e custosas campanhas de conquista e submissão dos povos vizinhos e forjaram uma argumentação inspirada pela geografia e por hábeis reinterpretações da história para legitimar o expansionismo.



Paralelamente, os dois novos Estados tiveram de se adaptar à rápida evolução do meio envolvente internacional: em primeiro lugar, a dos condicionalismos geopolíticos imediatos (o Oceano Índico para Madagascar; o Império Otomano e o Egito, para a Etiópia); seguidamente, a da Europa, com a sua diplomacia ativa, o seu comércio conquistador, o seu cristianismo revigorado pelo ativismo missionário. Em ambos os Estados, a dinâmica interna – a da unificação e da expansão – ditou as escolhas externas.

Hoje há que rever os resultados de uma longa tradição historiográfica, diretamente inspirada pelos escritos dos missionários e viajantes europeus e muito presa às suas impressões e juízos: para eles, Madagascar e a Etiópia, onde tudo era arcaísmo, abria-se à modernidade encarnada pela Europa. A problemática da abertura deve ser substituída pela da escolha, ou até da “bricolagem” (Claude Lévi-Strauss), operando sobre os contributos externos e ditada pelas dinâmicas políticas e sociais internas.

A modernização autoritária que o poder imperial e real impôs à Etiópia e a Madagascar aparece, nesta perspectiva, como o prolongamento necessário das guerras de conquista: longe de se assemelhar a uma “europeização”, voluntária ou imposta, foi uma das vertentes essenciais da política de expansão, de unificação, em resumo, de construção do Estado.

#### A. Fragmentação e fragilidade

O processo de unificação e de modernização começou em Madagascar já em finais do século XVIII, com o rei Adrianampoinimerina (reinado: ca. 1787-1810), tendo durado um século até à guerra contra a França. Na Etiópia, só começou em meados do século XIX, impulsionada por Teodoro II (reinado: 1855-1868) e prolongou-se até ao reinado de Menelik II (1889-1913), cujas tropas, em 1896, repeliram vitoriosamente em Adwa o exército invasor italiano. Estes defasamentos cronológicos e esta diversidade de destino remetem-nos, certamente, para as particularidades de cada um dos dois países; mas sugerem também e sobretudo que na Etiópia as dificuldades foram maiores do que em Madagascar.

##### 1. A fragmentação política

A organização do espaço apresentava duas características idênticas na Etiópia e em Madagascar: em primeiro lugar, a oposição entre os altos planaltos, sede de tradições e mitos políticos de unificação, e as baixas periferias, ocupadas há muito tempo por pequenas comunidades e tribos independentes; seguidamente, nos próprios planaltos, o antagonismo entre reinos rivais provenientes da mesma origem e que reclamavam para si os mesmos legados.

Na Etiópia, os memorialistas designaram o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX pelo nome de *Zamana Masafent*, a era dos *Masafent*

(príncipes), por referência ao “tempo dos juízes” de Israel, descrito no Antigo Testamento como a época em que, na ausência de reis, “cada qual fazia o queria”. Oficialmente, a capital do império situava-se em Gondar, cidade excêntrica, isolada do mundo exterior, considerada inexpugnável, onde os imperadores haviam escolhido fixar-se no início do século XVII, renunciando ao sistema da capital itinerante. Mas, a partir de Gondar, o imperador só controlava as províncias vizinhas de Godjam, Begemder e Dambeya. O poder imperial, que estava tradicionalmente nas mãos dos tigrés e dos amáricos, povos de línguas camito-semíticas e de religião cristã, tivera de fazer amplas concessões aos galas: estes últimos, criadores de gado nômades e pagãos, de língua cuchítica, organizados em classes etárias, haviam deixado as regiões costeiras no início do século XVI sob a pressão dos somalis, tendo ganho os planaltos centrais. Depois de terem fornecido soldados de elite aos imperadores, tinham-se tornado muito influentes na corte e haviam instalado dinastias hereditárias à cabeça de certas províncias.

O poder imperial tornara-se a tal ponto nominal que, de 1779 a 1800, o imperador Takla Giorgis foi deposto e reposto no trono cinco vezes seguidas. O poder efetivo pertencia aos grandes do reino que tinham o título de *ras* e de *dejazmach*, os quais, devido às suas rivalidades incessantes, não podiam aspirar a ter autoridade sobre a totalidade da Etiópia. As duas províncias do Tigré, a norte de Gondar, e do Choa, a sul, tinham transformado a sua autonomia em independência de fato. No Choa reinava uma dinastia hereditária, fundada no século XVIII e que pretendia descender de Salomão: um dos seus membros, Sahlé Selassié, no poder de 1812 a 1846, renunciou ao título de *ras* para tomar o de *negus* (rei), ostentando assim a sua independência. A igreja, símbolo da unidade nacional há quinze séculos, continuava a ser o único cimento, a única referência comum entre estes pequenos reinos rivais. E há que acrescentar ainda que, ameaçada perpetuamente por heresias individuais e coletivas, se encontrava nessa época dilacerada por querelas teológicas sobre a natureza de Cristo. Na fronteira oriental dos planaltos tinham-se constituído ricos e poderosos sultanatos e principados, que há muito tinham aderido ao islã e estavam organizados em torno de grandes cidades mercantis. Nos limites ocidentais, as regiões mais povoadas e mais ricas encontravam-se a sudoeste: ocupadas por sociedades sem Estado, excetuados os dois pequenos reinos de Kaffa e Djandjero, constituíam as zonas ideais de razias para os bandos comerciais e guerreiros muçulmanos, equipados com armas de fogo.

A fragmentação política era idêntica em Madagascar, mas a ilha possuía no entanto uma maior unidade cultural no seio de uma população estimada em um milhão de habitantes por volta de 1850. Baseada numa língua comum e em costumes idênticos, síntese de legados locais e de elementos tomados de empréstimo à Indonésia e à África Bantu, essa cultura exprimia-se por um parentesco gritante de modos de vida, de crenças e práticas religiosas, de organização social: papel predominante da rizicultura e da pecuária bovina,

importância do culto dos antepassados, divisão da sociedade em clãs patrilineares e em ordens (nobres, homens livres, escravos) estritamente compartimentados, entre os quais o casamento, em princípio, era proibido. No plano político, a população estava dividida numa vintena de *karazabe*, termo que se poderá traduzir pelo conceito antropológico de "tribo"; cada uma dessas "tribos" apresentava-se muitas vezes sob a forma de uma confederação de unidades políticas amplamente autônomas, de maior ou menor dimensão, dirigidas às vezes por reis.

No planalto central, de onde Adrianampoinimerina ia lançar o movimento de unificação da Grande Ilha, a organização e os condicionalismos da economia agrícola tinham levado à emergência de sólidos reinos: Andranisay, Imamo, Reino Betsileu e Reino Merina (documento 16). Uns e outros estavam ligados à rizicultura irrigada que impôs desde muito cedo a fixação da população, a realização de trabalhos hidráulicos e a multiplicação das corveias e que deu às monarquias das altas terras uma configuração autoritária. Dentre elas, destaca-se o Reino Merina que se estendia por uma distância máxima de 30 quilômetros em torno de Antananarivo, "a cidade dos mil (guerreiros)". Este reino fora unificado pela primeira vez no início do século XVIII por Andriamasinanavalona (ca. 1675-ca. 1710), o qual o dividira seguidamente em quatro *toko* (circunscrições, distritos), confiando-os aos quatro filhos.

À sua morte, esses distritos tornaram-se reinos independentes, muitas vezes em guerra entre si: Antananarivo, Ambohidratrimo, Ambohidrabiby e Ambohimanga. Essas guerras intestinas beneficiaram as populações e os Estados vizinhos, que multiplicaram as razias de bois e de escravos: as desordens perturbaram, por seu turno, a agricultura, arrastando consigo o reaparecimento de fomes e de epidemias catastróficas.

A memória de uma unidade mais recente, identificada a uma era de paz e prosperidade, foi pois mais viva em Madagascar do que na Etiópia e suscitou ímpetus unificadores e expansionistas mais precoces na Grande Ilha do que no império dos *negus*: já em 1770, aproximadamente, Andrianjafy se lançou à tarefa de unificar os dois reinos de Ambohidrabiby e Ambohimanga, integrando o primeiro no segundo.

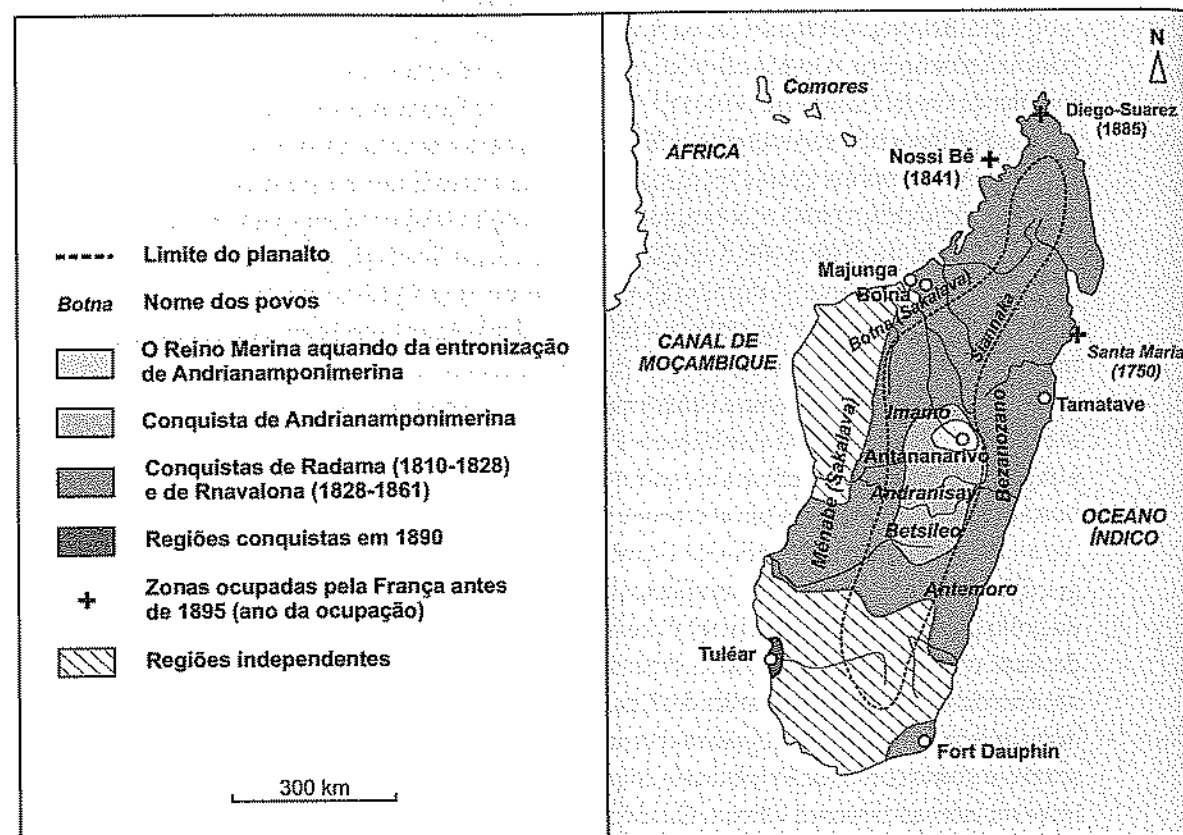
## 2. Isolamento e abertura

A abertura à Europa ocorrida no século XIX, que impressionou os missionários e os comerciantes contemporâneos dos acontecimentos, não foi uma inovação radical. Até as reviravoltas nas relações com os Estados europeus, alternando períodos de cooperação calorosa e entusiasta com períodos de conflito larvar ou de antagonismo aberto, pertencem à longa história das relações da Etiópia e de Madagascar com o conjunto dos seus parceiros estrangeiros, europeus, árabes, vizinhos imediatos e longínquos do Oceano Índico e da África. Independentemente

dos velhos movimentos de população que moldaram os tipos humanos, essas relações repousaram, em ambos os casos, na religião, no comércio e na diplomacia.

Na Etiópia, a religião foi o fator permanente mais duradouro das relações com o estrangeiro. Com o Ocidente cristão, as relações comprometidas pela instalação do islã árabe na África mediterrânica só foram retomadas no final do século XV, para serem interrompidas em meados do século XVII, com a expulsão dos missionários católicos, acusados de se imiscuírem na política interna. Em contrapartida, desde a consagração do primeiro bispo etíope pelo patriarca de Alexandria (ca. 341-346), a igreja da Etiópia ficou ligada ao patriarcado copta do Egito. Cabia a este a nomeação do *abuna* ou metropolita, prelado egípcio encarregado de legalizar as ordenações e de velar pela preservação da ortodoxia no seio da igreja etíope. Ora, cada metropolita levava consigo padres e monges egípcios que, além das suas funções religiosas, desempenhavam o papel de embaixadores oficiosos do sultão do Egito. Ignorando muitas vezes as línguas etíopes, exprimindo-se em árabe, sobretudo nas suas funções civis, contribuíram bastante paradoxalmente para, embora cristãos, difundir a língua do islã.

Apesar da insegurança das estradas, o comércio da Etiópia com o estrangeiro foi sempre ativo, graças aos portos do Mar Vermelho (em especial, Massaua), do golfo de Aden (Zeila e Berbera) e até do Oceano Índico (Mogadíscio). A vontade de tirar o maior proveito dessas trocas comerciais contribuiu sem dúvida para separar de Gondar as províncias de Tigré e Choa, cujos governadores e soberanos mantinham relações privilegiadas com os países estrangeiros. No planalto, Harar aparecia como a encruzilhada mais importante, pois ligava entre si as terras do interior, nomeadamente Choa e Ogaden, e Tadjura, Zeila, Berbera e Mogadíscio. Seguindo o esquema clássico da troca desigual, a Etiópia exportava produtos preciosos, pouco ou nada transformados (marfim e peles, ouro, incenso, almíscar e mirra) e importava produtos manufaturados da Arábia, da Europa e da Índia: cotas de malha e armas de fogo, barras de cobre destinadas a ser refundidas e grandes agulhas de ferro, navalhas de barba, isqueiros e tesouras, tecidos de algodão, nomeadamente os famosos tecidos azuis de Surata, tapetes, vasos decorativos, artigos de vidro e perfumes. Aos portos e cidades do interior afluíam mercadores de origens diversas: muçulmanos (egípcios, magrebins, sudaneses, iemenitas, árabes e turcos); cristãos (gregos e armênios, sendo estes muito apegados ao bastião cristão dos *negus*); e, por último, indianos, em especial baneanes, que se haviam tornado mestres no comércio do ouro e afluíam em grande número sobretudo a Massaua, por onde passava a maior parte do metal amarelo. Como o império de Gondar não dispunha de moeda própria, estas trocas comerciais assentavam em moedas estrangeiras, taleres austríacos, escudos alemães, sequins venezianos, xelins britânicos.



Quanto a Madagascar, toda a história do seu povoamento é a da síntese bem conseguida, em proporções e épocas mal conhecidas, entre um fundo autóctone ou muito antigo (os misteriosos *Vazimba*) e os contributos da Indonésia, do Oriente Médio e da África vizinha. A língua, de estrutura e de conteúdo malaio-polinésios, integra um importante léxico de origem bantu, persa e árabe: os mais antigos textos escritos de Madagascar são os famosos *Sorabe*, textos em língua malgaxe e caracteres árabes, escritos em papel de que os Antemoro, instalados na costa sudeste, detinham o segredo de fabrico. A Grande Ilha, até por sua localização, transformou-se na intermediária do tráfico escravagista no sul do Oceano Índico. O tráfico começou por ser monopólio dos árabes, cujo comércio só diminuiu no século XVIII, perante a concorrência dos europeus.

Os europeus, que entraram em cena em Madagascar já no século XVI, com os portugueses e, depois, os holandeses, quando estes se instalaram no Cabo, só vieram a controlar o comércio negreiro no século XVIII, quando os britânicos e sobretudo os franceses começaram a utilizar Madagascar para satisfazer as necessidades das plantações nas Ilhas Mascarenhas – a Ilha Bourbon (Reunião) e a Ilha de França (Maurício), ambas francesas na altura. Os franceses dominavam

o tráfico na costa leste, ao passo que a fachada ocidental era mais aberta: ingleses, árabes, franceses e portugueses repartiam a tarefa. Em finais do século XVIII, a crer nas *Mémoires sur Madagascar* de Dumaine (1792), Majunga, que, logo abaixo da capital, era a segunda cidade do reino sakalava de Boina, era dirigida por três chefes árabes nomeados pela rainha Ravahiny, abrigava 6 000 árabes e indianos e recebia todos os anos dois navios mercantis de Surate, carregados de panos de seda e de algodão. Na costa leste, a presença dos negreiros e dos piratas dera origem aos *Zana-Malata* (crianças mulatas), etnónimo que encerrava em si bem mais do que a realidade biológica.

Habituaados à devastação causada pela pirataria, estes *Zana-Malata* tornaram-se por seu turno piratas, organizando audaciosas e frutuossas expedições de razia de escravos e de pilhagem, contra os Comores, a Ilha de Mafia e a costa oriental da África: na época em que tinham maior atividade, de cerca de 1785 até 1823 (data de ocupação da costa leste pelos merinas), esses piratas chegavam a conseguir armar 500 pirogas e 18 000 guerreiros numa só expedição. A luta contra os estragos do tráfico negreiro nos planaltos e contra todas as desordens consecutivas foi uma das motivações que levaram os reis merinas a empenhar-se na unificação da ilha, embora, por um paradoxo já experimentado também pelo reino de Abomé, Andrianampoinimerina tivesse de, por seu turno, intensificar o tráfico negreiro para adquirir armas de fogo.

### 3. Tensões e dinâmicas internas

Outros fatores, ligados ao movimento próprio das sociedades de Madagascar, bem como ao dos países etíopes, militavam no mesmo sentido.

Em Madagascar, nas terras altas ocupadas pelos Merina, as estruturas sociais, que eram muito desiguais, encerravam toda uma série de contradições de que Andrianampoinimerina soube tirar notável proveito. Em primeiro lugar, havia a pressão dos *andriana* (nobres) sobre as comunidades camponesas. É certo que esses nobres não formavam um grupo homogêneo: numerosos (as estimativas vão de 25% da população no início do século XVII a 7 ou 8% em finais do século XIX) e situados logo abaixo do rei ao qual a mesma designação de *andriana* os assimilava, possuíam sete escalões estritamente hierarquizados e organizados de tal modo que ao fim de sete gerações, os *andriana* do escalão mais baixo caíam no grupo dos *hova*. Assim, entre os nobres, encontravam-se os príncipes de sangue que ocupavam os três primeiros escalões, detentores de senhorios e amplamente autônomos nas suas terras, juntamente com os *andriana reraka* (nobres arruinados), que dispunham de meios materiais modestos, mas estavam dotados pelo rei de privilégios rituais, destinados a distingui-los dos simples homens livres.

Com o desenvolvimento do tráfico de escravos, a pressão da aristocracia sobre os camponeses tornou-se mais pesada: não contentes com apoderarem-se de uma parte da produção agrícola ou artesanal, os nobres entraram por seu turno no ciclo infernal das razias de camponeses destinados às feiras de escravos.



Diante desses nobres “glutões” (*araralahy*), os camponeses começaram a pedir a proteção de nobres mais poderosos e, paralelamente, a elaborar estratégias de autodefesa (construção de aldeias fortificadas, agrupamento do habitat, reforço ou criação de laços de parentesco). Os camponeses haviam de aderir ativamente à política de Andrianampoinimerina, que, logo que ascendeu ao trono, teve a habilidade de proclamar um período de paz de sete anos. Outra linha de fratura agitava a sociedade merina: era a oposição entre os *andriana* e os *hova*, palavra que se traduz às vezes por “plebeus”, e que corresponde simplesmente ao estatuto de “homem livre”. Imbuídos da sua história, do seu papel e dos privilégios materiais e simbólicos associados à sua posição, os *andriana* desprezavam os *hova*; a proibição dos matrimônios entre os dois grupos era de regra. Alguns *hova* tinham-se integrado nos circuitos frutuosos do *ranto*, o comércio de longa distância. Estavam em relação com mercadores sakalava, árabes e islamizados, nomeadamente os de Majunga, e vendiam escravos em troca, principalmente, de armas de fogo. Souberam encontrar no jovem e ambicioso Andrianampoinimerina um aliado precioso. Muito antes de ascender ao trono, este arrogara-se prerrogativas reais tais como a utilização do guarda-sol vermelho e a concessão de feudos, o que levou o rei de Ambohimanga a desejar a sua morte.

Os mercadores, cuja atividade o rei queria reger, negociaram um acordo duradouro com Andrianampoinimerina: o futuro rei prometia aos seus aliados, conhecidos pela expressão “os doze companheiros”, que restauraria a paz interior e travaria no exterior as guerras fornecedoras de escravos; em troca, receberia três dólares por cativo e teria o privilégio de vender os seus escravos capturados na guerra antes de todos os outros. Assim, ao mesmo tempo que visava o objetivo glorioso da reunificação do Imerina, a política belicosa de Andrianampoinimerina foi a perfeita materialização da aliança fundadora celebrada com os mercadores e os notáveis *hova*.

Os desafios sociais e políticos eram pelo menos tão complexos na Etiópia como em Madagascar. A Etiópia também era conhecida como fornecedora de escravos, em especial de mulheres reputadas por sua beleza e muito procuradas nas cidades do Mar Vermelho e da Arábia, bem como no Egito e no Magrebe. Também neste caso as comunidades camponesas pagavam as custas das guerras e das razias necessárias para alimentar as correntes de tráfico, as quais eram facilitadas pelo estado de fragmentação política do reino. Compreendemos assim a popularidade de que gozou até finais do século XIX uma recolha de profecias apocalípticas elaborada no século XV, o *Fekkare Yasus* (Interpretação de Jesus). Este texto anunciava que, após um longo período de anarquia, um soberano chamado Teodoro tomaria o poder, o exerceria na paz e na justiça durante quarenta anos, eliminaria o islã e “restabeleceria a glória de Jerusalém”.

Utilizando judiciosamente o estado das mentalidades, o *ras* Kassa Haïlu apressou-se a tomar o nome de reinado de Teodoro, logo que conseguiu eliminar os seus rivais. Outra fonte de tensões residia na evolução das relações entre a religião cristã e o poder político. O cristianismo era religião de Estado: o *negus*,

chefe político, detinha também o poder sacerdotal supremo e fazia nomeações para os mais altos cargos eclesiásticos, nomeadamente o cargo de *étcheguê*, posto de direção do clero. A capital do reino, Gondar, contava, em finais do século XVIII, quarenta e quatro igrejas e mosteiros: no conjunto das províncias históricas constitutivas da Etiópia, havia na altura cerca de quinze mil igrejas paroquiais, um milhar de conventos e cem mil eclesiásticos. O que mostra como a igreja, que tinha aliás uma rica dotação de terras, acumulava o poder temporal e o poder espiritual. Ora, o islã não cessara de progredir desde o século XVI, em relação com o desenvolvimento do comércio e com as infiltrações dos galas. Mantendo, embora, numerosas práticas pagãs, estes tinham-se convertido majoritariamente ao islã e, em número muito inferior, ao cristianismo. Dado o papel político cada vez maior dos galas, o islã infiltrou-se nos arcanos do poder, embora as famílias galas mais influentes simulassem repudiar a religião muçulmana e abraçar o cristianismo.

Já inquieta com a decomposição do poder político e farta dos abusos perpetrados pelos grandes, a massa da população, para a qual a identidade nacional se confundia com o cristianismo, sentia-se alarmada com os progressos do islã e encontrava nas tradições messiânicas uma razão suplementar para aguardar a vinda iminente de um *negus* restaurador da cristandade. Esta impaciência parecia tanto mais justificada quanto, desde o século XVI, as potências identificadas com o islã não tinham cessado de corroer as margens do império. Assim, Massaua, a principal porta da Etiópia, tombara nas mãos dos turcos em 1557: no início do século XIX, o seu governador continuava a depender do xerife de Meca, tal como o emir de Zeila, a principal saída de Choa e Harar para o golfo de Aden. No entanto, o porto de Massaua pagava, querendo ou não, um tributo anual às autoridades de Arkiko, porto vizinho situado em terra firme, do qual Massaua dependia inteiramente para se abastecer em mercadorias etíopes, em víveres e em água potável. Este porto de Arkiko dependia nominalmente do governo do Tigré. A chegada de Muhamad Ali ao poder no Egito, entre 1801 e 1802, abriu para a Etiópia a era de todos os perigos: já em 1814 o quediwa do Egito apoderou-se da Arábia, tendo feito suas as pretensões desta última sobre os portos africanos do Mar Vermelho; em breve uma guarnição egípcia tomou posse de Massaua e começou a pôr em causa o pagamento do tributo a Arkiko.

A diversidade destes desafios, todos eles importantes, explica as dificuldades da empresa de unificação e modernização, que na Etiópia eram maiores do que em Madagascar. Apesar dessas dificuldades, ou por causa delas, os fatores impulsionadores dessa empresa parecem também mais sólidos, mais profundos, no império dos “reis dos reis”.

## B. Guerra e política

Na Etiópia, a unificação do reino, a modernização do Estado e a resistência às cobiças exteriores corriam a par, interagindo entre si, e ocuparam ininterruptamente o período 1855-1913. Foram obra de três imperadores, sem laço

de parentesco, que partilhavam as mesmas ambições e a mesma fé, provenientes das três províncias históricas do reino: Teodoro II (1855-1868), nascido nas terras de Gondar; Johannes IV (1871-1889), antigo *ras* do Tigré e Menelik II (1889-1913), antigo *ras* de Choa. Em Madagascar, pelo contrário, a dimensão propriamente militar ocupou os dois reinados de Andrianampoinimerina (ca. 1787-1810) e de Radama I (1810-1828). A questão da modernização e da escolha dos contributos estrangeiros a adotar, que surgiu com este último rei, esteve no centro dos reinados turbulentos da rainha Ranavalona I (1828-1861), e de Radama II (1861-1863) e de sua sucessora Rasoherina (1863-1868). Seguidamente, veio o problema fatal das relações diplomáticas, econômicas e políticas com as potências estrangeiras em geral, e a França em particular, cujas raízes mergulhavam no reinado de Radama I e que envenenou os de Ranavalona II (1868-1883) e de Ranavalona III (1883-1897).

### 1. As guerras de conquista

Rica em reviravoltas espetaculares e em pormenores localmente importantes, o relato das campanhas militares e dos acontecimentos políticos e diplomáticos que lhes andaram associados pode parecer demasiado denso. No entanto, o resultado essencial é claro, tal como as tendências de fundo: consistiu, a partir de um pólo simultaneamente geográfico e político situado nas terras altas, na conquista, na integração forçada e na organização de um espaço que, no termo imposto ao processo pelas potências colonizadoras, reunia a quase totalidade dos territórios dos Estados atuais da Etiópia e de Madagascar.

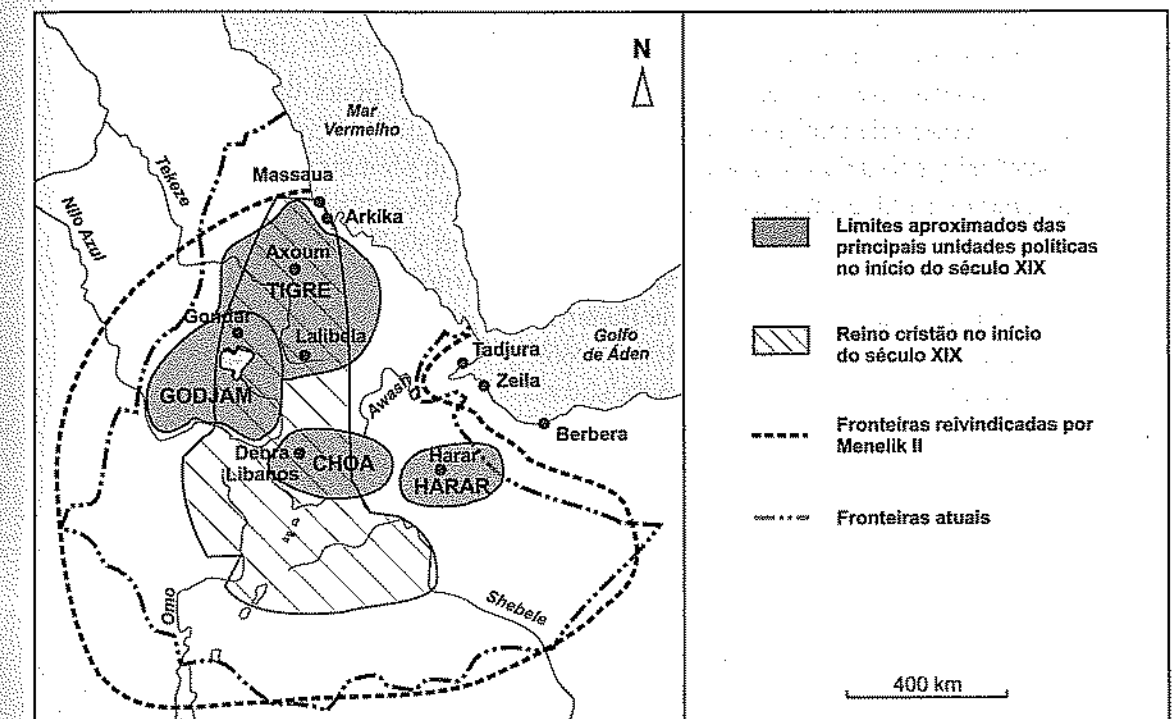
Nascido cerca de 1740, num dia considerado fasto por excelência (o primeiro dia da lua nova), aquele que hoje conhecemos como Andrianampoinimerina começou por receber o nome de Ramboasalama (o cão saudável) porque, para afastar o mau olhado, "os costumes exigiam [...] que se desse um mau nome a uma criança que se pensava que teria um destino extraordinário devido ao dia em que nascera, ou cujos irmãos mais velhos tivessem morrido" (Edouard Ralaimihoatra). O avô tê-lo-ia logo destinado ao trono, por ver nele o "menino branco" cuja vinda fora prevista por Andriamasinavalona, o primeiro unificador do Imerina (ca. 1675-ca. 1710): "O menino branco que vem do nordeste é aquele a quem darei o reino em último lugar: será, ele só, soberano do Imerina." Apoian-do-se na aliança dos "doze companheiros" que representavam os principais clãs *hova* de Ambohimanga, Ramboasalama conseguiu por volta de 1787 tomar o poder nessa terra em detrimento do titular do trono e fez-se proclamar rei sob o nome de Andrianampoinimerina, "o senhor (*andrian*) caro ao coração (*ampoin*) do Imerina."

O tratado de Ambatobe, assinado com os outros dois reis merinas, garantiu às populações uma paz de sete anos. Andrianampoinimerina aproveitou esse prazo para construir nas suas fronteiras noroeste, norte e nordeste, as mais permeáveis e mais devastadas, uma cintura de aldeias fortificadas ocupadas por soldados camponeses. Seguidamente, ao primeiro pretexto, rompeu o tratado e partiu à conquista do Imerina, tendo-se apoderado de Antananarivo em 1795,

após duas tentativas infrutíferas, e mais tarde dos territórios que dependiam dele e do reino de Ambohidratrimo: por volta de 1805-1806, a reunificação do antigo Imerina estava completamente terminada. Ocupou os últimos anos do seu reinado a conquistar pela força ou pela astúcia e a submeter, em troca da promessa de proteção, as terras e reinos vizinhos, nomeadamente, o reino betsileu de Andrantsary e os bezanoanos, que, ocupando a zona florestal a leste do Imerina, tinham até então controlado as estradas que levavam ao porto de Tamatave.

O seu filho e sucessor, Radama I concluiu a conquista das partes de Madagascar mais úteis, pelos seus recursos ou por suas populações. No leito de morte, Andrianampoinimerina ter-lhe-ia dito: "O mar é o limite do teu arrozal." À custa de campanhas incessantes, conseguiu integrar no núcleo merina cerca de dois terços da Grande Ilha, proeza que exigiu uma transformação radical do exército e das técnicas de guerra. Mesmo assim, numerosas regiões só ficaram submetidas ao cabo de laboriosas negociações que garantiam às famílias reinantes a preservação do seu poder e dos seus privilégios. Houve numerosas insurreições, tanto no reinado do próprio Radama I, como e sobretudo no dos seus sucessores. Na verdade, já no seu reinado, aparecia claramente que a organização política desses territórios importava à estabilidade e à segurança do reino, tanto como, pelo menos, a anexação de novas possessões.

Documento 17: Geografia política da Etiópia no século XIX



Na Etiópia, a unificação do reino e a conquista de terras úteis, iniciadas por Teodoro II em meados do século XIX, só terminaram no início do século XX sob a ação decisiva de Menelik II. Nada prometia a Kassa Haïlu (Teodoro II) o poder supremo e um destino glorioso, a não ser o estado de anarquia – propício a todas as aventuras – em que caíra a Etiópia. Nesse país em que uma nobreza numerosa ostentava com orgulho linhagens prestigiosas, reais ou inventadas, Kassa, nascido por volta de 1813-1820, era de família muito modesta: um pai comandante militar na fronteira sudanesa, uma mãe, viúva muito cedo, reduzida a ganhar a vida como vendedora de *kosso*, uma flor de árvore reputada por sua eficácia contra a tênia. Foi como uma infâmia, com que haviam de o vexar durante muito tempo os rivais e os invejosos, chamando-lhe “o filho da vendedora de *kosso*”.

Tendo-se tornado *shifta* (bandoleiro) e, a favor das circunstâncias, *condottiere*, aproveitando-se da desordem ambiente, tornou-se conhecido fazendo razias nas aldeias *shankalla* (negras) nas fronteiras incertas da Etiópia com as terras sudanesas, tendo acumulado um saque enorme – víveres, gado e, claro, escravos, cuja venda lhe proporcionou os meios necessários para se rodear de um exército pessoal, com soldados interessados pelas perspectivas de rapina, mas também, simultaneamente, admiradores da bravura do chefe e devotados a um audacioso que prometia tornar-se *ras* ou mesmo *negus*. Nesta corrida ao poder, a sua primeira vítima foi o *ras* Ali, príncipe gala que era na altura senhor de Gondar (documento 17): tendo-se tornado poderoso e temível, Kassa viu ser-lhe oferecida em casamento uma parente do *ras*, que aceitou para entrar na nobreza; de divergências em antagonismos e conflitos abertos, o *shifta* e o *ras* chegaram a ponto de entrar em verdadeira guerra em 1852.

A vitória total de Kassa pôs definitivamente fim ao poder dos galas na Etiópia. Restava submeter as duas outras províncias históricas da Abissínia, o Tigré e Choa. Graças ao apoio do metropolitano Salama, a quem prometera expulsar os missionários católicos, Kassa conseguiu em 1855 vencer e capturar o *ras* de Tigré: logo se fez proclamar imperador, indo buscar o seu nome de reinado, Teodoro, ao *Fekkare Yasus*. Quanto a Choa, Teodoro dirigiu nesse território diversas campanhas decisivas: após a morte, em 1856, do *ras* Haile Melekot, que se apressou a substituir à frente de Choa por um seu meio-irmão, conseguiu apoderar-se do filho, o jovem Menelik, que trouxe para junto de si como cativo e que ficou prisioneiro até se evadir em 1865. Essa unificação, conseguida à custa do sangue, era porém frágil. Os particularismos eram ainda muitos e estavam intactos, e as ambições continuavam vivazes nas famílias principescas, cujos chefes tinham desaparecido, mas cujos herdeiros reclamavam vingança. Bastou que Teodoro II morresse para que o reino, que mal havia sido reunificado, fosse repartido entre o rei do Tigré, também chamado Kassa, que se aproximara dos britânicos por ocasião da expedição Napier, e Menelik, que se proclamara rei de Choa em 1865.

O acordo estipulava que Kassa exerceria a autoridade na metade norte da Abissínia e Menelik na metade sul: além disso, cláusula que Kassa não tardaria a repudiar, Menelik sucederia a Kassa no trono do império. Este último, que fora

coroado com o nome de Johannes IV, teve como principal tarefa combater os inimigos do exterior. Competiu, pois, a Menelik II concluir a obra de unificação iniciada por Teodoro II. Muito antes de ser coroado “rei dos reis”, lançara-se à tarefa de anexar os territórios vizinhos de Choa: as rivalidades coloniais entre as potências europeias haviam de facilitar-lhe ainda mais a sua política. Quando subiu ao trono, a Abissínia, confinada às terras altas, abrangia 350 000 km<sup>2</sup>; quando morreu, em 1913, era um Estado com cerca de um milhão de km<sup>2</sup>, isto é, a Etiópia de hoje amputada da Eritreia, que se tornara colônia italiana.

## 2. A renovação militar

Tanto na Etiópia como em Madagascar, estas guerras recorrentes – guerras de conquista, guerras de pacificação – conferiram às forças armadas considerável importância. A reforma do aparelho militar foi um dos principais atos constitutivos de um aparelho de Estado correspondente a reinos de grande dimensão e de ambições claramente afirmadas.

Em Madagascar, apesar da construção de aldeias fortificadas nas fronteiras, o exército de Andrianampoinimerina era ainda um exército de camponeses, mobilizados em massa durante a estação seca e com o acordo do povo devidamente constatado durante a reunião (*kabary*) dos representantes de todas as aldeias, comunidades e grupos estatutários em que se repartia a população. As tropas estavam, aliás, organizadas com base nos clãs, cada um dos quais providenciava o aprovisionamento e o equipamento dos seus membros (principalmente escudos e lanças, mais algumas espingardas, sem esquecer os inevitáveis *sampy* ou talismãs de que nenhum soldado sonharia separar-se).

As aldeias eram tomadas de assalto e o saque repartido entre o rei, que reservava para si dois terços, e os combatentes: os bois eram reinseridos no ciclo produtivo, enquanto os escravos eram entregues na sua maioria ao circuito do tráfico negreiro. No plano estritamente técnico, o exército surgia como bastante inferior às tropas de elite sakalavas, melhor aprovisionadas em armas de fogo pelos portos escravagistas. As tropas merinas compensavam em certa medida esta inferioridade com uma maior coesão social e política, uma mais forte motivação de caráter político ou até nacional e a reputação dos seus *ombiasy* (feiticeiros, adivinhos) que se haviam tornado mestres no manejo da escrita árabe-malgaxe e as fórmulas aptas a neutralizar os adversários. As severas perdas (segundo as tradições, 25 000 homens, ou seja, um homem em cada três, na segunda campanha) sofridas por Radama I, entre 1817 e 1820, no decurso de duas expedições contra o Menabe, convenceram-no a proceder a uma reforma radical que fez do exército merina o melhor exército da ilha até à invasão francesa. O rei foi ajudado nessa tarefa pelo tratado assinado em 1820 com os britânicos.

Recebeu a assistência de três sargentos estrangeiros promovidos a generais: James Hastie, escocês, antigo sargento das campanhas da Índia; Brady, mestiço originário da Jamaica; e, por fim, Robin, desertor francês da Reunião. Começou por



reduzir o número de soldados a cerca de 15 000, instaurando um duplo sistema de recrutamento: o voluntariado, reservado aos grupos sociais que podiam custear a compra de uma espingarda e de equipamentos modernos importados; a conscrição em determinadas províncias, que permitia mobilizar até 50% dos homens válidos e renovar periodicamente os efetivos que operavam longe do Imerina. Para alimentar os soldados e contribuir para a manutenção das respectivas famílias, instituiu uma nova política fiscal: um imposto sobre as fortunas que incidia nos *borizano* (palavra derivada de "burguês", que designava os civis, por oposição aos militares) e um imposto anual. Mandou importar espingardas recentes, da época da Revolução Francesa e do Império, canhões eficazes e até cavalos (James Hastie mandara vir os primeiros exemplares, tendo demonstrado a sua eficácia). Criou uma hierarquia que comportava dez graus: dez "honras" (*voninahitra*, flores de erva) para um general; uma honra para os simples soldados. Tinham todos instrução de tiro e aprendiam rudimentos de tática. Foi instaurado um regulamento militar estrito: os desertores passaram a ser condenados a serem queimados vivos; os soldados tinham de cortar o cabelo, o que chocou os tradicionalistas e levou Radama I a dar ele próprio o exemplo. Este novo exército tornou-se instrumento tanto da modernização do reino como da integração nacional e da socialização dos indivíduos.

A longa persistência dos particularismos dos príncipes e das províncias na Etiópia impôs uma reforma militar gradual. Além disso, a Etiópia possuía tradições militares, cada vez mais associadas ao banditismo, que não existiam em Madagascar. Assim, na Etiópia, o problema foi menos o de criar um exército a partir do nada e mais o de modernizar, disciplinar e unificar tropas já bem habituadas à guerra. Foi ainda Teodoro II quem primeiro experimentou lançar-se a essa tarefa, com a ajuda desses aventureiros de todas as origens que iriam pilhar o Chifre da África durante todo o século XIX. Também ele quis montar um exército regular, com um efetivo de 70 000 a 80 000 homens, mantido e pago pelo Estado: aos soldados passaram a ser proibidas pilhagens e razias assim como as destruições de colheitas e de gado perpetradas contra os camponeses; até ao fim do seu reinado, o *negus* não teve mãos a medir e viu-se obrigado a organizar destacamentos especiais para conseguir impor o respeito da disciplina. Com a criação de regimentos e a organização de graus que dependiam exclusivamente do imperador, o exército funcionava como um cadinho em que se amalgamavam os soldados vindos das mais diversas províncias; o imperador encontrou com isso um meio muito cómodo de lutar contra o sistema feudal e as suas sobrevivências, o clanicismo, o clientelismo e o particularismo.

Não menos difícil de resolver foi a questão das armas de fogo. Senhores do Mar Vermelho desde a destruição do poderio naval etíope no século VII, os turcos e os árabes impunham um embargo de fato sobre o comércio das armas modernas destinadas à Abissínia. Os *negus* e os *ras* conseguiram, porém, aprovisionar-se graças ao contrabando que continuou ativo durante todo o século XIX, especialmente através do Sudão. Por volta de 1862-1863, Teodoro conseguiu

que uns missionários e artesãos alemães e suíços que se encontravam a seu serviço lhe fabricassem canhões. Mas o atraso da Etiópia relativamente ao Egito e às potências europeias era ainda enorme. Os sucessores de Teodoro precisaram de muita habilidade e astúcia para conseguirem ter no final do século XIX um exército que acabou por se revelar suficientemente competitivo tanto face aos egípcios como face aos italianos.

Primeiro foi Johannes IV que recuperou por duas vezes importantes estoques de armas que não lhe eram destinados: em 1868, Sir Robert Napier deixou-lhe alguns canhões e um armamento considerável, em reconhecimento dos serviços que prestara à expedição britânica contra Teodoro; em 1875, as tropas de invasão egípcias, vencidas, abandonaram na Abissínia seis peças de artilharia, numerosas espingardas e 20 000 táleres; no seguimento de nova vitória sobre os egípcios em 1876, Johannes apoderou-se de uns trinta canhões e de 20 000 espingardas do modelo mais recente. Quanto a Menelik II, começara a acumular armas muito antes de ser *negus*. Na altura em que era simplesmente rei de Choa, em 1887 ele promoveu a conquista do Harar, tendo trucidado 11 000 soldados e capturado alguns canhões Krupp. A cidade de Harar, que estava apenas a 35 dias de marcha para as caravanas que vinham da costa, era uma das placas giratórias do comércio de armas da África Oriental: Menelik nomeou para chefiar a província o seu primo Makonen, que veio a afirmar-se como um dos oficiais mais brilhantes da época.

Entre os numerosos traficantes que acorreram a Harar, contava-se o poeta francês Arthur Rimbaud, que permaneceu na região de 1880 a 1891 e cuja correspondência abunda em pormenores sobre a importância e os lucros do comércio de armas: especulação sobre os preços (as velhas espingardas de pistão, compradas a 7 ou 8 francos na Europa, eram revendidas cinco a seis vezes mais caras na Abissínia); dimensão impressionante das caravanas, que chegavam a comportar 600 camelos enviados por Harar para os portos de Zeila, Obock e Djibuti com pesadas cargas de marfim, de peles, de café, de ouro e de almíscar, destinados a serem trocados por espingardas. Paralelamente, a diplomacia tortuosa de Menelik II, em especial as suas relações com os italianos, era ditada pela necessidade imperiosa de adquirir armas de fogo.

### 3. Construção do Estado e restauração monárquica na Etiópia

O império renascente da Abissínia não tinha nada a ver, em extensão, em estruturas, em problemas, ou ainda em ambição, com o velho reino elevado ao nível de mito de que pretendia ser herdeiro direto. Uma das grandes originalidades da Abissínia no século XIX foi que a construção de um novo Estado se fez em nome e sob a forma da restauração de uma monarquia que pretendia ser a mais antiga do mundo. Do estrangeiro, só queria receber um mínimo – e isto segundo a sua vontade e ao seu ritmo. Esse mínimo, era a técnica, quer dizer, a indústria ou, se não a indústria, o artesanato, mas uma e outro consagrados antes de tudo à produção dos meios de reforço do Estado. O resto, que importava tanto aos

europeus, não lhe interessava de modo nenhum. Terra de muito antiga cristandade, ligada ao rito oriental, não queria missionários ocidentais: os que, apesar disso, se arriscaram na aventura da viagem à Abissínia foram expulsos ou, contra sua vontade, convertidos em artesãos ou diplomatas. Quanto à importação de um modelo de Estado, a correspondência dos *negus* e dos *ras* mostra que também não a queriam; a Abissínia jactava-se de possuir tudo aquilo que os europeus do século XIX reconheciam num Estado organizado: um aparelho de Estado militar, civil e religioso; a utilização para fins administrativos da escrita; o reconhecimento, mesmo nominal, de um chefe supremo à frente do Estado; a existência por fim de códigos, aqui redigidos há muito pelos monges, destinados a reger a atividade política, como o *Kebra Negast* (*A Glória dos Reis*, obra compilada no século XIII) ou o código administrativo *Serata Mengest* elaborado no século XIV.

Esse nacionalismo orgulhoso e suscetível era tanto mais notável quanto os *negus* e os *ras* do século XIX não ignoravam o mundo exterior. Interessado nas questões do Ocidente de que o informavam regularmente os europeus presentes na sua corte, Teodoro II dominava bem o árabe e o inglês e, a crer na *Narrative of a Journey through Abyssinia*, do britânico Henry Dufton, conhecia Shakespeare com uma sutileza que "bem poderia envergonhar bastante compatriotas nossos"; não hesitou em dirigir-se repetidas vezes às chancelarias ocidentais. Criado na sua corte durante uma dezena de anos, Menelik II adquiriu os mesmos hábitos. Quanto a Johannes IV, provinha do Tigré e era *ras* do Tigré, a província mais aberta à Arábia e à Europa desde o início do século XIX graças ao porto de Massaua: os *ras* do Tigré mantinham relações muito continuadas com a Grã-Bretanha e a França.

Na verdade, a construção do Estado na Etiópia traduzia-se na neutralização de dois corpos, a igreja e a nobreza, que se haviam instituído em rivais e concorrentes da monarquia e na sua incorporação pacífica ou violenta no aparelho de Estado, mas no lugar certo, no lugar de intermediário, de correia de transmissão e de instrumento do *negus*. Se é verdade que frequentemente foi utilizada a violência contra a nobreza, na maior parte das vezes tornou-se necessário negociar com ela, e com a Igreja, sempre. Para se impor nessas negociações, os *negus* e os candidatos ao poder tiveram de reclamar para si uma legitimidade inquestionável. Por isso é que a história desempenhou um papel tão importante na evolução intelectual, política e psicológica da Etiópia no século XIX. Os mais hábeis, Teodoro II e Menelik II, souberam utilizar em seu proveito os mitos de referência da monarquia abissínia e, inclusive, reconstruir e moldar a História nacional para a adequarem aos seus interesses e ambições.

Sabe-se que Kassa Hailu, que não tinha qualquer direito à coroa dos *negus*, ladeou a dificuldade jurídica tomando o nome mítico de Teodoro, para se apresentar como o salvador e o restaurador da monarquia cuja vinda fora anunciada no século XV pelo *Fekkare Yasus*. Criado desde a idade de sete anos e durante uns doze num mosteiro, instruído na leitura das Sagradas Escrituras e das crônicas reais, Teodoro parece ter acreditado sinceramente na sua missão. Na sua carta de 1862 à rainha Vitória do Reino Unido, escrevia nomeadamente:

Como os meus antepassados, os imperadores, pecaram contra o nosso Criador, Ele tomou-lhes o trono e deu-o aos galas e aos turcos. Mas, agora, o Criador deu-me vida, fez-me sair do pó e confiou-me o poder: colocou-me no trono do reino dos meus antepassados. Pelo poder de Deus, expulsei os galas do poder. No que diz respeito aos turcos, pedi-lhes que abandonassem a terra dos meus antepassados.

Quanto a Menelik II, teve ao seu serviço genealogistas e historiógrafos inventivos que souberam fabricar-lhe uma ascendência salomônica. Pretendia descender duplamente de Salomão, pela linha paterna (já os seus antepassados, o *negus* Lebna Dengal no século XVI e o *ras* de Choa Negasi no século XVIII, se tinham proclamado descendentes de Salomão) e pela linha materna. Quando nasceu, o avô, Sahlé Selassié, que foi o primeiro *ras* de Choa a arrogar-se o título de *negus*, atribuiu-lhe, juntamente com o nome de batismo (Sahlé Mariam), o de Menelik, em recordação do filho lendário dos amores entre Salomão e a rainha de Sabá. Assim, embora tenha acedido ao poder na sequência de acordos com o *ras* do Tigré e pela força das armas, apresentou-se durante todo o seu reinado como depositário exclusivo de uma legitimidade baseada simultaneamente no sangue, na história, na religião e em Deus.

A sujeição da nobreza e da igreja aparecia como empresa irrealizável, salvo se se arrastasse por muito tempo. Teodoro II lançou o país implacavelmente na via das reformas radicais destinadas a dissolver os particularismos e a destruir os privilégios. Em lugar dos *ras* e *dejazmach* hereditários, colocou altos funcionários do Estado por ele nomeados, pagos pelo Tesouro e encarregados exclusivamente da administração. O Tesouro que estava também encarregado das despesas militares foi por fim organizado com base em receitas regulares. O Estado impôs novas regras sociais: abolição da escravatura, libertação imediata e batismo de todos os escravos, proibição da poligamia e da concubinação. Foi suprimida a lei de talhão e a justiça foi entregue a magistrados, independentes das famílias aristocráticas e remunerados pelo Estado.

Mal compreendidas por um povo habituado às exações e ao imobilismo, estas reformas que traziam a marca do autoritarismo só geraram descontentes nas fileiras da nobreza. O ódio dos ricos proprietários relativamente a Teodoro II ainda se tornou maior na sequência dos projetos de reformas fundiárias relativas à Igreja. Estas eram ditadas pela necessidade de recursos financeiros destinados ao funcionamento de um aparelho de Estado bem regulado. O *negus* quis reduzir o número de clérigos a dois padres e três diáconos por igreja, sendo os restantes convidados a alistar-se no exército ou a fazerem-se camponeses. Cada igreja teria tão somente as terras necessárias para assegurar a subsistência desses cinco clérigos, terras essas isentas de impostos; os imensos domínios da Igreja seriam repartidos pelos camponeses que pagariam um imposto ao Estado.

Esta reforma agrária sem precedentes foi proposta à Igreja em 1856. Teodoro II justificou-a invocando o Antigo Testamento e a repartição das terras entre as doze tribos de Israel. O clero opôs-se-lhe brandindo o *Fetha Negast*, o antiquíssimo

código da realeza que estipulava, numa das suas disposições: "O que entrou na posse da Igreja não deve sair dela." Cansado destas discussões, o *negus* decidiu unilateralmente confiscar as terras da Igreja em 1860, medida que os perigos exteriores e a sua morte brutal o impediram de concretizar. O seu sucessor, Johannes IV, voltou prudentemente atrás, tanto no que diz respeito à Igreja como no que se refere à nobreza. Substituiu a centralização teodoriana por uma ampla descentralização administrativa e política que reconhecia uma grande autonomia à aristocracia, em especial aos grandes senhores como o *ras* Menelik de Choa e o *ras* Adal de Godjam. Foi Menelik quem, retomando os métodos autoritários de Teodoro II e apoiando-se no enorme prestígio que lhe vinha da vitória sobre os italianos em Adwa (1896), conseguiu anular os particularismos da nobreza e fundar um Estado centralizado.

#### 4. Construção do Estado e modernização em Madagascar

A construção do Estado em Madagascar fez-se em dois contextos consecutivos, muito diferentes um do outro no que diz respeito à amplitude da tarefa e à margem de manobra de que dispunha a classe dirigente. Andrianampoinimerina (ca. 1787-1810) operou essencialmente nos limites relativamente restritos do Imerina e foi beber exclusivamente ao fundo merina os recursos políticos, intelectuais e rituais necessários a essa empresa. Os seus sucessores tiveram tarefa mais árdua: já com Radama I, o Reino Merina das terras altas passou a ser o "Reino de Madagascar", com a ambição de abranger toda a ilha; além disso, com as propostas insistentes e não despidas de segundas intenções de cooperação europeia, o problema da construção do Estado tornou-se inseparável do da modernização adotando o modelo da Europa e na via balizada pelas duas potências rivais, o Reino Unido e a França.

Andrianampoinimerina organizou com êxito a transformação política, administrativa e econômica dos seus Estados. Consoante a conquista tivesse sido pacífica ou violenta, fácil ou difícil, os territórios integrados no seu reino conservavam as anteriores autoridades ou sofriam uma colonização pura e simples por parte de migrantes *hova* e *andriana*, os mais felizes dos quais receberam domínios ocupados por 7 000 chefes de família capazes de pegar em armas e de pagar impostos. Embora se pressupusesse que todo o poder emanava dele e que toda a autoridade residia nele, os costumes, que continuavam vivazes, diziam que entre o *mpanjaka* (rei) e o povo havia um *fenitra*, verdadeira convenção teoricamente "selada para a eternidade" que vinculava as duas partes: em referência a esse poder contratual, o rei gostava de repetir o que um dos seus antecessores dissera ao povo: "Não sou só eu quem faz as leis, sou eu de acordo convosco."

Havia uma instituição especial que atualizava regularmente o acordo fundador entre o rei e o povo. Era o *kabary*, "reunião pública" ou "assembleia popular". Os grandes *kabarys* onde se resolviam as questões mais importantes realizavam-se em Antananarivo, na praça de Andohalo, verdadeiro anfiteatro

natural capaz de receber 100 000 pessoas: o rei e os conselheiros tomavam a palavra na reunião, bem como os oradores mais hábeis representantes dos principais grupos sociais e das principais divisões administrativas do reino. Este fora dividido em seis *tokos* (circunscrições ou distritos), dirigidos cada um por dois homens, um *andriana* e um *hova*. Esses *tokos* estavam, por seu turno, divididos em *fokos*, que correspondiam a aldeias e representavam mais do que clãs: os mais importantes, com populações de 4 000, 5 000 ou até 7 000 pessoas, reconheciam-se não por um antepassado comum, mas por um grupo de "pais e mães", que podiam ir até oito. À escala dos *fokos*, os *fokon'olona* (assembleias de aldeias) resolviam os problemas administrativos, judiciais e de polícia e organizavam os trabalhos coletivos. Os *fokos* maiores repartiam-se ainda em *firenenas*, que agrupavam cada um algumas centenas de pessoas. Esta organização do espaço haveria de se manter até ao desmantelamento do reino pelos franceses, na época colonial.

Preocupado com ter o reino controlado, Andrianampoinimerina criou uma rede paralela de informantes e de representantes do rei: as esposas reais (doze legítimas e doze outras), símbolos da sua aliança com as antigas dinastias reinantes que se tinham aliado a ele ou tinham sido sujeitas; os 70 *vadin-tanys* (esposos da terra), muitas vezes descendentes das linhagens mais poderosas dos *fokos* e que possuíam a esse nível a totalidade dos poderes executivo e judicial. Inovador em todos os domínios, Andrianampoinimerina foi também grande empreendedor, "o rei da hidráulica" segundo a bela fórmula de Françoise Raison-Jourde: sob a sua direção, o povo, equipado apenas com pás e cestos de verga, levou uma dezena de anos para transformar o pântano de Betsimitatatra em campo de cultura. Era sua ambição "dar um arrozal a cada homem", o que, aliás, permitia alimentar as caixas do Estado em impostos cobrados sobre as explorações (100 litros de arroz, em média, para uma exploração que dava entre 3 000 a 12 000 litros):

Vamos construir diques, ó Merina, para vos permitir alimentar as vossas mulheres e crianças, pois o Imerina está agora unificada e mais ninguém está em guerra contra mim. [...] Emprego pois a seguinte imagem: o arroz e eu somos iguais; não há ninguém que seja meu igual, mas o arroz é. E é o arroz que eu considero como meu par. Fiz de vós que estais sob o céu um país unido, e o arroz é o vosso meio de subsistência. E por isso digo: o arroz é meu igual. [...] Sou eu quem dá a mim próprio um companheiro; não sois vós quem mo dá, sou eu que assim decido. Por isso, se construo diques, é para que vós tenhais água para o arroz, vós, meus súditos. Darei água aos grandes, darei água aos pequenos. (Citado por R. P. Callet, *Histoire des Rois. Tantaran'ny Andriana*, tradução de G.-S. Chapus e E. Ratsimba, Tananarive, La Librairie Malgache, 1974, tomo III, pp. 71-72).

O contributo dos britânicos e dos franceses a partir de 1810-1815 representou, nas mãos dos seus sucessores, um recurso suplementar para a construção de um Estado poderoso, moderno e centralizado. Desde há muito tempo, tornou-se costume interpretar a História política de Madagascar após Andrianampoinimerina como uma alternância entre soberanos "modernistas", abertos ao Ocidente,



e soberanos "tradicionalistas", temerosamente refugiados nos legados ancestrais. As coisas são simultaneamente mais simples e mais complicadas: mais simples, porque todos os sucessores de Andrianampoinimerina, unidos no mesmo nacionalismo altivo, quiseram escolher o que lhes convinha nos contributos ocidentais e controlar rigorosamente o processo de modernização; mais complicadas, porque em cada um deles e em toda a equipe dirigente se misturavam em proporções variáveis a admiração pelo Ocidente e o apego às tradições.

Radama I ilustrava bem essa complexidade: Por um lado, não cessava de proclamar ao Residente britânico:

Civilizar o meu povo é o mais vivo desejo do meu coração e todas as medidas que contribuam para esse desejo terão sempre a minha aprovação e o meu apoio. [...] Amo a Inglaterra: sempre a encarei e ainda encaro como o meu eixo.

Mas, por outro lado, o filho de Andrianampoinimerina, associado pelo pai às suas conquistas e à sua concepção do poder, mostrou escrupuloso respeito pelos ritos e cerimônias da monarquia merina: organização regular do *fandroana*, o banho do rei, que marcava o início de cada ano novo do seu reino; constantes referências à origem divina da sua legitimidade; multiplicação dos *kabarys*, alimentando a aliança mítica celebrada entre o rei e o seu povo. A seus olhos, a "civilização europeia" só devia afetar os meios militares e as bases materiais do seu reino. Foi o que se passou, por exemplo, com o tratado assinado com os britânicos em 1817 e renovado em 1820. Radama I, para quem "os escravos eram um tráfico honesto em Madagascar" e sobretudo indispensáveis à aquisição de armas de fogo, aceitou proibir a venda de homens em toda a Grande Ilha. Mas ganhava com o negócio: pela primeira vez, uma convenção internacional o reconhecia como "rei de Madagascar" e não como simples "rei do Imerina"; é certo que a indenização material foi reduzida (um pagamento único de 10 000 piastras, quando os rendimentos anuais que auferia do tráfico estavam estimados em 30 000 piastras), mas os britânicos equiparam em armas e uniformes 400 dos seus soldados, comprometeram-se a enviar-lhe instrutores militares e missionários encarregados de transcrever a língua malgaxe e de instruir os jovens nas técnicas modernas.

Havia efetivamente um mal-entendido quanto à vocação desses missionários, cuja função, no entender do rei, se limitava estritamente ao ensino e cujo proselitismo ele estava longe de suspeitar e de temer. Em 1820, os agentes da LMS (*London Missionary Society*) abriram as primeiras escolas. Em 1822, chegou um grupo de missionários artesãos, seguido por outro em 1828. A língua malgaxe adquiriu rapidamente o estatuto de língua escrita: uma primeira gramática, elaborada em 1825, ficou no estado de manuscrito, mas a importação de uma impressora em 1827 permitiu imprimir e difundir obras religiosas em malgaxe. Assim, a língua escrita destinada a formar técnicos malgaxes e a contribuir para o reforço do Estado concorria antes de tudo para a difusão do cristianismo. Em 1827, cerca de 4 000 malgaxes já sabiam ler e escrever na sua própria língua. Esta política alegrava os soldados, instrumento de conquista acarinhado pelo rei,

que se preocupou em melhorar-lhes a situação, e os notáveis *hova* chamados a desempenhar funções públicas eminentes e enriquecidos pela nova evolução do comércio. Mas também fez muitos descontentes nos antigos grupos dirigentes cujo poder o rei reduzia, entre eles os *horizano* (civis) e o povo, que se queixavam da multiplicidade e do peso dos impostos: corveias de trabalho e contribuição militar; direitos alfandegários e sobre a *araka* (álcool); impostos em gêneros.

Primeira mulher e prima de Radama I, Ramavo (a Amarela) chegou ao poder em condições obscuras e controversas: segundo um boato, Andrianampoinimerina tê-la-ia designado como sua segunda sucessora, logo depois de Radama I; era evidente que beneficiava do apoio ativo da nova oligarquia política e militar criada por Andrianampoinimerina e confirmada nos seus privilégios por Radama I. Adotou o nome de rainha de Ranavalona, "aquela que foi dobrada", isto é, posta de reserva, por referência, sem dúvida aos *lamba*, os panos preciosos que só eram vestidos nas grandes ocasiões e que, no resto do tempo, eram dobrados para serem guardados. O seu reino, que durou trinta e três anos, foi apresentado muitas vezes como uma reação tradicionalista. É verdade que a rainha denunciou logo em 1828 o tratado anglo-malgaxe; em 1857, deu ordem a todos os estrangeiros para que abandonassem o seu reino, tendo, em 1835 publicado um édito limitando estritamente as atividades dos estrangeiros em Madagascar e proibindo formalmente aos malgaxes a prática do cristianismo:

Digo com toda a franqueza, se este povo, que é o meu, quer mudar os costumes dos meus antepassados, costumes estabelecidos desde os Doze Reis até Andrianampoinimerina e Hehidama, se ousar mudar isso, opor-me-ei, pois o que me deixaram os meus antepassados, não deixarei que um homem o transforme. Dos meus costumes, não tenho qualquer vergonha nem qualquer receio. Aceito toda a sabedoria e todo o conhecimento que possam fazer bem a este país, mas tocar nos costumes dos meus antepassados seria trabalho vão, pois me oporei a isso. (Citado por F. Labatur e R. Raharinarivonirina, *Madagascar. Etude historique*, Paris, Nathan, p. 116).

Na realidade, entre o reino de Radama I e o de Ranavalona I, as continuidades sobrepujaram as rupturas, salvo que a rainha, que, na realidade, era favorável aos contributos europeus, quis controlar a utilização que lhes era dada e fazer beneficiar deles primordial, ou até exclusivamente, o Estado e a oligarquia no poder. Evitou suprimir as escolas e contentou-se com reduzir o seu número e de lhes mudar a vocação: da escola para todos, local de amalgamento das categorias sociais, instrumento de promoção social e cadinho de uma nova elite política, passou-se a uma escola de recrutamento cuidadosamente filtrado e cujos alunos, na sua maioria, provinham, em Antananarivo, dos clãs *hova* e *andriana* associados ao poder e, fora do Imerina, das linhagens que serviam de intermediários da monarquia. Atenta à importância da diplomacia, a rainha mandou preparar um dicionário inglês-malgaxe e malgaxe-inglês. Mas a escola de línguas em que se

facultava o ensino de inglês contava apenas 40 alunos escolhidos a dedo que iriam desempenhar um papel de primeiro plano na segunda metade do século.

Apaixonados pela indústria, os dirigentes malgaxes recusavam-se, porém, a confiar a sua organização a corpos constituídos por estrangeiros, que poderiam ser sempre fundamentalmente suspeitos de trabalhar para uma potência europeia ou de conspirar contra a segurança do Estado. Estabeleceram contratos individuais, os primeiros dos quais foram propostos já em 1828 aos missionários considerados mais úteis e mais competentes no momento da denúncia do tratado anglo-malgaxe. A mesma fórmula serviu, não sem êxito, com o comerciante americano Max, instalado em Majunga, e sobretudo com dois franceses, Napoléon de Lastelle e Jean Laborde. Graças a fundos consideráveis, metade dos quais fornecidos pela rainha, Lastelle instalou-se em Tamatave como agricultor e, simultaneamente, industrial: em 1840, as suas forjas, as suas oficinas mecânicas e as suas plantações (cana-de-açúcar, café e coco) empregavam 2 300 pessoas. Quanto a Laborde, chegado a Antananarivo em 1832, fez da sua manufatura de Mantasoa, a 36 quilômetros da capital, um grande centro industrial que produzia de tudo: canhões, espingardas, pólvora e armas brancas, víveres (presunto, queijo e açúcar) e bebidas, produtos químicos, quinquilharia, têxteis etc. A partir de 1845, os estrangeiros ficaram sujeitos à lei malgaxe: Napoléon de Lastelle e Jean Laborde foram integrados na aristocracia merina. Assim, o trabalho de aquisição e de assimilação dos contributos estrangeiros considerados melhores prosseguiu ativamente no reinado de Ranavalona I.

Afigura-se, inclusive, que desejosos de contrabalançar a influência europeia, os dirigentes malgaxes tenham pensado em estabelecer trocas comerciais entre Majunga e Zanzibar, novo pólo comercial no Oceano Índico e, com isso, conseguir uma penetração mais intensa das marcas árabes ou muçulmanas, em especial no cerimonial e no fausto da corte. Os bailes da corte, que eram símbolo dessa abertura e dessa síntese, proporcionavam duas ou três variações de danças e de vestes: danças sakalavas ou orientais, com vestes árabes; danças populares inglesas com vestes adequadas; danças modernas europeias, com roupa burguesa.

Não houve, pois, em 1861, uma autêntica ruptura com a entronização de Radama II. Este voltou a abrir a ilha aos missionários católicos e protestantes e assinou novos tratados com a Grã-Bretanha e a França: deu privilégios exorbitantes aos negociantes Lambert e Caldwell, pelas Cartas que carregam os seus nomes, Carta Lambert (1861) e Carta Caldwell (1862). Mas o seu reinado foi demasiado curto para deixar traços verdadeiramente duradouros.

A conspiração que provocou o assassinato de Radama II fora obra da oligarquia, receosa de perder os seus privilégios que o jovem rei pretendia suprimir, e representada pelos dois irmãos, Raharo e Rainilaiarivony. Nascidos de Rainiharo, primeiro-ministro e marido de Ranavalona I após a morte de Radama I, educados nos arcanos da monarquia merina, estes dois políticos organizaram a sucessão em seu próprio proveito: Rabodo, prima e primeira esposa de Radama II, foi

proclamada rainha com o nome de Rasoherina (Crisalida, 1863-1868) e teve de casar-se com Raharo.

Em 1864, uma nova conspiração levou ao afastamento de Raharo e deu todos os poderes a Rainilaiarivony, que se instalou no posto de primeiro-ministro por mais de trinta anos (1864-1896). Casou-se por seu turno com Rasoherina, e seguidamente com as duas rainhas que lhe sucederam, Ranavalona II (reinado: 1868-1883) e Ranavalona III (reinado: 1883-1897).

Durante o seu longo governo, as dificuldades exteriores vieram sobrepujar a política interna, mas o trabalho de abertura e de modernização controladas não abrandou. A 21 de fevereiro de 1869, Ranavalona II e o marido foram batizados com grande pompa por dois pastores malgaxes; a rainha ordenou imediatamente a destruição pelo fogo dos *sampys* e dos "ídolos", e mandou missionários em missão pelas aldeias. Esta virada decisiva foi acompanhada por uma grande vaga de reformas, que culminou com o *Código dos 101 Artigos* (1868), o primeiro texto jurídico impresso em Madagascar, e com o *Código dos 305 Artigos* (1881). O primeiro, essencialmente penal, instituiu a igualdade perante a lei e a justiça, a responsabilidade individual e uma lista precisa dos delitos e das penas, comportando uma limitação da pena de morte apenas aos crimes de homicídio e de atentado à segurança do Estado. O segundo, mais ambicioso e mais amplo, criava oito ministérios (Interior, Negócios Estrangeiros, Exército, Leis, Justiça, Indústria, Finanças e Instituição pública), instituiu a escolarização obrigatória, reorganizava o exército e a administração. Outras medidas instituíram verdadeiros tribunais de justiça (1878) e o serviço militar obrigatório (1879). O governo decretou a emancipação dos escravos "moçambiques", isto é, importados da África (1877) e a desmobilização dos velhos soldados (1878), incorporando a sua maioria como *sokaizambohitra* (amigos das aldeias) ou como *antily* (vigias). Iniciou-se também a codificação dos costumes, que passaram a ter força de lei.

Mas a maior parte destas reformas só dizia respeito ao Imerina: assim, apesar de a maior parte da ilha estar integrada num mesmo espaço estatal e de haver uma inquestionável comunidade de cultura entre os diferentes povos, os particularismos regionais e étnicos mantiveram-se numerosos e vivazes. Além disso, contrariamente ao Japão, onde o imperador Meiji conseguiu na mesma época efetuar uma reforma análoga, a vasta empresa de Rainilaiarivony foi arruinada pela intrusão imperialista da França.

### C. Cobiças estrangeiras

Já no início do século XIX, paralelamente à construção do Estado e à modernização do país, os reinos da Abissínia e de Madagascar tiveram de afrontar as cobiças estrangeiras. Estas eram discretas em Madagascar durante os dois primeiros terços do século, mas, na Etiópia, foram desde início brutais e insistentes, o que teve sem dúvida por efeito exercitar e aguerrir os exércitos

etíopes mais intensamente do que os seus homólogos malgaxes face aos imperialismos que se erguiam e contribuir para a vitória final dos etíopes sobre os candidatos à colonização.

### 1. A Etiópia face ao imperialismo egípcio

Até cerca de 1870, da Europa, a Etiópia teve menos a temer do que dos "turcos", termo genérico que designava todos os muçulmanos vizinhos do reino cristão, e correspondia, no terreno, aos turcos, senhores do Império Otomano, bem como aos árabes e aos egípcios, súditos desse Império. O primeiro conflito, que, diga-se, foi bastante grave, entre o "rei dos reis" e um país europeu, a Grã-Bretanha, foi provocado pela nova política do Egito, que, sob a condução de Muhamad Ali e dos seus sucessores, alcançou uma independência de fato relativamente ao sultão de Constantinopla. Além das suas pretensões efêmeras relativamente à Arábia, a política de Muhamad Ali, retomada pelos seus sucessores, foi de fazer do Egito uma potência expansionista, senhora de todo o vale do Nilo e, se possível, do Mar Vermelho e do Chifre da África. Essa política conduziu-o a um confronto direto com o reino da Abissínia, que, exatamente na mesma época, se lançara numa política conquistadora de construção do Estado. O encontro (e, mais tarde, o choque) entre os dois expansionismos deu-se no Sudão e nas margens do Mar Vermelho.

Na frente eritreia, o Egito ocupou Massaua de 1813 a 1826, e depois de novo em 1846, na sequência de um contrato de arrendamento assinado com o sultão de Constantinopla e renovado em 1856. Do lado do Sudão, zona ideal de razias – era habitada por sociedades sem Estado –, as fronteiras sempre haviam sido fluidas e os *ras* dessas regiões periféricas alimentavam propositadamente uma incerteza propícia a frutuosas incursões que lhes permitiam aprovisionar-se em escravos e gado. Ora, as tropas egípcias entraram na Núbia por volta de 1820 e construíram nos anos 30 do século XIX a cidade de Cartum e o posto de Kassala, nos confins da Etiópia. A ocupação do forte etíope de Metema, em 1838 e depois em 1862, colocou o Egito e o reino da Abissínia face a face e foi a causa indireta da intervenção britânica.

A Inglaterra não estava interessada na Etiópia: a sua política de equilíbrio, visando assegurar a segurança da estrada das Índias, levava-a simultaneamente a procurar a manutenção do *status quo* (a integridade do Império Otomano) e o contrário (a expansão territorial do Egito). Em 1862, Teodoro II decidiu interpelar as potências europeias, a Áustria, a Prússia, a Rússia e, sobretudo a França e a Grã-Bretanha. Ora, não só a carta pomposa à rainha Vitória ficou sem resposta, mas também Caméron, o cônsul britânico na Abissínia, os missionários ingleses e os responsáveis britânicos de Aden multiplicaram os mal-entendidos, as faltas de tato e os vexames relativamente a um imperador convencido do seu valor simbólico e do seu papel histórico.

Teodoro II mandou prender Caméron e os seus conselheiros, bem como alguns missionários. Após muitas hesitações, a Inglaterra enviou uma dessas

"expedições punitivas" que começavam a ser seu hábito: sob o comando de Sir Robert Napier, 32 000 soldados, na maioria originários da Índia, desembarcaram perto de Massaua em finais de 1867. Teodoro, que se defrontava com a revolta e a traição de vários *ras*, mandou incendiar uma das suas duas capitais, Debre Tabor, e retirou-se com o último bastião dos seus fiéis para a outra, Magdala; sitiado, escolheu pôr fim à vida a 13 de abril de 1868, na véspera da entrada das tropas britânicas na cidadela. Estas não tardaram a retirar-se deixando no local uma considerável reserva de armas destinadas ao *ras* Kassa do Tigré, o futuro Johannes IV, cuja simpatia muito contribuíra para o seu êxito.

Destroçada pelo exército imperial britânico, a Etiópia parecia uma presa fácil para os imperialismos menos poderosos, o Egito e a Itália, que andavam muito ativos pela região. Encorajado pelos embaraços de Teodoro II, o quediwa Ismaíl obtivera em 1865, simultaneamente com a renovação pelo Império Otomano do seu arrendamento de Massaua, o reconhecimento das suas pretensões sobre todas as margens africanas do Mar Vermelho. Entre 1870 e 1875, as suas tropas não tiveram qualquer dificuldade em ocupar a maior parte dos portos do Mar Vermelho assim como, no Golfo de Aden, os portos situados entre Obock, adquiridos pela França em 1862, e o cabo Guardafui: numa extensão de mais de mil quilómetros da costa Somali, os egípcios trancavam a saída da Abissínia para o mundo exterior. Firmemente instalado no Sudão, o Egito planejou invadir a Abissínia pelo oriente, a partir de Massaua, Tadjura e Zeila: em 1875, apoderou-se de Harar, que as suas tropas ocuparam durante cinco anos, obrigando os habitantes a converter-se ao islã. Foi ajudado nessas conquistas por inúmeros aventureiros europeus, entre os quais Werner Munzinger. Entre 1864 e 1870, esse explorador e comerciante suíço de formação germânica, casado com uma natural de Tigré, estabeleceu-se solidamente na Eritreia, adquiriu imensas propriedades na região do Bogos, a oeste de Massaua e serviu sucessivamente de agente consular à França e à Grã-Bretanha. Em 1871, mudando novamente de partido, conseguiu ser nomeado governador egípcio de Massaua e logo ocupou rapidamente Asmara, Keren e o norte da Etiópia, que proclamou província do Egito sob o nome de "Sudão Oriental".

Em 1875, o Egito lançou simultaneamente quatro expedições para o interior da Etiópia a partir dos portos do Mar Vermelho e da costa somali. Foram todas esmagadas; numa das batalhas, Gundet (16 de Novembro de 1875), que não durou mais do que umas horas, os egípcios deixaram no terreno 1 800 mortos e quase 2 000 espingardas. No ano seguinte, o quediwa Ismaíl enviou à Etiópia um grande exército com 20 000 homens, comandado por seu próprio filho. Johannes IV decretou, por seu lado, a mobilização geral e reuniu cerca de 100 000 soldados. O choque final em Gura (7-9 de março de 1876) foi um novo fracasso para o Egito, que viu serem-lhe confiscados uns trinta canhões e cerca de 20 000 carabinas Remington. A vitória etíope em Gura pôs ponto final no expansionismo egípcio no Chifre da África.

Faltava afastar a ameaça europeia. A Inglaterra, instalada a partir de 1839 em Aden, controlava o Mar Vermelho e uma parte do Oceano Índico. A abertura



do Canal de Suez em 1869 intensificou a penetração e as rivalidades europeias. Os franceses tinham adquirido Obock em 1862, mas a corrida entre as potências europeias só começou mais ou menos a partir de 1880. Instalados no Egito em 1882 e em Berbera em 1884, os ingleses tinham como doutrina oficial a manutenção e a integridade do império da Abissínia. As suas dificuldades no Sudão face aos exércitos do *mahdi* Mohammed Ahmed ibn Abdallah levaram-os a solicitar em 1884, a ajuda da Etiópia para a evacuação de uma parte dos seus homens. O *negus* foi assaz hábil para obter dos britânicos, em troca, o tratado de Adua que previa uma retificação das fronteiras entre o Egito e a Etiópia em proveito desta. A ajuda da Etiópia à Inglaterra havia de valer ao *negus* Johannes IV uma guerra com os mahdistas: os etíopes conseguiram uma nova vitória mas Johannes IV aí encontrou a morte (1889).

Foi então que os italianos, já muito ativos na região, multiplicaram as pressões sobre a Etiópia. Haviam adquirido o porto de Assab em 1869. Em 1884, os ingleses, ao mesmo tempo que, pelo tratado de Adua, prometiam à Etiópia a região fronteira do Bogos, na altura ocupada pelo Egito, deram carta branca aos italianos na zona, pois temiam que os franceses tomassem posse dela. O mal-entendido italo-etíope foi agravado pelo tratado de Ucciali (2 de maio de 1889), que reconhecia a instalação italiana na Eritreia mas cujo artigo 17.º proclamava, na versão italiana, o protetorado de Roma sobre a Abissínia e na versão etíope, a soberania completa do *negus* que poderia somente, conforme as necessidades da sua diplomacia, recorrer se bem lhe parecesse aos bons ofícios da Itália. O conflito sobre a interpretação deste tratado levou a Etiópia a uma nova guerra e a uma nova vitória, a de Adua (1 de março de 1896), desta vez face à Itália. Esta vitória retumbante veio coroar um expansionismo cujas ambições remontavam ao início do século XIX. Face aos imperialismos europeus, a Etiópia foi o único exemplo de um expansionismo africano que soube simultaneamente preservar a independência do Estado e garantir o reconhecimento da maior parte das suas conquistas.

## 2. O imbróglio anglo-franco-malgaxe

A diferença entre a Etiópia e Madagascar na organização da política externa mede-se por seu desfecho: em 1896, no momento em que a Etiópia alcançava a vitória de Adua, Madagascar era proclamada colônia francesa. Contudo, até cerca de 1861, o reino merina, lançado à conquista da Grande Ilha, tinha controlado perfeitamente as suas relações externas, jogando aliás habilmente com a rivalidade franco-britânica. Dando à Grã-Bretanha a Ilha Maurícia, o tratado de Paris (1814) fizera entrar definitivamente a potência naval então senhora dos mares numa parte do Oceano Índico onde até à altura não estivera presente e que, após se ter assenhoreado do Cabo, passara a importar-lhe sobremaneira. O governador da Maurícia, Sir Robert Townsend Farquhar, era hostil simultaneamente ao tráfico negreiro e à França, à qual censurava o expansionismo e a continuação das compras

de mão-de-obra servil necessária às plantações da Reunião. Considerando que Madagascar unificada sob uma única autoridade política constituiria o melhor obstáculo às pretensões francesas, adotou como política apoiar a expansão merina e contribuir para o reforço dos exércitos de Radama II e a modernização do seu reino. Mas a proibição do tráfico escravagista pelos tratados anglo-malgaxes de 1817 e 1820 não dissimulava as segundas intenções: ao mesmo tempo que embaraçava os franceses, visava colocar Madagascar na dependência econômica da Inglaterra; nas instruções enviadas em 1822 por Farquhar ao seu representante em Antananarivo, James Hastie, lê-se, principalmente:

Para proteger o seu comércio e a sua indústria, um país tão rico em produtos naturais em todos os setores só tem necessidade de um governo forte e capaz que consiga arrair aos seus portos os nossos navios, os quais assegurarão a exportação dos seus produtos e que, em troca, lhe levarão os numerosos produtos manufaturados do nosso país.

Mas, como se viu, Radama II ganhava também com esta política de amizade anglo-malgaxe. As coisas começaram a mudar a partir da morte desse rei, em 1828. Graças ao engenho de Napoléon de Lastelle e de Jean Laborde, Ranavalona I pretendia, tanto quanto possível, "fabricar malgaxe e comprar malgaxe". Além disso, a evolução da diplomacia europeia forçou a França e a Inglaterra a uma espécie de "*entente cordiale*", que prezavam mais do que as peripécias e os sobressaltos da política malgaxe. No seguimento das restrições impostas aos estrangeiros e da falta de êxito da primeira embaixada enviada por Madagascar à Europa (1836-1837), os navios de guerra das duas potências chegaram até a levar a cabo em 1845 uma ação comum contra Tamatave, a qual não teve seguimento.

A grande virada situa-se no início dos anos 60 do século XIX. Radama II inaugurara, com a Carta Lambert, uma política perigosa de concessão de terras aos estrangeiros, que violava as tradições insulares e suscitava uma reprovação unânime, aliás fatal ao rei. O novo senhor do jogo político malgaxe, o primeiro-ministro Rainilaiarivony, era conhecido por sua intransigência no tocante à integridade do reino: já em 1863, num momento em que não era mais do que o principal conselheiro da monarquia, Madagascar denunciou as concessões fundiárias aos europeus, bem como os "tratados desiguais" imprudentemente assinados por Radama II em 1862, e enviou segunda embaixada à Europa para explicar o seu legítimo direito. Mas o expansionismo europeu, em especial o da França, ia-se tornando cada vez mais premente. A Carta Lambert fora vendida a uma empresa, a Companhia de Madagascar, cujas pretensões eram apoiadas por Napoleão III. Em 1862, a França só reconheceu Radama II sob expressa reserva dos pretensos "direitos históricos" que teria adquirido sobre a ilha no século XVII. Foi preciso esperar por 1868 para que a França consentisse em assinar um tratado de amizade que a Inglaterra aceitara em 1865 e os Estados Unidos da América em 1867: Paris exigia previamente uma indenização de 120 000 francos,

que foi paga utilizando os fundos próprios da rainha e da oligarquia no poder, em compensação pela Carta Lambert.

Em 1878, a morte de Jean Laborde, que se fizera constantemente de conciliador entre os dois países, contribuiu para deteriorar as relações franco-malgaxes. Houve primeiro o problema da sua herança. O governo francês era muito sensível aos pedidos de intervenção e de anexação formulados pelos missionários católicos e pelos colonos reunionenses. Rainilaiarivony julgou poder contar com o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América, cujos nacionais queriam obter, tal como os franceses, o direito de propriedade fundiária na ilha. A embaixada enviada em 1882-1883 à Europa e aos Estados Unidos da América voltou de mãos vazias. Mas depois tudo se precipitou: ultimato francês em 1883; guerra em 1883-1885, concluída por um tratado cuja versão francesa transformava Madagascar em protetorado francês; reconhecimento pela convenção franco-britânica de 1890 do "protetorado da França sobre a ilha de Madagascar com as consequências que daí decorrem"; guerra de conquista em 1894-1895, seguida pela anexação (1896) e pela abolição da monarquia e da feudalidade (1897).

No jogo da diplomacia, cujos fatores europeus os seus dirigentes não dominavam, Madagascar perdeu assim diante da indiferença, dos cálculos e das coligações das grandes potências. Faltou também à oligarquia no poder a força militar, o talento e a motivação dos oficiais e, sobretudo, a adesão popular e o sobressalto nacional que tão bem haviam triunfado na Etiópia.

Da história política das formações estatais africanas no século XIX ressalta uma dupla constatação: por um lado, regista-se uma notável diversidade das estruturas elaboradas e dos processos postos em prática; por outro lado, observa-se uma dinâmica constantemente renovada. Importa sublinhar que esta constatação contrasta singularmente com as representações e as imagens contemporâneas das sociedades políticas antigas da África. Com efeito, o trabalho da memória – trabalho de seleção, de idealização ou de ocultação – constitutivo de qualquer sociedade, especialmente ativo em tudo o que toca à problemática do Estado, difere essencialmente do trabalho do historiador. No caso da África Negra, a tendência dominante desse trabalho da memória foi especialmente bem representado por duas ideologias, que, no entanto, eram muito distintas uma da outra: a do "socialismo africano", para a qual a "sociedade africana tradicional" se caracterizava pelo equilíbrio do consenso e da partilha; a da "autenticidade africana", para a qual "o poder tradicional africano" repousava na onipotência de um só chefe. Em ambos os casos, o resultado correspondia à simplificação e à homogeneização da história política, rasurando-lhe as diversidades e, muitas vezes, simultaneamente, arrancando-a à temporalidade para a cristalizar num eterno "outro" ou num mítico "tempo das origens". Se é certo que a constatação dos historiadores é completamente diferente, está longe de esgotar todos os problemas suscitados por essa evolução política, nomeadamente o do devir desses Estados no contexto do imperialismo colonial, e o das eventuais continuidades entre a violência inerente à maioria dessas formações e as brutalidades do confisco colonial.

## NOTAS

\* Elikia M'BOKOLO com contribuições de Thierno BAH.

<sup>1</sup> Título de uma obra de Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

<sup>2</sup> Pode dizer-se himas ou bahima (sing. muhima), gandas ou baganda, tutsis ou batutsi, rwas ou batwa, congos ou baongo, lundas ou balunda... Com efeito, nas línguas bantus, o prefixo "ba" é na maior parte das vezes marca do plural e serve para designar os etnônimos (*bantu* = "os homens", sing. *muntu*).

<sup>3</sup> *Thierno Bah*

<sup>4</sup> Uma possível origem do seu nome seria o *i-tshaka*, doença cujos sintomas são dores abdominais e inchaço do ventre: Chaka teria sido concebido fora do casamento, numa altura em que o pai ainda não fora submetido ao rito iniciático da circuncisão. Recusando assumir a paternidade, Senzangakona teria mandado espalhar o boato de que Nandi não estava grávida, que sofria apenas de *i-tshaka*.

<sup>5</sup> A palavra "Etiópia", de origem grega, designa "a terra dos Negros, queimados pelo sol", e só em 1945 se tornou nome oficial do Estado etíope. Até essa data, o país era designado antes pelo nome de Abissínia, cuja raiz semítica h.b.sh., que se tornou *habbash* em árabe e *hubshi* em hindi, significa "negro". Neste livro empregaremos indiferentemente Abissínia e Etiópia.

## LEITURAS COMPLEMENTARES

- "Systèmes étatiques africains". *Cahiers d'Etudes Africaines*, número especial, XXII, 87-88, 1982.
- BALANDIER, G. *Anthropologie politique*. Paris, R.U.F., várias reedições, 1967. Versão em língua portuguesa: *Antropologia Política*. São Paulo, Edusp, 1969.
- BAZIN, J. e TERRAY, (eds.) *Guerres de lignages et guerres d'Etats en Afrique*. Paris, Editions des Archives Contemporaines, 1982.
- FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.) *African Political Systems*. Londres, International African Institute-Oxford University Press, 1940. Versão em língua portuguesa: *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1981.
- GOODY, J. *Technology, Tradition and the State in Africa*. Londres, Oxford University Press, 1971.
- TARDITS, C. (ed.) *Princes et serviteurs du royaume. Cinq études de monarchies africaines*. Paris, Société d'Ethnographie, 1987.

### Expansão, tradição e modernização

- "Le problème de la domination étatique au Rwanda. Histoire et économie". *Cahiers d'Etudes Africaines*, número especial, XIV, 1, pp. 5-191, 1974.
- La civilisation ancienne des peuples des Grands Lacs*. Colloque de Bujumbura (4-10 set. 1979). Paris, Karthala, 1981.
- BOTTE, R., DREYFUS, F., LE PAPE, M. e VIDAL, C. "Les relations personnelles de subordination dans les sociétés interlacustres de l'Afrique centrale". *Cahiers d'Etudes Africaines*, IX, 35, pp. 350-401, 1969.
- CHRETIEN, J.-P. (ed.) *Histoire rurale de l'Afrique des Grands Lacs*. Paris, Karthala, 1983.
- FORDE, D. e KABERRY, P. M. *West African Kingdoms in the Nineteenth Century*. Londres, Oxford University Press, 1967.
- KARUGIRE, I. K. *A History of the Kingdom of Nkore in Western Uganda to 1896*. Oxford, Clarendon Press, 1971.
- KIWANUKA, S. *A History of Buganda, from the Foundation of the Kingdom to 1900*. Londres, Longman, 1971.
- LLOYD, A. *The Drums of Kumasi. The Story of Ashanti Wars*. Londres, Longman, 1964.
- MWOROHA, E. *Peuples et rois de l'Afrique des Lacs: le Burundi et les royaumes voisins au XIX<sup>e</sup> siècle*. Dacar, N.E.A., 1977.
- \_\_\_\_\_. (ed.) *Histoire du Burundi des origines à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris, Hatier, 1987.
- OGOT, B. A. (ed.) *Economic and Social History of East Africa*. Nairobi, Kenya Literature Bureau, 1976.
- TARDITS, C. *Le Royaume bamoum*. Paris, Armand Colin, 1980.
- UZOIGWE, G. N. *Anatomy of an African Kingdom. A History of Bunyoro-Kitara*. Nova Iorque, 1973.
- Vansina, J. *L'évolution du royaume du Rwanda des origines à 1900*. Bruxelles, A.R.S.O.M., 1962.
- \_\_\_\_\_. *La légende du passé. Traditions orales du Burundi*. Tervuren, M.R.A.C., 1972.
- WILKS, I. *Asante in the Nineteenth Century. The Structure and Evolution of a Political Order*. Cambridge University Press, 1975.

### Guerras e processos identitários

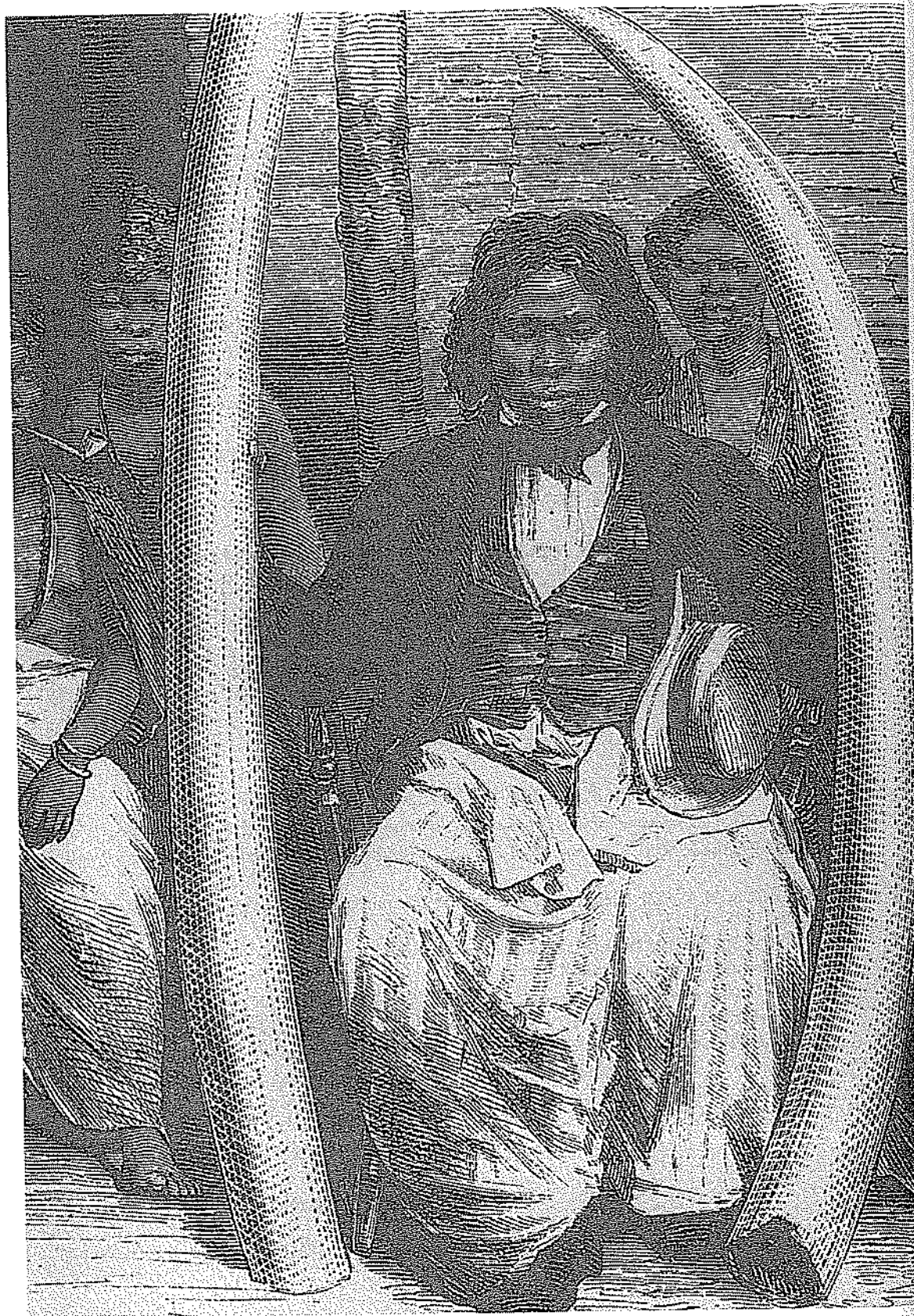
- AGHASSIAN, M. "Note bibliographique sur l'islam au sud du Sahara". *L'Arabisant*, 20, pp. 38-44, 1982.

- BA, H. A. e DAGET, J. *L'empire peul du Macina (1818-1853)*. Paris-La Haye, Mouton, 1962.
- HISKETT, M. *The Development of Islam in West Africa*. Londres, Longman, 1984.
- KLEIN, M. A. *Islam and Imperialism in Senegal: Sine-Saloum (1847-1934)*. Stanford University Press, 1968.
- LAST, M. *The Sokoto Caliphate*. Londres, Longman, 1967.
- LY-TALL, M. *Un islam militant en Afrique de l'Ouest au XIX<sup>e</sup> siècle. La Tijaniyya de Saïku Umar Futiyyu*. Paris-Dacar, IFAN-A.C.C.T., 1991.
- MARKS, S. e ATMORE, A. (eds.) *Economy and Society in Pre-Industrial South Africa*. Londres, Longman, 1980.
- MARTIN, B. G. *Muslim Brotherhoods in Nineteenth Century Africa*. Cambridge University Press, 1976.
- OLORUNTIMEHIN, B. O. *The Segu Tukolor Empire*. Londres, Longman, 1972.
- OMER COOPER, J. D. *The Zulu Aftermath. A Nineteenth Revolution in Bantu Africa*. Londres, Longman, 1969.
- PERSON, Y. *Samory, une révolution diula*. Dacar, IFAN, 3 volumes, 1970-1975.
- ROBINSON, D. *La guerre sainte d'Al-Hajj Umar. Le Soudan occidental au milieu du XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris, Karthala, 1985.
- SEVRY, Chaka, *empereur des Zoulous: histoires, mythes et légendes*. Paris, L'Harmattan, 1991.
- SMALDONE, P. P. *Warfare in the Sokoto Caliphate*. Cambridge University Press, 1977.
- THOMPSON, L. *Survival in Two Worlds. Moshoeshoe of Lesotho (1786-1870)*. Oxford, Clarendon Press, 1975.
- TRIAUD, J.-L. Les études de langue française sur l'islam en Afrique noire: "essai de bibliographie". *Lettre d'information de l'AFEMAM* (Association Française pour l'Etude du Monde Arabe et Musulman), n.º 2, pp. 65-80, 1987.
- TRIMINGHAM, J. S. *A History of Islam in West Africa*. Londres, Oxford University Press, 1962.
- TYMOWSKI, M. *L'armée et la formation des États en Afrique occidentale au XIX<sup>e</sup> siècle. Essai de comparaison*. Varsovia, Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego, 1987.

### Reconstrução e modernização

- DAVY, A. *Ethiopie d'hier et d'aujourd'hui*. Paris, Le Livre Africain, 1970.
- DORESSE, J. *La vie quotidienne des Ethiopiens chrétiens aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles*. Paris, Hachette, 1972.
- GABRE-SELLASSIE, Z. *Yohannes IV of Ethiopia. A Political Biography*. Oxford, Clarendon Press, 1975.
- MARCUS, H. G. *The Life and Times of Menelik II. Ethiopia (1844-1914)*. Oxford, Clarendon Press, 1975.
- RAISON-JOURDE, F. (ed.) *Les souverains de Madagascar. L'histoire royale et ses résurgences contemporaines*. Paris, Karthala, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Bible et pouvoir à Madagascar au XIX<sup>e</sup> siècle. Invention d'une identité chrétienne et construction de l'État*. Paris, Karthala, 1991.
- RALAIMIHOATRA, E. *Histoire de Madagascar*. Tananarive, Librairie de Madagascar, 1982.
- ROUAUD, A. *Afa-Wärg (1868-1947). Un intellectuel éthiopien témoin de son temps*. Paris, Editions du C.N.R.S., 1991.
- WALKER, E. V. *Terror and Resistance. A Study of Political Violence*. Londres, Oxford University Press, 1972.





O mercador Ouassengo e as suas mulheres

- II -

## MUTAÇÕES, EXPANSÕES: ECONOMIAS E SOCIEDADES NO SÉCULO XIX\*

Paralelamente às perturbações políticas atravessadas pela África, todo o continente conheceu, entre o início do século XIX e os anos 80 do mesmo século, transformações económicas de muito grande amplitude. Se admitirmos que a colonização subsequente não foi no plano económico uma ruptura total e brutal com o passado, mas antes uma aceleração, uma intensificação e uma generalização de numerosas tendências anteriores, então a "revolução económica" minuciosamente descrita no estudo clássico de Allan McPhee começou efetivamente nesse período. Na mesma ordem de ideias, A. G. Hopkins faz dele "uma fase (que representa) o ponto de partida da história económica moderna da África Ocidental" e, sem dúvida, das outras regiões do continente. Mal se sugere esta hipótese, logo surgem as questões.

A começar pelo problema, simultaneamente teórico e factual, da parte que haverá que atribuir, por um lado, aos fatores exógenos e aos aspectos extrovertidos das transformações económicas e, por outro, às suas dimensões puramente africanas. Voltamos assim a encontrar os intermináveis debates relativos ao tráfico negreiro e aos seus impactos nas economias, nas relações sociais e nas formações políticas da África. De fato, o "comércio legítimo" ou "lícito", que dominou todo o século XIX pré-colonial, foi simultaneamente a antítese absoluta, o sucessor imediato e o prolongamento direto do comércio negreiro que passara a ser objeto do opróbrio dos Estados industrializados. O debate, que foi especialmente vivo na África Ocidental, mobiliza argumentos válidos para o conjunto do continente. Para John E. Flint, "o contato económico da Europa com a África Ocidental, pelo

menos antes de 1880, foi essencialmente periférico à economia oeste-africana. Era a economia local que dominava a vida das pessoas, gerava os excedentes necessários para aprovisionar os mercadores e os artesãos, para garantir a manutenção da realeza, das oligarquias dirigentes e do Estado, e para prover às necessidades dos padres e dos profissionais da religião." ("Economic Change in West Africa in the Nineteenth Century", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds), 1974, p. 390).

Para outros, pelo contrário, este período foi crucial na criação da dependência da África. Estes autores, defensores do paradigma da "troca desigual" entre o "centro", representado pelos Estados industrializados, isto é, na época a Europa, e a "periferia", identificada com os países que mais tarde haviam de ser chamados "subdesenvolvidos", consideram, a exemplo de Boubacar Barry, que o século XIX pré-colonial na África

coincide com a passagem gradual do mercantilismo comercial para o capitalismo industrial que leva a Europa a impor novas formas de dominação às economias pré-capitalistas da periferia africana. [...] Este processo de dependência, que prossegue ainda hoje nos seus fundamentos essenciais, impõe-se progressivamente em função das necessidades do centro e sobretudo em função das capacidades reais do capital para organizar a produção *in loco* (Boubacar Barry, 1988, p. 187).

Assim sendo, o problema estritamente técnico das fontes (raridade, por vezes inexistência de fontes documentando as dimensões africanas das mutações econômicas; abundância relativa das fontes e, nomeadamente, dos dados quantitativos relativos aos aspectos exógenos ou extrovertidos dessas mutações) pode assumir um significado novo, a partir do momento em que a disparidade dos dados contribua para reforçar uma tese em detrimento da outra.

Por outro lado, estes problemas econômicos não poderão encontrar em si as suas próprias causas e consequências. Remetem-nos constantemente para estratégias sociais, para transformações políticas – como vimos – e não poderão ser compreendidos sem o pano de fundo intelectual e as considerações ideológicas a que os atores não cessaram de se reportar. Nesta última abordagem, os partidários da teoria da "troca desigual" e da "dependência" são indiscutivelmente confrontados pelos dados disponíveis relativos às implicações sociais, ideológicas e políticas da evolução econômica.

Este capítulo aborda exclusivamente a vertente atlântica da África, que por vezes designamos, tal como os textos do século XIX, pela expressão algo restritiva "costas ocidentais" da África: os outros espaços são estudados mais à frente (capítulo III).

## I. CONDICIONALISMOS EXTERNOS E TRANSFORMAÇÕES INTERNAS

Esta África atlântica é precisamente a região que, no decurso dos dois ou três séculos precedentes, estivera mais associada ao comércio de escravos e mais tinha sofrido os seus efeitos acumulados. Da Senegâmbia às fronteiras meridionais de Angola, todos esses países tinham, pouco ou muito, de boa ou má vontade, fornecido escravos ao Novo Mundo, tendo-se organizado em função do tráfico negreiro e das relações de força que lhe subjazem. Ora, sabe-se, principalmente graças a um melhor conhecimento das origens desses escravos exportados, que esse comércio gerou uma geografia das trocas comerciais, quer dizer, das relações de complementaridade e de desequilíbrio, e fenômenos de integração regional que, longe de se limitarem às franjas costeiras, se aplicavam também às zonas interiores, penetrando muitas vezes profundamente no continente. A abolição do comércio negreiro e a instauração do "comércio lícito" representaram pois um desafio para uma grande parte do continente (documento 18).

### Documento 18: A abolição do tráfico atlântico, marcas cronológicas

|           |                                                                                                                                            |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1772      | – Processo Somerset: a sentença de Lord James Mansfield proclama a liberdade de todos os escravos que desembarquem na Grã-Bretanha.        |
| 1776      | – O parlamento britânico rejeita o projeto David Hartley de abolição do tráfico negreiro.                                                  |
| 1783      | – Os Quakers ingleses fundam uma associação anti-escravagista.                                                                             |
| 1787      | – Fundação do Comitê para a Abolição do Comércio dos Escravos. Primeiro desembarque na Serra Leoa de negros livres vindos da Grã-Bretanha. |
| 1788      | – Criação em Paris da Sociedade dos Amigos dos Negros.                                                                                     |
| 1791      | – Insurreição dos escravos de São Domingos.                                                                                                |
| 1792      | – A Dinamarca decreta a abolição do tráfico de escravos a partir de 1803.                                                                  |
|           | – Criação da Baptist Missionary Society.                                                                                                   |
| 1794      | – A Convenção Francesa abole a escravatura nas colônias.                                                                                   |
| 1795      | – Criação da London Missionary Society.                                                                                                    |
| 1799      | – Criação da Church Missionary Society.                                                                                                    |
| 1802      | – Bonaparte restabelece a escravatura nas colônias francesas.                                                                              |
| 1807      | – O Reino Unido abole o tráfico negreiro.                                                                                                  |
| 1808      | – A Serra Leoa torna-se colônia britânica. Os Estados Unidos da América abolem o tráfico negreiro.                                         |
| 1813-1815 | – Acordos da Inglaterra com a Suécia, a França, os Países Baixos, a Espanha e Portugal pelos quais se abole o tráfico negreiro.            |
| 1815      | – O Congresso de Viena adota a Declaração das Potências sobre a Abolição do Tráfico Negreiro.                                              |



|           |                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1818      | – A França abole o tráfico negreiro.                                                                                                                                                                                           |
| 1822      | – A <i>American Colonization Society</i> funda a Libéria para acolher os antigos escravos negros dos Estados Unidos da América.                                                                                                |
| 1833      | – Abolição da escravidão nas colônias britânicas.                                                                                                                                                                              |
| 1838-1839 | – Thomas F. Buxton ( <i>African Civilization Society</i> ) e Joseph Sturge ( <i>British and Foreign Anti-Slavery Society</i> ) lançam a campanha anti-escravagista na Inglaterra. Criação da <i>Anti-Slavery Association</i> . |
| 1847      | – Independência da Libéria.                                                                                                                                                                                                    |
| 1848      | – Abolição da escravidão nas possessões francesas.                                                                                                                                                                             |
| 1849      | – Fundação de Libreville, “aldeia cristã e francesa”, para acolher os escravos libertados dos navios negreiros.                                                                                                                |
| 1851      | – A Inglaterra assina com os reis e chefes de Lagos, do Daomé, de Porto-Novo, de Badagry e de Abeokuta, tratados que proíbem o comércio de escravos.                                                                           |
| 1857      | – Sultão de Constantinopla proíbe o tráfico negreiro em todo o Império Otomano.                                                                                                                                                |
| 1857-1862 | – A França recruta “emigrados livres” na embocadura do Congo.                                                                                                                                                                  |
| 1865      | – A 13.ª Emenda abole a escravidão nos Estados Unidos da América.                                                                                                                                                              |
| 1874      | – Tendo vencido o Asante, a Inglaterra proclama a emancipação dos escravos na Gold Coast.                                                                                                                                      |
| 1885      | – A Conferência de Berlim lembra a proibição do tráfico negreiro e convida os signatários a contribuir para a sua extinção.                                                                                                    |
| 1888      | – Abolição da escravidão no Brasil. Início da campanha do cardeal Lavigne contra a manutenção do tráfico negreiro e da escravidão na África Central e Oriental.                                                                |
| 1889      | – Conferência anti-escravagista de Bruxelas que reunia os participantes na Conferência de Berlim, mais a Pérsia, Zanzibar e o Estado Independente do Congo. Abolição da escravidão em todo o Império Muçulmano.                |

Fonte: cronologia estabelecida por Elikia M'Bokolo

## A. Abolicionismo, humanitarismo e liberalismo

As pressões mais fortes e mais eficazes para a abolição do tráfico de escravos africanos fizeram-se sentir nos dois países mais implicados no “comércio triangular”, França e Grã-Bretanha. Muito antes do fim do século XVIII, existiam nesses países personalidades como, por exemplo, os filósofos John Locke e Montesquieu, ou os romancistas Aphra Benn e Daniel Defoe, e correntes de opinião, em especial os Quakers e os Enciclopedistas, abertamente opostas ao tráfico negreiro. Já em 1689, o *Tratado do Governo Civil* de John Locke sublinhava: “A escravidão é um estado do homem tão vil e miserável [...] que não se pode conceber que um inglês, ainda menos um *gentleman*, possa defendê-la.” O artigo “Tráfico dos Negros” da *Enciclopédia* (1751-1766) proclamava: “Se um comércio desse tipo pudesse ser justificado por um princípio moral, não haveria crime,

por mais atroz, que não pudesse ser legitimado.” Mas o abolicionismo só se tornou uma autêntica força a partir de 1770, aproximadamente. Se é certo que os acontecimentos são fáceis de circunscrever e são conhecidos, estamos nitidamente menos à vontade para lhe determinarmos o conjunto das causas.

### 1. Somerset e Raynal: o detonador

Na Grã-Bretanha, a principal virada foi o processo James Somerset, do nome do escravo negro levado da Virgínia para Londres por seu dono em 1769, que foi por este recapturado após uma tentativa de fuga e revendido a um plantador de partida para a Jamaica. Em 1772, em resultado de um processo retumbante, o Procurador-geral James Mansfield restituiu a liberdade a Somerset reportando-se ao direito natural e à constatação de que nenhuma lei ou costume autorizava a escravidão na Inglaterra. Embora, para Lord Mansfield, “a sentença se tenha contentado em mostrar que o senhor não tinha o direito de obrigar o escravo a partir para um país estrangeiro”, o processo Somerset tornou-se para os abolicionistas o acontecimento fundador por excelência, e o veredicto foi erigido em mito mobilizador, segundo o qual “o ar da Inglaterra é demasiado puro para poder ser respirado por um escravo: todo o homem que vem a Inglaterra tem direito à proteção da lei inglesa, seja qual for a opressão que possa ter sofrido antes, seja qual for a cor da sua pele”. Homens dos mais diversos talentos, jornalistas, escritores, advogados, cantores, difundiram na opinião pública a ideia exaltante de que o solo britânico era sagrado, que qualquer escravo que o pisasse se tornava automaticamente livre e que a Inglaterra, “gênio irresistível da Emancipação Universal” (Philpot Curran, 1794), tinha uma espécie de vocação para guiar os povos na cruzada contra o tráfico negreiro e a escravidão.

Embora na França tenha havido decisões análogas por parte dos parlamentos, o que emocionou a opinião esclarecida e a sensibilizou para o problema do tráfico negreiro foi um acontecimento literário: a publicação em 1770, pelo abade Guillaume Raynal, da *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Com os seus seis volumes, vivamente atacada pelos partidários da manutenção do comércio triangular e pelos interesses coloniais, várias vezes demandada em justiça, esta *História* foi um enorme êxito de livraria, inúmeras vezes reeditado. Ora, entre outros argumentos, Guillaume Raynal soube denunciar habilmente a associação do cristianismo com o comércio e a escravidão dos africanos:

O último argumento utilizado para justificar a escravidão consistiu em dizer que era o único meio que se encontrou para levar os negros à beatitude eterna pela grande mercê do batismo.

Ó Compassivo Jesus, teríeis vós previsto que haviam de pôr as vossas doces máximas ao serviço da justificação de tantos horrores? Se a religião cristã autorizasse assim a avareza dos impérios, haveria que proscrever para todo o sempre os seus dogmas sanguinários.



Após a publicação da *História*, nada seria como antes: com as inevitáveis gradações atinentes aos temperamentos, às sensibilidades e aos compromissos políticos, apoderou-se da elite intelectual francesa uma espécie de consenso.

## 2. Impulso idealista e cálculos de interesse

É impossível reduzir o abolicionismo a uma única componente. O movimento abrangeu grupos sociais demasiado variados, mobilizou personalidades demasiado contrastadas e atravessou conjunturas demasiado diferentes para obedecer a uma causa única e responder a um único tipo de consideração. Nele se misturavam, em doses variáveis, o humanitarismo de inspiração religiosa, a filosofia racionalista do Iluminismo, as demonstrações implacáveis da economia política liberal e os cálculos muitas vezes não confessados do capitalismo industrial nascente.

### O humanitarismo

Foi na Inglaterra que floresceu um humanitarismo fortemente carregado de referências religiosas, o que muito contribuiu para dar ao abolicionismo britânico a base e a expressão verdadeiramente populares que lhe faltaram na França. Quase todos os responsáveis do abolicionismo britânico tinham ligações religiosas. A velha tradição antiescravagista dos Quakers, que se manifestara em Filadélfia (Estados Unidos da América) em 1688, difundiu-se na Inglaterra no século XVIII, graças sobretudo a Anthony Benezet, huguenote francês emigrado na América: publicada em Londres, a sua principal obra, *Description historique de la Guinée... avec une enquête sur le développement et la croissance du commerce des esclaves, sa nature et ses lamentables effets* [Descrição histórica da Guiné... com um inquérito sobre o desenvolvimento e o crescimento do comércio dos escravos, a sua natureza e os seus lamentáveis efeitos], conheceu, com quatro edições de 1762 a 1788, um enorme êxito. Benezet, pessoalmente, travou amizade com Granville Sharp, neto e filho de dignitários eclesiásticos.

Em 1787, seguindo o exemplo dado quatro anos antes pelos Quakers, Granville e os seus amigos constituíram um *Committee for the Abolition of the Slave Trade* também chamado *Abolition Society*; nove dos doze membros fundadores eram Quakers; um dos mais ativos, Thomas Clarkson, provinha de um meio eclesiástico. O porta-voz do movimento na Câmara dos Comuns, William Wilberforce, descendia de um rico homem de negócios, mas ficou conhecido por seu fervor religioso. Como nenhum desses homens tinha experiência pessoal da África ou das Américas, as suas informações de primeira mão provinham de James Ramsay, antigo cirurgião da marinha e testemunha ocular das atrocidades do tráfico negreiro, o qual foi ordenado pastor e escreveu *An Essay on the Treatment and Conversion of African Slaves in the British Sugar Colonies* (Ensaio sobre o Tratamento e Conversão dos Escravos Africanos nas Colônias Açucareiras Britânicas) (Londres, 1784) que teve alguma repercussão. James Ramsay revelou-se polemista temível. A paixão comum desses abolicionistas valeu-lhes serem conhecidos como "seita

de Clapham", do nome do burgo onde residia Wilberforce, ou então, mais elogiosamente, como "santos".

Mas esse fervor entusiasmava também as classes populares que a indústria nascente atraía apressadamente para os centros urbanos, onde viviam em condições miseráveis e que numerosos pastores temiam que regressassem a uma espécie de paganismo. John Wesley, artesão do formidável renascimento religioso conhecido pelo nome de metodismo, foi, também ele, após uma estada na América, um ardente abolicionista e tornou-se notado por um ensaio comovente, *Thoughts Upon Slavery* (1774), no qual estigmatizava a escravatura como "a soma execrável de tudo o que os homens podem cometer como infâmias" e apelava à caridade cristã para que pusesse fim ao tráfico odioso.

### Economia e filosofia

Mas, na Grã-Bretanha, o abolicionismo funcionou como um cimento ideológico que unia classes diferentes da sociedade e como uma cruzada nacional na qual comungavam grupos sociais com interesses aliás contraditórios. Se, na Inglaterra, tal como no continente, a burguesia capitalista industrial aderiu aos argumentos abolicionistas e a eles foi buscar razões suficientes para se distinguir da classe dos plantadores coloniais e para definitivamente romper com ela, foi porque os interesses bem entendidos da indústria nascente eram consonantes com o idealismo generoso dos humanitaristas. A condenação da escravatura por Adam Smith, o fundador da economia política moderna, apareceu como irremediável. A sua obra *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações) (1776), estabelecia que "o trabalho feito pelos escravos, embora pareça não custar mais do que a sua subsistência, é afinal o mais caro de todos. Um ser que não pode adquirir os seus bens próprios não pode ter outro interesse que não seja o de comer o mais possível e trabalhar o menos possível". Os fisiocratas franceses, predecessores de Adam Smith, haviam observado o mesmo. Para Pierre-Samuel Dupont de Nemours:

O escravo é preguiçoso porque a preguiça é o seu único prazer e o único meio que tem de recuperar a varejo do seu senhor uma parte da sua pessoa que este comprou por atacado. O escravo é inepto, porque não tem qualquer interesse em aperfeiçoar a sua inteligência. O escravo é mal intencionado porque está num verdadeiro estado de guerra permanente com o seu senhor. (Artigo aparecido nas *Ephémérides*, 1771, citado por Michèle Duchet, 1971, p. 165).

Estas ideias estavam em consonância com as análises dos administradores coloniais "esclarecidos", os quais muitas vezes mantinham relações com os fisiocratas e os filósofos. Um projeto de reforma da mão-de-obra colonial elaborado em 1774 apoiava-se na hipótese de que "os trabalhadores livres, mais bem mantidos e tratados do que os escravos, estariam mais sãos, seriam mais vigorosos. Somariam à força mecânica a inteligência e a boa vontade que faltam à maioria dos escravos".

Tal como os abolicionistas tinham sabido extrair de uma nova leitura do cristianismo os argumentos religiosos e morais para condenarem o tráfico de escravos africanos, assim também os filósofos conseguiram radicar o seu antiescravagismo na crítica global do sistema econômico e político e fazer do antiescravagismo não um combate singular, específico ao contexto colonial e africano, mas um aspecto particular da luta universal pelos Direitos do Homem e um prolongamento imediato e concreto da guerra que travavam, tanto na França como no resto da Europa, contra a servidão e o despotismo. Para o abade Raynal, “o súdito de um déspota encontra-se, tal como o escravo, num estado anti-natural: tudo o que contribui para manter o homem nesse estado é um atentado contra a sua pessoa”. O abade Baudeau, responsável pelas *Ephémérides du Citoyen*, equiparava já em 1766 a condição e a causa dos camponeses franceses à dos escravos africanos:

Os habitantes das nossas aldeias que apascentam os rebanhos, que fazem as colheitas, que cultivam as vinhas, serão eles cidadãos como nós? É a questão preliminar. Os nossos antigos costumes sujeitavam-nos à servidão, precisamente como os negros das colônias. Houve um tempo no reino em que teríeis encontrado um escasso milhão de verdadeiros cidadãos e vinte milhões de verdadeiros escravos. A escravatura está abolida há mais de cinco séculos, mas é evidente que ainda há traços dela na nossa legislação, nos nossos costumes, no nosso espírito nacional. (Citado por Michèle Duchet, 1971, p. 164).

Quanto a Pierre Poivre, administrador da Ilha de França (Maurícia) e filósofo, as suas *Voyages d'un Philosophe* (1768), livro que teve muito êxito e foi uma mina de informações de “campo” para os abolicionistas que ignoravam as realidades do ultramar, aparecem como um dos relatos mais significativos dessa vontade de associar a causa dos negros às aspirações da burguesia e das classes populares da Europa:

Não posso duvidar de que se se tivessem repartido sem reservas as terras da América por cultivadores livres, estes as fariam render o dobro do produto que delas tiram os escravos. [...] A lei da escravatura foi tão contrária aos interesses da Europa como à lei natural e à sua honra. [...] A liberdade e a propriedade são os fundamentos da abundância e da boa agricultura; só a vi florescente nos países em que esses dois direitos do homem estavam bem estabelecidos.

### Abolicionismo e colonialismo

Isto mostra todas as ambiguidades do abolicionismo e sugere a sua deriva de certa maneira inevitável para o colonialismo moderno. Na sua tese que se tornou clássica, embora continue controversa, *Capitalisme et esclavage* (1944), o historiador da Trinidad-Tobago Eric Williams mostrou bem que “durante muito tempo os abolicionistas britânicos evitaram e até desaprovaram toda e qualquer ideia de emancipação” dos escravos. E não era apenas no fito meramente tático de não assustar a opinião por um excesso de radicalismo. No início da Revolução

Francesa isso transpareceu perfeitamente da atitude simultaneamente reformadora e conservadora de Jacques-Pierre Brissot, um dos fundadores e membro ativo da Sociedade dos Amigos dos Negros:

Os inimigos dos negros apazem-se em difundir sobre esta Sociedade boatos extremamente falsos que importa dissipar. Insinuem que é objeto da Sociedade destruir de repente a escravatura, o que arruinaria as colônias. Mas não é essa a intenção dos Amigos dos Negros. Apenas pedem a abolição do tráfico negreiro, pois dela resultaria infalivelmente que os plantadores, não esperando já abastecer-se de negros na África, tratarão melhor os deles. Não só a Sociedade não solicita agora de maneira nenhuma a abolição da escravatura, como ficaria desolada que alguém a propusesse. Os negros não estão ainda maduros para a liberdade; há que os preparar para isso: tal é a doutrina desta Sociedade. (Artigo publicado no jornal *Le Patriote français*, 24 de Agosto de 1789, citado por Marcel Merle, *L'Anticolonialisme européen de las Casas à Marx*, Paris, Armand Colin, 1969, p. 194).

Por isso, para Michèle Duchet, “todos os textos em que nos baseamos para falar do anticolonialismo e do anti-escravagismo dos filósofos devem ser de fato considerados como expressão de uma política neocolonialista, que serve os interesses da burguesia metropolitana e que encontra na fração “esclarecida” da opinião um apoio imediato”. Cabe, na verdade, distinguir as estratégias elaboradas especificamente para as “ilhas açucareiras” e os projetos que se reportam a África.

As ilhas açucareiras eram já colônias. As fugas de escravos tinham assumido proporções inquietantes para os plantadores, antes de se dar a explosão com a insurreição de São Domingos em 1791. A figura do escravo negro revoltado tornara-se familiar nas metrópoles coloniais. A estratégia dos abolicionistas, rejeitada como subversiva pelos plantadores, mais não visava na realidade mais do que a reforma (abolição do tráfico negreiro conducente ao melhoramento da condição servil e, a mais longo prazo, abolição eventual da escravatura): rejeitava absolutamente o que teria sido a revolução, a supressão do vínculo colonial.

O abade Raynal foi o primeiro a encarar o direito à insurreição como o direito natural dos escravos contra a servidão e contra um sistema baseado na força e na “conquista, a qual não obriga mais do que o roubo”. Mas imediatamente renunciou a ela, por considerar que “os pretos, até que entre eles se eleve um Montesquieu, ainda se aproximam mais da condição de homens razoáveis tornando-se nossos trabalhadores, do que ficando nas suas terras sujeitos a todos os excessos do banditismo e da ferocidade”. Nem sequer a célebre peroração de Maximilien Robespierre, “Pereçam as colônias...” era anticolonialista. A seus olhos, tratava-se de proclamar, perante o imobilismo dos plantadores, a necessidade de aplicar às colônias os direitos fundamentais do Homem e do cidadão:

O interesse superior da nação e das colônias é que vós [os Constituintes] continueis livres e não derrubeis com as próprias mãos as bases da liberdade! Pereçam as colônias se tiverdes de abdicar da vossa honra, da vossa glória, da vossa liberdade! Repito: pereçam as colônias se os colonos quiserem, pela ameaça, forçar-nos a decretar o que mais convém aos seus interesses!

A posição de Victor Schoelcher, em meados do século XIX, não era diferente. Havia que "purificar as colônias da escravatura que as maculava". Instruído pela independência do Haiti, o grande abolicionista soube fazer-se persuasivo:

Era mil vezes mais perigoso diferir a abolição do que concedê-la. As colônias foram salvas pela emancipação. [...] Todo e qualquer adiamento levaria os negros à revolta. [...] O Governo Provisório [1848] não foi imprevidente, apercebeu-se muito bem de tudo, agiu com louvável celeridade, mas sem ligeireza, e foi para salvar os senhores que emancipou os escravos. [...] Os abolicionistas [...] sabiam muito bem que os negros iam conquistar a liberdade por si próprios, se a metrópole não a desse. [...] Os negros não faltarão nos campos de cana, testemunhos das suas dores e dos seu opróbrio passados, quando a indenização soldada e os bancos coloniais constituídos fornecerem os fundos com que serão pagos, quando lá forem levados, repito, por meio de bons tratamentos, pela persuasão, pelo atrativo de uma justa remuneração seja qual for a sua forma, e, por fim, pela educação e pelas necessidades que esta suscita em nós. (Victor Schoelcher, *Esclavage et colonisation*, textos escolhidos e anotados por Émile Tersen, Paris, PUF, 1948, p. 156).

A situação da África era totalmente diferente. Em finais do século XVIII, a presença europeia limitava-se a alguns fortes nas costas e à colonização das Ilhas Bourbon (Reunião) e de França (Maurícia). Os abolicionistas mostraram que a supressão do tráfico negreiro não transtornaria a ordem econômica internacional. Como sublinhava Pierre-Samuel Dupont de Nemours em 1771, "é para multiplicar essas magras canas-de-açúcar que vamos buscar e degradar homens que a natureza colocara junto a elas no seu país de origem! Eles prefeririam, sem dúvida, vender-nos o açúcar das suas canas a vender-nos o sangue dos irmãos". Mantendo os africanos na África pela supressão do tráfico negreiro, seria possível fazer com que produzissem, a menor custo e sem os riscos de explosão social e política inerentes à escravatura, o açúcar e os antigos produtos da América a que os consumidores europeus estavam habituados, mas também as novas matérias-primas de que a indústria necessitava. Assim se instauraria uma divisão de trabalho eficaz, na qual a África seria um verdadeiro parceiro da Europa. Mas os abolicionistas, homens de igreja, filósofos, economistas, agitadores intelectuais que acreditavam no "progresso" e no desenvolvimento desigual dos países e das civilizações, apesar da igualdade entre os homens, estavam, além disso, convencidos de que a Europa estava mais avançada nas Luzes e nas artes do que a África. Daí uma espécie de condescendência e um paternalismo que se tornaram rapidamente os primeiros elementos e a matriz duradoura da ideologia colonial. Esse paternalismo encontrou a sua melhor expressão no marquês de Condorcet, um dos membros fundadores da Sociedade dos Amigos dos Negros e autor de um livro notável, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*:

Essas vastas terras [...] oferecerão, aqui, povos numerosos, que, para se civilizarem, parecem só estar à espera de receber de nós os meios para tal, e de encontrar irmãos nos europeus para destes se tornarem amigos e discípulos; ali, nações subjugadas por déspotas sagrados ou conquistadores estúpidos e que, há já muitos séculos, clamam pelos seus libertadores; mais além, populações quase selvagens, que a dureza do seu clima afasta dos deleites de uma civilização aperfeiçoada, repelindo, outrossim, aqueles que desejariam dar-lhes a conhecer as vantagens desta; ou hordas conquistadoras que, como lei, só conhecem a força e, como ofício, a pilhagem. [...]

A marcha desses povos seria mais pronta e segura do que a nossa, porque receberiam de nós o que fomos obrigados a descobrir e porque, para conhecer essas verdades simples, esses métodos certos que só alcançamos após longos erros, bastar-lhes-ia conseguirem apreender os desenvolvimentos e as provas nos nossos discursos e nos nossos livros. [...] Mas quando, tendo as necessidades mútuas aproximado todos os homens, as nações mais poderosas tiverem elevado à dignidade de princípios políticos a igualdade tanto entre as sociedades como entre os indivíduos, e o respeito pela independência dos Estados fracos assim como a humanidade para com a ignorância e a miséria; quando, às máximas que tendem a comprimir a força das faculdades humanas, tiverem sucedido aquelas que lhes favorecem a ação e a energia, seria então permitido ainda temer que restem no globo espaços inacessíveis à luz, ou que o orgulho do despotismo possa opor à verdade barreiras que por muito tempo foram insuperáveis?

Ante a resistência dos negreiros e o desenvolvimento demasiado lento do "comércio lícito", estas ideias regressaram com força, sob uma forma mais realizável, nos projetos de Sir Thomas F. Buxton. Sucessor de William Wilberforce à frente da *Abolition Society*, havia-a reorganizado em 1839, conseguindo que o príncipe consorte a patrocinasse, e publicara no mesmo ano um livro muito apreciado, *The African Slave Trade and Its Remedy*. Após ter verificado que, desde 1807, o tráfico negreiro se desenvolvera, apesar da fiscalização efetuada pelos cruzeiros britânicos e de terem sido gastos mais de quinze milhões de libras esterlinas, retomava por sua conta o programa elaborado em 1821 pelo geógrafo James MacQueen:

Não há outro meio eficaz para deter a progressão desse mal profundamente enraizado senão ensinar aos negros os conhecimentos úteis e as artes e técnicas da vida civilizada.

Havia que assinar com os chefes africanos tratados que proibissem a venda de escravos, ensinar a agricultura pelo estabelecimento de fazendas-modelo, criar feitorias para estimular o "comércio legítimo", encorajar a obra das missões cristãs, em resumo, "civilizar" a África, pelo "comércio" e o "cristianismo": a aliança dos "três C" iria conduzir insidiosamente à colonização do continente africano.



### 3. Os Negros e o abolicionismo

A participação e o papel dos negros no debate abolicionista continuam a ser muito mal conhecidos. Essa atividade de caráter intelectual, ideológico e político deve ser distinguida das múltiplas formas de resistência à servidão, individuais ou coletivas, na própria África ou nas Américas, hoje em dia bastante conhecidas. Se esse papel não foi determinante, há que não o subestimar, pois é possível que a contribuição dos negros para o movimento das ideias abolicionistas tenha exercido localmente efeitos difíceis de medir.

#### Na Europa ocidental

Teremos que começar por nos voltarmos para a Europa Ocidental e, em especial, para a Inglaterra. Ao longo de todo o século XVIII, houve uma imigração de negros ou "homens de cor" provenientes das colônias da América, a qual, para as normas da época, foi relativamente volumosa. Alguns desses negros acompanhavam os senhores que voltavam para a Europa; outros, eram, sobretudo entre os mestiços, homens livres que não se sentiam à vontade nas sociedades do Novo Mundo em que a escravidão tinha gerado a confusão entre o estatuto e a cor dos indivíduos; por último, outros eram escravos fugidos que haviam conseguido ganhar a simpatia de certos navegadores. Parece efetivamente que esta última categoria teve a sua maior expansão no século XVIII. Por volta de 1780, estimavam-se em vários milhares os negros e "homens de cor" que viviam na França; na Grã-Bretanha, a cifra habitualmente aceita é de 14 000 a 15 000.

O número crescente de processos por recusa de manutenção na Europa da condição servil é revelador do estado de espírito desses homens. A publicidade feita em torno do processo Somerset deixou testemunhos instrutivos sobre o interesse manifestado nesse processo pelos negros que viviam em Londres em 1772. Em cada sessão do tribunal, tornava-se notada uma numerosa delegação e, no dia 22 de junho, dia do veredicto, numerosos negros presentes no tribunal manifestaram ruidosamente a sua alegria; alguns dias mais tarde, "cerca de 200 negros acompanhados pelas esposas" participaram numa manifestação pública seguida de uma *soirée* dançante, segundo o *The London Packet* (26-29 de junho), para "celebrar o triunfo que o seu irmão Somerset conseguira contra o seu senhor, Stewart". No plano das ideias, a segunda metade do século XVIII viu surgir, junto com uma literatura negrófila e muitas vezes romanesca relativamente antiga, uma literatura militante produzida por negros. Esses livros apresentavam-se simultaneamente como testemunhos pessoais e como uma denúncia do tráfico negreiro. Assim, em 1787, Ottobah Cuguano publicou em Londres o livro *Thoughts and Sentiments on the Evil of Slavery* (*Pensamentos e Sentimentos sobre a Iniquidade da Escravidão*). A obra, que, mal foi publicada, logo se tornou suspeita de ser apócrifa aos olhos de certos críticos, conheceu um certo êxito na opinião britânica.

Ottobah Cuguano vira a luz do dia nas terras fantais (Gana) e fora vendido nas Antilhas, antes de acompanhar o seu senhor para Inglaterra; foi o primeiro a

propor que a Inglaterra efetuasse cruzeiros de fiscalização nas costas ocidentais da África para combater a exportação de negros, medida que na altura parecia irrealizável, mas que começou a ser posta em prática em 1808. Em 1789, foi publicado um dos *best-sellers* da literatura abolicionista, fruto da pluma de Olaudah Equiano ou Gustavus Vassa, nativo das terras dos ibos (Nigéria): *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African. Written by Himself* (*O Interessante Relato da Vida de Equiano, ou Gustavus Vassa, o Africano, Escrito pelo Próprio*)<sup>1</sup>. Repleto de pormenores que atestam a sua autenticidade, a autobiografia terminava por uma longa defesa da abolição que teve a habilidade de, após a emoção suscitada no leitor pelo relato das aventuras do autor, solicitar a esse mesmo leitor a justiça e o sentido do interesse:

A população, as entranhas e o solo da África regurgitam de recursos preciosos e úteis: os tesouros dissimulados durante séculos serão exumados e lançados em circulação. As indústrias, as empresas, as minas encetarão o seu verdadeiro desenvolvimento em função da marcha da civilização. Numa palavra, abre-se um campo infinito ao comércio do fabricante e do negociante britânicos que ousarem. O interesse das fábricas e o interesse geral são sinônimos. A abolição da escravidão será verdadeiramente um benefício universal. [...]

Avanço esta teoria apoiando-me em fatos, pelo que se trata de uma teoria infalível. Se se permitir aos negros ficarem no seu próprio país, o seu número duplicará de quinze em quinze anos. A procura de produtos manufaturados crescerá na proporção desse aumento. O algodão e a anileira crescem no estado espontâneo quase por todo o lado na África, consideração que não deixa de ter consequências para as cidades industriais da Grã-Bretanha.

Isto abre perspectivas infinitas, simultaneamente gloriosas e felizes – para o vestuário etc. – num continente com dez mil milhas de circunferência cujas produções de toda a espécie, de considerável riqueza, podem ser trocadas por objetos manufaturados. (pp. 150-151).

Equiano percorreu toda a Grã-Bretanha para animar conferências contra o tráfico negreiro e a escravidão dos negros e assegurar a venda do seu livro. De 1789 a 1797, ano da sua morte, a autobiografia conheceu oito edições britânicas e uma americana; de 1797 a 1837, houve ainda mais dez edições, entre as quais traduções nos Países Baixos e nos Estados alemães, também implicados no comércio triangular. Não parece que os Estados continentais da Europa, em especial a França, onde se desenvolveu uma literatura negrófila florescente, tenham conhecido fenômenos literários comparáveis ao êxito de livreria de Ottobah Cuguano e Olaudah Equiano.

#### Nos Estados Unidos da América

O caso dos Estados Unidos da América é, pelo menos, igualmente esclarecedor, já que esse país era triplamente negreiro, quer como fornecedor à Espanha e a Portugal de navios especializados no tráfico negreiro, quer como

comerciante de escravos, quer ainda como país que vivia da escravatura graças às suas plantações de algodão e de tabaco.

Logo após o fim da guerra da independência americana, os três grandes portos do nordeste dos Estados Unidos, Boston, Nova Iorque e Filadélfia, tinham assistido à constituição de grupos militantes de negros. Se é certo que a sua preocupação imediata era a supressão da escravatura e a igualdade de direitos, participaram também ativamente na difusão do abolicionismo entre os negros e no conjunto da sociedade americana. Em Boston, grande centro da indústria naval e principal porto negreiro do país, constituiu-se em 1787 uma loja de maçons negros, a *Free African Lodge*, sob o impulso de Prince Hall, um mestiço emigrado das ilhas Barbados. Paralelamente, em Filadélfia e Nova Iorque assistiu-se, entre 1787 e 1820, à formação das primeiras igrejas independentes negras: *Free African Society* (1787), *Bethel Church* (1794) e *African Methodist Episcopal Church* (1816), em Filadélfia; *African Methodist Episcopal Zion Church* (1820), em Nova Iorque. Apesar das suas diferenças filosóficas, esta franco-maçonaria e este cristianismo independente reclamavam para si a mesma concepção igualitária da sociedade e desempenharam um papel de laboratório onde se formaram os primeiros intelectuais negros dos Estados Unidos.

Estes últimos discutiram e assimilaram com paixão a literatura abolicionista europeia. Apressaram-se a traduzir e editar nos Estados Unidos da América os ensaios negrófilos franceses – em especial, *De la littérature des nègres ou recherches sur leurs facultés intellectuelles, leurs qualités morales et leur littérature, suivies de Notices sur la vie et les ouvrages de nègres qui se sont distingués dans les sciences, les lettres et les arts* (Da literatura dos negros ou investigações sobre as suas faculdades intelectuais e qualidades morais e a sua literatura, seguidas por notícias sobre a vida e obras de negros que se distinguiram nas ciências, nas letras e nas artes) (1808; edição americana em 1810) do abade Grégoire, um dos primeiríssimos aderentes à Sociedade dos Amigos dos Negros e, até à sua morte em 1831, militante indefectível do abolicionismo, e *Les ruines ou méditations sur les révolutions des empires* (As ruínas ou meditações sobre as revoluções dos impérios), do historiador e arqueólogo Constantin-François de Volney (1794; edições inglesa em 1822 e americana em 1825). Logo na primeira metade do século XIX, várias obras de êxito escritas por pastores e abolicionistas negros retomaram e aprofundaram as teses, demonstrações e sugestões de Grégoire e de Volney, e deram assim ao pan-africanismo intelectual o seu primeiro impulso e os seus temas mais populares e mais duradouros: proclamação da igualdade das raças; exaltação do carácter negro do Egito e da Etiópia; afirmação da anterioridade das civilizações negras e do papel educador da África relativamente à Grécia antiga e a Roma, e por conseguinte dos seus herdeiros, a Europa e a América do Norte; insistência no carácter histórico, e, por isso, passageiro, da decadência da África, imputável às devastações materiais e morais do comércio negreiro organizado pelos europeus<sup>2</sup>.

Sabe-se que, seguindo num sentido inédito os circuitos bem conhecidos do comércio triangular, estas teorias ganharam gradualmente a África para florescerem

no fim do século XIX na obra de Edward Wilmot Blyden e em meados do século XX na de Cheikh Anta Diop.

## B. Repressão e clandestinidade: o lento desaparecimento do tráfico negreiro

De 1803, ano da proibição do tráfico negreiro pela Dinamarca, até 1888, ano da proibição da escravatura no Brasil, o comércio de escravos africanos levou quase um século a desaparecer. Os interesses em jogo eram colossais. Não bastava decretar a proibição de um comércio que se tornara vergonhoso, embora várias grandes potências tenham levado muito tempo a resignar-se a isso. Era também necessário suprimir a escravatura, para matar a procura e arruinar os lucros dos traficantes clandestinos. Ora, a argumentação utilizada em 1791 por Antoine Barnave perante os seus colegas da Assembleia Constituinte francesa para se opor à abolição da escravatura conservou durante muito tempo a sua força para todas as potências dotadas de colónias e para as antigas colónias escravagistas que se haviam tornado independentes:

Esse regime [a escravatura] é absurdo, mas está instalado, e não podemos tocar-lhe bruscamente sem provocar os maiores desastres: esse regime é opressivo, mas dele vivem na França vários milhões de homens; esse regime é bárbaro, mas seria maior barbárie querer interferir nele sem dispor dos conhecimentos necessários; com efeito, o sangue de uma numerosa geração correria por causa da vossa imprudência, e estaríeis muito longe de colher o benefício que tínheis em mente: assim, não é para a felicidade dos homens, mas para lhes trazer males incalculáveis que poderemos arriscar-nos a fazer leis sobre as colónias, baseados em conhecimentos suspeitos. Sempre que julgardes fazer pouco pela filosofia, fareis infinitamente demais contra a paz e a tranquilidade. (Citado em *Orateurs de la Révolution française*, tomo I, *Les Constituants*, Textos fixados, apresentados e anotados por F. Furet e R. Halévy, Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1989, pp. 68-69).

### 1. O Reino Unido, polícia das grandes potências

Foi a Grã-Bretanha, outrora campeã do tráfico negreiro, e que passara a ser campeã do capitalismo industrial e do abolicionismo, que mostrou maior constância na luta contra o tráfico escravagista. Mais ainda, longe de se contentar com agir por si própria e apenas nas suas possessões, quis persuadir, ou até obrigar as outras potências a fazer como ela, convicta de que lhe competiam “o dever” e “a missão” de “utilizar a influência e a potência que praz a Deus dar-lhe para levantar a África do chão e pô-la em condições de abater pelos seus próprios meios a escravatura e o comércio de escravos” (Thomas F. Buxton). É que, nesse país, a pressão abolicionista da opinião pública permaneceu ativa e manteve a mesma

força até meados do século XIX, como atestam *a contrario* os sarcasmos de Charles Dickens em *Bleak House* (*Casa Desolada*, 1852-1853) contra os que “se consagravam [...] especialmente à causa da África, com o objetivo de aí desenvolver a cultura geral do café e dos indígenas e aí instalar, para sua felicidade, a população excedente da Inglaterra”. Esse país foi também a única potência a manter permanentemente, a partir de 1808, uma esquadra ao largo das costas ocidentais da África, enquanto outros navios patrulhavam no Oceano Índico, na América e nas Antilhas contra os negreiros clandestinos: essa esquadra, constituída por dois navios em 1808, veio a atingir mais de 30 navios em meados do século. O papel dessa força de dissuasão era indiscutível. Assim, a sua redução brutal durante a guerra da Crimeia (27 em 1851, 15 em 1854 e 1855, 14 em 1856) teve como consequência imediata o aumento espetacular das importações de escravos em Cuba: cerca de 14 000 em 1853, 17 000 em 1858 e 30 500 em 1859.

A ação da Grã-Bretanha junto das outras potências não foi menos eficaz. Foi por insistência de Castlereagh que os Estados representados no Congresso de Viena (1814-1815) assinaram, não sem reservas, uma declaração, aliás moderada, condenando o comércio de escravos, que ficou anexa à ata final do Congresso. Desde a sua vitória sobre a França em Trafalgar (1805), a Inglaterra era senhora dos mares. Propôs às outras potências o “direito de visita”, que autorizava, entre os Estados que o aceitassem, a inspeção recíproca dos navios suspeitos de se dedicarem ao tráfico negreiro. Só a Dinamarca, a Suécia e os Países Baixos aceitaram. Os outros Estados recusaram, sob o pretexto de que a marinha britânica se queria arrogar um direito exclusivo e universal de controle e tal poderia prejudicar o comércio dos concorrentes. A Espanha e Portugal admitiram o “direito de visita mediante uma compensação financeira e sob reserva de que esse direito ficasse limitado ao norte do equador”. Mas, para deter um navio negreiro, era necessário apanhá-lo em flagrante delito. Ao menor alerta, os capitães negreiros não se coíbiavam de atirar borda fora e afogar os seus escravos, se estivessem no alto mar, ou de os desembarcar se estivessem acostados. Os britânicos propuseram pois, a partir de 1822, que se acrescentasse ao direito de visita a “cláusula de equipamento”: esta permitia deter navios que, sem terem escravos a bordo, comportassem equipamentos e instalações necessários ao tráfico negreiro, como, por exemplo, víveres em abundância, grilhões de pés e mãos, entrecobertas-dormitórios etc. Os Países Baixos aceitaram a cláusula em 1822, seguidos pela Áustria, a Prússia e a Rússia em 1841. A partir de 1842, o direito de visita foi estendido ao sul do equador: por o ter aceitado, a Espanha recebeu de 1817 a 1853 uma indenização de 1 135 000 libras e Portugal uma compensação ainda mais substancial, que se elevou a 2 850 000 libras.

Duas das potências mais implicadas no tráfico negreiro mostraram-se especialmente renitentes perante estas propostas: os Estados Unidos da América e a França. As duas guerras (1776-1782 e 1812-1814) travadas pelos Estados Unidos, antiga colônia britânica, contra a Inglaterra tinham tornado a opinião americana anglófoba e especialmente hostil ao direito de visita, como mostra a violência

do panfleto publicado pelo Embaixador dos Estados Unidos em Paris, general Lewis Cass (*An Examination of the Right of Search*, 1841). O interesse econômico do país ia no mesmo sentido. Embora o tráfico externo tivesse sido proibido em 1808, o comércio interno dos escravos continuava a ser legal e alguns estados do “Velho Sul” especializaram-se na criação de escravos negros destinados ao comércio interno. Mas, até à guerra de Secessão, o *boom* do algodão foi tal que os preços de venda dos escravos dispararam: 500 dólares por unidade em 1805, 2 500 dólares em 1860. Importando para os Estados Unidos o escravo comprado a 10 dólares na África e vendido a 625 dólares à passagem por Cuba (1847), ainda se faziam bons lucros. Ganhava-se muito mais transportando escravos diretamente da África (480 000 dólares de lucros por carga em 1860). Por isso, foram muitos os traficantes clandestinos, como, por exemplo, o capitão Philip Drake, autor de saborosas, embora bastante manipuladas, *Revelations of a Slave Smuggler* (1861). Ora, os Estados Unidos recusaram o direito de visita, comprometendo-se a manter a sua própria armada nas costas africanas, a qual operou entre 1820 e 1823, mas apenas apreendeu 11 barcos negreiros americanos, numa altura em que havia mais de 300 que se dedicavam ao “comércio vergonhoso”. Reconstituída de 1843 a 1861, contava apenas 2 a 7 navios de guerra, os quais, em dez anos (1852-1861) retiveram 60 navios suspeitos de tráfico negreiro, nenhum dos quais foi considerado culpado.

Quanto à França, proibira o tráfico negreiro em 1818, mas mantinha nas Antilhas as ilhas açucareiras, onde a escravatura continuou em vigor até 1848. Em 1821, o deputado liberal Benjamin Constant indignava-se com a persistência do tráfico negreiro, com a impunidade de que gozavam os culpados, com a hipocrisia e a inação dos poderes públicos:

O tráfico é praticado, e é praticado impunemente: sabe-se a data das partidas, das compras, das chegadas; publicam-se prospectos para convidar os interessados a adquirir ações nesse tráfico; apenas se disfarça a compra de escravos contabilizando a compra de mulas na costa africana, onde nunca se compraram mulas. O tráfico pratica-se com mais crueldade do que nunca, porque os capitães negreiros, a fim de se furtarem à vigilância, recorrem a expedientes atrozes para fazerem desaparecer os cativos. (Citado por Marcel Merle, *op. cit.*, p. 219).

Mas a França só assinou o direito de visita em 1831, devendo os barcos apresados ser apresentados às jurisdições da sua nacionalidade: Gorée, Reunião, Martinica, Caiena, para a França; Bathurst (Banjul), Cabo, Guiana e a Jamaica, para o Reino Unido. O acordo funcionou mais ou menos bem até 1841. Numa nova convenção assinada em 1845 suprimiu-se o direito de visita e a França comprometeu-se a manter uma armada reforçada, com 26 navios. Mas, após a revolução de 1848, o número de navios de guerra reduziu-se brutalmente, não passando de 3 em 1851. Nessa data, a escravatura fora abolida nas colônias francesas (1848), mas os plantadores queriam obter o recomeço do tráfico, disfarçado sob a expressão de “emigração livre”.



## 2. As Américas: uma procura persistente

Os Estados Unidos da América e as Antilhas Francesas não eram os únicos territórios a quererem um afluxo renovado de força de trabalho africana. A principal procura provinha na realidade do Brasil, de Cuba e de outras colônias açucareiras, todos territórios preocupados com o abastecimento em açúcar dos mercados europeus. Com efeito, durante todo o século XIX, o consumo dos excitantes de origem tropical, chá, café e cacau, continuou a crescer na Europa. Durante muito tempo reservados às classes superiores, estes produtos foram-se tornando cada vez mais ítems de consumo corrente entre as classes médias e populares. O consumo do açúcar expandiu-se correspondentemente, passando por exemplo, na Inglaterra, de 4 libras por pessoa e por ano, no início do século XVIII, para 18 libras por pessoa e por ano, no início do século XIX; durante este século, continuou a expandir-se. O açúcar não entrava apenas como edulcorante no consumo de chá, de café e de cacau: tinha também outras utilizações, como medicamento, como especiaria-condimento e como agente de conservação. Ora, apesar do desenvolvimento da beterraba açucareira na Europa, o açúcar de cana produzido nos trópicos tornou-se insubstituível. Assim, a equação do século XVIII "açúcar branco = miséria negra" (Sidney Mintz) continuou a verificar-se no século XIX. Com efeito, o açúcar produzido graças à mão-de-obra servil era o mais das vezes de preço inferior ao açúcar proveniente de territórios onde a escravatura fora abolida. Em 1846, o *Sugar Duties Act* tirou a lição deste paradoxo, suprimindo o monopólio das Antilhas Britânicas e baixando maciçamente os direitos sobre os açúcares provenientes dos países escravagistas, o que explica que as exportações de escravos através do Atlântico se tenham mantido a um nível muito mais elevado do que no século XVIII e se tenham prolongado muito para lá de meados do século XIX (documento 19).

**Documento 19:** O tráfico de escravos através do Atlântico no século XIX

| Ano       | Para Cuba e as colônias espanholas | Para o Brasil | Escravos libertados vivos |
|-----------|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| 1810      | 85 000                             |               | 19 940                    |
| 1810-1824 |                                    |               | 3 122                     |
| 1825      | 39 000                             | 37 000        | 3 571                     |
| 1826      | -                                  | -             | 5 393                     |
| 1827      | -                                  | -             | 2 928                     |
| 1828      | -                                  | -             | 5 091                     |
| 1829      | -                                  | -             | 7 666                     |
| 1830      | 40 500                             | 50 000        | 3 308                     |
| 1831      | -                                  | -             | 2 325                     |
| 1832      | -                                  | -             |                           |

|           |        |        |       |
|-----------|--------|--------|-------|
| 1833      | -      | -      | 3 169 |
| 1834      | -      | -      | 2 984 |
| 1835      | 40 000 | 15 000 | 6 899 |
| 1836      | 29 000 | 65 000 | 5 748 |
| 1837      | 29 000 | -      | 8 652 |
| 1838      | 28 000 | -      | 4 384 |
| 1839      | 25 000 | 30 000 | 2 364 |
| 1841      | 11 857 | 16 000 | 5 139 |
| 1842      | 3 150  | 14 200 | 1 332 |
| 1843      | 8 000  | 30 500 | 5 520 |
| 1844      | 10 000 | 26 600 | 3 219 |
| 1845      | 1 350  | 22 700 | 4 930 |
| 1846      | 1 700  | 52 600 | 2 086 |
| 1847      | 1 500  | 57 800 | 6 708 |
| 1848      | -      | 60 000 | 5 550 |
| 1849      | 8 700  | 54 061 | 4 374 |
| 1850      | 3 100  | 22 856 | 5 595 |
| 1851      | 5 000  | 3 287  | 624   |
| 1852      | 7 924  | 800    | 127   |
| 1853-1854 | 13 900 | 0      | 0     |
| 1855      | 6 408  | -      | 90    |
| 1856      | 7 304  | -      | 0     |
| 1857      | 10 431 | -      | 909   |
| 1858      | 16 992 | -      | 32    |
| 1859      | 30 473 | -      | 869   |
| 1860      | 24 895 | -      | 2 149 |
| 1861      | 23 964 | -      | 2 830 |
| 1862      | 11 254 | -      | 1 614 |
| 1863      | 7 507  | -      | 1 272 |
| 1864      | 6 807  | -      | 178   |

Fonte: *Parliamentary Papers*, citados por Ch. LLOYD, 1949, pp. 275-276.

A procura era maior no Brasil, grande produtor de açúcar, de cacau e de café, simultaneamente. Apesar do compromisso de abolir o tráfico de escravos em três anos, assumido pelo Brasil em 1826, as importações clandestinas mantiveram-se elevadas, tendo até aumentado em proporções dramáticas após a votação do *Sugar Duties Act* na Grã-Bretanha. Como um acordo anglo-brasileiro assinado em 1845 autorizara os cruzadores britânicos a capturar os navios negreiros brasileiros, carregados de escravos ou vazios, tanto a norte como a sul do equador, tanto na

África como na América, e a julgá-los nos tribunais do Almirantado britânico, multiplicaram-se os incidentes entre 1847 e 1850, o que excitou em ambos os países, sobretudo no Brasil, as paixões nacionalistas.

No seio da elite, surgiu rapidamente uma clivagem entre, por um lado, os grandes plantadores, que, segundo o cônsul britânico, representavam os verdadeiros capitalistas do país, que controlavam o setor bancário e financeiro e constituíam vinte a trinta linhagens associadas à oligarquia política e, por outro lado, a burguesia liberal, que criou a *Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Colonização* e lançou o jornal *O Philantropo*. Esta burguesia não queria apenas deter o tráfico. Inquietava-se também com o número de negros (dois terços da população em 1850) e com os riscos de uma revolução “à haitiana”, que expulsaria os brancos do país e proclamaria, simultaneamente com o fim da escravatura, o advento de um Estado negro. Os esforços postos na repressão do tráfico negro (votação em 1850 de uma lei que assimilava o tráfico à pirataria, instauração de uma patrulha de vigilância, colaboração estreita com os britânicos) foram proporcionais aos encorajamentos dados à imigração branca. Já em 1853 era dado como extinto o tráfico clandestino. Entre 1811 e 1870, segundo fontes britânicas, o Brasil importara 1,145 milhões de africanos, isto é, 60% dos escravos desembarcados nas Américas, contra apenas 3% para os Estados Unidos da América.

Só por si, Cuba importara na mesma época 606 000 escravos negros, isto é, cerca de 32% do total. Até ao fim do século XVIII, a economia cubana fora principalmente dominada pelo café e pelo tabaco. A “revolução açucareira” (Franklin W. Knight) que sobreveio na altura foi provocada pela vontade dos cubanos de tirarem partido da forte procura de açúcar no mercado mundial no momento em que a produção das Antilhas desmoronava, em consequência da revolução haitiana e do esgotamento dos solos nas possessões britânicas. Instalaram-se febrilmente os engenhos, vastos complexos agro-industriais especializados no açúcar: em 1861, eram em número de 1365, sendo que os 12 mais importantes cobriam superfícies indo de 600 a 3 400 hectares. O açúcar e os produtos derivados da cana (melaço, rum) representavam, na altura, mais de 70% das exportações de Cuba. Foi preciso um suplemento de mão-de-obra servil para fazer funcionar essa gigantesca máquina econômica.

No início do século XIX, os escravos africanos eram ainda cerca de 287 000 numa população de 704 500, isto é, 40% do total. O preço do escravo masculino subiu de 350 dólares espanhóis, por volta de 1810, para 1 000 dólares em 1860. O desgaste da força de trabalho e o desequilíbrio do *sex ratio* entre os escravos eram tais que se tornava necessário renovar constantemente o efetivo. Por volta de 1860, os escravos negros representavam mais de metade da população da ilha. Segundo os números da *Royal Navy*, Cuba recebeu, entre 1835 e 1864, 387 216 escravos da África, isto é, uma média de quase 13 000 por ano. As capturas de negreiros ao largo de Cuba eram frequentes, atingindo um total de 106 entre 1824 e 1866. Os africanos apreendidos (mais de 26 000) recebiam o estatuto de

emancipados, mas eram obrigados a assinar contratos de trabalho de oito anos, renováveis, que os reduziam de fato à condição de escravos.

A mesma situação era encontrada nas colônias britânicas e francesas. Após a abolição da escravatura, em 1833 e em 1848, respectivamente, os plantadores começaram a gritar que havia escassez de mão-de-obra. A Inglaterra e a França resolveram satisfazê-los recrutando na África, nos mesmos locais em que se processava o tráfico negreiro, “trabalhadores sob contrato”: o processo consistia em adquirir escravos que eram declarados “livres” e que não tinham qualquer meio de recusar o seu consentimento ao contrato de emigração. Tanto quanto se sabe, as Antilhas Britânicas receberam mais de 36 000 trabalhadores nestas condições entre 1841 e 1867, e as Antilhas Francesas mais de 15 000 entre 1857 e 1862. Os “colonos livres” recrutados pelos britânicos provinham sobretudo da África ocidental (43% da Serra Leoa e da costa kru na Libéria) e das apreensões de negreiros clandestinos, e foram expedidos no essencial para a Guiana (14 000), para a Jamaica (10 000) e para Trinidad e Tobago (8 500). Os recrutas destinados às Antilhas Francesas vieram todos da embocadura do Congo, onde, apesar da proibição do tráfico externo, a oferta de escravos continuava a ser elevada. Com efeito, até 1842, os espanhóis e os portugueses puderam impunemente traficar “madeira de ébano” ao sul do Equador e, após essa data, os clandestinos continuaram a trabalhar à luz do dia. Quanto aos circuitos internos do tráfico, sobre os quais os europeus não tinham qualquer controle, um inquérito realizado cerca de 1860 mostrou que as causas de escravização que tinham sido elaboradas durante a época de ouro do comércio negreiro continuaram a agir e a produzir os seus efeitos até muito tarde no século XIX (documento 20).

**Documento 20:** A causas da escravatura na África central

| Designação                                                                             | Homens | Mulheres | Crianças | Total |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------|----------|----------|-------|
| Escravos de nascimento                                                                 | 761    | 688      | 70       | 1 519 |
| Vendidos por gente da própria tribo sem terem, segundo eles, praticado qualquer delito | 244    | 164      | 5        | 413   |
| Capturados e vendidos por tribos vizinhas em estado de paz                             | 26     | 11       | —        | 37    |
| Vendidos para que o príncipe pudesse dar de comer à sua gente                          | 9      | —        | —        | 9     |
| Vendidos pelos próprios familiares                                                     | 42     | 4        | —        | 46    |
| Vendidas por não quererem casar-se                                                     | —      | 8        | —        | 8     |
| Vendidos por não quererem trabalhar                                                    | 2      | 3        | —        | 5     |
| Vendidas pelo marido por infidelidade                                                  | —      | 12       | —        | 12    |
| Cativos à morte dos pais                                                               | 38     | 25       | 6        | 69    |
| Cativos em paga de dívidas ou multas dos pais                                          | 36     | 15       | 2        | 53    |

|                                                                                                                                                                                            |       |       |     |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-----|-------|
| Cativos por roubos que eles próprios fizeram                                                                                                                                               | 67    | 46    | 3   | 116   |
| Cativos por roubos de familiares                                                                                                                                                           | 97    | 68    | 12  | 177   |
| Cativos por adultério                                                                                                                                                                      | 34    | —     | —   | 34    |
| Cativos por adultério praticado por um dos pais                                                                                                                                            | 8     | 9     | 8   | 25    |
| Cativos por crimes e delitos diversos, praticados, quer pelos próprios quer pelos parentes, como, por exemplo, assassinio, fogo posto, ofensas corporais, falta de respeito pelos fetiches | 16    | 8     | —   | 24    |
| Tendo um negro acusado outrem diante de um tribunal dos chefes, se perder o processo, ou se a acusação não for provada, torna-se escravo do outro, ele e os seus                           | 7     | 14    | —   | 21    |
| Prisioneiros de guerra                                                                                                                                                                     | 3     | —     | —   | 3     |
| Totais                                                                                                                                                                                     | 1 390 | 1 075 | 106 | 2 571 |

Fonte: M. Gillet, "Résultat de l'enquête ouverte au Congo pour connaître les conditions et les causes de l'esclavage de 2571 émigrants africains rachetés pour l'émigration", citado pelo capitão Souza na revista *Revue Maritime et coloniale*, 1863, p. 100).

### 3. Antigas e novas formas do tráfico negreiro

O comércio negreiro, que se tornara "vergonhoso" e "ilícito", e fora forçado à clandestinidade, conservará pois o essencial das suas estruturas e formas anteriores, sem deixar de se adaptar às novas necessidades. Uma das principais inovações dizia respeito à organização do tráfico. Nos séculos XVII e XVIII, o tráfico fora, para os países europeus, um assunto de Estado, com cada potência, fiel aos princípios do mercantilismo, protegendo ciosamente e ajudando ativamente os seus nacionais e as companhias que a ele se dedicavam. No século XIX, o tráfico clandestino foi, na maior parte dos casos, uma aventura individual, reforçando-se simultaneamente os laços internacionais que o tornavam mais lucrativo. Assim, por exemplo, para se aprovisionarem em barcos, os negreiros que abasteciam Cuba dirigiam-se aos grandes portos europeus (Liverpool, Marselha, Cádiz etc.) e aos estaleiros navais da baía de Cheasepeake: estes, a começar por Baltimore, eram famosos pelos seus grandes barcos modernos, capazes de transportar cargas mais volumosas, e eram mais rápidos do que os cruzadores de fiscalização.

Alguns desses aventureiros, europeus, mestiços, antigos escravos ou descendentes de escravos regressados das Américas, tinham-se instalado nas costas da África onde beneficiavam da proteção e dos favores dos chefes locais, também eles interessados na continuação do tráfico negreiro. Eram especialmente numerosos em Angola, na embocadura do Congo e na Costa dos Escravos, nomeadamente no Daomé; por volta de 1850, contavam-se uns duzentos em

Ajudá, Porto-Novo e Agué, "todos mais ou menos ligados ao tráfico negreiro e integrados na vida da terra; alguns contavam-se entre os dignitários do reino de Abomé, com direito a guarda-sol e a uma escolta de músicos, de carregadores de cama de rede e de servidores armados, como os chefes daomeanos. Estavam sujeitos às leis do país e, quando morriam, todos os seus bens passavam para o rei, que só transmitia uma parte aos seus herdeiros" (Pierre Verger, 1968, p. 606).

O mais conhecido desses comerciantes "brasileiros" foi indiscutivelmente Francisco Félix de Souza, cuja alcunha de *Chachá* ("esperto") se tornou no reino de Abomé um título oficial, herdado pelo filho. Figura lendária ainda em vida, o *Chachá* parece que já praticava o tráfico negreiro em Ajudá em 1788; havia de permanecer na Costa dos Escravos até à morte, em 1849, tendo também residido, consoante os altos e baixos do tráfico e da política abomeana, em Badagry e em Little Popo (Anecho). Tendo-se tornado responsável pelo forte português de Ajudá, teve de se retirar para Bagadry por volta de 1807, porque o tráfico era mais vantajoso nessa cidade e os portugueses começavam a abandonar o seu forte. Voltou a Ajudá por volta de 1810, com a reputação de ser o português mais rico da costa e tornou-se um dos maiores credores do rei de Abomé, Adandozan. Este recusava-se a pagar as suas dívidas e multiplicava as humilhações e as ameaças contra Félix de Souza.

O *Chachá* retirou-se de novo para Little Popo, onde havia de ficar até 1818 e utilizou a sua fortuna e a sua influência para ajudar os príncipes de Abomé revoltados contra Adandozan, em especial o futuro Ghezo: tornou-se assim "o fator decisivo na luta dinástica no Daomé" (I. A. Akinjogbin). Quando Ghezo tomou o poder em 1818, o *Chachá* regressou a Ajudá, surgindo naturalmente como um dos dignitários mais influentes do reino. Abastecia este em produtos originários da Europa e do Brasil, enquanto as guerras travadas por Abomé o aprovisionavam regularmente em escravos: por volta de 1830, os "barracões" situados perto da sua residência continham muitas vezes "numerosas centenas de jovens e de adultos, de homens e de mulheres" que esperavam o embarque. Contrariamente às aparências, as suas relações com Ghezo eram ambíguas. Se é certo que o rei lhe deu em casamento várias das suas "filhas", era sobretudo para o vigiar, como sublinhou Sir Henry Huntley que serviu na esquadra da Royal Navy na África ocidental entre 1831 e 1838:

Seria completamente inútil para de Souza enviar para a Europa as enormes somas de ouro que juntou, pois, em primeiro lugar, o rei do Daomé mantém-no sob constante vigilância para o impedir de deixar Ajudá. Agora, embora a mesma vigilância se mantenha, de Souza está perfeitamente ao corrente desse controle, que é provavelmente inútil, pois este homem está completamente cortado de todas as relações com a Europa, onde não tem nem amigos, nem conhecimentos ou hábitos de vida. É africano de todos esses pontos de vista; e, provavelmente, nenhum lugar no mundo poderia oferecer-lhe atrativos suficientes para o levar a deixar Ajudá, mesmo que pudesse levar consigo as suas riquezas, dados os hábitos que contraiu na África (Citado por Pierre Verger, 1968, p. 464).



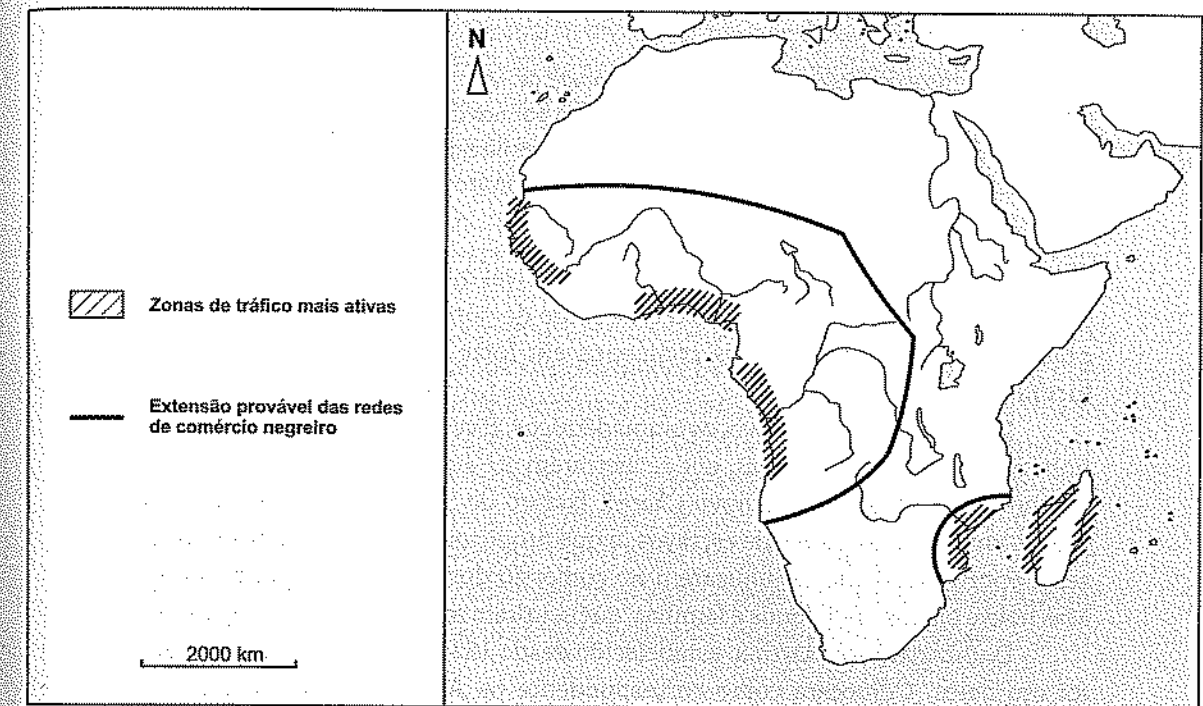
Quando morreu, os filhos repartiram os seus cargos: o mais velho e mais rico passou a ser *Chachá*, o segundo, *Cabecere* (grande dignitário do reino de Abomé), ao passo que o terceiro recebeu o novo título de *Amigo do Rei*; todos eles pagavam tributo ao rei.

Do lado europeu e americano, os aventureiros do tráfico negreiro clandestino foram igualmente numerosos e são tanto mais conhecidos quanto encontraram na publicação das suas autobiografias um meio para, simultaneamente, se justificarem, serem perdoados e ganharem dinheiro. Vários traços ressaltam dessas narrativas com pretensões literárias, em que a verdade amiúde se mistura com a fantasia e com a invenção pura e simples. Por um lado, os lucros do tráfico negreiro eram realmente elevados e compensavam largamente os riscos corridos. Por outro lado, mesmo proibido, o tráfico não se tornara infamante. Assim, o luso-brasileiro Joaquim Pereira Marinho enriqueceu conseguindo realizar, entre 1839 e 1850, na época em que os escravos eram mais caros no Brasil, pelo menos trinta e seis expedições, das quais apenas quatro foram capturadas pelos britânicos. Investiu a sua fortuna nas plantações, nos bancos e na ferrovia, tendo-se tornado, nomeadamente, membro fundador do Banco da Bahia. Reputado por suas generosas doações às fundações pias, foi feito barão, e seguidamente visconde e conde pela corte de Portugal. Em 1884, três anos antes da morte, o seu testamento descrevia uma fortuna equivalente a 500 milhões de libras esterlinas. Quanto ao capitão Théodore Canot, cujas edificantes *Confissões* relatam complacentemente as suas aventuras no tráfico clandestino durante a primeira metade do século XIX, sabe-se hoje que era irmão do dr. Conneau, amigo de juventude de Napoleão III e seu médico, e que esta eficaz relação lhe valeu terminar a vida no cargo de agente de colonização na Nova Caledônia e, seguidamente, de administrador nos estabelecimentos franceses da Índia, sob o nome de Théophile Conneau.

Outra mudança que acompanhou a transformação do tráfico negreiro legal em "comércio ilícito" foi a deslocação geográfica dos centros fornecedores mais importantes para sul do equador, sem dúvida por motivo das facilidades consentidas pelos britânicos aos espanhóis e aos portugueses. Ao norte do Equador, as classificações étnicas dos escravos libertados pela Royal Navy e instalados na Serra Leoa, e os recenseamentos étnicos realizados sobre essa mesma amostra pelo missionário Sigismund W. Koelle<sup>3</sup> confirmam as observações da época, a saber: a fração preponderante vinha dos países ribeirinhos do Golfo da Guiné, Biafra, Benim e sobretudo Costa dos Escravos; as guerras conduzidas pelo reino de Abomé, as guerras iorubá após o colapso de Oyo (cerca de 1820) e as guerras que acompanharam a formação do califado de Sokoto explicam a proporção elevada dos fons (8%), dos haussás (5%) e dos iorubás (53,5%), além dos habituais ibos (9,2%), na população instalada na Serra Leoa. Philip D. Curtin apresentou, no livro *Africa Remembered*, vários relatos de vida daqueles que conseguiram escapar. Mesmo parciais, todas as indicações numéricas tendem a provar que a esmagadora maioria dos escravos exportados para as Américas no século XIX provinham dos

países ao sul do equador: costas do Gabão e, sobretudo, embocadura do Congo e Angola. Assim, por exemplo, segundo as fontes britânicas, entre 1817 e 1843, o Brasil teria recebido 67% dos seus novos escravos da costa norte do Congo e de "Angola"; segundo as mesmas fontes e nas mesmas datas, essas regiões teriam fornecido 60% da totalidade dos escravos exportados para as Américas (documento 21).

Documento 21: O tráfico negreiro para as Américas no século XIX



### C. A ascensão do comércio lícito

Antes de vermos as modalidades precisas da evolução do "comércio lícito" e as suas variações em função dos locais, convém apurar em grandes traços as suas características de conjunto e as tendências gerais. Aparece claramente que entre os dois comércios, o "vergonhoso" (o dos escravos) e o "lícito" (o dos produtos agrícolas e outros), não houve ruptura, mas uma transição lenta e prolongada, tendo os dois comércios coexistido em alguns locais durante a primeira metade, ou até os dois primeiros terços do século XIX, sendo que o "comércio lícito" foi buscar muita coisa ao seu antecessor imediato. Um dos negreiros que melhor conseguiu efetuar a sua reconversão, Domingos José Martins (ou Martinez) declarava em 1850, com alguma sinceridade, que "o comércio dos escravos e o do azeite se ajudavam (*sic*) um ao outro e que não sabia qual era o mais lucrativo".

## 1. Os atores da mudança

Com efeito, os novos parceiros tinham sido antes adeptos ativos do comércio negreiro. Do lado africano, pelo menos a primeira geração dos que dirigiram ou viveram as inovações econômicas, era composta por homens do antigo regime, que por vezes se revoltaram contra a pretensão dos europeus de decretarem brutal e unilateralmente a imoralidade de um comércio há muito estabelecido e lucrativo para ambas as partes. Em 1841, perante os membros da Expedição do Níger, Obi Ossai, rei de Abo (Nigéria), comprazia-se a sublinhar os paradoxos da nova situação:

Até o presente, pensávamos que era vontade de Deus que os negros fossem escravos dos brancos. Os brancos começaram por nos dizer que lhes devíamos vender escravos e nós vendemos; e agora os brancos dizem-nos que não vendamos escravos. Se os brancos renunciam a comprar, os negros renunciarão a vender. (citado por Onwuka K. Dike, 1956, p. 48).

Para alguns destes homens, não é impossível que as primeiras décadas do século XIX tenham aparecido como uma idade do ouro, pois puderam por vezes praticar simultaneamente dois comércios em forte crescimento e altamente lucrativos.

Do outro lado, os equívocos eram idênticos. É certo que houve indivíduos e linhagens, como a dos *Chachás*, que se aferraram até ao fim ao comércio negreiro: tal como o pai Francisco, o novo *Chachá*, Isidoro de Souza concentrou-se até à morte, em 1858, no tráfico de escravos, o que propiciou aos comerciantes franceses a oportunidade de se infiltrarem no comércio dos óleos, monopolizando-o. Mas houve outros, indivíduos e famílias, que sentiram mudar o vento e o seguiram.

Domingos José Martins, estabelecido desde 1833 em Ajudá e Porto-Novo, foi um deles. Começara como correspondente na África do seu compatriota brasileiro Joaquim Pereira Marinho que, em contrapartida, lhe servia, na Bahia, de procurador, tutor dos filhos que, "por fraqueza humana", tivera com mulheres africanas e de executor testamentário. Fez os seus melhores negócios no comércio de escravos entre 1845 e 1850: a sua fortuna elevava-se então a milhares de libras esterlinas. Seguidamente, até à morte, em 1864, dedicou-se paralelamente aos dois comércios, fazendo mais de 200 000 dólares por ano com o comércio de azeite de dendê.

Se Martins concentrou os seus negócios numa só região, o caso dos irmãos Victor e Louis Régis de Marselha é muito revelador da oportunidade que se oferecia aos negociantes para, dispersando geograficamente as suas atividades, se entregarem simultaneamente ao tráfico vergonhoso e ao comércio lícito. Os navios dos Régis sulcavam a costa ocidental da África desde 1832, frequentando assiduamente os locais conhecidos pelo tráfico negreiro, mas negavam praticá-lo. A partir de 1841, tinham estabelecimento permanente em Ajudá como mercadores de azeite de dendê, do qual exportavam quantidades crescentes: 16 000 litros

em 1841, 1,2 milhão de litros em 1850, 2,7 milhões de quilogramas em 1866. Na embocadura do Congo, em contrapartida, estavam implicados em todas as operações de tráfico ilícito: vários dos seus navios faziam a viagem de ida e volta entre esta costa e a Bahia; foram eles de resto que propuseram ao governo a "emigração livre" dos trabalhadores do Congo para as Antilhas Francesas e que ficaram encarregados da sua organização.

O exemplo de Samuel Collins Brew (ca. 1810-1881) é também diferente, pois pertencia a uma longa linhagem de mercadores euro-africanos. O seu bisavô, Richard Brew, era irlandês e fora, na segunda metade do século XVIII, um negreiro reputado, estabelecido em Anomabu, não longe de Cape Coast (Gana). Na segunda geração, o casamento de Harry Brew em uma família de notáveis fantis somado às regras da filiação matrilinear fizeram dos Brew fantis de parte inteira, embora a descendência de Richard Brew se esforçasse o mais que podia por instruir os seus filhos na Grã-Bretanha. Na segunda e terceira gerações, os Brew, agora instalados em Cape Coast, tornaram-se empregados de comércio e da administração dos fortes e negreiros. O pai de Samuel Collins, Samuel, mais conhecido pelo nome de Sam Kanto Brew, era visto pelos cruzadores britânicos como "um grande mercador de escravos" e encontrou a morte em 1823 em condições obscuras, talvez assassinado, a bordo de um navio inglês: os seus melhores parceiros haviam sido, no interior, o Reino Asante, fornecedor de escravos, e, na costa, os espanhóis, fornecedores de pólvora e de armas de fogo. Samuel Collins dedicou-se inteiramente ao comércio lícito, realizando as suas melhores operações entre 1840 e 1860, graças, não ao azeite de dendê, no qual a concorrência era feroz, mas ao ouro e ao marfim, fornecidos ambos pelos asantes, como anteriormente os escravos. Na geração seguinte, os múltiplos descendentes do irlandês e negreiro Richard Brew estavam plenamente implicados nos primeiros passos do nacionalismo ganense.

## 2. A diversidade dos métodos e das técnicas

Os métodos do comércio lícito conheceram quase sempre uma evolução lenta. Um dos aspectos mais visíveis diz respeito aos meios de pagamento. Nos pontos onde as estruturas coloniais eram antigas e sempre que conseguiram reforçar o seu domínio sobre a sociedade, assistiu-se ao desenvolvimento da circulação de moedas metálicas europeias: foi o que aconteceu nomeadamente no Senegal e na Gâmbia, a partir de 1860, aproximadamente. Entre africanos utilizavam-se correntemente as moedas mais diversas, consoante as regiões mercantis e culturais: cauris, objetos metálicos, tecidos etc. Não era raro ver negociantes europeus instalados há muito na costa utilizando também essas moedas. Assim, ao mesmo tempo que empregava seus próprios escravos para produzir azeite de dendê, Domingos José Martins comprava outros escravos em troca de cauris. Entre europeus e americanos, a coexistência dos negreiros com os mercadores "lícitos" deu origem a trocas comerciais em que não participavam os africanos e que eram saldadas por meio de letras de câmbio e de promissórias

pagáveis na Inglaterra ou em Havana: passadas quase sempre aos comerciantes lícitos por negreiros carentes de mercadorias para adquirirem escravos, estas maneiras de pagar estiveram em voga até 1850, apesar dos protestos dos cruzadores de fiscalização, que viam nelas um encorajamento ao tráfico clandestino. Entre os africanos e os estrangeiros, o comércio assumiu quase sempre a forma de troca direta, ainda que por vezes o valor dos bens fosse expresso por referência a uma moeda de conta. Um dos sistemas mais antigos consistia em designar o valor dos produtos africanos por referência a "fardos" de dimensão e conteúdo variáveis (documento 22). Na realidade, foi a colonização que, pelo trabalho forçado e o imposto, generalizou o emprego de moedas estrangeiras.

#### Documento 22: O sistema dos fardos

Vamos agora dar a enumeração das mercadorias que formam diversos fardos trocados por marfim ou sândalo: será a melhor maneira de indicar aos mercadores da troca direta os objetos que lhes são necessários para o comércio do Gabão; contudo, como os panos só eram designados em massa, julgamos dever observar que esses panos são principalmente *satins streap, bajutapots, chiloés, korots, romales, nicaneses*; como é natural, os panos destinados ao comércio das madeiras devem ser muito comuns e o mais barato possível. Eis a composição de um fardo de mercadorias entregue em troca de 100 libras de marfim:

16 panos, sendo 8 grandes e 8 pequenos, 7 pratos de cobre netuno, 7 caldeirões, 8 bacias, 20 marmitas, 7 espingardas, 20 barras de ferro, 20 barras de cobre, 2 cofres, 4 toucas, 2 chapéus finos, 2 chapéus de negociante, 2 coletes de pano, 2 guarda-chuvas de algodão, 4 macas, 2 barras de chumbo, 1 barril de pólvora de 20 libras, 2 braças de pano vermelho, 8 facas, 4 cadeados, 4 tabaqueiras, 4 espelhos, 20 cabeças de tabaco, 20 cachimbos, 4 navalhas de barba, 4 tesouras, 4 isqueiros, 4 meias massas de miçangas, 4 campainhas grandes, 6 pequenas, 4 punhos de camisa, 20 pederneiras, 4 bonés. Eis agora a composição de um fardo trocado por 100 troncos de madeira de sândalo, com peso total de cerca de 1 500 quilogramas:

14 braças de pano, 1 barra de ferro, 1 acha ou 1 punho de camisa, 1 marmita, 1 bacia, 1 barra de cobre, 1 chapéu oleado, 1 boné, 1 colher, 1 garfo, 2 pratos, 2 copos, 1 barra de chumbo, 2 campainhas pequenas, 1 lima, 2 cabeças de tabaco, 1 navalha de barba, 1 tesoura, 2 meias massas de miçangas, 1 garrafão de aguardente, 1 tabaqueira, 2 facas, 5 cachimbos, 2 medidas de pólvora de meio quilo cada uma, 2 isqueiros, 1 espelho, 1 cinto vermelho.

100 troncos de ébano, com peso total de 1 200 quilogramas, aproximadamente, foram pagas pelo dobro do fardo precedente, trocado, como já disse, por madeira de sândalo.

Fonte: Edouard Bouët-Willamez, *Commerce et traite des Noirs aux côtes occidentales d'Afrique*, Paris, 1848, p. 154.

No século XIX, novas técnicas de trocas comerciais vieram somar-se às antigas, multiplicando assim as oportunidades e criando uma situação estimulante para os empresários avisados. A partir dos casos oeste-africanos (mas estas conclusões valem também para os outros conjuntos regionais), Colin W. Newbury repertoriou cinco técnicas de troca em funcionamento na primeira metade do século XIX:

- (1) a troca direta e imediata entre produtos africanos e um sortido de mercadorias euro-americanas, acompanhada ou não por numerário:

técnica pouco eficaz, porque os africanos nem sempre tinham disponíveis os bens de troca, pois viviam em sistemas econômicos que combinavam a subsistência, a redistribuição e as trocas interafricanas;

- (2) o adiantamento de mercadorias a um sócio, africano ou europeu, estabelecido na costa, encarregando-se este último de as trocar a seu tempo contra produtos africanos: técnica arriscada, pois os sócios estavam inseridos em redes locais nas quais as relações de negócios passavam muitas vezes a segundo plano e também porque os devedores insolvíveis eram em grande número;
- (3) variante da precedente, a associação do adiantamento das mercadorias e do comércio de cabotagem sem a intermediação de um sócio estabelecido num local fixo, ao que os textos franceses da época chamaram "*la troque*": o capitão do navio mercante depositava nos clientes bens ao descer a costa e recuperava o contra-valor ao voltar a subi-la para se dirigir de novo à Europa ou às Américas;
- (4) outra variante da segunda técnica, o adiantamento de mercadorias a comerciantes africanos, devendo a recuperação do contra-valor fazer-se vários meses mais tarde, ou até um ano ou mais: este verdadeiro sistema de crédito integrava também o cálculo dos juros em função do tempo levado pelo devedor a reembolsar e repousava numa grande confiança, nomeadamente na perenidade das instituições africanas e na das pessoas chamadas a ocupar funções eminentes, que eram muitas vezes "corretores" no comércio euro-africano;
- (5) as encomendas feitas diretamente por comerciantes africanos ou europeus estabelecidos na África junto a representantes baseados na Europa: esta última técnica, vantajosa para os comerciantes africanos, que podiam assim evitar as margens de lucro de intermediários onerosos, desenvolveu-se paralelamente à progressão dos meios regulares de comunicação entre a África e os seus parceiros, nomeadamente a navegação a vapor.

Essas múltiplas técnicas combinavam-se de forma variada consoante as regiões. As mais novas (as últimas da lista) haviam surgido mais cedo do que se poderia esperar. Apareceram por volta de 1818 na Serra Leoa, onde os negros trazidos da Inglaterra puseram em prática o conhecimento que tinham do funcionamento da economia capitalista moderna. Daí ganharam a Gold Coast nos anos 1840 – graças aos mercadores fantis como Samuel Collins Brew e George Kuntu Blankson (1809-1898), cujo itinerário pessoal estava intelectualmente muito próximo do de Brew – e, seguidamente, Lagos, vinte anos mais tarde, graças aos "brasileiros" e aos escravos libertados dos navios negreiros que regressavam ao país. A Costa do Marfim descobriu-os mais tarde, graças a antigos empregados das casas comerciais europeias.



As técnicas mais antigas, em especial as do crédito aos corretores africanos, persistiam em numerosas regiões, nomeadamente no Senegal, na Gâmbia, na embocadura do Níger e no Gabão. Em virtude dos créditos não pagos pelos africanos e das fraudes dos europeus, o sistema de crédito comportava enormes riscos de conflitos que as partes em presença não souberam ou não quiseram evitar. Apoiados pelas forças navais dos respectivos países, os europeus aproveitaram para introduzir em certas regiões os princípios e as regras do direito comercial ocidental. Em 1854, Docemo, um dos chefes (*kings*) de Lagos, teve de assinar com os mercadores europeus um tratado que previa, nomeadamente:

Qualquer indígena que contraia crédito junto de um mercador (europeu) e se verifique que não pode pagar ou esteja renitente a fazê-lo não será autorizado a participar no comércio, até que tenha estabelecido um acordo satisfatório com os seus credores, e o rei, após ter ouvido as queixas dos credores e ter deliberado no seu tribunal, deverá vender ou providenciar para que sejam vendidos a casa e os bens desse parceiro, em proveito dos credores. Qualquer mercador ou negociante que faça negócios com tal devedor antes de se alcançar acordo, será passível de uma multa de 1 000 galões de azeite de dendê, a pagar ao rei. (Citado por Colin W. Newbury, *Credit in Early Nineteenth Century West African Trade*, *Journal of African History*, XIII, 1, 1972, p. 92).

No mesmo espírito, em 1858, foi introduzida na Gold Coast a legislação inglesa sobre a falência. Noutros locais, os europeus recorreram à força, abrindo assim o ciclo infernal das “expedições punitivas” europeias e das “piratarías” africanas, cuja crônica repetitiva se desfia sem cessar ao longo da história dos “rios do azeite” da Nigéria, das terras do Gabão e da embocadura do Congo.

A técnica intermediária (2) assumiu grandes proporções sobretudo a partir de 1860, precisamente no delta do Níger e no Congo, quando aí começaram a instalar-se sucursais e agentes remunerados de certas casas comerciais da Grã-Bretanha (Glasgow, Bristol, Londres e Liverpool), da França (Marselha e Bordeaux) e da Alemanha (Bremen e Hamburgo).

### 3. Um comércio em plena expansão

A expansão das trocas, em volume e em valor, foi sem qualquer dúvida a mudança mais visível do comércio entre a África e os Estados industrializados durante o século XIX.

No sentido Europa-África e América-África, o crescimento mais forte situa-se entre 1820 e 1850 e igual ritmo de progressão só haveria de repetir-se após 1900: com efeito, no período de 1850-1870, assistiu-se a um aumento mais lento, talvez uma estagnação relativa, conforme os produtos e as regiões. Para a França e o Reino Unido, os dois Estados mais importantes no comércio com o continente, o valor das trocas comerciais com a África Ocidental foi multiplicado por seis ou sete durante o século. A revolução industrial na Europa e as alterações do mercado na África foram os principais fatores dessa aceleração.

Na época em que o tráfico negreiro constituía praticamente o único comércio da África com o mundo exterior, os consumidores africanos de produtos estrangeiros eram muito pouco numerosos: tratava-se principalmente dos chefes de Estado, dos chefes de guerra e dos intermediários com os europeus, pessoas diretamente implicadas na captura e na venda dos escravos e que formavam a oligarquia política. O mercado africano era na altura um mercado de luxo, socialmente restrito e, no entanto, remunerador: os produtos de troca, levados pelos negreiros, de fabrico artesanal e fornecidos em pequenas quantidades, convinhavam perfeitamente às estruturas do mercado africano. Em contrapartida, a ascensão do comércio lícito aumentou significativamente o número de consumidores africanos, precisamente no momento em que, graças à revolução industrial, os europeus produziam mais, e mais barato, e começavam a exportar para África mercadorias mais abundantes e menos caras. É certo que nem todos os produtos propostos pelos europeus provinham da nova indústria, como se verifica pela simples leitura da composição dos “fardos” dados em troca dos produtos africanos e pelo exame das estatísticas de exportação.

Assim, para a Grã-Bretanha, os novos produtos da indústria (tecidos de algodão e de lã, armas de fogo, ou até gin) andaram, durante muito tempo a par com as velhas mercadorias do “comércio triangular” (rum, tabaco, miçangas e outros “bens de prestígio”). De 20 000 a 30 000 galões<sup>4</sup> em média por ano no início do século XIX, a quantidade de rum das Américas exportada pelos britânicos para as costas ocidentais da África elevou-se progressivamente a uma média de 120 000 galões durante os anos 20 do século XIX, para ultrapassar frequentemente 200 000 entre 1830 e 1850. Quanto ao tabaco, também ele proveniente das Américas, as exportações britânicas começaram por estagnar entre 100 000 e 470 000 libras por ano até meados dos anos 1820; seguidamente, a expansão foi espetacular: mais de 1 milhão de libras em média, entre 1827 e 1845; mais de 2 milhões de libras durante o decénio seguinte. Contudo, o algodão, um dos produtos-rei da primeira revolução industrial, apresenta uma curva de evolução ainda mais impressionante: 200 000 a 980 000 jardas<sup>5</sup> por ano entre 1814 e 1826; de 1 milhão a 9,2 milhões de jardas de 1827 a 1839; 15 milhões de jardas em média por ano durante os anos 40 do século XIX; as exportações britânicas ultrapassaram 72 milhões de jardas em 1880 e 116 milhões em 1891. Já nos anos 20 do oitocentos os tecidos de algodão de Manchester haviam eclipsado os indianos de fabrico artesanal. As avaliações quantitativas disponíveis relativas às exportações francesas para as costas ocidentais da África revelam uma estrutura por produtos e um aumento em valor perfeitamente idênticas.

O caso dos Estados Unidos da América, parceiro menor da África, não é menos instrutivo. A indústria americana estava então sensivelmente menos desenvolvida do que a dos países europeus, em especial a da Inglaterra. Nas costas ocidentais da África, os panos de algodão americanos eram muito pouco apreciados, porque não correspondiam aos gostos e às exigências dos consumidores africanos, nem às evoluções da moda; em contrapartida, eram muito procurados na África Oriental,

cujo mercado dominaram com o nome de *amerikani* e outros termos derivados. Por isso, durante todo o século XIX, os barcos americanos que praticavam o comércio nas costas ocidentais da África continuaram a transportar para lá os produtos comerciais habituais do tráfico negreiro: tabaco e rum que, por si só, constituíam entre metade e dois terços da carga.

No sentido África-Estados industrializados, as trocas cresceram também em fortes proporções, mesmo se as estatísticas do comércio externo dos países europeus só parcialmente traduzam esse crescimento. Com efeito, o mais das vezes, são expressas em valor e não em quantidade. Ora, os produtos africanos beneficiaram até 1830 de uma forte subida dos preços concomitantemente com um aumento das quantidades exportadas: daí um forte crescimento das estatísticas expressas em valor. Após 1830 ou 1850, consoante os produtos, os preços estagnaram ou declinaram enquanto as quantidades exportadas continuavam a crescer, o que se traduz por uma estagnação dos valores estatísticos. Assim, se analisarmos o caso das importações por parte da Inglaterra dos produtos originários das costas ocidentais da África, verificamos que quadruplicaram em valor na primeira metade do século XIX:

|      |             |
|------|-------------|
| 1814 | £ 149 663   |
| 1830 | £ 312 611   |
| 1841 | £ 602 947   |
| 1844 | £ 1 311 559 |
| 1845 | £ 2 781 843 |

Totais realizados a partir de Colin W. NEWBURY, 1965, pp. 607-610. O valor excepcional de 1845 representa um aumento brutal, uma espécie de acidente que continua por explicar.

Houve, seguidamente, sem dúvida devido à crise econômica do período 1846-1849 na Europa, uma queda brutal: 594 000 libras em 1846, 663 000 libras em 1849 tendo subido a 742 500 libras em 1853. O crescimento continuou a partir de 1854 (1,9 milhões de libras) até ao início da colonização (2,7 milhões em 1880; 2,2 milhões em 1890), mas a um ritmo mais lento e mais irregular.

A análise da estrutura por produtos mostra que este crescimento teve por principal fator um consumo cada vez maior dos novos produtos africanos, em especial as oleaginosas, por parte dos Estados industrializados:

| Inglaterra |               |      |        | França |       |
|------------|---------------|------|--------|--------|-------|
| 1790       | 127 toneladas | 1821 | 5 206  | 1837   | 67    |
| 1810       | 1 310         | 1830 | 10 800 | 1842   | 1 000 |
| 1815       | 2 000         | 1853 | 32 000 | 1857   | 4 600 |

## II. A ÁFRICA OCIDENTAL: TRANSIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

Do Senegal à Nigéria, a África Ocidental revelou-se um terreno especialmente fecundo para as iniciativas impostas pelos novos condicionalismos exteriores. No fim do século XVIII, os escravos constituíam de longe a principal mercadoria de exportação, juntamente com produtos de menor importância. Por força das circunstâncias, estes produtos – goma, ouro, marfim, cera, madeira tintórea, peles e especiarias, principalmente – começaram por tomar o lugar dos escravos, embora se saiba que, aqui e ali, o comércio dos escravos e o dos produtos da terra e do subsolo coexistiram por períodos maiores ou menores. Contudo, em meados do século XIX, altura em que as exportações de escravos tinham praticamente cessado, novos produtos fornecidos pelo trabalho dos camponeses oeste-africanos – nomeadamente o azeite de dendê e de amendoim – tinham tomado o lugar dos antigos produtos negociados. Por isso, longe de se contrair, o valor global das trocas comerciais externas da África Ocidental expandiu-se ao longo do século, tanto quanto se pode julgar pelos raros e muitas vezes incertos valores disponíveis.

No século XVIII, numa altura em que a África Ocidental exportava essencialmente escravos, o seu comércio externo ter-se-ia expandido de 2 milhões de libras, no início do período, para 4 milhões de libras no fim do mesmo período, segundo as hipóteses de John D. Fage. O crescimento foi mais espetacular no século XIX, embora irregular, ainda que as estimativas se apoiem em dados incompletos: com efeito, estes reportam-se ao comércio dos estabelecimentos britânicos, ao comércio da Grã-Bretanha com o resto da África Ocidental e ao comércio do Senegal, que representavam o essencial das transações. Estes valores dão, segundo os cálculos de Colin W. Newbury, um valor total de 3,5 milhões de libras por volta de 1850, 8 milhões de libras em 1880 e 15 milhões de libras no início do século XX, isto é, quadruplicou em meio século.

Estas mutações e este crescimento não tinham como explicação principal as pressões e intervenções dos europeus: significativamente, todas as tentativas feitas por estes no sentido de lançarem eles próprios, diretamente, produções agrícolas na África ocidental redundaram em fracasso. A reconversão bem sucedida foi obra conjunta de classes sociais oeste-africanas antigas (camponeses, uma parte dos chefes de tribo e antigos notáveis e oligarcas) e novas (comerciantes, escravos emancipados ou autoemancipados) que nela tinham interesse. Mas a transição fez-se a um ritmo desigual e com efeitos variáveis segundo as regiões. Em algumas delas, que de uma forma ou de outra tinham ficado de fora do tráfico negreiro, foi o momento privilegiado da inserção, como produtoras de matérias-primas, na economia internacional dominada pela Grã-Bretanha e pelos outros Estados industrializados. Das regiões da África ocidental que haviam participado ativamente no tráfico negreiro, algumas não conseguiram efetuar a reconversão, ao passo que outras se tornavam conhecidas como as campeãs da nova economia.

Por todo o lado, estas evoluções contraditórias eram acompanhadas por profundas adaptações sociais e políticas, que desembocavam por vezes em autênticas crises.

#### A. Transição e crise

Os novos condicionalismos da economia internacional tiveram efeitos desfavoráveis para certos produtos cujo comércio sempre fora complementar do tráfico negreiro. Os mesmos efeitos se fizeram também sentir nas regiões especializadas nesses produtos e naquelas em que não houve substituto duradouro para os escravos.

##### 1. O recuo dos velhos produtos de comércio

Sujeitos a utilizações diferentes nos países consumidores, os velhos produtos do comércio caracterizam-se quase todos por sua posição marginal nos sistemas de produção oeste-africanos. Por outro lado, eram na maioria das vezes produtos de colheita, de caça ou de coleta, cuja oferta era por natureza irregular e não podia satisfazer às necessidades em constante crescimento das economias da Europa e da América, em vias de industrialização. Desses produtos, só trataremos aqui dos mais significativos e mais conhecidos.

##### A goma

Os problemas ligados à goma, cuja principal zona de produção na África Ocidental se situava na Senegâmbia, foram notavelmente clarificados pelos trabalhos de Roger Pasquier. A goma arábica ou goma "acácia" começara por ser importada do Oriente Médio pelos europeus. A Mauritânia e o Senegal só entraram nesse mercado após a abertura de um comércio direto luso-africano no final do século XV: no século XVIII, estes dois países tinham-se tornado os principais fornecedores da Europa. Com efeito, a *acácia verek* ou *acácia Senegal*, que fornece a melhor qualidade de goma, tem o seu lugar de predileção na zona subdesértica do Saara meridional, a tal ponto que, com base em informações imprecisas dadas pelos mouros, se julgava então, erradamente, que existiam verdadeiras florestas de gomeiras. Até ao fim do século XVIII, atribuiu-se à goma, além dos seus usos industriais, uma variedade impressionante de virtudes medicinais: julgava-se que curava a constipação, as disenterias e as hemorragias. O século XIX pôs em relevo sobretudo a sua importância na indústria têxtil, na confecção e no fabrico de colas, de ceras e de tintas. Por isso, os preços, que já haviam aumentado muito no século XVIII (3,40 libras por tonelada em 1718; 30,4 libras por tonelada setenta anos mais tarde), voltaram a experimentar subidas para se elevarem a cerca de 70 libras por tonelada no período 1825-1830.

Durante todo o século XIX, a produção e o comércio da goma conservaram as suas estruturas e as suas características anteriores. A produção era assegurada

por escravos e a colheita realizava-se normalmente duas vezes por ano, de meados de outubro a meados de dezembro e de fins de janeiro a fins de março, sendo que o primeiro período correspondia sobretudo às exigências ecológicas (é o melhor momento para a colheita) e o segundo à grande migração dos nômades que, ao mesmo tempo que conduziam os seus rebanhos, se encarregavam do transporte desta segunda produção para as margens do rio Senegal. A época do comércio, que cabia ao governador da colônia do Senegal decretar, processava-se de janeiro até ao fim de julho. Desde o século XVIII as trocas comerciais se faziam nas três "escalas" do baixo rio: a de Darmankur; a de Trarza ou do Deserto; e a de Brakna ou do Galo. No início do século XIX, retomou-se o hábito da viagem anual até Bakel no alto rio para a compra de goma, hábito interrompido pelas perturbações ligadas à Revolução Francesa e à ocupação britânica do Senegal. Enquanto o comércio das "escalas" era livre, aberto a todos os mercadores de Saint-Louis, o do alto rio rapidamente passou a ser monopólio parcial da Companhia de Galam, desde a sua criação em 1824 até 1848: só a companhia tinha direito de traficar durante a estiagem; com a época das cheias, de 1 de agosto a 31 de dezembro, as trocas comerciais abriam-se aos mercadores de Saint-Louis. Ainda em meados do século XIX, o comércio da goma conservava o aspecto de um festival ou de uma feira:

Nada é mais curioso e mais animado do que essas escalas no momento das trocas. A flotilha dos crioulos está arrumada ao longo das margens; as tendas dos mouros cobrem as margens. Camelos, bois, cabras, carneiros pastam em liberdade. Estes povos nômades trouxeram atrás de si mulheres e filhos. É uma cidade improvisada que se estende pela planície, enquanto uma cidade ancorada estaciona no rio. (Artigo de L. Reybaud, *Le Journal des Economistes*, Setembro de 1842, citado por Roger Pasquier, *Le Sénégal au milieu du XIX<sup>e</sup> siècle. La crise économique et sociale*, Tese de doutoramento, Paris IV, 1987, p. 252).

Os custos incorridos pelos mercadores eram pois elevados. Com efeito, o comércio exigia um pessoal numeroso: um "mestre de língua" para regatear com os mouros que transportavam a goma; um "escritor" encarregado de manter a contabilidade; um "capitão de rio", que dirigia o barco e uma tripulação compreendendo muitos homens para as manobras de navegação e todas as tarefas de manutenção; e, por fim, as piladoras encarregadas de preparar a comida do mercador, do seu pessoal e dos vendedores de goma que, de acordo com os costumes, o mercador tinha de alimentar "sempre que iam a bordo de um navio para vender uma parte da goma, por mais pequena que fosse [...], juntamente com aqueles que o acompanhavam" (René Caillié). Eram assim entre 700 e 2 000 pessoas que deixavam Saint-Louis para ir às "escalas". Os mercadores obtiveram das autoridades que o início do período de comércio fosse anunciado mais tarde, em fevereiro, depois em março, e, por último, em abril, de modo a reduzir-lhe a duração e os custos.

Os valores disponíveis são reveladores do caráter artificial e passageiro da necessidade da goma senegalesa que continuava a ser uma "herança do passado"



(Georges Hardy). Em quantidade, as exportações aumentaram até 1845-1846 e, seguidamente, regrediram inexoravelmente. Caracterizavam-se também por fortes flutuações capazes de as fazer baixar de preço em 50% ou mais de ano para ano. O número de mercadores que frequentavam as "escalas" evoluiu no mesmo sentido: 40 a 50 no período 1830-1840; 100 a 160 em 1842 e de 1847 a 1849; e novamente uns cinquenta após a virada do século. De fato, o comércio da goma nunca foi além de cerca de 2 000 toneladas exportadas anualmente: ao contrário dos produtos que asseguraram a prosperidade do "comércio lícito", continuava a basear-se numa economia rudimentar de coleta. O Senegal, cujas exportações se baseavam na goma sofreu durante a primeira metade do século XIX uma longa crise, de que só conseguiu sair com o crescimento da produção de amendoim.

### O ouro

Do "ouro do Sudão", famoso na Idade Média, até à miragem do ouro catangüês no final do século XIX, o metal amarelo sempre foi, no imaginário dos europeus, um dos mitos mais poderosos, mais ativos e mais duradouros. Foi ele que levou os portugueses a seguir ao longo das costas da África na esperança de desviar para o Atlântico o ouro que passava para o Magrebe através das caravanas transaarianas. Mesmo na época mais florescente do tráfico negreiro, o ouro continuou a ser um produto fortemente procurado pelos europeus. Por isso, foi no ouro que eles começaram a pensar como produto de substituição ao comércio de escravos, após a abolição deste último, como indicou, em 1808, o relatório do *Committee of the African Institution* que descrevia os produtos de substituição suscetíveis de provir da África Ocidental:

O primeiro produto que eles [os membros do Comitê] especificaram é o ouro. Este precioso metal encontra-se em numerosas regiões da África, por vezes em pequenos pedaços, em estado puro; mas, na maioria dos locais, conseguem extrai-lo lavando simplesmente com muito cuidado a areia recolhida no leito dos rios. Na realidade, a quantidade assim obtida apenas permite pagar o trabalho necessário para libertar o ouro da areia. Prova, porém, a existência nesse país de minas de ouro que, supõe-se, poderiam ser descobertas e exploradas se a civilização da África, que hoje está em progresso, admitisse as relações livres que dariam aos mineralogistas europeus a oportunidade de explorar essa fonte de riqueza. (Relatório completo em Colin W. Newbury, 1965, p.104).

Na realidade, tais esperanças haveriam de vir a revelar-se bastante vãs. A economia do ouro na África Ocidental pré-colonial é um assunto ainda mal conhecido. As jazidas não faltavam. A produção do ouro era rodeada de numerosos rituais, muitas vezes secretos. Assim, no "Bambouc" (Bambuhu), a exploração obedecia a regras estritas. A sua organização dependia do *jala nila*. O seu cargo hereditário transmitia-se no interior de uma linhagem particular, cuja origem e atribuições foram comparadas às dos "chefes de terra" nas outras partes da África. Abria a época do trabalho das minas no fim da invernagem, o que permitia aos

camponeses, libertados das tarefas agrícolas, consagrar-se à prospecção do ouro. O *jala nila* era secundado pelo *sanukutigi* ou *duratigi*, encarregado de dirigir e de vigiar o trabalho dos camponeses-mineiros: a sua função era também hereditária. As equipes de mineiros organizavam-se com base na linhagem patrilinear e sob a autoridade de um *damatigi* ou "chefe da mina", e velavam por manter um equilíbrio entre os homens, a quem cabiam os trabalhos de escavação, e as mulheres, que se encarregavam de extrair o ouro do minério: o *damatigi* repartia o ouro em duas partes iguais, uma para os homens, outra para as mulheres. O ouro era vendido aos mercadores de Saint-Louis, os quais o exportavam seguidamente para França em quantidades desconhecidas, talvez uma média anual de 350 onças (cerca de 100 quilogramas) no início do século XIX.

O sistema de produção era diferente no Buré, outra grande região produtora, que exportava uma parte do ouro extraído principalmente pela Serra Leoa, sendo o restante, que era utilizado nas trocas comerciais locais para a compra de um tipo particular de bens, cuidadosamente guardado: era açambarcado por ricos mercadores que, a crer em René Caillié, "temendo ser assaltados na estrada ou perdê-lo [...] o escondiam em amuletos recobertos de couro curtido, que colocavam ao pescoço ou no braço, suspensos por um cordão de couro". Aqui, o trabalho de extração do ouro era efetuado por escravos e mulheres, como descreve o mesmo explorador com a visão da África característica dos europeus dos princípios do século XIX:

As terras de Buré, segundo me disseram os mandingas que as tinham visitado, estão cobertas de pequenas montanhas; há lá diversas minas de ouro muito abundantes. Os naturais que diariamente as exploram não lhes conhecem a riqueza. Há escravos continuamente ocupados a escavar terras, utilizando para tanto cestos feitos de ramos de árvore; as mulheres lavam essa terra em cabaças, deitam-lhes muita água e, depois de as remexerem bem, transvazam-nas; assim, depois de bem lavadas várias vezes, os pedaços de ouro depositam-se no fundo da cabaça e são preciosamente recolhidos; esse ouro é fundido, transformado em bolas ou em lingotes. Conceber-se-á que, por esse processo imperfeito, resta ainda uma boa quantidade de ouro nas terras lavadas; mas não conhecem os meios de o extrair. (René Caillié, *Journal d'un voyage à Tombouctou et à Jenné dans l'Afrique centrale pendant les années 1824, 1825, 1826, 1827, 1828*, Paris, tomo I, p. 418).

Na realidade, a principal zona de produção e exportação do ouro era, como o nome indica, a *Gold Coast*. Foi também aquela em que a vontade de utilizar o ouro como substituto dos escravos levantou o maior número de dificuldades. Até ao fim do século XVI, o ouro fora o principal produto de exportação da região, antes de ser substituído nesse papel pelos escravos, quer porque os europeus os procuravam cada vez mais, quer, sobretudo, porque a produção do ouro começara a diminuir dramaticamente, ao que parece. Isso chegou ao ponto em que os habitantes da *Gold Coast* começaram a exigir ouro em troca dos escravos e que a troca de escravos por ouro se tornou habitual durante o século XVIII.

Assim, o ouro do Brasil que chegava a Ajudá e a São Tomé ficava na Gold Coast em lugar de ser reexportado para a Europa. A *Royal African Company* alarmou-se e, em 1729, teve de recordar aos seus agentes:

Nunca foi nossa intenção que o ouro comprado no Brasil fosse levado para a Gold Coast para nela ficar enterrado: se os indígenas não quiserem mercadorias inglesas, que guardem os seus escravos.

Esta persistente procura do ouro correspondia às necessidades da sociedade asante, na qual a riqueza do reino e a dos indivíduos se media pela quantidade do ouro em seu poder. Por isso, embora houvesse várias jazidas de ouro no Reino Asante, os excedentes disponíveis para exportação foram sempre reduzidos. No início do século XIX, Edward Bowdich recensou, na região "metropolitana" do reino, duas ou três jazidas cujos recursos eram pertença do *asantehene*:

As pequenas minas do Soko, que, com a lavagem, produzem, umas vezes, 2 000 onças por mês, e outras, apenas 700.

A lavagem que se faz diariamente no Dankara e nos rochedos que separam o Akim do Assin, os quais são muito ricos em ouro.

O terreno da feira foi lavado duas vezes durante o atual reinado. Disseram-me que de cada vez se recolheram oitocentas onças de ouro. (*Voyage dans le pays d'Aschanti...*, Paris, p. 432).

Havia ainda outros recursos nas províncias "interiores" e "exteriores" do reino. O rei aumentava a sua riqueza em metal amarelo exigindo que vários impostos lhe fossem pagos em ouro: o imposto sobre os escravos comprados para a costa; os direitos pagos pelos mercadores que regressavam da costa; o imposto "sobre todos os chefes que aumentam o número dos seus ornamentos de ouro", estimado em 20%. O rei entesourava uma parte do seu ouro para seu prestígio e o do reino. Quanto ao resto, redistribuía-o aos grandes dignitários durante a festa dos "costumes", *Adai* ou *Adayi*, que se realizava de quarenta em quarenta dias: com esses dons, estes compravam ou mandavam comprar na costa mercadorias europeias, que, segundo o exigiam os costumes, deviam ser restituídas ao rei. Este sistema complexo de dom e de contra-dom – que tinha como uma das suas funções essenciais reforçar os laços entre os reis e esses dignitários –, somado às irregularidades de uma produção artesanal, tinha por efeito um aprovisionamento irregular dos negociantes especializados na exportação do ouro.

Essa exportação recomeçou aos poucos no início do século XIX, sujeita a pressões contraditórias. Sob pena de se interromper o aprovisionamento em armas de fogo e outros produtos europeus, era necessário continuar a exportar a todo o custo e a fornecer aos negociantes estrangeiros outra coisa além de escravos. Como estes últimos já não eram fáceis de conseguir, o *asantehene* começou a exigir dos seus súditos e dos seus dignitários que lhe pagassem os impostos em ouro e não em escravos. Num momento em que aumentava a procura do ouro, a sua

produção continuava a obedecer a técnicas rudimentares. Em 1873, Africanus Horton sublinhava ainda a repugnância dos asantes de todas as condições para com o trabalho produtivo relacionado com o ouro:

Os asantes não escavam o ouro eles próprios; apanham a custo até mesmo a poeira ou as moedas de ouro caídas por acidente, pois julgam que os espíritos da terra se apropriam delas ciosamente; em contrapartida, não têm nenhum escrúpulo em obrigar os escravos a trabalhar por eles.

O ouro era seguidamente transformado em pó, pois, sob essa forma, constituía uma moeda de troca mais maleável. Enquanto o ouro fornecido pelo Reino Asante era reputado por sua pureza, os intermediários fantis da costa eram temidos por sua habilidade para alterar a qualidade do ouro, misturando-o com cobre e bronze (ouro *cracrá*). Até 1830, aproximadamente, as exportações para o Reino Unido, principal comprador, sofreram fortes oscilações, passando de um mínimo de 600 onças em 1823 a um máximo de 20 000 onças em 1814: o mais das vezes, situavam-se em torno de 5 000 onças. As incertezas políticas, as tensões com os ingleses e os seus aliados fantis fazem em grande medida parte integrante da explicação dessas variações. A verdadeira virada situa-se por volta de 1830, quando as exportações por Cape Coast e Acra ultrapassaram seguramente o valor de 10 000 onças por ano; mas continuaram muito irregulares.

A Gold Coast, cujo comércio no século XIX repousou maciçamente no ouro, experimentou pois uma grande instabilidade econômica de que só viria a sair no final do século, com a ascensão das plantações de cacau. As variações foram especialmente fortes na primeira metade do século, segundo os cálculos de Edward Reynolds: 55 305 libras de importações em 1846 contra 423 170 em 1840 para tomar valores extremos; 120 000 libras de exportações em 1837, 1838 e 1846 contra 325 000 em 1840. Continuaram a assumir valores impressionantes até à década de 60: 219 050 libras de exportações em 1851 contra 102 086 em 1862. Numerosos foram os mercadores africanos que sofreram com isso: em 1867, Samuel Collins Brew devia, só à firma *Foster and Smith*, 8 000 a 9 000 libras de adiantamentos não reembolsados; teve de vender as suas propriedades para saldar a dívida.

### Os outros produtos

Paralelamente ao ouro e à goma, as estatísticas dos produtos africanos importados pelos Estados industrializados evidenciam a existência, em quantidades e em valores mais ou menos significativos, de outros produtos anteriores à era do "comércio lícito" que conseguiram sobreviver a maior ou menor custo: madeira tintórea, "resinosas exóticas", "cera não transformada", isto é, entregue em estado bruto e misturada com numerosas impurezas, peles e marfim. Só estes dois últimos produtos, que correspondiam de resto a procuras muito diferentes nos países industrializados, apareciam de maneira contínua nas estatísticas.

As peles constituíam uma matéria-prima destinada a ser transformada pelas indústrias e a fornecer objetos de consumo de massa. Os Estados Unidos da América, que eram aparentemente o principal comprador, iam buscá-las um pouco a todo o lado na costa, especialmente na Serra Leoa e na Gâmbia. Na Serra Leoa, representavam entre 10% e 20% do valor total das exportações consoante os anos, ao passo que na Gâmbia, país em que a produção de amendoim se desenvolvia a ritmo rápido, a sua proporção caiu de cerca de 15% no início dos anos 40 para menos de 10% nos anos 60. Como resultado da pauta aduaneira adotada em 1842, que tributava pesadamente as importações de amendoim para os Estados Unidos, os comerciantes americanos lançaram-se sobre as peles, de que se tornaram os maiores compradores: na Gâmbia, chegaram a levar 85% da oferta, e na Serra Leoa acontecia frequentemente comprarem a totalidade das peles vendidas pelos africanos. Estas representavam habitualmente 50% ou mais do comércio entre os EUA e a Serra Leoa. A parte das peles nas trocas comerciais entre os Estados Unidos e a Gâmbia começou por ser relativamente reduzida (41% em 1828, 30% em 1834, 34% em 1841) em comparação com a do amendoim (mais de 50%). Após 1842, aumentou sensivelmente, até ultrapassar 65% das compras americanas nessa região (70% em 1844, 68% em 1854 e 80% em 1863).

Tal como o comércio das peles, o do marfim dependia em grande medida dos acasos da caça. A antiguidade e a relativa abundância dos topônimos de origem europeia e africana relativos ao elefante e ao marfim mostram que os países da África Ocidental foram, mesmo na grande época do tráfico negreiro, bons exportadores de "morfil". Os dois comércios andavam de resto associados, como assinalava um observador britânico em 1808:

Os dentes de elefante são de há muito um artigo de importação proveniente da África, mas até ao presente como um apêndice do comércio dos escravos, pois o método ordinário para os transportar a partir do interior foi o de utilizar os escravos que se dirigiam para a costa. (Citado por Edward Reynolds, 1974, p. 53).

As quantidades exportadas revelavam-se por vezes impressionantes: de 1705 a 1717, os holandeses embarcaram na Gold Coast mais de 30 500 kg de marfim. Em finais do século XVIII e princípios do XIX, as guerras da Revolução e do Império francês provocaram, tanto para o marfim como para os outros produtos africanos, uma subida vertiginosa dos preços: regressada a paz, estes baixaram, mas menos para o marfim (26 libras para 50,8 kg, por volta de 1810, 19 libras em 1816) do que para os outros produtos, cujos preços tiveram descidas que atingiram até 65% (cera e báfia<sup>6</sup>, em especial). O recuo do tráfico negreiro fez temer dificuldades de encaminhamento do marfim, mas isso não ocorreu. Após 1815, a África Ocidental aparece como um modesto fornecedor de marfim em comparação com a África Central e Oriental, mas o seu marfim era procurado em virtude do seu peso, que o qualificava como um dos melhores:

É na África que se encontram as defesas mais volumosas. Os antigos viajantes garantem que, nos seus tempos, não eram raras as de 100 e 150 libras. Hoje, é difícil encontrar algo semelhante. Um dente de elefante que pese 70 libras é considerado pelos comerciantes como dente de primeira classe. Os dos elefantes de Angola pesam em média 69 libras; os do Cabo da Boa Esperança e do Natal, 106; os do cabo Coast Castle [Gold Coast], de Lagos e do Egito, 114. (*La Grande Encyclopédie*, p.1141).

O comércio do marfim continuou ativo mesmo se muito irregular até aos anos 50 do século XIX. Embora todos os países estivessem em condições de fornecer esse produto em quantidades mais ou menos apreciáveis, a Gold Coast aparecia de longe como o primeiro exportador. Na realidade, o marfim exportado pelos fortes e pelas cidades da Gold Coast provinha de origens muito diversas. O Asante, que era o principal fornecedor, obtinha-o, por seu turno, de fontes variadas: dos particulares que podiam dedicar-se à caça de elefantes, mediante o pagamento de uma taxa ao Estado; dos caçadores profissionais que trabalhavam por conta do *asantehene*; por último, uma grande parte do marfim era adquirida graças às trocas com as regiões da Costa do Marfim atual, nomeadamente com Kong.

## 2. O fracasso das plantações coloniais

Logo que a abolição do tráfico negreiro pareceu irreversível, certos meios europeus decidiram não se fiar apenas nas mercadorias fornecidas por africanos sobre os quais os países industrializados não exerciam qualquer controle, e resolveram adotar uma forma de atuar abertamente voluntarista. A África Ocidental tornou-se assim o primeiro laboratório para esses projetos de valorização, vocacionados para um longo futuro, que consistiam em impor autoritariamente aos africanos estruturas e formas de exploração da terra, cujo êxito parecia garantido pela massa de capitais e o volume de perícia que se injetaria na empresa.

### O vale do Senegal

Pouco após a retomada efetiva pela França, em 1817, das suas possessões do Senegal, o coronel Schmaltz, governador da colônia, pôs de pé em 1819 um vasto projeto de colonização agrícola:

Consiste em introduzirmo-nos num vasto país povoado por vários milhões de homens, e impeli-los ao trabalho pelas vantagens que nele não podem encontrar sem nós, a prendê-los a ele pelo aumento gradual das suas necessidades presentes, a dirigi-los utilmente para os nossos interesses por exemplos tendentes a aperfeiçoar a sua agricultura, a pô-los insensivelmente sob a dominação francesa. (Citado por Boubacar Barry, 1988, p. 219).



Previsto originalmente para ser desenvolvido no Fuuta Tooro, o projeto voltou-se para o Waalo, em virtude das perturbações que agitavam na altura o Fuuta e da hostilidade dos *almamis* relativamente aos franceses: mais perto de Saint-Louis, o Waalo parecia dispor de ricas potencialidades agrícolas sendo simultaneamente mais fácil de controlar. Dotado à partida de um crédito de mais de 11,2 milhões de francos, o projeto apoiava-se numa dupla colonização: colonização europeia, graças a concessionários que apresentavam sólidas garantias (imigrantes franceses com pelo menos 5 000 francos; ricos habitantes de Gorée e de Saint-Louis; antigos soldados para os quais estavam previstas facilidades particulares); colonização indígena também, graças aos “príncipes e chefes do país [...], muito mais esclarecidos do que os seus súditos”. Através de um tratado assinado em 1819, o *brak* (rei) do Waalo aceitou “uma espécie de protetorado económico” (Boubacar Barry), comprometendo-se a “ceder ao rei de França em plena propriedade e para sempre as ilhas e todas as outras porções das terras de Waalo que se afigurem convenientes presentemente e para o futuro às culturas”, a fornecer a mão-de-obra necessária e a aceitar a construção no seu território de fortes destinados a proteger as plantações. Em troca, o *brak* receberia um suplemento de “costumes” anuais que lhe assegurariam, assim como a vinte e oito dignitários do reino, um rendimento global de 11 715 francos, três vezes mais elevado do que anteriormente.

Posto em prática em 1819, o plano de colonização sofreu uma aceleração de 1822 a 1827 sob o impulso do barão Roger. Este recrutou um pessoal relativamente numeroso e competente, criou centros de experimentação (Richard Toll, Dagana e Faf), bem como uma fábrica de tinta de anil em Saint-Louis, multiplicou as concessões de terras e tentou aclimatar plantas alimentares ou industriais europeias ou tropicais. Mas esse ativismo não teve resultados económicos satisfatórios. De 1822 a 1825, as plantações não conseguiram exportar mais de 50 000 kg de algodão descaroçado, apesar de a cultura do algodoeiro ter beneficiado dos mais elevados incentivos financeiros e dos estímulos mais assíduos. Quanto ao anil, não se tinha produzido praticamente nada. No total, as exportações elevavam-se a 188 000 francos, para um total de 1,25 milhão de francos investidos. Em 1831, o plano de colonização foi definitivamente abandonado.

O seu fracasso, que, de todos os pontos de vista, é instrutivo, devia-se a toda uma série de fatores, cujos efeitos se conjugaram. Concebido fora de todo e qualquer conhecimento do terreno, o projeto assentava numa imagem dos africanos que era reconfortante para os europeus, mas que veio a verificar-se ser falsa: com efeito, havia-se imaginado uma “população imensa”, com pelo menos 500 000 almas; esta, segundo os peritos franceses, estava “ávida dos nossos produtos da Europa e desejosa de estabelecer a troca do seu trabalho por nossas mercadorias, por aprender conosco o que deve fazer para ter direito a consumir os nossos produtos” (Georges Hardy, *La Mise en valeur du Sénégal de 1817 à 1854*, Paris, Emile Larose, 1921, p. 234).

Esperava-se muito dos colonos: apesar de tudo, ainda houve uns quarenta e dois que conseguiram 10 000 hectares de concessões, dos quais apenas 1 200 foram explorados. Quase todos queriam especular e eram conhecidos como vigaristas; assim, um plantador nativo de Saint-Louis, Boucaline, recebeu dos poderes públicos mais de 25 000 francos de incentivo para plantar algodoeiros e forneceu à exportação menos de 1 000 kg de algodão descaroçado.

Houve, além disso, o contexto político e económico local, bem como as evoluções complexas do vale do rio Senegal, que se opunham ao bom desenrolar do plano de colonização. Entre 1820 e 1829, aproximadamente, este vale foi terreno de confrontos quase permanentes entre os habitantes do Waalo e os mouros trazaras. Estes pretendiam exercer a sua soberania sobre o Waalo e temiam que a instalação dos franceses no vale do Senegal viesse perturbar a organização tradicional do comércio da goma. Quanto às gentes do Waalo, não acreditavam na proteção dos franceses e preferiam defender-se eles próprios, sabendo, como garantia um dos seus *braks*, que “mais vale andar toda a vida em guerra com os mouros do que lhes conceder um só dia de paz”, sob pena de “nos tornarmos não só seus tributários, mas também os seus mais vis escravos”.

A esse estado de insegurança pouco favorável aos trabalhos de cultura vieram somar-se os conflitos entre franceses e Waalo-Waalo a propósito da terra. O tratado de 1819, que previa a cessão “em plena propriedade” de terras aos franceses, foi a causa desses conflitos fundiários, pois o direito do Waalo só permitir ao *brak* conceder o usufruto de terrenos, proibindo-o de alienar a menor parcela do território nacional. Além disso, os plantadores tinham-se apropriado das terras de que a população precisava para a sua própria subsistência. Houve uma primeira vaga de indenizações em 1821, mas as desordens não abrandaram, visto que os Waalo-Waalo multiplicavam as destruições de diques para impedirem os colonos de Saint-Louis e os franceses de procederem às culturas.

Por último, faltava a mão-de-obra nas raras plantações em atividade. Os relatórios do barão Roger insistiam na presença de uns 1 100 trabalhadores agrícolas, contratados voluntários pelos colonos e vindos de “25 a 150 léguas, para trabalharem” nas plantações. Contava de resto com eles para desenvolver a economia nova que os europeus desejavam ver surgir na África:

Cada um deles, ao regressar ao seu país, difunde não apenas o gosto já geral pelos produtos da Europa, mas também algo dos nossos hábitos, das nossas necessidades, da nossa indústria agrícola, da nossa civilização; sem dúvida, serão necessários muitos atritos para polir estas nações, para fazer delas nações ricas, mas daí resulta para o nosso comércio um escoadouro que tenderá a aumentar todos os anos.

Na realidade, aquilo que, a princípio, os chefes, ligados pelo tratado de 1819, aceitaram ceder parcimoniosamente aos franceses foram os escravos. Os homens livres recusavam absolutamente toda e qualquer confusão com os escravos e todo e qualquer trabalho que os afastasse dos seus campos: “Somos

livres como vós”, gostavam de proclamar ante os plantadores franceses. Estes tiveram pois de se resignar ao sistema dos “contratados a prazo”, tão próximo do tráfico escravagista. Assim, numerosos “contratados a prazo” (3 077 no total para o conjunto da colônia do Senegal entre 1818 e 1840) foram comprados no vale do rio, em especial em Bakel, e na costa, para trabalharem durante catorze anos nas concessões agrícolas do Waalo. Assim, o plano de colonização agrícola, que pretendia ser um substituto rentável do tráfico negreiro veio a redundar paradoxalmente na sua recrudescência.

### O sonho algodoeiro

Não foram os franceses os únicos que sonharam criar vastas plantações de algodoeiros na África em proveito das suas indústrias. Os britânicos, cuja indústria algodoeira ultrapassava de longe as dos outros Estados, não lhes ficaram atrás. Desde 1808, o *Committee of the African Institution*, que assumira a tarefa de imaginar o futuro econômico da África após a abolição do comércio de escravos, indicava que o forte consumo de algodão em bruto pelas indústrias britânicas anulava os riscos de más vendas, mesmo que a África comesse a exportar; por outro lado, insistia nos riscos de interrupção de certos aprovisionamentos, nomeadamente os dos Estados Unidos da América, convidando a que se incentivasse na África a produção de algodão com vista à exportação.

Em 1841, sob a pressão dos abolicionistas, o governo britânico mandou instalar em Lokoja, na confluência dos rios Níger e Benué, uma fazenda-modelo que foi um fracasso. As incitações britânicas foram-se tornando cada vez mais insistentes a partir de 1846, ano em que Henry T. Palmerston foi nomeado para o *Foreign Office*. Os interesses comerciais, nomeadamente os da *Manchester Cotton Supply Association*, entraram em sintonia com o idealismo das sociedades missionárias interessadas em “civilizar a África”. Entre as mais ativas, cite-se a *Church Missionary Society*, que tinha como um dos seus representantes, no golfo da Guiné, o reverendo Samuel Crowther, antigo escravo libertado no mar pela *Royal Navy*, ao ser levado para o Brasil: originário de Oyo, a metrópole iorubá, fez-se propagandista zeloso da cultura algodoeira entre os seus compatriotas, em especial na região de Abeokuta. Em lugar de importar sementes estrangeiras, estimulou uma produção acrescida das variedades locais que estavam, aliás, bem cotadas em Manchester. Em 1857, as instruções dadas ao Dr. William B. Baikie antes da partida da nova Expedição do Níger prescreviam-lhe que mostrasse aos seus interlocutores “os efeitos suicidários do comércio externo dos escravos” e que lhes fizesse ver:

...o proveito que poderiam tirar das trocas comerciais entre os seus produtos naturais e os bens manufaturados da Europa, a possível vantagem que lhes adviria da cultura do algodão e, de maneira geral, que formulasse todos os incentivos para os levar a renunciar aos seus hábitos de guerras e de predação, substituindo-os pelos mais pacíficos da agricultura e do comércio. (Citado por Colin W. Newbury, 1965, p. 78).

É notável que nenhuma destas iniciativas tenha tido resultados duradouros. Baikie falhou nos seus esforços para levar os haussás a exportar o seu algodão: estes preferiam transformá-lo eles próprios. As sementes e as máquinas de descaroçar o algodão, distribuídas na Serra Leoa e na Gâmbia deram resultados medíocres. As únicas exportações notáveis vieram das terras dos iorubás, sobretudo da região de Abeokuta, onde plantadores africanos que utilizavam uma mão-de-obra assalariada desenvolveram com proveito a cultura do algodão. Ficaram, aliás, muito localizadas no tempo, limitando-se aos anos 60 do século XIX: a guerra da Secessão nos Estados Unidos da América provocou uma “fome de algodão” e uma alta benéfica das cotações; durante essa década, Lagos exportava anualmente cerca de 60 000 libras esterlinas de algodão. Em quantidades, as estimativas relativamente seguras deram os seguintes valores: 15 toneladas em 1856; 52 em 1857; 107 em 1858; 90 em 1859 e 69 em 1860. O recomeço das exportações americanas arrastou consigo a queda das cotações e o recuo das produções destinadas à exportação.

Embora os mercados externos tivessem escapado ao controle dos africanos, reduzidos a serem ou seus beneficiários ou vítimas sempre involuntárias, é cada vez mais evidente que eles souberam aproveitar as tendências frutíferas e duradouras e inserir-se nelas quando se apresentavam favoráveis. Assim se explica o ascenso da palmeira de dendê e do amendoim.

### B A revolução oleaginosa

Foi com as plantas oleaginosas que as sociedades da África Ocidental encontraram um substituto duradouro para os escravos e os produtos de coleta e de apanha. A natureza e a dimensão das transformações associadas ao desenvolvimento dessas plantas são ainda hoje objeto de controvérsias. Alguns, como John E. Flint, creem que “as características do comércio de exportação contribuíram pouco para estimular as economias tradicionais da África Ocidental e [que] a natureza das importações fornecidas em troca dos produtos africanos ainda contribuiu menos para isso”. Outros, nomeadamente A. G. Hopkins, veem na ascensão das oleaginosas uma ruptura econômica fundamental que a colonização apenas veio prolongar e amplificar.

É verdade que com estes novos produtos, a África Ocidental, ao invés de sair da economia internacional dominada pelos Estados industrializados da Europa, nela se integrou ainda mais, mas nas condições e com as formas específicas de uma nova era econômica. O exemplo do Senegal, nomeadamente, é muito significativo a este respeito. Até meados dos anos 40, a sua economia de troca assentou na goma e as exportações estagnaram em valor. A partir de 1845-1846, estas tiveram um aumento brutal, que se traduziu por uma duplicação em dez anos (1844-1853) e por uma triplicação em vinte anos (1844-1865). A parte do amendoim foi decisiva nesta evolução, pois em dez anos passou de 0 a 50% do valor das exportações; mas, após 1850, oscilou entre 60% e 30%, continuando a produção a aumentar

quantitativamente (documento 23). É que, ao mesmo tempo que davam provas da sua capacidade de inovar, as populações oeste-africanas fizeram a dolorosa experiência dos condicionalismos do mercado mundial, e mais especialmente o da deterioração dos termos de troca.

**Documento 23:** Da goma ao amendoim, o advento da economia de exportação no Senegal

| Ano  | Exportações totais do Senegal para a França (em francos) | Exportações de goma (em francos) | Em % do total | Exportações de amendoim (em francos) | Em % do total |
|------|----------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------|--------------------------------------|---------------|
| 1837 | 4 119 408                                                | 3 440 038                        | 83            |                                      |               |
| 1840 | 4 354 562                                                | 3 475 863                        | 79,8          | 542                                  | 0,01          |
| 1843 | 4 583 422                                                | 1 000 037                        | 22            | 2 123 029                            | 46,3          |
| 1846 | 7 531 918                                                | 4 810 628                        | 63,8          | 1 423 031                            | 19            |
| 1848 | 4 786 193                                                | 1 383 687                        | 29            | 2 668 297                            | 55,7          |
| 1851 | 5 201 473                                                | 2 178 287                        | 41,8          | 1 596 668                            | 30,6          |
| 1856 | 10 364 272                                               | 2 197 559                        | 21,2          | 6 409 529                            | 62            |
| 1860 | 6 270 892                                                | 2 635 183                        | 42            | 1 383 162                            | 22            |
| 1862 | 8 107 228                                                | 2 295 234                        | 28,3          | 4 083 361                            | 50,3          |
| 1866 | 13 098 991                                               | 5 080 860                        | 38,8          | 3 959 535                            | 30,2          |

Fonte: Tableau décennal du commerce de la France avec ses colonies et avec l'étranger, 1837-1846, 1847-1856, 1857-1866

No que toca ao contexto africano, as mudanças aparecem indiscutíveis. É certo que as técnicas e os métodos de produção evoluíram muito pouco, ou mesmo nada. Mas as transformações de estrutura vieram a tornar-se prenhes de consequências. Com o surgimento de formas mais ou menos disfarçadas de apropriação privada da terra, surgia um novo sistema fundiário em numerosas regiões. Paralelamente, verificava-se que, muitas vezes, o trabalho familiar era insuficiente, apesar do esforço sem dúvida crescente dos escravos: por vezes, havia que recorrer a uma mão-de-obra assalariada, o que por sua vez arrastou consigo migrações de trabalhadores para as zonas de produção. Assim emergia uma nova geografia económica, uma nova organização do espaço, caracterizada pelo crescente peso económico das regiões especializadas na produção de óleos vegetais, quase todas perto da costa. Por último, em termos sociais, cresceu o número de africanos que, a diversos títulos, participavam na nova economia como produtores e como intermediários; cresceu também o número de africanos que utilizavam os produtos comerciais europeus, que passaram a ser abundantes graças à revolução industrial. Com efeito, enquanto o tráfico negreiro fora, no essencial, atividade das elites e das aristocracias políticas e militares, as oleaginosas foram, na maioria dos casos, fornecidas por pequenos produtores.

## 1. O azeite de dendê e o óleo palmiste

Se estes dois produtos desempenharam um papel tão decisivo na história económica da África Ocidental, foi antes de tudo porque tanto um como o outro já antes eram bem conhecidos das pessoas que utilizavam o azeite de dendê (ou azeite de palma) na alimentação. Com efeito:

A palmeira de dendê (*Elaeis guineensis*) é de origem africana. Existe na Costa Ocidental da África, em povoamentos naturais que se estendem bem longe no interior das terras, do Senegal até Angola. Vamos encontrá-la ainda na Costa Oriental, perto dos grandes lagos. [...] O centro mais importante da sua exploração é o golfo da Guiné. (J. Adam, *Le palmier à huile*, Paris, A.Challamel, 1910, p. 1).

Foi precisamente esta região que se impôs como principal produtora de azeite de dendê no século XIX, quer porque a procura europeia era forte, quer porque existiam localmente estruturas propícias a uma reconversão rápida do comércio de escravos para a exploração comercial da palmeira de dendê.

### A procura e as cotações

A forte procura europeia de azeite de dendê, que era principalmente britânica, foi consequência tanto da revolução industrial como do melhoramento das condições de vida. Os progressos do maquinismo foram acompanhados por um consumo acrescido de substâncias graxas, utilizadas como lubrificantes: logo no início do século XIX, o azeite de dendê africano veio somar-se vantajosamente às gorduras essencialmente animais utilizadas até então. A partir de 1823, graças aos avanços da química, conseguiu-se, além disso, extrair o ácido estereático necessário ao fabrico das velas: assim, o azeite de dendê serviu para a iluminação das cidades europeias antes de ser progressivamente destronado, a partir de 1860, pelos óleos minerais e, seguidamente, pelo gás. Por último, graças aos industriais de Liverpool, passou a ser uma matéria-prima procurada pelos fabricantes de sabão: fabricado à base do azeite de dendê, o sabão inglês, amarelo, mole e barato, tornou-se rapidamente, além-Canal da Mancha e além-Atlântico, um produto do consumo de massas; na França e nos outros países da Europa, o azeite de dendê só entrou no fabrico dos sabões na segunda metade do século, após a descoberta, em 1852, de um processo químico que permitia descolori-lo.

A Inglaterra, que era de longe o primeiro consumidor, aumentou maciçamente as suas importações, que quadruplicaram entre os anos 1780 e 1800 e, seguidamente, entre 1800 e 1810 e, de novo, entre 1810 e 1821: o crescimento prosseguiu durante todo o século, tendo atingido mais de 80 000 toneladas por volta de 1900. Na França, a tendência foi idêntica, mas apresentando valores de importação mais reduzidos. A evolução dos preços começou por acompanhar a do consumo, acusando uma tendência persistente para a alta durante a primeira metade do século, antes de cair abruptamente a partir de 1860. Na Inglaterra, o preço da tonelada, em média quinquenal, evoluiu da seguinte maneira:



|           |        |           |        |
|-----------|--------|-----------|--------|
| 1785      | £ 40,4 | 1871-1875 | £ 34,2 |
| 1810      | £ 60   | 1876-1880 | £ 33   |
| 1815-1820 | £ 35   | 1881-1885 | £ 31   |
| 1856-1860 | £ 43,6 | 1886-1890 | £ 20,4 |
| 1861-1865 | £ 37,2 | 1891-1895 | £ 23,6 |
| 1866-1870 | £ 38,4 | 1896-1900 | £ 21,6 |

Alan McPhee, 1971, pp. 32-33

Nesta evolução a longo prazo, o aumento excepcional verificado por volta de 1810 reflete uma espécie de acidente ligado a uma generalizada subida dos preços durante as guerras da revolução e do Império Francês. Na França, país em que a importação do azeite de dendê foi mais tardia, houve a mesma evolução mas com atraso, sendo a tonelada deste produto sucessivamente estimada em 500 francos, em 1837-1846, 1 080 francos, em 1857-1864, 1 000 francos, em 1865 e 750 francos, em 1866.

A descida das cotações a partir de 1860 deve-se a vários fatores. O desenvolvimento da navegação a vapor, ao dar a possibilidade de importar grandes quantidades de mercadoria em pouco tempo para a Europa, teve como consequência uma baixa generalizada dos preços das mercadorias vindas pelo mar. Mas houve sobretudo a concorrência de outras substâncias graxas também baratas: petróleo da Pensilvânia, sebo da Austrália e da Rússia, óleos vegetais da Índia. A queda teria sido ainda mais dramática se o azeite de dendê não tivesse encontrado novas utilizações, em especial como agente antioxidante destinado a uma indústria em pleno surto no último quarto do século, a das conservas em lata. Os produtores africanos foram também salvos de certa forma pela moda da castanha dos caroços de dendê ou coconote. Estes começaram por ser utilizados, a partir de 1853, como matéria-prima para o fabrico de sabões brancos, mais apreciados na França do que os sabões amarelos. No último terço do século, a indústria alemã deu a essas castanhas um novo escoadouro: o óleo (palmiste) extraído dos caroços servia para o fabrico da margarina, sendo os resíduos utilizados na alimentação dos animais. Como mostram os dados disponíveis para Lagos, os produtores africanos tentaram compensar a estagnação ou o recuo das exportações de azeite de dendê por um aumento espetacular das vendas de castanhas do caroço:

| Anos | Azeite de dendê | Caroços  |
|------|-----------------|----------|
| 1862 | 1 800 t         | 0 t      |
| 1870 | 6 000 t         | 16 000 t |
| 1877 | 11 200 t        | 31 000 t |
| 1890 | 10 800 t        | 43 000 t |

## Os rios de azeite

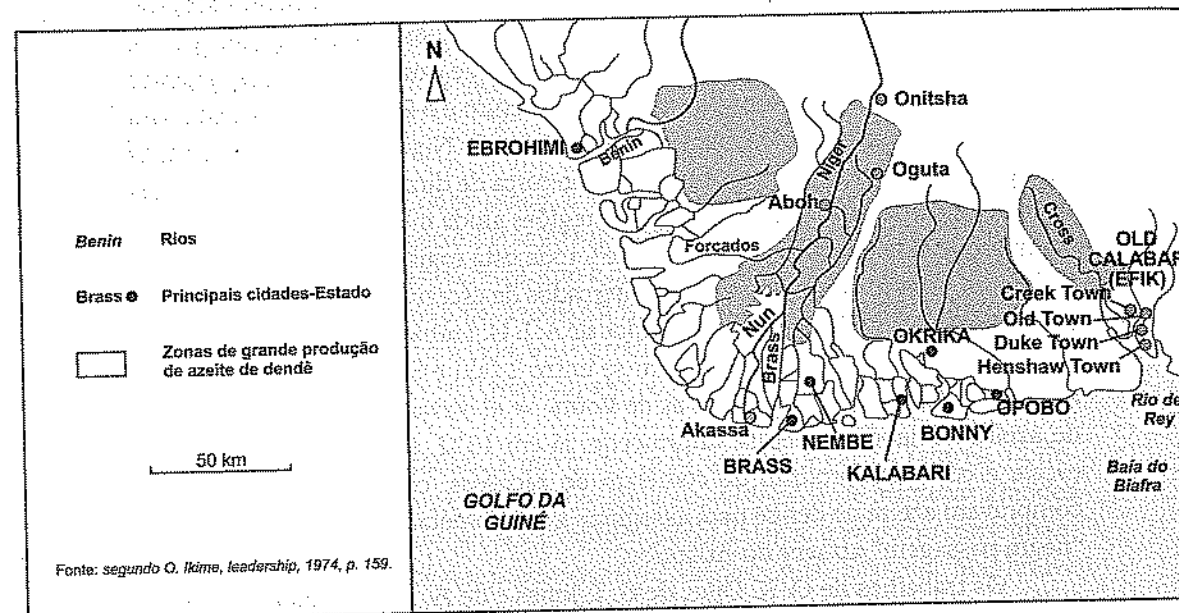
Foi no sudeste da Nigéria atual que se deu da forma mais espetacular a transição do tráfico negreiro para o comércio do azeite de dendê, com todos os efeitos sociais e políticos ligados a um processo de tal amplitude. A região, que corresponde à foz do Níger (documento 24), é “um verdadeiro labirinto de enseadas e lagunas” (Onwuka K. Dike) que cobre de oeste a leste uma distância de uns quatrocentos quilômetros entre o Rio Benim e o Rio Cross. Da costa para o interior, as cidades comerciais situadas na boca do Níger controlavam as zonas produtoras de azeite numa profundidade de cerca de duzentos quilômetros, mas o Níger permitia carrear as produções de regiões ainda mais remotas. Antes de se transformar nos famosos “rios de azeite”, toda esta região devia a sua reputação ao fato de constituir um dos maiores mercados de escravos na costa atlântica: no final do século XVIII, segundo os cálculos de A. J. H. Lathan, as exportações anuais de escravos do Old Calabar situavam-se entre 2 000 e 5 500 homens, tal como as do New Calabar, ao passo que as de Bonny se elevavam a 15 000. O comércio de azeite de dendê começou muito cedo, já em 1522, mas em muito pequena escala e como subproduto do comércio de escravos: com efeito, os negreiros compravam azeite de dendê para assegurar a subsistência da sua carga durante a “negra passagem” através do Atlântico.

Os trabalhos de O. K. Dike, de G. I. Jones e de A. J. H. Lathan mostraram com rara riqueza de pormenores a que ponto as sociedades do delta do Níger se tinham reestruturado para responder o melhor possível aos condicionalismos e oportunidades do comércio externo. Se é certo que a base da população era constituída pelos ibos, a persistência das migrações para uma região considerada rica e a incorporação maciça de escravos nas linhagens indígenas haviam dado origem a uma sociedade muito misturada: em finais do século XIX, um dos chefes do Old Calabar estimava que a sua população era composta “pelo menos, por 13 tribos diferentes”. A organização política dessas sociedades era a de “cidades-Estado” (O. K. Dike), nas quais a cidadania era definida pela residência e não pelo parentesco nem pela pertença a uma linhagem indígena. Essas cidades-Estado eram de governo monárquico, em especial em Bonny, Warri e New Calabar, ou de governo republicano, como em Old Calabar e em Brass, sendo que cada um destes regimes comportava contradições específicas.

Bonny, provavelmente a monarquia mais antiga, conhecera um demorado antagonismo entre as “casas reais”, até que a “casa de Pepple”, do nome do fundador, levou a melhor sobre as outras em finais do século XVII ou no início do século XVIII. Mas as tensões persistiram, levando à criação de uma cidade-Estado independente, Opobo, nos anos 70 de oitocentos. Aspirando à hegemonia e exercendo-a de fato, Bonny não cessou de conduzir uma ativa política de alianças ou de guerras com os seus vizinhos: essas guerras recorrentes, internas e externas, haviam servido para alimentar o tráfico negreiro, mas, por várias vezes, viriam a revelar-se desastrosas para o comércio do azeite de dendê. Este foi totalmente

interrompido em 1837, na sequência de uma tentativa de usurpação, e novamente em 1846, devido a uma guerra entre Bonny e Andoni.

**Documento 24: Os "rios de azeite"**



As repúblicas, em comparação, eram menos agitadas. O Old Calabar era composto por quatro cidades comerciais: Duke Town, Creek Town, Henshaw Town e Obutong, que se comportavam cada uma delas como uma unidade política independente com o seu próprio chefe e dotada de um conselho específico. O traço de união entre essas cidades começara por ser o culto de uma divindade aquática, Ndem Efik. Em meados do século XVIII apareceu outro culto, Ekpe, ou, segundo a transcrição europeia, Egbo, o qual O. K. Dike viu como "uma espécie de franco-maçonaria, um culto secreto, que unia as classes dirigentes das outras cidades". Este novo culto nasceu das transformações das práticas comerciais, em especial do desenvolvimento do crédito. Com efeito, tinha como objetivo, nomeadamente, garantir o pagamento regular das mercadorias e o reembolso pontual dos créditos e dos adiantamentos em gêneros: quem não pagasse ficava proibido de negociar. Simultaneamente, a sua organização secreta e o terror que inspirava contribuíam para a coesão social e a paz civil. Os seus membros, que tinham de pagar direitos elevados para entrar na ordem e para mudar de grau (nove graus no total), eram recrutados tanto entre os homens livres como entre os escravos; no entanto, os quatro graus mais elevados eram reservados aos homens livres. A eficácia da fraternidade *egbo* foi tal que, no século XIX, vários negociantes europeus conseguiram tornar-se membros, tal como alguns comerciantes e chefes do interior que não eram cidadãos do Old Calabar. Isso mostra que em todas essas cidades-Estado as estruturas sociais apresentavam uma grande complexidade:

As pessoas eram classificadas e hierarquizadas segundo um certo número de critérios diferentes e muitas vezes antagônicos que podem ser interpretados como pertencentes a dois sistemas muito diferentes: um sistema tradicional baseado principalmente no parentesco e um sistema mais recente baseado antes de tudo na riqueza. O sistema tradicional indicava provavelmente onde se encontrava o poder no passado; o novo sistema mostrava muito claramente onde ele residia [...] no século XIX.

Mesmo no vocabulário local, a unidade social de base deixara de ser a família ou a linhagem (*ummuna, ekpuk*): passara a ser a "casa" (*house, wari, ulo, ufok*, consoante as regiões). Formando a unidade de base tanto da produção como do comércio e do sistema de governo, a casa compreendia, junto com a família, outros parentes, bem como estrangeiros e escravos. Em meados do século XIX, as "pequenas casas" eram as que compreendiam apenas 300 a 1 000 membros, ao passo que as "grandes casas" e as "casas reais" registravam milhares. Em 1847, a "casa" de King Eyo em Creek Town (Old Calabar) contava vários milhares de escravos que eram utilizados para trabalhar a terra, fundar novas aldeias e fazer comércio a bordo de 400 grandes pirogas. Desde a época do tráfico negreiro, a escravatura passara a ser a célula de base da sociedade e os comerciantes do delta haviam ganho o hábito de manter os melhores escravos ao seu serviço. No século XIX, com o aumento das trocas comerciais e o enriquecimento de alguns escravos, formou-se um novo tipo de casa, a *canoe house*. Enquanto, anteriormente, só as pessoas de origem real ou principesca podiam fundar uma "casa", a partir daí bastava ser suficientemente rico e comprar e equipar uma piroga capaz de transportar entre 80 a 140 homens para estar autorizado a participar nos rituais dos chefes e a fundar a sua própria *canoe house*. Em teoria, esta era independente em matéria comercial, mas encontrava-se subordinada a uma "casa" no tocante às questões políticas.

Estas estruturas flexíveis, nas quais a habilidade para enriquecer e a riqueza material adquirida eram os fatores de uma mobilidade social bastante grande, explicam por que motivo os "rios de azeite" se lançaram com tanta prontidão no comércio das oleaginosas. O Old Calabar, que havia inaugurado as exportações de azeite, dominou o mercado até cerca de 1830 antes de ceder o lugar a Bonny. Entre 1815 e 1820, a cidade comercial de Cross River exportou entre 1 200 e 1 500 toneladas por ano. Com 2 000 toneladas em média durante os anos 20, representava, consoante os anos, entre 35% e 65% das exportações da África Ocidental para a Grã-Bretanha. A partir de 1830, aproximadamente, à medida que aumentavam as exportações oeste-africanas, as do Old Calabar estagnavam e a parte dos outros "rios de azeite" expandiu-se. Durante os anos 40, com 15 000 a 20 000 toneladas exportadas por ano, o delta do Níger era praticamente o único fornecedor dos britânicos na África Ocidental: o Old Calabar fornecia apenas 4 000 a 5 000 toneladas, ao passo que Bonny expedia entre 7 000 e 8 500 toneladas. Em 1855-1856, num momento em que toda a costa ocidental da África exportava

cerca de 40 000 toneladas de azeite de dendê para Inglaterra, os "rios de azeite" forneciam-lhe cerca de 25 000 toneladas, assim repartidas:

- mais de 16 000, de Bonny e New Calabar;
- 4 000 de Old Calabar;
- mais de 2 300 de Brass;
- o resto repartido por pequenos portos.

Dez anos mais tarde, em meados da década de 60, a parte dos "rios de azeite", a começar por Bonny, continuava a ser superior a 50%. No tocante ao óleo da castanha do dendezeiro (palmiste), cujo comércio só passou a ser importante após 1869, Lagos tomou a dianteira face aos "rios de azeite": em 1887, o porto de Lagos exportava mais de 31 000 toneladas de palmiste, contra 10 000 toneladas para o Old Calabar, 6 000 para Opobo e 6 000 para o Benim.

A indiscutível ascensão das trocas comerciais não deixou de ter consequências nas estruturas da produção e da comercialização e, por essa via, na sociedade global. As cidades comerciais não produziam elas próprias o azeite de dendê. Tinham escolhido a sua implantação e situação em função do comércio de escravos. As cidades satélites do interior que elas controlavam tinham-se especializado, em grande parte por necessidade, em virtude da pobreza dos seus solos, na produção de víveres. O azeite provinha pois de aldeias mais afastadas que pertenciam ao que se chamava o "império comercial" das cidades-Estado e que estas controlavam graças a numerosos mecanismos. Um deles era o envio regular de "prendas" aos chefes do interior por parte dos príncipes-mercadores da costa. Outro residia na própria prática comercial, pois, tal como na época do tráfico negreiro, esses chefes recebiam das cidades costeiras adiantamentos em gêneros relativamente importantes, que tinham de pagar com azeite de dendê. Por último, vindo atenuar essa subordinação financeira, uma espécie de fraternidade religiosa ligava as aldeias produtoras e as cidades-Estado.

A cidade de *Arochukwu* ("a voz de *Chukwu*", o Deus supremo), no curso médio do Rio Cross, era residência de um oráculo cujas palavras eram respeitadas em todo o "império comercial"; além disso, os membros ativos da fraternidade *aro*, providenciavam mercenários armados a fim de castigar as aldeias que recusassem obedecer ao oráculo. Por suas inúmeras condenações, o oráculo fora um dos grandes provedores do comércio negreiro. No início do século XIX, converteu-se por seu turno ao comércio do azeite de dendê, de que se fez propagandista persuasivo. Parece efetivamente que, nas aldeias do interior, a produção de azeite de dendê foi principalmente assegurada por escravos cujo comércio prosseguiu durante a maior parte do século.

Nas cidades-Estado, as novas relações sociais geradas pelo comércio das oleaginosas estiveram na origem de uma grande efervescência social e política que se exprimiu muitas vezes por meio de uma guerra civil declarada. Ao contrário do tráfico negreiro, este novo comércio exigia um pessoal relativamente numeroso,

para o transporte e a armazenagem do azeite, bem como para todas as operações de gestão. Esse trabalho foi quase sempre realizado pelos escravos, cujo número aumentou, tanto nas cidades costeiras como nas aldeias satélites. Assim, em Duke Town, a população passou de cerca de 2 000 habitantes em 1805 para 6 000 por volta de 1850, aos quais se juntavam cerca de 60 000 escravos nas plantações das aldeias satélites. Por todo o lado, os mecanismos que até então haviam assegurado a sujeição dos escravos tornavam-se ineficazes: em Old Calabar, a vontade de mudança veio principalmente dos escravos das plantações, ao passo que, em Bonny, se manifestou sobretudo entre os escravos das cidades ligadas ao comércio do azeite de dendê.

Em Old Calabar, a rigidez e o imobilismo da fraternidade *egbo* excluía quase completamente os escravos da esfera das trocas comerciais e dos lucros. Prolongando a divisão entre cidades comerciais e aldeias produtoras, a segregação entre homens livres e escravos era aí aparentemente mais forte do que nos outros lugares e o despotismo dos senhores mais absoluto. Cada vez mais entregues a si próprias, as aldeias de escravos tinham tendência a considerar-se como autônomas. A partir dos anos 40, o sacrifício ritual dos escravos quando ocorria a morte de um chefe, tornou-se a principal manifestação do antagonismo entre os escravos e os homens livres. Em 1846, para escapar a esse sacrifício, um primeiro contingente de escravos fugiu para zonas não controladas. Embora a fraternidade *egbo* tenha proclamado a abolição dos sacrifícios humanos em 1850, os escravos continuaram a escapar-se e a reunir-se na região do rio Qua, protegida por uma floresta densa, que se tornou o pólo de atração de uma ativa comunidade de evadidos. Muito rapidamente, estes evadidos começaram a estabelecer pactos de sangue, tendo seguidamente constituído a Ordem dos Irmãos de Sangue, que se afirmou como adversário resolutivo da fraternidade *egbo*. Essa ordem iria impor-se como o principal fermento da vida política e da mudança social em Duke Town e em Creek Town, entre 1850 e 1870, aproximadamente.

A primeira revolta dos escravos ocorreu em 1851, quando alguns membros da Ordem foram detidos em Duke Town; os escravos responderam devastando as plantações e ameaçando destruir a cidade se os seus "irmãos" não fossem libertados, o que logo foi feito. Em 1852, tendo morrido o rei Archibong, os escravos voltaram a ocupar a cidade para se oporem eficazmente ao eventual sacrifício de um dos seus. Em 1857, conseguiram que fosse detido um homem livre que matara um dos seus escravos, tendo ido entregá-lo à justiça da fraternidade *egbo*. Estes êxitos repetidos em breve induziram alguns homens livres, mas de condição modesta, a aderir à Ordem, reforçando o seu poderio. Em 1861 e 1871, os seus membros intervieram nos conflitos políticos de Creek Town para pedirem o castigo de personalidades suspeitas de, mediante feitiçaria, terem conseguido a morte do titular do trono. Assim, esta revolução não violenta *avant la lettre* não suprimiu a escravatura em Old Calabar, mas conseguiu instaurar uma espécie de Estado de direito reconhecido por todos.



Em Bonny, certos escravos tinham-se imposto no comércio graças ao seu talento. Os usos proibiam-nos, porém, de fundar a sua própria "casa". É certo que os mais hábeis conseguiram ser eleitos para chefiar as "casas" dos seus senhores, mas tinham de combater sem descanso os preconceitos e a inveja da aristocracia resultante do tráfico negreiro. Alali foi o primeiro desses homens novos: em 1830, após a morte do rei Opubu, o Grande, foi eleito responsável da casa de Anna Pepple, a que esse rei pertencia; em 1833, o conselho nomeou-o regente de Bonny, mas uma coligação entre os britânicos e a casa rival de Dappa Pepple afastou-o do poder. Este antagonismo mergulhou Bonny numa longa guerra civil, de 1854 a 1861. Durante os anos 60, outro escravo, Oko Jumbo, tornou-se o homem influente de uma das maiores casas de Bonny, a de Manilla Pepple. Assim, as querelas no seio da aristocracia foram arbitradas por escravos ou antigos escravos; mas o espírito público não suportava que acedessem às responsabilidades supremas. O mais famoso desses escravos, Ja Ja, torneou a dificuldade fazendo secessão e fundando a sua própria cidade-Estado. Ao contrário dos seus dois predecessores, Ja Ja não era um escravo nascido na linhagem do seu senhor, o que constituía um obstáculo suplementar. Nascido em 1824 no coração do país ibo fora vendido aos doze anos e, seguidamente, o seu proprietário oferecera-o como prenda ao chefe da casa de Anna Pepple. Por volta de 1860, era um dos comerciantes mais reputados de Bonny e manipulava todos os anos pelo menos 50 000 libras, segundo o cônsul britânico Richard Burton. Quando Alali morreu (1863), sucedeu-lhe à frente da casa de Anna Pepple que resolveu reforçar, absorvendo as pequenas casas independentes que a sua riqueza, aliás, atraía. O rei de Bonny, que vinha da casa de Manilla Pepple, ficou alarmado: em 1869, os seus homens atacaram Ja Ja, que se retirou com todo o seu séquito e os seus partidários para o norte do território de Andoni. A habilidade suprema de Ja Ja consistiu em recusar combater no interior do território de Bonny, onde não tinha nenhum futuro político, e em fundar um novo Estado. Em outubro de 1869 os chefes e notáveis da casa de Anna Pepple assinaram um *Minima Agreement* que fazia dele o rei de Opobo. Idealmente situada, esta cidade conseguiu captar uma parte do comércio que antes era controlado por Bonny. Grande foi a reputação de *Jo Jo na Ubani* (Jo Jo de Bonny?) que atraiu a si numerosos ibos, comerciantes, guerreiros e feiticeiros. Como a maior parte dos mercadores costeiros, opôs-se firmemente à penetração comercial e política dos britânicos que haviam de o deter em 1887 e de o exilar nas Antilhas.

Com efeito, a exasperação dos litígios comerciais foi uma das consequências do desenvolvimento dos negócios, resultante do "comércio lícito". Até aos anos 70, os europeus nunca deixaram de se queixar do intermediário custoso que eram as cidades-Estado, tal como o afirmou o cônsul inglês Charles Livingston em 1874:

Os corretores pretos são protecionistas estritos e não permitem qualquer comércio com os pretos ou os brancos, à exceção do comércio de mercadorias que lhes passam pelas mãos, ao preço que eles próprios estabelecem; e todas as tribos fluviais ou costeiras fazem o mesmo com os vizinhos imediatos para o interior. (Citado por O.K. Dike, 1956, p. 103).

Os africanos acusavam, e com razão, os europeus de lhes fornecerem produtos de má qualidade ou sem qualquer valor exigindo preços elevados, o que, adicionado ao sistema de crédito, levava inevitavelmente a abusos. Foi assim que, em 1856, houve navios de Liverpool que reivindicaram ter dado um adiantamento aos comerciantes de Old Calabar equivalente a 9 200 toneladas de azeite de dendê, numa altura em que Cross River exportava anualmente entre 3 000 e 5 000 toneladas desse mesmo produto: com base nisso, quiseram proibir que outros comerciantes tivessem negócios em Old Calabar durante dois anos e meio. Os arquivos consulares britânicos estão cheios de relatos de conflitos, mais ou menos graves, entre europeus e africanos: ataques de comerciantes britânicos a cidades ou a bairros africanos; parada ou suspensão de qualquer tipo de atividade comercial por parte dos africanos; intervenção da marinha de guerra inglesa. Estes conflitos eram particularmente frequentes em Old Calabar, sem dúvida devido à relativa dispersão do poder entre as quatro cidades constituintes: o que explica o papel crescente da fraternidade *egbo*. Pelo contrário, em New Calabar, a casa real de Amakiri proibiu os seus súditos de aceitarem qualquer adiantamento. Em Bonny, os britânicos e os africanos acordaram em constituir uma *Court of Equity*, que funcionou a partir de 1850, aproximadamente, sob a presidência do rei: as suas decisões não tinham recurso possível e quem se recusasse a obedecer-lhes era banido do comércio.

Os africanos procuraram outros modos de escapar às práticas monopolizadoras dos europeus. Um deles consistiu em recusarem os sortidos de produtos já preparados e em especificarem os produtos que queriam em troca: alguns, nomeadamente em Bonny, tentaram em vão ser pagos com dinheiro europeu ou dos Estados Unidos da América. Em 1852, a abertura da primeira ligação entre a África e a Europa pelos barcos a vapor proporcionou novas oportunidades: em 1857 e 1858, King Eyo *Honesty* de Old Calabar, a quem os europeus exigiam 18 000 libras (ou seja 400 toneladas de azeite de dendê) de dívidas, fretou um barco de Liverpool, o *Olinda*, para escapar aos credores.

A mais longo prazo, os comerciantes dos "rios do azeite" quiseram aprender as competências técnicas necessárias para evitarem que os britânicos os enganassem ou, melhor ainda, para se libertarem totalmente da sua dependência. A partir do fim do século XVIII, a gente de Old Calabar que morara na Inglaterra e que lá se tinha instruído abria escolas segundo o modelo britânico, reservadas aos filhos de boas famílias. Estes últimos aprenderam a manipular a língua inglesa, o que se revelou muito útil para resolver os inúmeros litígios que opunham as cidades-Estado e os comerciantes aos administradores britânicos. O número de escolas aumentou durante o século XIX, sob a influência de missionários britânicos mas também de negros anglicizados, originários da Gold Coast, da Serra Leoa ou regressados das Américas. Estes últimos ensinavam a língua inglesa e a matemática aos jovens e eram mais apreciados do que os missionários: em 1875, os chefes de Bonny lembraram a Monsenhor Samuel Adjai Crowther que:

Não queriam que ensinassem a religião às crianças porque elas já aprendiam o suficiente em casa e porque os próprios chefes os instruíam sobre essas questões: queriam que as crianças fossem instruídas no sentido de aprenderem o mais rapidamente possível a arte de gerir comercialmente o azeite de dendê e para poderem tratar de outros assuntos análogos no que diz respeito ao comércio.

Esta apropriação das técnicas comerciais britânicas beneficiou ainda do fato de serem cada vez em maior número os ingleses e negros anglicizados que viviam nos “rios de azeite”, atraídos pela importância dos negócios da zona. Em 1856, dois anos depois de ter sido provada a eficácia do quinino na prevenção prolongada da malária, havia duzentos Europeus estabelecidos no delta do Níger. Em 1871, cinco barcos a vapor estabeleciam a ligação entre Liverpool e os “rios de azeite” onde moravam permanentemente 2 500 europeus e britânicos de origem africana; estes últimos constituíam uma forte minoria de origens diversas, sendo os maiores contingentes originários de Serra Leoa, de Acra, de Lagos, e das Antilhas Inglesas. Alguns, seguindo o exemplo dos príncipes mercadores autóctones, possuíam escravos. A maior parte deles exerciam profissões especializadas (empregados de comércio, ferreiros, alfaiates, carpinteiros etc.).

E, assim, o comércio do azeite de dendê deu origem ao nascimento de uma sociedade cosmopolita em todos os aspectos, em que a mobilidade social era efetiva, as oportunidades e as estratégias de promoção individual, múltiplas e complexas, e os conflitos de classes cada vez mais manifestos.

#### Daomé

Os fatores, os mecanismos e as consequências internas da transição entre o comércio negreiro e o dos produtos da palmeira de dendê são ainda mais bem conhecidos no caso do reino de Abomé (Daomé). Este tirava grandes proventos do tráfico negreiro, embora ainda hoje haja dúvidas sobre o lugar e a importância reais dessas trocas comerciais externas no processo de reprodução e desenvolvimento do Estado: para uns, o Daomé teria tido uma necessidade imperativa dessas trocas comerciais para manter a sua prosperidade e, graças às armas de fogo, o seu poderio; outros adiantam a hipótese segundo a qual, sem os rendimentos do tráfico negreiro, poderia, graças às suas estruturas econômicas e às suas técnicas militares, alcançar o mesmo nível de prosperidade e de poderio. A passagem ao “comércio lícito” do azeite de dendê teria pois sido ditada menos pela razão de Estado do que pelo simples cálculo econômico dos lucros que desse comércio se poderiam tirar.

Antes de tudo, da análise da cronologia bastante complicada dessa transição (documento 25) ressalta que não faltaram as incitações vindas do exterior, cada uma com o seu peso próprio; por um lado, as pressões essencialmente políticas e militares do Reino Unido, cujos negociantes, definitivamente convertidos ao “comércio lícito”, obtinham bons lucros no azeite de dendê em Lagos e na foz do Níger; por outro lado, a ação predominantemente comercial dos franceses, que

se revelou mais decisiva. Chamada a gozar de um quase monopólio no comércio do Daomé até ao fim dos anos 60 dos oitocentos, a casa marsehesa dos irmãos Régis assinou com o rei Ghezo um importante tratado comercial já em 1843, o qual foi renovado em 1851. Os Régis, que muitos acusavam de continuarem a dedicar-se ao tráfico negreiro ilícito, encontraram nesse tratado a forma de firmar pé no comércio remunerador do azeite de dendê e na indústria do sabão, na altura em pleno crescimento. Mas o rei Ghezo ganhava também muito. Os Régis tinham de lhe entregar “costumes” anuais de 15 000 francos e dar todos anos prendas do mesmo valor aos principais dignitários do reino. Comprometiam-se a reservar exclusivamente para o rei a compra de certos bens de prestígio e mercadorias de luxo, como os panos de seda. Além disso, em todas as suas compras, o rei beneficiaria de um desconto de 10%. Os navios de comércio estavam obrigados a efetuar as suas operações exclusivamente no porto de Ajudá e a pagar direitos fixados a elevado nível pelo acordo de 1851: 40 piastras de cauris brancos, 28 panos, 60 galões de aguardente, 15 espingardas e 5 barris de pólvora para cada carga completa desembarcada em Ajudá. Além disso, o Estado reservava para si o direito de tributar os seus súditos que se dedicassem ao comércio de azeite de dendê. Por último, os comerciantes europeus tinham de se submeter às leis gerais do país e às disposições específicas que o rei achasse conveniente aplicar-lhes.

#### Documento 25: O reino do Daomé, do tráfico de escravos ao comércio lícito. Referências cronológicas

|                     |                                                                                                                                                           |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1797                | – Adandozan, rei do Daomé (1797-1818).                                                                                                                    |
| 1805                | – Embaixada do rei do Daomé, Adandozan, à Bahia (Brasil).                                                                                                 |
| 1810                | – Embaixada do rei de Ardres (Porto-Novo) ao Brasil. Tratado anglo-luso: tráfico negreiro autorizado em Ajudá.                                            |
| 1811                | – Embaixada do rei do Daomé ao príncipe regente do Brasil.                                                                                                |
| 1818                | – Ghezo, rei do Daomé (1818-1858).                                                                                                                        |
| ca. 1810 - ca. 1840 | – Apogeu do comércio de escravos em Ajudá.                                                                                                                |
| 1826                | – Tratado anglo-brasileiro prevendo a abolição do tráfico negreiro.                                                                                       |
| 1831                | – O tráfico de escravos torna-se ilegal no Brasil.                                                                                                        |
| 1832                | – Primeiras operações comerciais da casa dos irmãos Régis de Marselha em Ajudá e arredores.                                                               |
| 1838                | – Thomas Hutton, comerciante mulato da Gold Coast instala-se em Ajudá para fazer comércio de azeite de dendê.                                             |
| 1841                | – Acordo entre os irmãos Régis e a França que concede aos Régis o forte Saint-Louis em Ajudá.                                                             |
| 1843                | – Acordo entre a casa Régis e o rei Ghezo, negociado por Blaise Brûe, agente de Régis, destinado a promover a exploração e o comércio do azeite de dendê. |
| 1845                | – Missão de John Duncan, em nome da <i>Royal Geographical Society</i> , em Abomé.                                                                         |

|      |                                                                                                                                                                                                                           |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1848 | -O governador da Gold Coast, William Winniet, e o missionário Thomas B. Freeman em Abomé: acordo anglo-daomeano visando favorecer o comércio lícito britânico. John Duncan nomeado vice-cônsul residente em Ajudá.        |
| 1849 | -Morte do Chachá. Edouard Bouët é encarregado pelo governo francês de inquirir sobre o tráfico clandestino de escravos de que era acusada a casa Régis.                                                                   |
| 1850 | -Fracasso da embaixada a Abomé de John Beecroft, cônsul inglês das "baías do Benim e de Biafra", e do comandante Frederik Forbes, da Royal Navy. Abolição efetiva do tráfico de escravos no Brasil.                       |
| 1851 | -Derrota militar do Daomé frente aos egbas de Abeokuta (3 000 mortes). Missão do tenente Auguste Bouët em Abomé: tratado amistoso e comercial franco-daomeano. Lagos, Porto-Novo e Daomé bloqueados pela marinha inglesa. |
| 1852 | -Sob a pressão britânica, Ghezo abole o tráfico de escravos nos seus Estados.                                                                                                                                             |
| 1854 | -Jules Lartigue, agente dos Régis, instala uma fábrica em Lagos e, a seguir, em Palma.                                                                                                                                    |
| 1858 | -Morte de Ghezo. Glèlè, rei do Daomé (1858-1889).                                                                                                                                                                         |
| 1861 | -Os missionários católicos franceses instalam-se em Ajudá. Porto-Novo é bombardeado pelos ingleses.                                                                                                                       |
| 1862 | -Marius Daumas, agente dos Régis, nomeado cônsul da França em Ajudá.                                                                                                                                                      |
| 1863 | -O protetorado francês sobre Porto-Novo é aceito pelo rei Sodji mas contestado pelo Daomé. Protetorado britânico sobre Badagry.                                                                                           |
| 1864 | -Fracasso militar do Daomé face a Abeokuta. Morre o negreiro brasileiro Domingos José Martins, deixando uma fortuna de 163 milhões de réis. Glèlè cede Cotonôu, antigo feudo de Martins, à França.                        |
| 1865 | -A costa do Daomé é bloqueada pela marinha inglesa: cessação definitiva do comércio de escravos.                                                                                                                          |
| 1866 | -Antigos empregados dos Régis fundam a casa Lasnier, Daumas e Cia.: fim do quase monopólio da casa Régis.                                                                                                                 |
| 1867 | -Inflação de cauris no Daomé: as dificuldades orçamentárias levam Glèlè a acentuar a pressão fiscal.                                                                                                                      |

Fonte: cronologia estabelecida por Elikia M'Bokolo.

Embora o Daomé tivesse continuado a vender escravos até aos anos 60, tudo – quer a razão de Estado, quer o cálculo econômico – levava o rei Ghezo a apanhar o trem da mudança. A razão de Estado intimava-o a não afrontar diretamente a poderosa esquadra britânica e a extrair as conclusões adequadas das aceleradas mudanças que se operavam no equilíbrio geopolítico dos povos e dos Estados do golfo da Guiné. Graças ao apoio britânico, os egbas, que até então tinham sido uma das principais fontes de abastecimento do Daomé em escravos, souberam opor uma resistência eficaz ao poderoso vizinho e repelir vitoriosamente os seus ataques em 1851 e 1864. Estes reveses mostravam que a guerra, que fora a única expressão da política externa do Daomé, tinha de passar a contar com

uma política de coexistência e de paz e que havia que reorientar completamente as forças vivas do país. A evolução das trocas comerciais ia no mesmo sentido. Antes da utilização maciça dos cauris, a partir de 1860, aproximadamente, o ouro era o meio de pagamento mais corrente na Costa dos Escravos. Quando o tráfico negreiro passou a ser ilícito, os europeus já não os podiam aceitar em pagamento das mercadorias. Ora, os cubanos e os brasileiros que queriam escravos tinham poucas mercadorias a propor aos africanos. Assim sendo, foi-se estabelecendo um comércio triangular judicioso, bem descrito por Régis em 1850, que permitia aos europeus tirar proveito do comércio vergonhoso dos escravos sem o praticar diretamente:

Os navios havaneses e brasileiros traziam dobrões que eram trocados por cargas de escravos, passando esses dobrões depois para as mãos dos capitães ingleses, franceses, americanos e hamburgueses que, ancorados no porto, vendiam aos traficantes do país panos de algodão, aguardente, tabacos e outras mercadorias da Europa. (Citado por Bernard Schnapper, 1961, p.169).

Ora, o ouro do Brasil e de Cuba foi-se tornando cada vez mais raro, a ponto de os brasileiros, a começar por Francisco de Souza, começarem a propor aos africanos tabaco e cachaça em quantidade crescente, em lugar do metal amarelo. Para obter as mercadorias da Europa só restava ao Daomé uma solução: vender aos europeus os produtos que eles queriam. Contudo, esta opção não foi fácil de tomar, a crer na versão dos acontecimentos relatada por Maximilien Quenum: enquanto o agente dos irmãos Régis tentava convencer Ghezo a vender azeite de dendê aos europeus, o chachá teria tentado dissuadi-lo, mandando dizer-lhe:

Senhor, Houénou, o vosso ministro do Comércio, prepara-vos o mais horrível dos dissabores! O milhete e a castanha do dendezeiro formam a principal substância dos vossos soldados em campanha; Houénou quer entregar a castanha aos europeus. [...] Como podereis então continuar a abastecer as vossas tropas? (Maximilien Quenum, *Au pays des Fons. Us et coutumes du Dahomey*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1936, p. 134).

Outro risco residia no fato de os europeus, cada vez mais numerosos, poderem ser tentados a instalar-se no país e, por sua própria presença, ameaçarem a segurança do Estado. Os reis do Daomé encontraram a resposta para isso, limitando severamente a liberdade de circulação dos comerciantes estrangeiros, confinando-os em Ajudá, sendo certo que havia brasileiros que tinham obtido o direito de se instalarem na sua capital, em Abomé, e multiplicando as medidas que os mantinham afastados da sociedade:

Eis os princípios em que se baseiam as relações do Daomé com os brancos:

- 1.º Os brancos não entram no Daomé senão por pura tolerância.
- 2.º Só podem sair do país com autorização do rei ou dos chefes e depois que *estes lhes tenham aberto as portas para isso*.
- 3.º Ninguém se pode estabelecer no reino sem autorização expressa do rei.



4.º Ninguém tem liberdade de circular no interior, salvo tendo obtido autorização para isso.

5.º Quem se quiser dedicar ao negócio tem de *pedir autorização para o comércio*; sendo que as autoridades se reservam sempre o direito de *voltar a retirá-la*, quando bem entenderem.

6.º Os negociantes não têm a liberdade de comprar os produtos do país cuja exportação não tenha sido aprovada. Estão proibidos de vender certas mercadorias, como, por exemplo, o *pano do rei*. Há outras mercadorias que não estão autorizados a vender a retalho, visto que o direito de venda a retalho é um privilégio reservado à gente da terra.

7.º Por vezes o valor de certos produtos exóticos varia, de sorte que o negociante é obrigado a elevar notavelmente os seus preços. Esta mudança de preços, por mais fundamento que tenha, expõe-o a discussões intermináveis e a fortes multas. (Abbé P. Bouche, *La Côte des Esclaves et le Dahomey*, Paris, E. Plon, Nourrit et Cie, 1885, pp. 400-401).

Nessas condições, o comércio do azeite de dendê só teve a sua ascensão bastante tardiamente, em comparação com os “rios de azeite” e mesmo Lagos, que, aliás, exportaram uma quantidade muito maior do produto do que o Daomé:

- a primeira exportação deu-se em 1841, com apenas 40 barricas;
- em 1843, Ajudá exportou 660 000 litros, e, depois, 1,2 milhão de litros em 1844;
- em meados dos anos 60, os valores oscilavam entre 2 300 e 2 700 toneladas, sendo que os negociantes estimavam em 6 000 a 7 000 toneladas as possibilidades de exportação do reino de Abomé; em comparação, na mesma época, Porto-Novo exportava anualmente 4 000 toneladas de azeite de dendê, Lagos entre 5 000 e 6 000 (mais 15 000 a 20 000 toneladas de palmiste) e os “rios de azeite” 25 000;
- em finais do século XIX, estimavam-se em 9 000 toneladas de azeite de dendê e 22 000 toneladas de castanha os valores exportados pela colônia de Daomé.

No entanto, em meados do século XIX, a mudança operara-se, e após um novo bloqueio econômico britânico, em 1865, o comércio dos escravos extinguiu-se, o que fez da palmeira de dendê a principal riqueza de exportação do Daomé.

Muito antes de ser explorada pelos comerciantes europeus, a palmeira de dendê era amplamente utilizada para múltiplos fins: alimentação; confecção de cubatas, de barreiras, de cordas e de pequenos objetos de cestaria e de entrancados; utilização ritual. Uma das variedades, *fade* ou *agonde*, era (e ainda é) reputada como “palmeira feitiço”, cuja castanha era utilizada pelos feiticeiros para botar mau olhado e cujo azeite servia para o exercício dos cultos: “As palmeiras propriamente ditas são objeto de veneração e destruí-las seria um crime severamente punido” – sublinhava o botânico Adam em finais do século XIX. Se é certo que a exportação

maciça de azeite de dendê foi acompanhada por uma espécie de revolução, esta incidiu muito mais nas estruturas de produção e de comércio do que nas técnicas.

As técnicas de colheita e de fabrico obedeciam a práticas antigas e bem comprovadas. Do mesmo modo, os métodos e técnicas de cultivo não pareciam ter sofrido grandes transformações. O desenvolvimento da cultura da palmeira para exportação não arrastou consigo a ruína das culturas hortícolas: os fornecimentos às feitorias só se faziam uma vez colhidas as quantidades necessárias ao consumo local. Não houve monocultura, pois, sob as palmeiras, os agricultores cuidavam de praticar culturas intercalares, nomeadamente, milho, inhame, legumes diversos e, sobretudo, mandioca. Esta conheceu inclusive um desenvolvimento prodigioso no século XIX, em especial após a seca do período 1845-1848 e a difusão da técnica de fabrico do *gari*, que se deveu ao chachá Francisco de Souza.

No plano das estruturas, a primeira inovação consistiu numa redefinição do papel e das funções do Estado. Sem renunciar ao seu caráter militar e guerreiro, o Estado, que se manifestara como predador perante os seus vizinhos, soube transformar-se em organizador e regulador da produção. Para tal, a primeira coisa que se fez foi recorrer à ideologia da realeza. Tal como, na época do tráfico negreiro, visto que o rei não podia ver o mar, se criara uma administração especial encarregada de organizar essa atividade chefiada pelo *yevogan* (ministro dos brancos), assim também se considerou que o rei, embora fosse proprietário eminente de toda a terra do Daomé e possuísse vastos domínios, não podia trabalhar a terra com as suas mãos nem vender azeite de dendê. Segundo Skerchly, que dirigiu uma feitoria no Daomé em 1871, existia um duplo do rei, que, no reinado de Ghezo, era Gahopwe e, no de Glèlè, Addokpon; considerado como o “rei da selva”, esse duplo era oficialmente o proprietário dos palmeirais e o responsável pela venda do azeite e da castanha do dendezeiro.

Um funcionário, o *tokpo* (ministro da Agricultura), velava estritamente pela observância de uma regulamentação minuciosa e exigente, elaborada por Ghezo: obrigação de explorar os palmeirais e de os manter corretamente; proibição de cortar a mínima palmeira sem autorização expressa do rei. Em caso de falta, os agricultores individuais pagavam uma multa ou era-lhes confiscada a terra; quando os palmeirais eram de exploração coletiva, o rei destituía o respectivo chefe. O *topko*, à frente de uma administração numerosa, veio sobrepor-se a um sistema de organização e de controle da produção agrícola que remontava à própria origem do reino e cujas principais articulações, segundo Melville J. Herskovits, se apresentavam da forma que se segue: na cúpula, o *xeni*, o seu adjunto, o *adjaka*, e o respectivo pessoal, encarregados de velar por uma produção equilibrada de víveres; à frente de cada aldeia, o *glega*, que era responsável pelas atividades agrícolas. O *xeni* era simultaneamente o chefe e o representante dos grandes proprietários ou *gletanu*. Quando da festa dos “costumes”, que, para o rei, era também a oportunidade de recensear a população e de tomar conhecimento da sua repartição entre os diferentes ofícios, dois dignitários especiais, o *naye* e o

seu adjunto, o *kposi*, estavam encarregados de seguir exclusivamente a contagem dos agricultores.

O comércio do azeite de dendê deu origem a uma nova fiscalidade, que veio somar-se aos antigos impostos. Houve primeiro o *kuzu*, imposto sobre o azeite, que simbolizava a propriedade eminente do rei sobre todas as terras e cujo montante era mal conhecido: 1/18 da quantidade comercializada em finais do século XIX, segundo testemunhos recolhidos por Melville J. Herskovits, sendo que o imposto era mais oneroso para os grandes produtores (3 moringas para uma produção de 10 moringas) do que para os pequenos e médios produtores (2 moringas ou uma moringa e meia para uma produção de 8). Além disso, havia postos alfandegários instalados nos mercados, nas estradas e à entrada das cidades que cobravam cerca de 10% do azeite transportado.

A produção propriamente dita era assegurada em explorações de dimensões e formas muito variáveis. Os *cabécères* ou dignitários do reino possuíam vastas plantações: os grandes negociantes, a começar por Ahjovee e pelo antigo escravo Quenum (Houénou), que se tornara ministro do Comércio, foram os primeiros a compreender a rentabilidade do novo comércio do azeite de dendê e a expandir os seus domínios onde trabalhavam numerosos escravos, agora mais fáceis de obter dada a crescente precariedade do tráfico negreiro. A este modelo de plantações escravagistas opunham-se as pequenas explorações familiares, nas quais o homem e a mulher repartiam o trabalho: ao homem cabiam a cultura da palmeira e a colheita do caroço; às mulheres, a extração do azeite e a sua comercialização.

As mutações que estas indicações sugerem foram principalmente de três ordens. Em primeiro lugar, apesar da persistência da ideologia associada à realeza que fazia do rei proprietário eminente, a terra adquiriu um novo valor, tornando-se cada vez mais objeto de apropriação privada, como constatou Edouard Foa nas vésperas da conquista do reino pelos franceses:

Além da cubata, os habitantes possuem muitas vezes pequenas propriedades que cultivam eles próprios ou que alugam a outros. Dessa forma, todos os terrenos cultivados em torno das cidades e das aldeias são fragmentados num grande número de propriedades. O preço de um terreno é insignificante: é ajustado amigavelmente e não em proporção exata da sua superfície. Assim, o rei vende aos seus súditos, em proveito dos seus rendimentos, numerosas pequenas porções do seu território, que recupera quando bem lhe apetece sob qualquer pretexto e sem restituir o dinheiro. O preço varia consoante os resultados que deu a cultura no terreno que se quer comprar. (E. Foa, *Le Dahomey. Histoire. Géographie. Moeurs. Coutumes. Industrie. Expéditions françaises (1891-1894)*, Paris, A. Hennuyer, 1895, p. 199).

A mão-de-obra também adquiriu novo valor, o que se traduziu por duas evoluções contrastantes. Os ricos negociantes e dignitários acumularam os escravos cujo número aumentou e cuja condição provavelmente piorou. Mas o salariado

também se desenvolveu, pois muita gente, antigos escravos, artesãos ou muito pequenos agricultores alugava a sua força de trabalho para assegurar a produção de azeite de dendê e sobretudo o seu transporte para os mercados e feitorias: com efeito, o azeite era transportado em parte pelas estradas, em moringas de cerca de vinte litros, o que correspondia à carga de um homem, enquanto a castanha do dendezeiro chegava aos mercadores em sacos ou, quando em óleo, em barris com uma capacidade média de vinte e cinco quilogramas.

A mudança social extravasou pois amplamente do setor produtivo diretamente ligado à palmeira de dendê. Constituiu-se uma ativa classe de intermediários locais que soube tirar proveito dos entraves postos pelo rei às deslocações dos europeus e que, sensível ao rigor das penas incorridas por quem perturbasse o comércio, pôs particular empenho em aceitar a menor quantidade possível de adiantamentos e de créditos e, sobretudo, em pagá-los a tempo. Mais abaixo na escala social, o transporte do azeite de dendê e do óleo palmiste foi também proveitoso para os pirogueiros que souberam tirar o melhor partido das vias de comunicação naturais oferecidas pelas lagunas: em finais do século XIX, esses pirogueiros tinham-se constituído em corporações altamente organizadas e reputadas por sua pontualidade.

Assim, ao contrário do tráfico negreiro que fora no Daomé exclusivamente negócio de Estado, isto é, do rei e dos grandes dignitários, o comércio do azeite de dendê representou um momento crucial na história económica da Costa dos Escravos: o da integração no comércio internacional das aldeias e gentes que até aí tinham conseguido preservar uma ampla autonomia e que tiveram de passar a contar com a evolução das cotações dos seus produtos, determinada no exterior.

## 2. O amendoim

O desenvolvimento do "comércio lícito" do amendoim não só foi mais tardio do que o do azeite de dendê, como apresentou também duas particularidades notáveis: se o azeite de dendê encontrou a sua terra de eleição nos países ribeirinhos do Golfo da Guiné, a cultura do amendoim floresceu principalmente na Senegâmbia; além disso, o comércio do amendoim foi um quase monopólio da França, ao passo que o do azeite de dendê ficou amplamente na mão dos britânicos.

### Os fatores do crescimento

Enquanto a palmeira de dendê era uma planta nativa na África, o amendoim ou "pistache da terra" veio do Novo Mundo, segundo caminhos e uma periodização que continuam mal conhecidos, como acontece com quase todas as plantas africanas de origem americana. O seu primeiro berço teria sido o Brasil, de onde os negreiros portugueses o teriam trazido para África, hipótese que se apóia em dados linguísticos:

A denominação de *mantiga* e, por abreviação *tiga*, pela qual os mandingas designam ainda hoje este produto até à vizinhança de Kong, indica claramente por sua própria forma (do português *manteiga*) que os primeiros propagadores foram os portugueses e que por conseguinte as primeiras sementes vieram do Brasil. (M. Dubard, De l'origine de l'arachide, *Bulletin du Museum d'Histoire naturelle*, Paris, n.º 5, p. 340).

Essa introdução ter-se-ia dado no início do século XVI. Mas o amendoim chegou também à África por outras vias. Com efeito, vindo do Brasil, o amendoim penetrara no Peru muito antes da invasão espanhola, tendo-se propagado do Peru para o norte até ao México. No início do século XVI, no seguimento da expedição de Fernão de Magalhães, fora introduzido nas ilhas do Pacífico e depois no sudeste asiático, de onde se difundiu até Madagascar e à África Oriental.

Seja como for, uma vez no continente africano, o amendoim espalhou-se rapidamente, e, por uma espécie de revolução agrícola, cujas modalidades ainda são mal elucidadas, integrou-se no ciclo cultural das sociedades agrárias, quer como cultura intensiva em torno das cubatas, quer como cultura de seara. Os exploradores de finais do século XVIII e de inícios do século XIX constataram a presença do amendoim na Gâmbia e no alto vale do Senegal. Parece efetivamente que alguns dos métodos de rotação de culturas mais correntes descritos pelos agrônomos no Senegal no final do século XIX seriam de origem antiga, pois a administração colonial esforçou-se sem grande êxito por levar à adoção de outros, considerados melhores. Nas terras argilosas e férteis, praticava-se o seguinte: milho-miúdo nos dois primeiros anos e amendoim, no terceiro, ficando a terra em pousio no quarto. Nas terras arenosas e mais pobres, o amendoim era plantado no primeiro ano, o milho-miúdo no segundo seguido de um ano de pousio. Tendo o amendoim sido integrado no ciclo e na alimentação dos camponeses africanos, a sua exploração comercial fez-se em condições comparáveis às que observamos nas terras da palmeira de dendê.

Também neste caso, a procura e o impulso inicial vieram da Europa e da América do Norte. Vindo do México, o amendoim fora introduzido na França no início do século XVIII, e seguidamente na Espanha em finais do mesmo século; na altura, era uma simples curiosidade reservada aos jardins botânicos. As coisas começaram a mudar no início do século XIX, quando alguns químicos e industriais mostraram todo o partido que se poderia tirar da exploração da planta. O *Traité de l'arachide ou pistache de terre* (*Tratado do Amendoim ou Pistache de Terra*), publicado em Paris em 1808 por C. S. Sonini, difundiu junto de um público relativamente amplo as ideias defendidas havia uma dezena de anos por botânicos como M. Adanson e por negociantes especializados no comércio do Senegal como Saugnier ou J. B. L. Durand: o azeite produzido pelo amendoim poderia sustentar vantajosamente a comparação com o azeite de oliva; pelo menos na França teria bons mercados de escoamento na saboaria, na iluminação e no fabrico de tintas; além disso, os resíduos e o restolho dariam excelente alimento para o gado.

*In loco*, na África, o impulso inicial foi dado pelos comerciantes britânicos e americanos, antes de os franceses terem tomado definitivamente a iniciativa. As primeiras importações significativas de amendoim pelos britânicos tiveram lugar durante os anos 30 dos oitocentos, por iniciativa da casa londrina *Foster and Smith*, especializada no comércio dos produtos "lícitos" da África Ocidental: tinham sobretudo uma vocação experimental. Contudo, de 2 libras em 1834, o valor das importações agrícolas inglesas de amendoim gambiano passou para 11 283 libras em 1842, o que correspondia então a 43% das exportações de amendoim desse território. Seguidamente, a parte da Inglaterra declinou, tendo passado a representar apenas 4% das exportações gambianas em 1847 e 7% em 1851. Nessa data, a indústria britânica optara definitivamente pelo azeite de dendê.

Quanto aos Estados Unidos da América, figuravam honrosamente entre os compradores dos amendoins gambianos até ao início dos anos 40: de 26 libras em 1835 (isto é, 13% das exportações), a sua parte passou para 8 127 libras em 1841 (isto é, 30,8%). Ao contrário da França e da Grã-Bretanha, países em que o amendoim mais não era do que uma matéria-prima para a indústria e, indiretamente, alimento para o gado, nos Estados Unidos, os amendoins torrados eram consumidos pelos humanos, e apreciados. Assim, os comerciantes americanos dominaram o mercado da Gâmbia, na altura primeiro produtor, até 1841. O comércio não deixava de ser lucrativo: comprado a 50 ou 55 centimos o alqueire<sup>8</sup>, o amendoim era vendido pelo menos a 1 dólar na Nova Inglaterra e em Nova Iorque. Contudo, os Estados Unidos produziam eles próprios o amendoim e a evolução do mercado abria perspectivas interessantes: o amendoim, que, durante muito tempo, fora considerado como alimento de escravos, era cada vez mais consumido pelas classes populares urbanas. Assim sendo, resolveu-se proteger a produção americana, através da pauta aduaneira de 1842, que tributava pesadamente o amendoim de origem estrangeira (32 centimos o alqueire). As compras americanas de amendoim gambiano desceram brutalmente: 3 257 libras em 1842 (12% apenas das vendas da Gâmbia), 736 libras em 1843 (2,3%) e 8 994 libras em 1851 (6,7%). A tendência só havia de se inverter, e mesmo assim provisoriamente, por volta de 1860, na sequência da Guerra da Secessão.

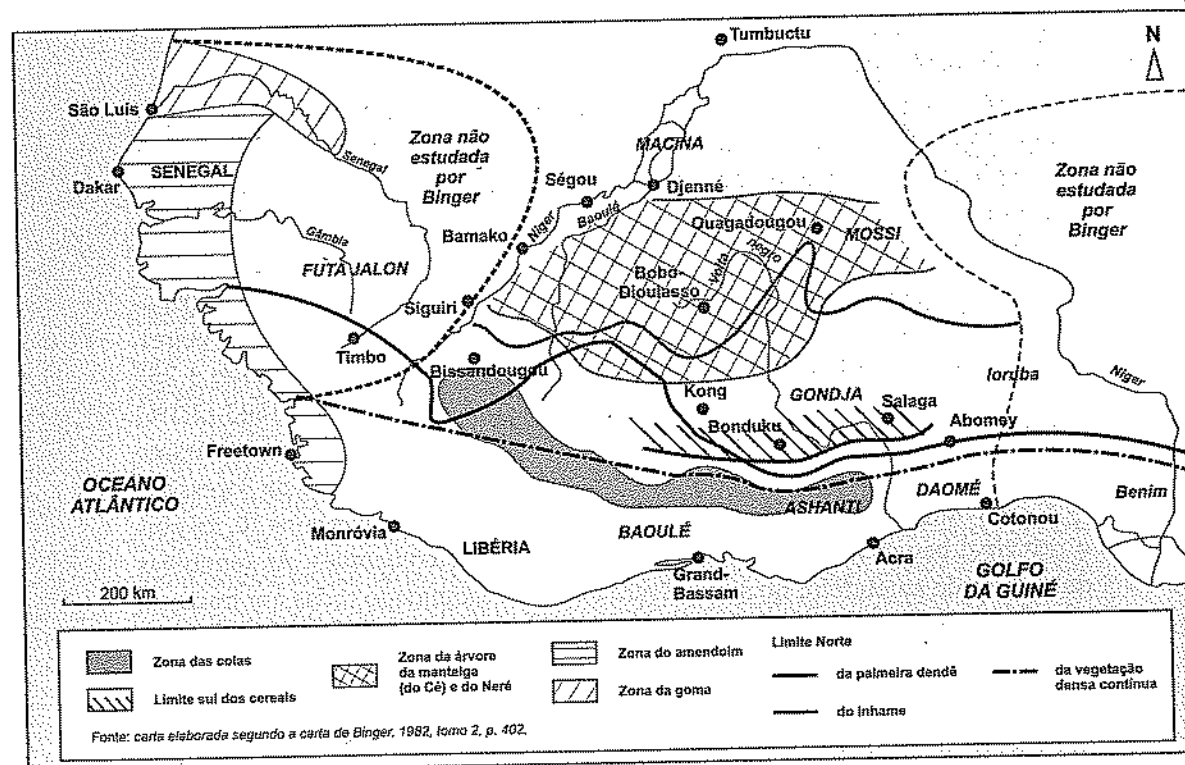
A França, cujas importações de amendoim começaram nos anos 30, foi pois o principal beneficiário desta nova corrente de trocas comerciais. As tentativas de cultura de amendoim no sul da França haviam redundado todas em fracasso. As primeiras importações de amendoim ocorreram em 1833 e 1834, mas apenas para fins experimentais. Ante a concorrência inglesa, a saboaria francesa procurava recuperar a saúde: os industriais do norte da França utilizavam como matérias-primas o azeite de colza e o azeite de linho, que davam sabões moles, de qualidade medíocre; os da Provença preferiam o azeite, que dava um sabão duro, de cor azul-mármore, reputado, mas caro. O azeite de amendoim podia substituir vantajosamente os óleos de colza e de linho; os saboeiros marseheses pensaram em misturá-lo com azeite para obter um sabão da mesma qualidade que anteriormente, mas mais barato. O amendoim oeste-africano beneficiou, pois



de taxas aduaneiras vantajosas. Um despacho de 1840, confirmado por uma lei de 1841, reduziu os direitos sobre o amendoim de 2,5 francos para 1 franco por 100 quilogramas. Há que sublinhar que o amendoim devia entrar na França em bruto e que o Ministério do Comércio se recusou a deixar "a população indígena [...] extrair azeite desses grãos nos locais de produção". Para o Senegal, as consequências dessas disposições foram incalculáveis: com efeito, favoreciam os negociantes e, em certa medida, os agricultores, mas fechavam ao país as portas do desenvolvimento industrial. Como sublinhou muito fortemente Georges Hardy:

O fabrico de azeite *in loco* continuava a ser impossível, e o Senegal encontrava-se privado de uma indústria ativa; o transporte dos amendoins para França era muito mais complexo do que o do azeite e a cultura perdia ao mesmo tempo um precioso estimulante; mas os fabricantes metropolitanos de azeite iam-se tornando cada vez mais intratáveis à medida que a concorrência dos amendoins se desenvolvia e o Ministério não queria alienar o apoio dos deputados do Midi, em proveito do Senegal.

**Documento 26:** As zonas agrícolas da África Ocidental



Fonte: Mapa elaborado segundo o mapa de Binger, 1892, tomo 2, p. 402.

Em 1845, uma nova lei impôs taxas elevadas sobre o gergelim que as saboarias do norte da França temiam mais do que o amendoim, e estimulou ainda a cultura do amendoim na África Ocidental. Mas os agricultores africanos

iam rapidamente descobrir a precariedade e as incertezas das cotações. Os preços do amendoim na França variaram entre 750 francos a tonelada, entre 1840 e meados dos anos 50, a 260 francos a tonelada, entre 1856 e 1860; voltaram a recuperar em 1862, mas para se elevar apenas a 400 francos por tonelada. Menos bem conhecidos, os preços de compra *in loco* não terão sido menos instáveis: no Rio Nunes, situavam-se em torno de 40 francos por quintal, tendo baixado inexoravelmente a partir de 1867 (20 francos por quintal em 1869, 10 francos em 1871, 18 a 25 francos em 1873, 30 francos em 1875, 14 francos no início dos anos 80); no Rio Pongo, o quintal, estimado em 20 francos entre 1860 e 1867, só valia 15 em 1879.

No entanto, a cultura do amendoim estendeu-se rapidamente a todo o espaço que ia do Senegal até à Serra Leoa: tornou-se importante na Gâmbia a partir do anos 30, tendo-se alastrado seguidamente aos rios do sul, em fins dessa década, e ao Senegal a partir de 1841-1842. Este ascenso e a própria prática do comércio suscitaram aos africanos – cultivadores, intermediários, transportadores, chefes – inúmeros problemas, a que responderam de modo variável, consoante os locais: esses ajustamentos, ainda não estão todos identificados, nem de longe, nem, *a fortiori*, são conhecidos.

### Relações sociais e tipologia regional

O caso da Gâmbia é muito significativo, pois esse território desempenhara um papel pioneiro no desenvolvimento da cultura comercial do amendoim e conservou um lugar de primeiro plano nas exportações africanas do produto até à conquista colonial. Esse papel pioneiro explica-se por seu turno pelos condicionalismos do comércio externo. A Gâmbia estivera fortemente implicada no tráfico negreiro, que, com a fundação de Bathurst (Banjul) pelos ingleses, em 1816, se tornou praticamente impossível: a partir daí, as caravanas que traziam os escravos do interior passaram a dirigir-se para outros lugares, para Casamança ou os Rios do Sul. O valor das exportações reduziu-se brutalmente, passando a representar apenas 65 130 libras: uns vinte anos mais tarde, em 1851, elevava-se a 186 404 libras, isto é, três vezes mais. Nesta data, o amendoim contribuía para 72% das exportações quando em 1829, estas ainda eram constituídas principalmente por produtos da caça ou da coleta, que, na época do tráfico negreiro, representavam meramente um recurso complementar e que, com a abolição do tráfico, se tornaram a riqueza exclusiva da Gâmbia: cera (41% em 1829), peles (14%), madeira (13%), goma (10%) e marfim (6%).

A primeira exportação de amendoim (213 cestos de 13 libras) deu-se em 1834. O arranque da produção para o mercado exterior fez-se nos anos seguintes, tendo levado as exportações a mais de 1 100 toneladas em 1840. Estas foram franqueando regularmente novos patamares: 2 300 toneladas em 1842, 3 500 toneladas em 1845, 5 600 toneladas em 1846, mais de 8 000 a partir de 1847. Em 1850, ultrapassaram as 10 000 toneladas, valor que iria representar a média dos

quinze anos seguintes. Depois, entre 1866 e 1885, situaram-se no intervalo entre 15 000 e 20 000 toneladas. Embora a tendência apontasse indiscutivelmente para a alta, houve também maus anos, caracterizados por um recuo dramático das exportações, em consequência de uma deterioração da conjuntura econômica na França, em especial entre 1847 e 1849 (4 000 toneladas apenas em 1849, isto é, metade do valor de 1847) e, devido às dificuldades climáticas ou políticas na região, nomeadamente, de maneira pontual em 1859, 1864, 1869 e 1876; entre 1884 e 1889 ocorreu uma nova depressão, que fez baixar as exportações para menos de 5 000 toneladas em 1887.

Tal crescimento não deixou de revolucionar as condições locais de produção. Não parece que as técnicas agrícolas tenham sido sensivelmente transformadas, embora as estruturas agrárias e o estatuto da força de trabalho conhecessem uma espécie de revolução, prenhe de consequências para o futuro.

A primeira manifestação foi o surgimento de movimentos migratórios das regiões interiores para a costa. Esses movimentos, que tanto os trabalhadores migrantes como as sociedades de acolhimento sentiam ser-lhes benéficos, eram determinados de ambas as partes por cálculos complexos. As regiões do interior, onde a cultura do amendoim não era mais vantajosa do que perto da costa, estavam desfavorecidas pelos meios de transporte, inadequados para uma mercadoria tão volumosa como o amendoim: esse problema de transporte só iria ter solução com a implantação das ferrovias. Muito rapidamente, os cultivadores do interior compreenderam que, em lugar de transportar o amendoim para a costa, podiam deslocar a força de trabalho. Ora, em virtude da baixa densidade populacional nas regiões costeiras, a terra era relativamente abundante. Ao mesmo tempo, dada a persistência de técnicas de produção muito pouco elaboradas, os camponeses da costa perceberam que o meio mais cômodo de obter excedentes exportáveis era o recurso a uma mão-de-obra suplementar. O desvio das rotas das caravanas escravagistas para Casamança e os Rios do Sul dificultava a aquisição de escravos. Os trabalhadores migrantes, na condição de adotarem um modo de exploração eficiente, apresentavam ainda, por comparação com os escravos, a vantagem de produzirem esses excedentes tomando conta de si próprios. Assim, as migrações foram precoces. Já em 1848 os relatórios dos governadores da Gâmbia descreviam os deslocamentos, por grupos de 20 a 100 homens e por distâncias de 800 a 1 000 quilômetros, dos *tilliebunka* (isto é, as pessoas vindas de leste) e dos *Sarakoles* em busca de terras para cultivarem. Em 1851, a administração estimava que tinham contribuído para a produção de um terço dos amendoins exportados pela Gâmbia, sublinhando:

Já se deu uma grande mudança na região do rio. Os *tilliebunkas*, os *scrahulies* [*Sarakoles*] e os outros trabalhadores, que visitam agora periodicamente a Gâmbia com o objetivo de cultivar a terra e de vender a sua produção agrícola e que pagam aos proprietários do solo uma parte dos produtos da sua especulação, criam assim

novas riquezas. (Relatório do governo colonial, citado por H. R. Barrett, *The Marketing of Foodstuffs in the Gambia (1400-1880)*, Aldershot, Avebury, 1988, p. 73).

Cabe distinguir entre esses trabalhadores migrantes duas categorias muito diferentes, os *navetanes* (cultivadores sazonais) e os *lungtanos* (estrangeiros). A migração dos *lungtanos* era definitiva: pediam para se instalarem no país e só o *alkalo* (o chefe da aldeia) estava autorizado a dar-lhes a terra. Os *navetanes*, a quem se deve o florescimento da cultura do amendoim, eram migrantes temporários, que ficavam no país durante um ou vários anos, o tempo necessário para acumularem riquezas e bens de prestígio. Abandonando suas aldeias em geral no fim da estação seca, negociavam a sua instalação com famílias de agricultores e não com o chefe da aldeia. Em troca da terra recebida para a cultura do amendoim o *navetane* comprometia-se a trabalhar alguns dias por semana na exploração dos seus hospedeiros, que lhe davam por vezes uma parte da colheita: dedicava o resto do tempo à sua própria terra, reservando para si, na maior parte dos casos, todo o produto que dela extraía.

Outra mudança importante diz respeito à terra, que passou a ser objeto de uma concorrência cada vez mais renhida. É provavelmente dessa época que data a distinção entre dois tipos de terras, *maruo* e *kamanyango*, que poderemos traduzir aproximadamente por "exploração coletiva" e "exploração individual". O *maruo* tinha por vocação fornecer a alimentação dos *sinkiro* (os que comem juntos): membros de uma mesma linhagem, estavam obrigados a trabalhar nessa terra e os produtos do *maruo* não podiam ser vendidos. Os homens cultivavam o sorgo, o milho-miúdo, o milho e o arroz irrigado; às mulheres cabia a cultura do arroz fora das zonas irrigadas. Todo este trabalho estava colocado sob controle estrito do chefe da linhagem ou outro "ancião". Mas cada *sinkiro* tinha o direito de cultivar a sua própria terra, chamada *kamanyango*. Foi neste tipo de terra que floresceu a cultura do amendoim. O cultivador tinha o direito de produzir o que queria e de vender a sua produção, e os seus descendentes herdavam o *kamanyango*, sem poderem porém vendê-lo. Este sistema apresentava a vantagem de garantir a produção de subsistência, estimulando ao mesmo tempo a agricultura de rendimento. O equilíbrio entre ambas, que era sem dúvida frágil, só foi rompido em várias regiões com a colonização.

O desenvolvimento da cultura do amendoim fez-se em condições bastante diferentes nos Rios do Sul, nome dado pelos franceses de Saint-Louis e de Gorée à região que se estende da Gâmbia à Serra Leoa e que se singulariza pelos seus numerosos estuários e rios, como o rio Cacheu, o Rio Geba, o Rio Grande e sobretudo o Rio Nunez, o Mellacorée e o Rio Pongo, onde a exportação do amendoim assumiu real importância. Há muito tempo que lá se tinham instalado europeus, britânicos e portugueses em especial, ligando-se às oligarquias locais e dando origem a algumas famílias mestiças muito ativas e poderosas, frequentemente em conflito entre si ou com os seus protetores africanos. Apesar da proximidade

de Freetown, o tráfico clandestino de escravos continuou próspero na região até o início dos anos 30. A iniciativa dos comerciantes franceses do Senegal contribuiu em muito para o nascimento e o desenvolvimento da economia do amendoim. O Rio Nunez tornou-se a primeira região produtora (3 500 toneladas em 1859, mais de 5,3 milhões durante os anos 70), seguida pelo Rio Mellacorée (3 000 a 3 500 toneladas) e pelo Rio Pongo (1 900 a 2 200 toneladas por ano entre 1859 e 1878), o que dava, com oscilações anuais, cerca de 10 000 exportadas pelo conjunto dos Rios do Sul. Também aqui a necessidade de uma mão-de-obra suplementar se fez sentir intensamente. As aldeias produtoras tentaram primeiro aprovisionar-se em escravos na costa. A recuperação do tráfico negreiro em meados do século XIX explica-se em grande parte pela procura das plantações de amendoins. Em 1848, segundo a *Royal Navy*, a situação apresentava-se assim:

Para aprovisionar o mercado, os mandingas alugam-se como mercenários ao povo Sherbro, ajudando-o nas suas guerras em troca de metade dos prisioneiros, de que fazem escravos domésticos. Os mandingas e as tribos do norte são conhecidos por chegarem a deslocar-se até às feitorias de Gallinas para comprarem escravos domésticos. (G. E. Brooks, 1970, p. 49).

Após os meados da década de 50, os esforços dos britânicos fizeram secar quase completamente esta fonte de abastecimento. As aldeias produtoras de amendoim voltaram-se então para o interior, isto é, para o Fuuta Jallon, onde começaram a recrutar numerosos *toubacayes* (gentes de Touba). Fundada em 1815, conhecida como grande centro religioso e foco de erudição islâmica, a cidade de Touba era também uma intermediária do comércio interno dos escravos. Descrevendo os *toubacayes* como "uma raça trabalhadora e comerciante", os administradores europeus das cidades costeiras encorajavam também a sua imigração. Esta era temporária: assinalados pela primeira vez em 1868, os *toubacayes* concluíam com os seus hospedeiros um acordo de arrendamento de terra, geralmente em troca de oito alqueires de amendoim, por ano e por cultivador; dez anos mais tarde, em 1879, alguns chefes elevaram as suas exigências, reclamando dez alqueires.

No Senegal, terra onde o desenvolvimento da cultura do amendoim foi mais tardio, as estruturas de produção eram bastante semelhantes às da Gâmbia. Instruídas pelas experiências da Gâmbia e dos Rios do Sul, as autoridades coloniais fizeram muito para estimular a produção com o apoio das casas de comércio de Bordeaux, a começar pela Casa Maurel. Tomaram importantes medidas de isenções fiscais em 1848, 1852 e 1855. O governador Louis Faidherbe (1854-1861 e 1863-1865) fez-se ardente promotor dessa cultura, a qual conheceu um desenvolvimento espetacular, que se iniciou no Sine e no Saloum, prolongando-se depois no Cayor e no rio Senegal: na Pequena Costa, Rufisque tornou-se, já em meados do século, o centro do comércio do amendoim. Uma nova virada, mais notável ainda pelas inovações de toda a espécie que a acompanharam, iria operar-se no princípio do período colonial.

### Amendoim e imperialismo colonial

Tal como o azeite de dendê no golfo da Guiné, o amendoim na Senegâmbia suscitou rapidamente apetites colonizadores. A partilha de fato das oleaginosas africanas entre a França e a Grã-Bretanha estava prenhe simultaneamente das cumplicidades e dos conflitos que salpicaram a história da colonização na África Ocidental: à França cabiam o amendoim e o controle da Senegâmbia; à Inglaterra, o azeite de dendê e a hegemonia no golfo da Guiné; à Alemanha, recém-chegada aos negócios africanos, o palmiste. Mas esta partilha comercial não era perfeitamente harmoniosa, pois havia casas francesas, em especial a Casa Régis, que mordiam na zona britânica. Sobretudo, estava muitas vezes em contradição com as posições geográficas e os desideratos políticos das potências europeias. A este respeito, o exemplo da Senegâmbia é significativo. Solidamente estabelecidos no Senegal, os franceses dominavam escandalosamente o comércio da Gâmbia e dos Rios do Sul. Com o desenvolvimento da navegação a vapor, nos anos 60, as casas comerciais de Bordeaux e de Marselha conseguiram inclusive dispensar a cabotagem e os mercadores locais, senegaleses e euro-africanos, cujo papel fora decisivo no lançamento da economia do amendoim, tendo-os reduzido ao estado de assalariados. Ora, a Gâmbia era britânica e uma parte dos Rios do Sul era portuguesa. Rapidamente apareceu pois o projeto de fazer da Senegâmbia uma possessão compacta da França, como expunha vigorosamente Louis Faidherbe em 1864:

Se Vossa Excelência me pedisse que tratasse em geral a questão dos nossos estabelecimentos na Costa Ocidental da África, dir-lhe-ia que a minha opinião maduramente refletida se resume nas cinco propostas seguintes: 1) Deveremos concentrar todos os nossos esforços entre o Cabo Branco e a Serra Leoa, zona em que o comércio é quase todo francês; 2) Deveremos renunciar, por serem custosos, inúteis, insalubres, aos nossos estabelecimentos ao sul da Serra Leoa, onde o comércio francês é insignificante e onde uma só casa [trata-se manifestamente da Casa Régis] tem interesses consideráveis, mas que infelizmente parecem andar estreitamente associados com o tráfico negreiro; 3) Se pudéssemos trocar estas feitorias contra a Gâmbia, seria um excelente negócio, que nos faria da Senegâmbia uma bela colônia compacta; 4) Reservar, desde já, os nossos direitos sobre a navegação do baixo Níger, participando imediatamente nas tentativas de exploração que lá fazem os ingleses; 5) Fazer de Daçar o ponto de escala e de reabastecimento da divisão naval das costas ocidentais da África, que protegeria então muito eficazmente os interesses do nosso comércio até à Serra Leoa. Os ingleses encarregar-se-iam da repressão do tráfico negreiro mais para sul, tarefa de que se desincumbem com consciência. (Citado por Bernard Schnapper, 1961, p. 241).

Para conseguir isso, um dos primeiros passos consistia em tomar a Gâmbia aos ingleses e a dar-lhes um território em compensação. Pensou-se no Gabão, onde flutuava a bandeira tricolor mas cujo comércio passava quase todo pela mão dos ingleses. Ativamente discutido entre 1865 e 1867, o projeto de permuta falhou, porém.



Nos locais de produção e de troca comercial, outros fatores levavam à intervenção política das potências europeias. Esses fatores derivavam todos da concorrência entre casas comerciais europeias. Desejosas de obterem um aprovisionamento regular de amendoim, estas adquiriram o hábito de dar aos produtores grandes adiantamentos de mercadorias, desta maneira os prendendo: com efeito, os camponeses vendiam a colheita ainda na terra; mas, caso a produção fosse insuficiente, encontravam-se na situação de devedores. Daí resultavam conflitos incessantes, nos quais as casas comerciais se apressavam a envolver as autoridades militares e políticas. As casas desenvolveram então a prática da "angariação", descrita por um administrador em 1866:

Como no ano precedente, os mercadores queriam mandar os seus ministros de língua ter com as caravanas, levando consigo algumas mercadorias, panos de guiné ou outras coisas. Essas pessoas deviam entabular conversa com o chefe da caravana quando o encontrassem, dando-lhe de prenda essas moedas de guinéu, levando assim a caravana ao seu mercador, pois, pela aceitação da prenda, os produtos dessa caravana pertenciam de direito a quem a tinha dado. Até aqui, não haveria grande mal, só que, quando os produtos entravam nas instalações do mercador, começavam a discutir-se os preços, e se o proprietário desses produtos não pudesse aceitar as ofertas que lhe faziam, já não tinha o direito de ir vender a outrem ou, pelo menos, começavam a tirar-lhe os mais belos produtos em paga da prenda dada. (Citado por Odile Goerg, *Echanges, réseaux, marchés: l'impact colonial en Guinée (mi-XIX-1913)*, Tese de 3.º Ciclo, Universidade de Paris VII, Primavera de 1981, p. 101.)

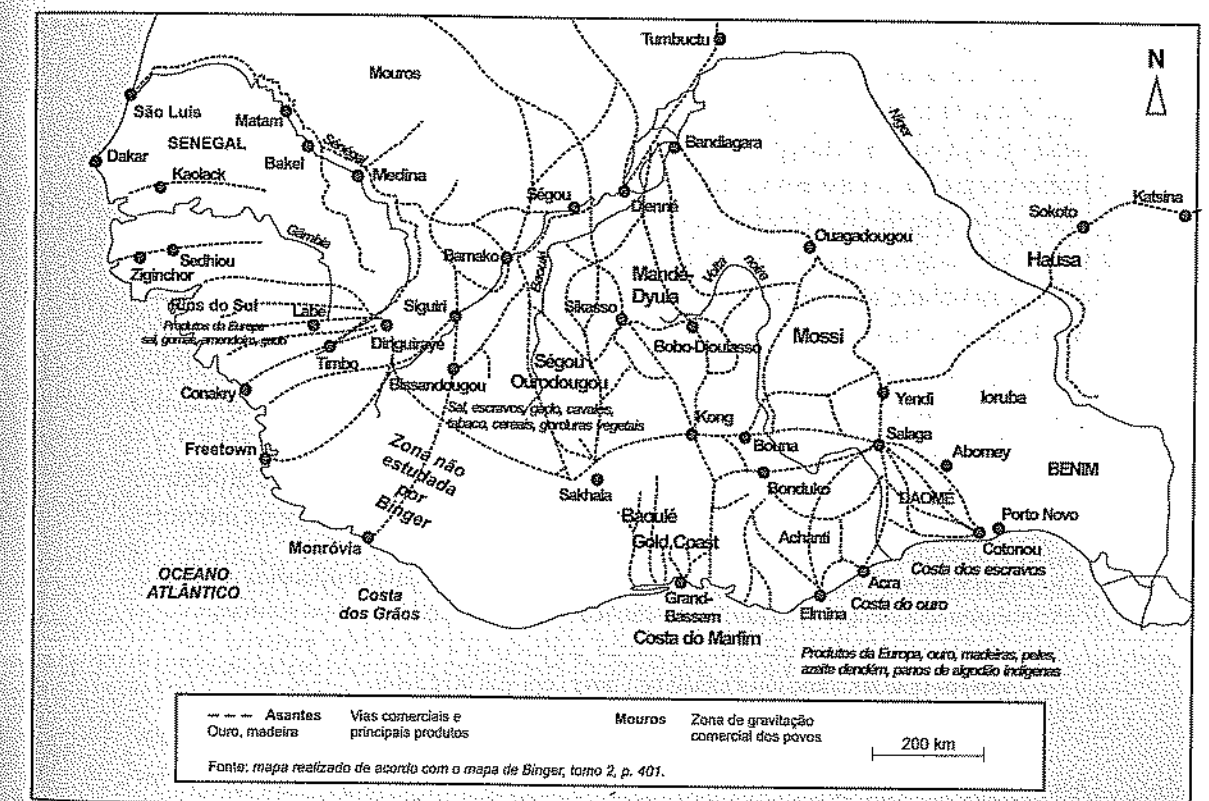
Estas práticas fraudulentas, que eram frequentemente alvo de denúncia das administrações, e que sendo também conhecidas dos ingleses sob o nome de *coxage*, degeneravam muitas vezes, como é evidente, em antagonismos violentos, propícios às intervenções armadas das marinhas de guerra europeias. Conscientes da sua posição de força, porque eram cada vez mais numerosas as casas comerciais a procurar amendoim, os chefes que controlavam as rotas das caravanas começaram a exigir presentes. Perante as hesitações dos comerciantes, houve muita gente que começou a pensar que a melhor solução residia na sujeição política das sociedades oeste-africanas.

### C. Produções e trocas comerciais internas

A extensão das exposições consagradas às mutações do comércio atlântico e às suas implicações nas sociedades oeste-africanas não deve incitar-nos a subestimar a importância e o dinamismo das produções e das transações internas. O tratamento desigual desses dois aspectos das economias e das sociedades oeste-africanas explica-se facilmente. Os trabalhos sobre a organização, as formas, os resultados e os efeitos das transações externas há muito que se impuseram, dado o seu volume, a abundância e a variedade dos materiais utilizados, a diversidade dos

objetos tratados e dos ângulos de ataque, a fineza das análises e das conclusões. Quanto às dimensões internas da economia, só estamos realmente bem informados sobre os seus aspectos qualitativos. Pela força das coisas, os trabalhos de história quantitativa são raros, salvo para as regiões onde viajantes avisados e escrupulosos coligiram informações estatísticas e salvo para as duas ou três últimas décadas do século XIX. Além disso, se, hoje em dia, a percepção das tendências de longa duração é possível, as eventuais rupturas cronológicas e sobretudo as inflexões no tempo, provavelmente numerosas, só as podemos estudar mediante hipóteses mais ou menos bem fundadas. No entanto, a organização social e política das trocas comerciais e os seus efeitos culturais, em especial os religiosos, são hoje já bem conhecidos, assim como os grandes eixos do comércio (documento 27). Estes mostram o pouco crédito a conceder às teorias que postulam que as antigas economias da África teriam sido economias de autossubsistência, ou até, economias autárquicas. Pelo contrário, a organização do espaço sugerida por esses eixos incita a encarar a África Ocidental como uma zona, fragmentada no plano político, é certo, mas – se é que podemos utilizar um conceito tão atual para épocas antigas – relativamente "integrada" no que toca à economia em geral e, mais especialmente, às transações comerciais.

Documento 27: Vias comerciais na África do Oeste



No tocante às tendências e às evoluções próprias do século XIX, a opinião dos historiadores é fortemente contrastada. Para John E. Flint, o comércio costeiro teria permanecido muito marginal relativamente aos circuitos econômicos locais e as suas mutações não teriam tido mais do que um impacto muito limitado sobre as atividades dos africanos. Walter Rodney, num ensaio estimulante, acusa pelo contrário a Europa de ter instalado as “raízes do subdesenvolvimento na África” e de ter provocado “a estagnação tecnológica e a distorção da economia africana já desde a época pré-colonial”: “O comércio com a África ajudou realmente a Europa a fundir mais estreitamente as diferentes economias nacionais, mas na África houve perturbação e desintegração ao nível local. Ao mesmo tempo, cada economia local deixou de estar exclusiva ou até principalmente orientada para a satisfação das necessidades dos seus habitantes; e, tenham os africanos de cada região tomado consciência disso ou não, os seus esforços econômicos serviram interesses estrangeiros e tornaram-nos dependentes das forças externas baseadas na Europa Ocidental. Dessa maneira, a economia africana tomada como um todo foi desviada da sua via de desenvolvimento anterior e desnaturada.” (Walter Rodney, *How Europe underdeveloped Africa*, Londres, Bogle-L'Ouverture, 1972, p.119).

### 1. A diversidade dos produtos

Ao contrário das outras partes do continente, a África Ocidental viu passar no seu solo um número relativamente elevado de viajantes e de exploradores que eram simultaneamente finos observadores – e isto durante um século, desde a viagem de Mungo Park (1795-1797). Sinal dos tempos, o declínio do tráfico negreiro e a ascensão na Europa do capitalismo industrial fizeram com que estivessem muito atentos aos produtos que a África poderia oferecer em substituição dos escravos, à natureza e à importância das transações inter-africanas e às potencialidades dos mercados locais. De todas essas numerosas obras, o volumoso relato de viagem do capitão francês Binger, *Du Niger au golfe de Guinée* (1892), continua a ser, de longe, a melhor geografia econômica (e política) da África Ocidental e só tem como equivalente as *Viagens* do alemão Heinrich Barth ao Sudão central.

No seguimento de outros, Binger mostrou bastante bem como os produtos vendidos pelos europeus no golfo da Guiné penetravam profundamente no interior:

A partir de Kong e até ao Mossi, diz ele, vemos, em matéria de dinheiro, o thaler com a effigie de Maria Teresa, cunhado no ano de 1780 e algumas piastras mexicanas; essas moedas não são nunca utilizadas como dinheiro; os negros servem-se delas como jóias e mandam fazer com elas braceletes.

Em 1887-1889, um thaler no valor de 5,50 francos era trocado contra 3 500 a 4 000 cauris e uma piastra mexicana contra 2 000 a 2 500 cauris. O vocabulário do comércio, em especial o dos pesos e medidas, incorporara aparentemente

desde há muito palavras europeias, mesmo em cidades tão afastadas da costa como Bobo-Dioulasso:

Encontrei aqui, relata Binger, duas palavras francesas: a palavra *carda*, que designa a carda de pentear o algodão, e a palavra *barifiri* (barra de ferro), que indica a quantidade de ouro que antigamente era preciso levar para a costa para obter uma barra de ferro. O *barifiri* pesa 4 *mitkhal*, aproximadamente 17 gramas de ouro, e custa 120 a 130 *siras* de cauris.

As mercadorias transacionadas eram as mais diversas. Se excluirmos as de importação europeia e americana, refletiam no essencial a divisão geográfica da produção e a complementaridade econômica de zonas com recursos e potencialidades diversas. Viveres, produtos brutos, bens manufaturados, escravos e produtos de luxo, essas mercadorias respondiam a procuras muito diferentes: necessidades de subsistência das populações; procura de matérias-primas por parte das profissões artesanais; acumulação e ostentação pelas classes dirigentes dos bens de prestígio (documento 28) e dos instrumentos de dominação ou símbolos do poder.

### Documento 28: O comércio de tecidos na África Ocidental

Eis a nomenclatura e a descrição dos panos de Kano e Sokoto que chegam ao Mossi:

1.º O *karfo* é um *bubu* (túnica) tingida de índigo e bordada com lomas do mesmo tom. Entra na tintura uma grande quantidade de goma, de forma que a veste, uma vez batida e passada a ferro, fica muito lustrosa. Com as lavagens, o lustre desaparece pouco a pouco. O *karfo*, consoante seja mais ou menos lustroso, vale entre 10 000 e 25 000 cauris. Um *bubu* de 15 000 cauris é já muito belo. Este artigo faria concorrência muito séria à nossa *guiné* de Pondichéry se chegasse a Segú ou ao Níger, pois, se os negros soubessem contar e comparar os cauris com o dinheiro, aconteceria o seguinte: um *karfo* de 15 000 cauris representa em Waghadou 15 francos de prata, à cotação habitual, mas como o possuidor deseja este metal, admito que não obtenha mais do que 12 francos. Levado a Nyamina, Segú ou Bammako [*sic*], poderia ceder a roupa ao mesmo preço que um *bubu* de *guiné* e até vendê-lo mais caro, pois é mais sólido, mais belo, bordado e perfeitamente acabado.

Ora, em Segú, um *bubu* de *guiné* fica por:

|                           |           |                                   |
|---------------------------|-----------|-----------------------------------|
| Meia peça de <i>guiné</i> | 12 fr.    |                                   |
| Confecção do <i>bubu</i>  | 2 fr. 50  | ( <i>ba kili</i> )                |
| Bordados                  | 5 fr.     |                                   |
| Total                     | 19 fr. 50 | (em números redondos: 20 francos) |

2.º Após o *karfo*, citarei outro *bubu*, a que chamam *nufa*, também proveniente de Kano. Esta veste é confeccionada em tecido tingido de índigo, listado de branco; de longe, o desenho parece cinzento, e é ricamente ornado, pela frente e por trás, de lomas bordados em seda branca indígena. O preço desta veste varia entre 35 000 e 50 000 cauris, consoante a qualidade do pano, pois os bordados são sempre iguais.

3.º Vem seguidamente a calça ou calção comprido em tecido de *nufa* bordado com um *sutache* de seda verde ou vermelha. Vale aqui entre 20 000 e 30 000 cauris.

4.º Uma bela coberta listada de azul com vários tons, bem confeccionada, com tons muito belos; é fabricada em duas ou três larguras de 60 centímetros cada uma e vale

12 000 cauris com duas larguras e 15 a 18 000 cauris com três.

Os haussás são gente muito hábil e industriosa. Estes tecidos são relativamente baratos, quando pensamos no tempo que um negro leva a confeccionar semelhantes produtos. O que me pareceu interessante, foi ver que os haussás sabem produzir panos de 60 centímetros de largura, quando no próprio Kong e em Djenné as larguras máximas são de apenas 20 centímetros. Todos estes panos são dobrados com gosto e muito uniformemente, e, além disso, são embalados em papel e atados com fios.

Fonte: Capitão Binger, *op. cit.*, pp. 499-500.

Até à conquista colonial, os escravos representavam uma categoria de mercadorias muito procurada. No início do século XIX, a procura de escravos na costa continuava a ser importante, a crer no relato autobiográfico de Abu Bakr al-Siddiq reproduzido em *Africa Remembered*. Nascido por volta de 1790 em Tombuctu, numa família que, desde há várias gerações, fornecera numerosos letrados muçulmanos e homens de Estado, Abu Bakr fora instruído em Djenné, tendo depois permanecido em várias cidades comerciais situadas bastante mais a sul, especialmente em Kong e em Buna. Foi aqui que um exército do reino de Abron, que estava em guerra com Buna, se apoderou dele e o levou para Bonduku; em seguida, foi expedido para Kumasi e para a costa, onde, cerca de 1805, haveria de ser embarcado com numerosos companheiros de infortúnio, com destino à Jamaica. Se, após 1815, as exportações de escravos diminuíram, a oferta interna aumentou, provavelmente, em virtude das inúmeras guerras que o conjunto da região conheceu até ao extremo fim do século XIX: o comércio interno de escravos forneceu, consoante os casos, mão-de-obra artesanal e agrícola ou soldados.

Um dos produtos cujo comércio, já antigo, parece ter-se desenvolvido durante o século XIX foi a noz-de-cola. Cultivada com grandes cuidados em zona florestal, a cola era e continua a ser reputada por suas inúmeras virtudes. Quando da sua passagem por Tombuctu, Heinrich Barth observou que:

Um terceiro artigo importante para Tombuctu é a noz-de-cola ou Guro, que forma um dos principais objetos de luxo da Nigéria. Esta noz, muito semelhante a uma castanha, serve de café aos indígenas, que a empregam no estado bruto, o que dificulta bastante a mastigação; todas as pessoas abastadas, para o seu primeiro pequeno-almoço e, como dizem os haussás, a fim de destruir a amargura do jejum, comem uma, total ou parcialmente. Servem esse fruto aos estrangeiros em sinal de boas-vindas e oferecem-nas com a maior frequência possível aos seus hóspedes. (Citado por A. Chevalier e E. Perrot, *Le kola et les kolatiers*, Paris, A. Challamel, 1911, p. 21).

De cor branca escarlata ou vermelha, a cola é procurada devido às suas qualidades. É um excitante de primeira ordem: por isso, Ousman dan Fodio e os seus companheiros recomendaram aos seus discípulos que se abstivessem de todo e qualquer excitante e se contentassem com a cola, o que provocou um

aumento considerável das trocas comerciais entre as terras dos haussás e o Reino Asante, zona de forte produção. Durante uma missão efetuada em 1836 e 1837 do Senegal à Gâmbia e aos Rios do Sul, o botânico Heudelot, diretor das culturas em Saint-Louis, constatou: "Os maometanos consideravam-na como um fruto divino trazido pelo profeta." Um velho rumor dava-a como poderoso afrodisíaco. Como informa um médico em finais do século XIX:

Quando jovens, os homens comem-na para aumentarem a virilidade; quando velhos, para a verem ressurgir se a tiverem perdido. Sobretudo aos jovens, confere uma excitação bastante duradoura e genesicamente utilizável. [...] Duvido que aja da mesma forma sobre os velhos esgotados. Em Djenné e Tombuctu, os jovens e as mulheres dissimulam-se para comerem cola, a fim de evitarem os dichotes dos homens. Alguns dândis, pelo contrário, comem-na ostensivamente. [...] É de bom tom guardar a polpa da cola mascada nas comissuras dos lábios, para mostrar que se está saciado. (A. Chevalier e E. Perrot, *op. cit.*, p. 453).

As propriedades medicinais do fruto não eram menos reputadas e as pessoas utilizavam-no para combater a diarreia, a malária, a tosse, as enxaquecas, consoante as regiões. Desde o século XVIII, os portugueses já lhe tinham reconhecido propriedades idênticas às do quinino, e os seus benefícios eram reconhecidos pela farmacopeia árabe. A cola estava investida de valores sociais e simbólicos, tanto entre os muçulmanos como entre os animistas. Na maior parte das vezes, o seu consumo estava proibido aos escravos. Era utilizada na maioria dos ritos sociais e religiosos. A partilha da cola equivalia em numerosas regiões ao pacto de sangue.

Este fruto de múltiplos usos ilustra perfeitamente a complementaridade das zonas económicas na África Ocidental. Os povos silvicultores que produziam a cola quase não a consumiam; por outro lado, era um fruto procurado em toda a zona sudanesa, do Senegal ao lago Chade. Dava lugar a vários tipos de trocas comerciais: em certos casos, entrava no comércio imediato entre dois povos vizinhos; noutros, era transportado a longas distâncias por comerciantes profissionais.

O comércio imediato da cola pode ser evidenciado pelo exemplo dos betês de Daloa (Costa do Marfim). Durante muitos anos, os betês só lhe haviam dado uma utilização estética e religiosa (o seu pó ou o seu suco vermelho serviam para ornamentar as mulheres e os dançarinos e para a decoração dos feitiços). O desenvolvimento do comércio da cola em grande escala com os guros, seus vizinhos do norte, parece datar apenas do século XIX. A procura de cola nos países sudaneses era tal que os betês puderam exigir em troca mercadorias variadas, desde matérias-primas (por exemplo, o ferro destinado ao fabrico de instrumentos agrícolas) até aos bens de consumo ou de prestígio: essas mercadorias incluíam os bens produzidos pelos guros, os bens de fabrico sudanês e produtos de origem europeia (espingardas importadas, braceletes e anéis) vindos da costa atlântica, produtos que os guros recebiam dos baulês (documento 29).



**Documento 29: O comércio da cola entre os betês de Daloa**

| 1. As medidas                                                |                            |                                  |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| Valores                                                      | Unidades                   | Número de nozes-de-cola          |
| Kota                                                         | 1 mão <sup>1</sup>         | 10                               |
| Tchémé                                                       | 10 mãos                    | 100                              |
| Golewoulou                                                   | 100 mãos                   | 1 000                            |
| 2. Exemplos de preços                                        |                            |                                  |
| Artigo                                                       | Preço                      | Valor em nozes-de-cola           |
| 1 pano pequeno                                               | 7 Tchémés                  | 700                              |
| 1 pano médio                                                 | 1 goléwoulou + 2 Tchémés   | 1 200                            |
| 1 pano grande                                                | 2 goléwoulous              | 2 000                            |
| 3. Natureza dos produtos transacionados                      |                            |                                  |
| Viveres, produtos agrícolas e bens artesanais de origem guro | Mercadorias sudanesas      | Produtos europeus                |
| Peixe seco                                                   | Sal-gema                   | Espingardas <sup>2</sup>         |
| Inhames                                                      | Bois <sup>2</sup>          | Pólvora de canhão <sup>2</sup>   |
| Amendoins                                                    | Varas de ferro             | Braceletes de cobre <sup>2</sup> |
| Gamelas de madeira                                           | Vasos grandes <sup>2</sup> | Argolas de tornozelo             |
| Panos <sup>2</sup>                                           | Espingardas <sup>2</sup>   |                                  |

1. "Uma mão" designava na realidade o número de nozes que cabiam em duas mãos juntas.

2. Produtos de luxo e bens de prestígio destinados principalmente aos chefes e dignitários.

Fonte: segundo Christophe Wondji, "Commerce du cola et marchés précoloniaux dans la région de Daloa", *Annales de l'Université d'Abidjan, série I (Histoire)*, tome I, 1972, pp. 38, 39 e 43.

O comércio a longa distância da cola constituía, porém, a forma mais corrente. Era organizado em algumas encruzilhadas, das quais a cidade de Kong era uma das mais importantes, senão a mais importante. Segundo Binger, a cola representava cerca de 65% das exportações desta cidade para Bobo-Dioulasso e as cidades da curva do Níger.

## 2. Estruturas espaciais e estratégias

As transações eram, no essencial, organizadas segundo dois modos que seria errado opor um ao outro, pois as interferências não eram raras:

Na época pré-colonial, o Centro-Oeste Africano apresentava dois tipos diferentes de sistemas de comércio a longa distância: um, a que se poderia chamar o *sistema de etapas*, no qual, para passar de tribo para tribo, a mercadoria era trocada

nas fronteiras entre elas; o outro, a que se chamaria *sistema das redes*, no qual a mercadoria era transportada em percursos mais longos pelos mesmos mercadores, independentemente da sua pertença às tribos que tinham de atravessar. (Jean-Louis Boutillier, *La cité marchande de Bouna dans l'ensemble économique ouest-africain précolonial*, in Claude Meillassoux, 1971, p. 240, *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa*, Oxford University Press for the Royal Institute of International Affairs, Londres).

Estes dois sistemas tinham implicações diferentes quanto à organização do espaço. No sistema de etapas, a geografia política e econômica existente não era posta em causa, ao passo que o sistema de redes estava prenhe de mudanças que agiam no sentido de uma maior integração comercial ou de uma alteração das relações de força nos territórios atravessados pelos mercadores.

## Etapas e redes

Entre os fatores que poderiam explicar a notável permanência do sistema de etapas, dois, pelo menos, merecem especialmente ser destacados: no plano técnico, o arcaísmo e as dificuldades dos transportes (documento 30); no plano político, a vontade das formações étnicas de preservarem ao máximo a sua autonomia ou a sua independência. O comércio da cola entre os betês de Daloa é um bom exemplo da organização das trocas comerciais por etapas. O fato de as formações étnicas preservarem a sua unidade não significa de maneira nenhuma que se mantenham estáticas.

## Documento 30: O problema dos transportes

Quando viajam, os indígenas não se reúnem por grupos de velhos, de adultos ou de crianças; não se preocupam muito com os seres fracos que caminham com eles: haver com eles crianças ou mulheres é-lhes bastante indiferente, e toda a gente sabe isso. Espanta-me que se consiga obter algum resultado com este modo de proceder.

O indígena do Sudão viaja:

- 1.º Em marcha rápida;
- 2.º Sem bagagens, isto é, apenas com a espingarda e a pele de bode;
- 3.º Com uma carga à cabeça;
- 4.º Com animais carregados, burros ou bois de carga.

No primeiro caso, franqueia muitas vezes grandes distâncias em tempo muito curto; é impossível fixar seja o que for a este respeito, pois depende muito da extensão do trajeto a fazer: é evidente que, se só tiver de fazer um trajeto de 80 quilômetros, pode percorrê-lo em vinte e quatro horas; se tiver de percorrer 240 quilômetros, não os percorrerá certamente em três vezes vinte e quatro horas.

No segundo caso, só marcha sete a oito horas em geral; o negro não se faz à estrada antes das seis ou sete horas da manhã e detém-se por volta das onze horas, voltando a pôr-se a caminho entre as duas e as três horas, para parar por volta das cinco e meia ou seis horas, o mais tardar. Segue, é certo, a mais de quatro quilômetros por hora, mas conversa com quem se cruza, para aqui e ali, nas aldeias, para beber, e se se repousa, não é dez minutos, é meia hora ou mais. De maneira que pode estabelecer-se quase

como regra que não percorre em três dias uma distância superior a 80 quilômetros, aproximadamente.

No terceiro caso, com uma carga à cabeça, a sua média de marcha é de cerca de 20 quilômetros, para um trajeto um pouco longo, e quando tem a liberdade de regular a sua própria marcha.

No quarto caso, com burros e bois de carga, a sua média de marcha é de 16 quilômetros; com efeito, há as passagens difíceis, os animais a descarregar e recarregar, as aldeias que é preciso contornar etc.; percorre, pois, uma distância de 80 quilômetros em cinco dias.

Fonte: Capitão Binger, *op. cit.*, tomo I, pp. 87-88.

Por um lado, o afluxo de produtos estrangeiros e a incorporação desses grupos étnicos numa cadeia comercial fazia-os participar, a título de simples malha ou de encruzilhada essencial, num vasto processo de reestruturação do espaço que cobria toda a África Ocidental, como mostra o mapa esquemático dos eixos comerciais (documento 27). Por outro lado, o desenvolvimento das transações comerciais teve efeitos diretos e indiretos sobre os sistemas de produção. Assim, na região betê de Daloa, a agricultura tornou-se provavelmente mais produtiva e mais intensiva: a cola, anteriormente obtida por coleta, tornou-se alvo de uma cultura cuidada e atenta, o que não deixava de ter consequências no plano das relações sociais; com efeito, os colateiros passaram a ser considerados propriedade do senhor da terra e deixou de estar em vigor a regra antiga de que todos os habitantes de um lugar tinham o direito de colheita. Por último, tornou-se possível inventar ou desenvolver estratégias elaboradas: a acumulação dos bens de prestígio permitiu nomeadamente adquirir escravos e mulheres, cuja incorporação na sociedade, por seu turno, facilitou a multiplicação das linhagens.

Mas esta "proliferação linhageira" (Jean-Pierre Dozon), produto da economia de troca, gerava simultaneamente uma série de desigualdades, não só entre as linhagens, como é evidente, mas também entre os indivíduos: com efeito, independentemente dos laços efetivos de parentesco, cada qual podia tornar-se parente, irmão mais novo ou filho, de quem, tendo acumulado riquezas, podia agenciar-lhe esposa.

As estratégias não eram menos complexas no sistema das redes. Com efeito, este sistema era mais elaborado do que o precedente: o grupo mercantil, geralmente originário da zona sudanesa em que por vezes conservava a sua base, precisava, no curso da estrada, de agentes estabelecidos nas cidades e burgos onde se detinha para completar a sua carga e fazer repousar os seus homens e, nos pontos de chegada, de outros agentes que lhe servissem de intermediários. Para lá das questões estritamente econômicas, os problemas a resolver eram de diversa índole: articulação entre a base ou o país de origem e a "diáspora" dos agentes: elaboração de princípios e de mecanismos capazes de assegurar a coesão, a individualidade e a eficácia do grupo mercantil; relações com os países atravessados e as sociedades de acolhimento. Como sublinha Claude Meillassoux: "O mercador é pois um estrangeiro por sua cultura, por sua etnia ou eventualmente por sua pertença a grupos sociais marginais. [...] E é ainda estrangeiro por sua atividade,

que ameaça as bases sociais da posse das riquezas e do poder e à qual subordina as preocupações agrícolas. A sua implantação ao longo das rotas comerciais obriga-o a ser sempre minoritário, e portanto, a lutar para ser aceito e respeitado. Mas a sua alteridade é a própria condição da sua existência de mercador. Assimilado ou fundido na massa, mergulhado na trama das obrigações prestatórias ou gratuitas impostas pela economia camponesa dominante, o mercador ficaria privado do estatuto de estrangeiro que lhe permite transacionar mercadorias." (*op. cit.*, p. 32).

As diferentes redes conhecidas possuem uma característica em comum: a de terem encontrado no Islã o melhor meio de resolver uma grande parte dos problemas encontrados. Enquanto as diferentes formações étnicas implicadas nas transações se caracterizavam forçosamente por sua heterogeneidade (linguística, política, cultural etc.), o islã moldava a homogeneidade de todas as redes mercantis. Permitia também assegurar ao grupo de mercadores uma personalidade irredutível e de fundar na fé a sua condição de estrangeiro. As regras éticas da religião ajudavam a superar os problemas de confiança recíproca entre os mercadores, nomeadamente a respeito dos créditos. Os letrados muçulmanos funcionavam frequentemente como autoridades intelectuais, ou até políticas, que arbitravam os eventuais litígios. O islã impôs-se assim como um cimento ideológico à prova de fogo.

#### Etnicidade e redes comerciais

Algumas redes parecem especialmente significativas da complexidade com que o islã se associou a outros fenômenos, nomeadamente a estratégias identitárias, para fundar a especificidade e a eficácia dos grupos mercantis.

A primeira, a dos diakhankes, floresceu de 1600, aproximadamente, até meados do século XIX, num vasto espaço que se estendia por uns 1 000 quilômetros de oeste para leste e 350 quilômetros de norte para sul: com efeito, os limites orientais do seu espaço comercial situavam-se em Segú e Sikasso, ao passo que, para oeste, se detinha no curso superior do Senegal e da Gâmbia; o vale do Senegal servia-lhe também de fronteira norte e, para sul, as suas expedições levavam estes povos até ao Fuuta Jallon. A sua posição permitia assim aos diakhankes participar tanto no comércio transaariano como no comércio atlântico: em ambos os casos, as mercadorias mais procuradas eram os escravos e o ouro. Se os diakhankes acabaram por optar pelo comércio atlântico, foi sem dúvida pelos lucros mais elevados que este proporcionava. Com efeito, este grupo comerciante desempenhara um papel pioneiro na organização do tráfico de escravos em larga escala. Além dos escravos, os diakhankes transportavam para a costa o ouro que compravam no Bambuk, panos de algodão fabricados nas suas próprias aldeias, bem como marfim e cera, e obtinham em troca os produtos habituais do comércio com os europeus. Mas participavam também ativamente no comércio inter-africano: forneciam à Gâmbia e ao Senegal nozes-de-cola, manteiga de carité, ferro e tecidos; para o vale do Níger, levavam principalmente sal e outros tecidos.

O seu êxito no comércio assentava-se em vários trunfos. Originários da região de Dia no Níger (*diakhanke* significa “pessoas de Dia”), eram de cultura soninkê mas deixaram-se de certa maneira “malinquizar”, adotando a língua e os costumes das populações malinkês no seio das quais viviam. O comércio levava-os a desenvolver uma cultura de grupo específica, com as seguintes características essenciais: um pacifismo ardente que só aceitava a guerra em caso de agressão e como último recurso; o apego ao saber islâmico e a predileção pelo ensino corânico; o desdém pela política e pelas responsabilidades temporais, consideradas indignas de um homem piedoso; e, por último, a paixão pelo comércio. Os *diakhankes* estavam organizados em cidades independentes umas das outras, mas partilhavam os mesmos ideais, cultivavam a solidariedade e jactavam-se de uma origem comum. Embora o nome “*diakha*” tenha vindo a ser sinónimo de “comerciante” numa grande parte da Senegâmbia, na realidade, as famílias *diakhankes* tinham repartido as tarefas entre si: algumas, como as dos Diaby, eram principalmente comerciantes e outras, como as dos Kaba, exclusivamente especializadas no ensino corânico, ao passo que muitas combinavam as duas profissões. A supressão do tráfico negreiro e a evolução política e religiosa da Senegâmbia, sobretudo após 1850, haveriam de revelar-se fatais para todo o grupo. A *Qaddriyya*, a que aderiam, estava em recuo perante a *Tidjaniyya*, o que arruinou o seu prestígio religioso. Enquanto tradicionalmente viviam nas suas próprias cidades e aldeias, muitos começaram a emigrar para cidades não *diakhankes* e para o Fuuta Jallon. Por fim, a partir de 1880, aproximadamente, começaram a participar nas lutas políticas. O seu papel comercial foi totalmente aniquilado pela colonização.

Outros grupos, pelo contrário, conseguiram resistir e adaptar-se com vantagem a esta última. Foram os *diúlas* e os *haussás*, que representaram sem dúvida as redes mais importantes e mais ativas do oeste africano no século XIX. Se as palavras “*diakha*” ou “*diakhanke*” tiveram sempre uma significação precisa, o mesmo não se deu com *diúla*, como demonstrou Yves Person: “Quanto a *diúla*, é um termo ambíguo. No leste de Bandama e do Bagoé, na Costa do Marfim e no Alto Volta possui um sentido étnico que designa os núcleos muçulmanos e comerciantes de língua malinkê, os quais formam a base culturalmente bastante homogênea, apesar das suas origens diversas. Opõem-se aos cultivadores pagãos. Mas, no Alto Níger, onde os malinkês formam a base do povoamento, *diúla* possui um sentido puramente profissional. As pessoas passam a ser *diúlas* quando começam a praticar o comércio. Efetivamente, [...] Samori tornou-se *diúla*, mas esta palavra designa a sua profissão e não a sua origem” (“*La jeunesse de Samori*”, *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, volume 50, 1962, p. 153).

O império de Samori representa apenas um momento, espetacular, é certo, como todas as revoluções políticas, mas limitado, da história económica dos *diúlas*, a qual se inscreve na longa duração. Com efeito, segundo Yves Person, essa história remonta ao império do Mali e ao comércio do ouro. Mas os *diúlas* não se dedicavam apenas ao comércio do metal amarelo: o sal-gema, o sal marinho e as nozes-de-cola constituíam também artigos de base, juntamente com os inevitáveis escravos.

As redes mercantis organizavam-se com base em relações complexas de parentesco, de aliança, de associação, ou até de “clientela”, entre os pequenos comerciantes e os grandes negociantes. As expedições comerciais eram de dimensão e estrutura muito variáveis. Para o século XIX podemos distinguir vários tipos:

- o “bando”, que agrupava um reduzido número de amigos habituados a viajar e a trabalhar em conjunto: dados os riscos de roubos e a insegurança, o bando operava a curtas distâncias e consagrava-se de preferência ao transporte de mercadorias;
- o “grupo familiar” composto pelo pai, pelas esposas, pelos filhos e por alguns escravos, que tinha possibilidade de levar a sua atividade relativamente longe, graças a judiciosas relações de parentesco nas zonas percorridas;
- a “caravana” (*sere*), que agrupava frequentemente vários grupos familiares, cada um dos quais conservava a sua autonomia: o número de viajantes afastava os assaltantes; mas, desprovida de enquadramento e de equipamentos militares, a caravana simples evitava as regiões de forte insegurança e o transporte de grandes quantidades de ouro;
- a “grande caravana”, formada frequentemente por iniciativa de um grande negociante que dispunha de importantes cargas de mercadoria: colocada sob a autoridade de um chefe militar que gozava do título de *sere-kuntigi* (“chefe de caravana”), comportava sempre uma escolta armada dispensada das tarefas de transporte; muitas vezes, havia carregadores de mercadorias que, no intuito de se protegerem, se juntavam à caravana, mediante o pagamento de um direito fixado em geral em torno de 10% da sua carga; em finais do século XIX, as feitorias dos Rios do Sul e da Serra Leoa acolheram caravanas com várias centenas de homens;
- a “sociedade comercial” (*dyeman-dyago*), formada por grandes negociantes que repartiam entre si os benefícios da operação proporcionalmente à sua contribuição; no centro desta empresa encontrava-se um *dyago-tigi* ou *diatigi* (“chefe do comércio”), que controlava um vasto conjunto de parentes, aliados e correspondentes, hábil na especulação e que se informava escrupulosamente sobre a evolução dos mercados; enquanto na praça do mercado se desenrolavam as transações secundárias, era na concessão do *dyago-tigi* que se tratavam os negócios mais importantes: aí ele albergava os mercadores de passagem, parentes ou não, com os seus dependentes; os seus parceiros mais regulares não hesitavam em tomar mulher entre os dele; armazenavam-se as mercadorias nos seus depósitos; arbitrava as transações, informava os seus hóspedes da evolução das cotações, contratava carregadores e, se necessário, emprestava dinheiro ou servia de fiador. Nestes *dyago-tigi* encontrava-se o culto dos valores – individualismo, atração pelo ganho, sentido da especulação, gosto da acumulação (o que representava uma forma de poupança), capacidade



de diversificação das atividades etc. – característicos de uma espécie de “ética do capitalismo”.

A rede haussá era provavelmente menos antiga do que a diúla, a julgar pelo menos por sua extensão para sul. A sua amplidão para leste era tal que se estendia até às terras chadianas; a oeste, articulava-se com o comércio da curva do Níger e, a norte, com o comércio transaariano. Com as terras ribeirinhas do golfo da Guiné, em especial o Asante, as transações haviam tomado forma só no início do século XVIII. O seu desenvolvimento data do início do século XIX e deve muito à formação do califado de Sokoto bem como à expansão do Asante para norte. Por volta de 1810, Salaga e Yendi, as suas bases de operação, passavam por serem muito maiores do que Kumasi. A procura de noz-de-cola, mais forte na zona sudanesa, levou-os a estabelecer-se a oeste do Volta. O seu número cresceu em tais proporções que o *asantehene* decidiu, por volta de 1830, limitar a sua circulação a Salaga e ao norte do Volta. A medida continuou em vigor até a guerra anglo-asante de 1873-1874, data após a qual puderam implantar-se livremente na zona de produção de cola e mais a sul. Contudo, os mais ativos e os mais ricos dentre eles haviam recebido o direito de se estabelecer em Kumasi, onde cedo se constituiu um “partido” muçulmano nos bastidores do poder. Entre Kano e os mercados da cola, a viagem de ida e volta era longa, difícil, interrompida por numerosas paragens: as caravanas, que o mais das vezes levavam um contingente de 1 000 a 2 000 pessoas, acompanhadas por igual número de burros e de mulas, levavam seis meses a um ano a fazê-la; uma parte das nozes-de-cola era seguidamente expedida para o Bornu onde era trocada por sal.

Os estabelecimentos haussá formavam unidades residenciais distintas das cidades que os acolhiam, o que lhes dava o aspecto original de cidades duplas. Cada estabelecimento tinha uma organização própria com um *maigida* (chefe de comércio) e vários *dilalli* (corretores), que desempenhavam as mesmas funções que os *dyago-tigi* na zona diúla. A fé e a língua comuns não eram os únicos laços entre os estabelecimentos dispersos. Estes tudo fizeram para produzirem uma identidade coletiva e uma personalidade próprias, constantemente reatualizadas. O islã desempenhou um papel fundamental neste processo. A prática da peregrinação a Meca, atestada já em 1740, foi especialmente forte entre os mercadores haussás de Salaga e das cidades vizinhas. A educação islâmica representou outro recurso: Salaga, Yendi, Nikki e outras cidades menos importantes tinham fama de serem reservatórios de ensino, de erudição e de cultura islâmicas. Por último, havia letrados itinerantes que visitavam regularmente os estabelecimentos para os manterem dentro da ortodoxia, e para evitarem a assimilação pelas comunidades pagãs no seio das quais viviam.

No entanto, no interior dessa identidade coletiva haussá, as clivagens não faltavam. Tal como os diúlas, os haussás eram de origens diversas: também neste caso, um homem tornava-se haussá pela prática do comércio e do islã, e pela adoção da língua haussá. Mas, contrariamente aos diúlas, cada grupo conservava e mantinha as suas particularidades. Todos os mercadores haussás eram chamados

*fataken*. Os que se dedicavam ao comércio da cola tinham de renunciar ao tráfico dos outros produtos e eram conhecidos como *fataken Gwanja* (comerciantes do Gonja) ou *fataken goro* (comerciantes de cola). No interior desse grupo, distinguem-se ainda os Agalawa, os Tokarawae os Kambarin Beriberi. Todos tinham por origem uma imigração mais ou menos antiga para as terras haussás. Cada um desses subgrupos praticava uma endogamia muito estrita e reconhecia-se pelas escarificações e tatuagens que os seus membros tinham no rosto e no corpo. Os Agalawa e os Tokarawa tinham sido escravos dos nômades tuaregues, mas tinham emigrado para as terras haussás em diferentes épocas: estavam ligados aos emirados de Kano e de Katsina. Os Kambarin Beriberi, pelo contrário, eram originários do Kanem-Bornu (Beriberi em haussá) e haviam-se instalado em Gummi, não longe de Jegga, pouco antes da jihad de Ousman dan Fodio. Vê-se, pois, que a identificação destes mercadores era amplamente “situacional” (Paul Lovejoy). Fora das terras haussás, era a identidade comum que primava e todos se proclamavam haussás. No interior do califado de Sokoto, pelo contrário, cada qual destacava a sua identidade específica.

Voluntária ou involuntariamente, a colonização não destruiu o dinamismo dessas redes mercantis. Não só persistiu a venda ambulante diúla e haussá, como também há hoje em dia grandes famílias de comerciantes, sobretudo nas terras haussás, que herdaram o seu poderio do século XIX. Outros grupos mercantis iriam inclusive tirar partido das novas oportunidades geradas pela situação colonial para alargar a sua área de ação, testemunhando assim um espírito de iniciativa de notável constância. Assim, até cerca de 1880, os Kooroko, comerciantes de cola de casta de ferreiro (de uma família de artesãos), praticamente nunca haviam saído do Wasulu, no sul do atual Mali, onde constituíam um elo importante das transações. As guerras de Samori e depois a colonização francesa levaram-nos a emigrar em massa para Bamako, onde criaram uma rede muito ativa que se estendia até ao Senegal, à Costa do Marfim e ao Níger.

### Os mercados

Funcionando por “etapas” e por “redes”, o comércio oeste-africano articulava-se com três categorias de mercados (documento 27): no extremo norte, as cidades que, de Bakel a Kano serviam também para o comércio transaariano; no extremo sul, os portos e as cidades continentais que participavam simultaneamente no comércio atlântico; entre ambos, na orla da floresta e da savana, uma malha densa de estradas dera origem a numerosas cidades comerciais situadas nas encruzilhadas e nos locais de transbordo de carga, cuja importância e cujo estatuto político eram muito variados – Salaga, Kintampo, Kong, Buna, Bobo-Diulasso, Bonduku, Sansané-Mango etc. Algumas, como Bouna e Kong, eram capitais de Estado. Outras tinham-se elevado ao nível de metrópoles graças às transações. Todas eram simultaneamente locais de permuta dos produtos locais e centros de redistribuição das mercadorias importadas do Norte ou do Sul. Mas evoluíram de maneira muito diferente, como mostram os exemplos de Salaga e Kong.

Salaga (literalmente, “lamacento”, “escorregadio”) parece ter perdido importância durante o século XIX. Binger encontrou nela vários edifícios em ruína, um dos quais era uma mesquita. As mercadorias eram caras e os impostos cobrados pelas autoridades elevados. Mas a cidade conservava o seu caráter cosmopolita. Dividida em oito bairros, contava, em 1885-1890, cerca de 3 000 habitantes, dos quais os gonjas, senhores do local, não representavam mais do que 40%, ocupando os bairros periféricos a leste, a oeste e a sul; os mandê-diúlas, baseados nos bairros norte, correspondiam a 20% da população total; os outros estrangeiros – gentes do Dagomba, do Bornu, do Bonduku, de Kong, mais os asantes, os iorubás, os fulas, os nagôs etc. – viviam nos bairros populosos do centro, próximos dos mercados; os haussás eram tão numerosos como os diúlas (20%); entre os estrangeiros, os escravos constituíam uma massa especialmente importante:

Esta mistura excessiva da população fez dos habitantes autênticos políglotas. O gondja e o mandê são falados por estes dois povos, respectivamente; mas, quando há que dirigir a palavra a um desconhecido, discutir um negócio, dizer bom-dia, é sempre na bela língua haussá. (Binger, *op. cit.*, tomo II, p. 93).

Próspera até 1860, Salaga sofreu com a concorrência organizada que lhe foi feita por cidades como Bouna, Bobo-Diulasso ou Kintampo. No final do século XIX, a cidade conservava ainda a sua função de encruzilhada, como mostra o catálogo dos produtos mais transacionados:

- sal: essencialmente, sal marinho, trocado por escravos, manteiga de carité e gado; em complemento, um pouco de sal em barras de Taoudeni;
- pólvora de canhão importada da costa (Acra, Cape Coast, Assínia, Grand Bassam, Porto Novo);
- armas de fogo de fabrico belga ou britânico, vindas de Christianbourg e de Acra;
- nozes-de-cola;
- ouro em pó, importado de Bambuk e das terras baulesas;
- animais de abate provenientes das regiões sudanesas;
- manteiga de carité;
- burros dos Estados mossis, que custavam, consoante os períodos, de 25 000 a 40 000 cauris ou de 90 000 a 120 000 cauris;
- cavalos levados pelos haussás;
- panos africanos em faixas, provenientes de Kong, dos Estados mossis, do Dagomba e das terras baulesas;
- artigos diversos de fabrico europeu (tecidos, vidraria e quinilharia);
- artigos conhecidos por terem uma proveniência iorubá, mas importados de Ghadamès ou da costa (sal-gema, sabres, perfumes, papel, rosários, antimônio etc.).

A capacidade de consumo desses produtos era um dos critérios que definiam a posição social de um indivíduo; as classes privilegiadas distinguiam-se pela mistura de um consumo de luxo e de uma acumulação ostentatória:

Se penetrarmos na casa de alguma personagem abastada, estamos na presença de uma curiosa amálgama de objetos de todas as proveniências: além do leito, que consiste numa armação feita de fortes caules de milho-miúdo, suportada por quatro pedras para a elevar acima do solo, e de peles de boi que serviam de assentos aos visitantes, distinguimos, arrumados em barris de pólvora vazios, candelabros de faiança, garrafas e caixas vazias de todas as dimensões, por vezes um grande espelho rachado ou meio despolido, velhas cartucheiras ou sacolas penduradas na parede, uma espingarda de pederneira sem mecanismo, num canto, garrafas de gim cheias e alguns sacos de sal. Encontrei mesmo um relógio de parede que não funcionava e uma lanterna de petróleo. (Binger, *op. cit.*, tomo II, pp. 91-92).

Kong, cuja prosperidade permaneceu intacta até à colonização, retirava uma grande parte da sua força da sua posição privilegiada na via principal norte-sul, que ligava as cidades da foz do Níger aos portos do golfo da Guiné. Como declarou ao capitão Binger um dos notáveis da cidade, Diarawary Ouattara: “Kong é uma cidade aberta a toda a gente [...] e quando se vem de Kong, pode-se ir para qualquer lado.” A cidade orgulhava-se de uma grande antiguidade, pois deveria ter sido fundada na mesma época que Djenné. Também construíra a sua influência com base numa política resolutamente pacifista: “Os mandê-diúlas de Kong, sublinha ainda Binger, têm horror instintivo da guerra, que consideram desonrante, quando não consiste em defender a integridade do território.” Os Ouattaras, que dirigiam a cidade com o título de *fama*, *massa*, *mansa* (rei) ou de emir, tinham mesmo assim conseguido constituir, em torno da cidade e numa grande extensão, uma espécie de império comercial, graças a uma política astuciosa de emigração e de hegemonia cultural. A cidade, que tinha cinco mesquitas, era aliás reputada quer como centro cultural, quer pela erudição dos seus letrados: nos anos 80, contava umas vinte escolas e o *almami* Sitafa Sakhanokho, que ocupava as funções de chefe religioso e de “ministro da Instrução Pública”, organizava todas as semanas duas ou três conferências sobre assuntos diversos relativos ao Alcorão, ao Evangelho e ao Pentateuco (Antigo Testamento):

Há poucas pessoas iletradas. O árabe que escrevem não é o que há de mais puro; no entanto, ficamos espantados vendo-os tão bem instruídos, pois nunca nenhum árabe penetrou até Kong. A instrução é dada aos alunos por mandê-diúlas que trouxeram os elementos da língua e alguns manuscritos provenientes de Meca.

Os 15 000 habitantes ostentavam uma verdadeira fartura e os mais ricos, tendo saciado as suas necessidades, exprimiam desejos que manifestavam um indiscutível conhecimento do mundo exterior: entre os artigos que mais procuravam figuravam os tapetes de Istambul, os livros santos e os tratados eruditos de direito e de filosofia, os objetos de luxo (sedas, estojos de antimônio,

sombrinhas, óculos etc.). Além dos pequenos mercados abertos todos os dias, realizava-se o grande mercado de cinco em cinco dias, com duas partes: o *Musolokho* (feira das mulheres) situava-se na parte sul do mercado e nele só eram transacionados os víveres produzidos localmente e os artigos de consumo imediato; o *Mokholokho* (feira dos homens) ocupava a parte norte: era ali que se vendiam os produtos do comércio a longa distância, nomeadamente os bens importados da costa e das cidades término do comércio transaariano. As gentes de Kong mantinham, com efeito, um comércio muito ativo com variadas regiões.

Para Djenné, que lhes fornecia principalmente sal e panos de lã, exportavam cinco tipos de mercadoria:

- a cola branca do Anno (Mango) e, sobretudo, a mais apreciada, a cola vermelha do Asante; essas nozes eram compradas, simultaneamente com as mercadorias europeias, em Salaga e em Bonduku, em troca de faixas de pano azuis e brancas fabricadas exclusivamente pelas gentes de Kong e suas redondezas: o tecido (*loge*) tinha preços variáveis, consoante o desenho e a largura das faixas; em contrapartida, o cobertor (*sirifeba*), muito reputado, valia 6 000 cauris (12 francos) em Bonduku e 16 000 cauris (25,60 francos) em Salaga;
- ouro em pó, a maior parte do qual era comprada em terras lobis por troca com cobre em barras e escravos;
- pimenta;
- *niamanka*, espécie de pimenta comprada principalmente em Bonduku e utilizada em Djenné e Tombuctu em todos os pratos de carne e nos pratos com molhos;
- uma outra variedade de pano, fabricada também exclusivamente em Kong e feita de tecido vermelho e branco; o tecido, apresentado sob forma de faixa, era obra dos homens, ao passo que as mulheres confeccionavam os panos reunindo 12, 13, 14 ou 15 faixas; o fio de algodão vermelho provinha de Salaga e de Bonduku e, quando faltava, compravam-se lenços vermelhos de fabrico europeu, encarregando-se as crianças de os desfilar, à razão de dez cauris por lenço, para se poderem utilizar os fios. Chamados, consoante as variedades *ponguise* (pano de Kong), *dadji* ("escarro", termo que evocava a cor vermelha do suco de cola que se cuspia), *baburu mosi* ou *kebegise*, panos que eram verdadeiros artigos de luxo, vendidos, consoante o tamanho e o desenho, por preços entre 8 000 e 15 000 cauris (10 000 cauris representavam em Djenné o valor de uma barra de sal).

Bobo-Dioulasso constituía outro destino importante para os mercadores de Kong. Estes, aliás, não eram os únicos a fazer lá negócios; nos anos 1880, a cidade tinha uma população fixa de 3 000 a 3 500 habitantes, aos quais se juntavam 1 000 a 1 500 estrangeiros de passagem, diúlas de Kong, haussás, mossis etc. Kong exportava para Bobo-Dioulasso as mesmas mercadorias que para Djenné, mais

dois outros artigos: os panos de Salaga, de cor azul anil escuro, com listas azul celeste, e uma espécie de véu branco ou tingido de anil, utilizado pelas mulheres para cobrirem os ombros. Esses artigos eram trocados por manteiga de carité e artigos de ferro (painéis de ferro batido, pás, machados, lanças etc.): com efeito, desprovidos de ferro e de ferreiros, as gentes de Kong guardavam uma parte desses objetos para si próprios e seu uso pessoal, e reexportavam outra parte para Mango, de onde traziam cola branca e panos brancos com listas azuis de qualidade bastante medíocre.

Entre os outros mercados de escoamento importantes, havia ainda as regiões do Oeste, onde os diúlas de Kong compravam exclusivamente escravos em troca de cavalos e de armas de fogo. Os outros destinos, nomeadamente as terras dos mossis, dos komonis e dos dokhosies, eram de menor importância: as terras dos mossis, temidas devido à insegurança das estradas, forneciam, porém, cavalos e escravos em troca de panos, louça de cobre e fio de latão.

### 3. Os Estados costeiros e as transações continentais

Nestas condições, é claro que os Estados costeiros não se encontravam tão presos ao comércio atlântico como se pensou durante muito tempo. Ante as incertezas do comércio marítimo, tinham uma feliz alternativa na reorientação para as transações continentais.

Assim, o reino de Abomé teve o cuidado de manter relações regulares com os países do norte por intermédio de Salaga. Os comerciantes muçulmanos desenvolviam atividade na corte de Abomé já desde o século XVIII. Uma parte dos artigos europeus e americanos, em especial o tabaco, o rum e os tecidos, ganhava assim as cidades da foz do Níger, seguindo uma série de escalas até Salaga e passando depois para as mãos de mercadores profissionais. Em troca, o Daomé recebia principalmente víveres (milho-miúdo, sorgo, manteiga de carité).

O caso do Asante, o mais conhecido, é ainda mais instrutivo. Até ao início do século XIX, o comércio asante com os países do norte foi sempre de nível inferior: passava principalmente por Bonduku, no Gyaman ou Dyamman, e pelas duas cidades vizinhas de Gbuipe e Yagbum, no Gonja. Essas cidades estavam nominalmente sob a autoridade do *asantehene*. Entre 1800 e 1825, revoltaram-se, talvez por instigação dos Ouattaras de Kong e recusaram-se em especial a fornecer o seu contingente de soldados. Osei Bonsu e Osei Yaw tiveram de enviar para lá várias expedições punitivas. Embora os acontecimentos sejam mal conhecidos e a sua interpretação controversa, as consequências são evidentes. O comércio periclitou e as tensões entre o Asante e essas províncias do norte mantiveram-se vivas. Binger encontrou a cidade povoada por 2 500 habitantes, na maioria diúlas, e em pleno declínio:

A maioria das habitações ameaça ruína; um pouco por todo o lado vemos paredes meio ruínas e ruas que passam pela antiga localização de habitações de que não restam senão pilares e vigas formando pórticos.



Na cidade ainda se encontravam alguns mercadores asantes a que chamavam *gallis* (de gallo, vender, transacionar, traficar):

Estes *gallis* formam uma sociedade à parte: tal como os diúlas no Sudão, passam por todo o lado; assim, atualmente, todo e qualquer asante não *galli* que se aventure no Diamman terá o pescoço cortado pelos tons, ao passo que os asantes *gallis* passam por todo o lado.

Entrementes, o Asante reorientara as suas transações para nordeste, isto é, para Salaga. Já em 1824 Joseph Dupuis descrevia a estrada que ia de Kumasi a Salaga e, mais além, para as terras haussás como “uma das estradas mais percorridas da África”. O desenvolvimento de Salaga foi em parte obra de comerciantes haussás. O *asantehene* também tirou proveito disso. Por um lado, Salaga fazia parte das “províncias externas” do seu reino: em 1818, foi em Kumasi que se resolveu uma querela de sucessão à chefia de Salaga. Por outro lado, o declínio do tráfico negreiro na costa levou o governo de Kumasi a voltar-se mais para o norte: reduziu as suas compras na costa ao estrito necessário (espingardas e pólvora), enquanto, a partir de 1810, aproximadamente, as cidades mercantis sudanesas lhe forneciam tecidos e outros bens manufaturados em troca de cola. Este comércio promissor foi rigorosamente administrado por Kumasi. Os melhores agentes do Estado ocuparam o cargo de governador de Salaga. Outros tinham por missão cobrar os impostos enviados uma vez por ano para Kumasi. Para limitar os riscos de banditismo, o *asantehene* proibiu o comércio de armas de fogo e colocou agentes especiais na estrada, encarregados de revistar as caravanas. Por fim, ordenou que todas as transações fossem expressas e pagas em cauris. Ao mesmo tempo, tomavam-se disposições para organizar em Kumasi o comércio do norte. Já no século XVIII, a capital do reino abrigava uma pequena comunidade de *Asante nkramo* (asantes muçulmanos), isto é, súditos do reino, geralmente originários das províncias do norte e de religião muçulmana. Osei Bonsu autorizou os muçulmanos estrangeiros a residirem na sua capital: vieram das terras haussás mas também de Bornu. Alguns dentre eles foram, porém, alvo de suspeitas ou de condenação por desobediência, traição ou conspiração: por isso, por volta de 1844, Kwaku Dua decidiu proibir o acesso de Kumasi aos muçulmanos estrangeiros; a medida continuou em vigor até a ocupação da cidade pelos britânicos em 1896.

Outra modificação importante verificou-se por volta de 1874. No seguimento de revoltas tanto urbanas como rurais no Gonja, Kumasi decidiu reorientar de novo o seu comércio setentrional: a Salaga, que se tornara difícil de controlar, o reino passou a preferir Kintampo, que se situava a apenas 160 quilômetros da capital, para norte. Em 1884, a cidade de Kintampo tinha fama de ser uma das placas giratórias do comércio da cola: aos seus 3 000 ou 4 000 habitantes asantes somava-se uma população fixa e flutuante estimada em 30 000 ou 40 000 pessoas, que compreendia nomeadamente muçulmanos de Tombuctu, do Diamman, de Salaga, das terras haussás e de regiões situadas para lá da Serra Leoa.

### III. A ÁFRICA CENTRAL: CRISES E MUTAÇÕES

À primeira vista, vamos encontrar na África Central características e tendências idênticas às observadas na África Ocidental. Com periodizações diferentes, uma e outra teriam passado do “tráfico negreiro” ao “comércio lícito” durante o século XIX. Privilegiando excessivamente as transações externas, tal constatação não resiste ao exame aprofundado das reclassificações sociais, dos ajustamentos políticos e das iniciativas econômicas que acompanham as reconversões comerciais. Até as transações externas evidenciavam tantas diferenças – nomeadamente na natureza dos produtos, no volume das transações e no ritmo de transição –, que a assimilação imediata dos processos em ação nos dois espaços econômicos parece abusiva.

A formação, organização espacial e a evolução da África Central conferiram-lhe uma fisionomia diferente da África Ocidental. Com efeito, a África Central ressentiu-se duradouramente das formas de organização e das iniciativas que haviam surgido logo nos primeiros tempos da instalação portuguesa nas costas. Essas formas, que parecem estar já solidamente estabelecidas por volta de 1550 e que se reproduziram sem alterações de monta até finais do século XVIII, eram resultado quer do quase monopólio de que gozavam os portugueses na costa, quer da hegemonia política incontestável exercida pelo reino do Kongo. Como nas outras regiões, o comércio português viera enxertar-se, antes de a deformar totalmente, numa importante e dinâmica rede de transações regionais, que, neste caso, era baseada no reino do Kongo e irradiava para as zonas vizinhas, possuindo as suas próprias moedas e os seus produtos de troca. São Salvador, a capital política e econômica do reino, fora o principal centro comercial, na desembocadura de duas grandes redes de estradas: a do norte, proveniente do Stanley Pool (ou Pool Malebo), e a do leste, proveniente das terras ribeirinhas do Cuango. Após a sua fundação, em 1575, o porto de Luanda tinha-se progressivamente transformado na principal abertura da rede comercial para o oceano. Os portugueses haviam inclusive conseguido constituir um novo espaço comercial apoiado na Ilha de São Tomé, no Calabar, Benim e no Rio d’el-Rei, no golfo da Guiné, e em Luanda, Loango e Mpinda, na África Central.

Esta estrutura desaparecera em finais do século XVII, mas os seus elementos mais duradouros tinham-se inserido num novo sistema comercial. Em primeiro lugar, o monopólio português, já ameaçado pelos holandeses, ativos na região desde 1598, ruiu durante o século XVII, quando o desenvolvimento maciço do tráfico negreiro fez dos franceses e dos britânicos as principais potências comerciais da região, com a consequência de se assistir a uma dispersão notável pela costa dos pontos de contato entre negociantes europeus e comerciantes africanos; esta característica iria prolongar-se até à dominação colonial, apesar das veleidades monopolistas de algumas potências europeias. Em segundo lugar, a ruína do reino do Kongo retirou a São Salvador o seu papel de centro comercial: na costa, esse papel recaiu sobre Luanda e vários portos, entre o Ambriz e Loango; no interior, desenvolveram-se grandes centros de comércio no rio Congo, em especial

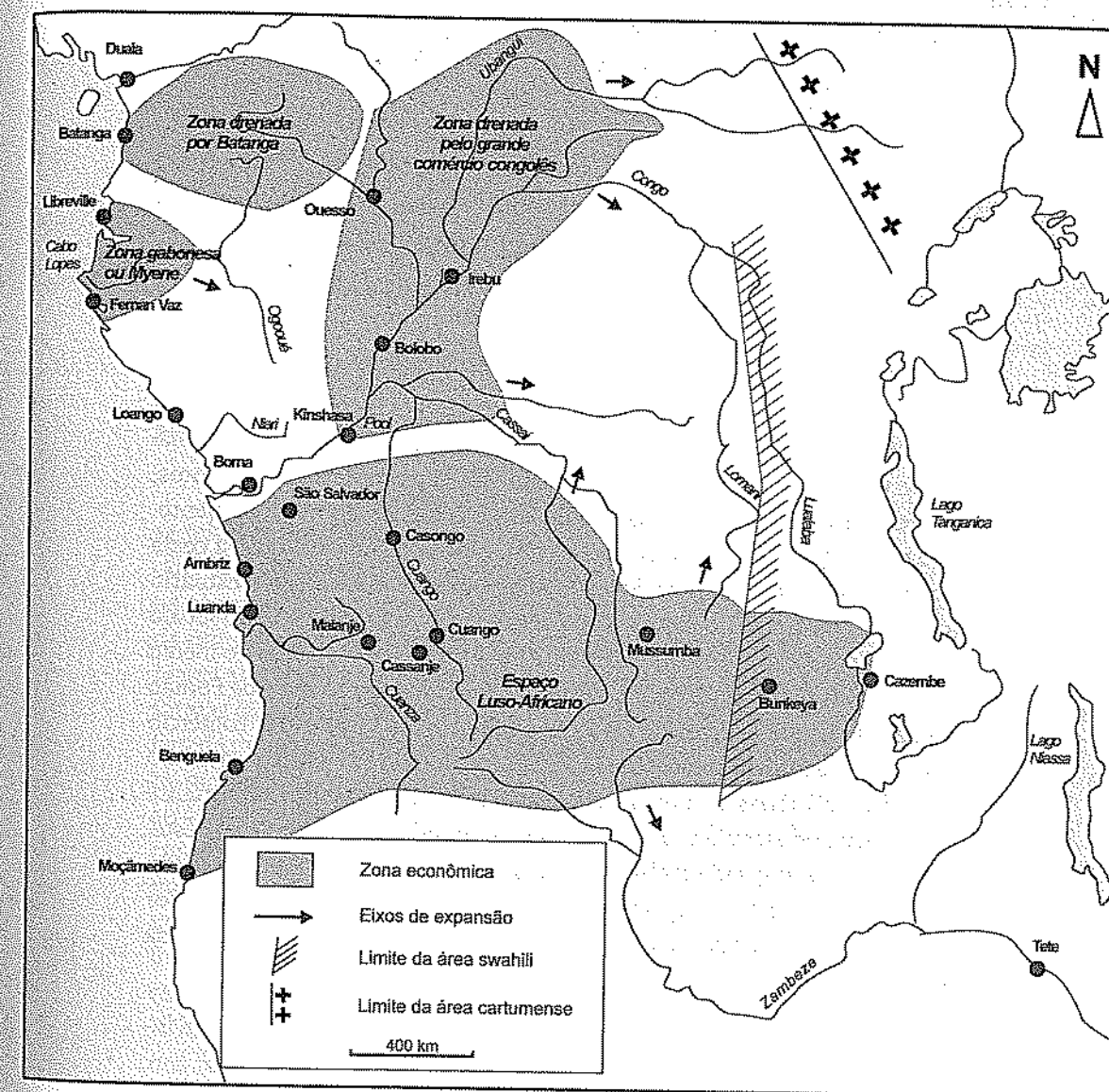
no Stanley Pool, e nas savanas meridionais, principalmente em Cassange e Bié. Por último, com o desenvolvimento das trocas comerciais e a extensão das redes mercantis, a fronteira comercial continuou a avançar cada vez mais longe para o interior; em meados do século XVII, atingira já o lago Mai Ndombe (Leopoldo II) e as terras do entre-Cuango-e-Kwilu; passado pouco mais de um século, podia notar-se a sua presença nas terras do Ubangi, a norte, e, para sul, no grande espaço controlado pelo Império Lunda; este avanço prosseguiu durante o século XIX e, por volta de 1870-1880, era praticamente toda a metade oeste da África Central, entre o Gabão e Angola, que formava o novo espaço comercial, com exceção de algumas bolsas, como as terras dos mongos no coração da floresta, cujo isolamento continua por explicar.

A história econômica da África Central ainda está nos seus primeiros balbúcios. Mais do que uma abordagem sintética por produtos ou por temas, para a qual ainda nos faltam por demais os dados, preferimos aqui uma abordagem geográfica, que se preocupa essencialmente com a descrição do que se pode saber da produção, das trocas e das relações sociais no interior das regiões ou zonas econômicas mais significativas. A escolha dessas zonas impõe-se quase por si própria. Com efeito, já desde o século XIX, procurou-se recortar a África Central em zonas mais restritas. Houve quem escolhesse como princípio de subdivisão o produto dominante na exportação: assim, em *L'état commercial de la côte de Loango et du Congo entre Cama et Ambriz* (1875), o R. P. Duparquet distinguia com precisão uma "zona da borracha" (de Cama a Pointe-Noire), uma "zona do azeite de dendê e das nozes-de-coco" (de Pointe-Noire até ao Congo) e uma "zona do amendoim e do marfim" (do Congo até ao Ambriz). Outros preferiam basear-se na potência europeia dominante na costa e faziam a distinção entre uma zona francesa, correspondente grosso modo à costa do Gabão, uma zona portuguesa a sul do Ambriz e, entre ambas, uma zona aberta à concorrência de todos. Estas distinções são frágeis e discutíveis, pois a dominação de um produto ou de um país reveste-se sempre de um carácter passageiro e parcial: sobretudo, privilegiam o aspecto costeiro das transações comerciais, em detrimento das atividades no interior do continente.

Se, pelo contrário, quisermos privilegiar os aspectos internos e aflorar as estruturas econômicas e sociais, vemos ordenar-se de momento três conjuntos (documento 31), todos integrados no capitalismo mercantil mas assentando em bases diferentes e apresentando dinâmicas demográficas, econômicas e sociais muito diversas: em primeiro lugar, a zona gabonesa, a menos extensa e a mais propensa à estagnação econômica, aquela onde o peso das estruturas sociais parecia mais se fazer sentir; seguidamente, o eixo do grande comércio congolês, que conheceu um crescimento prolongado durante o século XIX, sem alteração de monta das suas estruturas; e, por último, a rede luso-africana, onde uma evolução orientada para o crescimento, mas com vários períodos de depressão, foi acompanhada por amplas transformações no seio de cada sociedade em causa

e por uma profunda mudança no equilíbrio entre os diferentes grupos sociais e formações étnicas.

**Documento 31:** Zonas econômicas e espaços comerciais na África Central por volta de 1870



#### A. A zona gabonesa: uma longa crise de reconversão

A evolução da zona gabonesa foi notável, em primeiro lugar pela permanência das suas técnicas comerciais e das suas estruturas socioeconômicas, velhas de pelo menos um século, e, seguidamente, pela crise econômica e a decomposição social, que afetaram desigualmente as suas componentes regionais, a partir de

1845, aproximadamente. Esta zona começara a constituir-se em espaço comercial desde o século XVI, quando a introdução e o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar em São Tomé criaram nesta ilha uma grande necessidade de mão-de-obra e deram origem a uma corrente de tráfico negreiro a partir da costa vizinha. Posteriormente, o “comércio de ébano” desenvolveu-se em larga escala e a costa gabonesa tornou-se uma zona de tráfico interessante onde, o mais das vezes, os navios negreiros vinham completar a sua carga. Fornecia ainda pequenas quantidades de produtos da floresta (madeira, peles, cera, marfim). Mas o tráfico negreiro assumiu uma verdadeira amplitude a partir do último terço do século XVIII, havendo várias estimativas que davam números da ordem de 3 000 a 3 500 escravos exportados por ano. Com base nessas atividades, constituíram-se uma rede comercial complexa e estruturas socioeconômicas elaboradas.

1. A persistência de velhas técnicas comerciais

A fachada atlântica dessa zona transbordava ligeiramente da costa do Gabão atual, visto estender-se do Rio Muni (Guiné Equatorial) até Fernão Vaz. Articula-se em torno de três escoadouros, correspondentes ao estuário do Gabão, ao cabo de Lopo Gonçalves (cabo Lopez) e a Fernão Vaz. A partir destes três pontos, vias terrestres, fluviais ou marítimas conduziam a zonas de aprovisionamento. A partir do estuário do Gabão, percorria-se, com canoas de fabrico local, a costa norte, para recolher os produtos da floresta ou os escravos. Esse mesmo estuário ia buscar ao *hinterland* imediato recursos não desprezíveis, mas, no início do século XIX, a sua principal zona de aprovisionamento era formada pelos países do médio Ogooué, a que levavam várias estradas. Os mercadores do cabo Lopez e de Fernão Vaz abasteciam-se também no médio Ogooué, segundo o mecanismo do “comércio por etapas” e disso extraíam confortáveis lucros (documento 32). De fato, o médio Ogooué não fornecia todas as mercadorias escoadas pela costa: uma importante fração, em especial os escravos, vinha das regiões situadas bastante mais a leste. É muito possível que essa rede tenha estado ligada, talvez de forma intermitente, ao eixo do grande comércio congolês, quer por rotas que iam do curso superior do Ogooué até leste, quer por um desvio em direção às costas gabonesas de uma parte dos escravos destinados a Loango.

Documento 32: Sistema de etapas e lucros – o comércio da borracha entre Fernão Vaz e o médio Ogooué

| Principais mercadorias transacionadas entre os kamas e os ashyras <sup>1</sup> : |                       |                |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------|
|                                                                                  | entre os ashyras      | entre os kamas |
| Uma espingarda pequena                                                           | 40 bolas <sup>2</sup> | 30 bolas       |
| Uma espingarda grande                                                            | 50                    | 50             |
| Uma garrafa de aguardente estrangeira                                            | 5                     | 2              |

|                                                     |    |    |
|-----------------------------------------------------|----|----|
| um prato de cobre netuno de modelo grande           | 40 | 20 |
| um caldeirão de ferro ou de cobre                   | 30 | 15 |
| um chapéu preto                                     | 15 | 15 |
| duas braças de tecido vulgar (pano)                 | 5  | 3  |
| um barril pequeno de pólvora (cerca de três libras) | 15 | 10 |
| Uma blusa branca ou listrada                        | 20 | 10 |
| Uma camisa de flanela                               | 30 | 15 |
| calças (pano comum)                                 | 30 | 20 |
| um par de sapatos de couro                          | 30 | 10 |
| um bracelete de ferro para tornozelo ou punho       | 10 | 5  |
| um cofre de modelo pequeno                          | 30 | 15 |

(1) Kamas ou nkomis; ashyras ou echiras. Após 2 ou 3 dias de marcha, as gentes de Fernão Vaz ou de Sangatanga (cabo Lopez) atingiam Fubu onde os ashyras lhes traziam as mercadorias.  
(2) Bolas de borracha de 400 gramas em média.

Fonte: Relatório do tenente de marinha Félix, 22 de Maio de 1884, citado por Catherine Coquery-Vidrovitch, *Brazza et la prise de possession du Congo (1883-1885)*, Paris-Haia, Mouton, 1969, pp. 393-94.

Uma especialização estreita e uma repartição rigorosa das tarefas regia as relações entre as diferentes regiões e os grupos socioétnicos desta zona, cada qual se esforçando por obter uma posição de monopólio e de extrair dela todos os proveitos. Cada um dos três escoadouros marítimos era domínio reservado de um grupo étnico: o estuário do Gabão correspondia aos mepongues, o cabo Lopez aos orungus e Fernão Vaz aos nkomis. Esta partilha não excluía todas as formas de cooperação: assim, por exemplo, quando, a partir de 1845-1850, o tráfico de escravos se tornou muito difícil devido aos cruzeiros ingleses e franceses, os mepongues, que eram os mais vigiados, começaram a escoar as suas cargas através do cabo Lopez seguindo vias terrestres que escapavam totalmente ao controle dos europeus. Logo que se abandonava a fachada marítima para entrar no interior, aparecia nas diferentes estradas uma sucessão de grupos étnicos, cada um dos quais controlava exclusivamente um trecho mais ou menos extenso, em função das suas capacidades demográficas e políticas. Assim, os mepongues, cujos recursos florestais e de caça estavam praticamente esgotados no início do século XIX, recebiam os produtos de troca dos seus vizinhos imediatos, em especial dos fangues, cuja presença se expandiu durante o século. As pequenas caravanas mepongues (25 pessoas em média) que queriam atingir o médio Ogooué, só estavam autorizadas a passar mediante o pagamento de taxas bastante elevadas e os conflitos armados não eram raros. Este sistema aparecia também ao longo do Ogooué, onde os orungus se abasteciam junto dos seus vizinhos imediatos (galoas, enengas, adyumbas), os quais, por seu turno, recebiam uma parte dos produtos dos okandes.



Surgia pois uma especialização regional, pelo menos para os setores diretamente ligados às trocas: uma região, por exemplo, dedicava-se essencialmente à caça ou à coleta de produtos florestais, outra à navegação fluvial ou aos transportes terrestres, e ainda outra à captura de escravos. Em toda a zona, e na ausência de unidades monetárias de ampla difusão, estas transações assentavam no sistema rudimentar da troca direta e no seu complemento inevitável, o crédito. O sistema funcionava tanto nas trocas costeiras, entre europeus e africanos, como nas transações internas, entre africanos.

Com os europeus, os preços dos produtos africanos eram invariavelmente fixados em "fardos" cuja quantidade e qualidade variavam consoante o tipo de marfim, de madeira, de cera ou de goma. Este sistema de preços, diretamente resultante da troca direta que prevalecera nos primeiros tempos do comércio atlântico, manteve-se no Gabão até às vésperas da colonização. Ia de par com a prática do crédito: chegado à costa, o comerciante europeu nem sempre encontrava uma quantidade suficiente de mercadorias para levar consigo; por vezes, queria assegurar-se de que na próxima passagem encontraria a sua carga pronta. A prática do crédito tem por origem estes diferentes fatores e os adiantamentos deixados pelo comerciante europeu podiam atingir 4 000 dólares. Entre africanos, os métodos comerciais eram idênticos. Os "fardos" entregues pelos corretores da costa às gentes do interior eram essencialmente constituídos por mercadorias europeias e mais alguns produtos do artesanato local, em especial o sal. Na situação mais corrente, os dois parceiros não estavam simultaneamente prontos para a troca: ou o corretor da costa não dispunha da totalidade das mercadorias exigidas pelos seus parceiros do interior, ou estes não reuniam num certo prazo os produtos da troca. Tal contribuiu para desenvolver a prática que consistia, consoante os casos, em deixar ou em levar como aval um ou vários reféns, proporcionalmente ao valor do trato. Como é evidente, este sistema estava prenhe de conflitos potenciais, mas, *a contrario*, revelou-se gerador de solidariedades que extravasavam amplamente o quadro do comércio.

A frequência das expedições comerciais, o hábito que tinham os homens da costa de casarem com mulheres das relações dos seus parceiros do interior – mulheres que muitas vezes deixavam no local, encontrando-se com elas na viagem seguinte –, a criação de laços de parentesco artificiais (fraternidade de sangue, relações de brincadeira, elaboração de mitos de origem comum etc.) destinados a garantir a permanência e a segurança das transações, todos estes fatores foram determinantes na emergência progressiva de um espaço cultural comum, cada vez menos heterogêneo, caracterizado pela adoção nas sociedades do interior da língua (*myene*), dos modos de ser e de certas crenças da costa. Este processo de aculturação foi, porém, bloqueado por uma colonização mais precoce do que na maioria das regiões da África.

## 2. Sociedades não igualitárias

As estruturas sociais dessa época só se conhecem com precisão no caso das sociedades da costa, a respeito das quais estamos bem documentados. Essas sociedades revelavam, mais do que uma grande complexidade, uma hierarquia de notável rigidez. O principal caráter dessas estruturas decorria do fato de os indivíduos se classificarem na sociedade respeitando dois sistemas de referência, utilizados de forma complementar, concorrente ou conflitual, consoante as circunstâncias e os aspectos da vida social. O primeiro desses sistemas, que privilegiava as relações baseadas no nascimento, era o mais antigo, embora não sendo o sistema original, pois trazia já marcas das mudanças introduzidas pelo desenvolvimento do comércio atlântico. Esse primeiro sistema tendia, porém, a apagar-se diante do segundo, que assentava diretamente nas atividades econômicas e, mais especialmente, na participação no comércio atlântico. A classificação jurídica pelo nascimento distinguia principalmente, de cima para baixo, os homens livres, os estrangeiros africanos autorizados a instalar-se no país, e, finalmente, os escravos. Na vida social real, dadas as possibilidades de combinação, surgiam cinco ou seis grupos sociais, dominados pelos homens livres de "sangue puro".

Na realidade, o que importava era a riqueza e, por conseguinte, a participação no comércio, fonte de todas as riquezas. Assim, entre os mepongues, as pessoas ricas, significativamente designadas pela expressão francesa de "grands mondes", detinham simultaneamente o comércio e a produção: o comércio porque eles eram os chefes ou os parentes diretos dos chefes e porque souberam ganhar a confiança dos europeus e das populações do interior; a produção porque, como a terra era abundante e estava disponível para a maior parte dos indivíduos, eles controlavam o fator relativamente raro, a força de trabalho, representada pelas mulheres e pelos escravos. Por volta de 1850, certas estimativas avançavam o número de 5 000 escravos para uma comunidade com um total de 7 000 pessoas: três desses "grands mondes" possuíam cada um mais de 500 escravos e várias dezenas de mulheres; os outros corretores considerados ricos tinham cerca de 100 escravos cada um. Destinados essencialmente a trabalhar nos campos e a prover à subsistência dos senhores, esses escravos formavam também o grosso das caravanas comerciais cujas mercadorias transportavam.

Observavam-se estruturas amplamente comparáveis nas sociedades vizinhas (orungu e nkomi). Mais para o interior, as hierarquias parecem ter sido menores e menos rígidas, embora, nessas regiões, a expansão da rede comercial e a intensificação das trocas tenham levado cada vez mais à acumulação de dependentes (escravos e mulheres) e de bens de luxo como no modelo costeiro.

## 3. A difícil ruptura com a era negreira

Numa altura em que o tráfico negreiro se transformava um pouco por toda a África, tanto nas suas estruturas como no seu volume, a zona gabonesa foi uma das

raras regiões que conservou amplamente intato o sistema comercial e econômico implantado na época desse tráfico. Antes do século XIX, esta zona exportava escravos e produtos da floresta graças à divisão regional e social anteriormente referida; nada conseguiu, nem do lado europeu nem do lado africano, alterar sensivelmente este estado de coisas. Até cerca de 1845, a região conheceu uma espécie de *boom* econômico que beneficiou sobretudo a região do estuário do Gabão e, muito menos, o cabo Lopez e Fernão Vaz. A causa desse *boom* passageiro foi a grande procura de escravos e de produtos florestais. O tráfico negreiro beneficiou da tolerância particular, que durante muito tempo vigorou ao sul do Equador: os compradores afluíram, em especial os negreiros com pavilhão espanhol, brasileiro, português e, por vezes, francês.

O volume do tráfico, muitas vezes subestimado, deve ter oscilado entre 3 000 e 5 000 escravos exportados anualmente. Após 1845, a fiscalização muito apertada exercida pela feitoria militar francesa construída em 1843, dificultou as exportações a partir do estuário do Gabão, tendo-se elas desviado para sul, para o cabo Lopez, onde o porto especializado de Sangatanga (nome derivado de *oseng'atanga*, que significa "o ponto de encontro dos brancos") passou a ser o grande porto negreiro da região. Apesar da ação dos britânicos, que não hesitaram em bombardear o porto, o tráfico clandestino manteve-se volumoso e ativo durante os anos 1850 e 1860, e mesmo depois, porque as ilhas portuguesas de São Tomé e Príncipe desenvolviam a produção de café, de cacau e de açúcar de cana, para o que precisavam de braços. É absolutamente impossível estimar a dimensão desse tráfico clandestino, mas parece efetivamente que após 1860 as gentes da costa tiravam dele rendimentos irregulares e decrescentes.

Nenhum produto conseguiu substituir validamente os escravos. Continuou a exportação de produtos já conhecidos como o marfim, o ébano, os paus-de-tinta, bem como pequenas quantidades de cera e de goma: mas estes produtos estagnavam. Entre 1840 e 1860, as exportações de marfim duro do Gabão, reputado por sua qualidade, oscilaram entre 1 200 e 9 000 kg, as de ébano entre 1 000 e 30 000 kg, as de paus-de-tinta entre 30 000 e 500 000 kg. Houve muito poucos produtos novos. O único que conheceu um verdadeiro progresso foi a borracha, cujas importações aumentaram de forma espetacular na França durante o Segundo Império: a borracha representava em valor, em certos anos, mais de metade das exportações da região. Mas o *boom* foi efêmero e limitou-se aos anos 1850. Por volta de 1870, a estrutura das exportações por produtos – excluindo os escravos – voltara ao nível em que estava no início do século: 20 a 50%, consoante os anos, para o marfim; 15 a 25% para as diferentes madeiras (ébano, pau-de-tinta); 15 a 20% para a borracha. Ora, todos estes produtos repousavam numa economia primitiva de coleta ou de caça, pouco preocupada com assegurar a reprodução dos recursos naturais – e, aliás, incapaz disso. Na fachada marítima, o esgotamento desses recursos tornou-se uma realidade dramática a partir de meados do século, e esse foi um dos fatores que contribuíram para estender a zona das transações mais para o interior. Esta estagnação não incomodava os europeus, em especial os

britânicos, que controlavam o comércio da região, na medida em que a exportação essencial, o marfim, era um produto de luxo, raro por essência, com escoamento e rentabilidade garantidos.

Para os africanos, o problema punha-se em termos diferentes e variava consoante a posição que ocupavam. Os comerciantes da costa encontraram uma dupla resposta defendendo ainda mais firmemente a sua posição de intermediários e aumentando regularmente o preço dos produtos exportados. É motivo frequente de espanto que, ante um esgotamento dos produtos de que eles eram os primeiros a queixar-se, e apesar dos conselhos que lhes prodigavam os missionários europeus, as gentes da costa não se tenham reconvertido, como aconteceu na África Ocidental, a uma economia de exportação baseada na produção agrícola, quando possuíam a terra e a força de trabalho servil. Uma das explicações do fato reside talvez na demografia das sociedades costeiras, dramaticamente estagnante, declinante mesmo, que se caracterizava por uma crise duradoura de baixa natalidade e infecundidade, decorrente sem dúvida da grande difusão das doenças venéreas, e por uma mortalidade anormalmente elevada, devida em parte aos danos do alcoolismo, diretamente resultante do comércio atlântico, e a epidemias pouco frequentes, é certo, mas desastrosas, como a epidemia da varíola de 1864, trazida por um navio de guerra francês, que devastou o estuário.

Outra explicação deste bloqueio econômico reside na própria estrutura do comércio. Durante muito tempo, os intermediários da costa não se aperceberam de que tinham entrado num período de declínio. Devido à subida dos preços de exportação e a uma redução dos preços de certos bens manufaturados, recebiam mais mercadorias do que antes: assim, por exemplo, o "fardo" dado em troca de 100 libras de marfim incluía cerca de quarenta artigos em 1828 e mais de 330 artigos seis anos depois. Só tomaram consciência da crise após 1850, quando os europeus, cansados destes preços que consideravam excessivos, começaram a estabelecer relações diretas com os produtores do interior. Ora, estes também aspiravam a tratar diretamente com os europeus, a fim de se libertarem do intermediário oneroso: por "fardo" pago por cada 100 libras de marfim, o lucro médio de que se apropriava o corretor representava pelo menos 50% do valor das mercadorias importadas. Mas as gentes do interior entraram por seu turno no círculo infernal da caça e da coleta em que os da costa se tinham enredado. Até os fangues (que eram entre 60 000 e 80 000, segundo as estimativas de 1865-1870), chegados à região apenas durante o século XIX, se viram arrastados na dinâmica das transações comerciais.

Embora a sua economia de produção tenha mantido toda a sua diversidade, começaram a importar quantidades crescentes de espingardas e de pólvora, mais eficazes do que as armas antigas na caça ao elefante. A estrutura sociopolítica não sofreu aparentemente qualquer alteração; contudo, durante a segunda metade do século, o poder não se encontrava já nas mãos dos "antigos", mas entre as das pessoas mais respeitadas e mais poderosas, que tinham acumulado produtos de importação.

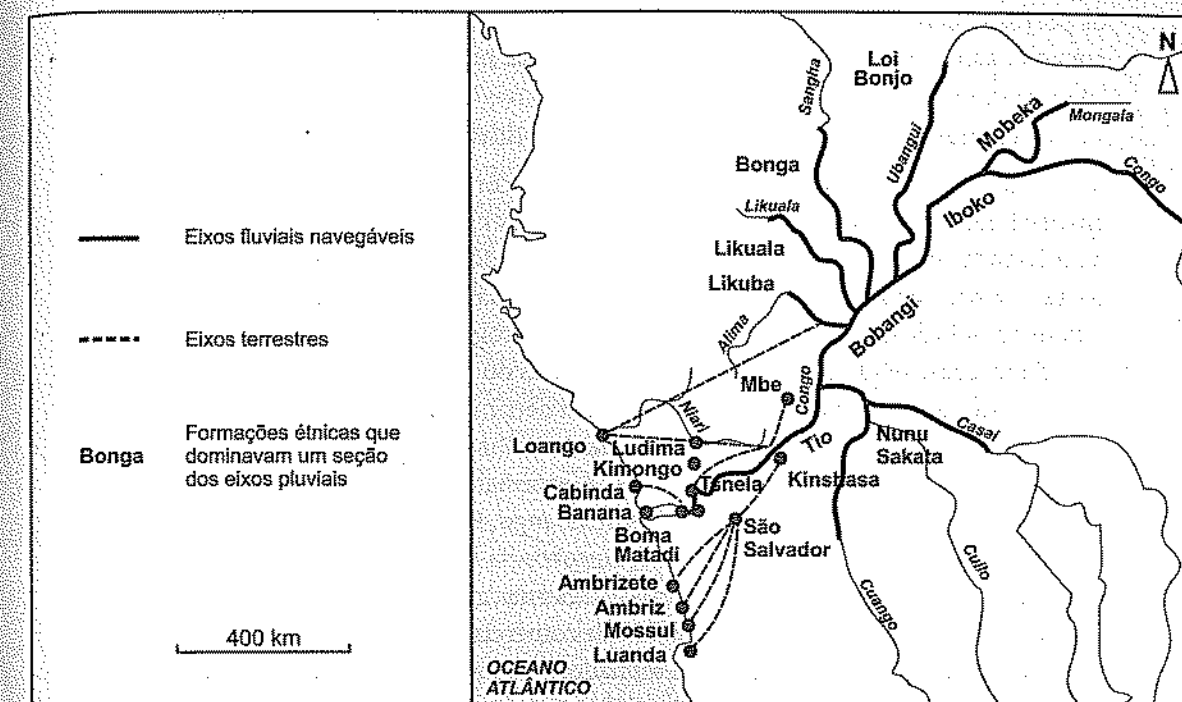
Os comerciantes costeiros não resistiram indefinidamente à dupla pressão dos europeus e dos produtores do interior. Por volta de 1870, a atividade de corretor tinha desaparecido. As casas comerciais britânicas e hamburguesas, que eram as mais importantes na região, tinham estabelecido no médio Ogooué uma rede eficaz de agentes que recolhiam os produtos trazidos para a costa por barcas a vapor. Foi entre os antigos corretores que se recrutaram os agentes das casas comerciais. Não houve prosperidade duradoura, pois as zonas abertas ao comércio direto dos europeus ainda levaram menos tempo a esgotar-se do que a fachada marítima.

## B. O eixo do grande comércio congolês

As dificuldades da zona gabonesa opõe-se a tendência prolongada para a expansão das transações e a diversificação das atividades de produção apresentada pela zona drenada pelo rio Congo. Nesta região, o tráfico negreiro prolongou-se e prosperou até cerca de 1860: assim, o Congo e Angola forneceram cerca de 60% dos escravos exportados para as Américas na primeira metade do século XIX. Mas, graças às firmas britânicas, cujas atividades remontavam ao início do século e que, durante muito tempo, foram as únicas a praticar o "comércio lícito", este conheceu um crescimento regular. Não dispomos de dados quantitativos fiáveis senão para o último terço do século, mas esses fornecem-nos pontos de referência úteis. Assim, em 1876, contavam-se nada menos de 146 feitorias europeias na seção da costa abastecida por esse eixo, assim repartidas: 78 entre Loango e a foz do Congo, 33 no próprio estuário do rio e 35 entre este e o porto do Ambriz. Nas vésperas da partilha colonial, em 1884, a Câmara de Comércio de Manchester, muito bem informada dos negócios do Congo, estimava o valor total do comércio do rio em "não menos de 2 milhões de libras por ano", isto é, um volume comparável ao da foz do Níger. Para um dos produtos melhor conhecidos, o marfim, de que Londres era o principal mercado europeu, as exportações do rio representavam cerca de 17% das quantidades comercializadas em Londres. Estas indicações sugerem simultaneamente o dinamismo das atividades mercantis e uma transição bastante suave entre a época negreira e a do "comércio lícito".

Os produtos do comércio congolês eram exportados por um número considerável de portos, dispersos ao longo de uma extensa faixa costeira que ia de Loango ao Ambriz (documento 33). Mas o principal entreposto desse comércio, a grande encruzilhada dessa rede mercantil, situava-se no interior, a uns 400 quilômetros da costa, no *Pool Malebo*. Esta rede era heterogênea, estava cortada em duas pelo *Pool*: uma parte dela era drenada por estradas e a outra sulcada por vias navegáveis. Essas duas partes não desempenhavam o mesmo papel: haviam sido integradas em diferentes épocas no comércio atlântico e apresentavam estruturas diferentes.

Documento 33: O grande comércio congolês



### 1. Do Atlântico ao *Pool Malebo*: uma zona de trânsito

A zona que se estendia da costa ao *Pool Malebo* produzia diretamente poucas mercadorias destinadas à exportação e até às transações regionais: era sobretudo uma zona de passagem das mercadorias e uma região onde a atividade principal era a corretagem.

#### Os eixos: uma rede densa

Até ao *Pool*, a artéria fluvial, entrecortada por rápidos, era de utilização difícil. Havia um tráfego bastante intenso nos trechos navegáveis, o que explica a existência de grandes mercados nos pontos de transbordo de carga (Manyanga, Lukunga, Isangila, Vivi) e nos portos do estuário (Nokki, Matadi, Boma). Mas o essencial do tráfego fazia-se por via terrestre. A sul do rio, a rede de estradas, muito simples, apoiava-se em alguns mercados importantes (Tungwa, São Salvador e Kimbalambala). Desembocava nos portos situados ao sul do estuário; algumas pistas permitiam escoar as mercadorias na foz do rio. Esses mercados mantinham também algumas relações com as regiões do Cuango e do Kwilu, estabelecendo assim pontos de contato entre o grande comércio congolês e a rede luso-africana. A norte do rio, a rede era muito mais densa e mais complexa. Os portos situados entre a foz do Congo e o Kwilu-Niari estavam exclusivamente ligados ao *Pool Malebo*. As estradas apoiavam-se também neste caso em alguns mercados



importantes (nomeadamente Tshela, Kimongo, Ludima). Mas Loango e, sobretudo, os portos situados a norte do Kwilu-Niari mantinham também relações regulares com os nzabis, que participavam nas transações da região gabonesa.

#### As mercadorias: produtos locais e produtos importados

No seu estágio inicial, o desenvolvimento do comércio costeiro não se fizera em detrimento da produção e do comércio locais. Estes assentavam essencialmente na atividade mineira dos países florestais – que produziam em especial ferro e cobre –, sobre a exploração do mar – de que se tirava sal e peixe – e num artesanato dinâmico sobretudo para os produtos têxteis. Progressivamente, apareceram especializações, sendo que as sociedades costeiras ou próximas da costa tendiam a dedicar-se exclusivamente às transações, em detrimento da produção.

Esta evolução, que decorria tanto das escolhas das populações costeiras como dos condicionalismos económicos, é especialmente bem ilustrada pelo declínio das atividades mineiras dos vilis de Loango. Em meados do século XVII, exploravam ainda ativamente as jazidas de cobre da região de Boko-Songo e de Minduli. O trabalho nas minas ocupava a estação das chuvas, de setembro a maio, durante a qual uma multidão de ferreiros e de comerciantes deixava a costa para se instalar na zona de produção. O cobre refinado, apresentado sob a forma de barras e de anéis, era distribuído em toda a região e até exportado, pois os portugueses compravam-no para o mandarem transformar em Luanda e o revenderem no Calabar, Benim e Rio d'el Rei. Estas atividades vieram a declinar em proveito do tráfico negreiro. No século XIX, a exploração do cobre pelos vilis cessara: por um lado, tinham perdido o controle político das jazidas e, por outro lado, os europeus começaram a vender maciçamente o seu próprio cobre. Evolução idêntica se deu com outras atividades de produção, em especial o artesanato têxtil que fornecia simultaneamente tecidos e moeda.

No final, no século XIX, os vilis já quase não produziam nenhuma das mercadorias mais procuradas no comércio. As mercadorias mais importantes na exportação, os escravos e o marfim, vinham de muito longe, essencialmente de países situados para lá do Pool Malebo. Os produtos complementares, em especial a borracha, a goma-copal, o azeite de dendê e a castanha do dendezeiro não vinham da própria zona costeira, mas das zonas intermédias como o Mayombe, as terras dos nzabis, dos punus e dos kunis. O boom da borracha, a partir de 1865, foi tal que a costa vili se esgotou em alguns anos, em resultado do abate sistemático das seringueiras; a borracha passou então a ser produzida nas regiões interiores, nomeadamente pelos nzabis e pelos pigmeus. No sentido costa-interior, as principais mercadorias transacionadas eram de fabrico europeu. Mas as gentes da costa juntavam-lhes um produto essencial, o sal marinho, apresentado sob a forma de *mutete*, cargas que todos os relatos do século XIX apresentavam como a “verdadeira moeda do interior”: os sacos de sal figuravam sempre nos “fardos” dados em troca dos escravos.

Além do sal, as transações assentavam num verdadeiro sistema monetário anterior ao comércio atlântico. No século XIX, prosseguiu uma evolução já antiga das moedas em uso. A utilização dos *nzimbus*, conchas marinhas pescadas nomeadamente na ilha de Luanda pelas mulheres, cessou quase totalmente em proveito dos cauris importados pelos europeus. Do mesmo modo, os tecidos de ráfia sofreram seriamente com a concorrência dos tecidos americanos. No que toca às moedas metálicas que tinham substituído as moedas de ráfia, uma evolução idêntica se verificava: as moedas de chumbo, de cobre e de ferro, de fabrico local, foram suplantadas pelo cobre importado a partir de 1850, aproximadamente: conhecido pelo nome de *mitako*, este metal foi distribuído até 1885 sob a forma de barrinhas de 2 a 5 milímetros de largura e 40 a 75 centímetros de comprimento; continuou a ser usado, mas o comprimento das unidades não parou de diminuir.

#### As redes mercantis

Embora improdutivos, os intermediários desempenhavam um papel crucial nas trocas comerciais, papel que mantiveram até à colonização. A zona situada a norte do rio Congo era incontestavelmente dominada pelos intermediários vilis, embora, em certas frações da cadeia comercial, houvesse grupos locais (kongos, kunis e punus, nomeadamente) que ocupavam sólidas posições. A sul do rio, as trocas comerciais estavam nas mãos dos sosos e dos zombos, que controlavam, desde cerca de 1750, o comércio entre a costa e o Pool. Como é natural, esse papel era-lhes cobiçado e, enquanto durou o tráfico negreiro, a insegurança das caravanas foi um dado permanente, pois os indivíduos arriscavam-se a todo o momento a serem capturados e reduzidos à escravidão.

Para minorar tais riscos que poderiam levar à destruição de todo o comércio, elaborou-se progressivamente um sistema complexo de alianças entre os indivíduos e os grupos mais ativos nas transações: camaradagem de comércio, que se concretizava pela adoção de nomes, de sobrenomes ou de alcunhas idênticos; parentesco por aliança, baseada em casamentos; e, por último, parentesco inter-étnico que ligava elementos de clãs diferentes com base em genealogias míticas, em animais totêmicos comuns e na observância dos mesmos interditos. Essas alianças, destinadas a garantir a livre circulação e, simultaneamente, o apoio em caso de perigo, parecem, porém, ter-se tornado insuficientes com o desenvolvimento das transações e a multiplicação das caravanas. Uma outra instituição veio completá-las e reforçar a sua eficácia: o *lemba*, surgido no reino de Loango em meados do século XVII, espalhando-se seguidamente por toda a região. Tratava-se de assembleias de comerciantes e de juizes que fixavam as condições de passagem e de negociação. Com a difusão da instituição, os membros das caravanas começaram a envergar os amuletos (*nkobis*) específicos do *lemba*.

Seria, porém, errado, a partir destes elementos, interpretar as transações como um fenómeno não económico. A participação num sistema de aliança ou de *lemba* não isentava ninguém de pagar um pedágio bastante pesado – sobretudo

na passagem dos rios – expressa em produtos africanos no sentido interior-costa e em mercadorias europeias no sentido inverso.

### Estruturas sociais bloqueadas

As mutações já observadas nos sistemas produtivos e monetários não eram acompanhadas por mudanças sociais, antes traduziam a penetração cada vez maior do capitalismo europeu. Com efeito, as estruturas sociais mantiveram uma estabilidade bastante grande durante todo o século XIX. Três situações se apresentavam conforme a posição geográfica da sociedade considerada e o seu papel econômico na cadeia das transações. A primeira situação é a das sociedades costeiras. Estas apresentavam-se extremamente fragmentadas, pois cada porto – em especial Loango, Cabinda, Banana, Landana e Ambriz – formava com a região circundante uma unidade política e econômica independente. Este estado decorria da já assinalada dispersão dos pontos de contato com os europeus e da fragmentação dos grandes conjuntos políticos que haviam controlado a região.

As estruturas da região de Loango são as mais conhecidas e observavam-se no essencial nos outros portos. O que chama a atenção antes de tudo é a existência de uma nova classe cuja constituição parece ter ficado concluída em finais do século XVIII. Tinha origem na fusão de dois grupos de importância diversa: um era o dos “príncipes”, isto é, os membros da linhagem real sobre os quais pesavam numerosos interditos, o que os arredava da fonte de rendimentos mais importante, o comércio atlântico (proibição de ver o mar ou os brancos, de tocar em qualquer objeto de fabrico europeu, de abandonar as cercanias imediatas dos seus palácios); a outra era a dos corretores, que controlavam as transações na costa e incluíam gente de todas as origens, com exclusão dos escravos. A venalidade dos cargos públicos permitiu ao rei (*maloango*) e aos seus parentes mais próximos adquirir uma parte das riquezas novas (escravos, mercadorias europeias); e contribuiu também, juntamente com os frequentes casamentos das “princesas” com os “novos ricos” (Phyllis Martin), para criar laços estreitos entre os príncipes e o mundo do comércio, desempenhando este o papel motor. No século XIX, quatro elementos maiores definiam esta classe:

- a detenção de cargos de concessão real: esses cargos estavam todos relacionados com as atividades econômicas (coleta dos impostos e das taxas aduaneiras, fixação dos preços, gestão do Tesouro real, resolução dos litígios comerciais etc.); o principal responsável tinha o título de *mafuka* e dirigia uma equipe de cerca de vinte agentes;
- o comércio: esses cargos permitiam-lhes ocupar uma posição de monopólio, pois o *mafuka*, que registrava como queria os comerciantes africanos, controlava também os europeus; esses agentes eram de fato os únicos corretores de Loango e os principais beneficiários das transações;
- as aquisições fundiárias: o *maloango*, como *nfumu nsi* (senhor da terra), distribuía terras aos príncipes e aos grandes comerciantes;

- o controle de um grande número de dependentes, escravos, homens e mulheres livres; os principais notáveis eram membros do Conselho real e acabaram por exercer a totalidade do poder.

A maior parte da gente comum continuava a dedicar-se a antigas atividades, como a agricultura, a pesca, a tecelagem, que já não forneciam excedentes volumosos para as transações. Parece, aliás, que, com o peso dos encargos fiscais e os abusos dos titulares dos cargos, uma proporção significativa das pessoas terá tido a tentação de se colocar sob a dependência de alguns poderosos. Na costa, a frequência cada vez maior com que os europeus instalavam postos duradouros suscitou o desenvolvimento de um pequeno salariado, com a multiplicação de empregos como o de carregador, agente de feitoria, pirogueiro etc. Mas esses empregos eram em número demasiado reduzido para compensarem a ruína das atividades mineiras e artesanais: o subemprego daí resultante aparece nos relatos dos viajantes europeus da época sob os clichês da “indolência” e da “preguiça” inatas.

Por último, constata-se também o aumento do número de dependentes que rodeavam os notáveis. Já em finais do século XVIII um deles contava uns setecentos dependentes. O movimento alastrou no século XIX com a “tentação da dependência” já referida e, sobretudo, com a dificuldade crescente de exportar escravos: a multidão considerável de devedores, vagabundos, refugiados e outros marginais que, na época negreira, teriam sido vendidos preferiu, com efeito, colocar-se na dependência de personagens importantes cujas terras cultivavam. Assim, embora o declínio político do reino de Loango se tivesse acelerado durante o século XIX, a sua estrutura socioeconômica apresentava, pelo contrário, uma notável estabilidade.

O caso de Loango ilustra a situação das sociedades que se encontravam em contato direto com o comércio e o capitalismo europeus, numa das extremidades da cadeia comercial. Nessa zona de passagem, encontravam-se também duas outras situações, a das sociedades situadas na outra extremidade da cadeia, como os nzabis, e a dos povos comerciais que se dedicavam ao transporte dos homens e dos produtos entre ambas as extremidades. Essas duas situações podem ser observadas em pormenor na parte da rede que corresponde ao *Pool Malebo* e às vias navegáveis mais a norte.

## 2. O rio Congo e os povos da água

A partir do *Pool Malebo*, a densidade da floresta limitava as possibilidades de deslocamento, e a abundância das vias de água impunha-as naturalmente como suportes das transações. O eixo principal era constituído pelo rio Congo: “O Congo não é apenas, pelos seus canais e trechos navegáveis e as suas ilhas largamente dispersas, um mundo original que se justapõe às zonas (vizinhas). Representa também, para estas últimas, um fator de coordenação e de integração regional. A sua influência é simultaneamente direta, como plano de água regulador,

e indireta, como grande via navegável, oferecida às iniciativas humanas" (Gilles Sautter, 1966, p. 231). Este papel era desempenhado pelo rio há vários séculos.

### O Pool, intermediário do comércio do Congo

Admite-se que já existia um mercado regional no Pool numa época tão recuada como os finais do século XV. No século seguinte, esse mercado tornara-se um centro importante do tráfico negreiro. A região que participava no tráfico foi-se alargando constantemente. Os afluentes da margem direita, Alima, Lokula e Sangha, foram rapidamente solicitados e, desse lado, já existiam talvez relações com a zona gabonesa, por intermédio do alto Ogoué. Para norte e nordeste, o Ubangui começou a fornecer quantidades apreciáveis de escravos a partir do século XVIII: o nome desse afluente aparece frequentemente nos textos dos negreiros e dos viajantes da época.

No século XIX, a fronteira comercial avançou ainda mais até à confluência do Ubangui e do Uele onde se juntou à zona de ação dos *jallabas*, mercadores do vale do Nilo, que, por seu turno, atingiram o Uele por volta de 1865. Foi também durante o século XIX que, no equilíbrio demográfico da região, se operou uma transformação de consequências socioeconômicas múltiplas. O fundo antigo do povoamento compreendia os pigmeus, primeiros ocupantes prováveis, e os tekes, instalados há muito tempo, aos quais tinham vindo juntar-se os mbochis. Os novos grupos do século XIX compreendiam sobretudo os bobangis. Conhecidos por diferentes nomes, estabeleceram-se no Ubangui e no médio Congo a partir de 1800 aproximadamente: nas vésperas da colonização, as tradições recolhidas pelos europeus faziam remontar a "duas gerações", quando muito, a sua instalação a norte do sítio de Brazzaville.

Estas "gentes das águas", que viviam da exploração intensiva dos múltiplos recursos do rio, iriam dar um impulso decisivo às transações, que assentavam em dois produtos principais, o marfim e os escravos, dados em troca de mercadorias europeias, em especial espingardas e panos. Mas o volume das transações era muito mais importante: diariamente, passava pelo Pool um mínimo de uma tonelada de mercadorias; na época de mais intenso tráfego passavam pelo menos quarenta toneladas. Às duas mercadorias de base, destinadas às feitorias costeiras, acrescentavam-se com efeito os produtos de consumo local, transacionados numa escala restrita: víveres diversos, bebidas alcoolizadas, madeiras, objetos metálicos de luxo mas também de uso quotidiano, produtos variados do artesanato, incluindo pirogas.

Instalados na maior encruzilhada, no local de transbordo de carga mais importante do conjunto da rede comercial congoleza (impraticável desde o Atlântico, o rio só se torna navegável a partir do Pool), os tios do Pool Malebo desempenhavam desde o fim do século XV o papel ideal de intermediários. As transformações do comércio na costa não acarretaram uma crise no Pool: pelo contrário, o volume das transações não parou de aumentar até cerca de 1890.

A exportação dos escravos cessou por volta de 1850-1860, substituída pela dos produtos florestais; o marfim, que fora sempre explorado, viu a sua parte crescer consideravelmente, havendo ainda novos produtos, o tabaco em especial, a tomar o caminho da costa. Se a oferta interna de escravos se manteve, as necessidades locais em mão-de-obra para a agricultura e para os transportes eram suficientemente elevadas para lhe responder.

A fisionomia e as transformações socioeconômicas do Pool no século XIX são bem conhecidas graças aos trabalhos de Jan Vansina. Este começou por pôr a nu a crescente especialização da região, pois as gentes escolhiam produzir bens em posição forte no mercado local ou bens de exportação. Se os principais comerciantes ocupavam quatro cidades (Mfwa e Mpila na margem direita, Kinshasa e Ntamo na margem esquerda) nas localizações atuais de Brazzaville e de Kinshasa, estas escolhas afetaram o conjunto da economia. No setor da subsistência, a agricultura e o artesanato foram seriamente afetados. A agricultura desenvolveu-se por todo o lado, incluindo em zonas urbanas e peri-urbanas. A produção e a transformação da mandioca, destinadas ao mercado do rio, arrastaram consigo uma utilização intensiva de uma mão-de-obra feminina cada vez mais numerosa; em contrapartida, a cultura do tabaco, destinada em grande parte às exportações, mobilizou uma força de trabalho masculina de condição servil. O artesanato não parou de declinar: renunciou-se ao fabrico do sal vegetal, dos arcos, das flechas assim como à metalurgia do ferro, porque ficava menos caro importar tudo isso da costa; o mesmo se passava com as pirogas, remos e todas as artes de pesca que se pediam aos bobangis.

As atividades comerciais eram reservadas a uma minoria, dominada pelas populações ribeirinhas do Pool. Todos eram chefes que haviam sabido explorar o direito exclusivo de vender os escravos e o marfim: a única exceção era Ngaliema, provavelmente o mercador mais abastado do Pool no último terço do século XIX. Filho de escravos, famoso por sua capacidade de comando, herdara os bens do seu senhor: estabelecido na margem esquerda, possuía uma fortuna considerável em escravos, em armamento e em mercadorias (mais de 3 000 libras em 1900, numa má conjuntura). Os chefes estabelecidos longe do Pool, em especial o rei (Makoko), que residia em Mbe, mais de 100 km para norte, só ocasionalmente podiam participar no comércio, enviando os seus dependentes para o Pool. Por isso o seu poder econômico era menor do que o das populações ribeirinhas. Parece efetivamente que todas estas atividades se exprimiram pela formação de uma verdadeira estrutura de classes. No cume, havia os comerciantes e os chefes cujos estabelecimentos no Pool se caracterizavam pela mesma estrutura, incluindo um pequeno número de parentes e de dependentes livres e uma multidão de escravos. Na base estavam os escravos, cujo número continua a ser mal conhecido; mas todas as fontes sublinham os grandes desequilíbrios nas ocupações, e nos gêneros e níveis de vida que os separavam dos mercadores. Entre estes dois grupos, encontravam-se um pequeno número de homens livres e muitas mulheres, os quais, tanto uns como as outras, só diferiam dos escravos porque não podiam ser vendidos.



É entendimento geral que esta economia mercantil não se tornara capitalista. É certo que os lucros não faltavam. Os dos comerciantes do interior eram, porém, repartidos entre inúmeros beneficiários: os lucros sobre o marfim, por exemplo, eram repartidos entre o comerciante, o caçador que matara o elefante e o chefe da terra que tinha automaticamente direito a uma parte. Os vizinhos do *Pool* realizavam lucros mais substanciais, que, para o caso do marfim, se avaliam em cerca de um quarto do valor do produto. Mas esses lucros não podiam ser investidos no setor produtivo. Não se podia comprar terra, nem força de trabalho, a não ser pela aquisição de escravos. A moeda, acumulada sob as suas diferentes formas dava efetivamente lugar a empréstimos, mas sem juros. Alguns bens e alguns serviços sociais e rituais (em especial as reparações e os dotes) continuavam a escapar ao império da moeda.

### Os povos da água

A norte do *Pool*, o comércio era alimentado por dois eixos diferentes: o do Kasai e seus afluentes, ocupados pelos *nunus* e os *ntombas*, nomeadamente, que, desde o século XVIII, produziam cerâmicas, sal e álcool de cana-de-açúcar para o mercado do rio, ao mesmo tempo que o marfim e o copal destinados à costa atlântica; o do Congo, do Ubangui e dos seus afluentes dominados pelos *bobangis*. Em 1883, o explorador Pierre Savorgnan de Brazza apresentava-os como “os senhores da navegação do Congo, do Alima, do Likona e do Ikelemba, entre Ntamo (o *Pool* Malebo) e o país dos mangalas no Ubangui”. Até ao fim do século, os textos dos administradores descreviam o vaivém incessante dos intermináveis cortejos de dez a sessenta pirogas carregadas de mercadorias. Os *bobangis* eram, antes de tudo, intermediários que ocupavam uma posição ideal, a seção do rio onde vinha confluír a maioria dos seus afluentes. Mas tinham também conseguido desenvolver uma economia de produção estreitamente associada às transações e que fornecia os mercados locais em víveres e produtos artesanais (cerâmicas, pirogas e instrumentos de pesca). Esta produção fazia-se quer nos centros permanentes ribeirinhos do rio, quer nos acampamentos provisórios estabelecidos ao longo dos seus afluentes. Eis, por exemplo, o que escreveu E. Froment em 1887 a respeito dos acampamentos do Alima:

Durante a estação seca, as aldeias apresentam a azáfama das colméias; as mulheres amassam a mandioca; os homens empilham-na em cestos de lianas, entrançados para tanto pelas crianças e os velhos. Nada dá melhor idéia da aptidão comercial dos *Apfurus* do que ver, na margem, essas longas fileiras de cestos, simetricamente alinhados e tão bem embrulhados, amarrados com tanto esmero, que nunca seriam criticados pelos nossos embaladores da Europa.

Durante os meses de fevereiro, março, abril, junho, julho e agosto, sem receio de exagerar, podemos estimar numas quarenta toneladas a quantidade de mandioca que desce diariamente o rio com destino a Licouba. É um espetáculo

curioso ver esses cortejos de dez, quinze, vinte pirogas carregadas até dois ou três centímetros do bordo, a descerem a corrente, deixando-se levar por ela, suavemente, sem abanões nem solavancos, dirigidas apenas por um homem e uma criança, sentados à frente, uma, e atrás, o outro, e que tinham por única função governar para evitar os choques. Não seria preciso muito para que essas pirogas se enchessem de água e naufragassem, já que, na sua maioria, eram velhas, estavam podres e grosseiramente consertadas; e, contudo, é raro que um acidente deste gênero lhes aconteça. (Citado por Gilles Sautter, 1966, pp. 267-268).

Estas práticas remontavam pelo menos a finais do século XVIII. Para certos outros produtos, e não dos menores – em especial, peixe e carnes defumadas, marfim e escravos –, os *bobangis* serviam apenas de intermediários. Por volta de 1870, levavam ao *Pool* entre 5 000 e 6 000 dentes de elefante. A quantidade das mercadorias europeias que iam mais além do *Pool* ainda é mal conhecida, assim como o tempo necessário à viagem: a crer no explorador Henry Morton Stanley, o andamento deveria ser muito lento: estimava ele, em 1868, que os artigos de importação levavam cinco anos para ir da costa ao Ubangui.

A importância dos interesses comerciais em jogo suscitava graves tensões entre os *bobangis* e os seus vizinhos. Houve vários confrontos com os *tios*, tendo cada parte no fim conservado as suas posições. Por razões de segurança, os cortejos de pirogas dos *bobangis* eram imponentes e deslocavam-se sempre armados. A prática dos pactos de sangue e das alianças matrimoniais traduzia também essa obsessão da segurança. Contudo, os *bobangis* eram muitas vezes obrigados a deixar reféns nas aldeias que frequentavam.

A sociedade *bobangi*, em si mesma, era organizada de uma maneira original, em estreita relação com o comércio. A unidade de base era a empresa comercial dirigida por um rico comerciante ajudado por alguns familiares e assentava na posse de um parque imponente de pirogas, de mulheres e de escravos: nas cidades *bobangis*, que, no século XIX contaram entre 5 000 e 10 000 habitantes cada uma (Bolobo, Bonga, Basoko, Upoto, Irebu, Mushie, Makãdza), não havia em média mais do que umas dez dessas casas comerciais. Os chefes das casas (*mokondzi*) formavam, aliás, em cada cidade um conselho responsável pelo governo. As mesmas estruturas se encontravam nas populações vizinhas, nomeadamente nos *ngalas*, que revezavam os *bobangis* como intermediários.

De resto, era toda uma comunidade de civilização que se forjava, evolução facilitada evidentemente pela frequência e intensidade das transações, mas também pelo fato de essas populações, recentemente imigradas para a região, formarem “uma massa humana bastante mal diferenciada” (Gilles Sautter) cuja aculturação foi tão rápida como profunda. O *lingala*, praticado de início por um pequeno grupo desses povos da água (os *Ngala*), enriqueceu-se e tornou-se a língua de comércio por excelência, língua difundida em todos os países drenados pelo Congo, pelo Ubangui e pelos afluentes. A difusão de técnicas idênticas, em especial para a pesca, a agricultura e a preparação de víveres, a adoção das mesmas condições de vida, dos mesmos feitiços e das mesmas crenças, a homogeneização

de certas instituições como a escravidão, todos esses fatores e outros ainda menos perceptíveis, como o gosto pronunciado pelos negócios, criavam uma comunidade tão forte que os observadores europeus, no início da colonização se persuadiram de que, em todas essas terras da água, estavam lidando com uma única tribo, os *Bangala*, com origens comuns, tradições e características próprias e antigas.

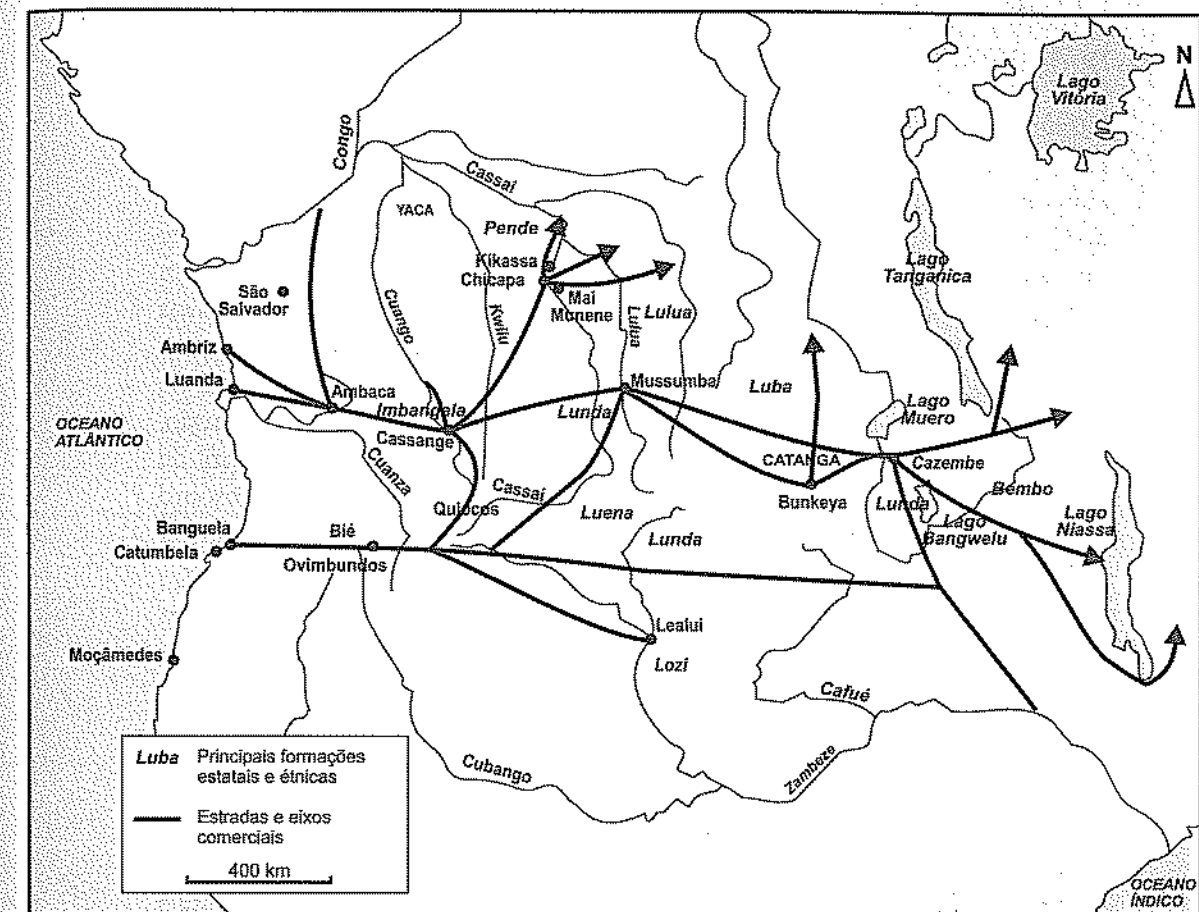
Só no extremo final do século XIX, com a separação efetiva do eixo fluvial entre os franceses e os belgas, com o estabelecimento de casas de comércio nas antigas cidades, com o desenvolvimento da navegação a vapor e das vias-férreas, o sistema ruiu, antes de se transformar.

### C. O espaço luso-africano

Enquanto o comércio congolês carregava os produtos florestais, o espaço luso-africano correspondia essencialmente às savanas situadas a sul da floresta, embora, durante o século XIX, uma parte desta tivesse acabado por ser absorvida nesse espaço. As transações assentavam em Estados africanos de diversas dimensões, produtores ou intermediários, e nos luso-africanos, classe social de formação recente, cuja origem remonta ao fim do século XVIII, quando as autoridades portuguesas de Luanda instituíram uma legislação econômica bastante liberal que suprimiu progressivamente o regime dos monopólios comerciais e permitiu aos pequenos comerciantes independentes percorrer o sertão. Estes criaram rapidamente estabelecimentos permanentes aonde afluíram africanos de todas as origens, ávidos de independência e de aventura. Os particularismos destes últimos afirmaram-se com tanto vigor que se recorreu a expressões muito significativas para os designar: *pretos forros*, *quimbares* (pretos forros que viviam junto dos brancos), *agregados* (por estarem agregados em redor das feitorias e das plantações europeias), *calçados*, *moradores* etc. De fato, o grupo luso-africano aculturava-se nos dois sentidos, bebendo das suas duas culturas de origem. Ligava estas gentes uma vontade comum de escapar a toda e qualquer autoridade política, tanto a dos portugueses de Luanda e dos *presídios* (postos militares do interior) como a dos chefes africanos, e por seu gosto pronunciado pelas aventuras e pelos lucros: esses *pombeiros*, esses *sertanejos* e *quimbares* desempenhariam um papel decisivo na expansão das transações no século XIX.

Esta expansão foi uma das principais características da evolução econômica a partir de 1800: na parte norte da savana, no eixo Luanda-Cassange-Império Lunda, fez-se principalmente no sentido sul-norte; no eixo que partia de Benguela, novas estradas se abriram para sul e sobretudo para leste, onde vieram encontrar os comerciantes vindos do Oceano Índico. Outra característica importante foi o abalar geral das estruturas e equilíbrios socioeconômicos e o reajustamento necessário ante as mutações do comércio atlântico.

Documento 34: A rede luso-africana



#### 1. A difícil reconversão dos portugueses em Angola

Os portugueses foram os primeiros a sofrer com a transição econômica. No início do século XIX, a colonização portuguesa não ia praticamente além da estreita faixa costeira em torno de Luanda e Benguela: no sertão, os comandantes militares dos raros presídios esforçavam-se por cobrar magros tributos e controlar os comerciantes, mais do que nunca recalcitrantes. Segundo um recenseamento de 1845, os "reinos de Angola e de Benguela", reivindicados como portugueses, contavam um pouco menos de 400 000 pessoas, assim repartidas: 1 832 brancos, 156 dos quais mulheres; 5 770 mestiços; 300 000 negros livres e 86 600 escravos; a cidade de Benguela tinha 600 casas, mas apenas 38 brancos homens e uma mulher; no interior só havia seis brancos. Além dos responsáveis políticos e dos ricos negociantes, uma grande parte dos portugueses eram *degradados*, condenados de direito comum, dos quais a metrópole se desembaraçara, justificando-se assim: "Eliminamos os detritos e transportamos as energias".

Esta pequena sociedade colonial sofreu diversamente os efeitos das novas condições econômicas surgidas com a abolição do comércio negro. Ao que parece, Luanda foi especialmente afetada, e, a partir de 1840, os portugueses não paravam de se queixar da "desintegração econômica de Angola". Se é certo que o tráfico negro conseguiu continuar a prosperar até meados do século, Luanda não parece ter lucrado muito com isso, pois as exportações do Stanley Pool haviam sido captadas há mais de um século pelos portos situados entre o Loango e a foz do Congo e, mais a sul, Benguela se apropriou durante o século XIX de uma parte do tráfico anteriormente escoado por Luanda. As estimativas de Philip D. Curtin confirmam esses deslocamentos dos fluxos comerciais: dos 384 300 escravos exportados da África central entre 1817 e 1843, 147 000 vinham da costa entre o Loango e o Congo, repartindo-se os restantes por outros pontos: 30 600 do Ambriz, 58 400 de Benguela, 4 400 de Luanda e 144 100 de "Angola". Contudo, não é de excluir que a crise tenha sido exagerada pela oligarquia mercantil de Luanda, muito hábil a mascarar os seus ganhos e a solicitar a ajuda do Tesouro público: os 144 100 escravos provenientes de "Angola" podem muito bem ter saído de Luanda. Em 1841-1842, um médico descrevia assim essa oligarquia:

Havia talvez entre eles alguns cujo espírito fosse mais cultivado: mas, fosse como fosse, eram tão pouco numerosos que não exerciam qualquer influência visível no conjunto. Num ponto, porém, eram todos iguais, pois duvido que houvesse uma única exceção: eram todos mercadores de escravos, que não recuariam ante qualquer crime se fosse propício aos seus interesses.

De resto, as exportações de marfim desenvolveram-se depressa, embora o *boom* viesse a ser de pouca duração: 3 000 libras em 1832, 105 000 libras em 1844 e 190 000 libras em 1859; em 1850 ultrapassavam em valor as de escravos. Mais a sul, principalmente em Benguela, foi indiscutível o crescimento das transações, que se apoiava no interior ovimbundu e em breve exigia a construção de outro porto, em Catumbela, logo ao norte de Benguela. As caravanas eram numerosas e imponentes; foi nessas estradas que se viu uma das maiores caravanas conhecidas na história das trocas comerciais na África, a que, em 1873, contava 20 000 pessoas na estrada do Bié para Benguela. Ainda mais a sul, os portugueses tentaram introduzir inovações. Em 1840, os mercadores de Luanda abriram um porto em Moçâmedes, no intuito de entrar diretamente em contato com os produtores de marfim: a nova estrada penetrou pouco depois até às terras dos nkundes e até dos ovambos, junto à atual fronteira com a Namíbia, carreando escravos juntamente com goma, cera e gado. Depois, em 1849, portugueses expulsos de Pernambuco por uma revolta antiescravagista, vieram instalar-se no novo porto, reforçados pouco depois por imigrantes que não eram degredados. Estes colonos rapidamente atingiram o número de 500, possuíam reais competências, nomeadamente agrícolas, e utilizavam os escravos cuja exportação se tornara difícil. Depressa se desenvolveu uma pequena produção mercantil destinada às trocas comerciais com os nkundes e os ovambos (açúcar e rum), às exportações (algodão) ou aos

mercados de Luanda e de Benguela. Mesmo limitada, a inovação era capital, pois mostrava a vontade dos portugueses de renunciarem ao capitalismo comercial, cujas bases estavam a desagregar-se, para o substituir por uma economia de produção agrícola assegurada por colonos.

Mas, nesse período de transição, os interesses mercantis eram demasiado poderosos para se deixarem eliminar. Por isso, as principais iniciativas dos portugueses iam no sentido desses interesses. Tratava-se de controlar efetivamente o interior, isto é, de eliminar os intermediários africanos, e de voltar a controlar os sertanejos ou de tomar conta das regiões de produção de bens de exportação: tal conduziu a uma política de expansão territorial que conheceu vários tempos fortes entre 1835, aproximadamente, e 1865 (nomeadamente criação de feiras ou mercados controlados e ocupação de Cassange, de São Salvador e do Ambriz). Mas os encargos financeiros, entre outras causas, levaram ao abandono desses postos. Paralelamente, procurou-se abrir novos mercados, nomeadamente no reino de Cazembe e nos países do Zambeze, na esperança de ligar as duas fachadas oceânicas e de unir Angola a Moçambique, o que deu origem a uma série de grandes viagens de exploração entre o fim do século XVIII e 1850, aproximadamente (Francisco de Lacerda e Almeida em 1798, Pedro João Baptista e Amaro José de 1806 a 1814; Monteiro e Gamito em 1831; Silva Porto em 1848). Essas tentativas foram baldadas. Por último, já que havia que garantir ao Estado e aos negociantes de Luanda receitas financeiras regulares, fecharam-se os olhos à persistência do tráfico negro; o poder colonial comprometeu-se ele próprio ao substituir a escravatura pelo recrutamento de trabalhadores para as plantações de São Tomé e Príncipe (Código do Trabalho de 1875).

## 2. A ascensão da caça e da coleta

Foram pois os africanos do interior que suportaram o crescimento do "comércio lícito", ao qual forneceram os produtos: cera, marfim e borracha, principalmente. Graças a esses aprovisionamentos, Angola conheceu no século XIX uma "economia de ciclos", que tinha por modelo consumado o Brasil e se caracterizava por uma sucessão de *booms* incidentes sobre um ou poucos produtos.

### Uma economia de ciclos

O primeiro *boom* foi o do marfim e da cera. Estes produtos eram exportados desde o século XVIII, mas em reduzidas quantidades. O *boom* teve lugar quando os condicionalismos do mercado se impuseram fortemente (riscos demasiado elevados do tráfico negro) e favoráveis (alta das cotações dos novos produtos). A abolição do monopólio governamental sobre o marfim em 1836 levou a que os preços em Luanda dessem um salto de 300%, permitindo a rentabilidade do comércio pela cobertura dos custos de transporte: Benguela, segundo porto angolano, lançou-se ao comércio do marfim. A cera beneficiou de condições menos



artificiais: o seu crescimento proveio da baixa sensível da produção noutras regiões da África, nomeadamente no Gabão e no Fuuta Jallon, numa altura em que a procura na Europa continuava a ser elevada. Portugal tem então todo o interesse em importar o precioso produto para o redistribuir de seguida. Em Luanda, as exportações passaram de 52 690 libras em 1844 para 1,7 milhões de libras em 1857. Estes dois produtos dominaram as exportações durante os anos 40 e 50, continuando a assentar em estruturas de comercialização muito diferentes. O marfim era procurado pelas grandes caravanas da costa que viajavam carregadas com enormes quantidades de mercadorias, exigidas pelas trocas e, naturalmente, acompanhadas por homens armados para garantir a segurança das cargas: temos registro de uma caravana cuja carga valia 40 milhões de réis em 1843 e de outra com uma carga de 20 milhões de réis em 1864. Estas caravanas só compravam cera como produto complementar e secundário. A cera, repartida em pequenas bolas, ia normalmente para os comerciantes modestos a quem bastava uma soma de 100 a 200 réis para fazer um negócio interessante, por volta de 1843.

O boom do marfim e da cera não durou mais de trinta anos, cedendo progressivamente o passo à borracha. Esta inversão dos papéis, que estava assente por volta de 1870, iria durar até ao início do século XX: por volta de 1885, a borracha representava três quartos das exportações angolanas. Estes diferentes ciclos do "comércio lícito" assentaram na mesma base: uma economia primitiva, feita de coleta e de caça, e que não se preocupava de maneira nenhuma com a reprodução das fontes de riqueza. Mas, como a circulação interna dos escravos continuava a ser importante, houve mutações sociais de monta que acompanharam a persistência dessa economia primitiva: desenvolvimento de estruturas escravagistas, instauração de novos equilíbrios políticos, pois os Estados que tinham enriquecido com o tráfico negreiro perdiam riqueza e poder face aos grupos que souberam empenhar-se a fundo na nova economia.

#### Os reajustamentos africanos

Os perdedores foram, antes de tudo, os pequenos Estados corretores, situados entre a costa e o Cuango, como Matamba e sobretudo o reino imbangala de Cassange. Controlando o curso superior do Cuango, este reino fora reconhecido pelos portugueses como intermediário obrigatório. A capital, Cassange, albergava uma feira dirigida por representantes do rei e dos portugueses. Este monopólio começou a embaraçar os portugueses quando se tornou necessário substituir os escravos por outras mercadorias, o que originou conflitos incessantes até à guerra de 1850-1851. Os portugueses deslocaram a feira mais para oeste; o reino fragmentou-se em microestados, mas houve homens novos, durante muito tempo afastados da atividade pelo monopólio real, que se lançaram no comércio da cera

e no transporte de cargas. As mudanças assumiram as mesmas formas que nos Estados vizinhos de Luanda: esboroamento das estruturas de autoridade; ruína dos reis e das antigas oligarquias; surgimento de novos ricos dotados de um poder económico mais limitado do que o dos antigos chefes políticos.

O Império Lunda do *Mwata Yanvo*, principal fornecedor de escravos, parecia em condições de resistir duradouramente a riscos análogos. Por volta de 1850, fornecia ainda um terço, pelo menos, dos escravos exportados por Luanda. O comércio estatal descrito em 1847 por um viajante brasileiro, Rodrigues Graça, funcionava ainda como no século precedente: várias dezenas de chefes enviavam anualmente ao *Mwata Yanvo* um tributo variável (de 600 a 16 000 mil-réis) segundo a sua importância política, constituído por escravos, marfim, metais, peles, víveres, panos etc. O valor global deste tributo, estimado em 260 contos de réis (60 000 libras) era superior aos rendimentos da colónia de Angola. Mas, na realidade, tal como o comércio negreiro de que era a fonte, esta economia assentava em bases cada vez mais frágeis.

Vários grupos fizeram fortuna à custa do Império Lunda: os hacos, os luluas, os cubas, mas, sobretudo, os ovimbundus e os tchokwes (quiocos), que se assumiram como verdadeiros senhores dessa economia de caça e de coleta. A fortuna dos ovimbundus durou um século, a partir de finais do XVIII, tendo a prosperidade atingido o seu apogeu entre 1840 e 1890, aproximadamente, durante os ciclos da cera, do marfim e da borracha (falou-se mesmo de *delírio de borracha*). Os ovimbundus estavam divididos numa meia-dúzia de pequenos Estados, o mais importante dos quais controlava a grande encruzilhada comercial do Bié. Conseguiram estender a sua ação em todas as direções, operando entre os lundas do *Mwata Yanvo* (a partir de 1840, aproximadamente), no Catanga (1850), no Kasai e entre os lozis da Zambézia.

Mais do que aos Estados, estas transações aproveitavam sobretudo a alguns ricos negociantes que armavam imensas caravanas por sua própria conta. Estas compreendiam carregadores recrutados por uma remuneração irrisória: por volta de 1870, um carregador contratado por uma caravana que ia do Bié a Luapula (na atual fronteira entre a Zâmbia e o Zaire) recebia, pela viagem de ida-e-volta, doze peças de panos estrangeiros e um pequeno dente de elefante, no valor total de 30 a 35 xelins, e víveres. Cada caravana era dirigida por um carregador experimentado, auxiliado por um familiar do armador, encarregado da contabilidade. Estas transações estimularam a produção local (documento 35), assegurada o mais das vezes por escravos e ativas feiras locais e regionais, nomeadamente para o comércio do gado, da olaria e dos instrumentos de ferro. Foi na atividade transbordante dessas caravanas que se baseou a prosperidade de Benguela e de Catumbela.

**Documento 35:** As transações entre os lulus em 1884, equivalência entre moedas

|                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 m de algodão =   | 10 fios de contas de tamanho médio<br>25 fios de pequenas contas<br>25 cauris<br>50 moedas de pregos de latão<br>1 espelho<br>60 cm de fio de latão (=1 mitako)<br>50 bolas de borracha de 2 000 gramas                                                                                                       |
| 2,5 m de algodão = | 1,75 m de tela de cores variadas<br>1,75 m de lenços com desenhos<br>100 peças de pérolas grandes<br>1 sino pequeno<br>2 campainhas<br>200 moedas de cauris<br>100 moedas de cauris grandes<br>1 chávena de pequenas pérolas de Veneza<br>1 guarda-chuva<br>1 barril de pólvora pequeno<br>1 cruzeta de cobre |
| 10 m de algodão =  | 1 barril de pólvora<br>2 recipientes de pólvora de 1 quilo cada                                                                                                                                                                                                                                               |
| 20 m de algodão =  | 1 espingarda de pederneira                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

Fonte: H. Wissmann et alii, *Im Innern Afrika*, Leipzig, Brochhaus, 1888, pp. 69-70.

Entre os tchokwes (quiocos), a participação ativa nas transações e a prosperidade comercial originaram mutações sociais mais espetaculares. Representam uma das melhores ilustrações das transformações globais, económicas e sociais, mas também políticas, que acompanham o alastramento das redes comerciais na África Central. Conhecidos também pelo nome significativo de *A-yoko* (os que fugiram), os tchokwes tinham-se retirado durante o período negreiro para as colinas arborizadas junto das fontes do Cuango, do Kwilu e do Kasai. Participavam pouco nas transações, exportando reduzidas quantidades de cera e de marfim, que, na altura eram pouco rentáveis, dados os baixos preços na exportação e os custos de transporte; mas começaram a receber em troca espingardas que alguns hábeis ferreiros aprenderam a reparar e a montar.

A despeito de uma organização de tipo igualitário, a sociedade tchokwe comportava desequilíbrios e valores políticos que facilitaram o desenvolvimento de uma economia de caça orientada para os mercados externos. Os homens, aos

grupos de seis, aproximadamente, dedicavam-se à caça e, por vezes, ausentavam-se das aldeias durante vários meses. As mulheres praticavam a agricultura e a coleta. No entanto, como a filiação se fazia por via matrilinear e as mulheres tinham de residir em casa do marido, as aldeias pareciam desequilibradas: os homens, isto é, o chefe da aldeia, os seus irmãos (os filhos da mãe dele) e os seus sobrinhos (os filhos das irmãs) pertenciam a um clã, e as mulheres a outro. Em consequência, desde há muito que os homens tinham tendência a comprar mulheres, a instalá-las na aldeia e a assimilá-las aos seus clãs para os reforçarem. Essas compras, praticamente impossíveis até cerca de 1830-1840, foram facilitadas quando os tchokwes acumularam novas riquezas no comércio. Além disso, o sistema exaltava a caça, conferindo àqueles que se lhe dedicavam um prestígio idêntico ao dos adivinhos e dos ferreiros.

Quando os preços do marfim tiveram a explosão que se sabe em Luanda, não foi nada difícil passar “da caça pela subsistência para a caça pelo lucro” (Joseph C. Miller). O marfim facilitou a aquisição de espingardas que, por seu turno, facilitaram a caça e a fizeram mais rentável. As mercadorias importadas permitiam comprar escravos, sobretudo mulheres, e as espingardas permitiam capturá-los pura e simplesmente: a expansão demográfica e a mutação social foram de tal ordem que no início do século XX, a população dos tchokwes era de origem servil na proporção de 80%. A economia de caça comportava também uma dinâmica de expansão territorial. Entre os fatores que provocaram a dispersão dos Tchokwe incluem-se o esgotamento dos recursos da caça e da coleta, um sobrepovoamento decorrente da aquisição de escravos e das necessidades de colheita dos produtos: como as mulheres faziam a colheita e procediam à preparação da cera e dos víveres, os caçadores tinham todo o interesse em levá-las nas suas deslocações cada vez mais longínquas.

Iniciado por volta de 1850, este movimento durou até cerca de 1890, permitindo aos tchokwes ocupar o norte e o leste de Angola, o sul do Zaire atual e, pelo caminho, apoderar-se do Império Lunda e subjugar a maior parte dos seus vizinhos. A partir de 1860, aproximadamente, a borracha tornou-se o produto dominante, mas rapidamente se esgotou. Assim, os tchokwes produtores transformaram-se progressivamente em intermediários, cujas caravanas iam buscar a borracha e o marfim muito para norte, em especial às terras dos lulus e dos lubas. Esta expansão comercial e política não criou uma comunidade de cultura; foram os traços culturais elaborados na época negreira que continuaram a difundir-se: a cultura luso-africana e a cultura lunda conservaram a sua hegemonia, e os novos senhores dos circuitos comerciais e intermediários deixaram-se integrar nesses conjuntos prestigiados.

3. *Entre o Atlântico e o Índico: integração ou isolacionismo*

No entanto, nas margens orientais do espaço luso-africano, onde a atração comercial do Oceano Índico se intensificou durante o século XIX, as populações

tiraram partido das possibilidades de escolha para se integrarem num ou noutro espaço comercial ou recusarem ambos. Os habitantes do planalto tonga, no sul da Zâmbia, optaram por se isolar. A sua economia, baseada na agricultura e na criação de gado, continuou a ser uma economia de subsistência. Numa região fortemente solicitada pelos mercados externos, conseguiram abrir-se apenas aos mercados regionais, escoando o seu sal em troca de enxadas e de outras ferramentas de ferro; havia outros produtos que entravam nessas transações, mas a título secundário, como era o caso dos cereais, do peixe, dos ornamentos e das armas. Os objetos preciosos eram acumulados, com vista à aquisição de víveres em período de escassez. Esta abertura parece ter sido calculada de forma a preservar as bases e a produtividade da economia de subsistência, melhorando ao mesmo tempo as condições de resistência às calamidades.

O Cazembe, pelo contrário, conseguiu estabelecer relações comerciais com as duas fachadas oceânicas, antes de privilegiar o Oceano Índico. Estabelecido no início do século XVIII como a província oriental do Império Lunda, dirigida por um vice-rei (*mwata Cazembe*), este Estado acabou por adquirir a sua autonomia. Graças à exploração do cobre e do sal, a uma rica economia agrícola, à coleta de tributos e às transações externas, conhecia no início do século XIX uma notável prosperidade relatada por Pedro João Baptista, que visitou o país em 1806:

O Cazembe é poderoso na sua capital e reina sobre um grande número de povos. O seu palácio dir-se-á que é menor do que o do Mwata Yanvo. As suas ordens são duras e é temido por todos os chefes, que são tão poderosos como ele nas suas terras. Quando não há viajantes de comércio na sua capital, manda reunir escravos e marfim, e vai com os seus embaixadores castigar os chefes que impedem os comerciantes de vir de Tete [cidade na margem do Zambeze] até ao seu país. O reino de Cazembe é abastecido durante todo o ano em farinha de mandioca, milho-miúdo, milho, feijões, bananas, cana-de-açúcar, batatas, inhames, amendoim, peixe em abundância do Luapula e do Muva, que são próximos. Possui três minas de sal. Possui víveres e bois que manda comprar aos bisas [Zâmbia] em troca de escravos. O Cazembe tem bules, chávenas, colheres e garfos de prata e moeda de ouro. Tem uma cortesia cristã: tira o chapéu para dizer bom-dia. (Citado por A. Verbeken e M. Walraet, *La première traversée du Katanga en 1806*, Bruxelas, Institut Royal Colonial Belge, 1953, pp. 99-101, *passim*).

No início do século XIX, parecia desejoso de receber diretamente na sua corte comerciantes vindos do Atlântico e do Índico. A partir dos anos 1830, o comércio expandiu-se consideravelmente e os comerciantes arabo-swahilis penetraram no Cazembe. O Estado optou por se voltar definitivamente para leste. Decisão funesta, pois, tal como os lundas do *mwata Yanvo* face aos tchokwes, o Cazembe desmoronou-se diante dos mercadores de leste: o mais importante deles, o nyamwezi Msiri, haveria de construir um verdadeiro império comercial nos territórios controlados pelo Cazembe.

Globalmente, se nos cingirmos às transações na costa atlântica, a África Central parece ter conhecido uma evolução idêntica à da África Ocidental, com o “comércio lícito” a substituir o tráfico negreiro com algumas décadas de atraso. Na realidade, as mercadorias do “comércio lícito” foram produzidas nas condições de uma economia primitiva baseada na recolha, na colheita e na destruição dos recursos (caça, abate de árvores). Esta economia não era o sistema “tradicional” de produção: era um modo novo de aquisição dos recursos, escolhido por grupos que queriam tirar o maior proveito das novas exigências do comércio costeiro. Esses grupos beneficiaram aparentemente das suas opções, acumulando os escravos e as mercadorias europeias, substituindo-se por vezes às antigas elites. Mas a região lançou-se na via do esgotamento irreparável dos seus recursos. A este respeito, a exploração econômica da primeira idade colonial (1885 a 1910, aproximadamente) contentou-se com prolongar este sistema, mas agora em proveito exclusivo dos Estados europeus, sendo que os africanos já só serviam como mão-de-obra por vezes forçada. Tal como na África Ocidental, os ganhos duradouros do período 1800-1880 foram de fato para as casas de comércio europeias: menos de resto para os franceses e os portugueses, que possuíam colônias e feitorias na região, do que para os britânicos, que propunham, ao melhor preço, as mercadorias necessárias às transações e que se constituíram na região como um “império informal”.

## NOTAS

\* Elikia M'Boko

<sup>1</sup> A primeira tradução francesa data apenas de 1987, quase dois séculos após a publicação original (Paris, Editions Caribéennes).

<sup>2</sup> Em especial, Hostea Easton, *A Treatise on the Intellectual Character and the Political Condition of the Colored People of the United States and the Prejudice Exercised towards Them* (1837); James W. C. Pennington, *Textbook of the Origin and History of the Colored People* (1841); Robert B. Lewis, *Light and Truth: Collected from the Bible and Ancient and Modern History. Containing the Universal History of the Colored and Indian Races, from the Creation of the World to the Present Times* (1844); Henry H. Garnet, *The Past and the Present Condition of the Colored People* (1848).

<sup>3</sup> *Polyglotta Africana or Comparative Vocabulary of Nearly Three Hundred Words and Phrases, in More than One Hundred Distinct African Languages*, Londres, 1854.

<sup>4</sup> Um galão equivalia a cerca de 4 litros e meio.

<sup>5</sup> Uma jarda representa 0,914 metros.

<sup>6</sup> NREB: Trata-se de uma árvore da África Ocidental (*Baphia bancoensis* Aubrév. ou *Baphia pubescens* Hook) com propriedades medicinais, tintoriais e cuja madeira pode ser usada na carpintaria.

<sup>7</sup> O seu nome originário era Jubo Juboga, abreviado pelos africanos em Jo Jo e pelos europeus em Ja Ja.

<sup>8</sup> Cerca de 10 litros.

<sup>9</sup> Um sira valia na altura 200 cauris.



### Condicionalismos externos e transformações interiores

- ASIEGBU, J. U. J. *Slavery and the Politics of Liberation. A Study of Liberated African Emigration and British Anti-slavery Policy*. Londres, Longman, 1969.
- AUSTEN, R. *African Economic History: Internal Development and External Dependency*. Londres, James Currey, 1987.
- BRUNSCHWIG, H. *L'avènement de l'Afrique noire du XIXe siècle à nos jours*. Paris, Armand Colin, 1963.
- CURTIN, P. D. *The Image of Africa. British Ideas and Action (1780-1850)*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1964.
- \_\_\_\_\_. (ed.) *Africa Remembered. Narratives by West Africans from the Era of the Slave Trade*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1967.
- \_\_\_\_\_. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1969.
- DAGET, S. *La traite des Noirs: bastilles négrières et vellités abolitionnistes*. Rennes, Ouest-France Université, 1990.
- DUCHET, M. *Anthropologie et Histoire au Siècle des Lumières*. Paris, François Maspéro, 1971.
- KNIGHT, F. W. *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1970.
- LLOYD, C. *The Navy and the Slave Trade. The Suppression of the African Slave Trade in the Nineteenth Century*. Londres, Longman, Green, 1949.
- LOVEJOY, P. E. *The Transformation of Slavery. A History of Slavery in Africa*. Cambridge University Press, 1983. Versão em português: *Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- MIERS, S. e ROBERTS, R. (eds.) *The End of Slavery in Africa*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1988.
- SCHNAPPER, B. *La politique et le commerce français dans le golfe de Guinée de 1838 à 1871*. Paris-La Haye, Mouton, 1961.
- SHYLLON, F. O. *Black Slaves in Britain*. Londres, Oxford University Press, 1974.
- VERGER, P. *Flux et reflux de la traite des Nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*. Paris-La Haye, Mouton, 1968. Versão em português: *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos do século XVIII a XIX*. 3ª edição. São Paulo, Corrupio, 1987.
- WILLIAMS, E. *Capitalisme et esclavage*. Paris, Présence Africaine, (1.ª edição 1944), 1968. Versão em português: *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Americana, 1975.

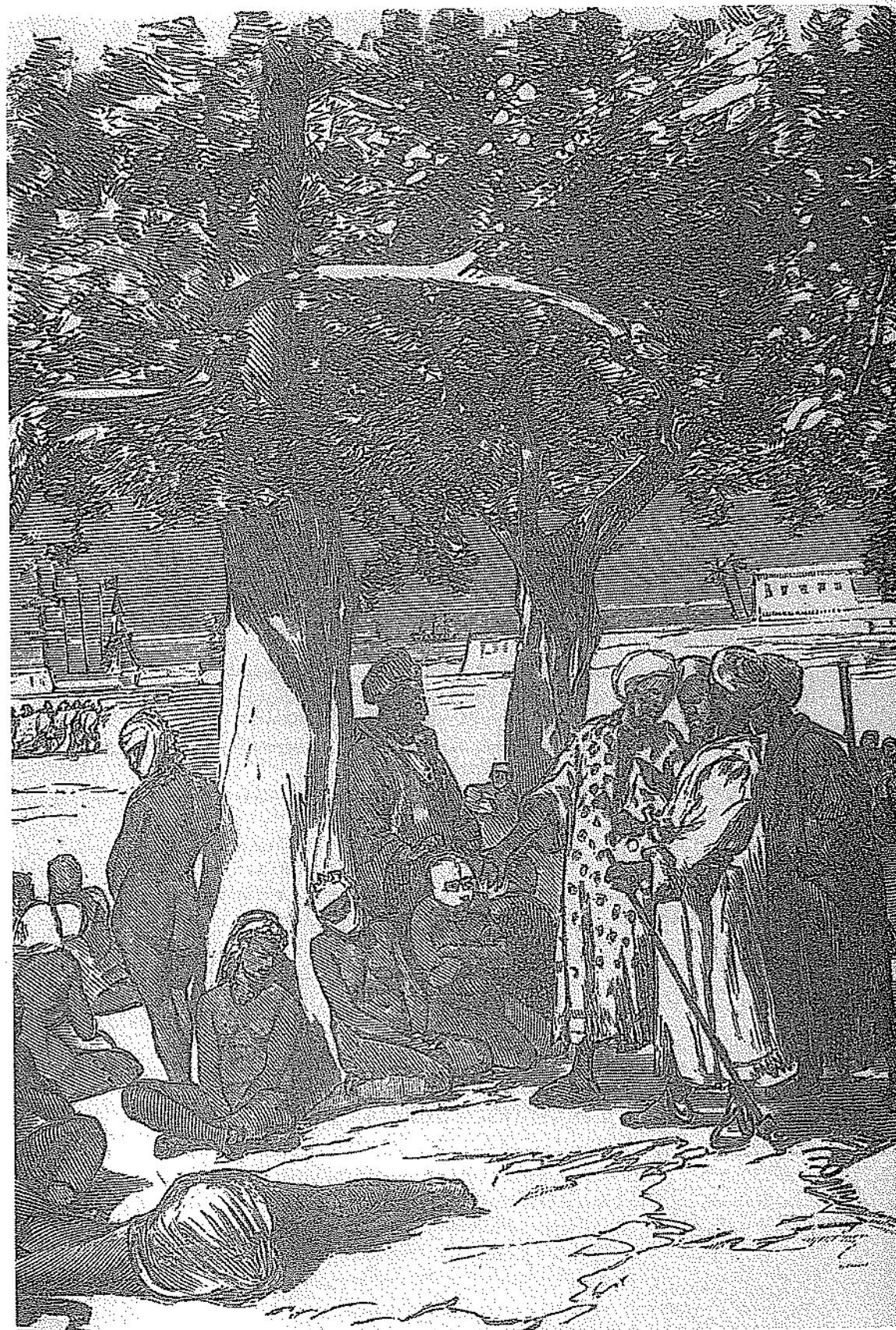
### A África Ocidental: transição e reestruturação

- BARRY, B. *La Sénégambie du XVe au XIXe siècle. Traite négrière, islam et conquête coloniale*. Paris, L'Harmattan, 1988.
- BROOKS, G. E. *Yankee Traders, Old Coasters and African Middlemen. A History of American Legitimate Trade with West Africa in the Nineteenth Century*. Boston University Press, 1970.
- DIKE, O. K. *Trade and Politics in the Niger Delta (1830-1885). An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria*. Oxford, Clarendon Press, 1956.
- DOZON, J.-P. *La Société bété. Côte-d'Ivoire*. Paris, ORSTOM-Karthala, 1985.
- HOPKINS, A. G. *An Economic History of West Africa*. Londres, Longman, 1973.

- LATHAM, A. J. H. *Old Calabar (1600-1891). The Impact of the International Economy upon a Traditional Society*. Oxford, Clarendon Press, 1973.
- MCPHEE, A. *The Economic Revolution in British West Africa*. Londres, Frank Cass, 1.ª edição 1926, 1971.
- MANNING, P. *Slavery, Colonialism and Economic Growth in Dahomey (1640-1960)*. Cambridge University Press, 1982.
- MEILLASSOUX, C. (ed.) *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa*. Londres, Oxford University Press, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Lesclavage en Afrique Précoloniale*. Paris, François Maspéro, 1975.
- NEWBURY, C. W. *The Western Slave Coast and its Rulers. European trade and Administration among the Yoruba and Adja-speaking Peoples of South-Western Nigeria, Southern Dahomey and Togo*. Oxford, Clarendon Press, 1961.
- \_\_\_\_\_. *British Policy Towards West Africa. Select Documents (1786-1874)*. Londres, Oxford University Press, 1965.
- PRIESTLEY, M. *West African Trade and Coast Society. A Family Study*. Londres, Oxford University Press, 1969.
- REYNOLDS, E. *Trade and Economic Change on the Gold Coast (1807-1874)*. Londres, Longman, 1974.

### A África Central

- AMBOUROUÉ-AVARO, J. *Un peuple gabonais à l'aube de la colonisation: le Bas Ogooué au XIXe siècle*. Paris, Karthala, 1980.
- CLARENCE-SMITH, G. *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola (1840-1926)*. Cambridge University Press, 1979.
- GAULME, F. *Le pays de Cama. Un ancien Etat côtier du Gabon et ses origines*. Paris, Karthala, 1981.
- GRAY, R. e BIRMINGHAM, D. (eds.) *Pre-Colonial African Trade. Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900*. Londres, Oxford University Press, 1970.
- HARMS, E. *River of Wealth, River of Sorrow. The Central Zaire Basin in the Era of the Slave and Ivory Trade (1500-1891)*. New Haven, Yale University Press, 1981.
- M'BOKOLO, E. *Noirs et Blancs en Afrique équatoriale. Les sociétés côtières et la pénétration française (ca. 1839-1874)*. Paris, Les Editions de l'E.H.E.S.S., 1981.
- SAUTTER, G. *De l'Atlantique au fleuve Congo: une géographie du sous-développement*. Paris-La Haye, Mouton, 1966.
- VANSINA, J. *Kingdoms of the Savanna*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1966.
- \_\_\_\_\_. *The Tio Kingdom of the Middle-Congo (1880-1892)*. Londres, Oxford University Press, 1973.
- VELLUT, J.-L. "Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900)". *Etudes d'Histoire Africaine*, III, pp. 61-166, 1972.



O mercado de escravos em Zanzibar

-III-

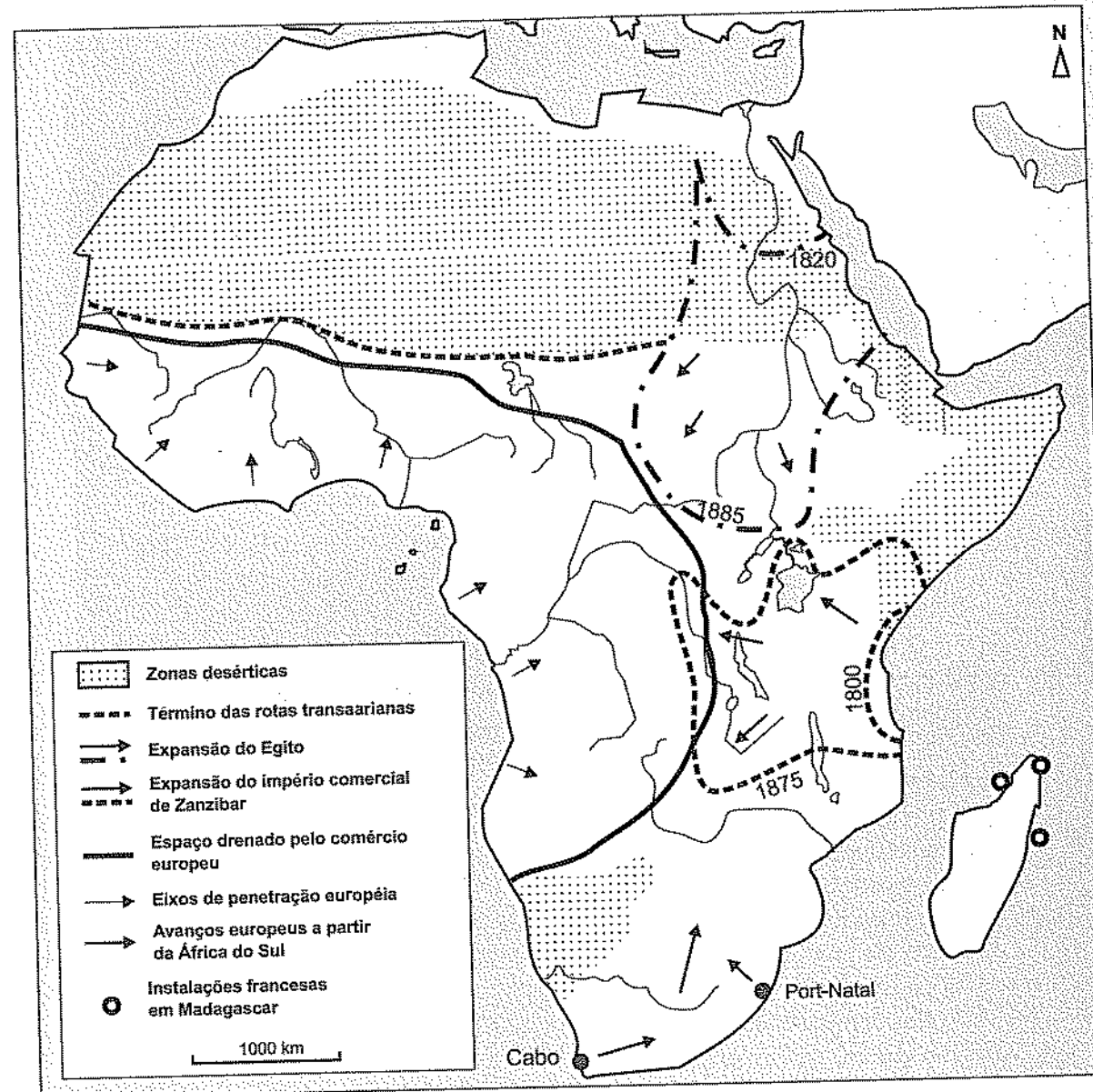
## O AVANÇO DAS FRONTEIRAS\*

O século XIX pré-colonial caracterizou-se na África por uma tendência geral para a globalização: quase por todo o lado, houve unidades econômicas ou políticas de pequena dimensão que, querendo ou não, foram absorvidas por grandes estruturas integradas tais como os Estados, ou por vastas redes como as tecidas pelas transações mercantis. É na análise de certas formas dessa globalização que o conceito de “fronteira”, amplamente debatido desde Frederick J. Turner<sup>1</sup>, pode revelar-se muito fecundo. Um dos contributos desse interminável debate foi o de mostrar como o conceito de “fronteiras”, nas suas diversas modalidades – fronteira do Estado, fronteira do comerciante, fronteira do agricultor, fronteira do criador de gado, fronteira do mineiro etc. –, está preñado de dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais.

No contexto da África do século XIX, as fronteiras de Estado conheceram, graças à guerra, uma expansão contínua. Para cá ou para lá do Estado, obteve-se um resultado quase idêntico para as fronteiras econômicas e sociais, pela pressão combinada da demografia, dos modos de produção e das aspirações políticas, como aconteceu na África do Sul; pela pressão dos condicionalismos e dos apetites comerciais, como aconteceu na África Saheliana, Nilótica e Oriental; e, por fim, em todo o continente, pela pulsão da dinâmica científica e religiosa associada aos cálculos hegemônicos dos ocidentais. Este processo de globalização insere-se na longa duração, pois, se é certo que a colonização fraturou certas redes integradoras, em especial entre as Áfricas Mediterrânica e Saheliana, na sua maioria, essas redes acabaram por ser confirmadas ou reforçadas.



Documento 36: O avanço das fronteiras



## I. O COMÉRCIO TRANSAARIANO E AS SUAS FRONTEIRAS

Mediterrâneo, Saara: dois mares, animados ambos por fluxos comerciais muito ativos, pois, durante a maior parte do século XIX, o vaivém dos camelos não foi menos intenso do que o dos veleiros e dos barcos a vapor; duas margens também, estreitamente associadas uma à outra. Numa fórmula feliz, Jean-Louis Miège sublinha que, durante a primeira metade do século, “Marrocos parece ainda ser menos o sul do Mediterrâneo do que o norte da África”: pode dizer-se o mesmo

de toda a costa mediterrânica, da Argélia e de Tunis a Alexandria e Porto-Said. As grandes cidades do Sahel, de Walata e de Tombuctu a El Fasher e El Obeid, eram sobretudo entrepostos, que serviam de término às caravanas vindas dos portos mediterrânicos e do Saara.

Se, no século XIX, o comércio transaariano conservou as suas estruturas, os seus métodos e as suas redes, herdadas de um passado secular, a sua inscrição no espaço sudanês e os seus efeitos nas terras sudanesas conheceram evoluções simultaneamente sensíveis e divergentes: estabilidade das transações e dos termos meridionais no Sudão Ocidental e Central, expansão espetacular do volume das transações e avanço rápido da fronteira no Sudão Nilótico.

### A. Do Mediterrâneo ao Sudão: uma geografia da estabilidade

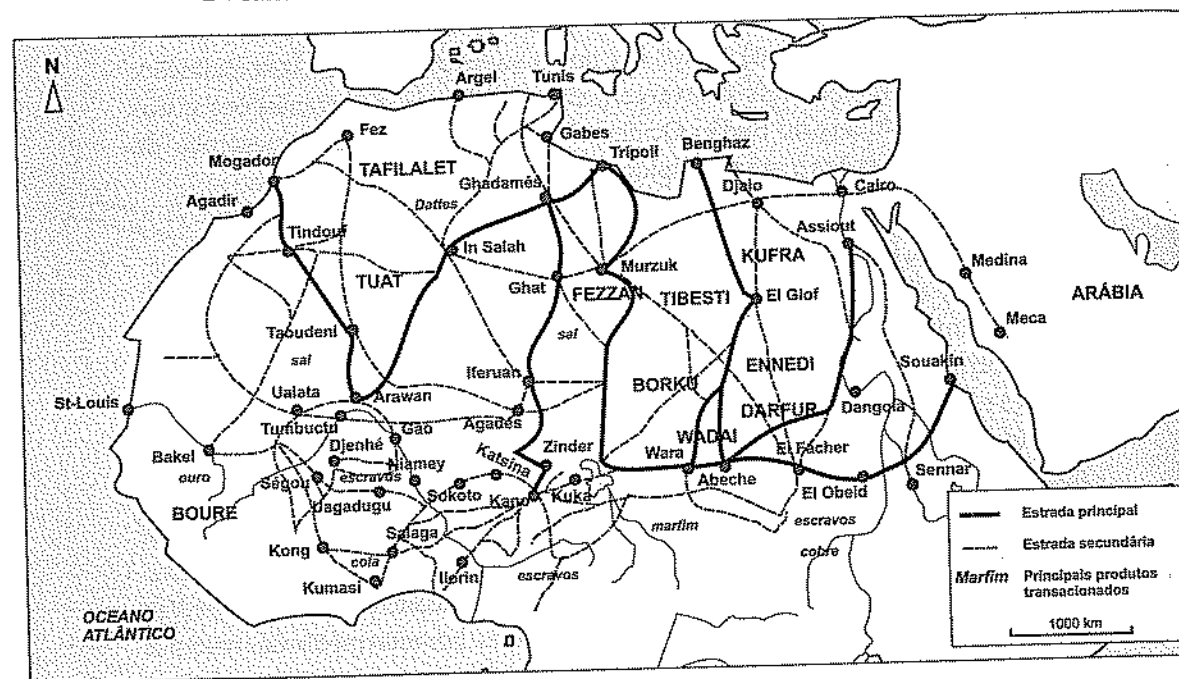
No início do século XIX, as estradas transaarianas que ligavam Mogador, Fez, Argel, Tunis, Gabes e Trípoli (para citar apenas as cidades mais importantes) às cidades sudanesas gozavam de uma atividade superior à dos eixos situados mais a leste (documento 37). Esses diferentes itinerários, orientados segundo uma direção norte-sul, estavam, porém, conectados entre si: por um lado, eram numerosas as pistas transversais permanentes; por outro lado, existia um movimento comercial associado à deslocação anual dos peregrinos para Meca, cuja amplitude e cuja importância ainda hoje são muito mal conhecidas. A cidade de Fez, em especial, tirava grande proveito dessas transações transversais, por intermédio das colônias marroquinas de Tlemcen, de Tunis e do Cairo e graças aos peregrinos fassis (de Fez) que, no caminho de regresso dos Lugares Santos, se abasteciam em mercadorias diversas, sobretudo em “negras da Abissínia, muito procuradas no Marrocos ou em negros do Bornu, considerados mais resistentes do que os outros e que ainda em 1866 vemos ser vendidos em Fez a preços 50% superiores aos que se pagavam pelos negros do Sudão Ocidental” (Jean-Louis Miège).

A estabilidade da fronteira meridional devia-se a vários fatores. Não faltava desejo, e sim meios para que as autoridades políticas do Magrebe conquistassem e submetessem as terras sudanesas. Existia inclusive um velho sonho de império magrebo-sudanês, especialmente vivaz no Marrocos, que levava à expedição de 1591 contra o império de Gao e à vitória das tropas de Djuder. No século XIX, apesar da “longa agonia” do Estado marroquino<sup>2</sup>, esse sonho alimentava uma espécie de mística imperial de que se servia o sultão para proclamar a sua soberania sobre o Saara e os países da curva do Níger. Na realidade, estes países, independentes de fato do sultão do Marrocos e dilacerados por incessantes rivalidades internas, conheceram no século XIX o mesmo renascimento político que o resto do Sudão Ocidental e Central. A formação de novos Estados, a maior parte das vezes baseados numa poderosa vontade de reforma e de expansão do islã, foi outro fator que garantiu a manutenção do *status quo* econômico. Por último, as comunidades há mais tempo estabelecidas no Sudão (berberes, fassis, árabes), bem como as novas



(judeus marroquinos) colocavam os seus interesses comerciais acima das ambições políticas: muito ao invés de procurarem uma qualquer hegemonia, submeriam-se voluntariamente aos senhores da cidade que os acolhia.

**Documento 37: Do Mediterrâneo ao Sudão – o comércio transaariano**



Fonte: segundo A. Boahen, 1981.

Em termos quantitativos, a evolução das transações é difícil ou até impossível de medir, por falta de dados contínuos. Vistos numa perspectiva de longo prazo, parecem acusar uma tendência regular para a queda. Para Adu Boahen, após o apogeu dos séculos XV e XVI, o comércio caravaneyro do Sudão Ocidental e Central entrou num declínio constante; embora ainda não o aparentasse durante o período de 1800 até 1850-1860, esse declínio precipitou-se após a virada do século até à extinção total na primeira década de novecentos. É verdade que não faltam argumentos em apoio desta tese. A desordem, as mutações e as incertezas políticas nas duas extremidades da cadeia comercial (imperialismo das potências europeias no Mediterrâneo, guerras e revoluções nas terras sudanesas) eram prejudiciais às transações. Além disso, como os escravos negros continuavam a ser uma mercadoria muito procurada no Magrebe, a proibição do tráfico negreiro gerou um severo golpe nos lucros realizados pelos caravaneyros, ainda que, tal como na costa dos Oceanos Atlântico e Índico, o tráfico clandestino tivesse prosperado bem para lá das medidas abolicionistas. Por último, a expansão espetacular das exportações pela costa atlântica fez-se em detrimento do comércio caravaneyro: com efeito, cidades como Kong, Salaga, Kumasi e Iorin, outrora ligadas ao comércio transaariano, e à atividade mercantil das cidades do Sahel, voltaram-se

gradualmente para o Atlântico. A política explícita dos europeus estabelecidos na costa atlântica consistia em desviar para o oceano o comércio dos países do Sahel. Assim, nas suas instruções ao explorador Eugène Mage em 1863, o governador do Senegal, Louis Faidherbe, sublinhava claramente este objetivo:

Sejam quais forem as circunstâncias em que se encontre [...], não faça nada que possa contrariar os nossos projetos de abastecimento do Sudão Ocidental pela linha do Senegal e por intermédio dos negros, suplantando os saarianos e os marroquinos que praticamente possuem este mercado..

A tese do declínio, formulada por Adu Boahen a partir exclusivamente dos arquivos britânicos, é hoje em dia questionada graças à análise das informações que se conseguiu retirar doutras fontes. Há que ter em conta o lugar a partir do qual se observa o fenómeno: a partir das cidades do Magrebe, em que toda a gente tinha interesse na manutenção ou até no desenvolvimento do comércio com o Sudão, o declínio só se manifestou claramente a partir dos anos 60 de oitocentos. Além disso, fez-se sentir em épocas diversas e com diferentes intensidades consoante o eixo considerado: enquanto nos eixos Argel-Sudão e Tunis-Sudão, o volume das transações diminuiu já nos anos 1840, nos eixos Marrocos-curva do Níger, Trípoli-Sudão Central e Bengazi-Sudão Central, o movimento das caravanas conheceu um recrudescer de atividade até ao final do século.

**1. O eixo Marrocos-curva do Níger: uma prosperidade ambígua**

A historiografia marroquina, muito preocupada com a posição de "Marrocos face aos imperialismos"<sup>3</sup>, teve uma infeliz tendência para desprezar, ou até apagar, o papel do fator meridional sudanês no século XIX. Ora, como mostram os trabalhos de Jean-Louis Miège, tudo indica que esse fator continuou a ser importante.

**O dinamismo das transações**

Os produtos do Sudão representavam entre 11 a 16% das exportações do Marrocos por mar e uma proporção mais elevada, mas mal conhecida, das exportações por via terrestre através do Tafilalet e de Fez, para a Argélia e mais além. Assim, uma das mercadorias mais procuradas eram os escravos do Sudão: importados para o Tafilalet, aqui eram criados e adestrados durante um ano ou dois – aprendizagem da língua árabe, assimilação das regras e dos modos de vida muçulmanos – e, tendo assim adquirido maior valor, eram seguidamente vendidos duas vezes mais caros aos argelinos. Em Mogador, o principal porto marroquino, cujo comércio conheceu uma bela animação durante os anos 1830 e 1840 (documento 38), os produtos lícitos do Sudão representavam pelo menos um terço das exportações. O interesse manifesto dos britânicos e dos franceses por Mogador e a ocupação desse porto por estes últimos, em 1844, ante os protestos ingleses, eram um sinal evidente do seu dinamismo, diretamente ligado ao

comércio sudanês. Sem participar nas caravanas, os europeus estavam implicados nas transações: os seus navios embarcavam escravos negros em Agadir e, em sentido inverso, a concorrência das indústrias europeias provocou uma inversão significativa de certos circuitos comerciais: assim, os panos de algodão azuis do Sudão, outrora muito apreciados no Marrocos, deixaram de ser exportados para lá; em contrapartida, os algodões de Manchester e de Gand atingiram o Sudão através do Marrocos.

**Documento 38:** O comércio marítimo de Mogador (em milhares de FF)

| Ano  | Importações | Exportações | Total  |
|------|-------------|-------------|--------|
| 1836 | 5 071       | 4 497       | 9 518  |
| 1837 | 3 169       | 3 020       | 6 180  |
| 1838 | 4 314       | 4 675       | 8 987  |
| 1839 | 6 179       | 3 398       | 11 578 |
| 1840 | 5 697       | 4 486       | 9 883  |
| 1841 | 4 390       | 3 956       | 6 684  |
| 1842 | 3 876       | 2 808       | 8 355  |

As exportações são constituídas essencialmente por mercadorias do Sudão, excluindo os escravos.  
Fonte: Jean-Louis Miège, 1961, tomo II, p.154.

Outro indício de rentabilidade do comércio marroquino com o Sudão é dado pelo interesse novo dos mercadores judeus pelas terras dos negros. Até 1860, as colónias estrangeiras de Tombuctu (10 000 a 12 000 habitantes permanentes no início do século XIX) eram compostas principalmente por tuatis e fassis. Quando o comércio conheceu um recrudescer de animação, no período de 1858-1870, assistiu-se à instalação de mercadores judeus, apesar dos riscos das viagens de caravana e do peso dos impostos cobrados pelo sultão do Marrocos (2 250 francos-ouro a fim de obter uma autorização para ir a Tombuctu, mais 2 000 francos-ouro de capitação anual): deve dizer-se que, na mesma época, os lucros podiam elevar-se até 600% do capital adiantado. Na esteira do rabi Mardochée de Mogador, alguns judeus foram-se instalando em número crescente em Tombuctu e tiveram direito, a partir de 1869, a um cemitério só para eles.

O comércio caravaneiro de Tombuctu a Fez e de Tombuctu a Mogador conhecia uma notável regularidade e, até cerca de 1870, uma verdadeira intensidade. Em Mogador, mobilizava 18 000 a 25 000 camelos: duas grandes caravanas (as cáfilas, de 1 000 a 1 500 camelos, e os *accabar*, que comportavam muito mais) entravam na cidade em abril e dezembro; o movimento das pequenas caravanas estendia-se por todo o ano. Como no passado, eram precisos 65 a 80 dias em cada sentido (12 a 15 dias de Mogador a Tinduf, 30 a 35 dias de Tinduf a Taudeni, 30 dias de Taudeni a Tombuctu): viagem longa, é certo, e, mais do que isso, perigosa (em 1805, por exemplo, uma caravana de 1 800 camelos e 2 000 homens foi

completamente destruída pela falta de água), mas que estava dentro das normas do tempo (a viagem de Mogador a Marselha durava de 30 a 60 dias).

### A renovação comercial

A prosperidade relativa destas transações devia-se também à crescente procura de novos produtos (goma e penas de avestruz), que viera juntar-se às exportações tradicionais das terras sudanesas (marfim, peles, ouro em pó, escravos, nozes-de-cola, panos). Muito procurada na Europa a goma viu o seu preço duplicar ou triplicar numa dezena de anos, consoante as variedades e a qualidade; a goma do Sudão, conhecida como "goma arábica", era muito procurada na Inglaterra, ao passo que a França se abastecia principalmente no Senegal e no Egito. Quanto às penas de avestruz, a sua exportação aumentou após a abolição dos direitos de entrada na Inglaterra, nos anos 1840; a partir de cerca de 1860, tornou-se moda em toda a Europa envergar penas de avestruz e, embora a preferência das elegantes europeias se inclinasse para as penas brancas exportadas pelo Egito e pela Tripolitânia, as penas do Sudão Ocidental, negras mas de bela qualidade, também tiveram quem as quisesse; as exportações de Mogador passaram de um valor de 171 000 francos em 1854 para 1,2 milhões em 1863.

Após um indiscutível declínio nos séculos XVII e XVIII, devido ao colapso do império songhay na sequência da invasão marroquina, e agravado pelos incessantes conflitos entre marroquinos, songhays, tuaregues e fulas pelo controle da curva do Níger, as transações entre o Marrocos e as terras sudanesas haviam recuperado uma parte do seu dinamismo no início do século XIX. O melhor testemunho disso é a descrição de Tombuctu pelo explorador René Caillié, que entrou na cidade em 1827:

Como eu disse, há muitos mouros estabelecidos em Tombuctu; possuem as mais belas casas da cidade. O comércio enriquece-os a todos muito rapidamente: enviam-lhes à consignação mercadorias de Adrar e Tafilet; chegam-lhes também de Tuat, Ardamas, Trípoli, Tunis, Argel; recebem muito tabaco e diversas mercadorias da Europa que expedem em embarcações para a cidade de Jenné e mais além. Tombuctu pode ser considerada como o principal entreposto desta parte da África. Nela se deposita todo o sal proveniente das minas de Tudeyni; esse sal é trazido por caravanas de camelos. Os mouros do Marrocos e os dos outros países que percorrem a rota do Sudão ficam seis a oito meses em Tombuctu para fazerem os seus negócios e esperar um novo carregamento para os seus camelos. [...] Tombuctu pode conter, quando muito, dez ou doze mil habitantes, todos comerciantes [*sic*], contando com os mouros estabelecidos na cidade. Acorrem a ela muitos árabes, trazidos pelas caravanas, que permanecem nela e aumentam momentaneamente a população. [...] Os mouros de Trípoli e de Ardamas vão fazer comércio entre os haussás; levam lá mercadorias da Europa e exportam de lá muito ouro, que vem do rico país do Uangara. Seguidamente, vão a Tombuctu com pacotilhas, belos panos desse país. (*Journal d'un voyage à Tombouctou et à Jenné dans l'Afrique centrale*,..., Paris, Éditions Anthropos, 1965, tomo II, pp. 309, 312 e 317).

Outro sinal é o fato de as exportações de Mogador, que é, com Fez, um dos escoadouros da curva do Níger, mostrarem que o comércio continuou ainda a expandir-se até cerca de 1870. Quando Heinrich Barth visitou Tombuctu em 1853, encontrou a cidade menos extensa e menos brilhante do que imaginava, mas ainda ativa:

O número total de habitantes permanentes da cidade eleva-se a cerca de 13 000, ao passo que a população flutuante durante os meses de tráfico e de negócios mais intensos, em especial de Novembro a Janeiro, pode elevar-se a uma média de 5 000 e, em circunstâncias favoráveis, a um valor tão elevado como 10 000. (*Travels and Discoveries in North and Central Africa... in the Years 1849-1855*, tradução inglesa, Filadélfia, 1859, pp. 448-449).

### O declínio

O declínio, que era visível a partir dos anos 1870, é atestado pelo valor das exportações para o Marrocos dos países da curva do Níger: mais de um milhão de francos antes de 1878, 920 000 francos em 1878, 917 000 em 1887 e 540 000 em 1888. São múltiplas as causas disto: o recomeço das perturbações e da insegurança; a concorrência das penas de avestruz da África do Sul; o êxito dos operadores senegaleses no seu esforço para desviarem para o Atlântico o comércio das terras sudanesas, o que levou um número crescente de fassis a abandonar Tombuctu e a instalar-se em Saint-Louis. Quando, em 1894, o explorador Félix Dubois entrou em "Tombuctu, a misteriosa", a cidade, quase inteiramente abandonada pelas caravanas do norte, era apenas a sombra de si própria.

## 2. O eixo Trípoli-Sudão: uma ascensão contínua

Trípoli estava, desde há muito, ligada ao Sudão Ocidental e Central por um conjunto de três estradas: a de Tombuctu, que passava por In Salah e Ghadamés; a de Katsina e Kano, por Agadés e Ghat; e, finalmente, a que, através de Fezzan, levava ao lago Chade. Relativamente aos séculos anteriores, foram estas estradas que melhor conservaram as suas estruturas e organização.

Adu Boahen estabeleceu a distinção, agora já clássica, entre quatro tipos de aglomerações hierarquizadas, sem as quais as transações não teriam sido possíveis:

- nos dois extremos da cadeia, os "términos": os do norte, como Trípoli, cujas exportações para os países negros dependiam cada vez mais dos fornecimentos da Europa industrial; os do Sudão, por vezes simples entrepostos, de onde os produtos eram rapidamente redistribuídos mais para sul, por vezes também verdadeiros mercados onde uma parte das mercadorias importadas do norte e das regiões florestais era vendida a retalho e alimentava atividades artesanais;

- partindo do Mediterrâneo, os elos intermediários compreendiam antes de tudo os "pontos de encontro" como Ghadamés, onde as caravanas se reuniam e onde podiam obter provisões, camelos, guias e eventualmente um crédito complementar;

- seguidamente, vinham os "centros de refrescamento" como Ghat, Ifruan, Murzuk: todos eles eram famosos por sua água; era aí também que se arranjavam novos camelos e aí os chefes cobravam os impostos. As pequenas caravanas vindas do norte ou do sul não iam mais além. Por isso, estes centros mais bem situados tornaram-se verdadeiros mercados regionais: Ghat, onde se realizavam dois mercados, em dezembro-janeiro e em junho-julho, era conhecido como um centro importante de redistribuição dos escravos negros, ao mesmo título que Murzuk.

### Os fatores da prosperidade

Mais do que a continuidade com o passado, os negócios no século XIX mantiveram uma ascensão regular, que se prolongou até 1910. Esta é explicável pela ação conjugada de vários fatores: a evolução da Tripolitânia, a ocupação de Argel pelos franceses, a ação dos comerciantes de Ghadamés e a estabilidade sudanesa.

A incidência das evoluções políticas na Tripolitânia é difícil de apreciar. As crescentes pressões dos europeus contra os piratas Tripolitanos originavam por vezes um quase bloqueio das transações. Além disso, as surdas rivalidades entre as facções comerciais contribuíam para desorganizar o tráfico. *A contrario*, o longo reinado de Yusuf Karamanli (1795-1835) trouxe uma estabilidade favorável aos negócios. Mas a restauração da soberania efetiva dos turcos em detrimento da família dos Karamanli trouxe paradoxalmente uma grande instabilidade administrativa (33 governadores entre 1835 e 1911).

A ocupação de Argel pelos franceses em 1830, a multiplicação das operações militares de pacificação, a proibição do tráfico negreiro e a instauração, em 1843, de regras aduaneiras rígidas no sul da Argélia tiveram como consequência o desvio para o Marrocos e, sobretudo para Trípoli, das caravanas vindas do sul, contribuindo assim para a prosperidade do eixo Tripolitano.

Terceiro fator, a iniciativa dos mercadores de Ghadamés, que poderiam ter sido afetados por estas evoluções, foi decisiva: estes, que, a crer o *Tarikh es-Sudan*, já operavam em Tombuctu antes do ataque marroquino (1591), lançaram-se no comércio do Sudão Central no início do século XIX, como testemunha em 1902 o cônsul britânico em Trípoli:

Os pioneiros do comércio caravaneiro foram os mercadores de Ghadamés, que, na época, era, tal como hoje, uma pequena cidade sem importância, desprovida de comércio local, situada perto da fronteira tunisiana, a cerca de 20 dias de marcha de Trípoli. Esses mercadores, devido à sua inteligência superior, às suas capacidades e à sua honestidade, ajudados pela posição geográfica do seu país



natal relativamente às rotas das caravanas, estabeleceram-se há alguns anos em Trípoli e conquistaram o monopólio do comércio. Enviavam regularmente mercadorias em depósito para os seus agentes em Ghat, em Kanem, no Bornu, em Kano e em Tombuctu, recebendo em troca marfim, penas de avestruz e ouro em pó destinados à venda em Trípoli e à reexportação para os mercados europeus.

Esta *diáspora* ghademesiana, a que a prosperidade de Trípoli muito devia, estava organizada em famílias como a de El Hadj Mohamed (proprietário dos seus meios de transporte, cerca de 2 000 camelos), amplamente miscigenada no seguimento de numerosos casamentos com mulheres haussás e cujos membros estavam estabelecidos em Ghadamés, em Trípoli, em Ghat e em várias cidades sudanesas. Na sua esteira, comerciantes árabes, financiados por mercadores tripolitanos, judeus e europeus, estabeleceram-se nos termos sudaneses em finais do século XIX. Tanto num caso como no outro, tratava-se de uma diáspora mercantil, ativa mas pouco numerosa, que se preocupava com os seus negócios e não com a política, sempre respeitadora das hegemonias locais.

A situação das terras sudanesas contribuía, aliás, para a prosperidade económica no quadro das hierarquias e dos equilíbrios locais. O surgimento do califado de Sokoto e o renascimento do Kanem sob a direção de Al-Kanemi garantiam, na extremidade meridional da cadeia comercial, uma estabilidade política e ideológica propícia aos negócios. Novos pólos económicos se desenvolveram: Kano, em detrimento de Katsina, gravemente danificada no início do século durante a *jihad* que devastou as terras dos haussás; Kuka ou Kukawa, em detrimento da antiga capital de Kanem, Birni Ngazargamu, saqueada em cerca de 1808 durante um ataque das tropas do califado de Sokoto. Construída por Al-Kanemi em 1814, a cidade de Kuka era simultaneamente um entreposto e o centro comercial que abastecia o Bagirmi, o Bauchi e o Adamawa em produtos importados da África do Norte; fornecia também todo o Sudão Central em sal mineral (natrão), de cuja produção a região do lago Chade detinha o monopólio e que, por suas múltiplas utilizações como corante, medicamento e condimento, se tornara um produto muito procurado. Em meados do século, a feira da cidade era frequentada durante a alta estação por 12 000 a 15 000 pessoas. Mais importante ainda era Kano, cujo mercado atraía quotidianamente mais de 30 000 pessoas, ao passo que a feira de Kuka só se realizava às segundas-feiras. Com efeito, Kano era simultaneamente entreposto, centro comercial e cidade industrial (documento 39).

#### Documento 39: Comércio e indústria em Kano em meados do século XIX

"Já disse que Kano é a principal cidade da Nigéria Central, a norte do Equador, no tocante ao comércio; o mesmo se passa do ponto de vista da indústria. A grande vantagem de Kano consiste no fato de o comércio e a indústria andarem nela a par, dando ocupação a quase todas as famílias. [...]"

Se lançarmos seguidamente um breve olhar ao comércio e à indústria de Kano, considerados nos seus ramos principais, observamos que as transações que nela se operam têm por objeto os fabricos indígenas e especialmente os artigos de algodão,

que são tecidos na própria cidade ou nas pequenas localidades vizinhas, e que são tingidos com anil igualmente colhido na região. A esses panos de algodão são dados três usos; assim, fazem deles túnica (*riga*, no plural *rigona*), depois, esses vestidos de mulher com largura de duas varas e comprimento de cinco a que se chama *turkedj*, e, por último, o véu negro (*rauani*) dos homens. A esses diversos artigos de exportação junta-se outro, na verdade menos importante, que é o *senne*, espécie de pano que os indígenas abastados de ambos os sexos trazem à volta dos ombros. No entanto, destes panos fabrica-se uma grande variedade, no que diz respeito tanto à tingidura como à fineza do tecido, que, por vezes, é misturado de seda ou é mesmo de seda pura. O valor total do algodão fabricado pode elevar-se a 300 milhões de *kurdís*. Além dos tecidos manufaturados e tingidos em Kano, pratica-se igualmente um comércio em escala bastante grande, graças às camisas ou túnica negras confeccionadas no Nyffi, cuja perfeição Kano não consegue alcançar, ignoro por que motivo. [...]

Outro produto essencial da indústria indígena consiste nas sandálias, que se fazem com muita arte em Kano. Apesar do seu baixo preço (pois as melhores só custam 200 *kurdís* cada par), é possível que o valor total do artigo fabricado atinja uns vinte milhões anuais; será bom acrescentar que para a África setentrional são exportadas grandes quantidades de calçado confeccionado pelos artesãos árabes de Kano. Trabalhadores do couro, também árabes, trabalham igualmente os *djebair* (no singular *djebira*) tão conhecidos, os quais, com os seus numerosos compartimentos e ricos bordados, se tornam para os viajantes objetos tão agradáveis como úteis. A preparação dos couros propriamente dita é ainda outro ramo de atividade bastante importante em Kano; a cidade exporta para Trípoli, num montante de 5 000 000 de *kurdís*, peles de vaca perfeitamente curtidas (*kulabu*) e peles de carneiro tingidas de vermelho por meio do suco tirado dos caules de sorgo.

Há ainda em Kano muitos outros ramos de indústria, como, por exemplo, as molduras de pequenos espelhos importados de Trípoli, onde me haviam falsamente dito que tais objetos circulavam como moeda na África Central; o fabrico de pequenas caixas e pequenos sacos de couro ou de fibras de tamareiras etc.; todos estes artigos têm, aliás, pouca importância para o comércio por atacado. O mesmo vale para a quinquilharia, que é produzida no entanto em escala bastante grande, sob forma de lanças, de chuchos, de punhais, de instrumentos de lavoura, de estribos e de barbelas de freio."

Fonte: Heinrich Barth, *Voyages et découvertes dans l'Afrique septentrionale et centrale faite dans les années 1848 à 1853*, trad. fr., Paris, A. Bohné, 1860, tomo II, pp. 22, 24-25 e 26.

#### Prosperidade e permanência

O volume das transações do eixo Trípoli-Sudão, em aumento a partir dos anos 1840, conheceu um crescimento constante desde cerca de 1860. Este comércio era remunerador: em Kano, as mercadorias eram vendidas no mínimo pelo dobro do valor de Trípoli. Os mercadores reconheciam lucros de 35% a 40%. Mas estes valores incidiam apenas sobre o "comércio lícito", deixando na sombra a mercadoria mais procurada e mais rentável, o escravo negro, cujo tráfico prosseguiu durante todo o século: o Sudão Central exportava talvez 5 000 escravos por ano no momento da viagem de Heinrich Barth. No primeiro ano bem conhecido (setembro de 1861 a Outubro de 1862), Trípoli recebeu do Sudão 1 625 cargas de camelos<sup>4</sup>, no valor de 59 440 libras (preços de Trípoli), ou seja, cerca de 1,5 milhão de francos, e expediu para lá 41 040 libras de mercadorias europeias importadas. Além disso, os valores, expressos em três moedas diferentes (*mahbub* em uso em Trípoli, *mitkal* de ouro e *cauris* em uso em todas as terras sudanesas), permitiam variações de preços e, portanto, lucros consideráveis.

O Sudão tornou-se assim o principal parceiro comercial de Trípoli até finais do século XIX: 47% das exportações de Trípoli em 1874, 59,2% em 1879 e 20,4% em 1888. A inversão da tendência, que todas as fontes indicam ter-se dado por volta de 1880, foi devida a fatores tanto africanos como exteriores à África e ao Sudão: a "grande depressão" que afetou as economias industrializadas no período 1873-1896 e levou a uma queda brutal dos preços dos produtos africanos; as campanhas de Rabah nas terras chadianas e a insegurança daí resultante. Mas o movimento comercial prolongou-se até à Primeira Guerra Mundial: ainda em 1909, o governador do Norte da Nigéria tentava, aparentemente sem êxito, convencer os comerciantes "árabes" de Kano que ganhariam em segurança, em tempo e em lucro, se utilizassem o Níger e as ligações entre Lagos e a Europa em lugar das vias transaarianas.

### 3. O eixo Cirenaica-Sudão: uma prosperidade tardia

Pelos seus produtos e por sua organização, o comércio entre a Cirenaica e as terras do Sudão Central era perfeitamente idêntico ao das estradas situadas mais a oeste. A sua originalidade reside antes de tudo no desenvolvimento tardio, no qual os fatores políticos e religiosos desempenharam um papel de primeiro plano.

#### A rota do Wadai

Tal como os outros Estados situados na borda do Saara, o Wadai mantinha relações comerciais com os países mediterrânicos, mas por intermédio dos seus vizinhos, Darfur, Kanem e Bornu. Ora, ao contrário da curva do Níger ou das terras haussás, que beneficiavam de dois escoadouros marítimos – a margem do Mediterrâneo e a costa atlântica –, o Wadai só dispunha das vias transaarianas para participar no negócio internacional. Assim sendo, os seus sultões procuraram, durante todo o século XIX, ligações diretas com os portos do Mediterrâneo. Os seus cálculos vieram oportunamente ao encontro dos interesses dos mercadores *mejabra* do oásis de Djalo: este fora, até ao século XVI, uma encruzilhada importante no eixo comercial que ligava na altura Gao e Agadés ao Cairo; o oásis, que se transformou numa escala para as caravanas de peregrinos, veio a recuperar em finais do século XVIII um papel comercial como "ponto de encontro" na estrada de Bornu.

Foi um desses mercadores, Schehaymah, quem descobriu por acaso, em 1809 ou em 1810, uma via de acesso direto ao Wadai. Após inícios promissores, as transações foram praticamente interrompidas entre 1820 e 1835 em consequência da demasiada frequência das pilhagens, de uma instabilidade crônica no Wadai (pelo menos seis sultões se sucederam no poder durante esse período) e dos temores que suscitavam nesse Estado as veleidades expansionistas dos Karamanli de Trípoli. Foram precisos os dois longos reinados de Muhammad al-Sharif (1835-

1858) e do seu filho Ali (1858-1876) para, por fim, dar às trocas comerciais um impulso irreversível. O primeiro fretou pessoalmente várias caravanas em direção de Benghazi, cuja ascensão começava na altura (5 000 habitantes em 1805, 16 500 em 1911). Além disso, em 1849-1850, mudou a capital de Wara para Abeche, fazendo desta cidade um terminal importante das pistas de caravanas. O segundo conseguiu fazer dessa capital o local de passagem obrigatório dos peregrinos do Sudão Central e Ocidental que se dirigiam a Meca e atrair para ela os comerciantes das terras haussás, do Kanem-Bornu e do vale do Nilo: no final do seu reinado, Abeche acolhia mercadores de Trípoli.

#### A rota sanusista

Foi precisamente nestes dois reinados que o fator religioso, isto é, o desenvolvimento da confraria sanussista (*Sanusiyya*), contribuiu de maneira decisiva para estabilizar e fazer prosperar as transações. Muhammad al-Sharif estudara em Meca ao mesmo tempo que Muhammad ibn Ali al-Sanusi. Quando, em 1843, seis anos após a fundação da sua *tariqa*, este estabeleceu a sua sede na Cirenaica, o novo sultão aderiu a ela. Todos os seus sucessores seguiram o seu exemplo, a ponto de o chefe da confraria começar a arbitrar querelas dinásticas e políticas em Abeche, onde colocou um embaixador influente em 1897.

O papel da Sanusiyya no desenvolvimento das transações foi múltiplo, simultaneamente direto e indireto. As sedes sucessivas da confraria foram também grandes encruzilhadas comerciais: Jaghbub, de 1856 a 1895, era onde se cruzavam as rotas do Sudão, da Núbia, da Cirenaica, do Egito e, ainda mais além, da Arábia; em Kufra ou El Giof, sede da confraria no final do século XIX e no início do século XX, a Zawiya al-Taj (a coroa) albergava um mercado tão ativo e importante como os de Ghat e de Murzuk. Mais ainda, sem pôr em causa o fracionamento político e étnico e as hierarquias sociais, a Sanusiyya instaurou no vasto espaço que ia da costa líbia até ao Wadai um código religioso, moral e jurídico comum, que foi o alicerce no qual assentaram uma paz duradoura entre esses grupos rivais e uma indiscutível prosperidade econômica. Iniciada mais tarde, esta prolongou-se até à plena época da colonização, tendo em especial um *boom* notável nos anos 1880 e 1890, na sequência das atividades de Rabah nas terras chadianas e das do *Mahdi* no Sudão, que fizeram refluir os mercadores para o eixo da paz sanusista. Ainda em 1907, essa estrada fornecia de 20 a 35% das exportações totais (304 000 libras) de Benghazi e o seu dinamismo explicava o volume elevado (240 000 libras) das importações. Se é certo que foi a ferrovia (Kayes-Bamako, 1904; Lagos-Kano, 1912) que deu o golpe de misericórdia ao comércio transaariano na curva do Níger e nas terras haussás, foi precisa toda a violência da conquista colonial (1909, tomada do Wadai pelos franceses; 1912, invasão da Líbia pela Itália) para lhe estancar o fluxo no Sudão Central.

## B. O Egito: a expansão da fronteira arabo-muçulmana

No início do século XIX, o Egito era uma dependência do Império Otomano, o que explica que numerosos responsáveis políticos fossem originários das mais variadas terras do Mediterrâneo e do Oriente Médio. Por esse fato, a expansão do Egito para as terras do Sul assumiu um caráter "internacional". Por volta de 1800, as fronteiras meridionais do Egito, embora não materializadas nem fisicamente reconhecíveis, eram relativamente estáveis. As autoridades egípcias exerciam uma soberania plena e inteira até à primeira catarata. Mais além, e até à terceira catarata, encontravam-se as terras conhecidas pelos turcos por Berberistão e pelos árabes como As-Saidi, que estavam colocadas sob a direção de um governo nomeado e reconheciam a autoridade do vice-rei (*quediva*) do Egito e, em última instância, a de Constantinopla. Após a terceira catarata estendiam-se os domínios do sultão de Funj e os países (Núbia, Sennar, Abissínia) que a geografia da época confundia alegremente.

No terreno, a fronteira da língua árabe e do islã penetrava até às extremidades meridionais dos reinos de Darfur e do Funj. No final do século XIX, a presença do Egito e dos Sudanês que dele se reclamavam fazia-se sentir até aos Grandes Lagos e até às terras florestais da África Central. Essa formidável expansão devia-se tanto à vontade do Estado egípcio como à dinâmica própria do comércio sudanês e à resistência relativamente fraca das sociedades subsaarianas face ao imperialismo egípcio.

### 1. O Egito e o sonho imperial

O delta do Nilo há muito que estabelecera relações comerciais com as terras sudanesas. Essas relações assentavam em três rotas principais (documento 40). A do oeste ligava o Egito a Katsina e ao Sudão Central, através do oásis de Siuah, conquistado pelos egípcios em 1820. A do leste penetrava ao longo do Nilo até Sennar, capital do Funj. O eixo mais importante era o famoso e quase mítico *darb al-arbain* (estrada dos quarenta dias), que ligava o Darfur a Assiut, no Nilo: um bom caminhante, sem carga, percorrida os seus 1 800 km em 12 dias; uma pequena caravana (umas centenas de camelos) em 45 dias; uma grande caravana (1 000 escravos ou mais, e várias toneladas de mercadorias) em cerca de 90 dias. Nessa rota desembocava o *darb al-jallaba* ("estrada dos mercadores") que corria ao longo do vale do Nilo.

A essas rotas meridianas, há que acrescentar o grande eixo transversal que levava os peregrinos muçulmanos do Sudão Ocidental e Central, através do Darfur e Shendi, até aos dois grandes portos do Mar Vermelho, Suakin e Massaua, e ao longo do qual se haviam estabelecido colônias que congregavam alguns desses peregrinos e nativos dos países atravessados. O sonho imperial do Egito assentava-se em considerações económicas, militares e geopolíticas.

## O cálculo económico

A importância das transações entre o Egito e as terras sudanesas é difícil de estimar. No final do século XVIII, dos cinco principais parceiros do Egito, o Darfur e Sennar representavam apenas 3,1% do seu comércio exterior (a África do Norte, 3,7%; a Europa, 14%; Djeddah na Arábia, 34,5%; e o resto do Império Otomano, 44,5%); mas este valor reduzido não leva em conta as réexportações provenientes da Europa e do Império Otomano ou a eles destinadas. Assim, o Egito só fornecia 32% das importações das terras sudanesas, sendo que os 68% restantes eram constituídos por produtos europeus e turcos.

O próprio número dos mercadores que participavam no comércio sudanês sugere uma atividade mais intensa do que a sugerida pelos valores apontados. Essas transações mobilizavam três grupos de mercadores:

- os *jallaba* (sing. *jallab*): faziam a viagem para o Sudão e de lá traziam produtos até ao Alto Egito ou ao Cairo; formavam "um grupo poliglota e multinacional" (Terence Walz) e recrutavam a maioria dos seus membros em Assuã, Dongola, Sennar e no Darfur; entre eles contavam-se também magrebins, turcos, sírios e egípcios;
- um grupo que compreendia intermediários diversos (negociantes, comerciantes, corretores): compravam as mercadorias sudanesas aos *jallaba* para as revender no próprio Egito; a maioria eram saídís, provenientes de Assiut e de outras cidades do Alto Egito; alguns vinham da Turquia, da Síria, da Grécia; outros eram caiotas, por vezes antigos escravos; no Cairo, as atividades deste grupo estavam centralizadas no *wakalat al-jallaba*, o grande mercado dos escravos e dos produtos africanos;
- os intermediários que compravam as mercadorias sudanesas para as reexportar: eram, na sua maioria, europeus ou egípcios pertencentes às minorias religiosas, coptas e judias.

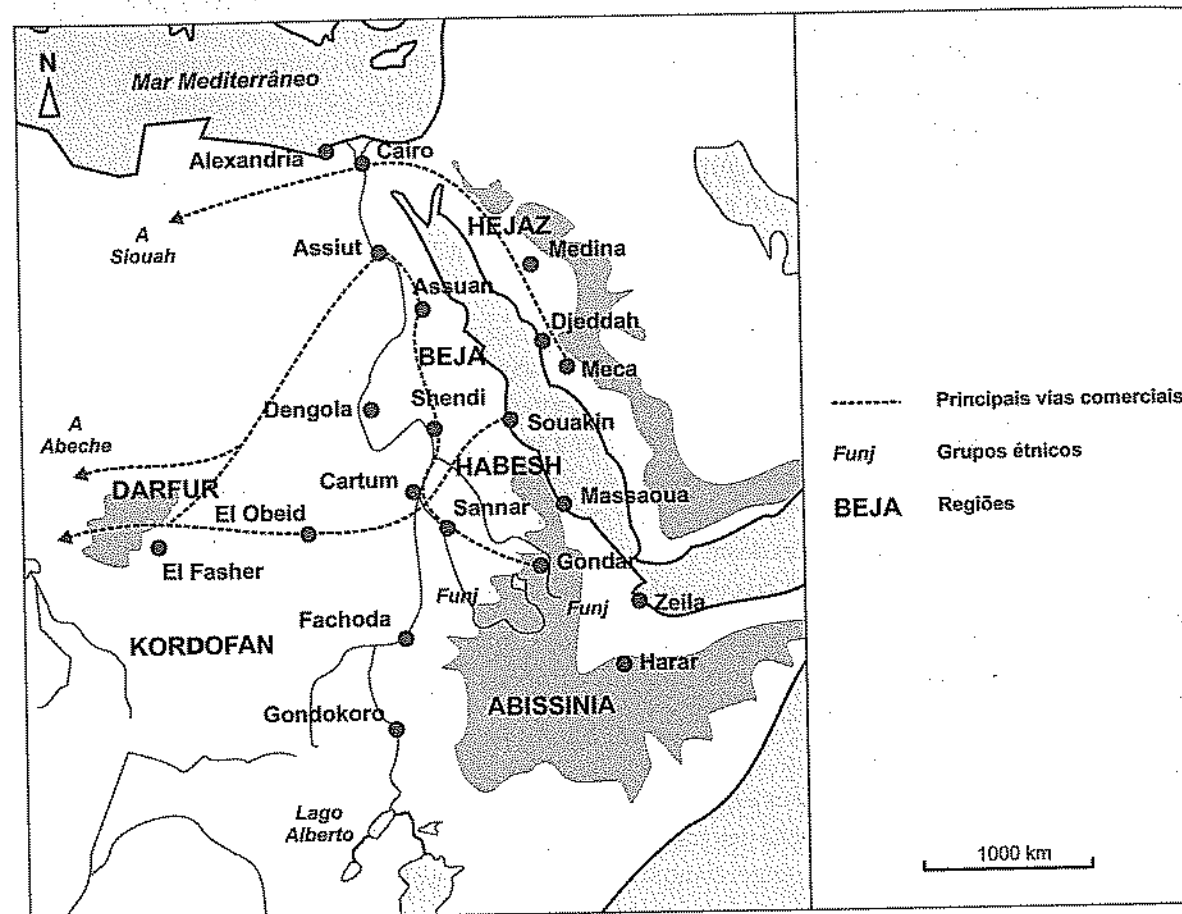
Assim, o comércio sudanês assegurava a vida de numerosos artesãos caiotas, tal como os judeus especializados no tratamento das penas de avestruz, que revendiam aos europeus pelo dobro ou o triplo do preço do que as compravam aos *jallaba*. Todos estes comerciantes haviam de se revelar agentes zelosos da expansão egípcia, ou até seus inspiradores.

Entre 1798 e 1810, aproximadamente, o comércio Egípcio-sudanês sofreu uma regressão devida à ocupação francesa (1798-1801) e à anarquia que dela resultou no Egito. No final do século XVIII, as caravanas de Sennar levavam para o Egito entre 400 e 500 camelos, ao passo que nas do Darfur se contavam vários milhares de camelos (24 000 numa só caravana em 1782; cerca de 5 000, na maior parte das vezes). O comércio em grande escala só foi retomado a partir de 1813: de novo se viam chegar a Assiut caravanas de 8 000 a 16 000 camelos vindas do Darfur. Muhammad Ali<sup>5</sup>, senhor do Egito de 1805 a 1848, lera os relatos dos



geógrafos árabes e dos viajantes europeus que representavam o *Bilad es-Sudan* como um verdadeiro Eldorado. Concebeu um projeto que se tornou uma espécie de obsessão: ir ao Sudão buscar as matérias-primas e os metais preciosos que lhe permitiriam financiar o ambicioso programa de modernização do Egito. Até 1848, o comércio do Sudão foi monopólio de Estado e o *wakalat al-jallaba* era dirigido por funcionários nomeados ou favoritos do quediwa.

**Documento 40: O Egito e o Sudão Nilótico**



#### O cálculo militar

A procura de escravos negros, objeto desse comércio, andava associada a cálculos que não eram apenas econômicos. Até ao final do século XVIII, os escravos importados para o Egito destinavam-se ao serviço doméstico e à produção, ou eram reexportados. Era raro aproveitá-los para soldados, a não ser a título individual, ao contrário de um hábito bem enraizado no Marrocos, país onde as tropas negras formavam uma parte dos corpos de elite. Tudo mudou em finais do século XVIII, quando os mamelucos começaram a recrutar soldados no Sudão.

Em 1796, Murad Bey, o chefe de fato do Egito, e Carlo Rossetti, cônsul de Veneza, mercador enriquecido pelo tráfico negreiro, organizaram uma expedição ao Darfur: encarregada em teoria de ajudar o Egito a modernizar o equipamento do seu exército, destinava-se a servir de ponta-de-lança para uma invasão em boa e devida forma, que não pôde ser levada a cabo. O mesmo Rossetti insinuou-se junto de Bonaparte e ganhou-o para as suas ideias: em 1799 este escreveu ao sultão do Darfur para lhe pedir "2 000 escravos negros com mais de dezesseis anos, fortes e vigorosos". A operação não se realizou. Mas os escravos comprados por Napoleão no Cairo e utilizados como auxiliares no seu exército deixaram muito boa impressão, o que deu mais peso ao projeto de um "exército negro". Em 1801-1802, o vice-rei do Egito, Muhammad Khusraw, apoderou-se à força de peregrinos do Tekrur<sup>6</sup> e dos negros residentes no Cairo, para fazer deles soldados. Muhammad Ali, constantemente em campanha de 1811 a 1841, e frequentemente carente de soldados, retomou a ideia por sua conta. Em 1821, escrevia ao seu enviado a Kordofan: "Deve envidar todos os esforços para adotar todas as medidas adequadas a obter esses Negros e no-los enviar." Tratava-se na altura de obter anualmente de 20 000 a 40 000 Negros. Na verdade, o tráfico escravagista só havia de trazer ao Egito entre 2 000 e 5 000 homens por ano. Mas o sonho manteve-se tenaz até ao quediwa Ismail, cuja ambição em 1874 era "conquistar o Borku [Wadai] e o Bornu e anexá-los ao Darfur, de maneira a constituírem uma única administração".

#### O cálculo geopolítico

Por último, o expansionismo egípcio encontrou mais uma justificação na própria precariedade das suas fronteiras meridionais, as quais eram simultaneamente instáveis e fluidas, podendo delas surgir ameaças para o poder instalado. Na sequência do massacre dos mamelucos organizado por Muhammad Ali na cidadela do Cairo em 1811, os sobreviventes refugiaram-se em Dongola, para lá da terceira catarata, onde começaram a recrutar exércitos de escravos negros: foi essa a causa imediata da expedição durante muito tempo retardada que o Egito lançou em 1820 para conquistar as terras do sul. Para sudeste, as fronteiras com a Etiópia também eram incertas: eram em número cada vez maior os refugiados das guerras de conquista que afluíram a essas regiões mal controladas pelo Egito, o qual voltou a dirigir para elas a sua cobiça.

#### 2. Colonização de Estado e aventuras privadas

Consoante as épocas e as circunstâncias, esta expansão obedeceu à iniciativa do governo egípcio, com o seu aval e sob o seu controle, ou, ao invés, foi fruto de considerações e de cálculos puramente pessoais, o mais das vezes econômicos, aos quais o Estado acabou, de boa ou má vontade, por dar a sua caução.

### A política de Muhammad Ali

No reinado de Muhammad Ali, as operações foram inteiramente controladas pelo Estado, isto é, antes de tudo pelo *quediva* e por seu círculo próximo, e seguidamente pela burocracia e pelo exército egípcios. A área cobrada pelo vice-rei era ocupada por Estados (Darfur, Funj e Etiópia) que se encontravam em situações muito diversas uns dos outros:

- o Darfur, principal parceiro comercial africano do Egito desde a segunda metade do século XVIII, era um reino próspero e poderoso e acabara de agregar ao seu território o Kordofan, conquistado em detrimento de Funj: o Egito conseguiu apoderar-se das periferias recentemente conquistadas mais facilmente do que do núcleo do reino, o qual preservou a sua independência até 1874;
- Funj, pelo contrário, cujos limites se tinham expandido muito desde a fundação, no século XVI, e meados do século XVIII, atravessava uma crise atestada por incessantes lutas faccionais pelo poder e pela dissidência das províncias periféricas; o sultão já só controlava Sennar, a capital, bem como a Gezirah (literalmente, "ilha"), rica terra onde a irrigação era possível, na confluência do Nilo branco e do Nilo azul; Funj chegou até a conhecer uma sucessão de assassinatos de sultões, nomeadamente em 1821, nas vésperas da invasão egípcia;
- e, por fim, a Etiópia, entregue à onipotência dos senhores da guerra e a contínuas intrigas de corte, que só viria a encetar o seu renascimento a partir de meados do século XIX.

Perante estes três Estados, o Egito dispunha de uma superioridade incomparável: um exército aguerrido por campanhas permanentes, equipado com armamentos modernos e treinado nas novas técnicas de combate, desconhecidas dos seus vizinhos.

Sob a direção de Ismail Kamil Paxá, um dos filhos de Muhammad Ali, e de Muhammad Bey Khusraw, seu genro, o exército egípcio entrou em campanha no verão de 1820: com os seus 4 000 homens, não era mais imponente do que o exército de Djuder, lançado pelo Marrocos à conquista do Império de Gao em 1591. Partido de Assuã, Ismail Kamil levou um ano para subjugar Dongola, os Jaali e os Shaykia que noutros tempos haviam sido súditos do Funj, e seguidamente Sennar (12 de Junho de 1821). Muhammad Bey, por seu lado, apoderou-se de Kordofan, cuja capital caiu a 20 de Agosto de 1821. Começou então o que os sudaneses chamam *al-Turkiyya* (a "turcaria"), um regime administrativo severo encarnado pelos "turcos" (na realidade, pessoas de língua turca: albaneses como o *quediva*; circassianos; antigos mamelucos que se tinham aliado ao vice-rei), mas também por egípcios muçulmanos e coptas e por quadros provindos de certos povos, como os shaykias, os quais, conquistados após feroz resistência, se tornaram zelosos servidores do Egito. Impostos muito pesados, pagáveis em

gêneros (gado e escravos); recrutamentos maciços de escravos destinados ao exército de Muhammad Ali e treinados em Assuã; abusos incessantes dos novos senhores: assim estavam reunidos todos os ingredientes para a explosão popular que devastou o Sudão nilótico entre 1822 (assassinato de Ismail Kamil) e 1824. A partir de 1825, instaura-se um regime mais racional e flexível: diminuição dos impostos; criação de províncias; recrutamento de administradores entre os sudaneses; construção de uma capital na nova cidade de Cartum (a tromba de elefante) na confluência do Nilo branco com o Nilo azul. Não voltaria a haver insurreição geral no Sudão até ao mahdismo.

A caça aos refugiados e o sonho do ouro levaram seguidamente os egípcios à Etiópia, onde tiveram menos sorte. Um exército egípcio foi vencido pelos etíopes em Wad Kaltabu em 1837. Em 1838-1839, Muhammad Ali dirigiu-se em pessoa a Fazughli, no Nilo azul, à procura do famoso metal precioso, mas a viagem foi infrutífera.

### A política egípcia após Muhammad Ali

Nos reinados dos sucessores de Muhammad Ali<sup>7</sup>, o governo egípcio, cujas finanças e diplomacia dependiam cada vez mais dos cálculos e da boa vontade dos europeus, só conseguiu levar a cabo iniciativas expansionistas em duas direções, a Etiópia e o Sudão, com resultados muito desiguais.

Na Etiópia, os portos de Massaua e de Suakin, arrendados pela Turquia a Muhammad Ali em 1846, foram definitivamente cedidos a Ismail em 1865: este nomeou como governador de Massaua um suíço, Werner Munzinger, adepto dos métodos militares expeditos e abertamente hostil à Etiópia. Em 1875, querendo aproveitar-se das intrigas desenvolvidas pelos senhores provinciais contra o *negus* Johannes, o Egito lançou quatro expedições militares simultâneas ao assalto do planalto etíope, a partir das cidades que controlava na costa. Só uma dessas expedições, a de Rauf, partida de Zeila, atingiu o seu objetivo, ocupar Harar, onde os egípcios permaneceram durante dez anos. As outras falharam. Werner Munzinger foi assassinado; na batalha de Gundet (16 de Novembro de 1875), Johannes esmagou um exército egípcio e apoderou-se de um enorme saque de armas modernas. Quando, no ano seguinte, o Egito lançou em campanha um grande exército, com 15 000 homens, Johannes reuniu 100 000 soldados e colocou a guerra sob o signo do confronto final entre a cristandade e o islã: a derrota do Egito em Gura (7-9 de março de 1876) pôs definitivamente termo ao sonho de um "império etíope".

O mesmo não se passou no Sudão, onde o Egito trabalhou ativamente nos domínios político, administrativo e económico. Sob a pressão dos europeus, o *quediva* suprimiu o comércio dos Negros em dezembro de 1854. No ano seguinte, colocou uma guarnição em Fachoda para dissuadir os negreiros de prosseguirem clandestinamente o "comércio vergonhoso": o fracasso foi tão evidente que, dois anos mais tarde, teve que se resignar a retirar a guarnição. Em 1856, o *quediva*, que

se familiarizara com a cultura europeia, fez uma viagem ao Sudão na companhia de Ferdinand de Lesseps e o que viu revelou-lhe uma incúria e abusos tão grandes na administração dos seus territórios que, depois de ficar tentado a renunciar aos seus projetos, decidiu lançar um vasto programa de reformas. A emenda foi pior do que o soneto e houve que restabelecer o *status quo ante*. Coube a Ismail, cujo reinado se iniciou numa boa conjuntura econômica, fazer uma obra duradoura. O algodão, que beneficiava do *boom* provocado pela guerra da Secessão nos Estados Unidos da América, foi introduzido no Sudão, em especial na Gezirah. Os rendimentos que dele se tiraram, ainda que passageiros, serviram para financiar infraestruturas modernas (ferrovias e telégrafo, navegação a vapor no Nilo) e a equipar Cartum com mesquitas e escolas. Com as receitas aduaneiras, o Estado reduziu a carga fiscal e quis moralizar a administração recrutando numerosos europeus, alguns dos quais se tornaram governadores das províncias do sul: o mais conhecido, Charles Gordon, veio inclusive a ser *hikimdar* (governador-geral) em 1877.

### As aventuras privadas e o apoio do Egito

Para lá do Sudão, a prospecção, a exploração e finalmente a ocupação foram quase sempre produto de indivíduos, muitas vezes de espírito aventureiro. O País dos Rios, banhado pelo Bahr el-Ghazal (mar das Gazelas) e os seus afluentes, e as regiões atravessadas pelo Nilo branco até aos Grandes Lagos (posteriormente chamados *Aequatoria*) albergavam populações consideravelmente misturadas. As estruturas sociais e políticas apresentavam uma complexidade extrema. Os Chilluk, que beneficiavam de uma densidade de população aparentemente elevada, estavam organizados em Estado, com estruturas bastante frouxas, dirigido por um *reth* (rei sagrado): eram um povo belicoso e temido por suas expedições militares a bordo de canoas; as suas devastações faziam-se sentir até à confluência dos dois Nilos. Em contrapartida, os dinkas, os anuaks, os nueres e os baris, que eram os mais numerosos de todos, viviam em linhagens e em clãs independentes uns dos outros, mas por vezes opostos por guerras. Esses povos pagãos, muitas vezes vítimas de razias dos vizinhos organizados em Estados poderosos, não estavam prontos, material e militarmente falando, a opor-se a bandos, mesmo pouco numerosos, equipados com armas de fogo. O Nilo branco fora explorado a partir do Sudão em 1827, 1830 e, sobretudo, em 1839-1842, data em que os barcos do turco Salim Qabudan haviam atingido Gondokoro, onde os egípcio-sudaneses estabeleceram um posto e onde ganharam o hábito de enviar uma expedição anual, carregada de "presentes" para distribuir em troca de marfim.

Foi em 1851, três anos após a abolição do monopólio de Estado sobre o comércio do *Bilad es-Sudan*, que os europeus enviaram a primeira caravana comercial, que trouxe consigo importantes quantidades de marfim. O número dos comerciantes, europeus ou não, que operavam nessas regiões aumentou vertiginosamente durante a segunda metade do século. A chegada de John H. Speke e J. A. Grant ao Egito em 1863, após uma longa viagem de exploração de

Zanzibar ao lago Vitória e seguidamente a Gondokoro e, por fim, ao Cairo, excitou a imaginação e o apetite dos egípcios: à frente da nova província de *Aequatoria*, o *quediva* nomeou britânicos (Sir Samuel Baker, em 1869, e Charles Gordon em 1873), com a missão de abrirem completamente os Grandes Lagos aos mercadores egípcios, de combaterem, evidentemente, o tráfico negreiro e de encorajarem o "comércio lícito".

Contrariamente à imagem levianamente espalhada pelos viajantes europeus, o comércio da *Aequatoria* incidia principalmente no marfim, representando os escravos apenas um recurso complementar. Em contrapartida, o eixo do Bahr el-Ghazal era por excelência o do tráfico negreiro, praticado pelos *jallabas* a partir do Kordofan e do Darfur e pelos *bahhara* (literalmente, "gentes do rio", isto é, do Nilo), recém-chegados que penetraram na região pelo Nilo. O sultanato do Darfur que, desde a perda da província de Kordofan em 1821, conseguira salvaguardar a sua independência, acabou por cair em 1873-1874. De novo se apelou para agentes europeus, dois italianos, para administrarem esses vastos territórios: Gessi, à frente do Bahr el-Ghazal, e Messedaglia, à frente do Darfur, ambos nomeados pelo *hikimdar* Charles Gordon.

### 3. A fronteira imprecisa

O avanço dos comerciantes, dos soldados e dos funcionários vindos do Egito para o Sudão e, seguidamente dali para as terras situadas mais ao sul, fez expandir na mesma proporção as fronteiras do Estado egípcio, da religião muçulmana, da língua árabe e do negócio internacional. Mas, do Alto Nilo ao lago Chade, dos limites do Sahel à floresta equatorial, essa fronteira era imprecisa: estava em todo o lado e em lugar algum, devido à dinâmica própria e às formas específicas de um sistema de transações baseado na predação.

#### Dos jallabas aos "cartumenses"

Até meados do século XIX, os *jallabas* haviam sido os mais numerosos a prospectar essas regiões. Viajando em pequenos grupos, tinham necessidade da benevolência ou, pelo menos, da colaboração das sociedades que frequentavam. Pouco ou nada armados, não tinham meios ou vontade de se envolverem nas questões locais, embora a sua simples presença fosse um poderoso meio de difusão do árabe, verdadeira língua do comércio e dos costumes muçulmanos.

As coisas mudaram após a virada do século. O número de traficantes aumentou de forma espetacular. Organizados em bandos estritamente hierarquizados, deslocavam-se com importantes quantidades de armas de fogo e pretendiam agir, em última instância, em nome do *quediva*. Este estava dividido entre a denúncia dos métodos violentos e do "comércio vergonhoso", que repugnava aos seus protetores europeus, e o apoio a uma expansão territorial que dava enfim corpo ao sonho secreto dos dirigentes do Egito moderno desde Muhammad



Ali. Esta *diáspora* mercantil armada dispunha de meios para se impor às sociedades locais, e não se coibiu de os utilizar. Ao contrário dos *jallabas*, que se haviam contentado até então com a troca de produtos vindos do Egito por mercadorias locais, estes novos traficantes quiseram ser eles a produzir essas mercadorias e lançaram-se em razias de escravos, na caça ao elefante e, quando necessário, no confisco dos bens de prestígio acumulados pelos chefes de linhagem.

Tendo suplantado os *jallabas* e os *bahharas* em poderio, mas não em número, os "cartumenses", como lhes chamavam, tornaram-se os verdadeiros senhores daquelas regiões. O nome era enganador, pois esses cartumenses formavam um grupo muito heterogêneo, de caráter visivelmente multinacional. Eram numerosos entre eles os europeus de todas as origens, cuja imigração para o Egito aumentara (30 000 entradas anuais de 1857 a 1861; 80 000 durante o *boom* do algodão; 50 000 em finais dos anos 1860): os cônsules e outros notáveis do Cairo não se coíbiam de participar no frutuoso comércio da *Aequatoria* e do Bahr el-Ghazal. Entre os seus quadros havia também sudaneses, egípcios, levantinos e até magrebinos. A diversidade mantinha a confusão e encorajava a manipulação das origens pelos mais conhecidos, como Zubayr, ou os menos conhecidos, como esse Muhammad al-Bulalawi, originário das terras chadianas, que se dizia marroquino. Até a administração de Charles Gordon em *Aequatoria* apresentava esse caráter multinacional: os seus principais adjuntos eram europeus e egípcios, mas esta última nacionalidade recobria na verdade origens muito diversas; nos graus inferiores encontravam-se cartumenses, originários de Dongola e outros sudaneses, antigos negreiros, mercadores de marfim, que continuaram os seus tráficos protegidos pelo novo regime.

Com os cartumenses, mudaram também as formas da presença estrangeira. Os *zariba* (entrepósitos comerciais) e os *daym* ou *dem* (postos fortificados) vieram suceder às pequenas colônias dos *jallabas*, dispersas pelas aldeias, menos visíveis e menos perigosas para as populações locais. Esses postos foram criados com o acordo dos chefes e notáveis das aldeias, muitos dos quais fizeram o cálculo de utilizarem em seu proveito os novos recursos econômicos, militares e simbólicos, trazidos pelos mercadores. Em contrapartida, as aldeias comprometiam-se a prover às necessidades dos estrangeiros, principalmente em matéria de víveres. Não era raro ver os notáveis celebrar pactos de sangue com os chefes de bandos e ceder-lhes as "filhas" em casamento. Mas o sistema comercial, que implicava a violência quotidiana e a pilhagem pura e simples, condenava os postos cartumenses a uma expansão geográfica permanente, ou, pelo menos, a deslocamentos sem fim. As relações com as aldeias ressentiram-se disso: a colaboração com os cartumenses transformou-se pouco a pouco em relações de dominação e de exploração violentas, que se tornaram regra a partir dos anos 1860.

Voluntariamente ou compelidos, os *jallabas* e os *bahharas* colocaram-se sob a proteção e sob a dependência dos *zaribas*. Os *dem*, estabelecimentos permanentes, controlavam uma rede mais ou menos extensa de *zaribas* e de aldeias. Assim se constituíram uma espécie de principados que partilhavam *de fato* entre si as

regiões, como haveriam de fazer *de jure* as companhias concessionárias coloniais, alguns decênios mais tarde.

### Três itinerários

Os mais conhecidos desses príncipes mercadores ou as figuras mais originais e mais significativas entre eles foram o Danaqla (originário de Dongola) Mohammed Kheir, o egípcio Muhammad Ahmad al-Aqqab e o "sudanes" al-Zubayr Rahma Mansur. O itinerário individual desses homens é significativo do expansionismo egípcio: os seus métodos brutais e predadores levaram-nos a penetrarem cada vez mais no interior do continente, sem por isso instalarem bases sólidas e duradouras, fazendo assim da fronteira uma fronteira "imprecisa".

Mohammed Kheir esteve ativo nas terras banhadas pelo Nilo branco, principalmente entre os chilluks durante os anos 1860. Os seus métodos eram de uma brutalidade tal que impressionaram todos os viajantes da época. Na sua *Voyage aux deux Nil*, Guillaume-Marie Lejean resumiu bem o essencial:

Nascido em Argo, no Dongola, começou por ser fiki, mas não tardou a fazer-se aventureiro. Residiu por muito tempo entre os chilluks, entre os quais contraiu casamento, e cujo mek o autorizou a caçar o elefante nas suas terras. Tendo-lhe sido retirada esta autorização, Mohammed Kheir jurou vingar-se. Sorrateiramente, criou um partido seu entre os kinanas descontentes. Em Fevereiro de 1861, deu-se a primeira colisão. Não tendo já nada a salvar, Mohammed reuniu então todos os aventureiros do país e engrossou a sua tropa com negros do Tagali e cavaleiros baggaras. Em breve se lhe juntaram as barcas de Cartum, e marchou à frente dos seus homens, queimou Kaka, assim como umas sessenta aldeias florescentes e derrotou os negros em dois embates sangrentos onde pereceram várias centenas de chilluks; 1 500 escravos, 7 000 cabeças de gado formaram o saque dessa importante razia. Mohammed Kheir estabeleceu então o seu quartel-general numa ilha arborizada vizinha de Kaka, que transformou em verdadeira fortaleza. Em seguida, como o mek dos chilluks se recusasse a submeter-se, levou a audácia a ponto de o atacar na sua capital; Denab foi tomada de assalto, a cidade foi incendiada, muitos negros massacrados, a casa do mek pilhada. O vencedor ditou aos vencidos aterrados uma espécie de convenção provisória a favor da qual haveria de reinar pacificamente de Kaka até Denab.

Quanto a Muhammad Ahmad al-Aqqab, operava no Sudão. As suas atividades prosperaram graças às relações de seu irmão, Musa Bey, um abastado comerciante caiota muito chegado ao *quediva* Ismail. Assim, Muhammad Ahmad al-Aqqab foi encarregado de fornecer a este último 500 negros para a sua guarda pessoal. Testemunho dos métodos brutais da época, recebeu, em 1860, um primeiro lote de 90 negros, enviados por seu agente em *Aequatoria* e obrigou-os a marchar nus pelas ruas de Cartum até à sede do Governo. O seu representante em *Aequatoria*, Muhammad Abul Suud, controlava vastos territórios nos quais Samuel Baker nunca conseguiu fazer respeitar os éditos do *quediva*, a começar pelos que proibiam o tráfico negreiro.

Originário do Sudão, mas nascido de uma mãe vinda de Oeste, talvez das terras ubanguesas ou chadianas, Zubayr<sup>a</sup> pretendia em alta voz descender de uma das dinastias reinantes do Darfur. Empregado de início como *vekil* (tenente) de um comerciante árabe, a partir de 1856 criou progressivamente a sua própria rede de *zaribas*, nomeadamente contraindo alianças com os Kreich e os Zande. Soube aproveitar-se da partida de numerosos europeus, na esteira das campanhas de Samuel Baker e dos antiescravagistas, recrutando a preços favoráveis os seus *bazinger* (milicianos). A partir da sua residência, Dem Nduggu ou Dem Zubayr, situada no sul do Sudão, não longe da fronteira atual da República Centro-Africana, conseguia lançar os seus homens sobre o Darfur, o Chade e mesmo até ao vale do Uele. Fortalecido por suas vitórias, proclamou-se independente de qualquer autoridade em 1867, e arrogou-se o título de *xequé*. Em 1872, venceu e matou o seu rival Muhammad al-Bulalawi que, em 1869, obtivera do *quediva* Ismail o poder de submeter os príncipes mercadores e de os obrigar a reconhecer a soberania egípcia. O *quediva* viu-se obrigado a, por seu turno, reconhecer o poderio de Zubayr, nomeando-o governador do Bahr el-Ghazal em 1873. Tendo conquistado o Darfur no ano seguinte, Zubayr controlava um dos terminais do comércio transaariano, e encarava a hipótese de dispensar os intermediários egípcios e utilizar uma ligação direta com o Mediterrâneo por El Gíof e Benghazi. O *quediva* ficou alarmado e atraiu-o traiçoeiramente ao Cairo, onde o manteve prisioneiro. O filho de Zubayr, Suleiman, quis retomar o título e os bens do pai, mas a sua aventura durou pouco: em 1879, os homens do *quediva* prenderam-no e mataram-no. Foi à sombra de Zubayr que se formou Rabah, outro príncipe mercador, cujo império, constituído no preciso momento da conquista colonial, ia durar até 1900.

#### As consequências do sistema

O conjunto deste sistema predador teve consequências incalculáveis, e ainda mal conhecidas, sobre as sociedades africanas. Na sua maior parte, foram negativas: insegurança redobrada e permanente; desorganização irremediável dos sistemas de produção e de distribuição; perturbação maciça dos ecossistemas acompanhada pela difusão de novas doenças, como a sífilis, e provavelmente pelo aumento da mortalidade. Tal como no reino do Kongo nos séculos XVII e XVIII, a mandioca, de mais fácil cultivo e menos exigente em trabalho, veio substituir em muitos locais os cereais, como o sorgo e o milho-miúdo, que, demandando a presença constante dos cultivadores nas aldeias, os expunham também às razias dos negreiros.

Um pouco por todo o lado, os sistemas políticos tiveram tendência a centralizar-se e endurecer, como entre os Sara. Em contrapartida, a exemplo dos zandes e dos bandias, os Estados constituídos conseguiram preservar a sua autonomia política, ou inclusive os seus modos de vida e os seus sistemas de valores. Por último, os movimentos desordenados dos fugitivos alteraram completamente o mapa linguístico e demográfico, de modo tanto mais duradouro

quanto os abusos das primeiras décadas da colonização provocaram o mesmo fenómeno de êxodo e acumularam os seus efeitos com os do poder dos últimos príncipes mercadores.

## II. ZANZIBAR E A FRONTEIRA SWAHILI

Segunda fronteira na África e, por numerosos aspectos, comparável à fronteira egípcia, a fronteira swahili foi o resultado da expansão de Zanzibar para o interior do continente. A progressão desta fronteira assumiu formas físicas, demográficas, políticas e culturais, materializadas e simbolizadas por um rosário de entrepostos e de postos, pela instalação de colonos – árabes e “gentes da costa” (Swahili, do árabe sawahil, “a costa”) – e pela difusão do islã e dos modos e gêneros de vida que se identificavam aos das cidades costeiras do Oceano Índico. Uma longa tradição historiográfica apresentou as iniciativas do sultão Seyyid Said como determinantes nas mutações da geografia política e das sociedades da África Oriental; na realidade, desempenharam um papel bem menos importante do que os condicionalismos de uma economia insular em busca de um novo equilíbrio e do que os apetites e cálculos de uma poderosa aristocracia mercantil.

### A. Zanzibar: uma economia expansionista

A ilha de Zanzibar albergava uma das numerosas e ativas comunidades árabes repartidas pela costa do Oceano Índico, de Mogadíscio a Moçambique. Tendo dominado o comércio do Oceano Índico até à chegada dos portugueses, os árabes foram expulsos por estes últimos, antes de tirarem a desforra em finais do século XVII, repelindo-os para o sul de Kilwa (documento 41). Embora unidas pela fé e por uma língua comum, largamente enriquecidas por contributos bantus, as cidades árabes eram ciosas da sua independência e afrontavam-se em surdas lutas hegemônicas. De 1698 (queda do forte de Mombaça, que consagrou a derrota dos portugueses) até ao início do século XIX, um longo conflito pelo controle da costa opôs os Mazrui aos Busaidi. A família dos Mazrui fornecia os governadores de Mombaça e exercia a sua influência sobre certas cidades swahili. A dinastia dos Busaidi, no poder em Omã desde 1749, transformara em Estado secular e em potência comercial e marítima o que durante muito tempo fora uma teocracia continental. Desse modo, puseram pé na costa africana de leste. Controlando Zanzibar, conseguiram eliminar os Mazrui de Mombaça em 1837 e obrigar todas as cidades swahili (de Mogadíscio ao cabo Delgado) a reconhecer, de boa ou má vontade, a sua soberania. Ante o aumento espetacular dos rendimentos de Zanzibar (duplicação do comércio entre 1828 e 1834), Seyyid Said, que visitara a ilha pela primeira vez em 1828, decidiu em 1840 transferir para lá a sua capital, abandonando Omã.

#### Documento 41: Zanzibar, marcos cronológicos

|      |                                                                                                                                            |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1698 | – Queda do forte Jesus, em Mombaça: os portugueses são repelidos pelos árabes para Moçambique.                                             |
| 1749 | – Os Busaidi chegam ao poder em Omã.                                                                                                       |
| 1804 | – Seyyid Said sultão de Omã.                                                                                                               |
| 1822 | – Tratado Moresby: os súditos do sultão são proibidos de exportar escravos para as nações cristãs e para a Índia.                          |
| 1828 | – Visita de Seyyid a Zanzibar.                                                                                                             |
| 1833 | – Tratado comercial entre Zanzibar e os Estados Unidos da América.                                                                         |
| 1837 | – Os Mazrui são eliminados de Mombaça: os Busaidi tornam-se senhores da costa swahili.                                                     |
| 1839 | – Tratado anglo-omani que alargava o tratado Moresby. Acordo comercial entre Zanzibar e Fundikira, o chefe nyamwezi de Unyanyembe.         |
| 1840 | – Transferência da capital dos Busaidi de Omã para Zanzibar.                                                                               |
| 1841 | – Consulado britânico estabelecido em Zanzibar.                                                                                            |
| 1845 | – Tratado anglo-omani proibindo o tráfico negreiro no exterior das possessões de Zanzibar.                                                 |
| 1856 | – Zanzibar é separado de Omã. Morte de Seyyid Said. Majid ibn Said torna-se sultão.                                                        |
| 1870 | – Morte de Majid. Bargash ibn Said torna-se sultão.                                                                                        |
| 1871 | – Início da guerra entre Mirambo e os árabes de Tabora.                                                                                    |
| 1876 | – Tratado anglo-omani proibindo o tráfico negreiro continental.                                                                            |
| 1877 | – Reorganização do exército zanzibarita pelos britânicos, para combater o tráfico negreiro interior. Criação de uma administração moderna. |
| 1883 | – A Inglaterra nomeia quatro cônsules itinerantes na África Oriental, encarregados de vigiar os negreiros.                                 |
| 1888 | – Início das campanhas de Lavigerie contra a escravatura na África Central. Bloqueio de Zanzibar pela Alemanha, Grã-Bretanha e Itália.     |
| 1889 | – Zanzibar compromete-se a abolir a escravatura e concede o direito de fiscalização à Alemanha e ao Reino Unido.                           |
| 1897 | – Zanzibar abole o estatuto de escravo.                                                                                                    |

Fonte: cronologia organizada por Elikia M'Bokolo

“Sou um simples mercador”, costumava dizer Seyyid Said aos seus interlocutores brancos. De fato, toda a economia das suas possessões estava voltada para o comércio, a ponto de o historiador tanzaniano Abdul Sheriff ter forjado dois conceitos – Estado *compradore* e império comercial – para designar a natureza do Estado zanzibarita<sup>9</sup> e os fatores da sua hegemonia no Oceano Índico e no continente africano. Os recursos fiscais e a prosperidade do Estado assentavam na exportação de cravo-da-Índia e do coco produzidos nas plantações escravagistas,

bem como na reexportação do marfim este-africano: o avanço da fronteira no interior do continente era simultaneamente consequência e condição da sua vitalidade econômica. Mas Zanzibar estava também duplamente dependente dos Estados capitalistas industrializados: no plano político e militar, pois a sua segurança estava garantida pelo Reino Unido; no plano econômico, pois estes Estados forneciam-lhe o essencial dos bens industriais (panos de algodão, pérolas, pólvora e armas de fogo etc.) necessárias às trocas comerciais e absorviam uma grande parte das suas exportações (daí a noção de *compradore*).

#### 1. Escravos e especiarias

Zanzibar começou por desenvolver um comércio negreiro muito ativo destinado principalmente a abastecer de mão-de-obra as suas plantações de cravo-da-Índia e de coqueiros. Entre 1840 e 1870, foram importados anualmente de Kilwa Kivinje para Zanzibar mais de 15 000 escravos, e mesmo mais de 20 000 entre 1865 e 1867. A importação maciça de escravos para Zanzibar e Pemba foi uma inovação do século XIX, pois, até cerca de 1820, os principais mercados de escoamento dos escravos este-africanos situavam-se nas plantações francesas das Ilhas Mascarenhas, nas colônias espanholas e portuguesas das Américas, na Arábia, nos países do Golfo Pérsico e na Índia.

Senhores em grande medida do Oceano Índico, os príncipes mercadores e a aristocracia de Omã haviam desempenhado um papel crucial neste comércio. A proibição progressiva da exportação dos escravos forçaram-nos a procurar outros meios de utilizar essa mão-de-obra cuja captura e comércio continuavam no continente. Já em 1828, Seyyid Said escrevia ao seu agente em Bombaim (Mumbai): “Em resultado da abolição do tráfico negreiro, os rendimentos de Zanzibar diminuíram; considera-se pois necessário fazer plantações de cana-de-açúcar nas ilhas.” Em lugar de cana-de-açúcar, cuja produção foi sempre desprezível, cultivou-se o craveiro-da-Índia: esta árvore conheceu um crescimento espetacular que arrastou consigo, como num círculo vicioso, o desenvolvimento do comércio negreiro.

#### As plantações escravagistas

Originário das Molucas, no leste da Indonésia, o craveiro-da-Índia fora introduzido nas Ilhas Mascarenhas por volta de 1770, e, seguidamente, em Zanzibar, em 1818. Tal como o coqueiro, cuja cultura era mais antiga, o craveiro-da-Índia não requeria grandes cuidados mas exigia muita mão-de-obra no momento das colheitas. (Duas colheitas anuais para o craveiro-da-Índia, quatro para o coqueiro). Contrariamente ao que se passava na face atlântica, o desenvolvimento destas culturas não era determinado pela procura dos Estados industrializados: o cravo-da-Índia abastecia sobretudo os mercados da Índia (65% das exportações de Zanzibar) e da Arábia (cerca de 10% das exportações); quanto ao coco, tinha os seus mercados na Índia, na Arábia, em Madagascar e na França (documento 42).



Documento 42: Exportações de cravo-da-Índia e de coco, de Zanzibar e Pemba

| Ano  | Cravo-da-Índia |           | Coco<br>(dólares) |
|------|----------------|-----------|-------------------|
|      | (frasilas)     | (dólares) |                   |
| 1840 | 9 000          |           |                   |
| 1847 | 97 000         |           |                   |
| 1859 | 200 000        | 382 000   | 90 000            |
| 1862 | 200 000        | 201 840   | 102 120           |
| 1864 |                | 180 000   | 200 000           |
| 1868 |                | 273 000   | 200 000           |
| 1873 | 60 000         | 500 000   |                   |
| 1881 | 140 000        | 1 260 000 |                   |
| 1892 | 357 670        | 895 000   |                   |

Fonte: Segundo F. Cooper, 1977, pp. 52, 61, 63 e 131.

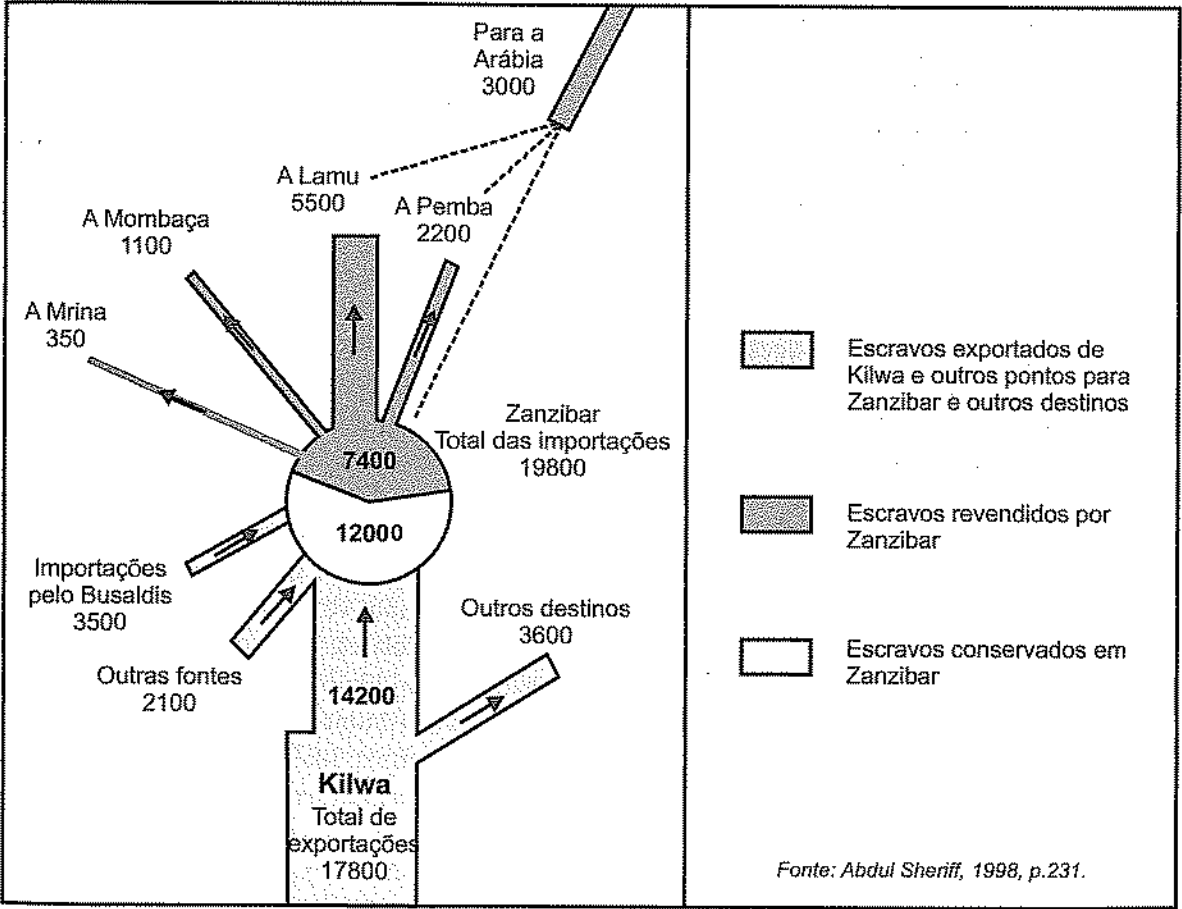
A cultura do craveiro-da-Índia só começou a expandir-se após o tratado assinado em 1822 entre o sultão de Omã e o Reino Unido que proibia a exportação dos escravos para as nações cristãs, as Ilhas Mascarenhas e a Índia. Embora ineficaz, esse tratado originou uma baixa sensível dos preços dos escravos na exportação (40 dólares por cabeça por volta de 1780, 25 por volta de 1815, 20 em 1825). Ora, durante a primeira metade do século XIX, o cravo-da-Índia conheceu uma subida regular do preço, tendo atingido 10 dólares por *frasila*<sup>10</sup>. O grande *boom* das plantações de craveiros-da-Índia ocorreu entre 1835 e 1845; mas como a planta exige pelo menos seis anos para atingir o seu pleno rendimento, as necessidades em escravos só se tornaram constringentes por volta de 1850. Foi na mesma época que as cotações do cravo-da-Índia ruíram (4 dólares por *frasila* em 1845, 2 a 3 dólares em 1855, 1 a 2 dólares em 1867). Em 1845, o sultão assinou um novo tratado, entrado em vigor em 1847, que proibia todas as vendas de escravos para fora das suas possessões africanas. O preço dos escravos entrou por seu turno em colapso, facilitando a aquisição pelos comerciantes da costa de uma mão-de-obra barata. Para manter os seus rendimentos, a classe dos plantadores multiplicou as plantações de craveiros-da-Índia e desenvolveu a dos coqueiros.

A importação de escravos para as plantações prosseguiu sem recuo após a virada do século: nas plantações de craveiros-da-Índia, o desgaste da força de trabalho era tal que a mortalidade oscilava entre 22% e 30% por ano: era pois necessário renovar o efetivo servil de quatro em quatro anos, aproximadamente. Estes condicionalismos econômicos locais explicam que as capturas e o comércio dos escravos no continente se tenham intensificado durante o século XIX, num período em que as exportações eram cada vez mais difíceis. Após 1870, houve um recrudescimento da atividade negreira que só viria a acabar com a conquista

colonial. O preço do cravo-da-Índia aumentou brutalmente após o furacão que devastou Zanzibar em 1872 (1 dólar por *frasila* em 1867, 9 dólares de 1872 a 1879, e, seguidamente, 3 a 4 dólares até 1890): as plantações desenvolveram-se febrilmente em Pemba originando uma grande procura de mão-de-obra.

As medidas abolicionistas decididas pelo sultão entre 1873 e 1876 por pressão britânica (proibição do tráfico negreiro por mar ou terra), contribuíram para fazer do escravo uma mercadoria rara: entre 1873 e 1890, o escravo era vendido ao preço de 50 a 100 dólares por unidade, o que provocou o desenvolvimento do tráfico nas regiões até então relativamente poupadas, em especial a oeste do lago Tanganica. Nas vésperas da colonização, Zanzibar era simultaneamente o maior importador e o maior redistribuidor de escravos do continente (documento 43), o que teve efeitos consideráveis na propaganda e na ideologia colonialistas dos anos 1880-1900.

Documento 43: Zanzibar e o tráfico negreiro leste-africano



Fonte: Abdul Sheriff, 1988, p. 231.

### As estruturas sociais

A evolução demográfica e social de Zanzibar refletia perfeitamente a estrutura e as transformações da economia: em 1811, numa população total de 200 000 habitantes, havia 150 000 escravos; em 1857, os valores eram de 300 000 habitantes e 200 000 escravos. Esquemáticamente, a organização econômica e social de Zanzibar, que tomou forma por volta de 1840 para durar até finais do século XIX, era a seguinte: os árabes dirigiam as operações comerciais para o interior do continente e possuíam os meios de produção, a terra e os escravos, em que assentavam as exportações agrícolas; os indianos forneciam o crédito necessário ao comércio, controlando assim todo o setor da circulação dos bens. Observavam-se em Zanzibar as clivagens raciais, étnicas e culturais comuns às sociedades baseadas numa economia de plantações escravagistas: a posição social e econômica de cada pessoa variava em função da sua origem étnica, consoante fosse árabe, indiana, swahili (africano ou mestiço da costa) ou africano em geral, sendo que, no interior dos dois primeiros grupos, o gozo dos privilégios variava ainda conforme a pertença política, religiosa ou étnica.

A aristocracia omani, de origem principesca ou mercantil, descobriu pouco a pouco o interesse de possuir uma ou várias *shambas* (plantações), consideradas como uma fonte de rendimentos e um símbolo de triunfo social. Por volta de 1840, Seyyid Said era ainda, de longe, o primeiro proprietário fundiário de Zanzibar, com as suas 45 grandes plantações que forneciam 65% da produção de cravo-da-Índia; por volta de 1850, a sua parte caíra para um terço da produção. As aquisições de terras, que se multiplicaram entre 1840 e 1850, fizeram-se menos por compra do que por outros meios: ocupação de terras abandonadas ou em pousio; expropriação dos *wahadimus*, a população swahili de Zanzibar, população essa que foi repelida para a ponta sudeste da ilha, imprópria para as culturas de rendimento destinadas à exportação; distribuição de certas terras aos próximos do sultão.

Durante esse período, no decorrer do qual Zanzibar conheceu uma espécie de "mania do cravo-da-Índia", o principal, ou até o único investimento dos plantadores consistia em escravos. Foi após 1850, com a rarefação relativa da terra e a depreciação dos escravos exportados que se começou a querer comprar plantações. Os respectivos preços eram então elevados: por volta de 1860, uma grande plantação não se vendia por menos de 5 000 dólares, soma enorme se considerarmos que, em 1862, as alfândegas renderam ao sultão 200 000 dólares. Escusado será dizer que os compradores eram pouco numerosos. A ilha de Pemba e a costa mrima, em especial em torno de Mombaça, Malindi (Melinde) e Lamu, conheceram a mesma evolução, com um ligeiro defasamento cronológico relativamente a Zanzibar.

Além do sultão, os grandes plantadores, pouco numerosos, recrutavam-se na sua própria família e no clã dos Busaidi: o Seyyid Bargash (1870-1888) retirava 25 000 dólares das suas plantações e possuía 4 000 a 6 000 escravos; Bibi Zem Zem, a irmã de Bargash tinha 600 escravos; outros príncipes chegavam a possuir

2 000. Há que notar, a título de comparação, que, nas Antilhas, o número médio de escravos por plantação era de 180 a 200, e que, para além de 500 escravos, se tratava de um muito grande plantador. Entre esses grandes plantadores figuravam também alguns membros de grandes famílias omanis e mercadores que tinham feito fortuna no comércio continental. Assim, Tippu Tip possuía em Zanzibar sete plantações nas quais trabalhavam 10 000 escravos e que valiam cerca de 50 000 libras esterlinas em 1891.

As plantações de pequena e média dimensão (cerca de 30 a 100 escravos), que eram relativamente numerosas em Pemba e na costa mrima, estavam mais bem distribuídas entre os grupos em presença, visto que entre os seus proprietários figuravam tanto omanis como swahilis, ou até indianos.

## 2. Marfim e indianos

### O marfim

O comércio do marfim foi o segundo fator, após o tráfico de escravos, que fez avançar a fronteira swahili mais profundamente para o interior do continente. O marfim leste-africano, comercializado desde o século II da era cristã, começara por se difundir nos países ribeirinhos do Mediterrâneo, e seguidamente pela Índia e a China. O seu comércio conheceu um desenvolvimento constante durante todo o século XIX. Os abolicionistas, contemporâneos desse desenvolvimento, deixaram dele imagens expressivas que persistem através dos tempos, em especial aquelas que insistem na relação estreita entre o "marfim negro e o marfim branco", o escravo negro que transportava o marfim até à costa, onde ambos eram vendidos. Na realidade, o transporte do marfim era assegurado na maioria dos casos por grupos étnicos especializados no transporte por carregadores; além disso, as dificuldades do encaminhamento dos escravos após 1847, dificuldades que eram muito relativas, e a preocupação de os levar até à costa em bom estado eram incompatíveis com a rapidez e a regularidade do transporte do marfim. O desenvolvimento do comércio do marfim foi consequência de uma expansão vertiginosa da procura. O leste africano rapidamente se tornou no primeiro produtor de marfim tenro na África, muito à frente do Sudão nilótico e da África do Sul. Ao mercado indiano, cuja procura era tradicionalmente elevada e onde o marfim alimentava uma indústria ativa de pulseiras, vieram juntar-se a partir de 1820, aproximadamente, o dos Estados Unidos da América e o da Europa.

Assim sendo, o marfim, produto de luxo destinado a um mercado socialmente restrito, viu o seu preço aumentar regularmente no decurso do século. No mercado de Surat, na Índia, o preço duplicou entre 1800 e 1810. O rápido esgotamento das zonas de caça provocado pela difusão das armas de fogo, obrigou a ir procurar os elefantes cada vez mais longe, o que contribuiu para tornar os encargos mais pesados e para elevar os preços. Em Zanzibar, o marfim de primeira

qualidade, que era vendido a 22 dólares o *frasila* em 1823, valia sucessivamente 30 dólares em 1841, 38 dólares em 1848, 70 dólares em 1856 e 80 dólares em 1873.

A geografia das transações sofreu duas modificações essenciais, na fonte, nas zonas de produção, e nos mercados de escoamento, nos locais de consumo. A exportação de marfim, que, de início, era assegurada pelo porto de Moçambique, deslocou-se para Kilwa e Zanzibar a partir do início do século XIX, quando os portugueses, desejosos de aumentar as receitas do Estado, voltaram a elevar os já pesados impostos cobrados sobre o produto (10% sobre o valor do marfim reexportado em 1793, 40% em 1800, 30% a partir de 1801). Apesar de os preços terem duplicado na mesma época, as exportações de marfim a partir de Moçambique conheceram um decréscimo constante: 10 700 arrobas<sup>11</sup> em meados do século XVIII, 13 000 em 1793, 6 000 em 1801 e apenas 4 000 em 1817. As zonas privilegiadas para a caça ao elefante deslocaram-se então para o centro e, seguidamente, após 1860, para o Maniema, a oeste da Tanzânia atual e o Bunyoro (Uganda), que surgiram aos olhos dos conhecedores como o "paraíso do marfim". As quantidades de marfim exportadas por Zanzibar aumentaram então a ritmo constante: 210 000 kg, contando todas as qualidades, em 1841, segundo a primeira estimativa quantitativa da época; 375 000 kg em 1843, 435 000 em 1848, entre 297 500 e 437 500 no final do reinado de Said ibn Sultan (1806-1856).

A geografia do consumo, por seu turno, também se modificou. O marfim leste-africano estava classificado em três categorias: a primeira, a melhor, correspondente a cerca de metade das exportações, era comprada quase exclusivamente pelos indianos; a segunda e terceira categorias iam para os europeus e os americanos, e os indianos ficavam ainda com o resto, os dentes muito pequenos não classificados e os dentes de hipopótamo. No início do século XIX, 80% do marfim importado por Bombaim, Surat e Kutch eram consumidos na própria Índia, sendo o resto reexportado para Londres (6%) e para a China: na mesma época, os tecidos indianos representavam 50% das importações diretas de Zanzibar. As reexportações para Inglaterra aumentaram progressivamente até atingirem, a partir de 1850, cerca de 65% do marfim da África Oriental importado pela Índia: paralelamente, a parte dos têxteis indianos nas importações de Zanzibar recuou perante a concorrência dos tecidos de algodão de Manchester e dos panos *merikani* (deformação da palavra "americano"), sensivelmente mais baratos. Contudo, a Índia conseguiu preservar essa posição precária de entreposto geograficamente descentrado, graças ao papel cada vez maior desempenhado pelos seus mercadores e os seus financistas na economia de Zanzibar e no comércio internacional.

### Os indianos

Apesar de as relações comerciais da Índia com a África Oriental serem muito antigas, os indianos só começaram a instalar-se na região no início do século XIX, na esteira do sultão de Omã, que lhes concedia proteção. O seu

número em Zanzibar, aliás, haveria de crescer rapidamente, passando de cerca de 200 em 1819 para 350 por volta de 1835, 700 por volta de 1845 e 5 000 a 6 000 em 1859: nesta última data, formavam cerca de 10% da população da cidade de Zanzibar. O termo "indiano" aplicado a estas comunidades recobria na verdade identidades muito heterogêneas. Os mais empreendedores destes "indianos" eram conhecidos pelo nome de "hindis" e "baneanes": eram hindus, que tinham sido os primeiros a estabelecer-se na costa; muitos deles pertenciam às castas mercantis dos bhattias e dos wantias e vinham das regiões ocidentais da Índia – Kutch, Surat e Bombaim, nomeadamente. Mais tarde, a partir dos anos 1830, um segundo grupo formado por indianos muçulmanos veio reforçar este primeiro núcleo: na sua maioria, estes indianos eram xiitas provenientes dos grupos khojas e bohras. Mais tarde ainda, vieram parsis, católicos goeses, budistas cingaleses e muçulmanos de outras denominações que serviram sobretudo no exército e na polícia do sultão. Fato notável, este deu mostras de uma tolerância religiosa contínua nas suas relações com os indianos, entre os quais, de resto, as tensões religiosas eram praticamente inexistentes.

É que o papel dos indianos era essencial. Em 1860, Christopher P. Rigby, agente britânico em Zanzibar, escrevia:

Há 5 000 súditos britânicos indianos que residem nas possessões de Zanzibar e quase todo o comércio externo passa por suas mãos. O marfim proveniente do interior é-lhes expedido: o copal é comprado aos produtores pelos baneanes que residem na costa e as cargas dos navios americanos e hamburgueses são integralmente compradas pelos indianos. Todos os lojistas e artesãos de Zanzibar são originários da Índia.

Este papel no comércio provinha em particular do fato de os indianos terem um excelente conhecimento dos mercados para onde a África Oriental exportava uma grande parte dos seus produtos – Surat e Bombaim, em especial. Além disso, as mercadorias dadas em troca vinham também em boa proporção da Índia; de resto, os estrangeiros, em especial os americanos, preferiam vender, mesmo a crédito, aos indianos, a entrarem em relação direta com os africanos e os arabo-swahilis. Os indianos eram também os únicos banqueiros e financistas da África Oriental. Os plantadores em dificuldade obtinham empréstimos, com o aval das suas propriedades, a taxas de 15 a 20%: por volta de 1880, dois terços das plantações estavam hipotecadas; em 1891, avançava-se o número de 3 296 plantações, isto é, pelo menos 80% das propriedades agrícolas de Zanzibar e de Pemba. Na costa, este endividamento apenas atingia os grandes plantadores, como um tal Suleiman ibn Abdallah al-Mauli, proprietário da maior plantação de Malindi que valia 253 000 dólares e que ele hipotecara por uma dívida de 15 000 dólares.

As caravanas que se dirigiam para o interior recebiam mercadorias adiantadamente, com taxas que chegavam a elevar-se até 40% e a obrigação de venderem ao credor todos os produtos trazidos do continente. Mesmo comerciantes tão abastados como Tippu Tip recorriam ao sistema dos adiantamentos de mercadoria:



na sua terceira viagem (1870-1882), retirou da casa de Taria Topan, segundo as suas próprias palavras, “uma grande quantidade de mercadorias, tantas quantas precisava”, no valor de 50 000 dólares; durante a viagem, haveria de receber do mesmo indiano avultadas quantidades de mercadorias.

O sistema de crédito ao comércio tornou-se uma verdadeira instituição sobre a qual se apoiava o poder financeiro dos indianos. Este, somado ao fato de os indianos serem estrangeiros em Zanzibar, pelo que eram politicamente inofensivos, explica que os sultões tenham sistematicamente concessionado aos mais ricos o importante e cobiçado cargo de “senhor das alfândegas”. Os próprios sultões eram os maiores devedores: em 1860, o Seyyid Majid (1856-1870) devia 327 000 dólares a Jairam Sewji e, em 1871, o seu sucessor, Bargash (1870-1888) devia 540 000 dólares ao mesmo Jairam Sewji.

Duas carreiras, as dos dois indianos mais abastados de Zanzibar, ilustram de maneira especialmente flagrante o poderio destes financistas. Jairam Sewji, baneane originário de Kutch, foi senhor das alfândegas entre 1834 e 1853, em troca de uma renda anual de 110 000 dólares que pagava ao sultão; após a sua retirada voluntária, o cargo foi entregue a um agente da sua firma, até 1875. Aproveitou a situação para montar negócios com importadores americanos. Quando morreu, em 1891, a sua fortuna era da ordem de 2 milhões de libras esterlinas, a que se somavam 430 000 libras de créditos, concedidos a árabes (200 000 libras), indianos (100 000 libras) e ocidentais (130 000 libras). Taria Topan, que se tornou senhor das alfândegas em 1876, contra uma renda anual de 350 000 dólares, era muçulmano e servira na firma de Jairam Sewji antes de se lançar na comercialização do cravo-da-Índia, dando-se ao trabalho de recolher ele próprio a produção e de a levar para o porto de Zanzibar. Posteriormente, veio a diversificar as suas atividades, seguindo o exemplo de Jairam Sewji. Verdadeira “eminência parda” do sultão, foi enobrecido pela rainha Vitória em 1890.

Economia dominante (relativamente à África Oriental) e dominada (nas suas relações com a Índia e os Estados capitalistas industrializados), Zanzibar era o centro de um sistema muito complexo, cujos beneficiários estavam interessados na expansão em direção ao continente: os plantadores, para receberem dele a mão-de-obra servil; o sultão, cujos rendimentos eram em grande parte fornecidos pela alfândega; os comerciantes arabo-swahilis; os financeiros indianos, os negociantes europeus e americanos, para quem as terras cada vez mais afastadas do “continente misterioso” representavam a fonte inesgotável de uma riqueza sem cessar renovada.

## B. Eixos, pólos e etapas

A rede das trocas comerciais articulava-se em torno de três eixos principais que há que apreender separadamente, mas entre os quais não faltavam as interconexões. O quadro que se segue (documento 44), elaborado para o único

ano para o qual dispomos de dados mais ou menos completos, esclarece-nos sobre a importância relativa desses três eixos durante a maior parte do século.

**Documento 44:** Exportações da costa leste-africana para Zanzibar em 1848

|                    | Marfim            |           | Copal             |           |
|--------------------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|
|                    | Volume (frasilas) | Parte (%) | Volume (frasilas) | Parte (%) |
| <b>Eixo norte</b>  |                   |           |                   |           |
| Benadir            | 2 500             | 13        |                   |           |
| Lamu e Mombaça     | 2 000             | 10        |                   |           |
| Total              |                   | 23        |                   |           |
| <b>Costa mrima</b> |                   |           |                   |           |
| Pangani e Tanga    | 3 350             | 17        |                   |           |
| Bagamoyo           | 4 500             | 23        | 12 500            | 42        |
| Total              |                   | 40        |                   | 42        |
| <b>Eixo sul</b>    |                   |           |                   |           |
| Kilwa              | 4 375             | 22        | 8 750             | 29        |
| zutros portos      | 1 910             | 10        | 8 650             | 29        |
| Total              |                   |           | 17 400            | 58        |
| Portos diversos    | 850               | 4         |                   |           |
| Total              | 19 535            | 99        | 29 900            | 100       |

Fonte: Abdul Sheriff, 1988, p. 157.

### 1. O eixo meridional

O primeiro e mais antigo desses três eixos era o eixo meridional. Apoiava-se principalmente, ao longo da costa, em Kilwa Kivinje que, no início do século XIX, suplantara o porto anteriormente próspero e renomado de Kilwa Kisiwani e que se apresentava em meados do século como uma cidade de 12 000 a 15 000 habitantes, socialmente compartimentados (30 casas de pedra ocupadas pelos ricos mercadores; mais de 12 000 cubatas de terra para o “povo miúdo”). Outros portos participavam, mas em medida menor, no movimento comercial: Lindi, Mikindani e Tungi na Tanzânia atual, Ibo em Moçambique.

Partindo desses terminais, as caravanas dedicavam-se tanto ao comércio a curta distância como ao comércio a longa distância. O comércio a curta distância (5 a 6 dias de marcha num sentido) era destinado ao abastecimento de Zanzibar em copal, em conchas, em butres (pequenos navios de comércio), pelos quais Mikindani e Mzimbaty eram afamados, e em gêneros alimentícios (milho-miúdo e

gergelim), provenientes das plantações escravagistas. O comércio a longa distância (45 dias de marcha num sentido, ou muito mais) fornecia as mercadorias mais valorizadas – marfim e, sobretudo, escravos –, que passaram a ser a especialidade de Kilwa Kivinje a partir de 1840, aproximadamente: em meados do século XIX, pelo menos três quartos dos escravos provinham de Kilwa; a sua proporção era tão elevada que o etnônimo Wanyassa (as gentes do [lago] Niassa) se impôs como termo genérico para designar os escravos e os indivíduos de origem servil. Quanto ao marfim, por volta de 1840, Kilwa fornecia cerca de um terço das exportações a partir da África Oriental; a sua parte diminuiu depois gradualmente para se reduzir apenas a 4% nos anos 1890.

Os arabo-swahilis, instalados em grande número em Kilwa, frequentavam relativamente pouco as estradas e pistas do eixo meridional. As mercadorias circulavam pelas mãos de especialistas locais, segundo as regras do “comércio por etapas”: as grandes caravanas, com 400 a 500 homens, na maior parte escravos, eram recrutadas e dirigidas na maioria das vezes por yaos, que, dada a sua participação de há longa data no comércio do Oceano Índico, se tinham tornado a peça fundamental das transações comerciais nessa região.

A extensão das vias comerciais (documento 45) era impressionante, sobretudo se juntarmos às estradas principais, cuja trajetória se conhece, as pistas secundárias, com múltiplas ramificações. Já em 1770, aproximadamente, essas estradas tinham atingido o “mar de água doce”, o lago Niassa, que as caravanas contornavam ou atravessavam em pirogas e cujos portos funcionavam como pólos secundários: um primeiro conjunto de estradas seguia daí para noroeste em direção aos Estados do *Mwata Cazembe* e ao Catanga; orientado para sul e sudeste, outro conjunto de estradas e pistas levava aos portos do Zambeze (Zumbo, Tete e Sena) e mais além, para o sul de Moçambique e para o alto vale do Zambeze, nos confins da Namíbia e do Zimbabwe de hoje, onde David Livingstone encontrou, por volta de 1860, mercadores “árabes” vindos do Oceano Índico.

## 2. O eixo central

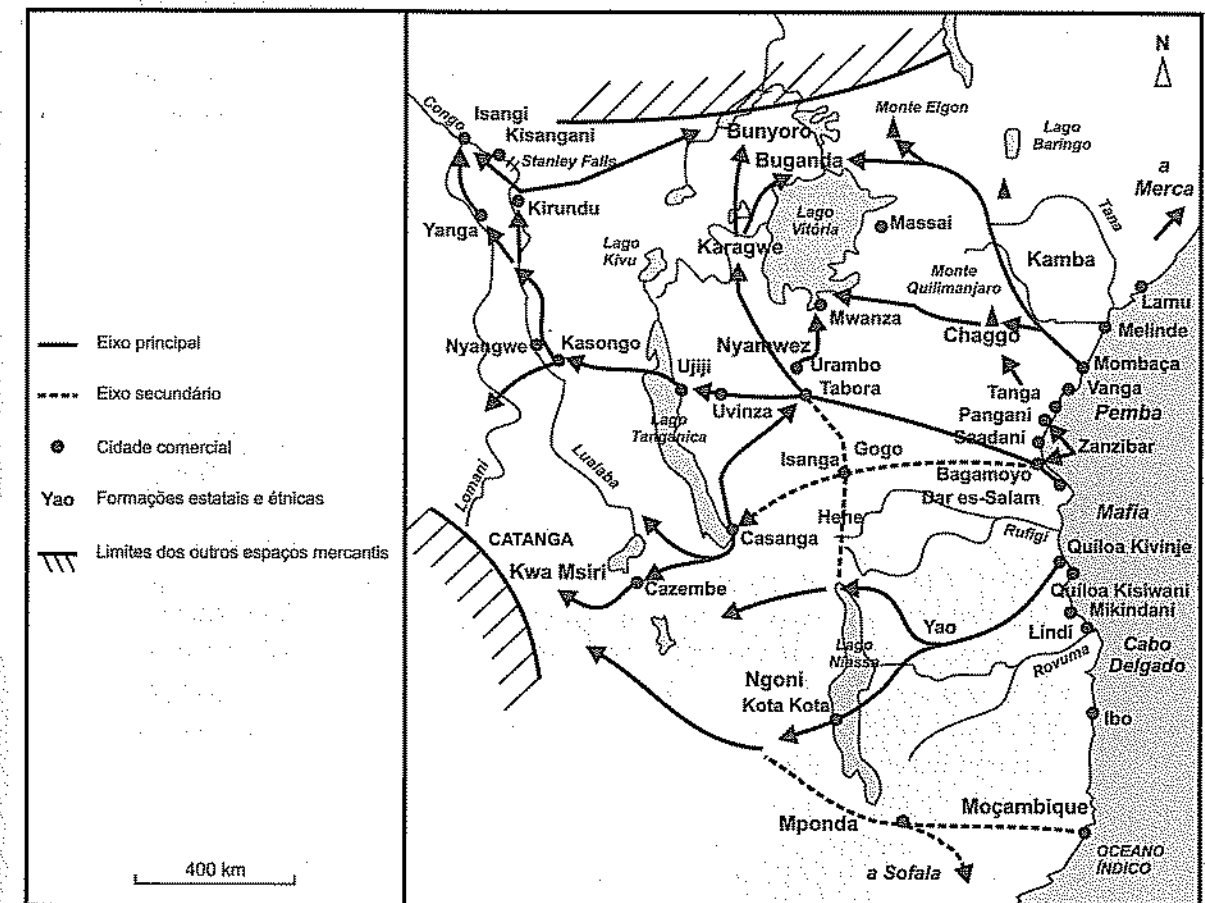
O eixo central, de longe o mais importante pelo volume e pelo valor das mercadorias transportadas, bem como pela diversidade e a amplitude dos efeitos suscitados pelo avanço da fronteira, tinha o seu término na costa mrima, bem em frente a Zanzibar.

### A instalação do eixo central

Numa distância de cerca de duzentos quilômetros, vários portos (uma dezena por volta de 1810) mantinham um comércio ativo com o interior imediato, embora incidindo sobre quantidades relativamente reduzidas de marfim, de escravos e de gado, em troca de panos de algodão e de metais de fabrico indiano. Na mesma época, no início do século XIX, as redes de transações interconectadas

ligavam entre si as zonas vizinhas dos Grandes Lagos, a leste e a oeste, e até ao Catanga, em resultado das desigualdades e das complementaridades dos seus ecossistemas. Essas transações, que incidiam essencialmente sobre víveres e bens artesanais de utilidade imediata (peixe, carne, cerâmicas, tecidos, mel, cera etc., e, sobretudo, sal e produtos à base de ferro), também permitiram, ao que parece, a acumulação de certos bens de prestígio, em especial o marfim, que haveriam de facilitar a integração e a captação dessas redes pelo comércio arabo-swahili.

**Documento 45:** O império comercial de Zanzibar



Essa integração fez-se a partir de duas iniciativas independentes, levadas a cabo a partir do interior do continente, uma, e do exterior, de Zanzibar, a outra. Foram os nyamwezis, especialistas do transporte do sal desde o século XVIII, que, alargando progressivamente as suas atividades a novos produtos e aumentando o seu raio de ação, chegaram por volta de 1800-1810 às costas do Oceano Índico e, dessa maneira, puseram em contato o centro da atual Tanzânia com Zanzibar. Mas foi o preço cada vez mais remunerador do marfim na Índia e nos mercados euro-americanos que permitiu rentabilizar o financiamento das grandes expedições

(720 pessoas para a expedição de Tippu Tip em 1876; 2 000 pessoas após 1885) e que levou os financistas indianos a aceitar a imobilização de capitais consideráveis por períodos relativamente longos.

As modalidades específicas dessa integração das redes continentais no sistema de Zanzibar viriam a ter consequências duradouras. Por um lado, durante todo o século XIX, os comerciantes nyamwezis e os seus homólogos arabo-swahilis tiveram que gerir simultaneamente as suas operações, alternando, em função dos condicionalismos impostos pelas microunidades políticas locais, as fases de conflito e as de cooperação. Por outro lado, como o eixo central era por excelência o do marfim, os comerciantes zanzibaritas ficavam presos na engrenagem de uma economia de predação, baseada na caça sem tréguas ao elefante, arrastando assim o esgotamento rápido da caça e obrigando a penetrar cada vez mais no interior do continente, deixando atrás terrenos de caça esgotados e desolados: "O marfim! Sempre o marfim! Que maldição foi o elefante para os africanos!" (A. J. Swann, *Fighting the Slave-Hunters in Central Africa*, Londres, 1916). A mobilidade imposta por esta economia de predação teve como consequência permanente a deslocação da fronteira cada vez mais para oeste.

#### A expansão do eixo central

Na costa, o eixo principal apoiava-se nos portos mais bem situados e equipados: Pangani, Saadani, Dar Es-Salam e, sobretudo, Bagamoyo. Ao que parece, já cerca de 1820, uma caravana árabe atingira e atravessara, talvez, o lago Tanganica, mas o comércio só viria a atingir o seu pleno rendimento a partir de 1840. Um primeiro conjunto de estradas que partiam de Pangani penetrava até à região do Kilimanjaro e, seguidamente, até às terras ribeirinhas do Lago Vitória: os mercadores de Zanzibar iam lá fornecer-se não só de marfim, mas também de milho-miúdo.

As principais vias de penetração partiam de Bagamoyo e das cidades vizinhas para atingirem o lago Tanganica, quer pelo sudoeste, passando pela cidade de Isanga e pelo Ufipa, quer pelo oeste, através das terras dos nyamwezis onde se encontrava Kazey, mais tarde chamada Tabora, "o nó crucial das redes de estradas comerciais de quase todo o interior" (Abdull Sheriff). Construída ao lado do burgo de Unanyembe, Tabora começou por ser um simples entreposto antes de se tornar, a partir de 1852, o quartel-general dos arabo-swahilis. Formada por vários pequenos lugarejos, tinha uma população árabe permanente relativamente restrita (25 pessoas para Richard Burton, por volta de 1850, 70 pessoas para David Livingstone por volta de 1870), cercada por um grande número de dependentes africanos. Verdadeiro empório periodicamente animado pelo vaivém das caravanas, Tabora era uma encruzilhada de onde irradiavam várias estradas que levavam a Mwanza e ao lago Vitória, ao Bunyoro, e, sobretudo, ao Buganda, através do Karagwe, e, por último, ao lago Tanganica. Após os anos 1850, os países a oeste do lago Tanganica tornaram-se a principal zona de abastecimento dos mercadores

nyamwezis e arabo-swahilis, que aí acediam quer atravessando o lago Tanganica, o mais das vezes pelo porto de Ujiji, quer contornando-o por terra.

Para lá do lago Tanganica, esses mercadores operavam por vezes nos Estados constituídos, como o Cazembe, onde não possuíam as suas próprias aglomerações ou estações. Parece, porém, que preferiam trabalhar nas sociedades sem Estado, onde tinham total liberdade de ação e onde tiveram de criar *ex nihilo* feitorias ou autênticas cidades ou de as desenvolver a partir de aldeias indígenas. Foi essa a origem de Kasongo, Nyangwe, Riba-Riba, Kirundu e Kisangani no Lualaba, ou de Yanga, Faki e Ngandu na Lomami. Nas vésperas da colonização, algumas dessas cidades haviam atingido um desenvolvimento demográfico e comercial impressionante: em Kasongo, o explorador Verney L. Cameron encontrou em 1874 um árabe de Zanzibar que tinha ao seu serviço seiscientos carregadores nyamzewis e que possuía nos seus armazéns mais de quinze toneladas de marfim. Situadas no curso superior do rio Congo, essas estações eram na altura cabeças de ponte de uma expansão para oeste que parecia irresistível e que a colonização veio deter brutalmente.

#### 3. O eixo do norte

Os portos que eram terminais das rotas que formavam o eixo do norte encontravam-se numa situação especial relativamente a Zanzibar. Com efeito, Mogadiscio, Brava e Merka, na Somália, e Lamu e Mombaça, no Quênia, há muito que mantinham relações comerciais diretas com a Arábia e a Índia. Enquanto, no sul, Kilwa, que, até ao fim do século XVIII, tivera transações muito ativas com as ilhas Mascarenhas, via essas transações estiolar em proveito de Zanzibar, os portos do norte conheceram uma expansão regular do seu comércio direto com a Índia e a península árabe durante todo o século XIX. Assim, Mombaça exportava anualmente, até 1850, 2 500 a 3 000 *frasilas* de marfim para a Índia, graças aos mercadores indianos que frequentavam o seu porto, exportando apenas 1 000 para Zanzibar. O eixo do norte fornecia, além do marfim, peles, madeiras aromáticas, goma e cereais. Por volta de 1870, representava cerca de um oitavo das importações africanas para Zanzibar. Esta fraqueza relativa explicava-se também por uma maior insegurança, devida provavelmente aos movimentos de populações e às guerras, que perduraram vivazmente nas tradições orais dos kikuyus e dos massais.

As principais rotas levavam ao lago Vitória, ao monte Quênia e, mais além, aos lagos Baringo e Turkana. Embora Seyyid Majid tenha tentado garantir o controle político dessas regiões, nomeadamente constituindo um contingente de soldados zanzibaritas em Merca, até meados do século XIX o comércio continuou nas mãos dos africanos, em especial dos somalis, dos mijikendas e dos kambas. Só em 1856 uma caravana de duzentos árabes, swahilis e escravos conseguiu levar uma expedição direta de Mombaça até às terras dos kikuyus, destruindo assim o monopólio dos corretores kambas e abrindo caminho aos comerciantes



costeiros que começaram a frequentar regularmente todas essas regiões a partir dos anos 1860.

Outra particularidade do interior adjacente a Lamu e a Mombaça reside no fato de, no início do século XIX, a prosperidade econômica assentar-se em duas bases independentes uma da outra: o comércio externo e uma agricultura ativa, orientada principalmente para a subsistência. O esgotamento da caça (2 500 a 3 000 *frasilas* de marfim exportados por Mombaça em 1849, 1 250 apenas em 1872 e 500 em 1887) estimulou a reorientação da agricultura para a exportação. Esta tendência foi ainda encorajada pela descida do preço dos escravos, o que permitiu a Mombaça importá-los a baixo preço (700 escravos importados anualmente de Zanzibar nos anos 1860): daí o desenvolvimento de plantações escravagistas que forneciam quantidades crescentes de milho, arroz, milho-miúdo e gergelim para exportação (3 000 toneladas por volta de 1850, 9 000 cerca de 1885).

### C. O império comercial

Estes eixos, os pólos e etapas delimitavam um imenso espaço econômico, de Mogadiscio a Moçambique, da costa swahili ao alto vale do Zambeze, ao curso superior do rio Congo, aos reinos interlacustres e ao alto Nilo, todas elas regiões em que a fronteira swahili encontrava outras fronteiras, elas também em movimento para o interior do continente.

#### 1. O controle do império

Este espaço econômico não constituía um mercado fechado. O Estado de Zanzibar *stricto sensu* não dispunha dos meios demográficos, econômicos, políticos e militares para controlar de maneira homogênea um espaço tão extenso. As regiões periféricas, ao longo do eixo meridional e das rotas setentrionais, beneficiaram sempre, pelo menos potencialmente, de uma ampla autonomia. Embora a eliminação brutal e sanguinária dos Mazrui (1837) tenha assegurado ao sultão a lealdade política das cidades swahilis, o mesmo não se passava com os negócios: Kilwa e os portos vizinhos recebiam regularmente os navios das ilhas Comores, especializados nas transações com este arquipélago, com Madagascar e a costa africana, bem como navios vindos diretamente da Índia; Mombaça, Lamu e os portos situados mais a norte continuaram também a manter relações diretas com a península arábica e com a Índia. A política dos sultões consistiu pois em reforçar o seu domínio na região central, já que dispunham de meios para a controlar, e a manter as regiões periféricas sob a sua dependência, através de uma sistema complexo de impostos.

É difícil definir os limites precisos dessa zona central. O topônimo *mrima* designa a costa, situada em frente a Zanzibar, onde se fala o dialeto *mrima*.

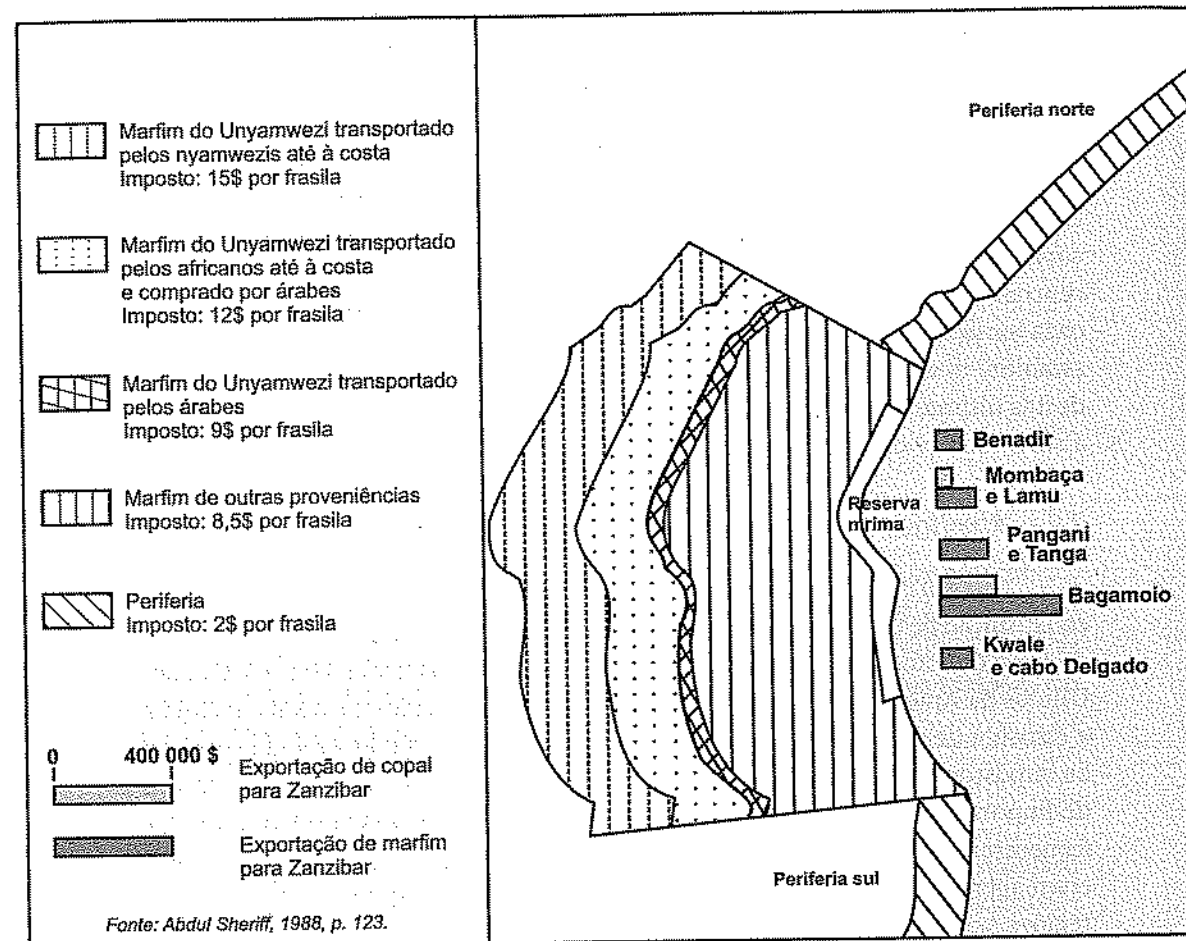
Em termos de prática comercial, segundo os contemporâneos, estendia-se de Vanga até à foz do Rufiji ou de Pangani a Kilwa. Nessa zona, o comércio continuou aberto aos mercadores de todas as origens até 1837, data em que um árabe obteve provisoriamente o monopólio do comércio, mediante o pagamento de uma renda ao sultão. O tratado comercial assinado com a Inglaterra em 1839 e os tratados posteriores com os Estados industrializados estipularam que o comércio da costa *mrima* estava exclusivamente reservado aos comerciantes "árabes" (isto é, árabes e swahilis). Esse monopólio dizia respeito a dois produtos – o marfim e a goma copal – que representavam, com os escravos, as principais exportações da zona central. Instaurado no momento em que os Estados industrializados ameaçavam cada vez mais abertamente a base econômica e a sobrevivência política das cidades swahilis, esse monopólio contribuiu em muito para atenuar o particularismo destas últimas e para as congregar em torno do sultão de Zanzibar, que passara a ser o melhor defensor dos seus interesses.

#### 2. A política aduaneira

Quanto à política aduaneira, só surgiu gradualmente, em associação com a constituição de um verdadeiro aparelho de Estado em Zanzibar e com a afirmação de uma diplomacia estável. Os tratados comerciais assinados com os Estados Unidos da América (1833) e posteriormente com os Estados europeus, incluíam a cláusula de nação mais favorecida em seu proveito: o sultão teve de suprimir os impostos sobre as exportações e de reduzir a apenas 5% *ad valorem* os direitos de importação. Foram pois as importações provenientes do continente que lhe forneceram o essencial das suas receitas fiscais. Os impostos sobre a goma copal eram apenas de 7%, tendo passado a 5% em 1860, quando o produto vinha das regiões exteriores à zona *mrima*; elevavam-se a 20% quando transitava por essa zona. Para o marfim, as proporções eram idênticas: 6% e mais tarde 5%, após 1860, para o marfim proveniente das zonas periféricas, o que teve por efeito drenar para Zanzibar a maior parte do marfim coletado por Mombaça, Lamu, Kilwa e os portos vizinhos.

Na costa *mrima*, onde a oferta se manteve a um nível elevado durante todo o século, os impostos não eram apenas mais elevados do que nas regiões periféricas: tinham também de favorecer a penetração dos arabo-swahilis para o interior. Assim, cerca de 1865, o imposto incidente num *frasila* de marfim era de 15 dólares, se o marfim fosse levado a Zanzibar por um comerciante *nyamwezi* (isto é, cerca de 30% do valor), de 12 dólares se um árabe tivesse comprado na costa o marfim transportado por um africano e de 9 dólares apenas no caso de expedições conduzidas ou organizadas por árabes. Este sistema tornava-se ainda mais complexo pela tomada em consideração da origem geográfica do marfim comercializado (documento 46).

**Documento 46: O sistema de tributação de Zanzibar**



Fonte: Abdul Sheriff, 1988, p. 123.

### 3. Nas margens do império

No interior do espaço delimitado pela fronteira, nem todos os agrupamentos humanos participavam nas transações. Havia aliás numerosas regiões que se mantinham totalmente à parte e que só tinham relações intermitentes com o comércio arabo-swahili. É que este último não soube alargar-se a outras mercadorias além do marfim e dos escravos – e, mesmo que o quisesse, não disporia certamente de meios para tal. Em distâncias muito longas (mais de 1 000 km de Ujiji a Bagamoio; cerca de 1 500 km entre as estações árabes do Lomami, no alto Congo, e a costa), o único meio de transporte consistia nos carregadores. Só eram pois rentáveis os bens de luxo que podiam suportar custos de transporte elevados (120 a 150 libras por tonelada de mercadorias diversas transportadas pelos carregadores de Stanley, em 1872, entre a costa e Tabora).

Este comércio largamente baseado na predação provocava destruições muito superiores aos efeitos económicos directos que gerava. Só as etapas, entrepostos e cidades criadas pelos arabo-swahilis por razões de segurança vieram a revelar-se gradualmente como centros de produção agrícola e artesanal e até como locais de prazer, a crer, por exemplo, na descrição de Tabora dada pelo explorador Jérôme Becker em 1887:

A alegria irrompe por todo o lado e muito longínqua é a recordação dos dias de morna tristeza e de rudes privações. É que Tabora, tal como Bagamoio, Ujijidji e Nyangué, é uma das capitais da África, uma parada de delícias e de exuberante licença.

Estas cidades foram igualmente um dos focos activos a partir dos quais a fronteira movediça exerceu uma influência ora sedutora ora repulsiva sobre as sociedades africanas.

### D. Mutações, cooperação e resistência das sociedades continentais

Embora muito parcialmente conhecidas, as mutações políticas, económicas e sociais ligadas a este movimento comercial surgem-nos muito diversificadas e muito heterogêneas. Numerosos grupos sociais e étnicos se especializaram na caça ou no comércio: essas gentes, que participavam cada vez menos na produção, tinham de ser substituídas por outros homens ou por ferramentas; o vaivém das caravanas, a captura e a venda de escravos originaram em todas as regiões adaptações, mutações e mudanças políticas, económicas e sociais mais ou menos amplas, consoante as situações.

#### 1. Renovação económica

No plano económico, a novidade mais visível foi o desenvolvimento das transações inter-regionais e a extensão das redes comerciais. Esta novidade era largamente determinada pelo comércio de exportação.

#### O comércio

As grandes caravanas, contando com várias centenas de carregadores, levavam em média dez semanas para ir, por exemplo, de Tabora à costa mrima. Uma parte dos produtos de exportação era acumulada quando partiam as caravanas, mas outra era comprada durante a viagem. Do mesmo modo, para não agravar demasiado a carga dos carregadores, começou a tornar-se hábito adquirir os víveres ao longo da viagem. Assim sendo, além dos produtos procurados na costa, eram transportados outros produtos que tinham valor de troca entre as populações atravessadas. Além disso, a multiplicação das cidades, sobretudo após 1850, criou no interior do continente mercados cujo abastecimento se revestia de interesse.

Estas transações incidiam de início sobre os produtos raros, ferro, sal e cobre. A raridade do ferro provinha do fato de as técnicas metalúrgicas não serem conhecidas por todas as populações e de o ofício de ferreiro ser rigorosamente reservado a certas linhagens ou grupos sociais. A utilização de objetos de ferro, como ferramentas (em especial, as enxadas), como ornamentos e como insígnias do poder, espalhou-se em toda a África Oriental no século XIX. A produção artesanal destes objetos atingiu o seu apogeu por volta de 1870-1880 e só começou a declinar na primeira década do século XX. As jazidas de sal de boa qualidade eram tão raras que este alimento servia por vezes de moeda: muito reputado por sua qualidade, o sal de Uvinza (Tanzânia Ocidental) vendia-se até a Ruanda, até a oeste do lago Tanganica e até ao lago Niassa. Por último, o cobre, produzido em quantidade bastante grande no atual *Copperbelt*, fornecia jóias e uma moeda, em forma de cruzinhas, procurada até no Buganda.

Este desenvolvimento das transações continuava, no entanto, inacabado: fora das grandes cidades os mercados eram irregulares e nenhuma unidade monetária conseguiu impor-se no leste africano. Consoante os casos, eram utilizados as cruzinhas de cobre, os cauris e as pérolas, não sendo raro, sobretudo para as transações de produtos alimentares, que os interessados se bastassem com a troca direta.

#### O artesanato

O desenvolvimento destas transações não provocou pois nem de longe a ruína do artesanato local. É certo que a importação de certos produtos manufaturados de baixo custo teve efeitos desastrosos: foi o que se deu com os tecidos de fabrico omani (*dobwani*), indiano (*kamiki, bandar, assilia, barsati*), americano (*merikani*) e, em finais do século, europeu: muito procuradas e respondendo a gostos cada vez mais variados, essas importações arruinaram rapidamente o artesanato têxtil. Entre os nyamwezis, por exemplo, os curtumes e o fabrico dos tecidos de ráfia desapareceram gradualmente a partir de 1860. Em contrapartida, a expansão das importações de espingardas (5 000 espingardas importadas por Zanzibar por volta de 1845, 100 000 em 1880) teve efeitos inversos: em certas regiões, os locais começaram a fabricar e a comercializar pólvora; a reparação e, inclusive, o fabrico das espingardas tornou-se uma especialidade.

#### A agricultura

As mudanças ocorridas no setor agrícola confirmam essas inúmeras possibilidades de adaptação. As antigas culturas de subsistência (em especial, o milho-miúdo, o sorgo e a banana), foram sendo complementadas ou substituídas por novas culturas, mais produtivas, de origem americana (milho e mandioca) ou asiática (arroz). O milho só se expandiu na África Oriental no século XIX, seguindo duas rotas diferentes: uma que partia da costa do Oceano Índico, onde o milho já era cultivado em Kilwa em 1770, aproximadamente, e de onde penetrou no

continente seguindo a rota meridional das caravanas; a outra, que vinha da África central, onde o milho se infiltrara a partir das costas do Oceano Atlântico, tendo daí alcançado os Estados dos Grandes Lagos e a Tanzânia. Por volta de 1880, só alguns bolsões muito afastados das rotas comerciais desconheciam ainda o milho. A mandioca, difundida provavelmente a partir dos portos do Oceano Índico, só se expandiu após 1850. O desenvolvimento do arroz, que seguiu a penetração árabe, foi também posterior a 1850.

Os efeitos econômicos e demográficos da adoção destas culturas são alvo de discussões eruditas. Mais produtivas do que as antigas culturas, eram também mais exigentes, salvo a mandioca. A sua adoção, que vinha se somar à crescente utilização dos arados de ferro, é interpretada por alguns comentadores como sinal de uma maior atenção prestada pelas sociedades da África Oriental aos seus problemas agrícolas. Contudo, não parece que tenham eliminado totalmente as crises de subsistência, pois as tradições de certos grupos fazem referência a graves fomes durante os anos 1830, 1860 e 1870: a dificuldade da questão reside no fato dessas fomes poderem ter tido como causas perturbações políticas e militares, bem como fatores climáticos.

## 2. Transformações sociais

No domínio social, a dimensão das mudanças foi considerável e algumas clivagens surgidas nessa época iriam manter-se ou reforçar-se durante a colonização. Continua porém a ser impossível apresentar uma descrição ou uma análise válida para o conjunto das situações.

#### As funções associadas ao comércio

Há um fato geral diretamente ligado ao novo contexto econômico e perceptível em todas as sociedades integradas no espaço comercial arabo-swahili que reside na valorização extrema de todas as atividades associadas com as transações. Por todo o lado, o valor de um indivíduo era estreitamente associado à sua participação física nos circuitos comerciais. Aquilo que as tradições dos yaos do norte de Moçambique espelhavam de forma um pouco pitoresca verificava-se nas outras sociedades atravessadas pelos grandes eixos comerciais:

Antigamente, segundo essas tradições, os yaos eram grandes viajantes, pois tinham o costume de dizer: Só vale a pena conhecer quem conhece os países estrangeiros. Mesmo na praça da aldeia, o grande assunto de conversa eram as viagens e quem conhecia os países estrangeiros era sempre escutado com respeito, e o povo bebia maravilhado as suas palavras; toda a gente tinha os olhos cravados nele, clamando às vezes com admiração: Meu Deus, és uma maravilha! Como viajaste! E as pessoas acreditavam em tudo o que ele contava. Um homem que não tivesse viajado, nem visto países estrangeiros, não podia participar nas conversas na praça da aldeia; ficava sentado sem dizer palavra e toda a gente troçava dele. O nome desse sujeito era: fica em casa. Não sai da aldeia e não conhece um



único país estrangeiro. Olham-no como um idiota; à mínima palavra, as pessoas contradiziam-no: Eh, mas que país conhece este sujeito? É um mentiroso: só serve para moer cereais. (Citado por Edward Alpers, 1969, p. 407).

Esta deriva dos valores sociais é um indício indiscutível de grandes mutações. Mas no seio das sociedades que mais participaram nas transações, as clivagens eram bastante mais numerosas do que sugere a valorização exclusiva das atividades mercantis.

Um dos grupos mais originais foi o dos caçadores de marfim que se encontravam sobretudo entre os nyanwezis. Este grupo formou-se sem qualquer referência às relações de parentesco, antes por recrutamento seletivo dos jovens que haviam dado mostras de audácia e de coragem. Esses jovens começavam por ser aprendizes (*hemba*) e só se integravam no grupo dos caçadores após terem pessoalmente morto um elefante. Foram os caçadores que abandonaram totalmente as tarefas tradicionais de produção pois, à medida que os animais de caça locais se rarefaziam, iam caçar cada vez mais longe. Esses grupos de caçadores iriam fornecer os aventureiros e os homens de Estado cuja ação revolucionou a geografia e as estruturas políticas da região na segunda metade do século XIX.

Nas regiões onde os comerciantes árabes constituíram Estados ou conquistaram zonas de influência, surgiu um grupo social especial, que de início se destinava a servir os objetivos econômicos e políticos dos recém-chegados. Foi em especial o que se passou com os *waungwana* (literalmente, "pessoas livres"), cujo papel é particularmente bem conhecido no Maniema e regiões circunvizinhas. Na realidade, este grupo compreendia tanto escravos como homens livres: tratava-se de contratados voluntários ou de escravos, recrutados *in loco* ou vindos de Zanzibar e do Tanganica, que se puseram ao serviço de Tippu Tip e dos outros árabes a partir dos anos 1860. Tinham em comum a prática da língua swahili e do islã e os costumes da costa que os levavam a participar nessa *ustaarabu* (civilização árabe) que os traficantes de marfim e de escravos pensavam estar levando aos negros selvagens do interior. Foi a esses *waungwana* ou, pelo menos aos mais notáveis deles que os árabes se habituaram a confiar certas tarefas importantes (coleta do marfim, compra e captura de escravos, gestão dos domínios rurais, transporte de mercadorias até Ujiji ou Tabora ou mesmo Zanzibar), dando-lhes assim a possibilidade de enriquecerem. Os mais audaciosos estabeleceram-se por conta própria nos anos 1890. Esta classe desempenhou um papel decisivo, embora contraditório, durante as primeiras décadas da colonização belga: os "arabizados", segundo a designação inexata dos europeus, iriam opor uma viva resistência à administração e às tropas coloniais; mas foi também no seu seio que se recrutaram os primeiros quadros do Estado colonial.

O comércio com a costa deu ainda origem a um terceiro grupo social bem individualizado, o dos carregadores (*pagazi*). Contrariamente aos caçadores, os carregadores não eram especializados: para fazer parte do grupo bastava ter resistência física suficiente. Contudo, o transporte por carregadores era fortemente

valorizado, em especial entre os nyanwezis dos quais um observador de finais do século XIX dizia que "nenhum deles estava autorizado a tomar mulher antes de ter levado à costa uma carga de marfim e trazido de volta um pacote de calicô ou de fios de cobre". De início, o transporte por carregadores inseria-se no ciclo agrícola sem o perturbar demasiado e ocupava os seis meses da estação seca (abril a setembro). Depois, as ausências prolongaram-se. Dentro deste grupo, surgiram algumas especializações sumárias, que permitiam distinguir os cozinheiros, os servidores, os *askari* (guardas armados), os simples carregadores. Os nyanwezis eram considerados os melhores carregadores da África Oriental e, por volta de 1880, estimava-se que um terço da população masculina participava no transporte. Mas as necessidades eram tão grandes que outros grupos étnicos forneceram igualmente carregadores. Por volta de 1890, cerca de 100 000 africanos percorriam a rota central das caravanas como carregadores. Os salários eram medíocres (de doze a vinte e cinco xelins por mês), pois, como sublinhava uma imagem acertada, os carregadores "viviam em duas economias", a economia doméstica que provia a sua subsistência e a economia das caravanas que fornecia os bens considerados de luxo. O hábito do transporte por carregadores, o volume das migrações e a instauração de um salariato quase permanente lançaram as bases sólidas em que iria apoiar-se o capitalismo colonial.

O último grupo social cujo número se expandiu durante o século, o dos escravos, viu engrossar as suas fileiras em parte para substituir a força de trabalho perdida em consequência do transporte por carregadores e das outras atividades ligadas ao comércio. Os dois fatos mais significativos deste ponto de vista foram, por um lado, a extensão e a banalização da escravatura e, por outro, a percepção do valor econômico do escravo. Antes de 1800, a condição servil só era conhecida na África Oriental numa pequena escala, pois os escravos eram o mais das vezes criminosos que as linhagens assimilavam com bastante rapidez. Após essa data, os modos de aquisição dos cativos diversificaram-se, e a escravatura por punição cedeu gradualmente o passo às razias organizadas, às capturas violentas e às alienações de mulheres e de filhos pelos pais ou pelos tios maternos.

Embora seja difícil estabelecer uma regra geral, parece que os grupos que se dedicaram à caça ao elefante foram os mais propensos a praticar as razias de escravos, uma vez dizimada a manada de elefantes, e que as principais vítimas foram as sociedades sem Estado e as populações que, não tendo participado ativamente no novo sistema de transações, não dispunham de armas de fogo. A aquisição de escravos pela venda desenvolveu-se sobretudo após 1873, data da proibição pelo sultão de Zanzibar de todas as exportações de escravos. A assimilação dos escravos à sociedade de acolhimento passou a ser excepcional. Nos grupos que se dedicavam ativamente ao comércio costeiro, os escravos vieram a tornar-se uma autêntica classe de produtores agrícolas, provendo à subsistência dos caçadores, dos traficantes e dos carregadores, e correndo o risco de ser vendidos se o senhor achasse conveniente. Muito significativa dessas novas clivagens e do surgimento de normas sociais diferentes foi a rápida adoção pelas populações do interior de

expressões swahilis originárias da sociedade escravagista da costa: as pessoas livres, proprietárias ou não de escravos, faziam questão em designar-se a si próprias como *waungwana* e, em certas circunstâncias, continuavam a recorrer ao vocabulário e à ideologia do parentesco, embora as distinções ricos/pobres, caçadores/carregadores/produtores etc., tenham assumido cada vez maior importância; quanto aos escravos, globalmente chamados *washenzi* (selvagens, bárbaros), eram repertoriados, ainda e sempre de acordo com o vocabulário costeiro, como *wattumwa wajinga* ("escravos estúpidos", isto é, adquiridos na idade adulta), *wakulia* ("escravos criados cá", isto é, adquiridos na infância) e *wazalia* ("escravos nascidos cá").

Qualquer apreciação quantitativa sobre a dimensão respectiva destes diferentes grupos sociais repousaria em hipóteses extremamente frágeis e alusões demasiado esparsas constantes dos relatos de exploração. A título de exemplo, em 1840, dizia-se dos nyamwezis que alguns deles possuíam quatrocentos ou quinhentos escravos; por volta de 1880, o explorador Jérôme Becker contava que encontrara "um pequeno burgo com 500 habitantes, sendo 40 homens livres e o resto escravos", mas não dizia nada das aldeias circunvizinhas.

#### Os detentores do poder

Seja como for, estas indicações sugerem a diversidade e a amplitude das mudanças ocorridas no continente. É provável que, nesta evolução, os grandes perdedores tenham sido os tradicionais detentores da autoridade, salvo nas velhas monarquias interlacustres, que souberam pôr-se ao abrigo dos traficantes estrangeiros, como o Burundi, que lhes proibiu a entrada, ou que tiveram a habilidade de se inserir na rede das transações e acumular armas de fogo, como o Buganda e o Karagwe. Em todas as outras regiões, o desenvolvimento das transações fragmentou o quadro territorial em que se exercia a autoridade e tornou caducas as regras consuetudinárias que reservavam ao chefe uma parte dos bens preciosos, por exemplo, um dente de elefante em cada dois. O poder passou em grande parte para as mãos dos *big men*, homens novos treinados e endurecidos pela caça, enriquecidos pelo comércio, detentores das armas de fogo, possuidores de numerosos dependentes e por vezes de verdadeiros exércitos (*ruga ruga* da Tanzânia, *tamba tamba* do Maniema) formados por cativos, por fugitivos de diversas origens, por aventureiros e por toda a espécie de marginais produzidos pela época.

A gradual emergência de uma comunidade de cultura, baseada na língua (swahili) e, em menor medida, na religião dos mercadores (islã), complemento inevitável das novas solidariedades econômicas, insere-se numa dinâmica de longa duração, que se iniciou com a instalação dos primeiros agrupamentos árabes na costa, tendo-se acelerado com o avanço da fronteira do império comercial de Zanzibar e ainda hoje se faz sentir nas sociedades leste-africanas.

### III. BANTUS, BOERS E BRITÂNICOS: TURBULÊNCIAS FRONTEIRIÇAS E COLONIZAÇÃO RASTEJANTE<sup>12</sup>

A questão da "fronteira" é uma das mais importantes e das mais controversas da historiografia sul-africana. Com efeito, há uma longa tradição intelectual que pretende explicar toda a história da África do Sul pela "fronteiras" e pelo "espírito da fronteira", sendo esta entendida como o ponto de encontro entre os brancos, ou "a civilização", e os africanos, ou "a selvageria": assim, o *apartheid* mais não seria do que o produto final de uma longa história de conflitos entre brancos e africanos, situados dos dois lados de uma fronteira em constante movimento, e a expressão, no século XX, do "espírito da fronteira". Esta abordagem não só subestima excessivamente as mutações introduzidas nas relações sociais e nas mentalidades pelo desenvolvimento da economia mineira e industrial capitalista, mas simplifica também excessivamente situações muito diferentes no tempo e sempre muito complexas.

#### A. Fronteira e emergência de uma sociedade colonial

Na África do Sul, a fronteira não opunha "raças" (pois a sociedade "branca" foi desde muito cedo uma sociedade muito variada), nem gêneros de vida (pois, no fim de contas, estes, assentes na agricultura e na pecuária, eram idênticos), mas, sim, uma sociedade colonial em formação e em expansão a comunidades africanas independentes, que, por seu lado, estavam envolvidas numa série de mutações que se estenderam por um longo período.

#### 1. Os brancos no Cabo

O estabelecimento dos europeus iniciou-se em 1652, quando, a pedido da Companhia Holandesa das Índias Orientais<sup>13</sup>, Jan van Riebek se instalou no Cabo da Boa Esperança com instruções precisas: construir um forte, organizar plantações e manter boas relações com os indígenas, de modo a receber deles um abastecimento regular de carne. Este posto, administrado pelos agentes da VOD, não devia ser mais do que um ponto de escala e não tinha vocação para se tornar uma colônia. Ora, a sua importância cresceu regularmente: de 1652 a 1779, visitavam-no anualmente 30 a 70 navios. A política de Jan van Riebek e dos seus sucessores transformou rapidamente o posto em ponta-de-lança de uma verdadeira empresa de colonização: pareceu-lhes mais barato pôr colonos independentes a trabalhar a terra do que deixar isso ao cuidado dos agentes da companhia; encontraram tanto mais facilmente candidatos à colonização quanto o clima e a ausência da mosca tsé-tsé, de mosquitos e de outros vetores de doenças tropicais encorajavam a radicação dos europeus. Ao núcleo original, formado por holandeses e alemães (600 colonos ao todo no final do século XVII), veio juntar-se em 1688-

1689 um forte contingente (cerca de 200 pessoas) de huguenotes, protestantes franceses que fugiam do seu país após a revogação do Édito de Nantes (1685).

A partir de 1658, estes europeus, visto que os khoikhois (hotentotes) se recusavam a entrar ao seu serviço, começaram a adquirir escravos importados. Mandavam-nos vir de Angola e da África Ocidental, mas a maior parte morreu da epidemia de varíola em 1713. A partir daí, as fontes de aprovisionamento diversificaram-se: Madagascar e a África Oriental, mas também a Índia, a Indonésia, Ceilão e a Malásia foram ativamente solicitadas. De 310 em 1687, o número de escravos elevou-se a 1 298 em 1708 e a 5 787 em 1756. A partir de meados do século XVIII, o número de escravos ultrapassava o dos homens brancos:

- 5 787 escravos contra 5 123 brancos em 1756;
- 16 767 escravos contra 13 830 brancos em 1793;
- cerca de 18 000 escravos contra 15 000 brancos em 1795.

Utilizados na agricultura, no artesanato, nos serviços domésticos e em todos os trabalhos não qualificados, estes escravos passaram a ser a principal força de trabalho da colônia. Alguns deles, vindos da Ásia Oriental, eram muçulmanos.

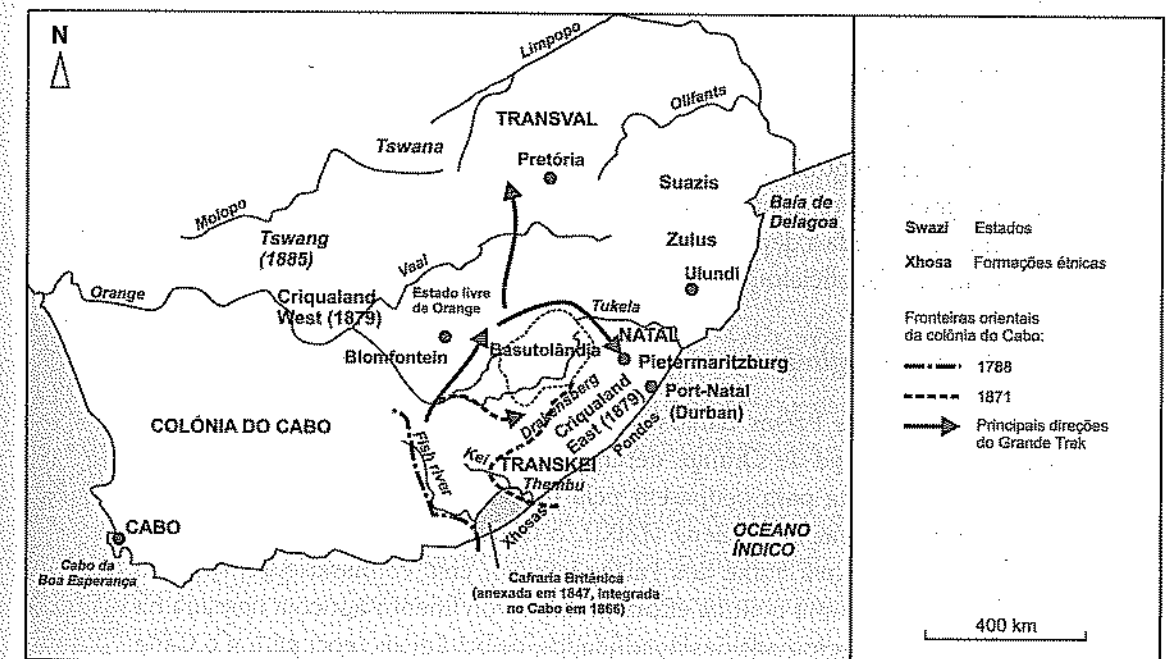
## 2. Os inícios da fronteira

É possível distinguir diversas eras no povoamento branco. De início, os colonos estabeleceram-se no Cabo e redondezas imediatas (documento 47): deram a si próprios o nome de *free burghers* (burgueses, habitantes do burgo, livres) por referência ao seu local de residência e ao seu estatuto. Com o desenvolvimento da cultura do trigo e da vinha, assistiu-se à individualização de um outro grupo, os *boers* (literalmente, "camponeses"). Veio seguidamente, durante o século XVIII, o ascenso da pecuária, que começou por estar associada à agricultura e se foi tornando cada vez mais independente. Os progressos desta pecuária extensiva e itinerante, o número crescente de colonos e a sua "fome de terras", os encargos impostos pela Companhia das Índias, considerados demasiado onerosos, tudo isso foram fatores que levaram os colonos a encetar uma migração para norte e leste. Assim começou o *trek* (deslocação, migração) e sobreveio uma nova mutação dos *boers*, anteriormente *free burghers*, que se transformaram em *trekboers* (agricultores nômades). A vida aventureira dos *trekboers* proporcionava uma saída cômoda aos filhos de colonos nascidos na África do Sul, a quem faltavam a instrução e a cultura necessárias para aspirarem aos empregos administrativos e às profissões liberais, que eram avessos a tornarem-se pequenos artesãos ou assalariados e que tinham a certeza de poder tirar partido do mercado dos produtos da pecuária, em plena expansão no século XVIII.

Tal teve como consequência a contínua expansão da colônia do Cabo e a persistência das violências em torno da ocupação das terras. Os *trekboers* começaram por se afrontar com os khoikhois e os *sans* (bosquímanos). Conhecidos dos navegadores europeus a quem ofereciam víveres em troca de tabaco, de álcool e de produtos manufaturados até 1652, os criadores de gado khoikhois estavam

divididos em pequenas chefaturas rivais que não conseguiram opor uma resistência eficaz à instalação dos brancos no Cabo e às constantes incursões dos colonos: após várias guerras perdidas (1659-1660 e 1672-1677), graves epidemias de varíola (1713, 1755 e 1767) acabaram por destruir a sua organização e levaram uma grande parte dos sobreviventes a pôr-se ao serviço dos brancos e a integrar-se na sociedade colonial. Os caçadores *sans*, habituados a roubar gado aos vizinhos, entraram abertamente em conflito com os colonos no final do século XVIII: de cerca de 1770 até 1810, tornou-se hábito os comandos de *trekboers* trucidarem sistematicamente os *sans*, que, por únicas armas, tinham arcos e flechas envenenadas; os sobreviventes emigraram para o noroeste, cujas terras áridas e semidesérticas não interessavam aos colonos. Para leste, estes entraram em confronto com os criadores de gado bantus logo desde início do século XVIII. Solidamente organizados e hábeis na guerra, os *xhosas* eram adversários mais temíveis do que os *khoi-sans* (*khoikhois* e *sans*). Em 1778, o governador do Cabo fixou a fronteira da colônia no Great Fish River, na esperança de pôr cobro aos ataques seguidos de represálias praticados por ambos os lados. Tal não impediu conflitos importantes, em especial em 1779, 1789 e 1799.

Documento 47: A fronteira branca na África do Sul



Formada nessas condições, a sociedade colonial apresentava uma grande complexidade. As estimativas de 1773 dão à colônia uma população de 20 261 almas – 2 165 agentes da VOD, 8 554 colonos e 9 902 escravos – a que há que acrescentar os *khoikhois*. Entre os brancos, o desequilíbrio da *sex ratio* era tal (por



exemplo, em 1699, contavam-se 402 homens para 224 mulheres e 521 crianças), que os homens, já que não contraíam matrimônio com mulheres indígenas, viviam com elas em concubinato: essas uniões e ligações passageiras deram origem desde cedo a uma comunidade relativamente importante de mestiços (*coloured people*). A mescla cultural não era menos evidente visto que o taal, a língua local, variante do neerlandês, continha palavras khoikhois e malaiais. Apesar destas mesclas, os brancos, constituídos em grupo hegemônico, consideravam-se uma comunidade distinta, obcecada pela preservação da “pureza da raça” e cimentada pela interpretação simplista do calvinismo difundida pela Igreja Reformada Holandesa, religião de Estado: acreditavam na predestinação e na vocação, que Deus determinara, dos africanos e dos “povos de cor”, que deveriam ser para sempre servidores dos brancos. Apoiados nestes preconceitos, tinham-se constituído a partir de 1672 em sociedade militar (obrigação do serviço militar e do treino anual para todos os homens de 16 a 60 anos). Nas zonas fronteiriças formaram-se comandos cujas atribuições e prerrogativas foram aumentadas pelo governo do Cabo nos anos 1770. Significativamente, esses grupos pioneiros eram muitas vezes misturados: entre os artesãos da expansão da colônia do Cabo havia também os griquas, anteriormente chamados *bastards* (bastardos), e os koras ou korana que contavam inúmeros mestiços.

## B Os britânicos e a fronteira colonial

O equilíbrio instável então prevalecente rompeu-se brutalmente com a entrada em cena dos britânicos, em 1795. Ora, a administração da VOD atravessava uma crise grave, tanto política (devido à crescente insegurança nas fronteiras) como financeira (dada a depreciação da moeda local). Irrompia a revolta entre os colonos quando foi oficialmente declarada a bancarrota da VOD (1794).

### 1. O conflito anglo-boer

A invasão dos Países Baixos pela França Revolucionária e a fuga para Inglaterra do príncipe de Orange deram aos britânicos o pretexto político e a justificação jurídica para ocuparem pela primeira vez o Cabo (1795-1802). No seguimento da paz de Amiens (1802), o Cabo voltou a ser propriedade da República Batava (novo nome dos Países Baixos), cujo comissário geral, Jacob de Mist, inaugurou uma política eficaz de desenvolvimento agrícola baseada na escravatura. Com a retomada das hostilidades, os britânicos reocuparam o Cabo (1806), desta vez definitivamente. Ora, na falta de uma verdadeira política, todas as decisões tomadas eram prejudiciais aos boers. Habitados à administração superficial e longínqua da VOD, suportavam mal a tendência dos britânicos para tudo regerem (documento 48).

## Documento 48: Liberalismo e colonialismo britânicos na África do Sul, marcos cronológicos

|           |                                                                                                                                                                                                          |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1794      | – Falência da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais.                                                                                                                                               |
| 1795-1802 | – Os britânicos ocupam o Cabo.                                                                                                                                                                           |
| 1799      | – Johannes T. Van der Kemp chega ao Cabo por conta da <i>London Missionary Society</i> .                                                                                                                 |
| 1806      | – Os britânicos voltam a ocupar o Cabo.                                                                                                                                                                  |
| 1807      | – O comércio dos escravos é proibido aos súditos britânicos e nas possessões britânicas.                                                                                                                 |
| 1809-1812 | – Leis relativas ao estatuto e aos direitos dos trabalhadores “de cor” e que confirmavam certas disposições discriminatórias.                                                                            |
| 1811      | – Ronda do <i>Circuit Court</i> : recolha de queixas dos africanos.                                                                                                                                      |
| 1812      | – Lei fundiária: as propriedades são limitadas a 480 hectares, em lugar de 2 400 hectares anteriormente. Conquista do Suurveld.                                                                          |
| 1819      | – John Philip, da <i>London Missionary Society</i> , chega ao Cabo.                                                                                                                                      |
| 1820      | – 5 000 colonos britânicos instalam-se na região de Port-Elizabeth.                                                                                                                                      |
| 1822      | – O inglês é instituído língua oficial única.                                                                                                                                                            |
| 1824-1828 | – Leis que instauram as grandes liberdades individuais e coletivas.                                                                                                                                      |
| 1825      | – Reforma financeira.                                                                                                                                                                                    |
| 1828      | – Decreto n.º 50: igualdade de todos os habitantes diante da lei. O código penal britânico substitui o código holandês. Viagem a Inglaterra de John Philip, que publica <i>Researches South Africa</i> . |
| 1833      | – Abolição da escravatura no império britânico.                                                                                                                                                          |
| 1835      | – O distrito de Vitória e a província de Adelaide são anexados pelos britânicos; início do Grande Trek.                                                                                                  |
| 1843      | – O Natal é proclamado colônia britânica.                                                                                                                                                                |
| 1845      | – O Natal é anexado à colônia do Cabo.                                                                                                                                                                   |
| 1847-1852 | – Sir Harry Smith, governador do Cabo, desenvolve uma política de expansão territorial e de segregação relativamente aos africanos.                                                                      |
| 1852      | – A Convenção de Sand River reconhece a independência do Transvaal.                                                                                                                                      |
| 1854      | – A Convenção de Bloemfontein reconhece a independência do Estado Livre de Orange.                                                                                                                       |
| 1860      | – Importação dos primeiros <i>coolies</i> indianos para o Natal.                                                                                                                                         |
| 1867      | – Descoberta dos diamantes no Griqualand.                                                                                                                                                                |
| 1871      | – Anexação das regiões diamantíferas de Kimberley e de Griqualand.                                                                                                                                       |
| 1872      | – A colônia do Cabo é colocada sob autoridade de um governo local responsável.                                                                                                                           |

Fonte: cronologia estabelecida por Elikia M'Bokolo.

Sob o impulso de jornais em inglês (como o *Commercial Advertiser* e o *Grahamston Journal*) ou em afrikaans (como o *Zuid Afrikaan*), a imprensa, que

era agora totalmente livre, contribuiu para apaixonar os debates. Do lado dos boers, as acusações contra os britânicos não faltavam: ignorância e desprezo da sua identidade cultural, anglicização deliberada ou acobertada da colônia, ataque contra os seus interesses econômicos, inversão das hierarquias e dos valores sociais. Esta última acusação visava a ação dos membros da *London Missionary Society*, todos eles impregnados no início do século XIX por um humanitarismo igualitário considerado perigoso pelos boers: assim, o holandês Johannes T. Van der Kemp, membro dessa sociedade, médico e teólogo, casara com uma hotentote; o inglês John Philip, especializado na evangelização dos khoikhois, dos griquas e dos bantus, e muito popular no seu país, era um dos adversários mais resolutos da escravatura e da discriminação racial. As medidas de integração, como o decreto n.º 50 (1828) e a abolição da escravatura (1833), foram muito mal acolhidas pelos boers, que evocavam imediatamente o risco de rarefação da mão-de-obra, a vagabundagem, a insubordinação, a anarquia, a ruína econômica. A indenização global proposta pelos britânicos – 1,25 milhões de libras, em lugar dos 3 milhões reclamados pelos antigos proprietários de escravos, pagáveis além disso em Londres – levou a sua revolta ao ápice. Assim, a presença britânica contribuiu para cristalizar a identidade boer. Um sinal revelador deste fato é a gradual substituição, durante os anos 1830, do termo boer, rico de conotações sociais, mas privado de referências étnicas ou raciais, pelo etnônimo *afrikaner* (que passou a *afrikaner* e, mais tarde a *afrikaner*): o novo nome visava especificar uma comunidade de europeus (o que reafirmava as diferenças irredutíveis relativamente às “pessoas de cor”) definitivamente radicados na África e adaptados ao seu meio envolvente (o que sublinhava a diferença relativamente aos recém-chegados britânicos).

## 2. O Grande Trek

O Grande Trek (1835-1841) não foi provocado por uma causa precisa, tendo sido gerado pela acumulação de uma série de frustrações. O acontecimento, que, aos olhos dos racistas brancos da África do Sul, haveria de tornar-se na epopeia mais gloriosa da sua História e um dos mitos fundadores do *apartheid*, mesmo situando-se na continuidade perfeita dos *treks* anteriores, revestiu-se de uma amplitude sem precedentes e originou efeitos muito duradouros na história da África Austral. À frente das diferentes expedições afirmaram-se personalidades como Gerritz Maritz, Hendrick Potgieter, Pieter Retief e Piet Uys, todos eles homens da fronteira e agricultores que haviam adquirido uma sólida reputação militar nas expedições punitivas dos comandos fronteiriços. Várias considerações contraditórias presidiram à escolha das direções adotadas: afastar-se o mais possível da zona de domínio britânico, sem deixar de preservar o acesso a um dos portos marítimos; atingir regiões ricas em pastagens mas desabitadas ou debilmente ocupadas; evitar os confrontamentos com os novos Estados nacionais bantus, que possuíam técnicas militares temíveis, mas sem deixar de estar perto dessas fontes potenciais de mão-de-obra.

Contrariamente à lenda edificante construída pelos nacionalistas brancos, o Grande Trek não foi uma marcha triunfal: as perturbações e as desordens provocadas pelo *Mfecane* facilitaram a instalação de seis mil migrantes (cerca do oitavo da população da colônia do Cabo) no seu novo habitat. A primeira coluna, conduzida por Louis Trigardt e Jan van Rensburg (1835), foi dizimada pela malária e por guerreiros bantus; os *trekkers* tiveram também que afrontar os *ndebeles* e os *zulus*, conduzidos por Mzilikazi (1836) e por Dingaan (1838), respectivamente. Em 1842, os sobreviventes do êxodo proclamaram a República do Natal, administrada por um *Volksraad* (Conselho do Povo).

Este Estado branco independente com acesso ao mar, erguido aos seus flancos como um desafio, incomodava os britânicos, que, após um primeiro assalto coroado de êxito (1842), decidiram anexá-lo (1845). Aproveitando essa dinâmica, os britânicos conquistaram todas as terras situadas entre o Drakensberg, o Vaal e Orange, onde se tinham refugiado os boers. Mas a opinião britânica era alérgica à possessão (considerada custosa) de territórios que um dia ou outro acabariam por se emancipar. Assim sendo, as autoridades do Cabo procuraram, através das Convenções de Sand River (1852) e de Bloemfontein (1854), alcançar um compromisso com os boers. Por volta de 1860, a África do Sul compreendia, pois, Estados e pequenas unidades políticas bantus, repúblicas boers (a República Sul-Africana ou Transvaal, anexada pelos britânicos em 1877, e o Estado Livre de Orange) e as possessões britânicas (Cabo, Natal e a “Cafraria Britânica”, a que se juntaram, em 1871, o Griqualand, após nele terem sido descobertos diamantes, quatro anos mais tarde).

## C. Os africanos perante a fronteira dos brancos

Os khoikhois e os *sans* tinham sido, voluntariamente ou à força, assimilados à sociedade colonial do Cabo ou expulsos para as regiões mais inóspitas. Os *trekboers* e os colonizadores britânicos representavam uma ameaça tanto econômica, como política e cultural para as sociedades bantus, que o *Mfecane* estava precisamente precipitando num gigantesco movimento de reestruturação. Todos se esforçaram para conter a penetração branca pelos meios mais diversos, aliando a diplomacia, o emprego das armas e o recurso às religiões antigas e novas. Segundo os povos em causa, distinguem-se tradicionalmente três séries de “guerras”: as “guerras dos cafres”, as “guerras dos *bassutos*” e as “guerras dos *zulus*”.

### 1. As guerras cafres

Durante um século, entre 1750, aproximadamente, e 1856, as “guerras cafres” agitaram as terras situadas a leste de Fish River e habitadas pelos *xhosas*, povo de criadores de gado, de língua e cultura Nguni, que os brancos tinham ganho

o hábito de chamar pejorativamente “cafres” (do árabe *kaffir*), isto é, infiéis. A surda tensão entre xhosas e boers degenerou em conflitos abertos após o governador do Cabo, van Plettenberg, ter decidido, em 1780, fixar a fronteira da colônia em Fish River. Houve assim oito “guerras cafres”: 1780, 1793, 1803, 1811, 1818-1819, 1834-1835, 1846 e 1850-1853. Estes conflitos, inevitáveis entre populações pastoris que praticavam ambas o nomadismo, decorriam das mesmas causas e por vezes dos pretextos mais fúteis: hostilidade dos xhosas ao insidioso esbulho das suas terras; franqueamento ilícito da fronteira por uns ou por outros; roubos recíprocos de gado; represálias, contra-represálias e contestações intermináveis. A cada vez maior pressão dos colonos brancos, a repetição dos revezes militares, o sentimento de estarem fechados num beco sem saída, o peso do calvinismo entre os boers e a pregação dos missionários britânicos provocaram entre os xhosas o descrédito dos chefes militares e a promoção dos profetas.

Assim, a quinta “guerra cafre” teve por chefe o profeta Makãa (ca. 1780-1819), também chamado Nxele (“o canhoto”, deformado pelos boers em *Links* e pelos ingleses em *Lynx*): tendo frequentado os missionários nos burgos próximos de Port-Elizabeth, espalhava uma mensagem simultaneamente política e religiosa (documento 49), segundo a qual o Deus dos brancos, Tixo, não era mais do que um *inkosana* (chefe subalterno), sujeito a Dalidipu, Deus supremo e protetor dos negros; da mulher de Dalidipu, dotada de seios enormes e pendentes, provinham a chuva, a seca e a fecundidade; este Deus, que tolerava o adultério e a poligamia, encarregara-a de reparar os sofrimentos que os colonos haviam imposto aos xhosas, de “expulsar os brancos do país e (de) os lançar ao mar”, e, por fim, resgatar o gado que eles haviam roubado. Detido após o cerco de Grahamstown com 10 000 fiéis (abril de 1819) e preso na sinistra penitenciária de Robben Island, Makãa encontrou a morte durante uma tentativa de evasão. Por volta de 1845, apareceu outro profeta, Mlanjeni, que haveria de ser desacreditado pelo fracasso da oitava “guerra cafre” (1850-1853): inspirando-se nas antigas crenças, este pedia aos xhosas que renunciassem à magia; tendo-se proclamado sacerdote da guerra, ensinava que tinha o poder de transformar em água as balas dos brancos e de tornar os seus partidários invulneráveis; graças aos seus amuletos, os xhosas expulsariam os brancos da sua terra.

#### Documento 49: As queixas dos xhosas contra os boers em 1819

“Esta guerra [...] é uma guerra justa. Estais a fazer tudo o que podeis para exterminar um povo que obrigastes a tomar as armas. Quando os nossos pais e os pais dos boers se estabeleceram pela primeira vez no Suurveld [a região situada a oeste de Fish River], viviam juntos e em paz. Os seus rebanhos pastavam nas mesmas colinas, os seus pastores fumavam juntos os mesmos cachimbos, eram irmãos [...], até que os rebanhos dos xhosas começaram a crescer tanto que fizeram sofrer o coração dos boers. O que essas pessoas ávidas não podiam obter dos nossos pais em troca de velhos botões, tomaram-no elas pela força. Os nossos pais eram *homens*, amavam o seu gado, as suas mulheres e os seus filhos viviam do leite; batiam-se pelos seus bens. Começaram a odiar os colonos que cobiçavam os seus bens e queriam a sua perda.

Ora, os seus kraals e os kraals dos nossos pais estavam separados. Os boers organizaram comandos contra os nossos pais. Os nossos pais expulsaram-nos do Suurveld; e vivíamos ali porque tínhamos conquistado essas terras. Foi lá que fomos circuncidados, foi lá que desposamos as nossas mulheres, foi lá que nasceram os nossos filhos. Os brancos odiavam-nos mas não conseguiam expulsar-nos. Quando havia a guerra, pilhávamos os vossos bens. Quando havia paz, alguns malfeteiros dentre nós roubavam-vos; mas os nossos chefes proibiam isso... Vivíamos em paz. Alguns dos nossos, que eram gente má, talvez roubassem, mas a nossa nação no seu conjunto era tranqüila, os nossos chefes eram tranqüilos. [...]

Desejamos a paz, queremos viver em paz nas nossas casas, queremos ter leite para os nossos filhos, as nossas mulheres querem cultivar a terra. Mas as vossas tropas ocupam as planícies e pululam nas matas, onde, não conseguindo distinguir o homem da mulher, disparam sobre toda a gente.”

Fonte: Discurso de defesa pronunciado por um discípulo de Makãa, após a detenção deste último, perante os oficiais britânicos e reproduzido por Thomas Pringle, *African Sketches*, 1934, citado por E. Roux, *Time Longer Than Rope. A History of the Black Man's Struggle for Freedom in South Africa*, 2.ª edição, Madison, The University of Wisconsin Press, 1964, pp. 14-16.

A mais espetacular dessas profecias e a mais pesada de consequências teve lugar em 1856, quando uma jovem de dezesseis anos, Nongkause, declarou ter tido visões e ter sido encarregada de pregar uma mensagem de emancipação: vindas do outro lado do mar, em breve chegariam tropas invencíveis para ajudarem os xhosas a expulsar os ingleses; as vozes que ela ouvira tinham ordenado que não se cultivasse a terra, que se destruíssem todas as colheitas, que se matasse e se comesse todo o gado; no Dia da Ressurreição, milhões de cabeças de gado sairiam da terra, os campos cobrir-se-iam bruscamente de soberbas culturas, o céu cairia e levaria consigo os brancos, os negros ao seu serviço e os incrédulos. Embora as visões das jovens fossem coisa comum entre os xhosas, e as tratassem com atenção, a mensagem de Nongkause exprimia também os numerosos boatos suscitados a partir de 1854 pela guerra da Crimeia e que levavam os xhosas a dizer: “Os russos são um povo negro como nós: puseram-se a caminho para nos ajudarem a atirar os ingleses ao mar.” Os xhosas responderam aos apelos da profetisa e, segundo as estimativas, abateram entre 150 000 e 400 000 cabeças de gado. A sangria demográfica foi irreparável: entre 20 000 e 50 000 mortos de fome; 30 000 pessoas, pelo menos, reduzidas à mendicidade; numa população de 100 000 a 150 000 pessoas antes da pregação, não restavam mais de 30 000 sobreviventes nas terras deste povo. Assim, a aventura de Nongkause foi uma bem-aventurança para os colonos: libertou as terras que a oposição dos africanos impedira de ocupar até àquela altura; e forneceu-lhes também, com os criadores arruinados e desiludidos nas suas esperanças, uma mão-de-obra abundante, barata, resignada e dócil.

## 2. As guerras dos bassutos

Menos espetaculares do que as guerras cafres, mas igualmente recorrentes, as “guerras dos bassutos” opuseram durante uns cinquenta anos os bassutos, quer aos boers, quer aos britânicos, sendo seu principal motivo o controle das



terras de cultivo e das pastagens. No seguimento do Grande *Trek*, os boers, que se tinham contentado até então com as terras dos griquas, começaram a penetrar nas terras dos bassutos e a estabelecer-se nelas permanentemente, suscitando por isso mesmo uma longa espiral de violência. Após terem hesitado durante muito tempo em intervir, apesar das solicitações do rei Moshoeshoe, os ingleses acabaram por pôr os dois partidos de acordo com base num compromisso (1846): concessão aos boers de algumas terras evacuadas pelos bassutos em troca do reconhecimento da autoridade de Moshoeshoe, do pagamento de um imposto de exploração e da renúncia a outras terras, renúncia essa a que os boers não conseguiram resignar-se por muito tempo.

A situação levou os ingleses a anexarem pura e simplesmente o território ocupado pelos boers sob o nome de "Soberania do rio Orange" (1848), tendo o antagonismo bassutos-boers passado a antagonismo bassuto-inglês. As provocações do major H. D. Warden, responsável pelo novo território que se rendera completamente aos interesses dos boers, originaram graves encontros entre 1850 e 1852, que acabaram por dar a vantagem aos bassutos, cuja capital, Thaba Bosiu, permaneceu inviolada.

Ao assinarem a Convenção de Bloemfontein (1854), que reconhecia a independência do Estado Livre de Orange, os britânicos deixavam de novo face a face os bassutos e os boers, ao mesmo tempo que continuavam a colocar lenha na fogueira: com efeito, a mesma convenção previa vendas de armas britânicas aos boers, mas impunha um embargo aos bassutos. As hostilidades reacenderam-se imediatamente, com fases intensivas (1858, 1865-1868) e, a partir de então, com graves prejuízos para os bassutos. Em 1868, a pedido do velho rei Moshoeshoe (1786-1870), o Lesoto tornou-se protetorado britânico, mas a tensão se manteve. Quando, em 1878, a Lei para a Preservação da Paz votada no Cabo obrigou todos os africanos a entregar as suas armas, os bassutos recusaram-se a assentir: assim eclodiu a "guerra das espingardas", que durou dois anos (1879-1881). O governador aproveitou o pretexto para declarar uma parte da Basutolândia (Lesoto) aberta à colonização branca, o que facilitou uma insurreição conjunta dos bassutos e das gentes do Transkei e do Griqualand. Desmoralizado, o exército inglês resignou-se a um compromisso em 1881: os bassutos manteriam as suas instituições, as suas terras e as suas armas, mas estas últimas na condição de pedirem uma licença e de pagarem uma compensação ao governo do Cabo.

### 3. As guerras zulus

As "guerras zulus" terminaram também com vantagem para os brancos. Além do tratado de amizade e de comércio assinado com o inglês Francis Farewell (1824), Chaka não tinha por assim dizer mantido relações com os europeus. As coisas mudaram com seu irmão, assassino e sucessor, Dingaan (1828-1840). Com os ingleses, cujos colonos cobiçavam as ricas terras da Zululândia, começou por se conseguir um compromisso fácil e vantajoso para ambas as partes: o acordo

de 1835 previa o repatriamento dos zulus refugiados no Natal, cujo número e cujas atividades de agitação podiam ameaçar o trono de Dingaan; este, em troca, aceitava acolher colonos e missionários, cujos postos, dirigidos por ingleses e americanos, se multiplicaram entre 1836 e 1838. Ora, foi precisamente no mesmo momento que os boers se apresentaram diante dos zulus, pedindo terras e ocupando-as, pura e simplesmente, logo a seguir. Após o morticínio de cerca de 360 brancos ordenado por Dingaan (4-17 de fevereiro de 1838) – entre esses brancos estava Piet Retief, um dos heróis do Grande Trek –, os boers desforraram-se infligindo aos zulus a pesada derrota de Blood River (16 de dezembro de 1838), celebrada pelos brancos da África do Sul como o "Dia de Dingaan" e, depois de 1952, como o *Day of Covenant* ("Dia da Aliança"), de acordo com o compromisso assumido pelos boers de que, se Deus (*sic*) lhes desse a vitória, o dia 16 de dezembro seria comemorado para todo o sempre como dia de reconhecimento. Apesar das repetidas intervenções dos boers e dos britânicos nas querelas de sucessão e nos assuntos internos zulus, a coabitação com os brancos tornara-se impossível.

Com a entronização de Ketshwayo (1873), os jovens zulus, que continuavam a receber uma formação militar segundo os métodos de Chaka, queriam ajustar contas com os brancos. Estes – a começar por sir Bartle Frère, governador do Cabo (1876-1880) – desejavam a destruição do reino zulu. Em dezembro de 1878, Bartle Frère lançou um ultimato a Ketshwayo, intimando-o a desmobilizar o seu exército no prazo de trinta dias. Ketshwayo reuniu imediatamente 30 000 guerreiros, que infligiram às forças britânicas (7 000 britânicos, 7 000 brancos e negros mobilizados no Natal e 1 000 voluntários coloniais) a pesada derrota de Isandlwana (22 de janeiro de 1879): com 1 600 mortos, era o revés mais severo sofrido pelos britânicos desde a guerra da Crimeia.

Menos de seis meses mais tarde, apoiando-se nas dissensões internas dos zulus e na traição de certos chefes, os brancos entravam em Ulundi, capital de Ketshwayo (4 de julho de 1879). A cidade foi incendiada, o rei levado em cativeiro e o Estado zulu fragmentado em várias pequenas chefaturas, à frente das quais os britânicos colocaram chefes por eles nomeados e pagos: entre os beneficiários havia até um escocês, John Dunn!

### D. Os bantus e a rota do norte

Uma das consequências indiretas desta penetração europeia foi a extraordinária migração para o norte de certas populações bantus da África do Sul. O *Mfecane* revolucionou o mapa político, demográfico e étnico de toda a África Austral. Juntamente com novos Estados que se constituíam, povos inteiros formados por fugitivos de todas origens viam-se reduzidos à fome e à errância. A pressão dos brancos proibia toda e qualquer deslocação para sul e para leste, ao passo que para oeste, a aridez das terras desafiava todas as tentativas de implantação. Como mostra o exemplo dos fingos, os povos não organizados em

Estados já não tinham lugar como comunidades no novo equilíbrio em constituição na África do Sul. Eram gentes de múltiplas proveniências, sendo que algumas populações vinham até da costa de Moçambique. Operavam principalmente na região costeira entre os atuais portos de Durban e Port-Elizabeth: cansados de fazer e de sofrer a guerra, começaram a mendigar a alimentação; daí o apelido de *mfengu* (mendigos), que passou a ser o etnônimo fingo. Verdadeiro subproletariado *avant la lettre*, os fingos só haveriam de encontrar o seu lugar na sociedade como guardas de rebanhos por conta dos xhosas, dos pondos e dos thembus.

A solução estava pois no norte, onde a terra era relativamente abundante e cujos habitantes, ignorando as técnicas militares de Chaka e dos seus seguidores constituíam uma presa bastante fácil. Foi pelo menos o que experimentaram os ndebeles e os Ngunis.

O etnônimo Ndebele, utilizado primeiro pelos sothos para designar o conjunto dos povos Ngunis, acabou por se aplicar a um pequeno grupo de Ngunis, conhecido pelo nome de Khumalo e dirigido no início do século XIX por um jovem chefe, Mzilikazi. Tendo, para seu azar, desafiado Chaka em 1821, Mzilikazi encontrou com os seus homens um primeiro refúgio no curso superior do Oliphant, um afluente do Limpopo. Entre 1825 e 1837, os ndebeles fizeram razias no Transvaal, capturando gado e, sobretudo, mulheres e crianças, incorporados à força nas linhagens existentes. Em 1836 e 1837, esbarraram com a resistência coligada dos griquas e dos koranas, e, sobretudo, com os boers, que destruíram a sua principal aldeia e ocuparam as suas terras. Os ndebeles fugiram de novo para norte, penetrando no atual Zimbabwe, onde triunfaram sem dificuldade e começaram a assimilar os povos locais, shonas, tswanas etc. O novo Estado, que começou por se estabelecer sobre bases precárias, adotou como capital Gibixhegu, do nome de uma das cidades militares fundadas por Chaka. Após ter trucidado os seus principais *indunas* (lugares-tenentes) por traição, Mzilikazi erigiu a sua capital definitiva, Inyati, não longe do local de execução, ou nesse mesmo local, a "colina dos indunas". O sistema administrativo e militar dos ndebeles ia buscar muitas das suas características ao dos zulus. Por um tratado assinado em 1852, os boers foram obrigados a reconhecer a existência de fronteiras intangíveis entre os ndebeles e eles e formular princípios de boa vizinhança. Ao morrer, em 1868, Mzilikazi deixava ao filho Lobengula um reino próspero e temido.

A marcha dos Ngunis para norte foi ainda mais audaciosa. Embora a existência do grupo esteja atestada já nos anos 1820, só recebeu o seu etnônimo uma dezena de anos mais tarde. Tinha como origem povos Ngunis cujo chefe, Zwide, fora também vencido por Chaka. Os seus homens repartiram-se por vários grupos, conduzidos nomeadamente por Soshangane, Nxaba e Zwangendaba. Em 1822, alguns Ngunis encontravam-se no sul de Moçambique. No seguimento de desacordos sobrevividos em 1831 entre os três chefes, os partidários de Soshangane decidiram estabelecer-se em Moçambique, onde fundaram o reino de Gaza, do nome do pai do seu chefe. Os de Nxaba instalaram-se no atual Zimbabwe, onde contribuíram para acelerar a ruína do império do *mwene Mutapa*

– o qual haveria de ser atingido ainda pelos ataques dos ndebeles. Os homens de Zwangendaba, após terem percorrido uma parte de Moçambique e do Zimbabwe, seguiram o seu caminho para norte. A 19 de Novembro de 1835, dia marcado por um eclipse do sol, atravessaram o Zambeze e fizeram razias nos países vizinhos. Em 1836, estavam no Malawi onde deixariam alguns dos seus homens. O resto do grupo prosseguiu caminho para norte, evitando cuidadosamente o confronto com os Estados mais organizados, Bemba, Cazembe e Kamanga. Entre 1836 e meados do século XIX, instalaram-se, com o etnônimo Ngunis ou outros, no oeste e centro da atual Tanzânia. As invasões Ngunis tiveram numerosas consequências, ainda hoje difíceis de apreciar; por um lado, as destruições maciças de bens e de pessoas, um clima de insegurança e de violência, processos esses que favoreceram as devastações provocadas pelo tráfico negreiro; por outro lado, a difusão de novas concepções e técnicas militares e de novas formas de organização política, em que se inspiraram alguns chefes nyamwezis, os mais célebres dos quais são Mirambo e Nyungu ya Mawe.

#### IV. PRELÚDIO DA PARTILHA

A penetração europeia na África representa a quarta fronteira e assumiu a forma de um "prelúdio da partilha". Com este título, John D. Hargreaves analisou, numa obra clássica, o conjunto complexo de fatores, motivações, mecanismos, processos elaborados e acontecimentos fortuitos que, dos anos 1860 até ao fim do século, levaram à partilha da África Ocidental entre as potências europeias. As suas reflexões valem efetivamente para a maior parte do continente, onde os mesmos encadeamentos de fatos se observam na mesma época e, por vezes, desde o início do século XIX.

##### A. Os europeus na África: uma penetração lenta mas regular

Até aos anos 1880, e apesar do desequilíbrio demográfico crescente entre a Europa e a África (documento 50), a penetração europeia não assumiu a forma de uma imigração maciça. Salvo nas extremidades norte e sul, o continente negro aparecia ainda como "o túmulo do homem branco", até à difusão do quinino a partir dos anos 1870. As razões da penetração europeia residiam alhures. Os comerciantes encorajavam-na, apoiando-se nas riquezas reais ou supostas da África e no crescimento espetacular do "comércio lícito", a partir de 1810, aproximadamente. A luta contra o tráfico negreiro e a vontade de radicar na própria África os escravos libertados dos barcos negreiros e os negros livres que viviam na América do Norte e na Europa (os quais eram considerados incômodos, demasiado numerosos e perigosos) levaram à criação da Serra Leoa (1787), da Libéria (1822) e de Libreville (1849): estas regiões iriam servir de cabeça de ponte para

a penetração europeia. As considerações estratégicas e, em especial, a rivalidade entre a França e o Reino Unido vieram somar-se a tudo isso: haviam levado os britânicos a instalar-se no Cabo e, seguidamente, a interessar-se ativamente pelo Oceano Índico, onde ocuparam as Ilhas Mascarenhas em 1810; por seu lado, a França, sobretudo depois de François Guizot ter enunciado a “política dos pontos de apoio”, lançou-se ativamente a partir de 1843 na criação de postos militares na Costa do Marfim (Assinie, Grand-Bassam, Dabu) e no Gabão.

Documento 50: Evolução da população africana relativamente à dos outros continentes

| Ano  | África          |                | Europa e Rússia |                | América Latina (milhões) | América do Norte (milhões) | Ásia e Oceania (milhões) | Total mundial (milhões) |
|------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------|
|      | total (milhões) | parte do mundo | total (milhões) | parte do mundo |                          |                            |                          |                         |
| 1700 | 107             | 15,7%          | 125             | 18,4%          | 10                       | 2                          | 436                      | 680                     |
| 1800 | 102             | 10,7%          | 195             | 20,4%          | 19                       | 5                          | 633                      | 954                     |
| 1900 | 138             | 8,4%           | 422             | 25,8%          | 75                       | 90                         | 909                      | 1 634                   |
| 1950 | 219             | 8,7%           | 575             | 22,7%          | 164                      | 166                        | 1 406                    | 2 516                   |

Nem sequer a generosidade humanitária e a dinâmica missionária eram desprovidas de efeitos territoriais: assim, a *Universities Mission to Central Africa*, fundada em 1857 sob o patrocínio de David Livingstone, adotou imediatamente como missão o estabelecimento de “centros de cristandade e de civilização pela promoção da verdadeira religião, da agricultura e do comércio legítimo”; quando da expedição do Zambeze (1858) e da exploração dos Grandes Lagos (1865), Livingstone, embora proclamando-se “missionário independente”, aceitou o título e os poderes de “cônsul de S. M. Britânica” nos territórios que abrisse ao cristianismo. A penetração europeia assumiu, porém, dimensão e formas variadas consoante os grandes conjuntos regionais (documento 51).

1. Brancos e negros na África Ocidental

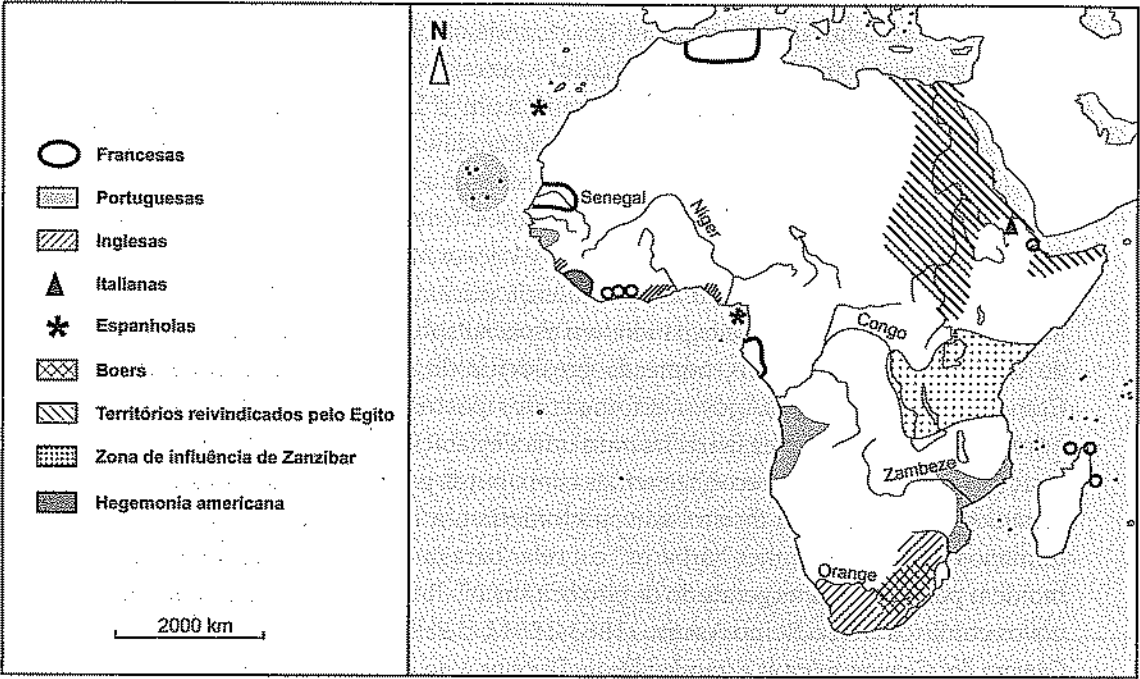
Do rio Senegal à atual Nigéria, a África Ocidental era o terreno de predileção da rivalidade franco-britânica, a que assistiam como espectadores outros Estados: a Dinamarca e os Países Baixos, que possuíam feitorias na Costa dos Escravos que viriam a desaparecer mais ou menos rapidamente (em 1850, os fortes dinamarqueses; em 1871, os fortes holandeses – comprados ambos pelos britânicos); Portugal, instalado há muito nas ilhas de Cabo Verde, nas ilhas Bijagós e na costa vizinha da Guiné; os Estados Unidos da América, sobre os quais assentava a colonização da Libéria.

Foi após o tratado de Paris (1814), que, entre outras disposições, lhe restituiu as possessões africanas, que a França voltou a assentar pé no Senegal (1817).

Mesmo até 1870, a Senegâmbia havia de continuar a ser o centro privilegiado dessas empresas nas quais a iniciativa individual foi o mais das vezes determinante.

Na história das origens do nosso império colonial, o cálculo dos homens de Estado contou muito menos do que o capricho de um colono audacioso, ou a iniciativa inteligente deste ou daquele oficial. (Jean Darcy, *France et Angleterre. Cent années de rivalité coloniale*. Afrique, Paris, 1904, p. 222).

Documento 51: Feitorias e colônias por volta de 1880



A partir de Gorée, de Joal, de Rufisque e, sobretudo, de Saint-Louis, desenvolveram-se inúmeras iniciativas, sob a pressão constante dos comerciantes desta última cidade: explorações, em especial as de Mollien (1818), Durantton (1828-1838), Anne Raffeneil (1848-1849), Edouard Bouët-Willaumez (1849) e Hecquard (1849-1850); criação, no seguimento do tratado assinado pelo coronel Schmaltz com o rei do Waalo (1819), de uma série de postos comerciais ao longo do rio Senegal (Bakel, 1820; Dagana, 1821; Merinaghen, 1822; Lampbar, 1843; Senudebu, 1845), não sem confrontos com as chefaturas e os Estados locais. Após 1850, sob o impulso dos governadores Auguste-Léon Protet e, sobretudo, Louis Faidherbe (1854-1861 e 1863-1865), a política francesa, que se contentara com insinuar-se nas redes locais de transações, recentrando-as em Saint-Louis e em Dacar (posto fundado em 1857), assumiu uma postura mais ofensiva, mais expansionista e mais abertamente colonial. Multiplicaram-se os novos postos de vocação militar no seguimento da construção de Medina (1855). Essas ambições,



que eram contemporâneas da formação do império de El Hadj Omar, levaram ao “choque dos imperialismos rivais” francês e tucolor (B. O. Oloruntimehin). A política escolar (criação da “Escola dos Reféns” [escola para os filhos dos chefes locais] e de escolas secundárias) e econômica (desenvolvimento do amendoim) acabou de dar ao Senegal a fisionomia de uma colônia moderna.

A penetração britânica, que se fez sentir muito ativamente na Gâmbia, na Serra Leoa, na Gold Coast e na Nigéria, beneficiou-se da ação conjunta e por vezes concorrente das companhias privadas, dos missionários e dos funcionários da Coroa, e da interpenetração dos interesses britânicos e dos cálculos dos africanos da costa. Em nenhuma parte este emaranhado de situações funcionou mais complexamente do que na Gold Coast, onde os britânicos tiveram de lidar simultaneamente com o poderoso Reino Asante, impaciente de estabelecer e afirmar definitivamente a sua hegemonia, com a burguesia fanti da costa, igualmente desejosa de proclamar a sua independência, com os interesses do Comitê dos Comerciantes ao qual o governo entregou a administração dos postos entre 1828 e 1843 e, por fim, com as preocupações dos missionários cujos postos (*Société des Missions de Bâle* a partir de 1828, *Wesleyan Missionary Society* instalada em 1835) multiplicavam as escolas. A influência cultural e, sobretudo, jurídica do Reino Unido não parou de se expandir, em especial sob a autoridade imaginativa do tenente George Maclean, nomeado presidente do conselho do Comitê dos Comerciantes em 1830. Após a retomada dos postos costeiros pelo governo britânico (1843), os chefes fanti fizeram uma declaração solene – o *Bond* de 6 de março de 1844 – em que reconheciam os contributos positivos da administração britânica em matéria de direito, se comprometiam a renunciar aos “sacrifícios humanos e outros costumes bárbaros” e a velar para que “os costumes do país se moldem pelos princípios gerais do direito britânico”. Em 1865, no seguimento de novos conflitos com o Reino Asante (1863-1864), o *Relatório do Comitê Restrito da Câmara dos Comuns sobre os Estabelecimentos Britânicos na África Ocidental* formulou, entre outras recomendações, uma “política de não extensão” da presença britânica e os princípios do seu domínio:

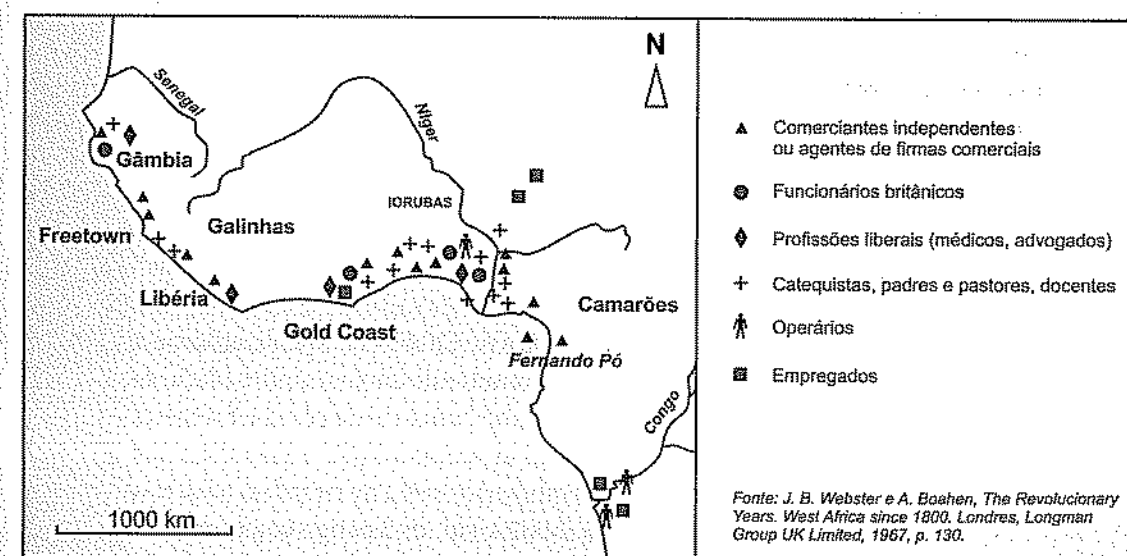
Deve ser objeto da nossa política encorajar entre os indígenas o exercício de qualidades que possam permitir-nos ir-lhes transferindo cada vez mais a administração de todos os governos, com o objetivo de virmos a retirar-nos de todos estes territórios, salvo provavelmente da Serra Leoa. (Textos do *Bond* e do Relatório, citados por C. W. Newbury (ed.), *British Policy towards West Africa. Select Documents (1786-1874)*, Oxford, Clarendon Press, 1965, pp. 298 e 529-530).

Na realidade, os britânicos, que, entretanto, haviam proclamado o seu protetorado sobre Lagos (1851), iriam lançar-se numa política cada vez mais expansionista concretizada nomeadamente pela anexação da Gold Coast, transformada em “colônia da Coroa”, e pela guerra vitoriosa contra o Reino Asante (1873-1874).

Um aspecto original do domínio estrangeiro na África Ocidental foi o papel dos negros anglófonos da Serra Leoa. A colônia vira a luz do dia com uns 400 negros pobres, regressados, voluntariamente ou à força, da Grã-Bretanha, a que se juntaram sucessivamente os *Nova Scotians* (negros da América que tinham combatido do lado dos britânicos durante a guerra da independência dos Estados Unidos e que se tinham refugiado na Nova Escócia, no Canadá); negros fugidos da Jamaica, reconquistada pelos britânicos em 1796, deportados para a Nova Escócia; e, por fim, um número crescente de *recaptives*, negros arrancados pelos cruzeiros da marinha britânica aos barcos negreiros de contrabando. De 2 000 habitantes em 1807, a população passou para 11 000 em 1825 e 40 000 em 1850.

Verdadeiro *melting pot*, a Serra Leoa misturava entre si negros vindos das mais diversas sociedades e culturas africanas, bem como aqueles que a escravatura no Novo Mundo e a vida britânica haviam obrigado a assimilar outros modos de vida e de pensamento. Formados nas escolas cristãs, estes “crioulos” deram origem a uma burguesia muito brilhante de funcionários e de profissões liberais, bem como a uma classe empreendedora de comerciantes, docentes, agentes das missões, trabalhadores manuais, cujo terreno de ação se estendia da Gâmbia aos Camarões e mesmo a Angola (documento 52). Esses saros (deformação de Serra Leonenses) eram especialmente numerosos na Nigéria: já por volta de 1850, 3 000 *recaptives* egbas haviam regressado ao país de origem e operavam em Abeokuta; os saros criaram numerosas escolas e centros missionários e muitas vezes mandavam os filhos para o *Fourah Bay College* a fim de completarem a sua formação. Assim se formou em Freetown uma classe de letrados que forneceu os primeiros agentes locais da expansão britânica, mas também os primeiros nacionalistas modernos.

Documento 52: A diáspora “Saro” na costa ocidental da África



Fonte: J. B. Webster e A. Boahen, *The Revolutionary Years. West Africa since 1800*. Londres, Longman Group UK Limited, 1967, p. 130.

Fundada em 1822 por emigrantes negros dos Estados Unidos da América, a Libéria desempenhou o mesmo papel que a Serra Leoa, embora em menor medida. Na Costa dos Escravos, os "brasileiros" de regresso ao Daomé contribuíram, de igual modo, mas em escala mais reduzida, para introduzir e desenvolver a cultura afro-brasileira.

## 2. A África Central

Na África Central, a penetração europeia foi obra dos portugueses e, seguidamente, dos franceses e dos britânicos. Os portugueses, que pretendiam controlar uma parte do antigo reino do Kongo e Angola desde há três séculos, na realidade, só estavam firmemente estabelecidos em Luanda, em Benguela e numa estreita faixa costeira. Foi a perda do Brasil que os levou a retomar uma política expansionista em Angola: conquista dos territórios de Matamba e de Ginga (1836-1839) e criação do posto de Duque de Bragança, 400 km a leste de Luanda; conquista de Bondo e de Cassange (1848-1852) e, seguidamente, do porto de Ambriz (1855), de São Salvador (1860) e da encruzilhada comercial de Malange (1862). Mas o domínio efetivo dos portugueses era superficial. A colônia sofria de uma crise financeira permanente. O exército, que era composto em grande parte por negros recrutados por alguns brancos, era de uma mediocridade lendária, como veio a constatar ainda em 1890 um oficial português, Artur de Paiva, nas suas *Memórias*:

De todos os exércitos que possais imaginar, o nosso na África não poderia ser mais incompetente para governar as nossas colônias e impor respeito. Só há uma coisa a fazer: desmobilizá-lo imediatamente.

Os colonos, que, aliás, eram pouco numerosos, eram na sua maioria degredados. O recenseamento de 1845 dava uma população de cerca de 400 000 habitantes dependentes das autoridades portuguesas: 1 832 brancos, 156 dos quais mulheres; 5 789 mestiços; 300 000 negros livres e 86 000 escravos. Só a partir de 1848 se começou a "moralizar" a imigração, instalando em Moçâmedes e em Porto Alexandre, a sul de Benguela, pessoas recomendáveis, graças aos pombeiros que percorriam a África Central por conta dos portugueses; a influência lusitana fazia-se sentir muito longe: já no início do século XIX, a "fronteira luso-africana" atingira os territórios de *Mwata Cazembe*.

O estabelecimento fundado pelos franceses no Gabão em 1843 continuou a vegetar, apesar de, em 1849, com os escravos libertados do barco negreiro *Elizia*, se ter criado Libreville, concebida desde o início como "uma aldeia cristã e francesa, encarregada de difundir tanto quanto possível as ideias cristãs e francesas nas costas do Gabão". Durante os anos 1860 a França, por meio de tratados, adquiriu o cabo Lopez (1862) e Fernão Vaz (1868). Mais a sul, de Loango aos portos da margem direita do Congo (Boma, Banana, Porto da Lenha), lançou de 1858 a 1862 a operação de "emigração livre", a qual, condenada pelos britânicos, redundou

num fiasco. O comércio da França na África Central estiolava, a ponto de o país ter tentado negociar com o Reino Unido, sem êxito, a troca das suas possessões do Gabão contra a Gâmbia.

Na África Central, tal como, aliás, na África Oriental, os britânicos usufruíam de um extenso "império informal", expressão cômoda para distinguir os territórios que o avanço da sua indústria lhes permitia controlar comercialmente, mas que não sentiam necessidade de anexar ou dominar politicamente. Os comerciantes britânicos de Bristol e de Liverpool, como, por exemplo, *Hatton & Cookson*, assenhoreavam-se do essencial das transações do Gabão, do Congo e de Angola. Mais a norte, a sua atividade nos Camarões era consequência inevitável da sua crescente presença nos "rios do azeite" da Nigéria. Não se contentando com exercer a sua hegemonia econômica nessa zona, reforçavam a sua hegemonia política, jurídica e cultural multiplicando os tratados com os chefes dualas: com sete príncipes e dignitários, nomeadamente com o rei Akwa em 1852, para proibir a continuação do tráfico negreiro; com os reis Bell e Akwa, em 1856, para instalar um "*chancery court*" (tribunal cível) em Duala; com os chefes de Victoria, em 1858, para lá instalar também outro "*chancery court*".

## 3. A África Austral

Na África Austral, o cenário foi ainda diferente daqueles que prevaleciam no centro e no oeste do continente. Enquanto os britânicos estavam ativos no Cabo e no Natal, os portugueses esboçavam um tímido despertar em Moçambique, território que, durante muito tempo esteve subordinado ao vice-rei da Índia, em Goa, tendo-se tornado autônomo em 1752. Estavam principalmente estabelecidos nas feitorias da costa, como Sofala e a Beira, ou do interior, como Sena e Tete. O aspecto mais original da sua presença consistia na instituição dos *prazos*, que remontava aos finais do século XVII. Essas plantações provinham inicialmente de doações em terras que os chefes africanos concediam, voluntariamente ou à força, a aventureiros portugueses, em troca dos seus serviços. Por seu turno, o governo português distribuiu os prazos da Coroa aos seus mais leais servidores, que encarregava de pacificar os territórios concedidos e os quais deviam, em princípio, pagar impostos (regime de enfiteuse).

Originalmente, os *prazeiros* eram todos portugueses; no início do século XIX, todos os seus descendentes ou quase, gerados de mães africanas ou indianas, eram mestiços, aos olhos dos quais Portugal não significava nada. Viviam nos seus domínios como verdadeiros potentados. Villas Boas Truão, responsável português, fez uma descrição impiedosa dos *prazos*: os seus proprietários obrigavam os chefes negros a pagar tributo em marfim ou escravos; ante a crescente precariedade da sua condição, os africanos fugiam das suas aldeias, aumentando assim a insegurança; a ociosidade, a luxúria e a imoralidade imperavam. As invasões dos Ngunis vieram acrescentar nova pressão para a reforma dos *prazos*. Os decretos de 1838, 1841 e sobretudo 1854 transformaram os *prazeiros* em representantes

oficiais do governo de Lisboa, com o posto de capitão de fortaleza, bem como condecorações e títulos honoríficos pomposos. Mas o sistema persistiu, com os seus abusos, até ao fim do século.

No sudoeste africano, numerosos recursos, que haviam ficado por explorar durante muitos anos (marfim, guano, cobre, penas de avestruz, gado), atraíram mercadores de Bremen e de Hamburgo. Até os missionários se deixaram tentar pela aventura comercial. Os metodistas britânicos, que foram os primeiros a chegar (1834), tiveram dificuldades financeiras e depressa se retiraram. As Missões Renanas, cujos primeiros postos datam de 1842, criaram em 1870 uma sociedade comercial teoricamente encarregada de assegurar o abastecimento regular dos namas e dos hereros, povos nômades, que estavam muitas vezes em guerra e se encontravam ameaçados permanentemente pela seca e a fome. Cerca de 1875, Windhoek e Grootfontein, centros ativos de um comércio próspero, apresentavam-se já como pequenos burgos alemães.

## B. Os europeus perante a África: um interesse crescente, uma visão cada vez mais negativa

As explorações, que, durante muito tempo foram consideradas marcos importantes da África no século XIX, pertencem na realidade à história intelectual, política, social e diplomática da Europa, mais do que à da África.

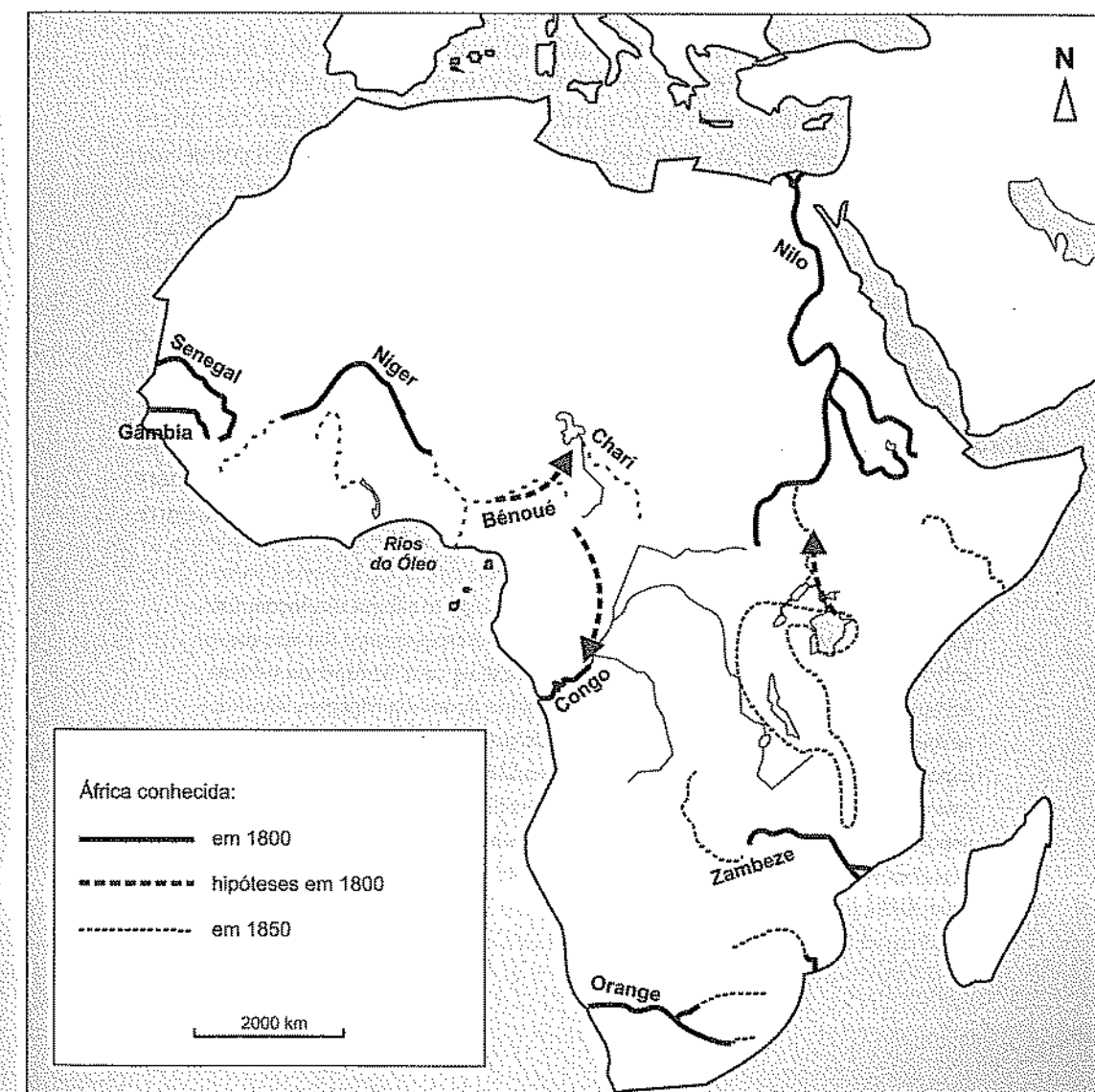
### 1. As explorações

Ao considerarmos essas explorações, independentemente do momento em que são feitas, torna-se evidente que os africanos não tinham o sentimento de ser "explorados" nem "descobertos". As fontes africanas de uma história das relações dos africanos com os exploradores são difíceis de encontrar e essa história está totalmente por escrever. Podemos no entanto sugerir hipóteses e distinguir vários casos ilustrativos.

Nas regiões costeiras, que há muito mantinham relações mercantis com os europeus, os quais, por vezes, nelas se estabeleciam, nelas tomavam mulher, procriavam e difundiam as suas crenças, os exploradores não tiveram dificuldade em encontrar guias e acompanhantes; não só a tarefa não era difícil – pois os exploradores seguiam quase sempre as rotas do comércio inter-africano –, como também se revelava remuneradora, pois os guias e acompanhantes, recrutados frequentemente entre os comerciantes e os carregadores, exigiam ser pagos ou deixavam-se convencer pela promessa de fortes compensações financeiras. O processo veio a reproduzir-se com as comunidades mercantis instaladas no interior do continente, embora não seja de excluir o caso, excepcional, é certo, dos acompanhantes motivados pela curiosidade, pelo gosto da aventura ou por cálculos pessoais, como testemunham as palavras de Tippu Tip, a propósito de Henry Morton Stanley:

Estava lá há dois dias quando, ao terceiro, me perguntou: Conhece Munza? Respondi-lhe: Não conheço Munza e nunca ouvi falar disso. Replicou: Quando chegamos a Nyanlgwe e nos dirigimos para norte, passados 30 dias devemos chegar lá. Com sua autorização, considerá-lo-ia extremamente cortês se me levasse lá. Respondi-lhe: Com muito gosto. E eu dar-lhe-ei sete mil dólares. Mas, a isto, respondi-lhe: Não o escoltarei para ganhar dinheiro: olhe só esse marfim todo que tenho aí. E mostrei-lhe o meu marfim. Mas irei para lhe ser agradável; não são os sete mil dólares que me farão ir embora daqui. Stanley ficou muito espantado ao ver o stock de marfim. (*L'autobiographie de Hamed Bem Mohammed el-Murjebi Tippu Tip* (ca. 1840-1905), traduzida e anotada por François Bontinck, Bruxelles, ARSOM, 1974, pp. 104-105).

Documento 53: A África tal como os europeus a conheciam





Os “feitos”, como, por exemplo, a travessia do Saara, a do continente de um oceano até ao outro, e o percorrer de imensas distâncias (como aconteceu com Heinrich Barth e David Livingstone), que fizeram o renome dos exploradores na Europa, ficaram a dever muito aos seus acompanhantes e eram prática comum destes últimos. Assim, por exemplo, a travessia da África Central de uma costa à outra, atribuída a Henry Morton Stanley, era um velho sonho nutrido e tentado por comerciantes luso-africanos ou pesquisadores – nomeadamente, o dr. Lacerda e Almeida, e os seus companheiros em 1798-1799 –, sonho esse que tomou forma quando dois pombeiros africanos, Pedro João Baptista e Anastácio José, conseguiram, entre 1806 e 1814 atravessar o continente de Angola a Moçambique, a custo de uma detenção de vários anos nas terras do *mwata* Cazembe. Sabe-se também que os mercadores swahilis levavam as suas expedições até ao curso superior do rio Congo, onde encontravam os comerciantes ligados ao negócio atlântico: entre 1845 e 1860, três mercadores de Zanzibar conseguiram, inclusive, fazer a “dupla travessia” da África (François Bontinck), de Bagamoyo a Benguela e de Benguela a Bagamoyo. O explorador britânico David Livingstone, por exemplo, teve acima de tudo a habilidade de procurar a ajuda dos comerciantes dos países percorridos, insinuando-se assim numa rede há muito existente e bem conhecida destes últimos.

Em todas as sociedades encontradas pelos exploradores, estes eram considerados como pessoas de passagem, que não representavam qualquer perigo duradouro para os equilíbrios e hierarquias instalados. Mas o acolhimento que lhes foi reservado variava muito de lugar para lugar, em função dos objetivos que eram os seus ou que lhes atribuíam e das relações de forças locais. Nos países islamizados, os exploradores tiveram os seus entreeiros com alguns muçulmanos zelosos, os quais, sem dúvida, estavam interessados também nas mercadorias que eles levavam consigo: a acusação de “infieis” foi um pretexto cômodo para lhes extrair esses bens, como aconteceu, por exemplo, com Mungo Park entre os mouros:

Eles [os mouros], juntaram-se em torno da cubata do preto em que me encontrava alojado e trataram-me com a maior insolência. Assobiavam, vaiavam-me e cobriam-me de insultos. Chegaram até a cuspir-me na cara, na esperança de me irritarem e terem um pretexto para se apoderarem da minha bagagem. Quando se aperceberam de que todos esses ultrajes não produziam em mim o efeito que esperavam, recorreram a um meio mais decisivo. Disseram que eu era cristão, pelo que todos os filhos de Maomé tinham direito de pilhar o que me pertencia. Assim sendo, abriram os meus fardos e pegaram no que lhes apeteceu. (Mungo Park, *Voyage dans l'intérieur de l'Afrique fait en 1795, 1796 et 1797*, Paris, La Découverte, reed. 1980, pp. 134-135).

Para evitar essas humilhações, muitos exploradores disfarçavam-se de “árabes” ou de muçulmanos, ou tomavam nomes muçulmanos: Heinrich Barth adotou o nome de “Abd el Karim”, Richardson, “Yakub”, Overweg, “Tubib” (de acordo com o seu título de médico, em árabe magrebino *tbib*), Vogel, “Abdul Wahib”. Mas, na França, René Caillié, que inaugurou essa prática na época moderna, foi acusado de apostasia e teve de se justificar:

Para cúmulo, chegaram a dizer que eu mudara de religião a cada etapa: respondi a essa pérfida insinuação que me limitei a adotar exteriormente o culto maometano, como único meio de penetrar nas regiões que percorri, o que, sem isso, teria sido absolutamente impossível. (René Caillié, *op. cit.*, tomo III, p. 142).

Com os letrados muçulmanos, que ostentavam um certo cosmopolitismo, e alguns dos quais tinham ido em viagem aos Lugares Santos e eram pessoas curiosas, as relações eram frequentemente cordiais e plenas de discussões frutuosas. Em contrapartida, a gente do povo via os exploradores a partir da sua concepção do mundo, dos seus preconceitos e dos estereótipos associados ao estrangeiro que se encontra pela primeira vez. Muitos consideravam-nos albinos, com o que isso implicava como reação de temor ou de veneração, consoante os países. Muitas vezes, zombavam deles, como aconteceu com Mungo Park em “Fatteconda, capital do Bondu”:

Ele [o rei do Bondu] acrescentou que as suas mulheres desejavam muito verme, e que teria muito prazer em que eu as fosse visitar. Imediatamente, um dos oficiais recebeu ordem de me conduzir aos aposentos das mulheres. Mal entrei na sua corte vi-me cercado por todo o serralho. Umas pediam-me medicamentos, outras âmbar, e todas queriam experimentar esse grande remédio dos africanos, a sangria. As mulheres eram umas dez a doze, a maioria delas jovens e bonitas, trazendo na cabeça ornamentos de ouro e grãos de âmbar.

Troçaram alegremente de mim a propósito de diversos assuntos: riam-se sobretudo da brancura da minha pele e do comprimento do meu nariz, sustentando que tanto uma como o outro eram artificiais. Diziam que me tinham embranquecido a pele mergulhando-me em leite quando eu era ainda criança, e que me tinham alongado o nariz, comprimindo-o todos os dias, até ele ficar com aquela conformação desagradável e contra natura.

Para mim, sem desmentir a minha desconformidade, fiz um grande elogio da beleza africana. Gabei a brilhante negrura da sua tez, a agradável forma achatada do seu nariz. Mas responderam-me que no reino de Bondu ninguém ligava nada à bajulação, ou, como lhe chamavam com ênfase, à boca de mel. Contudo, para me testemunhar o seu reconhecimento pela minha visita, ou pelos meus elogios, aos quais não eram tão indiferentes como aparentavam, deram-me de presente um jarro de mel e alguns peixes que me mandaram a casa. Pediram-me, ao mesmo tempo, que voltasse para a minha terra antes do pôr-do-sol. (Mungo Park, *op. cit.*, pp. 80-81).

## 2. Os exploradores

No início do século XIX, e na maior parte das vezes, as explorações eram feitas por indivíduos isolados. Pouco a pouco, tomaram a forma de verdadeiras expedições, mobilizando várias dezenas de homens pesadamente carregados. Os indivíduos isolados evitavam levar armas consigo e tinham de suscitar a simpatia das pessoas de todas as condições que encontravam. As grandes caravanas, pelo contrário, não hesitavam em abrir caminho a tiro.

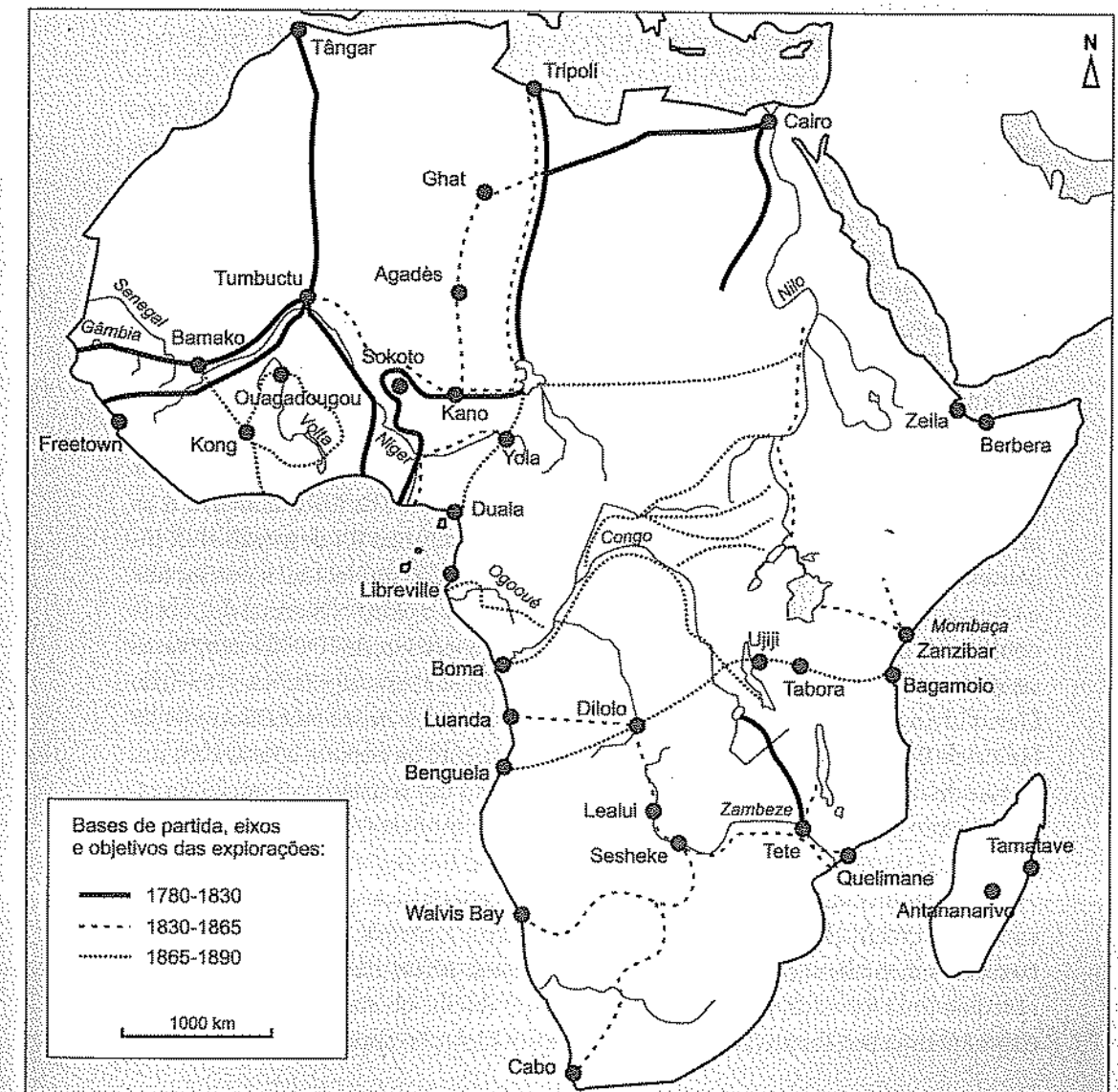
David Livingstone (1813-1873), que passou uns quarenta anos percorrendo a África austral e central, continua a ser o arquétipo do explorador individual que tinha artes de provocar amizades duradouras e tirar partido delas: quando morreu, a 1 de abril de 1873 perto do lago Bangwelu, os seus três servidores africanos (Susi, James L. Chuma e um alforriado, Jacob Wainwright) recrutaram os homens necessários para levar o corpo até Tabora, e, seguidamente até Zanzibar; as autoridades britânicas, que entretanto tinham aderido a um imperialismo triunfante, tiveram a habilidade de trazer Jacob Wainwright ao funeral do explorador, na abadia de Westminster, acreditando na ideia de que Livingstone era amigo dos africanos e de que a colonização que se estava instalando era aceita pelos africanos.

Henry Morton Stanley (1841-1904) representa um tipo diferente de explorador. Enquanto Livingstone partira da Inglaterra com a máxima discrição, a grande viagem que permitiu a Stanley atravessar o continente de Bagamoio a Boma foi rodeada de grande publicidade, orquestrada pelo *Daily Telegraph* e pelo *New York Herald*, que financiavam a operação: Stanley pretendia arranjar três companheiros; recebeu 1200 propostas, vindas principalmente da Grã-Bretanha, mas também dos Estados Unidos da América, da França, da Alemanha etc. Ao partir de Bagamoio, a expedição contava mais de 230 pessoas, carregadores e soldados, alguns dos quais já tinham ajudado Livingstone, ou Stanley, em 1871, quando da sua primeira viagem à África Oriental, à procura de Livingstone. Stanley haveria de recrutar outros companheiros durante a viagem. Decidido a atravessar regiões, em especial a bacia do Congo, onde as transações eram organizadas segundo as regras estritas do comércio por etapas, Stanley viu-se obrigado a abrir caminho à força de batalhas, durante as quais a superioridade das armas de fogo não se revelou tão decisiva, ante adversários que tinham a vantagem de conhecer perfeitamente o terreno. O explorador teve de deplorar 173 mortos, 58 dos quais nos campos de batalha.

Não acabavam aqui as diferenças entre os dois exploradores, que encarnavam duas épocas perfeitamente distintas. David Livingstone era médico e, tal como Mungo Park ou Heinrich Barth, pertencia à longa linhagem de sábios e de eruditos que muito contribuíram para o conhecimento da África: a sua *Analysis of the Language of the Bechwanas* (1852) ainda faz autoridade, assim como a obra *Travels and Discoveries in North and Central Africa* (1857-1858), de Heinrich Barth, que ainda hoje é uma fonte ímpar e insubstituível para a história política, social,

econômica e cultural do Sudão Ocidental e Central. A paixão de descobrir, de conhecer com exatidão e de dar a conhecer com objetividade, condimentada por vezes por um humanitarismo religioso, como acontece com Livingstone, estava no centro das motivações dessa geração de exploradores. Stanley, pelo contrário, era um autodidata que atingira a notoriedade graças ao jornalismo: da sua profissão conservaria uma tendência muito marcada para o sensacional, a auto-satisfação, e, inclusive, a deformação. Como explorador profissional, Stanley teve artes de fazer pagar a bom preço as suas viagens pela grande imprensa britânica e americana, antes de se pôr ao serviço do ambicioso rei dos belgas, Leopoldo II. Não é pois de espantar que todos os seus relatos estejam repletos dos preconceitos mais refinados ou mais grosseiros da época no que se refere à África e aos africanos.

Documento 54: Mapa ilustrativo dos eixos de exploração



Basta olhar para um mapa das explorações (documento 54) para logo des-  
trinçar as suas várias fases. De 1788, data da criação da *Association for Promoting  
the Discovery of the Interior Parts of Africa* (antecessora da *Royal African Association*,  
mais tarde *Royal Geographical Society*), até cerca de 1830, as explorações tiveram  
principalmente por quadro a África Ocidental: muitos exploradores partiram  
sob os auspícios da associação britânica, o que não excluía a iniciativa de par-  
ticulares audaciosos, como René Caillié e os irmãos Lander; as nascentes e o  
curso do Níger constituíam na altura a principal preocupação. De 1830 até  
aos anos 1870, assiste-se a um alargamento notável das zonas de prospecção,  
em especial para o Sudão Central com Heinrich Barth, para a África Austral e  
Oriental com David Livingstone e para os Grandes Lagos com Richard Burton e  
John Speke: às iniciativas individuais e ao impulso da *African Association* vieram  
juntar-se a ação dos organismos missionários (em especial, a *Church Missionary  
Society*), os encorajamentos das sociedades científicas e dos poderes públicos  
europeus e o interesse crescente da imprensa popular, especializada ou não nos  
relatos de viagem.

A partir dos anos 1870, a bacia do Congo concentrou uma grande parte das  
energias e iniciativas: as competições imperialistas marcaram por seu turno os  
exploradores, cada um dos quais operava por conta de uma nação europeia e se  
apressava a assinar com os chefes africanos tratados de concessão de territórios.  
Nada traduz melhor o clima dessa época do que a rivalidade crescente entre Pierre  
Savorgnan de Brazza e Henry Morton Stanley, que agiam segundo métodos muito  
diferentes: o primeiro – italiano de nascimento e francês por naturalização – por  
conta da França, o segundo – nascido britânico, mas cidadão dos Estados Unidos  
da América – por conta pessoal de Leopoldo II, rei dos belgas.

Assim, por volta de meados do século XIX, viu-se aparecer na Europa um  
tipo de homem particular, o “especialista” ou o “profissional” da África: explorador  
de profissão, soldado, missionário, cuja influência sobre as mentalidades e as  
atitudes dos contemporâneos, embora difícil de medir, não foi desprezível. É in-  
contestável que o lugar ocupado pela África na produção intelectual e nos jornais  
e revistas para o grande público aumentou, ainda que o êxito comercial das obras  
sobre a África tenha variado muito consoante os gêneros: com 70 000 exemplares  
vendidos na Grã-Bretanha num tempo recorde, o livro *Missionary Travels* (1857) de  
David Livingstone foi um dos “best-sellers” da época; as *Travels and Discoveries* de  
Heinrich Barth, pelo contrário, publicadas exatamente na mesma época, com um  
conteúdo menos sensacional e mais erudito, foram um fracasso comercial de tal  
ordem, que o editor decidiu reduzir a tiragem bem modesta de 2 250 exemplares  
(volume I) para apenas 1 000 exemplares (volume II e seguintes).

A imagem da África dada por estes novos especialistas do continente negro  
variava, também ela, muito em função dos autores: rigorosa, simpática, objetiva,  
baseada em observações exatas e numa análise séria, naqueles que haviam  
recebido uma formação intelectual de alto nível (Heinrich Barth, Koelle e Schön)  
e tinham uma boa formação em linguística e em filologia; superficial, sensacional,

simplista e caricatural, plena de preconceitos na maioria dos outros. Os militares,  
os médicos e os missionários viam-se muitas vezes numa posição ambígua, e  
Livingstone é uma perfeita ilustração disso. Excelente observador, frequentemente  
caloroso relativamente aos africanos, acontecia-lhe com não menos frequência  
fazer suas as caricaturas da época. Por exemplo, a caricatura do “bom selvagem”,  
que o levou a exclamar num célebre discurso pronunciado na Universidade de  
Cambridge, durante a sua viagem a Inglaterra, em 1856-1858: “Nessas regiões  
românticas, os homens desenvolvem-se no estado selvagem. É aí que vive o preto,  
o filho proscrito da natureza.” Caricatura também tingida de racismo, evidente  
em afirmações como esta: “Os prazeres da vida animal estão sempre presentes  
no espírito do africano como bem supremo”, ou nesta outra, a propósito das  
terras ngwato que visitou em 1842: “A população está mergulhada no mais baixo  
estado de degradação simultaneamente mental e moral, a um ponto tal, que é  
impossível aos cristãos dos nossos países formar uma idéia precisa da dimensão  
das trevas em que se encontram mergulhados os seus espíritos”; acontecia-lhe  
também associar essa “degradação” dos africanos à pretensa maldição de Cam.  
Por último, partindo dessa visão dos africanos, o explorador britânico tornou-se  
um dos promotores mais escutados da ideologia dos “três C” (a “civilização” dos  
africanos pelo “cristianismo” e o “comércio”). Foi ainda ele quem proclamou aos  
estudantes de Cambridge: “Esses dois pioneiros da civilização – o cristianismo e o  
comércio – devem permanecer sempre inseparáveis.” O relato da sua exploração  
do Zambeze publicado em Londres em 1865 adota a ideia de que “uma colônia  
europeia seria considerada pelos indígenas como um benefício inestimável a favor  
da África intertropical.”

### 3. Mudança das imagens da África e dos africanos

Escusado será dizer, pois, que os escritos dos exploradores não só exerceram  
uma influência muito própria, mas foram também de certa forma utilizados  
como matéria-prima pelos cientistas e pelos polemistas nos debates intelectuais,  
ideológicos e políticos que dilaceraram os meios interessados pela África e, mais  
em geral, pelo mundo negro durante todo o século XIX. Esses debates podem  
reduzir-se a três pares de posições antitéticas: escravagismo e antiescravagismo,  
racismo e antirracismo, colonialismo e anticolonialismo.

Até cerca de 1840-1850, o antiescravagismo e o humanitarismo abolicionis-  
ta, a crença na unidade do gênero humano e na igualdade das “raças”, a recusa  
da colonização e a vontade de promover uma cooperação frutuosa entre uma  
África independente e os países industrializados da Europa foram as posições  
mais difundidas entre os pensadores, os publicistas e os homens de Estado.  
Após a mudança de século, essas ideias só recolhiam a adesão de uma minoria,  
embora esta incluísse personalidades tão importantes como Victor Schoelcher  
(1804-1893): apoiando-se na vida e na obra exemplares de Toussaint Louverture,  
a propósito do qual multiplicou as conferências e os escritos até ao fim dos seus



dias<sup>14</sup>, empenhou-se em demonstrar que os negros sujeitos à escravidão eram capazes de conquistar a liberdade e, uma vez livres, de se administrarem e de se desenvolverem como os outros.

Contudo, a partir de cerca de 1850, os “detratores da raça negra” e, em especial, dos africanos, voltaram a ocupar a posição dominante. Já em 1848, um jornalista parisiense de *La Revue des deux mondes* assinalava que a noção de raça se tornara para os homens cultos um objeto de estudo, de interesse e de debates. A origem e as condições desta reviravolta das correntes de opinião dividem, porém, os especialistas. Para Philip D. Curtin (1964): “Nas permutas de ideias através do Atlântico, a Grã-Bretanha deu à América a cruzada antiescravagista nos anos 1830 e recebeu em troca o racismo americano nos anos 1850.” À escala da Europa – e já não apenas da Grã-Bretanha exclusivamente –, que é a escala em que se deve situar o debate, as coisas parecem mais complexas. Assim, já por volta dos anos 1820, na França, Victor Courtet de l’Isle se esforçava por demonstrar não só a existência das raças, mas também as diferenças de faculdades, nativas, segundo ele, consoante as raças e a correlação estrita entre a evolução das nações e as características das raças que as compõem: segundo o notável estudo de Jean Boissel, foi ele o “primeiro teórico da hierarquia das raças”. Além disso, embora o monogenismo (segundo o qual os homens provêm da mesma origem e as diferenças só depois sobrevieram, por influência das migrações, do clima etc.) tenha imperado no debate sobre as raças até cerca de 1850, os partidários do poligenismo (segundo o qual as raças existiram desde sempre e provêm de origens diferentes) encontraram os seus arautos já em princípios do século XIX em Julien-Joseph Virey e Jean-Baptiste Bory de Saint-Vincent.

Fundada em Paris em 1839, a Sociedade Etnológica (1839-1848) proporcionou a estas ideias racistas uma primeira tribuna científica. Foi, porém, em meados do século XIX que se enunciaram as teorias racistas mais elaboradas, sob a influência tanto da biologia como da antropologia física e do darwinismo. É notável que estas obras tenham surgido quase ao mesmo tempo, nos grandes países da Europa e nos Estados Unidos da América. Entre os livros principais, citem-se:

- 1849, C. G. Carus, *Sur l'inégale capacité pour un plus haut développement intellectuel des différentes races humaines* (publicado em alemão em Leipzig);
- 1850, R. Knox, *Races of Man* (publicado na Inglaterra);
- 1851, J. Campbell, “*Negro-Mania*”, *Being an Examination of the Falsely Assumed Equality Between the Various Races of Men* (Filadélfia);
- 1854, Dr. J. C. Nott e Dr. G. R. Gliddon, *Types of Mankind*, e (1857) *The Indigenous Races of the Earth*, ambos os livros publicados primeiro nos Estados Unidos da América e no Reino Unido;
- 1853-1855, Joseph-Arthur de Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Paris).

É, aliás, impossível determinar qual o sentido em que se exerceram as influências entre a Europa e a América do Norte. Embora, no contexto da luta dos negros pela liberdade, da guerra da Secessão e da emancipação dos escravos negros americanos, o racismo se tenha desenvolvido rapidamente nos Estados Unidos, não é certo que ele se tenha prolongado na Europa sem que o racismo pseudo-científico europeu tenha influenciado o dos Estados Unidos. Publicada em 1800, a *Histoire naturelle du genre humain*, de Julien de Virey, foi publicada em largos excertos nos Estados Unidos, com um título abertamente racista: *The Natural History of the Negro Race* (1837). Quanto ao *Essai* de J.-A. de Gobineau, a sua tradução americana foi iniciada logo em 1854 sob a direção do Dr. Josiah Clark Nott, médico, teórico e militante racista sediado em Mobile (Alabama), com a intenção, segundo as próprias palavras de Gobineau, de fazer dele “uma máquina de guerra contra os negrófilos”.

Pretendendo apoiar-se na “ciência”, este racismo encontrou naturalmente o seu foco de expansão nas sociedades científicas, cujos membros eram na sua maioria adeptos do poligenismo. As duas mais importantes eram a *Société d'Anthropologie de Paris*, fundada por iniciativa de Pierre Broca em 1859, e a sua homóloga britânica, a *Anthropological Society of London*, que surgiu em 1863, sob a direção de James Hunt. Tanto uma como a outra encorajavam ativamente a exploração da África, que, segundo elas, haveria de fornecer materiais em apoio da teoria da desigualdade das raças humanas. Já em janeiro de 1860, mal passados sete meses sobre o seu nascimento, a *Société d'Anthropologie de Paris* mandou redigir umas instruções para o Senegal (*Instructions pour le Senegal*) destinadas a orientar e canalizar os inquéritos e os escritos dos exploradores. Na mesma época, manifestou um vivo interesse pelos relatos das explorações de David Livingstone, que foram apresentadas numa leitura comentada e orientada segundo as teses poligenistas pelo dr. Adolphe Bertillon.

Foi nesse contexto que, no primeiro semestre de 1860, a Sociedade organizou um debate apaixonante sobre o “não cosmopolitismo das raças humanas”, sobre os “cruzamentos étnicos” e sobre a “perfectibilidade das raças”. Dessas discussões resultou uma quase unanimidade a favor das teses racistas. Com o tempo, veio a verificar-se que os monogenistas e os poligenistas estavam de acordo quanto à inferioridade dos negros. Os mais favoráveis aos negros afirmavam que brancos e negros estavam na mesma relação que pais e filhos ou que homens e mulheres. Assim ficavam legitimadas a colonização, muito antes da corrida aos territórios, e todas as teorias sobre a incapacidade congênita dos africanos em igualarem os brancos em matéria de desenvolvimento técnico e económico ou de organização política, teorias essas que iriam durar muito para lá da colonização.

\* Elikia M'BOKOLO

<sup>1</sup> F. J. Turner, "The Significance of the Frontier in American History", *Proceedings of the State Historical Society of Wisconsin* (1893), republicado in F. J. Turner, *La frontière dans l'histoire des Etats-Unis*, trad. fr., Paris, 1963. Claude Fohlen faz um balanço do dossiê in *L'Amérique anglo-saxonne de 1815 à nos jours*, Paris, PUF, Nouvelle Clio, 1969.

<sup>2</sup> Abdallah Laroui, *L'Histoire du Maghreb. Essai de synthèse*, Paris, François Maspéro, 1970, p. 275.

<sup>3</sup> Charles-André Julien, *Le Maroc face aux impérialismes (1415-1956)*, Paris, Editions Jeune Afrique, 1978.

<sup>4</sup> Uma carga representava três kantar, ou seja, 150 kg.

<sup>5</sup> Também se diz Mehemet Ali.

<sup>6</sup> Na época, este termo designava no Egito o conjunto das terras do Sudão Ocidental e Central.

<sup>7</sup> Abbas (1848-1854), Said (1854-1863) e Ismail (1863-1879).

<sup>8</sup> Nome transcrito igualmente Zubair, Zubeir, Ziber, Sebehr.

<sup>9</sup> Este Estado zanzibarita era composto pelas ilhas de Zanzibar e de Pemba.

<sup>10</sup> O *frasila* equivalia a 35 libras-peso aproximadamente.

<sup>11</sup> Uma arroba equivalia a 14,69 kg.

<sup>12</sup> Título retirado dos trabalhos de W. M. Macmillan e J. S. Galbraith.

<sup>13</sup> *Vereenigde Nederlandsche Ge-Octroyeerde Oost-Indische Compagnie* (Companhia Neerlandesa Unida e Concessionada das Índias Orientais), em abreviatura VOD.

<sup>14</sup> A sua última obra é precisamente uma *Vie de Toussaint Louverture* (Paris, P. Ollendorf, 1889, 455 pp.) que continua a ser um livro de referência (reed. Paris, Éditions Caribéennes.)

## O comércio transaariano e as suas fronteiras

BOAHEN, A. *Britain, the Sahara and Western Sudan (1788-1861)*. Oxford, Clarendon Press, 1981.  
CORDELL, D. *Dar al-Kuti and the Last Years of the Trans-Saharan Slave Trade*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1985.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Azande. History and Political Institutions*. Oxford, Clarendon Press, 1971.

GRAY, R. A. *A History of the Southern Sudan (1839-1889)*. Londres, Oxford University Press, 1961.

MIEGE, J.-L. *Le Maroc et l'Europe (1830-1894)*. Paris, P.U.F., 1961.

NEWBURY, C. W. "North African and Western Sudan Trade in the Nineteenth Century: A Reevaluation". *Journal of African History*, VII, 2, pp. 233-246, 1966.

RAYMOND, A. *Artisans et commerçants au Caire au XVIIIe siècle*. Damas, Instituto Francês de Damas, 1973-74.

O'FAHEY, R. S. e SPAUDLING, J. L. *Kingdoms of the Sudan*. Londres, Methuen, 1974.

WALZ, T. *Trade between Egypt and Bilad As-Sudan (1700-1820)*. Le Caire, Institut Français d'Archéologie Orientale, 1978.

## A fronteira swahili

ALPERS, E. A. *Ivory and Slaves in East Africa. Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*. Londres, Heinemann, 1975.

BONTINCK, F. (ed.) *L'autobiographie de Hamed ben Mohammed el-Murjebi Tippo-Tip (ca. 1840-1905)*. Bruxelas, A.R.S.O.M., 1974.

COOPER, F. *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*. New Haven-Londres, Yale University Press, 1977.

FEIERMAN, S. *The Shambaa Kingdom. A History*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1974.

GRAY, R. e BIRMINGHAM, D. (eds.) *Pre-Colonial African Trade. Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900*. Londres, Oxford University Press, 1970.

KAGABO, J. "Les réseaux marchands arabes et swahili en Afrique orientale". In : *Marchands et hommes d'affaires asiatiques*. Paris, Les Editions de l'E.H.E.S.S., pp. 237-252, 1987.

NICHOLLS, C. S. *The Swahili Coast. Politics, Diplomacy and Trade on the East African Littoral (1798-1856)*. Londres, George Allen & Unwin, 1971.

RENAULT, F. *Lavigerie, l'esclavage africain et l'Europe (1868-1892)*. Paris, Edition de Boccard, 1971.

SHERIFF, A. *Slaves, Spices and Ivory. Integration of an African Commercial Empire into the World Economy*. Londres, James Currey, 1988.

## Bantus, Boers e Britânicos

ELPHICK, R. *Krall and Castle. Khoikhoi and the Founding of White South Africa*. New Haven, Yale University Press, 1977.

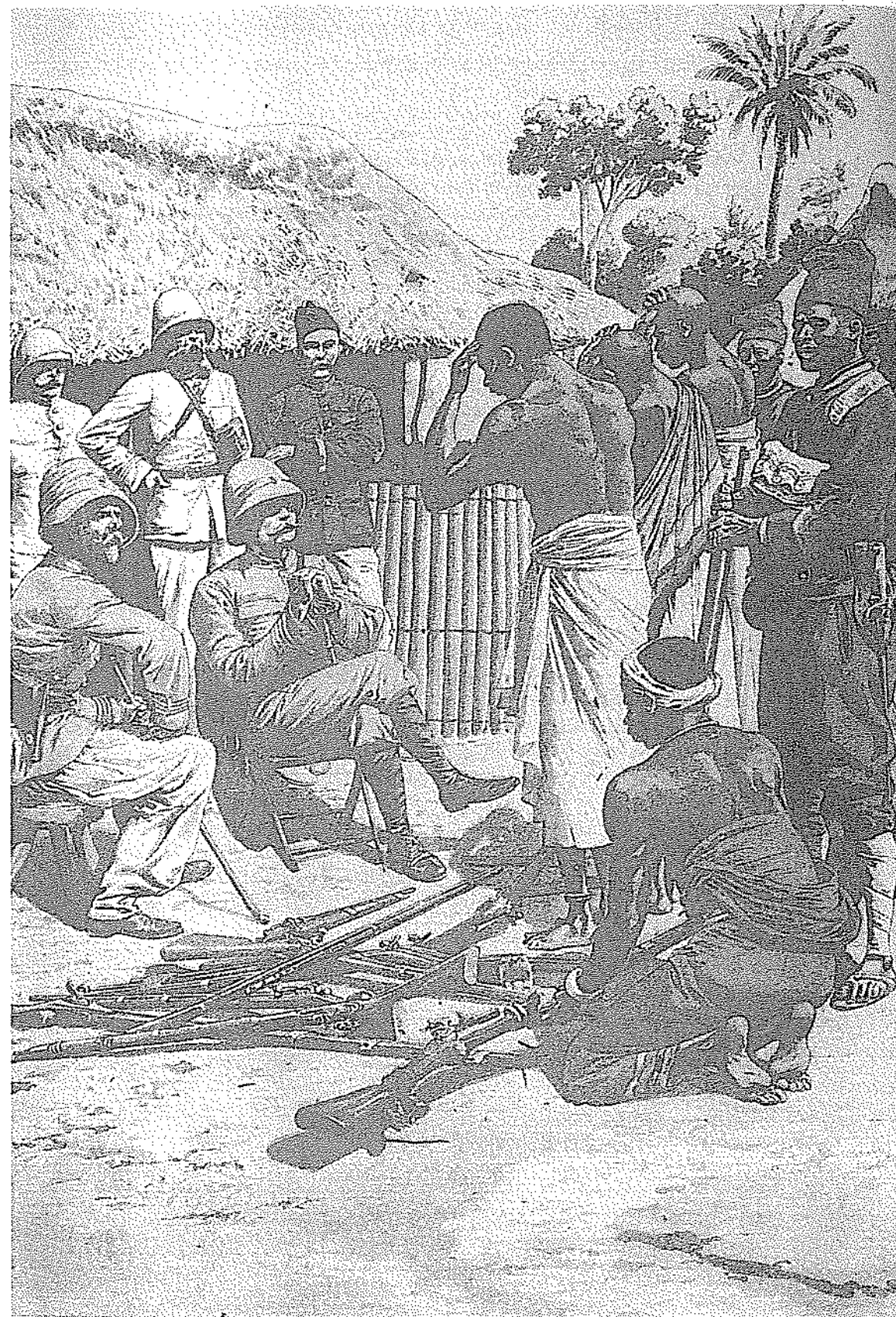
GALBRAITH, J. S. "The turbulent frontier as a factor in British expansion". *Comparative Studies in Society and History*, 2, pp. 150-168, 1960.

- KIEWIT, C. W. A. de. *A History of South Africa: Social and Economic*. Londres, Oxford University Press, 1941.
- MACCRONE, I. D. *Race Attitudes in South Africa: Historical, Experimental and Psychological Studies*. Joanesburgo, Witwatersrand University Press, 1957.
- MACMILLAN, W. M. *The Cape Colour Question: A Historical Survey*. Londres, Faber and Gwyer, 1927.
- \_\_\_\_\_. *Bantu, Boer and Briton: The Making of the South African Native Problem*. Oxford, Clarendon Press, 2.<sup>a</sup> edição, 1963.
- NEUMARK, D. S. *Economic Influences on the South African Frontier (1652-1836)*. Stanford University Press, 1957.
- ROUX, E. *Time Longer than Rope. A History of the Black Man's Struggle for Freedom in South Africa*. Madison, The University of Wisconsin Press, 2.<sup>a</sup> edição, 1964.
- THOMPSON, L. (ed.) *African Societies in Southern Africa. Historical Studies*. Londres, Heinemann, 1969.
- WALKER, E. *The Frontier Tradition in South Africa*. Londres, Oxford University Press, 1930.

### Prelúdio da partilha

- BROC, N. *Dictionnaire illustré des explorateurs et grands voyageurs français du XIX<sup>e</sup> siècle*, tomo I: *Afrique*. Paris, Comité des travaux historiques et scientifiques, 1988.
- COHEN, W. B. *Français et Africains. Les Noirs dans le regard des Blancs (1530-1880)*. Paris, Gallimard, 1981.
- DESCHAMPS, H. *L'Europe découvre l'Afrique: Afrique occidentale (1794-1900)*. Paris, Berger-Levrault, 1967.
- KIERNAN, V. G. *The Lords of Human Kinds. European Attitudes to the Outside World in the Imperial Age*. Harmondsworth, Penguin, 1969.
- HARGREAVES, J. D. *Prelude to the Partition of West Africa*. Londres, Macmillan Press, 1963.
- LATOUR DA VEIGA PINTO, F. *Le Portugal et le Congo au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris, P.U.F., 1972.
- OLIVER, R. *The Missionary Factor in East Africa*. Londres, Longman, 1952.
- ROBINSON, R. e GALLAGHER, J. *Africa and the Victorians. The Official Mind of Imperialism*. Londres, Macmillan, 1961.
- ROTBURG, R. I. (ed.) *Africa and Its Explorers. Motives, Methods and Impact*. Londres, Oxford University Press, 1970.





Fim da revolta da Costa do Marfim, 1893

-IV-

## CONQUISTAS EUROPEIAS E RESISTÊNCIAS AFRICANAS ca. 1880 – ca. 1910\*

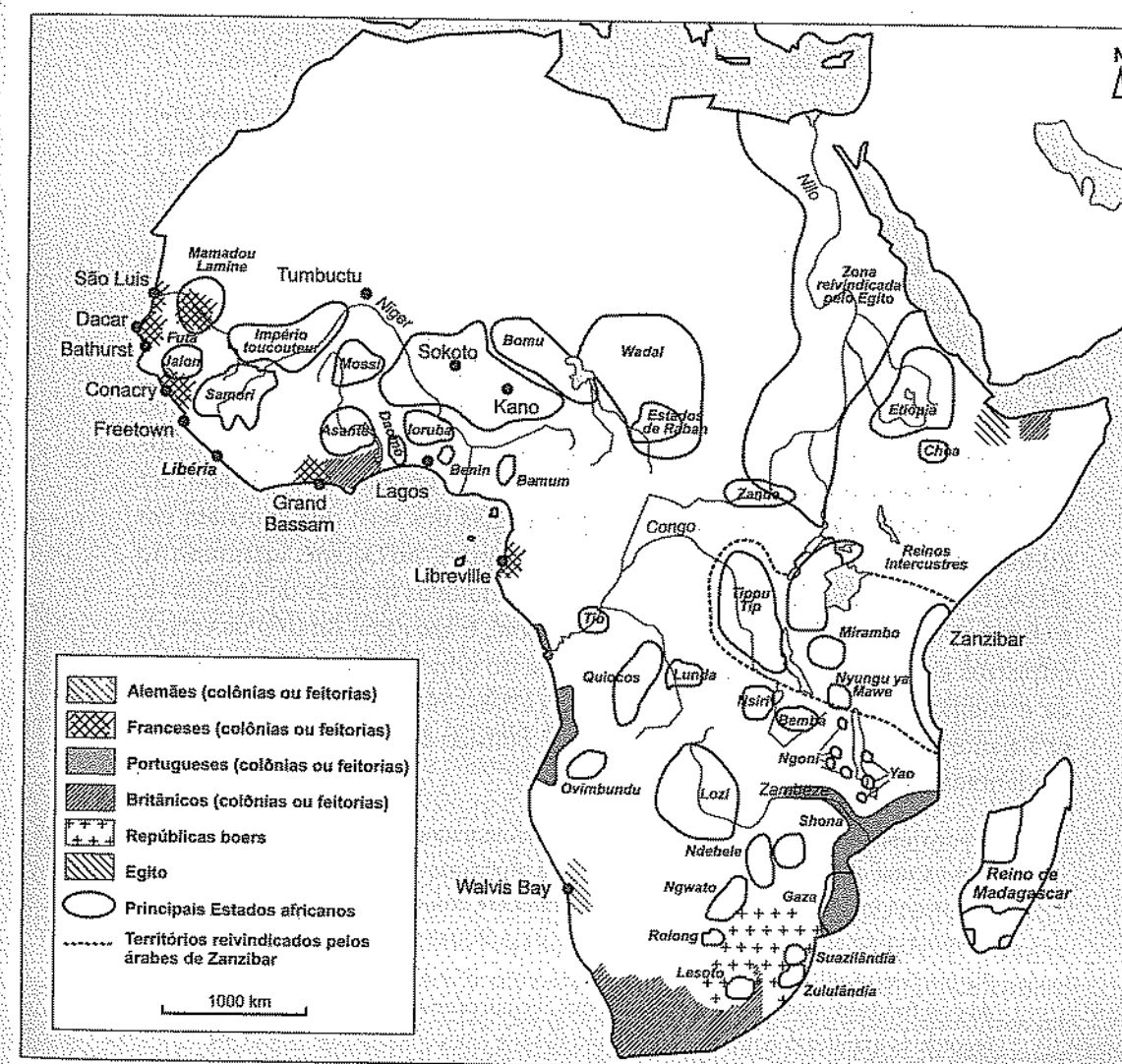
As três décadas que vão de 1880 até às vésperas da Primeira Guerra Mundial constituem um ponto de virada importante, sem dúvida um dos mais importantes na História do continente africano, revelando-se como anos sombrios que concentram, num período relativamente curto, uma soma inédita de catástrofes. É certo que a África anterior a 1880 não estava fechada ao mundo exterior, para o qual fora obrigada a exportar milhões de homens, que levaram consigo saberes, modos de vida, crenças e ideias que haveriam de sobreviver nos países de acolhimento. Embora marginal, a presença estrangeira – europeia e árabe – era mais ou menos antiga, segundo os lugares, espalhando influências econômicas, políticas, religiosas e culturais. Mas, na sua grande maioria, os africanos eram independentes. O desaparecimento brutal dessa independência, por ação e para proveito exclusivo dos Estados europeus, constitui a primeira característica deste período. A segunda prende-se às violências que acompanharam a aceleração da penetração estrangeira: sucederam-se as guerras de conquista e de resistência, as migrações, as epidemias, as fomes e as catástrofes ecológicas – nunca os africanos tinham sofrido num período tão curto de tempo tantos e tão terríveis choques.

O estudo deste período suscita muitas perguntas. Antes de tudo, uma a que ainda não chegou certamente o momento de responder: a de saber se a colonização imperialista, iniciada para durar cerca de oitenta anos, constitui uma ruptura, um simples episódio ou apenas um parêntese. Depois, um problema de

## I O CONTEXTO AFRICANO: O MITO DA CRISE

Crise ou transição? Um dos adeptos da teoria da crise, Basil Davidson, autor a que o renascimento da historiografia africana muito deve, propõe a seguinte análise: "Contudo, a crise da África moderna não começou com este novo imperialismo. Se é certo que, mais tarde, a invasão colonial trouxe desordem e confusão, os invasores não estiveram na origem do drama. Por volta de 1850, o sistema ancestral já começava a desestruturar-se; o fenômeno não era geral e não se desenvolvia por todo o lado ao mesmo ritmo. Por vezes era mascarado pela própria importância da sua influência. Esse sistema havia servido de suporte a vários séculos de crescimento e de culturas muito diversificadas. Tratava-se de civilizações de grande invenção tecnológica, que tinham no seu ativo belas realizações artísticas e que, sobretudo, haviam elaborado meios engenhosos de resolver os conflitos entre o indivíduo e a sua comunidade, civilizações que haviam culminado em sistemas de uma sabedoria e fé proverbiais. Estas, propiciando esperança e consolação em todas as circunstâncias importantes da vida e da morte, pareciam, na sua autoridade venerável, capazes de se subtrair às devastações

**Documento 55:** A África política por volta de 1880





O estado dos conhecimentos, a diversidade das situações e a multiplicidade dos níveis de análise proibem-nos de dirimir definitivamente estas questões. Podemos tentar, pelo menos, indicar-lhes os contornos e explorar algumas pistas de reflexão.

## A. Tradições e renovações políticas

O mapa político da África em finais do século XIX (documento 55) singulariza-se relativamente aos das épocas precedentes pelo número mais elevado das formações estatais e por sua maior dimensão territorial. Essas formações apresentavam uma profundidade histórica e características muito variáveis.

### 1. Os velhos Estados

Certas formações estatais podiam reclamar-se de um passado multissecular: os Estados mossi e iorubá, o Daomé, o Asante ou o Benim, por exemplo, na África Ocidental; todos os reinos dos Grandes Lagos, em especial, o Ankole, o Bunyoro, o Buganda, o Ruanda e o Burundi; e, por fim, das costas congo-angolanas até ao curso médio do Zambeze, a maioria dos “antigos reinos da savana”, a propósito dos quais a síntese pioneira de Jan Vansina veio sugerir que dispunham de múltiplos recursos opostos a um contexto global de crise. Todas essas velhas formações tinham sabido resistir eficazmente às usurpações do exterior, de origem europeia, árabe ou africana, e isso à custa de uma centralização e de um autoritarismo acrescidos. Por vezes, haviam tido artes de instituir cerimônias em que um dos objetivos era precisamente exaltar a antiguidade e a continuidade do Estado: era o caso, por exemplo, das recitações das genealogias dos reis, que ocorriam em muitas circunstâncias, ou ainda da “festa dos costumes” no Daomé. Instituído no século XVIII, o *anunghome* durava três meses, durante os quais as delegações de todas as províncias se reuniam na capital, Abomé; o *kpanligan* (arauto da corte), ministros e esposas do rei recitavam a história do reino, tal como fora expurgada e codificada por ordem dos reis Agadja (1708-1740) e Glélé (1858-1889). O viajante Edouard Foa mostrou bem o papel político desta pedagogia intensiva e orientada da história:

O povo junta-se nas praças públicas todos os dias enquanto duram os costumes, para escutar os apregoadores que o rei envia a proclamar as glórias da dinastia. O apregoador é geralmente um pequeno *cabéaire* (funcionário) do palácio, momentaneamente encarregado das funções de professor de história. [...] Após alguns elogios dirigidos ao soberano e ao governo, começa o seu discurso. Cita Aho, o fundador da dinastia e todos os que lhe sucederam até ao rei reinante; recorda as grandes conquistas de cada um deles e fala do seu nobre caráter, da sua bondade e da sua generosidade para com o povo, da sua severidade para com os malvados. Não esqueceu nenhum desses pormenores que surpreendem a imaginação e propiciam a recordação; exalta-se e fala por vezes durante várias

horas. O entusiasmo apodera-se da multidão, há gritos para saudar a conquista de Juda (Uidah) ou de Ardres (Allada) como se fosse uma glória nova, um acontecimento de ontem; a multidão bate com os pés no chão e, muitas vezes, o orador é obrigado a calar-se por esse dia, pois ela já não o escuta. Dirigem-se todos para a frente do Palácio gritando Viva o Rei! [...] ou lançando outros clamores em louvor dos descendentes dos grandes conquistadores. [...] Todos os dias, num sítio ou noutro, repete-se a mesma cena. O daomeano acaba assim por conhecer a sua história e a tradição não se perde. (Edouard Foa, *Le Dahomey. Histoire, géographie, mœurs, coutumes, industrie* (1831-1854), Paris, A. Hennuyer, 1895, pp. 289-290).

Foi necessária a conquista francesa (1894) para pôr termo à celebração dos “costumes”, que os europeus, horrorizados pelas execuções capitais a que davam lugar, consideravam como bárbaras.

Ao lado deste primeiro tipo de formações políticas, havia aquelas cuja origem remontava aos finais do século XVIII e ao início do século XIX. Os Estados bantus da África Austral resultantes do *Mfecane* são disso um primeiro exemplo, caracterizado por um poder simultaneamente centralizado, autoritário e militarizado. No Sudão Ocidental e Central, região privilegiada onde se haviam sucedido desde a Idade Média impérios prestigiosos, vários Estados, constituídos na virada entre os séculos XVIII e XIX, conservavam o essencial da sua vitalidade nas vésperas da conquista colonial: era o que se passava, por exemplo, com o império tucolor, dirigido desde a morte de El Hadj Omar (1864) por seu filho Cheikhu Amadu; com o califado de Sokoto, que, muito antes da morte de Ousman dan Fodio (1816), estava organizado em confederação de emirados cujo arcabouço e bela estrutura impressionaram os britânicos, a ponto de, após a conquista, terem mantido o essencial, pelo menos formalmente; ou ainda com o Damagaram ou sultanato de Zinder, levado ao apogeu na sequência das conquistas realizadas no início do século XIX por Amadu dan Tanimune. Podemos classificar neste mesmo grupo Estados cujo núcleo era antigo ou muito antigo, mas que só no século XIX atingiram a sua extensão máxima. Foi o caso em especial do Reino Bamum, nos Camarões, e da Etiópia. Como as formações políticas classificadas no primeiro grupo, estes dois últimos Estados esforçaram-se por explorar ao máximo a sua relativa antiguidade e por assentar o seu expansionismo num passado mais ou menos mítico.

### 2. Os Estados tardios

Outro tipo de Estado é fornecido pelas formações políticas que viram a luz do dia no último terço do século XIX, quase em concomitância com a penetração imperialista. Os fatores económicos foram sempre determinantes na sua emergência, ainda que alguns deles (os Estados de Msiri, de Rabah, de Samori e de Tippu Tip) tenham sido produto de conquistas e outros (as possessões de Mirambo e de Nyungu ya Mawe, por exemplo), tenham sido resultado de uma



vontade de resistência a conquistas ou penetrações estrangeiras. Essas formações tinham também em comum terem sido fundadas por homens novos, cujas ligações às dinastias reinantes, mesmo que inexistentes (Rabah, Msiri, Tippu Tip, Samori) ou marginais (Mirambo, Nyungu ya Mawe), eram ostentadas e proclamadas essencialmente para fins de manipulação ideológica. Embora estes novos poderes tenham procurado, não sem êxito, fabricar para si próprios uma legitimidade, a sua força residia principalmente na mobilização permanente da violência.

É notável que Mirambo (literalmente, “cadáveres”, isto é, “fazedor de cadáveres”) e Nyungu ya Mawe (“vaso de pedra”, isto é, “o invencível”) tenham ambos origem no povo nyamwezi (Tanzânia), cujas estruturas políticas haviam sido seriamente abaladas pelo comércio arabo-swahili: o sistema de *butemi* (chefaturas) caracterizado por sua fragmentação (200 a 300 chefaturas por volta de 1850) e pelos atributos rituais do chefe (*ntemi*) era incapaz de opor uma resistência eficaz aos traficantes de escravos e de marfim.

Perfeitamente contemporâneos (nascidos ambos por volta de 1840, mortos em 1884), tinham sofrido a influência dos princípios militares zulus, em consequência das vagas migratórias cujos avanços extremos haviam atingido o centro da Tanzânia atual, provavelmente após os meados do século XIX. Tanto um como o outro se lançaram na política ativa depois da execução dos chefes tradicionais de Unyanyembe pelos árabes (1865). Ambos souberam utilizar exércitos de mercenários *ruga ruga*. Controlando as regiões situadas a leste e a sudeste do lago Tanganica, isto é, as duas grandes rotas do comércio arabo-swahili que permitiam atingir o Karagwe e o Buganda, Mirambo representava um perigo para os árabes, que não hesitaram em fazer-lhe guerra, acabando por perder tudo (1871-1875). Quanto a Nyungu ya Mawe, conseguiu estabelecer a leste e a sudeste da cidade de Tabora um reino solidamente enquadrado, administrado pelos *watwale* (sing.: *mutwale*), homens de rigor implacável, por ele nomeados: entre estes, o seu próprio sobrinho, o mais influente dos *watwale*, conhecido pela alcunha eloquente de Nzwala-Mino-ga-Vanu, “o que traz (cujo colar é formado por) dentes humanos”.

Provenientes das origens mais diversas, Samori, Rabah, Tippu Tip e Msiri tinham em comum o fato de serem hábeis comerciantes, ambiciosos e pouco escrupulosos, impelidos para o cenário político pelo apetite do lucro e a busca do poder, que era o meio mais eficaz de aceder aos recursos econômicos e de controlar as fontes de acumulação. Rabah (ca. 1840-1900) era puro produto do sistema comercial egípcio-sudanês, ao passo que Tippu Tip (ca. 1840-1905) e Msiri (ca. 1830-1891) inscreveram as suas aventuras e estabeleceram as suas possessões nas margens do império comercial de Zanzibar.

Vindo de Cartum, Rabah Fadlallah começara por estar ao serviço de Zubayr (1862-1875) e de seu filho Suleiman (1875-1879): quando este decidiu render-se aos representantes do *quediva*, cioso e preocupado com o seu poder, Rabah recusou-se a segui-lo e resolveu trabalhar por conta própria. Tinha na altura sob a sua autoridade 800 *basinger*<sup>3</sup>. Catorze anos lhe bastaram (1879-1893) para conquistar

um império nos países centro-africanos e chadianos, tendo ocupado sucessivamente o Darfur (1881), o Dar Ruma (1887), o Dar Fertir (1890) e o Bagirmi (1892-1893). Instalado em Dikwa (ou Dikoa) erigida em capital em 1893, vitorioso do Bornu em 1895, atingira então o cume do seu poder.

Quanto a Tippu Tip, nasceu em Zanzibar, numa família árabe fortemente misturada de sangue africano. Após algumas operações comerciais frutuosas na costa, por volta de 1858, acompanhou o pai a Tabora, antes de empreender, nos anos 60, a descoberta e a exploração das terras situadas a oeste do lago Tanganica. Fortemente escoltado por homens equipados com armas de fogo, com grande habilidade para tirar partido das divisões internas dos povos que encontrava no caminho, Tippu Tip acumulou as vitórias militares a partir de 1867, por vezes graças a métodos expeditos que lhe valeram um dos seus primeiros cognomes, Kingugwa (leopardo). Por volta de 1876, quando encontrou o explorador Henry Morton Stanley, já dirigia um vasto império, que cuidou de organizar em diferentes domínios: político, nomeando os chefes, ou confirmando-os nas suas funções; econômico, desenvolvendo grandes cidades comerciais (Nyangwe, Kasongo, Kisangani), construindo estradas, formando e incentivando plantações escravagistas; e, por último, religioso, difundindo o islã. Para oeste, as suas caravanas ganharam o hábito de passar muito para lá do Lualaba, fronteira teórica dos seus Estados.

Tippu Tip e os árabes fizeram escola entre os povos que encontraram, em especial os nyamwezis. Dentre estes, os mais audaciosos, começaram por seu turno a organizar caravanas, em especial com destino ao Catanga, que alcançaram na primeira metade do século XIX, tendo-lhes aí sido atribuído o cognome de yekes (ou bayekes, caçadores), que veio a ser o seu etnônimo. Em particular Ngelengwa, o futuro Msiri, foi lá pela primeira vez por volta de 1850, acompanhando o pai. Voltou à região em 1855-1856, escoltado por numerosos dependentes armados e decidido a estabelecer-se aí definitivamente. Tal como Tippu Tip, imiscuiu-se nas querelas locais, mas desempenhando o hábil papel de *condottiere*, o que lhe permitiu acumular saques, reforçar as fileiras dos seus adeptos e surgir como o recurso inevitável. Colocadas sob a autoridade do *Mwata* Cazembe, as terras catanguesas eram então teoricamente uma dependência do império lunda. Revelando ao Cazembe o segredo da vacina contra a varíola<sup>3</sup>, cujos estragos eram devastadores, Ngelengwa conseguiu captar em seu proveito, adotando o comportamento do chefe curandeiro, uma parte da ideologia do poder local. Bastava-lhe só conquistar um império, o que fez de 1860 a 1880 aproximadamente, recorrendo estrategicamente ora a casamentos principescos, ora a guerras de conquista ou de sujeição.

Esse império, dirigido a partir da capital Bunkeya, era um dos mais temidos da África Central em finais do século XIX, e um dos mais complexos. Dos povos namwezis, recebeu o nome de Garaganza (do nome de uma linhagem de chefes), o qual veio substituir a designação perfeitamente plebeia de *Kwa Msiri* (os Estados de Msiri), bem como títulos, a começar pelo de *mwami* (rei), rituais e insígnias políticas, como, por exemplo, o *kilungu* ou *ndezi*, placa de conchas presa aos cabelos

do rei, junto à frente, por uma fita de pele de leão. Apropriou-se também de outras insígnias, símbolos e conceitos da cultura dos povos conquistados: coroado com o nome de *Mutu Kula* (o homem vermelho) por ter mergulhado a sua insígnia real e os seus pés no sangue de um homem imolado para a cerimônia, preferiu o cognome de *Mushidi* (deformado em *Msiri*), em homenagem ao grande conquistador lunda que tivera esse nome. De fato, na sua estrutura administrativa, por seu pessoal dirigente, por sua organização econômica, e, inclusive, pela violência instituída como modo permanente de resolução de conflitos, esse império, de tradicional, só tinha as aparências e ia buscar todas as suas características aos novos tempos. Dinamismo, vitalidade e recomposição, mais do que crise: tais são as lições deste quadro político que assim nos surge muito afastado das representações tenazes filhas da ideologia colonial (uma África mergulhada na estagnação, na barbárie, na divisão e nas guerras) e da ideologia nacionalista (uma África harmoniosa).

## B. Consensos e conflitos

Contudo, esses processos de reestruturação não excluíam as tensões. Bem pelo contrário, as fontes são unânimes a sugerir que, nas diversas sociedades africanas existiam contradições e antagonismos mais ou menos graves, dos quais os colonizadores iriam naturalmente tirar partido. Embora, como é evidente, seja de evitar tomar como moeda sonante os relatos coloniais que expunham com comprazimento as “guerras tribais” e toda a espécie de conflitos, a fim de legitimar o mito da “colonização salvadora”, há também que recusar as teorias de uma África consensual, que gozaria de equilíbrios harmoniosos numa paz constantemente renovada, teorias que durante muito tempo estiveram em voga nos meios nacionalistas africanos. Como esta questão não suscitou investigações sistemáticas, bastará indicar aqui os principais pontos fracos e fortes relativamente à nova situação criada pela pressão colonial nos anos 1880.

### 1. As clivagens sociais

A economia e as relações sociais propiciam-nos a primeira pista. Sociedades de linhagens, sociedades de castas, sociedades de classes, sociedades de ordens, as situações são múltiplas e o debate teórico continua amplamente aberto. O avanço da “fronteira”, que era simultaneamente causa e efeito, estava ligado à integração de frações cada vez maiores do continente africano nas “economias-mundo” (Fernand Braudel), através do Saara e do Mediterrâneo, do Oceano Atlântico e do Oceano Índico. A tese pioneira de Onwuka K. Dike, consagrada às cidades-Estado da foz do Níger, mostrou com notável clareza a maneira como as mutações dessas “economias-mundo” se repercutiam nas sociedades africanas.

Vimos já que a escravatura doméstica e produtiva veio provavelmente a aumentar, não só nas regiões costeiras, em associação com o desenvolvimento das

plantações de “produtos lícitos”, como no Daomé e em Zanzibar, mas também nos Estados do interior, quer antigos (Segú, Asante, Lunda etc.) quer novos (Sokoto, Tchokwes, Garaganza etc.), para o trabalho da terra e das minas de cobre, de ouro e de sal, para o transporte ou ainda para o exército, e, por último, nas sociedades de linhagens. Muitos desses escravos souberam tirar partido dessas novas oportunidades econômicas para ascenderem às primeiras linhas da hierarquia social e política: o exemplo clássico é o de Jaja, em Opobo (1869); os “rios do azeite” da Nigéria proporcionam outros exemplos análogos na segunda metade do século XIX, exemplos que são sempre acompanhados por uma grande efervescência social e política. Os impérios de Rabah, Tippu Tip, Msiri e outros reis análogos deram a muitos escravos a oportunidade de se ilustrarem na guerra e no comércio, e de se beneficiarem de privilégios políticos que, por seu turno, abriam a porta aos recursos econômicos. No momento oportuno, a colonização haveria de recrutar preciosos auxiliares nas fileiras dos escravos.

Mas a maior mobilidade social não se limitava aos escravos. Por todo o lado surgiram homens novos. Alguns deles, no limiar da década de 1880, encontravam-se à frente de verdadeiros impérios, após terem eliminado, submetido ou neutralizado as antigas autoridades. Outros, nomeadamente nos Estados de fundação antiga, estavam em condições de se opor, como grupo, à aristocracia política: assim, por exemplo, no Daomé, a contradição que remontava aos momentos fastidiosos do tráfico negreiro entre os chefes políticos e guerreiros – especializados na captura dos escravos – e os comerciantes – especializados na venda dos escravos, mas também, se necessário, de outras mercadorias –, veio a resolver-se em benefício dos comerciantes, principais beneficiários, com o rei, do comércio do azeite de dendê e da castanha do dendezeiro.

### 2. A gestão do político

O modo de exercício do poder político constituía outra fonte de tensões eventuais. Era nos Estados de criação recente que essas dificuldades se tornavam mais visíveis. A exemplo de Msiri, certos chefes haviam promulgado regulamentos válidos para todos os seus súditos, lançando assim as bases de um Estado de direito. Mas o grande peso do tributo imposto às aldeias e às famílias, o ônus demográfico e econômico de um estado de guerra quase permanente e a economia de predação em que assentavam essas formações, geravam um descontentamento subterrâneo, que às vezes explodia em revoltas violentas, em especial nas regiões onde o novo poder era exercido por estrangeiros conquistadores: assim, nos seus inícios, a colonização facilmente conseguiu opor, por exemplo, no Chade e no espaço swahili, os “árabes”, ou inclusive os “arabizados”, aos “negros”, ou ainda, como aconteceu no Catanga, os “invasores” (os bayekes de Msiri) aos autóctones “autênticos”. Aos novos poderes faltou também muitas vezes um tempo de existência para poderem assentar solidamente uma máquina administrativa.

A força que servira para conquistar os territórios continuava a ser necessária para assegurar a sua integração.

Os mercenários *ruga ruga*, a que Mirambo confiava uma parte dos cargos administrativos, só lhe eram fiéis enquanto recebessem as suas volumosas remunerações; os antigos chefes locais, mantidos em funções, eram sensíveis ao carisma de Mirambo, mas não ao do irmão e sucessor Mpandashalo: quando aquele morreu, em 1884, o seu império não tardou a se decompor. Ao contrário de Mirambo, Nyungu ya Mawe e Tippu Tip conseguiram criar um corpo de funcionários que se manteve durante os primeiros tempos da colonização. O primeiro subdividiu as suas possessões em sete províncias, dirigidas por *watwale* nomeados por ele e encarregados principalmente de recolher o marfim e de o encaminhar para a capital: o sistema dos *akida* (chefes de distrito que compreendiam simultaneamente chefes "tradicionais" e agentes arabo-swahilis), imaginado pelos alemães para o Tanganica, inspirou-se amplamente nestes métodos. O segundo concebeu no Maniema uma administração complexa, misturando os arabo-swahilis vindos da costa do Oceano Índico e habituados a redigir processos ou até relatórios, com os *wangwana* (homens livres) de todas as origens, entre os quais autóctones de condição inferior, seduzidos pela perspectiva de uma ascensão rápida: a colonização leopoldiana viria a integrar um grande número deles nos seus serviços.

As formações políticas mais antigas não escapavam a estas dificuldades: as características dos sistemas estatais africanos (precariedade dos modos de acesso ao poder, querelas e guerras de sucessão, tendências centrífugas, tentação do despotismo) revelaram-se fraquezas perante a penetração conquistadora dos imperialismos. Outros elementos de fragilidade apareceram no século XIX, nomeadamente no Daomé e no Buganda. Segundo Luc García, o rei Ghezo (1818-1858), chegado ao poder graças à cumplicidade dos seus irmãos, cometeu um erro fatal para as instituições do Daomé, o de romper com a tradição que exigia que os príncipes ficassem excluídos da direção dos negócios e de escolher príncipes como ministros de Estado: como os seus dois sucessores, Glélé (1858-1889) e Behanzin (1889-1894), que retomaram essa prática por conta própria, os príncipes encontravam-se (como ministros ou altos funcionários) à frente da administração central e territorial e ameaçavam a própria segurança do Estado. "O Daomé vivia à sua maneira a sua 'reação nobiliária': alguns príncipes, irmãos e primos, ministros, governadores de região ou ociosos sem escrúpulos, invejando-se uns aos outros e invejando todos o soberano reinante, insatisfeitos crônicos, persistiam em crisar-se sobre privilégios que procuravam aumentar ainda mais por todos os tipos de compromissos. Outros exigiam ainda mais escravos, e, por conseguinte, ainda mais razias, e mais peso na administração. [...] Refletiam, ao seu nível, essa sociedade daomeana em plena evolução e, sem a intervenção da França, a sua tentativa de desestabilização do regime ter-se-ia concretizado pela deposição de Béhanzin." (Luc García, 1988, p. 26).

Quanto ao Buganda, Semakula Kiwanuka mostrou que todo o século XIX se caracterizou, neste território, por um "aumento extraordinário da autoridade real", atingindo o auge entre 1820 e 1886, e colocou os reis ganda entre "os déspotas mais importantes da África ao sul do Saara". Obcecado pela segurança do trono e pela lealdade dos seus súditos, temendo constantemente a cobiça de seus rivais e dos próprios filhos, um deles, Semakokiro, inaugurou, no início do século XIX, o ciclo infernal dos conluíus acompanhados de execuções, de deportações e de afastamentos definitivos dos membros da família real. Mas iniciou também uma espécie de "despotismo esclarecido", atento à exploração máxima dos recursos da terra, à construção e à reparação das estradas e ao proveito que o seu país poderia extrair do comércio externo. Foi graças a estas condições que o Buganda conheceu uma prosperidade duradoura, a ponto de aparecer, numa fórmula algo excessiva do explorador Stanley (1875), como "um jardim do Éden".

### 3. As relações com o mundo exterior

Outro fator de polarização das sociedades africanas residia na consciência, ainda que difusa, dos perigos exteriores e nas repercussões, mais ou menos profundas, dos apetites estrangeiros sobre as forças políticas internas. Em certas circunstâncias, essas cobiças de origem árabe ou europeia, aparecidas muito antes da colonização imperialista, suscitaram sobressaltos de união e de resistência, como aconteceu com os bantus da África Austral. Noutros casos, pelo contrário, tinham dado origem a divergências de apreciação ou reforçado divisões existentes, o que se tornou especialmente evidente nos Estados do Golfo da Guiné, nomeadamente o Daomé, no Asante e nas cidades-Estado do delta do Níger, que, por sua riqueza, se expunham aos apetites conjugados e rivais dos britânicos e dos franceses.

No Reino Asante, a política a adotar perante os britânicos foi uma das controvérsias principais de todo o século XIX pré-colonial. Sobre esta questão, a classe dirigente dividiu-se em duas facções, os "falcões" e as "pombas" (Ivor Wilks). Os reis que se sucederam no trono pertenciam alternativamente a cada uma das facções: à das "pombas", Osei Bonsu, Kwaku Dua I, Mensa Bonsu e Kwaku Dua II; à dos falcões, Osei Yaw e Kofi Kakari. Nesta controvérsia, cada um dos dois campos invocava facilmente a tradição em apoio da sua política. Osei Bonsu, segundo um observador britânico, apoiava-se numa "máxima associada à religião que professava: nunca recorrer às armas enquanto houvesse uma possibilidade de negociação". Em contrapartida, Kofi Kakari, no momento da sua entronização, ouviu os seus conselheiros suplicarem-lhe: "Jurai-nos mais uma vez que é vossa vontade fazer a guerra. O vosso tio Kwaku Dua nunca fez a guerra. Mas o nosso reino foi fundado e engrandeceu-se graças à guerra!" A partir de cerca de 1850, esta clivagem apoderou-se da opinião e tornou-se o principal motor da vida política. J. Bonnat, "viajante, aventureiro e cativo dos Asantes", sublinhava em 1871: "Existem dois partidos: o da paz e o da guerra." E Ivor Wilks observa, não



sem malícia, que a formação de um sistema bi-partidário na Inglaterra do século XIX teve o seu equivalente no Asante.

#### 4. O fator religioso

Noutras situações, esta clivagem exprimiu-se em termos religiosos. Nas regiões em que as religiões importadas entraram com força, a clivagem assumiu a forma de um antagonismo entre cristãos e muçulmanos, ou entre católicos e protestantes, ou ainda entre religiões estrangeiras e crenças locais. Foi o que aconteceu em Madagascar durante todo o século XIX e no Buganda a partir de 1850-1860. O Buganda descobriu o islã na década de 1840, mas sob duas faces contraditórias. Introduzido pelos comerciantes arabo-swahilis, o islã vindo de Zanzibar não era apenas pacífico: fornecedor de panos de algodão, era também equiparado à riqueza (até cerca de 1866, o uso dos panos de algodão ficou reservado à mãe e às irmãs do rei, bem como a alguns dignitários); fornecedor de armas de fogo, estava associado à política e ao sonho de poderio. O islã dos cartumenses, associado à caça aos escravos, estava identificado com o imperialismo egípcio. Foi ao islã swahili que o rei Mutesa (ca. 1856-1884) escolheu converter-se por volta de 1865-1867.

O cristianismo começou prejudicado, devido ao fato de ter chegado mais tarde do que o islã; e, sobretudo, as suas divisões eram mais visíveis: por um lado, os anglicanos da *Church Missionary Society*, acolhidos em 1877, porta-vozes da Inglaterra; por outro, os Padres Brancos católicos, instalados em 1879, invocando a França. Fortemente enraizada no povo e numa parte da elite política, a religião tradicional gozava da preferência da grande maioria: composta por médiuns, sacerdotes e curandeiros, a "classe religiosa" (Semakula Kiwanuka) era poderosa e rica, e controlava imensos domínios que o rei não tinha o direito de confiscar. Para Mutesa e os seus próximos, as novas religiões surgiam antes de tudo como a promessa de recursos políticos acrescidos e de múltiplas alianças diplomáticas. "Entre o *quediva* do Egito e a rainha de Inglaterra, quem é maior?" gostava de perguntar Mutesa. Daí decorriam escolhas alternativas, interpretadas pelos estrangeiros como incoerência institucionalizada: proibição das religiões estrangeiras em 1879 ("Os árabes podem ficar com a religião deles, e vocês, cristãos, com a vossa. Quanto a nós, vamos manter a religião dos nossos antepassados", proclamou Mutesa); instituição do islã como religião de Estado em 1880, reconhecendo, no entanto, aos gandas a liberdade de escolher a sua religião; perseguição dos cristãos em 1885-1886, que degenerou em verdadeira guerra civil (1888-1890) durante o reinado de Mwanga, filho e sucessor de Mutesa.

As próprias religiões tradicionais, que, erradamente, durante muito tempo foram apresentadas como estáticas, não escapavam às interrogações do tempo. Assim, a partir de 1860, aproximadamente, a crise do poder tradicional suscitou entre os lubas do Kasai a progressão de um culto novo, o *lubuku*: culto da salvação, anunciava o regresso da paz, da fecundidade e da prosperidade, simultaneamente

com a conciliação e reunificação dos lubas, cujo espaço se encontrava na altura fragmentado em várias pequenas chefaturas. Para ver os antepassados e escutar a sua mensagem, a religião preconizava que os seus adeptos fumassem cânhamo. Os pregadores proliferaram, e cada um deles dava a sua própria versão do *lubuku*. Um deles, Mukenge Kalamba, declarou que encontrara os antepassados de regresso ao país e procurou captar os seus favores. Começou por entrar em relação com os mercadores-caçadores tchokwe; recebeu deles panos de algodão e armas de fogo, elementos de prestígio e de poder, que apresentou aos seus como ferramentas do próximo renascimento. Em 1875, continuando à procura de espingardas e de alianças externas, entrou em contato com os comerciantes luso-africanos de Angola e, depois, a partir de 1880, aproximadamente, com os europeus, que favoreceram a sua ascensão, até cerca de 1890; como a sua autoridade começou a declinar, os administradores do posto colonial de Luluabourg dispensaram então os seus serviços.

#### C. Guerra e paz

Foi sem dúvida no domínio militar que o desequilíbrio entre as sociedades africanas e os colonizadores europeus surgiu como mais evidente, ainda que esta afirmação reclame sérias reservas consoante às situações.

##### 1. A guerra: um recurso privilegiado

Em todas as regiões conhecidas, a guerra ocupava um lugar importante em finais do século XIX. É difícil dizer se esse peso aumentou ou não com o tempo, pois a abundância súbita, e frequentemente interesseira, das referências às guerras nos relatos europeus, mesmo que coincidentes com as tradições e os testemunhos orais, forçosamente mais precisos neste ponto, não constitui garantia suficiente. Seja como for, tanto nas terras iorubás, como nos Estados de Samori ou nas terras recentemente conquistadas pelos tchokwes, ou ainda nos impérios formados mais tardiamente pelos mercadores-guerreiros, a guerra surge como um dos móveis permanentes e decisivos do Estado até as décadas de 1880 e 1890.

As causas principais deste fenómeno são conhecidas. Apesar das mutações indiscutíveis das economias africanas a partir dos anos 1830, nenhuma realizara qualquer revolução agrícola ou industrial. Todos os sistemas produtivos solicitavam quase exclusivamente a energia humana sob a forma cada vez mais frequente da escravatura. "Os escravos não custam nada, basta juntá-los", declarou Tippu Tip a Stanley. Embora, na maior parte dos casos, as guerras não tivessem por objetivo primeiro a captura de escravos, proporcionavam sempre o meio mais seguro de o conseguir: o "agrupamento dos escravos" constituía inevitavelmente um dos seus efeitos mais visíveis. Além disso, o funcionamento normal do Estado implicava a mobilização das forças militares e o recurso à guerra. Tendo em conta

a diversidade das situações, as sociedades africanas conheciam vários tipos de guerra. Inspirando-nos na tipologia de Jean Bazin e de Emmanuel Terray, podemos distinguir três desses tipos:

- “guerras de instalação”, de conquista ou de submissão, ligadas ao processo de formação, de manutenção, de reprodução ou de expansão do Estado;
- “guerras de pilhagem”, que levavam o Estado a praticar razias nas suas províncias periféricas e nas suas margens, aprovisionando-se de escravos e toda a espécie de bens, guerras conduzidas também por vezes por algumas sociedades linhageiras, como os tchokwes, contra os seus vizinhos mais fracos, quer estivessem constituídos em Estados (como o império lunda em relação ao tchokwes), quer não;
- por último, lutas pela hegemonia entre formações estatais concorrentes que levaram algumas a dominar outras e deram origem a “impérios” que sujeitavam certos Estados ao pagamento de um tributo (“guerra canônica” na terminologia de Emmanuel Terray).

Quanto ao impacto dessas guerras sobre o potencial de resistência das sociedades africanas face à intrusão colonial, não podemos na verdade ir além de algumas constatações e hipóteses. Alguns Estados ficaram esgotados com elas, e, em todo o caso, demasiado debilitados para responderem aos colonizadores: assim, entre 1886 e 1893, foram os britânicos, instalados em Lagos (ocupada até 1851 e proclamada “colônia da Coroa” em 1861), que impuseram a paz entre os Estados iorubás. Em outros casos, a beligerância prolongada alimentava ou agravava divisões que os europeus souberam aproveitar. Por último, às vezes, certas formações políticas saíram reforçadas destas divisões, resistindo eficazmente às tropas coloniais: é o caso de Estados como o de Samori ou de Rabah, mas também de sociedades linhageiras que, para se oporem às guerras de pilhagem levadas a cabo pelos Estados, desenvolveram técnicas de combate adequadas aos seus recursos, que haveriam de servir mais tarde para combater os colonizadores.

## 2. Exércitos heterogêneos

Os exércitos africanos apresentavam também diferenças consideráveis. É quase impossível ter um conhecimento preciso dos efetivos. Se é certo que o relatório do capitão A. T. Jones (1861) e o de H. B. Finney sobre Ketshwayo nos permitem fazer uma ideia dos exércitos egba e zulu, a maioria das vezes estamos reduzidos a conjecturas tanto mais frágeis quanto os próprios contemporâneos não recuavam perante a fantasia. Assim, segundo os seus interlocutores franceses, o rei Behanzin declarava dispor de “1 080 chefes de guerra, cada um dos quais dirigia 3 000 guerreiros” ou de apenas 20 000 soldados. Para Luc Garcia, “o exército regular não compreendia praticamente mais de 2 000 soldados de ambos os sexos, equipados com espingardas aperfeiçoadas”, a que havia que acrescentar a “guarda pessoal dos dignitários” (6 a 30 homens consoante os graus) e o recrutamento em

massa: isto é, cerca de 10 000 homens em setembro de 1892, quando da abertura das hostilidades contra os franceses.

Hélène d’Almeida-Topor, que, muito justamente, lembra duas grandes catástrofes que teriam amputado seriamente o potencial militar do Daomé (o custoso cerco a Abeokuta em 1851 e a terrível epidemia de varíola em 1861), dá números diferentes, tornando-se, aliás, impossível optar por qualquer das hipóteses. As mesmas incertezas dizem respeito a todos os exércitos sobre os quais temos mais ou menos informações: de 25 000 a 50 000 cavaleiros para o califado de Sokoto, segundo Heinrich Barth, aos quais é preciso juntar uma infantaria cinco a dez vezes mais numerosa; 7 000 a 10 000 cavaleiros para o Bornu; para o Reino Asante, 40 000 soldados, talvez 30 000 ou ainda entre 20 000 e 30 000, segundo os testemunhos da guerra anglo-asante de 1873-1874; 2 000 a 3 000 soldados equipados com armas de fogo para o exército de Msiri, mais, em número desconhecido, os homens que levavam arcos, flechas, facões e lanças; mais de 10 000 combatentes à disposição de Rabah por volta de 1889, pelo menos o dobro em 1900, nas vésperas da batalha de Kusseri.

Mais do que os insolúveis problemas de números, o que importa é o tipo de exército: exército de mercenários, exército de súditos e, se assim podemos dizer, exército de cidadãos, a diversidade dos modos de recrutamento implicava práticas diferentes da guerra e diversas atitudes perante ela.

Temidos pela violência de que faziam uso nas suas razias, os exércitos de mercenários – o *basinger* dos cartumenses, os *ruga ruga* da África Oriental, os *askari* dos traficantes arabo-swahilis – só eram fiáveis sob a autoridade dos seus chefes, com a condição de serem bem pagos ou de terem a promessa de um saque valioso. Ativos no combate contra as sociedades linhageiras, tinham relutância em repetir os confrontos com os exércitos coloniais, a que muitos dos seus soldados se juntaram. Se os combatentes de Rabah lhe permaneceram fiéis até à batalha final contra os franceses, os exércitos *ruga ruga* de Mirambo e de Nyungu ya Mawe decompueram-se após a morte dos seus chefes em 1884; os de Tippu Tip, dilacerados pelos conflitos respeitantes às remunerações e pelas diferenças de consideração concedidas aos arabo-swahilis e aos *wangwana* negros, dividiram-se em 1892 perante as forças do Estado Independente do Congo (EIC): resistência dos arabo-swahilis e de certos negros, prudente expectativa seguida de adesão ao EIC de um número significativo de *wangwana*.

A força das sociedades linhageiras consistia em mobilizar sempre a totalidade dos homens, apoiando-se assim, em caso de agressão externa, ou, mais raramente, como aconteceu com os tchokwes, em função das necessidades de uma política expansionista, numa espécie de exército de cidadãos iguais perante os custos mas também os eventuais benefícios materiais e simbólicos da guerra. Dominando perfeitamente o seu terreno, organizados em pequenos grupos móveis, preferindo os pequenos choques, ou até evitando o contato, ao confronto direto, defendendo uma terra, bens e interesses diretamente identificáveis por todos, esses exércitos opuseram uma resistência tenaz aos Estados pré-coloniais tardios, apesar

de disporem de um equipamento rudimentar, tendo, seguidamente, obrigado os colonizadores a uma longa e custosa “pacificação”.

Entre estes dois extremos – exército de mercenários e exército de cidadãos –, o exército de súditos representava um tipo intermediário, que conjugava as forças, mas também as fraquezas dos dois precedentes, em função das situações a afrontar. Por vezes, como acontecia nos Estados de Samori ou de Msiri, provinham de um exército de mercenários (os companheiros do fundador do Estado); outras vezes, de um exército de cidadãos, como aconteceu quando da fundação do Daomé. Na sua organização, incluíam sempre uma hierarquia entre os profissionais da guerra e os combatentes de circunstância e de apoio. Os primeiros, que formavam “o núcleo de um exército permanente devotado à pessoa do chefe” (Yves Person), compreendiam “o bando primitivo”, os cativos do chefe e os voluntários que se lhe tinham juntado.

No caso de Msiri, era-lhes reservado o uso das armas de fogo. Cabia-lhes sempre o essencial do saque, a glória dos feitos de armas, o benefício das funções políticas. Se é certo que havia soldados que se distinguiam, os peões, recrutados nas aldeias segundo modalidades variáveis em função das formações políticas (número de mobilizados proporcional à população de cada aldeia ou fixação pela autoridade do número de homens a fornecer por unidade de residência), ficavam confinados às tarefas obscuras da guerra. Mesmo a tropa de elite das Amazonas do Daomé foi, de início, recrutada entre as mulheres delinquentes, culpadas de adultério ou de outros crimes passíveis da pena de morte, e aquelas que eram acusadas de ser de convivência difícil: a esse primeiro modo de recrutamento, que continuou a funcionar até finais do século XIX, vieram acrescentar-se o voluntariado, aparentemente excepcional, e sobretudo o sorteio. Tal situação mostra a que ponto as famílias tinham relutância em entregar as suas filhas ao exército. Durante um longo período, o serviço das armas não interferiu com o tempo indispensável ao trabalho dos campos. O século XIX caracterizou-se em todas as regiões por um prolongamento constante do tempo de guerra, que, por vezes se estendia por vários anos, o que, apesar da incorporação de escravos no sistema produtivo, se traduziu frequentemente na desorganização da economia. Daí, as duas faces da guerra – fonte de glória, mas também causa de todas as misérias –, que estão muito bem espelhadas nos cantos guerreiros dos bayekes de Msiri:

Quem nos dera ir à guerra, ó pai,  
Quem nos dera ir à guerra,  
(Apanhar) jovens na guerra,  
Ó pai, ó meu neto.  
Preso o polvorinho à cintura,  
Podem até ferir-me duas lanças.  
Ó Nsabila, ó pai, ó pai,  
Podem até matar-me,  
Ó Nsabila de Lubela,

Pois levar jovem para casa  
É crescer como os gafanhotos.

(Citado por Antoine Munongo, *Chants historiques bayeke*, *Bulletin des Juridictions Indigènes*, n.º 9, 1952).

### 3. O armamento

A questão do armamento, questão simultaneamente técnica e económica que tantas vezes preocupou os especialistas, não é pois tão determinante como parece à primeira vista. Com efeito, as regras próprias da guerra não produzem o seu pleno efeito senão quando relacionadas com o conjunto do sistema social e político, bem como com as configurações do terreno, o seu conhecimento e o seu controle. Nenhuma tipologia dos armamentos é pois satisfatória no contexto africano. Nem as mais sedutoras, como a de Jack Goody, deixam de nos causar perplexidade. Segundo este autor, o arco e a flecha, de fácil fabrico, identificável a um indivíduo e de manejo simples, seriam “armas democráticas”, “características dos povos acéfalos”. Com as armas metálicas, cujo fabrico pedia matérias-primas relativamente raras e tecnologias elaboradas, surge a era dos Estados. O cavalo seria identificável, no interior do Estado, com a aristocracia guerreira e política. As armas de fogo suporiam uma centralização ainda maior do poder.

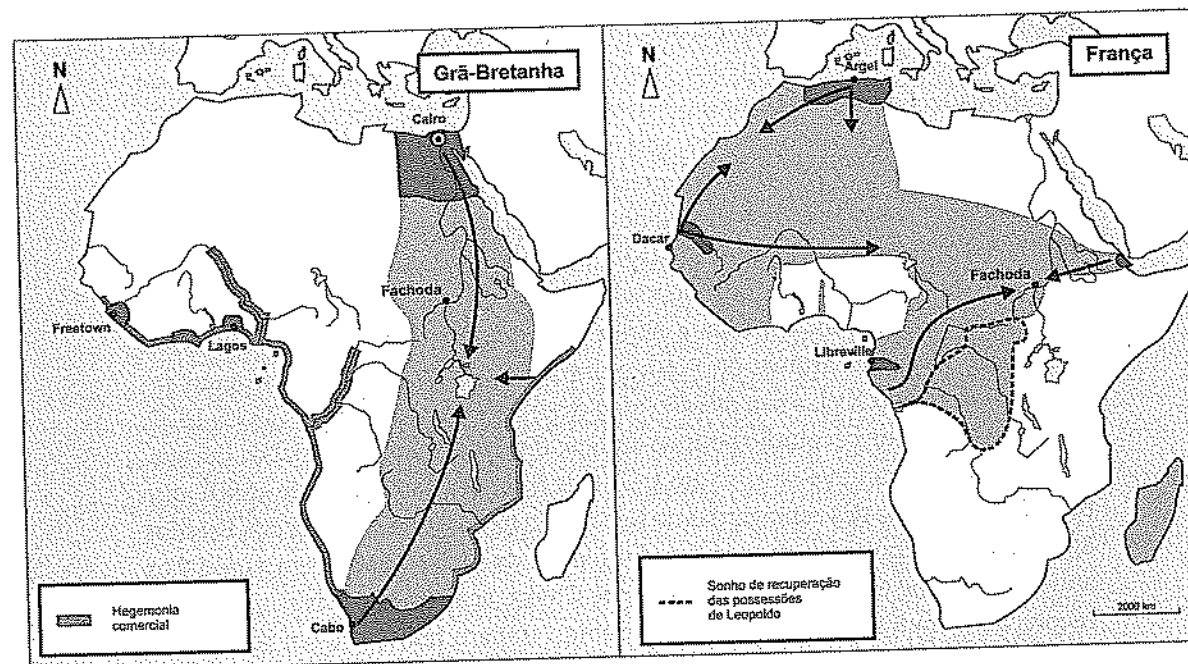
O século XIX foi em toda a África o século das armas de fogo. Se a sua introdução na África através do Saara e das feitorias costeiras dos europeus remontava ao século XVI, a sua difusão maciça só teve lugar a partir de 1815-1820, em associação com a evolução político-militar, diplomática e industrial da Europa: o seu comércio manteve-se ativo até ao Ato de Bruxelas (2 de julho de 1890), que proibiu o comércio das espingardas de tiro rápido na África. A maioria dos Estados apressou-se a adquiri-las; mas os Estados bantus da África Austral, em especial os zulus e os ndebeles, que, sob o impulso de Chaka, acabavam de viver uma dupla revolução, simultaneamente política e militar, tinham relutância em recorrer às armas de fogo. A vitória dos zulus em Isandlwana (22 de janeiro de 1879) – que, com os seus 1 600 mortos em 15 000 soldados mobilizados, foi também o mais grave revés sofrido pelos britânicos desde a guerra da Crimeia – é a de um exército numeroso (30 000 homens) que dominava perfeitamente o terreno, equipado principalmente (com um apoio suplementar de umas 8 000 espingardas) com armas ofensivas – zagaia e machados – aperfeiçoadas por Chaka já no início do século XIX. Em contrapartida, algumas sociedades linhageiras perceberam desde muito cedo o partido que poderiam tirar da acumulação das armas de fogo: foi, nomeadamente, o que se passou com os tchokwes, cujos artesãos, tal como os de Samori ou ainda como os iorubás de Ibadan, se tornaram mestres na arte de reparar e imitar as espingardas de pederneira. No terreno, a associação da espingarda e dos armamentos de origem africana foi quase sempre a regra, porque o custo das armas de fogo impossibilitava o equipamento de todos os soldados e



porque alguns chefes – como, por exemplo, Msiri e Rabah – reservavam o seu uso para a oligarquia político-militar em que tinham confiança. Samori foi o primeiro soberano da África Ocidental a fornecer armas de fogo a todos os seus homens. Mas, nas savanas sudanesas, isentas de mosca tsé-tsé, o cavalo continuava a custar mais caro do que a espingarda em finais do século XIX.

Apesar de tudo, o recurso cada vez mais frequente às armas de fogo, das quais os europeus só forneciam aos africanos modelos ultrapassados, reservando cuidadosamente para si próprios os últimos aperfeiçoamentos, tornou a África perigosamente dependente das potências que a cobiçavam, remetendo-a para uma posição de perpétua inferioridade.

**Documento 56:** Os sonhos africanos da Europa 1880-1884

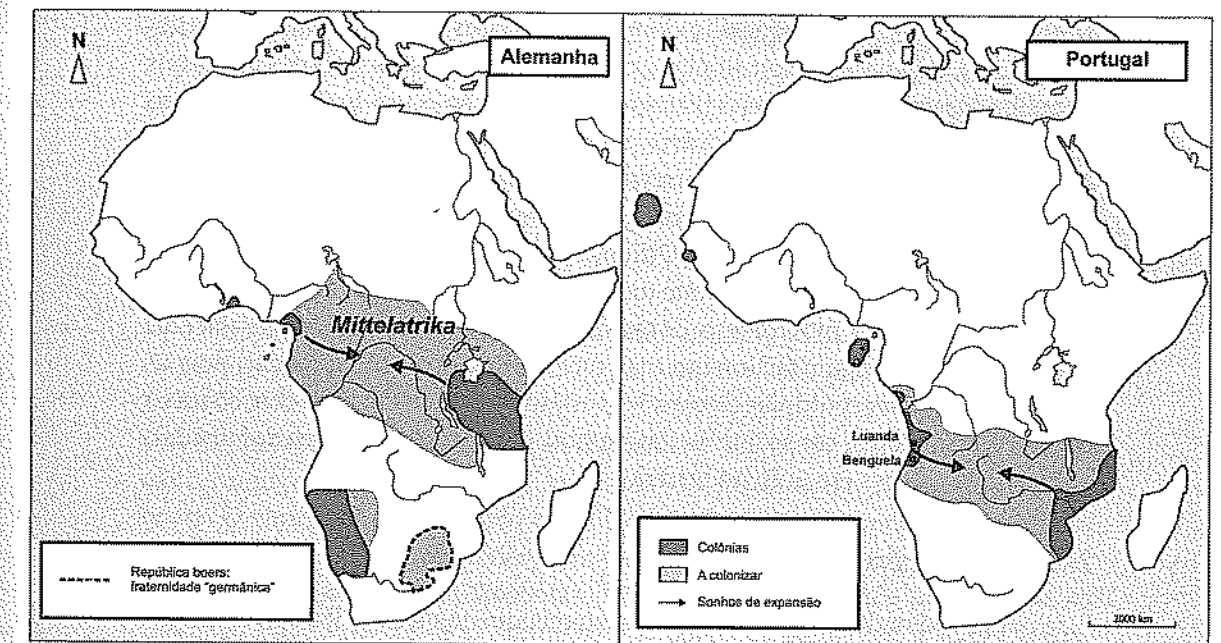


## II. O IMPERIALISMO COLONIAL

O encontro da África com o imperialismo colonial foi brutal, concentrado num tempo relativamente curto entre 1880 e a primeira década do século XX (documento 56). É claro que, antes de 1880, os europeus tinham começado a perceber ou a imaginar a importância da aposta africana e a pôr o dedo numa série de engrenagens cuja rotação haveria bruscamente de se acelerar nas duas últimas décadas do século XIX: no Senegal, onde as campanhas de Borgnis-Desbordes, de Brière de l'Isle e de Gallieni suscitaram, a partir de 1876, o sonho de uma próxima junção com o Níger; no Golfo da Guiné, onde os britânicos, instalados na Gold Coast e em Lagos, tinham entrado em guerra contra o Reino Asante (conquista de Kumasi em 1874) e se imiscuíam nas negociações de paz

entre os Estados iorubás; e, por último, na África do Sul, onde, a partir de 1815, os mesmos britânicos, alternando períodos de conflito e de paz com os boers e os bantus, tinham continuado a penetrar do Cabo até ao Zambeze. Em 1877, o rei dos belgas, Leopoldo II, considerava que chegara para ele o momento de “se apropriar de uma parte desse magnífico bolo africano”.

Não obstante, aos olhos de todos os contemporâneos, a ruptura estabeleceu-se no início da década de 1880. Num discurso pronunciado em 1891, Salisbury, um dos principais artesãos do imperialismo britânico, declarou: “Quando deixei o Foreign Office em 1880, ninguém pensava na África. Quando lá voltei em 1885, as nações da Europa quase brigavam entre si para saber as diferentes porções da África que poderiam obter.” Afirmções idênticas se observam em Jules Ferry, o “campeão do colonialismo francês”, que, no seu livro, *Le Tonkin et la mère patrie*,



escreveu em 1890: “Há um movimento irresistível que arrasta as grandes nações europeias para a conquista das terras novas. É como uma imensa *steeplechase* (corrida de obstáculos) na estrada do desconhecido [...]. Esta corrida data de há uns cinco anos, e todos os anos se acelera, como que impelida pela velocidade adquirida.”

Essa corrida prolongou-se até cerca de 1911, ano em que a Itália, no meio da alegria popular, se apoderou da Tripolitânia e encetou uma ocupação que veio a ser fatal para o comércio transaariano e para os Estados do Sudão Central. Poderíamos ainda optar pela data de 1919, ano do tratado de Versalhes, embora a redistribuição das colônias alemãs, último ato da partilha do mundo entre as potências coloniais, se tenha verificado no meio de uma indiferença quase geral.

## A. Um debate interminável

Desde as suas primeiras manifestações até aos nossos dias, o imperialismo colonial suscitou sempre debates tanto intelectuais como políticos, muitas vezes extremamente vivos. É todavia claro que ele só interessa à África devido à forma concreta como se expandiu no continente negro (guerras de conquista, partilhas territoriais, investimentos, práticas económicas, políticas e culturais etc.) e à propaganda que os seus partidários utilizaram para legitimar a sua ação e que veio a fabricar imagens duradouras da África e dos africanos. Quanto ao resto, que não devemos desprezar pois suscitou confrontos intermináveis entre escolas e campos, o imperialismo colonial diz mais respeito à história e à historiografia europeias do que à história da África propriamente dita.

Conferindo uma tonalidade e um espírito particulares a uma época, manifestando-se por uma sequência de acontecimentos multifatoriais e multidimensionais, o imperialismo colonial é certamente um desses fatos sociais totais e totalizadores que são simultaneamente uma bênção e um incômodo para os especialistas. A partilha, a conquista e a dominação da África não eram mais do que uma peripécia de um movimento muito mais vasto. Nas iniciativas que tomaram, os decisores políticos contemporâneos pensavam em termos de partilha do mundo, partilha na qual a Ásia Oriental e a Oceania contavam tanto como a África e em que entravam em grande medida os cálculos da diplomacia europeia. É evidente que um movimento dessa amplitude assumia múltiplas facetas que podemos distinguir facilmente mas que é impossível hierarquizar, pois as relações entre essas múltiplas dimensões variavam manifestamente consoante os países colonizadores, consoante os momentos, consoante as regiões dominadas, consoante os atores em ação no terreno.

### 1. O fator económico

A primeira dimensão identificada, aquela que mais tinta fez correr, é a dimensão económica. Como sublinhou vigorosamente Jean Bouvier, "o imperialismo não surgiu aos contemporâneos apenas como uma política externa, como uma diplomacia, mas como a política externa que correspondia à era do capitalismo dos monopólios e dos oligopólios. O imperialismo foi concebido como uma certa era do capitalismo, um "certo modo de vida" e de comportamento deste último, chegado a um certo nível de desenvolvimento". Desde muito cedo, os economistas e os ideólogos de esquerda e de extrema-esquerda, mais ou menos influenciados pelas teorias de Karl Marx, apoderaram-se deste tema, fazendo deste aspecto um ponto de confronto privilegiado entre marxistas e não marxistas ou anti-marxistas.

Quais são os fatos? Embora as características e os efeitos desta crise sejam muitas vezes discutidas, os anos 1873-1896 que correspondem precisamente à aceleração imperialista, constituem uma má conjuntura económica na Europa, com uma tendência muito nítida para a estagnação ou para a baixa de preços e

dos lucros industriais, para uma menor remuneração dos capitais investidos e para a relativa contração dos mercados internos. Com a notável exceção do Reino Unido e dos Países Baixos, todos os grandes Estados industriais recorreram, a partir de 1876, ao protecionismo, com um zelo que levava por vezes a "guerras alfandegárias".

A aquisição das colónias começou por ser concebida e identificada como a abertura dos mercados externos, ainda que não fossem mais do que mercados virtuais. Até na Inglaterra, cujo avanço industrial assegurara um "império informal" dominado pelas mercadorias inglesas, se viram aparecer tendências protecionistas: não foi por acaso que Joseph Chamberlain, à frente de uma parte dos liberais, se fez, simultaneamente, o campeão do protecionismo e o apologista do imperialismo britânico. Entre a crise económica, o protecionismo e a colonização, havia uma relação de necessidade aos olhos de todos os partidários da expansão. No prefácio que redigiu em 1885 para a tradução francesa do livro de J. R. Seeley, *The Expansion of England* (1883), o historiador Alfred Rambaud justificava assim a colonização evocando "a crise industrial e comercial que atualmente nos atinge e que não só agrava em grandes proporções os sofrimentos das classes laboriosas e as dificuldades das classes médias, mas ameaça também desorganizar os serviços públicos, trazendo a perturbação aos nossos orçamentos". No mesmo ano, Jules Ferry declarava aos deputados franceses: "Uma colônia é um escoadouro comercial."

Havia também a busca das matérias-primas, sobretudo minerais. Se é certo que, em várias regiões da África, o comércio dos produtos vegetais fora possível ao longo do século XIX sem o controle político dos europeus, o mesmo não se passava com os minerais. O diamante e o ouro da África do Sul tinham dado origem a confrontos cada vez mais violentos entre os britânicos e os boers. O enriquecimento rápido e fabuloso de Cecil Rhodes e do seu associado, Barnett Isaacs, que fora anteriormente acrobata de rua e vendedor ambulante, excitou as imaginações; de Tombuctu a Benguela, dos planaltos da Abissínia ao Catanga, eram sem conta as "miragens do ouro" (J. Stengers); o Fuuta Jallon, o Bahr el-Ghazal, o Saara, as florestas do Gabão e do Congo tinham fama de ser extraordinariamente ricos; na era das ferrovias transcontinentais, arquitetavam-se projetos de ambiciosos eixos ferroviários "do Cabo ao Cairo" e "transaarianos" que permitiriam aceder a esses tesouros, ao mesmo tempo que se abriam mercados inesperados às siderurgias europeias. Outros ainda, adeptos das teorias de Paul Leroy-Beaulieu (*De la colonisation chez les peuples modernes*, com primeira edição em 1874 e sexta e última em 1908), comparavam a remuneração muito vantajosa dos capitais investidos no ultramar (8 a 15%) com os rendimentos medíocres proporcionados na Europa (3% na França em finais do século XIX).

Até que ponto estes argumentos, válidos à escala do mundo, poderiam aplicar-se à África? Os contemporâneos não duvidavam disso, mas sabe-se hoje que a prática não acompanhou os discursos. Até 1914, a África, juntamente com a Oceania, foi o parente pobre dos movimentos de capitais no mundo: dos

44 000 milhões de dólares que os Estados Unidos da América tinham investido no mundo em 1914, a África atraía 4 700 milhões, isto é, um pouco mais de 10% (contra 6 000 na Ásia, 8 500 na , 2 300 na Oceania, 10 500 nos Estados Unidos e no Canadá, 12 000 na Europa), sendo que os principais investidores eram precisamente as potências colonizadoras, muito ativas na África (18 380 para o Reino Unido; 7 350 a 8 700, conforme os estudos, para a França; 4 840 a 5 600 para a Alemanha; ou seja, cerca de 75% para estes três Estados). Do mesmo modo, o comércio destes países com a África manteve-se modesto: na década de 1880, apenas 5 a 6% das exportações britânicas se dirigiam para África, dela provindo 5% das importações; para a França, os valores para a primeira década eram de 4,7 a 6,1% das importações e de 6,5 a 6,7% das exportações, para todas as "colônias e protetorados". É evidente que estes valores eram manifestamente modestos, mesmo que haja que os reportar às diferentes regiões e mesmo que não traduzam, de modo nenhum, a amplidão e a violência da exploração de que África foi vítima nos primeiros decênios da colonização europeia.

Há pois que considerar que os fatores econômicos desempenharam um papel crucial na partilha do mundo considerado como um todo, e não apenas na da África especificamente. Aliás, como muitas vezes foi sublinhado, "no ponto de partida, [...] há sempre, misturados com outras preocupações, apetites ou esperanças econômicas" (J.-A. Lesourd e Cl. Gérard).

## 2. Os fatores não econômicos

Essas "outras preocupações" que contribuíram para definir "um espírito novo, um espírito propriamente imperialista, que teria surgido em finais do século XIX e que teria entrado em ruptura com o espírito da era anterior" (J. Stengers), prendiam-se simultaneamente com a política, a ideologia, a cultura, e até a psicologia. Bastará enumerá-los resumidamente.

Em todos os Estados europeus, o nacionalismo foi uma dessas novas alavancas. A Europa, que estivera relativamente em paz até cerca de 1860, foi abalada por uma sucessão de guerras ligadas à unificação da Alemanha e da Itália. A vitória da Alemanha sobre a França, em 1871, que veio encerrar a "mudança bélica do século" (Robert Schnerb), suscitou, como reação, um nacionalismo revanchista desenfreado entre os franceses, e, por ricochete, uma vaga de nacionalismo e de chauvinismo em toda a Europa. As ligas nacionalistas, que atraíram grande número de aderentes na sociedade, exaltavam a "maior Inglaterra", a "maior Alemanha", a "maior França" ou até o "despertar da grande proletária Itália" (Pascoli). Ora, como gostava de repetir Jules Ferry, não havia despertar, nem grandeza, sem a posse de um império:

Irradiar sem agir, sem participar nos negócios do mundo, ficando à parte de todas as combinações européias, encarando como uma armadilha, como uma aventura, toda e qualquer expansão para África ou para o Oriente, [...] é abdicar [...], é descer do primeiro escalão para o terceiro ou quarto. [...] A França não quer ser

apenas um país livre, mas um grande país, capaz de exercer a sua influência nos destinos do mundo e disseminando em todos os lugares onde lhe for possível, os seus costumes, a sua língua, as suas armas, a sua bandeira, o seu gênio. (Discurso na Câmara dos Deputados, 28 de julho de 1885).

Estes apelos estavam marcados por um darwinismo simplista de que o economista francês Charles Gide se tornou um dos propagadores. Enquanto os Estados débeis e pequenos estavam impiedosamente condenados à decadência, o futuro pertencia aos "Estados gigantes" e aos "grandes Estados" que tivessem precisamente mostrado a sua grandeza no ultramar:

Não tenhamos ilusões: já não será na Europa, mas, sim na África e na Ásia que se representarão as grandes cenas da história dos próximos séculos e só os países que aí se tenham solidamente implantado serão chamados a desempenhar os papéis principais.

Acrescentava-se a crença, ingênua ou calculada, numa "missão civilizadora" dos povos europeus: após a publicação do famoso poema de Rudyard Kipling no *Times*, em fevereiro de 1899, a Inglaterra acreditou com agrado no "fardo do homem branco"; na França, a esquerda republicana chefiada por Léon Gambetta e Jules Ferry encontrava na colonização maneira de cumprir "o dever das raças superiores" para com as "raças inferiores" e o melhor meio de difundir os ideais de 1789, tendo a celebração do centenário mostrado, de maneira oportuna, a sua atualidade.

Assim, os grandes momentos da colonização foram saudados em toda a parte por acessos de chauvinismo: por exemplo, em 1882, na França, quando da ratificação do "Tratado Makoko"; em 1884, na Alemanha, quando se soube da assinatura por Gustav Nachtigal, no Togo, e por Carl Peters, no Tanganica, de numerosos tratados de cessão de soberania com chefes africanos; em 1898, na França e na Inglaterra, onde o incidente de Fachoda exacerbou as respectivas reações de anglofobia e de francofobia; e, de novo na França, em 1911, quando, no seguimento da segunda crise marroquina, o governo decidiu ceder à Alemanha uma parte do Congo.

As considerações estratégicas eram relativamente antigas. Tinham imposto aos britânicos a ocupação do Cabo e aos franceses a adoção da "política dos pontos de apoio" formulada por François Guizot. A sua importância aumentou ainda com a abertura do Canal de Suez (1869), cuja ocupação pelos britânicos foi, para certos autores, o fator que desencadeou a competição internacional na África, e com a difusão de novas concepções militares que privilegiavam o papel da vertente naval, das bases marítimas e das marinhas de guerra. Estas desenvolveram-se sobretudo nas novas potências, nos Estados Unidos da América com as teorias do influente almirante Alfred Mahan (*The Influence of Sea Power upon History*, 1890; *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire*, 1892; *The Life of Nelson*, 1897) e na Alemanha, onde nasceu uma nova ciência, a "geopolítica", inspirada diretamente



pelas ideias de Alfred Mahan (o seu fundador, Friedrich Ratzel, publicou em 1900, *O mar como fonte do poderio dos povos*), a qual influenciou, por seu turno, a política naval do almirante Tirpitz, as ambições de Guilherme II ("O nosso destino está na água", proclamou ele em 1899) e o sonho de uma *Mittelafrika*, dos Camarões ao Tanganica, cara aos adeptos da *Weltpolitik* (política mundial). As velhas potências, a começar pela França e pelo Reino Unido, inquietas com a situação, reforçaram a sua presença ou apressaram o seu avanço no ultramar.

### 3. Os grupos de pressão

Há que fazer intervir um último fator, os grupos de pressão, que, por sua ação, conseguiram incutir as considerações econômicas nas preocupações dos decisores políticos e cuja propaganda ruidosa ou insidiosa conseguiu também converter progressivamente a maioria da opinião pública à mística colonial.

A França teve o seu "partido colonial" que reunia três componentes: o Comitê da África Francesa, fundado em 1890 (29 membros na origem, 1 500 aderentes no auge do seu recrutamento); o Grupo Colonial da Câmara dos Deputados e do Senado, constituído em 1892 (que recrutava os seus membros em todas as forças políticas, salvo na extrema-esquerda, e forneceu cinco dos seis ministros das Colônias, entre 1894 e 1899); a União Colonial, formada em 1893. Lado a lado com este lobby, que tinha um recrutamento muito elitista (homens de negócio, parlamentares, jornalistas etc.), havia numerosas associações populares, como, por exemplo, a Sociedade Africana de França (1888), a Africana (1895), a Liga Colonial da Juventude (1894), a Sociedade de Propaganda Colonial (1892), a Liga Colonial Francesa (1895) etc. Na Alemanha – país que encontrou na África as suas colônias mais importantes –, a agitação e o fervor eram alimentados pela Liga Pangermanista (22 000 membros) e por agrupamentos mais especializados: a Sociedade Colonial (42 000 membros em 1914 e uma direção composta por uma maioria de aristocratas, nomeadamente oficiais superiores), a Liga Naval (1 200 000 aderentes) e a Liga Militar (300 000). O Reino Unido não lhes ficava atrás, com, nomeadamente, a Sociedade Colonial (1868), que haveria de tornar-se o *Royal Colonial Institute* (1882), a *Imperial Federation League* (1884) e a *Primrose League*.

As revistas das inúmeras "sociedades de geografia", os anais e gazetas de viagens, os boletins das sociedades missionárias ou abolicionistas e os jornais destinados a um público mais vasto contribuíram também para vulgarizar e banalizar a ideologia colonialista. Nem sequer a esquerda socialista lhe conseguiu resistir muito tempo: a partir dos anos 1880 os "revisionistas" alemães aderiram a essa ideologia, seguidos pelos socialistas britânicos (*Programa da Fabian Society* de 1900). Todas as classes da sociedade foram arrastadas pela dinâmica: da única edição inglesa do livro de Stanley, *In Darkest Africa* (1890) venderam-se 150 000 exemplares. Esta propaganda não excitou apenas a paixão do povo: incrustou também nos espíritos estereótipos muito duradouros. Como sublinhava J. A. Hobson desde 1902:

A educação popular, em vez de servir de defesa, é uma incitação ao imperialismo; abriu um panorama de amor-próprio vulgar e de sensacionalismo grosseiro a uma grande massa inerte que vê a história atual e o dedalo emaranhado dos movimentos do mundo com um olhar perturbado e espantado.

## B. Egito, África Ocidental e Congo: lugares e momentos de aceleração

Quando e como começou precisamente a competição que iria conduzir à partilha da África? No Egito, a crer num livro relativamente antigo, hoje clássico mas sempre incisivo: *Africa and the Victorians*, de Ronald Robinson e John Gallagher.

### 1. A ocupação britânica do Egito

O Egito era um país eminentemente africano cuja fronteira penetrava cada vez mais fundo no continente, mas, aos olhos dos britânicos, não passava de um elo essencial na rota da Índia, a jóia do seu império, como explicava Sir Charles Dilke à Câmara dos Comuns no preciso momento em que o seu país aí se instalava:

O Egito constitui a nossa grande via para a Índia e o Oriente em geral. No que diz respeito ao canal de Suez, a Inglaterra tem um duplo interesse [...]: um interesse comercial de primeiro plano, pois 82% do comércio que passa pelo canal é comércio britânico; [...] um interesse político de primeiro plano, dado que o canal é a principal via para a Índia, o Ceilão, os Estreitos e a Birmânia britânica, onde vivem 250 milhões de pessoas sob a nossa autoridade; e também para a China, onde temos igualmente grandes interesses e onde detemos 34% do comércio externo desse grande império ainda mais enorme. O canal é também uma das vias que conduz ao nosso império colonial da Austrália e da Nova Zelândia.

Já em 1875, o Reino Unido comprara ao *quediva* a quota de 45% que este detinha na Companhia do Canal do Suez. A ocupação do Egito, que, segundo os britânicos, fora imposta pela bancarrota do país e pela agitação nacionalista que ameaçava a vida dos europeus, não tinha nada a ver com as "disputas triviais" (Ronald Robinson e John Gallagher) que opunham os europeus na África tropical. Em contrapartida, as suas consequências teriam sido absolutamente determinantes para a partilha da África: "Sem a ocupação do Egito, não há nenhum motivo para supor que as competições [*scrambles*] internacionais por causa da África, tanto Ocidental como Oriental, tivessem começado quando começaram." Essas consequências ter-se-iam feito sentir tanto na política britânica como na das outras potências. Do lado britânico, ninguém, com exceção dos "lobbies africanos e de uma minoria de imperialistas", queria uma expansão na África. A lógica que levava à ocupação do Egito teria também presidido às operações no Alto Nilo e na África Oriental: "No primeiro nível de análise, a motivação decisiva subjacente à

estratégia do fim da era vitoriana na África foi a de proteger os interesses muito importantes que se encontravam na Índia e no Oriente."

Quanto às outras potências, a ocupação do Egito, ocorrida passado um ano sobre a instalação dos franceses na Tunísia e no próprio ano em que se celebrou a Tripla Aliança entre a Alemanha, a Itália e a Áustria-Hungria, teria alterado o equilíbrio europeu. Para a França, que escavara o canal de Suez, que continuava a ter interesses importantes no Egito e que, solicitada pelos britânicos para participar na intervenção, preferira abster-se, a presença inglesa na terra dos faraós representava "a pior humilhação desde a derrota de 1871". Por isso, teria exigido da "pérfida Albion" justas compensações noutras regiões da África. Do mesmo modo, a Alemanha de Bismarck teria agitado o "bastão egípcio" para convencer os britânicos a aceitarem a sua política nova de presença ativa de colonização na África. De um modo geral, "em meados do ano de 1884, a ocupação do Egito tornara a Grã-Bretanha extremamente vulnerável à pressão das potências continentais e a África tornara-se um peão importante no equilíbrio das potências européias".

Ora, os estudos de caso estão longe de confirmar esta análise geral, essencialmente diplomática e desmedidamente centrada na Inglaterra.

## 2. Franceses e britânicos na África Ocidental

A África Ocidental, relativamente à qual tanto as sínteses como os estudos específicos de natureza econômica, política e social são relativamente numerosos, constitui uma boa ilustração. Até meados dos anos 1870, a França e a Inglaterra eram oficialmente reservadas, ou até hostis, no que respeita a toda e qualquer expansão ou fundação de novas colônias. O relatório do *Select Committee* britânico de 1865 fora explícito quanto a esse ponto; ainda em 1876, as instruções do ministério francês da Marinha e das Colônias ao governador do Senegal advogavam a prudência:

A França esforça-se neste momento por concentrar as suas forças e os seus recursos no objetivo de reconquistar a situação que uma guerra infeliz a fez perder na Europa; não pode expandir-se externamente, assumir compromissos onerosos, inscrever no seu orçamento despesas que reduziriam os seus meios de defesa.

Mas os representantes e os agentes locais do expansionismo francês e britânico faziam pressão num sentido totalmente oposto: assim, houve quem invocasse a existência, a partir da década de 1860, de um "imperialismo senegalês" (Bernard Schnapper), impaciente de absorver a Gâmbia e os Rios do Sul e de fazer do Senegal uma colônia compacta, do cabo Branco até à Serra Leoa.

Ora, *in loco*, os condicionalismos da economia eram incontornáveis. Os termos de troca, que haviam sido relativamente favoráveis aos produtores africanos desde o início do "comércio legítimo" sofreram uma grave deterioração, precisamente no último quartel do século XIX. Os negociantes europeus, que

viam as mercadorias trazidas da África serem muito menos bem remuneradas, procuraram fazer repercutir essa baixa nos preços de compra que propunham aos africanos. Daqui resultaram conflitos incessantes entre europeus e africanos, bem como entre africanos, e entre europeus; embora esses conflitos já fossem antigos, a novidade residia na sua frequência e na sua acumulação: por parte dos africanos, fraudes sobre a qualidade e as quantidades das mercadorias vendidas aos estrangeiros, tentativas de expedir diretamente os produtos para a Europa, escapando aos intermediários europeus, atrasos cada vez maiores no reembolso dos adiantamentos efetuados pelas casas comerciais; da parte dos europeus, fraudes idênticas, protestos contra as práticas protecionistas dos concorrentes, ameaças e manobras de intimidação para com os corretores negros de que queriam desembaraçar-se, acusações de má fé contra os seus parceiros africanos. Ante o agravamento desses conflitos, os negociantes europeus começaram a pedir aos oficiais da marinha e às autoridades políticas dos postos existentes uma política ativa de "expedições punitivas" e de intervenções. Estes desejos estavam em perfeita consonância com as ambições dos funcionários e dos militares europeus, "essa categoria de aproveitadores de que se fala pouco e cujo papel poderá ter sido essencial" (Henri Brunschwig). Confinados em tarefas obscuras de administração, sentindo por vezes que se encontravam em posições sem futuro, estes encontravam nessa política ativa uma oportunidade inesperada de glórias fáceis e o trampolim ideal para conseguirem carreiras excepcionalmente rápidas.

Outra característica da economia desse período foi a intensificação da concorrência entre as nações europeias. Apoiadas por uma Câmara de Comércio muito ativa, pronta a queixar-se das discriminações e dos vexames infligidos pelas outras nações europeias, as casas comerciais de Hamburgo, encabeçadas por *Woermann*, conseguiram operar uma penetração notável em regiões até aí reservadas ao face a face franco-britânico (Libéria, Anecho, Daomé, foz do Níger, Camarões). Novas firmas francesas (*Compagnie Française de l'Afrique Equatoriale*, 1880; *Compagnie du Sénégal*, 1881) esforçaram-se por ganhar posições nos "rios do azeite" da Nigéria e alcançar Benué. Foram incapazes de resistir à poderosa *National African Company* (formada em 1882 e descendente da *United African Company*, criada em 1879), que comprou os seus estabelecimentos em 1884, transformando-se na *Royal Niger Company* em 1886.

Tornara-se claro que a política devia orientar-se no sentido de apoiar o comércio na resolução das suas dificuldades e ambições. Foi sem dúvida a França que rompeu a política tradicional do *Quai d'Orsay* e do *Foreign Office*, política de entendimento e de cooperação na África, de resolução amigável de litígios e de congelamento dos conflitos locais. A ruptura situa-se não em 1882, mas em 1879, com a nomeação do almirante Jean Jauréguiberry para o ministério da Marinha (fevereiro) e a chegada de Charles-Louis de Saulses de Freycinet à chefia do Governo (dezembro). Este, que era formado pela École Polytechnique, fora várias vezes ministro e presidente do Conselho (1879, 1882, 1886, 1890) e era seguramente um dos "fundadores da III República" (P. Barral), era também um

fervoroso adepto do transaariano e da "conquista pacífica" da África pelas ferrovias e outros meios de transporte modernos. Na sua tomada de posse, declarou: "Com efeito, é pelas vias de comunicação que a civilização se expande e se fixa mais seguramente. Há que tentar ligar os vastos territórios banhados pelo Níger e pelo Congo." Por seu turno, Jean Jauréguiberry, antigo governador muito empreendedor do Senegal, era partidário da junção entre o Senegal e o Níger e, pouco depois da sua chegada ao ministério, conseguiu que se adotasse o projeto da ferrovia Senegal-Níger, concebido como parte integrante da rede ferroviária transaariana. No mesmo ano de 1879, quando da discussão na Câmara dos Deputados das dotações destinadas a financiar os estudos preliminares relativos ao transaariano, o relator da Comissão do Orçamento, Maurice Rouvier, eleito por Marselha e muito ligado às casas comerciais da cidade, não teve dificuldade nenhuma em obter a aprovação dessas dotações, proclamando:

Mais perto do continente africano do que a maioria das outras nações, mais diretamente interessada do que elas no futuro desse continente por suas possessões da Argélia, do Senegal e do Gabão, e pelas numerosas feitorias francesas estabelecidas na costa ocidental, a França não pode eximir-se a tomar parte no movimento que arrasta a Europa para as regiões africanas, cujas riquezas começamos agora a entrever. A preocupação com a grandeza e os interesses da nossa pátria não reclamará de nós que nos coloquemos à cabeça deste movimento?

Esta febre haveria de culminar com a criação de uma Subsecretaria de Estado das Colônias (novembro de 1881) reforçada, após ter sido suprimida (agosto de 1882) e de novo restabelecida (setembro de 1883), pela formação de um Conselho Superior das Colônias (outubro de 1883).

### 3. Brazza e o Congo

Entretanto, havia sido desencadeado o terceiro caso, o do Congo, sem dúvida o momento mais decisivo da aceleração da corrida imperialista para a África. Estabelecendo a distinção entre *scramble* (escaramuça, competição, rivalidade, mais do que investida geral) e "*course au clocher*" ("corrida contra o relógio", investida geral), Henri Brunschwig escreveu, muito justamente: "O *scramble* franco-britânico na África Ocidental remonta com toda a certeza a 1879 e mesmo até a uma data anterior. A "*course au clocher*" internacional, no Congo e no Chade, data de 1882, estendendo-se posteriormente a outras regiões." Até cerca de 1875, a presença da França nas costas do Gabão e do Congo fora paradoxal: embora tivesse o controle jurídico e político das costas gabonesas, a maior parte do comércio passava pelas mãos dos ingleses, a ponto de ter negociado com o Reino Unido uma troca entre o Gabão e a Gâmbia; na foz do Congo, teoricamente portuguesa, havia numerosas casas comerciais que disputavam um comércio muito ativo, sendo a única empresa holandesa a que maior êxito tinha, muito à frente das francesas e das britânicas: esse dinamismo permitiu à *Afrikaanse Vennootschap*, novo nome da *Afrikaanse*

*Handelsvereniging* a partir de 1879, possuir, às vésperas da Conferência de Berlim, trinta e quatro feitorias e um pequeno exército de soldados africanos, encarregados de proteger os seus interesses. Ora, foram os franceses, mais precisamente Pierre Savorgnan de Brazza, que pretenderam apropriar-se da totalidade do Congo.

Após uma primeira missão nas bacias do Ogooué e do Alima (1875-1879), que lhe valeu começar a ser célebre na França e no seu país de origem, a Itália, Pierre Savorgnan de Brazza voltou à África Equatorial de onde trouxe um tratado assinado com o "rei Makoko", em setembro de 1880, e um ato de tomada de posse de um território cedido pelo mesmo rei, em Outubro desse ano. Na massa enorme de tratados e acordos de todo o tipo assinados entre os europeus e os chefes africanos, esse tratado não se revestia de nenhuma originalidade nem de nenhuma importância:

Tendo o rei Makoko, titular da soberania das terras situadas entre as fontes e a foz do Lefini em Ncuma, ratificado a cessão de territórios feita por Ngampey para o estabelecimento de uma estação francesa e tendo ainda cedido à França o seu território, à qual cedeu também os seus direitos hereditários de supremacia; desejando ele, em sinal dessa cessão, arvorar as cores da França, entreguei-lhe uma bandeira francesa e, pelo presente documento, feito em duplicado e munido do seu sinal e da minha assinatura, certifiquei as medidas que tomou a meu respeito, considerando-me representante do Governo Francês. Feito em Nduo, na aldeia de Makoko, aos 10 de setembro de 1880, o capitão de mar-e-guerra, chefe da Missão do Ogooué e do Congo interior. Assinado: Pierre Savorgnan de Brazza e Makoko. (Citado por Henri Brunschwig, *L'avènement de l'Afrique Noire du XIX siècle à nos jours*, Paris, Librairie Armand Colin, 1963).

Foi a reação verificada na França que veio a desencadear tudo o que se seguiu. A imprensa e a opinião pública, de todas as tendências, apaixonaram-se por esse tratado. As insinuações de Henry Morton Stanley (que todos percebiam ser o rival de Brazza), sobre o valor do tratado, no seu entender nulo, e sobre as disposições de Makoko relativamente a Brazza que, a acreditar nele, seriam ambíguas, só serviram para exacerbar o entusiasmo popular. Desforra contra a ocupação inglesa do Egito, desforra contra a Alemanha, o "tratado Makoko" passara a ser a pedra de toque da honra nacional. Por pressão da opinião pública, a Câmara dos Deputados ratificou-o por unanimidade (22 de Novembro de 1882). Foi a primeira vez que, na França, onde, até então, tinham bastado as ratificações por decreto, se recorreu a este processo solene para um tratado assinado com um chefe negro.

As casas comerciais e as chancelarias europeias sentiram-se inquietas. Numa carta à rainha Vitória, Leopoldo II traduziu bem a emoção geral: "Em Paris, as gentes estão furiosas; é preciso uma dupla desforra, contra os alemães e contra os êxitos dos ingleses no Egito. Querem expandir-se para todos os lados. Tunis já não chega, há que tomar o Níger e o Congo, na África" (15 de outubro de 1882). O caso do Congo, que ocorreu em simultâneo com o restabelecimento



do protetorado francês em Porto Novo (abril de 1882), fez temer aos negociantes britânicos a reedição de um golpe análogo no golfo da Guiné e a transformação do Níger num “rio francês”. Invocando os seus “direitos históricos” sobre o Congo, Portugal redobrou de ardor na África Central; o Reino Unido, por seu lado, temia também a instauração no Congo de um protecionismo francês ruinoso para os interesses comerciais dos seus nacionais. Daí, o tratado anglo-português de 26 de fevereiro de 1884, que reconhecia a soberania de Portugal sobre a foz do Congo e sobre as costas adjacentes. Por seu turno, Leopoldo II, até aí cauteloso, deu ordens aos seus agentes para que multiplicassem as aquisições de soberania na bacia do Congo. Foi o início do *scramble*. Foi também o momento escolhido por Bismarck (atento ao concerto europeu, apegado à predominância alemã e hábil a dividir as potências rivais) para intervir e propor a resolução de todos estes litígios numa grande conferência que seria acolhida em Berlim.

C. A Conferência de Berlim: mito e realidade

A Conferência de Berlim é um desses eventos fundadores que muitas vezes são investidos *a posteriori* de uma importância, real ou simbólica, que não tinham no momento em que ocorreram. É o que se passa, por exemplo, com a surpresa que veio mais tarde a ser manifestada por alguns perante a ausência dos africanos nesta assembleia solene em que, pela primeira vez, a África era objeto exclusivo de uma conferência internacional. Só o embaixador do Reino Unido em Berlim, Sir Edouard Malet, constataria na sessão inaugural a não representação dos africanos. Esta não chocou ninguém: *res nullus*, a África estava para ser tomada; objeto da conferência, sim; seu sujeito ativo, seguramente, não! Sabe-se hoje que a partilha da África (documento 57), que teve lugar na década de 1890 e no início do século XX, foi incorretamente atribuída à Conferência de Berlim; o mito permanece tenaz, apesar dos esforços dos historiadores para restituírem o sentido do evento e definir os mecanismos do encadeamento de fatos posteriores.

Documento 57: A partilha da África Oriental, marcos cronológicos

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1862 | - Tratado de Paris: França e Reino Unido garantem a integridade dos Estados de Zanzibar e de Omã.                                                                                                                                                                        |
| 1884 | - Morte de Mirambo e de Nyungu ya Mawe. Expedição do Kilimanjaro com Marry Johnson, leva Londres a proclamar o seu protetorado sobre a região. Carl Peters funda a Sociedade para a Colonização Alemã: chegado a Zanzibar, assina 12 tratados com os chefes do interior. |
| 1885 | - Canhoneira alemã em Zanzibar: proclamação do protetorado alemão sobre 140 000 km². Bismarck concede uma carta à <i>Deutsche Ost Afrikanische Gesellschaft</i> (DOAG).                                                                                                  |
| 1886 | - Conflito anglo-alemão na região do Kilimanjaro. Acordo anglo-alemão (29 de outubro e 1 de novembro), pelo qual se repartiam as                                                                                                                                         |

“zonas de influência”. A soberania de Zanzibar fica limitada a uma faixa costeira com 10 milhas de largura.

|           |                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1887-1888 | - Conflito entre 10 firmas inglesas e alemãs na região de Tana.                                                                                                                                                                     |
| 1888      | - A <i>Imperial British East Africa Company</i> de William Mackinnon obtém a sua carta de concessão.                                                                                                                                |
| 1888-1889 | - Revolta de Abushiri, no Tanganica. Rivalidade anglo-alemã sobre o apoio a dar a Emin Pachá e no Uganda.                                                                                                                           |
| 1890      | - Carl Peters assina tratados com o <i>kabaka</i> do Buganda e outros chefes. Acordo anglo-alemão de 1 de julho fixando com maior rigor as zonas de influência. A Alemanha toma a seu cargo os territórios administrados pela DOAG. |
| 1894      | - Protetorado britânico no Uganda.                                                                                                                                                                                                  |
| 1895      | - Protetorado britânico sobre o Quênia.                                                                                                                                                                                             |
| 1914-1918 | - A África Oriental, sobretudo o Tanganica, é devastada pela guerra.                                                                                                                                                                |
| 1919      | - Tratado de Versalhes: mandato da Bélgica sobre o Ruanda e o Burundi, e do Reino Unido sobre o Tanganica.                                                                                                                          |

Fonte: cronologia estabelecida por Elikia M'Bokolo

A iniciativa da Conferência coube a Bismarck, o qual, perante a vaga de protestos suscitada pelo acordo luso-britânico de 26 de fevereiro de 1884, quis confirmar a sua imagem de árbitro das relações internacionais na Europa, sem deixar de acalantar o sonho de desviar a França da Alsácia-Lorena, encorajando as suas iniciativas ultramarinas. A 22 de abril, o presidente do Conselho francês, Jules Ferry, aceitou a convocação conjunta pela França e pela Alemanha de uma conferência internacional sobre a África Central, a fim de resolver três questões: a da liberdade do comércio na bacia do Congo; a da liberdade de navegação nos rios internacionais, como o Congo e o Níger, questão que, quanto à Europa, estava resolvida desde o Congresso de Viena; e, por fim, uma questão prenhe de consequências para o futuro, a das formalidades a observar para que as ocupações posteriores nas costas da África pudessem ser consideradas efetivas. O *Foreign Office* aceitou o projeto de ordem do dia da conferência que só devia reunir-se seis meses e meio mais tarde. Este longo prazo devia-se, antes de tudo, ao fato de que se tornava necessário chegar a um acordo sobre a lista das potências a convidar: mantiveram-se as que tinham participado na Conferência de Viena (onde se tinha elaborado a regulamentação da navegação no Danúbio), acrescentando-lhes os novos Estados que, a diversos títulos, tinham interesses na África (Bélgica, Estados Unidos da América, Itália e Turquia<sup>4</sup>).

Durante este período de tempo, Bismarck, até então hostil à colonização porque esta acarretava custos e ameaçava perturbar o equilíbrio europeu, deixou-se convencer, no seguimento de um importante memorando de um conselheiro dos Negócios Estrangeiros, Henri de Kusserow, pelo modelo de uma colonização barata em que o Estado se contentaria em proclamar a sua soberania e deixaria ao cuidado de companhias privadas, munidas de cartas de concessão,

a administração e a exploração do território: “uma soberania comercial, em resumo, apoiada no *Reich* alemão e colocada sob a sua proteção”, para retomar as palavras do chanceler. Entre abril e novembro de 1884, exploradores mandatados por Berlim proclamaram a soberania da Alemanha sobre o Sudoeste Africano, o Togo, os Camarões e a África Oriental. Por último, Leopoldo II, tirou partido desses longos meses de espera para impor o reconhecimento da bandeira e das possessões da Associação Internacional Africana, o que não conseguiu totalmente antes da abertura da Conferência.

Se esta durou tanto tempo (de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, com uma suspensão dos trabalhos entre 22 de dezembro e 5 de janeiro), foi em parte para dar ao rei dos belgas a possibilidade de prosseguir as suas negociações nos bastidores. A maior parte das potências contentou-se em enviar como representantes os seus diplomatas colocados em Berlim. Entre as que delegaram especialistas, estava a Bélgica, ou melhor, Leopoldo II e a Associação Internacional Africana, assim como os Estados Unidos da América, cujo embaixador se fez coadjuvar por dois peritos: Henry S. Sanford, antigo embaixador em Bruxelas, e “na realidade [...] agente de Leopoldo II, totalmente dedicado aos interesses da obra real na África” (François Bontinck), e o explorador H. M. Stanley, em virtude da sua nacionalidade americana, mesmo se ele acabara de renovar por dois anos e meio o seu contrato com Leopoldo II, mediante a bela soma de 500 libras por ano. A Conferência discutiu e adotou seis textos:

- 1.º Uma Declaração relativa à liberdade de comércio na bacia do Congo, na sua foz e nos países circunvizinhos, com certas disposições conexas;
- 2.º Uma Declaração relativa ao tráfico dos escravos e às operações que, em terra e no mar, fornecem escravos ao tráfico negreiro;
- 3.º Uma Declaração relativa à neutralidade dos territórios integrados na bacia convencional do Congo;
- 4.º Um Ato de Navegação do Congo, que, tendo em conta as circunstâncias locais, torna extensivos a esse rio, aos seus afluentes e a todas as águas das suas bacias fluviais, os princípios gerais enunciados nos artigos 108.º a 116.º do Ato Final do Congresso de Viena, destinados a regular, entre as Potências Signatárias do mesmo Ato, a livre navegação dos cursos de água navegáveis que separam ou atravessam vários Estados, princípios convencionalmente aplicáveis desde então a rios da Europa e da América, e, nomeadamente, ao Danúbio, com as alterações previstas pelos tratados de Paris de 1856, de Berlim de 1878 e de Londres de 1871 e de 1883;
- 5.º Um Ato de Navegação do Níger que, tendo em conta igualmente as circunstâncias locais, torna extensivos a este rio e aos seus afluentes os mesmos princípios inscritos nos artigos 108.º a 116.º do Ato Final do Congresso de Viena;
- 6.º Uma Declaração que introduz nas relações internacionais regras uniformes relativas às ocupações que poderão ter lugar no futuro nas costas do continente africano. (Excerto do *Ato Geral* da Conferência).

Os cinco primeiros pontos foram adotados sem grande discussão: na sua maioria, as potências temiam que as práticas protecionistas em vigor na Europa se estendessem à África; o abolicionismo, a que todas tinham aderido, proporcionava um cimento ideológico e uma cobertura moral a textos que aparecem hoje como “um código de arbitragem para os candidatos à rapina africana” (Jean Thobie). Com efeito, o essencial e os grandes debates centraram-se no sexto capítulo, cujos artigos são os seguintes:

Capítulo VI – Declaração relativa às condições essenciais a satisfazer para que sejam consideradas efetivas novas ocupações nas costas do continente africano.

Art. 34.º - A Potência que, a partir de agora, tome posse de um território nas costas do continente africano fora das suas atuais possessões, ou que, não as tendo até agora, as venha a adquirir, bem como a Potência que nelas assuma um protetorado, terá de fazer acompanhar o Ato respectivo de uma notificação dirigida às demais Potências Signatárias do presente Ato, a fim de lhes dar a possibilidade de oporem se for caso disso, as suas reclamações.

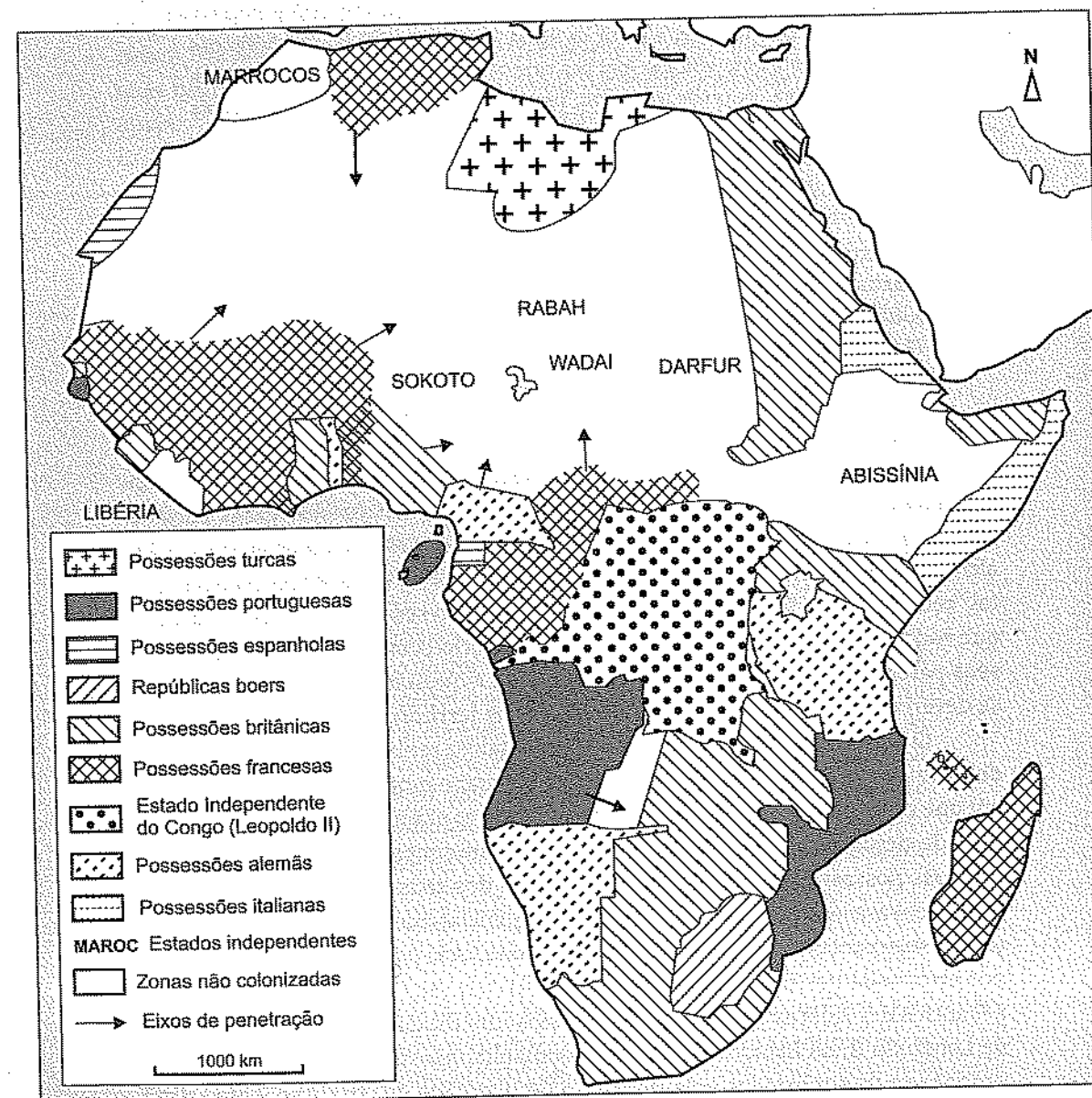
Art. 35.º - As Potências Signatárias do presente Ato reconhecem a obrigação de, nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano, assegurarem uma autoridade suficiente para impor os direitos adquiridos e, se for caso disso, a liberdade do comércio e da circulação nas condições em que for estipulada. (Excerto do *Ato Geral* da Conferência, redigido em Berlim a 26 de Fevereiro de 1885).

Estes dois artigos deram lugar a discussões muito vivas entre partidários e adversários da partilha do continente africano: os primeiros, encabeçados pelo embaixador britânico, propunham que “as regras a ser estabelecidas para as apropriações de novas possessões na África fossem aplicáveis a todo o continente africano”; os segundos, lado a lado com o embaixador de França, protestavam que tal “redundaria de fato numa partilha da África”. Do seu ponto de vista, bastaria que todo aquele que adquirisse um novo território costeiro o comunicasse aos seus pares. Deixou-se em prudente imprecisão a questão da forma exata de que se deveria revestir a ocupação efetiva dos novos territórios.

O principal beneficiário da conferência talvez tenha sido Leopoldo II. Saiu dela com o título (por todos reconhecido) de soberano proprietário de um território em que nunca tinha posto os pés. Até as fronteiras eram vagas: por exemplo, foi a 24 de dezembro que o rei dos belgas, com um simples traço a lápis, incluiu nas suas possessões o Catanga, onde nenhum dos seus agentes penetrara, mas onde pensava encontrar ouro. As outras potências aceitaram esta bulimia de terras, seja porque a África não lhes interessava, seja por ignorância, seja ainda por erro, seja, por fim, por interesse: fundada no seu “direito de preferência”, a França não perdia as esperanças de se apossar um dia das propriedades africanas de Leopoldo II; os Estados Unidos e a Alemanha, não sem segundas intenções, sentiam-se tranquilizados pela promessa de liberdade de comércio; como dizia Bismarck, evocando as fronteiras dessas possessões:

É efetivamente muito vasto, mas não nos cabe a nós brecar essas ambições, já que a Sociedade nos garantiu a liberdade de comércio e alarga em nosso proveito a benéfica aplicação deste princípio graças à amplidão das suas operações. [...] Sempre nos serve para afastar competições incômodas e pretensões face às quais teríamos mais dificilmente razão. Podemos impeli-la a prosseguir para desbravar o terreno.

Documento 58: A África política em 1900



Se é certo que se afastou a partilha imediata, é também claro que todos nela pensavam. A corrida para África tomou um novo aspecto logo após a Conferência de Berlim. Assumiu duas formas principais: competição, conflitos e entendimentos entre as grandes potências; multiplicação dos tratados com os chefes africanos.

Foi entre as grandes potências que apareceu muito cedo a noção de "zona de influência", a qual, numa época em que a ocupação efetiva de territórios imensos se revelava difícil, ou mesmo impossível, era o corolário da ideia de partilha. Enunciada já em 29 de abril de 1885 no acordo anglo-alemão sobre o golfo de Biafra, a expressão iria repetir-se, explicita ou implicitamente, nos inúmeros tratados assinados pelos Estados europeus durante os dez ou quinze anos que se seguiram. A enumeração precisa destes textos está ainda por ser feita. Em consequência do número, da extensão e da localização das suas possessões na África, o Reino Unido parece ter batido o recorde e situa-se no cerne dessa emaranhada rede diplomática. Assim, teria assinado, por exemplo, 30 tratados de delimitação com Portugal entre 1869 e 1907; 25 com a Alemanha entre 1885 e 1907; 149 com a França, mais quatro outros relativos a Zanzibar, ao Egito e ao Marrocos, entre 1882 e 1908. Alguns desses tratados tinham alcance meramente local; outros inseriam-se em grandes combinações mundiais. Pelos conflitos que suscitava (Fachoda, 1898; Marrocos, 1905 e 1911) e pelas soluções que lhes eram dadas, bem como pelos acordos em que tinha grande incidência (troca de cartas franco-italianas de 1900, "entente cordiale" franco-britânica de 1904, acordo franco-alemão de 1911, por exemplo), a África tornara-se indubitavelmente um tema principal no concerto das grandes nações.

Do lado africano, o princípio da ocupação efetiva levou os Estados europeus a assinar o maior número possível de tratados com os reis e chefes dos territórios que cobiçavam. É certo que tais tratados não eram coisa nova: entre 1819 e 1880, tinham sido assinados 118 em nome da França; entre 1880 e 1885, foram em número de 257 os tratados assinados por Stanley e os seus colaboradores com chefes da África Central. O número aumentou posteriormente em proporções impossíveis de precisar no estado atual dos conhecimentos: várias centenas nas possessões de Leopoldo II; 126 pelo menos em nome da França; 389 entre 1884 e 1892, por iniciativa de George Goldie e da *Royal Niger Company*, vários dos quais se verificou serem falsos. Embora nos falem terrivelmente pesquisas neste domínio, sabe-se que os soberanos africanos se aperceberam bem da mudança de época: antes de 1880, aproximadamente, era frequente não prestarem atenção aos papéis nos quais lhes pediam para apor uma cruz ou qualquer outra marca; nas décadas de 1880 e 1890, muitos deles, conscientes do destino dado aos seus vizinhos, tornaram-se extremamente desconfiados, nomeadamente nas regiões fronteiriças em que eram objeto de solicitações por parte de potências rivais.



#### D. Bélgica e Portugal: dois casos atípicos

Neste panorama geral do imperialismo, dois países – a Bélgica e Portugal –, aparecem como casos perfeitamente singulares. Tanto um como o outro apenas adquiriram colônias na África Negra, com o complemento, manifestamente insignificante, de Macau e da Índia para Portugal. As cinco outras potências que participaram na partilha da África Negra – Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha – estavam ao mesmo tempo empenhadas noutras frentes. Nas escolhas dessas potências estavam misturados num novelo extraordinariamente complexo os argumentos e as justificações remetendo para todos os registros acima evocados.

##### 1. Leopoldo II e o Estado Independente do Congo

A Bélgica só adquiriu o Congo em 1908, tornando-se deste modo numa das principais potências presentes no continente, dada a extensão e os recursos da sua colônia. Ora, a Bélgica limitou-se a herdar uma colônia na formação da qual não tinha assumido nenhum papel. No auge da investida imperialista sobre a África, a opinião pública belga manifestava um anticolonialismo ativo fortalecido graças ao apego profundo da grande maioria à neutralidade da Bélgica, à debilidade numérica de uma população que se sentia pouco inclinada a emigrar para o ultramar e à vivacidade com que as teses anticolonialistas do liberalismo manchesteriano marcavam as elites intelectuais e políticas. Como sublinhou muitas vezes o historiador belga Jean Stengers, “a criação do Congo é a aventura pessoal de um homem”, mesmo não sendo de excluir o interesse que rapidamente suscitou nos meios de negócios e nos *lobbies colonialistas*. Chegado tarde à cena africana, o rei conseguiu construir um império em dez anos, entre 1876 (data da Conferência da Sociedade de Geografia de Bruxelas e da criação da Associação Internacional Africana) e 1885, no momento do encerramento da Conferência de Berlim; talvez não tivesse até precisado de tanto tempo entre a decisão assaz confusa de criar uma colônia (em 1879, quando Stanley, que entrara ao seu serviço, voltou ao Congo por conta do Comitê de Estudos do Alto Congo) e a sua realização efetiva (1885).

Esta ação iniciou-se em pleno contexto de hostilidade trocista da opinião belga, muito crítica relativamente à “aventura africana”, atribuída a um “capricho de filantropia coroada” e a uma “infeliz paixão”, bem como à condescendência das grandes potências ante “a doença das quimeras que ‘corroia’ o rei dos belgas” (Jules Ferry). Antes de encetar a conversão da sua opinião pública relativamente à ideia colonial, Leopold II procurou neutralizá-la. Como em certos países, nomeadamente na França, o anticolonialismo utilizava como um dos seus argumentos, o desperdício “do ouro e do sangue” dos cidadãos no ultramar, o rei financiou as suas ambições pessoais recorrendo à sua enorme fortuna (estimada em mais de 50 milhões de francos-ouro), o que lhe permitiu recrutar pelo mundo afora, e não na Bélgica, os primeiros agentes do seu império africano. Faltava convencer as grandes potências. Enquanto Leopoldo II sonhava comprar as Filipinas aos

espanhóis, ou lançar empresas lucrativas na China, era inofensivo. A África Central, que acabou por escolher, excitava mais e mais fortes apetites, à medida das riquezas e das vantagens, reais ou imaginárias, reveladas pelos exploradores. Uma das originalidades da fundação do Estado Independente do Congo foi o fato deste rei, de um dos menores países da Europa, ainda por cima privado do apoio da sua opinião pública, ter batalhado e conseguido que as grandes potências o aceitassem como soberano de uma gigantesca colônia, de que era proprietário a título pessoal. Os elementos motores desta proeza põem a nu a complexidade dos desafios, dos cálculos e das práticas na época da partilha imperialista da África.

Um dos trunfos do rei dos belgas consistiu na criação e na organização, em proveito próprio, de uma rede de amigos, de colaboradores, de relações e de admiradores prestigiosos, eficazes e, por vezes, bem relacionados em todas as capitais importantes para a África: antes de todos, Stanley, cujo conhecimento do terreno, cuja perseverança e cujos métodos violentos vieram a ser determinantes no nascimento do Congo; mas também, em Londres, sir John Kirk, antigo cônsul em Zanzibar, que gozava da confiança do *Foreign Office*, e William Mackinnon, homem de negócios que enriquecera no comércio do Oriente, espírito religioso, membro ativo e, mais tarde, a partir de 1877, um dos responsáveis da influente *Royal Geographical Society*; em Berlim, o banqueiro Gerson von Bleichröder, próximo do chanceler Bismarck; em Washington, o general H. S. Sanford, antigo embaixador dos Estados Unidos em Bruxelas; e, por último, em Paris, um rico *marchand* de pintura, Arthur Stevens, que desenvolvera intensa atividade junto do primeiro-ministro Jules Ferry.

No momento crucial, todas estas personalidades souberam, à margem dos canais diplomáticos oficiais, fazer inclinar ou impor a decisão num sentido favorável aos interesses de Leopoldo II. Está também comprovado que este não hesitou em pagar a peso de ouro os serviços dos fazedores de opinião, como, por exemplo, Hément, jornalista num dos diários mais apreciados da elite parisiense, *Le Temps*, ou também Hypolyste Percher, mais conhecido pelo pseudônimo de Harry Alis, autor de sucesso (*A la conquête du Tchad*, 1891; *Nos Africains*, 1894), secretário-geral do Comitê da África Francesa até 1895. Sem nunca deixar de prosseguir objetivos mercantis – como dizia repetidamente, “precisamos de um domínio remunerador” –, Leopoldo teve a insigne habilidade de reativar e de captar em seu proveito a ideologia humanitária e civilizadora que animava muitos europeus desde o início do século XIX. Apresentando as ambições da Associação Internacional do Congo em 1882, explicava:

É uma associação de ricos filantropos e de pessoas de ciência que, com um objetivo desinteressado de civilização e por amor do progresso, procuram abrir a bacia do Congo. A associação construiu à suas expensas e sem qualquer ajuda uma estrada livre que penetra do mar até à bacia superior do Congo, estando a trabalhar ativamente para estabelecer nesse rio estações destinadas a tornar-se centros de civilização; para o fazer legalmente, obteve de alguns chefes indígenas a cessão dos seus direitos soberanos e, de muitos outros, grandes concessões.

Adaptada às condições do final do século XIX, esta era a velha ideologia dos "3 C", a civilização da África pelo comércio e pelo cristianismo. Chegou-se a falar dela como a "Cruz Vermelha da África" (*The Times*, 28 de março de 1883) e como o "plano mais nobre e mais impregnado de abnegação jamais tentado para o desenvolvimento da África" (William Mackinnon). O empreendimento colonizador de Leopoldo II foi assim entendido como uma cruzada filantrópica.

Quanto aos governos, Leopoldo II elaborou argumentos simultaneamente jurídicos e econômicos para os convencer. Proclamando a sua aversão por toda e qualquer conquista territorial, começou por afirmar (1878) que a sua ambição se limitaria a criar uma grande "Sociedade de Comércio e de Navegação", encarregada de fortalecer as estações que H. M. Stanley erigiria na bacia do Congo, e depois (1882), que a melhor fórmula seria estabelecer uma cadeia de "Estados indígenas do Congo", ou até uma "Confederação republicana e independente de tribos indígenas" ou ainda um "Estado negro", associados a "alguns estabelecimentos livres que lhes servissem de guia e os dirigissem pouco a pouco na via do progresso". Em lugar de sorrirem, as grandes potências – Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos da América à cabeça – deixaram-se seduzir pela promessa da liberdade comercial: um "Estado sem alfândega". De forma mais interessada, John Kirk não perdia a esperança de que "o projeto do Congo pudesse ser desviado para mãos inglesas" (1882). Ainda mais interessada, a França acalmou a sua impaciência em abril de 1884, após Leopoldo II lhe ter reconhecido um "direito de preferência", caso o rei proprietário do Congo viesse a vender as suas possessões.

Em vez de regressar à França, o Congo coube definitivamente à Bélgica em 1908. As dívidas contraídas por Leopoldo II, a partir de 1887, para fazer funcionar a enorme máquina do Estado Independente do Congo, levaram o parlamento belga, que, de início se mostrara reticente, a interessar-se cada vez mais pelos assuntos do Congo, a ponto de proclamar os direitos da Bélgica sobre as possessões do rei e de votar, em 1907, a anexação de um território pelo qual os cidadãos haviam dado muito ao rei. Entretanto, a colônia revelava-se cada vez mais rentável e a parte da Bélgica no comércio do Congo, que começara por ser muito modesta (3% das exportações em 1888), aumentou regularmente até se tornar dominante (74% das exportações e 73% das importações em 1897). O número de belgas no Estado Independente do Congo, que era muito reduzido no momento da sua criação, aumentou seguidamente em proporções comparáveis: de início havia 46 belgas em 254 brancos (isto é, 18%), mas em 1898 eram 1 060 em 1 678 (isto é, 63%); em 1908, os funcionários belgas eram em número de 899 num total de 1 428 (63%). Em 1895, os parlamentares haviam imposto a anexação, que só ocorreu treze anos mais tarde. Bastara pois uma geração para que, aderindo ao modelo comum da Europa, a opinião pública belga renunciasse à hostilidade para com as ambições imperialistas do seu rei, abraçando a mística colonial.

## 2. O novo império português

Muito diferente foi o caso de Portugal. Este país que, com a Espanha, havia sido um Estado pioneiro na "conquista e exploração de novos mundos" (Pierre Chaunu) desde o fim do século XV, ficara tal como o seu vizinho ibérico, à margem da revolução industrial, muito ao contrário das potências imperialistas do fim do século XIX.

A questão das condições da sua participação na partilha da África tornou-se pois objeto essencial de debate entre os historiadores, debate que opunha os defensores da tese de um "imperialismo não econômico" aos partidários da tese de um "imperialismo econômico". Apoiando-se nos trabalhos de Richard J. Hammond, os primeiros sublinham simultaneamente a debilidade material, econômica e militar de Portugal e a parte mínima da África no comércio, aliás medíocre, do reino lusitano. Composto por *disjecta membra* e espalhado por um espaço que os portugueses não tinham meios de controlar (Cabo Verde, São Tomé, Príncipe, as instalações da Guiné, de Angola e de Moçambique), o império africano pouco rendia a Portugal: os seus beneficiários eram o Brasil, de quem dependiam as colônias da costa atlântica e, em especial, Angola e a Índia Portuguesa, de que Moçambique era econômica e politicamente tributário. Arruinado pela independência do Brasil (1822) e por mais de trinta anos de guerras civis (1817-1851), Portugal só teria conseguido manter a sua presença na África graças à tolerância das outras potências europeias: os seus emigrantes, que se tornaram bastante numerosos a partir de 1870, iam de preferência para o Brasil e não para África; os seus exércitos eram medíocres e a sua impotência militar lendária; aliado a Portugal e controlando a sua economia, o Reino Unido preferia que se instalasse na África esse Estado frágil e não outra verdadeira potência industrial. "Sem indústrias que procurassem mercados no ultramar, sem classe média que quisesse fazer fortuna nas colônias, sem especialistas em busca de investimentos no ultramar, sem grandes forças militares à procura de emprego no império" (R. Hammond), Portugal só teria sido impelido a participar na partilha e na colonização moderna da África por um conjunto de fatores políticos e psicológicos: a consciência exacerbada de um passado nacional glorioso graças ao império; a convicção de que a existência de Portugal como Estado nacional independente passava pela posse renovada de um império; o prazer ou o sentimento de orgulho resultante da contemplação de um mapa-mundi em que Portugal surgia tão presente como os grandes Estados da Europa. O reconhecimento das pretensões de Leopoldo II sobre o Congo na Conferência de Berlim e, sobretudo, o ultimato do primeiro-ministro britânico, Lord Salisbury, que exigia de Portugal o reconhecimento dos direitos de Cecil Rhodes sobre uma parte da África Central (1890) foram sentidos em Lisboa como uma grave ferida no amor-próprio e precipitaram os portugueses na longa e custosa conquista do seu império africano.

É certo que a história econômica de Portugal no século XIX é ainda mal conhecida, mas o que se começa agora a saber autoriza-nos desde já a pôr em causa esta interpretação que assenta, aliás, numa abordagem essencialmente política e diplomática. Antes de tudo, verifica-se que a perda do Brasil, vivamente sentida no plano moral, não foi uma catástrofe econômica; em 1873, o reputado historiador Alexandre Herculano podia proclamar: "A nossa melhor colônia é o Brasil, desde que deixou de ser nossa colônia." Os interesses portugueses nesse território continuavam consideráveis, nomeadamente no que respeita à extração da borracha do Amazonas, no Rio de Janeiro e no Nordeste, ao mesmo tempo que a participação do comércio do Brasil no comércio externo de Portugal continuava a ser significativa (15% no início dos anos 1840, 10% nos anos 1880). Mas o Brasil deixou uma marca duradoura na cultura política e na ideia colonial portuguesa.

O "terceiro império colonial português" (Gervase Clarence-Smith), após o da Índia e o do Brasil, só poderia ver a luz do dia na África e devia ser aos olhos de todos um "novo Brasil", isto é, uma terra de acolhimento para os emigrantes e os capitais portugueses, um conjunto de territórios que, por suas minas e plantações, se necessário, com o apoio de uma mão-de-obra servil, haveria de contribuir decisivamente para a prosperidade da metrópole. Ora, a evolução dos acontecimentos na África parecia dar corpo a esse sonho. Entre 1840 e 1880, a participação da África no comércio português passou de escassos 3% para cerca de 10%: os principais beneficiários foram os industriais de têxteis de algodão, os exportadores de vinho, alguns banqueiros (*Banco Nacional Ultramarino*, fundado em 1864) e, sobretudo, os negociantes de Lisboa, cujo papel europeu como redistribuidora dos produtos africanos se expandiu graças ao monopólio marítimo entre Portugal e seu império. Do mesmo modo, os partidários de uma política ativa na África cresceram em número, sobretudo nos meios econômicos, fazendo sentir a sua ação através de influentes associações (*Associação Mercantil de Lisboa*, fundada em 1834; *Negociantes e Fabricantes da Praça da Lisboa*, mais antigos; *Associação Comercial do Porto*).

Embora a classe política portuguesa continuasse dividida entre partidários e adversários do livre-câmbio, estas associações conseguiram fazer ouvir as suas reivindicações no *Conselho Ultramarino* e junto de um dos chefes do movimento liberal, o general de Sá da Bandeira (1795-1876), que foi várias vezes ministro e participou ativamente na vida política entre 1836 e 1870. Na África, as décadas centrais do século XIX foram "uma era de ouro para a população crioula" (Gervase Clarence-Smith). Os brancos e os mestiços de todas as origens beneficiaram de uma ampla autonomia municipal e das reconversões da economia após a abolição do tráfico negreiro. Na Guiné, foi um governador mestiço, Honório Pereira Barreto, que, entre 1837 e 1859, expandiu as possessões de Portugal comprando terras aos chefes locais com a sua fortuna pessoal. Uma economia nova de plantações via a luz do dia: café e cacau em São Tomé com escravos importados de Angola, que, assim, encontrava um novo mercado após o encerramento do mercado brasileiro (abolição do tráfico negreiro em 1850 e da escravatura em 1888); urzela,

cera, marfim e, sobretudo, café e algodão, em Angola. Angola veio a tornar-se rapidamente o principal parceiro de Portugal no império, com 61% do comércio colonial em 1886, contra 22% para São Tomé, 12% para Cabo Verde, 3% para a Guiné, 1% apenas para Moçambique (que continuava a efetuar as suas transações essencialmente com a Índia) e 1% também para a Índia.

Também a "Grande Depressão" de finais do século (1873-1896) foi especialmente dramática em Portugal, tendo atingido com grande violência a indústria têxtil (60% da população operária, 40% da produção industrial) e o comércio do vinho (com o agravamento da concorrência espanhola, francesa e italiana). Portugal teve de renunciar ao livre-câmbio: concessão de um quase monopólio do transporte de mercadorias à *Empresa Nacional de Navegação*, fundada em 1880 (86% da tonelagem transportada em 1914) e a uma das suas filiais, a *Empresa Insulana* (8% em 1914); instauração do protecionismo em 1892. Estas preocupações econômicas e imperiais traduziram-se na criação de ativas sociedades de geografia (1875 em Lisboa e 1880 no Porto) e na ideologia da *regeneração*, em que se misturavam a nostalgia do passado, a vontade de desenvolver o poderio de Portugal e de modernizar o país e a proclamação de um imperialismo moderno. Como nota justamente uma historiadora portuguesa, Miriam Halpern Pereira: "A unidade da burguesia, desagregada pela independência do Brasil, iria refazer-se nos últimos anos do século XIX, em torno da expansão colonial africana."

Lida à luz da história econômica, a expansão colonial de Portugal na África assume outra dimensão e revela-se bastante complexa. No debate em curso e que, visivelmente, está para durar, Gervase Clarence-Smith destrinça bem os diferentes fatores quando sublinha:

Foi o agravamento da crise do seu desenvolvimento econômico na via capitalista que empurrou Portugal na corrida para África, mais do que uma qualquer nostalgia irracional da grandeza imperial. [...] Os motivos da participação de Portugal na corrida para África eram pois idênticos aos dos outros Estados da Europa Ocidental. A única particularidade do caso português residia no fato de Lisboa dispor na África de posições estabelecidas e de direitos legais que lhe permitiram obter uma parte dos despojos desproporcionada relativamente à sua posição econômica e política na Europa. (*The Third Portuguese Empire*, pp. 81-82).

### III. CONQUISTADORES E RESISTENTES

Conquistadores e resistentes representam, numa perspectiva de curta duração, os dois lados de um mesmo episódio, embora diferenças consideráveis de sensibilidades e de abordagens lhes tenham atribuído um lugar muito variável na historiografia. No seguimento dos escritos contemporâneos – por exemplo, os de P. Mille, de P. Benoît, de Louis Lyautey na França, ou os de G. A. Hebty, de Rudyard Kipling, de Frederick Lugard na Inglaterra – que exaltavam a bravura e o



heroísmo dos soldados e dos oficiais coloniais, as histórias militares das colônias da África e mesmo, durante muito tempo, a história colonial, privilegiaram a gesta dos soldados repletas de relatos complacentes das longas marchas de conquista, frequentemente redigidos numa perspectiva favorável à “glória do sabre” (título de um romance de Paul Vigné d’Octon, 1900). O caso muda de figura se nos colocarmos do “ponto de vista africano” e se inscrevermos este episódio na longa duração, pois as resistências à conquista colonial tornaram-se um dos momentos fundadores do nacionalismo africano, e a referência a essas resistências um dos ingredientes mais habituais da moderna cultura política na África. Se é certo que a multiplicação dos trabalhos revela cada vez mais a complexidade das resistências, há muito que retirou à intrusão colonial os adornos épicos e míticos que a revestiam.

A. Exércitos coloniais e violências conquistadoras

Nesta primeira fase, a colonização funcionou essencialmente pela violência, pois a partilha do continente africano, efetuada “no papel” e no quadro das negociações diplomáticas, não era suficiente: com efeito, havia que proceder, de maneira frequente pela força das armas, à ocupação efetiva de territórios já habitados e explorados pelos próprios africanos. Daí a importância, até à Primeira Guerra Mundial, das tropas militares estacionadas na África, numa altura em que a “conquista” estava terminada.

|             |        |
|-------------|--------|
| Alemanha    | 6 500  |
| Bélgica     | 18 000 |
| França      | 31 000 |
| Portugal    | 13 000 |
| Reino Unido | 21 000 |

Fonte: quadro realizado por Elikia M'Bokolo a partir de L. H. Gann e P. Duignan, 1977, p. 106. Para o Reino Unido, os valores muito aproximados são dos anos 1902-1905 e provêm de *Rulers of British Africa*, pp. 70-135 e da *Cambridge History of the British Empire*, vol. III, pp. 563-604.

1. Exércitos de colonizados

Os anos 1880 e 1890 foram marcados pelo confronto entre os exércitos coloniais e os dos Estados africanos. Estes últimos alinhavam geralmente forças mais numerosas: 7 000 a 10 000 iorubás em Ijebu contra 1 000 britânicos, e cerca de 10 000 soldados do Daomé contra 2 100 franceses em 1892; 100 000 etíopes contra 17 000 italianos em Adua (1896); 30 000 guerreiros face a 1 200 britânicos em Sokoto em 1903. Embora as situações de equilíbrio de forças não faltem (por exemplo, em 1898, entre Bai Bureh e os britânicos na Serra Leoa, ou

entre Samori Turé e os franceses), constituíam elas, contudo, mais a exceção do que a regra. Não obstante, nas batalhas campais, as forças coloniais gozavam da vantagem de um armamento mais sofisticado (embora a sua eficácia fosse mais discutível nas situações em que os africanos recorriam à guerrilha). Em 1890, Gallieni constatava esse fato:

Guardamos atualmente as nossas possessões no Sudão com 800 atiradores senegaleses e, no máximo, 200 a 300 soldados europeus. É inútil aumentar este número, pois é suficiente desde que os nossos soldados, indígenas ou europeus, estejam munidos do nosso armamento da Europa – espingardas de repetição e peças de artilharia de montanha de 30 milímetros –, o qual permitiu obter os resultados mais completos e mais fulminantes do ponto de vista militar durante essas últimas campanhas. (*Deux campagnes au Soudan français 1889-1890*), Paris, Hachette, 1891, p. 625).

A eficácia mortífera destas armas impressionou as pessoas em certas regiões: assim, no Ruanda alemão, a utilização sistemática da metralhadora valeu ao violento capitão Werner von Grawert e a outros oficiais brancos a alcunha de *Bwana Tikitiki* (*bwana*, “senhor”; *tikitiki*, “tac-tac-tac”). Alguns chefes africanos, nomeadamente Samori, os sultões de Kano e Menelik II da Etiópia, tentaram utilizar os fugitivos e os veteranos dos exércitos coloniais, ou até mercenários, e recorrendo se necessário à espionagem, formar os seus guerreiros no manejo das armas mais modernas, cujo contrabando continuou ativo bem após a Convenção de Bruxelas (1890) que proibiu a venda de armas aos africanos.

Uma das características mais interessantes destes exércitos coloniais era o fato de não serem nem “alemães”, nem “britânicos”, nem “franceses”, a não ser por via do nome, dos seus quadros e das ideologias que os animavam. Quase sempre, a massa dos soldados era recrutada *in loco*, na própria África. Apesar da difusão do quinino após 1854, a mortalidade devida à malária e outras doenças tropicais provocava hesitações no que dizia respeito à utilização maciça e prolongada de soldados brancos na África. Além disso, os africanos continuavam a ser mais baratos e conheciam bem o terreno. Não faltavam os cálculos políticos, essencialmente europeus, como sublinhava um dos mais brilhantes teóricos franceses da “colonização moderna”, Paul Leroy-Beaulieu (documento 59).

Mas armar africanos no seu próprio país, ou não longe dele, podia implicar riscos. Sendo o imperialismo colonial um fenómeno mundial, acabaram alguns por imaginar a utilização de colonizados de um continente noutro continente. Assim, para Ternisien, deputado por Saigon:

As tropas senegalesas podem ser excelentes e fiéis, mas há sempre perigo em pôr uma espingarda na mão dos negros. Em contrapartida, temos na Ásia tropas numerosas, bem disciplinadas: os atiradores anamitas, que pertencem a uma raça que tem horror aos negros. Os nossos tonquinenses bater-se-iam com fúria contra os negros.<sup>5</sup>

**Documento 59:** Princípios a observar na formação dos exércitos coloniais.

"No que diz respeito à organização militar das colônias, não se deve esquecer, aliás, que toda a nação que quiser colonizar deve, tanto quanto possível, abster-se de empregar na defesa das suas colônias uma parte do exército metropolitano. Foi esse um dos grandes erros da política colonial francesa desde 1880, daí advindo que essa política se tornou impopular numa parte do país. Sobretudo quando se trata de países distantes, como o Tonquim ou Madagascar, apenas se deve recorrer a tropas especiais com um modo de recrutamento específico e que constituam um exército colonial distinto. O serviço obrigatório não deve alimentar em nenhuma proporção as tropas que servem nas colônias, as quais devem ser compostas por dois elementos: em primeiro lugar um elemento indígena, como os turcos e os safis da Argélia, os regimentos anamitas do Tonquim, os Laptots do Senegal; em segundo lugar, europeus recrutados por via do voluntariado, atraídos pelo pagamento de subsídios elevados. Por mais onerosos que possam parecer esses subsídios, serão sempre uma economia, pois aqueles a quem se entregam cumprem um serviço mais longo, oferecem muito mais resistência física, originando, assim, muito menos despesas de hospital, de repatriamento e de substituição, do que os frágeis mancebos de 21 ou 22 anos recrutados à força, por meio de sorteio, para o nosso exército do Tonquim.

Em todas as nações, e nomeadamente na França, há três ou quatro dúzias de milhar de homens que não têm qualquer gosto pela vida civil, que dariam bons soldados durante dez, quinze ou vinte anos, se solicitados por subsídios de mobilização. O nosso país errou por não ter sabido utilizar essas forças; é talvez essa uma das causas da multiplicação das vagabundagens, dos delitos e das recidivas desde há uns anos. O exército colonial, através do atrativo dos subsídios e de uma vida com algum sabor de aventuras, pode purificar esses elementos.

Assim composto, o exército colonial não pesa na juventude da mãe-pátria; pelo contrário, separa a parte mais agitada, mais instável, aquela que, encontrando-se pouco à vontade nos quadros da vida civil, constituiria uma fonte de perigos. A formação de um exército colonial segundo este modelo é a primeira medida que se impõe a qualquer povo colonizador previdente. Se não recorrer a ela a tempo, a política colonial em breve se tornará impopular na metrópole e não poderemos prosseguir-la com perseverança e eficácia."

Fonte: Paul Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*, 1873, Paris, Félix Alcan, 6.ª ed., 1908 pp. 677-678.

Estava-se em 1890, nas vésperas da campanha do Daomé. No interior da própria África, os colonizadores fizeram grandes esforços para, seguindo os métodos e as manias da etnografia nascente, classificarem os povos em "tribos", ou mesmo "raças", viris, fortes, guerreiras, e em "tribos" ou "raças" pacíficas e fracas. Esta política de recrutamento local e barato, destinada a dividir amplamente para reinar facilmente, assumiu formas diferentes consoante as potências colonizadoras.

## 2. As particularidades nacionais

O caso francês é muito bem conhecido, pelo menos para a África Ocidental, graças sobretudo aos trabalhos de Myron Echenberg. O hábito de utilizar os soldados negros, a maior parte das vezes sob o nome de *laptots*<sup>6</sup>, remontava à época da Companhia do Senegal, no século XVIII. A primeira companhia de atiradores senegaleses surgiu em 1823, com 125 homens; mas foi por iniciativa de Louis Faidherbe que, por decreto de 1857, foi criado um batalhão de atiradores

senegaleses, separados dos soldados brancos mas sujeitos às mesmas obrigações de serviço, os quais dispunham do seu próprio uniforme e eram pagos pelo orçamento local. Estes primeiros atiradores eram na sua maioria escravos resgatados aos seus senhores, em troca de um período de serviço militar de 12 a 14 anos. Comprometido pela abolição da escravatura em 1848, o sistema do resgate manteve-se, porém, até 1882, data em que a França dispunha de 1 200 atiradores senegaleses.

A expansão imperialista exigia tropas bastante mais numerosas. Ao resgate sucederam-se três novos modos de recrutamento: o pagamento de um prêmio de incorporação ao proprietário do recruta se se tratasse de um escravo, a mobilização dos prisioneiros de guerra e o voluntariado. Os RTS (Regimentos de Atiradores Senegaleses) multiplicaram-se a ritmo bastante rápido, ao sabor da política de conquista: o primeiro foi constituído em 1884, o segundo em 1892, o terceiro provavelmente no mesmo ano e o quarto em 1903. Os efetivos aumentaram em proporções ainda maiores: 2 400 homens em 1891, 6 000 em 1895, 8 500 em 1900, 12 000 em 1911 e 17 350 em 1914. Os escravos, em particular os escravos reais destinados à guerra – os *sofa* e os seus comandantes *diomba* em território mandê –, forneceram o maior número destes efetivos: muitos deles, capturados durante as guerras coloniais, não tinham outra solução; alguns parecem ter assim encontrado um modo cómodo de conservar o seu anterior estatuto no novo regime colonial e, graças à distribuição dos saques de guerra, aceder a recursos que, de outra forma, lhes estariam vedados. Os voluntários constituíram sempre a exceção: os homens livres encontravam nos ofícios urbanos oportunidades mais remuneradoras; os muçulmanos tinham relutância em compartilhar a vida dos soldados cristãos brancos; todos tinham presente no espírito a má reputação dos atiradores senegaleses, qualificados de "cativos dos brancos" e de mercenários renegados. As exceções mais notáveis foram as de Macodou M'Baye, originário de Dagana (Senegal), que se alistara como voluntário em 1876, participando ativamente na campanha do Daomé, depois na Guiné, na Costa do Marfim e na Mauritânia, e sendo promovido a subtenente em 1894 e a tenente em 1898, e a de Benjamin Adekempi-Thompson, mestiço de Porto Novo, que ascendeu a subtenente em 1901. Há que assinalar que vários filhos de grandes resistentes – nomeadamente, doze filhos de Samori, um de Ali Bouri e outro de Mamadu Lamine – entraram, talvez forçados, nas fileiras dos RTS.

Estas tropas serviram nos mais diversos terrenos: a começar pelo Congo, país onde Brazza introduziu os atiradores senegaleses, entre os quais o quase lendário sargento Malamine (alcunhado na região de *Mayele*, "o astucioso", e mais tarde integrado na lenda colonial), deixado naquelas paragens para proteger o rei Makoko, velar pelos interesses franceses e fazer frente às eventuais penetrações de Stanley; mas também em Madagascar e no Marrocos (4 000 atiradores em 1912 e mais de 8 000 em 1913, ou seja, 9% e 13% dos efetivos, respectivamente, que conquistaram o reino Marroquino) e contra Behanzin, Samori e Rabah. A partir dessa época, a palavra "senegalês" passou a abranger as origens mais

variadas. No início se recorreram aos "sudaneses", em especial aos bambaras, considerados "raça guerreira". Seguidamente, foi necessário agir em função das circunstâncias. Assim, prevendo campanha contra Behanzin, decidiu-se recrutar haussás na região de Ibadan. Formada em 1891, essa companhia de "atiradores senegaleses" haussás, com um efetivo de 138 soldados, só contava 6 haussás e um punhado de senegaleses, lado a lado com uma dezena de outras nacionalidades, nomeadamente gaboneses, mestiços portugueses, egbas da Nigéria e homens de Porto Novo fornecidos pelo rei Toffa, aliado dos franceses. Ao todo, o general Alfred Dodds, mestiço de Saint-Louis, teve às suas ordens 2 092 homens para destruir o reino do Daomé.

Outra potência há muito estabelecida na África, o Reino Unido, organizou-se de forma um pouco diferente, embora certas características de base fossem idênticas às dos exércitos coloniais franceses: recrutamento privilegiado de escravos ou de antigos escravos; recurso sistemático às chamadas "raças marciais" (nomeadamente, os haussás, os iorubás e os kanuris, com um reforço de técnicos ibos, na África Ocidental; maasais, no Quênia, e yaos, na Niassalândia); multiplicação de adornos, insígnias e símbolos prestigiosos e promoção dos antigos combatentes para estimular as vocações. Mas o Reino Unido soube também tirar partido dos paradoxos da sua experiência colonial mais recente na Índia, onde, em 1857, tivera de enfrentar a insurreição dos cipayos do exército de Bengala e onde, a seguir, 100 000 britânicos, apoiados por um exército indígena relativamente numeroso (140 000 soldados por volta de 1860, 360 000 em 1885) e solidamente enquadrado, dominaram todo um sub-continente. Além disso, o sistema amplamente difundido das companhias concessionárias influenciou, por seu turno, a formação dos exércitos coloniais.

Foi na África Ocidental que apareceu primeiro, em 1897, um exército regular sob o impulso do ministro das Colônias, Joseph Chamberlain, que suprimiu as pequenas forças locais, em especial a milícia privada da *Royal Niger Company*: em seu lugar, foi constituída a WAFF (*West Africa Frontier Force*), contando com um efetivo de cerca de 6 500 homens em 1901, 6 300 dos quais eram africanos, repartidos principalmente pela Nigéria (16 companhias com 2 450 soldados ao norte e 8 companhias com 1 250 homens ao sul) e pela Gold Coast (12 companhias, com 1 700 homens). Em contrapartida, na África Oriental e Central (Niassalândia e Rodésias), onde as companhias concessionárias se mantiveram poderosas por muito tempo, a época das milícias privadas foi mais duradoura. Estas milícias tinham sido aliás fabricadas segundo o modelo das expedições das razias negreiras que haviam florescido durante todo o século XIX. Às ordens de Frederick Lugard, então agente da *Imperial British East Africa Company*, os *Uganda Rifles*, constituídos em 1890, recrutaram maciçamente entre os cartumenses: só no final do século, no seguimento de um motim dos "sudaneses" (1897), se intensificaram os alistamentos locais, sobretudo entre os gandas e os acholis. Do mesmo modo, na Niassalândia, a *African Lakes Company*, criada em 1878, foi buscar os seus melhores soldados aos negreiros arabo-swahilis e aos seus parceiros, os yaos e

os macuas. Só em 1902 se formaram os KAR (*King's African Rifles*), agrupando as milícias privadas que operavam em Uganda, no Quênia e na Niassalândia; as duas Rodésias, em contrapartida, continuaram sob controle das forças criadas pela *British South Africa Company*.

Outra originalidade dos exércitos coloniais britânicos residia na utilização de soldados originários dos diferentes continentes controlados pelo Reino Unido: antilhanos na África Ocidental e, sobretudo, indianos na África Oriental e na Niassalândia. Estes últimos eram, na sua maioria, sikhs, cujo recrutamento e cuja utilização para fins repressivos provocaram a emoção e os protestos da administração colonial na Índia e de certos indianos. Instruídos pela revolta dos cipayos, os britânicos abstiveram-se de alistar e armar os africanos que mais se tinham oposto à sua penetração e relativamente aos quais receavam que viessem a adquirir armas modernas: assim, na África Ocidental, evitaram recrutar os voluntários asantes; durante a guerra dos boers (1899-1902), o exército britânico, surpreendido pelo valor militar dos afrikaners e necessitando de grandes reforços, importou a maior parte dos seus 450 000 soldados do Reino Unido, tendo recrutado na África os restantes elementos, entre os brancos de origem ou simpatia britânica; apesar do fervor demonstrado, ao que parece, por uma grande parte dos negros pela causa britânica, foi exclusivamente uma guerra entre brancos, pois ambas as partes comungavam do mesmo medo dos africanos, cuja resistência se revelara feroz e cuja pacificação não estava, aliás, completada.

Última potência presente na África desde a colonização de "antigo regime", Portugal representa um exemplo também diferente, como mostram as investigações de René Pélissier. Durante todo o período considerado, a metrópole lusitana hesitou constantemente quanto ao tipo de exército a utilizar na África: um exército imperial que operasse tanto em Portugal como no além-mar; soldados e oficiais brancos misturados com forças negras; ou, por último, tropas essencialmente africanas com um enquadramento europeu. Em 1885, cerca de 9 000 homens, dos quais cerca de 8 500 eram soldados indígenas, operavam nas colônias, quase todos na África. A reforma militar de 1901 fixou para o ultramar um número ideal de efetivos globais entre 7 200 e 12 200 homens. No terreno, as coisas variavam consideravelmente de colônia para colônia.

Em Moçambique tentara-se, na década de 1850, uma experiência de colonização agrícola pelos soldados, que fracassou como acontecera já em Angola. Nas duas décadas que se seguiram, tentou-se novamente importar soldados, sem muito êxito: de Portugal, em 1864 e 1869; de Goa, em 1869. Por fim, optou-se pelo envio de homens de outros territórios africanos: em 1879, mais de 500 angolanos desembarcaram para ficar estacionados em Moçambique e em Tete. Tinham assinado contratos de cinco anos; muitos deles, forçados ou entregues a si próprios, iriam aí permanecer durante vinte ou mais anos. Na época da Conferência de Berlim, o exército colonial contava apenas 1 400 soldados. Os homens para as tropas (*cipayos*) vinham de todas as origens: prisioneiros e desertores portugueses, goeses, angolanos e moçambicanos. Os quadros, que ostentavam títulos pomposos



(capitão-mor, sargento-mor), eram cada vez menos portugueses; na maior parte dos casos, eram comerciantes (swahilis, goeses, mestiços etc.) que acumulavam os cargos militares com tráficos pouco lícitos, ou ainda chefes bantus arregimentados por cálculo e por interesse. Foi só no fim do século XIX que, temendo a dominação inglesa, o governo português expidiu reforços de Portugal (talvez uns 7 000 homens, em doze expedições entre 1894 e 1901).

Apesar da penúria de dados quantitativos e da confusão habilmente mantida entre efetivos teóricos e efetivos reais, o exército colonial foi sempre mais numeroso em Angola. O núcleo duro, constituído pelos homens de primeira e segunda linha equipados com espingardas, era relativamente restrito: 7 000 a 8 000 homens em 1863 (no seguimento de guerras muito duras no Kongo e em Kassange); 3 300 em 1903; um pouco mais de 5 000 em 1909. O grosso do esforço militar assentava nos auxiliares da *guerra preta* (exército negro), cujos efetivos são mal conhecidos: o relatório militar de 1864, que é um dos raros documentos explícitos neste aspecto, avançava o total arbitrário de 7 041 auxiliares, número provavelmente subavaliado para ficar conforme com a mística do império eterno, valorosamente defendido por um punhado de portugueses genuínos. Contudo, durante a década de 1890, Angola teve de consagrar anualmente 45% do seu orçamento deficitário às despesas militares.

Recém-chegados à cena africana, Leopoldo II e o *Reich* alemão tiveram de improvisar a partir do nada exércitos de conquista e de ocupação no preciso momento da *"course au clocher"*. Embora se tenham inspirado muito nos seus rivais e parceiros na partilha da África, também inovaram em função das circunstâncias e das particularidades do terreno.

Assim, os alemães elaboraram três tipos de forças de ocupação: polícia no Togo, exército colonial clássico nos Camarões e na África Oriental, tropas exclusivamente europeias no Sudoeste Africano. Em todos os casos, tiveram muitas vezes de agir às pressas, pois, até então, a força da Alemanha na competição colonial residia na marinha, que se revelava pouco útil para a ocupação do terreno.

*Muster Kolonie*, colônia modelo: a fórmula lançada pela propaganda colonial alemã sobreviveu em recordações fortemente idealizadas, alimentadas por certas testemunhas da época como forma de protesto contra os mandatos britânico e francês. Na realidade, a tomada de posse e a ocupação do Togo não foram menos brutais do que as de outros países e o nome de "polícia" não nos deve iludir. É certo que os seus efetivos eram relativamente reduzidos (8 oficiais alemães e 560 africanos, em 1913), mas estavam equipados, como todos os exércitos alemães, com temíveis metralhadoras pesadas, utilizadas ao mínimo pretexto. Mesmo no sul, onde a aliança econômica entre as casas comerciais alemãs e os intermediários africanos, bem como a influência dos missionários entre os ewes, haviam de favorecer uma transição relativamente suave para a colonização, houve que recorrer à força. Por todo o lado, se utilizaram reforços de partidários recrutados *in loco* e encarregados de secundar a ação da polícia, cujos membros provinham das terras dos haussás e dos mossis, bem como do Daomé e da Libéria. Após ter

construído postos político-militares nos principais eixos e encruzilhadas do país (Atakpame, Sokode, Yendi, Muatja, Bassari, Mango), os alemães multiplicaram durante cerca de vinte anos as longas rondas de polícia (por exemplo, vinte rondas só no círculo de Sokode entre 1897 e 1902, segundo os cálculos efetuados por Robert Cornevin na sua *Histoire du Togo*).

Os exércitos formados nos Camarões e na África Oriental apresentavam traços específicos. Nos Camarões, os alemães começaram por constituir – oficialmente em 1891 – uma *Polizeitruppe* segundo o modelo togolês, após repetidos pedidos da firma Jantzen & Thormählen: esta polícia compreendia krus recrutados na Libéria, haussás e "daomeanos", que eram, na realidade, escravos comprados ao rei Behanzin. Após um grave levantamento popular em 1893, seguido por um motim dos "daomeanos", os alemães decidiram-se a criar, em 1895, uma *Schutztruppe* ("tropa de proteção", exército colonial), que estava dotada de estruturas próprias e coabitava com as forças de polícia. O número desses homens em armas aumentou seriamente quando da conquista do Adamawa, em finais dos anos 1890 e por volta de 1904-1907, quando, assediados pela insurreição dos namas e dos hereros no sudoeste africano, os alemães julgaram que se formara um vasto conluio para os expulsar da África. Em 1913, havia 1 200 homens na polícia (mais 30 europeus) e 1 550 no exército (mais 185 oficiais alemães): os naturais dos Camarões, que os alemães receavam armar, não formavam então mais do que metade desses efetivos. O estado de guerra foi ainda mais dramático na África Oriental: no Tanganica, Helge Kjekshus assinalou que, entre 1889 e 1896, houve pelo menos 54 confrontos acompanhados por mortes, incêndios de aldeias e destruições de gado e de culturas. A criação do exército foi obra de Hermann Wissmann, naturalista, etnólogo, explorador, antigo agente de Leopoldo II, que, tendo sido nomeado governador em 1891 para suceder à falida DOAG (*Deutsche Ost Afrikanische Gesellschaft*), não atuou com meias medidas: alistou cartumenses, "zulus", antigos carregadores e comerciantes nyamwezi e homens do Maniema (antigo Zaire, hoje República do Congo) que haviam servido Tippu Tip, os quais se tornaram os *askari* (soldados profissionais) regularmente alistados. Em 1913, uma vez assegurada a *Pax Germanica*, eram ainda 2 500, enquadrados por 260 alemães, para o conjunto da África Oriental.

O Sudoeste Africano (Namíbia) ocupava um lugar específico no dispositivo colonial alemão. Vizinho da colônia do Cabo, e considerado como um "país de brancos", atraiu um número relativamente elevado de colonos alemães: no início do século XX, eram 3 000 (contra 100 na África Oriental Alemã, 190 no Togo e 700 nos Camarões), mais 1 500 europeus de outras nacionalidades. Para defender os interesses desses colonos prontos a pedir a expropriação e a proletarianização dos africanos, os alemães montaram um exército composto exclusivamente de brancos, como os britânicos na África do Sul na mesma época. Face aos africanos, só entreviam uma espécie de solução final: após a campanha do governador Ludwig von Trotha contra os hereros (1904-1907), estes últimos não eram mais de 16 000,

quando, segundo as estimativas, a sua população se situava anteriormente entre 60 000 e 80 000 pessoas. Antes das operações, o governador declarou:

No interior do território alemão, todo o herero, com ou sem espingarda, com ou sem gado, será fuzilado. Nem as mulheres nem as crianças serão autorizadas a ficar no território: serão remetidos para o seu povo ou mandarei disparar sobre eles. Tais são as últimas palavras que dirijo à nação herera, eu, o grande general do poderoso imperador alemão. (declaração de 2 de outubro de 1904, citada por Helmut Bley, 1971, pp. 163-164).

Último exemplo, o Estado Independente do Congo encontrou ainda fórmulas originais para erigir um exército capaz de ocupar e controlar um território tão vasto. Primeira dificuldade, a reserva dos belgas relativamente às aventuras e fantasias africanas do seu rei. Este ultrapassou-a recrutando oficiais um pouco por todo o mundo. Do mesmo modo, a ignorância quase total sobre a situação real do país levou a procurar soldados noutras terras africanas, entre as populações habituadas a servir os europeus. Raramente um exército colonial foi tão cosmopolita. Um arrolamento da origem dos oficiais em 1908, no momento em que a Bélgica “tomou conta” do Congo, revelava cinco nacionalidades diferentes (belgas, escandinavos, isto é, suecos, noruegueses e dinamarqueses, e italianos); por seu turno, os quadros da administração civil provinham de dezesseis países. Quanto aos africanos (documento 60), Leopoldo II mandou recrutá-los já a partir de 1883 nas costas da África Ocidental e swahili. Antigos soldados de outras tropas coloniais ou recrutados pela primeira vez, alistavam-se por três anos. Em dezenove anos (1883-1901), Leopoldo II teve assim a seu serviço um total de 12 452 homens: senegaleses, serra-leoneses, liberianos (krus e gentes de Monróvia), minas, haussás, iorubás e “daomeanos” da Costa dos Escravos, zulus, árabes e swahilis de Zanzibar e da costa mrima, somalis, abissínios e egípcios.

Uma das consequências da Conferência de Berlim foi a de aumentar as necessidades do Estado Independente do Congo (EIC) em soldados para assegurar a sacrossanta “ocupação efetiva”. A Força Pública surgiu oficialmente em 1888. Os voluntários eram pouco numerosos. Fizeram-se grandes esforços para recrutar gentes do rio (designados erroneamente por um novo etnónimo criado pelos primeiros europeus, os “bangalas”) que haviam oposto uma viva resistência à passagem de Stanley e dos primeiros agentes do EIC e que passaram a ser considerados como a “tribo guerreira” por excelência: “A fim de estimular o gosto da população, os voluntários são imediatamente vestidos e armados e, durante dois dias, passeiam, orgulhosos como Artaban, por entre os grupos dos seus concidadãos admirativos” (Camille Couilhat). A partir de 1891, instaurou-se paralelamente ao voluntariado um sistema de “recrutamentos anuais”. Obrigados a fornecer homens, os chefes, na maioria das vezes, designavam escravos, prisioneiros de guerra, criminosos, homens propensos à revolta ou considerados perigosos, todos candidatos potenciais à desfora contra uma sociedade onde se sentiam mal nascidos, mal integrados e que lhes dava poucas oportunidades de

promoção. Assim se explica, para além das causas atinentes às características específicas da primeira era colonial, o desencadear de violências cujas recordações haviam de pairar por muito tempo nas memórias, sobretudo nas zonas de extração da borracha. Evocando os anos de 1893 a 1896 no Equador, mais de quarenta anos depois, uma testemunha conta:

Quando era jovem, vi o soldado Molili, que guardava na altura a aldeia de Bayeka, pegar numa grande nassa, meter nela dez indígenas detidos, prender-lhe umas pedras muito grandes e atirá-la para o meio do rio. Molili fazia assim, Losanga também. Quanto a Waka e Ngondo, cortavam a cabeça dos condenados. A produção da borracha deu origem a muitas infelicidades, é por isso que não queremos mais ouvir falar dessa palavra. Os soldados obrigavam os filhos adultos a matar ou violar as próprias mães e irmãs. (Testemunho recolhido e citado por R. P. E. Bolaert, Ntange, *Aequatoria*, XV, 1952, p.59).

**Documento 60:** A formação da Força Pública no EIC e no Congo Belga, de 1883 a 1914

| Ano  | “Voluntários da Costa”<br>(Alistamentos e realistamentos) | Efetivos da FP* | Milicianos recrutados<br>anualmente |
|------|-----------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|
| 1883 | 50                                                        |                 |                                     |
| 1889 | 572                                                       | 1 487           |                                     |
| 1893 | 2 355                                                     | 7 634           | 3 360                               |
| 1896 | 629                                                       | 11 742          | 6 000                               |
| 1898 | 492                                                       | 19 028          | 3 000                               |
| 1901 | 127                                                       | 12 786          | 2 200                               |
| 1904 |                                                           | 16 895          | 2 600                               |
| 1907 |                                                           | 13 011          | 2 980                               |
| 1910 |                                                           | 17 788          | 3 375                               |
| 1914 |                                                           | 17 833          | 2 350                               |

\* Até 1902, efetivos médios reais; de 1902 a 1904, efetivos orçamentais.

Fonte: Quadro realizado por Elikia M'Bokolo, a partir de *La Force Publique de sa naissance à 1914*, obra realizada para a Segunda Seção do Estado-Maior e da Força Pública, Bruxelas, Institut Royal Colonial Belge, 1952, pp. 509-511.

Tais abusos eram ainda mais comuns nas grandes concessões cedidas a firmas, algumas das quais, como a Compagnie du Chemin de Fer du Bas Congo (dotada de territórios em 1889) e o Comité Spécial du Katanga (criado em 1900), foram autorizadas a recrutar as suas próprias forças armadas.

Esta violência permanente, deixada a si própria, sem controle e sem outra sanção senão a submissão dos povos a colonizar e a eficácia econômica das tropas, teve terríveis efeitos tanto na África como na Europa. Aimé Césaire foi o primeiro

a sugerir que, nela, havia "o veneno instilado nas veias da Europa e o avanço, lento mas seguro, da barbarização do continente", que conduziu ao nazismo; e acrescentava o poeta:

Aquilo que [o muito cristão burguês do século XX] não perdoa a Hitler, não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, é o de se ter aplicado à Europa processos colonialistas que até então eram reservados aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia e aos pretos da África. (*Discours sur le colonialisme*, Paris, Présence Africaine, 1955, pp. 10-11).

Esta relação postulada pelo poeta da negritude entre a violência das conquistas coloniais e a das guerras europeias do século XX não é arbitrária e começa a preocupar os historiadores. Helmut Bley mostrou de forma notável como as violências de Ludwig von Trotha geraram um verdadeiro "totalitarismo" *avant-la-lettre* no Sudoeste Africano e como o genocídio dos hereros desenvolveu na própria Alemanha um perigoso "cinismo" que levava alguns cidadãos do Reich a dizer:

O que é que nos impede de aplicar este princípio [o direito do mais forte] não apenas à política colonial, mas ao conjunto da política? Será pior alargar os nossos territórios a expensas dos brancos inferiores a nós do que alargá-los a expensas dos negros sem defesa? A Alemanha está superpopulada: por que motivo a sua bandeira há de flutuar nas margens arenosas de Angra Pequena e de Swakopmund e não nas fazendas das estepes escassamente povoadas mas muito produtivas da Rússia central e meridional? (artigo do jornal *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, 2 de maio de 1906, citado por Helmut Bley, 1971, p. 211).

Nestas condições, é manifesto que, colocada em termos meramente financeiros<sup>8</sup>, a questão do custo das conquistas coloniais só interessa à história orçamental e, às vezes, à política exclusivamente europeia; alargada às suas dimensões técnicas, ideológicas, e afetivas, lança uma nova luz sobre toda a história do século XX.

## B. Problemática da resistência

Exércitos de conquista, exércitos de ocupação, forças de polícia, milicianos: o número, a massa, a diversidade e a permanência das forças de dominação e de repressão constituem uma das indicações mais seguras da importância da resistência à colonização europeia.

### 1. Características e tipologia

As resistências à colonização que, durante os anos 1960, no momento em que os dirigentes dos novos Estados independentes que evocavam a longa tradição de luta dos povos africanos contra a espoliação estrangeira, surgiram

como um dos temas inovadores e fecundos da pesquisa, tornaram-se uma das figuras obrigatórias da historiografia africana. O essencial passou a ser consenso: por todo o lado, e independentemente das circunstâncias locais e das conjunturas particulares, a dominação teve por corolário a resistência.

Sem pôr em causa este fato evidente, que durante muito tempo andou oculto, os estudos de pormenor relativamente aos quais estamos ainda longe da saturação têm vindo a revelar invariavelmente a sua complexidade. Na sua forma, na sua duração, no seu conteúdo sociológico e ideológico, na base geográfica em que assentavam, na sua recorrência eventual, as resistências assumiram uma diversidade extrema em função de vários fatores, entre os quais poderemos citar: o tipo de organização política nas vésperas da colonização e o grau de integração na economia de mercado de que a colonização representou uma fase de aceleração brutal, mas não um momento de ruptura; a duração, a forma e a intensidade dos contatos exteriores, tanto com os europeus e com os árabes, como com os grupos de intermediários e de conquistadores associados a uns e a outros; a forma (conquista militar, aberturas diplomáticas, investidas de colonos) e o grau de violência da intrusão estrangeira; a fase da dominação colonial; a organização social e cultural anterior à colonização e as mudanças e reajustamentos de todo o tipo suscitados por esta ou em reação a esta. Como observa justamente Basil Davidson: "O quadro é confuso e complexo."

O exercício quase obrigatório da tipologia parece-nos pois relativamente vão, tão numerosos são os critérios de classificação. Todos estão de acordo quanto à distinção, imposta pela cronologia, entre resistências à "conquista colonial" (que cobriria, grosso modo, o período 1880-1900) e resistências aos abusos do sistema colonial ou, mais simplesmente, às manifestações concretas da colonização (trabalho forçado, imposto de capitação ou taxa de habitação, culturas obrigatórias, imposição de credos estrangeiros etc.), ou até ao sistema colonial em si, a partir de 1900 ou mesmo de 1890, em certos casos. Consoante o grupo social ou político que tenha tido a iniciativa ou a direção do movimento, continua a distinguir-se fecundamente a resistência dos Estados, muitas vezes confundidos com o seu fundador ou os seus dirigentes, da das elites – tradicionais ou modernas – e da dos povos. Outros propuseram ainda, combinando a cronologia, as bases sociológicas e geográficas e as ambições ideológicas proclamadas ou implícitas, a sucessão de três grandes fases: "resistências primárias", opostas à conquista estrangeira, organizadas em bases tradicionais (Estados pré-coloniais, sociedades linhageiras, adesão a um chefe religioso etc.), viradas para a restauração da ordem antiga e condenadas ao fracasso, em virtude do seu isolamento, da sua fragmentação e do seu arcaísmo; "resistências intermédias" de ação e de reação que "formam um nexo sutil entre os antigos padrões, muitas vezes ainda determinantes para a definição do que é o bem e do que é o mal e do que se deve atacar e do que se deve defender, e os novos, nacionais e modernizadores, cujos contornos começam a desenhar-se entre 1930 e 1940" (Basil Davidson); e, por último, os "nacionalismos modernos", que conduziram às descolonizações.



É, porém, evidente, se adotarmos esta tipologia, que, entre as diferentes fases, não há ruptura mas sobreposição, com múltiplos fenômenos de antecipação e de recuperação, a ponto de ter havido quem falasse de “resistência primária tardia” (como a dos ndebeles e shonas, na Rodésia do Sul, em 1896-1897, que, segundo Basil Davidson, “utilizaram as suas antigas crenças e os seus antigos sistemas em formas de resistência que não eram já perfeitamente idênticas às do passado”) ou ainda de “resistência primária tardia intermédia” (como as dos namas e dos hereros em 1904-1907, no Sudoeste Africano, que recorreram a formas de guerra tradicionais mas souberam também superar os seus antigos antagonismos políticos e étnicos).

*Protest and Power in Black Africa*, o estudo pioneiro de Robert I. Rotberg e Ali A. Mazrui, embora mantendo a distinção que se tornou clássica entre “resistência à conquista” e “rebeliões contra a dominação estrangeira”, põe a tônica sobretudo na diversidade dos modos de expressão da luta em função das circunstâncias e da relação de forças: resistência violenta sob a forma de “guerras de independência” e de insurreições; desordens sociais; movimentos religiosos que foram buscar a sua inspiração nos cultos antigos, renovados ou não, no islã ou num cristianismo adaptado às condições de existência e às aspirações dos povos negros; utilização ótima do espaço económico, político e cultural organizado pelos poderes coloniais, multiplicando os boicotes, as greves, as ações dos partidos políticos, os artigos de jornal e os protestos pela voz de uma literatura militante.

Em vez de serem mutuamente exclusivas, estas formas combinaram muitas vezes os seus efeitos. Assim, por exemplo, as guerras de independência assumiram quase sempre uma dimensão religiosa, tanto, evidentemente, em terras do islã como nos territórios animistas; quando do *chimurenga* (guerra da independência) dirigido pelos ndebeles e pelos shonas na Rodésia do Sul, entre 1896 e 1903, os combatentes receberam constantemente a ajuda e o apoio dos *svikiro* (profetas, sacerdotes) encarregados de explicitar e de popularizar as causas da insurreição (o trabalho forçado, o imposto, os castigos decretados pelos brancos, a acumulação de calamidades), seus objetivos (a expulsão dos brancos) e os seus meios (a guerra em que Mwari, o Deus supremo dos shonas, e Mlimo, o dos ndebeles, tornariam os combatentes negros invulneráveis). Na mesma ordem de ideias, a mensagem dos cristianismos negros exprimiu-se muitas vezes, na Niassalândia e na África do Sul, na imprensa moderna e, simultaneamente, estas igrejas independentes deram muitas vezes origem às “associações autóctones” e aos partidos políticos modernos.

## 2. Resistências camponesas

No documento 61, dá-se um apanhado dos movimentos de resistência mais importantes conhecidos até o momento. Assinale-se, porém, que, ao acolher as ações coletivas ou individuais com contornos cronológicos precisos, esse apanhado poderá ter o defeito de não retratar fielmente, nas suas características e na sua

importância, a resistência difusa, recorrente, muitas vezes “passiva” (fuga para a floresta ou para o mato, migração definitiva, oposição às culturas obrigatórias “modernas”, recusa de prestação de serviços e dos recrutamentos etc.), por vezes violenta, das comunidades camponesas. Menos estudadas, por serem mais dificilmente acessíveis ao investigador, essas resistências camponesas têm vindo a surgir cada vez mais como uma característica permanente das sociedades políticas africanas, mais especialmente das sociedades linhageiras, transbordando a era colonial tanto a montante quanto a jusante. Oposição às usurpações e aos abusos dos Estados pré-coloniais, rebelião face aos impérios da colonização, insurreição moderna e posterior às independências, das quais as “rebeliões” zaienses do período 1963-1968 são o melhor exemplo, o que se passou, no longo prazo, foi a expressão das relações dialéticas de submissão, de rejeição e de conflito entre as sociedades camponesas e o Estado, sempre pronto, fosse qual fosse a legitimidade de que se reclamava, a extorquir-lhes homens e produções excedentes.

### Documento 61: As resistências africanas à conquista colonial, cronologia seletiva

|      |                                                                                                                                                                                                                                           |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1874 | – Guerra anglo-Asante.                                                                                                                                                                                                                    |
| 1879 | – Isandlwana: vitória dos zulus sobre os ingleses, seguida por uma derrota definitiva dos zulus.                                                                                                                                          |
| 1881 | – Insurreição do Mahdi no Sudão. Lat Dior no Senegal (1881-1885). Insurreição dos baulês na Costa do Marfim (1881-1902). <i>Hamites General Economy</i> (panfleto que preconizava a criação de igrejas cristãs independentes na Nigéria). |
| 1883 | – Guerra franco-malgache (1883-1885).                                                                                                                                                                                                     |
| 1885 | – Insurreições islâmicas na Somália (Sayyid Muhammad) e no Senegal (Mamadu Lamine).                                                                                                                                                       |
| 1887 | – Captura e deportação de Jaja (Nigéria).                                                                                                                                                                                                 |
| 1888 | – Insurreição de Abushiri (Tanganica).                                                                                                                                                                                                    |
| 1889 | – Guerra de Gungunhana contra os portugueses (Moçambique, 1889-1894).                                                                                                                                                                     |
| 1890 | – Bombardeamento e tomada de Kilwa pelos alemães. Greve dos ferroviários da linha Dacar-Saint-Louis. Moçambique: levantamento contra as companhias concessionárias (1890-1900).                                                           |
| 1891 | – Execução de Msiri (Catanga). Kabarega (Bunyoro) contra os alemães. Greve dos “daomeanos” empregados nos Camarões. Os franceses dispersam os murides (Senegal).                                                                          |
| 1892 | – Campanhas anti-árabes no EIC (1892-1895). Behanzin contra os franceses (1892-1894). Mapondera, “bandido de honra” contra os europeus na Rodésia e em Moçambique.                                                                        |
| 1893 | – Guerra anglo-ndebele na Rodésia do Sul.                                                                                                                                                                                                 |
| 1894 | – Missão Asante a Londres.                                                                                                                                                                                                                |
| 1895 | – Os franceses passam a controlar Tananarive e Madagascar: insurreição dos <i>menalambas</i> . Motim da Força Pública no Estado Independente do Congo. Os franceses exilam Amadou Bamba no Gabão e,                                       |

|      |                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|      | seguidamente, na Mauritânia.                                                                                                                                                                                                                       |
| 1896 | - Chimurenga (guerra da independência) na Rodésia do Sul.                                                                                                                                                                                          |
| 1897 | - O reino de Nupe (Nigéria) é batido e invadido pelos ingleses. Greve dos operários de Lagos. É criada a <i>Gold Coast Aborigines Rights Protection Society</i> (ARPS).                                                                            |
| 1898 | - Bai Bureh contra o imposto de palhota e os "crioulos" na Serra Leoa.                                                                                                                                                                             |
| 1899 | - Insurreição de <i>Mad Mullah</i> nas Somálias (1899-1920) e dos zarmas no Níger (1899-1906). Campanhas pró-africanas no <i>Central African Times</i> da Niassalândia.                                                                            |
| 1900 | - Morte de Rabah em Kusseri (Chade).                                                                                                                                                                                                               |
| 1903 | - Insurreição dos azandes (Sudão e Congo, 1903-1908) e dos mandjas (Ubangui-Chari).                                                                                                                                                                |
| 1904 | - Insurreição do sudeste malgaxe. <i>Indian Association of Mombasa</i> .                                                                                                                                                                           |
| 1905 | - Movimento <i>maji-maji</i> (Tanganica). Pregação de Kamwana (Niassalândia).                                                                                                                                                                      |
| 1906 | - Revolta de Bambata e dos zulus no Natal (1906-1908). "Associação dos Mestiços" de Angola. Missão da ARPS a Londres.                                                                                                                              |
| 1907 | - Kamwana é deportado.                                                                                                                                                                                                                             |
| 1908 | - Insurreição dos baulês (Costa do Marfim, 1908-1910). <i>People's Union</i> (Nigéria). Migrações da Costa do Marfim, do Alto Volta e do Daomé para a Gold Coast e a Nigéria. Niassalândia: agitação animada pelo "feiticeiro" Muluma (1908-1909). |
| 1910 | - Associação dos Mestiços das colônias portuguesas. Associação <i>Aurore</i> (Senegal).                                                                                                                                                            |
| 1912 | - Camarões: enforcamento de Rudolf Duala Manga seguido de várias execuções. <i>Parti des Jeunes Sénégalais</i> . <i>Aborigines Protection Society</i> (Nigéria). <i>Nyasa Native Association</i> .                                                 |
| 1913 | - <i>Le Japon et les Japonais</i> é publicado pelo pastor Ravelojaona e é fundada a VVS em Madagáscar.                                                                                                                                             |

Fonte: cronologia estabelecida por Elikia M'Bokolo

Ao privilegiar esta dimensão, é possível opor, como muitas vezes se opôs, o Oeste africano à África Central e Oriental; no primeiro, onde o fenômeno estatal e a economia mercantil eram relativamente antigos, não houve movimentos camponeses de grande amplitude, embora a pacificação tivesse sido demorada e custosa, como aconteceu na Costa do Marfim; na segunda, onde a extensão e o desenvolvimento acumulado destas duas estruturas englobantes foram relativamente tardios, raramente anteriores ao século XIX, a colonização apareceu quer como um sistema de exploração suplementar a pesar sobre sociedades impacientes de se libertarem dos constrangimentos dos Estados fundados pelos mercadores conquistadores, quer como um fenômeno perfeitamente inédito e, por isso mesmo, insuportável. Era o que sublinhava em 1908 o governador Gabriel Angoulvant, arquiteto e teórico da pacificação da Costa do Marfim:

Uma das maiores dificuldades com que se defrontou o estabelecimento da nossa influência reside no estado de espírito dos indígenas, ou, numa palavra, na situação moral do país. Não estou a falar das regiões do norte, cujos habitantes têm tantas ligações com o Sudão que não podem deixar de participar, do ponto de vista mental e, se ousar dizer, intelectual, no grau de civilização, relativo, é certo, mas incontestável, das populações sudanesas. Os grupos que povoam estas regiões foram domados, por uma rude habituação, ao jugo dos conquistadores negros. Não discutem a nossa supremacia, cujo exercício constitui para eles uma melhoria incomparável da sua condição moral e material. (*La pacification de la Côte d'Ivoire*, Paris, Larose, 1916, p. 60).

No entanto, há que aguardar a multiplicação dos trabalhos de pormenor para ir mais longe na comparação entre a África Ocidental e a África Central e Oriental, assim como entre as sociedades com um longo passado estatal e as outras. Embora não tendo registrado grandes e espetaculares insurreições camponesas no início da era colonial, as sociedades oeste-africanas não deixaram de opor uma resistência vigorosa à intrusão estrangeira. O exemplo da Costa do Marfim, bem conhecido graças às confissões indiretas do governador Angoulvant e às investigações de Christophe Wondji, é muito significativo. Em 1908, à chegada de Angoulvant, a colônia não tinha ainda sido, nem de longe, "pacificada", apesar de quinze anos de uma pretensa "conquista pacífica". ("Esta existiu, aliás, mais nas intenções do que nos fatos: o período de 1893-1908 é uma longa série de operações militares"). Não sem razão, Gabriel Angoulvant atribuía essa situação à persistência das antigas formações políticas, fonte de uma tendência permanente para a insubmissão:

Entre os indígenas do centro da colônia e da baixa Costa do Marfim, o anterior estado anárquico, com as suas vantagens reais para as populações selvagens, é ainda demasiado persistente; por todo o lado onde cessou, deixou marcas profundas; a sua desapareção gradual origina demasiadas contradições para que não subsistam efeitos. (*La pacification de la Côte d'Ivoire*, Paris, Larose, 1916, p. 60).

Utilizando habilmente as contradições entre os comerciantes franceses, hostis à proibição do comércio remunerador das espingardas e da pólvora, e a administração colonial inquieta a esse respeito, os aldeões acumularam as espingardas (documento 62). Mesmo ultrapassadas, estas haviam há muito provado a sua eficácia:

Com efeito, é na floresta, em virtude da própria natureza do terreno, propício às emboscadas e às ciladas, que a espingarda comprada aos europeus constitui uma arma eminentemente temível, pois é favorável ao tiro à queima-roupa, e por sua extrema simplicidade pode transformar-se numa espécie de pequena metralhadora, se for carregada além do normal. (*La pacification de la Côte d'Ivoire*, Paris, Larose, 1916, p. 229).

**Documento 62:** O tráfico de armas na média e baixa Costa do Marfim, antes da "pacificação"

a – Importações declaradas de armas de fogo e de pólvora

| Anos  | Espingardas de pederneira (unidades) | Pólvora (kg) |
|-------|--------------------------------------|--------------|
| 1889  | 19 808                               | 286 215      |
| 1900  | 6 457                                | 71 308       |
| 1901  | 9 539                                | 83 622       |
| 1902  | 17 728                               | 301 434      |
| 1903  | 9 076                                | 159 724      |
| 1904  | 10 162                               | 251 222      |
| 1905  | 10 844                               | 139 011      |
| 1906  | 1 196                                | 15 862       |
| 1907  | 3 054                                | 4 990        |
| 1908  | 369                                  | 5 198        |
| Total | 88 233                               | 1 319 486    |

"Acrescentem-se as [espingardas] introduzidas fraudulentamente e pelo norte, isto é, cerca de 60 000; 1 319 486 kg de pólvora representam 131 948 600 disparos."

b – Balanço das espingardas existentes no último recenseamento

| Círculos    | Número de espingardas |
|-------------|-----------------------|
| Assinie     | 486                   |
| Bas Cavally | 286                   |
| Bonduku     | 3 530                 |
| Odiéné      | 1 291                 |
| Kong        | 2 085                 |
| Korhogo     | 1 224                 |
| Tuba        | 1 786                 |
| Total       | 9 670                 |

N.B.: Os erros de cálculo são de G. Angoulvant.

Fonte: Gabriel Angoulvant, *op. cit.*, pp. 202 e 299.

Adepto das teorias da guerra de conquista colonial de Gallieni, que haviam feito as suas provas no Sudão, no Tonquim e em Madagascar, Angoulvant utilizou-lhes todos os recursos: "ações vivas" com colunas sobre-equipadas de soldados calejados; método da "mancha de azeite" que permitia, por períodos mais longos, uma ocupação metódica e a constituição de uma rede de vigilância sistemática

do país. Precisou, porém, de dez anos (1908-1918) para obter alguns resultados. A amplitude e o vigor da resistência medem-se pelo arsenal mobilizado: operações militares, internamentos, multas de guerra, agrupamentos de aldeias. Entre novembro de 1908 e novembro de 1912, foram tomadas duzentas e vinte medidas de internamento relativamente a habitantes das regiões florestais da Costa do Marfim. Utilizando um decreto de 1904 que previa, em caso de "insurreição, perturbações políticas graves, manobras suscetíveis de comprometer a tranquilidade pública", a aplicação de uma multa coletiva às aldeias ou coletividades cujo território tivesse sido teatro dos acontecimentos ou cujos membros neles tivessem participado, multa essa destinada a "assegurar à administração os meios de reprimir as desordens e prevenir a sua recorrência", o governador decretou vinte multas de guerra contra as circunscrições das Lagoas, de N'Zi Comoe e dos baulês do norte e do sul, entre junho de 1910 e janeiro de 1912: as multas renderam mais de 733 000 francos, valor que, aos olhos da administração, não tinha nada de "exagerado", pois os aldeões o pagaram facilmente e era perfeitamente evidente que se estava perante "populações [...] excepcionalmente ricas, seja porque habitavam regiões auríferas, seja porque tinham à sua disposição palmeiras naturais".

Para quebrar "a persistência dos instintos atávicos de independência", agruparam-se os 247 "acampamentos" em 17 "belas aldeias facilmente acessíveis"; nos Ngan, 312 "acampamentos" em 47 "aldeias próximas da estrada de etapas". Na mesma época, as aldeias foram desarmadas (entre 1909 e 1915, foram apreendidas 110 000 espingardas compradas aos europeus). Quanto às operações militares, o governador organizou dezenove entre 1908 e 1913, onze das quais segundo o método da "mancha de azeite". Mas a dominação continuava a ser precária e a submissão dos habitantes incerta: mal passara uma geração desde a pacificação, quando a dissidência voltou a ser total, desta vez em proveito das elites políticas que evocavam o nacionalismo moderno.

### 3. As respostas dos Estados

A resistência militar dos Estados é bem conhecida. Vencidos na guerra (como, por exemplo, Behanzin, Samori, Rabah, Ketshwayo), ou, pelo contrário, vitoriosos (Menelik II, da Etiópia) e incapturáveis (Mohammed ben Abdallah Hassan, "Mulah o Louco", entre os somalis, ou os numerosos "bandidos" da África Austral britânica e portuguesa), apanhados por emboscadas ou traição (JaJa de Opobo, Kabarega do Bunyoro, Mwanga do Buganda), assassinados ou executados após processos sumários (Msiri no Katanga, Rudolf Duala Manga Bell nos Camarões), destituídos e exilados (Amadou Bamba, no Senegal, Gungunhana, em Moçambique, ou as rainhas Nana Yaa Asante e Ranavalona III de Madagascar), ou, por último, preferindo o suicídio em liberdade à desonra da submissão (como Mkwawa no Tanganica), os homens de Estado, os chefes de guerra e os chefes espirituais que encarnaram esta resistência tornaram-se verdadeiros heróis,



independentemente do seu itinerário político, das vias que os conduziram ao poder (nascimento, conquista, usurpação ou feito pessoal) e da forma, muitas vezes autoritária, que imprimiram ao seu regime<sup>9</sup>.

Mais complexo é o caso dos homens de Estado que escolheram negociar um tratado, um pacto ou uma aliança com os primeiros colonizadores. Alguns, no seguimento de rivalidades políticas ou de antagonismos econômicos, escolheram pura e simplesmente a "colaboração" ou a "cooperação" (conceitos asperamente discutidos pelos especialistas<sup>10</sup>) com os europeus que, erradamente, julgavam poder manipular e que consideravam como gente de passagem: eram personagens que provinham muitas vezes das antigas famílias reinantes a quem os conquistadores do século XIX tinham usurpado o poder. Outros escolheram aliar-se com uma potência em oposição a outra, na esperança de preservar a sua soberania: assim, o rei Toffa I de Porto-Novo, aliou-se com os franceses, para se opor às ameaças que, real ou supostamente, os britânicos faziam pender sobre a costa, os iorubás sobre o nordeste e, sobretudo, o Daomé sobre o norte. Muitas vezes, os homens de Estado consideravam esses pactos como uma mera trégua provisória.

São numerosos os casos dos que, tento negociado com europeus, descobriram que tinham sido enganados e levaram a resistência até ao extremo. Assim, por exemplo, o tratado franco-malgaxe de 17 de dezembro de 1885, negociado pelo primeiro-ministro Rainilaiarivony após uma primeira guerra fracassada contra a marinha francesa (1883-1885), excluiu o termo de "protetorado", a perda dos malgaxes, mas deu à França o direito de "representar Madagascar em todas as suas relações externas" e de ocupar a baía de Diego-Suarez, bem como o privilégio de ter em Antananarivo um residente geral com escolta militar. Para o primeiro-ministro, o *status quo ante* estava preservado, e escreveu: "Não vos preocupe a presença do residente [francês], pois, no fundo, isso não muda grande coisa; com efeito, segundo a limitação do seu poder indicada no apêndice, ficará praticamente no mesmo pé que os representantes das outras nações." Na realidade, os franceses consideravam esse acordo como a base jurídica de um protetorado e o tratado franco-britânico de 1890 reconheceu o protetorado britânico sobre Zanzibar em troca do "protetorado francês sobre Madagascar, com todas as suas consequências". Os malgaxes estavam iludidos quanto à simpatia dos britânicos por sua causa. Não tinham outra solução senão opor a guerra de resistência à conquista colonial (1894-1895): o reino de Madagascar perdeu a guerra, mas uma resistência popular muito ativa, nomeadamente sob a forma dos *menalamba* ("togas vermelhas", que eram difíceis de detectar nos planaltos malgaxes onde atuavam, pois sua vestimenta se confundia com a cor da terra), foi desencadeada o que obrigou os franceses a uma longa pacificação até 1905.

Na Rodésia do Sul, o rei dos ndebeles, Lobengula, passou pela mesma experiência com a *Concession Rudd*, assinada a 30 de outubro de 1888 com representantes da *British South Africa Company* (BSAC) de Cecil Rhodes. Esse acordo previa a atribuição de concessões à firma capitalista e a colonos brancos: para os

ndebeles, estes ficariam "sujeitos à lei do país e seriam considerados súditos do rei"; para os brancos, pelo contrário, o tratado dava-lhes, segundo a letra, "pleno poder para fazerem tudo o que achassem necessário à exploração dos recursos". Alarmado por alguns africanos letrados, Lobengula encetou uma longa batalha para conseguir a anulação da concessão: protesto no *Bechuanaland News*, petições às autoridades britânicas, envio de uma delegação a Londres (1889) encarregada de obter da rainha Vitória a revogação do tratado controverso ou, pelo menos, um protetorado do Reino Unido, como defesa contra a rapacidade dos colonos. Mas a BSAC obteve em 1889 uma carta real que lhe dava o monopólio da colonização do Matabeleland, de acordo com a letra da *Concession Rudd*. A investida dos colonos e as provocações da BSAC levaram à guerra anglo-ndebele de 1893: consciente do desequilíbrio das forças militares, Lobengula preferiu, segundo as suas próprias palavras, não "se lançar na boca do leão" e emigrou com os seus guerreiros para a Rodésia do Norte.

#### 4. *Etnias e nações: um movimento de concentração*

Na fase inicial da dominação estrangeira, as resistências africanas não foram apenas produto das unidades políticas e dos grupos sociais que existiam antes da colonização. Mobilizaram também forças sociais novas resultantes da própria dinâmica do processo colonial e suscitaram fecundas reorganizações entre as formações pré-coloniais ou no interior destas.

Muitas vezes se realçou a dispersão e a fragmentação das primeiras resistências à intrusão colonial. Ora, não faltam exemplos de reagrupamentos multiétnicos, que há quem considere serem o embrião das nações africanas nascentes ante o inimigo comum. Esses reagrupamentos apareceram logo no período da conquista propriamente dita, nomeadamente entre as diferentes unidades políticas yaos na Niassalândia, entre as tribos somalis sob a chefia de Mohammed Ben Abdallah Hassan, entre os macuas e os swahilis em Moçambique, entre os bembas e os arabo-swahilis na Zâmbia ou ainda entre lundas e tchokwes no Estado Independente do Congo. Em todos os casos, essas alianças apoiaram-se ou nas solidariedades econômicas tecidas pelas transações pré-coloniais, ou na comunidade de crenças religiosas ou ainda nas relações de parentesco reais ou fictícias. Em 1899, Chinsinga, um dos chefes do vale do Zambeze, lançou uma revolta duradoura contra a *Companhia da Zambézia* e a colonização, sob o lema: "Os africanos de todas as tribos têm de se unir, dando provas de boa fé e esforçando-se todos juntos para obter grandes quantidades de armas e de munições. Feito isso, expulsaremos todos os portugueses."

Esses reagrupamentos multiétnicos haveriam de se multiplicar uma vez completada a conquista militar e depois de se constatar que a colonização estava destinada a perdurar: efetuaram-se tanto nos meios urbanos "modernos" como nas regiões rurais. A insurreição *maji-maji* no Tanganica (1905-1907) é uma boa ilustração disso. Rebentou no sudeste da colônia alemã, onde, em 1902, e após

um longo período de relativa negligência, as autoridades decidiram introduzir a cultura obrigatória do algodão, segundo o modelo que tinha tido êxito no Togo: a insurreição recrutou os primeiros quadros entre os chefes das aldeias que os colonizadores haviam encarregado de dirigir os campos experimentais; começou por se exprimir pelo incêndio das plantações de algodão. Contudo, depressa mudou de escala, abrangendo praticamente toda a metade sul do Tanganica, tornando-se um movimento de massas em que participavam umas vinte formações étnicas. Se é certo que os *slogans* visavam claramente o regime colonial (o trabalho forçado, os impostos, os abusos dos administradores e dos *akida*, os maus salários etc.), o cimento ideológico que permitiu a integração de todos estes povos era de essência religiosa. O chefe religioso da insurreição, Kinjikitile Ngwale, dispunha de uma água (*maji*) que protegia os seus partidários dos malefícios e era capaz de transformar em água as balas do inimigo. Os *hongos*, embaixadores e porta-vozes de Kinjikitile, recrutavam os novos combatentes após juramento e, ao que parece, mediante uma contribuição financeira simbólica. A repressão, conduzida segundo a técnica da terra queimada (75 000 a 120 000 mortos), levou ao fracasso da insurreição, mas Julius Nyerere e a Tanghanica African National Union (TANU) evocaram explicitamente os *Maji-Maji* como o primeiro movimento nacional de massas do país.

##### 5. Da cooperação com os europeus à resistência anticolonial

Na resistência, levantaram-se também grupos que, por interesse, e na convicção de que os brancos não se demorariam na África, se lhes tinham aliado, tendo-os ajudado a impor-se às populações. Os motins dos mercenários dos exércitos coloniais são um exemplo dessas reviravoltas ditadas pela consideração dos interesses imediatos dos grupos em causa. Os soldados "daomeanos" do exército alemão revoltaram-se nos Camarões em 1893 e os cartumenses fizeram o mesmo em Uganda em 1897. Os motins mais graves conhecidos até hoje ocorreram, porém, no Estado Independente do Congo, pelo menos por três vezes, em 1895, em 1897-1898 e em 1900, e pelas mesmas razões fundamentais; os amotinados tinham sido recrutados entre as forças armadas dos arabo-swahilis que operavam no leste zairense; consideravam-se mercenários, esperavam a partilha do saque após cada expedição e, como era hábito fazer-se com os traficantes vindos de Zanzibar, tinham a expectativa de se instalarem como "senhores de guerra" independentes, atitude inevitável de um grupo treinado para as razias, atitude que os oficiais coloniais qualificavam de "indisciplina" punível com o máximo rigor. A estas causas fundamentais somaram-se razões específicas em cada caso: em Luluabourg (Kananga), em 1895, os amotinados teriam decidido passar à ação após a execução de Ngongo Leteta (1893), seu chefe antes da colonização, o qual havia abandonado, no entanto, os swahilis para se pôr a serviço do Estado Independente do Congo (EIC); em 1897-1898, os chefes dos revoltosos pretendiam apoderar-se de todo o território anteriormente controlado pelos mercadores

guerreiros de Zanzibar e matar todos os brancos; em 1900, em Boma, então capital do EIC, tratava-se de antigos revoltados, destituídos do seu estatuto de soldados e que tinham sido feito operários nos campos militares. Estes homens tentaram, aliás, amotinar os trabalhadores da Compagnie du Bas Congo e mobilizar também os negros do Congo Francês contra todos os brancos.

A "questão árabe", que ocupou o EIC até 1895, foi ainda mais complexa: "na realidade, os árabes foram os primeiros exploradores e os primeiros ocupantes da África equatorial, mas, no plano internacional, nunca lhes haviam sido reconhecidos direitos políticos, direitos que, aliás, nunca eles tinham reivindicado". (R. P. P. Ceulemans, *La question arabe et le Congo (1883-1892)*, Bruxelas 1959). Estes "árabes" e "arabizados" eram, na realidade, comerciantes árabes ou swahilis que controlavam o leste da atual República Democrática do Congo (RDC, ex- Zaire) e os *wangwana* que estavam ao seu serviço. De início, o EIC pretendia utilizar estes homens, a começar pelo mais rico e ilustre deles, Tippu Tip, que conseguira aquilo que a colonização leopoldiana sonhava fazer: administrar um vasto território, tirando disso substanciais lucros. O contrato assinado por Tippu Tip e Stanley em 1887, e prolongado por outro acordo em 1889, fazia do mercador swahili o *wali* (governador) do distrito de Stanley Falls (Kisangani), remunerado pelo Estado leopoldiano. Ambas as partes tinham o sentimento de ganhar com a aliança. Tippu Tip, até então *primus inter pares* dos mercadores swahilis do Alto Congo, era elevado ao estatuto de interlocutor exclusivo dos europeus, seus clientes últimos na cadeia que ligava Zanzibar e o leste africano aos países capitalistas. Os seus negócios não sofriam com isso, muito pelo contrário: ("Passava tanto tempo pesando o marfim, que não tinha tempo para fazer outra coisa", escreveu ele mais tarde); a sua popularidade e a sua notoriedade estavam no auge, a ponto de os organizadores da Exposição de Chicago (1893) lhe terem solicitado que lhes enviasse uma família de pigmeus para ser mostrada aos visitantes.

Quanto a Leopoldo II, pressionado desde Berlim a assegurar a ocupação efetiva das suas propriedades africanas, e desejando ardentemente alargar as suas fronteiras até à *Aequatoria*, integrava a máquina de dominação e de predação de Tippu Tip no seu aparelho de Estado, esperando que lhe fornecesse mercenários baratos e eficazes. O rei sonhava também desviar para o Oceano Atlântico o frutuoso tráfico de marfim em que os árabes de Zanzibar se tinham tornado os campeões. Contudo, nos planos político e econômico, havia contradições antagonistas a opor os dois expansionismos que de comum apenas tinham a sua igual avidez. O que estava essencialmente em jogo era o marfim, de que Leopoldo II tinha grande necessidade para recuperar as somas que despendera e rentabilizar a exploração do EIC:

Porque não ousar escrevê-lo, diz um dos seus agentes, nenhuma mercadoria foi dada em troca, não houve nenhuma transação comercial. Poderíamos pois também confiscá-lo se a coisa fosse possível. [...] Podemos organizar-nos no fito de o adquirir. Os recursos que daí resultariam indenizariam o governo dos seus esforços e teríamos com poucos custos, ou mesmo sem custos, novas

descobertas, novas possessões e a organização do país. (Van Kerchoven, Julho de 1889, citado no *Centenaire de l'EIC*, p. 453).

Foi também o marfim que levou os alemães e os britânicos a redobrar de assiduidade junto de Tippu Tip e a prometer-lhe armas, munições e subsídios em troca da promessa (quanto aos primeiros) de continuar a fazer transitar o seu marfim pelo Tanganica e (quanto aos segundos) de o expedir para Mombaça através do Quênia. Sempre devido ao marfim, tanto uns como os outros começaram a rezear que Tippu Tip, que, segundo os boatos que corriam, aderira à Sanusiyya, expedisse toda a mercadoria para os seus correligionários da Cirenaica, através dos cartumenses e do Wadai, cujo sultão também se tornara sanussista. A inevitável ruptura ocorreu após o regresso de Tippu Tip a Zanzibar em 1890. O seu sobrinho e sucessor, Rachid, nomeado *wali* em 1892, não tinha nem a sua autoridade nem a sua influência. A conferência antiescravagista reunida em Bruxelas em 1890, numa altura em que as exportações de marfim do Estado Independente do Congo tardavam desesperadamente a crescer, permitiu dar aos conflitos com os "árabes" o aspecto exaltante de uma cruzada humanitária contra os negreiros muçulmanos. A "campanha árabe" (1892-1895) deu assim a oportunidade de alistar pela primeira vez nas mesmas fileiras "voluntários da costa" e recrutas locais do Congo, previamente sensibilizados para o "perigo árabe" e retribuídos, após a vitória, com postos de chefia pretensamente consuetudinários na região conquistada.

#### IV. O PRIMEIRO PERÍODO COLONIAL

A implantação do sistema colonial fez-se paralelamente às guerras de conquista e às operações de "pacificação". Este período foi dramático para os africanos: Edmund D. Morel mencionou, com muita razão, o "fardo do homem negro" (*The Black Man's Burden*<sup>11</sup>). Sonhando com os tesouros do continente negro e desejosas de rentabilidade, as potências colomais precipitaram-se numa exploração económica que muitas vezes assumiu a forma de uma pilhagem pura e simples, e cujos efeitos nefastos foram ainda agravados pelas calamidades "naturais" ligadas à intrusão colonial. Foi, contudo, nestas bases que nasceu o capitalismo colonial, novo desafio que, para ser enfrentado, exigiu dos africanos certos reajustamentos, bem como novas formas de organização e de métodos de luta.

##### A. Economia de predação

Essa violência foi especialmente visível no domínio económico. Requisição de soldados, trabalhos forçados, transportes por carregadores, cultivo obrigatório, imposto: nenhuma sociedade africana escapou a estes métodos extremos que todos os regimes coloniais procuraram justificar invocando a necessidade de um

constrangimento salvador, perante populações "atavicamente preguiçosas", e as implicações do "dever de civilizar". Se é certo que este extravasar de brutalidades e de abusos foi geral, só assumiu a forma de um verdadeiro sistema em algumas regiões: foi o caso na maior parte da África Austral, Central e Oriental, na esteira de expropriações maciças, da cessão de direitos de soberania a companhias concessionárias e da instituição, por algumas autoridades coloniais, da pilhagem e da rapina como métodos de exploração e de ocupação de territórios.

##### I. As expropriações fundiárias

Na Rodésia do Sul e no Sudoeste Africano, as expropriações de gado e de terra, há muito desejadas pelos colonos, tiveram lugar imediatamente após o esmagamento das resistências africanas, ao passo que, no Quênia e na África do Sul, resultaram da aplicação metódica de um plano maduramente elaborado. Em 1893, numa altura em que a ocupação britânica da Rodésia do Sul não estava ainda concluída, os concessionários da British South Africa Company (BSAC), reunidos em Londres, aplaudiram estas frases de um orador:

Dentro de poucos anos, milhares dos nossos compatriotas, cujas numerosas multidões se amontoam aqui, beneficiarão do espaço enorme, do clima salubre e dos recursos imensos que esse território oferece a quem quiser instalar-se lá e possuir terras. (Duque de Fife, citado por A. J. Wills, *The History of Central Africa*, Londres, Oxford University Press, 1973, p. 193).

Em 1890, na esteira do tratado fraudulento obtido por Charles D. Rudd e apesar dos protestos dos ndebeles, um primeiro contingente de 200 colonos penetrou na Rodésia do Sul: provenientes das mais diversas origens geográficas (britânicos, afrikaners, texanos, canadenses) e sociais, tinham sido escolhidos na África do Sul pela BSAC entre 2 000 voluntários e eram protegidos por 500 homens armados. Houve nova investida após a invasão do país por 1 200 soldados brancos, apoiados por 1 600 auxiliares e mercenários negros, todos pesadamente equipados, e após a emigração do chefe Lobengula e dos seus melhores soldados para a Rodésia do Norte. A BSAC confiscou imediatamente as 280 000 cabeças de gado pertencentes aos ndebeles, tendo distribuído 40 000 aos colonos e a alguns negros dedicados. Em 1894, uma comissão encarregada de repartir a terra emitiu conclusões perfeitamente conformes à doutrina da BSAC. Criaram-se reservas para os negros e, até 1915, a argumentação das autoridades apresentava essas reservas como um benefício para os africanos.

A imigração súbita de uma comunidade europeia para um país até aí exclusivamente habitado por indígenas africanos que viviam num estado de barbárie tribal e o rápido crescimento dessa comunidade, devem ter o efeito imediato de desorganizar todo o processo normal de desenvolvimento tribal. [...] Os indígenas não podem ser assimilados repentinamente e torna-se necessário pôr de reserva certas zonas onde, quem não estiver pronto para se integrar na nova ordem poderá



viver segundo os antigos costumes. (*Relatório da Comissão das Reservas Indígenas*, citado por Ph. Mason, *The Birth of a Dilemma*, p. 261).

Na realidade, como em todas as políticas análogas, tratava-se de criar reservas de mão-de-obra barata. Em 1914, a situação apresentava-se assim: 10 064 532 hectares, que agrupavam 104 reservas para 834 000 africanos, 500 000 dos quais, aproximadamente, viviam efetivamente nessas reservas; 8 903 084 hectares dados às empresas e famílias dos colonos brancos; cerca de 20 000 000 de hectares para a BSAC.

Os métodos de expropriação foram ainda mais terríveis no Sudoeste Africano. Os decretos imperiais de 1893 e 1903 tinham previsto a criação de reservas e o confisco das terras para as atribuir aos colonos alemães: após a insurreição geral dos namas e dos hereros (1904-1907), todas as "terras tribais" e todo o gado foram confiscados. Na África do Sul, a questão da terra era um problema espinhoso desde a instalação dos holandeses. Durante o século XIX, várias leis adotadas pelas repúblicas boers e pelas colônias britânicas tinham reduzido perigosamente os direitos dos africanos à propriedade fundiária e limitado o número de agricultores negros autorizados a explorar as terras europeias, públicas ou privadas, mediante o pagamento de uma renda. Em 1903, acabada a guerra dos boers, surgiu uma Comissão dos Assuntos Indígenas, que tinha por missão resolver o mais rapidamente possível a questão fundiária. Os seus trabalhos concluíram-se em 1913 pela votação do *Native Land Act* n.º 27, que estabeleceu uma separação definitiva entre terras africanas e terras reservadas aos europeus: aos africanos eram deixadas apenas 7% a 8% das terras, quando eles eram pelo menos três vezes mais numerosos do que os europeus (documento 63); além disso, era-lhes proibido comprar ou arrendar terras pertencentes a não africanos. É evidente que se procurava alcançar três objetivos, pelo menos: pôr os brancos ao abrigo da concorrência dos africanos, que começavam a recuperar, pela compra, terras indevidamente arrancadas aos seus antepassados; dar a todos os agricultores brancos a possibilidade de igual acesso à mão-de-obra negra, proibindo contratos preferenciais entre alguns deles e essa mão-de-obra; e, por último, obrigar os africanos, forçados a viver em terras notoriamente insuficientes, a ir trabalhar nas minas e nas plantações europeias.

No Quênia, os primeiros colonos brancos tinham chegado muito antes da proclamação do *East African Protectorate* (1895): ou tinham "comprado" terras aos chefes ou tinham assinado um contrato de arrendamento com a *Imperial British East Africa Company*. A pressão dos brancos para obterem mais terras só se tornou viva a partir de 1895. A construção da ferrovia do Uganda, concluída em 1901, conferia às altas terras do Quênia um valor novo, na perspectiva de uma economia colonial de exportação de produtos agrícolas. As epizootias e epidemias – que haviam devastado as terras dos maasais entre 1883 e 1899 – tinham dizimado os rebanhos e os homens e aniquilado as capacidades de resistência deste povo de pastores. Por último, temia-se uma imigração maciça dos indianos, que estavam solidamente estabelecidos como mercadores e banqueiros na costa swahili e

que, tendo fornecido a fração essencial da mão-de-obra necessária à construção da ferrovia, conheciam também o valor das terras altas e podiam fazer valer a cidadania britânica para pedir privilégios fundiários idênticos aos dos brancos. Em 1897, um primeiro regulamento fundiário autorizou ocupações de terras por um prazo máximo de vinte e um anos. Um despacho de 1902 que criou a categoria de "terras da Coroa Britânica" teve consequências mais pesadas: considerava-se que a Coroa era proprietária das terras nas colônias onde não existisse governo indígena, podendo vender ou arrendar "terras vagas", isto é, não ocupadas por culturas permanentes.

**Documento 63:** A população sul-africana, classificação segundo as categorias oficiais de "raças"

| Categorias                        | Ano                |                    | Aumento (%) |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|-------------|
|                                   | 1904               | 1911               |             |
| Africanos<br>Proporção (%)        | 3 491 000<br>67,44 | 4 019 000<br>67,28 | 2           |
| Europeus<br>Proporção             | 1 117 000<br>21,58 | 1 276 000<br>21,36 | 1,9         |
| Asiáticos<br>Proporção            | 123 000<br>2,37    | 152 000<br>2,54    | 3,1         |
| Mestiços [coloureds]<br>Proporção | 445 000<br>8,59    | 526 000<br>8,80    | 2,4         |
| Total                             | 5 176 000          | 5 973 000          | 1,7         |

Fonte: Lord Hailey, *An African Survey. A Study of Problems Arising in Africa South of the Sahara*, Londres, Oxford University Press for the Royal Institute of International Affairs, Londres, 2.ª ed., 1957, p. 126. Para uma crítica recente destas categorias raciais, vide Claude Meillassoux e Christine Messiant (eds.), *Génie social et manipulations culturelles en Afrique du Sud*, Paris, Arcantère, 1991.

No mesmo ano, um punhado de brancos criou em Nairóbi um Comitê de Incentivo à Colonização, seguido, em 1903, por uma Associação dos Plantadores e Agricultores fundada por iniciativa de Lord Delamere, barão titular, que já fora caçador de feras e eventualmente de pretos: esses primeiros colonos, cujo espírito haveria de marcar duradouramente o Quênia, eram, na sua maioria, "brancos de segunda" (13 167 no total em 1911), vindos tanto da Grã-Bretanha como dos *dominions*, em especial da África do Sul, e estavam convictos da superioridade da "raça branca". Em 1904, no seguimento do primeiro *Maasai Agreement*, começaram a estabelecer-se reservas, mas sem cumprir as promessas feitas aos maasais (acesso fácil aos pontos de água; contiguidade das reservas, ou, não a havendo, meios de comunicação permanentes entre elas): posteriormente, nomeadamente em 1911, os maasais foram pura e simplesmente expulsos das suas terras e agrupados à força. Os kikuyus sofreram sorte semelhante.

Entrementes, as autoridades tinham excluído os indianos (cerca de 12 000 em 1911) do acesso às Terras Altas (1906). Em 1915, um despacho proibiu as

trocas fundiárias entre pessoas de raça diferente e prolongou para 999 anos a duração dos arrendamentos de que os colonos poderiam usufruir. Restava arranjar a mão-de-obra. Ante a repugnância dos africanos em transformarem-se em operários agrícolas, as autoridades multiplicaram as medidas de coação legal: redução da superfície das reservas; instauração de um imposto de capitação (*poll tax*) em acréscimo ao imposto de palhota (*hut tax*), com desagravamentos apenas para os negros que trabalhassem para os brancos; imposição aos africanos da obrigação de trazerem consigo permanentemente uma carteira de identidade que era, de fato, um passe.

## 2. As companhias concessionárias

As companhias concessionárias, expediente imprevisto para os governos que estavam interessados em mobilizar o mínimo possível de dinheiro e de homens para o ultramar, evidenciaram por todo o lado um excesso de abusos e uma vontade sistemática de rentabilizar imediatamente os seus investimentos. Desde as denúncias de *Multatuli* (Edward D. Dekker) contra as companhias holandesas em Java e o êxito do seu romance-panfleto *Max Havelaar* (1860), os homens de Estado europeus sabiam que a concessão de um território a uma companhia concessionária comportava o risco, ou mesmo a certeza, de abusos que os administradores coloniais e os governos metropolitanos não poderiam impedir, nem teriam meios para punir.

Contudo, a conversão de Bismarck à ideia colonial deu-se, definitivamente, no essencial, quando tomou conhecimento do memorando de Kusserow, diplomata muito ligado aos meios de negócios alemães, que lhe gabava as vantagens políticas e financeiras deste modo de colonização. A Alemanha foi assim a primeira, sem dúvida, a conceder uma carta em devida forma a uma grande empresa de colonização (documento 64). As outras potências seguiram esse exemplo com mais ou menos diligência. O Reino Unido com a *National African Company* (carta assinada em 1886, tendo a NAC tomado pouco depois o nome de *Royal Niger Company*), a *Imperial British East Africa Company* (1888) e a *British South Africa Company* (1889); os portugueses com a *Companhia de Moçambique* (1891), a *Companhia do Niassa* (1891) e a *Companhia do Zambeze* (1888-1891); por último, o rei dos belgas e os franceses. Em todos os casos, o cenário era idêntico: o Estado colonizador cedia explícita ou implicitamente os seus direitos de soberania a uma firma capitalista privada, como assinalava Lord Chancellor após a assinatura da carta da *National African Company*:

Os direitos que a Carta declara conceder não são na realidade atribuídos por ela: a companhia já os possui. [...] Como a única sanção por violação das restrições impostas é a revogação da Carta, tal revogação não teria, penso, qualquer efeito. A firma existiria se a Carta fosse denunciada e conservaria, no essencial, os seus bens e direitos. (citado por J. E. Flint, *Sir George Goldie and the Making of Nigeria*, Londres, Oxford University Press, 1960, p. 87).

Na realidade, a maioria das companhias que obtiveram o reconhecimento dos direitos de soberania em troca de um hipotético controle pelos governos metropolitanos, rapidamente foram submergidas pelos encargos administrativos. Já em 1890, a *Sociedade Alemã da África Oriental* entregou os seus privilégios ao governo de Berlim; em 1894, a *Companhia Imperial da África Oriental* fez o mesmo relativamente a Londres, seguida em 1900 pela *Companhia Real do Níger*. Só a *Chartered* (concessionária) por excelência, a BSAC, conseguiu sobreviver e, inclusive, prosperar durante muito tempo, mesmo despojada dos seus privilégios políticos: só em 1933 cedeu os seus direitos sobre o subsolo à Rodésia do Sul, e em 1950, com um período transitório de trinta e seis anos, à Rodésia do Norte (em 1951, os seus royalties excediam a bonita soma de 6,6 milhões de libras). Quanto às companhias portuguesas, os seus privilégios prolongaram-se no quadro do *Estado Novo* salazarista, que em um sobressalto nacionalista, decidiu nos fins dos anos 1920 e no começo dos anos 1930 dar preferência ao capitalismo português: as três companhias concessionárias moçambicanas eram controladas por capitais estrangeiros, essencialmente britânicos; viviam em grande parte à custa do imposto de palhota e da exportação de mão-de-obra negra para as minas da África do Sul; a *Companhia do Zambeze* não hesitou em subalugar as suas concessões a firmas de direito alemão (*Companhia Boror*), francês (*Sociedade do Madal*), britânico (*Companhia Luaba*, *Sena Sugar Estates*), suíço ou belga. Oneradas pelo arcaísmo e pelas contradições do capitalismo português, essas concessões conservaram por muito tempo as características dos antigos prazos. Na realidade, foi na África Central, leopoldiana e francesa, que as grandes companhias de colonização encontraram verdadeiramente a sua terra de eleição.

### Documento 64: A carta da Deutsche Ost Afrika Gesellschaft

"Nós, Guilherme, pela graça de Deus Imperador da Alemanha e Rei da Prússia, fazemos saber e mandamos pelas presentes:

Tendo os atuais presidentes da Sociedade de Colonização Alemã, o Dr. Carl Peters e o nosso camareiro-mor Félix, conde Behr-Bandelin, solicitado o nosso protetorado para as aquisições de territórios feitas pela Sociedade na África Oriental, a oeste dos Estados do Sultão de Zanzibar, e situados fora da soberania de outras potências, e tendo-nos eles submetido, juntamente com o pedido de colocar esses territórios sob nossa autoridade, os tratados celebrados primeiro pelo referido Dr. Carl Peters com os chefes de Usagara, Nguru, Useguha e Ukami em novembro e Dezembro do ano passado, tratados por força dos quais esses territórios lhe foram cedidos, com direitos soberanos, para a Sociedade de Colonização Alemã: confirmamos pelas presentes que aceitamos essa soberania e colocamos sob o nosso protetorado imperial os referidos territórios, reservando a nossa decisão quanto às aquisições que a Sociedade ou os titulares dos seus direitos venham a fazer nessas paragens por força de tratados que venham a ser-nos submetidos.

Na condição de que a citada Sociedade continue a ser uma sociedade alemã e de que os membros da sua direção, ou as pessoas a quem possa vir a ser confiada a sua direção, sejam súditos do império alemão, concedemos-lhe, bem como aos titulares dos seus direitos, mediante a mesma condição, o poder de exercerem todos os direitos decorrentes dos tratados que nos foram submetidos, incluindo a jurisdição sobre os indígenas, bem como sobre os súditos do império ou de outras nações que venham a

estabelecer-se nesses territórios ou a neles permanecer para fins comerciais ou outros. O exercício desses direitos terá lugar sob a vigilância do nosso governo e sob reserva das disposições posteriores que venhamos a tomar ou dos complementos que venhamos a acrescentar à presente carta de protetorado.

Em fé do que, assinamos com o próprio punho a presente carta de proteção, mandando apor-lhe o nosso selo imperial.

Feito em Berlim, aos doze de fevereiro de 1885."

Fonte: citado por Emile Banning, *Le partage politique de l'Afrique*, Bruxelles, Librairie Européenne, C. Muquardt, 1888, p. 37.

### 3. O "tempo das exterminações" na bacia do Congo

Até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as testemunhas da primeira era colonial interrogadas pelo R. P. E. Bolaert no antigo distrito do Equador guardavam uma imagem horrorizada dessa época, que recordavam como "o tempo dos extermínios" (documento 65).

#### Documento 65: O despovoamento do Estado Independente do Congo

| Nome das cidades ou aldeias, identificação da zona | População anterior | População atual       | Causas do despovoamento                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------|--------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) De Bokongo a Bokatalaka                         | 50 000 (1890)      | 5 000 (1903)          | Deportação de rapazes e jovens para servirem como soldados e trabalhadores; déficit de nascimentos; fugas ante o imposto; doença do sono; impostos excessivos; requisição de víveres e de gado; castigos e multas; assassinatos perpetrados pelos soldados. |
| 2) Bwemba                                          | (1890)             | (1903) descida de 90% | As mesmas causas, exceto os assassinatos pelos soldados.                                                                                                                                                                                                    |
| 3) Bolobo                                          | 40 000 (1887)      | 7 a 8 mil (1903)      | Tributação opressiva; trabalho forçado; doenças resultantes da subalimentação e da depressão psíquica; emigração.                                                                                                                                           |
| 4) Lukolela                                        | 5 000 (1887)       | 300 a 600 (1903)      | Doença do sono; má saúde geral; subalimentação; trabalho forçado; impostos excessivos; terrorismo e brutalidades; pressão constante da administração.                                                                                                       |
| 5) Mongala                                         | 1 500 (1900)       | 67 (1904)             | Tributação excessiva em víveres.                                                                                                                                                                                                                            |

|                                               |                                                                                                                                                       |                                 |                                                                                                                                        |
|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6) Aldeias O...                               | 5 000 (1887)                                                                                                                                          | A população desapareceu em 1903 |                                                                                                                                        |
| 7) Irebu                                      | 8 a 10 mil                                                                                                                                            | 300 a 400 (1890)<br>50 (1903)   | Expropriação para criação de um campo militar; emigração para escapar à opressão.                                                      |
| 8) Aldeias F...                               | 4 a 5 mil (1887)                                                                                                                                      | 500 (1903)                      | Doença do sono; emigração; perturbações das atividades habituais.                                                                      |
| 9) Margem sul do Stanley Pool                 | 5 000 (1887)                                                                                                                                          | 500 (1903)                      | Emigração.                                                                                                                             |
| 10) Bolenge                                   | (1900)                                                                                                                                                | (1900) descida de 50%           | As mesmas causas que em 1), salvo os assassinatos perpetrados pelos soldados.                                                          |
| 11) Concessão A8IR da Mongalla                | Milhares de mortos desde 1897, devido às guerras da borracha desencadeadas com o acordo e a cooperação das autoridades.                               |                                 |                                                                                                                                        |
| 12) Alto Congo Em geral                       | 30 000 indígenas emigraram para o Congo francês devido aos maus tratamentos.                                                                          |                                 |                                                                                                                                        |
| 13) Lulanga                                   | 3 000 (1890)<br>5 000 (1895)                                                                                                                          | 800 (1903)<br>1 200 (1903)      | As mesmas causas que em 1), salvo os assassinatos. Extorsão de víveres que levou à pobreza, à fome e à venda de pessoas como escravos. |
| 14) Margens do Luapula                        | Aldeias indígenas desertadas que se passaram para os ingleses (1900-1902)                                                                             |                                 | Incursões dos soldados do EIC para obter borracha e marfim.                                                                            |
| 15) Enclave de Lado                           | Aldeias aparentemente desertadas (1902-1903)                                                                                                          |                                 | Opressão.                                                                                                                              |
| 16) Ubanguí                                   | Margens desertadas Fuga para as margens francesas (1899-1900)                                                                                         |                                 | Incursões e assassinatos devido à borracha.                                                                                            |
| 17) Algumas aldeias do Domínio da Coroa       | + de 5 000 (1896)                                                                                                                                     | 600 (1903)                      | Assassinatos devido à borracha; aldeias desertadas na extensão de 150 milhas; calamidades confirmadas pelos refugiados.                |
| 18) Aldeias (13) do distrito do lago Mantumba | 9 450 (1893)                                                                                                                                          | 1 750 (1903)                    | Assassinatos associados com a extração da borracha; produção insuficiente de víveres; trabalho forçado.                                |
| 19) Fronteira do Congo                        | Desaparecimento de grandes aldeias e cidades do lado do EIC (1901-1902). Numerosas atrocidades registradas pelas autoridades portuguesas (1894-1896). |                                 | Opressão generalizada; rapto de mulheres e de gado.                                                                                    |

Fonte: E. D. Morel, *King Leopold's Rule in Africa*, 1904, Westport, Negro Universities Press, 1970, pp. 238-241.



Contudo, nas suas relações com o mundo exterior, as terras integradas no Estado Independente do Congo e no Congo Francês apresentavam todas as características de uma economia clássica de exportação em vias de formação e promissora. Pelo vale do Ogooué e, sobretudo, pelo estuário do Congo e pelos portos vizinhos, os africanos exportavam quantidades crescentes de azeite de dendê e de palmiste (óleo extraído da castanha do dendezeiro), de amendoim e de produtos de coleta, em troca de mercadorias europeias: em 1883, as casas comerciais britânicas estimavam que o valor do comércio do Congo era igual ao da foz do Níger. Mesmo na zona controlada pelos arabo-swahilis começara a desenvolver-se uma economia de plantação que fornecia café, arroz e algodão, paralelamente ao comércio do marfim e dos escravos. Essas estruturas produtivas nascentes iriam ser despedaçadas, em meio a brutalidades inauditas, pelo sistema leopoldiano e por seu homólogo francês.

Em face das necessidades de uma colonização ávida de rentabilidade imediata, os dois Congos apresentavam características comparáveis que eram outros tantos obstáculos: vastas extensões (1 200 000 km<sup>2</sup> para o Congo Francês, não incluindo o Chade, ou seja, mais do dobro da superfície da França, e 2 345 000 km<sup>2</sup> para o Congo belga, ou seja, oitenta vezes a superfície da Bélgica); um subpovoamento crônico, mal percebido ou oculto pelos relatos de exploração e cujos dados numéricos ainda hoje são discutidos (2 a 3 milhões de habitantes no Congo Francês, 10 a 27 milhões no Estado Independente do Congo, consoante as fontes); um subenquadramento colonial dramático, tanto em quantidade (800 europeus apenas no Congo Francês em 1900, 2 006 em 1911; 430 europeus no EIC em 1890, 1 076 em 1895, 1 958 em 1900 e 3 339 em 1910) como em qualidade: considerada “o túmulo do homem branco”, a África Equatorial atraía em maioria os elementos mais medíocres do pessoal colonial, os “fracassados” da sociedade capitalista, ou até verdadeiros aventureiros:

Há os que brigam com os pais  
Que contraem dívidas, que fazem bobagens inutilmente;  
Que, uma bela noite, ficam fartos da amante.  
Põem-se a andar, cheios de tristeza, para o Congo.  
O Alto Congo, é onde se morre de sede e de fome,  
É onde não se para de penar até ao fim.  
À noite, pensamos na família: como custal  
Choramos ainda quando risonhamos no Alto Congo:  
Somos ruins, ferozes e covardes, quando de lá voltamos;  
Mas o mais das vezes não se volta da terra dos selvagens.  
Não temos uma cruz de cemitério para os pobres ossos.  
Uma cruz de madeira, e pó, eis o Congo!

(La complainte du Haut Congo, citado por Pierre Mille, *Au Congo Belge*, Paris, Armand Colin, 1899, pp.114-115).

Há que acrescentar que, em ambos os casos, a apropriação dos territórios só se efetudara no papel e que a ocupação efetiva foi tardia: de onde o recurso às grandes companhias como meio de assegurar a ocupação das duas colônias. Por último, por razões diferentes, Leopoldo II e a França tinham igual necessidade de um arranque rápido da economia colonial: sabe-se que o rei dos belgas tinha investido uma parte da sua fortuna pessoal na aquisição do Congo, cujas receitas, até 1892, se mantiveram perigosamente fracas, sempre inferiores às previsões (97 000 francos de receitas em 1890, contra os 375 000 previstos; 450 000 francos em lugar de 800 000 em 1892); quanto ao Congo Francês, o seu comércio representava apenas 10,5 milhões de francos em 1898 (101 milhões para o da AOF) no momento em que a opinião, hostil ao desperdício do “ouro e do sangue” da França, queria que as colônias se bastassem a si próprias.

Foi Leopoldo II quem iniciou o sistema de exploração mais criticado. Este não era praticamente diferente do sistema arabo-swahili que o rei colonizador pretendia combater em nome da “civilização”; talvez fosse até pior. O sistema arabo-swahili assentava em dois pilares, o marfim e os escravos; o sistema leopoldiano tinha três: o marfim, a borracha e o trabalho forçado, forma moderna e generalizada da escravatura. Embora Leopoldo II tenha tido o cuidado de queimar os arquivos mais comprometedores do Estado Independente do Congo, os mecanismos e os inevitáveis abusos da “pilhagem da bacia do Congo<sup>12</sup>” são hoje bem conhecidos. O explorador Stanley profetizara: “Sem a ferrovia, o Congo não vale um centavo.” As companhias ferroviárias foram pois as primeiras a beneficiar do regime das grandes concessões. Em 1889, a Compagnie du Chemin de Fer du Congo, encarregada de construir a linha Matadi-Leopoldville que propiciava a evacuação marítima rápida dos produtos do Alto Congo, obteve 1 500 hectares por cada quilômetro construído, “ou seja, ao todo 616 00 hectares, mais do quinto da superfície total da Bélgica”, comentou A. J. Wauters, um dos capitalistas belgas mais interessados na exploração do Congo. O exemplo foi seguido por outras companhias: a Société des Chemins de Fer Vicinaux de Mayumbe em 1898 (1000 hectares por cada quilômetro de via férrea e o direito de explorar as florestas pertencentes ao Estado numa faixa de cinco quilômetros de cada lado da linha); a Compagnie des Chemins de Fer du Congo aux Grands Lacs Africains em 1902 (2 milhões de hectares); ainda em 1902, uma companhia encarregada de ligar o Katanga a Leopoldville e substituída em 1906 pela Société des Chemins de Fer du Bas Congo au Katanga (BCK), um dos gigantes do capitalismo colonial que iria desenvolver-se após a Primeira Guerra Mundial. Contudo, apesar dos progressos dos transportes ferroviários e fluviais, o transporte por carregadores continuou a ser um dos meios de transporte privilegiados.

Quanto à exploração econômica propriamente dita, até 1891-1892, deu-se a maior liberdade às sociedades privadas de negócio colonial, o que deu a alguns capitalistas belgas a possibilidade de penetrarem com proveito no império leopoldiano. Apesar da atividade das firmas holandesas e francesas, o EIC começava a tornar-se um território reservado da poderosa Compagnie du Congo pour le

Commerce et l'Industrie (CCCI, fundada em 1886 por Albert Thys) e das suas numerosas filiais: Compagnie des Magasins Généraux (1888), Société Anonyme Belge pour le Commerce du Haut Congo (1888), Compagnie du Chemin de Fer du Congo (1889), Compagnie des Produits du Congo (1889). A dinâmica deste capitalismo monopolista em formação foi dissolvida pela nova política econômica do Estado a partir de 1891. Em 1889, o EIC começou a regulamentar a caça ao elefante e a proibir "a exploração da borracha, do copal e de outros produtos vegetais nas terras onde essas substâncias não são ainda exploradas pelas populações indígenas e que fazem parte dos domínios do Estado", salvo mediante autorização especial e sob pena de confisco dos produtos. O conceito de "domínio do Estado", esboçado em 1885 e formulado em 1889, mas deixado propositadamente no vago, tomou forma em 1891 quando um decreto pretendeu "reservar para o Estado os frutos dominiais, nomeadamente o marfim e a borracha". Todas as terras não ocupadas manifestamente pelos indígenas, isto é, que não fossem cultivadas nem tivessem habitações, eram proclamadas terrenos baldios e faziam parte do domínio do Estado: assim, visto que a caça e a coleta se praticavam por definição em terras não habitadas, o marfim, a borracha, o copal etc., passavam a ser propriedade do Estado do dia para a noite. Houve administradores e negociantes que, impregnados dos princípios do capitalismo liberal e invocando o Ato Geral da Conferência de Berlim, protestaram, sem êxito:

O Estado Independente considera hoje como baldio tudo o que não estiver ocupado pelos indígenas, isto é, os terrenos sem construções e não cultivados. As florestas, as savanas são para ele baldios e, por isso mesmo, domínios do Estado. Os seus frutos pertencem exclusivamente ao Estado; é proibido, não só aos europeus, mas também aos próprios nativos, transacionar livremente esses produtos. [...] Tal teoria é uma verdadeira violação do direito natural consagrado pela própria legislação do Estado. Tira aos indígenas a livre exploração das florestas e das savanas que são o bem comum da sua tribo, onde os seus pais sempre caçaram livremente o elefante e o antílope, sempre colheram livremente o vinho de palmeira, a borracha, a tacula<sup>13</sup> etc., e que são sua propriedade ou sobre os quais, pelo menos, têm direitos consuetudinários. [...] O indígena já não pode vender a quem lhe apetece o marfim, produto das suas caçadas.

Contudo, desde tempos imemoriais, traficava livremente a borracha, cuja utilização pelos indígenas do Alto Congo, do Ubangi e do Uellé, foi assinalada por Stanley, Junkers e outros exploradores – mas também não pode fazer dele artigo de comércio. As terras onde desde sempre os nativos caçavam e colhiam tornaram-se domínio do Estado. O comércio dos seus frutos é, no seu solo natal, hereditário. (Carta do presidente da Sociedade Anônima Belga para o Comércio do Alto Congo, 3 de agosto de 1891, citada pelo R. P. E. Bolaert, *L'Etat Indépendant et les terres indigènes*, Bruxelas, ARSOM, 1956, p. 31).

Só o Baixo Congo e, até 1902, o Kasai continuaram abertos ao comércio livre e à concorrência. No resto da colônia, o Estado concedeu imensos territó-

rios a sociedades de monopólio, ou encarregou-se ele próprio da exploração, em especial no "Domínio da Coroa". O distrito do Equador foi, na sua maior parte, partilhado entre duas firmas: a Anversoise (Société Anversoise du Commerce au Congo) e a ABIR (Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company), fundadas ambas em Antuérpia em 1892 e movimentadas por pessoas próximas de Leopoldo II, como Alex de Browne de Tiège, seu banqueiro e credor. Nascida com um capital de 1 700 000 francos, a Anversoise<sup>14</sup> viu os seus lucros expandir-se de forma vertiginosa:

- 120 700 francos em 1897,
- 3 970 000 em 1898,
- 3 084 000 em 1899,
- 84 300 apenas em 1900 (em resultado de uma grande insurreição),
- 1 080 000 em 1902.

Formada com um capital de 1 milhão de francos, a ABIR conheceu a mesma fortuna:

- 285 000 francos de lucro líquido em 1895,
- 1 500 000 em 1897,
- 2 500 000 em 1898,
- cerca de 6 000 000 em 1900, 2 900 000 em 1904.

Em ambos os casos, os lucros só começaram a baixar a partir de 1903, após uma pilhagem desenfreada que esgotou os recursos. O êxito destas duas companhias levou outras a pedir e a obter concessões maiores ou menores: em 1894, eram em número de 25 (excluindo a Anversoise e a ABIR), encarregadas principalmente de explorar a borracha. Em 1891, a Compagnie du Katanga obteve em plena propriedade um terço do Katanga e um direito preferencial de exploração do resto.

Este sistema resultou em inúmeros abusos. Embora em princípio não fossem dotadas de direitos de soberania, as grandes companhias possuíam os seus próprios exércitos e tinham direito a cobrar impostos; além disso, a administração e a Força Pública eram-lhes inteiramente devotadas: assim, por exemplo, Léon Fiévez, administrador do distrito do Equador (1893-1896), alcunhado *Ntange* (cama), devido ao seu culto da sesta, ficou nas memórias como "o diabo do Equador". Os escritos dos missionários protestantes, o relatório do cônsul britânico Roger Casement (1903), as publicações de Edmund Morel e da sua *Congo Reform Association* (1904-1913) estão prenhes de relatos sobre as "atrocidades congolezas" e sobre as abominações do "novo comércio escravagista africano" instaurado por Leopoldo II: incêndios de aldeias, morticínios a tiro, por enforcamento ou por crucificação, mutilação dos adultos considerados hostis à extração da borracha. Brancos ou negros, civis ou militares, os agentes do EIC rivalizavam no zelo:

Nada do que se passou no território da ABIR ultrapassa em horrores os atos monstruosos que foram praticados por volta de 1895 em certas partes do Domínio da Coroa. [...] Houve soldados da Força Pública que, querendo provar que tinham utilizado eficazmente os seus cartuchos, trouxeram num só dia a um oficial que está ainda no exército belga 1 357 mãos cortadas. (Emile Vandervelde, *La Belgique et le Congo. Le passé, le présent, l'avenir*, Paris, Félix Alcan, 1911, p. 47).

O sistema teve consequências decisivas para a formação do capitalismo no Congo Belga. As regiões florestais da depressão do Congo foram duradouramente arruinadas e viram-se marginalizadas logo que uma economia capitalista moderna começou a emergir na colônia. A severa limitação à circulação de numerário imposta pelo Estado até 1908 forçou os adultos, obrigados a pagar impostos, a resignar-se ao trabalho forçado e a consagrar-se prioritariamente à coleta do marfim e da borracha. A miséria e a proletarianização daí resultantes para as grandes massas tiveram o seu equivalente para as antigas aristocracias mercantis, que também elas foram arruinadas e que tiveram de se contentar com as funções intermédias oferecidas pela colonização. Mesmo as companhias do comércio livre, que eram lesadas pelo sistema, não deixaram de realizar lucros: assim, graças aos ganhos acumulados no comércio de exportação, Albert Thys e o seu grupo, a Companhia do Congo para o Comércio e a Indústria, tornaram-se um dos principais acionistas da Companhia do Katanga. Por último, instituído ator econômico, o Estado colonial haveria de desempenhar, a esse nível, um papel de primeiro plano quando da independência.

No Congo Francês vizinho, causou muita impressão o êxito excepcional do Estado Independente do Congo: a expansão da produção do marfim e da borracha era espetacular (para o marfim, 5 824 kg em 1888 contra 330 491 em 1900; para a borracha, 30 500 kg em 1887 contra 3 492 392 kg em 1909), fazendo do EIC "o maior traficante de marfim do mundo" (A. J. Wauters); estava nascendo um Estado moderno inteiramente financiado pelos indígenas cujo imposto de capitação alimentava o orçamento do Estado (41,6% das receitas em 1895; 52,9% em 1905), ao mesmo tempo que os seus produtos de coleta forneciam na exportação frutuosa direitos alfandegários.

Em 1898, tardando a Assembleia Nacional Francesa a votar a lei nesse sentido, um decreto do ministro das Colônias autorizou a criação de grandes companhias concessionárias cujo princípio fora vigorosamente rejeitado quando evocado para a África Ocidental Francesa. A história dessas companhias do Congo Francês é bem conhecida graças aos trabalhos de Catherine Coquery-Vidrovitch. Só no ano de 1898, o ministério foi submergido por cento e dezenove pedidos de concessões mais ou menos sérios. Para não atrair a cólera da esquerda socialista e radical, adotou-se o conceito de "companhias de colonização" que não gozariam de direitos majestáticos e cujo monopólio seria exclusivamente comercial: "No espaço de um ano, quarenta sociedades repartiram entre si 70% do território. A menor, a Nkémé-Nkeni, recebia 1 200 km<sup>2</sup>; a maior, a Companhia dos Sultanatos do Alto Ubangui, 140 000 km<sup>2</sup> (ou seja, o quarto da atual República Centro-Africana)."

Esperava-se dessas companhias, como no EIC, não só o comércio dos produtos de caça e coleta mas também a prospecção dos recursos e a realização de certas infraestruturas (manutenção de uma frota de barcos a vapor, cultura de seringueiras em função da tonelagem de borracha exportada, participação na construção de postos alfandegários ou de linhas telegráficas). O contrato de encargos previa também que o Estado cobraria uma taxa fixa e 15% dos lucros.

Na realidade, na sua maioria, as companhias, criadas com fins especulativos, não dispunham de capitais e tinham relutância em investir. Algumas só existiam no papel, mas conseguiam tirar o máximo proveito da sua mera existência; assim, a Société d'Explorations Coloniales, teoricamente instalada no Gabão, protestou contra a transferência para Espanha, em 1900, das terras que lhe haviam sido concedidas, sem que nelas tivesse efetuado qualquer investimento; no entanto, conseguiu obter uma compensação de 2 milhões de hectares no Congo Francês, que vendeu logo por 275 000 francos à Ngoko-Sangha; em 1911, exigiu outra indenização no Marrocos. Raras foram as companhias (Sultanats, Haut-Ogoué, Compagnie Française du Haut-Congo, Compagnie Forestière Sangha-Oubangui) que tiveram lucros ou respeitaram o seu contrato de encargos.

Tal como no EIC, foram numerosos os abusos, os quais foram levados ao conhecimento do grande público por Edmund Morel, por Pierre Mille nos *Cahiers de la Quinzaine* de Charles Péguy e pela imprensa sensacionalista. Em 1910-1911 operaram-se reformas de monta que deram a empresas não concessionárias a possibilidade de acederem livremente e por todo o lado aos "produtos provenientes do domínio público ou das reservas indígenas (marfim e borracha)", que instauraram um controle mais rigoroso e que incentivaram o agrupamento das companhias concessionárias: em 1914, já não havia mais do que 21 no total, 11 no Congo Médio, 9 no Gabão, 5 em Oubangui-Chari. Mas persistiam também os defeitos verificados em 1905 pela missão de inspeção de Brazza, como sublinhava em 1910 o governador do Gabão:

Constatamos em todas as sociedades o mesmo desleixo; a mesma pobreza. Poucas agências, poucas mercadorias, salvo alguns raros artigos de qualidade inferior vendidos a preços excessivos; oposição sistemática à difusão do numerário; pagamento irrisório dos produtos trazidos pelos indígenas.

## B. Conquistas coloniais, calamidades "naturais" e crises demográficas

O desastre ecológico e a catástrofe demográfica provocados pelo sistema das companhias concessionárias nos dois Congos não foram mais do que a forma extrema de um fenómeno muito mais geral que atingiu quase todas as regiões colonizadas: epidemias espetaculares ou mortíferas em Madagascar (peste), tal como no Senegal (febre amarela, peste) ou na Costa do Marfim (febre amarela); secas e fomes em zonas tão diferentes como o Sahel e Angola; epidemias,



epizootias, fomes, guerras e sobremortalidade misturadas num ciclo infernal na África Central e Oriental (documento 66).

**Documento 66:** As grandes catástrofes naturais, marcos cronológicos

|           |                                                                         |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------|
| 1864-1865 | – Epidemia de varíola em Angola e no Gabão.                             |
| 1870      | – Grande “fome das cabaças” e epidemia em todo o Sahel.                 |
| 1878      | – Epidemia de febre amarela no Senegal e seguidamente no Sahel.         |
| 1888-1892 | – Epizootia, epidemia de cólera e de varíola e fome na África Oriental. |
| 1888-1894 | – Grande epizootia entre os bovinos no Sahel.                           |
| 1890-1891 | – Fome e epizootia de peste bovina na África Oriental.                  |
| 1896      | – Fome no Chade.                                                        |
| 1898-1901 | – Fome no Busoga.                                                       |
| 1899      | – Epidemia de varíola na África Oriental.                               |
| 1900-1903 | – Fome <i>ize-here</i> (venda de crianças) no Sahel.                    |
| 1906      | – Grande epizootia no Yatenga e no Níger.                               |
| 1911-1914 | – Grande seca e fome <i>gande-beer</i> (peito grande) no Sahel.         |
| 1911-1916 | – Fome em Angola.                                                       |
| 1913-1914 | – Fome no Chade e na Etiópia.                                           |
| 1914-1915 | – Epidemia de peste em Dacar.                                           |
| 1915-1918 | – Fome na África Oriental.                                              |
| 1918      | – Pandemia de gripe espanhola.                                          |
| 1918-1926 | – Fome na AEF, nomeadamente no Gabão.                                   |
| 1926-1927 | – Praga de gafanhotos e grande fome no Sahel.                           |
| 1927-1928 | – Fome na Etiópia.                                                      |
| 1928-1933 | – Praga de gafanhotos peregrinos em todo o Sahel.                       |
| 1930-1933 | – Seca em Angola.                                                       |
| 1931-1932 | – Fome <i>doa-jire</i> (ano do gafanhoto) no Sahel.                     |
| 1932-1933 | – Epidemia de varíola e de rubéola na África Ocidental.                 |
| 1934-1935 | – Fome na Etiópia.                                                      |
| 1941-1944 | – Fome no Tanganica.                                                    |
| 1953      | – Seca e fome na Etiópia.                                               |
| 1953-1954 | – Fome no Tanganica.                                                    |
| 1961-1979 | – Epidemia de cólera na África Oriental.                                |
| 1973-1975 | – Grande fome na zona sudano-saheliana até à Etiópia.                   |
| 1984-1985 | – Fome no Sahel.                                                        |

Fonte: cronologia estabelecida por Elikia M'Bokolo

Todas estas catástrofes representam um novo campo de pesquisa, cada vez mais explorado pelos historiadores, em que os problemas técnicos e metodológicos são numerosos, até insuperáveis. Apesar do apuramento dos modelos demográficos faltam-nos dramaticamente dados quantitativos que nos permitam medir o impacto real dessas calamidades sobre os efetivos humanos. Para o Estado Independente do Congo, as primeiras estimativas remontam ao explorador Stanley, que não primava pelo rigor: 40 a 43 milhões nos seus discursos e escritos; 27 a 29 milhões segundo os seus tradutores belgas e franceses; em 1924, não se sabia mais do que isso, e as primeiras sondagens demográficas davam um intervalo de 7 a 10 milhões. Para o Uganda, o demógrafo Robert Kuczynski, no seu *Demographic Survey of the British Colonial Empire* (1948-1949), fez um levantamento de todos os valores fornecidos pelos exploradores e pelos administradores coloniais entre 1875 e 1909: não só alguns deles confundiam o reino do Buganda com a colônia do Uganda, como também os seus dados iam de 2 milhões (Stanley em 1875) a 250 000 (valor dado por Williams, um colaborador de Frederick Lugard, em 1893), 1 milhão para o Buganda e 4 milhões para o Uganda (sir Harry Johnston em 1901): entre 1903 e 1909, o *Colonial Office* contentou-se prudentemente com reproduzir o valor de 3,5 milhões. Estas incertezas, lacunas e fantasias repetem-se em todas as colônias.

Não menos difícil é o problema do encadeamento das causas, o qual tem sido excessivamente enunciado em termos polémicos. Todas as tradições e todos os testemunhos africanos, nos casos em que existem, assimilam os dois fenômenos simultâneos que foram o desencadear das calamidades e a invasão dos europeus, sendo o primeiro consequência direta do segundo. Foi o que fizeram também no seu tempo os anticolonialistas e os adversários mais resolutos de certas formas de colonização. Evocando em 1903 a evolução da região do lago Matumba sob o regime leopoldiano, o cônsul britânico escrevia:

Durante estas guerras contínuas, provocadas pela tentativa de cobrar um imposto sobre a borracha, a população diminuiu, segundo as minhas estimativas, em cerca de 60% e, em muitos casos, os outros habitantes só agora começam a voltar às suas aldeias destruídas ou abandonadas. (Citado por E. D. Morel, *op. cit.*, p. 235).

A comissão de inquérito que Leopoldo II acabou por aceitar enviar ao Congo em 1904-1905, emitiu conclusões perfeitamente opostas:

Todas essas causas de despovoamento [a ação e os abusos das companhias, da Força Pública e dos agentes do Estado] são secundárias. A ação de todos estes fatores reunidos quase desaparece perante os estragos causados nos últimos anos pela varíola e pela doença do sono. (Relatório citado por W. R. Louis e J. Stengers, *E. D. Morel's History of Congo Reform Movement*, p. 255).

Causas estruturais, permanentes, por assim dizer, naturais, ou causas humanas, ligadas às guerras de conquista colonial, às formas de ocupação e de exploração? O debate, que surgiu com a própria colonização, continua de pé em

todas as situações de crise conhecidas e independentemente das formas específicas de colonização. Podemos provisoriamente contorná-lo, sugerindo, como faz, por exemplo, Gilles Sautter a propósito do Congo Francês, que a colonização nascente agravou até um grau nunca antes visto a ação de outros fatores:

No momento em que a imigração, vendo secar as suas fontes (devido à proibição do comércio local dos escravos), abrandava seriamente, uma crise interior muito grave, indiretamente desencadeada pela colonização, veio comprometer os progressos feitos pelo povoamento. Com efeito, foi em 1898 que começou no Niari uma das mais terríveis epidemias de doença do sono jamais observada na África Central. [...] Desencadeada pela passagem repetida dos carregadores loangos, que espalhavam e renovavam os germes, em condições propícias à renovação da sua virulência, só veio a extinguir-se cerca de 1912, com o abandono da via do transporte por carregadores. (*De l'Atlantique au Fleuve Congo. Une géographie du sous-peuplement*, Paris, Mouton, 1966, p. 624).

Com início no Niari, a terrível epidemia estendeu-se ao Gabão em 1904, e seguidamente a Brazzaville e, pelas vias aquáticas, ao Alto Congo, ao Oubangui-Chari e ao Estado Independente do Congo. Acumulando os seus estragos com os de outras epidemias, em especial a sífilis e a varíola, encontrou por todo o lado organismos debilitados e esgotados pelo transporte de cargas, pelos trabalhos forçados, pela sub-alimentação devida ao recuo de numerosas culturas de subsistência a que faltavam os braços, pois os homens adultos eram requisitados e a população procurava refúgio nas florestas e nas zonas pouco hospitaleiras.

A multiplicação dos trabalhos sobre a evolução dos ecossistemas na África Oriental confirma a mesma constatação de uma degradação muitas vezes catastrófica das condições de existência, apesar de nessa região, nos seus inícios, a colonização não ter conhecido os excessos das companhias concessionárias congoleesas. Em 1949, o demógrafo Robert Kuczynski tomava posição contrária à da historiografia colonial, que pretendia que a população era pouco numerosa e estava em regressão até cerca de 1880, devido aos estragos causados pelo tráfico escravagista árabe, só tendo recomeçado a crescer no final do século com a instauração da *Pax Britannica* e da *Pax Germanica*: para ele, pelo contrário, a população ter-se-ia pelo menos mantido estável, ou mesmo aumentado, até cerca de 1880; teria sofrido um freio brutal, provavelmente até uma queda, mais ou menos grave, durante as primeiras décadas da colonização, tendo apenas recomeçado a crescer por volta de 1920.

Se é certo que a primeira parte desta tese (aumento da população entre 1800 e 1880) está ainda em discussão, a segunda já foi comprovada com as sólidas sínteses de Ford, Iliffe ou Kjekshus. Os estudos de pormenor não são menos convincentes. Para o Ruanda e o Burundi, apoiando-se nas tradições orais, nos diários missionários e nos arquivos coloniais, Roger Botte vê na primeira época colonial a história de "um lento assassinato". No caso do Busoga (nordeste do Uganda), é patente que, apesar das condições naturais medíocres, as pessoas

tinham conseguido, anteriormente à colonização, obter excedentes agrícolas, uma parte dos quais entrava num comércio regional ativo de víveres, sendo a outra conservada (nomeadamente sob a forma de bananas secas) em previsão dos tempos de penúria. A dessincronia dos ritmos climáticos no início da colonização (seca em 1897-1899; pluviosidade excessiva e inundações em 1900) não tinha pois em si nada de surpreendente. A fome *mugudya* (vaguear à procura de víveres), que fez entre 40 000 e 60 000 mortos de 1898 a 1901, foi diretamente provocada pelo motim dos soldados sudaneses do exército inglês em 1897 e pelas medidas tomadas para a reprimir: recrutamento dos homens adultos para restabelecer a ordem, agrupamento forçado das populações, tática britânica da terra queimada, impossibilidade e insegurança das transações.

Em 1908, após dois anos de seca, sete anos de epidemia de doença do sono e recrutamentos maciços de trabalhadores para as obras coloniais, o Busoga sofreu uma nova fome que levou consigo pelo menos 10 000 homens e que viu numerosas famílias abandonar ou vender os filhos. No conjunto da África Oriental, o quadro surge-nos igualmente eloquente. Epizootia de peste bovina catastrófica para as populações pastoris (90 a 95% do gado destruído nos anos de 1890 a 1892); epidemias de cólera, de varíola, de doença do sono; invasão de matabanas<sup>15</sup>, de gafanhotos, de leões devoradores de homens e de outros animais selvagens que destruíam as culturas; fomes, guerras: nada foi poupado a esses diversos povos.

As consequências destas calamidades foram consideráveis. Consoante os locais, as antigas hierarquias viram-se reforçadas ou foram destituídas, pelo que a competição pelo poder se tornou mais intensa e os antagonismos mais acerbados, no preciso momento em que os colonizadores estavam tomando conta do país. A tarefa dos colonizadores foi grandemente facilitada, como sublinha Frederick Lugard:

Em diversos aspectos [...] [a peste bovina] favoreceu a nossa empresa. Tendo em conta a força e o caráter guerreiro das tribos pastoris, estas foram humilhadas no seu orgulho e a nossa progressão foi facilitada por essa terrível punição do céu. Sem isso, a instalação do homem branco não teria sido tão pacífica. (*The Rise of our East African Empire*, 1893, citado por H. Kjekshus, 1977, p. 131).

O racismo humilhante dos administradores encontrou na repetição das fomes material para alimentar a teoria da preguiça inata dos africanos, teoria adotada imediatamente por geógrafos considerados sérios:

Só em circunstâncias excepcionais o negro da África Oriental põe de reserva os excedentes de uma boa colheita em previsão do ano seguinte e como garantia contra as fomes frequentes. Prefere transformar o seu produto em *pombe* (cerveja) e bebê-lo – sem pensar no futuro. (Hans Meyer, *Das Deutsche Kolonialreich*, Leipzig, Verlag des Bibliographischen Instituts, 1909, p. 397).

O capitalismo colonial, por seu turno, tirou grande proveito destas catástrofes. Em lugar de distribuir pura e simplesmente víveres nas regiões atingidas

pela fome, muitos administradores preferiram vendê-los para estimular os africanos a aderir ao salaríato. Tal como põe em evidência o relatório geral do Tanganica relativo ao ano de 1894:

O Governador não faz tenção de distribuir víveres gratuitamente, mas antes de os vender a baixo preço ou de os dar em troca de uma prestação de trabalho. Espera produzir alguns bons resultados com este método e aumentar consideravelmente a contribuição das populações locais para os esforços úteis, como, por exemplo, a construção das estradas. (citado por H. Kjekshus, 1977, p. 141).

De fato, o proletariado operário das plantações, das ferrovias e dos pequenos officios urbanos foi recrutado em grande parte nas regiões perturbadas pelas calamidades. Surgiram desigualdades regionais duradouras que opunham em especial as regiões mais arruinadas, que se haviam tornado regiões exportadoras de mão-de-obra e as regiões de plantações, europeias e africanas, bem como as regiões urbanas, importadoras de mão-de-obra. Não faltaram até missionários a fazerem proselitismo nestas terras devastadas: talvez inspirando-se na experiência da China, em que eram inúmeros os *rice christians*, alguns tiveram o cuidado de distribuir víveres ao domingo depois da missa.

Fora desses dois grandes conjuntos, a África do Centro-Oeste e a África Oriental, a situação parece ter sido menos catastrófica, embora o período inicial da colonização tenha sempre estado associado, nos fatos ou nas recordações, a uma degradação das condições de existência. Para os países do Sahel, faltam-nos ainda os trabalhos que autorizariam a tirar conclusões gerais. Sabe-se, de acordo com as investigações de Sékéné Mody Cissoko e de Michael Tymowski, que o encadeamento fatal das secas, das fomes e das epidemias se instalou nos países da curva do Níger desde finais do século XVI, provavelmente em ligação com as desordens políticas e econômicas resultantes da invasão marroquina.

Para o Sudão Central, em contrapartida, as décadas anteriores a 1880, bem conhecidas em especial graças a notáveis relatos de exploração, foram marcadas por uma indiscutível prosperidade, confirmada, aliás, pela vitalidade das transações. A partir de 1870-1880 multiplicaram-se as crises, que parecem ter poupado poucas regiões. Nas regiões de colonização, ou, pelo menos, de presença europeia relativamente antiga (Senegal, Golfo da Guiné, África do Sul), as crises biossanitárias de finais do século XIX e de princípios do século XX foram aproveitadas pelas autoridades coloniais para instaurar ou desenvolver uma política segregacionista do habitat. Esta política, que era evidente na colônia do Cabo, onde o velho racismo afrikaner encontrou nas epidemias da primeira década do século XX um pretexto suplementar para separar permanentemente os negros e as "pessoas de cor" dos brancos, manifestou-se também, por vezes brutalmente, sempre duradouramente, nas possessões francesas: a segregação residencial, que já fora esboçada no seguimento das epidemias de febre amarela de Saint-Louis e de Grand-Bassam, foi imposta aos habitantes de Dacar, não sem recurso à força das armas, após a epidemia de peste de 1914.

## C. Os reajustamentos

A colonização predadora e as calamidades que a acompanhavam estavam em contradição com os interesses a longo prazo do capitalismo colonial. É notável que em regiões como a África Ocidental onde poderosas empresas comerciais europeias existiam já desde a época do "comércio lícito", o regime das grandes concessões ou companhias concessionárias tenha sido rejeitado e tenha começado a ser rentável, desde relativamente cedo, uma economia de produção organizada de acordo com a estrita divisão internacional do trabalho. Em outras regiões, a transição para formas mais flexíveis de dominação e de exploração ocorreu por volta de 1905-1910. Foi na Alemanha que Bernhard Dernburg, primeiro secretário de Estado das Colônias (1907-1911), exprimiu mais claramente o programa da "colonização racional":

A colonização, tanto a de plantação como a de povoamento, é a utilização do solo, dos seus tesouros, da flora, da fauna e, antes de tudo, dos homens, em favor da nação colonizadora. Esta, em contrapartida, compromete-se a dar a sua cultura, que é superior, os seus conceitos morais, os seus métodos, que são melhores. [...] Se, no passado, se colonizou com meios de destruição (armas, álcool), hoje é possível colonizar com meios de conservação. Fazem parte dela o missionário, assim como o médico, a ferrovia, assim como a máquina, numa palavra, o progresso científico teórico e prático em todos os domínios. (Textos de 1907, citados por Henri Brunschwig, *L'expansion allemande outre-mer du XVe siècle à nos jours*, Paris, PUF, 1957, p. 167).

Vamos encontrar os mesmos princípios na "carta colonial" adotada pela Bélgica quando tomou posse do Congo em 1908. Quanto aos franceses, conceberam uma série de reformas visando o sistema desacreditado das companhias concessionárias; nesse espírito, foi criada, segundo o modelo da África Ocidental Francesa-AOF (1895), a federação da África Equatorial Francesa-AEF (1910). Os reajustamentos foram ainda mais complexos do lado dos africanos que constataavam por todo o lado o fracasso definitivo ou provisório das primeiras resistências à intrusão estrangeira.

### 1. A racionalização das economias

Uma das mudanças mais notáveis foi a expansão dos investimentos coloniais, cuja amplitude e natureza variavam evidentemente de colônia para colônia e, no interior do mesmo território, de região para região. Como mostrou Herbert S. Frankel em 1938, os valores globais anteriores a 1910-1914 são muito difíceis de reunir. Para os 30 570 milhões de dólares investidos no mundo pelo Reino Unido, pela França e pela Alemanha, em 1914, 10 390 milhões de dólares dirigiam-se para as colônias da África, da Ásia e da Austrália. O caso da França, segundo investidor no mundo a seguir ao Reino Unido, começa a ser bem conhecido. Se é certo que



os investimentos franceses no estrangeiro se expandiram surpreendentemente, a parte das colônias e da África continuou medíocre (documentos 67 e 68). No seu essencial, esses investimentos destinavam-se à construção das ferrovias, cujo papel, como em toda a África, foi decisivo tanto para a imposição do trabalho industrial aos africanos como para o escoamento dos produtos do continente.

Documento 67: As ferrovias francesas na África e o seu financiamento

| Linhas                         | Data de abertura do último trecho | Comprimento (km)      |       | Despesa (FF) até 1 de Abril de 1913 | Despesa por km (FF) |
|--------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|-------|-------------------------------------|---------------------|
|                                |                                   | Em exploração em 1914 | Total |                                     |                     |
| Dacar-Saint-Louis              | 1885                              | 264                   | 264   | 22 244 000                          | 84 600              |
| Kayes-Níger                    | 1904                              | 555                   | 555   | 54 626 000                          | 98 400              |
| Thiès-Kays + ramais            | 1913                              | 406                   | 684   | 30 220 000                          | 74 400              |
| Conakry-Kouroussa              | 1911                              | 588                   | 588   | 60 000 000                          | 102 000             |
| Abidjan-8ouaké                 | 1912                              | 312                   | 312   | 31 614 000                          | 101 300             |
| Cotonou-Savé                   | 1911                              | 294                   | 294   | 21 000 000                          | 71 400              |
| Porto Novo - Sakété (elétrico) | 1913                              | 75                    | 75    | 2 106 000                           | 55 400              |
| Brickaville-Tananiarive        | 1909                              | 272                   | 272   | 62 950 000                          | 231 400             |
| Brickaville-Tamatave           | 1913                              | 96                    | 96    | 6 500 000                           | 67 700              |
| Djibouti-Adis Abeba            | 1913                              | 421                   | 784   | 51 481 000                          | 122 200             |

Fonte: J. Bouvier, R. Girault e J. Thobie, *La France Impériale (1880-1914)*, Paris, Megrellis, 1982, p. 176.

Documento 68: Os capitais franceses na África negra francesa em 1914

| Regiões             | Fundos públicos | Investimentos privados | Total     | Parte das regiões | Vias férreas |
|---------------------|-----------------|------------------------|-----------|-------------------|--------------|
| Argélia             | 1 181 000       | 547 300                | 1 728 300 | 61,5%             | 665 000      |
| Tunísia             | 180 000         | 60 000                 | 240 000   |                   | 150 000      |
| Marrocos            | 326 000         | 200 000                | 526 000   |                   | —            |
| Total do Magrebe    | 1 687 000       | 807 300                | 2 494 300 |                   | 815 000      |
| Origem dos capitais | 67,6%           | 32,4%                  | 100%      |                   |              |
| AOF                 | 204 000         | 104 954                | 308 954   |                   | 221 810      |
| AEF                 | 192 000         | 69 569                 | 261 569   |                   | —            |
| Madagascar          | 104 890         | 30 000                 | 134 890   |                   | 69 450       |

|                     |           |           |           |       |           |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|-------|-----------|
| Total África Negra  | 500 890   | 204 523   | 705 413   | 17,5% | 291 260   |
| Origem dos capitais | 70,9%     | 29,1%     | 100%      |       |           |
| Indochina           | 425 969   | 230 748   | 656 717   | 16,2% | 383 572   |
| Origem dos capitais | 64,8%     | 35,2%     | 100%      |       |           |
| Outras colônias     | 107,323   | 86,517    | 193 840   | 4,8%  | 78 615    |
| Origem dos capitais | 55,4%     | 44,6%     | 100%      |       |           |
| Total geral         | 2 721 182 | 1 329 088 | 4 050 270 | 100%  | 1 167 457 |
| Origem dos capitais | 69,2%     | 30,8%     | 100%      |       |           |

Fonte: La France impériale (1880-1994), o.c., p. 111.

O Reino Unido não só investiu mais do que a França, como o fez também em toda a África, ainda que a parte do leão fosse para as suas possessões. Segundo os cálculos de Herbert S. Frankel, em 1913, tinha investido 630 milhões de libras na África, repartidas grosso modo da seguinte forma: 430 milhões na África do Sul e na Rodésia; 85 milhões nas possessões alemãs; 40 milhões no Congo Belga; 30 milhões no resto da África Britânica, incluindo o Sudão anglo-egípcio; 25 milhões nas colônias francesas; cerca de 20 milhões de ajuda.

Afigura-se pois que, já desde antes da Primeira Guerra Mundial, estava criada na África uma nova geografia econômica suscitada pelos investimentos coloniais, em que se poderiam distinguir pelo menos três blocos. Na parte meridional do continente, do Congo Belga ao Cabo, os investimentos eram relativamente elevados, concentravam-se no setor mineiro e nas ferrovias; estava em vias de nascer uma integração regional, graças à rede ferroviária e às migrações de mão-de-obra. Na África Oriental, em contrapartida, os investimentos, essencialmente privados, mais dispersos e menos volumosos, incidiam nas plantações europeias – britânicas e alemãs – de café, algodão e sisal. A África Ocidental era o parente pobre. No lado francês, predominavam os capitais públicos, investidos, na sua grande maioria, nas infraestruturas de transporte.

No lado britânico, houve quem sonhasse com uma corrida ao ouro comparável à da África do Sul: entre 1880 e 1904, foram constituídas 476 companhias, com um capital nominal de 43 milhões de libras, para explorar o ouro na Gold Coast e na Costa do Marfim; em 1904, apenas 13 estavam em atividade, quatro das quais produziam, cada uma delas, mais de 10 000 libras de ouro anualmente. Outros sonharam com grandes plantações; os seus pedidos foram especialmente numerosos na Costa do Marfim e no Daomé, no sul da Gold Coast e da Nigéria, no Togo e nos Camarões. Mas esses candidatos a plantadores não dispunham de capitais suficientes nem de experiência africana; as casas comerciais estabelecidas

na costa viam com maus olhos esses concorrentes potenciais; e, por último e sobretudo, os africanos tinham sabido lançar-se na produção em larga escala de produtos agrícolas tropicais de exportação. Em 1914, só nos Camarões e em São Tomé e Príncipe havia grandes plantações europeias.

A esta geografia dos investimentos há que acrescentar uma geografia das empresas. A África Ocidental continuava a ser o domínio por excelência das casas comerciais, muitas das quais haviam começado as suas atividades antes da colonização propriamente dita. Os seus métodos eram idênticos: venda a preços excessivos de mercadorias europeias de má qualidade ou troca dos produtos africanos de cultura ou de coleta. Do lado britânico, essas velhas casas só muito lentamente empreenderam a sua reestruturação, dando origem em 1929 à *United African Company*. A reestruturação das casas francesas ocorreu muito mais cedo. A CFAO (*Compagnie Française d'Afrique Occidentale*) surgiu já em 1881: dispondo de um capital realizado de 10 milhões de francos e de investimentos no montante de cerca de 20 milhões, contava, em 1914, dez agências principais e vinte e uma feitorias; tinha como área de ação privilegiada a Senegâmbia, mas elaborara uma estratégia de penetração na África Ocidental Francesa e na África britânica, explorando ao máximo a infraestrutura ferroviária colonial. Quanto à SCOA (*Société Commerciale de l'Ouest Africain*), só em 1906 retomou as suas atividades de casa mais antiga da África Ocidental: dispondo apenas de seis agências principais e vinte e quatro feitorias em 1914, exercia atividade sobretudo no império francês (Costa do Marfim e Guiné) e em alguns raros postos britânicos (Serra Leoa). Estas duas firmas mantinham ainda sólidas raízes provinciais (marselhesas quanto à CFAO; lionesas e genebreses quanto à SCOA): só viriam a despertar o interesse dos bancos parisienses após a guerra de 1914-1918.

No Congo Belga e na África Austral, onde os investimentos eram mais volumosos, as empresas tinham também outra estatura. Em certas regiões do Congo belga, na Rodésia e em Moçambique, as companhias concessionárias conseguiram preservar o núcleo essencial dos seus privilégios. No Congo belga, o capitalismo moderno só conseguiu radicar-se após o colapso das cotações da borracha; em 1906 foram constituídas três grandes empresas, a UMHUK (*Union Minière du Haut Katanga*), a Forminière (*Société Internationale Forestière et Minière du Congo*) e a BCK (*Compagnie du Chemin de Fer du Bas-Congo au Katanga*): todas elas estavam estreitamente associadas ao capitalismo financeiro belga e todas elas haveriam de prosperar a partir dos anos 20 do século XX. Os lucros foram mais precoces na África do Sul, que haveria de servir de modelo económico a todos os países colonizadores. A *Consolidated Gold Fields*, que, em 1892, tomou a sucessão da *Gold Fields of South Africa* de Cecil Rhodes (1887), ostentava em 1895 lucros líquidos de 2 162 000 libras para um capital realizado de 1 875 000 libras. Até à criação da *Anglo-American Corporation*, em 1917, por Ernest Oppenheim, a produção dos diamantes na África Austral foi controlada por um punhado de *randlords*, de que Cecil Rhodes fora o arquétipo: a *De Beers Consolidated Mines Ltd*, por ele fundada em 1888, fornecia quase 50% dos diamantes extraídos da África

(sendo que os restantes vinham das sociedades *Premier* e *New Jagersfontein Mine* e de firmas alemãs do Sudoeste Africano). Na África Oriental – Quênia, Uganda, Tanganica, Moçambique e no leste do Zaire – a esfera comercial do capitalismo colonial estava nas mãos de comerciantes e de financeiros indianos, fiéis a uma tradição que remontava pelo menos ao início do século XIX; quanto aos africanos, não podiam aspirar a um estatuto mais elevado do que o de produtor, independente ou assalariado.

O lugar dos africanos nesta economia nova foi, aliás, muito variável. Quase por todo o lado as iniciativas africanas se desenvolveram apesar dos programas elaborados pelos colonizadores, muito marcados pelo racismo. Assim, em 1897, Sir Harry Johnston escrevia ao primeiro-ministro britânico, Lord Salisbury:

A África ao sul do Zambeze e ao norte do Atlas [...] deve ser ocupada por brancos e por raças de origem branca; e a outra África, que se encontra precisamente entre os trópicos, deve ser administrada por brancos, desenvolvida por indianos e trabalhada pelos africanos. (Citado por R. Olivier, *op. cit.*, p. 214).

Esta estratégia, que visava excluir os africanos de todas as esferas em que havia lucros a auferir, fracassou visivelmente na África Ocidental. Assim, no norte da Nigéria, foram os comerciantes haussás que persuadiram os camponeses a produzir amendoins destinados à exportação, quando as autoridades coloniais tentavam sem êxito estimular a produção de algodão: graças a eles a Nigéria exportava em 1913 cerca de 20 000 toneladas de amendoim. Este êxito tornou-se possível graças às relações privilegiadas e duradouras existentes entre esses comerciantes e as casas comerciais europeias, bem como entre os mesmos comerciantes e os camponeses locais.

A evolução do mundo agrícola não era menos complexa. Em certas regiões, as estruturas familiares de produção adaptaram-se rapidamente às necessidades do mercado europeu: as terras da Costa dos Escravos conseguiram assim expandir, num período muito curto, a sua produção de azeite de dendê e de palmiste sem grandes perturbações das suas estruturas sociais. Em outras regiões, perfilava-se um verdadeiro “capitalismo rural” (Polly Hill): na Gold Coast, assim como, em menor escala, na Costa do Marfim, era obra de emigrantes que anteriormente tinham participado como produtores ou como intermediários no comércio lícito e desejavam agora desenvolver novas produções, especialmente remuneradoras; organizados com base em relações de parentesco ou de associações puramente mercantis, conseguiram reunir os capitais necessários à compra de terras. Já em 1900, aproximadamente, alguns plantadores da Gold Coast utilizavam operários agrícolas. Graças a eles, o produto nacional bruto da Gold Coast, excluindo o setor “tradicional”, passou de 1 948 000 libras em 1891 a 8 367 000 libras em 1911, isto é, um aumento anual de 7,6%.

O cacau, praticamente desconhecido no início da colonização, tornou-se progressivamente o primeiro produto de exportação: 0% em 1891; 8% em 1901; 46% em 1911. Em outras regiões, a antiga aristocracia, graças à “administração

indireta” e às manobras dos colonizadores, conseguiu aceder à quase propriedade da terra e transformou as antigas comunidades camponesas numa espécie de proletariado agrícola. Em nenhum lugar o processo foi mais explícito do que no Uganda, onde o *Buganda Agreement* (1900), negociado pelos britânicos, veio somar aos privilégios da aristocracia política ganda os benefícios materiais de uma aristocracia fundiária: a terra foi dividida em *square miles* (donde o nome de *mailos* dado pelos africanos a essas propriedades) e distribuída por um punhado de notáveis em que se incluíam o rei (*kabaka*), a sua família e os principais chefes (cerca de 1 000 pessoas em 1900, número que se elevou posteriormente para 4 000 no seguimento dos protestos dos chefes que não tinham tido direito à partilha); esses dignitários cobravam uma renda anual por cada habitação situada nas suas terras. Como sublinhava Sir Harry Johnston, que concebera o acordo:

O regulamento fundiário era uma tentativa prática para fundar numa base sólida uma oligarquia dirigente que, sob a condução dos britânicos, poderia fazer pelo Buganda o que a aristocracia fundiária fizera [...] a fim de conferir estabilidade ao governo da Inglaterra. (Citado por Mahmood Mamdani, *Politics and Class Formation in Uganda*, Londres, Heinemann, 1976, p. 41).

Há, no entanto, que abordar prudentemente a questão da pobreza rural no início do período. É claro que todos os colonos estavam prontos a proclamar, tal como um deles, no Tanganica em 1902: “Não precisamos de capitalistas negros, precisamos de trabalhadores negros.” Mas as situações e as iniciativas locais escapavam a esses cálculos. Aqui também, a África Austral, onde as expropriações fundiárias foram maciças, e o Quênia, aparecem mais como casos extremos do que como a regra.

## 2. O reordenamento das relações sociais

Na grande maioria dos casos conhecidos, as primeiras relações com os europeus estavam prenhes de hostilidade ou de repugnância: o estrangeiro não era apenas o conquistador, pronto a recorrer às armas, com pressa de proclamar as ordens e de impor novas normas; a sua cor, só por si, fazia dele um ser diabólico (documento 69). Depressa houve que aceitar a ideia de que os europeus não só não estavam de passagem, mas que estavam também instaurando um regime, relações sociais, um sistema no qual os africanos teriam uma participação irrisória, salvo se decidissem integrar-se, procurando alcançar benefícios próprios.

### Documento 69: A estranheza do homem branco entre os negros

“Quando perguntei o que queria dizer este comportamento guerreiro, quando eu vinha com a intenção verdadeiramente pacífica de estabelecer relações de amizade com eles, ou, se recusassem, atravessar tranqüilamente as suas terras, o chefe respondeu: “Tu estás armado, e pronto para a guerra, pelo que temos de fazer o mesmo.” Repliquei que só trazia armas comigo para os casos de legítima

defesa, e que se quisesse utilizá-las, poderia em poucos minutos deitá-los todos ao chão. Esta resposta foi acolhida com risos de troça e reflexões irônicas sobre as nossas “espingardas de crianças”. Passado um momento, o chefe voltou a tomar a palavra: “O meu pai e a minha mãe nunca me falaram de nenhum branco; só podes ser um homem ruim, e trazes o mal à nossa terra.”

Tal como entre nós, na Europa, representamos o diabo com pele negra e metemos medo às crianças ameaçando-as com o homem negro, assim também o mesmo se passa, inversamente, na África com o homem branco. Quantas vezes, ao atravessar eu uma aldeia, vi os homens e as mulheres escapulir-se ao ver-me, escondendo-se nas cubatas a berrar! Aconteceu-me o seguinte durante uma caçada com Horhold em Yaoundé: um corcunda enfurecido atrás de nós gritava contra os nossos que tinham trocado da sua enfermidade, declarando que deviam antes gozar com o branco que passara tanto tempo deitado debaixo da terra. Compreendo perfeitamente esta reação e acho o medo dos negros ante um branco perfeitamente justificável, pelo menos tão justificável como a dos nossos diante de um negro. No meio das faces africanas de um negro bronzeado, a cor branca da pele evoca decididamente algo semelhante à morte.”

Fonte: Relato da travessia das terras dos tsigas e das conversas com o “chefe” Belinga, citado por Curt von Morgen, *A travers le Cameroun du sud au nord. Voyages et explorations dans l'arrière-pays de 1889 à 1891*. Tradução e apresentação de Ph. Laborthé-Tolra, Paris, Serge Fleury, Publications de la Sorbonne, 1982, p. 164.

Esta “cooperação” africana no funcionamento do sistema colonial, objeto de numerosos debates e de polémicas apaixonadas, é ainda hoje bastante mal conhecida. Longe das dissertações coloniais e dos discursos de circunstância sobre os “bons negros”, aliados fiéis da boa causa da civilização do seu continente, os romancistas africanos – como Amadou Hampâté Bâ em *L'étrange destin de Wangrin* – foram os primeiros a mostrar a complexidade extrema das motivações que animavam os adeptos da “cooperação” e a habilidade das estratégias que desenvolveram. Através do exame dos dados numéricos, sabe-se também que os colonizadores, por seu lado, não podiam dispensar esta cooperação. Em 1900, a África Ocidental Francesa dispunha apenas de 256 europeus nos serviços administrativos; eram 862 em todos os serviços do Estado em 1900, 2 175 em 1913; quanto à África Equatorial Francesa, nas vésperas da Grande Guerra, contava apenas com 533 funcionários europeus de todos os escalões. Henri Brunschwig, que estabeleceu estes dados, constata a justo título que:

Os brancos sozinhos não podiam assegurar a paz com um exército sem soldados, organizar o país com uma administração sem funcionários, explorar os seus potenciais com uma agricultura e uma indústria sem operários. (*Noirs et blancs dans l'Afrique noire française ou comment le colonisé devint colonisateur* (1870-1914), Paris, Flammarion, 1983, p. 69).

O enquadramento europeu nas outras colônias europeias era semelhante. No Estado Independente do Congo, os europeus não eram mais do que 430 em 1890 e 1 958 em 1900: embora o número tenha aumentado após a Bélgica ter tomado conta do país, continuava baixo, 3 399 em 1910, comparando com os 106 000 europeus recenseados em 1958. Os britânicos apenas enviaram para a África Oriental 22 funcionários em 1897, 81 em 1910, 90 em 1913: mesmo na Gold Coast, só eram 42 em 1914. É verdade que as suas tarefas eram complementadas



pela ação de um pessoal técnico mais numeroso: 226 pessoas na Gold Coast em 1914, 622 na Nigéria, 102 na Serra Leoa, 14 na Gâmbia, 360 no Quênia, 102 no Uganda, 73 na Niassalândia, de acordo com os cálculos efetuados por L. H. Gann e P. Duignan (1978). Mas, mesmo completados pelos efetivos europeus das missões e das empresas privadas, estes números continuavam a ser muito reduzidos.

Além do exército de que já se falou, a colaboração dos africanos era exigida nas tarefas subalternas que pediam muito poucas qualificações. A África Ocidental Britânica foi uma exceção, na medida em que, muito antes da sua colonização, se tinha nela constituído uma ativa burguesia intelectual e comercial, cuja concorrência, aliás, os britânicos temiam e que utilizaram com extrema parcimônia, o que impeliu uma sua numerosa fração a entrar na agitação nacionalista moderna. É difícil conhecer o número desses africanos. Só é possível fazer estimativas para o setor administrativo: na África Oriental, em 1904, os alemães empregavam nesse setor 51 "não brancos" (negros, arabo-swahilis, indianos) contra 280 europeus e os britânicos, 217 "não brancos" contra 135 europeus. Mas estes números não são muito significativos, pois a maioria dos africanos que cooperavam com os europeus não era recenseada nos efetivos administrativos (*boys*, intérpretes, chefes, concubinas e pessoal doméstico).

Provinham das mais diversas origens sociais. Os exércitos coloniais começaram por ir recrutar a maior parte dos seus contingentes nas categorias mais baixas da sociedade, nomeadamente entre os escravos. Os grupos mercantis da África Central e Oriental sofreram muito com o sistema das companhias de monopólio instaurado pelos europeus: estes recrutaram entre eles tanto empregados como agentes das casas comerciais e quadros do Estado, como carregadores, operários e soldados. Mais complexa ainda foi a atitude dos chefes e dos membros das linhagens reinantes. São numerosos os exemplos dos descendentes de grandes resistentes que se integraram disfarçadamente no sistema colonial.

Nas regiões de "administração indireta" e, sem dúvida, em muitas outras, os colonizadores tiveram artes de atrair a simpatia dos chefes adotando habilmente a sua ideologia e a sua política antiescravagistas às particularidades locais. O norte da Nigéria ilustra bem esta estratégia. No momento da conquista britânica (1903), estimava-se em um milhão o número de escravos nas partes centrais do califado de Sokoto. Embora os britânicos tenham proclamado a abolição da escravatura na Nigéria em 1900 e declarado a sua intenção de tornar essa medida extensiva a todas as regiões efetivamente ocupadas, Sir Frederick Lugard, o artesão e teórico da administração indireta no norte da Nigéria, enviou em 1906 instruções diferentes aos seus subordinados.

Abolir prematuramente a forma quase universal do contrato de trabalho antes de se ter desenvolvido um sistema melhor para o substituir, não seria apenas um ato de tolice administrativa, seria também uma injustiça para com os senhores, pois a escravatura doméstica é uma instituição sancionada pela lei do islã e a posse de escravos era uma forma de propriedade tão real como as outras na população

muçulmana, na época em que os britânicos assumiram o governo do país; anular essa propriedade mais não seria do que um confisco generalizado. (Citado por Paul E. Lovejoy, *Transformations in Slavery. A History of Slavery in Africa*, Cambridge University Press, 1983, p. 264).

As autoridades contentaram-se em incitar os chefes a utilizar mais amplamente a instituição considerada caritativa do *murgu*, graças à qual os escravos poderiam resgatar a sua liberdade por um preço fixado por seu senhor. Na mesma ordem de ideias, a escravatura só em 1909 foi suprimida em Zanzibar, sem acarretar, aliás, perturbações de monta na ordem econômica e social.

Mas aconteceu também que os chefes decidissem entrar no jogo da colonização para seu próprio proveito. É especialmente edificante, nomeadamente, o exemplo do *zarmakoy* de Dosso (Níger), Aouta, estudado por Jean-Paul Rothiot. À chegada dos franceses a Dosso, em 1898, o *zarmakoy* em funções, Attikou, recusou submeter-se. Aouta, que era filho de um antigo *zarmakoy* mas não tinha pessoalmente qualquer direito a exercer o poder, interveio então como mediador entre os franceses e Attikou, fazendo crer a cada uma das duas partes que defenderia os seus interesses. Acusados por ele de conluio contra os franceses, os seus principais rivais foram progressivamente eliminados. Ele próprio soube, graças à cobrança dos impostos coloniais, acumular uma fortuna pessoal considerável. Quando Attikou morreu, em 1902, os franceses, convictos ou fingindo acreditar que ele era o legítimo sucessor, nomearam *zarmakoy* o seu fiel aliado: a usurpação foi definitiva pois o cargo passou a transmitir-se por linhagem direta; um dos sobrinhos de Aouta, Seydou, que se alistou como voluntário no exército francês, haveria de se ilustrar pela bravura durante a guerra de 1914-1918.

Os reajustamentos que estavam ocorrendo nos domínios cultural, psicológico e afetivo não eram menos duradouros. A "invenção da África" (V. Y. Mudimbe), que começara bastante antes da colonização, passou então por uma fase muito ativa. A imagem dos africanos no espírito dos europeus fora até então elaborada a partir dos relatos dos exploradores e continuava a ser bastante abstrata. A caricatura começou a tomar corpo quando se instaurou o hábito de mostrar aos europeus cenas cuidadosamente representadas da vida colonial e da vida africana durante as exposições universais (Paris, 1889 e 1900; Antuérpia, 1894) ou coloniais (Tervuren, 1897). A etnografia espontânea, obra de amadores mais ou menos escrupulosos, cedeu o lugar progressivamente a trabalhos mais rigorosos, todos de vocação utilitária: assim, Cyrille van Overberg, sociólogo do mundo operário, adepto da geografia imperialista (*La géographie de la plus grande Belgique*, publicada em 1900) e diretor do ensino superior belga, lançou, no seguimento da exposição de Tervuren, uma importante *Collection de Monographies Ethnographiques* em que associou na mesma reflexão os homens de terreno (missionários e administradores coloniais), os profissionais das ciências sociais e os decisores políticos e econômicos. O Congresso Mundial de Etnografia, organizado sob a sua égide em Mons em 1905, levou a comunidade internacional dos especialistas a adotar o princípio e os métodos desta abordagem.

No terreno, os múltiplos processos acelerados ou desencadeados pela escolha inicial da colonização ou que se desenvolveram paralelamente a ela, aguardam que se multipliquem os estudos de pormenor para finalmente ficarem a ser bem conhecidos. Mais do que a difusão do cristianismo e do islã, as principais inovações religiosas ocorreram antes de tudo nas religiões locais, de cujo papel nos movimentos de resistência já demos conta. Os mecanismos identitários desenvolveram-se em direções por vezes contraditórias.

A mania classificatória dos colonizadores contribuiu para criar ou cristalizar as identidades étnicas e multiplicar, no próprio seio das sociedades africanas, os estereótipos sobre as qualidades e os defeitos atribuídos aos diferentes grupos e apresentados como reais. Mas o exército colonial, as missões cristãs e a progressão das transações contribuía também para suscitar identidades mais amplas e mais englobantes, nomeadamente por intermédio das línguas veiculares. Graças a Johannes Fabian, sabe-se como os missionários, os oficiais do Estado Independente do Congo e os administradores começaram a estandardizar o swahili logo na primeira década da colonização (*Grammaire kiswahili*, do R. P. Delaunay, em 1884, *Dictionnaire français-swahili*, do mesmo autor, em 1885, *Vocabulaire pratique français, anglais, zanzibarite (kiswahili), fiote, kibangi-irébou, mongo, bangala*, do tenente Lemaire, em 1894): os seus esforços conjugados haveriam de fazer da língua swahili uma das línguas mais faladas do Zaire; não se conclua porém que a colonização foi o único ou ainda menos o principal partidário da expansão do swahili, que começou mais cedo e cuja adoção, ligada ou não à do islã, pôde ser vivida como sinal da resistência à colonização ou como o meio de uma nova socialização num contexto de crise. O bambara, o diúla, o haussá, o ewe, o lingala, o pidgin reclamariam observações análogas.

Mesmo a urbanização colonial continua a ser ainda um campo de pesquisa virgem. A progressão quantitativa, a morfologia fragmentada e a segregação residencial são apenas aspectos seus, tal como a emergência das classes sociais associadas ao capitalismo e ao Estado moderno. Resta destrinçar o nó das práticas sociais. Lugar de imigração essencialmente masculina, as cidades coloniais nascentes foram também uma espécie de laboratório de novas práticas sexuais, tendo-se afirmado bem cedo como um mercado do sexo rentável e um lugar de liberdade. Nesse meio novo e cosmopolita, as danças eram por vezes "tradicionais", exprimindo uma vontade de refúgio, sobretudo defensivo, na rede de relações étnicas. Em outros casos, em particular entre a elite dos auxiliares da colonização para quem os europeus eram o grupo de referência, a preferência ia para as danças europeias – valsas e mazurcas e por aí adiante –, como muito bem descreve o gabonês Louis Bigman na sua biografia de Ntchorere. Verificam-se ainda, nomeadamente nas cidades do Tanganica, as chamadas danças tradicionais, organizadas por ocasião do aniversário do imperador Guilherme II, que eram sobretudo encenações dos episódios e das características da colonização alemã: o *bom*, dança das classes pobres, evocava sob a forma de adivinhas a violência militar da conquista e da pacificação; o *chapaulinge*, dançado pelos funcionários,

os professores e os empregados domésticos, era preferencialmente praticado pelos jovens que aproveitavam a oportunidade para imitar as maneiras europeias.

Estes fenômenos tão variados incitavam-nos a ir muito mais além do que as oposições esquemáticas muitas vezes utilizadas para evocar a colonização europeia. Não havia a tradição de um lado e a modernidade do outro, nem a resistência e a cooperação. Sob o choque da conquista estrangeira e da opressão colonial, choque imprevisível, incompreensível, que ficou muito tempo por explicar, os africanos procuravam e conseguiram encontrar, individualmente ou em grupos, os recursos necessários para não perder em todos os registros. A adoção precoce, logo desde os inícios da colonização, dos métodos mais modernos de intervenção política (imprensa, associações e partidos) e das linguagens mais complexas, como, por exemplo, a das religiões negras independentes e dos messianismos político-religiosos, confirmava essa vontade, não só de sobreviver à catástrofe, forçosamente passageira, mas de sair dela transformado, melhor ou mais forte.

## NOTAS

\* Elikia M'BOKOLO

<sup>1</sup> *Les Africains. Introduction à l'Histoire d'une culture*, Paris, Le Seuil, 1971, pp. 223-224.

<sup>2</sup> Soldados exércitos egípcio-sudaneses: o termo designava também os guardas armados dos *zaribas* e dos *dems* e os acompanhantes dos traficantes de escravos.

<sup>3</sup> Trata-se mais exatamente de inoculação (*kutema lulindi*, "incisar a proteção"), que se conseguia espalhando cuidadosamente uma mistura de pus variólico e de óleo em incisões feitas pelo curandeiro na testa do paciente.

<sup>4</sup> Ao todo catorze potências: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Império Otomano.

<sup>5</sup> Artigo de *La Dépêche*, 27 de março de 1890, citado por Luc Garcia, *Le Royaume du Dahomé face à la pénétration française*, p. 151. É interessante constatar que, quando da guerra da Indochina, o exército francês não se privou de utilizar contra os vietnamitas soldados negros, que pagaram na altura um pesado tributo: mais de 15 200 mortos num total de 100 000, do lado francês (ver Allan B. Cole, *Conflict in Indochina and International Repercussions. A Documentary History (1945-1954)*, Ithaca, 1954, pp. 258-260).

<sup>6</sup> Termo de origem wolof, de etimologia controversa, surgido em finais do século XVIII e que, originalmente, designava marinheiros negros utilizados pelos europeus; vide J.-C. Nardin, "Recherches sur les gourmets d'Afrique occidentale", *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, 1966, pp. 215-244.

<sup>7</sup> O termo "zulu" é aqui utilizado num sentido genérico, designando os africanos do sul do continente, tal como o termo "senegalês" designava os africanos no seu conjunto.

<sup>8</sup> Vide, por exemplo, o belo artigo de François Bobrie, "Finances publiques et conquête coloniale: le coût budgétaire de l'expansion française entre 1850 et 1913", *Annales E.S.C.*, 1976, pp. 1225-1244.

<sup>9</sup> É disso testemunho, nomeadamente, o êxito de artigos, livros, emissões de rádio e de televisão e até dos filmes consagrados a esses personagens. Vide, nomeadamente, *Les grandes figures africaines* (coleção dirigida por Ibrahima Baba Kaké, Paris, A. B. C.), *Les Africains* (coleção dirigida por Ch.-A. Julien, Paris, Jeune Afrique) ou *Tarikh* (coleção dirigida por J. B. Webster e O. Ikime, Londres, Longman); para os artigos, a revista *Afrique Histoire* (Dacar).

<sup>10</sup> Para o historiador ganense Adu A. Boahen: "Há que insistir nesta questão da estratégia, pois até hoje tem sido grosseiramente desaturada, de forma que se classificaram alguns soberanos africanos como "colaboracionistas", tendo qualificado a sua ação de "colaboração". Somos

hostis ao emprego do termo "colaboração", pois, além de inexato, é pejorativo e euro-centrista. [...] Por colaborador, entende-se seguramente aquele que trai a causa nacional, unindo-se ao inimigo para defender os objetivos deste e não os interesses do seu próprio país. Ora [...] todos os africanos estavam confrontados com a seguinte questão: abandonar, conservar ou recuperar a sua soberania. Tal era o objetivo dos que associaram o seu destino aos europeus, sendo por isso totalmente falso qualificá-los de colaboradores". (*Histoire Générale de l'Afrique*, tomo VII, *L'Afrique sous domination coloniale (1880-1935)*, obra dirigida por A. A. Boahen, Paris, UNESCO, 1987, p. 31).

<sup>11</sup> E. D. Morel, *The Black Man's Burden. The White Man in Africa from the Fifteenth Century to World War I*, 1920, Londres-Nova Iorque, Modern Reader Paperbacks, 1969.

<sup>12</sup> Título de um livro publicado por Edmund D. Morel em 1906, *Great Britain and the Congo. The Pillage of the Congo Basin*, com uma introdução de Sir Conan Doyle.

<sup>13</sup> Nota do Revisor Brasileiro: trata-se de uma árvore que fornece madeira nobre. Nomes científicos: *Pterocarpus soyauxii*, *Pterocarpus osun*, *Pterocarpus tinctorius*.

<sup>14</sup> Os valores relativos à Anversoise são extraídos de E. D. Morel, *King Leopold's Rule in Africa*, 1904, Westport, Negro Universities Press, 1970, pp. 127-133. Os relativos à ABIR, provêm de D. Vangroenweghe, segundo o *Bulletin Officiel de l'EIC*, salvo para 1900.

<sup>15</sup> NRB: trata-se do inseto penetrante (*Tunga penetrans*), no Brasil conhecido como "bicho de pé".

## LEITURAS COMPLEMENTARES

### O contexto africano, o mito da crise

BENNET, N. R. *Mirambo of Tanzania (ca. 1840-1884)*. Londres, Oxford University Press, 1971.

CISSOKO, S.M. *Le Khasso face à l'Empire toucouleur et à la France dans le Haut-Sénégal*. Paris, L'Harmattan, 1988.

GARCIA, L. *Le royaume du Dahomé face à la pénétration coloniale (1875-1894)*. Paris, Karthala, 1988.

M'BOKOLO, E. *Msiri, Bâisseur de l'ancien royaume du Katanga*. Paris, A.B.C., 1976.

SALIFOU, A. *Le Damagaran ou sultanat de Zinder au XIXe siècle*. Niamey, Centre Nigérien de Recherche en Sciences Sociales, 1971.

SMITH, R. S. *Warfare and Diplomacy in Pre-colonial West Africa*. Londres, Methuen, 1976.

### O imperialismo colonial

BRUNSCHWIG, H. *Mythes et réalités de l'impérialisme colonial français (1871-1914)*. Paris, Armand Colin, 1960.

\_\_\_\_\_. *Le partage de l'Afrique noire*. Paris, Flammarion, 1971. Versão em português: *A partilha da África Negra*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

CLARENCE-SMITH, G. *The Third Portuguese Empire (1825-1975). A Study in Economic Imperialism*. Manchester University Press, 1985. Versão em português: *O terceiro império português*. Lisboa, Teorema, 1990.

GIFFORD, P. e LOUIS W. R. (eds.) *Britain and Germany in Africa. Imperial Rivalry and Colonial Rule*. New Haven, Yale University Press, 1967.

\_\_\_\_\_. *France and Britain in Africa. Imperial Rivalry and Colonial Rule*. New Haven, Yale University Press, 1971.

GIRARDET, R. *L'idée coloniale en France de 1871 à 1962*. Paris, La Table Ronde, 1972.

HAMMOND, R. J. *Portugal and Africa (1815-1910). A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford University Press, 1966.

MARSEILLE, J. *Capitalisme français et empire colonial. Histoire d'un divorce*. Paris, Albin Michel, 1984.

MIEGE, J.-L. *Expansion européenne et décolonisation de 1870 à nos jours*. Paris, P.U.F., 1973.

ROBINSON, R. e GALLAGHER, J. *Africa and the Victorians. The Official Mind of Imperialism*. Londres, Macmillan, 1961.

STENGERS, J. "L'impérialisme colonial de la fin du XIXe siècle: mythe ou réalité". *Journal of African History*, III, 3, pp. 469-491, 1962.

STOECKER, H. (ed.) *German Imperialism in Africa. From the Beginnings until the Second World War*. Londres, C. Hurst, 1986.

THOBIE, J. et al. *Histoire de la France coloniale*. Paris, Armand Colin, 2 volumes, 1990.

### Conquistadores e resistentes

CROWDER, M. (ed.) *West African Resistance. The Military response to Colonial Occupation*. Londres, Hutchinson, 1971.

GANN, L.H. e DUIGNAN, P. *The Rulers of German Africa (1884-1914)*. Stanford University Press, 1977.



- \_\_\_\_\_. *The Rulers of British Africa (1870-1914)*. Stanford University Press, 1978.
- \_\_\_\_\_. *The Rulers of Belgian Africa (1884-1914)*. Princeton University Press, 1979.
- ISAACMAN, A. I. *The Tradition of Resistance in Mozambique. Anti-Colonial Activity in the Zambezi Valley (1850-1921)*. Londres, Macmillan, 1976. Versão em português: *A Tradição de Resistência em Moçambique*. Porto, Afrontamento, 1990.
- OGOT, B. A. (ed.) *War and Society in Africa*. Londres, Cass, 1972.
- PELISSIER, R. *Les guerres grises. Résistances et révoltes en Angola (1845-1941)*. Orgeval, Pélissier, 1978. Versão em português: *Historia das campanhas de Angola: resistência e revoltas, 1845-1941*. Lisboa, Estampa, 2 volumes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1918)*. Orgeval, Pélissier, 1984. Versão em português: *História de Moçambique. Formação e Oposição 1854-1918*. Lisboa, Estampa, 3 volumes, 1988.
- ROTBURG, R. I. e MAZRUI, A. A. (eds.) *Protest and Power in Black Africa*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1970.

### A primeira era colonial

- BLEY, H. *South-West Africa under German Rule (1894-1914)*. Londres, Heinemann, 1971.
- BRUNSCHWIG, H. *Noirs et Blancs dans l'Afrique noire française ou comment le colonisé devient colonisateur (1870-1914)*. Paris, Flammarion, 1983.
- CÉSAIRE, A. *Discours sur le colonialisme*, Paris, Présence Africaine, 1955. Em português: *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Sá da Costa, 1978.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires (1898-1930)*. Paris-La Haye, Mouton, 1972.
- FABIAN, J. *Language and Colonial Power. The Appropriation of Swahili in the Former Belgian Congo (1880-1938)*. Cambridge University Press, 1986.
- FORD, J. *The Role of Trypanosomiasis in African Ecology*. Oxford, Clarendon Press, 1971.
- ILIFFE, J. *Tanganyika under German Rule (1905-1912)*. Cambridge University Press, 1969.
- KJEKSHUS, H. *Ecology Control and Economic Development in East African History. The Case of Tanganyika (1850-1950)*. Londres, Heinemann, 1977.
- ROTHIOT, J.-P. *L'ascension d'un chef africain au début de la colonisation*. Paris, L'Harmattan, 1989.
- MASON, P. *The Birth of a Dilemma: the Conquest and Settlement of Rhodesia*. Londres, Oxford University Press, 1958.
- MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa. Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington, Indiana University Press, 1988.
- SZERESZEWSKI, R. *Structural Changes in the Economy of Ghana (1891-1911)*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1965.
- VANGROENWEGHE, D. *Du sang sur les lianes. Léopold II et son Congo*. Bruxelles, Didier Hatier, 1986.
- WEISKEL, T. C. *French Colonial Rule and The Baule Peoples. Resistance and Colonisation (1889-1911)*. Oxford, Clarendon Press, 1980.



Ferrovia que servia para o transporte de madeira na floresta do Senegal, 1930

-V-

## IDADE DE OURO OU CREPÚSCULO DA COLONIZAÇÃO -1910-1940\*

"A era colonial" (Jean-Suret Canale), "a idade de ouro dos estrangeiros" (Joseph Ki-Zerbo), "a consolidação da dominação colonial" (Adu A. Boahen), "a África dominada pela Europa" (André Salifou), "o império do silêncio" (Pierre Daye, a propósito do Congo Belga): muitas vezes se descreveu o período entre as conquistas europeias e a Segunda Guerra Mundial como o apogeu da dominação estrangeira na África, como a época em que a Europa, segura da sua força material e do seu direito, exercia sobre os africanos uma hegemonia sem partilha, cujo princípio já quase ninguém na Europa pensava pôr em causa, e que os próprios africanos, antes da emergência dos grandes partidos modernos, nos anos 1940-1945, só combatiam em fileiras dispersas e, aparentemente, sem acreditar numa vitória próxima. É verdade que os anos de 1905 a 1914 representaram uma espécie de transição entre um tempo em que os africanos, senhores do seu solo em quase todo o continente, tinham obrigado os europeus a onerosas e incertas guerras de conquista e de pacificação e uma era durante a qual os colonizadores tiveram todas as oportunidades para, a seu bel-prazer, edificarem sistemas econômicos, aparelhos de Estado e representações dos negros conformes aos seus interesses. Houve que aguardar o abalo provocado pela Segunda Guerra Mundial para ver simultaneamente os europeus duvidarem da sua força e do seu direito e os africanos acreditarem na possibilidade de pôr termo à dominação estrangeira e elaborarem as estratégias mais adequadas para o conseguir.

Esta visão tradicional está hoje sendo seriamente posta em causa. Para o nigeriano J. F. Ade Ajayi, essas poucas décadas não representariam mais do que

“um episódio” na história africana, na perspectiva da longa duração. Para outros, a pergunta “a colonização: ruptura ou parêntesis?” (Marc H. Piau) não poderá receber uma resposta única para o conjunto da África e ainda menos para todas as esferas da vida social. Em 1914-1915, altura em que tomavam efetivamente posse do continente, os colonizadores foram obrigados a pedir ajuda à África e associar os seus habitantes a uma guerra entre europeus cujos efeitos contribuíam indiretamente para reforçar a dominação estrangeira e, *a contrário*, para lhe retirar a legitimidade. Além disso, se é certo que a ação econômica e administrativa dos europeus ia no sentido da despossessão da África, também suscitou entre os colonizados processos sociais, ideológicos e culturais fundamentalmente em contradição com a colonização. De modo que o período que separa as duas guerras mundiais representa para África uma autêntica “idade de ouro” da colonização, surgindo simultaneamente como o seu crepúsculo.

## I. 1914-1918: O APELO À ÁFRICA<sup>1</sup>

O título de guerra mundial assenta bem à guerra de 1914-1918. É certo que envolvia prioritariamente os grandes Estados europeus, mas a participação da Rússia, do Japão, da China e dos Estados Unidos da América já lhe conferia um caráter extra-europeu. Contudo, como os Estados europeus, a começar pela França, pela Grã-Bretanha, pela Alemanha e pela Bélgica, tinham sob o seu jugo uma boa parte do resto do mundo e iam buscar nos seus impérios meios para fazerem a guerra e sobreviverem, o conflito assumiu irremediavelmente um aspecto mundial. A África foi especialmente tocada: teve de fornecer material e homens e de acolher combates no seu solo. Para ela, a Primeira Guerra Mundial marca uma virada brutal: a “pacificação” não estava ainda totalmente consumada e já o continente se via mergulhado numa luta sangrenta, na qual, ainda por cima, a clivagem já não era – como nos primeiros tempos da colonização – a que opunha colonizadores a colonizados, brancos a negros, mas colonizadores a colonizados, brancos a brancos.

### A. Soldados e carregadores africanos

A participação da África começou por ser a dos homens (militares, mas também civis empregados em tarefas de apoio, como o transporte). Esta contribuição suscitou, aliás, uma importante controvérsia.

#### 1. Debates em torno dos exércitos negros

Desde há várias décadas, os europeus tinham recrutado e instalado tropas “indígenas”, mais ou menos numerosas, equipadas e treinadas para o combate de tipo moderno. Mas, até então, tais tropas tinham ficado confinadas à sua função

original: ser instrumentos da conquista colonial e da manutenção da ordem. Durante o período de “recrudescimento dos perigos”, as potências coloniais começaram a ponderar um possível alargamento do papel dessas tropas. A questão suscita na França um grande debate. Já em 1902, o Comitê Consultivo da Defesa das Colônias, presidido pelo ministro francês Gaston Doumergue, decidira criar “reservas indígenas”, que teriam por missão formar “uma força militar capaz de a qualquer altura servir de complemento à nossa ação exterior e constituir em tempo de guerra uma ameaça para o inimigo, seja ele qual for, força que estaria pronta a intervir ao primeiro sinal”.

O projeto teve o seu porta-voz mais fervoroso e mais conhecido na pessoa do coronel Mangin: num livro muito notado na época (*La Force noire*, 1910), propunha que se contrabalançasse o declínio dos efetivos do exército – imputável, segundo ele, à combinação de dois fatores, a queda da natalidade e a redução do tempo de serviço militar – pela constituição de uma “Força Negra”, espécie de exército supletivo que permitisse expandir o corpo militar da metrópole através de um vasto recrutamento na África. A sua argumentação apoiava-se no papel da “Força Negra” na história do Magrebe, da Europa e da América do Norte e na participação essencial dos “senegaleses” na formação do império. A ronda oficial que fez pela AOF (Afrique Occidentale Française), em 1910, mostrou que o potencial em homens excedia as expectativas: as suas ideias provocaram na altura uma vaga de entusiasmo na opinião pública.

Os trabalhos de Marc Michel mostram bem que não faltavam argumentos a favor desse projeto: para as potências coloniais, tratava-se, simultaneamente, de garantir a ordem nas colônias, de consolidar o seu poder, de garantir o traçado das fronteiras em caso de combate, mas também e sobretudo, de dispor de um potencial militar capaz de reforçar os exércitos metropolitanos em caso de conflito. Não podemos contudo excluir que alguns cálculos cínicos e alguns fantasmas se tenham misturado com as motivações racionais dos europeus. Para alguns, os “indígenas” podiam constituir uma excelente bucha de canhão que serviria de tampão e permitiria preservar a vida dos soldados brancos; era o que o escritor francês Pierre Massé assinalava claramente quando, em 1915, declarava que mais valia despovoar as colônias do que despovoar a França. Outros, pelo contrário, viam nesses soldados potenciais uma selvageria, uma resistência e uma impetuosidade que afugentaria os inimigos:

As tropas negras não nos darão apenas o número; são compostas por soldados profissionais, habituados a todas as privações e a todos os perigos, soldados que já estiveram debaixo de fogo, soldados que nenhuma potência possui na Europa; têm precisamente as qualidades requeridas pelos longos combates da guerra moderna: a rusticidade, a resistência, a tenacidade, o instinto do combate, a ausência de nervosidade e uma incomparável força de choque. A sua chegada ao campo de batalha produzirá no adversário um efeito moral considerável. (Coronel Charles Mangin, *La Force noire*, Paris, Hachette, 1910, p. 343).



Por último, havia quem pensasse que a África, colonizada com o "ouro e o sangue" dos europeus, tinha uma dívida para com a Europa:

A África custou-nos montanhas de ouro, milhares de soldados e rios de sangue. O ouro, não pensamos reclamar-lho. Mas os homens e o sangue, tem de no-los pagar com juros. (Adolphe Messimy, Relator do orçamento das colônias na França, 1910).

O debate, que teve muita vivacidade na França, foi mais moderado nos outros países europeus, onde se manifestou uma certa resistência em armar e formar homens que poderiam voltar-se contra os seus "benfeitores", e mais ainda em imaginar que esses homens pudessem acorrer a ajudar as metrópoles. Os resultados da discussão tiveram para todas as partes em causa uma forte influência sobre os modos de recrutamento e de constituição dos exércitos coloniais, antes e depois do conflito.

## 2. A constituição dos exércitos

Nas colônias francesas da África, o recrutamento, que durante muito tempo fora "voluntário", passou a ser obrigatório a partir de 1912: os homens de 20 a 28 anos podiam ser alistados por quatro anos, de modo a reforçar o corpo de voluntários onde este fosse insuficiente. A França conseguiu assim mobilizar mais de 16 000 homens antes de se desencadear o conflito e, desde o início das hostilidades, intensificou ainda mais o recrutamento, com dois fortes períodos: o período de 1915 a 1916, que permitiu mobilizar uns 50 000 homens em poucos meses; o ano de 1918, durante o qual o governo francês teve a habilidade de enviar à África Ocidental Francesa o deputado do Senegal, Blaise Diagne, promovido a comissário da República para o recrutamento das tropas na África negra, para que ele, acompanhado por vários funcionários negros originários das Antilhas, reunisse 40 000 soldados – na realidade, foram registrados mais de 63 000 recrutas.

Os britânicos precisaram de muito tempo para se debruçarem atentamente sobre o potencial militar representado por suas colônias. Até 1916, as tropas africanas continuaram a ser forças locais, encarregadas da manutenção da ordem, da segurança das fronteiras e empregadas nas campanhas regionais. Contudo, um pequeno grupo de deputados, secundados por vários jornalistas, defendia firmemente o projeto de constituição de um exército negro. Mas a Câmara de Londres era, no seu conjunto, muito oposta à utilização de tropas fora da sua região de origem, assim como a um recrutamento mais maciço. Oponha-se à ideia de que os soldados "indígenas" pudessem servir na Europa, pretextando que não teriam treino suficiente, que sentiriam pouca inclinação para matar, que suportariam mal o clima e teriam necessidade de uma alimentação especial, tudo coisas onerosas. Contudo, como a campanha na África Oriental se eternizava, a Grã-Bretanha foi obrigada a mudar de posição: um decreto de 1915 autorizava o recrutamento por conscrição nos territórios britânicos da África Oriental e, em 1916, tropas da África

Ocidental (mais de 10 500 homens) puseram-se em marcha para irem secundar as que combatiam na frente oriental. No total, as forças britânicas na África Oriental eram compostas por 56 761 soldados, recrutados principalmente na Niassalândia (15 000), no protetorado da África Oriental (10 000) e no Uganda (10 000). A esses soldados somavam-se 932 416 homens encarregados da logística, 691 278 dos quais carregadores.

Paradoxalmente, a Alemanha, que foi acusada em Versalhes de ter militarizado as suas colônias, possuía na realidade tropas pouco numerosas e muitas vezes mal equipadas; inclusive, tinha, antes da guerra, projetos de redução dos exércitos do Tanganica e do Sudoeste Africano.

Os recrutamentos afetaram de formas muito diversas a África. A pressão manifestou-se mais forte nos territórios franceses, mais especialmente na África Ocidental Francesa, nomeadamente no Senegal, no Sudão ou na Guiné, ao passo que o Níger e a Mauritânia ficavam relativamente poupados. Por si só, Madagascar forneceu uns 40 000 homens. Do lado britânico, a África Oriental, diretamente visada pelo decreto de 1915, foi fortemente afetada. Embora se tenha proibido o recrutamento forçado na África Ocidental Britânica, as tropas compreendiam mais do que simples voluntários: no norte da Nigéria, por exemplo, alguns chefes zelosos, protegidos pelo poder colonial, tinham procedido a alistamentos autoritários. A Bélgica reforçou o seu exército no Congo, recrutando mais autóctones, enquadrados por oficiais brancos. A originalidade do exército sul-africano resultava do fato de ser exclusivamente composto por brancos: fiéis à sua política, estes recusavam que os negros pudessem aprender a manejar espingardas e temiam que a mistura das raças no seio do exército acabasse por apagar a *colour bar* (a barreira da cor); por isso, o recrutamento maciço acabou por alistar exclusivamente homens brancos. Serviram na campanha do sudoeste africano (Namíbia) e na da África Oriental, mas também na frente europeia, o que permitiu à União Sul-Africana participar nas negociações de paz, em Versalhes.

Durante a guerra, o recrutamento não incidiu só em soldados potenciais, os *askaris* na África Oriental, os atiradores na África Ocidental Francesa, mas também no pessoal necessário à logística, nomeadamente os carregadores, encarregados do transporte das armas e do material, mas também utilizados para assegurar o encaminhamento duradouro dos produtos comerciais:

A questão dos transportes acarretava os mais graves problemas. A chegada à África dos produtos europeus por mar, quer pelo Atlântico, quer pelo Mediterrâneo, quer pelo Mar Vermelho e o Oceano Índico, apesar dos submarínios, era, no fundo, fácil; a travessia das regiões chegadas ao oceano, onde existiam ferrovias, também o era. Mas, quando atingiam o centro da África, começava o transporte por carregadores, a caravana, o safari.

Éramos então obrigados a empregar milhares e milhares de indígenas. Havia muitas vezes umas trinta etapas quotidianas entre o término da ferrovia e a base a abastecer, pelo que, por exemplo, para os obuses de 70 mm, como cada homem

só podia transportar quatro, eram precisos cem carregadores marchando durante um mês para fornecer a uma só bateria os projéteis necessários para um único tiro. Éramos forçados a transportar de igual maneira os canhões propriamente ditos. As peças eram, para a marcha, desmontadas em cargas de noventa quilos, peso enorme para homens que têm de efetuar o transporte por maus caminhos ou através de pântanos, à força de braço. O mesmo se passava com os víveres: arroz e farinha para milhares de soldados negros e carregadores, caixas de conserva (quando chegavam até nós!) para centenas de europeus; e também com as ambulâncias com tudo o que era necessário: medicamentos, curativos, camas, tendas e aparelhos de todo o gênero.

Não cito os mil objetos diversos menos importantes, mas não mais manejáveis, que formam o material de um exército e que tivemos de levar assim durante longas semanas através do mato agreste. (Pierre Daye, *L'empire colonial belge*, Bruxelas-Paris, Editions du Soir - Berger-Levrault, 1923, pp. 81-82).

Esses carregadores, a que, na África Central, chamavam *tenga-tenga*, provinham em grande número da Niassalândia, da Rodésia do Norte, do Congo belga e de Moçambique (a partir de 1916, quando Portugal decidiu apoiar os Aliados). Quanto à África do Sul, confinou os negros em tarefas de apoio logístico, inclusive na Europa, onde uma parte do *Native Labour Corps* participou na construção das trincheiras.

### 3. Persuasão e violência

Para criarem os seus exércitos, as administrações coloniais souberam utilizar a persuasão e a força. Os recrutas forçados, e mais ainda os voluntários, esperavam que a sua participação na guerra lhes trouxesse uma promoção social, um reconhecimento da parte dos brancos, mais consideração ou até novos direitos, e pelo menos algumas honras e medalhas. No afã de obter êxito na sua missão de mobilização pela persuasão, Blaise Diagne teve o cuidado de se fazer acompanhar por atiradores devidamente condecorados, que estavam presentes para impressionar as populações e incitar os homens a alistarem-se. De resto, aceitara o encargo que lhe haviam confiado, negociando a promessa de reformas quando o conflito terminasse (abrandamento do sistema do indigenato, criação de empregos para os antigos combatentes, lançamento de programas de desenvolvimento etc.). Mas o atrativo financeiro era um embuste, pois os soldos pagos aos soldados e aos carregadores eram geralmente muito baixos; a pilhagem do inimigo, "remuneração por benefício", e as caixas pretas deixaram de ser permitidas. É certo que as famílias dos recrutas ficavam por vezes isentas de impostos ou recebiam uma ajuda financeira; mas, o mais das vezes, na ausência de homens e da sua força de trabalho, viam-se na maior das misérias.

No fim de contas, como os incentivos tinham pouco peso, recorreu-se à coação e à violência: numa carta de 1915 dirigida ao governador-geral da África Ocidental Francesa, Gabriel Angoulvant, governador da Costa do Marfim, falava

de "caça ao homem". Tudo servia: convocações surpresa e rusgas nas aldeias, mas também, como nos melhores tempos do tráfico negreiro, cooperação com os chefes que viram nisso um meio de se libertarem dos mais casmurros e das ovelhas negras.

Nessas condições, o alistamento nem sempre se fez com calma e serenidade. É certo que a propaganda a favor da guerra favoreceu o trabalho dos Aliados, que assistiram a manifestações de profunda lealdade e de boa vontade, nomeadamente por parte dos detentores do poder. Em primeiro lugar, a antiga propaganda da Alemanha dirigida ao mundo muçulmano (discursos do imperador Guilherme II em Jerusalém em 1898 e em Tânger em 1905) e a adesão da Turquia ao campo alemão não provocaram nos muçulmanos africanos a revolta esperada. Seguidamente, como uma grande parte das colônias alemãs que passaram para o controle britânico durante a guerra (Togo, Camarões) tinha má opinião da colonização francesa, o poder colonial britânico viu-se confortado por populações que esperavam ficar no império britânico, considerado mais favorável aos africanos.

Mas a guerra provocou mais ranger de dentes do que manifestações entusiásticas. Nas colônias francesas, Guilherme II fora, em certos casos, idealizado pelos africanos e alguns desejavam ardentemente passar para o jugo alemão. Além disso, repetidamente solicitadas e por vezes literalmente despovoadas, certas zonas, sobretudo em meio rural, em breve manifestaram sinais de descontentamento e de exaspero. Conhecem-se hoje as diferentes formas assumidas pela resistência ao recrutamento: recusa de comparecimento; apresentação pelos aldeões de doentes, aleijados e velhos, inaptos para o serviço (a proporção de "inaptos" atingia por vezes 90% das pessoas apresentadas); fuga dos jovens e, por vezes, de populações inteiras, que desertavam as suas aldeias e escapavam para o mato ou para as colônias vizinhas; automutilações; ataques dos campos de treinamento para libertar os conscritos; deserções em massa.

Na África Ocidental, houve importantes movimentos de migração das colônias francesas para os outros territórios, movimentos que eram encorajados pela atitude dos britânicos, os quais, receando revoltas nas suas colônias, não prestaram aos franceses toda a colaboração por estes desejada a fim de pôr cobro a essa hemorragia e devolver os refugiados à sua colônia de origem. Na África Central Britânica, os *tenga-tenga* tentavam escapar ao recrutamento, pois os salários dos carregadores eram superiores aos dos alistados, os quais, além disso, tinham de se submeter à disciplina militar. Os homens da região que não queriam ser recrutados procuravam debilitar-se subalimentando-se ou recorrendo a plantas medicinais. Para limitar as deserções, os carregadores que se refugiavam na Rodésia do Norte eram abatidos. Um pouco por todo o lado, a resistência ao recrutamento obrigatório deu logicamente origem a levantamentos e revoltas. A França perdeu o controle de regiões inteiras, por vezes durante vários meses, como aconteceu no oeste do Alto Volta.

Nesse contexto, os senegaleses das "quatro comunas" (Dacar, Rufisque, Gorée e Saint-Louis) apareceram como exceção: desejosos de firmar a sua cidadania

em pé de igualdade com os franceses da metrópole, pediram, pela voz do seu deputado Blaise Diagne, o direito de ficarem sujeitos às obrigações do serviço militar em condições idênticas aos dos outros franceses, o que conseguiram com a lei de 29 de setembro de 1916.

#### 4. Balanço financeiro e humano

A reticência, ou mesmo a resistência, aos recrutamentos na África reduziu o potencial de homens de que os europeus podiam dispor. Os franceses tinham sonhado levantar exércitos inesgotáveis: com isso, mostravam desconhecer as realidades demográficas do continente africano. O contributo dos africanos para a frente europeia não foi, porém, desprezível, pois foram 180 000 os soldados que apoiaram as tropas francesas. Mas o recrutamento teve custos elevados: houve que mobilizar numerosos agentes coloniais e oficiais, formar os soldados, ensinar-lhes francês e o manejo das armas, inculcar-lhes o rigor e a disciplina militares, iniciá-los no combate à europeia, alimentá-los de acordo com os seus costumes, e transportá-los, nomeadamente para a Europa.

A vida dos soldados e dos carregadores na África era muito rude: muitas vezes mal alimentados e doentes (disenteria, paludismo), morriam mais de esgotamento do que dos tiros da guerra. É fácil imaginar as dificuldades dos seus congêneres enviados para a Europa, que tinham que aguentar o frio, a chuva, as roupas e o calçado, as doenças desconhecidas (pneumonia, frieiras), a saudade, e, muitas vezes, a incompreensão do que estava em jogo naquela guerra, a inadequação entre a hierarquia militar e as relações sociais preexistentes entre eles (de fato, estavam indiferentemente misturados mais velhos e mais novos, nobres e plebeus, senhores e escravos, membros ou não de castas, elementos das diferentes etnias e regiões).

Contudo, tanto na frente europeia como na África, a maioria dos soldados soube destacar-se por sua valentia. Foram muitos os oficiais que testemunharam a sua resistência, a sua coragem, a sua bravura, mas também a sua disciplina e a sua devoção para com os superiores: "Nenhuma jornada lhes parece demasiado longa, nenhuma tarefa demasiado dura. Feitos para o ofício de soldados, têm constituição para suportar as provações", escrevia um oficial inglês durante a guerra. Vários africanos foram promovidos, tendo atingido o posto de sargento, embora, na prática, raramente fossem considerados como iguais pelos sargentos europeus. Medalhas e recompensas militares foram amplamente distribuídas às tropas "indígenas" que não as tinham desmerecido, muito pelo contrário.

#### B. África, terra de combates

Quando eclodiu a guerra na Europa, os olhares viraram-se para a frente renana. De fato, o cerne da disputa situava-se, sobretudo, entre a França e a Alemanha, mas também na Bélgica e nos países aliados dos dois campos.

Era, porém inevitável que a questão do local das batalhas e das frentes se viesse a colocar fora da Europa: na África.

#### 1. A guerra chega à África

Com efeito, era no continente negro que existia a maior extensão de fronteiras comuns entre os beligerantes, sem contar que a África fora, antes da guerra, teatro de surdas tensões. No entanto, no início do conflito, esperava-se que a África não viesse a ser palco de combates. Nem os alemães, porque eram inferiores em número, nem os Aliados, porque não estavam preparados para uma guerra nas colônias, ninguém desejava estender o conflito para lá da Europa. Foi nessa ótica que, no início do mês de Agosto de 1914, o governador do Togo, Hans Georg von Döring, enviou telegramas aos seus homólogos do Daomé, da Gold Coast e da África Ocidental Francesa a propor-lhes a neutralização do Togo.

Não foi isso que aconteceu. Demasiadas razões levavam as forças em presença a entrar em choque. Os Aliados não pediam mais do que poder provar a sua superioridade em terra, bem como no mar, no caso dos britânicos. Esperavam também, e sobretudo, poder repartir entre si as colônias alemãs, nomeadamente o Togo, "colônia modelo" do Reich. A África do Sul contava que a sua participação viesse a ser retribuída com a entrega do Sudoeste Africano. Quanto à França, estava à espera de uma desforra desde Agadir. Do lado dos alemães, e apesar da flagrante debilidade das tropas, não se desvanecera totalmente a esperança da conquista de uma nova colônia: o mito de uma vasta *Mittelafrika*, que viria consumir a potência do império, continuava vivo. Contudo, os alemães, que depressa se aperceberam da sua inferioridade, limitaram as suas ambições ao objetivo exclusivo de entreterem pelo máximo tempo possível as tropas Aliadas, a fim de as arredarem da frente principal, na Europa. Mas, acima de tudo, o patriotismo fervoroso de numerosos brancos das colônias, desejosos de manter as ligações com seus países e de serem reconhecidos por estes, desempenhou um papel determinante na decisão de levar o conflito ao continente africano.

#### 2. As grandes campanhas

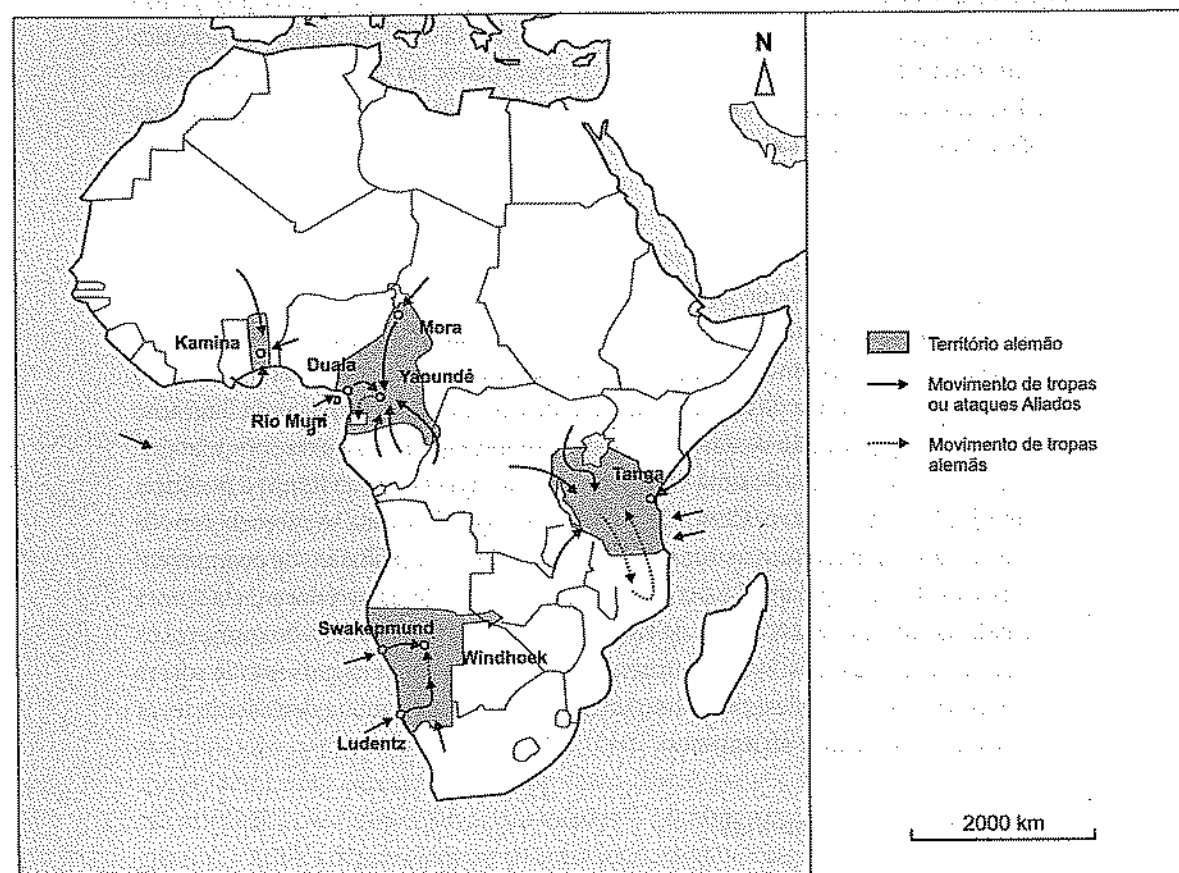
Os combates desenvolveram-se em quatro zonas, o Togo, os Camarões, o Sudoeste Africano e a África Oriental, que correspondiam às quatro colônias da Alemanha na África (documento 70).

A campanha do Togo foi a mais curta: foi, *avant la lettre*, uma "guerra relâmpago" (*Blitzkrieg*) de três semanas. Depois de os governadores aliados terem respondido pela negativa à proposta de von Döring, as tropas da *Entente* puseram-se em marcha para o Togo, os britânicos a partir da Gold Coast e os franceses a partir do Daomé. Encontraram fraca resistência, visto as tropas do Togo serem pouco numerosas e estarem equipadas com velhas espingardas da guerra franco-prussiana de 1870-1871. Apanhadas numa tenaz, não conseguindo defender nem o norte do



país nem o porto de Lomé, concentraram-se em torno de Kamina para defenderem a estação de rádio aí instalada, que permitia as comunicações com o exterior. Em desespero de causa, os alemães preferiram fazer explodir Kamina e deixá-la aos aliados. A 25 de agosto de 1914, o Togo rendeu-se completamente. Franceses e britânicos repartiram o território entre si, tendo cada um dos países tomado uma parte do país sob a sua tutela, enquanto se aguardava a paz e uma decisão definitiva quanto à atribuição da colônia.

**Documento 70: A África na Primeira Guerra Mundial**



A campanha dos Camarões durou mais tempo (de agosto de 1914 a fevereiro de 1916): o relevo acidentado e a extensão da floresta dificultavam o acesso ao país e permitiram aos alemães fazer frente a um inimigo superior em número. Britânicos, franceses e belgas cercaram o território e instalaram um bloqueio marítimo. Os combates foram mortíferos, tendo-se assistido ao confronto entre soldados negros e soldados negros. Em setembro de 1915, os portos (Duala, Victoria-Buea) caíram. As cidades do interior resistiram mais tempo. A 15 de fevereiro de 1916, as tropas alemãs refugiaram-se em território espanhol, no

Rio Muni. Ante esta notícia, a cidade de Mora, a norte, que se mantinha invicta, rendeu-se. A 18 de fevereiro, os Camarões estavam totalmente vencidos. Tal como no Togo, os britânicos e os franceses repartiram a colônia entre si.

A campanha do Sudoeste Africano foi uma "questão de brancos", pois nem os sul-africanos nem os alemães queriam fazer participar os negros nos combates. O primeiro-ministro da União Sul-Africana, Louis Botha, apoiado pelo Parlamento, decidira entrar na guerra para apoiar a Grã-Bretanha e organizara a invasão da colônia alemã. Um primeiro ataque por mar permitiu tomar, antes de findar o ano de 1914, Luderitz e Swakopmund, onde se encontravam estações de rádio. Ao mesmo tempo, as tropas avançaram para a fronteira. Mas a participação na guerra suscitava oposições: ainda marcados pela guerra dos boers, próximos pelas origens dos alemães e sensíveis à propaganda pan-germanista, os afrikaners não viam com bons olhos o apoio do seu país aos Aliados. Houve adesões de oficiais e soldados ao campo oposto e ocorreram perturbações secessionistas no Transvaal e sobretudo no Estado Livre de Orange, que retardaram o avanço sul-africano. Na Primavera de 1915, o exército conseguiu finalmente penetrar em território inimigo pelo sul e, a partir dos portos, tomar a capital, Windhoek, em maio, antes de receber a capitulação dos alemães em julho. A União, que esperava obter a sua anexação como recompensa da sua participação, ocupou a colônia.

Do mesmo modo, as tropas alemãs da África Oriental viam-se bem débeis perante a potência dos Aliados. O general von Lettow-Vorbeck, comandante dos exércitos da colônia, consciente da sua incapacidade em bater o inimigo, decidiu travar uma guerra de desgaste para manter ocupados os soldados adversos e para os impedir de irem combater na Europa. Repelindo o ataque dos Aliados sobre Tanga em Novembro de 1914, obrigou estes a preparar cuidadosamente a sua ofensiva (construção da via férrea Voi-Taveta, chegada do general Jan Smuts e das tropas sul-africanas, reforços da África Ocidental, acordo de participação do Congo Belga etc.). A ofensiva deu-se em março de 1916 pelo nordeste (exércitos britânico e sul-africano), pelo oeste (exército belga) e pelo sudoeste (exército britânico). A via-ferrea central era o objetivo estratégico. Os Aliados controlaram rapidamente uma ampla fração do território e as tropas alemãs foram obrigadas a refugiar-se no sul para aí prosseguirem o combate: Lettow-Vorbeck continuava a escapar ao adversário, que não o conseguia apanhar. No Outono de 1917 refugiou-se em Moçambique, mas prosseguiu a resistência, levando a guerrilha à região. Quando do armistício, continuava invicto e podia gabar-se de ter atingido o seu objetivo: mais de 150 000 soldados aliados tinham sido mobilizados durante toda a guerra contra o seu pequeno exército.

### C. Esforço de guerra e mutações econômicas

A ideia de que as colônias poderiam vir a participar economicamente no esforço de guerra não se impôs logo à partida. Nomeadamente para a França,

importava sobretudo que fornecessem homens. Mas só progressivamente franceses, britânicos e belgas perceberam o proveito que poderiam tirar dos seus impérios.

### 1. O esforço de guerra

A criação na França, em novembro 1915, de um Serviço de Utilização dos Produtos Coloniais para a Defesa Nacional dá testemunho da evolução do pensamento que se operava. A Europa, cuja economia, de uma forma geral, e a agricultura, em especial, tinham sido desorganizadas pelo desencadear do conflito, vivia um período de penúria alimentar. Logicamente, os impérios voltaram-se para as suas colônias, para delas extraírem os recursos alimentares que lhes faltavam, bem como as matérias-primas necessárias às suas indústrias. Em abril de 1916, um homem de negócios escrevia a André Maginot, ministro francês das Colônias:

Considero que, se obtivermos o apoio de todos os nossos colonos para criar as explorações necessárias e se as administrações locais intervierem para exigir das populações indígenas a atividade laboriosa que não prestam espontaneamente, podemos, num ano, conseguir intensificar em proporções extraordinárias a nossa produção colonial.

A pressão foi forte: pressão sobre a agricultura para a exportação de víveres, como aconteceu na África Ocidental Francesa, à qual o ministro dos Abastecimentos quis pedir em 1917 a totalidade da produção alimentar; ou na África Equatorial Francesa, onde se tentaram experiências de culturas obrigatórias; pressão sobre os produtos mineiros, como no Congo belga, que teve de acelerar a entrada em exploração das suas minas de cobre do Catanga para satisfazer a procura dos fabricantes de munições dos países aliados; ou nas colônias britânicas, que tiveram de fazer frente ao desejo cada vez mais claro do colonizador de ser o único destinatário das matérias-primas do império. Mas a pressão não veio apenas da Europa: havia igualmente que alimentar as tropas presentes no solo africano. Em fevereiro de 1915, a França lançou um programa de reforço da produção alimentar na África Equatorial Francesa: havia que arar e cultivar novas terras; três quartos da produção agrícola deviam ser utilizados para alimentar os batalhões dos Camarões. Nas quatro zonas de combate e nas regiões próximas, as necessidades de víveres aumentaram. Um pouco por todo o lado, a lei do mercado cedia o passo à requisição pura e simples.

### 2. Marasmo e mutações econômicas

A África teve dificuldade em responder a todas estas pressões. Com efeito, a guerra tinha também um efeito perturbador sobre a economia, já abalada pela primeira era colonial. O recrutamento maciço em certas regiões provocara uma grave penúria de mão-de-obra, e a produção ressentia-se disso, nomeadamente

no domínio agrícola: as colheitas já não bastavam para alimentar as populações. A contradição existente nesta dupla pressão – recrutamento, e, consequentemente, punção de força de trabalho, e procura econômica – tornou-se tão flagrante que, em 1918, precipitou a demissão do governador-geral da África Ocidental Francesa, Joost van Vollenhoven. Tanto mais quanto os africanos não eram os únicos que faziam falta à vida econômica: muitos europeus tinham entrado para as fileiras do exército, como voluntários ou mobilizados, para participar na guerra (na África Ocidental Francesa, cerca de 75% dos quadros e agentes das empresas comerciais estavam ausentes). Os colonos alemães instalados um pouco por todo o lado na África, que eram plantadores, industriais e comerciantes e que muitas vezes se tinham deixado ficar onde estavam no início das hostilidades, haviam sido expropriados, muitas vezes até detidos. A produção agrícola ressentiu-se, bem como a produção mineira e sobretudo a industrial, ainda jovem e frágil. O comércio ficou desorganizado. A necessidade de cortar as relações entre as colônias alemãs e a metrópole levou, além disso, os britânicos a bloquear todo o acesso por mar. Por seu lado, os alemães travavam uma intensa guerra submarina que afetou o transporte de mercadorias para a Europa.

Por último, a guerra, pelas alianças e discórdias que pressupunha, redistribuiu as cartas econômicas e comerciais na África e entre a África e a Europa: antes de 1914, as casas comerciais de Bremen e de Hamburgo, que desempenhavam um papel econômico de primeiríssimo plano na África, importavam dela matérias-primas (nomeadamente, oleaginosas da África Ocidental britânica) e exportavam para lá produtos industriais do Reich. Com a guerra, não só a Alemanha foi totalmente eliminada do comércio africano, mas também, ao ocupar o nordeste da França, impediu as fábricas francesas de óleos de se abastecerem nesse mercado. Daí resultou uma grande desordem no continente negro: uma parte da produção ficava sem comprador, visto que as indústrias aliadas não podiam absorver tudo do dia para a noite.

Daqui resultou uma grave crise econômica, que afetou diversamente as diferentes regiões da África e os agentes econômicos. As regiões mais duramente atingidas foram as que já se encontravam em dificuldades antes da guerra (tais como a faixa saheliana, que estava fragilizada por três anos de seca), as colônias alemãs e as zonas fronteiriças, atingidas diretamente pelos combates (o Tanganica levou várias décadas a recompor-se), os territórios franceses no seu conjunto, devastados pelas fomes e pelas epidemias (a fome do Gabão durou até 1925) e as colônias tributárias do comércio, nomeadamente das importações (o arroz asiático constituía a base da alimentação na Gâmbia). Um pouco por todo o lado, o preço das mercadorias importadas e o dos produtos necessários na Europa sofreram os riscos inerentes aos problemas de abastecimento e à especulação. As colônias conheceram uma inflação quase geral, ligada à alta dos preços dos produtos manufaturados importados, que, em certas regiões, levou a um crescimento espetacular da circulação monetária: em Madagascar, sentiu-se tanto a falta da moeda que houve que utilizar selos do correio como numerário. As administrações

coloniais viram-se obrigadas a intervir periodicamente para bloquear os preços, de forma que, os pequenos produtores agrícolas, cujas colheitas eram subpagas, e os assalariados, cujo rendimento era fixo, viram o seu nível de vida baixar seriamente: os produtores de cacau da Gold Coast chegaram ao ponto de bloquear as suas exportações para lutarem contra a baixa das tarifas.

### 3. Os setores protegidos

O estudo de pormenor mostra, porém, que, se é certo que a economia africana foi globalmente debilitada pela guerra, houve setores inteiros que foram poupados, que souberam preservar-se, ou que, inclusive, souberam aproveitar-se da situação, em certos casos. Colônias como a Nigéria, a Serra Leoa e a Gold Coast, cuja agricultura autorizava a autossuficiência alimentar, não foram tocadas pelo bloqueio. Alguns territórios, atingidos frontalmente, manifestaram uma rápida e formidável capacidade de recuperação, aproveitando as oportunidades que se lhes ofereciam: assim, por exemplo, o Quênia lançou logo em 1917 novos planos de expansão e o nível geral das exportações ugandesas voltou a subir já em 1916. Por último, e sobretudo, a pressão da procura possibilitou diretamente a expansão de vários setores, seja porque a economia respondeu espontaneamente ao mercado, seja também porque os colonizadores encorajaram as adaptações, por vezes com rudeza. As necessidades acrescidas das metrópoles levaram-nas, aliás, a realizar estudos prospectivos destinados a avaliar as potencialidades mineiras e agrícolas das suas colônias: a exploração da bauxita e do manganês na Gold Coast começou nessa época.

Mais importante do que isso, o abrandamento e, em certos casos, a parada brutal de algumas importações encorajaram a adoção de soluções de substituição. Aqui e ali, o artesanato local empenhou-se em preencher o vazio. Na África Oriental, os panos de algodão locais reconquistaram uma parte do terreno perdido perante os tecidos europeus. No Tanganica, a produção do trigo e das batatas tomou o lugar das culturas destinadas à exportação. A União Sul-Africana, sobretudo, foi um dos grandes beneficiários da guerra: o colapso do tráfico marítimo incitou-a a desenvolver a sua indústria e a garantir a sua autossuficiência alimentar; mais tarde, haveria de descobrir novas potencialidades de exportação: o desenvolvimento da refrigeração permitiu o transporte de ovos, carne e outros gêneros perecíveis.

Acabado o conflito, numerosas regiões do continente viveram um curto mas autêntico *boom* económico. Com o afastamento das empresas alemãs, lucraram as empresas francesas e britânicas, sobretudo as últimas, que tomaram a dianteira, mesmo nos territórios franceses, os quais sofriam mais com a partida dos seus agentes mobilizados. No fim do ano de 1916, a Grã-Bretanha tornara-se o principal fornecedor e um dos clientes privilegiados da África Ocidental Francesa. De modo geral, as empresas europeias, favorecidas por acessos prioritários aos cargueiros e pelos bancos, gozavam de melhor saúde do que as muito raras empresas africanas. Em contrapartida, numerosas empresas tiveram de recrutar e formar agentes

"indígenas" para prosseguirem as suas atividades, agentes que iriam agarrar-se duradouramente às posições assim conquistadas. Outros beneficiários do período foram os grandes portos comerciais, as redes rodoviárias e ferroviárias que foi preciso desenvolver: no Congo Belga, a extensão da rede ferroviária aumentou 25% em quatro anos. Uma vez que o transporte por carregadores já não bastava para assegurar o trânsito das mercadorias, surgiram os automóveis e os caminhões. Deve ainda assinalar-se que, durante a guerra, os Estados Unidos passaram a ser um parceiro comercial de peso do continente negro, o que lhes permitiu desempenhar um papel de primeiro plano na fase da descolonização e intervir ativamente nos assuntos africanos após as independências.

No domínio das políticas económicas, as transformações foram igualmente notáveis. A guerra rebentara num momento em que a economia política liberal fazia inúmeros adeptos e influenciava as opções dos Estados, nomeadamente as do Reino Unido, campeão do *laissez-faire*. O conflito mudou o curso das coisas. É difícil dizer se os Estados colonizadores foram economicamente beneficiários ou perdedores durante a guerra. É certo que as receitas provenientes das colônias, que se apoiavam em direitos aduaneiros, diminuíram. Houve que restringir esses direitos e reduzir os orçamentos atribuídos às colônias a fim de conseguir um relativo equilíbrio. Suspenderam-se os grandes projetos em curso e pediu-se a certos territórios que suportassem os encargos financeiros dos combates nos seus solos, ou que contribuíssem até para a guerra travada na Europa. Paralelamente, o papel dos Estados transformou-se, pois passaram a intervir mais regularmente nos assuntos económicos: lançamento de trabalhos de pesquisa e de avaliação económica, fixação e controle dos preços, decretos favorecendo o acesso das empresas europeias aos transportes marítimos etc. O liberalismo abria brechas na África, cedendo o passo a um intervencionismo que marcava o início de um novo período na colonização, intervencionismo que os poderes saídos da descolonização, tendo abraçado as teorias da planificação e do "crescimento acelerado" (Charles Bettelheim), fizeram seu até à vaga de privatização e de desestatização dos anos 1990.

### D. Mutações sociais e ideológicas

Os processos sociais em curso no século XIX e princípios do XX foram umas vezes acelerados, outras, bloqueados e, ainda outras, desviados; o que não podia deixar de ter incidência sobre as estruturas, as formas e os conteúdos do pensamento.

#### 1. Desastres demográficos e mutações sociais

A guerra teve consequências importantes na demografia do continente. Numerosos foram os soldados abatidos em combate, os carregadores mortos de esgotamento, as aldeias dizimadas pela fome ou pela doença. As avaliações



quantitativas divergem entre si, mas sabe-se que mais de 1% da população total da África foi deslocada, alistada, dispersada. A demografia, já afetada pelo tráfico negreiro e pelas "calamidades" da primeira época colonial, foi de novo abalada; houve regiões inteiras que ficaram praticamente desertas. O fim dos conflitos não significou o fim dos problemas: os homens regressavam da guerra esgotados e mal alimentados, vítimas ideais das epidemias. A peste tornou-se endêmica na África Ocidental, em especial no Senegal, e fez a sua aparição na África Central; a doença do sono ganhou terreno. E, sobretudo, a gripe espanhola encontrou nesses soldados desmobilizados um vetor privilegiado para atingir a África e provocar uma gigantesca epidemia, em 1918 e nos anos que se seguiram, matando em certas zonas até 5% dos habitantes. Novas zonas de fome surgiram, mesmo em regiões com verdadeiras aptidões agrícolas.

Originando movimentos migratórios provocados pelas operações militares, misturas de populações nas fileiras do exército, misérias ou triunfos individuais, a guerra acelerou as diversas mutações sociais. Um dos principais fenômenos sociais associados à guerra foi a promoção ou o reconhecimento de uma elite africana: a partida de numerosos europeus, nomeadamente nos territórios franceses, obrigou as empresas e a administração a promover africanos e a dar-lhes as vagas até aí reservadas aos brancos. Com a desmobilização, engrossaram as fileiras dessa nova camada social: os soldados, muitos dos quais tinham aprendido a ler ou adquirido competências técnicas, não queriam regressar à sua antiga posição e aspiravam a novos empregos. Para muitos, a guerra foi um tempo de ascensão garantida; no entanto, o regresso foi menos fácil para os iletrados e os menos formados, que haviam adquirido novos apetites mas não os meios de os satisfazer. As aspirações davam por vezes lugar à decepção: as promessas feitas a Blaise Diagne não foram cumpridas e os recrutas não obtiveram o estatuto desejado. Esta emergência ou reforço de uma nova camada social situada entre os "indígenas" e os colonos brancos provocou algumas perturbações: para preservarem os seus filhos, os chefes tradicionais tinham enviado na maior parte das vezes para o recrutamento cativos e "ovelhas negras", que regressavam aureolados de glória, livres para ocupar os empregos prestigiosos, impelidos por uma ambição que os colonizadores procuraram muitas vezes conter; as hierarquias tradicionais, bastante abaladas antes da guerra, saíram dela ainda mais enfraquecidas.

## 2. *Mutações políticas*

Em reação às consequências da guerra e, por ricochete, à colonização, constituiu-se um movimento de ideias poderoso, que recrutava os seus aderentes entre os novos estratos sociais e cujo termo poderia tornar-se a revolta política. É certo que tanto as elites antigas como as mais recentes esperavam em muitos casos que a sua "lealdade" para com os europeus lhes trouxesse os melhoramentos desejados quanto ao seu estatuto ou pelo menos quanto à manutenção dos seus privilégios. Mas a guerra suscitou sobretudo descontentamentos e oposições no

seio dos quais o nacionalismo africano nascente recrutou os seus partidários. Os povos, no seu conjunto, dilacerados pelos recrutamentos, exangues devido à pressão econômica, devastados pelas fomes e pelas epidemias, pendiam para o lado dos descontentes. A dominação colonial era, em certos locais, mais opressiva do que nunca; para muitos, a partida dos brancos para a guerra suscitara rumores e esperanças: corria o boato de que essas partidas eram definitivas; em muitas colônias pertencentes aos aliados dizia-se até que os alemães tinham exterminado todos os seus inimigos.

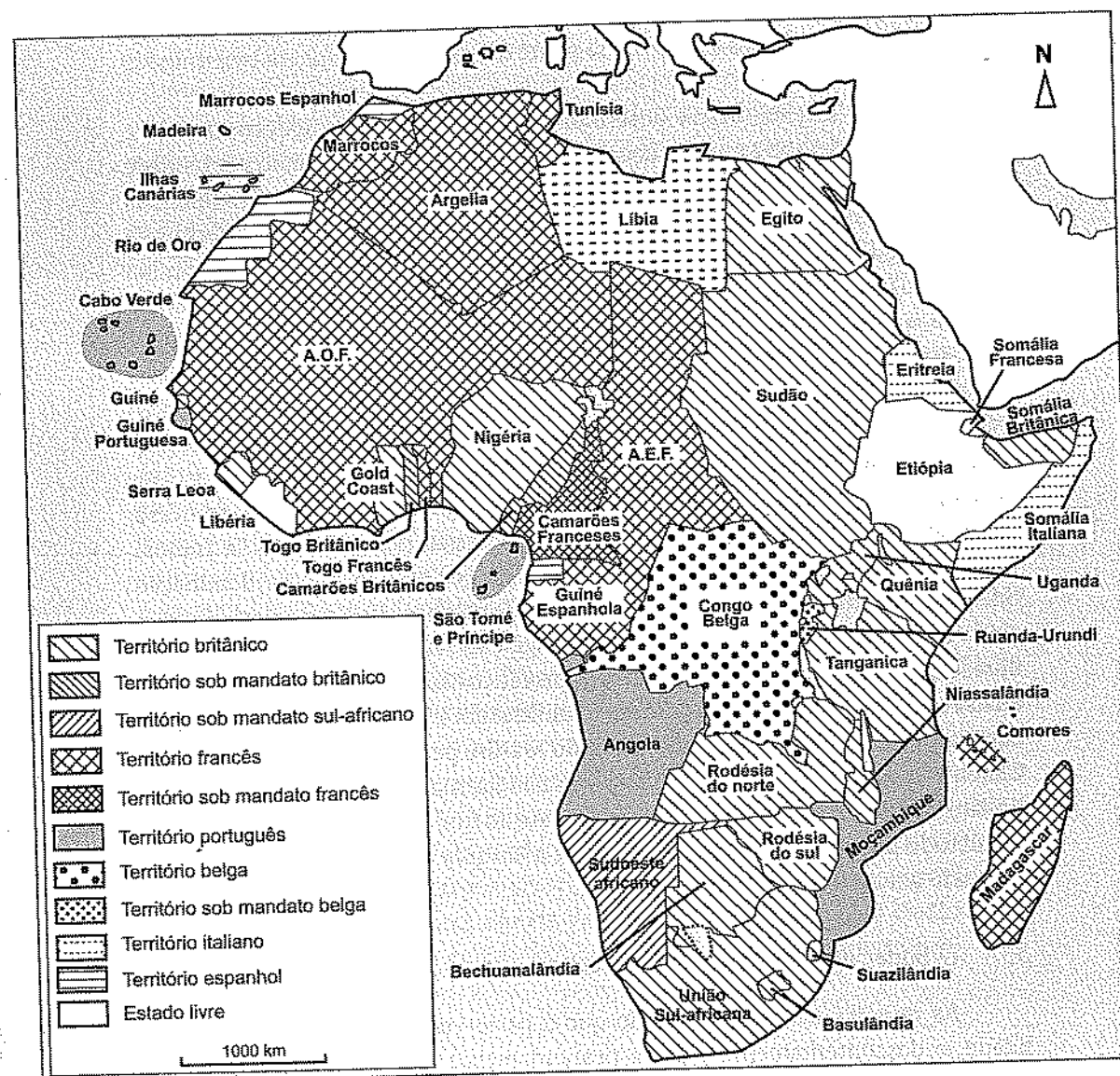
Regiões inteiras assim desertadas pelos europeus escapavam a todo e qualquer controle: sob a pressão dos acontecimentos, ou aproveitando a debilidade do colonizador, eclodiram revoltas. Logicamente, os territórios franceses foram os mais expostos: o Alto Senegal-Níger e o norte do Daomé conseguiram subtrair-se durante algum tempo à ordem colonial; os tuaregues tomaram Agadès; o Sudão (Bélédugu) e a Costa do Marfim, ainda "mal pacificada", conheceram sobressaltos, embora, é certo, mais modestos; as violências foram menores na África Equatorial Francesa, mas crescia a tensão entre colonos e colonizados em Ubangui-Chari, bem como em Madagascar. Os territórios britânicos mostravam-se muito mais calmos: a chegada de populações que fugiam à conscrição francesa deu origem a agitações sem gravidade. O norte da Nigéria conheceu fases de agitação, cujas causas são, porém, atribuídas, ao próprio fato colonial. O Congo Belga encontrava-se numa situação especial: como a metrópole estava ocupada pelos alemães, a colônia tornava-se o último território livre do império: por esse fato, uma dominação reforçada impediu todo e qualquer movimento de revolta, mas a guerra aprofundou ainda mais o fosso entre os belgas e os congoleses. A agitação teve o ensejo de florescer em contato com os movimentos proféticos surgidos já antes de 1914, os quais redobram de atividade durante o conflito: em 1915, os franceses decidiram deportar William Wade Harris da Costa do Marfim para a Libéria. O pastor John Chilembwe provocou perturbações na Niassalândia, mostrando que os negros "não tinham nada a ganhar com esta guerra". E, até ao fim, os europeus olhavam com inquietude para os muçulmanos, dado que a Turquia alinhara pelo lado alemão, lançando apelos à guerra santa.

## 3. *O poder dos brancos posto em causa*

As revoltas não eram mais do que a parte visível do mal-estar; na realidade, o descontentamento agitava profundamente as sociedades africanas: a guerra modificou irreversivelmente a relação entre europeus e africanos, pois alterou radicalmente a imagem do branco e deitou-o abaixo do pedestal, a ele, precisamente, que, combinando habilmente a utilização da força armada e a manipulação ideológica, se tinha imposto como ser superior, intocável, quase divino. Ao entrarem em guerra entre si, os europeus tinham despedaçado essa imagem: as suas lutas significavam que havia "bons brancos" e "maus brancos"

(um dos argumentos avançados pelo governador von Doering nos seus telegramas em 1914 era que não se devia dar aos africanos o espetáculo dos conflitos entre europeus).

**Documento 71: A África política em 1930**



O alistamento de africanos nos exércitos europeus destruiu um grande princípio, o de que um negro não podia (ou não devia) matar um branco: alguns tinham o princípio tão arraigado que, chegados à linha de fogo, hesitavam em disparar. Tudo isso vinha contradizer frontalmente a mensagem de "pacificação" de que os colonizadores pretendiam ser portadores. Além disso, os soldados

negros, ao conviverem com soldados brancos, viram de perto as suas fraquezas, os seus defeitos: descobriram que eram homens como os outros e ao regressarem às suas terras traziam essa descoberta como trunfo. Sem falar daqueles que foram encarregados de ocupar o Ruhr, província alemã "neutralizada" após o conflito: o objetivo era o de humilhar os alemães pondo-os a ser vigiados por negros. Mas, com os papéis invertidos desta forma, os negros tomavam consciência da sua supremacia. Ao regressarem às suas terras, esses combatentes (que tinham aprendido a manejar armas) deram origem a muita agitação.

A própria colonização foi posta em causa, na sua essência, no seu modo de existência ou nas suas modalidades, quando de um verdadeiro debate, uma espécie de confronto de opiniões durante as negociações de paz de Versalhes. É certo que, durante o conflito, as veleidades anticoloniais haviam sido abafadas por ataques de circunstância, nomeadamente por uma acusação sistemática de antipatriotismo. Mas os "Catorze Pontos" enunciados em janeiro de 1918 por Thomas Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América, afirmavam claramente "o direito dos povos a dispor de si próprios", e os americanos, reiterando o apego à sua doutrina de "porta aberta" (*open door policy*), não escondiam a sua hostilidade à colonização. Para despojar a Alemanha das suas colônias, os Aliados acusaram-na de ter militarizado os seus territórios, de se ter portado mal ao não assumir a sua missão de civilização. Com isso, ganharam novos territórios (documento 71), mas perderam credibilidade: maquiada com o termo de "mandato" da Sociedade das Nações (a ideia era de J. Smuts), a anexação dos territórios alemães fez-se com o pretexto de que essas colônias não podiam tomar conta de si próprias e tinham de ser confiadas a "padrinhos", as potências aliadas, que, eventualmente, as conduziram, num futuro mais ou menos longínquo, à autonomia. Tratava-se de colonização, sem tirar nem pôr, mas o fato de ela não se fazer abertamente e de que um termo possível à situação fosse somente cogitado mostrava que fora irremediavelmente franqueada uma etapa.

É que foi esse, de fato, para a África, o sentido da Primeira Guerra Mundial: um ponto fundamental de virada. Na verdade, apenas passadas as hostilidades a colonização instalou realmente a sua máquina administrativa e econômica. Mas o que foi na altura considerado como uma idade de ouro já estava maculado pelos primeiros sinais do fim.

## II. CONSENSO POLÍTICO E MECÂNICA ADMINISTRATIVA

A guerra ferira profundamente a Europa, matando vários milhões de homens, atingindo toda uma geração, destruindo uma parte do aparelho econômico, aumentando consideravelmente a dívida pública devido às despesas em armamento. As marcas deixadas pelos combates eram ainda visíveis. Os Estados Unidos da América, projetados para o estatuto de primeira potência econômica mundial, passavam a eclipsar o fulgor do antigo mundo. Mas sobretudo os horrores

da guerra haviam marcado os espíritos; o pacifismo invadia a sociedade que se agarrava à ideia de que esta guerra seria a última de todas (em francês, "*la der des der*", a última das últimas). Neste contexto, as potências coloniais que trabalhavam para a sua reconstrução física e moral preocupavam-se muito pouco com as devastações que a guerra pudera causar nas colônias, sem por isso se afastarem desses territórios: uma vez totalmente conquistada e largamente "pacificada" a África, o período entre as duas guerras haveria de ser o do colonialismo triunfante, o da "valorização" (Albert Sarraut), da implantação de um sistema administrativo e econômico sem falha e da organização, com base na "albinocracia", da "sociedade colonial" (Georges Balandier).

#### A. O triunfo da ideia colonial

As negociações de paz que conduziram ao despojo da Alemanha pareciam indicar que a colonização poderia ser posta em causa. Contudo, as décadas de 20 e 30 do século XX viram a ideia colonial ganhar terreno na maior parte da classe política, bem como na opinião pública europeia.

##### 1. Os opositores e os detratores

O debate colonial, fundamental até à guerra, parecia ficar relegado para o rol das causas perdidas. É certo que havia ainda opositores, mas eram pouco numerosos e marginais. A Internacional Comunista, seu chefe de fila, afirmava já no primeiro congresso de 1920 que a dominação do capitalismo e o imperialismo colonial marchavam de mãos dadas e declarava-se pronta a ajudar os movimentos de libertação nacional na sua luta: a voz dos comunistas fez-se ouvir um pouco na França; mas, sendo geralmente pouco numerosos, ficaram isolados em todas as cenas políticas. A Liga contra a Opressão Colonial e o Imperialismo, criada em Bruxelas em 1927, reunia aqueles que pretendiam opor-se ao colonialismo, quer comunistas, quer também e ainda intelectuais e cientistas, um dos quais era Albert Einstein. Por seu turno, os partidos fascistas fizeram-se tenores de um anticolonialismo de fachada, atirando assim os seus opositores para os braços da ideia colonial: foi em 1935 que o Partido Comunista Francês advogou a aliança das colônias com a metrópole contra o perigo fascista.

No resto da sociedade política e intelectual, o debate esforçava-se apenas por pôr em causa os métodos da colonização, e não o seu princípio: os socialistas franceses denunciavam os abusos do colonialismo, mas a Frente Popular (1936) esforçou-se quando muito por humanizar o sistema, principalmente na África Ocidental, onde autorizou a formação de sindicatos negros. Por seu lado, os trabalhistas britânicos desinteressavam-se da questão, visto que, a seus olhos, a *Commonwealth* era o quadro ideal para possibilitar uma certa autonomia dos territórios estrangeiros: por isso, contentaram-se em formular algumas ideias, para, neste aspecto como noutros, se demarcarem do Partido Conservador.

Vários intelectuais europeus debruçavam-se igualmente sobre a questão colonial, não atacando já os fundamentos, os princípios, mas preocupando-se exclusivamente com os abusos e os métodos empregados. Os dois livros de André Gide, *Voyage au Congo* (1927) e *Retour du Tchad* (1928), em que se reúnem notas tomadas durante a sua permanência na África, mostram alguns dos aspectos mais desumanos da exploração. Escritores como Albert Londres (*Terre d'Ebène*, 1929) e jornalistas que conseguiram passar por cima da censura e das camuflagens da administração colonial serviram de reveladores das realidades coloniais. Outros, como Oswald Spengler, Hermann von Keyserling, Albert Demangeon, Paul Valéry ou Lothrop Stoddard, sublinhando o declínio dos valores ocidentais ou pondo em causa a supremacia desses valores, contribuíam, muitas vezes sem se darem conta disso, para colocar o fato colonial numa nova perspectiva.

É certo que o debate não parecia já conveniente; por todo o lado triunfava a ideia colonial. Contudo, mal fora enterrado e já ressurgia de novo: os intelectuais africanos (e os das outras colônias) organizavam-se, o movimento pan-africano tomava corpo, faziam-se ouvir veleidades de independência. Mas tudo isso estava bem longe dos espíritos europeus: o momento era ainda de orgulho imperial.

##### 2. O colonialismo triunfante

Na França, a guerra mostrara flagrantemente o papel que as colônias podiam desempenhar. A Grã-Bretanha orgulhava-se de ser a primeira potência imperial, uma forma de digerir o seu declínio e o despeito que este lhe inspirava. Após terem herdado o Congo leopoldiano, transformado em colônia, os belgas tinham aderido maciçamente à ideia colonial. E aderiram a ela com mais vigor quando descobriram que, em 1917, a Alemanha propusera secretamente aos aliados a evacuação da Bélgica em troca do Congo; parece que hipótese semelhante terá ocorrido vinte anos mais tarde: esperando manter a paz, a Grã-Bretanha teria proposto a Hitler a partilha do mesmo Congo. É que a Alemanha aceitara muito mal ver-se despojada das suas colônias e a reivindicação germânica era virulenta. Em 1937, Wilhelm Kemmer publicou um livro com o título evocador de *Kamerun*, no qual declarava nomeadamente:

É com amargura que vemos  
Que nos roubaram esta terra  
Por isso dizemos bem alto e com firmeza  
Ela deve voltar à nossa Pátria.

Diversos movimentos, associações e ligas contribuíram para preservar o mito do império e a esperança do retorno das colônias alemãs. Federaram-se em 1933 sob a égide da Liga Colonial do *Reich*. O movimento nacional-socialista, que inicialmente se opusera à colonização, evoluiu lentamente, até que, em 1939, finalmente, num grande discurso ao Reichstag (Parlamento), Adolf Hitler exigia o retorno das colônias perdidas.



Foi na Itália que o triunfo da ideia colonial foi mais flagrante: nos seus sonhos de grandeza, Benito Mussolini há muito entrevia que a Itália devia ter uma grande política colonial e o seu olhar virava-se espontaneamente para África: para lá das esperanças de glória (reconstruir o Império Romano e restituir-lhe a sua posição na África) e de vingança (apagar a humilhação do desastre de Adua, em 1896), tinha razões práticas, de ordem econômica e sobretudo demográfica, para querer estender a influência italiana. Em 1932, o general de Bono, ministro das Colônias, fez uma ronda de inspeção na Eritreia e comunicou ao Duce a certeza de que a Etiópia era a presa ideal. Em 1935, pretextando um incidente de fronteira em Ual-Ual, perto da Somália, os exércitos italianos invadiram a Etiópia. A princípio, as reações das outras potências pareciam firmes e violentas, pois a Etiópia era um país livre, membro da Sociedade das Nações desde 1923 (ironia da sorte, fora a Itália que propusera a entrada do país na SDN). Na realidade, os protestos e sanções perderam-se rapidamente em tergiversações sem fim e temporizações estéreis. Para a África, a crise etíope assinalou uma virada, pois suscitou uma condenação unânime das elites e dos povos da África, e constituiu um dos tempos fortes do pan-africanismo; para a Europa, nunca foi mais do que uma anedota; para a história, foi a prova flagrante da ineficácia da Sociedade das Nações em fazer-se respeitar e em fazer respeitar a paz, assim como da pouca consideração que os europeus tinham pelos povos africanos; além disso, parecia dar corpo à convicção, ainda hoje vivaz, de que as sanções visando as agressões colonialistas – e os regimes racistas – nunca são aplicadas na África. Mas, sobretudo, essa guerra deu azo a uma ampla manifestação de apoio a Mussolini numa Itália triunfante e ganha para a ideia colonial: os jornais atiraram-se vivamente às sanções votadas pela Sociedade das Nações; os italianos contribuíram para o esforço de guerra oferecendo em massa as suas jóias, nomeadamente as alianças de casamento; o rei Victor-Emmanuel III foi proclamado imperador da Etiópia.

### 3. Africanismos e exotismos

O caso etíope é perfeitamente característico desse estado de espírito geral: as metrópoles apaixonavam-se pelos seus impérios. O desenvolvimento da etnologia africana contribuiu certamente para esse movimento: a disciplina, que até à guerra estava reservada a alguns missionários, passou depois a interessar intelectuais e administradores coloniais que se debruçaram sobre as sociedades, as tradições e as línguas africanas. Fizeram-se investigações sociológicas e históricas que permitiram recolher relatos e testemunhos. Na França, os africanistas eram numerosos: Maurice Delafosse, Marcel Griaule, Georges Hardy, Robert Delavignette, Michel Leiris, Théodore Monod etc. O filósofo alemão Leo Frobenius mostrou na sua obra que existiam na África uma arte, uma cultura, uma filosofia e um sistema de pensamento, e, trabalhando sobre a história da civilização na África, afirmou que os africanos eram “civilizados até à medula dos ossos!”, o que, para a época, era revolucionário.

Mas a pesquisa africanista não era praticada apenas pelos europeus; numerosos eram os estudos efetuados por africanos “letrados”: em 1937, no seguimento da publicação do seu *Pacte du Sang au Dahomey*, Paul Hazoumé foi nomeado chefe de missão no Museu do Homem de Paris. Na mesma época, Jomo Kenyatta publicou em Londres a sua tese, *Facing Mount Kenya*, que exaltava a sociedade tradicional kikuyu e atacava a colonização.

Paralelamente a esta literatura científica, florescia uma “literatura colonial”; ávido de aventuras, curioso do desconhecido, faminto de exotismo, o público deixava-se arrebatado por esses romances e novelas que falavam de terras longínquas. Na França, as obras de Jérôme e Jean Tharaud e de André Demaison tinham um vasto público leitor. Na Inglaterra, numerosos romances populares situavam os seus heróis num cenário africano (*Gone Native*, 1928, de A. C. G. Hastings; *African Queen*, 1935, de C. S. Forester), enquanto Graham Greene publicava a sua primeira obra africana em 1936 (*Journey Without Maps*). O mesmo interesse se verificava nos escritores alemães, nomeadamente Ernst Jünger (*Afrikanische Spiele*, publicado em 1936, descrevia os devaneios de um jovem estudante que decide fugir à tucanhez da sua vida para descobrir “a região dos grandes pântanos, da doença do sono e da antropofagia”) e Don von Horvath. O êxito do romance autobiográfico de Karen Blixen (*Out of Africa*, 1937), romance que apresenta uma visão idealizada e plena de bons sentimentos, é a prova do fascínio do público por este gênero de literatura. Também neste caso não foi desprezível o papel dos autores negros como Paul Hazoumé (*Doguiçimi*, 1935), Ousmane Socé (*Karim, roman sénégalais*, 1935) e autores antilhanos como Léon Damas (*Pigments*, 1937). Foi nessa época, nos anos 1930, que Aimé Césaire, antilhano, e Léopold Sédar Senghor, senegalês, lançaram o termo “negritude”. Esse movimento literário ia buscar as suas raízes na obra fundadora de René Maran – antilhano que ocupou um cargo de administrador em Ubangui-Chari durante treze anos –, *Batouala, véritable roman nègre* (1921), que recebeu o prêmio Goncourt; o romance era um panfleto sobre a colonização, pelo que dele se seguiu uma polémica à maneira da *Guernica*.

Entre as duas guerras, a África saiu do círculo restrito de um pequeno número de especialistas: políticos, administradores e militares, homens de igreja ou empresários, jornalistas, geógrafos e aventureiros já não eram os únicos a interessar-se pelo continente negro; também o grande público o reclamava. A pintura e a escultura do período entre as duas grandes guerras interessavam-se pela arte africana; o jazz, descendente longínquo da música africana, começava a florescer. O cinema começava a instalar os seus cenários em terra africana e a epopeia colonial tornou-se tema recorrente. Mas, sobretudo, viam-se por todo o lado imagens, traços da África: as memórias estavam impregnadas por essas fotografias de atiradores senegaleses da Grande Guerra; Josephine Baker, negra norte-americana, simbolizava a África selvagem aos olhos de um público pouco informado e fazia furor na França dos anos 1920 e 1930. A literatura e os folhetins populares faziam-se exóticos e alimentavam os sonhos de evasão dos seus leitores; a história em quadrinhos (francesa e belga: *Bécassine voyage*, *Zig*

et Puce, Tintim no Congo, Jo et Zette; mas também a italiana) apresentava alguns personagens característicos, o rei negro orgulhoso e incapaz, ou até antropófago, o servidor submisso e inocente, o negro preguiçoso e iletrado etc. Até a moda estava impregnada de África (tecidos de motivos geométricos, primeira vaga de bronzeamento em 1927). Alguns objetos faziam a sua aparição nos salões chiques, como os pufes marroquinos. O chocolate Banania devia a sua glória à propaganda representando a cabeça de um atirador negro, a gabar o produto em "francês de preto" ("Y'a bon Banania"). Desde a escola, a criança, de olhar fixado no planisfério que decorava todas as salas de aula, aprendia a ter uma visão simultaneamente colonial e racial, exaltando a legitimidade da colonização e a superioridade da raça branca.

Os europeus tinham uma ideia estereotipada dos negros (documento 72). O racismo "científico" tinha marcado tanto as mentalidades que não cabia na cabeça de ninguém outra visão do mundo senão uma visão não igualitária e carregada de exotismo: o negro (o preto, como se dizia na época) era um ser inferior, primitivo, fetichista, que falava "francês de preto" nos territórios franceses ou *pidgin* nas colônias britânicas, que vivia no maior desprovido, o que servia para justificar a colonização ou para alimentar sentimentos de piedade. Em 1930, Joseph Folliet publicava a sua tese, patrocinada pelo Instituto Católico de Paris, sob o título *Le Droit à la colonisation*. Os brancos, imbuídos de paternalismo e impregnados de bons sentimentos, pensavam que tinham de tratar os negros como crianças grandes, conduzi-los à educação, à saúde, à religião cristã, ensiná-los a trabalhar e a portar-se bem, em resumo, domesticá-los: o Ocidente florescia no seu papel civilizador.

#### Documento 72: Olhares dos brancos sobre os negros

"As faculdades intelectuais do negro desenvolveram-se nos limites que lhes impunha o meio em que o indígena tem estado mergulhado há séculos. [...] No conjunto, o negro é de caráter inconstante. É impulsivo, orgulhoso e sensual. Possui uma imaginação viva; muito eloquente, exprime-se com facilidade. Pratica a entreatura no interior do clã, dá mostras de grande apego à família e ao clã. O negro é alegre, afetuoso, disciplinado e possui um sentimento profundo da justiça a seu respeito."

Fonte: A. Michels e N. Lande, *Notre colonie*, Edition Universelle et Editions Libres, 1946.

"A primeira coisa que impressiona o europeu acabado de desembarcar no Congo é a extrema facilidade de vida que o país oferece ao indígena. [...]"

Homem feliz! – dir-se-á. Nada disso...

E, precisamente, é essa extrema facilidade de vida material que é, que foi e que será, a causa do desastre da raça preta. Com efeito, o seu caráter não foi temperado, como o nosso, por séculos de lutas quotidianas pelo pão de cada dia. De modo que o negro não sabe, mas nem por sombras, querer... O infeliz é imprevidente, despreocupado ao extremo, preguiçoso, incapaz de continuidade no esforço e sequência nas idéias, e inacreditavelmente rotineiro... Em duas palavras: é um débil mental. Por conseguinte, teria forçosamente de adquirir, e adquiriu, todas as taras dos débeis: a falsidade, o gosto pela mentira e pelo roubo, a sensualidade, o servilismo, a insensibilidade.

Em contrapartida, também tem as suas qualidades: a modéstia, no sentido em que se percebe perfeitamente da sua inferioridade; a ausência de maldade e de rancor. Para os ter, precisaria de vontade. Tem também paciência, uma paciência infinita. [...] Em suma, apesar dos seus defeitos, é até simpático, mas, do ponto de vista moral, nele, lavra-se um solo pobre."

Fonte: Hippolyte de Mathelin de Papigny, *Le Coup de bambou*, Bruxelles, Luyckx, 1922, pp. 23-24.

"A primeira vez que vi Kamante, ia a cavalo e ele estava pastoreando as cabras na planície. Com a sua cabeça volumosa, o corpo mirrado e magro, fazia dó vê-lo. Os cotovelos e os joelhos sobressaíam-lhe como os nós de um pau, e as pernas, das coxas até ao calcanhar, não eram mais do que uma sucessão de feridas abertas que escorriam. Perdido no meio da planície, parecia tão minúsculo que era de perguntar como é que tantos sofrimentos tinham conseguido alojar-se num corpo tão pequeno. Detive-me para lhe falar, mas não obtive dele qualquer resposta, pois mal parecia ver-me. Na sua facezinha devastada e infinitamente resignada, os olhos meio fechados não fitavam nada. Parecia ter os dias contados e quase me espantou não ver os abutres, tão lesto a farejar a morte, a rodopiar sobre a sua cabeça. Disse-lhe que fosse no dia seguinte a minha casa, que ia tentar curá-lo."

Fonte: Karen Blixen, *Out of Africa*, 1937, Paris Gallimard, 1942, pp. 38-42.

"Ao penetrarem no Congo, os belgas encontravam-se em plena barbárie. A guerra entre as tribos era quase permanente; a antropofagia reinava na quase totalidade do Alto Congo; os mercadores árabes aterrorizavam as regiões orientais. Eram prática corrente usos incompatíveis com os princípios primeiros da nossa civilização: sacrifícios humanos, ordálias sob forma de prova do veneno, execuções bárbaras e mutilações por faltas a nossos olhos muitas vezes ligeiras ou até imaginárias, como por exemplo, atos de feitiçaria. Havia déspotas com um poder que só tinha como rival o do feiticeiro, os quais dispunham arbitrariamente dos bens e da vida dos seus súditos. Chegaram os belgas: ocuparam e pacificaram o território, suprimiram o tráfico e a escravatura, organizaram a justiça, construíram estradas, ferrovias, linhas telegráficas, lançaram barcos nos rios, abriram escolas, ensinaram ofícios, criaram estações agrícolas, construíram hospitais."

Fonte: A. Major Cayen, *Au service de la colonie*, Bruxelles, Librairie de la Grand'Place, 1939, *passim*.

O colonialismo alcançou a sua plena consumação com os 20 km<sup>2</sup> da Exposição Colonial de Vincennes, organizada em 1931 sob o patrocínio do marechal Louis Lyautey, o "homem do Marrocos": mostrava ao mundo a grandeza e o fausto do império francês. Realçando as realizações da metrópole (o equipamento dos portos de Dacar e de Djibuti), a produção agrícola, as linhas aéreas, o papel da escolarização), dava sobretudo valor ao caráter exótico dos territórios coloniais: aldeias africanas reconstituídas e animadas, cópia da mesquita de Djenné, espetáculos diversos. Alain Laubreaux descreveu um deles no jornal *Candide* de 14 de maio de 1931:

Entre as cubatas de madeira cobertas de palha, vislumbro homens negros, de pele exposta ao ar, o ventre envolvido por um pano colorido a que, na terra deles, chamam manu e que dos rins lhes cai até aos pés. Circulam em passos lentos, com o ar mais feroz possível, trocando entre si palavras num tom gutural que nos provoca arrepios. Nos braços estendidos seguram maçãs homicidas e lançam-nos olhares que seguramente descobrem sob as nossas roupas europeias o lombo da primeira costela. [...] Abro, não sem tremer, a brochura que nos é vendida à

## B. Administração colonial: contradições e coerências

O período entre as duas guerras é o da verdadeira implantação dos sistemas de administração nas colônias. À medida que iam progredindo a conquista e a pacificação, as potências coloniais haviam tomado as disposições necessárias para organizar e, tanto quanto possível, manter os territórios sob o seu domínio. Nem sempre deixavam correr o tempo necessário a um sólido conhecimento das sociedades africanas e à reflexão sobre a melhor forma de administração colonial, contentando-se regularmente com apoiar-se nas suas anteriores experiências noutros pontos do globo para instalar rapidamente o seu poder: a transplantação nem sempre era feliz. Terminada a guerra, os quadros da administração colonial e os políticos sentiram a necessidade de se dotarem de um quadro teórico sobre o ou os modos de administração das colônias.

Vários debates se cruzavam: administração direta ou indireta, assimilação ou associação. Os dois grandes teóricos da época, Lord Frederick Lugard e Albert Sarraut, trouxeram esse quadro teórico que permitia formular respostas em termos práticos e políticos. Em todas as partes que participavam nos debates, as bases da política preconizada eram as mesmas: a superioridade da civilização europeia e a incapacidade dos colonizados em tomarem conta de si. A colonização devia beneficiar tanto aos colonizadores como aos povos dominados (o que Lord Lugard chamou o “duplo mandato da colonização” e que Albert Sarraut denominava os “direitos e deveres do colonizador”). Por último, a ideia de uma autonomia possível dos povos colonizados, quando não era totalmente evitada, era encarada a prazo muito longínquo.

### 1. Lugard e o *Indirect Rule*

Lord Frederick Lugard (1858-1945) foi, entre as duas guerras, o grande defensor do sistema de administração indireta (*Indirect Rule*); o seu livro publicado em 1922, *The Dual Mandate in British Tropical Africa*, teve um êxito retumbante nos meios coloniais, nomeadamente na Grã-Bretanha. Antigo oficial do Exército das Índias que passara a administrador no Uganda e na Nigéria, havia adquirido em contato com essas culturas uma certa admiração e sobretudo um respeito por essas civilizações e pelo bom funcionamento do seu modo de organização tradicional, fundado num judicioso pragmatismo. A partir daí, elaborou a teoria do *Indirect Rule* e ensaiou-a na Nigéria já antes da guerra.

O *Indirect Rule* baseava-se em alguns princípios: os povos colonizados não são desorganizados; têm os seus próprios modos de administração, as suas instituições e os seus chefes; a sua organização, que é original, está adaptada

à sua cultura e sobretudo tem o mérito de estar já instalada. Por conseguinte, o colonizador tem todo o interesse em não procurar substituir essa estrutura e os chefes tradicionais reconhecidos, antes neles se apoiar, servindo assim de guia para dar a essas estruturas a possibilidade de evoluírem para uma maior eficácia e de se adaptarem à mudança, nomeadamente económica. Os administradores coloniais acompanham os chefes, governam através deles. Em teoria, só podem operar ligeiras modificações no funcionamento que encontram, quer para suprimir elementos considerados nefastos, quer para introduzir os elementos que considerem necessários à evolução desejada.

Para os partidários do *Indirect Rule*, o sistema apresentava numerosas vantagens: exigia poucos homens, pois utilizava os chefes instalados, pelo que era pouco oneroso; não perturbava a vida política, económica e social das populações colonizadas; a passagem pelos circuitos tradicionais já muito rodados deixava augurar uma grande eficácia; por último, segundo Sir Donald Cameron, outro teórico e prático do *Indirect Rule*, permitia aos africanos ter uma boa formação para uma administração eficiente. Mas os detratores eram virulentos: no seu princípio, censuravam-lhe o fato de se apoiar em estruturas que “haviam provado a sua incapacidade para extrair a África do seu imenso atraso”. Alguns pensavam que essas organizações eram arcaicas, inadaptadas ao projeto colonial e sobretudo demasiado diversificadas: parecia mais simples reorganizar tudo racionalmente.

Frequentemente, foi o modo de aplicar o sistema que deu origem às críticas: Lord Lugard via nessa política uma espécie de dinâmica que devia levar à mudança, mas alguns administradores, impregnados de ideias liberais e não intervencionistas, traduziram-na em inatividade, deixando-se ficar como simples observadores, permitindo que territórios inteiros acumulassem um grande “atraso” relativamente aos seus vizinhos, nomeadamente no plano das infraestruturas, da saúde e da educação.

### 2. Sarraut e a associação

Antigo governador geral da Indochina, várias vezes ministro das Colônias entre as duas guerras, o francês Albert Sarraut (1872-1954) foi o autor de duas obras célebres, *La mise en valeur des colonies françaises* (1923) e *Grandeurs et servitudes coloniales* (1931), textos nos quais fez valer um ponto de vista diferente, embora tivesse semelhanças com o *Indirect Rule*. Para ele, era incontestável que os países europeus tinham um “dever de civilização”:

Em todo o caso, não se guiando pelo conselho desumano e anti-económico dos inventores do pacto colonial, a França não se tardou no empirismo económico grosseiro de uma política que se resumia a uma operação unilateral encarnada no direito do mais forte, concebida exclusivamente no interesse do país dominador. Se era forçoso que, com o passar do tempo, tal doutrina evoluísse e se transformasse, mais o era numa nação como a nossa, que, seja onde for, traz sempre consigo uma tradição de florescimento que nada pode comprimir. [...]



A França que coloniza vai organizar, para seu proveito, sem dúvida, *mas também para proveito geral do mundo*, a exploração de territórios atrasados e com recursos que as raças autóctones dessas terras atrasadas, por si sós, não poderiam ou não saberiam fazer frutificar, e cujo proveito ficaria assim perdido para elas, mas também para a coletividade. [...] Assim sendo, na expansão colonial assim entendida, não havia, como na origem direito do mais forte, mas, sim, direito do mais forte a ajudar o mais fraco, direito que é verdadeiramente o mais notável e o mais elevado de todos. A operação já não é unilateral, é concebida para proveito e benefício das duas partes. Já não há espoliação de uma raça por outra, mas associação, de acordo com a feliz fórmula que se tornou divisa da nossa política colonial. (Albert Sarraut, 1923).

A política da associação também se baseava num certo respeito pelas estruturas tradicionais: os dois povos, o colonizador e o colonizado, podiam coabitar respeitando-se, visto que um estava ali para ensinar ao outro a maneira eficaz de se administrar e sobretudo a forma de valorizar economicamente os seus recursos. As sociedades africanas tinham de ser reorganizadas: alguns chefes considerados "impostores", isto é, cujo poder era relativamente recente ou que podiam incomodar os europeus, eram afastados; os outros tornavam-se agentes diretos da administração.

O sistema era considerado de grande eficácia pelos seus adeptos e coincidia com o jacobinismo centralizador e o racionalismo característicos do espírito francês. Supunha-se igualmente que permitiria uma grande proximidade entre os administradores coloniais e os seus administrados. As críticas incidiam sobre o fato de o sistema ser excessivamente paternalista, deixar pouco lugar à originalidade africana e, na prática, provocar muitas vezes a desagregação das estruturas existentes, pois o chefe consuetudinário, tornando-se agente da administração, nem sempre conseguia manter a sua autoridade própria.

### 3. A assimilação

A teoria da assimilação, já antiga, não tinha já muitos partidários no século XX, embora fosse ainda praticada em certos pontos. Tinha como objetivo integrar os povos colonizados no povo colonizador numa espécie de consumação do princípio da administração direta. O sistema administrativo, judicial, político e económico deveria ser decalcado pela organização da metrópole e integrado nela. A prazo e mediante certas reservas, os colonizados podiam muito simplesmente tornar-se cidadãos de pleno direito no seio do país colonizador, e adquirir o mesmo estatuto e os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

Considerado durante muito tempo como o meio mais seguro de conduzir os territórios em causa à civilização, esta teoria dava lugar a um vasto debate sobre a noção de igualdade: seriam os "indígenas" já iguais aos metropolitanos, ou podiam vir a sê-lo no termo de um longo processo de educação e de polimento? No século XX, esta pergunta já não era pertinente: com efeito, verificara-se que

a política de assimilação era de difícil aplicação prática, pois os povos africanos tinham demonstrado uma grande capacidade de resistência cultural, a ponto de numerosos europeus os considerarem "inassimiláveis". Além disso, muitos administradores tinham-se revelado mais do que reticentes à ideia de tratar os seus administrados como cidadãos de pleno direito. Sobretudo, as diferenças económicas, e, portanto, sociais, entre a metrópole e as suas colónias dificultavam a implantação de um modo de vida e de organização uniforme.

### 4. Opções políticas e "bricolagens"

Cada uma das grandes potências coloniais optara mais ou menos claramente por um sistema de administração, uma política oficial. A Grã-Bretanha escolheu o *Indirect Rule*, ao passo que a França, que praticava ainda a assimilação nas "quatro comunas" do Senegal, adotara o sistema associacionista. Finda a Primeira Guerra Mundial, os belgas tinham fixado como seu objetivo prosseguir a sua ação com vista a apagar a recordação das violências de Leopoldo II e pôr em prática as reformas lançadas em 1908, com a Carta que organizava o Congo. O sistema instalado aparenta-se ao de uma administração direta impregnada de paternalismo, onipresente. A implantação portuguesa na África, a mais antiga, baseava-se em parte no grande número de mestiços: essa antiguidade e essa miscigenação, haviam influenciado a organização do império português que era regido por um sistema assimilacionista, tendo as colónias sido proclamadas "parte integrante de Portugal" a partir de 1935 ("Ato Colonial" integrado na Constituição), durante o *Estado Novo* do Dr. António de Oliveira Salazar.

Na realidade, numerosos elementos vinham matizar as opções políticas assumidas pelas potências coloniais. Por um lado, as diferenças regionais exigiam adaptações: os britânicos não administravam da mesma maneira as regiões costeiras e as "colónias" propriamente ditas onde estavam bem implantados desde há muito, e o *hinterland*, onde os meios de acesso e de comunicação impunham muitas vezes uma presença de tipo protetoral. Por outro lado, a diversidade das estruturas e organizações encontradas *in loco* vinha alterar o comportamento da administração colonial: quando os administradores franceses tinham de lidar com estruturas sólidas e chefes respeitados, praticavam antes a administração indireta; ao invés, em zonas pouco organizadas, os britânicos foram ao ponto de implantar estruturas decalcadas das de outras regiões, e que nem sempre convinham às populações e cujos chefes não haviam forçosamente aceito, o que obrigava os britânicos a intervir mais diretamente. A título de exemplo, no Uganda, a extensão a toda a colónia do sistema político do Buganda e a instalação de gandas como quadros administrativos fora da sua região suscitaram graves problemas: com efeito, e embora esses administradores fossem em grande parte correias de transmissão da colonização, o sistema aparecia também como um prolongamento, sob a colonização, do expansionismo de que o Buganda dera mostras durante todo o século XIX.

Por último, a administração colonial era muitas vezes assunto de homens, de indivíduos. As opções políticas vinham da metrópole, mas os funcionários destacados na África detinham o verdadeiro poder: a distância não facilitava as comunicações, e sobretudo os administradores estavam melhor informados, mais a par do comportamento a adotar nos seus "feudos". Não se poderá desprezar o papel da personalidade desses homens e das ideias que lhes eram próprias. Ainda que inserida num mesmo sistema, a realidade podia ser diferente de região para região. Assim, por exemplo, no norte da Nigéria, berço do *Indirect Rule*, um administrador britânico, homem de pulso forte, conseguiu, nos anos 1930, que se nomeasse emir de Zaria o candidato que pretendia, apesar da sua total ausência de legitimidade. Mais tarde, não podendo obter as reformas que desejava num pequeno emirado perto de Kaduna, enviou o emir em peregrinação a Meca, aproveitando o ensejo para proceder às alterações desejadas. Os britânicos pretendiam-se pragmáticos, capazes de se adaptarem para reagirem caso a caso. Quanto aos administradores franceses, estavam marcados pelos escritos de Lord Lugard – a sua formação muito teórica não coincidia com as realidades do terreno – mas o sistema francês tinha uma clara vontade de unidade, de uniformidade.

Existe pois, efetivamente, uma grande variedade de sistemas, indo da administração mais direta ao protetorado mais leve. Em certas colônias, como no Congo belga, as populações tinham diante dos olhos o testemunho constante e quase quotidiano da presença colonial, ao passo que, noutras, se ignorava ainda a existência dos brancos, ou a ideia não passava ainda do estado de lenda. A tipologia assim construída não pode, porém, adaptar-se a uma subdivisão por império, pelo menos para além das grandes tendências. Nem sequer os territórios confiados a título de mandato da Sociedade das Nações podem ser claramente catalogados, pois foram absorvidos no sistema colonial da potência dominante; apenas algumas reservas os distinguiam: proibição do recrutamento militar, abertura total ao comércio e à entrada de missionários, direito de fiscalização da administração pela Sociedade das Nações – que era meramente teórico.

Restavam as colônias e zonas de povoamento branco, que eram objeto de um tratamento específico. Devido ao seu clima e à sua pretensa inospitalidade, o continente africano nunca fora considerado como terra de povoamento possível e, de fato, a proporção de brancos vivendo na África negra era muito reduzida, salvo em algumas regiões como a África do Sul, as Rodésias, Moçambique, Angola e o Quênia. Os colonos expatriados tinham problemas de identidade e viam-se atraídos contraditoriamente pela mística patriótica de fidelidade e pelas tendências particularistas, recalcitrantes ante as intervenções, indo ao ponto de desejar a autonomia.

Até 1933, os colonos portugueses tinham-se misturado com alguma constância, com as populações locais ou imigradas (uma parte das quais era constituída pelos indianos [pejorativamente chamados *canecos* ou *monhês*] em Moçambique), tendo por vezes conseguido manter-se desconhecidos pela metrópole. Com o advento do salazarismo, e até à revolução dos cravos e à descolonização, viram-se

obrigados – se bem que às vezes frouxamente – a adotar as teorias nacionalistas e fascistas do Estado Novo.

Nas colônias britânicas, os brancos, baseando-se nos precedentes canadense, australiano e neozelandês, fizeram valer o seu direito e o seu desejo de adquirirem uma certa autonomia, um direito de controle sobre os seus assuntos. A União Sul-Africana rapidamente obteve ganho de causa: tendo obtido já em 1910 o estatuto de *dominion*, beneficiando de uma autonomia interna, delegou ministros ao Gabinete Imperial durante a guerra, participou na negociação dos tratados de paz e tornou-se membro da *Commonwealth* logo quando da sua criação, em 1931. Os colonos brancos do Quênia, que desde o início do século pediam um estatuto análogo ao dos seus compatriotas na África do Sul, viram opor-se-lhes em 1923 o *Devonshire White Paper* que proclamava que "sendo o Quênia antes de tudo um território africano, os interesses dos africanos indígenas deveriam nele prevalecer": o governo colonial concedeu apenas a criação de um *Legco* (*Legislative Council*) em que havia membros eleitos representando os europeus, os indianos e os árabes, ao passo que os interesses dos africanos eram defendidos por um missionário designado pelo governador.

Documento 73: A organização administrativa das colônias da África

| Grã-Bretanha                                                                       | França                                                                                                            |                                                                                                              |                                                                                               | Bélgica                                                                                                                             |                                                 | Portugal                                              |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Colônias<br>Governador                                                             | AOF<br>Governador<br>Geral                                                                                        | AEF<br>Governador<br>Geral                                                                                   | Madagascar<br>Governador<br>Geral                                                             | Congo<br>Governador<br>Geral                                                                                                        | Ruanda<br>Urundi<br>Vice<br>Governador<br>Geral | Colônias<br>Governador<br>Geral<br>ou Governador      |
| Províncias<br>Comissário<br>de Província<br>Distritos<br>Comissário<br>de distrito | Regiões<br>Governador<br>Adjunto<br>Círculos<br>Comandante<br>de círculo<br>Subdivisões<br>Chefe<br>de subdivisão | Colônias<br>Governador<br>Adjunto<br>Regiões<br>Comandante<br>de região<br>Distritos<br>Chefe de<br>distrito | Regiões<br>Governador<br>Adjunto<br>Províncias<br>Circunscrições<br>Chefe de<br>circunscrição | Províncias<br>Governador<br>de Província<br>Distritos<br>Comissário<br>de distrito<br>Territórios<br>Administrador<br>de território |                                                 | Províncias<br>Governador<br>Intendências<br>Concelhos |
| Chefe<br>"tradicional"                                                             | Províncias: Chefe de província<br>Cantão: Chefe de cantão<br>Aldeias: Chefe de aldeia                             |                                                                                                              |                                                                                               | Chefaturas<br>ou Setores:<br>Chefe<br>de centro<br>consuetudinário                                                                  |                                                 | Régulo<br>e Regedor                                   |

Este quadro, que é estático, não dá conta das adaptações incessantes dos sistemas administrativos coloniais e apenas apresenta estruturas que funcionaram durante muito tempo; além disso, não evidencia as especificidades dos territórios sob mandato da Sociedade Das Nações.

Fonte: quadro organizado por Sophie Le Callennec.

Apesar da diversidade dos sistemas coloniais, e salvo a União Sul-Africana, as administrações coloniais estavam organizadas respeitando modos hierárquicos muito próximos uns dos outros (documento 73). Mais do que matizes próprios a cada país europeu, o que distinguia essas estruturas entre si era a utilização, centralizada ou descentralizada, dessa hierarquia e da repartição do poder. No topo da pirâmide encontrava-se a metrópole e o seu ministro das Colônias que, como membro do governo, era responsável perante o Parlamento. As autoridades metropolitanas fixavam os grandes eixos da política colonial, como, por exemplo, o orçamento atribuído às colônias. Mas, na realidade, uma vez fixados esses eixos, os administradores que operavam nas colônias gozavam de uma ampla margem de manobra. Tal não era o caso nas colônias portuguesas, pois o poder estava instalado no "Terreiro do Paço", metonímia usual para designar, em Lisboa, a sede do poder político.

### C. Sociologia da colonização: atores, colaboradores e dominados

A chegada maciça dos europeus, a sua vontade de permanência e sobretudo a implantação dos sistemas de administração abalaram as sociedades africanas, criando novas classes, como, por exemplo, a dos quadros africanos, homogeneizando o estatuto das populações pelo sistema do indigenato. Ora, ao mesmo tempo, os brancos instalados no continente constituíam pequenos microcosmos, com as suas regras, a sua vida própria. Durante várias décadas, essas diferentes partes da sociedade colonial, essas diferentes sociedades, iam viver lado a lado, coabitar, sem nunca se misturarem:

Se evocarmos de maneira esquemática os grupos colocados face a face pela situação colonial, classificando-os a partir da sociedade colonial (grupo dominante) até a sociedade colonizada (grupo dominado), podemos ter: a/ a sociedade colonial excluindo os estrangeiros de raça branca; b/ os estrangeiros de raça branca; c/ as pessoas coloured mantendo a expressão inglesa que tem um sentido lato; d/ a sociedade colonizada, aqueles a que os anglo-saxões chamam os natives. Distinção e hierarquia que começam por assentar em critérios de raças e de nacionalidade. Implicam uma espécie de postulado: a excelência da raça branca e mais precisamente dessa fração que é a nação colonizadora; sendo a supremacia apresentada como baseada na história e na natureza. (Georges Balandier, 1963, p. 17).

#### 1. Os "reis do mato"

Provenientes, na sua maioria, das classes médias, os administradores coloniais viam-se promovidos, pela cor da pele e por sua função, ao estatuto mais elevado em terras africanas. Durante muito tempo, o recrutamento colonial

foi difícil: a imagem das colônias africanas era má e atraía poucos candidatos; entre os administradores havia pessoas para lá expelidas para serem esquecidas, nomeadamente pelas famílias. No período entre as duas guerras, o interesse pela África cresceu progressivamente e o recrutamento foi-se tornando mais fácil. Diminuiu a proporção de militares, e, por outro lado, dado os filhos dos primeiros administradores terem atingido a idade adulta, assistiu-se ao advento de uma segunda geração de administradores nascidos na África ou vindos de famílias que tinham vivido na África. As motivações eram diversas: as verdadeiras vocações não abundavam e poucos candidatos tinham grandes ideais humanitários. A ideia de uma vida aventureira, a sede de liberdade, a esperança de uma promoção rápida e os cálculos materiais eram as fontes de grandes sonhos que os levavam a ingressar na administração colonial.

Nos anos 1920 e 1930, a seleção tornou-se mais rigorosa: enviavam-se para África cada vez menos administradores sem formação, exigindo-se um nível de estudos superiores. Começou a ser necessário passar por escolas especializadas: a Escola Colonial na França (que mais tarde passou a Escola Nacional da França do Ultramar), a Universidade Colonial de Antuérpia e a Escola Colonial de Bruxelas para a Bélgica, a Escola Superior Colonial para Portugal. A Grã-Bretanha, que continuava a ter dificuldades de recrutamento, era menos seletiva; mas, a partir dos anos 1930, exigia uma formação universitária e enviava os seus candidatos durante um ano para Oxford. Em todas essas formações, aparecia um elemento novo: a aprendizagem, não só da etnografia, mas também das línguas africanas, que pareciam passar a ser necessárias para uma melhor eficácia e um melhor contato com o colonizado.

Mas, entre o ideal de vida com que sonhava o futuro administrador e a realidade havia um oceano, aquele que o aspirante atravessava para assumir as suas funções. Logo à chegada, desfaziam-se-lhe as ilusões. Na realidade, o trabalho de administrador era monótono e rotineiro, muito diferente das grandes esperanças de aventura: papelada e burocracia, era a sorte que lhe calhava. Havia as rondas de inspeção, é certo, mas tinham uma função puramente administrativa. Os funcionários só raramente eram colocados de acordo com os seus conhecimentos específicos, e nunca de acordo com os seus desejos: só as necessidades do sistema entravam em linha de conta. No entanto, os bons apoios políticos permitiam promoções rápidas. Muitos funcionários tinham como objetivo fazer carreira e, para tal, sabiam abrir caminho à cotovelada, de forma a ganharem os favores dos superiores hierárquicos e obterem relatórios favoráveis. No sistema francês, a instabilidade era tal que no mesmo posto se sucediam muito rapidamente os funcionários. O arrivismo era menos fácil no sistema belga, no qual os administradores ficavam no mesmo posto toda a carreira. Esses funcionários também se preocupavam com a preparação da reforma, e procuravam poupar o mais possível ou arranjar uma sinecura nas grandes sociedades comerciais. Foi o que aconteceu, nomeadamente no Congo belga, onde os governadores se tornavam



sistematicamente responsáveis das grandes empresas industriais, comerciais e "paraestatais".

Fora isso, a vida dos europeus não era difícil: na realidade, apresentava-se bastante faustosa. As remunerações que recebiam garantiam-lhes um elevado nível de vida e, embora o conforto não fosse sempre luxuoso, moravam em belas casas, tinham ao seu serviço um grande número de criados, os *boys*, que tratavam muitas vezes como escravos e sempre com paternalismo. Viviam em círculo fechado, praticando uma nítida separação face aos negros: o seu frequente racismo era exacerbado. Estabeleciam zonas reservadas, bairros oficialmente ou praticamente proibidos aos africanos, reconstituíam uma microssociedade, com a sua hierarquia e o seu código. A sua origem, predominantemente pequeno-burguesa, incitava-os a procurar uma certa aristocratização, nomeadamente pela observância de uma etiqueta muito estrita. A este meio podiam juntar-se os outros brancos, missionários e colonos. Este círculo fechado tinha atividades e um modo de vida específicos: clubes à inglesa, atividades desportivas, serões e jantares, intrigas e mexericos; quem não respeitasse a regra do jogo, em especial quem tomasse a liberdade de frequentar abertamente os "indígenas", era impiedosamente excluído e ficava muito isolado. Tal valia em especial para aqueles que viviam com mulheres negras, embora, em certos territórios, a "coisa" fosse tolerada e, inclusive, organizada, de modo a ser benéfica para a colonização. No seu *Guide de l'Européen dans l'Afrique Occidentale* (1902), o Dr. Barot encorajava essas uniões avançando diferentes argumentos:

Um casamento contraído com a filha de um chefe de aldeia influente pode servir para reforçar os laços de simpatia que ligam os negros ao europeu e facilitar a administração do país. [...] O europeu que tem uma mulher indígena, se ela não for demasiado ininteligente, acaba por se afeiçoar um pouco a ela; ela distrai-o, cuida dele, dissipa o seu tédio e, por vezes, impede-o de se entregar ao alcoolismo ou às depravações sexuais, infelizmente tão frequentes nos países quentes. Por fim, a união com uma mulher indígena é um dos mais seguros meios de aprender depressa a língua indígena, de penetrar nos costumes mais ocultos, de conhecer as canções, as lendas por vezes tão bonitas desses povos, numa palavra, de conhecer a alma negra. (pp. 328-329).

Nos anos 1920, as mulheres, esposas de funcionários e de colonos, chegaram da metrópole e começaram a integrar-se no círculo, até aí masculino. Mas essa sociedade policiada tinha também os seus vícios: excesso de bebida e grande apetência sexual, cujos custos eram pagos pelas jovens africanas, por vezes em seu proveito em termos sociais ou financeiros.

O que embelezava mais do que tudo a vida do administrador colonial era o seu poder, o seu sentimento de domínio. Ele, que no seu país era um homenzinho sem fulgor, passava a ser na África um "rei do mato": os seus poderes eram imensos. Os funcionários franceses gostavam de envergar o uniforme próprio da sua função, que se assemelhava ao dos militares. O seu sentimento de importância

provinha do respeito, ou mesmo temor que inspiravam às populações. Alguns deles, raros, é certo, esticavam a sua autoridade até à crueldade. No mato, o seu poder não tinha limites: o afastamento e as carências dos meios de comunicação podiam tornar a vida difícil e a solidão pesada; mas a liberdade e sobretudo o sentimento de poder levaram bastantes vezes alguns funcionários a recusar promoções para ficarem no seu feudo. Esta extensão do seu poder levou Robert Delavignette a chamar-lhes "os verdadeiros chefes do Império".

A especificidade do sistema francês residia no número relativamente elevado de funcionários negros originários das Antilhas e da Guiana Francesa, e no papel que estes desempenhavam. A adesão destes "homens de cor" assentava em motivações complexas: vontade de escapar ao provincianismo das ilhas, ambições sociais, sonhos secretos de voltar à "mãe África". Não se pode desprezar o papel desempenhado por esses colonizadores negros, que apresentavam diversos perfis: colonizadores zelosos, como, por exemplo, Louis-Placide Blacher, companheiro de Blaise Diagne nos caminhos da conscrição em 1918, e, seguidamente, governador do Níger, criticado pela imprensa como um dos responsáveis pela fome de 1931; colonizadores roídos pela má consciência perante os malefícios do sistema e prontos a passar para o lado da crítica anticolonial, como, por exemplo, René Maran; colonizadores negros de pele, mas brancos de coração, que estavam imbuídos de todos os preconceitos paternalistas, mas eram republicanos puros e duros, ciosos de promoverem umas escassas elites africanas, como Félix Eboué; "traidores" da causa colonial, que iam a ponto de reassumir a identidade africana e a luta pela independência, como Gabriel Lisette.

## 2. Os quadros africanos

Para implantar e fazer funcionar o sistema colonial, não bastavam os brancos: eram necessários também e sobretudo os negros. Não apenas a massa, "objeto" da colonização, mas também uma ou mais classes intermédias que se encarregassem das tarefas que os europeus (por falta de homens, de competências específicas) não podiam ou não queriam fazer. Essa categoria intermédia de quadros africanos, que, umas vezes, era instrumento de legitimação, outras, correia de transmissão, e, bastantes vezes, era composta principalmente por duas entidades, os chefes tradicionais e uma nova elite.

Em toda a parte na África, mas mais ainda nas regiões de administração indireta do que nas colônias sob administração direta, o poder tradicional, como vimos, continuava instalado. É claro, as suas competências tinham-se modificado, a sua legitimidade não lhe vinha já apenas dos costumes e os modos de designação estavam por vezes enviesados. Contudo, os chefes continuavam a ser o que eram: órgãos do poder político (já que não podiam ser seus atores exclusivos) e homens respeitados.

Como a colonização precisava de mais homens, instalou uma nova categoria de quadros, a dos técnicos, dos agentes da administração, dos empregados do

setor econômico e doméstico. Esta camada social era variegada e compósita, muito díspar nas competências que encerrava em si, nos níveis de vida e nos estatutos sociais que oferecia, indo do simples *boy* ou ordenança ao funcionário do quadro, sem esquecer os intelectuais africanos, cujo surgimento foi precoce nas colônias britânicas (meados do século XIX) e mais tardia nas outras, mas cujo peso começou a fazer-se sentir em todo o lado no período entre as duas guerras.

Grande inovação, a existência desta categoria social proporcionava aos africanos a oportunidade de uma mobilidade social segura, embora incompleta, mobilidade até então desconhecida em numerosas regiões: os critérios de eletividade e de ascensão eram diferentes dos que permitiam o acesso ao tradicional poder político, embora, é verdade, os filhos dos chefes estivessem à partida melhor colocados do que os filhos do povo. A questão das origens e das trajetórias sociais desses quadros africanos representa um domínio infelizmente ainda pouco estudado. Primeiro fator de ascensão social: a riqueza. Numa sociedade obcecada pela valorização econômica e pela produtividade como a sociedade colonial, o dinheiro abria muitas portas. A ascensão de um homem como Ibrahim Seydou N'Daw, dirigente de uma associação de produtores e comerciantes de amendoim no Senegal, que rapidamente foi considerado chefe da região de Kaolack, mostra a que ponto o poder econômico tinha possibilidade de levar a melhor sobre o poder político. Segundo fator de mobilidade: o conhecimento, o "saber dos brancos". O domínio de certos conhecimentos, a começar pelo da língua e da escrita do colonizador, era um meio ideal, quando não o único, de passar do simples estado de "indígena" para o de agente e ganhar dignamente ou mesmo confortavelmente a vida. Amadou Hampâté Bâ, no seu romance *L'étrange destin de Wangrin* faz-nos uma descrição simultaneamente justa e saborosa dessa verdadeira classe social que se constituiu, agrupando intérpretes, educadores e outros letrados, orgulhosos do seu saber, que sentiam indiferença por colaborarem ou não com os brancos e estavam mais preocupados em seguir uma estratégia pessoal de êxito, tirando pleno proveito do que foi certamente para eles uma idade de ouro.

Se os quadros tradicionais continuavam relativamente presentes no conjunto do continente, esta nova classe de quadros africanos estava repartida de forma muito desigual: nas regiões onde os colonos tinham vindo em grande número, como no Quênia, e onde a migração comportava muitos "brancos de segunda", como acontecia nas colônias portuguesas, os postos já estavam todos preenchidos e as vagas eram raras fora do setor dos trabalhos domésticos; ao invés, nas regiões em que os colonos estavam menos presentes, nomeadamente na África Ocidental, as oportunidades eram numerosas. Por último, os sistemas coloniais favoreciam diversamente o surgimento de tais elites: fortemente encorajadas nas colônias britânicas, eram quase totalmente bloqueadas nos territórios belgas, onde a doutrina era: "Não havendo elite, não há aborrecimentos."

### 3. O indigenato

Restava a imensa massa da população, majoritariamente rural, que tinha poucos contatos com o colonizador, o qual estava mais interessado na calma e na ordem do que na condição dos seus administrados. Pacificadas as colônias, foram progressivamente instalados sistemas de regulação destinados a administrar esses "indígenas".

A regra e a justiça, que constituíam os alicerces dessa estrutura, eram severas. Nas colônias regidas pelo *Indirect Rule*, a justiça tradicional continuava a funcionar; quando muito, os administradores intervinham para refrear os abusos de poder, suprimir as condenações pesadas (ordálios, mutilações e penas de morte) ou aconselhar os chefes. Mas os europeus tinham dificuldade em perceber todas as sutilezas do direito consuetudinário, de modo que os chefes tinham nas mãos um verdadeiro poder e uma ampla autonomia. Inversamente, nos territórios franceses foi criada uma legislação especial, o "indigenato", aplicável exclusivamente aos indígenas, que vinha sobrepor-se ao direito consuetudinário, que os africanos tinham de continuar a observar. Os governadores tinham toda a latitude para aplicarem ou não as leis da metrópole; de resto, podiam tomar todas as decisões necessárias à manutenção da ordem. Para permitir à "justiça" ser rápida, a sanção dos delitos nos territórios franceses fazia-se fora de todo e qualquer tribunal, sem qualquer julgamento, por simples decisão da administração. O sistema instituído pelos belgas no Congo comportava também a sobreposição do direito indígena e de um direito imposto pela potência colonial: a partir de 1933, o *Bulletin des Juridictions Indigènes et du Droit Coutumier Congolais* encarregou-se de codificar as práticas jurídicas indígenas, tornando rígidas assim instituições que tinham conseguido perdurar por sua flexibilidade. As novas regras de jogo constituíram uma grande mudança para os africanos, pois apareciam novas proibições, mas também porque as faltas reconhecidas já não eram sancionadas por uma simples indenização à vítima, mas também por uma punição do culpado, o que, até então, nem sempre acontecia. Além disso, o castigo assumia aspectos inéditos, como, por exemplo, a prisão: o princípio do sistema penitenciário marcava os espíritos; prova disso é a pintura popular zairense que, ainda hoje, evoca a colonização belga e a prisão central como dois elementos inextricavelmente ligados, como mostram as investigações de Johannes Fabian e de Bogumil Jewsiewsky. A longa lista das coisas proibidas bem como os meandros do sistema judiciário deixaram muita gente desorientada. Sem contar com o fato de os sistemas judiciários e as regras variarem consideravelmente de região para região.

Outro pilar do sistema era o imposto. Uma das principais preocupações da administração colonial (e da metrópole) era conseguir que as colônias fossem financeiramente autônomas, ou, pelo menos, que contribuíssem amplamente para as suas despesas, para o seu equipamento e para o seu "desenvolvimento".

Os rendimentos podiam provir de diferentes fontes, nomeadamente dos impostos sobre o comércio. Numa grande parte da África, o sistema do imposto era desconhecido: só as zonas islamizadas o praticavam; em certas regiões, havia um sistema de caixas de aldeia que se aproximava disso. Não foi simples instaurar o princípio, e difícil foi também decidir qual a base da coleta. A base mais amplamente utilizada foi a da capitação, que tinha como principal defeito o fato de não levar em linha de conta as disparidades econômicas entre africanos. O imposto raramente foi calculado com base na superfície cultivada; a habitação serviu igualmente de base de cálculo (*poll tax* e *hut tax*); mas este princípio tinha efeitos perversos, inesperados para os europeus: os homens polígamos eram incitados a fazerem coabitar sob o mesmo teto as diferentes esposas para não multiplicarem as habitações.

Para conseguirem que as receitas fiscais fossem cobradas, os franceses utilizaram os chefes. Os britânicos, adeptos do *Indirect Rule*, apoiaram-se nos *native treasures* (tesouros indígenas) quando estes existiam, como no norte da Nigéria: os impostos, fixados pelo administrador colonial, eram cobrados e geridos pelos chefes que tinham uma relativa liberdade para decidir da atribuição das dotações orçamentais.

Lord Lugard defendera o princípio do imposto invocando diferentes motivos: é claro que um deles era o de financiar a administração colonial; tinha também por objetivo permitir a modernização das estruturas tradicionais autorizando a aprendizagem da cobrança e gestão de um orçamento, visto que o dinheiro era a única maneira de conseguir o desenvolvimento das infraestruturas; mas, e sobretudo, o imposto tinha por função estimular a produção e incitar os "indígenas" a entrar no processo económico instaurado pela colonização. Com efeito, o imposto tinha de ser pago em dinheiro: ora, embora as sociedades africanas utilizassem moedas, as divisas reconhecidas pelos Estados coloniais nunca faziam parte delas, salvo nas regiões onde a economia de exportação para a Europa se desenvolvera no século XIX (Senegal e Costas do Golfo da Guiné, por exemplo). Para conseguirem o dinheiro necessário ao pagamento do imposto, os africanos tinham, ou de abandonar as culturas de subsistência para se dedicarem às culturas vendidas para exportação, ou procurar um emprego onde recebessem um salário. O imposto desempenhou pois um grande papel na implantação da exploração económica e na transformação da vida dos africanos.

Do imposto em dinheiro ao imposto em trabalho, era só um passo: foi o trabalho forçado. Este assumiu diversas formas: no melhor dos casos, o "sujeito passivo" (indivíduo ou grupo) tinha de prestar à administração vários dias de trabalho, por mês ou por ano, dias que nem sempre eram remunerados; a mão-de-obra assim recrutada era então utilizada no transporte por carregadores, e mais tarde na construção e manutenção das infraestruturas (estradas, ferrovias, edifícios públicos etc.). Mas, quando se tratava de grandes obras (o caso da construção da ferrovia Congo-Oceano é característico), a massa requisitada era

tal que todos os meios pareciam bons para a formação das equipas necessárias: recrutamento de falsos voluntários, requisição dos "improdutivos", ou rusgas como as já praticadas durante a Primeira Guerra Mundial etc. Na memória coletiva, o trabalho forçado aparece como o símbolo da colonização, sob o seu aspecto mais depravante e bárbaro. O próprio princípio era contrário ao ideal de humanitarismo e de "civilização" de que as nações colonizadoras pretendiam ser portadoras e, sob a capa das necessidades da comunidade e do mito da valorização económica, perpetuava a escravatura abolida no século precedente. Nas metrópoles, o debate sobre a questão não cessava, e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) teve de intervir a partir dos anos 1930 para limitar a utilização do trabalho forçado. Além disso, na maioria dos casos, essas prestações eram efetuadas em condições horribéis: deslocamento de populações inteiras, trabalho excessivo e desmedido, disciplina de ferro e utilização intempestiva do chicote, higiene e alimentação mais do que precárias, salários de miséria. Foi o que testemunhou o deputado Félix Houphouët-Boigny, em 1946, no seu relatório à Assembleia Nacional Constituinte, em Paris:

De 1 franco e 50, em 1925, o salário diário passou para 3 francos e 50, por seis meses de contrato, e 4 francos, por um mês de contrato, em 1945. As mulheres e as crianças têm direito a 2 francos e 25 por dia. Nenhum é pago nem alimentado aos domingos e feriados. Contam-se aos trabalhadores entre 5 a 6 francos de alimentação por dia. Ora, com 5 ou 6 francos, mesmo sendo os 6 francos integralmente gastos, é impossível alimentar corretamente um homem. Quando gastaram o pouco dinheiro que trouxeram consigo e quando a família já não lhes pode mandar mais, os trabalhadores vêm-se obrigados a ajustar trabalho ao domingo com os plantadores africanos vizinhos ou ir levar lenha ao mercado mais próximo. Alguns juntam-se em bandos armados e espalham-se pelas plantações indígenas, onde, levados pela fome, se apoderam pela força de algo que comer. Outros, obrigados a terminar no domingo a tarefa que não conseguiram acabar na véspera, não têm sequer a possibilidade de pilhar comida. Já sem falar nas multas por doença, atraso ao serviço ou não cumprimento das tarefas atribuídas, bem superiores às forças desses famélicos.

Se é certo que a Grã-Bretanha recorreu pouco ao trabalho forçado, a França, a Bélgica e Portugal fizeram amplo uso dele, institucionalizando o processo, que, nas suas colónias abrangia milhões de africanos.

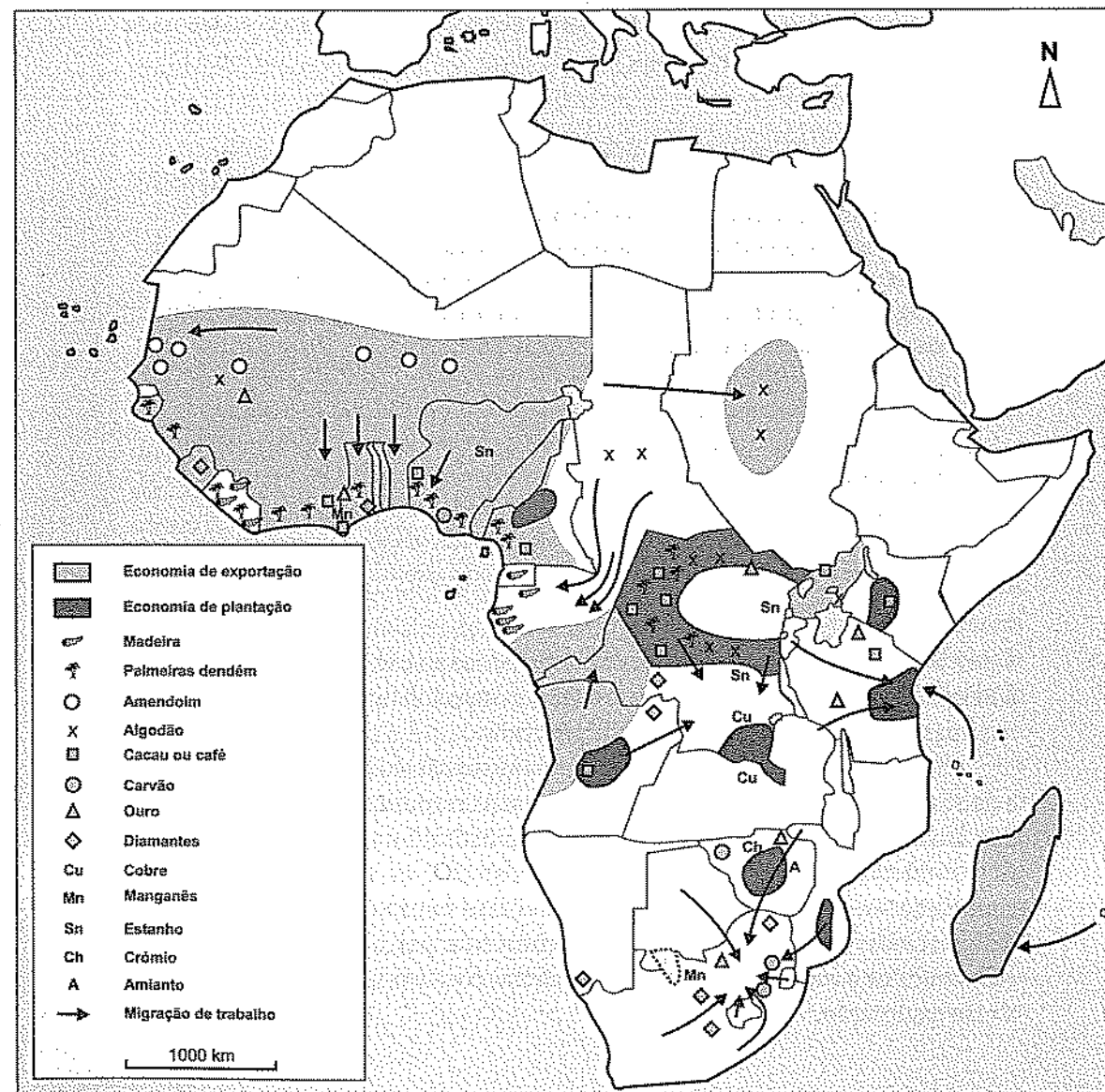
Independentemente do modo de administração adotado pela colonização e da sua real ou declarada vontade de respeitar as estruturas antigas, a instalação dos brancos e do seu modo de organização constituiu uma verdadeira intrusão no continente africano e perturbou profundamente as sociedades existentes; com efeito – e o sistema do imposto e o trabalho forçado são as suas primeiras manifestações – a colonização tinha efetivamente por objetivo a "valorização económica", e a administração servia de aparelho coercivo, de suporte institucional a essa exploração.



### III. A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

No limiar do século XX, na Europa, depois de acabada a "Grande Depressão" (1873-1896), assistia-se a um crescimento econômico amplo e relativamente regular. Nesse contexto, os europeus tinham forçosamente que procurar arrancar as suas colônias em geral e o continente africano em especial à "selvageria" e à "preguiça" dos seus habitantes. O "dever de civilização" de que se pretendiam portadores teria de ser, antes de tudo, um dever de "introdução da economia", de transmissão desses valores de progresso, a fim de levarem os seus impérios para uma era de prosperidade, a do mercado mundial.

Documento 74: A economia colonial nos anos 1930



### A. Exploração e pilhagem: tipologia

O continente africano proporcionava aos colonizadores uma grande diversidade no seu potencial de riquezas – terras férteis, grandes florestas de essências preciosas, jazidas minerais etc. – bem como no seu potencial de exploração – densidade de população, portanto de mão-de-obra, facilidade de acesso, proximidade dos mares etc. A exploração colonial apoiou-se igualmente nas tendências e dinâmicas econômicas do século XIX e nas estruturas econômicas e sociais existentes, fazendo certas sociedades trabalharem por sua conta e afastando as que considerava inaptas à implantação de uma produção intensiva. Esta exploração variava de região para região, de acordo com os meios e as políticas dos Estados coloniais. Todas essas diferenças deram origem a vários métodos e sistemas de exploração, analisados por meio de uma tipologia que se tornou clássica e estabelece a distinção entre a economia de predação, a economia de exportação, o sistema dos colonos plantadores e a economia mineira (documento 74).

#### 1. A economia de predação

Primeiro sistema de exploração, a economia de predação, surgida no fim do século XIX, prosseguiu após a Primeira Guerra Mundial centrada em produtos como o marfim, a borracha e a madeira, marcada por resultados diversos. Com efeito, a superprodução mundial de borracha levou à queda das cotações em Londres – em 1930, o seu preço era 13% do de 1913 –, ao passo que a cotação do marfim tendia a continuar em alta, logo a seguir à guerra, período durante o qual a procura de produtos de luxo subiu bruscamente na Europa; mas o esgotamento das reservas começava a inquietar e o reforço da regulamentação acabou por levar as exportações a descer abaixo da barra das cem toneladas em 1925: encerrava-se uma época.

O caso da madeira no Médio Congo e sobretudo no Gabão é característico desta economia de predação. As duas colônias estavam em grande parte cobertas por uma floresta densa e rica, com várias espécies, da mais preciosa à mais vulgar. Uma delas, o ocumê, teve grande êxito a partir dos anos 1890. Tinha madeira macia (pelo que era fácil de trabalhar), de bela cor; desenrolava-se facilmente, pelo que deu origem à grande época da madeira compensada; provinha de uma árvore alta e reta, o que permitia a exploração de grandes volumes; por fim, e sobretudo, a sua fraca densidade permitia um transporte fácil por via aquática; por isso se falou do "ocumê-rei" ou da "revolução do ocumê" (Guy Lasserre). Gilles Sautter mostrou que, em finais do século XIX, os exploradores da árvore empreenderam um abate considerável, tendo-se concentrado em torno dos lagos do médio Ogooué: a ausência de pântanos facilitava os trabalhos na borda da água e o lançamento da madeira à água; a evacuação fazia-se pelo Ogooué até Port-Gentil.

O transporte dos troncos do local de abate até à margem era um trabalho tão penoso e sobretudo tão lento que as explorações ficavam o mais próximo

possível da margem. Começaram a surgir clareiras de exploração e já antes da guerra havia zonas muito empobrecidas. Para limitar "a fúria de abate o mais perto possível e o mais barato possível", instituiu-se uma regulamentação que limitava a exploração: foi proibido o abate de certas espécies, definiu-se a dimensão mínima dos troncos, protegiam-se certas zonas e, não se conseguindo das empresas de corte a replantação de árvores jovens, a administração da África Equatorial Francesa instaurou em 1920 uma taxa de repovoamento de 1,5 a 2 francos por metro cúbico de madeira exportada: a predação não cessou por isso e só com a independência foi lançado um verdadeiro programa de reflorestamento.

As primeiras concessões à exploração, em finais do século XIX, haviam sido confiadas a grandes companhias como a SHO (Sociedade do Alto Ogooué), a SAFIA (Sociedade Agrícola, Florestal e Industrial para a África), a CEFA (Companhia de Explorações Florestais Africanas) e a firma Quillard que encomendavam os trabalhos a exploradores florestais independentes, os tarefeiros. Com a retomada econômica do pós-guerra (1919-1920), a perspectiva de acumular rapidamente fortunas espetaculares levou numerosos colonos a lançar-se por conta própria no corte da madeira: o número de explorações aumentou rapidamente. Ao mesmo tempo, nos anos 1920, a expansão da procura e o aperfeiçoamento da técnica de fabrico das placas de compensado permitiram um verdadeiro *boom* das exportações: em 1897, eram exportadas da África Equatorial Francesa 2 000 toneladas de madeira; em 1906, este número ascendia a 34 636 toneladas; em 1920, a 47 401 toneladas; em 1923, a 104 806 toneladas; em 1926, a 248 285 toneladas e em 1930 a 397 754 toneladas.

A intensificação da exploração foi amplamente apoiada pelo progresso técnico: a adoção da via Decauville permitiu a evacuação dos troncos por trem até aos rios e aos lagos; os rebocadores asseguravam o transporte para Port-Gentil; as empresas mecanizaram-se (motoserras, serrarias, material de elevação). Os exploradores florestais independentes cederam progressivamente o lugar a um pessoal assalariado que houve que ir buscar cada vez mais longe e "motivar" por meio do imposto, ou mesmo coagir por meio do trabalho forçado. A crise dos anos 1930 provocou a falência de inúmeros pequenos produtores e obrigou as empresas a reforçar a sua coordenação. A exploração em grande escala prosseguiu para lá da Segunda Guerra Mundial, tendo continuado a ser a principal atividade do Gabão até à "revolução petrolífera". Mas já no período entre as duas guerras o sistema da predação começou a ceder o passo face aos dois outros sistemas: a economia de exportação e a economia de plantação.

## 2. A economia de exportação

Sistema economicamente predominante na África Ocidental, nomeadamente nos territórios franceses, a economia de exportação aparecia como um sistema de exploração simples e rápido, pois não exigia a presença maciça de colonos brancos, como no caso da economia de plantação e, à primeira vista, não transformava

radicalmente a atividade dos africanos rurais. Segundo o geógrafo Jean Dresch, teórico e crítico do sistema, "a economia de exportação consiste pois em reunir e drenar para os portos os produtos do país, exportados em bruto, e em distribuir em troca os produtos industrializados". A economia de exportação desenvolveu-se a partir de diversos impulsos. O primeiro remonta ao século XIX e corresponde a uma escolha dos mercadores e dos camponeses africanos, que optaram por se lançarem na expansão da produção de gêneros alimentícios conhecidos localmente (azeite de dendê, amendoim) ou destinados exclusivamente à exportação (cravo, cacau etc.).

O segundo impulso foi o da colonização. Os europeus escolhiam as culturas que deviam ser produzidas; onde já existiam essas culturas, exigiam o aumento da produção; onde esses produtos eram desconhecidos, impunham-nos aos agricultores graças ao sistema das culturas obrigatórias ou mais simplesmente por intermédio do imposto que forçava o produtor a entrar no circuito da economia monetarizada. Um terceiro impulso ocorreu entre as duas guerras, quando, como aconteceu na Costa do Marfim, alguns africanos empreendedores, chefes, quadros da administração ou da economia colonial se lançaram nos negócios e criaram lucrativas plantações.

O sistema da economia de exportação exigia poucas adaptações no que se refere à produção: as regras habituais de repartição das terras, os métodos de exploração e as técnicas agrícolas não sofriam praticamente nenhuma alteração; quando muito, as estruturas das aldeias ou de cooperação teriam de se adaptar para serem interlocutoras pertinentes do sistema comercial. Do lado europeu, era implantada uma autêntica máquina de "drenagem": representações comerciais, armazéns e hangares de estocagem e acondicionamento, infraestruturas de encaminhamento dos produtos. E, já que se utilizava o circuito num sentido, bem se podia fazê-lo funcionar no outro: os produtos manufaturados eram transportados seguindo o trajeto inverso e vendidos a preços competitivos, podendo os africanos comprá-los graças ao fruto da venda da sua produção.

## O Senegal dos mourides

O modelo frequentemente seguido pelos historiadores a respeito da economia de exportação é o do Senegal, caso notável em que o colonizador não só não procurou imiscuir-se nas estruturas de produção mas também, e sobretudo, soube utilizar a dinâmica social contida no muridismo. Iniciada no século XIX, a cultura do amendoim para exportação sofreu uma mutação de monta graças à confraria dos mourides. Com efeito, embora, numa primeira fase que durou mais ou menos até à Primeira Guerra, o muridismo tenha assumido "uma significação objetiva de resistência potencial à implantação colonial" (Jean Copans), sabe-se que, mais tarde, e mais ainda após a morte de Ahmadou Bamba (1850-1927), o fundador do movimento, os mourides e os franceses viram bem todas as vantagens que podiam tirar de uma eficaz colaboração. Para uns, essa cooperação punha cobro às perseguições de que se achavam vítimas (prisões, exílio) e poderia colocá-los em

posição de vantagem ante os seus “concorrentes” (Tidjaniyya, Qaddriyya) e ante as autoridades políticas africanas; permitiria igualmente legitimar, no interior da confraria, o poder dos califas, poder controverso, pois a sucessão de Ahmadou Bamba dava origem a querelas intermináveis. Para os outros, os colonizadores, a política resolutamente “economicista” dos mourides era a melhor garantia da participação africana no projeto de “valorização econômica”.

Com efeito, a confraria estava estruturada em pequenos grupos compostos por um *xequ* e os seus *talibe*, ou discípulos. Esta entidade era simultaneamente uma célula religiosa e um centro de produção no qual o marabu acumulava poderes espirituais e temporais: a ideologia mouride advogava a realização do homem pelo trabalho intelectual (estudo do Alcorão) e sobretudo manual. Em face da média da população, os mourides apareciam pois como agricultores de um ardor e de um rendimento poderosos. O desenvolvimento da confraria a partir do século XIX e sobretudo no século XX e, paralelamente, o esgotamento das terras ocupadas por esses trabalhadores incansáveis, que os obrigava a mudar regularmente de local de exploração (falou-se a seu respeito de “nomadismo agrário”), provocaram uma “investida para o interior do Senegal” (Xequ Tidiane Sy). Os mourides faziam avançar cada vez mais a fronteira do amendoim, ocupando terras novas, desbravando-as e preparando-as para a cultura. Cada marabu construía a sua *daara* (aldeia comunitária), onde reunia os seus *talibe*. Os resultados em matéria de produção agrícola eram tanto mais importantes quanto o argumento econômico podia ser de grande peso na conversão de novos discípulos: desempenhou certamente um papel não desprezível na conversão dos serer que até então se tinham mantido inteiramente impermeáveis ao islã.

Nessas *daara*, uma minoria de terras era consagrada ao milho-miúdo, para consumo comunitário e a maior parte servia para a cultura do amendoim, destinada à indústria oleaginosa francesa. As autoridades coloniais tiraram bom proveito desse sistema que resolvia por elas a questão da mão-de-obra e do seu enquadramento, lhes assegurava boas colheitas, propiciava a entrada em exploração de uma superfície cada vez mais vasta e lhes dava um interlocutor único por aldeia, o *xequ*, visto que os discípulos deste último trabalhavam “para ele” e ele decidia sozinho o destino a dar à produção. Bastava-lhes, no fim do processo, buscar a produção e transportá-la para a metrópole.

### O Uganda dos camponeses

Do outro lado do continente, o Uganda representou um modelo pelo menos igualmente interessante da economia de exportação, com condições de implantação sensivelmente diferentes. Até a Primeira Guerra Mundial, na África Oriental, os britânicos norteavam-se pela ideia de que só poderia existir um desenvolvimento econômico rápido por meio de plantações e da presença maciça de colonos brancos, capazes de enquadrar e de dirigir a mão-de-obra local: o êxito obtido no Tanganica e no Quênia vizinhos parecia corroborar este ponto de vista. Contudo, no Uganda,

a administração local nunca manifestou qualquer certeza a favor da economia de plantação e preferiu dar mostras de pragmatismo na sua política, pois tinha como objetivo único a rápida emergência de resultados econômicos favoráveis. Contrariamente ao que se passou no Senegal, a implantação de uma economia de exportação no Uganda não resultou de uma escolha voluntarista, antes foi a resposta hábil a uma sucessão de fatores.

Em primeiro lugar, os plantadores brancos tiveram grandes dificuldades para se estabelecerem no Uganda. A administração tinha poucas terras para lhes facultar e limitava a porção de terrenos que os africanos tinham o direito de vender aos estrangeiros, no fito de proteger os autóctones de um despojamento demasiado grande que os impedisse de sobreviver. Além disso, o investimento inicial era muito volumoso e o respectivo retorno muito incerto; o tempo de espera entre o início da plantação e a primeira colheita podia ser demasiado longo se o plantador não tivesse capital suficiente; as flutuações das cotações das matérias-primas fragilizavam o investimento e a queda dos preços após a Primeira Guerra Mundial foi catastrófica para alguns. A insegurança monetária era total; houve até uma subida da cotação da rupia, moeda local utilizada pelos indianos para liquidar as compras aos produtores, de forma que os britânicos se sentiram contraditoriamente atraídos pela rupia e pela libra esterlina. E, por fim, aqui como em outros lugares, a questão da mão-de-obra punha-se de maneira preocupante.

Todas estas questões constituíam outros tantos problemas para os candidatos à colonização e faziam com que os brancos se sentissem pouco atraídos pelo Uganda, provocando simultaneamente muitas falências entre os que, mesmo assim, haviam tentado a sua sorte.

Do lado africano, pelo contrário, as coisas passavam-se relativamente bem e as gentes do Uganda entraram tão bem e tão depressa na economia monetarizada que apareceu um verdadeiro “campesinato”, o qual, aos olhos do colonizador, se tornou uma espécie de modelo. Paralelamente a uma produção tradicional destinada ao autoconsumo e que foi sempre o alicerce da economia doméstica, os agricultores começaram a consagrar algumas das suas terras a produtos de exportação susceptíveis de lhes proporcionar, quer o pecúlio necessário ao pagamento do imposto, quer simplesmente um rendimento complementar. Segundo alguns testemunhos da época, os africanos da região pareciam animados por um “amor inato pelo comércio”, de uma permeabilidade total aos ideais econômicos europeus e sobretudo de uma grande sede de melhorar o seu nível de vida. Os chefes foram os primeiros a compreender quais eram os seus interesses; os seus administrados seguiram tão bem o seu exemplo que foram qualificados de “japoneses do continente africano”. Os produtores africanos dispunham dessa força que faltava aos colonos brancos e que consistia em não dependerem dos produtos de exportação para sobreviverem: em 1914, quando os bloqueios marítimos impediram o transporte de mercadorias, e, portanto, o comércio, viu-se os pequenos produtores queimarem a sua colheita de algodão e ficarem à espera de dias melhores para retomarem as culturas.



Foi nos anos 1920 que a economia de exportação se impôs no Uganda: os colonos plantadores europeus eram agora irremediavelmente a exceção; os camponeses africanos produziam quantidades substanciais, embora a qualidade das colheitas continuasse a ser flutuante; o algodão e, em menor medida, o café, o açúcar e o chá tinham passado a ser a especialidade da colônia; enfim, e sobretudo, constituíra-se uma classe de intermediários entre o produtor e as companhias exportadoras que possibilitava a drenagem regular das colheitas para os portos. Na sua maioria, esses comerciantes eram indianos, mas havia também alguns africanos. Esses compradores, os *ginnners*, tornaram-se tão poderosos que, para repartirem o território e se entenderem sobre os preços sem entrarem em concorrência entre si, se organizaram em associações. A administração colonial, após algumas hesitações, encontrou múltiplas e obscuras razões para incentivar tais organizações, porque não estavam fechadas aos africanos, que nelas assim encontravam um meio de promoção social, e, simultaneamente, porque a concorrência entre compradores podia, segundo ela, ir chocar com os interesses da indústria e do país. Quando muito, contentou-se com fixar preços mínimos para evitar a espoliação dos pequenos produtores.

Se, a partir dos anos 1920, mas, sobretudo, nos anos 1930, os mourides colaboraram sem reserva na economia de exportação, os camponeses do Uganda, embora participando no sistema, opuseram-se firmemente às condições que lhes eram impostas, chegando a ponto de recusarem vender a produção. O sistema da economia de exportação, é certo, deixava o produtor desarmado perante o comprador e não permitia o progresso técnico ou social prometido pela colonização: nos anos 1950, todos os inconvenientes desta economia foram postos em evidência (documento 75).

#### Documento 75: Definição e crítica da economia de exportação

"A África não atraiu a maior parte dos capitais investidos no ultramar. A este respeito, foi mais favorecida do que a África do Norte ou a Indochina. Por quê?

Porque esteve sujeita a uma economia de exportação, termo mágico em terra africana, pois a exportação regula toda a atividade econômica, põe a circular os homens e o dinheiro, anima os mercados, as cidades, as feitorias e as lojas, nos meses que se seguem à estação das chuvas e às colheitas. Exportação dos produtos de coleta como a goma e o marfim, a borracha, o carité, a cera e o mel; exportação dos produtos cultivados: amendoim, sisal ou algodão da zona sudanesa; café, cacau, da zona florestal. A produção e às transações locais que incidem no sal, nos produtos artesanais ou na cola, transportados por vezes a enormes distâncias, a colonização veio acrescentar uma produção e transações orientadas para a exportação, em função das necessidades dos mercados metropolitanos ou internacionais em matérias-primas. Excetuando cerca de um milhão de plantadores repartidos sobretudo na zona florestal, o produtor continua a ser essencialmente o africano. Os produtos destinados à exportação são-lhe comprados a baixo preço. Em troca desses produtos, recebe dinheiro que utiliza para comprar, no processo de exportação, e muitas vezes logo que vende, os produtos industriais de que necessita: panos de algodão, quinquilharia, sabão e perfumes, lanternas, ou até máquinas de costura, bicicletas e fonógrafos. A economia de exportação consiste pois em reunir e drenar para os portos os produtos do país, que são exportados em bruto, e em distribuir em troca os produtos fabricados.

Por isso, a economia dos territórios africanos está essencialmente nas mãos das sociedades comerciais ou dos comerciantes privados, especialistas da exportação. As sociedades têm representações nos portos e nos centros importantes, com armazéns e escritórios, pessoal europeu e uma rede de feitorias dispersas pelo mato, onde haja produtos de exportação a drenar e, por conseguinte, mercadoria a vender. E não noutro lugar [...]

Os inconvenientes da economia de exportação, que eram pouco visíveis antes da guerra, apareceram nitidamente depois. As sociedades comerciais, detentoras da maior parte dos capitais, não intervêm praticamente na produção, a não ser, em reduzido grau, através de filiais ou de participação nas sociedades de plantação, florestais, de transporte e, mais raramente, mineiras. Praticamente não reinvestem os lucros (sobretudo antes da guerra), e contentam-se com distribuir dividendos aos acionistas metropolitanos. A produção agrícola de exportação é entregue, quer a plantadores a quem o Estado não deu conselhos, quer, sobretudo, aos africanos, atraídos para as culturas comerciais por coação ou pelo chamariz do lucro. Os botânicos e os agrônomos sublinham o perigo que representa a ruptura do equilíbrio tradicional, estabelecido entre as possibilidades de um solo considerado como pobre, as técnicas agrícolas e a densidade do povoamento relativamente à extensão do território rural. A terra africana, que foi inconscientemente desbravada, é uma terra queimada, desertificada, ameaçada pela erosão, uma terra moribunda. Os sociólogos insistem nas consequências sociais, na ruptura dos quadros monetários e nas necessidades sobretudo suntuárias, nas migrações da mão-de-obra, na desertificação do mato. O abandono das culturas de subsistência e a atração das profissões comerciais e dos centros urbanos têm como consequência, sobretudo no Senegal, uma insuficiência de abastecimento que tem de vir ou do interior ou da importação. Além disso, a produção limita-se aos setores "fáceis". Uma exploração florestal exige mais material, embora, na Costa do Marfim, os produtores florestais tenham desde há muito utilizado a força humana para arrastar os troncos em bruto. Na sua maioria, as empresas mineiras limitaram-se a explorar veios que continham ouro ou diamantes. Basta dispor de carrinhos de mão, de pás e de *sluices* ou de *jigs* de madeira. Será isto explorar filões, abrir galerias?

Para isso, seriam necessários levantamentos topográficos e geológicos, campanhas de sondagem, meios de transporte, material, técnicos. Preferiu-se afirmar que a África é tão pobre em jazidas mineiras como em bons solos, e as minas detêm-se com demasiada frequência nas fronteiras dos territórios da Commonwealth. Também não há indústrias que transformem os produtos das diferentes regiões para o mercado interno e para a exportação."

Fonte: Jean Dresch, "Les investissements en Afrique Noire", *Le Travail en Afrique Noire, Présence Africaine*, n.º 13, Paris, Editions du Seuil, 1952, pp. 233-241.

### 3. A economia de plantação

As plantações europeias só prosperaram em certas regiões: terras altas do Quênia e do Tanganica, este e sudeste do Congo Belga, região de Vitória nos Camarões alemães, África do Sul e Rodésia do Sul. O sistema era acompanhado pela colonização branca, e A. G. Hopkins explicou porque é que as plantações de colonos foram tão raras na África Ocidental: as empresas comerciais que se haviam outorgado monopólios regionais e queriam fazer pressão sobre os produtores africanos temiam a concorrência que essas plantações poderiam representar e fizeram de tudo para impedir sua instalação; simultaneamente, era forçoso constatar que as sociedades camponesas africanas conseguiam fornecer produtos destinados à exportação, ao passo que as poucas tentativas de instalação por parte

dos europeus, mal preparados, sem capital e confrontados com problemas de mão-de-obra, resultaram quase sempre em fracasso.

O caso do Quênia é o exemplo perfeito da economia de plantação. A África Oriental inglesa tinha um povoamento extensivo, visto que os *kykuius* eram agricultores organizados em pequenos clãs familiares (os *mbari*) de habitat disperso e os *maasais* eram pastores nômades. Os primeiros viajantes europeus haviam relatado que estes africanos viviam uma vida “tranquila e improdutiva”, acrescentando alguns que só as mulheres desenvolviam alguma atividade. Nesse contexto, parecia difícil aos colonizadores apoiarem-se nos africanos para desenvolverem uma economia de exportação. Paralelamente, o país oferecia numerosos atrativos para os colonos brancos: grandes extensões de terras férteis, forte potencial de irrigação, suavidade do clima, sem esquecer a perspectiva de caçadas extraordinárias, o que não deixava indiferentes certas camadas da aristocracia britânica, encarnadas nomeadamente por Lord Delamere. O povoamento branco do Quênia resultou de fato da vontade política clara de alguns homens: Cecil Rhodes e Jan Smuts sonhavam com uma grande África branca, do Cabo ao Quênia, ideias que Sir Charles Eliot, primeiro governador da colônia, encorajou e promoveu já no início do século XX.

Para atrair os candidatos à emigração e os desviar de outros destinos, como, por exemplo, os *dominions* britânicos (nomeadamente a Austrália) ou os Estados Unidos da América, a administração colonial lançou mão de todos os meios de incentivo e de propaganda de que dispunha. Após ter sido encorajada, a imigração dos indianos foi limitada. Inversamente, pensou-se em recrutar sul-africanos brancos e finlandeses; em 1897, o ministro das Colônias Joseph Chamberlain propôs ao Congresso Sionista a criação no Quênia de um território judeu. Negociaram-se concessões com grandes companhias britânicas; as terras eram cedidas por vezes a preço muito baixo. Após a Primeira Guerra Mundial, incitaram-se oficiais que tinham participado na campanha do leste africano a ficar no Quênia, tendo-lhes sido dadas terras cultiváveis. A administração da colônia investiu grandes somas para oferecer aos colonos o quadro social que podiam esperar: escolas, serviços médicos, mas também clubes, atividades desportivas etc. Em 1915, a *Crown Lands Ordinance* veio flexibilizar as regras de acesso à terra e, sobretudo, passou as concessões por um prazo de 99 anos para um prazo de 999 anos, o que tranquilizava os colonos e os candidatos quanto ao futuro da sua descendência imediata ou longínqua e os incitava a investir mais.

Encetada em 1903, a imigração branca acelerou-se em 1908 e de novo no início dos anos 1920. A sociedade branca do Quênia era dominada por uma aristocracia britânica e uma classe de *gentlemen* que tinham por objetivo reconstruir fortunas perdidas e dar novo lustro aos brasões esquecidos. Desenvolveu-se neles o sentimento de pertencerem a uma nova pátria, que fez da sua migração um povoamento sem regresso. Paralelamente a algumas grandes companhias como *Brooke Bond*, havia dois tipos de colonos: os grandes plantadores, como por exemplo, Lord Delamere, Lord Francis Scott ou o major Grogan, que, graças

aos seus recursos financeiros ou aos seus apoios políticos, tinham conseguido abocanhar as melhores terras; os outros, pequenos agricultores, que eram frágeis dada a sua escassez de capitais, a sua especialização numa cultura única e, por vezes, o seu total desconhecimento das tarefas agrícolas. A instalação dos colonos fez-se nos *Highlands*, principalmente ao longo da ferrovia do Uganda. As culturas dessas plantações estavam viradas para as necessidades da metrópole: é certo que o algodão teve pouca saída, pois a sua exploração era longa e arriscada, mas o café e, em menor medida, o trigo nos anos 1920 e o linho logo a seguir à guerra e o milho dominavam no Quênia.

Neste sistema econômico, os africanos limitavam-se a fornecer os braços necessários. Para se instalarem, os colonos tinham sido obrigados a expropriar os *kikuyus* e essa expropriação repousava num vasto mal-entendido. Com efeito, entre os *kikuyus*, e contrariamente à maioria das sociedades africanas, a terra era objeto de propriedade. Os *kikuyus* praticavam diferentes formas de arrendamento ou de empréstimo das terras; mas em todos os casos a ocupação era temporária e raras eram as alienações definitivas:

Aos olhos dos *kikuyus*, os primeiros europeus apareceram simplesmente como viajantes que, tendo abandonado os seus lares, se sentiam sós e precisavam de amigos. Esses seres errantes comoveram-nos e acolheram-nos bem com a sua generosidade e o seu habitual sentido da hospitalidade. Os europeus foram autorizados a armar as suas tendas. Obtiveram um direito temporário de ocupação, assim como os *mohoi* ou os *matjami*, aos quais se concedia um direito de cultura ou de construção. Os *gykuyus* acreditavam que, um dia, cansados da sua vagabundagem, os europeus regressariam definitivamente aos seus países. Esses primeiros construtores de império, sabendo o que queriam, exploraram a ignorância e a natureza confiante dos indígenas. (Jomo Kenyatta, *Au pied du mont Kenya*, tradução de G. Marcu e P. Balta, Paris, Maspero, 1960).

Gradualmente, os africanos viram-se despojados das suas terras (o que contribuiu para a tomada de consciência nacional) e rejeitados para fora das zonas de plantação, em reservas. Mas os colonos, que não conseguiam explorar sozinhos as imensas plantações e que, em grande número, aspiravam a não ser mais do que simples proprietários fundiários ou “fazendeiros da cidade”, viam-se confrontados com a questão da mão-de-obra, questão recorrente a partir do início do século e no período do pós-guerra. Em março de 1908, um colono escrevia ao governador Sadler:

Temos de dizer a V. Exa. que achamos extremamente desleal a forma como os colonos são convidados a vir para este país, o modo como lhes dão terras, com condições que os obrigam a trabalhar e, simultaneamente, o modo como se suprime o fundamento em que assenta toda a sua empresa e a sua esperança, o trabalho a baixo preço.

Sob a pressão dos plantadores, a administração pôs em prática uma série de medidas destinadas a incitar, ou até a coagir, os africanos a trabalharem nas

plantações (documento 76). Essas medidas deram os seus frutos após a Primeira Guerra, criando progressivamente uma reserva de mão-de-obra e provocando a proletarianização da população: o número de trabalhadores nas plantações passou de 57 709 em 1920 a 120 210 em 1931.

Um dos métodos mais lucrativos para os colonos foi o recurso aos *squatters*, isto é, aos kikuyus que não haviam abandonado as plantações e ficavam na dependência do proprietário: representavam um pessoal estável e dócil, a quem os plantadores podiam pedir cento e oitenta dias de trabalho anual em contrapartida do direito a permanecerem no local.

**Documento 76:** Medidas tomadas para a criação de uma mão-de-obra no Quênia, marcos cronológicos

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1900-1914 | <p>Período experimental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proibição da imigração dos africanos do Quênia para as minas da África do Sul (1902).</li> <li>- Criação de um sistema fiscal: <i>hut tax</i> (1897 e 1902) e capitação (1903).</li> <li>- Redução da dimensão das reservas (a partir de 1905) e da percentagem das terras cultiváveis pelos africanos.</li> <li>- Autorização de pagar o imposto em trabalho (1910).</li> <li>- Incentivos diversos dos administradores, que se aproximavam do trabalho forçado.</li> <li>- <i>Native Authority Ordinance</i>, direito de requisitar 24 dias de trabalho forçado por ano para as necessidades da comunidade (1912).</li> </ul>                                                                                                                             |
| 1914-1918 | <p>Primeira Guerra Mundial: a mobilização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilização dos carregadores (1914).</li> <li>- A <i>Native Registration Ordinance</i> (1915) introduz o sistema do passe.</li> <li>- Legislação do estatuto de <i>squatter</i> (1918) pela <i>Resident Natives Ordinance</i>.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 1919-1930 | <p>Implantação do sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desmobilização (1919).</li> <li>- A <i>Labour Bureau Commission</i> calcula o número potencial de trabalhadores (1920-1921).</li> <li>- Introdução do trabalho obrigatório para os homens de 16 a 30 anos (1921) e, seguidamente, de 16 a 40 anos (1927).</li> <li>- Extensão das zonas de reservas controladas pela administração.</li> <li>- Criação do <i>kipande</i> (novo passe) (1921).</li> <li>- Circulares do governador Northey: os administradores regionais devem utilizar a pressão para obter a mão-de-obra desejada.</li> <li>- Alteração à <i>Native Authority Ordinance</i> que passa a 60 dias o trabalho requerido para a comunidade, salvo para quem tenha prestado 3 meses de trabalho durante o ano transcorrido (1920).</li> </ul> |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callennec.

#### 4. As economias mineiras

A exploração dos recursos mineiros fizera a riqueza de sociedades e de reinos antigos, mas a chegada dos europeus, a prospecção quase sistemática que empreenderam, os contributos em técnicas e capitais que permitiram uma extração maciça, próxima do sistema da predação, transformaram radicalmente a ordem das coisas. Com efeito, para os colonizadores, a África Ocidental, cujos lendários tesouros haviam alimentado o imaginário europeu desde a Idade Média, revelou-se como fonte de algumas riquezas: o ouro da Gold Coast, os diamantes da mesma Gold Coast e, em menor medida, da Serra Leoa, o estanho da Nigéria. Mas verificou-se que era no centro e no sul do continente que se encontravam as maiores riquezas potenciais e foi aí que as riquezas minerais serviram de base à economia colonial: o Congo Belga, a Rodésia do Norte (Zâmbia), Angola e, sobretudo, a África do Sul (documento 79, p. 426).

#### África do Sul: esplendores do ouro e do diamante

A União Sul-Africana não só esteve à altura das expectativas europeias: excedeu-as amplamente. O ministro das Colônias da Grã-Bretanha não imaginava como estava certo quando, em 1867, apresentando um diamante à Assembleia do Cabo, declarou: "Senhores, eis a pedra sobre a qual se erguerá o êxito futuro da África do Sul.". Mal se tinha iniciado a corrida ao ouro e ao diamante da União e já a produção mineira atingia valores enormes, atirando a África do Sul para a primeira linha do mercado mundial: em 1910, as explorações mineiras representavam mais de 80% do montante total das exportações sul-africanas; do mesmo modo, a produção sul-africana de diamantes representava 70,92% da produção mundial e a do ouro 50,9% em 1921 e 51,4% em 1930. Primeiro produtor mundial de ouro e de diamante, a União fundou a sua prosperidade sem par na África e a sua estabilidade econômica nessa dádiva da terra. A expansão da procura do ouro nos anos 1920 (necessidade de moedas de ouro) e, seguidamente, nos anos 1930 (abandono do padrão-ouro e expansão da procura nos Estados Unidos da América), acabaram por assegurar à África do Sul um futuro "dourado".

Desde cedo, a burguesia sul-africana constituiu um capital que lhe permitiu investir no desenvolvimento mineiro. Mas a prosperidade atraiu os investidores e os créditos estrangeiros, a começar pelos britânicos: em 1913, apenas 15% do capital das companhias mineiras eram detidos por sul-africanos, mas a tendência inverteu-se após a Primeira Guerra Mundial, quando os capitais estrangeiros se viraram para a prospecção noutras regiões do mundo e, nos anos 1930, 40% das ações estavam nas mãos dos sul-africanos brancos, mais ingleses do que afrikaners. A concorrência entre as empresas que exploravam o setor era rude e levou à eliminação das menores: a produção estava concentrada em algumas companhias, nomeadamente nas de Cecil Rhodes. Em 1889, a *De Beers Consolidated Mines* conseguiu captar o monopólio da produção do diamante. A do ouro era apanágio de um pequeno número de empresas. Esta paisagem veio a manter-se notavelmente



estável no tempo, pois as sete empresas que controlavam 97% da produção sul-africana em 1936, controlavam 99% dessa produção em 1969. O problema da rentabilidade e do retorno do investimento preocupava os investidores: apostar dinheiro nas minas de ouro era muito aleatório, pois a exploração poderia tornar-se custosa (filões profundos) ou pouco produtiva (filões insuficientes); as perdas registradas numa mina tinham de ser contrabalançadas pelos fabulosos lucros extraídos de outras. Entre 1887 e 1936, o retorno do investimento foi de 4,2% para as minas de ouro.

O desenvolvimento da economia mineira foi o motor de toda a economia sul-africana, que a levou a transformar-se e modernizar-se. A exploração mineira exigia atividades e serviços conexos: financiamentos para a desenvolver (bancos), energia para a pôr as máquinas a trabalhar (carvão e sobretudo eletricidade), meios de transporte para levar a produção até à costa com vista à exportação (rede ferroviária), fabrico e reparação das máquinas e edifícios (metalurgia, fábricas de cimento, indústria mecânica) etc. A concentração da força de trabalho no local da exploração mineira e a sua remuneração salarial levaram à criação de *townships* (aglomerações urbanas) junto às minas, com os elementos necessários à sobrevivência dessas aglomerações: habitações, alimentação, vestuário, energia, comércio, artesanato etc. Desenvolveu-se o setor dos serviços, apareceu a indústria, mas, sobretudo, a agricultura teve de responder às necessidades alimentares dos cidadãos. O estímulo que isto representava e a modernização que o acompanhava permitiram à África do Sul ultrapassar as necessidades locais para se tornar exportadora de produtos agrícolas e fazer da sua agricultura um verdadeiro setor capitalista.

Para responder às demandas em mão-de-obra da indústria mineira, a África do Sul veio a defrontar-se com um problema de insuficiência comparável ao do Quênia e deu-lhe soluções semelhantes, como, por exemplo, o princípio do passe de identificação (*pass*), que permitia controlar o emprego e obrigar as populações a trabalhar. Mas os agricultores negros eram refratários ao trabalho nas minas, tanto mais quanto a mortalidade entre os mineiros era elevada (escorbuto, pneumonia, acidentes etc.). Houve que ir procurar a mão-de-obra fora do território, nas colónias vizinhas e, inclusive, na Ásia. A título de exemplo, a colónia portuguesa de Moçambique tornou-se uma dependência da África do Sul: a sua economia era uma economia de trânsito e de emigração.

Paralelamente à constituição desse proletariado negro, apareceu, no início do século XX, um proletariado branco. A concentração do capital mineiro em algumas poucas mãos e a modernização da agricultura e da economia no seu conjunto excluíram gradualmente uma parte da população branca (prospectores independentes, pequenos agricultores ou transportadores) que teve de procurar empregos no setor assalariado, agrícola ou mineiro. A emergência desse proletariado contribuiu grandemente para o estabelecimento dos princípios do *apartheid*: para evitar a constituição de uma classe operária unida, o Estado encetou uma política de discriminação desde o fim do século XIX. Ao mesmo

tempo, os numerosos mineiros brancos, que, é certo, eram muitas vezes mais qualificados do que os mineiros negros, mas que, sobretudo, estavam preocupados em cultivar a sua diferença e defender ou adquirir privilégios, organizaram-se e levaram a cabo as ações necessárias (greves, insurreições) para obterem ganho de causa: em 1910, a classe operária branca adquiriu direitos políticos recusados ao proletariado negro e, em 1924, as leis sobre o emprego dos mineiros instituíram quotas e empregos reservados aos brancos, criando assim um fosso definitivo entre os negros e os brancos.

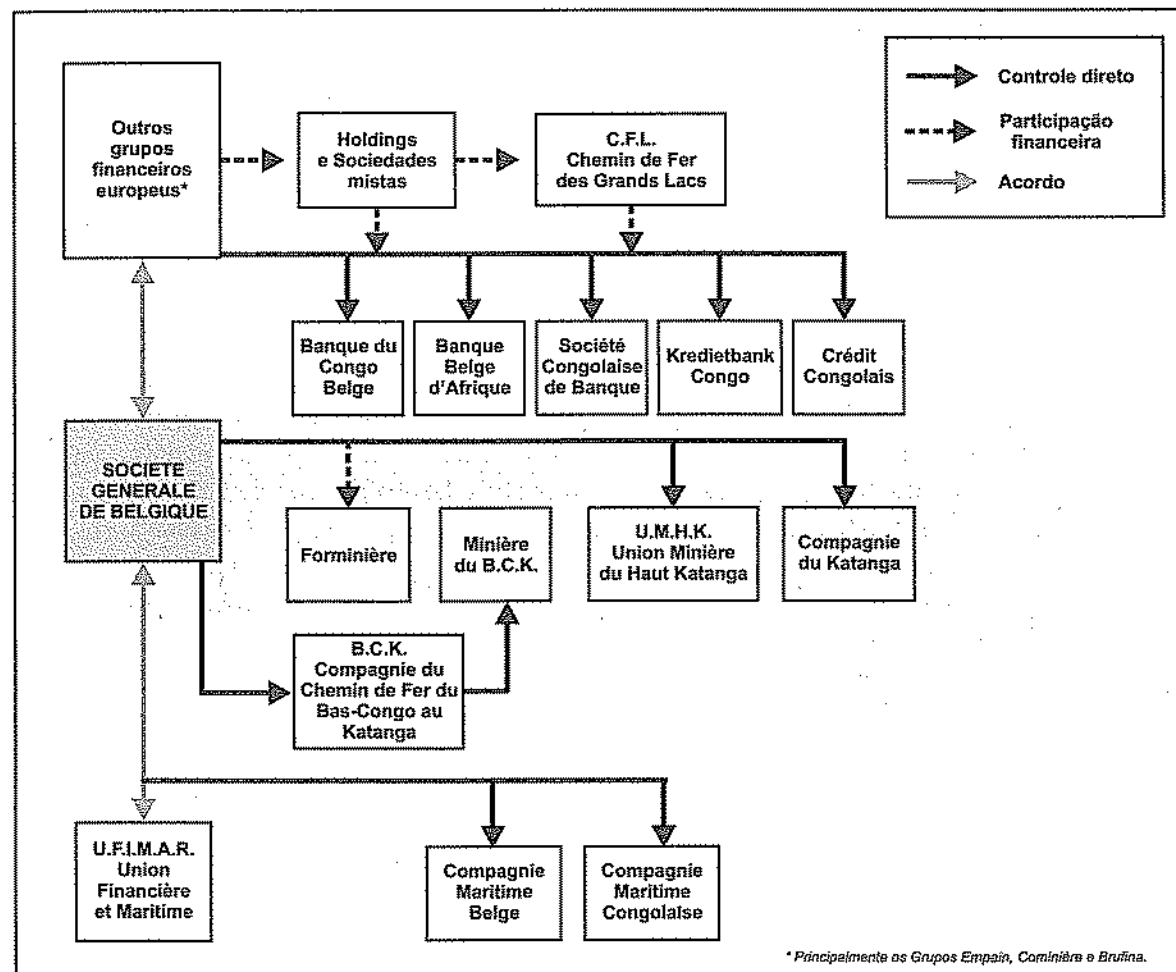
### O Congo belga, domínio da Société Générale

De modo semelhante – com as mesmas esperanças, os mesmos êxitos mas no domínio do diamante e do cobre (908 toneladas de cobre produzidas em 1911, 136 992 em 1929 e 163 610 em 1944) e as mesmas dificuldades quanto à mão-de-obra – a exploração mineira foi o fundamento do desenvolvimento económico do Congo belga e da proletarianização dos povos congolese. No Congo, a história da economia mineira antes da Segunda Guerra Mundial é a história de uma empresa, a Société Générale de Belgique e da sua tomada de controle gradual do Catanga (Shaba) e da economia congolese: por meio de tomadas de participação e de jogos de alianças (documento 77), passou a controlar a partir de 1928 praticamente todo o Catanga e as suas minas de cobre, 80% do setor mineiro e 65% dos capitais investidos na colónia. Outra característica do aproveitamento dos recursos do Congo belga foi o papel excepcional desempenhado pelo Estado colonial na economia: tratava-se de um “Estado holding”, como lhe chamava o senador Leyniers, criador de várias sociedades monopolistas no setor dos transportes e nas minas; tinha o controle direto de várias empresas e participações em numerosas outras, o que lhe dava um poderio financeiro sem par entre os vários Estados coloniais. Além disso, praticava uma política ativa destinada a encorajar os investimentos, em especial os de capitais estrangeiros (garantias na construção da rede ferroviária, política concessionária que permitia a eliminação das empresas de fracos resultados e a relocação das terras). Por último, uma pressão permanente sobre a população permitia fornecer a mão-de-obra necessária à indústria mineira, mas também aos outros setores da economia.

Tal como no caso da África do Sul, o desenvolvimento da exploração mineira arrastou o resto da economia, em especial a agricultura, que teve de responder às necessidades alimentares dos operários das minas e dos habitantes das cidades nascentes. Mas o Estado queria ir mais longe e instalar uma verdadeira indústria agrícola: desejoso de estimular os capitais belgas e de os incitar a investir na agricultura, celebrou acordos com empresas americanas e britânicas, para que estas dessem o exemplo; em 1911, um importante contrato com a sociedade Lever permitiu criar a empresa de óleos HCB (Huilleries du Congo Belge). Este contrato previa que a sociedade Lever poderia, por etapas, tomar o controle de 750 000 hectares de terras a escolher por ela, para neles explorar o azeite de dendê. Em

contrapartida, a empresa deveria comprovar um bom nível de resultados e de rendimento, assim como regularidade na produção: de fato, a HCB tratava 96 900 toneladas de frutos em 1930, exportando 18 000 toneladas de azeite de dendê e 10 300 toneladas de castanha de dendezeiro. A expansão da Lever fez-se em detrimento dos camponeses congolese, que foram expropriados das suas terras e dos palmeirais que tinham criado.

**Documento 77:** O império da Société Générale de Belgique



Fonte: esquema elaborado por Sophie Le Callennec.

## B. A máquina de guerra econômica

Através da exploração ou da pilhagem, a África do período entre as duas guerras via a sua produção agrícola e mineira expandir-se. Virada integralmente

para as necessidades da Europa, reclamava um contexto, uma “máquina de guerra” que permitisse o transporte de mercadorias do produtor africano, subcontratante ou operário, para o comprador europeu. O Estado, quer quando se queria liberal (como na Grã-Bretanha), quer quando era incitativo (como no caso da França e mais ainda da Bélgica), deu aos atores da economia colonial a possibilidade de levarem a cabo a sua empresa a se desenvolver.

### 1. Moeda e sistema bancário

Primeiro instrumento indispensável do sistema comercial: a moeda. Foram necessários vários anos para pôr em circulação e impor à aceitação das populações sistemas monetários homogêneos, que permitissem aos europeus comerciar numa mesma base em diferentes regiões. A criação do Conselho Monetário da África Ocidental (*Western African Currency Board*) (1912) para as colônias britânicas da África Ocidental e do Banco da África Ocidental (*Banque d'Afrique Occidentale*) (1901) para o conjunto dos territórios franceses permitiu a emissão, no continente negro, de moedas europeias, ou de “moedas coloniais” ligadas às moedas europeias. No final da Primeira Guerra Mundial, embora o princípio da moeda europeia tenha começado a tomar lugar na economia africana, o papel-moeda (a nota) carecia ainda de credibilidade aos olhos de numerosos africanos, de modo que os comerciantes europeus tinham por vezes de carregar consigo grandes volumes de moedas para saldar os seus negócios. Inversamente, a ausência de trocos obrigava por vezes ao pagamento coletivo por meio de uma única nota.

No seguimento lógico da criação da moeda, mas também das necessidades em crédito e dos investimentos, surgiram os primeiros bancos. Bancos de negócios, mas também bancos de depósito, alguns dos quais ganharam um peso considerável na economia africana: o *Bank of British West Africa* e o *Barclay's Bank*, para a África Ocidental britânica, o *National Bank* e o *Grindlay's Bank*, para os demais territórios ingleses, o *Crédit Foncier de l'Ouest Africain*, para a África Ocidental Francesa, o *Banque Française de l'Afrique* e o *Banque Commerciale Africaine*, para a África Equatorial Francesa, e vários bancos para o Congo belga. Os outros eixos da máquina econômica foram as grandes companhias comerciais, as infraestruturas e os investimentos, bem como uma camada de intermediários “estrangeiros” estabelecidos para potenciar a ação empreendida.

### 2. Comércio e grandes companhias comerciais

Quer no domínio agrícola, quer no mineiro, o comércio entre a África e a Europa conheceu uma formidável ascensão na primeira metade do século e, no período entre as guerras, houve um *boom* das exportações africanas, *boom* que atingiu quase todos os produtos. A economia colonial assentava numa vontade única: expandir a produção e as transações. O êxito media-se pelo volume das transações comerciais entre os dois continentes. O Estado encorajava tanto mais

esta situação quanto extraía desse comércio somas substanciais, os impostos de exportação e de importação: os direitos aduaneiros eram muito elevados (em 1934, iam até aos 100% nos territórios britânicos) e, na lógica da preferência imperial, eram mais elevados para os produtos estrangeiros.

Já em finais do século XIX, o comércio com as colônias assumira um caráter monopolista e era apanágio de grandes companhias. No século XX, esta vontade ou necessidade de concentrar a atividade mercantil reforçou-se; as turbulências económicas do período entre guerras (recessão do pós-guerra e crise de 1930) consumaram o movimento: estruturalmente mais débeis mas também menos competitivas em matéria de preços, as pequenas empresas comerciais desapareceram. Multiplicaram-se as fusões, as aquisições, as criações de holdings e os acordos, deixando no mercado um reduzido número de companhias poderosas. As empresas que conseguiram expandir-se foram as que deram mostras de mobilidade, de abertura, de capacidade de reação.

Os *Établissements Charles Peyrissac*, pequena casa familiar fundada em 1872, constituíram-se em sociedade anônima em 1908 (com o nome de *Compagnie Coloniale de l'Afrique Française*), de modo a injetar capital fresco nos negócios e a alargar a sua atividade: menos de vinte anos mais tarde, o seu volume de negócios era metade do da SCOA. Na África Equatorial Francesa, o colapso das sociedades concessionárias antes da guerra de 1914-1918 deixava três sobreviventes, as três empresas que tinham evoluído para uma atividade mais comercial: a CFHC (*Compagnie Française du Haut Congo*), a *Compagnie du Kouili-Niari* e a SHO (*Société du Haut Ogooué*). Após a guerra, esta última conheceu um crescimento económico notável, decorrente da sua capacidade de evolução geográfica, e de se posicionar na África Ocidental, adaptando-se à economia de exportação.

Um dos êxitos mais notáveis foi o da sociedade Unilever na África: criada em 1928 pelo casamento entre a *Lever Brothers*, indústria de sabões britânica, e a *Jurgens-Van den Bergh-Schicht*, monopólio alemão e holandês da indústria da margarina, que estavam unidas no mesmo interesse, permitia uma diversificação dos escoadouros para os produtos africanos (produtos de higiene, produtos alimentares) e, simultaneamente, um alargamento dos seus centros de interesse (nomeadamente no domínio dos produtos cosméticos). A criação em 1929 da UAC (*United African Company*), agrupamento de várias das suas filiais africanas, permitiu-lhe ocupar um lugar ímpar no continente. A França, que parecia ter-se atrasado em relação aos britânicos, recuperou posição com a SCOA (*Société Commerciale de l'Afrique de l'Ouest*) e a CFAO (*Compagnie Française de l'Afrique Occidentale*).

Em vez de uma concorrência selvagem, as companhias comerciais haviam optado por uma política de entendimento. Por meio de acordos, repartiam entre si as zonas de ação e reconstituíam, até certo ponto, os monopólios do passado. Entendiam-se igualmente em matéria de preços – preço de compra mínimo aos produtores, preço de venda elevado aos consumidores – maximizando assim os seus lucros até ao abuso. Para se estabelecerem e marcarem a sua presença, multiplicavam as agências que, muitas vezes, não passavam de simples barracas,

mas tinham por função drenar a produção local e servir de “lojas” para a venda dos produtos importados da Europa. A jusante, essas sociedades estabeleciam frequentemente acordos com as companhias ferroviárias, laços poderosos com as empresas de transporte marítimo, ou até com empresas industriais europeias que fabricavam os produtos importados pela África.

As economias africanas foram despedaçar-se contra esta onipotência comercial e contra a ação da administração para as obrigar a integrar-se no sistema. É certo que alguns produtos (cacau, café, dende) contrariamente a outros (amendoim, por exemplo) deixavam ao produtor um rendimento aceitável; mas, na maioria das vezes, o conluio dos compradores quanto ao montante dos preços reduzia a quase nada o lucro dos africanos. Daí resultaram movimentos de revolta, como aconteceu na Gold Coast, onde os produtores de cacau por várias vezes nos anos 1920 e 1930 recusaram vender as colheitas, na esperança de verem as cotações voltar a subir. Como o comprador era também, muitas vezes, o fornecedor noutros domínios (material, sementes, bens diversos etc.), tinha a possibilidade de fazer com que o produtor estivesse sempre a dever-lhe dinheiro. Sem falar das fraudes possíveis contra uma população pouco esclarecida, dependente da economia colonial ou da administração:

Não há nenhuma ambigüidade nestas contas: é o roubo oficial, organizado, contabilizado. Como podemos perceber, a Sociedade comprou aos indígenas, no mercado controlado pela administração, um total de trinta e cinco toneladas de castanha de dendezeiro por uma soma de catorze mil francos, entregue aos vendedores. O chefe da circunscrição, que controlou o negócio registrou pois nos seus livros: Compra pela Sociedade X... de trinta e cinco toneladas de castanha.

Concluído o negócio, o gerente volta a pesar os produtos que estão no seu armazém. Encontra quarenta e uma toneladas e quinhentos quilos, isto é, um excedente de seis toneladas e meia que não pagou. Lança-as na sua contabilidade como Excedente de peso constatado. Contabiliza pois para a Direção-Geral da sua empresa, que a avaliza, uma fraude não dissimulada. (M. Homet, *Congo, terre de souffrance*, Paris, Fernand Aubier, Edition Montaigne, 1934, p. 47).

A importação de produtos europeus causou, também ela, graves danos às economias africanas. Estes produtos vinham substituir as produções artesanais: panos de algodão e sedas artificiais, utensílios domésticos, produtos alimentares. Fabricados em grande quantidade, eram vendidos a preços competitivos e, logicamente, gozavam da preferência dos consumidores. A crise de 1930, que estancou uma parte dessas importações, permitiu, é certo, aos artesanatos e às pequenas indústrias locais recuperar novo fôlego, mas apenas temporariamente. Por último, a tentativa de certos africanos – artesãos desejosos de alargar a sua atividade, ou quadros médios provenientes das escolas coloniais – de penetrarem nesse mundo dos negócios soldou-se por um fracasso, quer porque os seus preços só dificilmente podiam competir com os preços europeus, quer porque, e sobretudo, a administração, as redes de distribuição e o sistema bancário



funcionavam em conluio para implantar as discriminações necessárias à expulsão de tais "intrusos".

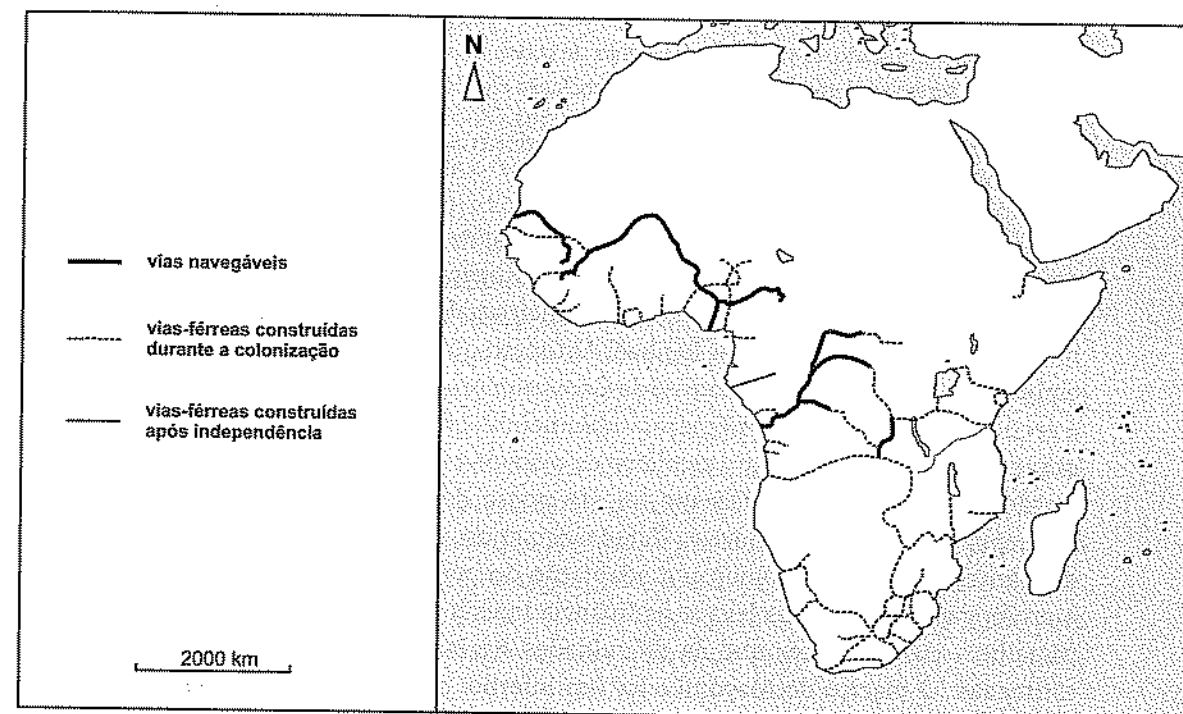
### 3. Investimentos e infraestruturas

O bom funcionamento de uma economia colonial inspirada no modelo europeu exigia a criação de infraestruturas e a entrada dos fundos necessários ao lançamento de uma produção a nível industrial. O debate nas metrópoles incidia durante muito tempo no que se julgava ser o custo do desenvolvimento das colônias e correspondentes encargos. Foi isso que, em grande parte, motivou a pressão dos Estados sobre as colônias no sentido de estas conseguirem auto-financiar-se. Sabe-se hoje que, na maioria dos territórios africanos, o financiamento dos equipamentos se fez, na sua maior parte, ou mesmo totalmente, através de recursos próprios. O orçamento das colônias era alimentado pelos impostos diretos pagos pelos africanos e pelos direitos aduaneiros, tanto sobre as exportações como sobre as importações, a que se somava a massa enorme de trabalho não remunerado ou mal remunerado que permitiu a construção das infraestruturas: este investimento humano, que não foi avaliado, acentua a observação segundo a qual o desenvolvimento das colônias assentava nos ombros dos africanos.

Não se pode, porém, desprezar o contributo das metrópoles para o financiamento dos equipamentos, ainda que a sua importância relativa tenha variado ao longo dos tempos. Assim, na África Ocidental Francesa, a contribuição da metrópole foi de 36% dos investimentos realizados entre 1905 e 1913, de 0% dos realizados entre 1914 e 1930 e de 16% nos anos 1930. Por um lado, as metrópoles forneciam fundos públicos: no período entre as duas guerras, sob forma de financiamento direto ou de empréstimo, esses fundos beneficiaram principalmente as regiões mais desprovidas, como a África Equatorial Francesa e a África Oriental. O caso de Portugal é especial, na medida em que o país, que se encontrava a braços com grandes dificuldades económicas, era ele próprio um país subdesenvolvido e tinha optado por uma política nacionalista no quadro do Estado Novo, reduziu ao mínimo os investimentos nas suas colônias: o investimento provinha pois essencialmente do estrangeiro, nomeadamente da Grã-Bretanha. A entrada de fundos públicos e o lançamento de empréstimos apresentavam um inconveniente considerável: implicavam uma contrapartida, e o serviço da dívida onerou sobremaneira o orçamento de várias colônias (mais de 85% do orçamento do Congo Belga em 1933 e 1934). Por outro lado, os capitais privados começaram a interessar-se gradualmente pela África, nomeadamente pelos setores mais promissores, em especial o setor mineiro (União Sul-Africana e Congo belga). Globalmente, os investimentos britânicos foram os mais volumosos, não apenas nas colônias britânicas mas também nos territórios portugueses, franceses e até belgas. Os investimentos alimentaram a exploração mineira e a agrícola e desempenharam um papel essencial na implantação das infraestruturas

de encaminhamento e de transporte (rede ferroviária antes da guerra e, depois desta, estradas, portos etc.) (documento 78).

**Documento 78:** Os principais eixos de comunicação da África colonial



### A Congo-Oceano: sonhos e realidades

A ferrovia Congo-Oceano foi uma das últimas grandes linhas ferroviárias construídas pelos europeus na África durante o período colonial. A ideia, que data das explorações de Henry Morton Stanley e de Pierre Savorgnan de Brazza, fora retardada na sua concretização prática, quer pela esperança de tornar navegável o rio Niari, quer pela ilusão de que a ferrovia belga no Congo asseguraria o tráfego de toda a zona, quer ainda devido a discussões sem fim sobre o traçado ideal. Contudo, a necessidade da obra impunha-se:

Perguntar-se-á a que é que responde a construção desta via-férrea. Resposta: à necessidade de abrir uma saída para o mar para a AEF e para a enorme bacia fluvial do Congo. A ferrovia belga, que é de via estreita, e desemboca num porto fluvial dificilmente acessível, era a nossa única porta de saída. A cada dia que passava revelava-se cada vez mais insuficiente, mesmo para os belgas, que tiveram de estabelecer um contingenciamento dos transportes que nos afetou cruelmente e que nos impediu de tirar proveito do período de prosperidade entre 1926 e 1929.

No seguimento das razões invocadas no tratado de Versalhes com vista a despojar a Alemanha das suas colônias, devido ao seu mau comportamento para com elas,

corríamos o risco de, um destes dias, nos tirarem a AEF, que foi por nós entregue às sociedades concessionárias, e na qual, como nós próprios confessamos, nunca fizemos nada. [...]

Temos 300 000 hectares entre Brazzaville e Pointe-Noire, imensas planícies férteis que nunca foram aproveitadas por falta de saída para o mar. E, mesmo ao longo do traçado da via-férrea, há minas de cobre, de zinco e de chumbo que, para serem exploradas, só aguardam a conclusão da obra.

(Relatório do governador-geral Raphaël Antonetti ao ministro francês das Colônias, 20 de Dezembro de 1932).

Em dezembro de 1920, cansado das hesitações com o projeto, o governador-geral da África Equatorial Francesa, Victor Augagneur decidiu o lançamento dos trabalhos a partir de Brazzaville e escolheu a cidade de Pointe-Noire como término. Mas foi o seu sucessor Raphaël Antonetti que teve artes de pressionar a empresa construtora, a SCB (Société de Construction des Batignolles), levando-a a requerer à metrópole os inúmeros suplementos orçamentais necessários e a orquestrar a drenagem para o estaleiro da mão-de-obra indispensável. A construção da ferrovia Congo-Oceano foi, do ponto de vista dos colonizadores, uma epopeia: a obra, que deveria durar cinco anos, só ficou acabada em 1934, data antes da qual não começou a adaptação do porto de Pointe-Noire, tanto a prolongação dos prazos levava os financiadores a duvidar da conclusão dos trabalhos. Há que dizer que as dificuldades haviam sido amplamente subestimadas. O maciço do Mayombe foi um inferno: os solos ora eram friáveis, ora mais duros do que a rocha; alternância de ravinas e de montanhas; profusão de rios, de torrentes, de pântanos; clima quente e úmido, chuvas diluvianas; abundância de mosquitos; tudo isto numa floresta tão densa, tão espessa, tão gigantesca que era praticamente intransponível. Para a instalação de 512 km de trilhos, houve que fazer 10 milhões de metros cúbicos de aterros, mais de 12 grandes paredes de apoio, mais de 170 pontes e 12 túneis (entre os quais o maior da África, o túnel de Bamba). O financiamento, que aumentava de ano para ano, atingiu os 230 milhões de francos-ouro (contra os 93 milhões inicialmente previstos).

A história da Congo-Oceano é célebre sobretudo pela hecatombe humana que representou (chamou-se a este trem "o comedor de homens"). Como o terreno era pouco acessível às máquinas, mas sobretudo porque a mão-de-obra era barata, a mecanização foi reduzida e tardia. A administração comprometera-se a fornecer à SCB 8 000 homens para participarem nos trabalhos: foram precisos muitos mais. Necessidades em pessoal anexo (cozinheiros, pessoal de manutenção etc.) e em carregadores (a maior parte do material foi transportado às costas); necessidades em operários para o trecho Brazzaville-Minduli, que não fora confiado à SCB; deserções, doenças e elevada taxa de mortalidade, devidas à dureza dos trabalhos e ao clima insalubre, aos problemas de abastecimento e, sem dúvida, aos maus tratos; e, por último, lentidão não prevista dos trabalhos: foram

necessários 127 250 homens; a administração organizou planos de recrutamento forçado que foram até ao Chade e chegou mesmo a trazer 600 *coolies* chineses. O esbanjamento de vidas humanas foi de tal ordem (estima-se hoje em dia que tenha havido entre 18 000 e 23 000 mortos), que a imprensa francesa se enfureceu e a opinião pública metropolitana começou a abrir os olhos para as realidades da "valorização econômica".

### O delta interior do Níger: sonhos e utopias

Baseados num objetivo completamente diferente, as grandes obras do delta do Níger encontraram dificuldades semelhantes. Começado pelo engenheiro Emile Béline em 1919, o projeto previa a irrigação das planícies ao longo do rio, entre Bamako e Tombuctu. Para a França, o desafio era de monta: as necessidades da sua poderosa indústria têxtil deixavam-na dependente das importações de algodão americano e contava com as colônias para garantir a autossuficiência neste domínio. Virou-se para um dos territórios mais deserdados, o Sudão, que continha um tesouro potencial, o grande rio Níger. Com efeito, a missão de avaliação efetuada por Emile Béline em 1919-1920 demonstrara que as cheias do rio, a qualidade dos solos e as condições climáticas deveriam possibilitar a cultura do algodão. É certo que havia que proceder a grandes trabalhos de ordenamento (construção de diques e de barragens, de canais de irrigação e de drenagem), mas abrir-se-iam 1,3 milhão de hectares à agricultura, 435 000 dos quais para o algodão. O projeto, extravagante, queria fazer do Níger outro Nilo e do Sudão um novo fértil Egito.

Tal como para a ferrovia Congo-Oceano, o projeto teve que superar problemas de recrutamento e de ultrapassagens de orçamento. Os métodos foram os mesmos: trabalho forçado em condições muito difíceis e pressões para obter dotações suplementares. Mas, ao invés da Congo-Oceano, que acabou por ficar concluído, o projeto do delta do Níger foi um fracasso: tendo os trabalhos sido iniciados em 1925, em 1939 apenas estavam preparados 13 300 hectares, ou seja, menos de 1,5% do projeto inicial, e a produção de algodão não atingia 425 toneladas (menos de 0,5% do projeto). A explicação do fracasso reside no fato de não se ter levado em conta o fator humano.

É prova disto a atitude de Emile Béline, que escrevia o seguinte em 1921:

Nunca avançaremos se não nos decidirmos a desintegrar essa célula econômica estéril que é a aldeia indígena. O que queremos é limitar e pouco a pouco fazer desaparecer as lamentáveis consequências do comunismo sudanês e, simultaneamente, instituir nas terras livres um regime de produção industrial.

Mas os cultivadores sudaneses não estavam forçosamente dispostos a mudar de modo de vida e de atividades para irem cultivar o algodão destinado à metrópole. E, muito mais do que isso, não havia no local os homens necessários, pois a região dispunha de 310 000 cultivadores, quando seria necessário um

milhão. Quis-se trazer pessoal das regiões consideradas improdutivas (Alto Volta, Níger), e, de fato, as condições anunciadas eram atraentes: sustento integral até à primeira colheita, atribuição de bens como casa e gado, mecanização e trabalho descrito como muito fácil. Mas o recrutamento de colonos africanos não surtiu os efeitos desejados. Os mossis, alvo preferencial da propaganda e das promessas, mostraram-se dispostos a fazer migrações sazonais, não a transplantar-se para o Sudão. Pior: a partir de 1937, muitos cultivadores recém-instalados regressaram às antigas terras (cerca de 40% dos migrantes): o trabalho na Repartição do Algodão era totalmente diferente da agricultura das aldeias e a vida quotidiana assemelhava-se à dos campos de trabalho, cortando os africanos do seu meio, dos seus hábitos e das suas referências. Esta ausência total de ponderação dos dados humanos e esta convicção da superioridade europeia levaram ao fracasso do projeto.

#### 4. Os intermediários estrangeiros: o elo indispensável

A instalação na África de populações vindas da Ásia, em especial da Índia e da península arábica era um fenómeno antigo e os inícios da colonização acentuaram o movimento pelo recrutamento de operários, nomeadamente para a construção das vias-férreas, e até de agricultores que haveriam de se tornar pequenos plantadores: a hierarquia racial, tal como os europeus a concebiam, fazia deles potencialmente melhores trabalhadores, ou, pelo menos, seres superiores aos "indígenas" mas inferiores aos brancos. Outras migrações foram iniciadas pela colonização: a dos gregos, que foram dos primeiros a ir para a Etiópia e se dispersaram por toda a África Oriental e Central; a dos judeus, que haviam fugido da Europa Central e da Rússia e se instalaram no sul e no sudeste do continente; a dos italianos e dos portugueses nas colónias estrangeiras. Mas a mais importante migração, juntamente com a dos indianos, foi a dos "sírios" – na verdade, tratava-se de libaneses –, que começou no início do século XX e se intensificou após a guerra: 28 migrantes em 1897, 1 100 em 1909, cerca de 3 000 em 1929. A chegada dos libaneses à África Ocidental foi algo accidental: eram emigrantes que estariam mais voltados para o "sonho americano", mas, ou por não terem dinheiro que chegasse para levarem a viagem até ao fim, ou por terem sido desviados pelos franceses a partir de Marselha, vieram a encontrar-se em Dacar, de onde se espalharam por toda a África Ocidental. É provável que a imposição do mandato francês na Síria e no Líbano tenha contribuído para intensificar esta migração. A imigração indiana para a África Oriental aumentou nas mesmas proporções: em 1948, os indianos eram cerca de 100 000 no Quênia e mais de 35 000 no Uganda e, em 1951, contavam-se 367 000 na África do Sul, contra 101 000 em 1904. Os europeus, inquietos com o aumento do seu número, tomaram já antes da guerra as medidas necessárias para limitar a sua expansão e sobretudo a concorrência que faziam, controlando firmemente o número de entradas (como se fez na África Oriental) e sobretudo tratando-os sempre com grande desprezo, ou até excluindo-os da

vida política, como aconteceu na África do Sul – e foi contra isso que Mohandas Gandhi travou a sua primeira batalha política.

Os libaneses e os indianos encontraram o seu lugar no comércio – o pequeno comércio e o comércio intermédio –, bem como no artesanato. E tiveram êxito. Em ambas as comunidades, as causas desse êxito foram semelhantes. Por um lado, eram provenientes de meios pobres e estavam prontos a viver simplesmente; ao invés dos europeus, gastavam pouco e podiam pois reinvestir o total dos lucros realizados. Por outro lado, manifestaram um sentido agudo dos negócios: sabiam comprar e vender limitando os seus lucros para ganharem mercados, faziam malabarismos com os capitais e nunca deixavam o dinheiro dormir, multiplicavam as lojas, ousavam investir em locais recuados aonde os europeus não iam, inspiravam suficiente confiança para obterem os créditos que eram recusados aos africanos, praticavam empréstimos a taxas de usura e sobretudo negociavam os preços com convicção. A solidariedade interna dessas comunidades, superando as clivagens étnicas e religiosas, desempenhou um papel determinante na sua ascensão: trabalhavam no seio de uma mesma família, eficaz e pouco onerosa; entreatajudavam-se, incitavam-se uns aos outros a triunfar na vida, não hesitando em investir nos negócios uns dos outros; constituíam redes que permitiam mandar vir outras pessoas da terra de origem e instalá-las. Mas, contrariamente às relações africanas, os seus modos de relacionamento incluíam poucas obrigações familiares, autorizando o lucro e o êxito individual.

**Documento 79:** A economia colonial através de alguns números

| Capitais investidos na África (1870-1936) | Capitais recenseados |                   | Capitais não recenseados: estimativa | Total     |
|-------------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------|-----------|
|                                           | Capitais públicos    | Capitais privados |                                      |           |
| África Austral britânica                  | 285 802              | 311 547           | 59 735                               | 657 084   |
| África Ocidental britânica                | 50 871               | 60 430            | 5 429                                | 116 730   |
| Sudão e África Oriental britânica         | 112 163              | 30 569            | 13 791                               | 156 523   |
| Total da África britânica <sup>1</sup>    | 448 836              | 413 516           | 78 955                               | 941 307   |
| AEF                                       | 15 248               | 5 000             | 1 012                                | 21 260    |
| AOF                                       | 16 477               | 12 500            | 1 449                                | 30 426    |
| Total da África francesa <sup>1</sup>     | 43 031               | 23 931            | 3 348                                | 70 310    |
| Total da África portuguesa <sup>2</sup>   | 18 632               | 42 710            | 5 390                                | 66 732    |
| Total da África belga                     | 35 846               | 100 670           | 6 821                                | 143 337   |
| Total da África                           | 546 345              | 580 827           | 94 514                               | 1 221 686 |

Notas: 1. Os totais incluem territórios não enumerados. 2. Excluindo a Guiné portuguesa.



| Importações e exportações       | 1913 |      | 1924 |      | 1929 |      | 1931 |      | 1935 |      |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|                                 | I    | E    | I    | E    | I    | E    | I    | E    | I    | E    |
| África Ocidental britânica      | 11,4 | 13,8 | 20,1 | 26,3 | 24,7 | 32,0 | 11,8 | 17,3 | 16,5 | 22,4 |
| África Oriental britânica       | 8,6  | 5,0  | 15,6 | 14,6 | 21,3 | 19,6 | 12,2 | 9,3  | 14,0 | 16,3 |
| União Sul-Africana              | 40,4 | 64,6 | 63,6 | 80,7 | 79,0 | 89,0 | 49,7 | 65,0 | 73,2 | 97,9 |
| Outros territórios britânicos   | 5,2  | 7,0  | 5,9  | 8,4  | 13,3 | 11,0 | 10,8 | 6,8  | 9,8  | 15,2 |
| AOF                             | 6,0  | 5,0  | 8,9  | 7,6  | 10,7 | 9,4  | 6,2  | 5,7  | 8,9  | 9,4  |
| AEF                             | 0,8  | 1,5  |      | 0,5  | 2,2  | 1,2  | 2,4  | 1,1  | 2,3  | 2,3  |
| Territórios sob mandato francês | 2,2  | 1,6  | 1,5  | 1,5  | 2,4  | 3,0  | 1,5  | 1,1  | 1,3  | 1,8  |
| Colônias portuguesas            | 4,4  | 3,0  | 5,4  | 4,5  | 7,8  | 6,2  | 5,8  | 4,2  | 4,3  | 3,8  |
| Colônias belgas                 | 2,8  | 2,2  | 5,1  | 5,0  | 11,4 | 8,3  | 6,2  | 6,8  | 4,2  | 9,3  |

Nota: I = Importação; E = Exportação

| Exportações africanas      | Territórios britânicos |         | África do Sul |        | Territórios não britânicos |        | Total da África |         | % das exportações totais |      |
|----------------------------|------------------------|---------|---------------|--------|----------------------------|--------|-----------------|---------|--------------------------|------|
|                            | 1919                   | 1935    | 1913          | 1935   | 1913                       | 1935   | 1919            | 1935    | 1913                     | 1935 |
| Ouro                       | 42 177                 | 80 706  | 37 589        | 71 572 | 240                        | 2 779  | 42 417          | 83 485  | 40,9                     | 46,7 |
| Diamantes                  | 14 716                 | 4 513   | 12 047        | 2 977  | 20                         | 1 315  | 14 736          | 5 828   | 14,2                     | 3,3  |
| Cobre                      | 501                    | 4 369   | 449           | 340    | 370                        | 1 842  | 871             | 6 211   | 0,8                      | 3,5  |
| Lã                         | 5 715                  | 9 636   | 5 715         | 9 516  | ?                          | 60     | 5 715           | 9 696   | 5,5                      | 5,4  |
| Milho e farinha de milho   | 189                    | 3 399   | 84            | 2 991  | ?                          | 229    | 189             | 3 628   | 0,2                      | 2,0  |
| Algodão e suas sementes    | 895                    | 7 300   | 0             | 29     | 29                         | 1 661  | 924             | 8 961   | 0,9                      | 5,0  |
| Azeite de dendê e castanha | 6 309                  | 4 602   | 0             | 0      | 682                        | 1 979  | 6 991           | 6 581   | 6,7                      | 3,7  |
| Cacau                      | 3 006                  | 6 788   | 0             | 0      | 253                        | 1 251  | 3 259           | 8 039   | 3,1                      | 4,5  |
| Sorracha                   | 598                    | 82      | 0             | 0      | 2 399                      | ?      | 2 997           | 82      | 2,9                      | 0,04 |
| Amendoim                   | 861                    | 2 728   | 0             | 0      | 80                         | 5 334  | 941             | 8 062   | 0,9                      | 4,5  |
| Total                      | 76 967                 | 124 123 | 55 884        | 87 425 | 4 073                      | 16 450 | 79 040          | 140 573 | 76,2                     | 78,7 |

Nota: todos estes valores (salvo as percentagens) são em milhares de libras.

Fonte: segundo S. H. Frankel, 1963, pp. 158-159, 192, 194 e 208.

Em alguns anos, expulsaram os africanos do comércio – salvo das redes antigas ou muito localizadas como o comércio da cola – e dos negócios, tirando partido da atitude dos europeus, que não favoreciam, muito pelo contrário, o êxito das populações locais. Mas entraram em séria concorrência com os pequenos comerciantes europeus, tendo afastado dos negócios muitos deles. Praticavam um comércio por atacado, servindo de intermediários entre os produtores e as companhias exportadoras, mas possuíam também numerosas casas de comércio onde vendiam a preços baixos tecidos, produtos de mercearia e todos os produtos importados da Europa.

### C. A crise dos anos 1930

A crise da Bolsa que eclodiu em Wall Street a 24 de outubro de 1929 (a "quinta-feira negra") e se repercutiu nas outras praças financeiras ocidentais desembocou (ou revelou-a, consoante as interpretações) na maior crise econômica que o mundo já conheceu: falências em cascata, colapso dos preços, nomeadamente das matérias-primas agrícolas, queda da produção industrial. A África, que passara a estar ligada à economia europeia e mundial, não conseguiu escapar aos efeitos da crise: as correias de transmissão funcionaram completamente, quer no plano financeiro, com a rarefação dos capitais disponíveis e as dificuldades de investimento dela decorrentes, quer no plano comercial, dados os problemas de superprodução mundial e de queda dos preços. Todas as colônias foram influenciadas pelo marasmo mais ou menos persistente nas respectivas metrópoles bem como pelos acidentes das políticas (muitas vezes ineficazes) postas em prática para sanear a situação. Nem todas as regiões da África foram, porém, tocadas simultaneamente nem nas mesmas proporções.

#### 1. Capitalismo e intervencionismo

Os setores da economia africana mais dependentes da situação financeira mundial e do capitalismo europeu foram os primeiros a sofrer com a crise. Entre os bancos surgidos na África, alguns, como o *Banque Française de l'Afrique*, estavam muito implicados nas especulações na Bolsa e tiveram de fechar as portas. O setor bancário veio também a sofrer com a ruína de pequenas empresas e o consecutivo regresso dos colonos à Europa. A baixa geral das operações financeiras provocou dificuldades num setor novo e ainda frágil. Obrigou os bancos a racionalizar a sua atividade. Simultaneamente, numerosas empresas desapareceram, engolidas pela crise. Viu-se que, no mundo das companhias comerciais, se operara uma constrição que eliminou sem piedade as menores sociedades em proveito das grandes firmas, cada vez com menos concorrentes.

Outro efeito da crise: os investimentos começaram a abrandar e os capitais refluíram até para a Europa, o que originou uma transformação fundamental e

irreversível: tal como nos países europeus, onde os Estados se tornaram mais intervencionistas, os poderes públicos retomaram as rédeas dos destinos das colônias e substituíram os investidores privados, nos setores onde estes estavam ativos, para prosseguirem as políticas de "valorização econômica". A mutação não foi instantânea: num primeiro tempo, as metrópoles tenderam até a fechar-se na concha das suas dificuldades. A Grã-Bretanha mandou suspender o projeto de construção da ferrovia Tanganica-Rodésia do Norte. O que mais a preocupava era a forma de enxugar o desemprego metropolitano. Mais do que nunca, era ponto assente que não se devia lançar nas colônias um processo de industrialização, que poderia representar mais uma concorrência suplementar para as empresas europeias. Mas, e no caso britânico isso foi especialmente visível, conjugaram-se as forças a partir das colônias e nas metrópoles para pressionar os governos a pôr fim à rígida política do *laissez-faire* que demonstrara a sua ineficácia para atenuar a crise, substituindo-a por uma política mais ativa, que teve como resultado tardio o *Colonial Development and Welfare Act*, de 1940. A França reagiu mais depressa e criou, nomeadamente na África Equatorial Francesa, uma política de investimentos e de grandes obras públicas com o intuito de ajudar as colônias a sair do fosso. Além disso, a crise teve por efeito duradouro reforçar os laços comerciais entre as metrópoles e as suas colônias: em 1932, os acordos de Ottawa intensificaram o sistema de preferência no império britânico e, entre 1931 e 1939, a parte da França no comércio da África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa mais do que triplicou.

Os problemas aduaneiros levaram as metrópoles a preocupar-se mais com a questão agrícola. De fato, no início dos anos 1930, a crise tinha de maneira geral por efeito, por um lado, diminuir o montante das exportações e dos impostos respectivos e, por outro lado, em consequência da baixa do nível de vida, reduzir também espetacularmente o montante das receitas aduaneiras. Se é certo que a quebra foi geral, a situação apresentava uma espantosa diversidade: assim, no império britânico, algumas colônias, como Zanzibar, foram precocemente afetadas, e outras, como o Quênia, foram-no mais tardiamente, e inclusive a maré baixa só atingiu a Serra Leoa em 1934. Assim também, a recuperação foi variável, precoce na África do Sul, incerta e flutuante na Gâmbia, por exemplo, e quase instantânea na Niassalândia. Com efeito, a crise atingia de forma desigual o continente e as administrações reagiam diversamente perante o déficit orçamentário representado pela referida baixa das receitas aduaneiras. Tornou-se hábito efetuar poupanças maciças, muitas vezes associadas a uma redução dos efetivos. A perda no domínio da tributação indireta foi por vezes compensada pelo aumento dos impostos aduaneiros. Mas, na maioria dos casos, o montante das receitas aduaneiras foi mantido ou restabelecido graças a um crescimento da produção, fortemente encorajada pela administração colonial.

Por último, a entrada de dinheiro fresco por meio dos investimentos públicos acabou por restabelecer os equilíbrios orçamentários, temporariamente,

já que, como o princípio da contratação de empréstimos se veio substituir ao da transferência, a África iria entrar no círculo infernal do serviço da dívida.

## 2. A crise agrícola

A agricultura, principal atividade econômica da África, foi muito duramente atingida pela crise, que obrigou o continente a proceder a dolorosas adaptações.

### A queda das cotações

A queda dos preços das matérias-primas agrícolas no mercado mundial começou muito antes de 1930 e foi espetacular, já que estes, tomando por base um índice 100 em 1919, não iam além de 59 em 1929 e de 27 em 1934. Para salvaguardarem a margem de lucro, as companhias comerciais repercutiram integralmente a baixa nos preços de compra aos produtores africanos, transferindo totalmente o peso da crise para a base, o que trouxe consequências catastróficas para os camponeses que tinham de fazer face a uma diminuição sensível dos seus rendimentos, por vezes combinada com uma subida dos impostos.

A situação variava em função dos produtos. As produções com maior concorrência no mercado mundial foram logicamente as que mais sofreram. Há dois exemplos flagrantes. Na África Ocidental, mais de dois terços das exportações diziam respeito aos produtos oleaginosos: o amendoim, o azeite de dendê e a castanha do dendezeiro. Ora a concorrência era forte: operava entre os países africanos (Nigéria e Senegal, por exemplo) mas vinha também do exterior (o amendoim e a soja asiáticos, o óleo de baleia). Nesse contexto, a produção oleaginosa da África Ocidental Francesa entrou numa crise profunda e duradoura. No outro lado do continente, o Quênia e os seus vizinhos sentiam cada vez mais dificuldades em encontrar comprador para as culturas das zonas temperadas: entre 1929 e 1934, a superfície consagrada no Quênia à cultura do milho e do trigo baixou em mais de 60%. Por outro lado, as culturas tropicais de plantação – café, cacau, chá e frutos – resistiram bem, ou, quando atravessaram períodos difíceis, restabeleceram-se rapidamente e com maior firmeza, sem dúvida porque o mercado potencial desses produtos estava longe da saturação. Quanto aos produtos cuja tendência comercial já estava marcada, a crise só teve efeitos secundários: o valor da madeira de ocumê manteve-se em alta ou recuperou-se depressa; o da borracha acabou de desmoronar.

### Os aumentos de produção

A reação das economias perante a crise e os meios postos em prática para lutar contra ela foram diversos. Muitas vezes, os camponeses africanos procuraram compensar a perda em valor por um aumento do volume; a reduzida parte da produção africana fez com que esses aumentos de volume não provocassem novo efeito no nível mundial dos preços. Assim, as exportações de amendoim passaram

de 4 811 000 libras esterlinas em 1929 para 5 334 000 libras em 1935, excluídos os territórios britânicos.

O Estado e a administração colonial encorajaram esse movimento de expansão da produção. Os incentivos, por vezes, eram suaves, tendo assumido a forma de prêmios à produção ou à exportação, ou de fixação de preços mínimos de compra ao produtor: na Conferência Colonial de Lisboa de 1933, a França observou:

O interesse geral da França total impõe [...] que, a fim de manter a produção do agricultor indígena, se garanta a este último um preço mínimo que lhe permita viver sem atingir demasiado gravemente os legítimos interesses dos consumidores das indústrias metropolitanas e sem excluir totalmente os exportadores estrangeiros.

O incentivo, por vezes, foi mais vigoroso: no Tanganica, após 1932, foi lançada uma campanha subordinada ao tema *grow more crops* que intimava os chefes a obterem um aumento da produção. Os resultados foram claros: o café manteve-se estável, o algodão recuperou-se. Mais além, no Congo belga, os camponeses foram forçados a praticar culturas obrigatórias, nomeadamente as que haveriam de permitir equilibrar a balança comercial e assegurar as matérias-primas industriais (algodão, azeite de dendê e noz do dendezeiro). Outro meio de pressão, o reforço do sistema de tributação e as migrações para as zonas urbanas: os camponeses só tinham autorização para se instalarem na cidade se estivessem em condições de provar que tinham lá emprego; logo que o perdiam, eram obrigados a regressar à aldeia de origem. Lugar muito especial cabe às SIP (Sociedades Indígenas de Previdência), testadas já em finais do século XIX pela França e generalizadas nas colônias durante a crise: o sistema destinava-se a evitar que os camponeses, nos anos mais duros, consumissem as sementes necessárias às culturas da estação seguinte. Jean Suret-Canale mostrou que, concebidas na origem como uma proteção obrigatória contra a sua suposta imprudência, as SIP transformaram-se na realidade num sistema disfarçado de tributação.

### O regresso às culturas de subsistência

O aumento da produção não foi um fenómeno geral e certos produtores reagiram diferentemente perante a crise. Em várias regiões, surgiu uma tendência evidente de regresso às culturas de subsistência: foi o caso do Daomé (Benim), onde as culturas de subsistência nunca haviam sido abandonadas, o que libertava os agricultores de uma situação de dependência face ao exterior, como acontecia com os produtores de amendoim e com as importações de arroz. Foi o que se passou também no Tanganica e, inclusive, no Senegal, onde se viu um recrudescimento do interesse pela mandioca e pelo milho-miúdo, em lugar do arroz, pelo mel em lugar do açúcar, bem como pelo tabaco e sabão locais. Foi preciso todo o poder da administração, pressionada pelas sociedades comerciais preocupadas em manter as suas vendas, para que os camponeses daomeanos não abandonassem totalmente a exploração das palmeiras. Assistiu-se a muitos casos de mutações agrícolas e

reconversões. Assim, por exemplo, na Rodésia do Sul, os agricultores abandonaram as culturas destinadas à indústria (algodão, tabaco) para produzirem milho, cujas cotações subiam mais depressa. Na Guiné Francesa, a produção bananeira decuplicou. Houve zonas inteiras que se especializaram ou aumentaram a sua especialização numa ou em várias culturas de plantação, escolhidas em função da rentabilidade local. Nessa época, alguns gêneros tiveram subidas de preços verdadeiramente enormes: o café no Ruanda, na Costa do Marfim, no Ubangui-Chari e em Madagascar; o cacau no Gabão; a mandioca no Congo belga; o cravo e a baunilha em Madagascar.

A crise dos anos 1930 na África, que, segundo alguns autores, foi mais uma crise estrutural da economia colonial do que a propagação da crise mundial, mostrou claramente os limites da economia de exportação. Em contrapartida, a economia de plantação reforçou-se com a crise: é certo que, na África Oriental, os colonos plantadores tiveram mais dificuldade em resistir aos primeiros efeitos da crise, pois o aumento compensatório do volume da produção observado entre os produtores africanos não dependia da simples vontade dos colonos, que se viam então obrigados a arranjar mão-de-obra suplementar e a financiar o aumento da massa salarial. Mas os anos 1930 viram a economia de plantação, colonial e indígena, ganhar terreno, pois permitia economias de escala e uma rentabilidade superior associada a um melhor equipamento, e visava mercados tendencialmente em alta no longo prazo.

### 3. A crise mineira

Como estava em grande parte reduzida ao simples papel de fornecedor de materiais para as empresas europeias, a indústria mineira africana foi atingida em cheio pela crise dos anos 1930 e suas repercussões (falência de uma parte da indústria europeia, baixa da procura, queda dos preços). O cobre perdeu 70% do seu valor entre 1928 e 1934; os outros metais seguiram-lhe a tendência. Tal como no setor comercial, operou-se uma constrição no setor em proveito das maiores empresas; tal como no caso do setor agrícola, os efeitos da crise foram repercutidos nos africanos por uma forte baixa dos salários: houve inclusive empresas que substituíram o princípio do salário pelo fornecimento da ração alimentar diária. Os lucros acumulados nos anos 1920 permitiram às empresas mineiras resistir à crise, mas tiveram de proceder a poupanças drásticas, suspendendo os recrutamentos e, inclusive, fazendo demissões: no Congo belga, foram afastados 100 000 mineiros, o que provocou regressos em massa para as zonas rurais; a Union Minière du Haut Katanga reduziu os seus custos de mão-de-obra em mais de 20% entre 1930 e 1932. Quem pensava que a crise seria passageira dispensou prioritariamente os operários menos qualificados, guardando os mais bem formados na previsão da retomada. Mas como esta demorava, a tendência inverteu-se: a redução dos custos de produção passava pela diminuição da massa salarial, e, portanto, dos salários mais volumosos.



A parte dos "colarinhos brancos", muitos dos quais eram europeus, foi reduzida em proveito de uma mão-de-obra negra, jovem e barata. Na Rodésia do Norte, os recrutamentos, que começaram já em 1933, afetaram quase exclusivamente os negros. Esta situação aumentou o ressentimento já presente em numerosos brancos da África Austral e contribuiu para a difusão das ideias racistas.

A crise mineira foi súbita e profunda: a produção do cobre congolês passou de 132 000 toneladas em 1930 para 50 000 toneladas em 1932; a prospecção foi suspensa; as minas menos rentáveis tiveram de fechar; a mecanização teve de parar. Mas já em meados dos anos 1930 a produção recuperara, ou ultrapassara, inclusive, o seu nível de finais dos anos 1920 (documento 79).

O caso da retomada na União Sul-Africana é notável. É claro que a sólida economia do território lhe permitiu resistir melhor à crise, nomeadamente pela criação de indústrias para as quais se viria a escoar a produção. Mas, sobretudo, o abandono do padrão-ouro por parte da Grã-Bretanha em 1931 provocou uma subida em flecha da cotação do ouro e acentuou a procura dos Estados Unidos da América no mercado mundial: as minas auríferas, setor-piloto da África do Sul, arrastaram o resto da economia para a retomada.

O marasmo afetou portanto o conjunto das economias africanas. A situação nas cidades é disso testemunha: em 1934, mais de 40% dos homens da cidade indígena de Elisabethville (Lubumbashi) e 25% dos nairóbenses não tinham trabalho. A crise dos anos 1930 na África foi um fenómeno inédito, no sentido em que afetou o conjunto do corpo social, incluindo, fato nunca visto e pleno de consequências políticas, as classes médias e superiores, nomeadamente a dos letrados.

#### D. O lugar dos africanos na economia

Excluídos do mundo dos negócios e, em especial, da função comercial amplamente monopolizada pelos indianos, pelos libaneses e pelos europeus, mas, simultaneamente, forçados a entrar no sistema da economia monetarizada, os africanos, na sua maioria, só tinham duas opções: trabalhar na produção de matérias-primas para a exportação ou tornar-se assalariados. No primeiro caso, o camponês via-se em total dependência, não só ante a administração, que fixava o montante dos impostos, mas também da rede comercial, que fixava o preço de compra da sua produção e junto da qual se endividava para adquirir as mercadorias de que necessitava. De modo geral, as suas ferramentas e as suas técnicas pouco tinham mudado; mas a exploração intensiva das terras já estava provocando um certo esgotamento dos solos. No segundo caso, estavam-lhes abertos vários empregos assalariados, nas plantações, nas minas, nas grandes obras ou, para os "letrados", na administração ou nas empresas comerciais.

Contrariamente ao que as potências coloniais esperavam e pensaram *a posteriori*, não houve grandes mudanças no nível ou nas condições de vida dos

africanos. Os rendimentos continuaram a ser incertos, manifestando até uma certa tendência para a baixa, como mostra o índice salarial nas plantações detidas pelos europeus: na Rodésia do Sul, para um índice 100 em 1914, passou para 45 em 1921, antes de voltar a subir para 92 em 1930; no Quênia, na mesma base, era de 35 em 1920 e de 76 em 1930; em 1939, não tinha voltado ao seu nível de antes da Primeira Guerra.

Assistiu-se a uma pauperização e uma proletarização muito vastas, que não atingiram contudo todos os africanos. A questão continua a ser debatida pelos historiadores. Se é certo que, como sugeriram Robin Palmer e Neil Parsons, "a pobreza rural" se enraizou mais duradouramente na África Central e Austral, é claro que, noutros locais, alguns africanos souberam habilmente tirar partido da situação: alguns estavam protegidos por seu afastamento e pelo isolamento decorrentes de uma ausência total de meios de comunicação; outros, como, por exemplo, os plantadores negros, encontraram inclusive oportunidades para conseguirem ascensões notáveis, algumas das quais, como aconteceu por exemplo na Costa do Marfim, ficaram célebres.

#### 1. O fim da autossuficiência alimentar?

A "valorização econômica" colonial teve diferentes efeitos sobre as economias africanas e sobre as produções de consumo local. Em alguns casos, como aconteceu no Senegal, no Quênia e no Tanganica, houve um abandono maciço da produção de subsistência em proveito das culturas de exportação que eram objeto da procura europeia, o que obrigava os africanos a procurar no mercado os produtos necessários ao seu consumo, e as poucas "hortas" voltadas para as necessidades familiares não bastavam já para assegurar os equilíbrios regionais; como as zonas consagradas aos produtos de consumo local se reduziam, houve que proceder a importações: na região senegambesa, por exemplo, faltando o arroz local, foi preciso importá-lo da Ásia, em especial da Indochina; os camponeses tinham de trabalhar mais para se alimentarem, pois tinham de financiar os custos de transporte. Noutros casos, a colonização teve por efeito expandir as produções alimentares, como aconteceu nos Camarões, no Congo belga e na Nigéria. Esse impacto diferencial da colonização faz-se sentir ainda hoje, pois uma parte da África Ocidental continua a depender do arroz asiático, ao passo que, até data recente, os Camarões deviam a sua prosperidade à sua produção e às suas exportações alimentares.

A fragilidade do rendimento monetário dos africanos, associada, quer às exigências da administração, quer à dependência em relação às cotações mundiais e à rede comercial, trouxe de novo à tona, acentuando-os, os problemas da má nutrição, nomeadamente no difícil período das entre-safras. A partir de finais do século XIX, surgiram grandes fomes, que prosseguiram durante a guerra de 1914-1918 e nos anos que se seguiram, atingindo alternadamente as diferentes regiões do continente.

A fome que, nos anos 1920, atingiu o sul do Woleu-Ntem, no Gabão, foi uma das mais dramáticas. Tinha causas naturais evidentes: a ausência de estação seca e sem dúvida também a degradação das culturas pelos animais selvagens. Os primeiros sinais apareceram já em 1918, mas foi a partir de 1922 que se foram multiplicando as mortes em grande número: em várias subdivisões, como, por exemplo, Afane, Essone e Mitzic, a população reduziu-se em um quarto, ou mesmo em um terço. As epidemias, nomeadamente de varíola, encontraram terreno favorável nessas populações debilitadas. Houve famílias inteiras que fugiram da região, provocando um vasto movimento migratório. Só a partir de 1926 a situação se estabilizou. Para explicar a situação, a administração francesa contentou-se com evocar as causas naturais, somando-lhes o estereótipo da preguiça e do apatia dos africanos. Contudo, como admitiu o inspetor dos assuntos administrativos Deitte:

É infinitamente provável que, apesar de tudo, antes da nossa chegada a esta terra, mesmo permanecendo numa indigência contínua do ponto de vista alimentar, o *pahouin* nunca tenha sofrido fome propriamente dita, aquela de que se morre.

Com efeito, o sistema da dupla cultura anual, o volume da cultura da mandioca, raiz alimentícia e resistente aos acidentes do clima, o "nomadismo de pesca" e a exploração judiciosa do meio ambiente florestal tinham até então mantido os fangues ao abrigo da fome. A amplidão do fenómeno tinha pois as suas causas na intrusão brutal e nas exigências da colonização e nas dificuldades de adaptação das populações aos seus efeitos. O recrutamento de carregadores durante a guerra e de trabalhadores para o desbravamento e a construção de estradas originavam a perda de uma grande parte da força de trabalho, sobretudo nos períodos de intensa atividade agrícola. Ao mesmo tempo, o aprovisionamento dos recrutas de guerra, a sistemática punção empreendida após a guerra para o abastecimento de Libreville e de Port-Gentil, somados às pilhagens esporádicas por parte dos soldados, constituíam pesado fardo para os recursos alimentares disponíveis. A descoberta em 1925 de aldeias até então desconhecidas da administração, aldeias que não sofriam de fome, veio confirmar o papel essencial desempenhado pela intrusão europeia na passagem de um estado de carência a uma situação de fome horrorosa.

Do mesmo modo, quando a fome se abateu no Níger, em 1931, as autoridades francesas contentaram-se com incriminar a natureza (seca e pragas de gafanhotos) e a indolência dos africanos. Contudo, também aqui é certo que o sistema colonial desempenhou o seu papel, agravando em muito grande medida o problema inicial. Uma parte considerável da colheita era "comprada" a um quarto do preço de mercado pela administração; esta requisição representava uma grave punção nas reservas alimentares. Além disso, o peso dos impostos aumentara consideravelmente nos últimos quatro anos: na circunscrição de Tillabéry, o imposto de capitação tinha quase decuplicado entre 1928 e 1931.

A partir dos anos 1930, as potências coloniais procuraram intervir eficazmente para lutar contra as fomes, e souberam tirar partido da extensão da rede

de comunicações. No caso do Níger, procedeu-se a distribuições de víveres, infelizmente insuficientes. A partir de 1933, a agricultura do Níger foi reorganizada com base nas instruções de Albert Sarraut, ministro francês das Colônias: havia que encorajar as culturas de subsistência, suspender as requisições, criar SIPs e limitar a rotação dos administradores. Esta tomada de consciência dos efeitos perversos da colonização, ainda timorata e não confessada, permitiu limitar gradualmente a extensão das fomes nos anos seguintes.

## 2. As modificações sociais no meio agrícola

Todos os membros da sociedade agrícola viveram uma pauperização mais ou menos marcada – os nômades, por exemplo, tinham de se sedentarizar para arranjar meios de pagar o imposto, ou continuar as suas viagens, quando o comércio transaariano se desmoronara já em 1910. Uma das principais mutações da era colonial diz respeito à categoria mais baixa na escala social: os escravos. Em nome dos princípios humanitários e civilizadores de que se arvoravam portadoras, as potências coloniais declaravam-se absolutamente opostas à escravatura que subsistia em numerosas sociedades africanas. No limiar da Primeira Guerra Mundial, a escravatura já quase não era reconhecida na África, embora, aqui e ali, como na Serra Leoa, a sua abolição (em 1927) tenha sido mais tardia. Os missionários haviam exercido uma forte pressão tanto sobre os europeus como sobre os africanos, em especial na África Central e Oriental, manifestando a sua oposição a essa escravização contrária à sua ideia, laica ou religiosa, de igualdade entre os homens. No mandato a que ficaram sujeitas as antigas colônias alemãs, previa-se a obrigação de o mandatado trabalhar para a supressão do comércio dos escravos e de toda e qualquer forma de escravatura. Em 1924, a Sociedade das Nações constituiu uma comissão encarregada de proceder a uma pesquisa sobre a escravatura. Esse trabalho conduziu à assinatura, em 1926, da Convenção de Saint-Germain-em-Laye, que tinha por objetivo lutar contra as diversas formas de servidão, incluindo o trabalho forçado: só em 1932 a Sociedade das Nações criou uma comissão encarregada de velar pela aplicação dessa Convenção.

Com efeito, o problema era mesmo esse: a aplicação concreta. As dificuldades da sua concretização prática, a eventual resistência dos senhores de escravos e sobretudo o receio dos administradores de que se viessem a desequilibrar perigosamente os sistemas económicos e arruinar a base social dos chefes que colaboravam com a colonização impeliavam à prudência e à inércia. Na maior parte dos casos, a ação limitava-se a uma ajuda aos fugitivos. Essa lentidão na evolução desejada ia de par com a vontade dos europeus de não destruírem uma estrutura que permitia integrar os escravos no sistema produtivo e com o receio de que os futuros escravos forros não se tornassem trabalhadores efetivos com que se pudesse contar para a "valorização económica" colonial. Em vários casos, a instalação ou a manutenção da presença europeia tinha sido

acompanhada pela libertação de escravos, quer porque a medida tivesse sido tomada pela administração, como aconteceu após a insurreição tuaregue durante a guerra de 1914-1918, caso em que a concessão de alforria foi uma medida inócua, quer porque os escravos, tirando partido da benevolência europeia ou da debilidade dos seus senhores, se tivessem libertado por si próprios, como aconteceu com os escravos iorubás possuídos pelos fons do Daomé. A colonização e as transformações que trazia consigo, nomeadamente no domínio económico, em breve propiciaram novas possibilidades para os escravos que desejavam libertar-se: a tradicional possibilidade de "resgate do próprio" veio encontrar modo de se expandir com a monetarização da economia.

Na outra extremidade da escala social estava uma elite fundiária, cuja origem remontava frequentemente ao "comércio lícito" do século XIX e que se desenvolveu graças à colonização. Esta "burguesia de plantadores negros", presente nomeadamente na Gold Coast, na Nigéria e na Costa do Marfim, era constituída por empresários convertidos ao ideal económico individual e que alguns autores qualificam de "capitalistas". Rompendo com as hierarquias sociais "tradicionais" ou transformando-as consoante as suas necessidades, tinham-se extraído do grupo para conseguirem um êxito pessoal (ou familiar, no sentido restrito do termo). Os trabalhos de Polly Hill sobre o Gana mostram como uma vasta migração das populações akwapins, e, seguidamente, das "etnias que se lhes aparentavam", que se deslocaram do sul do país para as regiões ocidentais, permitiu a partir dos anos 80 do século XIX a colonização, o desbravamento e o cultivo de zonas até então não habitadas nem exploradas. Estes *cocoa farmers*, que, em muitos casos, tinham sido produtores de azeite de dendê, tinham compreendido muito bem o sistema e as vantagens da economia monetária e sabiam tirar dela lucros substanciais. No século seguinte, uma parte desses plantadores africanos migrou para as cidades de onde continuou a dirigir os seus negócios, o que permite distinguir os "plantadores rurais", que ficaram com as suas terras, e os "plantadores empresários", que se integraram gradualmente na elite política e administrativa urbana.

### 3. A expansão das cidades

A colonização alterou totalmente o movimento de urbanização e a paisagem urbana da África em função das suas próprias necessidades. Cidades antigas como Gao, Kukawa ou Abeche, terminais do comércio transaariano, ou Kong e Salaga, encruzilhadas de um comércio inter-regional, soçobraram num declínio irreversível. Outras, como Kano ou Uagadugu, foram recuperadas e desenvolvidas pela economia colonial. Outras ainda, como Gorée, Porto-Novo e Cape Coast, flores da época do tráfico negreiro, foram abandonadas. Algumas feitorias mais ou menos antigas, como Saint-Louis, Libreville e Lagos, e os portos que, no passado, tinham estado virados para o comércio com a Ásia, Mombaça e Zanzibar, prosseguiram a sua expansão numa nova dinâmica. Mas, sobretudo, a colonização

redundou na criação de novas cidades a partir do nada. O caso de Bangui é notável: fundado em 1889 pelos irmãos Dolisie, por ordem de Pierre Savorgnan de Brazza, o posto de Bangui, na origem, tinha por única função assinalar a dominação francesa sobre a margem direita do Ubangui. Mais tarde, em 1906, em resposta a necessidades administrativas, Bangui veio a tornar-se sede administrativa da colônia do Ubangui-Chari-Chade e expandiu-se rapidamente para se transformar numa verdadeira cidade: 53 habitantes em 1889, 2 100 em 1911, 7 300 em 1921 e 22 000 em 1934. O caso de Brazzaville e de Leopoldville (Kinshasa) é ainda mais significativo dessas transformações das realidades urbanas africanas pela colonização: antes da colonização, o *Pool Malebo* compreendia quatro grandes zonas urbanas dependentes da autoridade nominal do "Makoko", que formavam uma única aglomeração repartida pelas duas margens do rio; os belgas e os franceses separaram essas zonas, fazendo delas duas cidades que quiseram que fossem distintas.

Na sua maioria, as cidades criadas pela colonização foram-no por razões económicas: foi o caso de numerosos portos de comércio, como Dacar, Conakry, Pointe-Noire e, inclusive, dos portos interiores como Kaolack, no Senegal, que propiciava à produção de amendoim uma saída para o mar através de um estuário, ou Coquilhatville (Mbandaka) no Congo belga. Foram também as transformações económicas que levaram à criação das cidades mineiras e dos *townships* da África Central e Austral.

O êxodo rural começou realmente a encher as cidades entre as duas guerras. O fluxo era irregular: em certos locais, abrangia apenas algumas famílias, mas, noutros, como no Kasai, representava uma verdadeira maré humana. As estatísticas relativas ao crescimento das cidades são pouco numerosas e, sobretudo, pouco fiáveis: assim, a crer nos números oficiais, Libreville teria passado de 2 280 habitantes em 1930 para 5 500 em 1931, o que parece altamente improvável. Mas é seguro que o crescimento urbano das cidades assumiu aspectos variados consoante os locais e os contextos económicos: assim, Uagadugu, tal como a maior parte das cidades da África Ocidental Francesa começou a desenvolver-se rapidamente durante a crise dos anos 1930, ao passo que Leopoldville perdeu cerca de 40% dos seus habitantes entre 1929 e 1935. Mas, independentemente do movimento particular, a urbanização assumiu a sua verdadeira dimensão durante os anos 1940 e 1950. Os atores deste êxodo rural eram na sua maioria homens sós, que, por isso, estavam em melhores condições para se deslocarem e sobreviverem, o que originou um progressivo desequilíbrio entre aldeias povoadas por velhos, mulheres e crianças e cidades de homens. A instalação na cidade assumia frequentemente um aspecto precário e provisório, mas, mesmo quando definitiva, os laços entre o cidadão e a sua família continuavam densos. Por último, esses homens vinham à procura de emprego e do salário que lhes permitisse pagar o imposto ou o dote, sendo que os mais audaciosos esperavam sobretudo escapar aos constrangimentos da vida rural e realizar uma promoção social.



A topografia das cidades refletia a forte segregação desejada pelos europeus. Nos bairros residenciais reservados aos brancos (o “planalto”) encontravam-se as grandes moradias de estilo colonial e os edifícios administrativos. Mais longe, e mantidos à distância, instalavam-se os africanos, em bairros em que durante muito tempo o modelo da aldeia disputou o espaço à estrutura urbana de tipo europeu. Nesses bairros reinavam a pobreza, e até a miséria, a insalubridade e uma excessiva concentração de gente: os nomes de certos bairros – *Poto-Poto* (literalmente, “lama”) em Brazzaville, *Senzala* (cubata) no Lobito e *Muceque* (bairro de lata) em Luanda – recordam os primeiros tempos dessa urbanização africana. O alargamento e a fusão desses diferentes subúrbios e das aldeias vizinhas criaram gradualmente as grandes metrópoles.

A construção das cidades não foi uniforme; nas mais antigas, como Lagos, Acra, Duala, Mombaça e Luanda, o povoamento africano fazia-se nos bairros antigos e os europeus iam construir mais longe. Nas mais recentes, criava-se uma “terra de ninguém” entre os bairros brancos e os bairros negros, como em Salisbury, em que o centro da cidade e o bairro de MaTank estavam separados por quatro quilômetros. Mas isso não impedia um povoamento selvagem, como no bairro de Kisutu em Dar-es-Salaam e em Nairóbi, em que o pequeno vale que separava a cidade branca dos bairros negros em breve ficou recoberto de cabanas e de barracas. Para lutar contra estes processos de urbanização espontânea, anárquica, ou para remediar uma ausência de planificação inicial, os europeus puseram em prática diferentes políticas. Em Luanda, Lourenço Marques (Maputo) e Uagadugu, a regulamentação, o lançamento de novos impostos e a especulação fundiária permitiram relegar os africanos para a periferia. Os colonizadores utilizaram a força em Brazzaville (1909), Bamako (fim da primeira década do século XX) e Dar-es-Salaam (início dos anos 1920) e reconstruíram inteiramente essas cidades com base na segregação racial. Em outros lugares, construíram-se novos bairros para transferir as populações, como é o caso de Pumwani em Nairóbi. A cidade indígena de Elisabethville foi erigida adotando o modelo de Johannesburg e, em Dacar, as autoridades aproveitaram uma epidemia de peste, ocorrida em 1914, para forçar os africanos a concentrar-se na Medina, o que não se deu sem protestos. Ao aproximar-se a Segunda Guerra Mundial, numerosas cidades africanas tinham assumido o aspecto geral que ainda hoje têm, com um forte contraste entre os bairros ricos e as zonas onde reinava uma grande pobreza.

Além da urbanização, a colonização revolucionou de fato toda a paisagem econômica e social da África. Veio destruir todas as dinâmicas anteriores, nomeadamente o avanço das fronteiras: a África do Norte ficou separada do resto do continente por um Saara que os nômades, sedentarizados por necessidade, já não atravessavam ou pouco atravessavam: o Sahel, que já fora terminal próspero das rotas transaarianas, e intermediário do comércio inter-regional, soçobrou numa longa decadência, agravada pela ausência de investimentos coloniais. As ligações este-oeste do comércio da África Ocidental foram praticamente estancadas, visto que, no seu essencial, os produtos de consumo corrente, que outrora

eram fornecidos pelas terras do Sahel, passaram a vir do exterior do continente: no Oceano Índico, as relações Europa-África vieram substituir em grande parte as transações entre a África e a Ásia, dando início ao recuo da fachada leste do continente; a construção dos portos, a orientação das redes ferroviária e rodoviária, o tráfego comercial e a introdução das culturas de exportação vieram alterar a geografia econômica do continente, que passou a virar-se para o exterior.

As deslocamentos de populações das regiões consideradas improdutivas (Níger, Alto Volta) ou bem providas de mão-de-obra (Chade, Ubangui-Chari) para zonas consideradas mais interessantes (Costa do Marfim, *Copperbelt* do Congo belga e da Rodésia do Norte, minas da África do Sul), para as reservas (interior do Quênia) e para as regiões à procura de trabalhadores para as grandes obras (Congo-Oceano, delta do Níger) provocaram desequilíbrios profundos e duradouros (documento 80). A “valorização econômica” colonial, querendo simultaneamente decalcar o “desenvolvimento” a muito longo prazo da África sobre o da Europa, e fazer beneficiar a Europa das riquezas da África, destruiu a dinâmica econômica do continente e nele gerou muito certamente as bases do subdesenvolvimento.

**Documento 80:** Origem geográfica dos trabalhadores negros empregados pela Câmara das Minas na África do Sul

| País                          | 1906  | 1916  | 1926  | 1936  | 1946  |
|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Transvaal                     | 4%    | 10,3% | 8,4%  | 7,0%  | 7,6%  |
| Natal e Zululândia            | 4,8%  | 5,3%  | 2,6%  | 4,9%  | 4,4%  |
| Swazilândia                   | 0,7%  | 1,9%  | 2,1%  | 2,2%  | 1,8%  |
| Provincia do Cabo             | 13,7% | 33,0% | 29,8% | 39,2% | 27,8% |
| Lesoto                        | 2,6%  | 7,9%  | 10,9% | 14,5% | 12,5% |
| Estado Livre de Orange        | 0,3%  | 0,6%  | 0,5%  | 1,1%  | 1,5%  |
| Botswana                      | 0,4%  | 1,8%  | 1,0%  | 2,3%  | 2,3%  |
| Moçambique                    | 65,4% | 38,1% | 44,5% | 27,8% | 31,5% |
| A Norte                       | 8,0%  | 1,1%  | 0,2%  | 1,1%  | 10,6% |
| Total<br>(milhares de homens) | 81    | 219   | 203   | 318   | 305   |

Fonte: F. Wilson, *Labour in the South African Gold Mines (1911-1969)*, Cambridge University Press, 1972, p.70.

#### IV. MISSÃO E ESCOLA, INSTRUMENTOS DA COLONIZAÇÃO

Entre os primeiros europeus que partiram ao assalto do continente negro, muitos houve que estavam animados por um humanismo profundo, frequentemente impregnado de convicções religiosas: missionários da primeira hora.

médicos e enfermeiros encarnados pelos doutores David Livingstone e Albert Schweitzer, cientistas e professores como Heinrich Barth, Leo Frobenius ou Georges Hardy. No período entre as duas guerras, esta "generosidade", muitas vezes canhestra, desdenhosa e não isenta de segundas intenções, continuava a manifestar-se, pelo menos nas suas declarações de intenção:

Valorização da riqueza natural, valorização da riqueza humana! A política colonial francesa vê nos nossos protegidos, independentemente da cor da pele, independentemente do atraso na sua evolução, homens e não uma massa anônima e servil, almas e não rebanhos de prisioneiros ou esponjas fiscais. Não oprime, liberta; não esgota, fecunda; não explora, partilha. (Albert Sarraut, *op. cit.*)

Mas o eurocentrismo inerente à situação colonial condenava todas as empresas a chocar-se com as tradições e o saber-fazer da África, nomeadamente nos domínios religioso, escolar e sanitário. Na sua tese clássica, Georges Balandier descreveu corretamente a "situação colonial" como

a dominação imposta por uma minoria estrangeira, 'racial' e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o relacionamento de civilizações heterogêneas: uma civilização de maquinismos, dispondo de uma economia poderosa, com um ritmo rápido e de origem cristã, impondo-se a civilizações sem técnicas complexas, com economias de ritmo lento e radicalmente 'não cristãs'; o caráter antagonista das relações que se estabelecem entre as duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que é condenada a sociedade dominada; a necessidade de, para manter a dominação, recorrer não apenas à 'força', mas também a um conjunto de pseudo-justificações e de comportamentos estereotipados etc. (1955, pp. 34-35).

Assim, o cristianismo foi exportado mas não adaptado, é a "medicina dos brancos" introduzida sem atender às competências e aos saberes acumulados durante séculos nem aos sistemas locais de representação da doença, a escolarização imposta sem qualquer relação com o património cultural e o estatuto das crianças. O modelo supremo era evidentemente a sociedade europeia, sociedade na qual os brancos se julgavam obrigados a introduzir os negros. Assim sendo, a religião e a educação integraram-se na política colonial para conjugar os seus efeitos com a valorização econômica.

#### A. O cristianismo dócil

O cristianismo fora desde há muito um dos pontos de apoio das relações da África com a Europa. Mesmo os mais anticlericais ou os mais laicos dos europeus viam na religião um meio indispensável de aculturação e de civilização dos "indígenas". A obra missionária, que fora encorajada e apoiada durante séculos pelos Estados, continuou a sê-lo no período entre as duas guerras.

Mas a secularização das sociedades europeias, os progressos da laicidade e as feridas da guerra afastaram as opiniões públicas das igrejas. A partir de 1925, o número de missionários protestantes diminuiu. Simultaneamente, o apoio financeiro prestado pelos crentes às missões católicas recuava. Tal não impediu o movimento missionário de prosseguir a sua tarefa e de fazer progredir o cristianismo na África.

#### 1. Administração e missões: a união sagrada

Como os missionários estavam empenhados na luta contra o "paganismo tribal", luta indispensável para levar a bom termo a obra civilizadora da colonização, a administração colonial encarava o seu trabalho de forma pelo menos benevolente. Em troca, esperava desses missionários uma colaboração estreita. Símbolo desse entendimento sagrado, as colônias belgas assentavam numa "trindade colonial" composta pela administração, pelas grandes companhias e pelas missões, trindade em que cada uma das partes colaborava estreitamente com as duas outras para afirmar o poderio europeu e a "civilização". Uma recolha de textos realizada pelo ministério das Colônias e destinado aos funcionários e agentes do serviço territorial do Congo belga precisava na sua edição de 1930:

Os agentes do governo não estão sozinhos trabalhando pela obra da civilização. As obras religiosas participam neste esforço em grau pelo menos igual; [...] os agentes do governo, sejam quais forem as suas opiniões, têm a obrigação estrita de auxiliar os missionários cristãos.

Essa colaboração assentava no Acordo assinado em 1906 entre Roma e Bruxelas, que lhe fixava o quadro geral. Os eixos Roma-Paris e Roma-Londres eram mais conflituosos: é certo que a Igreja católica tinha por política estabelecer com os Estados coloniais o entendimento mais sólido possível, a fim de apoiar os missionários. Mas a querela sobre a laicidade na França (separação da Igreja e do Estado em 1905) e o peso dos anglicanos na Grã-Bretanha não lhe permitiam ficar com a parte do leão, como na Bélgica.

Na maioria dos casos, o entendimento entre os domínios público e religioso decidia-se no terreno e não nas capitais europeias. A administração fixava regras e sistemas de autorização que lhe permitiam controlar a instalação dos missionários. Na África Ocidental Francesa, evitava dar a essas missões um estatuto privilegiado nas regiões em que os muçulmanos, solidamente implantados, poderiam reagir: os missionários do Daomé e da Costa do Marfim tinham mais liberdade de movimentos do que os do Sudão francês. Em contrapartida desse controle, a administração tinha de fornecer um apoio concreto ao movimento missionário: as igrejas e missões obtinham boas terras e locais de implantação privilegiados nas cidades; o sistema de tributação incluía por vezes um "dízimo"; o trabalho forçado permitia fornecer a mão-de-obra necessária à construção dos edifícios ou à exploração da terra; a educação assentava em grande parte nos missionários,

encarregados, mediante a atribuição de subsídios, de ministrar o ensino primário; por último, os “encorajamentos” à conversão por parte dos administradores não eram raros.

Encarregados, nomeadamente, de auxiliar a implantação colonial, os missionários “nacionais” eram notavelmente mais incentivados do que os estrangeiros, relativamente aos quais se temia que pudessem desviar os indígenas do objetivo colonial específico de cada império, que fossem mais difíceis de manipular, ou até que fomentassem desordens secessionistas. Um decreto francês de 1923 estabelecia para as colônias do país que todo o ensino se devia fazer em francês ou em latim, por instrutores que tivessem obtido diplomas franceses: esta medida atingiu o seu objetivo que era limitar as missões protestantes, em especial alemãs, inglesas e holandesas. Um dos casos mais típicos dessa política de “nacionalização” das missões é o dos Camarões do pós-guerra, bem estudado por Louis Ngongo. A parte da antiga colônia alemã, que passara a território sob mandato francês, fora muito marcada pelo trabalho dos missionários alemães, em especial o dos Padres Palotinos. A administração colonial e os missionários franceses trabalharam em acordo para apagar a recordação da instrução religiosa em alemão e matar no ovo toda e qualquer esperança, tanto do lado camaronês como do lado alemão, de ver os Camarões regressar à tutela germânica. Os missionários prosseguiram a obra de evangelização, mas cuidaram de apagar os traços da passagem dos missionários alemães (imagens piedosas legendadas em alemão ou cânticos de Bach e Händel). Exigiu-se dos missionários alsacianos, muitos dos quais eram de língua materna alemã, que falassem francês e o seu número foi progressivamente reduzido. O correio entre os catequistas dos Camarões e os antigos missionários alemães era sistematicamente controlado. Roma teve inclusive de pedir aos Padres Palotinos que, na sua correspondência, não se mostrassem muito afetuosos com os antigos paroquianos. A francização levou à supressão, em 1917, das zonas de privilégio, reservadas aos católicos e protestantes: desta forma, os católicos puderam implantar-se em todo o lado, incluindo nas regiões, como a de Metet, onde os protestantes americanos eram preponderantes.

Tudo concorria para reforçar o entendimento sagrado entre os administradores e os missionários: desejo comum de “civilizar” as populações, sentimento nacional e patriótico, mas também e, sobretudo, consciência de pertencer a uma mesma classe, solidariedade dos expatriados, comunidade de hábitos, de costumes e de comportamentos. A colaboração não era porém sempre perfeita; localmente, surgiam dissensões, muitas vezes resultantes de conflitos pessoais. Muitos missionários queixavam-se amiúde da atitude hostil dos administradores. O conflito podia alastrar, como aconteceu no Quênia no período de 1918 a 1921: Roland Oliver mostrou bem como os missionários se opuseram à política de quase trabalho forçado do governador Northey. O bispo de Mombaça, o de Uganda e o dr. Arthur, da Igreja Missionária da Escócia enviaram um memorando a Londres para exporem a situação e alertarem para as consequências desastrosas que poderia

ter tal política. Em 1920, a Aliança das Missões Protestantes ergueu-se por sua vez contra a decisão de elevar a capitação de cinco para oito rupias. No mesmo ano, a publicação de um texto com o título *O Trabalho na África e os Princípios da Administração* levou ao apogeu tensão na região.

## 2. Anos dourados das missões?

Nomeados pela *Sacra Congregatio de Propaganda Fide* (Congregação Sagrada para a Propagação da Fé), órgão da Santa Sê comumente chamado “Propaganda”, os missionários católicos eram todos voluntários. Do mesmo modo, os missionários protestantes eram escolhidos pelas respectivas igrejas entre os candidatos motivados. Impelidos pela fé, mas também por um certo gosto da aventura, os primeiros missionários tinham sido pioneiros. Tinham tido que se implantar, aprender a língua ou as línguas locais, explicar o seu credo, fazer a iniciação aos ritos da religião cristã, compreender os costumes dos povos que queriam converter, afrontá-los por vezes. Segundo Jean Suret-Canale, pelo menos nas colônias francesas, teria havido uma virada na altura da Primeira Guerra Mundial: as missões teriam então passado a ser empresas menos aventurosas e mais voltadas para a economia, pois o gosto do conforto tornou-se essencial para os missionários.

### Documento 81: Organização das tarefas no seio de uma missão

“As religiosas missionárias serão confiadas as escolas para as meninas negras: por vezes, dirigirão um pensionato para crianças brancas. Terão a seu cuidado as enfermarias, os hospitais. Incumbem-lhes também as obras de assistência materna ou familiar, as visitas domiciliárias aos doentes. Aos irmãos (Irmãos das Escolas Cristãs, Irmãos da Caridade etc.) está reservado o ensino nos centros ou nos postos de missão de certa importância. Habitualmente, dirigem as escolas centrais, normais e secundárias. Levam à África o seu conhecimento pedagógico habitual e o fruto de uma experiência; que, no caso de algumas congregações, é de vários séculos. Cabe aqui uma referência especial aos irmãos coadjutores, tão preciosos para os missionários. [...] Muitos são operários especializados, mas freqüentemente são especialistas de todos os ofícios ao mesmo tempo: carpinteiros, marceneiros, pedreiros, arquitetos, tipógrafos, sapateiros e alfaiates! São verdadeiramente os construtores da Missão. [...]”

Enquanto as religiosas ou irmãos missionários têm, geralmente, uma tarefa bem determinada, os Padres, pelo contrário, têm de enfrentar as tarefas mais diversas. Dirigem os trabalhos das religiosas e dos irmãos, quando a missão comporta esses auxiliares, ou suprem-nos na sua falta; mas devem sobretudo consagrar-se ao apostolado propriamente dito: administração dos sacramentos aos cristãos; instrução dos catecúmenos, estabelecimento de contatos com os pagãos. [...]

Com os seus diversos edifícios — igrejas, residências dos Padres, casa dos irmãos, convento das irmãs, escolas, hospitais ou enfermarias, oficinas diversas, construções agrícolas, habitações dos trabalhadores negros agrupadas em redor — no quadro verdejante das suas variadas culturas horticolas e frutíferas, estes postos de missão constituem verdadeiras pequenas “células” de civilização no meio do grande mato que os cerca. Pequenas cidades em miniatura, centros modestos, mas reais, de vida intelectual e religiosa, constituem réplicas modernas muito autênticas dessas antigas abadias que, em tempos longínquos, estiveram na base da civilização do nosso Ocidente. Como os mosteiros da Idade Média, estes postos de missão são centros cuja influência benfazeja



se estende pouco a pouco pela região. Sob as suas vastas construções de tijolos, símbolo de estabilidade num mundo em que tudo são ainda palhotas efêmeras, a missão abriga os principais recursos morais e espirituais da região: é lá que os indígenas são iniciados, aquilo que a nossa civilização cristã possui de melhor, é lá que os seus filhos aprendem os rudimentos ou encontram o complemento de instrução que a sua idade comporta; é lá que todos os que estão doentes recebem cuidados ou medicamentos adequados ao seu estado. [...]

Enquanto o superior, que é muitas vezes o decano, veterano crestado pelo sol do Equador, assegura a administração do posto, os missionários mais jovens "fazem" o mato. Para quem tenha vivido a experiência, é essa verdadeiramente a parte bela da vida missionária. Com vários dias de antecedência alertam-se os carregadores. E, uma bela manhã, na frescura da madrugada tropical, é a partida. Um a um, os carregadores põem-se a caminho, o Padre segue atrás em cima de uma modesta bicicleta. À noite, vão ficar albergados uns 20 ou 25 quilômetros mais adiante. Por vezes, o espetáculo modernizou-se. Algumas regiões, mais favorecidas do ponto de vista rodoviário, permitem a utilização do automóvel; nesse caso, a camionete substitui o antigo transporte humano. Mas, em muitos locais, as coisas são o que sempre foram. [...] E é o espetáculo constantemente renovado da entrada nas aldeias. Numa curva do caminho, a criança das escolas pulando, aclamando o missionário, e dando-lhe assim alegrias que deixam muito para trás as que gozaram os triunfadores romanos! Para a maioria, são estes os momentos mais belos, mais exaltantes da existência do missionário.

O catequista situa-se no mais humilde escalão do exército missionário; auxiliar modesto, mas cuja função é capital. Escolhidos dentre os cristãos devotados ou formados em escolas especiais, os catequistas são colocados nas aldeias para lá darem aulas, instruírem a juventude, presidirem as orações quotidianas e darem aos catecúmenos uma primeira formação com vista ao batismo. É ainda o catequista que assiste os cristãos em perigo de morte e que, *in extremis*, administra o batismo aos meninos ou adultos que manifestem o desejo de o receber. De cada posto de missão dependem assim por vezes uma centena ou mais de catequistas. A sua importância na obra missionária é considerável: muitas vezes, o que vale o catequista é o que vale a aldeia, do ponto de vista cristão. Da sua assiduidade, da sua boa conduta, dos bons exemplos de vida cristã que possa dar dependerá por vezes a orientação religiosa de toda uma região."

Fonte: F. de Meeus e D. R. Steenberghen, *Les missions religieuses au Congo Belge*, Ministério das Colônias, Biblioteca, coleção Zaire, Edition Zaire, 1947.

A vida nas missões era a de uma microssociedade, com a sua hierarquia, a diversidade das funções, as suas regras de vida, os seus ritos próprios. Foi o que descreveram dois monges beneditinos da abadia de Saint-André-les-Bruges, na Bélgica (documento 81). Nessa microssociedade, os catequistas desempenhavam um papel fundamental: multiplicavam o trabalho dos missionários, mantinham os registros e sobretudo alimentavam a fé nas aldeias onde os missionários só raramente podiam passar. Nas zonas fortemente cristianizadas, os catequistas, que traziam as insígnias visíveis da sua função, eram respeitados e constituíam por vezes uma forma de contra-poder face aos chefes protegidos pela administração.

No período entre as duas guerras, o papel direto dos africanos na cristianização começou a expandir-se com os projetos de "indigenização" das igrejas africanas. A diminuição do apoio dos europeus às missões, assim como os primeiros receios de ver os povos colonizados associar demasiado estreitamente o imperialismo ocidental à fé cristã, rejeitando-os em simultâneo, e, por último, o desejo de se distanciarem dos abusos que começavam a entrever, tudo isso

levou as igrejas a querer implantar-se solidamente nas colônias e a apoiar-se nos indígenas: assim, no Ruanda-Urundi, os "padres" indígenas eram 37 em 1935 e 159 em 1945, e os "irmãos" e "irmãs" indígenas eram 105 em 1935 e 716 em 1945.

Em 1908, a reforma da "Propaganda" lançada pelo papa Pio X permitiu-lhe consagrar-se ao controle e à organização efetiva das missões. As encíclicas dos papas Bento XV e Pio XI promoveram a emergência de um clero negro. A evolução foi igualmente visível do lado protestante: enquanto na Conferência das Missões do Mundo, realizada em Edimburgo em 1910, a presença dos africanos e dos outros povos "de cor" fora marginal, na de Madras, em 1938, estes eram majoritários. Foi na mesma ótica que os textos sagrados e rituais foram cada vez mais traduzidos em línguas africanas e os cânticos adaptados aos ritmos locais.

As missões tinham uma função econômica não desprezível: partindo de uma necessidade normal de autossuficiência, tinham começado a cultivar hortas e a dedicar-se à criação de gado miúdo. A instalação das escolas, dos centros de cuidados médicos, a presença cada vez maior de catecúmenos, fizeram passar a exploração agrícola do estágio "familiar" para um estágio quase industrial: necessidade alimentar, desejo de ajudar as populações, dizem uns; vontade de poder, ganância, dizem outros; o certo é que várias missões se tornaram rapidamente verdadeiras empresas agrícolas e artesanais (marcenaria, mecânica, tipografia, fabrico de tapetes etc.), onde os fiéis serviam de mão-de-obra barata, como testemunham estes extratos do anuário das Missões Católicas no Congo belga, publicado em 1935:

As missões têm de arranjar recursos, contribuindo excelentemente desse modo para a prosperidade econômica do país. [...] Em todas as missões do lago Alberto, os catecúmenos trabalham nas culturas hortícolas, a fim de produzirem a alimentação necessária; procura-se sempre melhorar os métodos e o rendimento. Como o governo empurra os indígenas para os trabalhos do campo, em todas as escolas as crianças têm o seu jardim de ensaio e de experiência. [...]

O Vicariato de Lisala possui 800 hectares de culturas de rendimento. Praticamente só nas missões há hortas e pomares; muitas árvores frutíferas foram introduzidas no interior pelos catequistas e os cristãos. [...] No Uélé, o futuro é promissor do ponto de vista agrícola; por isso, os missionários preocupam-se com favorecer a eclosão do campesinato indígena desejada pelo governo.

A resistência à cristianização continuava vivaz, embora não atingisse já os extremos de violência que conhecera no Uganda no século XIX. Na maior parte da África Ocidental, os missionários confrontavam-se com o peso do islã, que prosseguia a sua expansão. Com efeito, numa espécie de concorrência entre as duas religiões, o islã beneficiava de trunfos que faltavam ao catolicismo: implantação africana mais antiga, melhor adequação aos costumes, em especial o respeito pela poligamia e a tolerância para com as práticas animistas, ausência de longas etapas no processo de conversão e sobretudo de laços com uma dominação

política. Nas colônias britânicas, a administração colonial, desejosa de pôr do seu lado o lealismo dos muçulmanos, e vendo no islã um fator de socialização e, inclusive uma primeira etapa no processo de civilização, encarregava-se naturalmente de desencorajar a implantação de missões nas zonas da “fronteira” muçulmana. As fortes divisões internas e as dissensões que existiam no mundo cristão, a concorrência feroz ainda prevalecente entre missões católicas e missões protestantes contribuíam para enfraquecer o movimento de evangelização face a um islã forte e aparentemente unido. Mas em numerosas regiões os cristãos prosseguiram a sua penetração espetacular: no Burúndi, passaram de 34 em 1900 a 365 000 em 1940. As conversões eram, porém, de uma sinceridade e de uma intensidade variável, como relatava o Padre Stoop, missionário no Congo belga, no relatório anual dos Padres Brancos, em 1921:

Há aqui um pregador inglês com a sua senhora. Vindo para o Catanga como comerciante há 30 anos, veio a achar mais lucrativo tornar-se missionário. [...] É bastante severo para com os seus neo-convertidos. É-lhes absolutamente proibido beber cerveja indígena. [...] Proíbe-os até de fumar. A missão, à parte algumas instruções, consiste sobretudo em ensinar cânticos aos negros. Pretende-se que, enquanto cantam, o Espírito Santo desce para as suas almas para nelas fazer o trabalho da conversão. A senhora também se ocupa da evangelização. De tempos a tempos, envia uma dúzia de negras já de certa idade a Mpwéto com um roteiro assim concebido: Roteiro de doze negras que se dirigem a Mpwéto para aí converterem as pessoas. As velhas atravessam Mpwéto entoando os seus mais belos cânticos... evidentemente para grande gáudio da população. [...] Não levantemos o véu para saber se os convertidos são fiéis à abstenção da cerveja indígena, e também das danças negras, pois estas também lhes são proibidas, mesmo as mais inocentes. Conhecendo os negros, não estaremos longe da verdade se dissermos que semelhante religião corre o risco evidente de criar hipócritas.

## B. A escola dos brancos

Os europeus ignoravam ou desprezavam os sistemas educativos africanos: baseados na oralidade, organizados muitas vezes em estágios iniciáticos e marcados por ritos de passagem, permitiam aos adultos socializar os mais jovens e transmitir-lhes os saberes necessários à vida quotidiana, os comportamentos sociais e as ciências tradicionais ou os conhecimentos religiosos. Só os muçulmanos tinham um ensino baseado na aprendizagem da leitura e da escrita, bastante próximo do ensino de tipo ocidental. Para os colonizadores, o método europeu de escolarização era o único meio de aceder à civilização. Até à Primeira Guerra Mundial, os missionários quase monopolizaram a difusão do ensino na África; mas, a partir dessa data, os Estados coloniais preocuparam-se em ser os

motores do movimento, a fim de controlarem o instrumento e implantarem um verdadeiro sistema educativo (documento 82).

### Documento 82: A criação do sistema de ensino público na AOF, marcos cronológicos

|      |                                                                                                                                                                                                                 |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1903 | – Decreto que cria o sistema escolar na AOF.                                                                                                                                                                    |
| 1904 | – Decreto que cria um corpo de inspetores do ensino.                                                                                                                                                            |
| 1911 | – Decreto que cria um quadro de pessoal docente (não aplicado).                                                                                                                                                 |
| 1912 | – Criação de um Serviço do Ensino, dirigido pelo governador-geral, coadjuvado por um inspetor do ensino.                                                                                                        |
| 1913 | – Criação do Conselho Superior do Ensino Primário.                                                                                                                                                              |
| 1916 | – A Escola Nacional de Professores Primários passa a chamar-se Escola William Ponty.                                                                                                                            |
| 1918 | – Alterações ao decreto de 1903 (poucas mudanças). Criação da Escola de Medicina de Dacar.                                                                                                                      |
| 1920 | – O Curso Secundário de Sait-Louis passa a Liceu Faidherbe.                                                                                                                                                     |
| 1922 | – A antiga Ecole des Otages volta a ser escola para os filhos dos chefes.                                                                                                                                       |
| 1923 | – Alterações ao decreto de 1903 (poucas mudanças).                                                                                                                                                              |
| 1924 | – Criação do Diploma de Capacidade Colonial. Regionalização da Escola Pinet-Laprade e projeto de criação de outras escolas profissionais. Transferência para Bamako da seção veterinária da Escola de Medicina. |
| 1925 | – Criação do Curso Secundário de Dacar.                                                                                                                                                                         |
| 1927 | – Adoção do programa europeu nas seções “indígenas” das escolas urbanas.                                                                                                                                        |
| 1934 | – Criação da Escola Normal de Katibugu.                                                                                                                                                                         |
| 1938 | – Transferência da Escola William Ponty para Sébikotane. Criação da Escola Normal Rural de Dabon.                                                                                                               |
| 1939 | – Criação da Escola Técnica Superior de Bamako e da Escola Normal de Jovens de Rufisque.                                                                                                                        |
| 1940 | – O Curso Secundário de Dacar passa a Liceu Van Vollenhoven.                                                                                                                                                    |
| 1945 | – Criação do Liceu Terrasson de Fougères de Bamako.                                                                                                                                                             |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callenec.

## 1. A política educativa

Frequentemente cheia de considerações humanitárias, a política educativa colonial tinha por objetivo principal, ou mesmo único, a manutenção e o desenvolvimento do sistema colonial. O ensino destinava-se a permitir que o

"indígena" assimilasse os fundamentos da cultura ocidental, os respeitasse e lhes reconhecesse a superioridade. Devia igualmente propiciar a possibilidade de fornecer à economia os homens de que esta tinha necessidade: técnicos, empregados, auxiliares, contramestres etc. Os programas estavam pois voltados para as necessidades da economia, como referia em 1912 o vice-governador do Congo belga ao ministro das Colônias:

É firme vontade do Governo dirigir o indígena para os trabalhos do campo. Nesse caminho, não poderemos trabalhar melhor no sentido de orientar a população para esses trabalhos senão dirigindo-nos, por via da instrução profissional agrícola, às jovens gerações aptas a instruir-se e a compreender, e que formarão mais tarde os educadores das populações rurais. [...] Quanto à instrução clássica, reduzir-se-ia a pouca coisa para os artesãos e seria graduada segundo os ofícios, consoante peçam mais ou menos inteligência ou conhecimentos. Se alguns jovens tiverem aptidões especiais que lhes permitam obter mais tarde empregos de funcionários ou de tipo semelhante, a sua instrução seria mais puxada, mas nunca atingiria um nível que permita a esses negros fazerem de si a idéia exageradamente elevada habitual nos meio-sábios.

Para além da simples convicção de que os africanos eram incapazes de aprender e de se instruírem, os europeus temiam sobretudo que o ensino se tornasse um instrumento perverso, que permitisse aos negros elevar-se na hierarquia social e eventualmente tornar-se causa de uma contestação da ordem social estabelecida e da dominação branca:

O ensino deve ser antes de tudo profissional. [...] A vaidade é um dos defeitos dominantes do caráter do negro. Logo que possui um verniz de civilização, julga-se rapidamente igual ao europeu, e, como, na maior parte do Congo, o europeu não pode realizar trabalhos manuais, o indígena, logo que letrado, sente-se tentado a recusar o trabalho manual. [...] Por outro lado, o negro que adquiriu alguma instrução goza de certo prestígio junto dos seus congêneres e, se não trabalhar, torna-se facilmente fator de influência dissolvente, critica os europeus, excita os negros contra eles, exagerando os defeitos destes e as queixas daqueles, em resumo, torna-se algo daninho e um perigo.

É preciso pois que trabalhe, e é para a moralização do negro pelo trabalho, isto é, pelo trabalho manual, que deve tender o ensino que lhe damos. (Relatório Kervyn, 1913).

É certo e sabido que um rapazinho que tenha tido vários anos de aulas sem fazer uso das mãos se escusará energeticamente à aprendizagem de um ofício, pelo que desde o início terá de ser iniciado nisso, primeiro pelos trabalhos manuais, e, logo que possível, pela aprendizagem. Assim sendo, é preciso que o programa das escolas primárias consagre desde o início o maior tempo possível aos trabalhos manuais e profissionais, reduzindo na mesma proporção o ensino literário.

(O ministro das Colônias ao governador do Congo belga, 1913, textos citados por Kita K. M., *Les fondements de l'Ecole au Zaïre. La formation des jeunes Congolais avant 1920*, Bukavu, Ceruki, 1979).

Partindo desta base, o sistema educativo das colônias assentava em alguns grandes princípios: consagração de uma parte preponderante do horário aos trabalhos agrícolas ou aos trabalhos manuais; importância dos ramos técnicos e profissionais; seleção rigorosa ou até barreiras nos ramos gerais; separação por vezes total entre o ensino para os europeus e o ensino para os africanos, bem como, eventualmente, o ensino para as outras populações; desigualdade de reconhecimento entre os diplomas metropolitanos e os das colônias.

O sistema português era muito complexo. Acobertado pela assimilação, repudiava oficialmente a segregação. Mas a realidade era muito diferente, pois o custo da educação era proibitivo para as famílias negras e mestiças. Se é certo que o ensino para os africanos progredia, apesar de tudo, nas cidades, os brancos estabeleceram critérios de recrutamento que excluía os africanos: por lei de 1901, as telegrafistas tinham de ter certificados de latim e de geografia, disciplinas que não eram ensinadas em Angola; por lei de 1911, impunha-se a obrigatoriedade de cinco anos de estudos secundários, quando a primeira escola secundária de Angola data de 1919; a partir de 1929, organização de concursos diferentes para cargos públicos, para europeus e africanos (negros ou mestiços). Se por volta de 1920 se registra uma vaga de licenciados africanos – quase todos nativistas –, só após a Segunda Guerra Mundial se registra outra vaga de universitários – entre os quais Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Francisco José Tenreiro, que puderam aceder a postos elevados na administração colonial. Quanto à Bélgica, punha especial escrupulo em formar exclusivamente auxiliares; a lista de algumas escolas congoleesas é disso testemunha: Escola de Auxiliares, Escola Artesanal, Escola Doméstica Agrícola, Escola de Assistentes Clínicos, Escola de Assistentes Agrícolas.

Os diferentes sistemas escolares caracterizavam-se igualmente por alguns pontos comuns: debilidade geral do ensino feminino, devido simultaneamente à falta de interesse dos colonizadores e à reticência dos meios tradicionais africanos; vontade de criar uma instrução de massa (em 1924, o governador-geral da África Ocidental Francesa, J. Carde, falava em "instruir a massa e fazer aparecer a elite"); importância de matérias como a religião e a moral; ausência de especificidade dos programas e orientação muito eurocentrista, em especial em história (não foi sem razão que Denise Bouche escreveu: "Outrora, o meu país chamava-se Gália"); interesse pela formação dos adultos, com a criação de cursos específicos; e, por último, lento surgimento da ideia da escolarização obrigatória.

Todas as potências coloniais atribuíam especial importância à formação dos chefes e respectivos filhos, futuros chefes, a fim de fazer deles verdadeiros esteios da administração colonial. Na África Ocidental Francesa, estavam-lhes reservadas quatro escolas (entre as quais a antiga Ecole des Otages), escolas onde eram ensinadas as línguas árabe e francesa, o Alcorão, os métodos de administração, o direito e os sistemas judiciais consuetudinários, bem como as técnicas agrícolas. Nos territórios britânicos, foram criadas também várias escolas: em Georgetown



(Gâmbia), em Bo (Serra Leoa), em Tabora (Tanganica); noutras regiões, preferiu-se misturar os filhos dos chefes com os outros alunos para não ficarem "separados da base". Na África Oriental, as *Jeanes Schools* do Quênia e os Centros Agrícolas do Uganda presidiam a formação permanente dos chefes instalados.

Um dos debates dirimidos no período entre guerras foi o da língua de ensino. A língua da potência colonial foi preferida a todas as outras por diversas razões: implantação política, aculturação, homogeneidade, caráter científico, facilidade para os docentes europeus, possibilidade de controle, preferência nacional (como já vimos no caso dos Camarões). O ensino em francês tornou-se obrigatório na África Ocidental Francesa e na África Equatorial Francesa em 1922, e desde o início da escolaridade. Nas colônias portuguesas, a utilização das línguas africanas era tolerada para as explicações orais e as traduções, sendo todavia proibida na imprensa, e sobretudo no rádio. A Bélgica adotou uma política diferente: o francês era a língua utilizada (o flamengo era ensinado mais tarde); mas para os alunos destinados a não ultrapassar o ensino primário, considerava-se inútil a aprendizagem do francês; assim sendo, o ensino para estas categorias fazia-se nas línguas vernaculares, nomeadamente, o lingala, o kikongo, o luba e o swahili, línguas que os missionários codificaram<sup>2</sup>. O malthusianismo e o paternalismo tiveram paradoxalmente por efeito obrigar os belgas a multiplicar os estudos linguísticos e etnológicos sobre o Congo e dar origem a uma "biblioteca colonial" excepcionalmente rica.

A questão da eficácia do ensino em língua europeia continua viva. Se confiarmos nos inquéritos estatísticos feitos em Angola, o domínio das línguas coloniais foi sempre apanágio de uma ínfima minoria, sobretudo nas zonas rurais. Uma pesquisa realizada em Angola no início dos anos 70 do século XX mostrava que o domínio do português pelos africanos das zonas rurais era reduzido:

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| Domínio corrente                   | 1%  |
| Domínio relativamente corrente     | 4%  |
| Domínio razoavelmente corrente     | 16% |
| Rudimentos                         | 24% |
| Nenhum conhecimento                | 53% |
| Utilização regular                 | 1%  |
| Utilização relativamente freqüente | 8%  |
| Utilização muito rara              | 31% |
| Nunca utilizada                    | 59% |

(Citado por Gerald J. Bender, 1978, p. 221).

Neste ponto, como na política escolar em geral, a Grã-Bretanha demarcou-se das outras potências europeias: em 1925, o Comitê Consultivo do Ensino nas Colônias declarou que "o ensino deve ser adaptado à mentalidade e às tradições dos diferentes povos, conservando ao máximo todos os elementos sãos na implementação da sua vida social". Apoiada neste princípio, a instrução nas colônias britânicas foi mais respeitadora das especificidades africanas mas também mais propícia à criação de uma elite. A partir de 1927, o ensino passou a fazer-se na língua materna durante os dois primeiros anos, e seguidamente em inglês até ao fim da escolaridade.

2. As estruturas do ensino

No período entre as duas guerras, instalaram-se na África as estruturas do ensino, decalcadas em parte nos modelos europeus (ensino primário, secundário e superior) mas também adaptadas às "necessidades" das colônias (cursos técnicos) e às realidades do terreno (documento 83). O ensino público, criado e gerido pela administração colonial, era ainda incipiente; o ensino privado, em especial o ensino de iniciativa missionária, mantinha o seu caráter generalizadamente majoritário, sendo incentivado e subsidiado pelas administrações: em toda a África, o ensino primário continuava a ser apanágio das missões, embora, no secundário e no técnico, a sua presença variasse de região para região. O ensino no Congo belga, prolongamento lógico da "trindade colonial" belga, era quase exclusivamente missionário, mais precisamente católico, visto que o Acordo de 1906 previa nomeadamente que cada missão que pudesse devia possuir a sua escola. No final da década de 1930, havia mais de 700 000 alunos no ensino privado, contra 4 368 alunos nas escolas públicas. A participação dos missionários revelou-se igualmente preponderante na África Equatorial Francesa, onde a administração intervinha pouco, retardando assim a emergência de uma elite moderna (a primeira escola secundária, a Ecole Edouard Renard, só surgiu em 1935), mas menor na África Ocidental Francesa, onde o ensino público estava muito desenvolvido (11 484 alunos nas escolas públicas em 1910 contra 2 962 nas escolas dos missionários; 56 135 alunos nas escolas públicas em 1937 contra 12 281 nas escolas missionárias). Nas colônias britânicas, nomeadamente no Uganda e na Niassalândia, o papel dos missionários foi importante (tendo a administração desempenhado um papel preponderante em Zanzibar e no Tanganica), bem como no domínio do ensino técnico. O papel da administração reforçou-se na sequência das pressões do Conselho Missionário Internacional.

| ENSINO GERAL                    |                                                                                                    | ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL                                                                       |                                                                                         |                                                                                                              |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ENSINO SUPERIOR E SECUNDOÁRIO   | ESCOLA DE MEDICINA (Oacar)<br>- Médicos auxiliares<br>- Farmacêuticos auxiliares<br>- Veterinários |                                                                                                     |                                                                                         |                                                                                                              |
|                                 | ESCOLA NORMAL WILLIAM-PONTY (Gorée)<br>- Professores primários<br>- Médicos auxiliares             | ESCOLA NORMAL PARA MOÇAS (Rufisque)<br>- Partelras<br>- Professoras primárias                       | ESCOLA NORMAL (Katibugu)<br>- Professores primários<br>- Agentes agrícolas e silvícolas | ESCOLAS NORMAIS RURAIS<br>- Monitores                                                                        |
|                                 | LICEU TERRASSON DE FOUGÈRES (Bamako - 1945)                                                        | CURSO SECUNDOÁRIO (Oacar)<br>↳ Diploma de competência colonial (nível de curso secundário completo) | LICEU FAIOHERBE (Saint-Louis)<br>↳                                                      |                                                                                                              |
|                                 | ENSINO PRIMÁRIO SUPERIOR                                                                           | ESCOLAS PRIMÁRIAS SUPERIORES (em cada colónia três seções)                                          |                                                                                         |                                                                                                              |
| Seção para os filhos dos chefes |                                                                                                    | Seção para os candidatos a professor primário ou médico                                             | Curso superior para os futuros agentes                                                  |                                                                                                              |
| ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR       | Diploma de Estudos Primários Elementares                                                           |                                                                                                     |                                                                                         | Escolas de aldeia (nas aldeias)<br>Classe única com dois graus:<br>- Curso elementar<br>- Curso preparatório |
|                                 | Escolas urbanas (nas cidades)                                                                      | Escolas regionais (na capital das regiões)                                                          |                                                                                         |                                                                                                              |
|                                 | Classes europeias<br>- Curso médio<br>- Curso elementar<br>- Curso preparatório                    | Classes indígenas<br>- Curso médio<br>- Curso elementar<br>- Curso preparatório                     | Três níveis:<br>- Curso médio<br>- Curso elementar<br>- Curso reparatório               |                                                                                                              |

Lado a lado com essas escolas privadas europeias surgiu ou desenvolveu-se igualmente uma escola de iniciativa africana. As regiões muçulmanas praticavam desde há muito o ensino corânico. Sabe-se que a renovação islâmica na África Ocidental desde o fim do século XVIII tivera por corolário uma elevação sensível da qualidade do ensino muçulmano. Nas regiões costeiras da África Ocidental britânica, desenvolvera-se um ensino de tipo europeu já desde início do século XIX sob a ação conjugada dos saros, da burguesia mestiça ou negra e dos intelectuais formados no *Fourah Bay College* (Serra Leoa) e na Inglaterra. Durante os anos 1920 e 1930, novas escolas muçulmanas ou de tipo europeu se formaram na África Ocidental Francesa, no norte da Nigéria e na Gold Coast. O movimento dos kikuyus e dos maasais a favor de uma escola independente, lançado a partir de 1930, recebeu um apoio mais modesto, visto que o decreto sobre a educação no Quênia (1931) previa a possibilidade de fechar qualquer escola.

A existência de um ensino privado assentava quase sempre num triplo acordo: pedido de autorização, controle, ajuda financeira. As escolas privadas foram cada vez mais obrigadas a decalcar os seus programas pelo das escolas públicas e a alinhar a qualificação dos seus docentes por normas oficiais, condições indispensáveis para receberem subsídios. Caso particular, Portugal, que desejava desencorajar o ensino privado nas suas colónias, suprimiu todos os subsídios em 1911. Mas, a partir de 1926, a tendência inverteu-se: o novo sistema escolar confiou às missões um papel no domínio da formação; o Ato Colonial de 1930 confirmou o papel privilegiado das missões católicas portuguesas; a inversão da tendência consumou-se com o Acordo Missionário (1940) e o Estatuto das Missões (1941). Todavia, nos anos 1960, os dirigentes católicos foram obrigados a reconhecer que a tarefa da escolarização excedia as possibilidades – financeiras e humanas – das missões. Para preservarem o seu papel, as missões protestantes agruparam-se para formar a Aliança Evangélica de Angola, em Luanda.

O nível do ensino variava muito de região para região, quer porque uma parte importante era de iniciativa local, quer porque a formação ou simplesmente a presença dos docentes variava também, quer ainda porque a política era mais ou menos ativa. Era a África britânica, nomeadamente a África Ocidental, que tinha o ensino secundário e superior mais desenvolvido. As escolas secundárias eram já numerosas em 1937: 3 na Gold Coast, 4 na Gâmbia, 9 na Serra Leoa, 42 na Nigéria, 1 no Uganda, bem como dois cursos parciais no Quênia.

Para o ensino superior, várias vias se abriam aos estudantes africanos: desde 1827, o colégio de Fourah Bay atraía estudantes de toda a África Oriental britânica. Entre as duas guerras, três outras escolas superiores foram criadas: o Colégio Príncipe de Gales de Achimota, perto de Acra (1925); o Colégio Superior de Yaba, perto de Lagos (1934), que ministrava um ensino científico e pedagógico; a Escola de Comércio de Makerere no Uganda (1937), que diversificou o seu ensino e gradualmente atingiu o grau de universidade. Os africanos tinham igualmente ganho o hábito de se dirigirem à Grã-Bretanha para lá seguirem os cursos dos colégios filiados na Universidade de Londres ou de outras instituições

britânicas. Esta via, que começou por estar reservada aos filhos das famílias ricas, foi-se abrindo cada vez mais aos estudantes de origem modesta, graças às bolsas concedidas por associações filantrópicas ou, como aconteceu com Jomo Kenyatta, graças à quotização das aldeias.

A utilização do inglês e o desejo de romper com a Inglaterra (John Chilembwe, Nnamdi Azikiwe, Kwame Nkrumah) permitiam-lhes também estudar nos Estados Unidos. A atenção que os britânicos prestavam ao ensino superior para os africanos manifestou-se ainda nos anos 1940 através da Comissão Asquith (sobre a educação superior nas colônias) e a Comissão Elliot (sobre a educação superior na África Ocidental). Em 1943-44, os estudantes africanos anglófonos eram relativamente numerosos: 17 em Fourah Bay, 98 em Achimota, 100 em Yaba, 128 em Makerere e cerca de 250 na Grã-Bretanha.

Na África Central, tanto nas colônias belgas como nas colônias francesas, a mediocridade das instituições públicas de ensino secundário levou numerosos jovens a entrar nos seminários: alguns raros seminaristas abraçaram efetivamente o sacerdócio (Barthélémy Boganda em Ubangui-Chari e Fulbert Youlou no Médio Congo são disso exemplo), mas a maior parte, alguns por ambição, muitos porque estavam chocados com a vida nos seminários e com a atitude dos seminaristas, seguiram carreiras laicas (Joseph Kasa-Vubu, por exemplo).

No seu conjunto, estes sistemas escolares, em especial o das colônias britânicas, que tinha um bom desempenho e era eficaz, mas também os criados nos outros impérios, iriam desempenhar um grande papel na história da África; foi através deles que emergiu uma nova elite, elite de letrados mas também de intelectuais, os quais viriam a ser os promotores da ideia de independência. Este paradoxo – o fato de o sistema criado para socializar “à europeia” os africanos, assimilando-os ao Ocidente, mas dando-lhes simultaneamente as armas para o combater e se tornarem líderes (mas não os únicos atores) do movimento que conduziria a colonização ao desaparecimento –, este paradoxo, então, simboliza da melhor maneira possível a colonização entre as duas guerras: é uma colonização que acaba o seu processo de instalação, drena as riquezas do continente africano, impõe as suas línguas e culturas e a sua visão do mundo; uma colonização que molda o mundo à sua imagem; é uma época em que ser branco em terra africana é quase um passaporte para aceder a privilégios desaparecidos na Europa, um período a que, com razão, houve quem chamasse “idade de ouro”. Mas, ao mesmo tempo, essa colonização ignora totalmente que está em vias de cavar a sua própria sepultura: a exploração sistemática que pressupõe terá forçosamente de dinamizar a resistência dos povos colonizados; a formação que propõe terá forçosamente de preparar os homens para compreenderem e utilizarem as suas próprias armas; a sua ignorância, voluntária ou inconsciente, das realidades profundas da África torna-a estranhamente frágil face aos colonizados, que, na sombra e sob a máscara da submissão, têm todo o tempo e todas as possibilidades de descobrir o seu adversário e de detectar as suas fraquezas. Assim, a colonização já estava gangrenada, no próprio seio da sua idade de ouro.

## NOTAS

\* Sophie LE CALLENNEC

<sup>1</sup> Título pedido emprestado à obra de Marc Michel.

<sup>2</sup> Ver a este respeito o livro pioneiro de Johannes Fabian, *Language and Colonial Power. The Appropriation of Swahili in the Former Belgian Congo (1880-1938)*, Cambridge University Press, 1986.



## LEITURAS COMPLEMENTARES

- BOHAEN, A. A. *African Perspectives on Colonialism*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1987.
- COHEN, W. B. *Rulers of Empire. The French Colonial Service in Africa*. Stanford, Hoover Institution Press, 1971.
- KIPRE, P. *La Côte-d'Ivoire de 1890-1946: l'âge d'or du colonialisme*. Paris, A.M.I.-Bordas, Collection Mémorial de la Côte-d'Ivoire, 1987.
- MERLIER, M. *Le Congo de la colonisation belge à l'indépendance*. Paris, François Maspéro, 1962.
- PIAULT, M. (ed.) *La colonisation, rupture ou parenthèse*. Paris, L'Harmattan, 1987.
- ROBERTS, A. O. (ed.) *The Colonial Moment in Africa. Essays on the Movement of Minds and Materials (1900-1940)*. Cambridge University Press, 1990.
- SURET-CANALE, J. *Afrique Noire occidentale et centrale. L'ère coloniale (1900-1945)*. Paris, Editions Sociales, 1964.

### 1914-1918: o apelo a África

- BIRMINGHAM, D., HOPKINS, A. G., LAW, R. C. C. e ROBERTS, A. D. (eds.) "World War I and Africa". *Journal of African History*, XIX, 1978.
- ECHENBERG, M. *Colonial Conscripts. The Tirailleurs Sénégalais in French West Africa (1857-1960)*. Portsmouth-Londres, Heinemann e James Currey, 1991.
- MICHEL, M. *L'appel à l'Afrique. Contribution et réactions à l'effort de guerre en A.O.F. (1914-1919)*. Paris, Publications de la Sorbonne, 1982.

### Consenso político e mecânica administrativa

- ASIWAJU, A. I. e CROWDER, M. (eds.) *White Society in Africa*. Londres, Longman Group, 1979.
- BALANDIER, G. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris, P.U.F., 1955.
- CROWDER, M. *West Africa under Colonial Rule*. Londres, Hutchinson, 1968.
- DESCHAMPS, H. *Méthodes et doctrines coloniales de la France*. Paris, Armand Colin, 1953.
- GANN, L. H. e DUIGNAN, P. (eds.) *African Proconsuls. European Governors in Africa*. Nova Iorque-Londres, The Free Press-Macmillan, 1978.
- GUTKIND, P. C. W., COHEN, R. e COPANS, J. (eds.) *African Labor History*. Beverly Hills-Londres, Sage Publications, 1978.
- KANIKI, M. H. (ed.) *Tanzania under Colonial Rule*. Londres, Longman, 1979.
- KESTELLOT, L. *Les écrivains noirs de langue française: naissance d'une littérature*. Université Libre de Bruxelles, 1965.
- PEEMANS, J. P. *Diffusion du progrès économique et convergence des prix (1900-1960)*. Louvain, Nauwelaerts, 1968.
- SIMONS, J. *Class and Colour in South Africa (1850-1950)*. International Defence and Aid Fund, 1983.

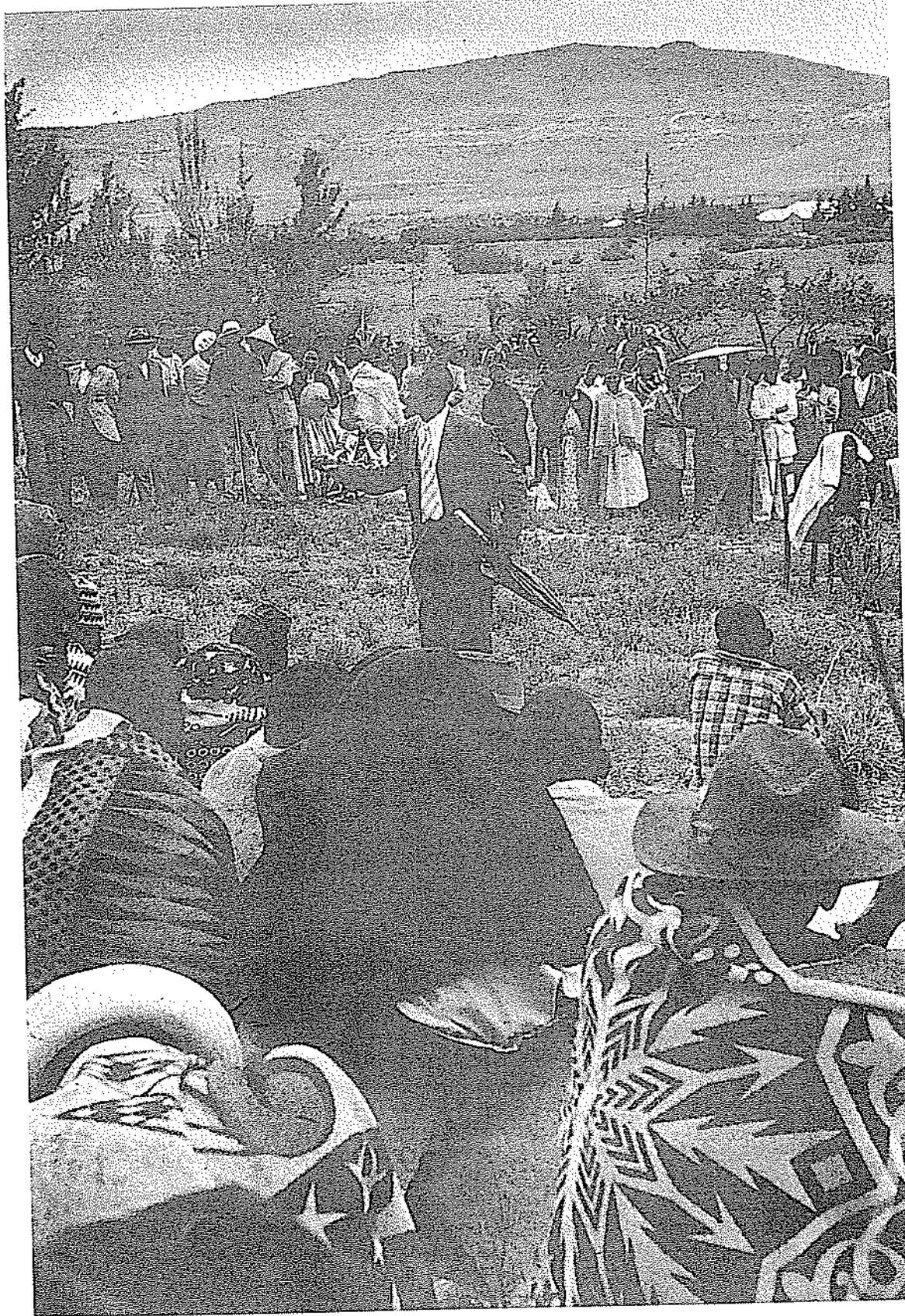
### A exploração econômica

- "L'Afrique et la crise de 1930". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, LXIII, número especial, 232-233, 1976.

- AMIN, S. *L'Afrique de l'Ouest bloquée. L'économie politique de la colonisation (1880-1970)*. Paris, Editions de Minuit, 1971.
- BABASSANA, H. *Travail forcé, expropriation et formation du salariat en Afrique Noire*. Grenoble, Presse Universitaire de Grenoble, 1978.
- BRETT, E. A. *Colonialism and Underdevelopment in East Africa. The Politics of Economic Change (1919-1939)*. Londres, Heinemann, 1973.
- CRUISE O'BRIEN, D. B. *The Mourides of Senegal. The Political and Economic Organization of an Islamic Brotherhood*. Oxford Clarendon Press, 1971.
- FORBES MUNRO, J. *Britain in tropical Africa (1880-1960). Economic relationships and Impact*. Londres, Macmillan, 1984.
- FRANKEL, S. H. *Capital Investment in Africa. Its Course and Effects*. Nova Iorque, Howard Fertig, 1.ª edição 1938, 1969.
- HAILEY, LORD. *An African Survey. A Study of Problems Arising in Africa South of the Sahara*. Londres, Oxford University Press, 1957.
- ILIFFE, J. *The African Poor. A History*. Cambridge University Press, 1987.
- LATHAM, A. J. H. *The Depression and the Developing World (1914-1939)*. Londres, Croom Helm, 1981.
- MARKS, S. e ATHBONE, R. (eds.) *Industrialisation and Social Change in South Africa. African Class Formation, Culture and Consciousness (1870-1930)*. Londres, Longman, 1982.
- NZULA, A. T., POTEKHIN, I. I. e ZUSMANOVICH, A. Z. *Forced Labour in Colonial Africa*. Londres, Zed Press, 1979.
- SAUTTER, G. *De l'Atlantique au fleuve Congo. Une géographie du sous-développement*. Paris-La Haye, Mouton, 1964.
- SORRENSON, M. P. K. *Land Reform in the Kikuyu Country. A Study in Government Policy*. Londres, Oxford University Press, 1967.
- VACQUIER, R. *Au temps des factoreries (1900-1950)*. Paris, Karthala, 1986.
- WOLFE, R. D. *Empire and Commerce in Africa. A Study in Economic Imperialism*. Londres, George Allen e Unwin Ltd, reedição em 1968, 1920.
- \_\_\_\_\_. *The Economics of Colonialism. Britain and Kenya (1870-1930)*. Nairobi, Transafrica Publishers, 1974.
- ZWANENBERG, R. M. A. *Colonial Capitalism and Labour in Kenya (1919-1939)*. Kampala, East African Literature Bureau, 1975.

### Missão e escola, instrumentos da colonização

- BAËTA, C. G. (ed.) *Christianity in Tropical Africa*. Londres, Oxford University Press, 1968.
- BENOIST, J.-R. *Eglise et pouvoir colonial au Soudan français. Les relations entre les administrateurs et les missions catholiques dans la boucle du Niger, de 1885 à 1945*. Paris, Karthala, 1987.
- BOUCHE, D. *L'enseignement dans les territoires français de l'Afrique occidentale, de 1817 à 1920. Mission civilisatrice ou formation d'une élite*. Lille, Service de Reproduction de Thèses, 1975.
- KITCHEN, H. *The Educated African. A Country-by-Country Survey of Educational Development in Africa*. Nova Iorque, Praeger, 1962.
- NGONGO, L. *Histoire des forces religieuses au Cameroun, de la Première Guerre mondiale à l'Indépendance*. Paris, Karthala, 1982.
- SCANLON, D. G. (ed.) *Traditions of African Education*. Nova Iorque, Columbia University, 1964.



Eleições na Basutolândia, 1960

-VI-

## OS CAMINHOS DA EMANCIPAÇÃO\*

Durante muito tempo, os historiadores do período colonial interessaram-se principalmente pelo sistema administrativo, econômico e social criado pelos europeus e, eventualmente, por suas consequências sobre os africanos. Mas, quanto ao essencial, foi preciso que surgisse a obra de especialistas de outras ciências sociais – etnólogos, antropólogos, politólogos, economistas e sociólogos, todos eles pesquisadores de campo, atentos à “África atual” e preocupados com as incertezas do “tempo presente” – para chamar a atenção para a necessidade de tomar em conta, como fato maior desse período, não apenas a reação dos africanos face a esse sistema ou as transformações verificadas nas sociedades africanas, mas também a sua aptidão a constituir-se ou a reconstituir-se como plenos sujeitos históricos. Tornou-se assim possível pôr também em evidência a sua capacidade para inventarem os meios mais adequados para salvaguardar o controle do seu destino, meios esses que podiam dizer respeito quer aos sistemas de interpretação do mundo, quer às estratégias de escape (de utilização ou de captação) de novas relações de dominação ou das filosofias em que os europeus pretendiam assentar a sua legitimidade.

Vista deste ângulo, a história da África colonial é, antes de tudo, a da notável continuidade de uma tradição: a da resistência dos povos às usurpações e às lógicas estatais de invasão, de dominação e de exploração, que se repetiam desde há séculos, mas que a colonização multiplicou numa escala sem precedentes, e que prosseguiram após as independências. Contudo, na medida em que, para obterem as melhores condições de negociação com o colonizador, ou, ao contrário, para o combaterem, numerosos africanos fizeram seus e adaptaram à sua condição

particular os princípios filosóficos e ideológicos característicos das sociedades europeias, assim como as suas formas de mobilização e de ação, essa história é também a de uma "ocidentalização" e de uma "aculturação" seculares, de que, no fim de contas, a colonização não foi mais do que uma fase. Por último, e talvez sobretudo, como a ocupação da quase totalidade do continente africano por estrangeiros foi um desafio que punha em causa a própria essência e o devir da africanidade, essa história foi a de uma invenção de linguagens, de solidariedades, de culturas e de práticas que levaram a África às independências e que, continuando a atuar nas sociedades de hoje, constituem o fator determinante e o motor essencial das evoluções do continente negro.

## I. 1880-1940: RESISTÊNCIAS ININTERRUPTAS

Se é certo que a resistência à conquista colonial foi importante, a que se seguiu e se opôs ao sistema implantado não foi menos notável, por seu caráter perpétuo, ininterrupto, a cessar aqui para ressurgir acolá, sempre a renascer, deixando zonas inteiras quase indomáveis e o colonizador numa perpétua incerteza (documento 84). É igualmente notável o engenho de que os africanos deram mostras para contestar esse sistema, desde a recusa individual até aos motins regionais, desde a reação imediata a um dos efeitos da colonização até à vontade profunda de mudar as coisas. A resistência era passiva ou ativa, local ou alargada, eclodia em meio rural ou urbano, assumia formas antigas ou modernas, e colocava-se no terreno econômico, social, político sem excluir o religioso. Implicava ora as populações, ora as elites tradicionais, ora ainda as elites modernas, desencadeava alianças entre essas diferentes camadas sociais, fazia nascer ou renascer consciências de classe ou de pertença étnica – tudo isso com conteúdos ideológicos mais ou menos claros, objetivos mais ou menos elevados. A diversidade dessas resistências é tão desconcertante, que o estudo global passa necessariamente por uma abordagem tipológica; porém, toda e qualquer descrição setorial é forçosamente exclusiva. Mas a opção que aqui escolhemos permite dar conta da evolução que levou a África a passar da recusa da colonização à luta pela independência, isto é, da reação imediata de rejeição a um combate de longa duração, refletido e estruturado.

### A. As resistências populares: permanência e inovações

A resistência popular, que era resistência das populações, mas também resistência dos povos logo que se observava uma consciência de pertença social ou nacional, não deu tréguas aos europeus, pelo que estabeleceu uma relação de continuidade entre a África pré-colonial, em que os Estados tiveram de afrontar as formações étnicas e de aldeia, ou contemporizar com elas, e a África pós-colonial,

em que os regimes saídos da descolonização, por seu turno, tiveram de entrar em compromisso com as aspirações populares, depois de as terem abafado.

### I. As resistências populares tradicionais

Aliás, no caso presente, o termo de "resistência" só deverá ser utilizado no plural, tantas foram as formas que assumiu. Estas apresentam, no entanto, um certo número de pontos comuns: em primeiro lugar, o seu caráter esporádico e rural, a fraca amplitude dos movimentos, ações mais frequentemente isoladas do que concertadas numa segunda fase, o grau limitado de consciência que elas implicavam e os seus objetivos a curto prazo.

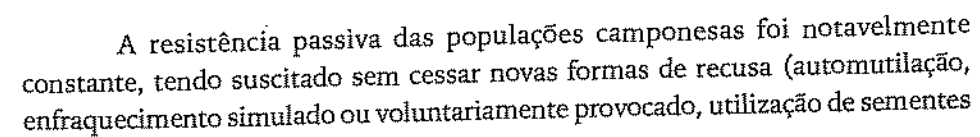
#### Resistência passiva

A "recusa do sistema" pela passividade ou a fuga, que foi a primeira forma de resistência, permitiu a muitos africanos não se submeterem à "lei dos brancos" e afrontá-los sem ser nos campos de batalha, onde tinham sido frequentemente vencidos. Essa resistência tomou geralmente a forma de uma simples recusa (recusa de pagar o imposto, recusa de trabalhar como carregador ou de produzir as culturas obrigatórias), que se exprimia sob diversos aspectos, desde a recusa firme (o camponês que se nega a pagar o imposto) até à indiferença (a aldeia que finge ignorar a presença dos brancos), passando pela má fé (apresentação ao recrutamento dos doentes e enfermos), a dissimulação (erros voluntários, durante os recenseamentos fiscais, sobre a idade real dos jovens, o número de mulheres, os falecimentos, os locais de habitação e, no caso do *hut tax*, sobre o número de habitações), as tergiversações (debates intermináveis e promessas ligeiras quando da visita dos administradores), pouca diligência (culturas obrigatórias mal cuidadas) etc. Muito importante no início da época colonial, a resistência passiva era nessa altura alimentada por um contexto favorável: a administração colonial era pouco numerosa; cada administrador tinha a seu cargo um vasto território que não podia visitar regularmente; largas zonas ficavam fora do seu alcance; de tal modo que, no início do século XX, alguns grupos desconheciam ainda a existência dos brancos.

À medida que se implantava, a colonização conseguiu firmar a sua autoridade no conjunto do continente e contornar a resistência passiva. Para escapar a esse controle, as pessoas tiveram de fugir, individualmente ou em grupo (havia aldeias que se deslocavam), temporariamente (no dia da passagem do administrador) ou definitivamente (houve aldeias que desapareceram completamente do mapa). Penetravam em regiões cada vez mais recônditas – montanhas e florestas – ou dirigiam-se para as colônias vizinhas, na esperança de escaparem definitivamente à colonização ou de encontrarem administradores menos vorazes. As solidariedades étnicas permitiam-lhes então implantar-se do outro lado das fronteiras: assim, por exemplo, foram numerosos os habitantes da Costa do Marfim que fugiram ao



**Documento 84:** Resistências e revoltas contra a colonização na África negra (1900-1940)



### Resistência imediata

Até a Primeira Guerra Mundial, essas numerosas rebeliões foram muitas vezes simples revoltas camponesas; mas colocaram sempre a colonização numa posição de incerteza. Os motivos de revolta eram múltiplos: o imposto (revolta dos temnes e dos mendes na Serra Leoa, em 1889, dos acholis no Uganda em 1911, dos giriamas do Quênia em 1914, dos hollis do Daomé entre 1914 e 1920); o trabalho forçado e a requisição de mão-de-obra (numerosas revoltas de carregadores, movimento majanga no Baixo Congo em 1893-1894, insurreições do vale do Zambeze em finais do século XIX); as culturas obrigatórias (foram uma das causas da revolta *maji-maji* no Tanganica); as outras formas da legislação (contestação das divisões administrativas e da repartição de terras por elas implicadas, por exemplo) etc. Esses movimentos eram recorrentes nas zonas protegidas, como as florestas (África Central, sobretudo, mas também florestas da África Ocidental, como, por exemplo, na Casamança ou no sul da Costa do Marfim) e nas colônias onde a administração se mostrava mais exigente (territórios franceses, belgas e portugueses). Praticamente não pararam em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, em certas regiões do Congo belga e na África Equatorial Francesa. Como é evidente, multiplicavam-se nos períodos mais duros, como, por exemplo, durante a Primeira Guerra Mundial.

Após a guerra, como a colonização estava mais implantada, esses movimentos foram limitados na prática: a administração dominava melhor as suas colônias, as armas foram sistematicamente requisitadas, os chefes viram o seu poder diminuir – e, isto, quando não eram contestados pelas populações. Mas os camponeses continuaram a sublevar-se esporadicamente, em especial na África Central e Austral.

O caso dos awandjis é característico desses movimentos recorrentes. Instalados em plena floresta equatorial, no curso superior do Ogooué (Gabão),

os awandjis escaparam aos efeitos da colonização em geral, e ao imposto em particular, até à guerra de 1914-1918, recorrendo a todas as astúcias da resistência passiva quando o perigo se aproximava. Mas, nos anos 1920, a ameaça tornou-se mais tangível: o imposto começou a ser regularmente exigido; as prestações instauradas em 1915, nomeadamente o trabalho obrigatório, foram duplicadas em 1925, operaram-se em condições cada vez mais difíceis dado o afastamento e foram acompanhadas por violências. Em 1928, tentando fazer-se obedecer, a administração tomou medidas humilhantes para com Wongu, chefe de uma aldeia awandji. A resposta foi imediata. Os awandjis, que eram, é certo, pouco numerosos, constituíram-se rapidamente em bloco. Os guerreiros puseram-se ao serviço de Wongu; multiplicaram-se as escaramuças e as armadilhas, que levaram à guerrilha. Os awandjis acabaram por ser definitivamente vencidos em Agosto de 1929, sendo seguidamente dizimados por uma sangrenta repressão, mas nem assim a região se submeteu totalmente à autoridade colonial. Significativo dessas últimas revoltas contra a instalação do poder colonial, o exemplo dos awandjis mostra como as redes tradicionais de solidariedade desempenharam um papel de correia de transmissão, possibilitando a rápida implantação de uma oposição ao poder europeu: os homens awandjis agrupavam-se no seio de uma comunidade religiosa e social, o *mwiri*, em que se entrava por meio de ritos iniciáticos e que desempenhava um papel de regulação social, política, económica e sobretudo ecológica. Dispersos nas florestas, reunificaram-se ante um inimigo comum, ligados mais pelas regras sociais do *mwiri* do que por qualquer sentimento de comunidade étnica.

#### Banditismo social

No estudo das resistências em meio rural, há que atribuir um lugar muito especial ao que habitualmente se chama o "banditismo social" (Eric J. Hobsbawm). Surgido antes da implantação sólida da colonização, fora fruto da ação de indivíduos isolados, muitas vezes marginais e rejeitados por suas comunidades de origem, ou de grupos encurralados na miséria e obrigados a "procurar fortuna" alhures. O êxito de alguns "príncipes aventureiros" (Rabah, Msiri etc.) e a chegada dos europeus ampliaram o movimento: camponeses sem terra, criadores de gado, nômades privados de pastagens, homens que fugiam ao imposto, ao trabalho forçado, ao recrutamento ou às culturas obrigatórias, soldados e trabalhadores desertores. Esses homens reuniam-se entre si e tentavam reconstituir uma comunidade, criando por vezes irredutíveis enclaves territoriais. Viviam perigosamente, sempre no limite da sobrevivência, constantemente perseguidos pela administração e pela polícia. Procurando defender os seus, famílias, parentes e aldeias, opunham-se aos regimes coloniais, pilhando as plantações, agredindo os funcionários e os agentes comerciais. Os camponeses, que não temiam esses bandidos, muito pelo contrário, acabaram por perceber o partido que deles podiam tirar, e apoiavam-nos, fornecendo-lhes víveres, informações e esconderijos, considerando-os heróis e não "fora-da-lei".

Figura de proa do banditismo social, Mapondera exerceu as suas proezas em Moçambique e na Rodésia do Sul desde os anos 1890 até 1904, ano em que foi detido e morto. Antes da colonização, já se tornara notado pelos seus combates a favor da justiça, opondo-se à implantação dos europeus; teve de se refugiar na clandestinidade, onde constituiu uma tropa treinada e armada, graças à qual conseguiu atacar os exércitos coloniais, os membros da administração que vinham reclamar o imposto, os agentes recrutadores e as companhias comerciais. O seu caso não é isolado: o mesmo fizeram Dambakushamba, Samakungu e Moave em Moçambique, Mundu e Orloog (que mais tarde se juntou aos portugueses) em Angola, e Kasongo Niembo e Kiamfu no Congo belga.

Os historiadores ainda hoje se interrogam sobre o alcance exato desses movimentos, o objetivo prosseguido por esses homens e o sentido que davam à sua ação, bem como o caráter realmente "social" do seu banditismo: o mito que rodeia esses heróis veio muitas vezes tornar opaca a realidade. Mas é certo que essa forma de resistência, independentemente do seu alcance real, contribuiu, até ao início do século XX, para fragilizar e desestabilizar o colonialismo.

#### A repressão

Perante as resistências populares, nomeadamente quando assumiam um aspecto ativo, os europeus desencadearam uma repressão sangrenta: mobilização de tropas, envio de comandos às aldeias, uma vez por outra raids aéreos destinados a aterrorizar as populações, cerco de zonas, incêndio de campos e de aldeias, caça ao homem, execução de insurretos a quem se cortavam as cabeças para as exibir em público, deportação de legiões de prisioneiros. Os "portadores de civilização" não recuavam perante a barbárie, sobretudo quando um dos seus era morto nos confrontos. Nas metrópoles, os deputados da oposição, a imprensa e a opinião pública acabaram por se sentir tocados pela situação. A repressão dos levantamentos no Bondelswart e na Rehoboth, regiões do Sudoeste Africano por parte da União Sul-Africana suscitou protestos na Sociedade das Nações. Mas as informações que chegavam à Europa continuavam muito aquém da realidade, e eram cuidadosamente dissimuladas pelos responsáveis, de maneira que os movimentos de opinião nunca tiveram grande alcance até à Segunda Guerra Mundial.

#### 2. Uma nova via da resistência popular: a religião

Não possuindo quadro político ou ideológico em que exprimir, conceitualizar e enriquecer a recusa da colonização, os africanos utilizaram uma das antigas vias do pensamento, a religião, que se tornou o local privilegiado de um amadurecimento e de uma manifestação da vontade de lutar. Além disso, a religião era um instrumento ideal para superar um mal-estar profundo e duradouro, uma angústia provocada pela chegada dos europeus, que vinha perturbar radicalmente a ordem do mundo e o campo tradicional do conhecimento dos seres e das coisas.

### O islã

Curiosamente, o islã, que tanto inquietava os europeus, só excepcionalmente representou uma força real de oposição à ordem colonial. É certo que, na hora da conquista, se ergueram homens e movimentos de defesa cuja obediência muçulmana era clara ou até claramente expressa. Além disso, a confusão em que a colonização mergulhou as populações contribuiu certamente para a expansão do islã, considerando-o como um fator potencial de resistência: assim, o desenvolvimento do muridismo deriva parcialmente da queda do Cayor e da instalação da economia de exportação no Senegal; encontrou um terreno favorável nos wolofs. Mas passada a primeira idade da colonização e da resistência (as últimas manifestações dessa resistência que se reclamavam da religião foram a rebelião de "Mad Mullah", "Mullah, o Louco", na Somália, entre 1899 e 1921, o levantamento autonomista do "sultão" Ma al-Ainin em 1909 na Mauritânia e a revolta tuaregue no Níger durante a Primeira Guerra Mundial), num momento em que o islã na África do Norte e até no Sudão tecia laços profundos com o nacionalismo, os muçulmanos da África negra foram até cooperativos, conscientes como estavam do poder que lhes conferia o reconhecimento colonial, sensíveis como eram às vantagens materiais conferidas aos seus dignitários, preocupados com razão, com a repressão que a qualquer momento podia fazer vacilar os seus chefes, e satisfeitos com a latitude de que gozavam ou com os encorajamentos que recebiam, situação de liberdade e de prestígio que permitia multiplicar as conversões. Além disso, a ausência de unidade e por vezes a concorrência entre as confrarias impediam uma dinâmica unitária maciça, assim como toda e qualquer consciência de pertença a um grupo potencialmente poderoso.

Houve, é certo, alguns sinais de agitação, como, por exemplo, durante a expansão do hamalismo na África Ocidental ou nos meios muçulmanos de Moçambique, mas nenhum movimento de verdadeiro fôlego. Contudo, a vigilância e o temor dos europeus nunca abrandaram. Na África Ocidental Francesa, em especial, onde corria uma psicose do conluio muçulmano, a vigilância era constante e os agentes de informação numerosos; confrarias, escolas corânicas, casas de *xeques* e de *imãs* eram objeto de perpétua espionagem.

### As religiões africanas

Ao contrário do islã, aparentemente submisso e dócil, as religiões africanas e todas as práticas do sagrado revelaram-se um fermento de oposição aos europeus, tendo, aliás, a chegada destes últimos provocado um reavivar das práticas e a abundante emergência de profetas. Sociedades secretas, feiticeiros, sacerdotisas, fazedores de chuva, conheceram uma nova época de glória. Multiplicaram-se certas práticas, como o ordálio. Este regresso da religião catalisava a perturbação das populações. Em certos casos, tratava-se de compreender e de explicar a chegada dos brancos; via-se nela uma vontade dos antepassados, a sanção de uma falta cometida. Tratava-se também de perceber a sua duração: numa tendência

milénarista, arquitetavam-se visões apocalípticas que permitiam esperar a partida dos brancos. Noutros casos, o movimento aparentava-se a uma rejeição do cristianismo que parecia coincidir estranhamente com a chegada das infelicidades, a colonização e as catástrofes naturais:

Vimos as nuvens, mas foram-se.

Deus dissimula a água e deixa-nos morrer...

Qual é o nosso crime, ó Deus? Vieram uns homens

Que nos mentiram, dizendo-nos que não fizessemos os bons sacrifícios.

Os numerosos estudos desses diferentes movimentos permitiram pôr em evidência a sua extrema diversidade, tanto a nível religioso como por suas consequências políticas. A oposição aos europeus manteve-se por vezes num plano puramente mágico (cultos de possessão, ritos de enfeitiçamento). O caso do culto mumbo é notável por ter catalisado uma vasta população, os gusiis no Quênia, sem nunca contudo a levar à ação aberta. O *mumbo* baseava-se num mito segundo o qual em 1913 uma gigantesca serpente teria saído do lago Vitória e se teria dirigido a um homem nestes termos:

Eu sou o Deus Mumbo, que tem duas moradias, uma no sol e outra no lago. Eu te escolhi como porta-voz. Vai dizer aos africanos, nomeadamente ao povo alego, que passei a ser o seu Deus. Aqueles que escolhi pessoalmente e, sobretudo, os que acreditarem em mim viverão para sempre na opulência. As suas culturas crescerão por si sós e já não terão necessidade de trabalhar. Farei sair do lago numerosos bois, carneiros e cabras, para aqueles que acreditarem em mim, mas farei morrer todos os incrédulos e as suas famílias e os seus rebanhos. A religião cristã é corrupta, e corrupta é a maneira como obriga os seus adeptos a vestir roupas. Quem me seguir deve deixar crescer o cabelo sem nunca o cortar. Como roupa terão apenas a pele do seu gado e não se lavarão nunca. Todos os europeus são vossos inimigos, mas está próxima a hora em que desaparecerão do nosso país.

(Citado por Audrey Wipper, *The Gusii Rebel*, in R. I. Rothberg e A. A. Mazrui, 1970, pp. 390-391).

O *mumbo* começou a expandir-se entre os gusiis a partir de 1914, integrando antigas crenças como o mito do regresso de um profeta chamado Zakawa. O seu crescimento, que se fez sempre aos sobressaltos e se aproveitava dos anos de más colheitas, acabou por inquietar os britânicos. Contudo, o culto *mumbo* não combatia diretamente a colonização, antes se contentava com opor-se-lhe a nível puramente religioso. Com efeito, os adeptos do *mumbo* rejeitaram o cristianismo, começaram a desprezar os seus chefes, intermediários do sistema colonial, e deixaram de vestir as indumentárias europeias ou de se alimentar à moda dos brancos. A única manifestação violenta deu-se em 1914, quando a guerra afastou os britânicos do forte de Kisi, dando a crer que se tinham ido embora definitivamente: para festejar o acontecimento, os gusiis pilharam os edifícios coloniais.



Mas o *mumbo* era sobretudo um milenarismo que deixava entrever aos seus crentes um fim próximo e espetacular da dominação dos brancos: ora arrastados por uma tempestade de fogo, ora aniquilados pela transformação de toda a água em sangue, ora exterminados por povos vindos do norte, as versões desse apocalipse eram divergentes, mas todas significavam para os crentes a vinda de uma era de prosperidade, de independência, de justiça, na qual os negros dominariam os brancos e teriam a seu cargo o destino da humanidade. A ideia de que esse advento estava próximo encontrava-se tão enraizada nos “mumboístas” que, tal como os adeptos de Nongkause na África Austral nos anos 1860, muitos deles deixaram de trabalhar, chegando a destruir os seus rebanhos e as suas colheitas para melhor esperarem a idade de ouro.

Por outro lado, e em numerosos casos, sacerdotes tradicionais e médiuns transmitiam uma mensagem religiosa de franca oposição à dominação branca, quando não incitavam abertamente à ação. Exemplar, mas não isolado, é o caso da sacerdotisa Mbuya, em Moçambique, que, é certo, teve uma audiência inferior à do culto *mumbo*, mas esteve mais diretamente implicada na ação. Durante a guerra de 1914-1918, os barués, grupo aparentado com os xonas que vivia a sul do Zambeze, estavam sujeitos aos portugueses, que procediam a recrutamentos maciços para as suas tropas. Divididos por querelas de sucessão, os barués não reagiam. Bruscamente surgiu uma jovem de nome Mbuya, que se dizia portadora dos espíritos dos antepassados e que proclamava que Mwari, o Deus supremo, lhe dissera que os barués deviam expulsar os brancos do seu território. Esta intervenção catalisou o descontentamento do povo e levou Nongwe-Nongwe, um dos pretendentes ao poder, a levantar-se contra os portugueses, declarando: “Esta terra agora é minha e declaro guerra aos portugueses.” Assim, foi a intervenção de Mbuya que, no contexto de uma explosão latente, ateou fogo à pólvora.

Um pouco por todo o lado na África, casos semelhantes surgiram: sacerdotes tradicionais pregando às multidões, profetas surgindo para incitar um povo à revolta, médiuns que impeliavam os chefes hesitantes à ação, tudo isso justificado por mensagens divinas ou por visões mágicas. Durante muito tempo superestimou-se o papel motor desses profetas: na realidade, eles só apareceram por força de uma conjuntura precisa e serviram mais de detonadores de rebeliões que já estavam germinando, do que de provocadores das revoltas; souberam, porém, conferir às resistências dimensões excepcionais.

O caso de Karnu (ou Karno, ou Karinu, cognome que significa “aquele que apanha a terra, que consegue moldá-la como um objeto, que pode dominá-la e transformá-la”), na África Equatorial Francesa, é notável pelo fato de ter mobilizado um vasto movimento, que deu origem a uma verdadeira guerra no Alto-Sangha<sup>1</sup>: a amplitude e o alcance desta guerra, durante muito tempo ocultados pela historiografia colonial, foram reabilitados pelos trabalhos de Raphaël Nzabakomada-Yakoma. Karnu foi o modelo perfeito do chefe carismático, inspirado por uma visão, investido de uma missão: simultaneamente curandeiro, profeta e feiticeiro, Karnu instaurou a cerimônia do kongo-wara (textualmente,

“cabo de faca”, dada a semelhança com a faca utilizada no rito) que se destinava a ensinar aos guerreiros como transformar os brancos em gorilas e torná-los, a eles, guerreiros, invencíveis ante as balas inimigas, crença muito espalhada e que vamos encontrar também, nomeadamente, no movimento maji-maji e nas rebeliões congoleas dos anos 1960. A sua prédica era violentamente anticolonialista (advogou a resistência passiva e, seguidamente, a desobediência civil antes de travar a guerra) e milenarista (anunciava o fim do domínio branco e uma era em que os negros teriam os brancos como escravos). Iniciada em 1925, talvez mesmo antes, a sua prédica já estava amplamente difundida em 1928, tendo ultrapassado o quadro étnico para cobrir um raio de 250 km em redor de Nahing, a sua aldeia natal. Mas, sobretudo, até 1928, permaneceu secreto e totalmente desconhecido da administração. A multiplicação de incidentes hostis aos brancos e aos seus “cúmplices”, nomeadamente os bororos, abriu os olhos da administração, que se mostrou estupefata:

Meu caro Germain:

Soube agora mesmo uma notícia muito grave: dois milicianos e três *boys* foram mortos em Amada-Gaza. A situação agrava-se. Está tudo indo pelos ares. Fuja para Babua, rapidamente, por Carnot; isto é, para daqui a dois dias poder ocupar o posto como deve ser. Mande-me guardas regionais por Carnot e pela margem direita do Marembé. Guarde silêncio sobre isto – e guarde os cartuchos! O fogo pegou onde eu não esperava. Achava eu que isto aqui era calmo. O que é que se passou? Melhores cumprimentos.

Assinado: Leroux.

(Carta do chefe de circunscrição do Alto-Shanga ao chefe da subdivisão de Bayanga-Didi, 31 de Julho de 1928).

Como os incidentes sucessivos deram lugar a uma verdadeira insurreição antifrancesa, em vez de “incendiar da região”, a administração pensou em desmontar o movimento detendo o seu chefe: após um violento combate em Hahing, durante o qual ele desapareceu, Karnu foi declarado morto. Mas os bolsões de resistência continuaram vivazes, um pouco por todo o lado em Ubangui-Chari, assim como nos Camarões, e deixaram a região em estado de insurreição até ao início dos anos 1930: os sacerdotes e os feiticeiros que continuavam a transmitir o segredo do *kongo-wara* contribuíram amplamente para alimentar o ensinamento de Karnu e a esperança de acabar com a colonização. Após a Segunda Guerra Mundial, muitos Ubangueses viram no abade Barthélémy Boganda, primeiro deputado negro eleito na colônia, uma reencarnação do profeta desaparecido.

### A marca do cristianismo

Se é certo que as religiões locais foram um verdadeiro fermento de resistência à colonização e nessa ação redobram de prestígio, no início do século XX, o cristianismo já tinha impregnado fortemente as mentalidades em muitas regiões e, paradoxalmente, tornou-se também ele, um lugar de oposição. Há que dizer

que os missionários, mais ainda do que os administradores, estavam em contato direto com as populações e exerciam nelas uma influência não desprezível. Sinal flagrante dessa marca, os antigos credos religiosos foram buscar muitos elementos no cristianismo, elementos umas vezes superficiais (práticas culturais), outras vezes fundamentais (crença num Deus único, visão messiânica, moral, noção de povo eleito, ideia de apocalipse e de salvação).

**Documento 85:** Religiões e resistência, marcos cronológicos

|           |                                                                                                                                                                                |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1819      | – Criação da <i>West African Methodist Church</i> na Serra Leoa.                                                                                                               |
| 1862      | – Criação da <i>Methodist Mission</i> na Gold Coast.                                                                                                                           |
| 1872      | – Aparição do movimento Kiyoka (Incêndio) no EIC.                                                                                                                              |
| 1880      | – Repressão alemã contra o culto de <i>Denteh</i> no Togo.                                                                                                                     |
| 1884      | – Fundação da igreja tembu por Nehemiah Tite na África do Sul e incitação à desobediência civil. Os sacerdotes mbonas encorajam a revolta <i>massingire</i> na África Central. |
| 1888      | – Criação da Igreja dos Autóctones Batistas na Nigéria (neste país, as igrejas independentes serão muito numerosas) e da Igreja dos Batistas Dualas nos Camarões.              |
| 1892      | – Primeira igreja “etíope” na África do Sul (Mangena M. Mokone).                                                                                                               |
| 1894      | – Criação da Igreja Protestante Malgache <i>Tranozozoro Antranobiriky</i> .                                                                                                    |
| 1896      | – Ataque a uma missão cristã na Niassalândia.                                                                                                                                  |
| 1897-1904 | – Os sacerdotes xonas encorajam a revolta no vale do Zambeze.                                                                                                                  |
| 1899      | – Criação da Missão da União Africana no Daomé.                                                                                                                                |
| 1900      | – Início do <i>mumbo</i> . Os feiticeiros barués, tauaras, tongas e xonas “trabalham” contra os europeus.                                                                      |
| 1904      | – Os sacerdotes kandunus encorajam a revolta bailunda na África Central. <i>Epikilipikili</i> funda uma seita xenófoba e imuniza os guerreiros contra as balas dos brancos.    |
| 1905-1907 | – Movimento <i>maji-maji</i> no Tanganica.                                                                                                                                     |
| 1906-1914 | – Expansão do mahdismo na África Ocidental.                                                                                                                                    |
| 1908      | – Movimento da Watchtower e do <i>Kitawala</i> na Niassalândia e na Rodésia do Norte. Proibição do culto do Abarewa na Gold Coast.                                             |
| 1909      | – O sacerdote tonga Maluma exorta à revolta na Niassalândia.                                                                                                                   |
| 1910      | – Fundação da <i>Mission Nomiya Luo</i> por John Owalo no Quênia e oposição à colonização.                                                                                     |
| 1913      | – Início da pregação de William Wade Harris na Libéria.                                                                                                                        |
| 1915      | – Revolta encorajada por John Chifembwe na Niassalândia.                                                                                                                       |
| 1916-1921 | – A sacerdotisa Maria Nkoie encoraja a revolta no Congo.                                                                                                                       |
| 1917      | – Mabaya exorta os barués à revolta. Hanoc Sindano, da <i>Kitawala</i> , prega contra as autoridades coloniais na Rodésia do Norte.                                            |
| 1920      | – Aumento do movimento de Wellington Butelezi na África do Sul e desobediência civil.                                                                                          |

|           |                                                                                                                                                                                         |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1921      | – Simon Kimbangu funda a sua igreja no Congo belga. Os “israelitas” ocupam as terras vagas na África do Sul e são trucidados em Bulhoek. Criação da Igreja Luso-Africana em Moçambique. |
| 1922      | – Criação da <i>Musama Disco Christo</i> (Exército da Cruz de Cristo) na Gold Coast. Ndonye wa Kauti profeta no Quênia.                                                                 |
| 1924      | – Repressão do kimbanguismo no Congo belga.                                                                                                                                             |
| 1925      | – Criação da Igreja dos Querubins e Serafins na Nigéria.                                                                                                                                |
| 1928      | – O culto <i>nyabingi</i> (Ruanda, Tanganica e Uganda) provoca uma revolta no Uganda.                                                                                                   |
| 1928-1932 | – Guerra do Kongo-Wara.                                                                                                                                                                 |
| 1929      | – Agitação matsuanista no Congo. Criação da Igreja Grega Ortodoxa Africana em Uganda.                                                                                                   |
| 1930      | – Criação da Igreja de Deus ( <i>Aladura</i> ) na Nigéria. O profeta Mayange prega em Cabinda.                                                                                          |
| 1930-1935 | – Expansão do culto <i>bamucapi</i> na África Central e do Sudeste.                                                                                                                     |
| 1934      | – Proibição do culto <i>nyabingi</i> .                                                                                                                                                  |
| 1935      | – Criação da Igreja Unida dos Nativos Africanos, conhecidos pelo nome de <i>Eleja</i> (peixeiros). Os missionários estrangeiros são expulsos da Etiópia durante a guerra.               |
| 1939      | – Criação da Missão dos Negros por Simon Pierre Mpadi, movimento conhecido sob o nome de khakismo. Tentativa do rei Sobhuza de unificar as Igrejas Africanas da Swazilândia.            |
| 1942      | – Revolta dos adeptos da <i>Kitawala</i> em Uganda. Morte de Matsua. Início do culto de <i>Deima</i> na África Ocidental.                                                               |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callenec.

O culto *bwiti* no Gabão e na Guiné espanhola é disso um exemplo eloquente. A chegada dos europeus à África Equatorial deteve o movimento migratório dos fangues, que há décadas se deslocavam segundo um eixo nordeste/sudoeste, para o mar. O choque cultural representado por seu encontro com a implantação europeia e a subsequente interrupção do seu avanço provocaram um grave mal-estar, que se veio a resolver parcialmente no terreno religioso. Derivado de crenças antigas e reforçado com elementos novos, o *bwiti* ressurgiu nos anos 1910. Dominados, ou mesmo esmagados pelo sentimento da superioridade dos brancos no que consideravam como a sua capacidade de organização, os fangues procuraram encontrar-lhe a causa: os seus sacerdotes começaram a contar que Zame ye Mebege, filho do Deus Mebege, Deus único e criador do universo, teria sido enviado à terra para ensinar os homens: começou por falar ao homem branco, que escutou atentamente a sua mensagem; virou-se seguidamente para o homem negro, mas não conseguiu terminar o seu discurso e foi chamado ao céu antes de ter ministrado a parte essencial do seu ensino. Esta desigualdade de conhecimentos permitiu ao homem branco dominar o mundo. Os crentes do *bwiti* consideravam ainda que as desordens morais surgidas desde há três ou quatro gerações (adultério,

alcoolismo, abandono da caça, que, segundo eles, engendraram a preguiça e a avidez) tinham causado a ruína dos fangues; devendo a comunidade resgatar-se por meio de uma vida conforme a moral dos antepassados.

Visão de um Deus único, do envio à terra do seu filho, ideia de redenção e de salvação, mas também saudade da terra de origem assimilada a um paraíso perdido, noção do bem e do mal, ou até do demônio, não faltam os exemplos da influência cristã sobre o *bwiti*. Estas inovações introduzidas no próprio cerne das crenças tradicionais correspondiam a uma necessidade de compreender e de explicar um ambiente novo, de alargar um campo de visão, de se adaptar à realidade. É interessante notar que Léon Mba, primeiro presidente da República do Gabão, recrutou uma parte dos seus partidários entre os adeptos do *bwiti*.

### Os messianismos negros

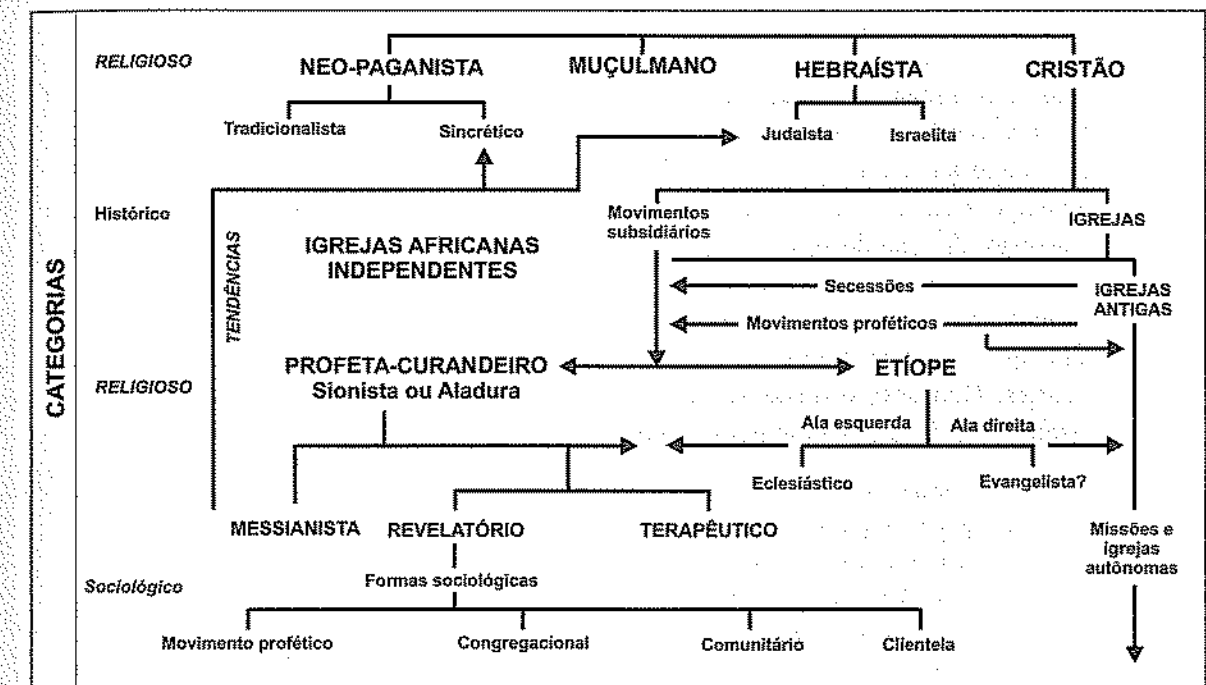
No domínio da resistência religiosa e da resistência em geral, um dos fenômenos mais espetaculares foi a recuperação do cristianismo como instrumento de oposição à colonização: a arma do colonizador virava-se contra ele. Com efeito, como mostrou Roger Bastide em "Les Christs Noirs" (prefácio a Martial Sinda, 1972), "os africanos sentiram imediatamente a contradição interna da obra missionária": o cristianismo advogava a igualdade entre os homens, a necessidade de uma verdadeira fraternidade, baseada no fato de Deus não fazer nenhuma distinção entre eles; ora, ao mesmo tempo, a colonização apoiava-se numa flagrante desigualdade e era justificada avançando uma pretensa superioridade da "raça" branca. Assim sendo, a integração profunda dos valores e da mensagem do cristianismo deveria necessariamente levar os africanos a constatarem uma dicotomia, constatação essa que se traduziu inicialmente por uma rejeição religiosa dos europeus, então considerados como maus cristãos.

Surgidos já no século XVII, os movimentos de recuperação do cristianismo correspondiam a uma profunda necessidade de renovação social e de construção de um novo sistema de referências: em finais do século XIX e no início do século XX, surgiram principalmente nas regiões em que a colonização era mais dominadora e segregacionista (África Austral e bacia do Congo) e assumiram gradualmente uma configuração política, primeiro implícita, depois oculta e, finalmente, aberta. Apoiavam-se muitas vezes num sentimento de pertença "racial": na África do Sul, a institucionalização do racismo arrastou os fiéis africanos para fora das "igrejas dos brancos" e levou-os até a estabelecer laços com os seus homólogos negros americanos (nomeadamente, os fiéis da Igreja Episcopal Metodista), que se viam confrontados com dificuldades devidas à discriminação racial. Um pouco por todo o lado no continente, esses movimentos tornaram-se local privilegiado para a emissão de slogans como "a África para os africanos", opondo-se à colonização cada vez com mais firmeza. A contestação religiosa assumiu rapidamente uma forma social e, depois, política.

Os "messianismos" desenvolveram-se na África Austral desde o fim do século XIX, dando origem a numerosas igrejas separatistas negras, criadas, quer

por cisma a partir das igrejas ocidentais (católica e protestantes), quer por imitação destas, e isto geralmente sob o impulso de profetas. Nos anos 1870 e sobretudo 1880, assistiu-se à aparição de numerosos movimentos que procuravam estruturar-se, por vezes numa base "étnica". Mas foi nos anos 1890 que esta tendência ganhou amplidão, com o recrutamento de fiéis entre os operários mineiros independentemente das referências étnicas, fenômeno que deu origem, em 1892, à primeira dessas igrejas separatistas, a Igreja Etíope – o nome reportava-se ao velho cristianismo etíope e recusava a filiação europeia. No período que se seguiu, assistiu-se à multiplicação dessas igrejas, a mais célebre das quais é certamente a *Kitawala* (proveniente da *Watchtower* ou Testemunhas de Jeová), na Niassalândia, na Rodésia até no Congo belga. O mesmo tipo de movimento surgiu em toda a África Central e Oriental, bem como na África Ocidental – principalmente na Nigéria, na Costa do Marfim e na Gold Coast.

Documento 86: Tipologia dos movimentos religiosos na África



Fonte: H. W. Turner, 1967.

Estes messianismos são um dos temas mais precoces, mais fecundos e mais duradouros da história, da sociologia e da teologia africanas. Na sequência dos estudos de Bengt G. M. Sundkler, distinguiu-se durante muito tempo dois tipos de igrejas negras: as igrejas "etíopes", por um lado, provenientes diretamente das igrejas dos brancos e amplamente inspiradas por elas; e as igrejas "sionistas", por outro lado, mais afastadas das tradições europeias ou americanas, geralmente



mais populares, dando grande espaço a crenças e sobretudo práticas tradicionais, a guias proféticos. Esta terminologia, adaptada às realidades da África Austral, cede hoje o lugar a outras tipologias mais precisas. Assim, H. W. Turner prefere estabelecer a distinção entre os movimentos "hebraístas" (crença num Deus único, rejeição das práticas tradicionais e por vezes espera de um Messias ao modo judeu, sem reconhecimento de Cristo), os movimentos cristãos ligados às missões e igrejas tradicionais (anglicanismo, batismo, luteranismo, metodismo, catolicismo romano) e os movimentos cristãos modernos africanos, "separatistas" ou "independentes", chamados também "indígenas", os quais podem por sua vez ser também eles classificados obedecendo a diferentes critérios (documento 86).

Nesta florescência de igrejas "negras", o kimbanguismo, surgido no Congo belga em 1921, destaca-se como um dos movimentos mais importantes. A história do seu fundador, Simon Kimbangu, antigo catequista, assemelha-se à de muitos outros profetas desses cristianismos negros: formação nos meios protestantes; visão divina e missão sagrada junto dos "irmãos negros"; longa marcha através da região; popularidade; inquietação nos missionários brancos, sobretudo nos católicos, e pressões destes sobre a administração; detenção, prisão, sem que ninguém possa frear o movimento. Para os seus discípulos, Kimbangu era quase uma reencarnação do Messias, um Messias negro (chamavam-lhe *Ngunza*, "profeta", e *Mvuluzi*, "salvador", e atribuíam-lhe poderes mágicos, poderes de cura e até de ressurreição dos mortos). A sua mensagem inspirava-se diretamente na Bíblia, nomeadamente no Velho Testamento, de que existiam várias traduções em quicongo, algumas delas muito antigas. À Bíblia misturavam-se elementos congos, como o culto dos antepassados, e sobretudo práticas culturais (cantos, cerimônias públicas etc.) acompanhadas por uma ativa campanha para a destruição dos fetiches. O seu movimento assumiu rapidamente o aspecto de uma reivindicação política. Contudo, o discurso religioso não era hostil aos brancos, como o testemunha o padre Dufontenoy (1924), apesar de ser detrator do movimento:

Os kimbanguistas são tão pouco agressivos quanto [à questão da religião] que são eles os próprios a elogiar o nosso ensino, que consideram bom: O Padre só ensina o bem, a sua religião é a religião de Deus, mas a nossa também. Tanto num lado como no outro, é a religião de Deus, *Malongoi ma Nzambi Nk'uti*. Neste ponto, somos mais agressivos, pois proclamamos que eles estão errados, coisa que nunca dizem de nós.

A autonomia de que o movimento se reclamava em termos religiosos não se afastava de uma contestação da ordem colonial e de uma aspiração de tipo nacionalista. A detenção, a condenação à morte, e, seguidamente, a deportação de Simon Kimbangu em 1921, a repressão geral a partir de 1924 e a passagem forçada à clandestinidade só deram ao fundador uma aura de mártir, tendo aberto o caminho para a criação de mitos sobre a sua personagem, ao mesmo tempo que aumentaram a contestação política no seio do kimbanguismo. A expansão do movimento foi notável e extravasou o âmbito colonial. A fusão entre os

credos religiosos e as reivindicações nacionalistas não parou de se alargar, como testemunha este hino:

O país, sim, o país há-de mudar deveras;  
Hão-de erguer-se os apóstolos desta idéia,  
No dia que o Salvador marcar.  
Os brancos têm o sinal da autoridade,  
Mas já não têm a autoridade:  
O poder, agora, pertence-nos,  
Deixou de lhes pertencer.

Simon Kimbangu desempenhara um grande papel na tomada de consciência das injustiças e na formulação de uma clara reivindicação: a libertação do jugo colonial. O anticolonialismo continuou a expandir-se depois da sua partida: o Cristo aparecia como um Salvador religioso, é certo, mas também político; o advento do "reino de Deus" era identificado com o dia da partida dos europeus e com o próximo restabelecimento de um reino kongo independente; a Igreja Kimbanguista veio pois a ser o foco de uma construção social, cultural, moral e, indiretamente, política desse reino ou dessa nova era. É mesmo de se pensar que a reivindicação política, o desejo de transformação social eram frequentemente mais fortes do que o motivo religioso. Na verdade, os kimbanguistas protagonizaram uma resistência importante, algumas vezes passiva, outras sob a forma de revoltas ativas, isto quando não se integravam habilmente em movimentos existentes para lhes injetarem uma chama suplementar (greve das ferrovias do Congo belga, em 1921). Houve mais de 37 000 condenações a penas de prisão ou de deportação entre os fiéis de Kimbangu, mas nada disso conseguiu deter o movimento que, nos anos 1950, forneceu à ABAKO os seus primeiros quadros, antes de se tornar um movimento principalmente religioso, que ainda hoje subsiste.

Na mesma época, numerosos foram os profetas que se ergueram na África para ensinar às multidões, com uma mensagem mais ou menos impregnada de cristianismo. Em termos sociológicos, esses profetas tinham em comum o fato de serem intermediários culturais, pertencendo simultaneamente às culturas tradicionais cujos dinamismos fundamentais exploravam, embora repudiando certos aspectos, e à cultura, sobretudo religiosa, dos colonizadores, cujas contradições souberam explorar. Na África do Sul, foram assim criadas várias centenas de igrejas. Aqui, como noutras regiões, tiveram um impacto importante, agrupando as populações, ultrapassando gradualmente os quadros estreitos das referências étnicas e das fronteiras coloniais e foram alvo de forte repressão por parte dos administradores e dos missionários. Uns e outros tudo fizeram para depreciar essas igrejas. Assim, ainda em 1960, um obscuro autor francês pretendia que as *mama losia*, adeptas do *Kitawala*, tinham por função "satisfazer os apetites sexuais dos fiéis".

Contudo, nem todos esses movimentos deram mostras de anticolonialismo: alguns, como o harrismo na África Ocidental, cingiam-se a uma mensagem

de ordem religiosa ("Venho falar a todos, negros e brancos deste país", dizia Harris), o que de resto não bastava para aplacar as inquietações dos europeus. O movimento harrista é o seu profeta assemelham-se ao movimento kimbanguista e ao seu fundador, mas com uma diferença de monta: se, na região congoleza, o cristianismo já estava ampla e solidamente implantado, a Costa do Marfim era mais domínio do islã e dos animismos; os missionários só tinham conseguido difundir a sua religião numa estreita faixa costeira e em algumas zonas florestais. Se Simon Kimbangu aparece na África Central como um grande profeta entre muitos outros, William Wade Harris faz quase figura de exceção na sua região. O seu movimento não tinha por objetivo contestar a colonização; contudo, foi de fato na ação política que o seu fundador deu os primeiros passos, e foi na prisão onde estava detido por perturbação à ordem pública que disse ter tido a sua primeira visão mística. Encontramos no harrismo os principais traços dos profetismos africanos: invocação de Deus, de quem se diz enviado; referências constantes aos textos bíblicos; linguagem grandiloquente para falar às multidões; longo percurso através do país; entusiasmo popular testemunhado por um pastor contemporâneo:

Chegavam sem cessar multidões de Adjukru, de Abidjan, de Ebrié, de todos os povos da lagoa, que tinham requisitado tudo o que podia flutuar, e enchiam as pirogas até quase se afundarem, presas de uma espécie de delírio sagrado, esquecendo fome, cansaço e vigílias, ansiosas por escutarem a mensagem poderosa do grande Deus há tanto tempo silencioso. [...] As multidões amontoam-se nesta minúscula aldeia; só a fome, embora tenham compartilhado as suas provisões, acaba por levar a melhor sobre a sua vontade fanática de não deixar o lugar santificado pelo profeta.

Mas a multiplicação dos batismos, o contágio que parecia provocar o movimento, a aparição de outros profetas, a preocupação especial do governador da Costa do Marfim, Gabriel Angoulvant, que queria afirmar a sua política de "pacificação" e a inquietação dos missionários europeus levaram a melhor sobre o profeta, que, após ter atravessado as fronteiras várias vezes, foi detido e deportado. Como no caso de Simon Kimbangu, tinham bastado alguns meses para fazer do movimento de William Wade Harris um culto independente e viável a longo prazo.

Entre os movimentos proféticos ou messianismos negros, o matsuanismo ocupa um lugar especial. Com efeito, André-Grenard Matsua, antigo catequista, não se colocou imediatamente num terreno religioso, mas antes num plano estritamente político e social: ajudado por alguns amigos, a partir da França, fundou em 1926, na mais perfeita legalidade, uma *Association Amicale des Originaires de l'Afrique Equatoriale Française* (Associação Fraterna dos Originários da África Equatorial Francesa), que tinha por meta "socorrer os negros saídos do serviço militar residentes na França, procurar ocupações para eles e apoiá-los quando em situação de desemprego e de doença".

Matsua não trazia pois consigo qualquer mensagem religiosa, não pretendia ter recebido uma missão divina e não tinha nenhum dos comportamentos clássicos

dos profetas africanos. Teve, porém, a mesma sorte que os mais célebres entre eles: após alguns meses de atividade e perante o movimento de multidões provocado por sua ação (deslocara-se ao Congo com o objetivo de recolher fundos para a Associação), foi preso por duas vezes e deportado na primeira delas, tendo vindo a morrer em condições mal elucidadas quando da segunda (1942). Mas a sua reputação era já tal, que os laris, formação étnica de que era originário, continuaram a venerar a sua recordação e prosseguiram a sua ação. Torna-se hoje evidente que Matsua teve uma função essencial na tomada de consciência política no Médio Congo (na região de Brazzaville, o abade Fulbert Youlou foi, inclusive, visto como uma reencarnação de Matsua). Mas, embora não tenha sido o criador de uma nova religião, o seu movimento veio mais tarde a exprimir-se através de uma verdadeira igreja, comunidade da recordação na qual Matsua era o novo Messias, igreja que é uma verdadeira religião e continua politicamente ativa.

A historiografia debruçou-se longamente sobre estas diferentes reivindicações religiosas, inspiradas ou não no cristianismo, para lhes analisar as causas e os efeitos. Abundam as diferenças de interpretação entre especialistas, mas todos concordam em que esses movimentos apareceram no contexto de um profundo mal-estar devido à perturbação da ordem social que as religiões tradicionais se mostravam incapazes de interpretar. Foram pois construções culturais hábeis que permitiram explicar a nova ordem das coisas e que contribuíram para a aceitar ou rejeitar, consoante os locais e os momentos. Todas veiculavam o mito de uma idade de ouro que pertencia umas vezes à história (passadismo), outras ao futuro (milenarismo).

A sua importância na história do continente pode medir-se pelo número dos seus adeptos, por sua expansão geográfica e por sua perenidade até à época atual; mas foram sobretudo um dos principais focos de eclosão dos sentimentos nacionalistas e independentistas.

## B. O despertar político

Os historiadores da África negra consideraram durante muito tempo que a resistência à colonização se mantivera sempre num estágio primitivo, irracional e desorganizado. Parece tornar-se agora necessário romper com esta visão redutora. É certo que, passada a resistência à conquista, as populações raramente recorreram a verdadeiras guerras organizadas para combaterem os europeus. Nas zonas em que a resistência continuou a ser violenta, as populações refugiaram-se antes na guerrilha. Mas esse fenómeno, longe de específico da África, verifica-se com qualquer povo que tenha perdido a soberania e cujo território tenha sido ocupado. Por todo o lado, os povos souberam lançar mão de todos os meios possíveis para prosseguirem a luta, elaborando internamente novos instrumentos mas enriquecendo-se com contributos externos e, de maneira acelerada no século XX, adquirindo, apropriando-se e adaptando as armas tradicionalmente utilizadas na Europa, armas tais como as ideologias políticas modernas, as associações, os clubes, os sindicatos, os partidos, a imprensa, a greve, o boicote etc.

## 1. O papel das elites

A historiografia africana tem tendência a conferir um grande lugar aos intelectuais em geral, a alguns homens em particular, atribuindo-lhes um papel demasiado importante na marcha para a independência, omitindo a função única e insubstituível dos povos, sem os quais nada teria acontecido. Convirá pois abordar com prudência o tema da aparição das chamadas elites “modernas” e do seu papel na resistência à colonização e seguidamente no combate a favor da independência. É, porém, evidente que o seu peso não foi desprezível, nomeadamente na tomada de consciência dos desafios em causa, no contributo em termos de ideologias e da passagem da luta “contra” o colonizador à luta “pela” liberdade. Sabendo-se que a história dos processos da descolonização foi frequentemente escrita segundo o modo do culto dos “heróis da independência” e dos “pais da nação”, há pistas fecundas que continuam por explorar: nomeadamente, a dos itinerários individuais, intelectuais, sociais e políticos, dos membros da elite moderna; a das clivagens sociais, religiosas ou outras no seio dos povos e dos efeitos dessas clivagens nas possibilidades de mobilização.

### A emergência das elites

Já no século XIX, mas mais ainda no século XX, alguns africanos souberam distinguir-se da massa e constituir uma nova elite. A criação de sistemas escolares foi determinante no processo de formação dessa elite: os jovens que tinham aprendido as línguas europeias e sabiam ler e escrever beneficiavam de uma ampla vantagem. A seleção inerente a todo o sistema escolar, mas que era especialmente rigorosa nos sistemas coloniais, permitiu a alguns raros africanos prosseguir os seus estudos a nível universitário, obter altos graus académicos e aceder a lugares de destaque. Constituíram assim classes ou grupos, embora, é certo, restritos, de intelectuais negros (documento 87).

#### Documento 87: Emergências das elites africanas, marcos cronológicos

|      |                                                                                  |
|------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 1897 | – Criação da ARPS ( <i>Aborigines Rights Protection Society</i> ) na Gold Coast. |
| 1900 | – Conferência em Londres dos negros dos diferentes continentes.                  |
| 1905 | – Attoh Ahuma (Gold Coast) publica <i>Memoirs of West African Celebrities</i> .  |
| 1908 | – Criação da <i>People Union</i> na Nigéria.                                     |
| 1910 | – Criação do <i>Club des Jeunes Sénégalais</i> .                                 |
| 1911 | – E. Casely Hayford publica <i>Ethiopia Unbound</i> .                            |
| 1912 | – Criação da <i>Anti-Slavery and Aborigine Protection Society</i> na Nigéria.    |
| 1913 | – Criação da Liga Angolana (Luanda).                                             |
| 1915 | – Prisão de 500 intelectuais em Madagascar.                                      |
| 1917 | – Marcus Garvey lança a <i>Universal Negro Improvement Association</i> .         |

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1919      | – Criação do <i>West African National Congress</i> por Archie Casely-Hayford na Gold Coast. Londres, primeira Conferência Pan-Africana.                                                                                                                                                                      |
| 1920      | – Criação da <i>Nigerian Improvement Association</i> , do <i>National Congress of British West Africa</i> . Primeira Convenção da UNIA e Declaração dos Direitos dos Povos Negros no Mundo. Antilhanos e africanos criam a Liga Francesa para o Acesso aos Direitos de Cidadãos dos Indígenas de Madagascar. |
| 1921      | – Criação da <i>Young Kikuyu Association</i> . Paris, segunda Conferência Pan-Africana                                                                                                                                                                                                                       |
| 1922      | – Londres, Bruxelas e Paris, terceira Conferência Pan-Africana. Regresso de Ralaimongo a Madagascar. René Maran recebe o Prémio Goncourt por <i>Batouala, véritable roman nègre</i> .                                                                                                                        |
| 1924      | – Criação da Liga Universal de Defesa da Raça Negra por Kodjo Tovalou Houénou e René Maran.                                                                                                                                                                                                                  |
| 1925      | – Criação da WASU ( <i>West African Students Union</i> ) em Londres, da <i>Kikuyu Central Association</i> , no Quênia, da Liga Universal de Defesa da Raça Negra no Daomé e da <i>Association Amicale des Originaires de l'Afrique Equatoriale Française</i> (Matsua) na França.                             |
| 1926      | – Fundação do Comitê de Defesa da Raça Negra por Lamine Senghor e lançamento de <i>La Voix des Nègres</i> em Paris.                                                                                                                                                                                          |
| 1927      | – Congresso Internacional dos Negros, em Bruxelas. Nova Iorque, quarta Conferência Pan-Africana. Conferência Anti-Imperialista em Bruxelas. Criação da Liga de Defesa da Raça Negra (Lamine Senghor, Tiémoko Garan-Kouyaté e Camille Sainte-Rose).                                                           |
| 1928      | – Lançamento em Paris de <i>La Dépêche Africaine</i> , revista assimilacionista.                                                                                                                                                                                                                             |
| 1929      | – Fundação da Liga Nacional Africana (Luanda) e da <i>Gold Coast Youth Conference</i> . Petição e manifestação contra o código do indigenato e a favor da nacionalidade francesa nas colônias africanas.                                                                                                     |
| 1930      | – Fundação do <i>Institut Nègre</i> de Paris.                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 1931      | – Criação da <i>Union des Travailleurs Noirs</i> . Lançamento da <i>Revue du Monde Noir</i> , em francês e em inglês.                                                                                                                                                                                        |
| 1934      | – Lançamento de <i>L'Étudiant Noir</i> , em Paris.                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 1936      | – Criação do <i>Nigerian Youth Movement</i> .                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 1936-1937 | – Campanha de Nnamdi Azikiwe defendendo a “personalidade africana”.                                                                                                                                                                                                                                          |
| 1937      | – Criação do <i>International Committee on African Affairs</i> nos Estados Unidos.                                                                                                                                                                                                                           |
| 1938      | – Jomo Kenyatta publica <i>Facing Mount Kenya</i> .                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 1941      | – Criação da <i>Cameroons Youth League</i> .                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 1944      | – Criação da <i>Association des Etudiants de Stanleyville</i> .                                                                                                                                                                                                                                              |
| 1947      | – Criação de <i>Présence Africaine</i> e da SAC, em Paris.                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 1948      | – Lançamento em Luanda do movimento Vamos Descobrir Angola.                                                                                                                                                                                                                                                  |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callenec.



As novas elites africanas concentravam-se nas zonas urbanas, principalmente nas grandes metrópoles, únicas zonas que tinham condições de lhes oferecer empregos ao nível das suas competências e das suas aspirações. Tanto na função pública como no setor privado, obtinham empregos remuneradores, tendo os melhores dentre eles alcançado posições elevadas como, por exemplo, as de médicos ou advogados. A evolução das elites foi muito desigual de colônia para colônia e, dentro de cada colônia, de região para região. O modo de administração e a atitude dos europeus era seguramente fator importante, por favorecer uma emergência precoce ou, pelo contrário, por a frear, involuntária ou voluntariamente. De modo geral, os intelectuais africanos apareceram mais cedo e em maior número no império britânico, em especial na África Ocidental, pois o sistema escolar, a abertura das universidades inglesas e americanas, os lugares propostos pelo *Indirect Rule*, a fortuna e a estratégia das grandes famílias de comerciantes e de plantadores, tudo concorria para formar e colocar homens de qualidade. Ao contrário, a emergência foi entravada e quase impedida nos impérios coloniais belga e português, cuja atitude paternalista e cujo autoritarismo absoluto não davam lugar aos "evoluídos". Além disso, a história própria de cada território esteve também na origem de diferenças no interior de um mesmo império. Assim, no quadro francês, Madagascar, o Senegal e o Daomé distinguiram-se pela precocidade da formação e da tomada de consciência das suas elites: estas, em Madagascar, foram herdeiras da política dos reis merinas, que já desde o início do século XIX tinham desejado formar quadros devotados à monarquia e à nação malgaxe; no Daomé, provinham das famílias afro-brasileiras ou de dignitários do reino de Abomé, como Kodjo Tovalou-Houénou; no Senegal, recrutou-se principalmente nas "quatro comunas" cujos nativos beneficiavam do estatuto de cidadãos franceses desde 1830.

Os membros das elites africanas gozavam de grande prestígio junto dos seus concidadãos e souberam jogar habilmente com isso: Albert Memmi e Franz Fanon<sup>2</sup> mostraram que, em determinada época, a primeira preocupação de muitos deles era a de imitarem os brancos em todos os aspectos e de ostentarem sinais exteriores de europeidade (elocução num francês ou inglês dos mais refinados, roupas europeias, hábitos domésticos e alimentares etc.). Em certas colônias, essa europeização era necessária para obter um estatuto privilegiado: "cidadão" francês, "assimilado" português, "evoluído" belga ou francês, "nativo educado", para os britânicos. Tinham sentimentos de admiração mas também de "lealdade" para com esses europeus a quem mais ou menos deviam a sua ascensão social; inversamente, manifestavam um certo desprezo pela massa de que procuravam a todo o custo distinguir-se. Nessa atitude, os mestiços e numerosos "crioulos" tinham-se sempre distinguido: apanhados na contradição das suas duplas origens, procuravam ser aceitos pela comunidade branca, mesmo à custa de evidenciarem um racismo exacerbado para com a comunidade negra.

### A tomada de consciência

Esta atitude das elites não foi geral, muito pelo contrário, e evoluiu ao longo do tempo. Uma das causas dessa evolução reside no mal-estar e nas frustrações que muitos sentiam por causa da situação em que se encontravam: desenraizamento e "má consciência" (Paulin Hountondji); humilhação e cólera ante o racismo, o paternalismo e a condescendência dos brancos; recusa da segregação e da discriminação, em especial nos empregos e nas carreiras. Na África Ocidental britânica, as elites compreenderam mal a mudança de atitude dos ingleses à seu respeito, ocorrida a partir de 1880, aproximadamente. Assim, por exemplo, Samuel Ajayi Crowther, consagrado bispo da Igreja Anglicana em 1864, foi obrigado a renunciar ao cargo em 1890 por pressão dos comerciantes britânicos. Do mesmo modo, em 1894, desencadeou-se uma verdadeira campanha contra o doutor J. F. Easmon, africano devidamente qualificado a quem fora confiado o cargo de médico-chefe na Gold Coast e que dele acabou por ser suspenso em 1897. No espaço colonial português pode citar-se o caso do engenheiro agrônomo Salustino Espírito Santo que, formado nos anos 1920, só encontrou trabalho após a chacina de Fernão Dias, em S. Tomé, em fevereiro de 1953. Nos territórios franceses, a distinção entre funcionários europeus do quadro metropolitano e funcionários africanos do quadro local, com estatutos e salários diferentes, persistiu até ao fim da Segunda Guerra Mundial e foi um dos cavalos de batalha do advogado e homem político senegalês Lamine Guèye, já nos anos 1920. O mal-estar das elites tornou-se agudo quando tiveram de abraçar uma carreira profissional, que pressupunha uma aliança com os europeus, e, simultaneamente, uma carreira política, ou, pelo menos, militante, que rapidamente lhes impôs a necessidade de romperem com o sistema colonial.

Esta contradição entre objetivos pessoais e uma tomada de consciência política explica em parte por que motivo a pequena-burguesia e os intelectuais negros não se colocaram imediatamente numa situação de oposição à colonização e porque passaram progressivamente para o campo inverso. Já no século XIX se assistiu à eclosão nessa elite de uma necessidade "identitária", necessidade que se transformou em vontade no período entre as duas guerras. O conceito de "nacionalismo", empregue muitas vezes para designar a atitude dessas elites, deve ser matizado. Com efeito, tal nacionalismo não se reportava a "nações", visto que as entidades étnicas que mais evocam o conceito de nação foram fracionadas ou englobadas em entidades territoriais novas. Antes de se identificar com esses territórios de origem colonial, a tomada de consciência fez-se quer ao nível étnico, quer ao nível dos grandes conjuntos coloniais (AOF, *West Africa*, AEF etc.), e, o mais das vezes, ao nível do continente. O termo "africano", utilizado exclusivamente pelos europeus durante muito tempo, tornou-se pouco a pouco uma referência para os próprios negros.

Os primeiros sinais dessa tomada de consciência manifestaram-se a nível simbólico e tomaram o aspecto de um regresso às origens, já em 1887, na Serra Leoa e em Lagos. As vestes tradicionais foram reabilitadas; alguns, formados e convertidos pelos missionários cristãos, regressaram à religião tradicional e aos cultos familiares. Os nomes anteriormente europeizados, retomaram uma cor local, o que levantou uma controvérsia a propósito dos nomes próprios cristãos recebidos pelo batismo e que eram símbolo de uma adesão mais religiosa do que cultural. Alguns fizeram questão de passar a utilizar exclusivamente a sua língua materna: arquétipo dessa atitude, o saint-louisense Thiécouta Diop vestia exclusivamente a grande túnica dos muçulmanos, recusava-se a falar francês, língua que fingia não conhecer, pedia um intérprete nas suas relações com a administração e mandava inscrever em cada uma das suas cartas que esta fora ditada em wolof e traduzida por uma pessoa competente.

Mais construtivo, o regresso às raízes manifestou-se por um desejo de conhecer e dar a conhecer a história dos povos africanos. Não se tratava já de conservar e transmitir a memória segundo as regras e os processos em uso na África antiga. As elites desenvolveram uma relação nova com a história: recurso aos métodos dos historiadores europeus, procura da verdade, preocupação científica, utilização da escrita, exploração política do saber. Iniciada na África Ocidental britânica já em meados do século XIX, essa tradição intelectual espalhou-se por todo o continente e gerou as suas obras maiores entre 1920 e 1960. Sob a pressão dos africanos, vários europeus lançaram-se por seu turno à tarefa de redigir obras históricas. Negando a historicidade das sociedades africanas pré-coloniais, e procurando encontrar um saber utilizável, a colonização identificara-se com a etnografia. Mas, por volta de 1910, surgiu entre os europeus uma nova corrente que não só reconhecia aos africanos uma dimensão histórica, mas queria também demonstrar a existência de civilizações brilhantes na África antiga. Esses esforços desembocaram em certos territórios na integração da história local nos programas escolares e por todo o lado na emergência ou no reforço de uma consciência "nacional".

#### Ideias e ideologias

O despertar político dos africanos, e em especial das elites, foi sustentado por grandes ideias e ideologias que contribuíram para alimentar e formar a consciência política africana. Antes de tudo, não se deve exagerar o papel do pensamento cristão. É certo que a maioria dos intelectuais passara pelas escolas missionárias; contudo, para lá das reapropriações já referidas, e que assumiam um carácter sobretudo popular, o pensamento cristão não foi sempre portador de um germe de oposição, ao passo que a sua mensagem de luta contra as injustiças teria podido fazer dele uma das peças-chave do jogo ideológico.

Ao contrário, ideias vindas do Novo Mundo tiveram um certo impacto: foi o caso do garveyismo. No fim da Primeira Guerra Mundial, e apesar do

crescimento económico dos *Roaring Twenties*, os negros do continente americano atravessavam um período de crise social e moral devido à persistência do racismo e da discriminação e ao agravamento das desigualdades sociais a suas expensas. Bem conhecida no caso dos Estados Unidos e do Caribe, essa crise foi talvez igualmente grave na América do Sul. Foi nesse contexto que o jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) retomou o velho mito do "regresso à Mãe-África" acalentado pelos escravos, integrando-o numa ideologia ambiciosa que advogava o orgulho de pertencer à raça negra: recordava aos seus "irmãos" que eram iguais aos brancos. Para lá de um combate pela igualdade, tratava-se de uma verdadeira exaltação de tudo o que era negro:

Rainha negra da beleza, destes cor ao mundo!  
Entre as outras mulheres, sois rainha, e a mais bela!  
Tais as jóias mais brilhantes no real diadema,  
Brilhais vós, Deusa da África!, da Natureza o mais puro emblema  
Os negros prestam culto no vosso virginal santuário do mais fiel amor,  
Porque nos vossos olhos se encontram constantes virtudes e uma marca sagrada  
Como não vemos nenhuma outra, vestida de seda e de linho fino,  
Da antiga Vênus, a Deusa, até à mítica Helena!  
(Citado por E. David Cronon, 1987, pp. 174-175)

Tudo o que era discriminação na civilização erguida pelos brancos tinha de ser derrubado ou modificado. No domínio da religião, alguns propunham que só se falasse de Deus como de um "ser" negro e que as tradicionais representações sagradas (Virgem com o Menino, Cristo na cruz) fossem modificadas, introduzindo personagens negras; os termos bíblicos ou culturais tinham de ser revistos por uma revalorização da palavra "negro" e uma depreciação da palavra "branco". Foi inclusive criada uma seção de enfermeiras da "Cruz Negra". Outro exemplo: em 1919, uma empresa americana começou a produzir bonecas negras para as meninas negras americanas, que nunca mais "deviam" brincar com bonecas brancas.

Toda a tese de Marcus Garvey assentava no fato de a África ser a mãe pátria da diáspora negra através do mundo e, não tendo os negros conseguido integrar-se e dar-se ao respeito, nem impor os seus valores nos caminhos do exílio, então, teriam que construir nova civilização noutro lugar, onde estabeleceriam as suas regras e seriam felizes: a África aparecia então como a terra de eleição para tal empresa. O garveyismo advogou e iniciou um movimento de "regresso" que, embora tivesse tido um débil impacto, não deixou de contribuir para pôr em contato entre si os intelectuais africanos e os seus homólogos negros americanos. O garveyismo não foi um movimento isolado, muito pelo contrário, representou uma tendência geral da ideologia negra americana da época; mas assumiu gradualmente uma feição racial, ou até racista, começando a advogar a pureza da raça negra e indo a ponto de dialogar com o Ku Klux Klan, partidário como ele de uma segregação total. Há muitas análises, como, por exemplo, a de E. David

Cronon, que situam o garveyismo entre os movimentos de extrema-direita e, de resto, os seus partidários chegaram eles próprios a compará-lo ao nazismo.

Ainda hoje nos interrogamos sobre o impacto real na África do garveyismo e das outras correntes de "Renascimento da raça negra". Com efeito, nos anos 1920, as potências coloniais inquietaram-se com os progressos de um "racismo negro" na África e procuraram as possíveis conexões entre as ideias vindas da América, por um lado, e, por outro, as igrejas independentes e os primeiros partidos anticolonialistas. É certo que esses movimentos contribuíram para dar aos intelectuais africanos o sentimento de que pertenciam a uma vasta comunidade cujo destino era um só. Permitiam igualmente restituir ao continente negro o orgulho de encarnar as raízes de todo um povo, bem como um futuro possível para esse povo.

Contemporâneo do garveyismo, mas prenhe de um futuro mais rico, o pan-africanismo enquanto conceito apareceu já em 1900 e ganhou corpo e envergadura sob os auspícios de William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963), universitário negro americano. Ao contrário de Garvey, Du Bois era um tenaz defensor da igualdade de direitos entre as raças e opunha-se a toda e qualquer noção de superioridade de uma sobre as outras:

A igualdade absoluta das raças – física, política e social – é a pedra angular do progresso mundial e humano. Ninguém nega a realidade das grandes diferenças de dons, de capacidades e de realização entre os indivíduos de todas as raças, mas as vozes da ciência, da religião e da política prática negam unanimemente que, por decisão de Deus, existam raças superiores ou raças naturais, inevitáveis e eternamente inferiores. O fato de, no vasto decorrer do tempo, um grupo poder, na sua técnica industrial, ou na sua organização social, ou na sua visão espiritual, apresentar um atraso de alguns séculos relativamente a outro, ou seguir em frente aos solavancos, ou acabar por ser totalmente diferente pelo pensamento, pela ação ou pelos ideais, constitui uma prova da riqueza e da variedade essenciais da natureza humana, mais do que uma prova da coexistência de semi-deuses e de macacos com forma humana. A doutrina da igualdade racial não interfere com a liberdade individual, antes a cumpre. E, entre todos os critérios em virtude dos quais massas de homens foram erradamente considerados e classificados, o da cor epidérmica e da textura do cabelo é seguramente o mais fortuito e o mais estúpido. (Extrato da *Declaração ao Mundo*, redigida por Du Bois e votada no Segundo Congresso Pan-Africano de Londres, em 1921).

Du Bois esperava uma coesão do povo negro repartido pelos diferentes continentes, uma unidade que lhe permitisse ter maior peso na luta pelo melhoramento da condição de vida dos negros. Em especial, o combate dos negros da América contra as desigualdades teria de ser estreitamente ligado ao combate dos africanos contra os abusos do colonialismo. Com efeito, na origem do movimento, tratava-se efetivamente de lutar não contra o sistema mas contra os seus abusos, e o pan-africanismo levou vários anos para chegar às ideias de independência e de unidade africana.

No período entre as duas guerras, reuniram-se vários congressos que uniram negros de todos os quadrantes. Com o apoio do deputado senegalês Blaise Diagne, Du Bois conseguiu organizar, paralelamente à Conferência de Paz de Paris (1919), o primeiro Congresso Pan-Africano (Paris). Era objetivo prioritário dos participantes obter das potências coloniais um reconhecimento dos serviços prestados pelos africanos durante a guerra e um novo estatuto para a raça negra na África. A reunião dirigiu à recém-criada Sociedade das Nações uma petição relativa aos países sob mandato e adotou uma resolução cujo tom firme e claro teve muitos ecos. De modo geral, o Congresso tornou-se notado e foi amplamente comentado pela imprensa, nomeadamente nos Estados Unidos. Com base nesse êxito, realizaram-se, nos anos seguintes, outras reuniões do mesmo tipo, sempre animadas por Du Bois, hospedadas em várias capitais europeias. A organização desses Congressos não se fazia sem dificuldades: exigiam meios consideráveis, confrontavam-se com os temores e as resistências dos impérios coloniais (a França impediu que uma dessas reuniões se efetuasse em Tunísia); eram, inclusive, difamadas na imprensa que as acusava de financiamentos ocultos e de manter relações obscuras com Moscou.

O movimento pan-africano teceu gradualmente relações com os europeus mais liberais e contribuiu certamente para a evolução das mentalidades: os socialistas britânicos participaram em várias conferências; J. Ramsay Mac Donald, presidente do Partido Trabalhista, dirigiu uma mensagem de apoio ao III Congresso; nessa reunião, dois antigos ministros portugueses tomaram a palavra para se insurgirem contra o trabalho forçado, comprometendo-se publicamente a lutar contra os abusos do sistema colonial.

O impacto do movimento pan-africano, incerto na altura, foi na realidade fundamental: nessas reuniões, intelectuais africanos que não podiam encontrar-se no continente, tinham oportunidade de dialogar entre si e com os negros de outros continentes. A participação no II Congresso comprova essa diversidade geográfica:

|                |              |
|----------------|--------------|
| África         | 41 delegados |
| Estados Unidos | 35           |
| Europa         | 24           |
| Antilhas       | 7            |

Em redor de Du Bois gravitavam homens como o queniano Jomo Kenyatta, os africanos ocidentais Wallace Johnson, James Casely Hayford, Nnamdi Azikiwe e, mais tarde, Kwame Nkrumah, e o sul-africano Peter Abrahams, todos eles personagens que haveriam de vir a desempenhar um papel importante na África. De fato, como sublinhou George Padmore, originário de Trinidad e um dos promotores do movimento:



O pan-africanismo diferia do garveyismo pelo fato de nunca ter sido concebido como um movimento para o regresso à África, mas antes como uma dinâmica filosófica e política e como um guia para a ação dos africanos na África que lançavam os fundamentos das organizações de libertação nacional.

O movimento pan-africano elaborou inúmeros relatórios, petições, recomendações, obras etc., que exprimiam as suas exigências e não podiam passar despercebidos, dada a convicção que os animava e o caráter ainda invulgar desses clamores. Mas a ideologia pan-africana só conseguia atingir uma pequena minoria de intelectuais. O seu conteúdo continuava abstrato, ainda que transmitisse às elites africanas a consciência do peso que a sua unidade podia representar. Nos anos 1930, a crise econômica impediu, por falta de meios, a organização de um novo congresso. As associações e comitês anteriormente criados continuaram ativos, nomeadamente quando da agressão da Etiópia pela Itália, e contribuíram para o enraizamento do movimento no próprio coração da luta contra a colonização.

O pan-africanismo veio a ter um prolongamento evidente no domínio cultural: sob a influência do haitiano Jean Price-Mars e dos escritores norte-americanos, o martiniquense Aimé Césaire e o senegalês Léopold Sédar Senghor lançaram em Paris o conceito de "negritude" (o termo apareceu pela primeira vez em 1939 sob a pluma de Aimé Césaire). O movimento, que, na origem era mais literário do que político, manifestava também aqui a vontade de restaurar o orgulho de ser negro e exprimia a realidade de uma vasta comunidade.

Também o comunismo, como ideologia vinda do exterior, foi uma fonte de inspiração para as elites africanas, nomeadamente para a diáspora estudantil e intelectual que vivia em Londres e Paris. Como se viu, os comunistas europeus ergueram-se contra a colonização, o imperialismo, "estágio supremo do capitalismo" (Lenine, 1916), comparando a dominação de um povo por outro com a dominação de uma classe por outra. Muito próximo do garveyismo ou do pan-africanismo em certos temas, o *Komintern* (Internacional Comunista) procurou por várias vezes aliar-se a esses movimentos, mas as relações entre eles foram sempre difíceis. O comunismo confrontava-se na África com uma questão não resolvida pelos ideólogos do movimento: a realidade social, tal como na China na mesma época, não correspondia à situação descrita por Karl Marx (e, mais tarde, por Lenine) como necessária à revolução proletária; a classe operária era quase inexistente, não só numericamente fraca, mas também e sobretudo carente pela falta de consciência política; a burguesia, excluindo os brancos, reduzia-se a uma débil camada, que os comunistas tentaram, umas vezes, seduzir, outras, combater; ignorava-se quase tudo do campesinato, que formava a grande massa da população africana. No plano das estruturas, não havia seção comunista nas colônias, fora da África do Sul, e eram muito poucos os laços entre os simpatizantes e o *Komintern*. Uma das estruturas mais ativas, mas mal conhecida, era constituída pelos GEC (Grupos de Estudantes Comunistas), criados na África Ocidental Francesa e na África Equatorial Francesa durante a Segunda Guerra Mundial. Mas o comunismo, com a sua palavra de ordem de anti-imperialismo radical, contribuiu para a

formação política das elites africanas, das quais muitas individualidades (como Lamine Senghor, George Padmore, Jomo Kenyatta, Tiémoko Garan Kouyaté, Albert Nzula etc.) foram militantes ou "companheiros de caminho" dos partidos comunistas europeus e dos quadros do *Komintern*.

É fato assente que um dos caracteres permanentes da história política e intelectual da África contemporânea é o papel de primeiro plano desempenhado pelas sucessivas diásporas: a diáspora negra, antes de tudo, a dos negros instalados desde há muito nas Américas, nas Antilhas e na Inglaterra, com homens como Du Bois, Garvey, mas também Price-Mars e Césaire; seguidamente, a diáspora africana propriamente dita, a dos atiradores "senegaleses" levados para a Europa durante a Grande Guerra, e a dos trabalhadores que se instalaram na Europa — marinheiros, pescadores, estivadores, pequenos empregados etc.; e, por fim, a dos jovens que foram estudar na Europa ou nos Estados Unidos, mais raramente na URSS, alguns dos quais, tendo-se tornado escritores, ideólogos, ou políticos, se instalaram nas metrópoles europeias para nelas desenvolverem as suas atividades. Foi no seio dessas diásporas que numerosas ligas dos direitos do Homem surgiram entre as duas guerras mundiais. Alguns jornais, como *L'Etudiant noir*, *Le Messager*, *Le Dahoméen*, *L'Action Coloniale*, *Le Libéré*, *La Voix des Nègres*, *La Dépêche Africaine*, na França, ou *Negro World*, *News Times and Ethiopia News*, *The Crusader*, na Grã-Bretanha, *O Negro*, *O Correio da África*, em Portugal, eram eficazes órgãos de comunicação. As grandes capitais coloniais, Paris, Londres, Bruxelas, Lisboa, tornaram-se assim verdadeiros "laboratórios de ideias" onde os africanos se cruzavam, trocavam ideias, publicavam, criavam associações e agrupamentos intelectuais ou políticos: Jomo Kenyatta, George Padmore e Kwame Nkrumah em Londres; Louis Hunkarin, Kodjio Tovalou-Houénou, Lamine Senghor, Léopold Sédar Senghor, Tiémoko Garan-Kouyaté, em Paris; Panda Farnana, em Bruxelas; Ayres de Menezes, Salustino Espírito Santo, em Lisboa.

## 2. As novas formas da resistência

A gradual conscientização política, o despertar do sentimento "nacional", a mobilização das elites, o seu conhecimento da Europa bem como os seus contatos com as formas europeias de luta política contribuíram para importar para África instrumentos "modernos" de luta, alguns dos quais, como, por exemplo, o boicote ou a greve, não estavam afinal muito longe das vias anteriores da resistência no continente negro.

### Os grupos de pressão e as associações

Os intelectuais africanos adquiriram o hábito de se reunirem e de constituírem agrupamentos e associações, clubes, locais de encontro e de diálogo. As referências territoriais desses movimentos variavam consideravelmente: alguns, como a Liga Universal para a Defesa da Raça Negra (*Ligue Universelle pour la Défense de la Race Noire*), no Daomé, tinham vocação continental; outros,

como o Congresso Nacional da África Ocidental (*West African National Congress*) de Joseph Casely Hayford, tinham uma audiência regional (Gold Coast, Nigéria, Gâmbia e Serra Leoa); ao passo que grupos como a ANC na África do Sul e o ARPS na Gold Coast trabalhavam num quadro "nacional" e que a Associação dos Jovens Kikuyus (*Young Kikuyu Association*) assentava numa base étnica. Esses grupos representavam igualmente uma grande diversidade quanto às suas raízes sociais: embora fossem frequentemente fruto da ação de adultos, houve também numerosos grupos de jovens (Clube dos Jovens Senegaleses, Movimento Jovem do Gabão etc.) e de estudantes (Associação dos Estudantes Oeste-Africanos, *West African Students Union*); a ação das mulheres, que é ainda mal conhecida, não parece ter sido estruturada em movimentos permanentes e tornou-se sobretudo notada por revoltas (Lomé, em janeiro de 1933, Grand-Bassam, em dezembro de 1949) que arrancaram concessões aos colonizadores. Por último, a mesma variedade se encontrava nos modos de ação; na sua maioria, as organizações atuavam às claras, mas, em Madagascar, a VVS assumiu a forma de uma sociedade secreta revolucionária: alguns, como o seu nome indicava (*Anti-Slavery and Aborigine Protection Society* na Nigéria, por exemplo), constituíram-se em verdadeiros grupos de pressão.

Esta função de grupo de pressão manifestou-se muito em especial quando da agressão da Etiópia pela Itália. No inconsciente coletivo dos africanos do continente e sobretudo da diáspora, a Etiópia, que era, simultaneamente, o mais velho império existente na África, o único Estado que mantivera a independência e o único que conseguira ser acolhido no "círculo das grandes nações" constituído pela Sociedade das Nações, essa Etiópia representava um símbolo, uma esperança para o resto da África, o último bastião da sua soberania, como, em menor medida, fora a Libéria no século XIX. Não fora por acaso que as primeiras igrejas independentes se tinham designado por "etíopes".

Quando a Itália declarou guerra à Etiópia, a elite africana e o conjunto das elites negras de todo o mundo mobilizaram-se, qualificando essa afronta de conflito racial. Numerosas associações surgiram então, como os Amigos Internacionais da Abissínia de Origem Africana, a Liga de Defesa da Raça Negra, o Comitê de Defesa da Independência Nacional da Etiópia etc. Em Paris, os africanos organizaram uma vasta campanha de protesto e boicotaram tudo o que provinha da Itália. Um pouco por todo o lado, os negros mobilizaram-se e tentaram fazer pressão sobre os impérios coloniais e sobre a Sociedade das Nações. A ação teve os resultados que se sabe e a crise etíope foi certamente um dos golpes mais graves infligidos às esperanças africanas: da maior cidade do continente até à menor aldeia, todos estavam ao corrente do caso etíope e comentavam o acontecimento, tomando crescentemente consciência da onipotência dos brancos, da impunidade que lhes estava garantida, dos direitos que se arrogavam, do tratamento desigual reservado aos negros e aos brancos à escala internacional e da extrema fragilidade dos africanos perante as agressões.

De todas essas associações e organismos, um dos mais conhecidos é certamente o ANC da África do Sul. A formação da União Sul-Africana fora seguida pela adoção de numerosas leis e decisões racialmente discriminatórias. Embora o termo de "apartheid" e a política racista extremista datem dos anos 1940, as intenções segregacionistas do governo central eram já claras e não deixavam de preocupar os "indígenas". Em 1912, quatro advogados negros, Alfred Mangena, Richard Msimang, George Montsia e Pixley ka Isaka Seme, organizaram em Bloemfontein uma vasta conferência que congregava numerosos chefes de todas as etnias e "tribos" da África do Sul, bem como representantes das diferentes organizações de negros que já tinham surgido no país. A conferência tinha um duplo objetivo: lutar contra o tribalismo e contra o racismo. A criação do SANNC (*South African Native National Congress*) correspondia a esse duplo objetivo: por um lado, federava as diferentes formações étnicas do país, ultrapassando assim o quadro das antigas tensões para chegar a uma luta comum; por outro lado, conferia a si próprio o peso e a representatividade necessários para se arvorar legitimamente em grupo de pressão e interlocutor político do governo e da Câmara do Cabo. O SANNC tinha a firme vontade de lutar contra as leis discriminatórias e as medidas excessivas. A intervenção de Seme na conferência de Bloemfontein é prova disso:

Descobrimos que na sua terra natal, os africanos eram tratados como lenhadores e aguadeiros<sup>3</sup>. Os brancos deste país constituíram aquilo a que chamam a União Sul-Africana – uma união em que nós não temos nem voz na criação da legislação nem participação na sua administração. Por isso vos chamamos aqui, a fim de que, todos juntos, possamos trocar idéias sobre as vias e os meios de constituir a nossa união nacional, criando assim a nossa unidade nacional e defendendo os nossos direitos e privilégios.

Mas, na realidade, as teses do SANNC eram moderadas: em nenhum momento esteve em causa combater os brancos e muito menos ainda recuperar a soberania nacional; tratava-se apenas de obter a integração dos "indígenas" no seio da União, ao mesmo título e com os mesmos direitos que os britânicos e os boers. Para realizar o seu projeto, o SANNC dotou-se de um comitê executivo. Desejoso de preservar a coesão entre todos os estratos presentes, o comitê testemunha uma notável representatividade em termos de idade e geografia e, embora apenas reunisse os membros da elite moderna, ocidentalizada (documento 88) e cristianizada, o SANNC era, na África, um exemplo único de colaboração entre elites tradicionais e modernas.

Até aos anos 40 do século XX, o SANNC manteve o rumo da moderação: pedido de igualdade de direitos, negociações com o governo, esperanças de representação a nível social etc. Mas a inércia, a recusa das autoridades de tomarem em conta reivindicações legítimas, a ausência de reformas e o endurecimento da política segregacionista obrigaram o Congresso a, durante a Segunda Guerra Mundial, optar por uma atitude combativa e mais radical.

Escritos e imprensa

Instrumento de pressão bem moldado, proveniente de um longo confronto de ideias e de luta contra os abusos de poder na Europa, e sagazmente recuperado pelos africanos, a escrita serviu à causa anticolonial. Numerosos foram os livros, os libelos, as peças de teatro ou simplesmente os panfletos que tiveram impacto não só nos negros mas também em certos meios europeus, mas cujo estudo sistemático ainda está por fazer.

Muito rapidamente, a imprensa tornou-se uma arma de oposição à colonização. Os primeiros jornais do continente africano foram geralmente de iniciativa de missionários que procuravam manter uma ligação contínua entre as suas igrejas e os crentes, por vezes dispersos. Na sua maioria, essa imprensa era escrita em inglês, em francês ou em português, mas, pouco a pouco, começaram a surgir jornais em línguas vernaculares (por exemplo, em 1881, no Congo Belga, um jornal em quicongo lançado por missionários suecos e, em 1889, na Nigéria, o *Iwe Irohin*, em iorubá). O desenvolvimento da escolarização e da alfabetização permitiu a essa jovem imprensa aumentar o seu público potencial, ainda que continuemos, legitimamente aliás, a interrogar-nos sobre o seu impacto real. Foi na África Ocidental, especialmente nas colônias britânicas, que floresceu uma imprensa “africana”; na ponta do combate encontravam-se a Gold Coast, a Nigéria e o Senegal, sendo que as duas primeiras foram certamente influenciadas pelas experiências precoces da Serra Leoa e da Libéria.

Documento 88: Representatividade do Comitê Executivo do SANNC (1912)

| Função no Comitê | Membros do Comitê     | Profissão  | Estudos no estrangeiro | Classe etária | Regiões de origem |
|------------------|-----------------------|------------|------------------------|---------------|-------------------|
| Presidente       | Rev. John L. Dube     | Pastor     | x                      | > 40 anos     | Natal             |
| Vice- Presidente | Sam Makgatho          | Professor  | x                      | > 50 anos     | Transvaal         |
| Vice- Presidente | Alfred Mangena        | Advogado   | x                      | > 30 anos     | Transvaal         |
| Vice- Presidente | Rev. Walter Rubusana  | Pastor     |                        | > 50 anos     | Cabo              |
| Vice- Presidente | Messrs Meschach Pelem | Professor  |                        | > 50 anos     |                   |
| Tesoureiro       | Pixley ka Isaka Seme  | Advogado   | x                      | > 30 anos     | Transvaal         |
| Secretário       | Solomon Plaatje       | Jornalista |                        |               | Cabo              |
| Porta-voz        | Thomas Mapikela       | Empresário |                        | > 40 anos     | Orange            |
| Relator          | George Montsia        | Advogado   | x                      | > 30 anos     | Transvaal         |
| Capelão          | Rev. Mqobali          | Pastor     |                        | > 50 anos     | Cabo              |
| Capelão-Adjunto  | Rev. H. R. Ngcayiya   | Pastor     |                        | > 50 anos     | Cabo              |

Fonte: quadro estabelecido por Sophie Le Callenec, segundo P. Walshe, 1970, p. 35-37.

Os pioneiros do jornalismo africano prosseguiram geralmente um duplo objetivo: no plano político, combater os abusos do colonialismo, interpelar os europeus e sobretudo difundir as suas ideias pelos seus concidadãos (a este respeito, sabe-se que a audiência desses jornais era bem maior do que o deixam supor os números das tiragens); no plano econômico, prosseguir com êxito uma estratégia profissional – com efeito, após as carreiras de médico e de advogado, a profissão de jornalista era uma das de maior destaque e permitia aceder aos mais altos escalões da elite; além disso, a gestão de um jornal, embora arriscada, devido à reduzida dimensão do público leitor, ao seu débil poder de compra e aos problemas de difusão, obstáculos que ainda hoje se mantêm, podia por vezes tornar-se uma empresa frutuosa. Continua a ser difícil determinar a linha de demarcação entre estes dois objetivos, própria de cada indivíduo, mas não deixa de ser verdade que o mundo da imprensa africana congregou desde o início homens de talento, de ideais elevados, que contribuíram para a difusão das ideias nacionalistas.

Quando as autoridades coloniais o permitiam e, por vezes mesmo, para lá dos limiares de autorização, a imprensa africana sabia mostrar-se vigilante, polêmica, audaciosa, e, inclusive, ácida ou cáustica, nomeadamente quando se tratava de defender os seus direitos, como testemunha este editorial do *Standard* (Nigéria):

Se pelo maior dos acasos, esta lei viesse a ser aprovada e a fazer parte dos textos em vigor na colônia e no protetorado da Nigéria do Sul, tal seria uma das páginas mais sombrias da história de uma administração que conta já numerosas páginas sombrias, no que diz respeito à maneira de tratar as raças indígenas nesta parte da África Ocidental, sujeita à autoridade britânica durante os últimos cinco anos – visto ter por objetivo pura e simplesmente açaimar a população; amordacar eficazmente a imprensa do país; suprimir e fazer desaparecer as assembleias legais; desencorajar e abafar toda e qualquer agitação constitucional contra as medidas impopulares e opressivas tomadas pelo governo. Ao abrigo de tal lei [...], os redatores dos jornais terão de limitar-se a dizer banalidades ou a entregar-se a uma bajulação transbordante a propósito dos funcionários do governo. [...] Assim será instaurada a pior forma de escravidão, a saber, a jugulação dos espíritos. (29 de Setembro de 1909).

Novos movimentos populares

Uma imprensa cada vez mais pujante e audaciosa, a multiplicação de associações de jovens e de clubes de intelectuais, a gradual conscientização e a entrada em ação das elites vieram sem dúvida alimentar as resistências populares à colonização, permitindo encontrar novas formas. Esta articulação entre as duas resistências fez-se nomeadamente nas zonas urbanas ou mineiras, de onde emergia um embrião de classe operária: estivadores, marinheiros, trabalhadores de armazéns, mineiros, ferroviários etc. À resistência passiva e às rebeliões dos campos começaram a responder em eco as greves, as reuniões, as petições, os



bloqueios de mercadorias (documento 89); às manifestações espontâneas e imediatas começavam a suceder-se ações mais ensaiadas, com finalidades mais amplas e mais conscientes. Este processo foi especialmente visível em meio operário, como mostram as pesquisas recentes (M. Agier, J. Copans e A. Morice, 1987).

Durante muito tempo, os inquéritos sociológicos e etnográficos em meio operário tinham-se preocupado com fenômenos como a “destribalização”, a adaptação à cidade. A tônica que hoje em dia se põe no movimento social mostra a complexidade da ação operária. Nos locais onde a classe operária já era antiga, como na África do Sul ou no Senegal, as greves começaram mais cedo. Pelo contrário, no Congo Belga, onde a classe operária era cuidadosamente enquadrada e dividida, os movimentos foram tardios e, no que toca a Angola e Moçambique, de alcance menor. As lutas assumiram formas diversas: a maioria das minas da África Ocidental, Central e Meridional conheceram movimentos de greve. Houve boicotes de mercadorias, nomeadamente quando os gêneros alimentícios eram vendidos a preços considerados proibitivos, bem como pilhagem de armazéns possuídos por “levantinos”. Em 1918, em Johannesburg, os varredores deixaram de recolher o lixo, deixando durante algum tempo a cidade num terrível estado de sujeira. Numa ação habilmente concertada, os produtores de cacau da Gold Coast recusaram-se por várias vezes a vender o fruto das suas explorações, a fim de contestarem os preços que lhes eram propostos. Foi na mesma ótica que se criou a KNPA (*Kilimanjaro Native Planters Association*) que pretendia defender os produtores de café. A necessidade de se unirem para transformar ações isoladas em manifestações de envergadura levou os operários, seguidos por outras categorias sociais, a organizar-se para travarem paralelamente a luta nos terrenos econômico e político: foi assim, por exemplo, que surgiram, já antes da Segunda Guerra Mundial, os primeiros sindicatos, os quais, sabe-se, desempenharam um papel essencial na marcha rumo à independência.

**Documento 89: Primeiros movimentos operários e urbanos, marcos cronológicos**

|           |                                                                                     |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| 1906-1908 | — Campanha de desobediência civil na África do Sul orquestrada por Gandhi.          |
| 1912      | — Criação da <i>Nigerian Civil Servants Union</i> .                                 |
| 1918      | — Greve na África do Sul (40 000 mineiros).                                         |
| 1919      | — Greves, motins e pilhagens na Serra Leoa. Greve dos estivadores na África do Sul. |
| 1919-1920 | — Greve nas minas do Transvaal (71 000 assalariados).                               |
| 1920      | — Greve dos operários da ferrovia Dacar-Saint-Louis no Senegal.                     |
| 1921      | — Manifestações no Quênia.                                                          |
| 1921-1923 | — Greve dos operários do Catanga (Congo Belga).                                     |
| 1922      | — Greve dos mineiros brancos na África Austral.                                     |

|           |                                                                                                                          |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1923      | — Greves, manifestações e pilhagens em Porto-Novo: Incidentes nos estaleiros de construção da linha férrea Dacar-Bamako. |
| 1924      | — Greve nas minas de ouro em terras asantes (Gold Coast).                                                                |
| 1925      | — Greve nas minas de carvão na Nigéria. Greve dos empregados da ferrovia Thiès-Níger.                                    |
| 1926      | — Greve dos ferroviários da Serra Leoa e do Senegal.                                                                     |
| 1927      | — Greve nas minas da Rodésia do Sul. Greve dos empregados dos Correios em Dacar.                                         |
| 1929      | — Manifestações na Gâmbia, no Uganda e em Madagascar.                                                                    |
| 1931      | — Greve na UMHK no Congo.                                                                                                |
| 1934      | — Greve dos estivadores de Mombaça.                                                                                      |
| 1935      | — Greve nas minas de cobre da Rodésia do Norte e no Congo Belga.                                                         |
| 1935-1937 | — Greves nas minas do Catanga. Série de greves em Dacar.                                                                 |
| 1939      | — Greve dos estivadores, seguida de greve geral, em Mombaça.                                                             |
| 1940      | — Greve nas minas da Rodésia do Norte.                                                                                   |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callenec.

## II. 1939-1945: A ACELERAÇÃO

Como acontecera vinte e cinco anos antes, quando do primeiro conflito mundial, a África viu-se diretamente implicada na guerra que eclodiu em 1939. Pode dizer-se que a Segunda Guerra Mundial, surgida na imediata sequência da conquista italiana da Etiópia, sem qualquer interrupção, começou mais cedo na África (1935) do que na Europa. A África representou de novo um terreno de combate e um viveiro de recursos, quer humanos, quer materiais. Mas, desta vez, o seu envolvimento foi ainda maior. Por um lado, a frente principal extravasava o estrito quadro da Europa, estendendo-se, por cima do Mediterrâneo, para a parte setentrional do continente negro, e isto quando duas outras frentes enquadravam o continente, no Sudeste Asiático e no Oceano Atlântico e o Canal de Suez estava fechado, de forma que a África se tornava um ponto de passagem obrigatório para as tropas e o coração estratégico de uma “guerra total”. Por outro lado, as incertezas quanto à posição da França e das suas colônias africanas relativamente à Alemanha, traçavam no continente longas linhas de tensões e de possíveis conflitos. Por último, o desafio racial e racista lançado pela Alemanha nazista fazia pender uma pesada hipoteca sobre o mundo em geral e sobre a África “negra” em especial. Mas, para lá dos desafios e das condições em que esta nova guerra decorria, o período foi crucial para a África negra, que viveu uma das viradas mais importantes da sua história, pois nele viveu o tempo e o espaço de uma aceleração das reivindicações, de um verdadeiro “acordar” e de uma conscientização profunda e definitiva do desejo de emancipação.

## A. O envolvimento da África na guerra

São numerosos os pontos comuns entre os efeitos das duas guerras mundiais na África. Por duas vezes, as potências coloniais viraram-se para os seus impérios para a eles irem buscar os apoios estratégicos, militares e econômicos de que careciam. Das duas vezes, a África foi uma grande fornecedora de homens (mais de 250 000 soldados nas colônias francesas, 146 000 soldados na África Ocidental britânica, 280 000 soldados na África Oriental britânica, 137 000 soldados na África do Sul etc.) e de recursos. Não insistiremos aqui nas condições em que decorreram os recrutamentos de tropas: são comparáveis às da guerra de 1914-1918. A França reatou com a sua política de conscrição; a Grã-Bretanha foi obrigada, mais uma vez, a ir além do quadro estrito do voluntariado; a África do Sul, pelo menos até 1944, confinou os "não brancos" em tarefas logísticas; e, por fim, a Bélgica, privilegiou o esforço econômico mas enviou a Força Pública do Congo para diversas frentes na África. Uma das raras inovações no domínio militar foi o envio de tropas das colônias britânicas para a frente asiática, experiência que iria renovar-se alguns anos depois, no império francês, durante a guerra da Indochina.

### 1. Desafios e conflitos no solo africano

Quando eclodiu o conflito, a maioria do continente encontrava-se sob domínio dos aliados (França, Grã-Bretanha). A Espanha, que ficara exangue com a guerra civil, não participou nos combates, e a Guiné Equatorial, o seu único território na África Negra, era demasiado pequena para excitar qualquer cobiça. Igualmente neutros eram Portugal, e, em teoria, a Bélgica, próxima dos aliados, bem como a Itália, próxima da Alemanha. Contrariamente ao que se passara no conflito precedente, a África parecia poder ser poupada das batalhas.

#### Os desafios

Desde o início da guerra, mas mais ainda a partir de junho de 1940, conjugaram-se os fatores que iriam levar a África a entrar na guerra ao mesmo nível que a Europa. Aliás, o vasto projeto hitleriano incluía o continente nos seus cálculos: a parte setentrional deveria ser confiada aos aliados italianos, já presentes na Líbia, ao passo que a Alemanha pretendia reservar para si a África Negra, onde esperava construir um vasto império, do Atlântico ao Oceano Índico, e até à União Sul-Africana, que deveria voltar às mãos dos afrikaners. Ressurgia o mito da grande *Mittelafrika*.

Com efeito, desde o "recrudescer dos perigos", os alemães tinham encontrado aliados potenciais nos afrikaners. Estes, em meio às rivalidades e às incessantes tensões com a comunidade "britânica", sempre se tinham mostrado sensíveis à propaganda alemã que exaltava a sua origem comum. Além disso, a política de segregação racial que tinha nos afrikaners os mais ardentes adeptos, articulava-se em muitos pontos com o discurso hitleriano. Numerosas organizações

fascistas haviam surgido na África do Sul: a Liga Fraterna (*Broederbond*), fundada em 1918 e que se mantivera clandestina até 1924, os Camisas Cinzentas (*Greyshirts*), o Movimento Pagão Nacional-Socialista Sul-Africano (*South African Gentile National Socialist Movement*), a Nova Ordem (*New Order*) e, sobretudo, a célebre *Ossewabrandwag* (Sentinelas do Carro de Bois). Mas os democratas-liberais acabaram por levar a melhor: em 1939, o gabinete de J. B. M. Hertzog, dividido, foi levado à demissão pelo regresso em força de Jan Smuts, que se tornou um dos principais conselheiros do primeiro-ministro britânico Winston Churchill. Para os britânicos, foi um imenso alívio: a África do Sul, situada na rota da Ásia, representava uma escala estratégica.

A entrada na guerra da Itália de Mussolini em junho de 1940 deu origem a um novo ponto de tensão: para lá da África do Norte – onde se encontravam face a face os franceses na Argélia, os italianos, e depois os alemães com o *Afrika Korps* do general Rommel na Líbia, e os britânicos no Egito –, os italianos estavam presentes no continente africano desde a recente conquista da Etiópia. Ora, o *negus* Haile Selassie e o seu governo no exílio em Londres esperavam aproveitar o conflito para reconquistar o país.

Um dos principais problemas com que a África se viu confrontada no início da guerra proveio da capitulação da França, ocupada parcialmente pela Alemanha. O governo de Vichy encetou uma política de colaboração com a Alemanha, num momento em que, na sombra, se constituía já um movimento de resistência. Esta situação fazia incidir uma pesada incerteza sobre as colônias francesas da África: neutralidade real, colaboração com a Alemanha, integração, como "postos de vanguarda" numa estratégia de conquista do continente pela Alemanha, adesão à "França Livre"? Os cenários possíveis eram numerosos e os desafios, de monta. Entre os primeiríssimos partidários da resistência estavam os deputados negros do Senegal, da Martinica e da Guadalupe. Já em 22 de abril de 1940, Galandou Diouf escrevera no *Paris-Soir*:

A França é a nossa mãe, cantam os meninos negros da África, que aprendem também nos seus manuais de história que os nossos antepassados gauleses tinham olhos azuis e compridos cabelos louros.

Os dos Camarões e do Togo, cujos pais sofreram a ocupação da vossa raça, senhor Hitler, senhor Goebbels, nunca admitiram que a Alemanha fosse sua mãe, nem que descendiam dos germanos. [...]

Todos esses benefícios [da França], são coisa que o povo negro não pode esquecer e por isso é que, às centenas de milhar e em breve aos milhões, os nossos atiradores senegaleses juntarão a sua juventude e a sua força, à vossa, camponeses, operários, burgueses de França.

Eis o que eu queria responder, eu, representante negro de uma raça inumerável de negros, à propaganda venenosa dos nazistas. Uma raça branca? Uma raça negra? Talvez, mas também homens, franceses unidos para a defesa do mesmo ideal e de uma pátria amada, que estende o seu gênio protetor sob todos os céus por todo o vasto universo.

### A adesão dos territórios franceses e belgas

Ao dar-se a capitulação da França (22 de junho de 1940), os administradores franceses da África, não sem algumas hesitações, tomaram o partido de seguir o governo oficial do marechal Pétain. Pierre Boisson recebeu o encargo de governador-geral de um vasto conjunto que agruparia a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa. Mas, para o general de Gaulle, chefe da "França Livre", país sem território, as colônias da África representavam a base necessária sobre a qual se poderia apoiar para se lançar à reconquista do país ocupado. Como primeiro alvo, escolheu a África Equatorial Francesa, que se tornara vulnerável por sua ligação ao longínquo comando de Dacar, alternando assaltos diplomáticos e ataques militares (documento 90). A sua estratégia veio a confluir com as opções adotadas pelo governador do Chade, Félix Éboué, negro originário da Guiana: em agosto de 1940, este aderiu à "França Livre", antes de ser nomeado governador-geral da África Equatorial Francesa, primeiro negro a ocupar um posto tão elevado na administração colonial francesa. Em 1941, Brazzaville foi designada capital da "França livre": nunca as colônias da África tinham assumido tal importância.

A adesão da África Ocidental Francesa veio a ser uma tarefa mais árdua e mais longa: Pierre Boisson, homem de princípios, resistiu tanto aos argumentos como aos ataques, em especial o conduzido pelo general de Gaulle em pessoa de 22 a 25 de setembro de 1940, tanto mais quanto o porto de Dacar representava um trunfo a disputar na batalha do Atlântico. Só tardiamente – na sequência do desembarque anglo-americano na África – veio a reconsiderar a sua posição. Quanto a Madagascar, o seu afastamento parecia que haveria de relegá-lo para um papel marginal. Contudo, a entrada na guerra do Japão, em 1941, e a extensão do conflito ao Extremo-Oriente, colocou-o de súbito no cerne das operações, na rota da Ásia, em pleno Oceano Índico, cujas águas os Aliados esperavam efetivamente vedar às forças armadas nipônicas. Travaram-se pois violentos combates na ilha, entre os britânicos, que haviam decretado o seu bloqueio, e as tropas francesas fiéis a Vichy: foram necessários longos meses para integrar Madagascar na "França Livre", que foi encontrar um país à beira da asfixia econômica.

A adesão das colônias francesas da África às forças do general de Gaulle representou para os Aliados uma grande vitória tanto estratégica como psicológica. Evitou às tropas coloniais confrontos que poderiam ter sido muito mais sangrentos. Permitiu ao general Leclerc conduzir a sua divisão através do deserto, através do Chade (Fort-Lamy, Faya-Largeau), para apanhar os italianos e os alemães pela retaguarda na Líbia, de modo que, em 1943, o Mediterrâneo foi arrancado aos alemães. O Chade serviu de rota de passagem para a aviação e para os exércitos que se dirigiam para leste. Por fim, os franceses, resistentes ativos ou partidários ocultos da "França Livre", beberam nas notícias vindas do ultramar a energia necessária à luta.

### Documento 90: A Segunda Guerra Mundial na África Negra, marcos cronológicos

|      |         |                                                                                                     |
|------|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1939 | 4 set.  | – J. B. M. Hertzog proclama a neutralidade da África do Sul no conflito.                            |
|      | 5 set.  | – Jan Smuts forma um novo governo na África do Sul e declara a guerra à Alemanha.                   |
| 1940 | 22 jun. | – Capitulação da França. Desmilitarização da fronteira nígero-líbia.                                |
|      | julho   | – Ataque italiano à Somália Britânica.                                                              |
|      | 8 julho | – Ataque inglês a Dacar.                                                                            |
|      | 13 ago. | – René Pleven e o capitão Leclerc são enviados a Lagos para obter a adesão da AEF à "França Livre". |
|      | 26 ago. | – Adesão do Chade, sendo Félix Éboué governador, e adesão do Níger.                                 |
|      | 27 ago. | – Tomada de Duala e adesão dos Camarões franceses.                                                  |
|      | 28 ago. | – Rebelião em Brazzaville e adesão do Congo francês.                                                |
|      | 31 ago. | – Tomada de Pointe-Noire. Adesão do Ubangui-Chari.                                                  |
|      | 24 set. | – Ataque anglo-gaullista a Dacar.                                                                   |
|      | 10 nov. | – Ataque a Libreville.                                                                              |
| 1941 | 14 nov. | – Adesão do Gabão.                                                                                  |
|      |         | – Ataques anglo-gaullistas a Dacar.                                                                 |
|      | janeiro | – Entrada das tropas Aliadas na Etiópia.                                                            |
|      | 5 abr.  | – Tomada de Addis Abeba pelos aliados.                                                              |
| 1942 | 20 mai. | – Fim da campanha britânica na Etiópia.                                                             |
|      | 5 mai.  | – Desembarque britânico em Diego-Suarez (Madagascar).                                               |
|      | 14 set. | – Desembarque anglo-sul-africano em Majunga (Madagascar).                                           |
|      | 5 nov.  | – Capitulação de Madagascar.                                                                        |
| 1943 | 7 dez.  | – Adesão total da AOF.                                                                              |
|      |         | – Ocupação da Somália francesa pelos Aliados.                                                       |
| 1944 | 30 jan. | – Abertura da Conferência de Brazzaville.                                                           |
|      | 20 fev. | – Motins em Lulu burgo.                                                                             |
| 1945 |         | – Motins em Thiaroye. Greve em Duala. Motins agrários no Buganda.                                   |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callenec.

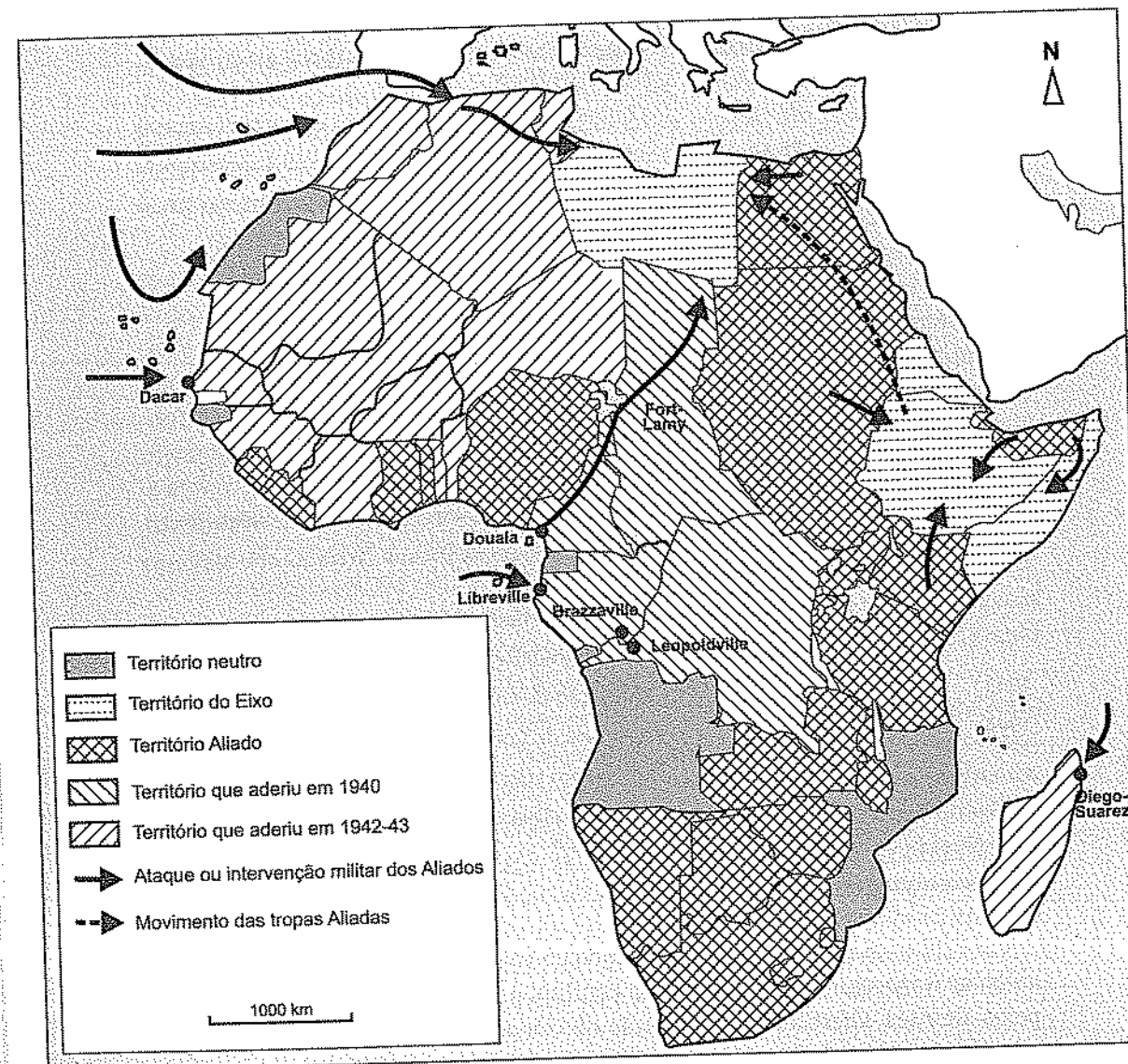
A situação no Congo belga esclareceu-se mais rapidamente do que a das colônias francesas. Logo no início do conflito, a Bélgica fora invadida e ocupada pelos alemães. Oferecer a contribuição do Congo, como acontecera na Primeira



Guerra Mundial, era o único meio de prosseguir a luta e testemunhar aos Aliados uma vontade de cooperação. Pierre Ryckmans, governador-geral, compreendeu isso muito bem e declarou em junho de 1940:

O Congo Belga, na guerra atual, é o bem mais importante da Bélgica. Está inteiramente à disposição dos Aliados e, através deles, à disposição da mãe pátria. Se ela tiver necessidade de homens, dar-lhos-á; se tiver necessidade de trabalho, o Congo trabalhará para ela.

**Documento 91: A África na Segunda Guerra Mundial**



## A batalha da África Oriental

Em face das lutas surgidas no continente africano, excetuando a África do Norte, a campanha da Etiópia apresenta-se como a mais longa e a mais brutal. Os italianos procuraram defender a todo o custo a sua colônia, principal bastião de um império quase imaginário. Receberam a ajuda preciosa de numerosos etíopes, hostis ao *negus* e ao seu regresso, como, por exemplo, o ras Hailu e o intelectual Afä-Wärq, bem como de rebeldes e de bandidos que, aproveitando-se dos combates, se entregaram com toda a impunidade a frutuozas razias, gerando assim uma desordem considerável que retardou o avanço dos Aliados. Mas a Etiópia foi cercada por todos os lados, tendo os britânicos atacado pelas Somálias e cortado o acesso ao mar, os sul-africanos penetrado pelo Quênia e as tropas do *negus* avançado a partir do Sudão. A campanha etíope assemelhou-se mais a uma corrida de perseguição do que a uma verdadeira guerra: os italianos tinham adotado o objetivo de se manter no país, mesmo sem poder real, a fim de conservarem as suas colônias nas negociações globais para a paz. Mas, em finais de 1941, tiveram de assinar a rendição. Esta vitória permitiu à Inglaterra concentrar o seu esforço militar na África do Norte.

## 2. A contribuição econômica

As repercussões econômicas da Segunda Guerra Mundial assemelham-se em muitos pontos às da Primeira: punção de mão-de-obra pelos recrutamentos; desorganização das administrações, das empresas e da economia rural; bloqueio marítimo, ruptura do tráfico comercial, perda de esquadros para os produtos africanos e carência de produtos manufaturados; peso da procura europeia – terminado o bloqueio – e pressão sobre uma sociedade à qual faltavam braços... A situação apresentava no entanto contrastes: o bloqueio foi parcial, e seguidamente ineficaz a partir de 1941; as políticas coloniais diferiam de império para império; e, por último, as produções resistiram de forma diversa ao bloqueio e, seguidamente, à pressão da procura.

É incontestável que a agricultura foi o setor que mais sofreu com o bloqueio. No Senegal, por exemplo, os pequenos produtores de amendoim, que já não encontravam compradores para as suas colheitas, não conseguiam adquirir o arroz importado, base da sua alimentação. A *contrário*, a procura de produtos de subsistência, a partir de 1941, pesou enormemente na maior parte do continente. Dois exemplos são disso testemunho: depois de se ter juntado à "França Livre", Pierre Boisson levou a cabo uma política de intensificação da produção, destinada a abastecer as forças aliadas; no Congo belga, o preço dos gêneros alimentícios baixou, de tal forma que, em 1944, um produtor da região de Jadotville (Likasi) era obrigado vender 430 kg de milho (em lugar de 190 kg em 1938) para pagar os seus impostos e comprar o estrito necessário. A estrutura da procura expressa pela Europa alterou-se. Em certas regiões da África, as reconversões operaram-se

espontaneamente, como aconteceu na Guiné Espanhola, que privilegiou o café em detrimento do cacau. Noutras, foram impostas pela administração colonial, como, por exemplo, na África Ocidental britânica, região onde a política intervencionista endureceu (fixação dos preços, determinação das quotas) e nas colônias francesas, onde houve plantações autoritariamente destruídas a fim de se impor o fim de determinadas culturas. A produção agrícola conheceu pois um aumento quase geral na África. Embora, no essencial, os lucros revertessem para as metrópoles, alguns africanos souberam tirar partido da situação. Foi o que se deu, por exemplo, no Quênia, país onde, a favor da crise dos anos 1930, surgiu uma classe de pequenos produtores "nativos", a qual beneficiou da fixação dos preços mínimos e da aparição de um mercado negro.

Em torno da produção mineira teceu-se um desafio considerável. O avanço das tropas alemãs na Europa congelara uma parte do potencial aliado. Ao mesmo tempo, as necessidades da indústria do armamento obrigavam a procurar novas fontes de abastecimento, nomeadamente na África do Sul, no sudoeste africano, no Congo belga, em Angola e nas duas Rodésias, bem como na Gold Coast, na Nigéria e na Serra Leoa. Enquanto a produção de minerais de luxo (ouro e diamantes para joias) sofria uma baixa, a dos minerais úteis em tempo de guerra – diamantes industriais, urânio e cobalto, em especial – expandia-se. Regiões mineiras já antigas conheceram assim uma fase de retomada, como, por exemplo, a Rodésia do Norte no que se refere ao cobre ou a Nigéria no que diz respeito ao estanho, minerais que era difícil encontrar desde a invasão da Indonésia e da Malásia pelo Japão; foram abertas à exploração novas minas, nomeadamente no Congo belga (cobre e urânio) e na Gold Coast (bauxita). Globalmente, a parte da África na produção mineira mundial aumentou para os produtos já citados, mas também para o carvão, o zinco, o chumbo, a prata, o cromo, o vanádio, o amianto e o indispensável manganês, necessário ao fabrico do aço.

O balanço deste desenvolvimento da produção não é linear. As minas africanas permitiram o abastecimento regular dos Aliados, contribuindo assim para a sua vitória final; em especial, o urânio do alto Catanga, no Congo belga, tornou possível o fabrico da primeira bomba atômica. O acréscimo da produção ajudou as colônias a sair definitivamente da crise econômica dos anos 1930, mas contribuiu para aumentar o desequilíbrio das trocas, confirmando as colônias no seu papel de fornecedoras de matérias-primas. É certo que alguns territórios como a África do Sul, a Rodésia do Sul e a Gold Coast diversificaram a sua produção e, notadamente no caso da África do Sul, conseguiram implantar um processo de industrialização para o tratamento desses minerais. Outros, como a Rodésia do Norte, para o cobre, ficaram concentrados na produção de um único mineral. Mas, sobretudo, na maioria dos casos, pode falar-se de um "crescimento sem desenvolvimento": desequilíbrios econômicos persistentes, dependência externa, poder de compra precário.

## B. Crepúsculo do homem branco

Alguns historiadores interrogaram-se sobre "o mito da guerra como virada decisiva". Contudo, todos são hoje unânimes em considerar que a Segunda Guerra Mundial foi um momento crítico de aceleração das reivindicações africanas e de ascensão do movimento de libertação.

### 1. *Imagens, representações, esperanças e decepções*

Tal como no conflito anterior, a Segunda Guerra Mundial provocou efeitos contraditórios, reforçando as esperanças dos africanos e a sua colaboração no sistema colonial e, ao mesmo tempo, arruinando a imagem de superioridade e de invencibilidade dos brancos, dando origem a desilusões e provocando uma rejeição profunda e duradoura da colonização.

#### Imagens e representações

Tal como durante os anos de 1914 a 1919, a Segunda Guerra Mundial contribuiu para pôr em causa a supremacia dos brancos, tendo as respectivas causas sido semelhantes: oposição entre "bons" e "maus" brancos; participação de negros nos combates, nas mesmas fileiras que os europeus e contra europeus etc. Além disso, este conflito era mais do que uma simples guerra entre países: assumia um aspecto ideológico e sobretudo racial. O antissemitismo destruidor dos nazistas enfraquecia a ideia de uma superioridade universal dos brancos, princípio de base no qual assentava o sistema colonial. Presente na Nigéria nos anos 1940, Sylvia Leih-Ross explica:

A massa das pessoas via ainda a raça branca como um todo, unido pela cor, a educação, a religião. [...] Sempre que acusávamos a Alemanha ou a França de Vichy, acusávamo-nos a nós próprios.

Os acidentes da guerra contribuíram para deteriorar a imagem da Europa: a Bélgica, invadida, mostrava-se incapaz de se defender; a França, ocupada, traía-se a si própria por colaborar com o inimigo e a divisão entre dois governos que se proclamavam ambos "legítimos" abria o caminho para o questionamento de toda e qualquer administração; o marechal Pétain, herói da Primeira Guerra admirado por inúmeros atiradores, era então acusado de traição; por último, e sobretudo, as derrotas britânicas no Pacífico e no Oceano Índico e o avanço esmagador dos japoneses representavam uma vitória flagrante de um povo de "cor" sobre os brancos, que se dizia serem invencíveis. Além disso, o "crepúsculo" do homem branco que assim se iniciava veio a ser precipitado por falsas esperanças e por promessas feitas aos africanos, as quais nunca foram cumpridas.

### Esperanças

Muitos foram os africanos que esperavam negociar a sua lealdade durante a guerra, apesar das decepções que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Mas a situação evoluía muito. Durante a Primeira Guerra Mundial, alguns africanos tinham podido esperar um total regresso ao passado, que, pura e simplesmente, apagasse a colonização. Nos anos 1940, esse regresso ao passado parecia quase impossível. A melhor estratégia nesses anos de conflito parecia pois para muitos a “colaboração” com os europeus.

Nas colónias francesas que tinham aderido a Vichy, houve africanos que participaram na resistência, e houve-os até que passaram a fronteira para se juntarem às FFL (Forças Francesas Livres) e aos Aliados. Na África do Sul, a maioria dos negros e dos seus representantes apoiou o governo no seu combate junto dos Aliados: as semelhanças entre as leis raciais do país e as da Alemanha nazistas davam-lhes a esperança de que combatendo estas levariam aquelas a cair. Em troca da sua cooperação, o ANC tinha pois “pedido respeitosamente ao governo da União que anulasse todas as leis discriminatórias” (dezembro de 1939), e Margaret Ballinger, uma dos dois representantes das populações negras no Parlamento, fizera as seguintes perguntas:

Se combatermos por vós nesta guerra, será que vamos recuperar os direitos que perdemos? Vamos recuperar o direito de voto? Vamos recuperar o direito de comprar terras?

Como Blaise Diagne proclamara vinte e cinco anos antes, no contexto francês, o ANC pediu que os negros fossem alistados no exército ao mesmo título que os brancos: tratava-se de obter uma igualdade de estatuto na prática antes de a inscrever no direito.

A elite, muito em especial, esperava que o seu apoio aos colonizadores recebesse em troca uma justa recompensa, tanto mais quanto tinha o sentimento agudo de que a guerra era um “assunto dos brancos”, como escreveu na época Kwame Nkrumah:

Falais de escolher entre os britânicos e os alemães. Para o verdadeiro renascimento da África, não há escolha possível. Por que razão deveríamos escolher entre a barbárie impiedosa dos nazistas e a exploração e a dominação frias, auto-suficientes e sem coração com as quais os britânicos têm vindo a sujeitar o nosso povo há tantos anos? Não! O nosso dever é construir, não de escolher mas de proceder à unificação e ao desenvolvimento, de modo a que, independentemente de quem saia vencedor desta guerra, quem quer que queira explorar e manter um império, sejam os britânicos, ou sejam os alemães, ou seja quem for, venha encontrar um inferno vivo na África. (Citado por J. M. Akita (ed.), *Commission on Kwame Nkrumah Papers*, Acra, 1965).

De fato, a guerra marcou uma etapa determinante na tomada de consciência política na África. Nesse despertar, os Estados Unidos e a URSS desempenharam

indiretamente um papel importante. A guerra e sobretudo as negociações de paz erigiram esses dois países em “grandes potências”; ora, ambos, por razões ideológicas, políticas e estratégicas diferentes, se opunham firmemente à colonização. Participaram na difusão das ideias anticolonialistas e suscitaram, nos povos colonizados, a esperança de serem encorajados e apoiados na sua marcha para a liberdade.

Este anticolonialismo levou imperceptivelmente os europeus a encararem com novos olhos essa dominação que julgavam incontestável. A Grã-Bretanha já experimentara o *self-government* nas suas colónias “brancas” – o Canadá, a Austrália, a Nova-Zelândia e a África do Sul – no seio da Commonwealth (Estatuto de Westminster, 1931). Nos anos 1930, fora proposto à Índia um estatuto análogo. Durante a guerra, os britânicos empreenderam na África algumas reformas nos domínios económico e social, mas também político. O processo de reflexão e de alteração foi encetado mais tarde e mais lentamente no império francês. A nomeação de Félix Éboué como governador da África Equatorial Francesa, em Novembro de 1940, suscitou esperanças. Na esteira dos administradores franceses adeptos da *Indirect Rule* e de um certo paternalismo, recomendou aos funcionários coloniais que concedessem mais responsabilidades aos chefes tradicionais e que, inclusive, lhes manifestassem mais respeito.

Desde já quero assinalar que, apesar dos progressos económicos, subsistem uma família, uma sociedade e instituições políticas autóctones e que respeitá-las, promovê-las até, é a única hipótese de garantir a ordem natural e de preservar a própria vida dos homens. Os indígenas, também eles, têm uma pátria e essa pátria é simbolizada e mantida pelas instituições políticas, mesmo quando são rudimentares. Até os abusos de um chefe legítimo são preferíveis à ausência de chefe, já que os seus súditos, ao obedecer-lhe, reconhecem que estão na sua terra. [...] Temos, pois, de conceber que não trouxemos o talismã universal infalível que bastaria aos indígenas tocar para lhes assegurar a felicidade. Pelo contrário, havemos de os levar a extrair das suas próprias terras, das suas cabanas ou das suas tendas, dos seus costumes e dos seus chefes, a confiança na vida e o gosto pelo progresso. (Circular de Félix Éboué, 1942).

A longo prazo, a “soberania” francesa não podia ser garantida exclusivamente por intermédio da autoridade. A ação de Félix Éboué à frente da África Equatorial Francesa durante a guerra foi marcada por quatro reformas de monta: limitação do trabalho forçado; criação de um estatuto para os “notáveis evoluídos”, que assim saíam do indigenato (isenção do trabalho obrigatório, benefícios fiscais etc.); atribuição a africanos de certos cargos administrativos, até então reservados aos europeus; elevação de várias aglomerações africanas – Fort-Lamy, Libreville e Baongo, um bairro de Brazzaville – ao estatuto de “comunas”.

Por último, havia declarações de intenção que pareciam confirmar as esperanças. Em agosto de 1941, Winston Churchill e Franklin D. Roosevelt assinaram a Carta do Atlântico que especificava notadamente:



[Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha] respeitam o direito de todos os povos de escolher a forma de governo sob o qual querem viver, e desejam ver restabelecidos os direitos soberanos e de auto-determinação de quem deles foi expropriado pela força [...]; esperam ver estabelecer-se uma paz que conceda a todas as nações os meios de viver em segurança no interior das suas próprias fronteiras, e que lhes dê a garantia de que todos os homens de todos os países possam viver em plena liberdade, sem temores nem necessidades.

Este texto fora redigido a propósito dos países invadidos pela Alemanha; mas, alguns dias após a assinatura da Carta, num encontro com a *West African Student Union*, Clement Attlee, chefe do gabinete-fantasma trabalhista, acrescentava o seguinte comentário:

Não encontrareis nas declarações que foram feitas em nome do governo do nosso país uma única insinuação segundo a qual a liberdade e a garantia social pelas quais nos batemos poderiam ser recusadas a qualquer raça da humanidade.

### A hora das decepções

As reformas iniciadas ficavam bastante aquém das esperanças e das expectativas da África: os anos de guerra e os que se lhes seguiram são a história de um vasto mal entendido entre colonizadores e colonizados. Os europeus só viam nas suas colônias os baluartes de um prestígio carcomido e de uma potência decadente: "Não sou primeiro-ministro do rei para presidir à liquidação do império", declarara Winston Churchill em Novembro de 1942. Os seus impérios respectivos conferiram à Grã-Bretanha e mais ainda à França o peso necessário para se sentarem à mesa das negociações de paz. Paralelamente, as potências coloniais concediam às suas colônias reformas de reduzido alcance, mas com o sentimento de darem mostras de grande generosidade. O despertar a que se assistia na África obrigava os europeus a regatear a calma: neste particular, os ingleses eram mais hábeis do que os franceses ou os belgas. Mas os africanos queriam mais: durante o conflito, haviam franqueado o limiar que separa a esperança de progresso da vontade de obter uma mudança radical.

Símbolo dessa decepção e dessa incompreensão, muitas foram as transformações que se fizeram na letra mais do que no fundo. Na França, a expressão de "território do ultramar" substituiu o de "colônia"; o "indígena" cedeu o lugar ao "autóctone". Na Grã-Bretanha, passou a falar-se de "parceria" e de "responsabilidade das populações por elas mesmas". Os africanos colocados em postos-chave (nomeadamente na Nigéria e nas outras colônias britânicas) não tinham sido escolhidos pelos seus semelhantes, antes haviam sido designados pelas engrenagens da administração, muitas vezes em virtude da sua "lealdade" e da sua moderação. A criação de novos estatutos abrangia pouca gente. Muitas iniciativas rapidamente se esgotaram: o movimento de reformas lançado por Félix Éboué deteve-se logo em 1943.

A célebre Conferência de Brazzaville situa-se decididamente nessa cadeia de mal-entendidos e testemunha o fosso crescente entre colonizadores e colonizados. É interessante notar que este acontecimento, que é célebre, mas, de fato, mal conhecido, é objeto de um mito, como aconteceu com a Conferência de Berlim, mito que lhe confere um peso, um alcance e um significado muito diferentes da realidade.

Respeitando a tradição de eventos como as grandes conferências imperiais e outras exposições coloniais, o general de Gaulle decidiu, no fim da guerra, reunir uma conferência, concebida e organizada por René Pleven, comissário para as colônias da "França Livre". Visavam-se dois objetivos: afirmar o domínio francês sobre o seu império face às manobras anticoloniais americanas e certificar que a participação dos povos colonizados na "libertação nacional" seria tomada em consideração. Em torno do general de Gaulle, que só esteve presente durante dois dias, de Félix Éboué, o anfitrião, e de diferentes personalidades, o encontro reuniu os governadores e grandes administradores da África francesa: como seria de esperar, nenhum africano foi convidado a participar nos trabalhos. Os "evoluídos" foram os únicos que puderam transmitir as suas reivindicações por intermédio de Félix Éboué. Logo na abertura, por René Pleven, o discurso mostrou-se arcaico, centrado sobre a França, cuja "missão civilizadora" recordava:

Prosseguiremos simplesmente as grandes tradições coloniais da França, a dos grandes homens a quem o país deve o seu império. [...] A vossa presença [...] permite-nos fazer desta conferência africana francesa aquilo que queremos que seja antes de tudo: a afirmação da nossa fé na missão da França na África, da nossa convicção de que os franceses encerram em si a aptidão, a vontade e a força de a levar a bom porto, em resumo, a afirmação da nossa vontade de tomarmos sobre nós e sobretudo sem as partilhar com nenhuma instituição anônima, as imensas mas exaltantes responsabilidades que são as nossas para com as raças que vivem sob a nossa bandeira.

O mito criado em torno de Brazzaville deriva em parte desta pequena frase do general de Gaulle, pronunciada na sua alocução de boas-vindas:

Na África Francesa, tal como nos outros territórios onde vivem homens sob a nossa bandeira, não haveria nenhum progresso que fosse progresso, se os homens, na sua terra natal, dele não tirassem proveito moral e materialmente, se não pudessem elevar-se pouco a pouco até ao nível em que serão capazes de participar, na sua terra, na gestão dos seus próprios assuntos. É dever da França providenciar para que assim seja. Tal é a meta para a qual devemos dirigir-nos. Não nos dissimulamos a extensão das etapas.

Não havia a mínima referência à independência das colônias africanas. As reformas encaradas eram importantes, principalmente nos domínios sociais. Mas a condição prévia da recomendação votada pela Conferência não deixava lugar para qualquer diálogo:

Os fins da obra de civilização levada a cabo pela França nas Colônias afastam qualquer idéia de autonomia, qualquer possibilidade de evolução fora do bloco francês do império: é de excluir a eventual constituição, mesmo longínqua, de *self-governments* nas colônias.

## 2. A cólera

Os africanos que mais tinham sofrido na guerra, que tomavam consciência do crescente defasamento entre as suas aspirações e o projeto europeu, e que, nos anos de guerra e do imediato pós-guerra, experimentavam a desilusão, em breve fizeram ouvir as suas vozes. Houve assim importantes movimentos nas populações de Angola e do Congo belga, nos anos 1940. Em 1944-1945, sinal característico desta decepção do pós-guerra, multiplicaram-se os movimentos de revolta entre os soldados e os antigos combatentes. Esses movimentos eram especialmente notáveis na medida em que testemunharam uma mudança de atitude nos africanos e uma mudança de época.

Uma das insurreições mais célebres foi a de Thiaroye no Senegal (30 de novembro de 1944). Os "atiradores" tinham múltiplas razões para se revoltarem: soldos e prêmios de desmobilização em atraso, mas igualmente as condições de detenção nos campos alemães, o trabalho forçado durante a guerra, o regresso tardio à África após a libertação, a falta de consideração por parte da administração militar, os constantes adiamentos no pagamento do que lhes era devido, o receio de terem de se desfazer das divisas de que dispunham etc. Enquanto, no fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos do mesmo tipo se tinham limitado a simples protestos, os acontecimentos de Thiaroye redundaram numa verdadeira revolta. Em primeiro lugar, esses soldados tinham clara consciência de terem cumprido o seu "dever" para com a França e de merecerem o seu reconhecimento; por outro lado, julgavam que o país não cumpria os seus compromissos, o que punha em causa o "pacto colonial". Paralelamente, a vida dos soldados no exército e os contatos que nele tinham tido com franceses tinham-lhes conferido maiores esperanças e novas ambições; já não queriam voltar a ocupar o lugar que era o deles antes do conflito. Ora, a Conferência de Brazzaville parecia ter anunciado um futuro melhor de que se viam já privados. Além disso, pela primeira vez na história colonial, os soldados africanos reclamavam a igualdade com os soldados franceses e pediam que o seu soldo e sobretudo os seus subsídios de desmobilização fossem iguais aos dos franceses.

A insurreição de Thiaroye alicerçou-se numa notável solidariedade: conscientes da força que representavam, os insurrectos recusaram deixar-se dispersar enquanto não lhes fosse pago o soldo; com efeito, se é certo que os "cidadinos", que, na sua vida quotidiana, estavam próximos da administração colonial podiam esperar recuperar o seu dinheiro, os "rurais", quanto a eles, não

tinham qualquer esperança de ver o seu pedido satisfeito, uma vez regressados a casa. A união numa frente comum prefigurava já as alianças necessárias à futura marcha para a independência. Por último, a repressão exercida pelo exército e pela administração francesa (35 mortos, mais 35 gravemente feridos e 15 insurrectos condenados) demonstra a incapacidade de a colonização compreender as mudanças que se perfilavam no horizonte e sobretudo de se adaptar a elas.

A insurreição de Thiaroye serviu de apoio à tomada de consciência nascente na África: erigida por seu turno em símbolo, e em mito, apropriada pelos homens políticos senegaleses, Lamine Guèye e Léopold Sédar Senghor, para se tornarem um verdadeiro cavalo de batalha, regularmente comemorada, tornou-se também um dos eventos fundadores do nacionalismo nascente, nomeadamente graças ao talento poético de Léopold Sédar Senghor:

Não, não morrestes de graça, ó Mortos! O sangue não é água morna.  
Rega espesso a nossa sede, que florescerá ao crepúsculo.  
É a nossa sede, a nossa fome de honra, essas grandes rainhas imperantes.  
Não, não morrestes de graça. Vós sois os testemunhos da África imortal.  
Vós sois os testemunhos parturitários do mundo novo que será amanhã.  
(*Hosties Noires*, Paris, Editions du Seuil, 1948).

Mas Thiaroye não foi um acontecimento isolado, muito pelo contrário: houve outras insurreições, motins que foram investidos com a mesma carga simbólica, nomeadamente nas colônias britânicas, no Congo belga (insurreição da Força Pública em Luluabourg, em fevereiro de 1942) e ainda entre os negros que se encontravam instalados na Europa (Morlaix, Saint-Raphaël e Antibes, na França, Monshire, perto de Liverpool). Em 1948, a comissão enviada à Gold Coast para analisar a situação quase insurrecional entre os antigos combatentes chegou à seguinte conclusão:

O elevado número de soldados africanos que deixaram o exército, onde tinham vivido de forma diferente e melhor, esteve na origem de uma agitação geral e contagiosa. Estes africanos, devido aos seus contatos com outros povos, incluindo europeus, tinham adquirido uma consciência política e nacional. Desiludidos com a situação que encontraram ao regressarem a casa, tornaram-se o ponto de convergência de um movimento geral contra a autoridade, quer porque lhes tivessem feito promessas enganadoras, quer porque estavam à espera da idade de ouro reservada aos heróis.

Mesmo no Congo belga, onde as elites eram tão escassas e tão bem controladas pela colonização, a guerra levou alguns africanos a fazer brutalmente a pergunta: "Qual será a nossa posição no mundo de amanhã?", título de um artigo retumbante do escritor Paul Lomami-Tshimbaba, publicado em *La Voix du Congolais*, em março de 1945.

### 3. De Nova Iorque a Manchester: o regresso do pan-africanismo

Durante o conflito e imediatamente a seguir, vários grupos pan-africanos existentes no solo americano intensificaram as suas atividades e desempenharam um papel nada desprezível de grupos de pressão junto das Nações Unidas recentemente constituídas. O Conselho dos Assuntos Africanos (CAA), em especial, reestruturado em 1941, empreendeu várias ações: concentrações e reuniões a partir de 1942; encontros com o presidente Roosevelt, cuja administração contava, pela primeira vez nos Estados Unidos, um número tão elevado de intelectuais negros que se falou de "brain-trust negro"; publicações, edição de um mensário, *New Africa*; petições apresentadas às convenções dos partidos republicano e democrata – a associação conseguiu obter o apoio de um número cada vez maior de militantes – incluindo brancos – e até a dispor de um posto de observador permanente na ONU. Na linha do anticolonialismo americano, mas sem a moderação política dos governantes, o CAA exprimia ideias bastante radicais: condenação definitiva da colonização, quer econômica, quer política, vontade de levar a América a cumprir os seus deveres para com os povos oprimidos:

O prosseguimento de uma prática de intervenção no sentido do imperialismo e do feudalismo e contra os povos colonizados ou semi-colonizados que se batem para alcançar a liberdade e a democracia fez e faz ainda da América um objeto de ódio e de temor no espírito de centenas de milhões de pessoas na parte dominada do mundo. (*New Africa*, Janeiro de 1946).

Multiplicando os contatos com o ANC, o CAA orquestrou uma vasta campanha contra a política segregacionista da África do Sul e recolheu dinheiro e víveres encaminhados para o continente, com vista a lutar contra a fome de que os negros sofriam na sequência da guerra.

Foi igualmente nos Estados Unidos que surgiu, em 1941, a ASA (Associação dos Estudantes Africanos): sob o impulso de Kingsley Ozuomba Mbadiwe, estudantes vindos da Gold Coast, do Uganda, da Nigéria agruparam-se para agirem como porta-vozes do continente africano. No seu livro *British and Axis Aims in Africa*, publicado em 1942, Mbadiwe denunciava o colonialismo no seu princípio mesmo. A associação deu a saber com veemência o seu descontentamento quanto à não aplicação da Carta do Atlântico no seio do império britânico e quanto à morna reação dos Estados Unidos. Em 1942, Kwame Nkrumah foi eleito presidente da ASA e reforçou o discurso pan-africano:

A causa dos africanos é por todo o lado solidária da causa de todos os povos do mundo, descendentes dos africanos. [...] Unidade, liberdade, independência, democracia – tal deverá ser a nossa palavra de ordem, o nosso ideal. [...] Chegou o momento de nos recordarmos da nossa mãe África e de construir para ela um futuro glorioso e independente. (*The African Interpreter*, Verão de 1943).

Tal como os seus irmãos mais velhos do CAA, os membros da ASA multiplicaram as publicações, nomeadamente por meio do seu jornal, *The African*

*Interpreter*, bem como as pressões sobre os poderes públicos e os contatos de toda a espécie.

Num gênero novo, Mbadiwe criou igualmente uma Academia Africana das Artes e da Pesquisa que em 1945 contava já um milhar de membros e que tinha por objetivo promover a verdadeira face da cultura negra: organizou vários festivais de música, de dança e de teatro num dos locais mais prestigiados do *music-hall* americano, o Carnegie Hall em Nova Iorque, e depois em várias salas de espetáculo estrangeiras. Este novo instrumento contribuiu para modificar a visão que o mundo tinha do continente africano.

O renascimento do movimento pan-africano durante a Segunda Guerra Mundial teve por efeito reanimar o seu principal núcleo: o dos congressos pan-africanos de Du Bois. Em 1944, a Conferência sobre África realizada em Nova Iorque pelo CAA, que reuniu 112 pessoas, entre as quais o dr. A. B. Xuma do ANC, fez renascer a ideia de um V Congresso Pan-Africano. No mesmo ano, diferentes movimentos reunidos na Federação Pan-Africana (PAF) ofereceram a George Padmore o seu apoio para a organização desse encontro: o Congresso realizou-se em Manchester em 1945. Foi marcado por uma representação desigual no plano geográfico, como testemunha o seguinte quadro:

| África  | Nigéria            | 6 representantes |
|---------|--------------------|------------------|
|         | Gold Coast         | 6                |
|         | Serra Leoa         | 3                |
|         | Gâmbia             | 2                |
|         | Libéria            | 2                |
|         | União Sul-Africana | 2                |
|         | Uganda             | 1                |
|         | Tanganica          | 1                |
|         | Niassalândia       | 1                |
|         | Quênia             | 1                |
| América | Estados Unidos     | 1                |
|         | Antilhas           | 33               |
| Europa  | Grã-Bretanha       | (em maioria) 31  |

Os grandes ausentes eram pois os representantes da África Central, Austral e francófona (tradicionalmente ausentes), bem como os negros dos Estados Unidos, as igrejas negras, americanas e africanas, associadas aos congressos anteriores, e os brancos que, até então, tinham afirmado o seu interesse pelo movimento. Mas a reunião foi um acontecimento excepcional: nele estiveram lado a lado homens que viriam a ter um grande futuro político, como Wallace Johnson, Jomo Kenyatta, o Dr. Hastings Banda, Peter Abrahams, T. R. Makonen e Kwame Nkrumah. Além disso,



pela primeira vez, quatro partidos políticos estavam representados, nomeadamente o recém-criado *National Council of Nigeria and the Cameroons*. O vigor e a firmeza das ideias que se exprimiram no Congresso de Manchester punham em evidência uma nova África: a que marchava para a sua emancipação.

### III. A EMANCIPAÇÃO

No limiar da Segunda Guerra Mundial, quase todo o continente africano vivia sujeito a um jugo imperial tão forte que não se imaginava ser possível um dia pôr-lhe termo. Embora a "idade de ouro colonial" apresentasse sinais precursores de decadência, nunca o imperialismo europeu pareceu tão florescente. No entanto, logo a seguir ao pós-guerra, estes mesmos impérios começaram a estilhaçar-se e, vinte anos depois da assinatura da paz, a maior parte da África recuperara a liberdade (documento 92).

A emancipação política da África, que se concentrou num curto espaço de tempo, foi tão espetacular como o fora a sua conquista pelos colonizadores, em finais do século XIX. Por isso, o acontecimento cuidadosamente orquestrado pelos intervenientes (políticos, militares, testemunhas) concentrou a atenção dos pesquisadores que estudavam de perto as sociedades e o movimento social assim como a dos observadores, nomeadamente dos jornalistas. Embora não falem materiais (crônicas e relatos dos acontecimentos, biografias e autobiografias etc.), está-se longe, no entanto, de ter clarificado todos os processos em jogo na descolonização: ainda são muitos os arquivos cuja consulta é vedada e sem os quais há muitas dimensões desta história que só podem ser objeto de suposições; além disso, a heroificação dos "pais da nação" detentores exclusivos do poder, muitas vezes depois da eliminação dos concorrentes, levou à deformação da história em vários países, ou mesmo a uma autêntica confiscação da memória; por fim, embora a crônica política dos acontecimentos seja relativamente conhecida, a interpretação do conjunto do processo, em especial nas suas dimensões sociais e económicas, continua a dividir os especialistas, tanto mais que os movimentos sociais, longe de terem terminado com as independências, não pararam de agitar os países africanos. Optou-se aqui por não se enumerar, caso a caso, os fatos que levaram a África à independência, mas proporcionar um plano de análise sobre os contextos, as condições e as modalidades do acesso à independência e restituir os discursos dos atores que dão aos acontecimentos o seu verdadeiro significado.

#### A. Um ambiente novo

A guerra acelerou o processo de "globalização" que, sendo até então principalmente económica, acabou por afetar cada vez mais a evolução política das diferentes partes do mundo: a África Negra viu-se diretamente afetada pelo ambiente novo que presidia à reestruturação do mundo, num sentido

que era favorável aos movimentos de libertação dos povos colonizados: Guerra Fria; declínio da Europa e o próprio princípio da colonização posto em causa; desinteresse crescente pelas colônias por parte dos europeus, preocupados essencialmente com os problemas da reconstrução; anticolonialismo das duas grandes potências; emancipação das colônias; renascimento do nacionalismo árabe e emergência de um "Terceiro Mundo".

#### 1. A influência do afro-asiatismo

Na luta contra a colonização, a Ásia e a África do Norte levavam uma cabeça de avanço sobre a África Negra: já antes do conflito o nacionalismo e o anticolonialismo se tinham revelado vigorosos nalguns pontos do globo, nomeadamente na Índia, na Indochina, nas Índias holandesas (Indonésia), assim como nos países do atual Magrebe. A Segunda Guerra Mundial catalisou estes movimentos e deu-lhes a oportunidade de ganharem ímpeto. O avanço japonês tinha sido acompanhado pela vontade ostensiva e demagógica de levar a "libertação aos povos amarelos dominados pelos brancos": a Indochina e a Indonésia adquiriram assim uma primeira independência. Ao mesmo tempo, os nacionalismos haviam-se exacerbado na Índia, no Marrocos e na Argélia. Ao acabar a guerra e nos anos que se seguiram, estas colônias alcançaram a sua independência: os Estados Unidos deram o exemplo nas Filipinas; a Grã-Bretanha encetou de fato o movimento com a Índia, e a França resignou-se a conceder a independência ao Líbano, à Síria e depois à Indochina.

Sabe-se agora até que ponto estas experiências foram preciosas para a África, tanto porque lhe alimentaram as esperanças como, ao mesmo tempo, lhe permitiram extrair lições eficazes destas situações. Segundo D. A. Low<sup>5</sup>: "Não é de modo algum fantasista afirmar que muitas grandes batalhas da África colonial britânica não foram travadas nas margens do Volta, do Níger ou do Zambeze mas nas do Ganges." A África convenceu-se assim, na sequência das experiências indochinesa e indonésia, de que a luta armada era um meio eficaz para se obter a independência, mas que a negociação com o colonizador representava uma alternativa igualmente eficaz que não devia ser descurada: a prova era o Norte da África, com exceção da Argélia. Além disso, e esta não foi a menor das consequências das independências na Ásia, a expansão do comunismo na Indonésia, na Indochina e, também, a sua vitória na China e a experiência original de um marxismo adaptado às condições particulares da China suscitaram muitos interesses e reforçaram os numerosos movimentos de inspiração comunista que se revelaram na África. Por fim, não é impossível que a participação de soldados negros nas guerras coloniais francesas na Indochina e na Argélia tenham paradoxalmente acelerado a progressão das ideias nacionalistas na África francesa.

Logo após o seu acesso à soberania, as novas nações manifestaram uma forte vontade de solidariedade para com as que ainda estavam sob o jugo estrangeiro. No Egito, Gamal Abdel Nasser mostrou-se especialmente atento aos problemas

da África Negra e não parou de praticar uma propaganda de encorajamento virada para o interior do continente, em especial por meio de A Voz dos Árabes, a rádio do Cairo: a solidariedade muçulmana desempenhou um papel sólido neste apoio. O "afro-asiatismo" surgiu em 1947, durante a Conferência das Relações Asiáticas de Nova Deli. Os grandes princípios foram enunciados desde o início: recusa de filiação num bloco ideológico, luta contra o imperialismo, apoio aos movimentos de libertação nacional, procura de uma renovação econômica. O movimento mostrou claramente a sua oposição às potências coloniais ao apoiar a Indonésia, que se proclamara independente e lutava contra as intervenções holandesas. Em contrapartida, a sua expansão comprometeu a vontade inicial de "não-alinhamento" do movimento, partilhado entre os países comunistas, como a China, e os países pró-ocidentais: a Índia, com a sua verdadeira neutralidade, fazia figura de exceção. O movimento veio a culminar com a célebre Conferência de Bandung (entre 18 e 24 de abril de 1955), considerada desde então como a certidão de nascimento do Terceiro Mundo:

Os povos colonizados, atualmente empenhados na luta sem tréguas para sacudir o jugo da opressão, reforçaram a sua esperança nos ecos da Conferência Afro-Asiática realizada em abril passado em Bandoeng, na Indonésia, que foi uma colônia holandesa e hoje é um Estado soberano com assento na ONU. Este encontro que reuniu nas terras da Ásia os representantes de 28 governos da Ásia e da África, adotou no mês de abril passado resoluções condenando o colonialismo sob todas as suas formas. O colonialismo francês foi o mais acusado. Será de notar que é a primeira vez na história que um encontro de chefes de governo condenou unanimemente o colonialismo. (Texto de Félix Roland Moumie, Abel Kingué e Ernest Ouandié, *Maquis*, 3 de Outubro de 1955, citado em Ruben Um Nyobe, *Écrits sous maquis*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 108-109).

Para lá das suas ambiguidades e dos erros que lhe são atribuídos, o afro-asiatismo foi um movimento de um alcance sem precedentes: mostrou ao mundo inteiro que os "povos de cor" podiam não só tomar o seu destino nas próprias mãos mas também participar plenamente no destino do mundo. Jawarharlal Nehru falou de "emergência na cena internacional de mais de metade da população mundial"; Léopold Senghor evocou "a morte do complexo de inferioridade dos povos colonizados". Numa obra de referência, Malek Bennabi afirmava:

O homem afro-asiático deve conquistar a cidadania do mundo de onde foi exilado pela colonização. Os povos afro-asiáticos são o proletariado do mundo. Devem tomar consciência de si mesmos para conseguirem juntos a salvação do mundo.

## 2. A evolução nas metrópoles

Terminada a guerra, nem os britânicos, nem os franceses, nem os belgas, nem os portugueses estavam prontos para encararem uma descolonização da África: por uma série de razões não podiam imaginar que a descolonização pudesse

fazer-se tão rapidamente. No entanto, houve uma quantidade de fatores que os obrigaram à flexibilidade: a pressão dos Estados Unidos, nomeadamente sobre a Grã-Bretanha, o temor de uma liderança soviética sobre os movimentos de libertação, a vontade de preservação de boas relações com as futuras ex-colônias. Além disso, as opiniões públicas evoluíram e assistiu-se mesmo ao ressurgimento de um anticolonialismo que, desde a Primeira Guerra Mundial, apenas se tinha exprimido de maneira marginal.

### Documento 92: A marcha para a independência, marcos cronológicos

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1940      | - Greve dos mineiros na Rodésia do Norte.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 1941      | - Levante em Luluabourg, no Congo Belga.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 1941-1942 | - Greves na Gold Coast.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 1944      | - Conferência de Brazzaville. Insurreição no Congo belga. Primeiros africanos no Conselho Legislativo do Quênia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 1945      | - Assinatura da Carta das Nações Unidas. Primeira Assembléia Constituinte na França. Constituição na Nigéria, campanha de protestos e greve geral orquestrada por Nnamdi Azikiwe. Primeiros africanos no Conselho Legislativo em Zanzibar, no Tanganica e no Uganda. Greves nos Camarões, na Nigéria, na Rodésia, na África do Sul e no Congo belga. Tumultos no Buganda. Aparecimento de <i>La Voix du Congolais</i> . |
| 1946      | - Segunda Assembléia Constituinte e criação da União Francesa. Lei Houphouët-Boigny (abolição do trabalho forçado) e lei Lamine Guéye (cidadania para todos os oriundos da União Francesa). Nova Constituição na Gold Coast. Autorização dos sindicatos negros no Congo belga. Regresso de Jomo Kenyatta ao Quênia. Greve em Dacar. Criação da Associação Geral dos Estudantes Africanos de Paris.                      |
| 1947      | - Greves na Gold Coast, no Quênia, no Senegal e no Tanganica. Recusa de uma nova Constituição pela minoria crioula na Serra Leoa. Insurreição em Madagascar.                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 1948      | - Tumultos e greves na Gold Coast, na AOF, na Costa do Marfim, em Bulawayo e em Zanzibar. Constituição no Sudão. Nova Constituição na Nigéria.                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 1949      | - A ONU vota a independência das colônias italianas Líbia e Somália. Nova Constituição na Gold Coast. Tumultos e greves na Nigéria, no Buganda e na Costa do Marfim. Repressão na Costa do Marfim.                                                                                                                                                                                                                      |
| 1950      | - Liberdade de imprensa e de associação no Congo belga. Início da campanha de "ação positiva" na Gold Coast. Greve geral na Guiné, no Daomé e no Quênia (Nairobi). Recusa da África do Sul em ceder à ONU o seu mandato sobre o Sudoeste Africano. Constituição da ABAKO no Congo belga.                                                                                                                                |
| 1951      | - Primeiro Congresso Pan-Africano de Estudantes. Nova Constituição na Nigéria e na Serra Leoa. Eleições na Gold Coast, Kwame Nkrumah chefe do governo. <i>Memorandum da Kenya African Union</i> .                                                                                                                                                                                                                       |
| 1952      | - Código do Trabalho do Ultramar na França. Greve geral na África Central Britânica. Início do <i>Mau-Mau</i> e estado de urgência no Quênia.                                                                                                                                                                                                                                                                           |

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1953 | – Criação da Federação da África Central (Niassalândia e Rodésias). Greve na Guiné. Exílio do rei do Buganda e estado de urgência.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 1954 | – Cidadania portuguesa para os cabo-verdianos. Constituição Lyttleton na Nigéria. Missão da ONU no Tanganica. Conselho de ministros multirracial no Quênia. Constituição no Buganda.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 1955 | – Publicação do <i>Plano de trinta anos para a emancipação política da África belga</i> , de Van Bilsen e visita do rei Balduino ao Congo belga. Regresso do rei do Buganda. Tumultos nos Camarões. Conferência em Bandung.                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 1956 | – Lei-quadro Deferre na França. Anexação do Togo britânico à Gold Coast. Independência do Sudão. Publicação do <i>Manifesto de Consciência Africana</i> no Congo belga. Fim do <i>Mau-Mau</i> . Independência do Sudão britânico.                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 1957 | – Autonomia dos Camarões, tumultos e intervenção francesa. Autonomia da Nigéria Oriental e da Nigéria Ocidental. Independência da Gold Coast (Gana). Primeiras eleições municipais no Congo Belga. Eleições em Zanzibar. Manifesto dos Hutu no Ruanda e conflitos étnicos. Agitação no Burundi. Rejeição da Constituição Lyttleton pelos negros no Quênia.                                                                                                                                                              |
| 1958 | – Referendo e criação da Comunidade Franco-Africana. Independência da Guiné-Conacry. Criação do Grupo de Trabalho para o Estudo do Problema Político das Colônias Belgas e primeiro congresso dos partidos políticos no Congo belga. Eleições legislativas no Tanganica e no Uganda. Conferência dos Estados Africanos Independentes e Conferência dos Povos Africanos em Acra. Início da guerrilha na Guiné portuguesa: massacre de Pdjiguiti. Reivindicação da independência pelo príncipe Louis Rwagasore do Urundi. |
| 1959 | – Conferência sobre a Independência na África Oriental britânica. Tumultos na África Central britânica, declaração do estado de urgência na Rodésia do Sul. Tumultos no Congo belga e declaração do estado de urgência. Criação da Federação do Mali e do <i>Conseil de l'Entente</i> . Vitória eleitoral dos partidários da reunificação dos Camarões.                                                                                                                                                                 |
| 1960 | – Independência de 18 países: Camarões, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Alto Volta, Madagascar, Mauritânia, Médio Congo (Congo), Níger, Nigéria, Ubangui-Chari (Rep. Centro-Africana), Senegal, Serra Leoa, Somália, Somalilândia, Sudão (Mali), Chade. Mesa redonda sobre a independência, em Bruxelas, e independência no Congo belga. Unificação da Somalilândia com a Somália.                                                                                                                                       |
| 1961 | – Libertação de Jomo Kenyatta. Nova Constituição na Rodésia do Sul. Governo negro na Niassalândia. Independência do Tanganica. Reunificação dos Camarões. Campanha de desobediência civil na Rodésia do Norte. Insurreição no Norte de Angola. Fragmentação da Federação do Mali.                                                                                                                                                                                                                                       |
| 1962 | – Nova Constituição da Rodésia do Norte e governo negro. Constituição no Quênia. Vitória eleitoral dos conservadores brancos na Rodésia do Sul. Independência do Uganda, do Ruanda e do Urundi. Condenação na ONU da política do <i>apartheid</i> .                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 1963 | – Fragmentação da Federação da África Central. Primeiras zonas libertadas na Guiné Bissau. Independência do Quênia. Independência de Zanzibar e unificação com o Tanganica (Tanzânia). Recusa da independência à Rodésia do Sul: levantamento e repressão. Criação da OUA.                                                                                                                                                                                                                                              |

|      |                                                                                                                          |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1964 | – Independência da Rodésia do Norte (Zâmbia) e da Niassalândia (Malawi). Proclamação da insurreição geral em Moçambique. |
| 1965 | – Independência da Gâmbia. Declaração unilateral de independência pelo governo branco na Rodésia do Norte.               |
| 1966 | – Independência da Basutolândia (Lesoto). O Sudoeste Africano erigido em mandato da ONU, oposição da África do Sul.      |
| 1967 | – As Seychelles recusam a independência.                                                                                 |
| 1968 | – Independência da Bechuanalândia (Botswana), da Guiné espanhola (Guiné Equatorial), da Swazilândia e da Ilha Maurício.  |
| 1969 | – Assassinato de Eduardo Mondlane em Moçambique e intensificação da guerrilha.                                           |
| 1973 | – Assassinato de Amílcar Cabral. Proclamação da independência na Guiné Bissau.                                           |
| 1974 | – Revolução dos Cravos em Portugal e queda da ditadura salazarista.                                                      |
| 1975 | – Independência de Angola, de Cabo Verde, das Comores (exceto Mayotte), de Moçambique, de São Tomé e Príncipe.           |
| 1976 | – Independência das Seychelles.                                                                                          |
| 1977 | – Independência do Território dos Afar e dos Issa (Djibuti).                                                             |
| 1978 | – Resolução 435 da ONU sobre a independência da Namíbia.                                                                 |
| 1980 | – Independência da Rodésia (Zimbábue).                                                                                   |
| 1990 | – Independência da Namíbia.                                                                                              |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callennec.

Esta evolução da opinião assumiu principalmente duas formas. Por um lado, tratava-se essencialmente de um desinteresse pela “coisa colonial”, de uma vontade de centrar as preocupações nacionais na metrópole e nas dificuldades da reconstrução e, progressivamente, uma oposição aos “custos” da colonização, custos financeiros, evidentemente, mas também custos humanos quando tiveram de ser enviados homens para manter a ordem ou combater os nacionalistas; esta atitude corresponde mais a um “acolonialismo” do que a uma oposição propriamente dita ao princípio colonial. Por outro lado, o anticolonialismo real integrava-se num projeto político mais amplo, mais ativo e militante, muitas vezes impregnado das ideias de esquerda e de uma mensagem de “justiça”.

Ao longo dos anos, estas duas tendências marcaram cada vez mais a sociedade europeia, de tal modo que uma parte da opinião pública – ou seja, do eleitorado – abandonou cruelmente os governos desejosos de fazerem perdurar o imperialismo na sua forma colonial.

O debate político em volta da colonização achou-se por isso progressivamente modificado, com a ajuda das inevitáveis evoluções que se iam registrando na África. Embora, nos anos que se seguiram à guerra, fosse reatada a discussão entre os partidários e os detratores do sistema colonial, tal discussão mudou progressivamente de objeto até se concentrar em volta da questão das modalidades da independência: a quem ceder o poder? Em que áreas geográficas devem incidir



estas independências? E, sobretudo, como proceder de maneira a que, de uma forma ou outra, se mantenha a dominação europeia? A política britânica foi a mais ativa, porque se impusera a si mesma o lema "transformar para melhor preservar". A França revelou um maior conservadorismo, procurando "preservar sem transformar". Quanto à Bélgica e a Portugal, ignoraram à viva força a própria ideia da independência, ou mesmo a da mudança, até terem de a aceitar, a primeira precipitadamente, o segundo ao cabo de uma longa guerra contra os movimentos de libertação.

Entre 1945 e 1965, a política colonial britânica, dirigida alternadamente pelos trabalhistas e pelos conservadores, foi marcada, como de costume, por um grande pragmatismo. Os britânicos tomaram consciência, assaz rapidamente, de que os seus interesses não passavam exclusivamente pela manutenção do império: a Commonwealth era também um campo de ação possível e os britânicos consideravam que poderiam representar uma terceira superpotência ao lado dos Estados Unidos e da URSS. As preocupações inglesas eram essencialmente estratégicas: o país queria manter um papel importante no comércio mundial e criar assim uma vasta "zona esterlina"; procurava garantir a permanência dos seus abastecimentos em matérias-primas; desejava, finalmente, assegurar uma rede de bases militares. Partindo deste pressuposto, as suas concessões foram ditadas mais pela preocupação de salvaguardar os seus interesses do que pelo humanismo benevolente que se lhe quis atribuir posteriormente. A África Ocidental, cujo papel estratégico parecia mínimo, podia avançar mais depressa para a independência do que a África Oriental. Um forte povoamento branco como acontecia no Quênia poderia ser a melhor garantia para uma boa cooperação futura, e a presença dos ocidentalizados "evoluídos" também. Assim, em 1947, o discurso era ainda claramente anti-independentista:

É evidente que, na África, o período que decorrer antes de o *self-government* poder ser implantado será mais longo do que em qualquer outro lado do Império colonial. As previsões sobre a duração deste período são inúteis, mas pode dizer-se que, na Gold Coast, o território em que os africanos estão mais amadurecidos politicamente, a autonomia interna não poderá ser instalada antes que decorra, pelo menos, uma geração. Nos outros territórios, o processo corre o risco de ser consideravelmente mais demorado. Durante este período teremos de trabalhar tendo como pano de fundo uma opinião internacional que desaprova a dependência colonial e que está pronta, se necessário, a ver sacrificar à concessão da autonomia, seja em que forma for, um governo eficaz e o desenvolvimento económico e social. [...] Ao mesmo tempo, devemos enfrentar uma pressão interna cada vez mais constante a favor da autonomia, quer da parte dos africanos, quer dos movimentos políticos. (*Constitutional Development in Africa*, Conferência dos governadores africanos do império britânico, 1947).

Porém, em 1954, o discurso já tinha mudado muito e, sobretudo, já se tomara consciência do inelutável, como testemunha esta nota confidencial do *Committee on Commonwealth Membership*:

Nos anos próximos, a Gold Coast insistirá em obter a plena responsabilidade dos seus próprios assuntos. Vai querer provavelmente obter o estatuto de independência no seio da Commonwealth e esperará deste estatuto uma integração como membro de pleno direito. Apenas poderá ser admitida com um estatuto de membro de pleno direito por uma decisão coletiva dos membros efetivos. Se não for admitida, perguntará qual será o seu novo estatuto constitucional. A resposta que for dada a esta pergunta terá uma influência fulcral no futuro funcionamento da Commonwealth. Deve pois ser concedida não só de acordo com o caso da Gold Coast mas também com a consciência de que isso estabelecerá um precedente aplicável às outras colónias que, no futuro, alcançarem um estatuto de independência no seio da Commonwealth.

Antes de enveredarmos por esta variante do funcionamento da Commonwealth, deveríamos olhar mais longe e considerar as direções gerais pelas quais devemos orientar este processo constitucional. [...] Tal processo não pode ser interrompido ou invertido, e o seu andamento apenas em certa medida pode ser controlado pelo governo do Reino Unido. Por vezes é possível fazer-se aceitar um prazo razoável e benéfico para se garantir uma melhor transição. Porém, na maior parte dos casos, o ritmo da mudança constitucional é determinado pela intensidade dos sentimentos nacionalistas e pela emergência da consciência política nos territórios envolvidos. Os líderes políticos que obtiverem a garantia de que o seu povo acederá à independência esperam que essa independência seja alcançada enquanto forem vivos; e, se não puderem convencer os seus adeptos de que estão a ser feitos progressos sensíveis neste sentido, arriscam-se a perder credibilidade em proveito de elementos menos responsáveis. Nenhum partido deste país pode considerar que prometeu a independência sem a intenção de a conceder. Qualquer tentativa para atrasar de maneira artificial o avanço dos povos colonizados rumo à independência teria consequências desastrosas. Isso garantiria nomeadamente que, quando houvesse uma eventual transferência de poder, esta se faria em proveito de líderes predispostos a pôr em ação uma política antibritânica. (Relatório da Comissão Oficial, 21 de janeiro de 1954).

A política colonial francesa foi assinalada, nos anos 1940, pelo regresso triunfal – mas demasiado tardio para ser aceito pelos "evoluídos" – da tendência assimilacionista, política essa que foi solidamente fixada na década seguinte: participação dos africanos na Assembleia Constituinte, depois na Assembleia Nacional, criação da União Francesa, transformação das colónias mais antigas em departamentos (1946), atribuição da cidadania francesa a todos os súditos franceses (lei Lamine Guèye de 7 de maio de 1946) e voto da lei-quadro. No entanto, esta vontade de integração tinha os seus próprios limites: a igualdade cívica continuava inexistente, uma vez que os 70 milhões de colonizados eram representados por apenas um quinto dos deputados do Parlamento, enquanto os 40 milhões de franceses elegiam os restantes lugares; mas os franceses não podiam encarar uma igualdade total que os teria posto em minoria na Câmara. Ao mesmo tempo, aos africanos foi dado acesso a cargos importantes: alguns chegaram mesmo a ser ministros nos governos franceses. A França, por conseguinte, viu-se

obrigada a aceitar algumas reivindicações e a eliminar os vestígios mais visíveis de uma colonização pesada, como era o trabalho forçado.

A política da França diferiu da política britânica em dois outros pontos: em primeiro lugar, longe do pragmatismo dos vizinhos de além-Mancha e fiéis à sua tradição administrativa, os franceses gostavam de encarar as suas colônias como um bloco, nomeadamente as da África Negra, e impor-lhes o mesmo ritmo de evolução (lei-quadro de 1956, referendo sobre a Comunidade em 1958, independência em 1960); em segundo lugar, os progressos realizados decorreram mais de concessões ditadas pelos acontecimentos (em especial os da Indochina e da Argélia) do que de uma antecipação realista ou audaciosa.

Porém, se, globalmente, as ideias e decisões britânicas e sobretudo francesas estavam muito atrasadas em relação à realidade e às exigências no terreno, a situação nas colônias belgas e portuguesas era pior. Até meados dos anos de 1950, os belgas consideravam que as suas colônias não tinham qualquer razão para quererem a independência. Para muitos, rendidos à doutrina segundo a qual o melhor meio para evitar aborrecimentos era não favorecer a formação de elites, a questão de uma eventual independência nem sequer se colocava. Alguns administradores, sensíveis às "dívidas de guerra" (Rubbens e Ballenger) da Bélgica para com o Congo, tinham encarado, logo a seguir ao conflito, um novo futuro para a colônia. Em 1946, o governador-geral Pierre Ryckmans, num paradoxo, disse em alto e bom som: "Os dias do colonialismo passaram; a obra colonial vai conhecer os seus melhores tempos." Seis anos mais tarde, o vice-governador geral escrevia aos seus subordinados, a propósito do racismo dos brancos em relação aos "evoluídos": "A época da dominação total e incondicional dos brancos já passou. Existe presentemente uma classe de congoleses com os quais chegou a hora de nos acomodarmos."

Para a maioria dos belgas, porém, o Congo continuava a dar a ilusão de ser a "colônia modelo", a ponto de, em julho de 1955, Louis Dumont-Wilden, jornalista e literato, ter apresentado na Academia das Ciências Morais e Políticas de Paris uma comunicação intitulada "Um êxito colonial: o Congo belga", onde dizia, notadamente: "O Congo belga é a mais próspera e a mais tranquila das colônias, aquela cuja evolução é a mais pacífica e normal." No decurso da sua viagem ao Congo e ao Ruanda-Urundi em 1955, o rei Balduino I exaltou a ação civilizadora dos belgas, em especial a dos "missionários que, no coração do continente, trouxeram os benefícios da civilização cristã, cimento sólido entre a Bélgica da África e a Bélgica da Europa", para concluir: "a Bélgica e o Congo formam uma única nação." Os grandes partidos belgas estavam de tal modo em consonância com este preceito que não hesitaram em transferir para o Congo as controvérsias específicas da Bélgica (controvérsia entre flamengos e valões; guerra escolar entre católicos e liberais). A Bélgica, cega à efervescência subjacente, insensível à pressão internacional, convencida de que ainda tinha pela frente muitos anos antes de ter de ponderar um eventual fim da sua presença na África, abriu os olhos, mais

devido ao que se passava entre os seus vizinhos europeus do que pela tomada de consciência da situação em sua casa. Este despertar foi muito tardio e ficou a dever muito às reflexões do professor Joseph van Bilsen, publicadas entre 1954 e 1956, em que defendia uma "política colonial de movimento", oposta a uma política de ordem e conservantismo. O professor, no seu famoso *Plan de trente ans pour l'émancipation politique de l'Afrique belge* (1956), era na realidade muito moderado em relação à evolução da África nessa época. Este plano, considerando pela primeira vez o fim possível e necessário da colonização e encorajando a Bélgica a tomar a iniciativa de tal descolonização, não deixou porém de suscitar espanto, ou mesmo cólera. Foram precisos os tumultos de 1959 em Kinshasa para que a opinião pública de todas as tendências concordasse, numa total precipitação, com a necessidade de descolonizar.

O caso de Portugal apresenta muitas particularidades que explicam o fato de este ser um dos últimos impérios a desagregar-se. Por um lado, as colônias africanas de Portugal eram colônias de povoamento onde o afluxo de metropolitanos aumentou após 1945: em Angola, por exemplo, havia 44 000 brancos para 3,6 milhões de negros em 1940; 78 800 brancos para 4 milhões de negros em 1950; e 172 500 brancos para 4,6 milhões de negros em 1960, o que suscitava a questão do estatuto e do futuro dos brancos em solo africano. Por outro lado, Portugal, país "em via de desenvolvimento", economicamente falando, tinha uma necessidade vital das suas colônias, abastecedoras de matérias-primas baratas, escoamento privilegiado para as produções do país, fator de equilíbrio para a balança comercial (o ouro pago aos trabalhadores sobretudo moçambicanos emigrados na África do Sul); por fim, e principalmente, a ditadura de Salazar, hábil na exaltação da mística imperial, tinha necessidade de se apoiar em baluartes sólidos e não podia dar-se ao luxo de "apadrinhar" a descolonização e pôr termo ao imperialismo multissecular de Portugal. Este último ponto explica que o movimento a favor da descolonização esteja intimamente misturado à luta contra o ditador e que o debate colonial tenha sido contaminado por considerações estranhas ao problema africano.

A principal transformação dos anos do pós-guerra nas potências coloniais tem a ver com o abandono progressivo de uma arma até então implacável: a repressão. Durante muito tempo, com efeito, este foi o método mais seguro para abafar toda e qualquer veleidade de revolta ou de insubordinação. Porém, à medida que a hora da independência se aproximava, tornou-se cada vez mais difícil "aniquilar" a insubmissão: verificou-se que os banhos de sangue, em especial, tinham o efeito contrário ao esperado já que alimentavam os sentimentos nacionalistas. Tal não significa que as potências coloniais tenham renunciado ao seu poder absoluto: a França, em particular, mostrou-se perita em utilizar as armas num período em que a negociação seria preferível. Argélia em 1945, Madagascar em 1947, a Costa do Marfim em finais dos anos 1940, os Camarões em 1955, o Quênia por ocasião do *Mau-Mau* e o Congo belga em 1959, foram cenários de

uma repressão de outros tempos. Mas trata-se das últimas convulsões de impérios coloniais que ganhavam a consciência de que a sua força material já não bastava para lhes manter a hegemonia.

### 3. As transformações econômicas e sociais

Não se trata aqui de voltar a considerar as características, já descritas, das economias africanas sob a colonização – dos anos 1920 até as independências, estas conservaram as mesmas estruturas: peso da agricultura e, regionalmente, da exploração mineira; estabilidade das economias de exportação e de plantação; pressão sobre a produção; peso dos impostos; fraudes no ato de compra. Algumas características da economia colonial foram mesmo reforçadas: crescimento da situação de quase monopólio de algumas grandes empresas, dependência dos africanos das importações de produtos alimentares, acentuação dos contrastes geográficos etc. O essencial é interrogarmo-nos sobre a articulação, muitas vezes mal conhecida ou, pelo contrário, simplesmente postulada, entre a história econômica dos anos 1940-1950 e a história da colonização. A. G. Hopkins notou com sutileza que “desde 1800, a África Ocidental apenas conheceu três períodos no decurso dos quais os termos de troca e o nível de rendimentos experimentaram, ambos, um brusco crescimento num período de, pelo menos, dez anos. O primeiro período desempenhou um papel importante no estabelecimento do novo comércio (o “comércio lícito”); o segundo, de 1900 a 1913, ajudou a instalação dos poderes coloniais; e o terceiro, de 1945 a 1955, foi uma fase de diversificação econômica e de aspirações “expansionistas” que ficaram associadas com o fim do período colonial” (*An Economic History of West Africa*, Londres, Longman, 1973, p. 132). Esta constatação é provavelmente válida para o conjunto do continente.

Os vinte anos que se seguiram à guerra foram no entanto assinalados por mudanças que exerceram efeitos no domínio social, logo, indiretamente, no domínio político. Tais mudanças tiveram diferentes causas. Em primeiro lugar, a própria economia mundial estava em plena transformação: a reconstrução do pós-guerra foi seguida por anos de crescimento, passando a África a tornar-se mais necessária do que nunca como escoamento privilegiado das produções metropolitanas; além disso, as sucessivas crises no Extremo Oriente abrandaram as trocas comerciais com a Ásia e as cartas voltaram a ser distribuídas de tal maneira que as metrópoles se viraram para o que lhes restava dos seus impérios. Em segundo lugar, a pressão internacional anticolonial e o despertar dos africanos obrigaram os europeus a reverem os fundamentos da exploração colonial: uma das principais mudanças deste período foi o desaparecimento do princípio da autonomia de gestão das colônias e o aparecimento corolário de uma ideia, a de uma necessária “ajuda ao desenvolvimento” sem contrapartida imediata. A acrescentar a isto, à medida que o prazo das independências se aproximava, as metrópoles viram-se obrigadas a debruçar-se sobre o futuro econômico da África enquanto tal, e não apenas em função dos seus interesses próprios –

o que não as impediu de porem em ação todos os meios para conservarem, depois da partida, as vantagens adquiridas. Por fim, houve certamente uma tomada de consciência por parte dos investidores europeus do formidável potencial que o continente negro representava.

A mudança assumiu duas formas principais, indiscutivelmente ligadas: o aumento da intervenção do Estado – geralmente sob a direção do governo, para grande prejuízo dos parlamentares e administradores coloniais – e o desenvolvimento da indústria africana. O Estado tomou efetivamente consciência do indispensável papel de regulação que devia assumir, para garantir quer um melhor desenvolvimento econômico em proveito da África, quer, também, dos interesses metropolitanos, e para assegurar aos africanos uma situação social mais aceitável. Estas novas políticas, ligando o abandono do princípio de autossuficiência financeira das colônias com o crescimento da intervenção do Estado, foram assinaladas pela chegada de uma “era de planificação” intensiva: na França houve o plano decenal de 1947, *Plan de Modernisation et d'Équipement*, e a criação, também em 1947, do FIDES (*Fonds d'Investissement et de Développement Économique et Social des Territoires d'Outre-Mer*); na Bélgica foi o plano decenal de 1949; da parte dos britânicos, houve o reatamento com as intenções intervencionistas do *Colonial Development and Welfare Act* de 1940, mediante a elaboração de novos *Acts* assim como de planos por território, e com a criação da CDC (*Colonial Development Corporation*) em 1948. Estes planos tinham objetivos semelhantes: desenvolvimento das infraestruturas, com ênfase nos transportes; investimento no domínio social, notadamente na saúde e na educação; e desenvolvimento da produção, essencialmente agrícola, em especial por intermédio de fundos de garantia e de caixas de estabilização dos preços ao produtor e de um importante trabalho de pesquisa para permitir melhorar a seleção das espécies e, por conseguinte, os rendimentos. A estrutura das despesas coloniais francesas, depois da Segunda Guerra Mundial, testemunha esta repartição e esta hierarquia de interesses:

|     |                                                             |        |
|-----|-------------------------------------------------------------|--------|
| AOF | Financiamento das infraestruturas e crescimento da produção | 80,50% |
|     | Despesas sociais                                            | 18,35% |
|     | Pesquisa científica                                         | 1,15%  |
| AEF | Financiamento das infraestruturas                           | 63,00% |
|     | Crescimento da produção                                     | 14,50% |
|     | Despesas sociais                                            | 22,50% |

Os investimentos aprovados pelos Estados e, no período imediato ao pós-guerra, pelo Plano Marshall não eram desprezíveis, muito pelo contrário: perto de 134 milhões de francos CFA para a África Ocidental Francesa e mais de 51,5 milhões para a África Equatorial Francesa, por exemplo, ou seja, cerca de oito vezes mais, em média anual, do que durante os quarenta anos anteriores.



Os resultados nem sempre foram convincentes: assim, o primeiro plano decenal francês foi um fracasso, tanto por estabelecer uma planificação a muito longo prazo (os planos franceses viriam a tornar-se quadriennais), como também por terem fixado objetivos de realização demasiado ambiciosos (a título de exemplo, as produções de amendoim da África Ocidental Francesa e de algodão da África Equatorial Francesa deveriam duplicar, a produção aurífera deveria aumentar de 2 toneladas para 15 toneladas anuais) e, finalmente, porque se apoiava em estruturas que acabavam de ser criadas e que, por conseguinte, não poderiam funcionar de maneira plenamente eficaz. As políticas postas em prática pelos europeus depararam-se com numerosas dificuldades e, sobretudo, financiaram por vezes empresas fantasistas (implantação maciça do amendoim no Tanganica em 1948), mal avaliadas (construção na Costa do Marfim de uma fábrica de pasta de papel, que teve de cessar a sua atividade em 1954; persistência dos projetos do *Office du Niger*; trabalhos de mecanização do algodão no vale do Logone) ou extremamente dispendiosas (construção do hospital de Brazzaville).

Houve porém progressos notáveis das infraestruturas, notadamente no domínio dos transportes: finalização dos trabalhos em várias linhas de ferrovia, desenvolvimento da rede rodoviária e crescimento do parque de veículos motorizados, regulação dos transportes fluviais, instalação das telecomunicações, começo da produção de eletricidade. Estes investimentos eram, bem entendido, feitos em função das necessidades da economia colonial e voltados para as necessidades da exportação. Foi na mesma época que começou a popularizar-se a bicicleta, o que iria contribuir para intensificar as transações internas, sobretudo nas zonas rurais. Outra mudança foi o começo do desenvolvimento da indústria na África: tratou-se de uma emergência ainda tímida, mas, como se partia do nada, os progressos foram forçosamente apreciáveis. Esta mudança operou-se em domínios ligados com os setores da exportação, mas também em alguns ramos do consumo doméstico – o alimentar e das bebidas, o do tabaco, o dos óleos e saboaria, o têxtil. Esta industrialização concentrou-se em alguns territórios como a África do Sul, que já levava um grande avanço sobre o resto do continente, a Rodésia do Sul, o Congo belga, assim como em grandes cidades como Dacar e Abidjan.

Estas transformações da economia africana levaram a uma modificação da paisagem social: a industrialização, embora tímida, provocou a progressão do trabalho assalariado (calcula-se que os trabalhadores assalariados, em toda a África negra, representavam quatro a cinco milhões de indivíduos em meados da década de 1950) e a formação de um embrião de classe operária que iria permitir a emergência do sindicalismo. Mas não havia proletariado constituído e organizado propriamente dito, a não ser de maneira muito dispersa. Muitos camponeses continuavam a trabalhar nas empresas de modo sazonal; as rotações eram frequentes e o tempo de serviço médio era geralmente baixo, exceto em empresas como a UMHK que seguiam uma política de “estabilização da mão-de-obra”; além disso, as migrações do trabalho continuavam a ser muito importantes: no Uganda, a maioria das pessoas empregadas nas empresas vinha das colônias

vizinhas; do mesmo modo, as regiões mineiras da África Ocidental e a *Copperbelt* canalizavam uma importante corrente migratória para os centros de produção. Deste fato resultava que uma parte dos empregados continuava pouco integrada: a grande dimensão do fluxo migratório no Uganda explica sem dúvida a fragilidade do movimento nacionalista na colônia. Houve porém um fator que contribuiu para unir esta classe em gestação: a sua manutenção global em fracos níveis de responsabilidade, e por conseguinte de salários baixos, e a visão estreita dos efetivos que chegavam aos escalões de dirigentes. Paralelamente, os africanos das plantações cujos negócios prosperaram puderam organizar-se, criando o Sindicato Agrícola Africano da Costa do Marfim e a União dos Agricultores Africanos do Uganda. Nas cidades, graças à africanização da economia, assistiu-se à emergência de uma classe média que serviu de suporte aos movimentos nacionalistas.

O Congo belga ilustra bem como, nos anos que se seguiram à guerra, se desenvolveu ou emergiu uma classe média de empregados e de chefes subalternos de empresas. Efetivamente, a fase de instalação do sistema colonial não deixara qualquer espaço para a constituição de uma burguesia local formada por africanos das plantações e comerciantes, como aconteceu na maior parte da África Negra durante o período entre as duas guerras. Além disso, os obstáculos impostos à escolarização, as medidas restritivas que impediam a emergência de uma classe “evoluída” e os limites nas contratações e nas promoções no seio da administração, uma das vias clássicas de constituição de uma classe média, fizeram com que, em 1948, os quadros africanos do setor público ou privado representassem apenas 0,5 % da população total, ou seja, entre 12 000 e 15 000 pessoas<sup>6</sup>. Nos quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a política belga pareceu proceder a uma ligeira inflexão: “indigenização” da administração, subida dos salários e, sobretudo, apoio à participação dos africanos nos assuntos econômicos, principalmente por meio da criação de pequenas empresas nos domínios agrícola, artesanal, ou mesmo da indústria ligeira, comercial e em serviços como os transportes e a hotelaria. Estas medidas não eram isentas de segundas intenções e cálculos políticos. Em 1955, um porta-voz dos colonos declarou com efeito:

Deve organizar-se uma classe de indígenas evoluídos, que se declararão de acordo com os ideais e os princípios da nossa civilização ocidental e que serão, com um estatuto igual, nossos iguais em direitos e deveres; serão estes aliados, menos numerosos do que a massa indígena, mas com poder e influência, que nos será indispensável encontrar junto das comunidades indígenas. Estas classes médias serão a burguesia negra que começa a desenvolver-se por todo o lado, que devemos ajudar a enriquecer e a se organizar e que, como todos os burgueses do mundo, se oporão a toda e qualquer subversão, tanto interna como vinda do estrangeiro.

Os resultados foram concludentes: entre 1950 e 1958, os empregos assalariados passaram, no setor privado, de 26 050 para 68 498; no setor público, de 18 911 para 45 812; e o número de empresas “indígenas” multiplicou-se por 9,

passando de 5 067 para 44 825. Registram-se processos análogos noutros territórios, nomeadamente no Tanganica, no Quênia e na África Equatorial Francesa.

#### 4. A efervescência dos espíritos

A África, empurrada por um clima internacional favorável e por um crescimento econômico espetacular, alimentada pelo pensamento fecundo do pan-africanismo, do afro-asiatismo e dos nacionalismos em geral, espreitada pelos sacrifícios e pelas decepções da guerra, atizada pela necessidade de aumentar a sua luta contra a colonização, conheceu durante o conflito, e sobretudo durante os quinze ou vinte anos seguintes, uma efervescência dos espíritos de rara intensidade. Muito bem conhecida no que toca às categorias intelectuais, essa efervescência forneceu poucos documentos e, é claro, continua a ser difícil de interpretar no que toca às classes populares, tanto urbanas como rurais.

##### A *intelligentsia* emigrada

Para os intelectuais, os anos entre 1945 e 1965 foram uma fase de intensa criatividade e de um fervilhar ideológico que prolongava diretamente as interrogações e as conquistas da década de 1930. Como salientou Yves Bénot, "tudo estava por criar": chegara a hora de conferir um conteúdo preciso à reivindicação de autonomia e de responder às questões ardentes: que independência? Fazer o quê da independência? A independência, e depois? Se na diáspora esta efervescência se manteve acesa, o fato novo foi a revelação de uma série de reflexões originais e fecundas um pouco em toda a parte, no continente.

A diáspora manifestou boa capacidade de inovações. Embora as clivagens linguísticas não sejam decisivas – a partir da década de 1920, pelo menos, os intelectuais negros e afro-americanos de todas as origens tinham sabido confrontar de modo incessante as suas ideias –, foram sobretudo as vozes francófonas e lusófonas que se fizeram ouvir fora do continente africano. De fato, enquanto a aceleração das lutas políticas pela independência encorajava os intelectuais anglófonos, ainda numerosos na Inglaterra em 1945, a voltarem rapidamente para o terreno das lutas, a evolução particular dos sistemas coloniais francês e português retinha na Europa um número crescente de africanos.

Do lado francófono, Paris, seguido à distância pelas outras cidades francesas, retomou todas as características da "*rive noire* (margem negra)"<sup>8</sup> que tinham sido as suas durante a época de entre as duas grandes guerras: uma presença forte de intelectuais e de artistas negros americanos; uma percentagem crescente da juventude das escolas e das universidades, e dos docentes; aumento do número de empregados e de trabalhadores braçais imigrados. A grande novidade foi a chegada e a instalação, a partir de 1946, de parlamentares de todas as colônias africanas. Foi neste contexto que um grupo de intelectuais, reunidos em volta do senegalês Alioune Diop, fundou a Sociedade Africana de Cultura (SAC) e a

revista *Présence Africaine*. A ambição deste grupo foi claramente formulada por Alioune Diop logo no primeiro número da revista, saída simultaneamente em Dacar e em Paris, em 1947:

Ninguém [...] tem o privilégio de haver dominado a história e o Progresso; são forças desencadeadas pela infatigável atividade do europeu – mas que escapam muitas vezes ao seu controle. Razão de sobra para que, em vez de algumas centenas de milhões de cérebros que se encarregam de pensar, de dirigir e de fecundar o mundo, assumindo o destino de milhares de milhões de ultramarinos, se deseje a transformação destes homens do ultramar em cérebros e braços adaptados à vida moderna e partilhando a responsabilidade de pensar e de melhorar o destino do gênero humano. A nossa tarefa, embora limitada, inspira-se pois em preocupações que supõem uma fé inabalável no homem. [...]

O negro que brilha por sua ausência na elaboração da cidade moderna, poderá, pouco a pouco, dar significado à sua presença contribuindo para a recriação de um humanismo à verdadeira medida do homem. Porque é certo que não se poderá atingir o universalismo autêntico se, na sua formação, apenas intervierem subjetividades européias. O mundo de amanhã será construído por todos os homens. Importa tão-só que alguns deserdados recebam da Europa, em especial da França, os instrumentos necessários para este edifício vindouro.

No momento atual, este universalismo toma a figura de um templo em cuja fachada se vê a perfeição, mas cujos fundos, que nunca estão à vista nem expostos à admiração e à crítica, se acham inacabados e absurdos. [...]

Nós, africanos, temos necessidade de ganhar gosto pela elaboração das ideias, pela evolução das técnicas – e, assim, compreendermos a civilização ocidental que, sem aniquilar as civilizações naturais, guardará delas apenas o que o seu impulso vital e a nossa presença efetiva lhe permitirão poupar.

Temos necessidade, sobretudo, de saber o que é um ideal, de o escolher e de acreditar nele, livre mas necessariamente, e em função da vida do mundo. Devemos munir-nos das questões que se colocam no plano mundial e pensá-las em conjunto com todos, para que nos encontremos um dia entre os criadores de uma nova ordem.

É esta a melhor maneira de superar o estágio mesquinho do racismo, esse mal que rói a estatura do homem, que azeda os corações, que abafa as almas. A colaboração intelectual que pedimos pode ser igualmente útil a todos. A Europa é a criadora do fermento de toda a ulterior civilização. Mas os homens do Ultramar dispõem de enormes recursos morais (da velha China, da Índia pensadora à África silenciosa) que constituem a substância a ser fecundada pela Europa. Somos indispensáveis uns aos outros.

O papel da *Présence Africaine* e da SAC foi diverso. Em primeiro lugar, tal como nos primeiros tempos do pan-africanismo e na linha da efêmera *Revue du Monde noir*, publicada em Paris durante 1931 e 1932, a *Présence Africaine* juntou africanos do continente e da diáspora, tanto intelectuais negros como brancos, com

base em convicções comuns; isso valeu-lhe um grande público leitor e o patrocínio ou a colaboração de personalidades de prestígio, entre as quais os franceses André Gide, Emmanuel Mounier, Jean-Paul Sartre, Georges Balandier, Michel Leiris, Albert Camus, Marcel Griaule e Théodore Monod, os antilheses Aimé Césaire e Louis-Thomas Achille, o senegalês Léopold Sédar Senghor, o daomeano Paul Hazoumé, o malgaxe Jacques Rabemananjara e o negro americano Richard Wright. Em segundo lugar, a Sociedade Africana de Cultura teve a capacidade de organizar dois importantes Congressos dos Intelectuais e Artistas Negros, em Paris (1956) e em Roma (1959), que constituíram uma espécie de "estados-gerais da cultura negra", africana ou de origem africana. Por fim, a *Présence Africaine*, já constituída em editora independente, permitiu a muitos africanos tornarem-se conhecidos e proclamarem em alto e bom som as teses antigas e novas do pan-africanismo cultural. Tal como na época da luta contra o tráfico negreiro e contra o imperialismo nascente, a história recuperou as suas credenciais como "alavanca fundamental" (Joseph Ki-Zerbo).

Foi neste contexto que a *Présence Africaine* editou as primeiras obras do senegalês Cheikh Anta Diop, que retomavam e atualizavam a tese da origem e do carácter negros do Egito faraônico e a da unidade e da anterioridade das civilizações negras (*Nations nègres et culture*, 1954; *L'Unité culturelle de l'Afrique noire*, 1960; *L'Afrique noire précoloniale*, 1960).

Continuando na França, diremos que os estudantes africanos se tornaram cada vez mais numerosos devido às insuficiências do ensino superior nas colônias francesas e à política de reforma social e de promoção dos africanos, encetada a partir da Segunda Guerra Mundial. Conquistados por um nacionalismo radical ou revolucionário, ou mesmo pelo comunismo, estes jovens constituíram-se em Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF) em 1950. Esta federação, filiada na União Internacional dos Estudantes, próxima do movimento comunista internacional, evocava o internacionalismo, o que a levou a apoiar as lutas dos povos indochineses e magrebinos, ao passo que, no que se referia aos mesmos assuntos, os parlamentares africanos se mostravam muito prudentes. A FEANF defendia também um pan-africanismo muito afastado do pan-negrismo ao qual os estudantes criticavam a pobreza das análises, tanto económicas como políticas, e a insistência excessiva na solidariedade de "raça":

Parece que os pan-africanistas propõem para as nossas alianças uma simples solidariedade de raça, de cor. Isso é ineficaz, [...] mas, mais grave ainda, isso é perigoso: porque a solidariedade racial pode descambar facilmente para o racismo, para o chauvinismo e para o pan-negrismo. [...] Por outro lado, é uma maneira errada de enunciar os problemas, porque a luta não se situa ao nível das raças, mas ao nível dos exploradores e dos explorados: isto é um fator objetivo, porque, no essencial, são as mesmas pessoas que exploram os nossos povos e o povo da França. O pan-africanismo corre um grave perigo: o de ser utilizado pelos diferentes imperialismos. (Texto da FEANF, 1959)

Ao mesmo tempo que defendiam interesses corporativistas (aumento do número e dos montantes das bolsas, recusa da vigilância e dos controlos policiais etc.), os estudantes viram-se assim colocados, voluntária ou involuntariamente, numa posição de vanguarda, afastada da dos políticos e das massas populares. Muitos deles, entre os quais o senegalês Majhmout Diop e o camaronês Osende Afana, viriam, aliás, a enveredar por posições de extrema-esquerda. Enquanto os parlamentares se acomodavam na União Francesa, os estudantes africanos fizeram saber, mediante uma brochura publicada em 1953 pela editora *Présence Africaine*, intitulada *Les Etudiants parlent* (os estudantes falam), que exigiam a independência: os textos aí reunidos mostravam a colonização como um processo implacável e seus argumentos se iriam encontrar dois anos mais tarde no *Discours sur le colonialisme* de Aimé Césaire. Em 1957, um ano depois da lei-quadro Defferre, o oitavo congresso da FEANF adotou uma resolução de que transcrevemos aqui a ideia principal:

[O Congresso] declara que, tendo em conta a natureza particular do imperialismo francês, a INDEPENDÊNCIA deve ser CONQUISTADA, não por uma soma de reformas ilusórias, mas por uma LUTA REVOLUCIONÁRIA DAS MASSAS POPULARES AFRICANAS. Proclama a sua determinação de apoiar todas as organizações ou partidos políticos africanos que tenham claramente optado pela INDEPENDÊNCIA NACIONAL.

Segundo o testemunho do Dr. Marcel-Eloi Chambrier Rahandi, antigo membro do Comité Executivo da FEANF:

O fervor e o radicalismo dos Congressistas eram impressionantes. Os rapazes e as jovens transbordavam de entusiasmo e continuavam confiantes no seu povo, de cuja vitória final não duvidavam. Assim, de nada valeram os conselhos de moderação dos nossos mais velhos e dos Parlamentares africanos da época, e foi com toda a gente de pé na sala superaquecida das *Sociétés Savantes*, apesar do Inverno rigoroso desse ano, que foi votada por aclamação a moção final do Congresso que consagrava a ruptura com o colonialismo. (Citado por Charles Diané, *La FEANF et les grandes heures du mouvement syndical étudiant noir*, Paris, edições Chaka, 1990).

Em Lisboa ocorreram fenómenos análogos, embora de menor dimensão. Tal como a França, Portugal, cuja política escolar nas colônias era ainda mais malthusiana, recebeu um número crescente de estudantes do ultramar. Na sua maioria eram filhos de funcionários relativamente abastados, provindo de famílias mestiças ou de assimilados, ou de famílias brancas. Em 1948-1950 havia em Lisboa uns cinquenta estudantes africanos, provenientes de Cabo Verde (20 a 30 estudantes), de Angola (perto de 10), de São Tomé (10) e de Moçambique (3 ou 4); outro grupo importante encontrava-se em Coimbra, a segunda cidade universitária de Portugal. Apesar do clima de terror instaurado pelo regime salazarista, os estudantes africanos puderam empenhar-se coletivamente na militância cultural e política. Existia efetivamente em cada cidade universitária uma delegação da Casa dos Estudantes do Império, com sede em Lisboa, na qual se agrupavam



os estudantes do ultramar, que puderam assim partilhar as suas experiências e descobrir a identidade da sua condição de colonizados. Além disso, quase todos se deixaram entusiasmar pelo clima de radicalismo intelectual e de efervescência revolucionária, fortemente influenciada pelo comunismo, que caracterizou a *intelligentsia* portuguesa depois da segunda guerra. Muitos, também, descobriram a nova literatura negra, africana e afro-americana, difundida em especial pela revista *Présence Africaine*. Em 1951, os estudantes criaram um Centro de Estudos Africanos (organização clandestina), preocupado com os problemas teóricos da luta pela libertação nacional e pelo papel da cultura no processo de emancipação.

Durante a década de 1950, uma grande parte aderiu a um importante movimento antifascista, o Movimento de Unidade Democrática Juvenil, sendo membro do seu comitê central, na época, Agostinho Neto, estudante de medicina. Quase todos os quadros e fundadores dos movimentos de libertação das colônias portuguesas eram, na altura estudantes em Lisboa e em Coimbra. Contam-se entre eles angolanos (Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos, Américo e Diógenes Boavida), moçambicanos (Noémia de Sousa, Eduardo Mondlane, Marcelino dos Santos), guineenses e cabo-verdianos (Amílcar Cabral, Vasco Cabral, Pedro Pires), santomenses (Alda do Espírito Santo, Francisco José Tenreiro, Maria Manuela Margarido).

#### A *intelligentsia* local

No próprio local, na África, a efervescência não foi menor, apesar de na maioria das colônias os meios de expressão e de ação das elites intelectuais continuarem medíocres e severamente controlados.

Na África Ocidental, a marcha precoce da Gold Coast rumo à independência fez deste país a locomotiva de um pan-africanismo renovado, cujas ideologia e atores já não vinham das Américas e da diáspora africana, como acontecia até então, mas do próprio continente africano. Logo após a Conferência de Manchester e com a finalidade de conferir às resoluções desta conferência um cenário de aplicação concreta, Kwame Nkrumah criou um Secretariado Nacional Oeste-Africano, ativamente apoiado pela WASU (*West Africa Students Union*): este movimento empenhou-se em tudo fazer para “promover a idéia de uma Federação da África Ocidental, considerada uma alavanca indispensável para a realização da visão pan-africana de um grupo final de Estados Unidos da África” (George Padmore).

Em 1947, um dos militantes que vivia em Londres, o etíope T. R. Makonen, fundou *Panafrica*, uma revista com ambições idênticas às da *Présence Africaine*; mas as autoridades coloniais, sobretudo na África Oriental, apressaram-se em proclamá-la subversiva e a proibir a sua venda. Foi por isso que amadureceu o projeto de deslocar para a África Ocidental as forças vivas do pan-africanismo, o que começou a ganhar forma em 1947, durante a missão a Londres de Nnamdi Azikiwe, o fundador do *National Council of Nigeria and the Cameroons*. Este aderiu sem reservas ao programa do Secretariado Nacional Oeste-Africano. No mesmo ano de 1947, Kwame Nkrumah, convidado para assumir a direção da *United*

*Convention of the Gold Coast*, regressou ao país depois de doze anos de ausência. A partir de então, o pan-africanismo identificou-se em parte com a luta pela independência da Gold Coast e Kwame Nkrumah utilizou todos os recursos para fazer do seu país o bastião do movimento: organização em Kumasi, capital dos asantes, de um congresso pan-africano em 1953; recrutamento de George Padmore – um dos livros do qual, *The Gold Coast Revolution: the Struggle of an African People from Slavery to Freedom*, 1953, contribuíra muito para dar a conhecer a causa dos nacionalistas ganeses – como conselheiro para os Assuntos Africanos em 1958; organização em Acra, em 1958, de duas conferências pan-africanas (a dos chefes de Estado e de governo em abril, e a dos povos e dos partidos em dezembro). A doutrina pan-africana enriqueceu-se paralelamente e ganhou pragmatismo graças, nomeadamente, a Cheikh Anta Diop (*Les fondements culturels, techniques et industriels d'un futur État fédéral d'Afrique noire*, 1960) e a Kwame Nkrumah (*Africa Must Unite*, 1963). Estas iniciativas tiveram repercussões em toda a África, incluindo nas colônias menos avançadas.

Foi o que aconteceu no Congo belga, onde a elite intelectual era pouco numerosa e não beneficiava do mínimo reconhecimento por parte das autoridades coloniais. Não obstante, essa elite começou a afirmar-se, logo a seguir ao fim da guerra mundial, como uma das forças portadoras da mudança, e assistiu-se ao florescimento de vários tipos de associações concentrando os “evoluídos”:

- associações de antigos alunos dos missionários, como a ASSANEF (Associação dos Antigos Alunos dos Irmãos das Escolas Cristãs), a ADAPES (Associação dos Antigos Alunos dos Padres de Scheut), a UAEPL (União dos Antigos Alunos Protestantes de Leopoldville) e a Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas; – círculos confessionais, essencialmente católicos, que, na concepção paternalista dos belgas, estariam encarregados de instilar entre os evoluídos os valores susceptíveis de contribuir para a “elevação de toda a massa da sua raça”;
- círculos fundados por iniciativa das grandes empresas e destinados a agrupar os trabalhadores oriundos das diferentes etnias e regiões;
- por fim, os Círculos de Estudos e Recreio, particularmente ativos entre 1945 e 1952, que a princípio a administração se limitou a tolerar mas que depois encorajou: o papel que lhe reconheciam era o de promover “o progresso moral e intelectual dos [seus] filiados por meio do estudo, das conferências educativas e culturais, assim como por meio de divertimentos sãos”.

No mesmo espírito foi concebida a revista *La Voix du Congolais*, destinada a ser, até à independência, porta-voz dos “evoluídos” do Congo belga. Elaborada pela Seção de Informação do Serviço dos Negócios Indígenas do governo-geral, a revista saiu regularmente entre 1945 e 1959 sob a batuta do seu chefe de redação Antoine-Roger Bolamba. Apesar de apadrinhada pela administração colonial, saíram vários artigos críticos na revista que valeram aos seus autores aborrecimentos intermináveis: Paul Lomami-Tshibamba, por exemplo, embora lhe

tenha sido conferido o primeiro prêmio de literatura da Feira Colonial de Bruxelas (1948), viu-se ameaçado por todos os lados e teve de fugir para Brazzaville, onde se pôs ao serviço do governo-geral da África Equatorial Francesa e se tornou um incansável animador dos Círculos Culturais e do seu órgão, a revista *Liaisons*. Outras iniciativas, surgidas nos meios próximos das congregações missionárias, revelaram-se mais fecundas para o futuro: assim, surgiram a ABAKO, destinada a tornar-se um partido político de primeiro plano, e o grupo Consciência Africana, formado por católicos oriundos de todas as regiões da colônia. Foi o *Manifeste de Conscience Africaine*, publicado em julho de 1956, que desencadeou verdadeiramente o debate sobre o futuro do país entre os congoleses. Este Manifesto pretendia, com efeito, que fosse possível construir no Congo uma sociedade original, baseada na síntese frutuosa da europeidade com a africanidade:

Acreditamos que o Congo está destinado a tornar-se, no centro do continente africano, uma grande nação.

A nossa vocação nacional: trabalhar para edificar, no coração da África, uma sociedade nova, próspera e feliz, assente nos fundamentos de uma sociedade antiga – a sociedade clânica – fortemente abalada por uma evolução demasiado rápida, e que procura o seu novo equilíbrio.

Apenas podemos encontrar este equilíbrio novo na síntese do nosso caráter e do nosso temperamento africano com as riquezas fundamentais da civilização ocidental.

Ninguém poderá realizar esta síntese no lugar dos congoleses, com a ajuda fraterna dos ocidentais que vivem no Congo.

Para que se possa falar de uma nação congoleza, composta por africanos e europeus, é necessário que todos estejam animados pelo desejo de servir o Congo. Temos o direito de pedir aos europeus que partilhem a nossa vida nacional que sejam antes de tudo cidadãos congoleses; isto é, que não procurem apenas o bem da comunidade belga no Congo e dos seus interesses pessoais; mas que procurem, juntamente conosco, o bem da grande comunidade congoleza. (Citado em *Congo 1959. Documents belges et africains*, Bruxelas, CRISP, 1962, p. 10).

Patrice Lumumba foi uma das personalidades políticas congolezas mais marcadas pela nova evolução do pan-africanismo. Este funcionário de Stanleyville (Kisangani) escrevera em 1956 um livro que se conservou inédito enquanto foi vivo, *Le Congo, terre d'avenir, est-il menacé?*, que tratava todas as teses moderadamente reformistas prezadas pela classe dos “evoluídos”. Houve uma primeira ruptura no percurso de Lumumba quando, instalado em Kinshasa como diretor comercial de uma grande cervejaria, fundou o Movimento Nacional Congolês (outubro de 1958). A ruptura mais importante parece ter acontecido em dezembro de 1958 quando participou em Acra na *All-African People's Conference*: a partir de então o seu pensamento passou a ser, como o de Nkrumah, uma mistura de radicalismo político e de pan-africanismo voluntarista.

### Lógicas e estratégias populares

Embora as evoluções intelectuais, políticas, até psicológicas, entre as elites africanas, no período da descolonização, sejam relativamente bem conhecidas, o campo das práticas populares continua quase inteiramente por desbravar. É claro que os partidos independentistas sempre postularam uma relação imediata entre as suas palavras de ordem e as aspirações das classes populares. Mas o historiador não poderia aceitar como fato consumado a imagem que os atores sociais produzem e têm de si mesmos. Os “relatos de vidas banais” que os pesquisadores começam a recolher sugerem uma complexidade extrema nas articulações entre os diferentes grupos sociais componentes dos espaços políticos africanos. Para se chegar a uma visão mais ou menos satisfatória dessa complexidade seriam necessários muitos outros estudos, em especial sobre a história de cidades e aldeias, sobre as diferentes regiões políticas, sobre as mudanças e dinâmicas sociais nos diversos meios geográficos e econômicos, sobre os diferentes modos de captação e de inteligibilidade do político consoante os lugares e os grupos sociais, sobre a utilização política de redes tecidas por exemplo pelas migrações e pelo vaivém das transações etc. Desde já, uma quantidade de ideias feitas, produzidas na época ou *a posteriori* pelas propagandas e contra-propagandas, devem ser implacavelmente revistas.

Assim, numa visão conforme com o paradigma “tradição e modernidade”, pensou-se durante muito tempo que as “massas rurais” tinham sido “politizadas” pelas cidades. Pois bem, agora já é possível, em alguns casos privilegiados, pôr em evidência os fatores de toda a espécie – ora religiosos num caso, ora econômicos e fundiários noutro, ora históricos e culturais noutro ainda – que permitiram, nos meios rurais, a produção autônoma de esquemas de compreensão do político no contexto colonial, de leituras dos acontecimentos e de estratégias diferentes dos que tinham emergido nos meios urbanos. Seria então necessário entender os movimentos nacionalistas como “frentes” e “alianças” sempre instáveis e fazer destas contradições um dos motores da vida política africana desde a época das independências até aos nossos dias.

Um melhor conhecimento das dinâmicas culturais nos meios urbanos mostraria também uma diversidade e uma complexidade das situações muito maiores do que se imaginou durante muito tempo. De fato, os estudos urbanos privilegiaram demasiadamente problemáticas relacionadas com as migrações, com a inserção na cidade, com as formas de reprodução das relações sociais e das redes tradicionais, com o grau de aculturação. Há muitas outras pistas a sondar. Assim, um produto tipicamente urbano, aculturado e despolitizado como a música popular manifesta-se como um dos pólos mais ativos das práticas sociais heterogêneas que interpelam a sociedade global e uma das linguagens mais fecundas para exprimir as múltiplas aspirações das classes populares.

## B. Os movimentos políticos

Já antes da guerra as reivindicações africanas tinham encontrado no seio de diferentes movimentos os lugares e os cenários onde podiam amadurecer as suas exigências e fazer ouvir as suas vozes. Estes movimentos assentavam em bases diversas: grupos de intelectuais, associações de defesa de interesses, num pano de fundo religioso, étnico ou regional, grupos de pressão com objetivos sociais ou políticos etc. Os movimentos sindicais e os partidos políticos, que apareceram timidamente antes da guerra, iriam conhecer o seu pleno desenvolvimento durante a "marcha para a independência": admitidos progressivamente pelas autoridades coloniais, apoiando-se em movimentos sociais radicalizados, adquirindo formas novas e uma dimensão sem precedentes, foram a arma decisiva que permitiu à África recuperar a sua soberania.

### 1. O movimento sindical

De entre as formas "modernas" de organização da contestação e de expressão política de que a África soube munir-se, o sindicalismo é uma das mais antigas. Os sindicatos desempenharam, aliás, um papel fundamental no amadurecimento das consciências africanas, na passagem da contestação dos efeitos do sistema para a contestação do próprio sistema, e na passagem da contestação à ação. Houve vários fatores que contribuíram para exportar o modelo sindical de tipo europeu para o continente negro: por um lado, a integração nas centrais metropolitanas de trabalhadores negros vivendo na Europa e a sua consequente capacidade para transmitirem as suas formas de organização sindical à África; por outro lado, a criação por parte dos trabalhadores brancos ou pelos asiáticos de prolongamentos destas mesmas centrais na África e o exemplo que a luta sindical branca e os seus êxitos representavam, em especial nas regiões mineiras; por fim, mais tardiamente, a vontade de os sindicatos das metrópoles desenvolverem delegações suas na África.

#### A história do sindicalismo africano

Até à década de 1930, as metrópoles, inquietas com a agitação que o movimento sindical poderia criar na África, tinham tentado desencorajá-lo por meio da sua proibição mais ou menos clara. Estas restrições não tinham impedido que surgissem vários movimentos, desigualmente estruturados, como foi o caso do Congo belga, onde houve greves durante a guerra (UMHK em 1941 e Matadi em 1944). Em 1930, a Inglaterra, como sempre à frente dos outros, começou a rever as suas posições: Sidney Webb, ministro das Colônias, enviara uma circular aos governadores dizendo-lhes para autorizarem a criação de sindicatos africanos. Em 1940, o *Colonial Development and Welfare Act* precisava:

Nenhum território receberá ajuda financeira enquanto não tiver feito entrar em vigor uma legislação que proteja os direitos sindicais e enquanto os empregos aos quais esta ajuda for destinada não forem regulamentados por um contrato que aplique uma disposição justa sobre os salários e proíba o trabalho a menores de catorze anos.

Na França, foi a Frente Popular (1936) que abriu a primeira brecha: dois decretos de março de 1937 autorizavam a criação de sindicatos nas colônias da África Negra e conferiam-lhes o direito de negociarem convenções coletivas. Esta legislação incluía dois limites importantes, uma vez que apenas era aplicável na África Ocidental Francesa e apenas incluía os trabalhadores que possuísem diploma de estudos primários. Este direito foi alargado à África Equatorial Francesa em 1944, mas a legislação sindical global apenas foi instituída em 1952, com o Código do Trabalho aplicável aos Territórios do Ultramar.

As colônias belgas tiveram uma legislação mais tardia; dois despachos de 1946 autorizavam os habitantes do Congo a organizarem-se em sindicatos, condicionados por limites importantes: as centrais não podiam proceder a uma sindicalização simultânea de negros e de brancos; apenas os trabalhadores que ocupassem o seu lugar há já pelo menos três anos podiam aderir a um sindicato; e, sobretudo, a administração colonial reservava a possibilidade de participar em todas as reuniões, de pedir a exclusão de membros considerados perigosos e de vetar toda e qualquer decisão. Em 1957, o direito sindical foi alargado e o direito à greve concedido: só nessa altura o movimento sindical se pôde desenvolver.

Em finais da década de 1940 já o sindicalismo africano estava instalado. É evidente, como salientou Jack Woodis (*Africa, The Lion Awakes*, Londres, Wishard & Lawrence, 1961), que seria incorreto pensar que a legislação foi o fenómeno gerador do movimento sindical na África: já antes da autorização legal existiam movimentos, muitas vezes pouco ou mal estruturados. Nas colônias britânicas, o lendário pragmatismo do colonizador limitou-se a normalizar uma situação já existente de fato: o temor das irrupções era mais forte do que a vontade de transformação social.

O mais antigo sindicato negro foi sem dúvida o *Industrial and Commercial Workers Union*, criado em 1919 na África do Sul, que já em 1926 contava com 60 000 membros. Também na Serra Leoa o movimento sindical foi precoce (*African Railway Worker's Union*, criado na década de 1920). Na África Ocidental Francesa foi em 1937 que apareceu um sindicato de docentes, sob a égide de Mamadou Konaté e de Ouezzin Coulibaly. Na África britânica, os sindicatos nasceram durante a guerra, apresentando um grau de expansão variável de colônia para colônia. A Nigéria estava à frente: 5 sindicatos com 3500 membros em 1940; 62 sindicatos e 21 000 membros em 1942. Progressão comparável teve o Gana, e a África Ocidental em geral, assim como o Sudão britânico; pelo contrário, na África Oriental, onde a administração era mais reservada, verificava-se um atraso indiscutível.



### As características do sindicalismo africano

Durante os vinte anos que durou a marcha para a independência, o sindicalismo africano foi marcado por algumas grandes constantes: dificuldade de recrutamento, devida em particular ao analfabetismo, à diversidade linguística e étnica e ao medo dos assalariados perante as possíveis represálias. Estes fatores tiveram as mesmas características nos diferentes territórios: escassez de efetivos relativamente às centrais dos países europeus e, sobretudo, desenvolvimento muito desigual consoante as regiões, cabendo a preponderância, fora do Norte da África, à União Sul-Africana e à África Ocidental (Nigéria, Gana, Guiné, Senegal); preponderância de algumas profissões de caráter geralmente estratégico, como os mineiros, os estivadores, os ferroviários, os marinheiros e os membros da função pública, já que, salvo na África do Sul, a indústria estava muito pouco desenvolvida para poder representar um núcleo potencial; separação quase total entre os sindicatos dos negros e os dos brancos; por fim, a persistência das reticências coloniais, expressa em diversas medidas, como o direito de controle, o período de experiência (Quênia), mas também medidas discriminatórias destinadas a desencorajar as adesões (Congo belga) ou as limitações dos empregos autorizados aos negros (África do Sul, *Industrial Conciliation Acts* de 1924, 1937 e 1956).

Contudo, a história do sindicalismo na África foi sobretudo assinalada por três fenômenos principais: a vontade de autonomia, a vontade de federação e a politização do movimento. Entre os primeiros sindicatos criados na África Negra, vários eram emanação de sindicatos europeus ou, então, tinham-se ligado com eles. As metrópoles, com efeito, desejosas de enquadrarem o movimento, de acautelarem o seu extravasamento e de ensinarem aos africanos as "regras corretas do jogo", mandaram sindicalistas europeus para lá e encorajaram a instauração de laços de filiação.

Na França e na Bélgica, as grandes centrais sindicais (Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT –, Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos – CFTC –, Force Ouvrière – FO –, no que respeita à França; Federação Geral dos trabalhadores Belgas – FGTB – e Confederação dos Sindicatos Cristãos – CSC –, no que respeita à Bélgica) não se fizeram rogadas: viram nisso um meio de se fortalecerem e de aumentarem as respectivas influências, e transpuseram para lá o seu modo de organização e gestão mas, ao mesmo tempo, os seus conflitos e as suas divisões. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, os TUC (*Trade Union Congress*) foram mais reservados, de modo que, em certos casos, a administração teve de enviar administradores em lugar dos sindicalistas. Já no fim dos anos de 1940, mas sobretudo a partir de meados da década de 1950, os sindicatos africanos manifestaram a vontade de se autonomizarem em relação aos movimentos europeus (documento 93). É claro que os apelos à solidariedade entre trabalhadores de todas as raças ainda produziam os seus efeitos, mas os africanos tinham cada vez mais consciência da especificidade da sua situação e sofriam com o controle mal disfarçado de que eram alvo. O senegalês Magatte Lô dá um testemunho

dessa evolução, particularmente importante na África Ocidental Francesa, onde os sindicatos europeus estavam fortemente implantados:

Na minha juventude militei ativamente nas organizações sindicais. Em 1945-1946 optei pelas fileiras da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). Na época, os nossos sindicatos não eram mais do que prolongamentos diretos, na África, das organizações das metrópoles.

A CGT, por sua ideologia e por sua doutrina, parecia-me ser a única, entre as organizações sindicais, suscetível de libertar os trabalhadores do continente do trabalho forçado e de os preservar contra a exploração do homem pelo homem.

A sua ideologia não podia de modo algum deixar insensível e indiferente a juventude do meu país que aspirava profundamente à liberdade e à dignidade. Acabávamos de sair de uma guerra na qual o Senegal tinha pago um pesado tributo em vidas humanas e no decurso da qual o seu povo tinha sofrido todo o gênero de privações e humilhações. [...]

Havia surgido um movimento pela autonomia sindical africana. O nascimento da CGTA em 1956, depois o da UGTAN<sup>9</sup> em 1957, consagravam a existência de uma doutrina especificamente africana que se propunha acabar com a economia colonial, capitalista, por meio de greves de assédio com vista a desencorajar o Capital de continuar nos nossos países. (*Sénégal, Syndicalisme et participation responsable*, Paris, L'Harmattan, 1987, pp. 11-12).

### Documento 93: Autonomia e unidade sindical na África, marcos cronológicos

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1947 | – Dacar, Conferência Sindical sob a égide da CGT.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 1949 | – Criação de um Sindicato Autônomo dos Ferroviários da AOF, por separação da CGT.                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 1954 | – Conakry, Congresso Intersindical dos Funcionários: vários sindicatos deixam a CGT.                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 1955 | – Conakry, reunião do comitê de coordenação do RDA, que evoca a questão da desfiliação das centrais africanas. Kaolack (Senegal), comitê geral da CGT: secessão de várias seções e criação da CGTA. Congresso constituinte da CGTA; proposta para organizar um congresso juntando "todas as organizações sindicais e artesanais africanas". |
| 1956 | – Apelo da CGT, da CGTA e dos Ferroviários da AOF para a criação de um sindicato autônomo unificado. Divisão da CFTC e criação da CATC, que pondera a criação de um sindicato único para toda a AOF.                                                                                                                                        |
| 1957 | – Cotonu, criação da UGTAN (União Geral dos Trabalhadores da África Negra). Na AEF, divisão da CGT e criação da CGTA (Confederação Geral Aefiana do Trabalho).                                                                                                                                                                              |
| 1958 | – Abidjan, autonomização dos sindicatos FO ( <i>Force Ouvrière</i> ) e criação da CASL-FO (Confederação Africana dos Sindicatos Livres-FO). Acra, Primeira Conferência dos Povos Africanos: é emitida a idéia de uma confederação dos sindicatos africanos.                                                                                 |

|      |                                                                                       |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| 1959 | -Casablanca, Primeira Conferência Sindical Pan-Africana. Conakry, Congresso da UGTAN. |
| 1960 | -Tunis, segunda Conferência dos Povos Africanos.                                      |
| 1961 | -Casablanca, Congresso Constituinte da USPA (União Sindical Pan-Africana).            |

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callennec

O debate continuou por muito tempo com a questão das filiações nas federações internacionais, tendo as centrais africanas de escolher, devido à Guerra Fria, entre duas confederações, a FSM (Federação Sindical Mundial, de ideologia comunista) e a CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, de inspiração anticomunista).

Em algumas colônias, como nos Camarões e na Nigéria (um nigeriano sindicalizado em cada dois pertencia a um sindicato de menos de 250 membros em 1952), a multiplicação dos sindicatos provocou uma fragmentação do movimento. Os britânicos, aliás, encorajaram muito a gestão descentralizada dos sindicatos e a sua fragmentação, esperando assim conter o movimento. Porém, fazia-se sentir por todo o lado uma preocupação de união, que se traduziu, notadamente nas colônias francesas, numa certa concentração: assim, em 1956, a CGT, a CGTA, a CATC (Confederação Africana dos Trabalhadores Crentes) e os Ferrovários (15.000 membros só a sua parte) agrupavam 90 % dos sindicalizados da África Ocidental Francesa. Começava a manifestar-se claramente uma vontade de união. No Gana, em 1944 foi criada uma primeira confederação, numa altura em que os sindicatos eram ainda muito pouco numerosos. São muitos os exemplos, sendo a UGTAN um dos mais conhecidos: estas concentrações permitiram alguma coordenação no quadro de cada território, ou mesmo de cada região, mas as fontes de divisão eram demasiadas para que pudesse haver uma unidade real: confissão religiosa, filiação política, escolha dos meios de luta, maior ou menor radicalização, especificidades nacionais etc.

Originalmente, o movimento sindical exprimiu unicamente reivindicações de ordem econômica e social: os funcionários reclamavam um estatuto idêntico ao dos funcionários da metrópole, os operários procuravam obter melhores condições de trabalho, melhores salários, cobertura social, subsídios familiares. Como mostraram Jean Meynaud e Anisse Salah-Bey, uma das principais razões que tinham levado os britânicos a aceitarem a criação destes sindicatos era a sua esperança de poderem assim "separar as reivindicações econômicas da reclamação política e evitar que o sindicalismo reforçasse o nacionalismo". De fato, o movimento sindical deu amplas provas no domínio das reivindicações socioeconômicas. Os meios de contestação eram diversificados: negociação, propaganda e jornais, greve de zelo, greve geral. Mas, rapidamente, ambos os combates, social e político, confluíram:

No fim da guerra, a situação estava suficientemente madura para uma revolução político-social. Foi por isso que, embora o combate da classe operária tivesse por finalidade defender os seus interesses (liberdades sindicais, unificação das zonas de salários, elaboração ou extensão de convenções coletivas etc.), confundia-se em larga medida com o dos políticos que se tinham comprometido na luta pela descolonização dos povos da África. (Magatte Lô, *op. cit.*, pp. 18 e 19).

A greve de 1950 na Gold Coast é característica da ligação estreita que podia existir entre as aspirações de ordem econômica e social e as esperanças políticas: conduzida sob a forma de greve geral, teve por objetivo derrubar a ordem colonial. A natureza e a força das ligações entre o movimento sindical e o nacionalismo foram extremamente diferentes consoante as colônias. Por vezes, essa ligação não pôde estabelecer-se, fosse porque o movimento nacionalista tivesse uma reduzida dimensão, como na África Equatorial Francesa ou no Uganda, fosse porque os sindicatos recusassem politizar-se por medo das represálias, como na Rodésia do Norte.

Mas, de maneira geral, o sindicalismo do período anterior às independências atuou em consonância com o nacionalismo. Existem numerosos tipos de cenários: o sindicalismo com origem no movimento nacionalista (a Guiné de Sékou Touré); o sindicalismo encorajado pelos líderes políticos e parte integrante do nacionalismo (Nigéria e África Ocidental Francesa); a recuperação do sindicalismo por um movimento de nacionalismo unificado (Gold Coast); a colaboração através de uma estrita repartição dos papéis (Tanganica); o sindicalismo como expressão autorizada de um nacionalismo refreado (Quênia e, em menor medida, o Congo belga) etc. Muitas personalidades políticas foram formadas no movimento sindical e muitos dirigentes sindicais tiveram lugar nos partidos nacionalistas. Tanto assim foi que, nos últimos anos da colonização, era difícil separar os movimentos sindicais dos movimentos políticos, tão intimamente imbricados estavam.

## 2. Os partidos políticos

O segundo pilar das sociedades políticas ocidentais, os partidos políticos, que os africanos também recuperaram e de que se apropriaram, foram a ferramenta que permitiu aos nacionalismos expandir-se e atuar com eficácia. Desde antes da Segunda Guerra Mundial apareceram na África francesa e britânica<sup>10</sup> os primeiros partidos políticos – ou movimentos que se podem assimilar aos partidos políticos: o ARPS da Gold Coast, o *Nigerian Democratic Party* e o *National Congress of British West Africa* foram as suas primeiras formas, ainda pouco organizadas, com uma ação limitada e um fraco impacto. Porém, no conjunto, os partidos da independência surgiram quase simultaneamente, a seguir ao conflito mundial de 1939-1945.

O desenvolvimento dos partidos foi porém desigual nas diferentes regiões do continente e escalonou-se por vários anos. Efetivamente, a emergência e o

desenvolvimento dos partidos supunham três condições: uma maturidade de consciência, que era diferente consoante os territórios; a existência de uma classe ou de uma categoria social capaz de organizar a ação política, e daí o impulso precoce dos partidos em toda a África Ocidental; e a possibilidade de eles assumirem uma das funções de um partido político, a saber: a preparação de eleições (o que explica o desenvolvimento original dos partidos na África francesa).

No Senegal, por exemplo, onde o estatuto das "quatro comunas" passou a dar aos seus "originários" o direito de eleger um deputado a partir de 1879, os partidos surgiram precocemente. Em 1914, os eleitores enviaram à Câmara o primeiro africano, Blaise Diagne: as suas campanhas eram então animadas por um simples comitê eleitoral, o do Jovens Senegaleses. Na década de 1930, as campanhas de Galandou Diouf, deputado do Senegal entre 1934 e 1941, eram apoiadas por uma coligação integrando os murides, os cultivadores e os antigos combatentes, enquanto o seu adversário Lamine Guèye beneficiava do apoio do Partido Socialista Senegalês (formado em 1929) de cujos membros faziam parte muitos intelectuais e letrados. A vitória da Frente Popular na França, em 1936, deu um impulso ao movimento socialista senegalês e assistiu-se à constituição na colônia de uma seção da SFIO (Seção Francesa da Internacional Socialista). Fortalecidos por esta experiência política já estabelecida, os senegaleses puderam então constituir um verdadeiro partido, o Bloco Africano de Lamine Guèye e Léopold Sédar Senghor.

No Congo belga, pelo contrário, a ausência total de participação dos negros na gestão dos assuntos políticos e a vontade de evitar a constituição de uma elite impediram durante muito tempo a emergência de partidos. Excluindo a ABAKO, o seu aparecimento foi ao mesmo tempo tardio (a partir de 1956), súbito, maciço e determinado em grande parte pela preparação das primeiras eleições municipais (1957) nas grandes cidades (Leopoldville, Elisabethville e Jadotville). Esta história particular teve consequências duradouras na vida política da colônia belga. A proibição de formar partidos tinha sido contornada pela multiplicação de associações étnicas que se transformaram depois em partidos: o "fator étnico" (Crawford Young) e o "tribalismo" tornaram-se assim componentes essenciais da vida política do Congo. Além disso, a maior parte dos partidos políticos foi fundada na linha dos movimentos anteriormente existentes, movimentos messiânicos, associações, clubes e redes de intelectuais e de membros da pequena burguesia colonial: no Congo belga, mais do que em qualquer outro ponto do continente negro, foi notável a filiação entre os antigos focos de contestação e as formas modernas de luta pela independência.

Segundo Thomas Hodgkin (1956), as primeiras formações políticas africanas assemelhavam-se mais a "congressos", no sentido britânico do termo, do que a verdadeiros partidos: efetivamente, procuravam representar o conjunto dos africanos e não uma parte destes; eram compostos por um mosaico de entidades díspares, unidas em volta de um comitê de coordenação e tinham reivindicações

ao mesmo tempo heterogêneas e radicais. Neste particular, é notável o caso do NCNC (*National Council for Nigeria and the Cameroons*): agrupava não só diferentes partidos mas também sindicatos, associações de caráter étnico e organizações sociais diversas.

O que mais saltava à vista nestes partidos políticos era a sua espantosa diversidade, visível em todos os planos. Tinham raízes de passados variados e haviam sido construídos com base em diferentes origens: as associações de intelectuais, como o *Northern People Congress* na Nigéria; as associações de defesa dos africanos, como na Gold Coast e no Tanganica; os movimentos religiosos (o matsuanismo e a União Democrática de Defesa dos Interesses Africanos no Médio Congo, o kimbaguismo e a ABAKO no Congo belga) ou partidos de suporte religioso (os muçulmanos no referente ao *Gambia Muslim Congress*, os não-muçulmanos no referente ao Partido Progressista Chadiano, os católicos no que se refere ao *Democratic Party* do Uganda); movimentos ou partidos nacionalistas já antigos, como em Madagascar; o movimento sindical, como no caso de alguns partidos senegaleses; por último, os partidos políticos europeus, nos territórios franceses. Com efeito, a política francesa de assimilação e de associação tinha levado à constituição de ramos africanos dos partidos metropolitanos.

Os laços entre os partidos europeus e os seus homólogos africanos eram por vezes estreitos, como no caso da SFIO senegalesa (1936), dos ramos do RPF, dos diferentes partidos comunistas ou sociais-cristãos. Tal como acontecia com o movimento sindical, as divisões metropolitanas refletiam-se nas colônias: assim, no Senegal, em 1939, o movimento socialista era representado por quatro seções dos quatro partidos franceses, o Partido Republicano Socialista, o Partido Radical Socialista, o Partido Socialista Independente e a SFIO. E, tal como para os sindicatos, a questão das demissões de filiados colocou-se de maneira preocupante. Os militantes destes partidos tomavam progressivamente consciência de que os partidos metropolitanos viam os "Territórios do Ultramar não como fins mas como meios" (carta de demissão da SFIO de Léopold Sédar Senghor dirigida a Guy Mollet, em 27 de setembro de 1948), e tinham como finalidade engrossarem o seu eleitorado e não lutarem pela mudança nas colônias.

Outra fonte de diversidade consistia no fato de as bases geográficas serem mais ou menos vastas. Na maior parte das vezes a colônia era o cenário de expansão do nacionalismo (a TANU no Tanganica, o MDRM em Madagascar, o MESAN no Ubangui-Chari, o MNC de Lumumba no Congo belga, o Bloco Democrático Gabonês, a *Kenya African Union*, a União Sudanesa, o *Southern Rhodesia African National Congress*, o *Uganda National Congress*, a União Democrática do Níger e, mais tarde, a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO em Moçambique, o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC). Mas o cenário dos territórios traçados pela colonização foi por vezes ultrapassado: o caso do NCNC é completamente original dado o seu duplo interesse para a Nigéria e para os dois



Camarões. Na mesma linha, o Comitê da Unidade Togolesa, o *Togoland Congress*, a União das Populações dos Camarões, a *Somali Youth League* e o *Kamerun National Democratic Party* militavam pela reunificação dos respectivos países e a *Entente Mauritan* tinha por objetivo a união da Mauritânia com Marrocos. Indo mais longe, como no movimento sindical, os líderes políticos depressa tomaram consciência do peso potencial que a sua ação podia representar e do interesse que teriam em unir as suas forças criando federações de partidos ultrapassando as fronteiras traçadas pela colonização: foi assim que nasceram partidos de vocação pan-africana, o mais conhecido dos quais é por certo o RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*), mas este não foi único no gênero. Surgiram também o *Parti du Regroupement Africain*, o *Indépendants d'Outre-Mer*, o *Parti de La Fédération Africaine* e o *Mouvement socialiste Africain* na África francesa; a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas e a Frente Africana contra o Colonialismo Português, na África portuguesa, e o *Panafrican Freedom Movement of Eastern, Central and Southern Africa*, agrupando partidos da África inglesa e portuguesa.

No extremo oposto, alguns partidos políticos foram criados numa base regional ou étnica. Esta tendência corresponde a dois tipos de situações: um real desejo de autonomia ou de considerar as especificidades regionais ou a oportunidade de expressão superando as proibições, a coberto de um agrupamento étnico. Por fim, era estratégia deliberada, por parte das elites em competição pelo poder, explorar a fundo os fatores étnicos. Assim nasceram o *Parmehutu* (Partido de Emancipação dos Hutus) no Ruanda-Urundi, a *Conakat* (Confederação das Associações Tribais do Catanga) no Congo belga, o *Afro-Shirazi Party* em Zanzibar, o *Northern People's Congress* na Nigéria, e o *Northern People's Party* na Gold Coast. Alguns partidos, de vocação nacional tinham na realidade uma base étnica ou regional: os mbochis para o MAS no Médio-Congo, os balubas e a região do Kasai para o MNC-Kalonji no Congo belga, os iorubás para a *Action Group* na Nigéria, os hereros, os damaras e os namas para a *South West Africa National Union* no Sudoeste Africano, os mouros para a União Progressista Mauritan, os laris e os bakongos para a União Democrática de Defesa dos Interesses Africanos no Médio-Congo e as populações de fora do Buganda para o *Uganda People's Congress*.

Mesmo num país como o Senegal, onde os partidos eram numerosos e o "tribalismo" muito marginal, assiste-se ao florescimento de um grande número de movimentos de base regional ou étnica: Movimento Autônomo Casamancês, Movimento das Forças Democráticas de Casamança, Associação do Despertar do Rio, Partido Trabalhista Saloum Saloum, Partido Independente do Sine-Saloum, Frente Democrática Thiessesa, Bloco Democrático do Diambour, Partido para a Defesa dos Interesses de Kolda, Grupo Democrático de Kolda, Partido Independente da Comunidade da Península de Cabo Verde etc. Esta mesma tendência para a constituição de partidos de base étnica encontrava-se em quase todos os países e degenerava por vezes em conflitos abertos que os poderes coloniais procuravam explorar, quando não os provocavam, querendo tomá-los como pretexto para

frearem a marcha para a independência, como no Ruanda, no Burundi, no Uganda, no Congo belga e na Nigéria.

A base social era menos diversificada: de um lado encontravam-se os partidos saídos da classe dos "evoluídos", da *intelligentsia* africana ou da classe média quando esta existia; do outro, havia os partidos que se apoiavam nas massas populares, em especial nos jovens do subproletariado urbano tais como os *verandah boys* na Gold Coast, os *sandwich boys* nos Camarões, os *boma boys* na Nigéria e as "juventudes" no Congo belga. O Bloco Nigeriano de Ação e o *Sierra Leone People's Party* encontraram a sua base entre os chefes tradicionais; o *National Council of Sierra Leone* recrutava os seus quadros na burguesia crioula da colônia. Mas esta distinção nem sempre era muito pronunciada: a maior parte dos partidos, a exemplo do movimento de Kwame Nkrumah, procuravam juntar as forças nacionais. Além disso, como em todos os cenários políticos, os intelectuais representavam geralmente uma espécie de traço de união estando presentes em todas as tendências.

Estes partidos diferenciavam-se também por numerosos outros critérios que apenas iremos aqui enumerar:

- o seu modo de organização, bem estruturado (como o Partido Democrático da Guiné) ou não, centralizado ou descentralizado, partido de quadros (como o Partido Progressista Sudanês) ou partido de massas (como o CPP na Gold Coast);
- o seu funcionamento, democrático e autoritário;
- a sua legalidade ou, pelo contrário, a sua ilegalidade;
- a existência de elos com os grupos de juventude ou de mulheres (por exemplo, no *Zanzibar National Party*);
- a importância do ou dos líderes.

As opiniões emitidas iam da extrema moderação, como numa grande parte da África francesa, ao "nacionalismo radical" (Richard Joseph), como na UPC dos Camarões, porque as bases ideológicas não eram uniformes. É claro que, numa primeira fase, a luta política não visava ainda a independência; as primeiras reivindicações foram geralmente semelhantes nas diferentes colônias: reconhecimento das elites, abolição dos abusos do colonialismo tais como o trabalho forçado, ação a favor de uma recuperação econômica na sequência imediata da guerra e, progressivamente, a aquisição de direitos políticos. Mas surgiram tendências muito variadas nestes partidos: alguns eram fiéis ao movimento comunista e viam na descolonização a primeira etapa de uma revolução global; outros, pelo contrário, eram de uma extrema moderação e encaravam a independência apenas como uma perspectiva longínqua; alguns reclamavam a partida imediata dos colonizadores, utilizando se necessário fosse a luta armada; muitos foram adeptos de negociações, primeiro, lutando apenas para incrementar

os direitos dos africanos, e seguidamente por sua participação nos assuntos cívicos. Por fim, na marcha para a independência, os seus programas não foram uniformes: alguns dedicavam-se exclusivamente à luta política, mas outros integravam nos seus projetos ambições económicas e sociais; assim, o MESAN imaginou desde muito cedo um programa de dinamização do mundo rural por intermédio de uma cooperação, ao passo que a TANU pusera a tónica, desde a sua fundação, no progresso da educação e na supressão das taxas que oneravam as produções agrícolas e a criação de gado, reduzindo deste modo os lucros do campesinato. Finalmente, a reivindicação a favor da autonomia não tinha em todos os lados a mesma importância: era forte na maior parte dos territórios ingleses; pareceu dissipar-se, no início da década de 1950, em muitos dos partidos políticos da África francesa, cujos deputados, presentes na Assembleia Nacional, pareceram satisfazer-se com as estruturas novas (1946) da União Francesa.

### A construção da nação: a TANU

O Tanganica era uma das colónias onde a combatividade fora mais ativa durante o período da colonização: a resistência à colonização alemã, a força do movimento *maji-maji*, a dificuldade dos britânicos em impor-se, a existência de uma associação muito antiga de "evoluídos", a TTACSA, mais tarde TAA (*Tanganyika African Association*) em 1929 – tudo isto preparara a população para a marcha vigorosa rumo à independência. No entanto, a TANU (*Tanganyika African National Union*) apenas foi criada em 1954 pela própria TAA, consciente da inadequação da sua organização às necessidades reais do país, ou seja, à luta política. A TANU, desde o início, capitalizou o que existia, captou o apoio popular e impôs-se como a chave do combate anticolonial:

A *Tanganyika African National Union* é, em certo sentido, uma organização nova, mas, noutro, é uma organização antiga. Herdou o que era antes a *Tanganyika African Association*. A *Tanganyika African National Union* [...] é uma organização nova no sentido em que é uma organização política, enquanto a anterior era meio social e meio política.

Nos dez últimos meses, em que nos tornamos realmente uma organização política, tentamos organizar-nos. As seções da Associação tornaram-se automaticamente seções da *Tanganyika African National Union* e estão espalhadas por todas as regiões. (Julius Nyerere, comunicação às Nações Unidas).

A originalidade da TANU assentava na sua vontade de unir a população, dissolvendo as clivagens regionais e étnicas: a experiência do *maji-maji* ensinara aos líderes políticos que a vitória só poderia ser obtida com a condição de se alargar a influência do partido a todo o território e de o unir num mesmo combate. Ora, apesar da sua integração progressiva no império comercial swahili no século XIX, o Tanganica era uma colónia muito fragmentada, situação esta que se agravava

com a fragilidade dos meios de comunicação e de transporte. Com o fim de edificar uma ampla união, o partido decidiu desde o princípio rejeitar toda e qualquer filiação confessional ou ideológica. Recusou debruçar-se sobre os problemas raciais (os brancos e os asiáticos eram em número considerável no território), declarando que a independência deveria ser adquirida para todos, que a lei da maioria deveria dar logicamente o poder aos negros, mas que as outras "raças" não seriam maltratadas no seio da nação. Apoiou-se nas "forças vivas", nos intelectuais, nos comerciantes, nas cooperativas agrícolas e nos sindicatos, trabalhando tanto nos meios urbanos como nos rurais, utilizando o swahili para fazer penetrar as suas reivindicações no seio das massas populares iletradas, contraindo alianças com os movimentos existentes como o sindicalismo, ou criando novos movimentos como os grupos de juventude. Para dar ao partido uma ampla audiência e uma sólida coesão, foram criadas seções regionais um pouco por todo o lado, sendo os líderes do partido escolhidos entre os oriundos de toda a colónia. Recusando aceitar clivagens étnicas ou regionais, a TANU distinguiu-se assim dos seus vizinhos ugandeses e quenianos.

Um dos objetivos que a TANU se havia imposto dizia respeito à necessidade de educar politicamente a população, em especial fazer-lhe aceitar um combate "pacífico" contra o colonizador:

No Tanganica, [esta opção] era, no início, mais difícil. A recordação das guerras Hehe e Maji-Maji contra a colonização alemã, e da sua implacável repressão, estava firmemente gravada na memória do nosso povo. Do mesmo modo, lembrávamo-nos do fato de os nossos próprios conquistadores terem sido vencidos pelos britânicos que, a partir daí, governavam o nosso território. O povo, e mais especialmente os antigos, perguntava: Como podemos ganhar sem espingardas? Como poderemos ter a certeza de que não haverá uma repetição dos acontecimentos das guerras Hehe e Maji-Maji?

Por este fato, a TANU teria de começar explicar ao povo que os métodos pacíficos de luta pela independência eram possíveis e podiam vencer. Tal não significava que as pessoas deste país fossem covardes, ou particularmente amantes da não violência; não, sabiam bater-se; tinham sido gravemente derrotadas e implacavelmente exterminadas. Em consequência disso, com realismo, queriam saber por que razão a TANU pensava que podíamos ganhar sem armas. (Julius K. Nyerere, *Freedom and Unity. Uhuru na Umoja. A Selection from writings and Speeches (1952-1965)*, Oxford University Press for the Royal Institute of International Affairs, Londres, 1967, pp. 2 e 3).

### A carta da etnicidade: a ABAKO

Um dos problemas mais presentes e mais difíceis da historiografia africana refere-se à etnicidade. É verdade que o fato colonial contribuiu, direta ou indiretamente, para a emergência das referências étnicas: o traçado de novos

territórios, a vontade de se opor à globalização, o desejo de conservar ou de encontrar marcos de referência, a procura de clientelas eleitorais e políticas, tudo concorreu para que numerosos africanos se voltassem para o seu grupo de "origem", real ou conceitualizado. Os partidos seguiram nesta pegada, e foram vários os que se criaram com base num grupo étnico ou regional e que se propuseram como objetivo a promoção e a defesa dos interesses de um grupo particular, no interior ou para lá das fronteiras coloniais. Neste contexto, a ABAKO representa um caso muito particularmente interessante, na medida em que o partido não foi o produto de uma referência étnica vivaz, mas antes produziu tal referência: pode aqui falar-se de etnogênese.

Fundada em 1950 no Congo belga, a ABAKO, a princípio, não era mais do que uma simples associação de defesa cultural da língua kongo. A sua criação fora favorecida por um clima propício em que se confrontavam os adeptos e os detratores de uma "personalidade" kongo. De um lado encontravam-se alguns belgas, como é o caso de Monsenhor Jean Cuvelier, apaixonados pela história do antigo reino de Kongo e convencidos da capacidade de renovação das elites kongo. Do outro lado figuravam os colonizadores, convencidos da grande inferioridade das culturas africanas e da incapacidade fatal de os "evoluídos" tomarem conta de si mesmos; o progresso passava pois, necessariamente, pela assimilação total da cultura europeia por parte destas elites:

Um evoluído é, na nossa opinião, um indígena que já não tem praticamente qualquer ligação com o seu meio costumeiro e os usos e costumes ancestrais, e cujo *standing* material e intelectual, mas não moral muitas vezes, é de longe superior à média dos desenraizados. [...]

Entre nós não há muitos evoluídos que, a exemplo dos nacionalistas orientais, voltem as costas à cultura europeia para optarem pela cultura ancestral, decididamente demasiado indigente neste país.

Os nossos evoluídos compreendem de resto muito bem o que devem aos seus benfeitores europeus; as suas reações de ingratidão apenas nascem de um sentimento pagão de orgulho ferido, mais forte do que qualquer outro sentimento dos seus corações. Em contrapartida, muito poucos sabem quanto devem aos seus irmãos, a quem viram as costas com desprezo, não respondendo assim ao mais belo papel de cooperação para que os convidamos. (Rubbens e Ballenger, *Dettes de guerre*, Elisabethville, Editions de l'Essor du Congo, 1945, pp. 114 e 116).

É certo que a ABAKO se constituiu então tendo por missão "defender" a língua kongo, devido especialmente ao fato do avanço do lingala (a língua do comércio fluvial, proclamada pelos colonizadores como a língua da Força Pública e destinada, por isso, a uma grande expansão), mas também e sobretudo para defender e promover os interesses dos kongos (ou bakongos), os da província do

Baixo Congo e, mais ainda, os que viviam em Leopoldville e que, notadamente no plano profissional, se sentiam em posição de inferioridade em relação à "gente do Alto" (Alto Congo), comumente designados pelo etnônimo colonial de bangalas. O grupo referia-se incessantemente ao antigo reino como a uma idade de ouro, e procurava restaurar a unidade dos kongos e o seu esplendor cultural e social.

A chegada de Joseph Kasa-Vubu à direção da associação, em 1954, assinalou uma primeira virada: porque, ao mesmo tempo que imprimia à ABAKO o seu dinamismo e as suas vontades pessoais, o destino do grupo ficava a partir desse momento inteiramente ligado ao do seu chefe. A associação desenvolveu-se, expandiu a sua propaganda junto dos kongos da capital colonial, aumentou o número dos seus aderentes que eram ainda em 1954 apenas 200, implantou-se nas zonas rurais e, sobretudo, empenhou-se progressivamente na via da politização: afirmando que a população de Leopoldville se compunha de mais de 80% de kongos, a ABAKO reclamou a sua participação nas grandes decisões da cidade e pediu o cargo de chefe da cidade. A publicação, em 1956, de um *Manifeste de l'Abako*, em resposta ao *Manifeste de Conscience Africaine* saído alguns meses antes, de tendência "nacionalista", acabou de completar a transição para uma atividade de tipo político. Pela primeira vez, a ABAKO afirmava-se abertamente em oposição à colonização; as suas posições prefiguravam além disso a sua vontade futura de preservar a autonomia dos kongos:

É pura utopia querer levar todos os congoleses a ter a mesma opinião. Ora, é a opinião que faz o partido e não as circunstâncias históricas. A luta entre os partidos, embora perigosa, é necessária numa democracia. [...] Uma vez que a verdadeira união dos povos congoleses apenas poderá realizar-se pela via da evolução política, esta evolução no sentido do progresso democrático deve começar em primeiro lugar com base no que existe. Isto significa que os grupos, histórica, étnica e lingüisticamente unidos ou aparentados, se organizam para formarem outros tantos partidos políticos. Cada partido elegerá os seus representantes. (Citado em ABAKO (1950-1960), Bruxelas, CRISP, 1962, p. 41).

Nesta data, as bases da ABAKO como partido político estavam definidas: programa político e depois eleitoral, apoio num chefe forte e reconhecido, base eleitoral no Baixo Congo e em Leopoldville. Erigido em verdadeiro partido desde a autorização colonial de constituição de partidos políticos, a ABAKO foi um dos principais vetores da marcha para a independência no Congo belga, alternando os períodos de atividades legais (até 1959), um período de entrada em revolta e na clandestinidade (acontecimentos de 4 de janeiro de 1959), depois uma fase de acordos (mesa-redonda de Bruxelas sobre a independência), e participando em todos os momentos decisivos da história congolesa. O partido deixou uma marca perene: iniciou a emergência de uma referência étnica duradoura e, pelo acesso do seu chefe à magistratura suprema, conferiu-lhe um valor simbólico; mas,



a *contrário*, legou ao Congo-Kinshasa a pesada herança de uma vontade separatista que iria hipotecar pesadamente a vida do jovem Estado.

### A vontade pan-africana: o RDA

O contexto político francês e franco-africano criava um ambiente propício à eclosão de sentimentos pan-africanos: a assimilação favorecia o encontro entre militantes africanos dos diferentes territórios, que se encontravam na Assembleia Nacional em Paris; as diferentes colônias tinham o mesmo estatuto, o mesmo modo de gestão, a mesma estrutura organizacional, e eram geridas simultaneamente pelas mesmas leis e decretos; o agrupamento de tipo federal em grandes conjuntos (AOF, AEF, Madagascar) criava uma comunidade de fato entre os africanos da mesma região. Por fim, e talvez sobretudo, a frequência das mesmas escolas públicas (William Ponty para a AOF e Édouard Renard para a AEF) ou confessionais (o seminário de Yaoundé, o de Kisantu no Congo belga) estabeleceu entre os membros da elite laços de camaradagem e de fraternidade que ultrapassavam os partidos políticos, conferindo-lhes simultaneamente uma cultura comum. Assim, por exemplo, Lamine Guèye, professor em William Ponty em 1920 antes de se tornar advogado em tempo integral, teve entre os seus alunos o marfinense Félix Houphouët-Boigny, o congolês Jean-Félix Tchicaya, o sudanês Mamadou Konaté e o guineense Mamba Sano. No seio da Associação dos Antigos Alunos e Amigos da Escola William Ponty e nas redes menos formalizadas da administração e depois da política, coube um papel de primeiro plano aos alunos mais brilhantes, entre os quais Ouezzin Coulibaly (que foi além disso Diretor dos Estudos sob a Frente Popular), Modibo Keita, Félix Houphouët-Boigny ou os guineenses Diallo Sayfoulaye e Diallo Telli.

Desde a data da sua eleição para a Assembleia Constituinte em Paris, em 1946, os deputados africanos (eram 11 dos 24 e depois dos 27 deputados eleitos nas colônias) manifestaram uma boa capacidade de negociação e de entendimento: assim, em vez de aderirem à SFIO como lhes sugeria o “decano” Lamine Guèye, decidiram dividir-se pelos três grandes partidos franceses da época, o PCF (ao qual se aparentou o RDA), a SFIO e o MRP, a fim de criarem alianças com cada um deles e manterem boas relações em caso de eventuais necessidades da sua causa. Do mesmo modo, foi unanimemente que ameaçaram demitir-se em 1946, face ao novo projeto constitucional que achavam instituir em direito uma desigualdade de fato. Em 1946, a saída de um *Manifeste* comum, que assumia a “recusa histórica de submissão do Negro” (Doudou Guèye) e apelava a uma ampla reunião das forças políticas da África francesa para se conseguir “a união de todos os Africanos (a fim de se) libertarem do colonialismo para entrarem, com todos os direitos políticos, sociais e culturais, numa união livremente aceita das populações da África e do povo francês”, foi testemunho desta solidariedade já visível noutros lados. Esta concretizou-se em outubro com o Congresso de Bamako no decurso do qual foi criado o RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*).

A vocação pan-africana do RDA traduziu-se quer na ideologia quer no modo de funcionamento adotados. O partido tinha por vontade unir o mais amplamente possível os africanos e fazê-lo ultrapassando as clivagens políticas, religiosas e outras:

[A nossa] união é uma realidade independente das concepções filosóficas ou religiosas, das afinidades étnicas, da situação social.

Muçulmanos, cristãos ou animistas, homens do Norte ou do Sul, chefes, funcionários, comerciantes, assalariados ou camponeses, todos os africanos percebem hoje que são solidários, que sofrem a mesma exploração e que quem quer dividi-los só quer perpetuar a sua sujeição.

Ora, é esta união real que o *Rassemblement* deve traduzir e organizar. Nenhum daqueles que querem subscrevê-la tem o direito de querer impor a sua ideologia. Todos nós devemos colocar as nossas capacidades pessoais ao serviço da idéia fundamental da União dos Africanos. (Félix Houphouët-Boigny, *Circulaire du Comité de Coordination du RDA*, 26 de Fevereiro de 1947).

A união das forças políticas no seio do RDA fazia-se, pois, à revelia de qualquer ideologia, com base num programa mínimo, a luta contra o estado de dominação em que se encontravam os africanos e a luta contra as falsas soluções:

Colocando acima de todas as divergências filosóficas ou religiosas a preocupação de lutar pelo progresso rumo à liberdade e ao bem-estar das populações africanas, [os membros do RDA] apenas querem ver hoje o esforço considerável que a situação exige dos africanos. [...]

A resolução exprime as idéias fundamentais que serão a base do *Rassemblement*: elaboração de uma política que reconheça e favoreça o local, a expressão da originalidade africana, rejeitando todos os entraves de uma falsa assimilação. [...] [Este ponto] não parece ser discutível para ninguém. Acreditamos, uns e outros, no valor da civilização negro-africana e pretendemos preservar os contributos que ela é suscetível de dar à civilização humana.

Além disso, constatamos os malefícios da assimilação hipócrita que apenas se fez em relação aos deveres e não aos direitos. [...]

O objetivo essencial do *Rassemblement* é realizar em todos os escalões da organização política a união manifestada pelos africanos.

A sua tarefa primordial, no período atual, é pois a união de todas as forças anticolonialistas no interior de cada território. (*Ibid.*).

O RDA, corolário desta vontade de união, queria-se independente dos partidos políticos franceses e do seu modo de organização:

O *Rassemblement* não é, não pode ser a seção de nenhum partido metropolitano. É uma organização africana, adaptada às condições africanas, dirigida por africanos, ao serviço da África Negra. (*Ibid.*).

Tal não impediu o RDA de, por razões de eficácia e de tática, adotar uma estratégia de alianças com os partidos franceses, nomeadamente com o PCF, ou de apoio ao governo (Félix Houphouët-Boigny, presidente do RDA, entrou para o governo francês em 1956).

A organização e a estrutura do RDA obedeceram às necessidades da união; tratava-se mais de uma federação de partidos do que de um partido propriamente dito: o RDA englobava partidos territoriais (um só por território), que conservavam as suas especificidades, o seu modo de funcionamento e se tornavam "seções locais" do *Rassemblement*. Assim, o PDCI (*Parti Democratique de la Côte d'Ivoire*) e o PDG (*Parti Democratique Guinéen*) eram seções do RDA.

Embora a capacidade de união dos partidos políticos africanos tenha permitido a criação de amplos movimentos como o RDA, isso não impede que tal união comportasse numerosos limites. Por um lado, o pan-africanismo que ela exprimia era manchado pelo peso da colonização: o RDA não encarava trabalhar com os seus homólogos das colônias britânicas, belgas ou portuguesas. Apenas Barthélémy Boganda, numa abordagem voluntarista e audaciosa, esboçou as grandes linhas de uma "África Latina" que agruparia, por etapas, os quatro territórios da África Equatorial Francesa, os Camarões, o Congo belga, assim como o Ruanda, o Burundi e Angola. Em segundo lugar, a implantação do RDA nas colônias francesas era desigual: no Congresso de Bamako, a África Equatorial Francesa apenas esteve representada por um chadiano, já que os delegados do Congo e do Gabão tinham sido impedidos de sair das suas colônias. A composição do Comitê de Coordenação, órgão diretor do partido, e da delegação parlamentar sempre se ressentiu deste desequilíbrio.

| Comitê de Coordenação de 1946: |           | Deputados RDA em 1947: |           |
|--------------------------------|-----------|------------------------|-----------|
| AOF                            | 6 pessoas | AOF                    | 8 pessoas |
| AEF + Camarões                 | 1 pessoa  | AEF + Camarões         | 2 pessoas |
|                                |           | Somalis                | 1 pessoa  |
| Comitê de Coordenação de 1948: |           | Deputados RDA em 1956: |           |
| AOF                            | 8 pessoas | AOF                    | 7 pessoas |
| AEF + Camarões                 | 2 pessoas | AEF + Camarões         | 2 pessoas |

Por último, os desacordos ideológicos e os conflitos entre pessoas fragilizaram sempre o movimento e impediram-no de ganhar toda a amplitude que os seus fundadores gostariam de lhe ter conferido: a ausência de Léopold Sédar Senghor e de Lamine Guèye, ambos membros da SFIO, no Congresso de Bamako;

as tentativas de oposição de Fily Dabo Cissoko neste mesmo Congresso; a criação dos *Indépendants d'Outre-Mer*; as polémicas sobre as relações entre o partido e o Partido Comunista Francês e o desacordo entre Félix Houphouët-Boigny e Gabriel d'Arboussier sobre a estratégia a adotar; a secessão de várias seções...

Porém, apesar destes fracassos e dos seus limites, o RDA manteve-se como a força política mais conhecida do período da descolonização nos territórios franceses: assinalou uma profunda ruptura com o militantismo tradicional no seio dos partidos políticos franceses e mostrou-se decidido a lutar pelo bem-estar dos africanos. A desintegração da África Ocidental Francesa e as dificuldades posteriores às independências, longe de enfraquecerem o RDA, fizeram dele uma espécie de mito que, no contexto francófono, encarnou as horas gloriosas do pan-africanismo e do anticolonialismo<sup>11</sup>.

### 3. Os métodos de ação política

Consoante as suas ambições políticas, as suas ideologias, os seus programas, as condições em que se encontravam, mas também os seus modos de organização – partido político, facção militante, sociedades secretas –, as forças políticas africanas utilizaram diferentes modos de ação. Quando a assimilação permitia eleições e a presença de representantes nas instâncias oficiais, a luta podia travar-se no domínio parlamentar: foi o que se passou na França. A luta armada impôs-se sempre que a negociação se mostrou impossível. Entre estes dois extremos, o que dominou foi uma luta política muito complexa, aliando as ações de massa e as negociações políticas. Assim, em 1946, os deputados malgaxes presentes na Assembleia Constituinte Francesa, partidários da negociação, apresentaram, sem êxito, é verdade, o seguinte projeto de lei:

Proposta de lei:

Artigo 1.º – É, e permanecerá revogada, a lei de 6 de agosto de 1896.

Artigo 2.º – Madagascar é um Estado livre, e tem o seu governo, o seu parlamento, o seu exército, as suas finanças, no seio da União Francesa.

Porém, fosse porque não tinham sido autorizados a dialogar, fosse porque as suas posições eram menos moderadas e mais radicais pela própria natureza da sua inspiração política, fosse porque quisessem precipitar os acontecimentos, fosse, por fim, porque tivessem o sentimento de que a negociação não levava a lado nenhum nos pontos por que se batiam e que só a passagem aos atos poderia abalar o colonizador, alguns partidos políticos recusaram as conversações e optaram por posições mais radicais. No caso extremo, quando a luta parlamentar parecia votada ao fracasso e a luta política não parecia suficiente, os nacionalismos africanos recorreram à "guerra de independência".

Um dos episódios mais célebres da luta armada na África do pós-guerra situa-se na ilha de Madagascar: com efeito, a história malgaxe assume um caráter muito especial; o nacionalismo manteve-se vivaz ao longo de toda a colonização, animado por sociedades secretas como o VVS (*Vy Vato Sakelika*, isto é, "Ferro Pedra Rede") e o JINA, por partidos políticos clandestinos como o Pa-Na-Ma (Partido Nacionalista Malgaxe); depois da guerra, as organizações nacionalistas fizeram circular uma palavra de ordem, "a independência não se pede, conquista-se", que desembocou na insurreição de 1947. Para Madagascar, os acontecimentos de 1947 foram a curto prazo e no plano militar um fracasso dos mais sangrentos (o número mais aceito de mortos pelas armas ou pela fome é o de 100.000). Porém, a longo prazo, revelou-se como a época mais forte e a referência obrigatória do nacionalismo malgaxe. Noutras colônias, os partidos políticos puderam travar lutas armadas vitoriosas que fizeram recuar a colonização, como foi o caso da UPC nos Camarões.

A tática escolhida dependia muito da atitude da administração. A existência dos partidos políticos e o seu trabalho às claras pressupunham geralmente o acordo da administração, um reconhecimento oficial ou, na pior das hipóteses, tolerância. Na ausência desse acordo, os partidos eram obrigados à clandestinidade, com todos os riscos que isso supunha. Mas, mesmo com o acordo mais ou menos tácito da administração colonial, a vida dos partidos políticos era muitas vezes movimentada: reuniões sempre vigiadas por pessoas criteriosamente infiltradas, manifestações proibidas ou brutalmente interrompidas, documentos confiscados, correspondência desviada, incômodos de toda a espécie no que se referia a deslocamentos no interior do país ou ao estrangeiro, transferências de líderes que pertencessem à função pública, e, por vezes também, violências, prisões, massacres.

#### A ação parlamentar: os *Indépendants d'Outre-mer*

O grupo dos Independentes do Ultramar (*Indépendants d'Outre-Mer*- IOM); muito diferente do RDA ao qual foi muitas vezes comparado ou oposto, não foi concebido como um partido político: enquanto os partidos juntam no seu seio homens que comungam mais ou menos das mesmas ideias, da mesma ideologia, homens que militam juntos no terreno, os Independentes do Ultramar (cujo grupo é mencionado pela primeira vez em 1948) justapuseram homens de ideias variadas, pertencentes a tendências ou partidos políticos por vezes opostos, com opiniões políticas muitas vezes divergentes (viria a operar-se com o correr do tempo uma concentração em volta dos valores democrata-cristãos), não se impondo, pelo menos a princípio, uma palavra de ordem para uma ação comum no terreno. O seu agrupamento se fez com base num simples grupo parlamentar, de resto muito eficaz: essa situação conferia-lhes um estatuto legal e oficial assim como diversos direitos e privilégios na Assembleia, a participação nas comissões, gabinetes e outras reuniões, a contribuição para a adoção da ordem do dia nos

debates da Câmara, em Paris, a faculdade de apresentarem emendas e moções, de interpelarem o governo. A sua constituição em grupo parlamentar conferia-lhes também, e sobretudo, um peso com o qual os outros deputados deviam contar: assim, em 1955, Christian Pineau não pôde ser nomeado chefe do governo porque lhe faltaram os votos dos IOM com os quais não se chegara a um entendimento.

Assim, entre os IOM havia homens de horizontes muito diferentes, embora majoritariamente africanos da África Negra, entre os quais os três tenores do movimento, Léopold Sédar Senghor (Senegal), Jean Aubame (Gabão) e Nazi Boni (Alto Volta), mas também argelinos, habitantes da Costa Francesa dos Somalis (não integrada na África Negra francesa), oriundos dos outros territórios do ultramar (Nova Caledônia, Índia Francesa), assim como eleitos das regiões francesas. Estes homens estavam unidos por um programa muito vago, mas também pela vontade comum de promover um progresso real, no campo econômico, social e, mais tarde, político, nas colônias da França.

A estratégia dos IOM para atingirem o seu objetivo foi a manobra parlamentar. Para tal, granjearam uma imagem de moderação: manifestaram a vontade de não precipitarem os acontecimentos e de procederem a reformas por etapas; tomaram partido nos conflitos que opunham a França ao mundo exterior, manifestando assim uma grande fidelidade à "nação" (isto é, à França); finalmente, não evocavam a ideia de independência e não hesitavam em louvar a ação da França nas suas colônias:

Temos muito que aprender. Ser-nos-ão necessários vários anos para construirmos solidamente a nossa casa. Digo e repito que não queremos separar-nos da França, pelo contrário: devemos considerar-nos como jovens pajens que apenas servem para segurar a cauda do vestido da grande dama França, e que devemos trabalhar para nos tornarmos talvez um dia o esposo de pleno direito da nossa protetora. [...]

Hoje em dia o nacionalismo está ultrapassado, e os homens, senão mesmo os povos, preferem as liberdades à Liberdade, à independência do seu país preferem a independência material e moral de cada um dos seus concidadãos. [...]

Em comparação com o que se passa nos países africanos vizinhos, verificamos que apenas a França soube preencher a sua missão civilizadora. (Declaração de Léopold Sédar Senghor no Congresso de Bobo-Dioulasso, fevereiro de 1953, declarações relatadas por *L'Éveil du Bénin*, 15 de fevereiro de 1953).

Para os franceses, esta atitude era tranquilizadora e predispunha a ouvir as reivindicações feitas. Para os outros partidos africanos, nomeadamente os do RDA, os IOM eram "colaboradores", "pequeno-burgueses reacionários" e "vendidos".

A sua ação no seio do Parlamento e também nos sucessivos governos foi possível graças ao estabelecimento de sólidas pontes com o MRP (Movimento Republicano Popular), o partido francês símbolo do centro e que se dizia estar em todos os governos. Graças a ele, os IOM puderam continuar a sua ação quando já



não perfaziam o número suficiente para constituírem grupo parlamentar (eram necessários catorze no mínimo). Estavam também ligados à administração colonial, tendo obtido funções de prestígio tanto no poder executivo como no legislativo. Na ação parlamentar, deram provas de grande organização e de real eficácia, repartindo entre si a participação nos trabalhos das comissões, intervindo regularmente nos debates (435 intervenções em três legislaturas contra 222 para o RDA e 301 para a SFIO) incluindo os debates franco-franceses, propondo textos legislativos (48 propostas de lei em 12 anos), concedendo os seus votos para a investidura da quase totalidade dos primeiros-ministros da IV República (1946-1958) até 1955. Esta tática deu os seus frutos, uma vez que os Independentes do Ultramar contribuíram para a adoção de numerosas reformas favoráveis à evolução nas colónias francesas: reforma eleitoral de 1951, que alargava o direito de voto, e reforma municipal de 1955, que aumentava o número de municipalidades na África, adoção do Código do Trabalho do Ultramar em 1952, criação do Instituto dos Altos Estudos de Dacar etc. Os IOM contribuíram certamente também para a progressão entre os políticos franceses do interesse e das ideias a respeito do futuro da África.

A história dos IOM é a de um meio fracasso: com efeito, na década de 1950, a sua influência começou a declinar junto dos eleitores, que exigiam uma ação mais resoluta e uma evolução mais rápida, mas também na vida política francesa, que parecia prestar-lhes cada vez menos atenção. Os êxitos eleitorais do RDA e a integração dos eleitos do RDA no seio do governo, depois da sua ruptura com o PCF (1951), fizeram dos IOM o novo interlocutor da França para os assuntos africanos. Os IOM foram obrigados a mudar de tática e a entrar progressivamente na oposição à política da França. Em breve passaram da vontade de constituírem uma "federação" entre a França e a África para a reclamação de uma "confederação" que uniria países independentes. A análise do movimento com o passar dos anos parece mostrar que, embora na década de 1940 a colaboração com o colonizador tivesse sido politicamente eficaz, no decurso da década de 1950 mostrou ser uma estratégia cada vez menos compensadora: comparada com a ambiguidade e a moderação do seu projeto, a ação política mais determinada e mais agressiva de outros partidos, na África francesa mas sobretudo britânica, recebeu maior apoio da população e obteve resultados mais rápidos.

#### A luta política: o CPP

O *Convention People's Party* (CPP) da Gold Coast nasceu em 1941 de uma dissidência da UGCC (*United Gold Coast Convention*): com efeito, uma oposição cada vez mais marcada havia começado a dividir os membros da UGCC entre, por um lado, uma maioria de intelectuais, de membros da elite da classe média, entre os quais se contavam muitos advogados e homens de outras profissões de prestígio, geralmente favoráveis a uma evolução suave e sem dúvida mais preocupados com

os seus interesses próprios do que com o acesso à independência, e, do outro, um grupo mais jovem, mais determinado e mais progressista, desejoso de ver os progressos políticos avançarem e de que a independência não fosse realizada em proveito das classes privilegiadas. Kwame Nkrumah, o líder do novo partido, anteriormente secretário-geral da UGCC, afirmou mais tarde:

Era quase inútil associar-me a um movimento quase inteiramente apoiado por uma classe média reacionária, de advogados e de comerciantes, porque as minhas ideias e o meu passado revolucionários me impediam de trabalhar com eles.

O CPP apoiou-se portanto numa base mais radical, essencialmente nos diferentes movimentos de juventude do território, agrupados no seio do CYO (*Committee of Youth Organisation*): em 1950, a mudança da idade que dava direito de voto dos 25 para os 21 anos contribuiu para alargar a sua base eleitoral. O órgão executivo do partido era, aliás, constituído quase exclusivamente por pessoas oriundas das camadas populares e contava com raríssimos diplomados do ensino superior.

O discurso do CPP e do seu líder era o mais claro possível: "*Self-Government Now*". O programa era menos preciso: o partido não tinha nenhuma ideologia definida; estava sobretudo determinado a chegar o mais depressa possível à autonomia e, como salienta Adu A. Boahen, "estava pronto a utilizar todos os meios para atingir os seus fins". Desde princípios de 1949 eram lançados ultimatos à Grã-Bretanha:

Se na data de 1 de abril não tivermos obtido a autonomia, começaremos a libertar-nos nós próprios segundo o nosso próprio programa de ação. (Sachi Scheck, comunicação à *Sekondi Youth Association*, janeiro de 1949).

O CPP soube jogar com toda uma gama de meios de pressão, a que se chamou *Positive Action*: não cooperação com a administração colonial e os brancos em geral, desobediência civil, agitação, propaganda alargada, principalmente por intermédio dos jornais, aliança e negociação com os sindicatos (nomeadamente durante a greve geral de janeiro de 1950), greves e boicotes, grandes marchas, campanhas de imprensa, tudo isso com uma dupla finalidade: levar a população a reagir para não a deixar resignar-se à sua sorte de colonizada, e obter a reunião imediata de uma Assembleia Constituinte que seria encarregada de dotar o país da autonomia e de um governo responsável. O tom utilizado contrastava singularmente com a moderação da UGCC:

Mantém-te pronto, povo da Gold Coast, a era da ação positiva aproxima-se. O Comitê falhou na sua tentativa de fazer aceder o povo deste país à autonomia completa; o Conselho Legislativo falhou na sua tentativa de pedir a autonomia para o país; o Conselho Territorial dos Chefes falhou na sua tentativa de pedir a autonomia para o país; e o governo britânico recusou com habilidade aquiescer ao verdadeiro e legítimo pedido de autonomia formulado por este país. [...]

O que o povo deste país pede agora é a convocação de uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE pela via de eleições gerais, a fim de determinar a constituição de um verdadeiro governo de autonomia para este país.

O povo deste país esperará pacientemente durante duas semanas a contar deste dia, 15 de Dezembro de 1949, período durante o qual o governo britânico deverá anunciar, pela voz do seu Governador, que aceita o princípio da instalação de uma Assembléia Constituinte sem quaisquer prazos; senão, a ação positiva será lançada em qualquer momento após se ter esgotado o prazo anunciado de duas semanas.

Povo da Gold Coast, mantém-te pronto e prepara-te para o grande dia, se ele chegar. (Kwame Nkrumah, discurso consignado pelo *Evening News*, 16 de Dezembro de 1949).

Esta mensagem inegociável teve um enorme êxito em dois domínios. Em primeiro lugar, a população aderiu maciçamente a este programa progressista e ao CPP: as eleições municipais de 1951 e sobretudo as eleições gerais vieram provar que o CPP se tornara o partido majoritário na Gold Coast. Em segundo lugar, os êxitos obtidos pelo CPP obrigaram os britânicos a mudar de tática, isto é, a cessarem de perseguir os seus quadros, a aceitar trabalhar com o partido e a acelerar o processo de independência. Esta reviravolta foi, no essencial, obra de um governador lúcido e hábil, Sir C. Arden Clarke:

Nkrumah e o seu partido tinham a massa da população a segui-los e não havia qualquer outro partido que fosse suficientemente representativo e para o qual nos pudessemos virar. Sem Nkrumah, a Constituição teria sido natimorta e se ninguém tivesse respondido às esperanças, às aspirações e às propostas concretas para uma progressão concreta para a autonomia, deixaria de haver confiança nas boas intenções do governo britânico. [...] A Gold Coast teria mergulhado na discórdia, na violência e num banho de sangue. (1958).

O *Convention People's Party* foi por isso chamado, em 1951, a constituir um governo transitório encarregado de participar nos assuntos do território e, depois, de o orientar para a independência.

#### Um movimento revolucionário: a UPC

O nacionalismo, particularmente vivo nos Camarões, foi sem dúvida indiretamente alimentado pelas particularidades da história do território, teatro dos combates entre europeus, que passou das mãos dos alemães para as dos franceses e dos britânicos, tendo portanto vivido já uma espécie de primeira descolonização, que fora dividido, instituído em mandato da Sociedade das Nações, depois progressivamente assimilado às outras colônias. Em setembro de 1945, quando os Estados-Gerais da Colonização reunidos em Douala acabavam de reafirmar a adesão dos colonos às formas mais retrógradas da colonização, esse nacionalismo jorrou com violência, na parte francesa do território, um

pouco à semelhança de Madagascar, desencadeando uma série de tumultos mais ou menos espontâneos, reprimidos de forma sangrenta. Mas a necessidade de os nacionalistas se organizarem e se dotarem de um movimento estruturado levou à criação da UPC (União das Populações dos Camarões), que não foi, longe disso, o único partido camaronês, mas que ocupou um lugar de destaque, quer por sua audiência, quer por seu papel na conquista da independência.

O que caracterizou a UPC, em comparação com a maioria dos partidos políticos africanos da mesma época, foi o radicalismo de que deu mostras. Não que os outros partidos apenas tenham exprimido ideias moderadas, mas porque a UPC se mostrou radical desde a sua criação e recusou sempre desviar-se desta tendência, quer moderando o seu discurso, quer aceitando colaborar com o colonizador, quer até cedendo à pressão geral que levou à ruptura dos laços privilegiados entre os partidos camaroneses e o movimento comunista internacional, mais particularmente francês.

A UPC, criada em 1948, viu, desde o início, "a ala radical do movimento colonial [levar] a melhor sobre a ala moderada" (Richard Joseph): com efeito, o programa do partido era drástico e comportava dois objetivos sobre os quais não havia qualquer intenção de ceder: a conquista da independência e a reunificação dos dois Camarões. Na paisagem política africana, tratava-se de uma posição extrema, raramente expressa com tanta clareza:

Enquanto os colonialistas preparam a intriga e a provocação para desviarem as atenções da Missão da sua visita e enganarem a opinião pública camaronesa, o povo, com a UPC e os outros movimentos progressistas na vanguarda, reclamará a sua independência... Independência imediata. As forças patrióticas que vão colocar o problema da Independência Imediata sabem:

— que a sua causa é justa;

— que, conseqüentemente, têm o justo direito do seu lado;

— que têm a aprovação de todo o povo, sejam quais forem os falsos alardes provocados por homens de passagem como Roland Pré [governador dos Camarões franceses];

— que têm o apoio de todos os povos do mundo. Sobre este último ponto, não é possível fazer aqui uma análise completa da ação que se faz pelo mundo para apoiar o povo camaronês mártir do terror colonialista. [...]

No início deste ano, por ocasião do debate sobre a política do governo no Norte da África, o general Aumeran declarava na tribuna da Assembléia Nacional: A França perderá o seu lugar de grande potência no dia em que tiver perdido todas as colônias. Podemos inverter a expressão dizendo que a França não merecerá nunca o seu lugar de grande potência enquanto continuar a oprimir as colônias. O mesmo se passa em relação a qualquer outra grande potência que domine um império colonial. Mas, mais do que nunca, as colônias estão decididas não só a

libertar-se do jugo colonial, mas também a ajudarem os povos de países opressores a criarem entre eles as condições de um governo que deixará de basear a sua política na opressão e na exploração dos outros países. [...]

Mas seja qual for a amplitude da solidariedade e da simpatia que nós são asseguradas do exterior, é o nosso próprio esforço que deve determinar a salvação nacional. [...]

Assim, caros compatriotas, chegou a hora de pormos de lado todas as querelas subalternas para que todas e todos façamos um bloco para impor a Unificação e a Independência imediata do nosso país, para que nos lancemos ao trabalho de edificação do nosso jovem Estado com base num programa que o nosso movimento vos propôs por outra via. (Texto de Félix Roland Moumie, Abel Kingué e Ernest Ouandié, *Maquis*, 3 de outubro de 1955, citado em Ruben Um Nyobe, *Ecrits sous maquis*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 108-109).

Já na época se debatia, tal como hoje, se a UPC era ou não um partido comunista. É verdade que existem numerosos pontos de convergência ou de semelhança entre os partidos comunistas estrangeiros, em particular o PCF, e a UPC: os líderes do partido tinham sido formados nas ideias marxistas e serviam-se tanto da sua dialética como do seu vocabulário; o partido era organizado como partido de massas e atribuía um lugar muito importante às seções locais; os laços com os sindicatos próximos da CGT na França eram estreitos; além disso, o partido mantinha relações privilegiadas com o PCF, que o ajudou em muitas dificuldades e contribuiu com os seus escritos, nomeadamente na imprensa, a advertir a opinião pública francesa sobre a situação nos Camarões. Algumas asserções da UPC, de inspiração jdanovista, parecem confirmar esta ideia de que a UPC era um partido comunista:

Formaram-se dois campos: o campo do imperialismo e da guerra, encabeçado pelo imperialismo americano: é neste campo que se encontram os colonialistas; e o campo da democracia e da paz, à frente do qual se encontra a União Soviética: é neste campo que se encontram a classe operária e os democratas de todos os países. É também neste campo que se encontram todos os povos em luta pela libertação do jugo colonial. (Ruben Um Nyobe, extrato do Relatório apresentado ao primeiro Congresso da União das Populações dos Camarões, *Dschang*, 10 de abril de 1950, citado em *Ecrits sous maquis*, Paris, L'Harmattan, 1989).

Os trabalhos de Richard Joseph mostraram pelo contrário que “a UPC não era de maneira nenhuma um partido comunista... A melhor designação para a ideologia da UPC é a de nacionalismo revolucionário”. É verdade que a UPC não tinha por objetivo instaurar um Estado de tipo socialista. A radicalização das suas posições deve muito à atitude que os colonizadores adotaram para com ela. Embora legalmente autorizada, a UPC teve de agir numa meia clandestinidade até 1955 e esquivar-se constantemente para fugir à coação da administração. Os tumultos

verificados nesta data, embora ao que parece não tenham sido obra da UPC, deram pretexto à administração colonial para proibir um partido que começava a incomodá-la seriamente: teve então de entrar numa clandestinidade total e continuar a sua ação a partir do *maquis* (resistência). Era no entanto o movimento nacionalista mais representativo nos Camarões da década de 1950. Enquanto, até então, o partido procurara por todos os meios atuar no campo das contradições jurídicas (ações junto à ONU, segundo tutor do território sob mandato e insistência na particularidade do seu estatuto e da sua não pertença à França, nomeadamente), e após ter agido de forma vã para fazer anular a sua interdição, foi obrigado a mudar os seus métodos e a organizar-se como um verdadeiro movimento de guerrilha, que pôde continuar a trabalhar nas profundezas do país e, sobretudo, lutar contra os “colaboradores” do sistema colonial. A morte do seu dirigente, Ruben Um Nyobe, em circunstâncias ainda pouco claras (13 de setembro de 1958), sobreveio no momento em que os franceses, tendo compreendido que a independência era inevitável, empreenderam liquidar sistematicamente a UPC e transferir o poder para personalidades que não tinham combatido o colonialismo e que, apoiando-se no regionalismo, representavam “as forças conservadoras e antinacionalistas do país” (Richard Joseph).

#### A luta armada: o Mau-Mau

A situação no Quênia era sensivelmente diferente da de muitas outras colônias africanas, na medida em que, como colônia de povoamento, tinha no seu solo um grande número de brancos, os quais detinham as melhores terras e o poder. Assim, os africanos tinham sido reduzidos ao estado de proletariado, tanto na zona rural onde eram na sua maioria trabalhadores sazonais agrícolas ou *squatters*, como na zona urbana onde uma classe operária começara a emergir. Neste contexto, o protesto social, principalmente entre os kikuyus, tinha já um longo passado quando começou a transformar-se em reivindicação nacional e independentista.

O Mau-Mau, um dos movimentos de revolta mais espetaculares do fim da era colonial, emergiu na década de 1940 num terreno propício à contestação. O movimento, que, na origem, era essencialmente camponês, recrutou aderentes principalmente entre os kikuyus, mas também entre os merus, os kambas e os embus. O Mau-Mau era muito diferente dos movimentos políticos que emergiam no continente africano. Por um lado, não se constituía em partido político. Além disso, integrava um baixo grau de consciência política, não assentava em qualquer construção ideológica, exprimia mais uma espécie de “saturação”, uma vontade de destruir um sistema social e político insuportável, mais do que uma vontade de construir uma ordem nova: a vontade dos insurretos era reduzir a colonização a frangalhos para devolver o seu lugar à ordem antiga.



O *Kenya Land and Freedom Army*, como os membros do movimento lhe chamavam, era ao mesmo tempo um exército de guerrilha, uma horda que praticava o banditismo e uma sociedade secreta. Uma parte dos seus membros agrupava-se nos campos e organizava verdadeiros *raids*; outra parte era constituída por informantes, espécie de exército de serviço secreto e tropa pronta a substituir outros, disposta a entrar em ação em caso de necessidade, guardando segredo absoluto sobre todas as suas atividades, residindo por vezes no círculo mais próximo dos plantadores europeus, os quais viviam assombrados pelo medo de serem traídos e atacados pelos próprios empregados. Como testemunha a canção que se segue, havia dois tipos de pessoas visadas pelas ações do movimento, os brancos mas também, e sobretudo, os africanos que colaboravam com os brancos:

Vós, brancos, vós sois estrangeiros no nosso país,  
Vós trouxestes a escravatura e a exploração ao nosso país;  
Agora, deixai o nosso país.  
Eu combaterei, eu combaterei o nosso inimigo,  
Eu combaterei o nosso inimigo  
Até que o nosso país seja livre.  
E vós, traidores que nos vendeis  
Ao opressor branco,  
Vós deveis saber  
Que expulsaremos o opressor branco  
Deste país,  
Então, haveis de pagar  
Os vossos atos de traição  
Com a vossa vida.

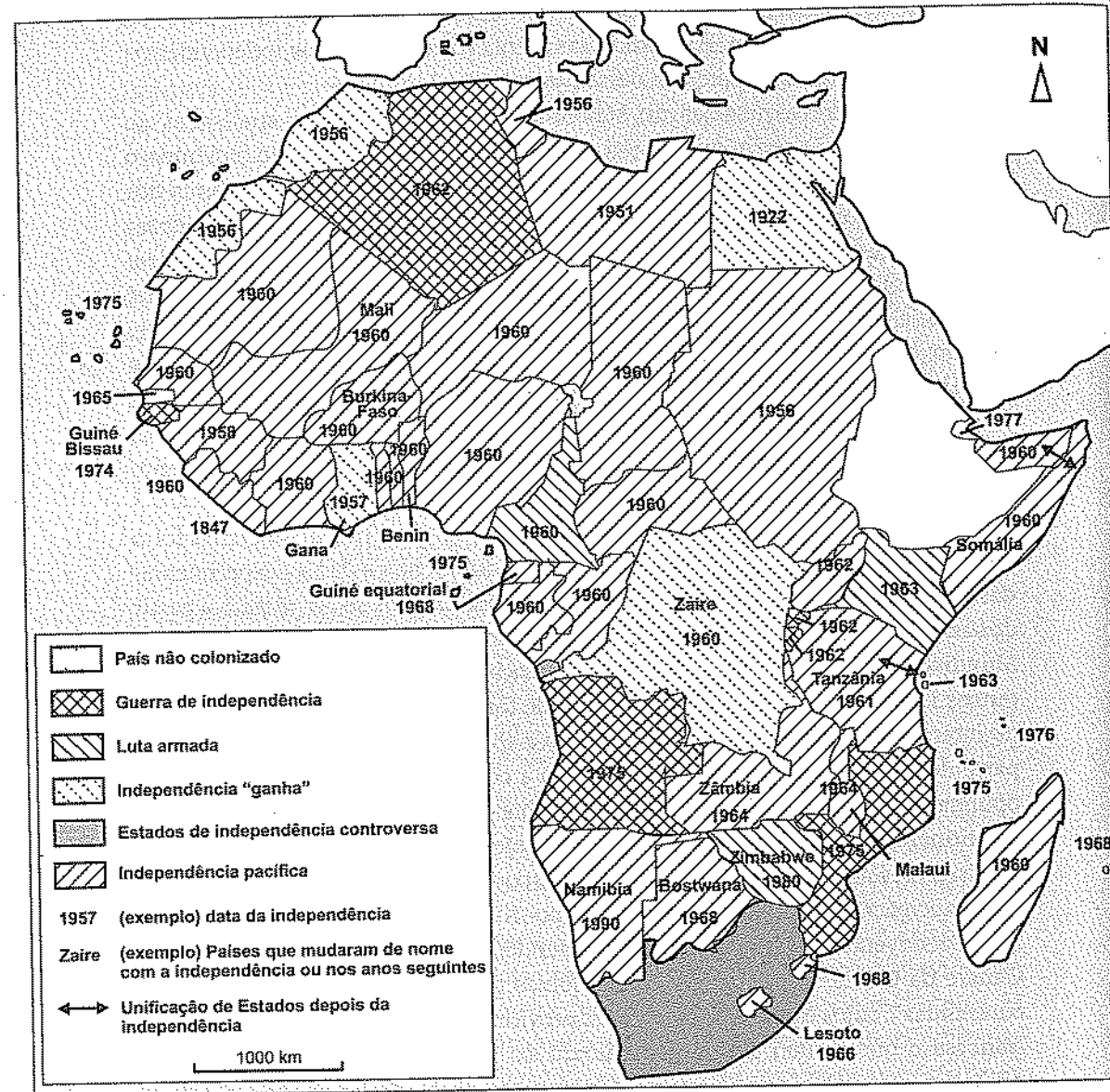
(Citado por William R. Ochieng e Karim K. Janmohamed, *Some Perspectives on the Mau-Mau Movement*, *Kenia Historical Review*, vol. 5, nº 2, 1977, pp. 308-309).

Já se consagraram numerosos estudos aos *Mau-Mau* visando estabelecer se se tratava de uma simples *sedição* camponesa ou de um autêntico movimento nacionalista, se se devia falar de guerrilha ou de guerra (registraram-se cerca de 15 000 mortos), se o movimento foi uma revolta ou uma verdadeira revolução; e as opiniões estão muito divididas. Uma das questões mais controversas é a do papel e do balanço do *Mau-Mau* no processo de acesso à independência. Por um lado, o movimento foi uma derrota militar: o clima de insegurança em que mergulhou o país a partir de 1949 obrigou a administração colonial a declarar o estado de sítio em 1952, a pedir a ajuda das tropas britânicas e a utilizar os meios mais expeditos para frear a rebelião (prisões, *raids* e concentração das populações, sob o pretexto de as proteger do movimento, mortes etc.). Por outro lado, o diálogo com as forças políticas nascentes foi rompido: Jomo Kenyatta, embora se tenha sempre

declarado firmemente contra o emprego da força, foi declarado responsável e chefe oculto do movimento, tendo sido encarcerado durante dez anos; os kikuyus foram excluídos da vida política. Por último, o Quênia só adquiriu a sua independência em 1963, mais tarde do que a maioria das colônias britânicas.

Mas as consequências do *Mau-Mau* podem também ser analisadas de maneira positiva: o terror que reinou nos campos provocou um vasto movimento de emigração de colonos brancos e começou a fazer desaparecer a economia dos colonos plantadores; os novos atores nos meios urbanos (operários, trabalhadores não qualificados etc.) permitiram unir as forças do país num mesmo objetivo; a prisão de Jomo Kenyatta fez dele um herói, e, portanto, o chefe incontestado para o acesso à independência, obrigando os europeus a reataram o diálogo com ele. Por fim, e sobretudo, o apelo dos brancos às forças britânicas provou à metrópole que o país não poderia ser controlado pelos brancos e que a independência deveria fazer-se com os africanos: o Quênia conseguiu assim evitar a descolonização tardia, prenhe de muitas incertezas sociais e econômicas, das colônias de povoamento da África Austral.

Sem qualquer dúvida, o acesso das colônias da África à soberania foi o corolário de múltiplas formas de resistência, de dissidência e de luta experimentadas pelo continente desde o início da colonização, as quais se ampliaram a partir dos anos 1930, para se radicalizarem quase por todo o lado após a Segunda Guerra Mundial. Mas o ritmo do processo de emancipação teve de contar ainda com outros fatores, em especial com a relação de forças entre as formações políticas no interior dos Estados colonizadores, com a abordagem da questão colonial por parte dessas formações e, por último, com a competição e as contradições que opunham as grandes potências entre si. Na febre dos acontecimentos que agitaram o continente durante a grande década das "independências", entre 1955 e 1965, os dirigentes africanos mais radicais elaboraram a sua própria visão do processo de emancipação. Amplamente inspirados por Kwame Nkrumah, o "abre-alas" da África independente, opunham as "independências conquistadas", como as do Gana e da Guiné, e, mais tarde, das colônias portuguesas, às "independências concedidas", cujos exemplos mais claros proviriam dos territórios sob dominação francesa e que teriam sido a antecâmara do neocolonialismo. Concebida na polémica, esta classificação era ainda demasiado esquemática e demasiado sumária para dar conta da complexidade das diversas situações em que houve sempre, em proporções altamente variáveis, uma parte de combate e uma parte de negociação. Por isso, poderíamos contentar-nos com estabelecer a distinção entre as "independências negociadas", de que o Senegal e o Tanganica foram bons exemplos, e as "independências adquiridas", segundo o modelo dos Estados Unidos da América no século XVIII, a que Kwame Nkrumah gostava de se referir para o caso do Gana (documento 94).



## NOTAS

\* Sophie LE CALLENNEC

<sup>1</sup> O movimento é conhecido geralmente por revolta do Alto Sangha, revolta *gbaya* ou guerra do *Kongo-wara*.

<sup>2</sup> Albert Memmi, *Portrait du colonisé*, 1957, e Franz Fanon, *Peau noire, masques blancs*, 1952. NREB: Edições em português: *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador e Peles negras, máscaras brancas*.

<sup>3</sup> Expressão inglesa que significa "levar vida de forçado".

<sup>4</sup> Título do artigo de David Anderson e David Throup em *Journal of African History*, 26, 1985.

<sup>5</sup> "The Asian Mirror to Tropical Africa's Independence", in Prosser Gifford e W.M. Roger Louis (ed.), 1982.

<sup>6</sup> Ver Elikia M'Bokolo, "De la petite bourgeoisie coloniale à la bourgeoisie néo-coloniale: le cas du Zaïre", in P. Bezbak et alii, *Aproches de la transition*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1981.

<sup>7</sup> Título de um livro notável do queniano Tom Mboya.

<sup>8</sup> Título de uma obra de Michel Fabre, publicada em 1985, tendo por subtítulo "De Harlem à la Seine" (De Harlem ao Sena).

<sup>9</sup> CGTA: Confederação Geral dos Trabalhadores Africanos; UGTAN: União Geral dos Trabalhadores da África Negra.

<sup>10</sup> O primeiro partido a aparecer na África Negra foi sem dúvida o *True Whig Party*, na Libéria, em 1860, seguido por outras formações na Gold Coast e na África do Sul.

<sup>11</sup> Ver em especial os testemunhos recolhidos no Colóquio de Yamussukro (outubro de 1986) e publicados em *RDA, 40 ans*, Abidjan, CEDA, 1987.

## LEITURAS COMPLEMENTARES

- VON ALBERTINI, R. *Decolonization. The Administration and Future of the Colonies (1919-1960)*. Nova Iorque-Londres, Africana Publishing Company, 1982.
- FLUCHARD, C. e SALIFOU, A. *L'Europe et l'Afrique du XVe siècle aux indépendances*. Bruxelas, De Boeck Université, 1987.
- HARGREAVES, J. D. *Decolonization in Africa*. Londres, Longman, 1988.
- LANGLEY, J. A. *Ideologies of Liberation in Black Africa (1856-1970)*. Londres, Rex Collings, 1979.

### 1880-1940: resistências ininterruptas

- BALANDIER, G. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris, P.U.F., 1.<sup>a</sup> edição 1955, 1963.
- BARRET, D. B. *Schism and Renewal in Africa: an Analysis of Six Thousand Contemporary Movements*. Londres, Oxford University Press, 1968.
- DAMMAN, E. et al. *Messianische Kirchen, Sekten und Bewegungen in heutigen Afrika*. Leiden, E. J. Brill, 1965.
- DEWITTE, P. *Les mouvements nègres en France (1919-1939)*. Paris, L'Harmattan, 1985.
- JOHNSON JR, G. W. *Naissance du Sénégal contemporain. Aux origines de la vie politique moderne (1900-1920)*. Paris, Karthala, 1971.
- KIMBLE, D. A. *Political History of Ghana (1850-1928)*. Oxford, Clarendon Press, 1963.
- LANGLEY, J. A. *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa (1900-1945)*. Oxford, Clarendon Press, 1973.
- LANTERNARI, V. *Les mouvements religieux des peuples opprimés*. Paris, François Maspéro, 1962.
- NZAKOMADA-YAKOMA, R. *L'Afrique centrale insurgée. La guerre du Kongo-Wara (1928-1931)*. Paris, L'Harmattan, 1986.
- OMU, I. A. *Press and Politics in Nigeria (1880-1937)*. Londres, Longman, 1978.
- RANGER, T. O. *The African Voice in Southern Rhodesia*. Londres, Heinemann, 1970.
- \_\_\_\_\_. *The Historical Study of African Religion*. Londres-Nairobi, Heinemann, 1972.
- ROTBURG, R. I. *The Rise of Nationalism in Central Africa. The Making of Malawi and Zambia (1873-1964)*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1971.
- SINDA, M. *Le messianisme congolais et ses incidences politiques*. Paris, Payot, 1972.
- SUNDKLER, B. G. M. *Bantu Prophets in South Africa*. Londres, Oxford University Press, 1961.
- TURNER, H. W. "A typology for African Religious Movements". *Journal of Religion in Africa*, 1, 1, pp. 1-34, 1967.
- WALSHE, P. *The Rise of African Nationalism in South Africa. The African National Congress (1912-1952)*. Londres, C. Hurst, 1970.

### 1939-1945: a aceleração

- ASANTE, S. K. B. *Pan-African Protest. West Africa and the Italo-Ethiopian Crisis (1931-1941)*. Londres, Longman, 1977.
- CRONON, E. D. *Black Moses, Marcus Garvey and the Universal Negro Improvement Association*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1955.
- GEISS, I. *The Pan-African Movement*. Londres, Methuen, 1974.
- PADMORE, G. *Panafricanisme ou communisme? La prochaine lutte pour l'Afrique*. Paris, Présence Africaine, 1960.

## A emancipação

- AGIER, M., COPANS, J. e MORICE, A. (eds.) *Classes ouvrières d'Afrique Noire*. Paris, Karthala, Edições ORSTOM, 1987.
- BENOT, Y. *Idéologies des indépendances africaines*. Paris, François Maspéro, 1969.
- BLANCHET, A. *L'itinéraire des partis africains depuis Bamako*. Paris, 1958.
- COLEMAN, J. e ROSBERG JR, C. (eds.) *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. Berkeley, University of California Press, 1964.
- COULIBALY, O. *Combat pour l'Afrique (1946-1958). Lutte du RDA pour une Afrique Nouvelle*. Abidjan, N.E.A., 1988.
- COULON, C. e MARTIN, D.-C. (eds.) *Les Afriques politiques*. Paris, Éditions La Découverte, 1991.
- GRACE, J. e LAFFIN, J. *Fontana Dictionary of Africa since 1960*. Londres, Fontana Press, 1991.
- HODGKIN, T. *Nationalism in Colonial Africa*. New York University Press, 1956.
- \_\_\_\_\_. *African Political Parties*. Harmondsworth, Penguin, 1961.
- MARTIN, D.-C. *Tanzanie, l'invention d'une culture politique*. Paris, F.N.S. Karthala, 1988.
- MEYNAUD, J. e SALAH-BEY, A. *Aspects du syndicalisme africain*. Paris, F.N.S.P., 1962.
- \_\_\_\_\_. *Le syndicalisme africain. Évolution et perspectives*. Paris, Payot, 1963.
- NOVEMBRE, A. *L'évolution du mouvement syndical en Afrique occidentale*. Paris-La Haye, Mouton, 1965.
- RABEMANANJARA, J. *Nationalisme et problèmes malgaches*. Paris, Présence Africaine, 1985.
- SEGAL, R. *Political Africa. A Who's Who of Personalities and Parties*. Londres, Stevens & Sons Limited, 1961.
- SHIVJI, I. G. *Law, State and the Working Class in Tanzania (ca. 1920-1964)*. Londres, Heinemann, 1986.
- SMITH, W. E. *Nyerere of Tanzania*. Harare, Zimbabwe Publishing House, 1971.
- TRONCHON, J. *L'insurrection malgache de 1947. Essai d'interprétation historique*. Paris, Karthala, 1986.
- UN NYOBE, R. *Le problème national kamerunais*. Apresentado por J. M. Mbembe. Paris, L'Harmattan, 1984.
- YOUNG, C. *Introduction à la politique congolaise*. Bruxelas, Centre de Recherche et d'Information Socio-politiques, 1965.





Rolls Royce do emir de Kano, Nigéria

-VII-

## A ÁFRICA INDEPENDENTE\*

O ano de 1960 foi indiscutivelmente o ano da África, pois, perante a surpresa, a perplexidade e a incredulidade dos outros continentes, viu dezoito colônias da Europa aceder em alguns meses à soberania e ao reconhecimento internacional como Estados; simultaneamente, era brutalmente abalada e, aparentemente, ficava para sempre comprometida, a imagem da África complacentemente difundida pelas potências coloniais segundo a qual os africanos seriam, por um período mais ou menos longo, incapazes de se governar por si próprios e precisavam de ser orientados por potências tutoras. A antiga Gold Coast, que passara a chamar-se Gana, inaugurara essa parada triunfal e, sob o impulso de Kwame Nkrumah, dera de certa maneira o tom a esses anos de independência, tendo difundido palavras de ordem famosas, reproduzidas em coro por todo o continente, como: "Ocupai primeiro o domínio político. O resto virá por acréscimo." Este voluntarismo foi logo rudemente posto à prova.

Por um lado, a questão da soberania estava longe de ter encontrado a solução definitiva, tanto pelo número elevado de colônias (27) ainda sujeitas à dominação europeia, como porque todos os indicadores, em especial as crises que acompanhavam as independências, confirmavam a determinação das antigas potências coloniais a envidarem todos os esforços para defenderem os seus interesses nas antigas possessões. Por outro lado, machucados e frustrados por muitos decênios de dominação colonial, os povos africanos esperavam ver os seus novos dirigentes lançar a África independente em estratégias, ações e realizações que provocassem uma ruptura completa com o colonialismo europeu, e que, simultaneamente, correspondessem às suas aspirações. Por último, um

dos aspectos menos conhecidos desse período – e todavia dos mais singulares – foi a inovação diplomática a que se viram obrigados os Estados independentes: foram não só obrigados a redefinir as suas relações com as antigas potências coloniais, mas também de se posicionar num mundo novo para eles, dilacerado num primeiro tempo pela Guerra Fria, e arrastado, num segundo tempo, pela “globalização”; cabia-lhes ainda estabelecer entre si relações originais, capazes de responder às esperanças de solidariedade nutridas pelos povos africanos durante a luta pela emancipação. Embora algumas destas múltiplas exigências populares tivessem recebido esboços de resposta e começos de solução, as sociedades africanas deixaram-se apoderar por um irreprimível “desencanto” (Hélé Béji) que não tardou a encontrar expressão em múltiplos movimentos de reivindicações sociais, culturais e políticas, e ao qual uma parte das elites intelectuais e políticas quis responder reatualizando a ideologia pan-africana e a problemática do “renascimento” africano.

## I. DEPENDÊNCIAS, DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO

Aos olhos dos combatentes da independência, a ruptura definitiva do ne-xo colonial era condição prévia para toda e qualquer tentativa posterior de reorganização econômica e política do continente. Ora, mal haviam sido declarados soberanos, os Estados africanos foram precipitados num sistema internacional, o da “Guerra Fria”, prenhe de tensões e conflitos e, simultaneamente, percorrido por dinâmicas, pleno de potencialidades e aberto a perspectivas das quais todos eles, independentemente das referências ideológicas que proclamavam, queriam tirar o máximo proveito: a maioria julgava perceber uma preeminência do mundo capitalista a que pertenciam os seus antigos Estados colonizadores e para o qual iam as suas preferências; alguns, muito menos numerosos, apostaram no campo socialista, sem que por isso tivessem necessariamente aderido ao “marxismo-leninismo”; outros ainda, mais hábeis, davam a impressão de se entregarem a um exercício de equilíbrio entre os dois campos, mas mantendo-se muito ligados ao mundo ocidental. Foi nesse contexto que os novos Estados se organizaram para levar a cabo a emancipação política completa do continente e tentaram pôr em prática um desenvolvimento econômico e social que desse resposta às expectativas das populações.

### A. A África numa ordem mundial em mutação

Tendo-se tornado teoricamente atores na cena internacional, os Estados africanos viram-se imediatamente confrontados com a Guerra Fria. A resposta neutralista a esta guerra fora formulada na conferência de Bandung, em que haviam participado apenas os cinco Estados africanos soberanos (Egito, Etiópia, Libéria, Líbia e Sudão) e duas delegações, representantes da FLN argelina e do

CPP (Partido Popular da Convenção), no poder na Gold Coast britânica. A opção da Conferência de Bandung a favor do “não alinhamento” era ainda muito vaga para a maioria dos dirigentes africanos cujos territórios ainda eram dependentes em 1955: a ela só aderiu um punhado de homens de Estado como o egípcio Gamal Abdel Nasser, presente em Bandung, o ganense Kwame Nkrumah, que havia enviado uma delegação à conferência, o senegalês Léopold Sédar Senghor, que viu na conferência “o fim do complexo de inferioridade” gerado pela colonização, ou ainda o tanganiquense Julius Nyerere e o congolês Patrice Lumumba. Para lá dos itinerários próprios que haviam conduzido cada um deles à independência e das escolhas feitas pelos seus dirigentes quanto ao seu sistema sociopolítico, os Estados africanos dividiram-se perante os desafios da Guerra Fria. Esta divisão iria pesar fortemente sobre as questões da unidade africana e do desenvolvimento econômico e social. A penetração das duas superpotências, Estados Unidos da América e União Soviética, fez aumentar a pressão desses desafios tanto sobre as políticas internas desses Estados como sobre a sua política externa.

### 1. A unidade africana em questão: a OUA, êxitos e fraquezas

No entanto, a unidade africana, cuja necessidade fora proclamada com vigor nos congressos e conferências de Manchester (1945), de Kumasi (Gold Coast, 1953), de Acra (abril e dezembro de 1958) e de Cotonu (julho de 1958), era o horizonte proclamado da maioria das formações e dos dirigentes políticos, como testemunha, nomeadamente, a referência à “África”, e não a territórios particulares, no nome de um grande número de partidos (*African National Congress, Kenya African Union, Nyassaland African National Union, Pan-Africanist Congress, Parti africain de l'indépendance, Parti du regroupement africain, Parti solidaire africain, Rassemblement démocratique africain, Tanganyika African National Union* etc.). Os dirigentes dos primeiros Estados independentes assumiram compromissos no mesmo sentido. O mais ativo nesta via, Kwame Nkrumah, escolheu o dia preciso da acessão da Gold Coast à soberania para declarar, perante os numerosos visitantes estrangeiros presentes, que “a independência do Gana não tem sentido se não estiver associada à libertação total da África”. Para Sékou Touré, a escolha do “não”, isto é, da independência, no referendo de 1958 constituía, segundo as suas palavras, “uma opção em nome de todos os povos coloniais da África... um trampolim para o desenvolvimento dos povos da África, da sua originalidade e da sua civilização”. Sob o seu impulso, a Guiné independente adotou imediatamente uma constituição que previa expressamente certos abandonos de soberania “com vista a realizar a unidade africana”. Logo quando das primeiras independências foram adotados atos de forte carga simbólica.

Mais do que a Federação do Mali, que visava agrupar territórios da antiga AOF (África Ocidental Francesa), os mais importantes foram as decisões dimanadas precisamente do Gana e da Guiné. Já em novembro de 1958, Kwame Nkrumah e Sékou Touré, em visita ao Gana, proclamaram a União Guiné-Gana: sinal promissor



de novos tempos, o jovem Estado ganense concedia à Guiné, precipitadamente abandonada pelos quadros franceses e despojada dos seus recursos financeiros pela antiga potência colonial, um generoso empréstimo de dez milhões de libras esterlinas para lhe dar a possibilidade de responder aos problemas urgentes. O "rei da *high life*", o músico ganense E. T. Mensah, apressou-se a apresentar a toda a África a União Gana-Guiné, a que o Mali havia de aderir em 1960, celebrando-a como "o núcleo da união africana". Na realidade, Sékou Touré e Nkrumah declararam em Conakry, a 1º de maio de 1959, que a União Gana-Guiné lançava os alicerces de uma União dos Estados Independentes da África, que englobaria "Estados ou Federações que conservarão a sua individualidade e as suas estruturas, mas que decidirão em comum as cessões de soberania a assumir em favor da União".

Em julho de 1959, a Libéria parecia juntar-se a este movimento: a declaração de Saniquellie, feita na sequência do encontro nesta localidade entre o presidente liberiano William Tubman, Kwame Nkrumah e Sékou Touré, pronunciou-se por uma "Comunidade" de Estados que conservariam a sua soberania e não se ingeririam nos assuntos internos dos outros. À escala internacional, a solidariedade combatente da nova África exprimira-se em fevereiro de 1959 na sessão especial da ONU consagrada aos Camarões, durante a qual os Estados africanos se haviam mostrado unânimes a defender as posições da UPC (União das Populações dos Camarões), reclamando à França, potência que exercia a "tutela" em nome da ONU, o estabelecimento efetivo das liberdades democráticas antes da independência, único meio de evitar uma "independência concedida" a dirigentes adeptos do neocolonialismo. A mesma solidariedade se exprimiu também contra o prosseguimento da guerra da Argélia pela França e contra os projetos franceses no Saara (criação de uma Organização Comum das Regiões Saarianas, que equivalia a voltar a "balcanizar" os territórios anteriormente franceses; teste de bombas nucleares) e contribuiu, sem qualquer dúvida para infletir as posições francesas.

Contudo, o *annus mirabilis* das independências africanas, 1960, foi também o ano durante o qual se revelaram todos os obstáculos na via da unidade. Os Camarões obtiveram a independência, mas à custa dos adeptos do "nacionalismo radical" (Richard Joseph), o que mergulhou o país numa longa e obscura guerra civil, na qual as forças armadas francesas intervieram da maneira mais aberta. O antigo Congo belga tornou-se independente por seu turno, para logo se ver confrontado com toda a espécie de dificuldades que os Estados mais empenhados na via da unificação imputaram, não sem razão, à ação aberta ou camuflada das potências coloniais (Bélgica, França, Portugal e Reino Unido) e dos Estados Unidos da América: separatismo das províncias mais ricas em recursos mineiros; exacerbação do tribalismo; intervenção do exército no campo político; afastamento e seguidamente assassinato, em 1961, do primeiro-ministro Patrice Lumumba, que os ocidentais acusavam de simpatia pelo comunismo.

Foi com a crise do Congo que a Guerra Fria entrou abertamente em cena na África, forçando os Estados africanos a ostentar as suas opções políticas. Os chamados Estados "progressistas", que o Ocidente suspeitava de simpatia pelo

comunismo, alinharam-se por Patrice Lumumba: este, paralelamente, oferecera um acolhimento generoso e facilidades de todo o tipo aos militantes angolanos do MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) e aos combatentes camaronenses da UPC (União das Populações dos Camarões), cujo presidente, Félix Moumié foi oportunamente envenenado em Genebra em novembro de 1960, quando se preparava para abrir "bases revolucionárias" no Congo. A convite do rei do Marrocos, Mohammed V, que reivindicava, por outro lado, a integração da Mauritânia no seu reino, esses Estados "progressistas" reuniram-se em número de seis em Casablanca, em janeiro de 1961 (Egito, Gana, Guiné, Mali, Marrocos, mais a FLN argelina), e pronunciaram-se a favor do governo de Patrice Lumumba, considerado como o único legítimo no Congo. Mais numerosos, os Estados considerados "moderados", reuniram-se primeiro em Monróvia, em maio de 1961 (vinte e um participantes). A sua concepção da unidade africana diferia radicalmente da dos Estados do "grupo de Casablanca": "A unidade que devemos realizar neste momento", declararam, "não é a integração política de Estados africanos soberanos, mas a unidade de aspirações e de ação do ponto de vista da solidariedade africana e da identidade africana."

Em lugar de uma integração de Estados ou de federações de Estados, tratava-se de uma estrutura de concertação entre os Estados existentes, provenientes da colonização: ao contrário do "grupo de Casablanca", o "grupo de Monróvia" confiava à ONU, e não aos próprios Estados africanos, o encargo de encontrar uma solução para os problemas do Congo (Kinshasa) e condenava antecipadamente toda e qualquer ingerência de um Estado africano ou de um grupo de Estados africanos nos assuntos de outro. Fato notável, a maioria dos Estados do "grupo de Monróvia" era formada pelas doze antigas colônias francesas que se haviam reunido em Brazzaville em dezembro de 1960, e que voltaram a encontrar-se em Antananarivo em setembro de 1961 para ratificar a carta da União Africana e Malgaxe (UAM), estreitamente associada à V República Francesa.

À medida que aumentava o número de Estados independentes, verificava-se que existia entre esses dois campos uma espécie de "centro", que comungava de alguns pontos de vista com um e o outro, e que, sensível aos interesses "nacionais" dos novos Estados independentes, estava pronto a renunciar ao exercício de equilíbrio para se alinhar pelos argumentos dos "moderados", em especial quanto à forma da unidade (Estado continental ou concertação entre os Estados) e ao seu conteúdo (integração ou cooperação). Entre eles figurava em especial Nnamdi Azikiwe, um dos líderes do pan-africanismo durante os anos 1930, à época governador-geral da Nigéria (1960-1963), que parecia fiel à ideia de uma integração política: "Penso", declarou ele em Londres, em julho de 1961, "que o pan-africanismo poderia concretizar-se quer sob a forma de vários Estados regionais, quer de um Estado continental." Mas pronunciou-se logo de seguida pela "não intervenção nos assuntos internos e internacionais dos outros Estados". Dessa forma, em lugar de serem atores na crise do Congo – a primeira crise de envergadura da África independente, que teve múltiplas repercussões –, os Estados africanos assistiram



como espectadores à solução laboriosamente negociada pelas grandes potências: essa solução consistiu em tomar conhecimento do assassinato de Patrice Lumumba e em reconhecer, em princípios de 1963, um Congo independente, mas estreitamente controlado, nos planos político e econômico, pelas potências ocidentais.

Assim, coube à cúpula dos trinta e um chefes de Estado africanos realizada em Addis Abeba a difícil tarefa de responder à impaciência de inúmeros setores da população africana em favor da unidade, velando simultaneamente por preservar um mínimo de consenso entre os pontos de vista opostos dos dirigentes políticos. Nas vésperas desse encontro decisivo, Kwame Nkrumah, como de hábito teve o cuidado de publicar uma obra *Africa Must Unite* (*A África deve unir-se*), que ficou como um discurso de defesa inigualável em favor da unidade continental de África. A partir da conferência de Manchester e, sobretudo, das conferências que organizara em Acra em 1958, Nkrumah fora o primeiro a fazer pender o “pan-africanismo pan-negrista”, que visava apenas uma unidade “racial” entre os negros da África e os negros dos outros continentes, para um “pan-africanismo” entendido no seu sentido imediato, cujo projeto deveria ser, por um lado, a unificação da África continental e das suas margens insulares, do Mediterrâneo ao Oceano Atlântico e ao Oceano Índico, independentemente dos grupos humanos que a constituíam e, por outro lado, a solidariedade ativa com o conjunto das pessoas e grupos de “ascendência africana”. Reunira ainda os chefes de Estado em Acra, em abril de 1958, e propusera também um ambicioso programa de integração que implicava, em especial, a instituição de um Estado-maior africano, encarregado de coordenar a ação militar dos Estados africanos com vista a preservar a sua segurança e intervir em qualquer ponto do continente sempre que tal se afigurasse necessário.

Se é certo que Nkrumah se esforçou enormemente por desenvolver argumentos de todo o tipo – históricos, culturais, econômicos e políticos – a favor da unidade e embora a sua intervenção tenha sido de longe a mais aplaudida, o compromisso a que se chegou em Addis Abeba redundou, no entanto, em proveito dos “moderados”. Circulava uma lenda tenaz que contribuiu para esse resultado suscitando a inquietude e a inveja dos outros chefes de Estado, a qual insinuava que Nkrumah sonhava ser o único e todo-poderoso presidente dessa África unida, quando é certo que a sua abordagem se pretendia simultaneamente gradual e desinteressada: “Qualquer esforço de associação entre Estados da África, por mais limitado que seja no imediato, deve ser saudado”, escrevia, “como um passo mais na boa direção, a da futura unidade africana” (*Africa Must Unite*, p. 220). Longe de ser “utópica”, como repetiam os seus detratores, a sua metodologia era pois gradual e inseria a unificação da África num arco temporal relativamente longo:

Para começar, explicava, poderíamos ter uma constituição em intenção dos Estados que aceitassem constituir um núcleo, deixando a porta aberta a todos os que desejassem federar-se ou obtivessem a liberdade que lhes permitisse fazê-lo. Esse texto seria alterável a qualquer momento, sempre que o conjunto da

opinião achasse bem. Talvez se pudesse dar uma expressão concreta às nossas idéias atuais, instituindo um parlamento continental com duas câmaras, uma das quais representaria a população e analisaria os numerosos problemas que a África tem de enfrentar, e a outra, que asseguraria a igualdade dos Estados, independentemente da dimensão ou da população, pois cada um enviaria o mesmo número de delegados, formularia uma política comum em todos os domínios que dizem respeito à segurança, à defesa e ao desenvolvimento da África.

(*Africa Must Unite*, p. 253)

As conclusões da conferência de Addis Abeba foram pois um compromisso frouxo, que conseguiu misturar habilmente o reconhecimento devido ao prestígio histórico, ao papel simbólico e à eficácia diplomática de Hailé Selassié (cuja capital se tornou sede da Organização da Unidade Africana), concessões verbais aos “progressistas” e, quanto ao fundo, uma consagração dos argumentos defendidos pelo chamado grupo dos “moderados”. Assim, na Carta da OUA, os Estados assumiam os seguintes princípios:

- 1º Igualdade soberana de todos os Estados membros;
  - 2º Não ingerência nos assuntos internos dos Estados;
  - 3º Respeito pela soberania e pela integridade territorial de cada Estado e por seu direito inalienável a uma existência independente;
  - 4º Resolução pacífica dos diferendos, por via de negociações, de mediação, de conciliação e de arbitragem;
  - 5º Condenação sem reserva do assassinato político, bem como das atividades subversivas desenvolvidas por Estados vizinhos, ou quaisquer outros Estados;
  - 6º Devoção sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes;
  - 7º Afirmação de uma política de não alinhamento relativamente a todos os blocos.
- (*Carta da OUA*, artigo III).

A pesada máquina burocrática criada na ocasião deveria “coordenar e harmonizar” a política dos Estados africanos nos mais diversos domínios: política e diplomacia; economia, transportes e comunicações; educação e cultura; saúde, higiene e nutrição; ciências e técnica; defesa e segurança. Mas a organização faltaram simultaneamente vontade política claramente definida, procedimentos de tomada de decisão eficazes e meios financeiros à altura das suas ambições.

As suas preocupações mais visíveis reportaram-se à esfera política, dominada pelo duplo problema da segurança dos Estados existentes e da necessidade de emancipar os territórios ainda colonizados. Tanto os “moderados” como os “progressistas” temiam as ações subversivas organizadas a partir de Estados vizinhos. O mais atacado era o regime de Nkrumah, que acolhia numerosos “combatentes da liberdade”, autorizando-os a treinar-se em campos militares especialmente preparados, e cuja imprensa, em especial o semanário de esquerda *The Spark*, não cessava de denunciar a sujeição ao “imperialismo” e ao “neocolonialismo” da maioria dos Estados membros da OUA. Foi na Conferência

de Acra (21-25 de outubro de 1965), boicotada por oito países francófonos hostis a Nkrumah (Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Alto Volta, Madagascar, Níger, Chade e Congo-Brazzaville) que foi elaborada e adotada a *Declaração sobre a Subversão*, que visava aparentemente as potências exteriores à África, mas que, na realidade, proibia aos Estados-membros todo e qualquer tipo de intervenção nos assuntos dos outros Estados, disposição que não tardou a ser violada, notadamente quando da crise de Biafra (1967-1970) e das dificuldades de Uganda (1971-1979, 1985-1986).

A mediação da Organização revelou-se eficaz em vários litígios fronteiriços, nomeadamente entre a Argélia e o Marrocos e entre a Etiópia e a Somália. A OUA, que assim se tornara uma “espécie de Santa Aliança” (Edmond Jouve), destinada a perenizar os Estados e, para além deles, os regimes instalados, para preservar a sua credibilidade, empenhou-se ativamente na tarefa da libertação total do continente, que foi confiada ao “Comitê de Libertação”, criado logo em 1963 e baseado em Dar-es-Salam (Tanzânia). O alcance da ação da OUA neste domínio não deve ser subestimado. Embora, no plano financeiro, as contribuições dos Estados fossem magras e sempre tardias – 120 000 libras esterlinas em 1963, mais de 3 000 000 de dólares no início dos anos 1980 (Abdoul, B., Koffi, B. e Fethi, S., p. 315) –, a ajuda diplomática foi constante, pelo menos a nível da ONU. Mas, também aqui os desacordos foram numerosos: dois deles, especialmente graves, ilustraram da maneira mais flagrante as divisões da África independente.

O primeiro desacordo eclodiu logo em 1965 a respeito da Rodésia, modelo de colônia de povoamento (225 000 colonos, essencialmente de origem britânica, e três milhões de africanos em 1960), que havia adotado uma legislação e práticas discriminatórias inspiradas na África do Sul. Desde 1960, os dirigentes das antigas colônias britânicas, com Kwame Nkrumah à cabeça, não paravam de suscitar a questão da Rodésia na ONU e de aproveitarem todas as reuniões da Commonwealth para recordarem ao Reino Unido as suas responsabilidades no futuro da colônia, à qual havia dado em 1923 uma autonomia interna que assegurava de fato a preponderância exclusiva dos europeus. Em 1961, uma nova constituição, negociada com o Reino Unido, instituiu uma assembleia eleita com base nas “raças”, com 50 lugares para os colonos brancos e 15 para os africanos. Perante a radicalização dos nacionalistas africanos na Rodésia, o governo britânico, pressionado paralelamente pelos Estados africanos, começou a exigir dos colonos garantias com vista à aplicação do princípio “um homem, uma voz”; por seu turno, os colonos ameaçavam proclamar a “independência”. Na reunião de cúpula da OUA realizada em Acra a 21-25 de outubro de 1965, os chefes de Estado africanos declararam por unanimidade a sua determinação:

- 1) Em reconsiderar todas as relações políticas, econômicas, diplomáticas e financeiras com o governo do Reino Unido, na hipótese de este governo conceder ou tolerar a independência da Rodésia com um governo da minoria;

- 2) Em empregar todos os meios possíveis, incluindo o uso da força, a fim de se oporem a uma declaração unilateral de independência;
  - 3) Em dar imediatamente toda a assistência necessária ao povo do Zimbábwe, com vista ao estabelecimento de um governo da maioria no país.
- (Nkrumah, K. *Rodhesia File*, Londres, Panaf, 1974, p. 75)

Comprometiam-se ainda a, caso os colonos proclamassem a sua “independência”, romper as relações diplomáticas com o Reino Unido, se este não tomasse rapidamente as medidas necessárias para pôr cobro ao que consideravam como uma “rebelião”. Ora, a 11 de novembro de 1965, Ian Smith, o primeiro-ministro rodesiano, proclamou a UDI (Declaração Unilateral de Independência) e o governo britânico contentou-se com impor sanções econômicas à Rodésia. Um mês mais tarde, foram apenas nove os Estados africanos, dois dos quais membros da Commonwealth (Gana e Tanzânia), a romper as relações diplomáticas com o Reino Unido. O Gana propôs a alguns países africanos (os dois Congos, a Guiné, o Uganda, o Sudão, a Tanzânia e a Zâmbia) a assinatura de um tratado de defesa e segurança mútuas que não vingou devido à queda de Nkrumah, em fevereiro de 1966. Como na crise congoleza, os Estados africanos, divididos, haviam perdido a oportunidade de, utilizando a crise rodesiana, imporem no continente africano uma solução africana para os problemas africanos.

As dissensões a respeito da África do Sul revelaram-se igualmente graves e mais duradouras. Por uma singular concordância de tempos, o regime do *apartheid*, que fora instaurado em 1948, no próprio momento em que, nas colônias africanas, se iniciava a virada que levou à sua emancipação, endureceu brutalmente na hora das independências. Este endurecimento foi marcado em especial pelo morticínio de Sharpeville (1960) e pelo processo de Rivonia (1963), durante o qual vários militantes do ANC, entre os quais Nelson Mandela, foram condenados à prisão perpétua. Ao mesmo tempo, o ANC criava o *Umkonto we Sizwe* (“A Lança da Nação”) com vista à luta armada. Este endurecimento iria agravar-se ainda durante os anos 70, com o massacre do Soweto (1976) e com a constituição dos bantustões, territórios da África do Sul transformados em enclaves destinados a tornar-se juridicamente “independentes”, mas mantendo-se na estreita dependência da África do Sul, como o Transkei, em 1976. Essas evoluções acentuaram as clivagens entre os Estados africanos, cuja diplomacia, orientada para a exclusão da África do Sul das grandes organizações internacionais (Organização Internacional do Trabalho, Comissão Econômica da ONU para a África, Comité Olímpico Internacional, Organização Mundial da Saúde etc.), parecia apresentar uma frente comum. Embora, já desde 1964, a OUA tivesse convocado os Estados africanos a boicotarem totalmente a África do Sul, a Costa do Marfim, em 1971, tomou a iniciativa de encetar o “diálogo” com o regime do *apartheid*. No decurso de uma cúpula famosa (21-23 de junho de 1971), em que participaram quarenta a

quatro Estados, seis Estados (o Daomé, o Gabão, o Lesoto, Madagascar, o Malawi e a Ilha Maurícia) votaram a favor do "diálogo".

Muito mais numerosos eram os que, por interesse e apesar do boicote, mantinham, clandestina ou abertamente, relações comerciais frutuosas com o regime sul-africano. Entre eles encontravam-se os países da África Austral que ofereciam "santuários" às tropas e militantes do ANC e do PAC, mas cujas economias, estreitamente imbricadas na da África do Sul desde o fim do século XIX e o princípio do século XX, estavam dependentes deste último país, em especial devido à emigração da sua mão-de-obra para as minas, as plantações e os estaleiros sul-africanos, e por força do seu caráter de enclaves, que os obrigava a utilizar as suas vias-férreas e os seus portos. A decisão de criar a SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral), tomada em julho de 1979 pelos países da "linha da frente" (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) não veio alterar em nada essa dependência. Foi esta uma das razões que levaram Moçambique, já enfraquecido pela oposição armada do MNR e por uma grave crise de subsistência devida à seca, a assinar em Nkomati (16 de março de 1984) o "acordo de não agressão e boa vizinhança" com o regime sul-africano. Para abalar o regime do *apartheid* foi necessária a convergência, no início dos anos 1980, entre a luta armada, a pressão constante das organizações sindicais e religiosas da África do Sul e a explosão popular das *townships*. Foi nessa altura que se reconstituiu a frente unida dos Estados africanos, mas sob o controle político do ANC. Em 1986, no momento em que começaram as negociações entre o regime sul-africano e o ANC, que redundaram na libertação de Nelson Mandela (1990) e a instauração do Estado de direito, foi criado o Comitê dos Chefes de Estado encarregado de seguir a evolução da África do Sul: este comitê contentou-se com fazer suas a agenda e as condições do ANC e envidou esforços para as tornar realidade.

Em definitivo, a emancipação política completa do continente, concretizada pela independência das colônias portuguesas (1974-75), do Zimbábue (1980) e da Namíbia (1990) e simbolizada pela libertação de Nelson Mandela (1990), foi essencialmente resultado de fatores internos a esses territórios, antes de tudo das lutas desenvolvidas nas colônias da África Austral, e das condições econômicas e diplomáticas específicas de cada território ou grupo de territórios.

Mas, à escala pan-africana, as lacunas mais sérias surgiram no domínio econômico. Contudo, o preâmbulo da Carta da OUA não ficara silencioso quanto a este ponto, declarando: "É nosso dever pôr os recursos naturais e humanos do nosso continente ao serviço do progresso geral dos nossos povos em todos os domínios da atividade humana", e acrescentando ser objetivo da OUA "coordenar e intensificar a cooperação dos Estados e os esforços que estes desenvolvem para proporcionar melhores condições de existência aos povos da África". Na realidade, houve que esperar por 1973 para a realização da primeira conferência dos ministros africanos, reunida em Abidjan, e destinada a fazer o balanço da "primeira década do desenvolvimento". Só em 1979 os responsáveis políticos africanos adotaram

a *Declaração de Monróvia*: "Comprometemo-nos, individual e coletivamente", diziam, "a promover o desenvolvimento econômico e social e a integração das nossas economias com vista a expandir a nossa capacidade de dependermos de nós próprios e de favorecermos o desenvolvimento endógeno e auto-sustentado." Este compromisso iria desembocar em 1980 na adoção do "Plano de Ação de Lagos". Era objetivo declarado desse plano "criar até ao ano 2000 [...] uma Comunidade Econômica Africana, a fim de assegurar a integração econômica, cultural e social do nosso continente". Foi elaborado um calendário adequado para as duas décadas que se seguiam. Mas, no ano de 2000, era patente que nenhuma das etapas desse programa com vista ao desenvolvimento havia sido cumprida: por conseguinte, se é certo que a África independente realizou a promessa de obter a emancipação política do continente, as economias africanas, por seu lado, continuavam a apresentar nessa data características e fraquezas idênticas às do momento da independência.

## 2. *Marginalização da África: mitos e realidades*

Contudo, o contexto de funcionamento das economias africanas alterou-se consideravelmente desde as independências, como resultado, a partir dos anos 1980, da crescente globalização, das trocas comerciais e dos fluxos financeiros, e em relação com a nova organização da produção mundial decorrente da estratégia das grandes empresas multinacionais.

Ao acederem à soberania, todos os Estados africanos ostentavam um grande voluntarismo econômico, independentemente das ideologias evocadas pelos poderes estabelecidos. Aos que, como o agrônomo René Dumont, pensavam que a "África negra [começara] mal", título do livro famoso que publicou em 1962, os Estados respondiam com uma vontade unânime de garantir "o desenvolvimento". Raros eram os que, como o costa-marfinense Félix Houphouët-Boigny, tinham abertamente escolhido a via "capitalista" e inseriam de modo explícito a sua política de "desenvolvimento" na continuidade da colonização e na aceitação explícita do capitalismo: "Se não quereis vegetar nas vossas cabanas de bambu", declarara ele aos camponeses na feira de Dimbroko em 1953, "centrai os vossos esforços na cultura de bom cacau e de bom café: estes obterão um bom preço e ficareis ricos." E acrescentou em 1963: "Gostaríamos de confirmar aos empregadores (europeus), que têm direito aos nossos agradecimentos pela compreensão de que sempre deram mostras relativamente às nossas dificuldades, ajudando-nos a resolvê-las, a vontade do nosso partido e do nosso governo em respeitar a letra e o espírito do código dos investimentos, pois consideramos que a cooperação no setor econômico é necessária ao nosso jovem Estado." A característica comum desta primeira fase da história econômica da África independente, que se prolongou até ao fim dos anos 1970, foi o papel determinante invariavelmente confiado ao Estado.

Foi sem dúvida essa a razão pela qual a palavra "socialismo" se tornou a referência ideológica de tantos regimes africanos. Na maioria dos casos, como no caso do Senegal ou do Quênia, esse "socialismo" tomava o cuidado de recusar o



marxismo e de condenar o comunismo, aos quais reprovava a teoria das classes e da luta de classes, a insistência na violência para a tomada do poder e na "ditadura do proletariado", bem como o coletivismo. Assim, o documento de orientação publicado em 1965 pelo governo queniano – *O socialismo africano e a sua aplicação à planificação no Quênia* – proclamava, em intenção dos capitalistas nacionais e dos investidores estrangeiros:

Estas tradições (comunitárias) africanas não podem ser introduzidas sem precauções numa economia monetária moderna. Desenvolver e investir exigem a utilização do crédito, e o sistema de crédito depende estreitamente do estabelecimento e do registro dos títulos de propriedade da terra. Torna-se pois necessário que o modo de propriedade da terra seja precisado e fixado... A constituição e o manifesto da KANU (*Kenya African National Union*) proclamaram que o socialismo africano no Quênia não implica de maneira nenhuma nacionalizações generalizadas. Estes documentos obrigam o governo a assegurar o pagamento rápido da indenização integral para as nacionalizações que possam ser efetuadas.

O "socialismo científico", isto é, o marxismo, adotado em 1969 pelo regime "revolucionário" do Congo-Brazzaville, com a criação do Partido Congolês do Trabalho, entrou espetacularmente no discurso dos poderes africanos nos anos 1970. Proclamado ideologia oficial do Benim (Daomé) depois de Mathieu Kérékou ter tomado o poder em 1972, o "socialismo científico" era também referência dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas que acederam ao poder na Guiné e Cabo Verde (PAIGC, 1973), em Moçambique (Frelimo, 1975) e em Angola (MPLA, 1975). Só um reduzido número de regimes, o Gana de Kwame Nkrumah e a Tanzânia de Julius Nyerere, se deu ao cuidado de elaborar teoricamente um socialismo que não fosse apenas um discurso que acompanhava um alinhamento puro e simples com os Estados capitalistas desenvolvidos nem uma cópia dos "modelos" soviético e chinês. A sua convicção era idêntica: "Num país como o nosso", declarava Nyerere em 1966, "o desenvolvimento depende principalmente dos esforços e do duro trabalho do nosso próprio povo, do seu entusiasmo e da sua crença de que o país e ele próprio beneficiarão de tudo o que fizerem." A metodologia destes teóricos assentava numa leitura da história das sociedades africanas que dela excluía ou minimizava os conflitos e as contradições, em especial em termos de relações sociais. Antes da publicação por Kwame Nkrumah do ensaio sobre o "consciencismo" (*Consciencism: Philosophy and Ideology for De-Colonization*, 1964), Julius Nyerere foi o primeiro a esboçar, em *Ujamaa, The Basis of African Socialism* (1962), as grandes linhas de uma opção socialista que se apoiaria nesta interpretação da história das sociedades africanas:

Quando uma sociedade está organizada para velar pelo bem-estar dos seus membros, ninguém, desde que esteja disposto a trabalhar, terá que se preocupar com o que lhe acontecerá amanhã se não juntar riqueza. A sociedade vela por ele, por sua viúva e pelos seus órfãos. A sociedade africana tradicional chegaria a esse resultado. Tanto os ricos como os pobres estavam em segurança. As catástrofes

naturais acarretavam, é certo, fome. Mas a fome existia para todos, ricos e pobres. Ninguém ficava privado de alimentos ou de dignidade humana por simples falta de riqueza pessoal. Todos e cada um podiam contar com a riqueza da comunidade de que eram membros. Era o socialismo. É o socialismo. O socialismo não pode estar voltado exclusivamente para o lucro, pois há contradição entre os dois termos. O socialismo é por essência distributivo e tem por objetivo fazer com que aquele que semeia recolha uma justa parte da colheita. [...] A comunidade era uma unidade no seio da qual cada indivíduo era importante e na qual os bens eram partilhados sem que isso desse lugar a grandes desigualdades. É fundamentalmente isso que queremos significar quando dizemos que a sociedade africana tradicional era uma sociedade socialista. E quando dizemos que a Tanzânia quer construir o socialismo africano, afirmamos que tencionamos adotar a mesma atitude nas condições novas de um Estado-nação que recorre cada vez mais a técnicas modernas de produção económica. (Nyerere, J. *Freedom and Unity. Uhuru na Umoja*, Dar-es-Salaam, Oxford University Press, 1967, p. 164 e *Freedom and Socialism. Uhuru na Ujamaa. A Selection from Writings and Speeches, 1965-1967*, Dar-es-Salaam, Oxford University Press, 1968, pp. 198-199).

Só a oposição combinada dos Estados ocidentais e das "burguesias nacionais" contra esses regimes e a queda de Kwame Nkrumah levou os teóricos do "socialismo africano" a integrar a questão das contradições de interesses e a das classes sociais na sua problemática.

Apesar das divergências entre as suas abordagens do "desenvolvimento", os Estados africanos tinham conseguido aumentar gradualmente os seus parceiros estrangeiros durante as duas primeiras décadas de independência. Contudo, a análise da estrutura geográfica do seu comércio externo confirma muito claramente que esta mantinha duas características fundamentais, consequência direta da colonização: a África comerciava muito pouco entre si e continuava profundamente ligada aos países capitalistas ocidentais (documento 95).

Fazendo seu o conceito de "desenvolvimento", posto em circulação nos planos concebidos pelos poderes coloniais a partir dos anos 1930 e, sobretudo, após 1945, os regimes da África independente conferiram-lhe, porém, um conteúdo diferente: a maioria entendia promover uma industrialização por substituição das importações, e uma expansão simultânea dos serviços sociais, em particular do setor educativo. O financiamento dessa política seria assegurado pelos rendimentos auferidos do comércio externo e dos direitos aduaneiros, o que pressupunha a manutenção, ou até a intensificação das produções agrícolas e mineira de renda que remontavam à época colonial. Assim, as lógicas e as dinâmicas económicas da colonização foram mantidas, voluntariamente ou não, pelos regimes saídos das independências. Aproveitou-se também o contributo da "ajuda" estrangeira, assegurada graças aos acordos de cooperação que, por outro lado, limitavam a margem de manobra dos novos Estados, e aos capitais estrangeiros atraídos pelos generosos códigos de investimento e pela aparente estabilidade de regimes que

cada vez mais se endureciam e se tornavam pouco a pouco "partidos-Estados" ou "partidos-Estados-nações". Em certos casos, como nos Camarões, na Costa do Marfim e no Gana, a punção dos rendimentos agrícolas foi organizada por "caixas de estabilização" e *marketing boards*. Noutros casos, em especial na Nigéria, na Tanzânia, no Zaire, na Zâmbia e ainda também no Gana, o Estado aumentou o seu poder no setor econômico por meio de nacionalizações e de uma maior ou menor "africanização" dos quadros imposta às empresas estrangeiras.

**Documento 95:** Repartição geográfica do comércio externo dos países africanos (em %, em 1983)

|                                          | Exportações<br>(fob) | Importações<br>(fob) |
|------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Países capitalistas desenvolvidos</b> |                      |                      |
| Europa Ocidental                         | 60,9                 | 55,9                 |
| Estados Unidos da América                | 18,6                 | 8,1                  |
| Outros                                   | 3,8                  | 10,2                 |
| <b>Países socialistas</b>                |                      |                      |
| URSS                                     | 0,9                  | 3,1                  |
| Outros                                   | 3,9                  | 4,7                  |
| <b>Países em desenvolvimento</b>         |                      |                      |
| África                                   | 3,4                  | 3,0                  |
| América                                  | 4,1                  | 3,8                  |
| Ásia                                     | 3,8                  | 11,2                 |
| Não especificado                         | 0,6                  | -                    |
| <b>Total</b>                             | <b>100</b>           | <b>100</b>           |

Fontes: Secretariado da Comissão Econômica para a África, *Monthly Bulletin of Statistics*, vol. XXXVIII, nº 6 (Junho de 1984), pp. XVIII-XXI

Nas décadas de 1960 e 1970 assistiu-se assim a um crescimento espetacular dos setores produtores de renda. Alguns países tornaram-se grandes exportadores agrícolas, como aconteceu com a Costa do Marfim, cuja produção de cacau ultrapassou a do Gana, anteriormente primeiro produtor mundial, e da Nigéria, e com o Quênia, que conquistou substanciais partes de mercado nos setores do café e do chá. Outros países aumentaram as suas exportações mineiras, como aconteceu com os do *copperbelt* (Zaire e Zâmbia) para o cobre e o cobalto e, ainda mais, com os do golfo da Guiné - Congo, Gabão e, sobretudo, Angola e Nigéria - para o petróleo, o que se fez sempre a expensas de um colapso desastroso do setor agrícola de subsistência ou de renda. O crescimento das economias africanas,

cujas taxas relativamente elevadas se explicavam por seu baixo nível de partida, era pois em grande medida enganador. Segundo a fórmula feliz do economista Samir Amin, tratava-se de um "crescimento sem desenvolvimento".

De Léopold Sédar Senghor a Kwame Nkrumah e a Julius Nyerere, as personalidades mais lúcidas insistiam na manutenção das estruturas coloniais e na permanência de desequilíbrios portadores de riscos para o futuro: recuo ou estagnação das produções de subsistência, quando o crescimento demográfico continuava elevado (mais de 3% ao ano); importações crescentes de produtos alimentares e dos bens intermediários destinados às indústrias; fraca competitividade das indústrias nacionais; instabilidade das cotações das matérias-primas, geradora de quedas dramáticas dos rendimentos, apesar das compensações garantidas pelos mecanismos do Stabex (para os produtos agrícolas) e do Sysmin (para os minerais) no quadro dos acordos de Lomé com a Comunidade Econômica Europeia (CEE); dimensão reduzida dos mercados internos; insuficiência da poupança interna; peso excessivo das despesas públicas e para-públicas; sobrevalorização das moedas, em especial na zona do CFA; déficit persistente do comércio externo de produtos manufaturados; inadaptação dos projetos industriais, que levava à construção de espetaculares, custosos e inúteis "elefantes brancos"; insegurança alimentar, que se revelou com força durante a seca que assolou os países do Sahel no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970. Já em 1963, Nkrumah se servira da rigidez das estruturas herdadas da colonização como argumento para convencer os seus pares da necessidade da unidade africana:

Apesar dos sinais exteriores de mudança que observamos em diversos pontos do continente, a natureza da economia africana continua praticamente idêntica desde a época em que os primeiros aventureiros europeus puseram pé nas nossas costas no século XV. É pura e simplesmente uma economia de tráfico negroiro. Ora, esse comércio não se faz entre nós: está voltado para a Europa e, nós todos em conjunto desempenhamos nele o papel de fornecedores de matérias-primas baratas em troca de produtos acabados, mais caros, que importamos... De fato, a unificação total da economia africana à escala continental é o único meio de que dispõem os Estados africanos para atingirem um nível que se assemelhe ao dos países industrializados. A idéia de uma união africana não é simplesmente sentimental, decorrente da experiência comum do colonialismo e de um desejo de Estados jovens e inexperientes de se juntarem na efervescência da sua nova liberdade, embora esses sentimentos existam incontestavelmente. A unidade dos países da África é condição *sine qua non* de um desenvolvimento completo e rápido, não apenas da totalidade do continente, mas também de cada país. (Nkrumah, *K. Africa Must Unite*, pp. 188-189, 192).

Três anos depois de ter definido a *Ujamaa*, Nyerere constatava também a persistência da herança colonial:

A expressão socialismo africano parece-me um pouco abastardada e já não quer dizer muita coisa. Tentamos desenvolver uma economia socialista na Tanzânia.

A nossa economia não é socialista. 70% da economia do país está ainda nas mãos de sociedades privadas, na sua maioria européias. Aqui, na Tanzânia, dizemos que o socialismo não pode contentar-se com ser um sistema econômico. E mesmo que assim fosse, o socialismo não poderia ignorar as origens deste país.

O choque petrolífero de 1973 veio aumentar consideravelmente à escala do mundo a massa de capitais disponíveis para créditos. Muitos desses capitais voltaram-se para a África, em virtude da sua reputação de estabilidade política e também na sequência do Relatório Pearson (1969), redigido a pedido do Banco Mundial, que descrevia a Ásia com traços mais negativos relativamente às perspectivas de desenvolvimento. Apesar da situação cada vez pior da balança corrente dos países não produtores de petróleo, e por causa dela, os Estados africanos recorreram maciçamente ao crédito, mergulhando os seus países no círculo vicioso do endividamento e do sobre-endividamento. No termo dessas duas décadas, o balanço que surgia era desastroso, como se esforçava por demonstrar Julius Nyerere em todas as instâncias internacionais (documento 96).

Com efeito, na sua quase totalidade, as receitas de exportação dos Estados continuavam dependentes de um pequeno número de produtos (documento 97, p. 562). Raros eram os países – o Botswana, a Ilha Maurícia, o Gana, o Zimbábue e, sobretudo, devido a uma longa história muito singular, a África do Sul – que haviam conseguido dispor de uma indústria transformadora mais ou menos significativa, consoante os casos.

**Documento 96: O fracasso do desenvolvimento analisado por Julius Nyerere**

"Os países recentemente descolonizados, assim como os países mais antigos da , tinham todos herdado, da cultura euro-americana dominante, a mesma idéia: trabalhai duramente e tornar-vos-ei prósperos. Pouco a pouco, todos descobrimos que não havia relação de causa e efeito entre o ardor no trabalho e a prosperidade: parecia haver sempre alguma coisa exterior a nós que rompia essa suposta relação! A pretensa neutralidade do mercado mundial vinha a ser a neutralidade entre o explorador e o explorado, entre a ave de rapina e a sua vítima. Se, quando procurávamos recursos para a nossa sobrevivência, não falando já do nosso desenvolvimento, aplicássemos à letra os meios preconizados para reunir capitais, parecia que acabávamos sempre quer por cair, ou praticamente cair, sob o jugo das firmas transnacionais, quer por sofrer as políticas deflacionistas do FMI, quando não aconteciam as duas coisas ao mesmo tempo. Não avançávamos, apenas andávamos de Sila para Caribdes. Mesmo procurando apenas assegurar as nossas exportações e importações tradicionais, constatávamos que, ao trabalharmos cada vez mais duramente, o nosso poder de compra diminuía cada vez mais.

É por essa razão que nos reunimos para negociar com os Estados industrializados as alterações a serem introduzidas nas regras e práticas que regem as finanças e as trocas comerciais mundiais. O sistema atual foi instituído pelos Estados industrializados para servir os seus interesses. Trata-se de um fato histórico e não de um juízo moral! Daí resulta que o grupo das nações industrializadas – que também agem em grupo quando tratam com os outros países – detém as alavancas das finanças e das trocas comerciais internacionais e dispõe também das riquezas acumuladas por séculos de colonização e de diplomacia das canhoneiras, e ainda graças a um avanço inicial nas técnicas de produção de massa. Também neste ponto se trata de fatos e não de juízos morais. Se a

moral tem algum papel a desempenhar neste assunto, e esse é o meu entendimento, esse papel diz respeito ao futuro. Pois nós, o Terceiro Mundo, exigimos agora que se mudem os sistemas que enriquecem os ricos e empobrecem os pobres, e isso na época das outras mudanças surgidas no mundo: o fim do colonialismo, os progressos da tecnologia e a nova aspiração da humanidade à igualdade e à dignidade humanas."

"Um sindicalismo do Terceiro Mundo". Alocução proferida pelo Presidente da República Unida da Tanzânia, Sua Excelência Mwalimu Julius Nyerere, perante a quarta Reunião Ministerial do Grupo dos 77, 12 de fevereiro de 1979", in Amin, S., Nyerere, J. e Perren, D. *Le dialogue inégal. Ecueils du nouvel ordre économique mondial*, Genebra, Editions CETIM, 1979, pp. 63-64.

Com possibilidades de crédito cada vez mais raras e taxas de juro cada vez mais elevadas à escala mundial, surgiu uma nova conjuntura nos inícios dos anos 1980, momento em que as economias africanas continuavam fragilizadas e em que apareciam novos desafios ligados ao sobre-endividamento, à pressão demográfica (210 milhões de habitantes em 1960, 700 em 2000, 1,3 bilhão em 2025), às dificuldades sanitárias (expansão da epidemia de aids, permanência ou ressurgência de antigas doenças e epidemias) e aos conflitos políticos e militares. As cotações das matérias-primas desabaram, fazendo a África pagar muito caro a duração demasiada das economias de renda. A parte dos produtos primários no comércio mundial desceu de cerca de 50% em 1950 a menos de 20% no final dos anos 1990: as exportações africanas, que representavam 2,4% das exportações mundiais em 1970, caíram por seu turno para 1% em 2000, constituindo o petróleo, por si só, 40% deste valor; a parte da África no comércio mundial passou de 4% para 2% entre 1970 e 1995. De 1980 a 2000, os investimentos diretos estrangeiros, provenientes principalmente de firmas exportadoras de matérias-primas (hidrocarbonetos, minerais, produtos agrícolas), representaram apenas 2% do total mundial, num período em que o valor correspondente para os países asiáticos se elevava a 30%.

A ajuda pública ao desenvolvimento, que tomara o lugar dos empréstimos exteriores, não cessou de declinar, na medida em que, depois do colapso do bloco comunista, a África perdera a "renda estratégica" que devia à sua posição como terreno potencial de competição entre os dois blocos: de 14,7 bilhões de dólares em 1990, caiu para menos de 10 bilhões em 2000. Incapazes de fazer face aos compromissos financeiros que tinham assumido, os Estados tiveram de se submeter aos PAE (Planos de Ajustamento Estrutural) que lhes impunham o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Introduzidos pela primeira vez no Senegal em 1979, os PAE espalharam-se por todos os países africanos, implicando em todos eles as mesmas receitas, como, por exemplo, a diminuição das despesas públicas com vista a restabelecer o equilíbrio dos orçamentos, a liquidação das empresas não rentáveis e a privatização das firmas potencial ou realmente rentáveis, a desvalorização das moedas nacionais, a compressão dos efetivos das administrações públicas e do setor privado, o fim dos subsídios acarretando subidas generalizadas dos preços etc.



**Documento 97:** A dependência econômica dos países africanos: lugar dos produtos de base - em % das exportações (1993)

| País               | Indicadores de base |                      |                        | %    | Produtos de exportação dominantes              |
|--------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------|------------------------------------------------|
|                    | Superfície Km²      | População em milhões | IDH* (posição Mundial) |      |                                                |
| África do Sul      | 1 219 080           | 40,436               | 0,649 (100)            | 55   | Produtos industriais acabados ou semi-acabados |
| Angola             | 1 246 700           | 10,916               | 0,285(165)             | 96,9 | Hidrocarbonetos (94,8%), diamantes (2,1%)      |
| Benim              | 112 622             | 5,215                | 0,327(154)             | 56,3 | Produtos agrícolas, dos quais algodão (50,4%)  |
| Botswana           | 581 730             | 1,423                | 0,741(71)              | 77,4 | Diamantes                                      |
| Burkina Faso       | 274 200             | 9,682                | 0,225(170)             | 62,7 | Algodão                                        |
| Burundi            | 27 834              | 5,800                | 0,282(166)             | 81   | Café                                           |
| Camarões           | 475 442             | 12,000               | 0,482(127)             | 47,5 | Produtos petrolíferos                          |
| Cabo Verde         | 4 036               | 0,300                | 0,539(122)             | n.d. |                                                |
| R. Centro-Africana | 622 984             | 2,550                | 0,355(148)             | 70,6 | Diamantes (42%), café (28,6%)                  |
| Chade              | 1 284 000           | 6,158                | 0,291(163)             | 91   | Algodão                                        |
| Comores            | 1 862               | 0,300                | 0,399(139)             | n.d. | Produtos alimentares                           |
| Congo              | 342 000             | 2,443                | 0,517(125)             | 84,9 | Petróleo                                       |
| Congo R. D.        | 2 344 885           | 37,500               | 0,371(141)             | 43   | Minérios, dos quais diamantes (23%)            |
| Costa do Marfim    | 322 462             | 13,175               | 0,357(147)             | 89,7 | Produtos agrícolas, dos quais cacau (34,4%)    |
| Djibuti            | 23 200              | 0,200                | 0,287(164)             | n.d. | Gado, víveres                                  |
| Eritreia           | 121 144             | 3,435                | n.d.                   | 65,2 | Viveres e gado (30%), produtos em bruto        |
| Etiópia            | 1 133 380           | 53,236               | 0,237(168)             | 68,6 | Produtos agrícolas, dos quais café (64%)       |
| Gabão              | 267 667             | 1,011                | 0,557(120)             | 77,6 | Petróleo                                       |
| Gâmbia             | 11 295              | 1,025                | 0,292(162)             | 60,6 | Amendoim e derivados                           |
| Gana               | 238 537             | 15,700               | 0,467(129)             | 67,7 | Ouro (40,8%) e cacau (26,9%)                   |
| Guiné              | 245 857             | 7,100                | 0,307(160)             | 86,3 | Minérios, dos quais bauxita (64,8%)            |
| Guiné-Bissau       | 36 125              | 1,028                | 0,297(161)             | 81,2 | Castanha de caju                               |
| Guiné Equatorial   | 28 051              | 0,400                | 0,461(131)             | n.d. | Madeira de serraria                            |
| Quênia             | 580 367             | 28,113               | 0,473(128)             | 48,8 | Produtos agrícolas, dos quais chá (24%)        |
| Lesoto             | 30 355              | 1,750                | 0,464(130)             | 79,3 | Produtos manufaturados                         |

|                     |           |        |            |      |                                                         |
|---------------------|-----------|--------|------------|------|---------------------------------------------------------|
| Libéria             | 97 754    | 2,640  | 0,311(158) | 83   | Ferro (55,3%), borracha (27,7%)                         |
| Madagascar          | 587 041   | 12,092 | 0,349(150) | 61,5 | Café (23%), camarões (13,3%)                            |
| Malawi              | 118 484   | 9,700  | 0,321(157) | 69   | Tabaco                                                  |
| Mali                | 1 240 192 | 10,135 | 0,223(171) | 69,5 | Algodão (42,2%), gado (27,3%)                           |
| Ilha Maurícia       | 2 040     | 1,112  | 0,825(54)  | 80,2 | Tecidos (55,5%), açúcar (24,7%)                         |
| Mauritânia          | 1 030 700 | 2,147  | 0,353(149) | 95   | Pesca (55%), ferro (40%)                                |
| Moçambique          | 799 380   | 15,583 | 0,261(167) | 71   | Algodão (53%), camarões (8%)                            |
| Namíbia             | 824 292   | 1,500  | 0,573(116) | 57,7 | Minérios, dos quais diamantes (36%)                     |
| Níger               | 1 267 000 | 8,361  | 0,204(174) | 64,2 | Urânio                                                  |
| Nigéria             | 923 768   | 93,265 | 0,401(137) | 97,7 | Petróleo                                                |
| Uganda              | 241 139   | 16,671 | 0,327(155) | 74,6 | Café                                                    |
| Ruanda              | 26 338    | 7,300  | 0,332(152) | 83,5 | Café (60,2%), chá (23,3%)                               |
| São Tomé e Príncipe | 1 001     | 0,130  | 0,461(131) | 90   | Cacau                                                   |
| Senegal             | 196 722   | 8,130  | 0,331(153) | 46,1 | Produtos em bruto, dos quais pesca (23%)                |
| Seychelles          | 0 454     | 0,075  | 0,792(60)  | 95   | Atum, marisco                                           |
| Serra Leoa          | 71 740    | 4,300  | 0,219(173) | 85,4 | Minérios, dos quais rutilo (48%), bauxita (20%)         |
| Somália             | 637 657   | 7,114  | 0,221(172) | 78,5 | Bananas (40,2%), gado (38,3%)                           |
| Sudão               | 2 505 813 | 28,129 | 0,359(146) | 61,2 | Algodão (22,5%), gergelim (14%), goma (10%)             |
| Swazilândia         | 17 363    | 0,908  | 0,586(110) | 40   | Açúcar (14%), gêneros alimentícios, madeira             |
| Tanzânia            | 945 087   | 26,712 | 0,364(144) | 58,4 | Produtos agrícolas, dos quais café (24%), algodão (18%) |
| Togo                | 56 785    | 3,920  | 0,385(140) | 48,6 | Fosfatos                                                |
| Zâmbia              | 752 614   | 9,300  | 0,411(136) | 89   | Cobre (74%), cobalto (15%)                              |
| Zimbabwe            | 390 757   | 10,500 | 0,534(124) | 50,8 | Produtos manufaturados                                  |

\* IDH: índice de desenvolvimento humano: a posição mundial refere-se à classificação dos 174 Estados do mundo em 1993.

Fontes: United Nations, International Trade Statistics Yearbook; PNUD, Rapport mondial sur le développement humain (1996).

Apesar das resistências dos poderes instalados, inquietos por verem entrar em colapso o modelo de Estado baseado na redistribuição que havia predominado desde as independências, essas políticas econômicas foram efetivamente postas em prática provocando em todo o lado o mesmo mal-estar social, na sequência dos cortes de postos de trabalho e da diminuição dos salários, das reduções maciças da oferta escolar, da deterioração dos sistemas de saúde e das condições de existência. De maneira geral, foram os Estados que perderam força, tanto para cima, em proveito dos organismos financeiros internacionais e dos outros mutuantes de fundos, como para baixo, em proveito de múltiplas ONG (Organizações Não Governamentais) e associações nacionais ou, o que era mais frequente, estrangeiras. Entretanto, a África, que aparecia em vias de marginalização, tornara-se num centro de trânsito dos tráficos internacionais ilegais – tráficos de armas, comércio de drogas, pilhagem de recursos naturais – induzidos pelas guerras e situações conflituais que se haviam multiplicado desde os anos 1990 e pelo colapso do Estado em vários países da África Central e da África Ocidental.

No final do século XX, o quadro da África continuava a apresentar fortes gradações. Face aos PMA (Países Menos Avançados), posteriormente chamados PPAE (Países Pobres Altamente Endividados: 43 no mundo, 34 dos quais na África), que eram os mais dependentes dos doadores estrangeiros e os mais expostos às injunções dos mutuantes de fundos, surgiam Estados como a Nigéria e a África do Sul, os quais, representando só os dois mais de 60% do produto nacional bruto da África subsaariana, pareciam capazes de desempenhar um papel motor no futuro do continente, apesar das suas debilidades estruturais ou conjunturais.

## II. CONSTRUÇÕES ESTATAIS E RECOMPOSIÇÕES POLÍTICAS

Paralelamente às iniciativas e às ações diversas desenvolvidas à escala pan-africana ou vindas do exterior da África, foi no quadro dos Estados saídos da colonização que os novos poderes africanos procuraram elaborar e pôr em prática estratégias e políticas conformes com os projetos dos anos de luta pela emancipação e com as aspirações das populações. Esta África dos Estados, cujo caráter artificial muitos estigmatizavam, receando outros a sua fragilidade, impôs-se progressivamente como uma realidade com que se devia contar, porque se tornou o quadro tanto das operações de “desenvolvimento” como do exercício do poder e das lutas pelo poder. Mas os equilíbrios institucionais e políticos concebidos no momento das independências não resistiram à pressão das forças contraditórias que agitavam as sociedades africanas: muito rapidamente a África encontrou-se duradouramente sujeita a regimes políticos despóticos, que, por seu turno, tiveram de se adaptar ou se resignar às alterações que se impuseram nos anos 1980 e 1990.

## A. A África dos Estados: mitos e realidades

A “balcanização” das duas grandes federações da África francesa, a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa, no seguimento da lei-quadro Defferre (1956), gerara o temor de que se operasse um movimento análogo de fragmentação nos outros territórios coloniais. Muitos dirigentes anticolonialistas atribuíam exclusivamente às manipulações do “imperialismo” e do “neocolonialismo” essa fragmentação que, na realidade dos fatos, se baseava também numa espécie de egoísmo territorial. Quanto ao futuro desses territórios, a maioria comungava dos receios expressos pelo primeiro-ministro da Nigéria na conferência constitutiva da OUA em 1963:

É lastimável que os Estados africanos tenham sido divididos em diferentes grupos pelas potências coloniais. Em certos casos, a mesma etnia ficou repartida por quatro países diferentes... Não temos qualquer responsabilidade nisso, pois esses grupos diferentes existem desde há mais de sessenta anos. Toda e qualquer tentativa de um país africano desconhecer este fato poderia provocar perturbações no nosso continente. Pretendemos evitar as perturbações e, por esse motivo, a Nigéria reconhece todas as fronteiras existentes na África e reconhece a existência de todos os países da África.

(citado por Merle, M. (ed.) *L'Afrique noire contemporaine*, Paris, Armand Colin, 1968, p. 394).

Por isso, logo na primeira cúpula da OUA, reunida no Cairo em 1964, os Estados apressaram-se a adotar a resolução segundo a qual “declaram solenemente que todos os Estados membros se comprometem a respeitar as fronteiras existentes no momento em que se consumou a sua independência nacional”. Na realidade, a África das independências foi simultaneamente percorrida por vários tipos de movimentos territoriais contraditórios respeitantes a temporalidades diferentes: movimentos centrífugos, a maioria dos quais decorrentes do passado colonial e encorajados pelos poderes coloniais, que deram origem a formas mais ou menos agudas de separação; movimentos de reagrupamento, associados na sua maioria a dinâmicas culturais, políticas ou comerciais de longo prazo, anteriores às colonizações; e, por fim, movimentos “nacionalistas”, que se desenvolviam no quadro dos Estados resultantes das partilhas coloniais e que visavam “construir nações”.

### 1. Separatismos e secessões

Se é certo que Estados de dimensão média conheceram movimentos autonomistas ou separatistas, como aconteceu com a Casamança, no Senegal, foi nos territórios mais vastos – Congo-Kinshasa (2 344 885 km<sup>2</sup>), Nigéria (923 768 km<sup>2</sup>) e Sudão (2 505 813 km<sup>2</sup>) – que os movimentos centrífugos se exprimiram com mais força e que os riscos de fragmentação foram maiores. Mais do que “tribalismo”, tratava-se de “regionalismos”, em que se congregavam categorias

sociais e agrupamentos territoriais com as mais diversas aspirações e cálculos, a fim de rejeitar o peso excessivo do poder do Estado central, ou até para pôr em causa a própria existência desse Estado: em todos os casos, em especial no Congo e na Nigéria, esses sentimentos autonomistas eram paralelamente explorados por grupos da classe política dirigente em luta pelo controle do poder no Estado central. Embora tais movimentos tenham abalado fortemente esses Estados e os tenham obrigado a adotar formas de organização territorial mais flexíveis, não deram origem à criação de novas entidades políticas.

No Congo-Kinshasa, nos primeiros anos da independência (1960-1963), viram-se as duas províncias mineiras de onde o Estado retirava o essencial dos seus rendimentos, o Katanga, com o seu subsolo rico de metais não-ferrosos e de minerais estratégicos, e o Kasai, produtor de diamantes, entrar abertamente em secessão, o primeiro para se tornar uma república independente, o segundo para se transformar num reino pretensamente tradicional. Ativamente apoiadas pelas firmas mineiras coloniais, essas secessões receberam também o apoio pressuroso da Bélgica, antiga potência colonial, e dos interesses mineiros anglo-saxões solidamente implantados no *copperbelt* e na África Austral. Mas, em 1963, após três anos de afrontamentos violentos e de mediações diplomáticas, o Congo-Kinshasa veio a reunificar-se e os dirigentes separatistas foram reintegrados na classe dirigente "nacional".

A guerra de Biafra (1967-1970) foi uma prova igualmente terrível para a Nigéria. Resultante principalmente da competição entre frações da elite política pelo controle do poder federal, teve como causa direta a frustração das populações setentrionais, inquietas face ao que consideravam ser a apropriação pelos políticos ibos, da província oriental, das alavancas de comando do Estado e que estavam dispostas a exprimir essa frustração em violentos *pogroms* anti-ibos. Tal como no Congo, a questão mineira era fulcral, pois o petróleo, cuja produção se iniciara em 1958 e se expandia rapidamente, provinha precisamente da província oriental, ao passo que os rendimentos extraídos da sua exploração alimentavam as caixas do Estado central, em meio a uma corrupção servil. Embora a "República de Biafra" tenha agrupado diversas formações étnicas, a opinião africana e internacional apaixonou-se pela causa biafrense, identificada com a causa de uma "nação oprimida": muito mortífera, a guerra matou 100 000 soldados, mas fez entre 500 000 e 2 000 000 milhões de mortos civis, principalmente devido à fome provocada ou agravada pelo bloqueio de Biafra pelas tropas federais. Houve quem, fora da África, tenha logo falado em "genocídio".

Alguns dirigentes africanos também apoiaram Biafra, quer em nome do "direito dos povos de disporem de si próprios", como Julius Nyerere, quer no quadro de uma competição pelo poder, como aconteceu com a Costa do Marfim e com o Gabão, que não desdenhavam assistir ao enfraquecimento do gigante "anglófono" oeste-africano. O resultado mais duradouro da guerra civil foi o de reforçar a natureza federal da Nigéria cujo número de Estados aumentava sem cessar (30 no seguimento das conclusões da Conferência Nacional Constitucional

de 1995, 36 nos termos da Constituição promulgada em 1999, com a possibilidade de criação de outros). Mas nem por isso terminaram as reivindicações autonomistas. Assumiram uma forma dramática nos anos 1990 no Rivers State após a criação do MOSOP (Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni), oposto à exploração anárquica do petróleo na região ogoni, aos danos provocados no ambiente e ao não atendimento dos interesses do povo ogoni (estimado em cerca de 500 000 pessoas numa população total superior a 110 milhões) na utilização dos recursos petrolíferos: após severas repressões de manifestações, o governo militar do general Sani Abacha tomou a decisão de, em 1995, mandar deter, condenar à morte e executar os principais dirigentes desse movimento, entre os quais o universitário e escritor Ken Saro-Wiwa.

## 2. A estabilidade das fronteiras coloniais

Se, na maior parte dos casos, a repartição regional interna dos Estados foi alterada em nome do federalismo ou da descentralização, as suas fronteiras permaneceram estáveis, já que, no final do século XX, 87% das fronteiras (70 000 km em 80 000) eram as resultantes dos acordos entre potências coloniais.

Mas, enquanto os separatismos fracassavam, a África procedia a tentativas de aliança, de agrupamento, ou até de fusão entre Estados saídos da descolonização. Quase todas estas tentativas redundaram em fracasso. Foi o que aconteceu com a União Gana-Guiné (1958), posteriormente alargada ao Mali, que, após bastantes percalços, não sobreviveu à queda de Kwame Nkrumah (1966): refugiado em Conakry, Nkrumah foi designado co-presidente da Guiné, função puramente simbólica que ocupou até à sua morte em 1972. A Federação do Mali, concebida principalmente por Léopold Sédar Senghor para agrupar o Senegal, o Sudão (atual Mali), o Alto Volta (atual Burkina Fasso) e o Daomé (atual Benim), ficou reduzida em definitivo à união entre o Senegal e o Sudão, na sequência da defeção dos outros territórios, atraídos para o Conselho da Entente cujo eixo era a Costa do Marfim. Proclamada em abril de 1959, a Federação do Mali desfez-se logo em agosto de 1960, vítima das divergências ideológicas e das rivalidades pessoais entre o senegalês Senghor e o sudanês Modibo Keita.

O Senegal empenhou-se noutra projeto de confederação no decurso dos anos 1980 com a Gâmbia. Após a intervenção das tropas senegalesas, que, em agosto de 1981, restauraram Dawda Jawara, o presidente gambiano destituído por um golpe de Estado, o Senegal e a Gâmbia assinaram, em fevereiro de 1982, um tratado que instituiu a Confederação da Senegâmbia, dotada de um Conselho de Ministros e de uma Assembleia com poderes para coordenar a política dos dois Estados em matéria de defesa, de política externa, de economia e de finanças. Mas os desequilíbrios entre os dois Estados (196 722 km<sup>2</sup> e 7 milhões de habitantes para o Senegal, em 1988, contra 11 300 km<sup>2</sup> e 700 000 mil habitantes para a Gâmbia) e o medo da Gâmbia, encravada no Senegal, de ser absorvida pelo imponente



vizinho comprometeram a existência da Confederação, tendo os dois parceiros chegado a acordo para pronunciar a sua dissolução em setembro de 1989.

Realizada por imposição, a integração da Eritreia na Etiópia foi igualmente um fracasso. Embora os dirigentes etíopes sempre se tenham reportado à história para justificarem as suas pretensões quanto ao território eritreu, este não fora permanentemente parte integrante do reino abissínio, cujo território conhecera fases de expansão e de retração. A colonização italiana, efetiva de 1889 a 1941, acentuou ainda mais a singularidade da Eritreia. A pressão da Etiópia tornou-se mais forte após a derrota dos fascistas italianos em 1941 e a ocupação britânica da Eritreia (1941-1952). Em 1950, a ONU decidiu que a Eritreia seria integrada na Etiópia, como região autônoma. Mas, em 1962, o governo etíope decidiu, em acordo com o parlamento autônomo eritreu, a assimilação pura e simples da Eritreia, transformada em província do império. Apesar da presença de eritreus nos aparelhos de Estado, tanto da Etiópia imperial como da Etiópia revolucionária, a resistência Eritreia organizada em movimentos de libertação armados acabou por obter a independência em 1993. Regressada às fronteiras que Menelik II conseguira que fossem reconhecidas pelas grandes potências, a Etiópia conseguiu manter a sua integridade apesar da adoção, em 1994, de uma constituição federal que instituía Estados baseados na etnicidade e na língua e reconhecia os direitos dos povos de dispor de si próprios.

A experiência da Somália confirmou esta estabilidade das fronteiras coloniais. Fundada em referências à identidade comum dos povos somalis, a experiência da unidade estatal foi, porém, um fracasso. Quando se tornaram independentes, a Somália italiana e a Somalilândia britânica fundiram-se em 1960, tendo adotado como missão reunir no mesmo Estado todos os povos somalis do Chifre da África; para tanto, a bandeira nacional integrou a estrela de cinco pontas que representava os cinco países somalis: a Somália, a Somalilândia, Djibuti (na altura, colônia francesa), o norte do Quênia e o Ogaden, território etíope. Não só a jovem república não conseguiu recuperar o norte do Quênia e o Ogaden, apesar das custosas operações militares que levou a cabo, mas a sua própria integridade foi posta em causa por uma dura guerra civil em que se opuseram os clãs somalis: em 1991, a antiga Somalilândia declarou unilateralmente a independência, restaurando *de facto* a divisão territorial anterior a 1960.

Raras foram, no fim de contas, as situações em que se suprimiram efetivamente as fronteiras coloniais num processo de integração. Antigas colônias alemãs, os Camarões e o Togo haviam sido partilhadas no fim da Primeira Guerra Mundial entre a França e o Reino Unido: ao acederem à soberania, os Camarões e o Togo franceses reivindicaram as partes dos seus territórios que haviam sido anexadas à Nigéria e à Gold Coast (Gana), respectivamente. Mas não conseguiram reconstituir os antigos territórios alemães: após referendo, só uma parte do Togo britânico e uma parte dos Camarões britânicos aceitaram a integração.

A exceção à regra da intangibilidade das fronteiras veio da Tanzânia, fusão do Tanganica e de Zanzibar. É verdade que, fazendo parte do "império comercial"

de Zanzibar (Abdul Sheriff), o Tanganica partilhava com o Estado insular inúmeros traços de civilização, em especial a língua swahili. Antiga colônia alemã que passara a ser controlada pelos britânicos, o Tanganica ficara sujeito ao mesmo sistema de Zanzibar. Mas os dois territórios haviam acedido separadamente à soberania, em 1961 o Tanganica e em 1963 Zanzibar. A ideia de federação, acarinhada por Julius Nyerere, que em vão sonhara realizar uma união das antigas colônias britânicas da África Oriental num só Estado, regressou em força após a revolução que derrubou a hegemonia árabe em Zanzibar, em janeiro de 1964. A união foi proclamada em abril de 1964, tendo-se criado instituições para assegurar a integração, embora preservando a "pluralidade" (Denis-Constant Martin) das sociedades constitutivas do conjunto tanzaniano e uma certa autonomia da sua parte insular.

### 3. *Cristalização nacional e febres nacionalistas*

Aceita de boa ou má vontade pela maioria dos "países da independência" como mal menor, a estabilidade das fronteiras saídas da descolonização não deixou de produzir efeitos nos comportamentos e nas práticas dos homens de Estado, assim como nos processos identitários que afetaram as sociedades africanas. No interior desses territórios, o nacionalismo banalizou-se, inclusive nas suas formas mais exclusivistas e mais violentas. Algumas raras personalidades tinham-se mostrado preocupadas com isso já nos começos dos anos 1960:

É verdadeiramente paradoxal que, nesta época, em que o exclusivismo nacional dos europeus aceita concessões a organizações supranacionais, muitos Estados africanos se apeguem à sua recente soberania como a algo de mais precioso do que o interesse de toda a África e procurem alianças com os Estados que procuram balcanizar o nosso continente no interesse do neo-colonialismo. (Nkrumah, K. *Africa Must Unite*, p. 187).

A "construção nacional" foi, com o "desenvolvimento", o estribilho mais em voga na África das independências. Em todos os países puseram-se em ação as práticas mais diversas, em especial no domínio cultural, no ensino e a nível dos símbolos (bandeiras, hinos etc.), para conferir a maior visibilidade à "nação" nascente. O "exclusivismo" nacional insere-se neste processo. Mal foram reconhecidos no plano internacional, os novos Estados começaram a suscitar litígios entre si. Assim, surgiram conflitos a propósito das populações repartidas pelas fronteiras coloniais ou de territórios fronteiriços considerados ricos. A questão do Sanwi, um território marfinense cuja anexação ao Gana parecia ser desejada por alguns dos seus chefes, opôs a Costa do Marfim de Félix Houphouët-Boigny ao Gana de Kwame Nkrumah; conflito igualmente vivo se verificou a propósito da pertença de Lété, uma ilha desabitada do rio Níger, disputada pelo Daomé e o Níger. O problema da unificação dos ewe, outro grupo fronteiriço, gerou um antagonismo duradouro entre o Gana e o Togo. Incapazes de resolver o seu litígio relativamente ao território de Agacher, com um subsolo rico em minerais, o Mali

e o Alto Volta tiveram que recorrer em 1983 ao Tribunal Internacional de Justiça. As descobertas de hidrocarbonetos vieram exacerbar as cobiças territoriais, em especial no golfo da Guiné, onde um longo conflito opôs os Camarões e a Nigéria relativamente à península de Bakassi.

A xenofobia não tardou a encontrar pretextos para se manifestar ruidosamente. Já nas vésperas da independência, em 1958, a Costa do Marfim fora abalada pelo "caso Dao-Togo", durante o qual numerosos nacionais do Daomé e do Togo foram violentamente atacados por jovens desempregados de Abidjan. Esses "daomeanos" e "togoleses", que tinham assegurada a liberdade de circulação e de estabelecimento no quadro da África Ocidental Francesa, exerciam profissões variadas: funcionários da administração colonial, agentes de empresas privadas, comerciantes. Na sua maioria, tinham frequentado as escolas coloniais e, desde os anos 1920, eram acusados de alardear desprezo pelos "originários" da Costa do Marfim. Opostos à "balcanização" da África francesa, que a lei-quadro Defferre propiciava, eram estigmatizados pela LOCI (Liga dos Originários da Costa do Marfim), que os acusava de se apoderarem do trabalho cobiçado por cerca de 8 000 a 9 000 desempregados abidjanenses "originários" da Costa do Marfim. As pilhagens e os *pogroms* de outubro de 1958, que foram muito violentos, levaram cerca de 15 000 "Dao-Togo" a abandonar os seus domicílios: vários milhares acabaram por pedir o "repatriamento". Esta xenofobia larvar, amplamente difundida, teve a sua terra de eleição em certos países, em especial o Congo-Kinshasa, o Gabão, o Gana, a Nigéria ou o Uganda, cujos crescimento econômico e prosperidade relativa, quer antes quer depois da colonização, haviam atraído numerosos imigrantes dos territórios vizinhos e onde se banalizou, a partir dos anos 1960, a expulsão de "estrangeiros", acusados de todos os delitos de direito comum e responsabilizados por todos os infortúnios da "nação".

Enquanto a primeira edição do campeonato de futebol da África (Copa das Nações), realizado no Gana em 1963, fora celebrada como uma expressão festiva e desportiva do pan-africanismo, os desafios de futebol entre seleções "nacionais" deram pretexto a violências, opressões e humilhações contra os "estrangeiros" africanos. Instrumentalizada pelas personalidades políticas, a questão das "origens" dos quadros dirigentes, articulada com a da autoctonia e da aloctonia das pessoas que vivem no território nacional, começou a envenenar a vida pública de vários Estados durante os anos 1990, em associação com a abertura da competição política: foi na Costa do Marfim abalada pela crise de sucessão de Félix Houphouët-Boigny e pela crise da economia que esta instrumentalização alcançou a sua expressão mais espetacular com a ideologia da "marfinidade". Contudo, as violências mais graves haviam ocorrido já em 1989, quando do conflito que opôs a Mauritânia ao Senegal. O agravamento das tensões entre camponeses senegaleses e criadores de gado mauritanianos na fronteira entre os dois países originou a pilhagem dos bens de numerosos comerciantes mauritanianos (cerca de 300 000) instalados no Senegal, enquanto os senegaleses que viviam na Mauritânia (cerca de 30 000), na sua maioria operários e agentes das empresas, sofriam humilhações análogas.

Os dois exércitos nacionais tiveram encontros esporádicos até 1991: as relações diplomáticas entre os dois Estados, que tinham sido rompidas em 1989, só foram restabelecidas em 1992.

## B. Ordem e desordem políticas

A questão das heranças coloniais não dizia apenas respeito às estruturas e às políticas económicas, nem à configuração territorial dos novos países independentes: incidia também sobre a natureza do Estado e a organização dos poderes. De fato, apesar das concessões feitas aos africanos a partir da Segunda Guerra Mundial, os aparelhos de Estado dos diferentes territórios tinham conservado, além dos traços ligados à sua origem estrangeira e colonial, o seu caráter essencialmente repressivo: as relações entre o Estado e a sociedade estavam associadas a um autoritarismo persistente, apenas temperado aqui e ali por uma dose de paternalismo carregado de condescendência; a onipotência administrativa e política do Estado, que não era contrabalançada por coisa alguma, tinha sido ainda mais agravada pelas funções económicas e sociais que ele passara a assumir no quadro dos "planos de desenvolvimento" do pós-guerra. Assim, a fórmula cara a Nkrumah "ocupai primeiro o domínio político...", partilhada pela maioria dos seus pares, encerrava muitas ambiguidades. Tomando o Estado tal qual era, todos eles se inseriam numa notável linha de continuidade com a colonização. Foi sobretudo no interior desses Estados que por múltiplos processos se chegou à instauração quase generalizada de partidos únicos: a inovação política, nos lugares onde ocorreu, só viria a surgir muito mais tarde, em relação com a constituição gradual de grupos hegemónicos que detinham ou controlavam os poderes e com as lutas sociais e políticas que, nos anos 1990, acabaram por impor formas novas de exercício do poder correntemente designadas na África e sobretudo fora da África como a "democratização".

### 1. A experiência do pluralismo político

Ao acederem à soberania, os Estados africanos conservaram o pluralismo dos partidos políticos nascidos durante a última fase da colonização: obrigados a recuar perante o ascenso dos movimentos independentistas, os poderes coloniais foram obrigados a liberalizar a vida política, embora, simultaneamente, se mostrassem suficientemente hábeis para dividir e enfraquecer esses movimentos, suscitando a multiplicação dos partidos. De fato, perante poderes coloniais material e administrativamente mais fortes e no quadro de territórios nos quais as filiações particularistas, regionais, religiosas e étnicas, ameaçavam levar a melhor sobre os sentimentos de pertença "nacional", os grupos políticos independentistas procuraram em todos os territórios congregar a maioria, ou até a totalidade dos cidadãos, como mostra a frequência de palavras como "união", "movimento",

“nacional”, “povo” nos nomes dos partidos dessa época. Por outro lado, todos concordavam com a forma republicana do Estado, salvo em Zanzibar, no Burundi e na província do Buganda no Uganda, onde existiam partidos monárquicos mais ou menos sólidos.

No momento da independência, alguns desses movimentos “nacionalistas” apareciam como partidos únicos de fato, nomeadamente na Costa do Marfim com o PDCI, no Oubangui-Chari com o MESAN e no Tanganica com a TANU. Contudo, em muitos territórios haviam florido e subsistido vários partidos políticos, visivelmente por instigação das administrações coloniais. Assim, nas colônias britânicas, não foi por acaso que surgiram, respeitando o mesmo esquema, partidos como o *National Liberation Movement* e o *Northern People's Party*, na Gold Coast, o *Northern People's Congress*, na Nigéria, ou a *Kenya African Democratic Union*, no Quênia, todos adeptos do federalismo ou da autonomia regional, opostos ao centralismo que censuravam nos partidos dominantes, os mais empenhados na luta anticolonial. Em alguns raros casos, como na Guiné e no Sudão Francês, os partidos dominantes – PDG e US-RDA – conseguiram atrair para si os diversos grupos políticos que, de acordo com o projeto de independência, deles se distinguiam em pontos ideológicos ou programáticos que na altura pareceram de importância secundária. Noutros casos ainda, como aconteceu no Congo belga, onde a quase totalidade dos partidos só surgiu após 1958, a administração colonial encorajou a formação de partidos regionalistas, ou mesmo tribais, por vezes opostos à própria ideia de independência ou abertamente separatistas, nos quais se apoiou para controlar o processo e o conteúdo da independência. A adesão à “democracia”, entendida como um sistema político baseado no pluralismo das forças políticas, na eleição livre dos representantes do povo e no reconhecimento das prerrogativas do parlamento eleito, estava inscrita no credo da maioria dos partidos. Um dos defensores mais determinados dessa democracia foi Nnamdi Azikiwe, da Nigéria, um homem formado nos Estados Unidos da América, jornalista famoso, o qual, embora tivesse sido vítima durante os anos 1930 de “leis celeradas” coloniais sobre a imprensa, era admirador do parlamentarismo britânico:

Se não existir uma oposição do gênero governo fantasma capaz de substituir o governo existente, a democracia torna-se um logro. Não devemos hesitar em fazer passar a ação do nosso governo pelo cadinho da opinião pública organizada. Devemos ser tolerantes e sujeitar-nos a que os nossos atos oficiais sejam escrutinados a fundo, independentemente do que nos custe. Não tolerar a existência de um partido de oposição poderia ser um desastre para a existência da democracia. É a maneira mais cômoda de suscitar a ditadura; ora, devemos barrar a estrada à autocracia sob todas as suas formas. Não devemos dar a impressão de que eliminamos a dominação colonial britânica apenas no fito de pôr no trono a sua contrapartida nigeriana. Garantindo a primazia do direito, protegeremos os nigerianos contra as formas arbitrárias que são o apanágio dos políticos sedentos de poder. Asseguraremos a independência do poder judiciário e defenderemos a função pública, a polícia e as forças armadas contra a subversão com fins políticos.

Todos os nigerianos devem ser iguais perante a lei e a justiça deve ser exercida sem medos nem favoritismos. Não deve existir qualquer discriminação baseada na raça, na origem tribal, no credo ou na situação social. Um nigeriano deve ter a liberdade de, sem ser inquietado, gozar os seus direitos e os seus privilégios de cidadão em todas as partes do território nigeriano.

(Discurso no Carlton Rooms, Londres, 31 de julho de 1959, in *Nigeria. Textes politiques de Nnamdi Azikiwe*, Paris, Présence Africaine, 1968, pp. 136-137).

Perfeita no plano da forma e da teoria, a profissão de fé de Nnamdi Azikiwe não levava em conta a situação concreta, o estado da opinião e a relação das forças políticas na Nigéria; sobretudo, ao comprometer-se a manter tais quais os aparelhos do Estado colonial, inseria-se também numa opção conservadora: a preservação do Estado colonial; toda a questão estava em saber em que medida a opção democrática ostentada se casaria com a herança, os reflexos e a cultura autoritários e repressivos dos aparelhos de Estado procedentes da colonização. Muito diferente era a opinião do zambiano Kenneth Kaunda, atento aos riscos de fragmentação da unidade do movimento nacional e preocupado com as perspectivas políticas que se ofereciam ao novo Estado:

O nacionalismo não é uma vibração qualquer no éter, é o *povo*, organizado com vista a alcançar objetivos determinados, que se move rumo a certas metas e que partilha determinadas emoções e determinados receios. Por conseguinte, devemos esperar um agrupamento diferente do nosso povo, quando a nossa nação começar a estratificar-se em classes sociais, com a emergência de novas elites e a diversificação dos interesses políticos. Mas isso não implica que o partido nacionalista deva necessariamente desaparecer; só que, à medida que as massas do nosso povo ganharem mais cultura, será certamente transformado em qualquer outra coisa – o que pode ocorrer de duas maneiras diferentes. Ou saberá conseguir um apoio tão amplo por parte das massas que teremos um partido único *de fato*, ou surgirá uma multiplicidade de partidos políticos para representarem interesses de camadas sociais distintas. O meu ponto de vista pessoal é que a primeira direção é a mais provável. Espero com confiança assistir ao desaparecimento virtual da oposição nas próximas eleições gerais, não por efeito de medidas repressivas draconianas, mas pela ação de um assassino sem dor, a urna. Nessa altura, o movimento nacionalista lançar-se-á numa reorganização maciça e em alterações de estruturas destinadas a garantir que o processo democrático da livre discussão e da livre troca de opiniões, que anteriormente se faziam nas fileiras da Assembleia, seja ainda mais firmemente institucionalizado no interior do próprio partido no poder.

(Kaunda, K. D., *A Humanist in Africa. Letters to Colin M. Morris from Kenneth Kaunda, President of Zambia*, Londres, Longmans, 1967, pp. 104-105) BNF.

A evolução política da África independente fez-se efetivamente nessas duas direções: na sua maioria, os Estados experimentaram o partido único, antes de serem abalados, a partir dos finais dos anos 1960, pelos conflitos de interesse



que, de bom ou mau grado, os levaram, no termo de uma longa gestação, a uma nova situação de pluralismo.

## 2. A virada autoritária e os "partidos-Estados-nações"

Todavia a instauração dos partidos únicos não se deu sem violência. É verdade que, num primeiro tempo, os poderes recorreram a processos jurídicos e a manobras políticas para se desembaraçarem dos partidos de oposição. Assim, por exemplo, o PDG (Partido Democrático da Guiné) tornou-se constitucionalmente partido único logo em novembro de 1958, e o Níger, o Chade e a República Centro-Africana passaram ao regime de partido único após, respectivamente, a dissolução, em 1959, do partido Sawaba, favorável ao "não" no referendo de 1958, a interdição dos partidos chadianos de oposição (1962) e a institucionalização do MESAN (1962). Por outro lado, a partir do começo dos anos 1960, multiplicaram-se as apologias a favor do partido único. Assim, durante uma conferência de imprensa organizada em novembro de 1961, pouco depois da reunificação dos Camarões, o presidente da República Amadou Ahidjo pronunciou-se por um "partido unificado", antecessor direto do partido único:

Um grande partido nacional unificado no seio do qual, uma vez convencidos, entrariam livremente os camaronenses, e também um partido no seio do qual existam a democracia, a liberdade de expressão, a liberdade de discussão, um partido no seio do qual possam existir diversas tendências, no entendimento de que a minoria adere ao parecer da maioria [com o objetivo de] chegar a acordo sobre um programa mínimo que possa obter a aprovação de todos os camaronenses, pois esse programa não pode ser senão o desenvolvimento social e econômico dos camaronenses.

(citado por Bayart, J.-F., 1985, pp.99-100).

Na realidade, a prática da fusão dos "pequenos partidos" no "grande partido" dominante, recomendada por Amadou Ahidjo, processou-se num grande número de países através de toda a espécie de intimidações, de humilhações insidiosas e de violações flagrantes dos direitos reconhecidos aos partidos da oposição e às estruturas independentes – órgãos de imprensa, sindicatos de operários, de professores e de funcionários, associações de estudantes, bem como de outras categorias sociais. Inaugurada nos Camarões, essa prática foi de certa maneira consumada no Senegal de Léopold Sédar Senghor, onde a concretização simultânea do "agrupamento" e da repressão permitiu à UPS (União Progressista Senegalesa) tornar-se partido único em 1966. Na maioria dos casos, o partido dominante, tendo absorvido, neutralizado ou eliminado os seus adversários, decidia unilateralmente proclamar-se partido único. Houve, no entanto, situações singulares, como no Gana e na Tanzânia.

O partido de Kwame Nkrumah, o CPP (Partido Popular da Convenção) obtivera a maioria em todas as eleições organizadas na Gold Coast e, depois, no Gana, a partir de 1951: mas tinha também a afrontá-lo uma oposição virulenta.

Perante a multiplicação dos atentados contra Nkrumah, a maioria parlamentar do CPP começara por votar uma lei sobre a detenção preventiva em 1958, tendo seguidamente proposto a Nkrumah, em 1962, a presidência vitalícia, que ele recusou. Mas não conseguiu resistir ao pedido insistente de fazer do CPP o partido único, o que foi obtido por referendo em 1964. No Tanganica, Julius Nyerere tinha tanto apreço pelo partido que entendeu demitir-se do posto de primeiro-ministro para se dedicar à sua reorganização, antes de se tornar o primeiro presidente da Tanzânia. O Comitê Executivo Nacional da TANU pronunciou-se pelo partido único em 1963, um ano após a aprovação de uma lei sobre a detenção preventiva e a proclamação da República. Formada por Nyerere em 1964, a "Comissão Presidencial para o Estabelecimento de um Estado Democrático de Partido Único" organizou uma ampla consulta em todo o país e, em 1965, apresentou um relatório favorável ao partido único. A constituição de 1965 foi declarada, simultaneamente, "Constituição da Tanzânia e Constituição da TANU", sendo os dois textos inseparáveis. Só em 1977 a TANU se fundiu com o *Afro-Shirazi Party*, o partido único de Zanzibar, para formar o *Chama Cha Mapinduzi* (Partido da Revolução).

Assim, o processo que levou a África a cair nos regimes de partido único seguiu múltiplos meandros. Paralelamente às fusões de partidos e grupos de oposição no partido dominante, assistiu-se à multiplicação de "complôs", oportunamente descobertos antes de se desencadearem, e os assassinatos políticos, cujos autores nunca eram descobertos pela polícia, formada pela colonização e o mais das vezes enquadrada por "cooperantes", e cuja instrução era ostensivamente descurada pela justiça: dessa forma, a cena política foi limpa dos seus elementos considerados perigosos. Já em 1962, o Senegal foi teatro do primeiro desses grandes "complôs". A bicefalia instituída quando da independência colocara Léopold S. Senghor à frente do Estado e dera a Mamadou Dia um peso considerável, pois que, sendo primeiro-ministro, era igualmente ministro da defesa nacional e secretário-geral-adjunto do partido, supervisionando, ao mesmo tempo, a Comissão do Plano, o que lhe assegurava um controle direto sobre a política econômica do país. Habilmente orquestrada pelos meios de informação controlados pelo poder, a acusação inverosímil de que estava a preparar um golpe de Estado permitiu ao presidente Senghor desembaraçar-se de Mamadou Dia, que foi imediatamente condenado à pena perpétua (dezembro de 1962) e atirado a uma prisão de onde só haveria de sair, fisicamente debilitado, em 1974.

A Costa do Marfim seguiu a mesma trilha: iniciada secretamente já em 1961, a purga daqueles que eram considerados hostis à pessoa do presidente Félix Houphouët-Boigny ou opostos às suas opções políticas e econômicas assumiu uma amplitude considerável em 1963 e 1964. Não poupou ninguém: se é certo que os "falsos complôs" (Samba Diarra) mais espetaculares atingiram as elites (funcionários, universitários, companheiros de luta e antigos adversários do presidente), foram milhares as pessoas, principalmente camponeses, atiradas à prisão pela repressão: apesar das desculpas públicas apresentadas pelo presidente

costa-marfinense em 1967, o sistema instaurado na ocasião, que combinava a delação com o castigo exemplar, seguido por um generoso perdão do presidente da República, iria funcionar até ao princípio dos anos 1990.

Mais espetacular ainda foi no Congo-Kinshasa a “conjura do Pentecostes” (1966), cujos responsáveis presumidos foram enforcados em público perante centenas de milhares de espectadores: o terror assim instilado na opinião pública e na classe política congoleesas asseguraria uma longevidade notável ao seu autor, o presidente Joseph-Désiré Mobutu. Em inúmeros outros casos, os desaparecimentos discretos, as mortes brutais inexplicadas, as execuções públicas sabiamente organizadas, instalaram um clima de receio que garantiu a “estabilidade” desejada pelos investidores de fundos e os parceiros estrangeiros. Na Guiné, Sékou Touré viu-se confrontado com uma longa sucessão de “complôs”, verdadeiros ou supostos, atribuídos, consoante os casos, a categorias sociais (“complô dos professores”, em 1961, “complô dos comerciantes”, em 1965, “complô dos oficiais”, em 1969), à traição de certos guineenses aliados aos “imperialistas” (desembarque conjunto de portugueses, de mercenários europeus e de oponentes guineenses, em 1970) ou ainda a grupos “étnicos” (“complô fula”, em 1976). O regime elaborou a teoria do “complô permanente”, ao qual se comprometeu a responder, com a maior energia, por um terror também permanente e onipresente, simbolizado pelos “poderes revolucionários locais” encarregados de exercer a vigilância a nível das aldeias e, sobretudo, pelo “campo Boiro” onde tantos guineenses de todas as condições haviam de morrer da “dieta negra”.

Em meados dos anos 1960, subsistiam ainda Estados, e não dos menores, onde persistia o pluralismo existente no momento da independência: a Libéria e a Serra Leoa; Madagascar; a Nigéria e o Congo-Kinshasa; o Quênia e o Uganda. Os golpes de Estado militares iriam reduzir o número desses Estados. Até então, a África parecia escapar às intervenções diretas do exército na esfera política, apesar dos precedentes fornecidos pela queda do rei Faruk do Egito, em 1952, e pela tentativa de golpe de Estado contra Haile Selassie, em 1960. A partir dos anos 1960 foram-se tornando cada vez mais numerosos, afetando todas as regiões da África e todos os tipos de Estados, independentemente da ideologia oficial, da estrutura económica, da natureza do povoamento, da composição da população, da presença ou ausência de liberdades democráticas.

Entre 1960 e 1975, paralelamente a umas vinte tentativas abortadas de golpe de Estado militar, os exércitos tomaram o poder numa quinzena de países, depois de o golpe de Estado organizado na Argélia em junho de 1965 por Houari Boumedienne ter propiciado aos exércitos da África subsaariana o modelo da eficácia e do êxito: Alto-Volta (1966 e 1973); Burundi (1966); Congo-Brazzaville (1968); Congo-Kinshasa (1960 e 1965); Etiópia (1974); Gana (1966 e 1972); Mali (1968); Níger (1974); Nigéria (dois golpes de Estado em 1966 e outro em 1975); República Centro-Africana (1966); Ruanda (1973); Serra Leoa (1967 e 1968); Somália (1969); Sudão (1958 e 1969); Uganda (1971). Contudo, apesar

do recorde atingido pelo Daomé nessa época (1963, 1965, 1967, 1968, 1969 e 1972) e embora os exércitos tenham continuado a tomar o poder após 1975, a África ficava bem atrás do número de golpes de Estado militares ocorridos nas antigas colónias da América Latina. Todos os homens de Estado africanos condenavam os golpes de Estado militar, com a exceção notável de Kwame Nkrumah: sem os justificar, este explicava que podiam surgir situações bloqueadas nas quais as forças armadas poderiam considerar-se legitimadas para intervir; teriam, nesse caso, de organizar com a maior brevidade eleições livres para restituir o poder aos civis. Mas, em geral, uma vez no poder, os militares suscitavam por seu turno a criação de um partido único, alinhando assim os regimes militares pelos regimes civis de partido único.

Mas esses regimes não funcionavam da mesma maneira em todos os Estados: o fator de diferenciação residia menos no arsenal ideológico com que se adornavam do que na natureza do próprio partido. Na maior parte das vezes, deu-se a preferência à fórmula do partido de que todos os cidadãos eram membros por definição e automaticamente. Encarregado de designar os candidatos às eleições – candidatos únicos e necessariamente eleitos –, o partido reconhecia no entanto no seu seio “militantes” aos quais cabiam os cargos mais importantes e os benefícios de toda a ordem que acompanhavam esses cargos. Raros foram os partidos que procuraram evitar a deriva clientelista e negociata. No Gana, desde o “Discurso da Aurora” (1961), no qual Kwame Nkrumah estigmatizara a corrupção de vários quadros do seu partido, que na altura não era único, a questão da natureza do partido alimentava os debates entre “a direita” e “a esquerda” do CPP, e esta última propunha que se limitasse e controlasse estreitamente o recrutamento, de modo a transformá-lo em partido de militantes revolucionários. Segundo o *Spark* (1965), órgão de imprensa dessa “esquerda”:

No que diz respeito aos novos aderentes, há que rejeitar absolutamente a idéia falsa segundo a qual o nosso partido é o partido de todos. Não, o CPP é o partido das forças vivas de nossa sociedade; e essas forças vivas são consideradas positivas em função do nosso objetivo declarado, o socialismo. Portanto, a admissão de novos membros deve ser limitada a essas forças positivas. Não bastará uma simples declaração pela qual se afirma que se aceitam a ideologia, as regras e as diretivas do partido.

Nkrumah foi derrubado antes de proceder a essa reforma: estando ele em viagem, a maior parte dos quadros do seu partido assistiu sem reagir ao golpe de força da polícia e do exército. Confrontado com o mesmo problema, Nyerere optara pelo compromisso: nem partido de elites militantes, nem partido-nação sem ideologia, a TANU continuaria a ser, como antes da independência, um partido de massas, cuja ideologia haveria de ser o socialismo *Ujamaa*, mas que velaria por preservar modos de funcionamento democrático no seu seio e no Estado. Por isso introduziu em 1965 o sistema das candidaturas múltiplas às eleições, destinadas a dar a possibilidade de escolha aos cidadãos:

Queremos conseguir combinar a disciplina do partido de que sabemos que os candidatos respeitarão as consignas, a política do partido tal como se encontra definida e adotada, com a livre escolha dos candidatos pelo povo. De fato, o que procuramos conseguir é um equilíbrio entre a seleção efetuada pelo partido e a operada pelo povo. Pensamos que esse é talvez o aspecto mais importante da nossa constituição. E pensamos igualmente que, no caso do partido único, o povo deverá poder eleger em total liberdade o candidato que prefere entre aqueles que o partido apresenta.

(Entrevista a *Jeune Afrique*, 10 de outubro de 1965, citado por Bénôt, Y. *Idéologies des indépendances africaines*, Paris, François Maspéro, 1969, pp. 290-291).

Os partidos únicos recorreram sempre às mesmas justificações: a ausência de classes sociais e dos conflitos de classes que tornaria inúteis as competições entre vários partidos; a necessidade de assegurar o mais rapidamente possível o desenvolvimento econômico, a respeito do qual todos os cidadãos estariam de acordo; o imperativo absoluto de criar a nação e, para o conseguir, fundir as múltiplas componentes étnicas resultantes das fronteiras artificiais da colonização num só cadinho e sob a autoridade de um único chefe, considerado precisamente como “pai da nação”. Esses discursos sintonizavam-se mal com as realidades visíveis no terreno, tanto no domínio do “desenvolvimento” (ver atrás neste capítulo, o ponto 2. da I seção, “*A marginalização da África...*”), como no da “construção nacional”: ativos a consolidar a sua autoridade no conjunto das regiões, procurando ao mesmo tempo dividir os potenciais adversários, a maioria dos “pais da nação” elaborou, por seu turno, políticas “étnicas” e “regionalistas”, multiplicando complexas “dosagens étnicas e regionais” no recrutamento dos quadros superiores e na afetação dos recursos extraídos das rendas pós-coloniais e das diversas “ajudas ao desenvolvimento”. Longe de aproximar entre si as populações e de apaziguar os conflitos que tivessem surgido, essas políticas acumularam frustrações que não tardaram a exprimir-se logo que o jogo político pareceu se abrir. O efeito mais visível desses regimes foi o de reforçar o Estado ou, pelo menos, os poderes e os domínios de competências do Estado, confundidos com os do partido. Assim, dos anos 1960 aos anos 1980, viu-se florescer uma abundante literatura sobre os Estados africanos cuja substância, sempre a mesma, consistia na crítica da sua onipotência:

Em todos os países africanos, tanto nos pequenos como nos grandes, tanto nos ricos como nos pobres, o Estado – que é indispensável – extrapolou o seu papel até se tornar insuportável. Fonte única de todos os poderes, dono da economia, dispensador de todos os rendimentos, teceu a sua teia sobre a nação. O resultado é que, em lugar de dinamizar, jugula e paralisa; suga os recursos em lugar de ajudar a criá-los; serve-se em lugar de servir.

(Ben Yahmed, B. S.O.S., *Jeune Afrique*, n° 1274, 5 de junho de 1985).

Esse poderio era mais aparente do que real. Por um lado, esses Estados tinham de contar cada vez mais com os seus parceiros estatais e institucionais do

mundo ocidental, quer financeira quer diplomaticamente, ou até militarmente, como aconteceu no Chade e no Congo-Kinshasa, que passara a chamar-se Zaire, países onde os poderes estabelecidos tiveram que recorrer à intervenção das tropas francesas para repelir movimentos de rebelião. Em muitos casos, os detentores do poder de Estado mostraram-se suficientemente hábeis para tecer com esses parceiros exteriores relações complexas de interdependência que, a exemplo das redes de relações da “Françafrique”, contribuíram para os reforçar. Por outro lado, não faltavam as situações em que o peso e a eficácia dos aparelhos repressivos iam de par com uma desagregação do Estado, cada vez menos capaz de assegurar outras funções que não fossem a repressão ou a extração da renda. Com referências ideológicas diferentes, o PDCI da Costa do Marfim e o Partido da Revolução da Tanzânia marcaram duradouramente as respectivas sociedades.

Na Costa do Marfim, se é certo que os rendimentos extraídos do binómio café-cacau foram utilizados em obras de prestígio, como em Yamoussoukro, a aldeia natal do presidente, remodelada e embelezada a fim de se tornar a capital do país (1983), o regime providenciou também por utilizá-los no ordenamento de um território ao qual os colonizadores não tinham praticamente fornecido os equipamentos necessários, construindo, com investimentos tanto públicos como privados, estradas, portos, aeroportos e barragens hidroelétricas. Apesar de um forte crescimento demográfico (2,5 milhões de habitantes em 1955, 6,5 milhões em 1975 e 11 milhões em 1988), a escolarização progrediu (com uma taxa bruta de alfabetização de 8% em 1960, 56% em 1980 e 61% em 1988), enquanto a esperança de vida passava de 33 anos (1959) para 55 anos (1988). Além dos camponeses, os principais beneficiários desta política de redistribuição, que não impedia a acumulação em proveito dos detentores do poder, foram as classes médias: instruídas graças às liberalidades do Estado, impelidas a fazer seus os valores do liberalismo econômico caro a Houphouët-Boigny, certas de obterem promoções rápidas e gratificantes, impressionadas pelo afluxo de estrangeiros em busca das melhores condições de vida oferecidas por seu país, deixaram-se converter ao projeto do enriquecimento pelo trabalho e pela poupança e forneceram ao partido único uma vasta e sólida base social.

As reformas adotadas na Tanzânia sob o impulso de Nyerere tiveram por efeito “a invenção de uma cultura política” (Denis-Constant Martin) original. Se é certo que o partido, o Estado e a administração se confundiam, o papel dos funcionários públicos não se reduzia ao de simples agentes de execução: a sua formação superior, a sua competência e o seu espírito de independência asseguravam-lhes uma margem de manobra apreciável e, simultaneamente, o seu controle dos instrumentos técnicos do Estado dava-lhes meios para inflitirem as reflexões ou as decisões do partido. Mas, identificado com o Estado, o partido dispunha de poderosos meios de constrangimento e enquadramento, embora ao serviço de um projeto coerente. Assim, o *Chama Cha Mapinduzi* conseguiu levar a seu termo uma operação sem precedentes na África, a “aldeização” que viu o número de aldeias passar de 1 200 (500 000 habitantes) em 1970 para 8 216



(13 905 000 habitantes) em 1979, aldeias que em resultado do agrupamento da população haveriam de vir a beneficiar de um melhor acesso aos serviços públicos.

Por último, os dirigentes que controlavam o poder no centro do Estado nem sempre se conseguiram apoderar do poder local que, em grande parte, ainda continuava nas mãos dos chamados chefes "tradicionais". É certo que a questão da posição dos chefes fora levantada no tempo da luta pela independência, durante a qual esses chefes, muitos dos quais deviam aos colonizadores o seu acesso ao poder, ou a sua permanência nele, tinham frequentemente assumido posições muito moderadas, ou até simplesmente hostis à própria ideia de soberania nacional. Embora uma parte da elite política "moderna" proviesse dessa categoria de chefes "tradicionais", um grande número dos seus membros desejavam reduzir o papel destes últimos. Assim, no seguimento das recomendações da Conferência Geral de Ibadan para a Revisão da Constituição, que preconizavam que os chefes fossem investidos de poderes legislativos, Nnamdi Azikiwe propunha em 1950 uma espécie de compromisso que correspondia aos desejos da maioria:

A tendência da opinião corrente, em especial nas Províncias do Sul [da Nigéria], deseja que se encorajem os chefes a cumprir o seu papel tradicional, isto é, o seu papel cerimonial e religioso e que, quando exerçam um poder político, este não se baseie nos privilégios, mas se exerça democraticamente.  
(Discurso no Conselho Legislativo de Enugu, 3 de abril de 1950, *Textes politiques*, p.108).

Recomendada por alguns dirigentes radicais, como o nigeriano Anthony Enahoro, um dos dirigentes do *Action Group*, a supressão da instituição dos chefes só foi decretada em alguns países, como o Congo-Brazzaville e a Guiné, em nome da luta contra o feudalismo: mas, embora suprimida no papel, a instituição não deixava de continuar ativa no terreno.

### 3. *Efervescência social e ímpetos democráticos*

Os ímpetos democráticos que abalaram a África no fim dos anos 1980 e no início dos anos 1990, não foram de modo algum acontecimentos bruscos associados a vagas de reformas importadas do exterior, mas antes se inseriam numa história longa e exprimiam dinâmicas sociais, intelectuais, culturais e políticas profundas, que os partidos-Estados-nações não tinham conseguido anular. É legítimo considerar vão o exercício que consiste em estabelecer uniformemente para todos os Estados uma cadeia única e uma hierarquia absoluta de causalidades que explicam fenómenos tão complexos, tão amplos, que tocam o conjunto do continente africano. Tal como para os séculos anteriores, é no interior das sociedades africanas que se deve começar por procurar e que se pode detectar a efervescência que haveria de conduzir aos ímpetos democráticos, e não na eficácia miraculosa e imediata de um "vento de leste" e de algum discurso pronunciado por um chefe de Estado europeu.

É verdade que a mudança de regime, centrada num tempo muito curto (1989-1991), não só pareceu assumir a mesma forma e passar pelas mesmas vias em todos os países, mas se espalhou também como um rastilho de pólvora, dando a impressão de que havia fatores manifestamente exteriores a abalar sociedades aferrolhadas pelos despotismo e adormecidas na obediência. Mas isso era uma simples impressão, tanto mais enganadora quanto numerosos observadores, que se atinham às múltiplas expressões dos poderes políticos africanos, preocupados exclusivamente com o Estado, ignorando as realidades dos "terrenos" africanos, e fascinados pela rápida sucessão de acontecimentos, se apressaram a difundir a imagem de coqueiros que deixavam cair os seus frutos sob o efeito de ventos irresistíveis vindos de alhures. Ora, sabe-se que à pergunta "Como nascem as revoluções?" (Ernest Labrousse), não podemos responder cingindo-nos ao acontecimento: se é certo que a singularidade irredutível do acontecimento não pode ser negada e deve ser apreendida em si mesma, há também que sair dele para sondar em períodos mais prolongados os desafios imbricados, as dinâmicas múltiplas de atores inesperados e as estratégias contraditórias que se exprimem nessas explosões (documento 98).

#### **Documento 98:** Dos partidos únicos ao multipartidarismo, marcos cronológicos

##### **1. Primícias**

1969

Greves estudantis e agitação social no Senegal: adoção de um projeto de reforma constitucional.

1970

Criação de um posto de primeiro-ministro no Senegal, ocupado por Abdou Diouf.

1972

Em todos os países do Sahel, o agravamento da seca acarreta sérias dificuldades políticas entre 1969 e 1975.

1974

Libertação de todos os presos políticos no Senegal. Abdoulaye Wade funda o Partido Democrático Senegalês. Revolução na Etiópia: queda de Haile Selassie; o exército proclama o socialismo.

1975

Golpe de Estado militar no Chade.

1976

No Senegal, reforma constitucional que instaura um multipartidarismo limitado a três partidos; a UPS passa a chamar-se Partido Socialista, membro da Internacional Socialista. No Zaire, "retrocesso" aos seus proprietários das empresas e bens estrangeiros "zairizados".

1977

Primeira "guerra do Shaba", intervenção das tropas marroquinas e francesas no Zaire: o FMI e o Banco Mundial impõem uma flexibilização do regime político no Zaire.

1978

Eleições legislativas e presidenciais pluralistas no Senegal.

Segunda "guerra do Shaba" no Zaire, intervenção das tropas francesas e belgas: manifesto do episcopado sobre "o mal zaireense".

Agitação dos estudantes na República Centro-Africana e no Mali, severamente reprimida. Queda do imperador Jean-Bedel Bokassa na República Centro-Africana. Nova constituição na Nigéria que prevê o regresso dos civis ao poder.

1979

Queda de Idi Amin Dada em Uganda. Shehu Shagari, eleito presidente, inaugura a Terceira República na Nigéria.

1980

Reeleito presidente, Julius Nyerere anuncia o seu afastamento para 1985.

Demissão voluntária do presidente Senghor no Senegal: Abdou Diouf, primeiro-ministro, ascende a chefe de Estado.

Golpes de Estado militares do sargento Samuel Doe (Libéria) e do tenente Jerry Rawlings (Gana).

1981

Na Tunísia, Bourguiba opta pelo multipartidarismo. Reforma constitucional que instaura o multipartidarismo integral no Senegal.

1982

Após uma longa guerra civil e numerosas intervenções estrangeiras, Hissène Habré apodera-se de N'Djaména (Chade) em 7 de junho.

Criação do Movimento das Forças Democráticas da Casamança (Senegal) e da União para a Democracia e o Progresso Social (Zaire).

Demissão de Ahidjo, presidente dos Camarões: sucede-lhe Paul Biya.

1983

Golpe de Estado no Alto Volta (Thomas Sankara) e na Nigéria.

1984

Morte de Sékou Touré, golpe de Estado do coronel Lansana Conté na Guiné.

1985

Motins em Conakry. Golpe de Estado militar na Nigéria. Retirada política de Julius Nyerere.

1986

No Uganda, vitória militar da guerrilha dirigida por Yoweri Museveni.

1987

No Mali, diálogo entre os jovens e o presidente sobre o problema da corrupção. Novo Código Eleitoral nos Camarões: candidaturas múltiplas. Assassinato de Thomas Sankara.

1988

Manifestações de mulheres contra a carestia da vida em Conakry (5 de janeiro).

## 2. Ilusões líricas

1989

Golpe de Estado militar no Sudão (Omar Hassan Ahmed el Bechir). Início da guerra civil na Libéria.

Greve geral dos funcionários do Benim, com salários em atraso há vários meses: apoio financeiro prometido pelos mutuantes de fundos em troca de uma anistia dos condenados políticos (julho-agosto).

Na Namíbia, abolição da discriminação racial e eleições legislativas pluripartidárias.

O marxismo deixa de ser a ideologia oficial do Estado no Benim. Adoção do multipartidarismo na Nigéria e em Madagascar.

1990

Violências nas cidades universitárias de Abidjan: violenta repressão militar do general Robert Gueï. Greves dos trabalhadores e manifestações dos estudantes no Gabão e na Costa do Marfim. No Senegal, boicote das eleições locais pela oposição. Criação do *Social Democratic Front* (Camarões).

Na África do Sul, libertação de Nelson Mandela e abolição das leis do *apartheid*. Independência da Namíbia.

Conferência nacional no Benim.

16ª cúpula franco-africana em La Baule: discurso de François Mitterrand sobre a democracia.

O multipartidarismo é oficialmente aceite no Zaire, em Cabo Verde, no Ruanda, no Níger, no Chade, nos Camarões, em Moçambique, no Congo e na Zâmbia.

Félix Houphouët-Boigny reeleito presidente face a Laurent Gbagbo (28 de outubro), Alassane Ouattara primeiro-ministro.

Idriss Déby apodera-se de N'Djaména e torna-se presidente do Chade.

1991

Cessar-fogo entre o governo malinês e a rebelião tuaregue.

Queda de Siad Barre na Somália após 21 anos de poder.

Eleições legislativas em Cabo Verde: vitória da oposição.

Conferências Nacionais no Congo, no Togo, no Zaire e no Níger. Conferência tripartite sobre as eleições legislativas nos Camarões. Eleições legislativas pluripartidárias no Gabão.

Eleições presidenciais no Benim: vitória de Nicéphore Soglo face a Mathieu Kérékou.

Motins em Bamako: golpe de Estado militar dirigido pelo tenente-coronel Amadou Toumani Touré: reabilitação das "figuras históricas do Mali moderno".

Adoção do multipartidarismo no Togo, na República Centro-Africana, no Burundi, na Guiné-Bissau, na Mauritânia, na Serra Leoa, no Quênia, e nas Seychelles.

Queda de Mengistu na Etiópia.

Pilhagens em Kinshasa e nos grandes centros urbanos do Zaire.

Eleições presidenciais na Zâmbia: vitória do opositor Frederick Chiluba contra o presidente Kenneth Kaunda.

A 4.ª cúpula da Francofonia convida os Estados africanos a prosseguir o processo de "democratização".

## 3. Estabilização, refluxo e restaurações

1992

Eleições pluralistas nos Camarões.

"Grande Debate Nacional" na República Centro-Africana: adoção do multipartidarismo.

São eleitos presidentes da República Alpha Oumar Konaré (Mali), Pascal Lissouba (Congo), e Paul Biya (Camarões, reeleito).

Instauração do multipartidarismo na Tanzânia, no Burundi, no Congo, na Guiné, no Gana, na República Centro-Africana, em Madagascar, no Djibuti e no Togo.

Acordo geral de paz em Moçambique.

1993

Conferência Nacional no Chade.

Independência da Eritreia.

São eleitos ou reeleitos presidentes da República Albert Zafy (Madagascar), Mahamane Ousmane (Níger), Hassan Gouled (Djibuti), Melchior Ndadaye (Burundi), Ange-Félix Patassé (República Centro-Africana), Omar Bongo (Gabão) e Lansana Conté (Guiné).

O abade Augustin Diamacoune Senghor pede aos independentistas da Casamança que deponham as armas.

Referendo favorável ao multipartidarismo no Malawi.

Agitação política, perturbações sociais e conflitos violentos na Costa do Marfim, nos Camarões, no Benim e no Congo-Brazzaville: golpe de Estado e morte do presidente Melchior Ndadaye no Burundi, pilhagens no Zaire.

Golpe de Estado do general Sani Abacha na Nigéria.

Morte de Félix Houphouët-Boigny; sucede-lhe Henri Konan Bédié.

1994

Desvalorização do franco CFA.

Violentas perturbações no norte dos Camarões, detenções de opositores no Senegal.

Eleições na África do Sul: vitória do ANC, Nelson Mandela presidente.

Genocídio dos Tutsis e morticínio dos Hutus moderados no Ruanda (19 de julho).

Eleições presidenciais no Malawi: vitória de Bakili Muluzi, chefe da oposição, contra Hastings Banda.

Criação da União dos Republicanos (Rassemblement des Républicains, RDR) na Costa do Marfim.

Golpe de Estado militar na Gâmbia.

Golpe de Estado do rei Letsie no Lesoto: suspensão da Constituição.

Gnassingbé Eyadéma reeleito presidente da República no Togo.

Acordo entre o governo nigeriano e a rebelião tuaregue.

Adoção de uma Constituição federal na Etiópia.

1995

Henri Konan Bédié eleito presidente da Costa do Marfim.

Na Tanzânia, o antigo partido único CCM vence as eleições legislativas e presidenciais.

1996

Golpe de Estado do coronel Ibrahim Barré Maïnassara no Níger.

Primeiras eleições pluripartidárias na Serra Leoa desde 1967.

Mathieu Kérékou, ex-presidente, eleito chefe de Estado contra o presidente em exercício, Nicéphore Soglo.

Constituição multipartidária no Chade: Idriss Déby eleito presidente da República.

Golpe de Estado militar do antigo presidente Pierre Buyoya no Burundi.

O presidente malgaxe Albert Zafy é destituído pelo Supremo Tribunal Constitucional.

1997

As tropas da AFDL entram em Kinshasa: queda de Mobutu, Laurent-Désiré Kabila presidente da República Democrática do Congo (RDC).

Vitória de Charles Taylor nas eleições presidenciais da Libéria.

Denis Sassou Nguesso recupera o poder no Congo após a vitória das suas milícias.

1998

Gnassingbé Eyadéma reeleito presidente do Togo.

As tropas ruandesas e ugandesas penetram na RDC: rebeliões contra Kabila.

1999

Motins de soldados e golpe de Estado na Costa do Marfim: o general Robert Gueï torna-se chefe de Estado.

2000

No Senegal, Abdoulaye Wade é eleito presidente contra Abdou Diouf. Afastamento de Jerry Rawlings no Gana: vitória da oposição nas eleições presidenciais.

Embora seja claro que se, paralelamente à opressão, os regimes de partido único propiciaram a alguns oportunidades para acederem aos recursos associados com o controle do Estado ou com a participação nos aparelhos de Estado, as sociedades africanas não manifestaram uma obediência passiva a esses regimes, e ainda menos essa adesão entusiasta difundida pelas imagens complacentemente colhidas nas sessões de "animação política" de que o Zaire do marechal Mobutu Sese Seko, o Chade de N'Garta Tombalbaye e o Togo do general Gnassingbé Eyadéma foram teatro privilegiado. Com efeito, foram incontáveis as formas e expressões da oposição a esses regimes, tanto por parte das personalidades políticas, dos intelectuais e dos artistas, como por parte das camadas populares. Os dirigentes e militantes dos partidos políticos contaram-se entre os primeiros a denunciar as justificações e as pretensões dos partidos únicos, como mostra a vigorosa petição apresentada já em 1965 por Anthony Enahoro, um dos responsáveis do *Action Group*, que era na época o grande partido da esquerda nigeriana:

Os que invocam a democracia de partido único ou a ditadura benevolente nunca, até hoje, explicaram como entendem garantir que o partido único seja democrático. Meteram-se numa contradição que não era possível imaginar. Como garantir a benevolência de uma ditadura? Quais as salvaguardas e como as pôr em prática? Quais os sistemas de controle e de equilíbrio? Como e por quem serão aplicadas as sanções? Sempre que foi adotado o sistema de partido único, essas precauções não conseguiram garantir práticas democráticas. Não temos nenhuma razão para supor que o resultado seria diferente na África. O sistema de partido único parece dar maior preço à lealdade para com o partido do que ao patriotismo. No fim de contas, o cidadão de um Estado de partido único pode emigrar, mudar de país e adquirir outra nacionalidade. Pode mudar de nome, de sexo, de profissão. Mas há uma coisa que não pode fazer: mudar de partido ou organizar outro. Logo que tentar fazê-lo, torna-se inimigo do povo! Por mais que o denunciem, o persigam, o exponham no pelourinho, não pode reagir. Só pensar em tal sistema me enche de terror. Qual é então a alternativa ao regime de partido único na África? Visivelmente, uma democracia parlamentar baseada no pluralismo político.

(Enahoro, A. *Fugitive Offender. The Story of a Political Prisoner*. Londres, Cassell, 1965, pp. 375-376).

No próprio seio dos partidos únicos que implicavam a adesão obrigatória de todos, a oposição assumia formas oblíquas, uma das quais era a chacota política, que se exprimia nos boatos impossíveis de proibir ou de controlar, assim como nos jogos de palavras com os acrônimos do partido e das suas organizações e com os seus slogans, outros tantos índices da inventividade das camadas populares, mesmo nos regimes mais temidos, como o do RPT no Togo:

Evacuada da cena política oficial pela ausência de partidos antagonistas, a chacota política refugiou-se e desenvolveu-se, por assim dizer, nos subsolos do partido único, a União do Povo Togolês (RPT). Constituído no essencial por alcunhas



saborosas e por cantigas e slogans do partido revistos e corrigidos, o discurso da zombaria política associa a imaginação e a trivialidade a uma agressividade relativa que constituem o seu encanto. A sua sutileza consiste, grosso modo, em desdobrar os sentidos vulgares ou convencionais das palavras, conferindo-lhes segundos sentidos semi-herméticos. Cria-se assim um vocabulário ambíguo face ao discurso político oficial.

(Toulabour, C. Jeu de mots, jeu de vilains. Lexique de la dérision politique, in Bayart, J.-F., Mbembe, A. e Toulabor, C. *Le politique par le bas en Afrique noire. Contributions à une problématique de la démocratie*, Paris, Karthala, 1992, p. 111).

Nos regimes que evocavam o socialismo, era nas organizações dependentes do partido único – associações de mulheres, sindicatos de trabalhadores, movimentos de juventude – que se exprimia abertamente a crítica às derivas negociatas e à impunidade dos responsáveis corrompidos. Assim, na Tanzânia, o teatro popular e as canções dos jovens estudantes associavam frequentemente a crítica aos dirigentes indesejáveis e a adesão à *Ujamaa* e às palavras de ordem e valores difundidos por essa ideologia, como a igualdade, a probidade, a recusa da exploração e a necessidade de contar com as próprias forças (documento 99).

#### Documento 99: Canção popular e crítica social na Tanzânia

"Nós, tanzanianos, estamos fartos das máfias e dos corruptos.  
Durante muito tempo tentamos levá-los à razão  
Mas agora decidimos utilizar a força  
Contra esses exploradores desumanos.  
Esquecem-se de que temos um governo.  
Achavam que podiam brincar conosco, mas nós decidimos  
Que agora são eles que têm de pegar na enxada e suar no trabalho." (1)

"Não negueis os vossos tráficos.  
Não sois todos culpados, só alguns  
Que nos querem afastar do objetivo *Ujamaa*;  
Servem-se da sua posição e embebedam as pessoas com palavras.  
São justificadas as nossas dificuldades económicas?  
Sabemos tudo desses negócios ilegais  
Conduzidos por chefes sem vergonha.  
Mudam de nome para enganar o partido.  
Alguns têm ações nas indústrias nacionais.  
São esses chefes com altos cargos  
Que são causa das nossas dificuldades económicas.  
Pois a situação económica é mesmo má." (2)

(1) Composta pelo Malya Primary School Cultural Group, Mwanza, 1983.

(2) Composta pelo Milakaia Secondary School Cultural Group, Morogoro, 1983.

Fonte: Batibo, H. e Martin, D. (eds.) *Tanzanie. L'Ujamaa face aux réalités*, Paris, Editions Recherche sur les civilisations, 1989, pp.79-80.

Mas os opositores não se escusavam a instalar-se diretamente no terreno político, ou até a recorrer à ação violenta. No Congo-Kinshasa, os partidários de Patrice Lumumba, o primeiro-ministro assassinado em 1961, declararam-se em "rebelião" logo em 1963 contra o regime "neo-colonial" e conseguiram sublevar

os camponeses: passado um ano, controlavam metade do território congolês; foi necessária a intervenção das tropas belgas e americanas em 1964 para deter a sua progressão; mas, aqui e ali, no sul e no leste do Estado, permaneciam "focos revolucionários", entre os quais o de Laurent-Désiré Kabila, que haveria de tomar o poder em 1997. As numerosas greves, manifestações e insurreições que associavam estudantes, operários e as diversas categorias de trabalhadores em meio urbano, onde se concentravam os órgãos de poder, foram ainda mais temíveis: embora, o mais das vezes, os poderes tenham aproveitado o pretexto para endurecer, esses movimentos foram suficientemente eficazes para conseguirem, em 1963, a queda do regime do abade Fulbert Youlou, no Congo, no seguimento das "três gloriosas" jornadas de tumultos em Brazzaville (13-15 de agosto).

Essas violências insurreccionais prolongaram-se durante os anos 1970. Em todos os países da região do Sahel, esse decênio foi marcado pelos efeitos de uma grave seca em resultado da qual os Estados, incapazes ou pouco desejosos de reagir eficazmente, passaram, na sua maioria, por sérias dificuldades: o regime nigeriano foi afastado por um golpe de Estado (abril de 1974), ao passo que o poder secular, aureolado de prestígio, do negus Hailé Selassié acumulou tal descrédito que não teve ninguém que o defendesse face ao exército (setembro de 1974). Sob essa pressão renovada de descontentes, assistiu-se à derrocada dos regimes mais reputados por sua crueldade, incompetência ou corrupção, como o da República Centro-Africana, cujo "imperador" Jean-Bedel Bokassa foi derrubado em 1978, e o de Uganda, de onde o marechal Idi Amin Dada foi obrigado a fugir em 1979, enquanto outros se viram seriamente abalados: no Zaire, o poder do marechal Mobutu enfrentou duas "guerras do Shaba" (1977 e 1978) e só se salvou graças a uma nova intervenção de tropas estrangeiras – francesas, marroquinas e senegalesas. Em outros casos, como no Sudão, no Chade, no Uganda e na Casamança senegalesa, instalaram-se duradouramente rebeliões armadas, face a poderes incapazes de as vencer.

Esses movimentos de rejeição amplificaram-se durante os anos 1980, sob o choque de um contexto económico, social e político que reforçou a impaciência das populações: deterioração persistente da economia; erosão catastrófica dos poderes de compra; degradação dos serviços de saúde; colapso das estruturas escolares; ausência de um verdadeiro mercado de trabalho capaz de absorver uma juventude cada vez mais numerosa; agravamento de um desemprego acrescido pelos múltiplos "emagrecimentos" dos serviços do Estado e das empresas públicas exigidos pelos programas de ajustamento estrutural; em face disto ressaltava tanto mais escandalosa a ostentação das riquezas por um número cada vez mais reduzido de "felizardos" associados aos círculos mais íntimos do poder. Essas circunstâncias foram aproveitadas por todos os grupos sociais para exigirem e procurarem impor uma nova ordem política. Houve primeiro os jovens, categoria social cujo papel político fora decisivo na luta pela independência de certos territórios e de cuja sorte os novos poderes se tinham desinteressado: os estudantes que, durante a colonização, tinham militado ativamente, sobretudo na Europa no seio da WASU

(*West African Students Union*) e na FEANF (*Fédération des étudiants d'Afrique Noire en France*), viram o seu número aumentar e o centro de gravidade da sua ação passar para a própria África, à medida que se multiplicavam as instituições nacionais de ensino superior; associaram-se aos alunos do ensino secundário e primário, tão insensíveis como eles ao prestígio decrépito dos "pais da nação", para exigir a retirada destes últimos.

Um pouco por todo o lado, os salários em atraso deram origem a inúmeras greves e fizeram com que saíssem para a rua os funcionários até então considerados como os principais beneficiários dos novos Estados. Somadas às penúrias, à arbitrariedade das forças da ordem, às violências e aos abusos quotidianos, essas dificuldades provocaram na maioria das capitais manifestações impressionantes de mulheres, comerciantes ou donas de casa, contra a vida cara e contra a indiferença dos governantes perante a miséria do povo. Nem as igrejas cristãs, tradicionalmente recolhidas ao terreno espiritual, renunciaram a entrar no terreno temporal das lutas sociais e políticas.

Se houve modelos, tanto nas formas de ação como nos objetivos fixados, há que os procurar antes de tudo na própria África: primeiro no Senegal, onde o presidente Senghor, apesar das constantes pressões em contrário dos seus pares, criou já em 1970 um posto de primeiro-ministro, atribuído a Abdou Diouf, e instaurou em 1976 o multipartidarismo, limitado é certo a três formações políticas, antes de se retirar definitivamente do poder em 1980; na Tanzânia, seguidamente, cujo presidente Nyerere, unanimemente louvado por sua simplicidade e pela modéstia do seu modo de vida, por sua honestidade e por sua moralidade, pela coerência da sua ação, dadas como outros tantos exemplos, anunciou por seu turno, em 1980, a sua retirada política, que se tornou efetiva em 1985; por último, na África do Sul, onde a determinação e a união dos adversários do *apartheid*, coroadas de êxito em 1990, confirmavam aos olhos dos outros africanos que só uma luta contínua e obstinada compensava. Por conseguinte, não é que as influências exteriores não tenham desempenhado o seu papel: deram foi um impulso a dinâmicas já bastante avançadas na via da mudança. Por isso é que, uma vez terminadas essas influências, tais dinâmicas continuaram a agitar as sociedades africanas no sentido de uma recomposição profunda da ordem social e política. Essas interferências estrangeiras provieram também de múltiplos pontos, sem coordenação entre si.

No bojo dos programas de ajustamento, as instituições financeiras internacionais começaram já nos anos 1970 a exigir mecanismos de "boa governança", fórmula suficientemente vaga para se contentar com adaptações secundárias ao sistema de partido único, como se viu, nas relações do FMI e do Banco Mundial com o regime do marechal Mobutu no Zaire e nas capacidades de resistência, de negociação e de sobrevivência de muitos chefes de Estado que haviam encarnado os regimes de partido único. Ao pronunciar o discurso de La Baule, que subordinava a manutenção da "ajuda ao desenvolvimento" à instauração de instituições e práticas "democráticas", o presidente francês François Mitterrand não entrou em

choque apenas com os seus pares africanos: dado que a 16ª cúpula franco-africana (19-21 de junho de 1990), que serviu de quadro a esse discurso, se realizou depois da Conferência Nacional do Benim (19-28 de fevereiro de 1990), deu também à opinião africana a impressão de "ter apanhado o bonde andando". Aliás, dentro em breve ele iria deixar o bonde, seguir o seu próprio caminho ao seu próprio ritmo e permitir que se multiplicassem as redes de relações franco-africanas, conhecidas por suas estreitas ligações aos despotismos africanos e às personalidades mais corruptas. Quanto ao colapso do comunismo, o grande desconhecimento que os africanos tinham do contexto específico da Europa de Leste impedia-os de nele procurarem modelos: encontraram, porém, nesse acontecimento, um argumento suplementar face aos Estados ocidentais, que intimavam a renunciar à sua cumplicidade com os poderes dos Estados africanos e a manifestar aos adeptos da democracia na África a mesma simpatia e o mesmo apoio que concediam aos europeus de Leste.

#### 4. *Ilusões líricas e normalizações*

Os anos 1989-91 foram um desses períodos de "ilusão lírica" bem conhecidos dos historiadores nas situações revolucionárias, quando os atores têm o sentimento de que "tudo é possível", ou até de que "tudo é possível já". No meio dessa efervescência, durante a qual vários Estados adotaram o multipartidarismo concomitantemente (2 em 1989, 9 em 1990, 8 em 1991 e 10 em 1992) e organizaram eleições pluralistas, a figura central da mudança foi a "Conferência Nacional". Adotada apenas por um pequeno número de países, a fórmula da "Conferência Nacional" emergiu como um local de encontros, de debates, de trocas de opinião e de decisões em que participavam todas as forças políticas e as organizações sociais representativas da "sociedade civil", expressão que esses acontecimentos popularizaram. A "Conferência Nacional" não teve apenas por tarefa estabelecer os fundamentos jurídicos, institucionais, políticos e morais do Estado de direito e de um regime pluralista, e organizar a "transição para a democracia". Pôs também à cabeça dessas assembleias "homens novos" cujas qualidades estigmatizavam só por si os defeitos mais gritantes dos antigos regimes: homens de igreja, tranquilizadores por sua moralidade; professores, apreciados por sua capacidade de escuta e as suas qualidades pedagógicas; ou então, peritos de organismos financeiros africanos e de instituições financeiras internacionais, desejados por sua competência.

Reatualizando a história recente e os aspectos dissimulados das evoluções nacionais desde as independências e por vezes desde a colonização, a "Conferência Nacional" serviu também para pôr a nu certos modos de exercício do poder (os crimes e os assassinatos políticos) e certas práticas dos detentores do poder (os "bens mal adquiridos") cujos responsáveis se procurou identificar, com o compromisso de evitar que voltassem. Com isso, foram reabilitadas certas figuras

da história "nacional" que os poderes haviam voluntariamente escamoteado, numa política iconoclasta que pretendia inaugurar a história "nacional" com o seu próprio advento. Esse fenômeno começou nos anos 1970 com a figura de Nkrumah no Gana, cujos méritos haviam sido proclamados por todos os governos após a sua morte no exílio em 1972. Caracterizara também Estados como a República Centro-Africana e o Zaire cujos "pais fundadores" (Barthélemy Boganda e Patrice Lumumba) haviam sido precipitadamente proclamados "heróis nacionais" para logo serem esquecidos. Se o Mali decidiu oficialmente a reabilitação das "figuras históricas do Mali Moderno" na sequência da tomada do poder pelo tenente-coronel Amadou Toumani Touré (18 de abril de 1991), o mesmo processo ocorreu no Congo-Brazzaville, no Congo-Kinshasa e na República Centro-Africana, antes de ganhar gradualmente os outros Estados.

Dessa efervescência, foram inúmeros os resultados visíveis. O pluralismo político foi reafirmado e tornou-se oficialmente regra em todos os Estados africanos. Assistiu-se igualmente à assunção de responsabilidades políticas por parte de "homens novos", quer em termos geracionais quer porque não haviam participado no poder nos antigos regimes; essa redistribuição permitiu também redefinir, para melhor, o lugar da mulher nas instituições estatais, após o longo parêntese que as excluía dos espaços de poder e de responsabilidade durante a colonização e os primeiros decênios das independências. A liberalização da imprensa e, mais latamente, dos meios de informação de massa foi uma das conquistas mais duradouras, pois contribuiu para a formação de uma verdadeira opinião pública, para a instauração de lugares permanentes de observação e crítica dos poderes e para a emergência de uma instância de controle das práticas do Estado.

Houve por último o questionamento do modelo do Estado centralizado, erradamente atribuído exclusivamente aos regimes despóticos. Descentralização passou a ser a palavra de ordem, embora consistisse na realidade em desconcentrar o Estado central e em deslocar parcialmente "os poderes para a aldeia" (Birschenk, T. e Olivier de Sardan, J.-P.). Mas, ao nível local, que assim era revalorizado, o poder não recaía automaticamente nas autoridades e chefes "tradicionais", que, na maior parte dos casos, apenas viram confirmadas as suas funções rituais. Quanto ao poder político e aos seus benefícios materiais e econômicos, deram origem a conflitos larvares ou abertos entre, por um lado, os chefes e, por outro lado, os camponeses, muito atentos à questão fundiária, e os novos "corretores do desenvolvimento", representados pelos jovens formados nas escolas modernas, muitas vezes provenientes dos meios urbanos e regressados "ao mato" por não terem conseguido inserir-se nos empregos, cada vez mais raros, da função pública ou do setor privado. Em alguns casos, foi-se para lá da descentralização para adotar o federalismo, como aconteceu na Nigéria e sobretudo na Etiópia, país onde a constituição de 1994 não só reconheceu a autonomia de nove Estados federados

baseados nas "nacionalidades", mas também o direito de essas "nacionalidades" disporem delas próprias e se separarem da Federação.

Este movimento de renovação deparou com resistências surdas, mas muito ativas, que se revelaram uma vez passada a "ilusão lírica" do período 1989-1991: a África deu assim a impressão de, à sombra de um pluralismo político, abrigar restaurações legais de regimes autoritários. Com efeito, numerosos "dinossauros", "pais da nação" legitimados por seu papel na luta pela independência ou detentores duradouros do poder supremo, na sequência da eliminação dos "pais fundadores", conseguiram manter o seu poder, quer mediante eleições transparentes que atestavam um desencanto tão rápido quanto tinha sido súbita a "ilusão lírica", quer à custa de algumas irregularidades que muitos se apressaram a esquecer, nomeadamente entre os adeptos ocidentais da condicionalidade democrática. Outros responsáveis políticos dos regimes anteriores conseguiram retomar o poder através de hábeis manobras, como aconteceu no Togo, e, caso fosse preciso, pela força, como no Congo-Brazzaville, onde as milícias restituíram o poder a Denis Sassou Nguesso, após violentos afrontamentos contra os responsáveis do Estado saídos da "Conferência Nacional" e de eleições pluralistas. Quanto ao mais, o contexto geral permanecia muito mau, sobretudo no plano econômico e social, o que alimentava um clima de incerteza propício a todas as formas de instabilidade política. Os golpes de Estado persistentes e as rebeliões inesperadas multiplicavam as zonas de insegurança, nas quais a questão do pluralismo político e da democratização deixavam de aparecer na ordem do dia e a partir das quais se difundiam "modelos" alternativos de "senhores da guerra", hábeis em apagar os efeitos da "transição democrática" ou a restaurar, sem alarde, ao abrigo de violências extremas, as formas ou os estilos dos anteriores regimes despóticos.

### III. UM RENASCIMENTO AFRICANO?

Surgida na segunda metade do século XIX, numa altura em que as elites intelectuais, em especial na África Ocidental, sob o impulso de Edward W. Blyden, começavam a combater as primeiras manifestações do colonialismo moderno, a problemática do "renascimento africano" nunca abandonara totalmente o campo de preocupações dessas mesmas elites, à medida que elas se expandiam e se diversificavam as suas competências, apesar do malthusianismo dos poderes coloniais em matéria de instrução. Esta problemática, que durante muito tempo andou associada ao pan-africanismo, voltou a ganhar autonomia com as independências, mas a sua irradiação e o seu impacto andaram sempre estreitamente associados às linhas de força da evolução política e econômica do continente.



## A. Florescimento das dinâmicas culturais

Se a ideologia do "renascimento africano" conheceu fluxos e refluxos, as independências libertaram definitivamente sem dúvida, no domínio da cultura, as forças criadoras das sociedades africanas que já nada poderia conter, mesmo no tempo dos despotismos dos partidos-Estados-nações. É certo que essas dinâmicas haviam surgido num passado mais ou menos longínquo, tanto no plano propriamente artístico como no plano das diversas atividades culturais e da reflexão intelectual. Mas as independências criaram uma situação nova, dando aos Estados os meios, e, simultaneamente, a obrigação, de inventar políticas culturais e aos criadores uma liberdade e uma autonomia que não desfaleceriam.

### 1. Estados e políticas culturais

Os Estados nascidos das independências declararam todos que a "cultura" constituía uma das suas principais prioridades. O seu modo de proceder era duplo. Inseria-se antes de tudo no esforço de "construção nacional": tratava-se tanto de mostrar, num procedimento nacionalista, que agiam em contraposição ao tratamento dado pela colonização às culturas africanas, como de ter em conta as suas próprias necessidades em matéria de instrução das massas e de difusão dos conhecimentos a fim de assegurar o mais rapidamente possível o desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, esse modo de proceder assumia uma dimensão pan-africana claramente pronunciada.

Dentro do quadro nacional, a cultura e a política cultural representavam uma dimensão integrante do desenvolvimento. Em quase todos os países foi ao sair da colonização que houve que conceber uma política cultural capaz de, além de exercer os seus efeitos sobre o "desenvolvimento", contribuisse para reforçar o novo Estado:

O cerne do problema do dirigente nacionalista é o seguinte: como podemos transformar o nacionalismo em patriotismo? [...] A proteção e a multiplicação dos símbolos nacionais são de uma importância extrema para estimular o patriotismo. [...] Para encorajar o sentimento patriótico, devemos tomar como alvo privilegiado a juventude da nossa nação. Ergue-se agora uma geração que não possui mais do que uma vaga recordação do que foi o colonialismo e em breve a luta pela liberdade passará a ser assunto dos livros de história. Daí decorre que devemos insuflar-lhes nas escolas bastante sentimento nacional para que tenham orgulho em serem cidadãos da Zâmbia. Sem nos tornarmos tacanhos e isolacionistas na nossa abordagem da educação, temos de pôr tal peso na nossa história, na nossa geografia, nos nossos costumes e artes, que eles ganhem consciência do país a que pertencem. Fico sempre profundamente emocionado quando vejo as crianças de uma pequena escola de aldeia, num canto escondido do país, içar a bandeira nacional e cantar o hino nacional como primeiro ato do dia. [...] Inculcar o respeito pela autoridade e a proteção dos símbolos nacionais

é de uma importância crucial porque há que inverter uma tendência do período que precedeu a independência. Durante a luta pela liberdade, era necessário que os dirigentes nacionalistas encorajassem a desobediência civil. [...] Agora, temos de adotar medidas vigorosas para não sermos vítimas da nossa própria estratégia. (Kaunda, D. D. *A Humanist in Africa. Letters to Colin M. Morris* Londres, Longmans, 1966, pp. 83, 90-92).

Os resultados mais visíveis desta política viram-se no domínio escolar, que se tornou uma das principais rubricas orçamentais dos governos: em todos os países, a taxa de analfabetismo recuou, embora mais nos homens do que nas mulheres. Mas as infraestruturas encarregadas de promover e difundir as atividades culturais e artísticas não saíram da mediocridade, salvo no Senegal, país em que o presidente Senghor se empenhou pessoalmente na "defesa e ilustração da cultura negro-africana", e, sobretudo, no Gana, onde Kwame Nkrumah criou organismos e institutos encarregados de realizar o programa do seu partido na matéria (criação de editoras do Estado, construção de um teatro de Estado, apoio aos grupos musicais "tradicionais" e "modernos", promoção de uma produção cinematográfica nacional etc.). Na realidade, na maioria dos casos, em nome do respeito pelas "tradições" ou do recurso à "autenticidade" africana, o que dominava era um tratamento passadista, museográfico e etnologizado das culturas locais e uma instrumentalização das práticas culturais, transformadas em folclore de Estado.

Uma visão mais ambiciosa, que aliava a criatividade cultural à reflexão intelectual e à pesquisa científica, manifestou-se muito cedo à escala pan-africana graças à iniciativa de certos Estados, em particular o Senegal e o Gana, e não da OUA. Organizado em Dacar em 1966, o Festival Mundial das Artes Negras foi mais do que uma prestigiosa vitrine das múltiplas produções artísticas e culturais das sociedades africanas e das "diásporas" de origem africana: tendo suscitado um movimento geral e entusiasta de adesão, mostrou de forma flagrante o contributo para a emergência da nova África que germinava nos artistas e homens de cultura de todas as condições.

Um impulso idêntico animava o mundo da pesquisa científica. Já em 1962, Kwame Nkrumah havia acolhido no Gana o primeiro Congresso Internacional dos Africanistas, perante os quais, citando integralmente o famoso discurso pronunciado em 1906 na Universidade de Columbia (Nova Iorque) por um estudante sul-africano, Isaka Seme, exprimiu a sua convicção de que a "regeneração da África" era possível e estava iminente: eruditos africanos e cientistas estrangeiros, todos concordaram em reconhecer que, como nas outras partes do mundo, o conhecimento das sociedades africanas atuais e passadas passaria a fazer-se a partir do "ponto de vista africano" ou, pelo menos, tomando em conta esse "ponto de vista". Esse recentrar da análise na África consagrou uma importante ruptura nos estudos africanos. Em 1967, o segundo Congresso, reunido em Dacar, debruçou-se sobre os meios de "fundar cientificamente uma política de desenvolvimento" à escala da África; após condenar os trabalhos

“enclausurados num pragmatismo tacanho e num utilitarismo de vistas curtas”, bem como todas as investigações “atoladas na complacência perante a ordem estabelecida”, preconizou um vasto conjunto de medidas – nacionalização da pesquisa, controle e seguidamente eliminação da pesquisa comercial, prioridade à pesquisa fundamental, abolição das compartimentações entre os diferentes países da África, questionamento das fronteiras entre as ciências sociais – que reforçariam a independência dos Estados e a unidade africana e fundariam simultaneamente “as condições indispensáveis a um verdadeiro renascimento”. Estas propostas tiveram poucos efeitos na medida em que os Estados, em lugar de se concertarem para criar instituições de pesquisa pan-africanas, deram preferência às universidades e instituições de pesquisa “nacionais”, que em breve se viram desprovidas de recursos financeiros e humanos. Quanto à OUA, adotou em 1976 a Carta Cultural da África: mas os objetivos ambiciosos da Carta sofreram durante muito tempo da falta de meios facultados pelo Fundo Cultural Africano. De fato, só à escala regional, sob o impulso do Gabão, a maioria dos Estados da África Central resolveu criar em 1980 um Centro Internacional das Civilizações Bantas (CICIBA), encarregado de estudar, dar a conhecer e promover as civilizações e as indústrias culturais dessa região.

Apesar desta letargia, é de assinalar que, nos anos 1980 e 1990, se assistiu na África a um ressurgimento da análise pan-africana e voluntarista das políticas culturais elaboradas pelos Estados; no contexto das múltiplas dificuldades desse período, tal evolução correspondia também ao interesse manifestado pela maioria dos Estados numa nova agenda unitária e na problemática do “renascimento africano”.

## 2. Vanguardas e culturas letradas

Estreitamente associada à tomada de consciência da “situação colonial” e às peripécias da luta contra o colonialismo, a cultura fora em todos os territórios uma das alavancas fundamentais da libertação nacional. Quem melhor o explicou foi Amílcar Cabral, um dos dirigentes mais conhecidos das guerras de libertação contra o colonialismo português:

Pegar em armas para dominar um povo é, antes de tudo, pegar em armas para destruir ou, pelo menos, neutralizar, paralisar, a sua vida cultural. [...] A cultura, que é fruto da história de um povo, determina simultaneamente a história, pela influência negativa ou positiva que exerce na evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, bem como entre sociedades diferentes. [...] A cultura, sejam quais forem as características ideológicas ou idealistas das suas manifestações, é pois um elemento essencial da história de um povo. É, talvez, a resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta. [...] Como na flor da planta, é na cultura que reside a capacidade (ou responsabilidade) da elaboração e da fecundação do

germe que garante a continuidade da história, assegurando, ao mesmo tempo, as perspectivas da evolução e do progresso da sociedade em questão.

(Cabral, A., *Libertação Nacional e Cultura*. Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Syracuse, Estados Unidos da América, 20 de fevereiro de 1970, *Unité et Lutte*. 1 – *L'arme de la théorie*, François Maspéro, 1975, pp. 318-321).

## A questão linguística

Entre as práticas e as criações culturais das classes populares, que durante muito tempo tinham ficado desconhecidas e à margem do sistema colonial, e as atividades culturais associadas aos “letrados”, surgia imediatamente uma diferença: instruídos na própria África nas escolas coloniais ou tendo disposto de uma formação universitária de alto nível no ultramar, na França, no Reino Unido ou nos Estados Unidos da América, ou até na Índia, tinham em comum o conhecimento dos escritos coloniais sobre a África, quer na sua versão carregada de preconceitos e majoritariamente desfavorável às sociedades africanas, quer na sua abordagem científica de certos trabalhos, impregnados de relativismo cultural ou que se preocupavam antes de tudo em inventariar, classificar, etiquetar e “conhecer” antes de julgar. Fossem eles poetas, romancistas, dramaturgos, ensaístas, etnólogos, historiadores, economistas ou outros especialistas das ciências sociais, esses “letrados” tinham todos adotado a mesma postura, a da proclamada ruptura com os precedentes coloniais, tanto na escolha dos temas como no ritmo e no conteúdo das análises e das propostas.

Um dos problemas fundamentais desses “letrados”, com que não se confrontaram os produtores e atores populares, foi o de saber como explorar todos os recursos dessa postura, continuando a exprimir-se na própria língua dos colonizadores. Para lá dos “homens de cultura”, o problema linguístico também agitou os meios políticos preocupados pelo advento de uma “cultura nacional”. Fazendo a junção entre estes dois grupos, Léopold Sédar Senghor já suscitara a questão num texto de 1937 (*Le problème culturel en AOF*): “Como conceber uma literatura indígena que não seja escrita numa língua indígena?” Longe de ser teórica, a questão era importante para as populações, cujas línguas, vernaculares ou veiculares, abrangiam locutores que formavam comunidades extensas, por vezes transfronteiriças. Era o que se passava com o wolof (Senegal), o iorubá (Nigéria e Benim), o ewe (Gana, Togo e Benim), o mandinga e o fulfulde (da Guiné ao Níger), o haussá (em todo o Sudão central, em especial na Nigéria e no Níger), o swahili (da Somália a Moçambique e das Comores ao Congo-Kinshasa), o lingala (nos dois Congos, no Gabão, nos Camarões e na RCA), o quicongo (nos dois Congos e em Angola) etc. Quase todas estas línguas tinham dado origem a publicações anotadas, especialmente por parte de missionários europeus. Assim, durante os decênios posteriores às independências, o problema

da língua continuou a pôr-se em termos quase tão vigorosos como no tempo da gestação das literaturas africanas modernas (documento 100).

#### Documento 100: Língua, literatura e emancipação

"A questão é esta: nós, escritores africanos, estamos sempre a queixar-nos da natureza neo-colonial da relação econômica e política da África com a Euro-América. Muito bem. Mas, continuando a escrever em línguas estrangeiras, prestando-lhes homenagem, não estaremos continuando, a nível cultural, esse espírito neo-colonial servil e pronto a fazer salamaleques? Qual é a diferença entre um político que diz que a África não consegue viver sem o imperialismo e o escritor que diz que a África não pode viver sem as línguas europeias? Enquanto nos entretínhamos discursando para os círculos dirigentes numa língua que excluía automaticamente a participação no debate do campesinato e da classe laboriosa, a cultura imperialista e as forças reacionárias africanas aproveitavam ativa e alegremente a situação. A Bíblia cristã está disponível em quantidades ilimitadas mesmo nas línguas africanas de menor expansão. As cliques dirigentes compradoras sentem-se também muito felizes por terem o campesinato e a classe laboriosa inteiramente à sua mercê: as distorções, as diretivas ditatoriais, os decretos, os fósseis do gênero que vemos expostos nos museus como sendo a cultura africana, as ideologias feudais, as superstições, as mentiras, todos esses elementos atrasados e outros mais são comunicados às massas africanas nas suas próprias línguas sem a menor contestação por parte dos que, tendo visões alternativas para o futuro, se aconchegaram no conforto do inglês, do francês ou do português. É paradoxal que o político africano mais reacionário, aquele que acha que se deve vender a África, seja muitas vezes um mestre nas línguas africanas; que os mais zelosos missionários europeus, que acreditavam ser preciso salvar a África dela mesma, até do paganismo das suas línguas, fossem no entanto mestres das línguas africanas a que muitas vezes deram forma escrita. O missionário europeu acreditava demais na sua missão de conquista para não a comunicar nas línguas mais imediatamente acessíveis às pessoas: o escritor africano acredita demais na "literatura africana" para a escrever nessas línguas étnicas, portadoras de divisões e sub-desenvolvidas, praticadas pelo campesinato!"

(Ngugi wa Thiong'o, *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African Literature*, Londres-Nairobi, James Currey e Heinemann Kenya, 1986, p. 26).

As questões suscitadas por Ngugi wa Thiong'o eram na realidade de uma grande complexidade. Em primeiro lugar, acontecia que continuavam a ser produzidas obras de todo o tipo nas línguas africanas, utilizando escritas locais, em especial em amárico na Etiópia, ou na escrita árabe, nomeadamente para textos em pular, em haussá e em swahili, ou ainda no alfabeto latino. Escritos a princípio por missionários ou administradores coloniais, os textos em alfabeto latino passaram gradualmente a ser produzidos cada vez com mais frequência por africanos letrados, e isto a partir do fim do século XIX, principalmente na África Austral, no Quênia, no Congo-Kinshasa e nas colônias britânicas do golfo da Guiné. Mas havia também os "transmissores de testemunho" (Alain Ricard), desejosos e capazes de escrever nas suas próprias línguas e nas dos colonizadores, como o mestre do falar fula Amadou Hampâté Ba, o romancista iorubá Daniel Fagunwa, o abade ruandês Alexis Kagame e o malgaxe Jean-Joseph Rabearivelo. Na altura das independências, eram numerosos os exemplos de homens de Estado que desejavam provar a riqueza das línguas africanas e que se dedicaram a traduzir textos europeus famosos, como fez Julius Nyerere com peças de William

Shakespeare (*Júlio César*; *O Mercador de Veneza*) e Cheikh Anta Diop, que traduziu para wolof a formulação da teoria da relatividade de Albert Einstein.

Em segundo lugar, a utilização pelos africanos das línguas dos antigos colonizadores não impediu a introdução de inovações radicais, tanto nos domínios da criação literária ou artística como nos da produção intelectual e da erudição científica.

#### Os combates do pensamento e da ciência

Neste domínio, os desenvolvimentos e os progressos mais notáveis deram-se na história e na filosofia, dois campos intelectuais intimamente associados ao processo de emancipação.

O verdadeiro nascimento da história como disciplina científica começara com o que se poderia chamar "a geração de 1956", ano em que se viram vários universitários africanos receber na Europa os seus títulos académicos mais elevados e que, sobretudo, deu simultaneamente a alguns jovens historiadores a oportunidade de suscitar a questão "do lugar e da função da história numa África em emancipação" na altura do Congresso dos Escritores e Artistas Negros, organizado na Sorbonne, pela revista *Présence Africaine*. Essa foi a geração de J. F. Ade Ajayi, A. I. Akinjogbin, Adu A. Boahen, Saburi O. Biobaku, Onwuka K. Dike, Cheikh Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo, Abdoulaye Ly, Djibril Tamsir Niane, Bethwell Ogot e vários outros. Participando no combate político, apressaram-se a regressar à África para nela reencontrarem os poetas tradicionais e os tradicionalistas, bem como os historiadores de formação islâmica: foi a fecundação original da "tripla herança africana" (Ali Mazrui) – a herança das tradições, a herança do islã, a herança ocidental – que permitiu aos historiadores africanos, não só questionar a historiografia colonial do continente africano, mas também e sobretudo superá-la qualitativamente em todos os pontos.

Para reforçarem cientificamente a sua postura anticolonial, começaram por pôr em prática técnicas e métodos inéditos, utilizando intensivamente as tradições orais, o cruzamento entre fontes escritas de origem árabe ou europeia e a antropologia histórica, a recolha no terreno de materiais arqueológicos e de textos africanos escritos etc. Abriram-se novos terrenos de pesquisa, centrando a história da África na própria África, e não já nas relações dos outros continentes com a África, e tomando em consideração "o ponto de vista africano" em todos os fenómenos de contato entre a África e o mundo exterior. Assim foi construída uma história que evidenciava, com os argumentos mais bem fundados, uma África totalmente diferente da que constava dos manuais colonialistas: a frequência dos movimentos migratórios, atestando a abertura e a fluidez dos grupos humanos; a vitalidade dos Estados, reinos e impérios; a intensidade da circulação das mercadorias, pelo "comércio a longa distância", mostrando procedimentos de integração em vasta escala; a existência de uma longa "tradição de resistência", cuja última fase, a do nacionalismo, havia derrubado os regimes coloniais.



Qualificada de “nacionalista”, essa historiografia comportava no entanto duas orientações muito diferentes. Por um lado, emergiu aquilo a que se pode chamar uma “historiografia das origens”, de que o senegalês Cheikh Anta Diop foi sem dúvida o fundador: esta historiografia insistia, com efeito, na “anterioridade” das civilizações africanas e no caráter negro-africano do antigo Egito. Do outro lado, desenvolvia-se uma “historiografia dos processos”, representada por Joseph Ki-Zerbo e Onwuka Dike, cuja principal preocupação não consistia em afirmar as origens antigas da África, mas em explicitar os processos mais diversos, verificáveis no plano da economia, da política, das representações e das estratégias de dominação, que haviam gradualmente conduzido a África negra à situação em que se encontrava no século XX: simultaneamente, esta corrente insistia na continuidade das estruturas civilizacionais da África e sobre a permanência da resistência oposta pelos seus povos às intrusões estrangeiras. Além disso, nos anos 1960 e 1970 assistiu-se ao nascimento de “escolas históricas” que irradiavam a partir de alguns focos universitários, em especial, Ibadan, Dacar e Dar-es-Salaam. Nesta espécie de revolução vinda da África participaram também alguns europeus, como Michael Crowder, Basil Davidson, Thomas Hodgkin, Raymond Mauny, Jan Vansina ou ainda Ivor Wilks, que tinham sido atraídos para África por seu trabalho ou por seu engajamento ao lado dos nacionalistas.

Um dos efeitos mais notáveis desta fundação de uma historiografia africana foi o de ter influenciado também fortemente a abordagem da história africana fora da África, em especial nos antigos países colonizadores e na América do Norte. Esta irradiação ficou patente no projeto sem precedentes desenvolvido pela UNESCO de reunir em torno de cientistas africanos todos os especialistas do mundo, a fim de elaborar uma *História Geral da África* finalmente liberta de todos os preconceitos que a sobrecarregavam desde há séculos. O “desencanto nacional” suscitou algumas inflexões a partir dos anos 1970, marcadas pelo recurso às teses marxistas e por uma maior atenção à “gente de baixo”, camponeses, trabalhadores, mulheres e jovens, os grandes ausentes da “historiografia nacionalista”. A crise das universidades e centros de pesquisa africanos, manifesta nos anos 1980 e 1990, arrastou consigo uma forte emigração das competências africanas que, paradoxalmente, contribuiu para espalhar, muito para lá da África, os resultados da renovação historiográfica vinda do continente.

Por seu turno, a filosofia não escapou a este tipo de experiência. Com efeito, por um lado, a maioria dos especialistas europeus, apegados à ideologia colonialista ou associados como missionários ou administradores à empresa colonial, tinham ou pura e simplesmente negado a própria ideia de uma “filosofia africana”, ou, pelo contrário, afirmado a existência de filosofias “africanas” ou de filosofias “étnicas” africanas, a exemplo do R. P. Placide Tempels, autor de uma obra, *La philosophie bantue* (1946), que veio a ter uma grande posteridade e cuja filiação inclui vários autores africanos (R. P. Alexis Kagame, *La philosophie bantu-rwandaise de l'être*, 1956; Jean-Calvin Bahoken *Clairières métaphysiques africaines*, 1967; John Mbiti *African Religions and Philosophy*, 1970). Por outro lado, muitos dirigentes

anticolonialistas, como Kenneth Kaunda, Kwame Nkrumah e o seu colaborador Willie Abraham (autor de *The Mind of Africa*, 1960), Julius Nyerere ou Léopold Sédar Senghor, haviam declarado fundar a sua ação em “ideologias” e sobre essas “ideologias”, também chamadas “filosofias”, haviam escrito textos que, numa altura em que a África independente procurava definir a sua “identidade” e o seu lugar no mundo, desenvolviam teses e argumentações a que os primeiros contingentes de profissionais africanos da filosofia, formados precisamente durante os anos 1960 e 1970, não podiam ficar indiferentes.

Esses pensadores africanos, como, por exemplo, Martien Towa (*Léopold Sédar Senghor: Négritude ou Servitude?*, 1971; *Essai sur la problématique philosophique dans l'Afrique actuelle*, 1972) e Stanislas Adotévi (*Négritude et négrologues*, 1972), mostraram-se logo de início muito críticos relativamente à negritude como a havia apresentado Léopold Sédar Senghor. Mas a crítica mais radical tomou por alvo Placide Tempels, acusado de praticar “etnofilosofia”, ao postular que “a visão do mundo” de um grupo etno-linguístico africano, tal como a haviam estudado os etnólogos, representava precisamente, nem mais nem menos, a “filosofia” desse grupo. O trabalho fundador neste domínio foi sem dúvida o livro de Paulin Hountondji – *Sur la philosophie africaine. Critique de l'ethnophilosophie* (1977) – que explicava que “a verdadeira filosofia começava com os discursos explícitos produzidos por africanos”: longe de pré-existir ao ato consciente da formulação individual, a filosofia africana continuava pois por criar. Combatido por alguns dos seus pares, acusado por seu turno de praticar “eurofilosofia” (Pathé Diagne, 1981) ao combater a “etnofilosofia”, Paulin Hountondji desbravou sem dúvida alguma o terreno em que os africanos filósofos e especialistas de filosofia continuaram a debater nos anos 1980 e 1990, tanto os “francófonos” como os “anglófonos”, como, por exemplo, Kwame Gyekye (*An Essay on African Philosophical Thought: The Akan conceptual Scheme*, 1987), Kwasi Wiredu (*Philosophy and an African Culture*, 1980) ou Anthony Kwame Appiah (*In my Father House: Africa and the Philosophy of Culture*, 1992).

#### Os mestres da criação: literaturas, artes e sociedades

Poetas, romancistas, ensaístas, romancistas e cineastas, os mestres da criação gozavam aparentemente de maior liberdade de movimentos, pois tinham toda a latitude para imaginarem e inventarem temáticas, situações e personagens. No entanto, todos eles herdavam uma história em que os seus predecessores tinham estabelecido relações estreitas com as suas sociedades. Nadine Gordimer (*The Black Interpreters*, 1973) resumiu a literatura africana a três nomes de “classe internacional”: Léopold Sédar Senghor para a poesia, Chinua Achebe para o romance e Wole Soyinka para o teatro. A fórmula é eloquente, mas injusta e inexata.

No domínio dos romances, começou por se assistir até cerca de 1967 a uma mistura de euforia, de otimismo e de esperança, espelhados na obra *L'Aventure ambigu* (1961) de Cheikh Hamidou Kane e nos primeiros romances de Chinua

Achebe e Ngugi wa Thiong'o. Mas breve veio a desilusão, que transparece bastante em Achebe (*A Man of the People*, 1966; *Anthills of the Savannah*, 1987), em Ngugi wa Thiong'o (*Petals of Blood*, 1977; *Devil on the Cross*, 1982) e, sobretudo, nos três romances do ano de 1968: *Les Soleils des indépendances* (Ahmadou Kourouma), *Le Devoir de violence* (Yambo Ouologuem) e *The Beautiful Ones Are Not Yet Born* (Ayi Kwei Armah). Ilustrada com brilho no grande painel de Henri Lopes (*Le Pleurer-rirer*, 1979), a crítica das novas classes dirigentes foi o tema privilegiado dos anos 1970, a qual íamos encontrar também no teatro satírico e no cinema, com *Xala* de Sembène Ousmane. Já visível antes de 1980 em Angola (Pepetela, *Yaka*), em Moçambique (Luís Bernardo Honwana, *Nós Matámos o Cão Tinhoso*) e na Nigéria (W. Soyinka, *A Season of Anomy*), o "romance do absurdo e do caos" teve o seu principal representante em Sony Labou Tansi que publicou a ritmo acelerado *La Vie et demie* (1979), *L'Etat honteux* (1981), *L'Anté-peuple* (1983), *Je soussigné cardiaque* (1984), *Les Sept Vies de Lorsa Lopez* (1985), *Les Yeux du volcan* (1988), *Moi, Veuve de l'Empire*, *Antoine m'a vendu son destin* (1988). Os horrores do genocídio ruandês suscitaram por seu turno uma experiência original de escrita cruzada, nomeadamente em torno de Boubakar Boris Diop (*Murambi. Le livre des ossements*, 2000).

Embora mantendo-se em contato direto com as evoluções sociais e políticas, o gênero diversificou-se com a publicação de um número crescente de textos que se enquadravam no gênero do romance de evasão, do romance de costumes e do romance regionalista. Uma das inovações mais marcantes foi a emergência de escritas femininas, atentas ao lugar específico das mulheres e às suas condições: após as figuras pioneiras da época colonial e dos anos 1960, as suas verdadeiras fundadoras, todas universitárias, foram, a partir de 1970, a ganense Ama Ata Aidoo (*No Sweetness Here*, 1970), as senegalesas Aminata Sow Fall (*Le Revenant*, 1970; *La Grève des Battu*, 1979) e Mariama Ba (*Une si longue lettre*, 1980), a zimbabuêana Tsitsi Dangaremba (*Nervous Condition*, 1988) e a queniana Grace Ogot. Na década de 1980 assistiu-se ao aparecimento de jovens autores africanos, nascidos na Europa ou que aí fixaram residência, como Tierno Monenembo e Bolya Baenga, que, embora indo buscar os seus temas na África e "diásporas africanas", renovaram as referências estéticas, baralhando assim as normas, a ponto de a expressão "literatura africana" já não espelhar a sua escrita.

Diferentemente do romance, a singularidade da poesia e do teatro proveio, por um lado, do fato de os criadores modernos terem ido colher matéria a fundos "tradicionais" muito ricos e, por outro lado, a poesia e o "populares" em línguas africanas terem conhecido por seu turno um vivo desenvolvimento, explorando esses mesmos "fundos tradicionais" juntamente com temas tirados das sociedades africanas contemporâneas: esse desenvolvimento deu-se especialmente nos países, regiões ou cidades em que se verificava uma grande vitalidade das línguas africanas, como o lingala (Congo-Kinshasa), o haussá e o iorubá (Nigéria), o swahili (África Oriental), o wolof (Senegal), o kinyarwanda, o kirundi (Ruanda, Burundi) ou o fulfulde (África do Sahel).

No domínio da poesia, o século XX foi seguramente, nas antigas colônias francesas, "o século de Senghor" (Alain Ricard): com efeito, após os *Chants d'Ombre* (1945) e até às *Elégies majeures* (1979), Senghor fixou tanto os temas como os ritmos da poesia escrita africana. A seu lado, os "poetas da antologia" (*Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, 1948), Aimé Césaire, Léon Gontras Damas, Birago Diop, David Diop e Jacques Rabemananjara fundaram uma poesia da negritude que dominou o período da marcha para a independência, tendo a geração seguinte, encarnada por Edouard J. Maunick, Bernard Dadié, Lamine Diakhaté, Paulin Joachim e Francisco N'Ditsouna prolongado a ambição por meio de obras encantatórias que visavam reafirmar a "presença africana" no mundo. A influência dos poetas da negritude foi também grande nos territórios portugueses. Se as primeiras obras poéticas conhecidas foram compostas no final do século XIX pelo santomense Costa Alegre e pelo angolano Joaquim Dias Cordeiro da Matta, não esquecendo o brasileiro Gonçalves Crespo, nos anos 1930 registrou-se a eclosão do nativismo cabo-verdiano, que deu origem à revista *Claridade* (1936) precedida por *Arquipélago* (1935) de Jorge Barbosa.

O impulso decisivo dos angolanos veio da geração que, combinando a luta política e o renascimento cultural se envolvia em dois importantes movimentos nascidos em Angola, *Vamos Descobrir Angola* e *Novos Intelectuais de Angola*, publicando em Lisboa, na revista *Mensagem*, órgão da Anangola (Associação dos Naturais de Angola, título recuperado em Lisboa pela CEI, Casa dos Estudantes do Império) os poemas de Agostinho Neto, Mário de Andrade e Thomaz Viriato da Cruz. Partindo de Angola essa renovação alcança Cabo Verde com Amílcar Cabral, assim como os autores de S. Tomé e Príncipe, Marcelo da Veiga, Francisco José Tenreiro e Alda do Espírito Santo, e os de Moçambique, os poetas José Craveirinha, Noémia de Sousa e Marcelino dos Santos. Estes últimos foram buscar inspiração suplementar na música negra americana e nas obras de Paul Robeson e Langston Hughes, eles também empenhados na luta política nos Estados Unidos da América. O movimento da negritude não tocara os territórios britânicos: Kwame Nkrumah, autor de poemas políticos e promotor dos poetas ganenses, opusera-se à negritude com tanta força como Wole Soyinka se opusera a Léopold Sédar Senghor. A primeira geração dos poetas nigerianos, Christopher Okigbo e Soyinka, tornou-se conhecida por "uma poesia erudita, inclusive hermética" (Alain Ricard), que não sobreviveu à guerra de Biafra, na qual Okigbo perdeu a vida. Uma nova geração afirmou-se a partir dos anos 1980, em torno de Niyi Osundare (prêmio da Commonwealth em 1986, prêmio Noma em 1990), cuja poesia se pretendia menos acadêmica.

Quanto ao teatro, o seu desenvolvimento originou frequentemente debates como o que opôs Ngugi wa Thiong'o ao escritor tanzaniano Ebrahim Hussein nos anos 1980: o teatro africano, como arte, estaria contido nas danças, paradas de mascarados e rituais "tradicionais" (Ngugi) ou devia nascer de uma prática artística autônoma (E. Hussein)? Se é certo que o teatro "popular" emergiu gradualmente, em parte, dessas antigas formas artísticas, o teatro "moderno" nasceu durante o

período colonial das iniciativas mais diversas: atividades de estudantes na Escola Normal William Ponty; trabalho de artistas nos *concert parties*, nomeadamente na Gold Coast e na África do Sul; espectáculos apresentados nas igrejas e em que se misturavam músicas, discursos e representações de atores. Nascidos no Togo com o nome de *kantata*, esses espectáculos floresceram durante os anos 1940 na Nigéria graças a Hubert Ogunde, um artista cristão que era simultaneamente um iniciado no culto do *fa* e participava nos grupos de teatro "tradicionais". Os anos de independência foram em todos os países dominados pelas peças consagradas aos "heróis" do passado africano, Béatrice do Congo, Abla Pokou, Lar Dior, El Hadj Omar e, sobretudo, Chaka. Em contrapartida, as peças diretamente associadas com a história que se ia fazendo, como *Une Saison au Congo* de Aimé Césaire, consagrada a Patrice Lumumba, e *Nkrumah n'est pas mort* de René Philombe, não conseguiram criar raízes numa África cada vez mais dominada pelas violências políticas e partidos únicos.

Esta evolução veio a confluir com a dos antigos territórios britânicos. A escola de teatro fundada por Wole Soyinka em Ibadan tornou-se conhecida, no momento da independência, pelas peças deste autor (*The Lion and the Jewel* e *A Dance of the Forest*), que punha em cena os conflitos entre a África "tradicional" e a "moderna", entre as gerações e as classes sociais. Na África Oriental, as obras de Ngugi wa Thiong'o (Quênia), que inicialmente foram publicadas em inglês e logo em kikuyu, e as de Ebrahim Hussein (Tanzânia) em swahili, haviam de manter duradouramente uma dimensão militante e educativa que vamos encontrar também na África do Sul e nos outros países da África Austral, sob forma clandestina, primeiro, e à luz do dia, seguidamente. Mas, por todo o lado, as peças "populares", quase sempre representadas nas línguas africanas em teatros privados, estatais ou associativos, e muitas vezes transmitidas nas cadeias de televisão, conheceram um êxito imenso por, em comédias de costumes, ridicularizarem, não só as classes dirigentes, mas também os costumes da aldeia, os curandeiros tradicionais e os pastores das novas igrejas cristãs.

Esses mesmos temas surgiram no domínio do cinema em que os africanos tinham de inventar tudo. O cinema africano só apareceu após 1960, em relações ambíguas com o cinema colonial: formados, na sua maioria, nas instituições ocidentais, os cineastas africanos apropriavam-se das técnicas dos seus colegas ocidentais e, muito mais raramente, soviéticos; paralelamente, os novos Estados tiraram proveito da reutilização das técnicas de propaganda cinematográfica elaboradas pelas potências coloniais; por último, as técnicas inovadoras do etnólogo e sociólogo Jean Rouch, mestre do "cinema direto", que trabalhava na África desde a Segunda Guerra Mundial, inspiraram diretamente os realizadores africanos. Ao longo dos anos 1960, o desenvolvimento do cinema foi extremamente lento, apesar de obras fundadoras como *Aouré*, do nigeriano Mustapha Alassane, *Borrom Sarret* de Sembène Ousmane (1963) ou *La Neige n'était plus* de Ababacar Samb Makharam (1965). Tornou-se necessário sem dúvida nenhuma o apoio ativo dos Estados, inaugurado pelo Senegal no Festival Mundial das Artes Negras,

em 1966, onde Sembène Ousmane apresentou, com *La Noire de...*, a primeira longa metragem conhecida da África negra: alguns lançaram festivais pan-africanos que haviam de gozar de grande notoriedade, como as "Jornadas Cinematográficas de Cartago" (1965), o "Simpósio do Filme Pan-Africano de Mogadíscio" (1981), a "Semana do Filme Africano" de Nairóbi (1986) e, sobretudo, a "Semana do Cinema Africano" de Uagadugu (1969), que passou posteriormente a chamar-se Festival Pan-africano de Cinema de Uagadugu (Fespaco, 1972).

Fino observador da sociedade senegalesa contemporânea, Sembène Ousmane, romancista e realizador cujos filmes descreviam sem complacência as contradições da África contemporânea, pós-colonial e colonial (*Le Mandat*, 1968; *Emitai*, 1971; *Xala*, 1974) e da África antiga (*Ceddo*, 1976), impôs-se como fundador do cinema na África. Foi a partir dos anos 1970 que a produção cinematográfica se estendeu primeiro à África Ocidental, tanto francófona (com Désiré Ecaré e Timité Bassori, da Costa do Marfim, Souleymane Cissé, do Mali, Oumarou Ganda, do Níger, e Med Hondo, da Mauritânia) como anglófona (com o nigeriano Ola Balogun) e muito mais tardiamente à África central. A África do Sul constituía uma exceção: nesse país, o mais das vezes clandestinamente, alguns artistas militantes realizaram obras que denunciavam o *apartheid* como *Come Back Africa*. A partir do fim dos anos 1970, o cinema africano foi entrando gradualmente no mercado mundial graças ao já veterano Sembène Ousmane e a realizadores mais jovens como Cheikh Doukouré (*Bako, l'autre rive*, 1979), Souleymane Cissé (*Le Vent*, 1982, *Yeelen*, 1989) e Idrissa Ouédraogo (*Tiläi*, 1990; *Yaaba*, 1989), provenientes na sua maioria de países do Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger). Com filmes coproduzidos na sua maioria com apoios estrangeiros, este cinema parecia no entanto corresponder mais às expectativas dos públicos ocidentais do que à dos espectadores africanos.

### 3. Culturas populares e sociabilidades urbanas

Paralelamente a estas obras elaboradas e produzidas pelas elites intelectuais e destinadas a um público local ou estrangeiro relativamente privilegiado, as sociedades africanas aparecem como um terreno fecundo de experimentações permanentes e de invenções mais ou menos espontâneas e mais ou menos duradouras. Mais do que qualquer outro espaço, a cidade é o lugar privilegiado dessas práticas culturais e sociais inovadoras, embora desde há muito tenha sido considerada de formas bastantes contrastadas. A sua origem muitas vezes colonial fez dela o símbolo das desilusões, frustrações, privações e sofrimentos que o romancista camaronense Eza Boto (Mongo Beti) tão bem descreveu já em 1954 em *Ville cruelle*. Mas a cidade africana, arrastada num crescimento vertiginoso e misturando no seu cadinho residentes de todas as condições e de todas as origens, arrebatada pelo ritmo ofegante da economia de mercado, apresenta-se também como um laboratório de produções múltiplas e inesperadas. Não é por acaso que os colonizadores e depois os Estados independentes nela multiplicaram,



sem êxito, aliás, as tentativas de enquadramento e as medidas de controle. Não sem crises (desemprego, fragmentação das células familiares, delinquência etc.), a cidade foi e continua a ser o pólo privilegiado em que se elaboram sociabilidades inéditas que combinam a rejeição do Estado, ou mesmo a contestação dos poderes estabelecidos, e a integração dos indivíduos com base em comunidades reais ou imaginárias, existentes ou a criar, seletivas ou largamente abertas.

#### a. Piedade e redes religiosas

Um primeiro exemplo dessas sociabilidades novas, exemplo que se tornou clássico, é-nos dado pelas religiões cuja análise mostra como os processos sociais gerados pela rapidez da urbanização impuseram formas, expressões e ritmos inéditos a dinâmicas e práticas religiosas frequentemente muito antigas.

#### As interrogações do cristianismo

A evolução paradoxal dos cristianismos africanos ilustra bem essas recomposições permanentes do universo religioso. No momento das independências, existiam na África – salvo na Etiópia, em virtude da sua história religiosa muito particular – dois tipos de cristianismo: em primeiro lugar, aquilo a que poderíamos chamar as igrejas estabelecidas, a católica e as protestantes, provenientes da iniciativa missionária, reconhecidas e muitas vezes auxiliadas pelos poderes; a seguir, os cristianismos negros, nascidos dos messianismos e dos profetismos anticoloniais. Esses dois cristianismos foram diversamente afetados pelas mutações da África contemporânea.

A julgar exclusivamente pelos documentos periodicamente publicados pelo Simpósio das Conferências Episcopais da África e Madagascar, ficar-se-ia com a ideia de uma cristandade em grave crise e em constante recuo. É verdade que não faltam indicadores dessa crise. Cristãos ou não, os intelectuais negros continuam a censurar o cristianismo por uma espécie de duplo pecado original: primeiro, o fato de se ter instalado na África por meio da violência, associando-se, voluntária ou involuntariamente, a todas as espoliações e violências de que o continente foi vítima; em seguida, o eurocentrismo que continua a marcar a sua mensagem. Por essa razão, como constata Achille Mbembe (1985), “a moral cristã, as atitudes e os comportamentos induzidos pelo cristianismo [...] são percebidos, questionados e remetidos de novo para os locais onde são elaborados como outras tantas bugangas destinadas a domesticar a consciência dos negros”.

De onde a voga, nomeadamente entre as elites políticas, das confrarias e sociedades secretas europeias ou asiáticas. Essa constatação está porém longe de dar conta de realidades muito complexas. Já nos inícios dos anos 1950, os clérigos africanos procuraram demarcar-se da herança missionária e esse movimento de ruptura permanece muito vigoroso sob a batuta, nomeadamente, de padres camaronenses<sup>1</sup>.

Se é certo que, até agora, o *aggiornamento* das igrejas africanas se preocupou sobretudo com questões espirituais e rituais, também se viram membros do clero empenhar-se ativamente numa reflexão audaciosa consagrada aos problemas temporais da África atual: é o que se passa, por exemplo, com o camaronense Jean-Marc Ela, cujos trabalhos (*L'Afrique des villages*, 1982; *La Ville en Afrique noire* e *Ma Foi d'Africain*, 1985) são uma espécie de “teologia da libertação” em embrião. Os exemplos do Monsenhor Neves em Angola, do Monsenhor Albert Ndongmo nos Camarões, do Monsenhor Joseph Malula em Kinshasa e do Monsenhor Desmond Tutu na África do Sul ilustram essa vontade, sem dúvida mais individual do que coletiva, de participar ativamente nos debates e nas lutas políticas. Por último, alicerçadas na sua organização e numa indiscutível riqueza material, as igrejas cristãs da África não hesitaram em erguer-se como anti-modelo face aos Estados e regimes pós-coloniais e conseguiram desempenhar o papel inédito de mediadores e de garantidores em processos de transição democrática tão diversos como os do Benim, Gabão, Congo e Zaire.

Em contrapartida, na sua maioria, os profetismos e igrejas sincréticas da era colonial deixaram que a sua mensagem política se empobrecesse e, por vezes, foram a ponto de se identificarem com os despotismos neo-coloniais, como aconteceu com o aparelho kimbanguista no Zaire. Se é certo que a sua dimensão propriamente religiosa se manteve, o seu prestígio veio-lhes sobretudo do desenvolvimento de práticas terapêuticas nas suas fileiras. Assim, por exemplo, no interior da igreja harrista nasceu a Comunidade Terapêutica de Bregbo, por iniciativa do profeta Albert Atcho. Fundada por volta de 1948, esta comunidade tornou-se conhecida sobretudo a partir dos anos 1960 graças às curas praticadas pelo profeta e à festa de 1º de novembro. Simultaneamente exorcista, curandeiro tradicional e profeta, Albert Atcho criou à sua volta uma verdadeira “rede da água”, que agrupava na baixa Costa do Marfim e no Gana “chefes de água” e “membros de água” que receberam dele, com a água miraculosa especialmente preparada, o poder de curar doenças benignas. A festa organizada desde 1º de novembro de 1948, atrai tanto as pessoas do povo como as mais altas personalidades do Estado e tornou-se uma “espécie de instituição nacional da baixa Costa do Marfim” (Colette Piault), desempenhando um triplo papel: o de uma “assembleia política em que se vê afirmada a unidade nacional e confirmada a autoridade do chefe de Estado”; o de uma “assembleia de aldeia, realizada numa pequena aldeia, em que se reúnem as pessoas vindas das outras terras [...] e que dá às gentes do mato a possibilidade de se encontrarem entre si fora da atmosfera estranha das cidades e dos centros administrativos”; e, por fim, a de uma “assembleia religiosa”, a única assembleia regular da igreja harrista, que “permite afirmar o poder do seu clero, reforçar a sua coesão, uniformizar os seus rituais e crenças”. Estas múltiplas dimensões, nas quais a terapia ocupa um lugar central, encontram-se também nas igrejas proféticas que a África viu se multiplicar desde os anos 1960.

### O novo despertar do islã africano

Quanto ao islã, uma leitura essencialmente política e manifestamente redutora viu nele o empenhado, ou mesmo zeloso, "colaborador" da colonização, sobretudo nos territórios britânicos onde a administração indireta era a regra e em certas colônias da África Ocidental Francesa, como o Senegal. Nessa perspectiva, quando da independência, muitos países de população majoritariamente muçulmana não hesitaram em optar por um Estado laico e alguns, em especial a Guiné de Sékou Touré e o Mali de Modibo Keita, partiram em guerra contra os chefes muçulmanos acusados de serem defensores do "arcaísmo", representantes do "feudalismo" e "lacaio do imperialismo". É notável que, já nos anos 1970, esses poderes ou os seus sucessores tenham adotado atitudes radicalmente opostas em face do islã. É que, contrariamente às convicções modernistas segundo as quais o "progresso" e o "desenvolvimento" da África arrastariam necessariamente consigo uma secularização da sociedade, o "islã negro" apresentava todos os sinais de uma religião em pleno vigor e forte crescimento.

As múltiplas causas desse poder renovado devem ser procuradas nas dinâmicas políticas, sociais e culturais próprias da África, e não nos exemplos e incitações das outras partes da *Umma* nem também na mão diabólica de algum Estado petrolífero árabe. Assim, inúmeros estudos de pormenor mostraram que, numa abordagem que privilegie a dimensão política, a contínua progressão do islã é um dos efeitos do "desencanto" subsequente à descolonização, tanto do "Estado demais" como da impotência do Estado e da hostilidade às práticas das classes dirigentes. O islã apareceu assim em primeiro lugar como a religião popular por excelência, como a religião dos pobres, das classes e categorias sociais excluídas do poder e da repartição dos frutos da independência. Mas está também associado à divisão das classes superiores em segmentos antagônicos, como aconteceu no Mali, em que as querelas em torno da língua de ensino (francês ou árabe) e da presença ou ausência de ensino religioso na escola e a oposição entre a União Sudanesa-RDA e a União Cultural Muçulmana refletiam amplamente o conflito entre a burocracia do Estado e os comerciantes muçulmanos adeptos do wahhabismo. Por último, localmente, proclamando situar-se na continuidade das "guerras santas" do passado, o islã foi fermento dessas revoltas e desses confrontos populares que não cessaram de agitar a Nigéria desde os anos 1960.

Noutra abordagem mais atenta às relações sociais, é também claro que o islã se tornou uma das expressões mais fecundas das novas sociabilidades que se constituem em meio urbano. Ao papel já antigo e sempre ativo do islã enquanto propiciador ou cimento da identidade "étnica", por exemplo, entre os haussás e os diúlas, os chefes religiosos e os fiéis souberam acrescentar novas dimensões: a de uma proteção social, material e afetiva à prova de fogo, em sociedades caracterizadas por uma grande insegurança (no Senegal, segundo Christian Coulon, "ter um bom marabu é beneficiar de uma espécie de segurança social"); a de uma sociabilidade de exclusão (para com os não muçulmanos) e de integração (para com

todos os muçulmanos) que tem como lugares, momentos e símbolos privilegiados a mesquita, o chefe religioso, as festas do islã, ou até o chá bebido em comum.

### A desforra do paganismo?

Enquanto o cristianismo, os profetismos africanos e o islã têm em comum a sua hostilidade ao paganismo, este continua a gozar da adesão popular, sobretudo em meio urbano. As queixas antigas e reiteradas dos partidários das ortodoxias contra a persistência de práticas pagãs no seio das religiões reveladas e as campanhas recorrentes dos profetas contra os "feitiços" há muito que vêm provando o vigor das religiões tradicionais da África negra. Mas a difusão destas assumiu tais proporções que houve quem falasse de uma "desforra do paganismo" (Abdou Touré e Yacouba Konaté). As investigações quantitativas muito apuradas realizadas sobre as práticas sacrificiais em Abidjan tiveram pelo menos o mérito de propor, mesmo se de maneira aproximada, a medida de um fenómeno de observação corrente. Da análise dos problemas que levaram os cidadãos a praticar sacrifícios, ressalta que os principais motivos são as dificuldades específicas da vida urbana: procura de um emprego ou de uma promoção ou da preservação das funções ocupadas; preocupações ligadas à escola, quer se trate de conseguir um lugar num estabelecimento, quer se trate de ser aprovado num dos numerosos concursos que dão ritmo à vida dos estudantes; problemas de saúde; mas também miséria afetiva, bruxaria etc. Todas as categorias sociais estão bem representadas na esmagadora maioria dos cidadãos que confessam praticar sacrifícios, com uma forte predileção entre os comerciantes e artesãos, a pequena-burguesia assalariada, os desempregados, os estudantes, os homens políticos e os desportistas. O sacrifício não é praticado apenas pelos "pagãos", pois que metade dos cristãos e dois terços dos muçulmanos reconhecem recorrer a isso regularmente:

Quando o sacrifício põe em competição os deuses de cá e os deuses de fora, o costamarfinense ou o africano começam por se voltar para o lado dos seus antepassados, divindades, gênios, espíritos, sempre e ainda vivos, perto dos homens, ciosos dos seus abraços recíprocos, das idas e vindas, das reencarnações. Depois, aderem aos deuses de fora, freqüentam as suas igrejas e mesquitas, pelas aparências, pelo status social. Dizem abertura e diálogo, deuses de cá e deuses de fora: não escolhemos os pais que temos, eles aí estão, para a eternidade. Com o outro, dialogamos apoiando-nos nos nossos.

(Abdou Touré e Yacouba Konaté, *Sacrifices dans la ville. Le citadin chez le devin en Côte d'Ivoire*, Abidjan, Editions Douga, 1990, p. 51).

No entanto, há que não interpretar estas atitudes como regressos a uma qualquer "tradição": com efeito, a cidade impõe metamorfoses de toda a espécie às antigas práticas religiosas, mas estas, por seu turno, operam uma assimilação original da urbanidade e uma sacralização inesperada do espaço urbano.

### b. A música moderna

Por "música moderna" devemos entender essa música de dança, sincrética na sua origem, reconhecida hoje como "africana" e que combina elementos europeus e americanos (a escala, certas harmonias e instrumentos) com elementos africanos. Essa música constitui o exemplo perfeito de um produto cultural de massas, associado a sociabilidades particulares, como constatava em Brazzaville o sociólogo Georges Balandier no início dos anos 1950:

Os cafés, que são umas cabanas como as outras em cujo chão se colocaram alguns bancos e mesas de madeira, tornam-se lugar de encontro – em substituição desses abrigos dos homens que dominam a vida das aldeias – onde se reúnem camaradas e amigos. A garrafa de cerveja e o copo de tinto substituíram a cabaça de vinho de palma, mas reconhece-se a mesma necessidade de estar junto, confiadamente. Contudo, aos sábados à noite e aos domingos, afrouxados os constrangimentos, os cidadãos negros dão livre curso à sua fome de alegria, de libertação corporal, de comunicação com outrem. Em todos os bairros, em torno dos batuques que mantêm temas folclóricos ou de orquestras improvisadas, as danças não param nunca. Os ruídos do bater dos tambores elevam-se por cima da cidade, trazendo consigo de quando em quando pedaços de refrãos. Lá ao longe, nos bairros europeus, instala-se o tédio dos domingos.  
(*Afrique ambiguë*, Paris, Plon, 1957, p. 287).

Antes de ser produzida em todos os países africanos, esta música nasceu e desenvolveu-se em certos focos privilegiados, em especial na Gold Coast, sob a forma do *highlife*, e nos dois Congos, sob a forma da rumba.

### Uma história antiga

A história do *highlife* ganense, cujos primeiros êxitos antecedem de algumas décadas a emergência da rumba congoleza, é muito bem conhecida nas suas grandes linhas graças aos trabalhos pioneiros de John E. Collins. A sua existência está atestada desde finais do século XIX nos territórios fanti, onde vários fatores teriam contribuído para o seu desenvolvimento: a influência das músicas estrangeiras (marchas militares, canções de marinheiros e cantos populares europeus, hinos religiosos etc.); a existência de uma clientela, a burguesia negra e mestiça aculturada cujo nome e gênero de vida foram imediatamente associados a essa música (*high life* significa "alta roda") e, por último, o fato de a assimilação das influências estrangeiras ter transitado por intermediários culturais negros, em especial os Kru da Libéria, que estavam instalados em grande número nos portos e tinham grande reputação quer como marinheiros quer como guitarristas, e os negros das Américas. O papel decisivo destes últimos, surgido com a instalação da orquestra militar dos *West India Rifles* em Cape Coast, prolongou-se até os nossos dias, introduzindo sucessivamente nas cidades costeiras da África Ocidental os *spirituals* e os cantos de dança, e mais tarde o *ragtime*, o *blues* e os ritmos afro-cubanos durante os anos 1920 e 1930, e, por último, a partir de cerca de 1950,

o calipso, o merengue, o chachachá, o pachanga, o *rythm and blues*, o *twist*, o *soul*, o *reggae*... Se o êxito do *highlife*, que foi imediato nos meios urbanos, foi tão rápido nas zonas rurais, tal deve-se ao fato de a nova música se adaptar muito bem às danças e ritmos antigos: assim, por exemplo, a dança *odonso*, uma das variantes do *highlife* durante os anos 1920, não era mais do que outro nome da dança *akã odowe*; para E. T. Mensah, "o rei do *highlife*" durante os anos 1950 e 1960 (J. E. Collins), o êxito do violão explicava-se pela semelhança com o *seprewa*, o alaúde tradicional *akã*; a utilização de instrumentos tradicionais pelas orquestras modernas e a associação permanente da música com a dança contribuíram para dar a estas novas músicas os traços habituais e distintivos da africanidade. Além disso, a partir de 1950, mais ou menos, com a criação do Akã Trio por E. K. Nyame (1952), o pidgin, que era a língua exclusiva do *highlife* foi sendo abandonado por alguns artistas em proveito da língua *akã*, o que contribuiu para aproximar o *highlife* das classes populares urbanas: esse movimento foi acompanhado também não propriamente por uma ruralização dos conjuntos musicais (que continuavam instalados nas cidades), mas pelo menos por uma maior difusão dessas formas musicais nas zonas rurais.

A intensidade dos contatos entre a Gold Coast e as outras colônias britânicas da África Ocidental difundiu o *highlife* na Nigéria já nos anos 1930 e, seguidamente, na Serra Leoa e na Libéria: a África Ocidental Francesa foi provavelmente tocada por intermédio das diásporas mercantil togolesa e administrativa daomense. Nesses diferentes países que conheciam também formas de música moderna, o *highlife* transformou-se por seu turno a ponto de a partir de 1970, a Nigéria, sobretudo graças a Fela Anikulapo Kuti e à sua música, o *afro-beat*, ter conquistado o papel de vanguarda até então reconhecido ao Gana.

A história da rumba congoleza apresenta muitas particularidades relativamente à do *highlife*. Se este surgiu no seio da burguesia fanti antes de se tornar popular, a rumba congoleza foi desde início coisa de classes populares atraídas em massa para as cidades coloniais pela industrialização. Esta música sofreu também a influência das modas de outras regiões da África: antes de tudo, as de Angola, cujos emigrantes deram muitos músicos que se afirmaram no Congo, a exemplo de Oliveira nos anos 1940 e Sam Mangwana após as independências; seguidamente, e sobretudo, as da África Ocidental levadas pelos *coastmen* que iam em busca de promoção social, em especial pelos *kru boys* e pelos *clerks* (empregados de escritório) da Gold Coast, do Togo, do Daomé ou da Nigéria, muito procurados antes da Segunda Guerra Mundial.

O desenvolvimento da rumba corresponde também a uma necessidade de autonomia, ou inclusive a uma vontade de resistência em face dos poderes coloniais, que tinham como política, já desde antes da Primeira Guerra, orientar e controlar os lares dos negros. Nas duas margens do Congo, os missionários, com o incentivo da administração, esforçaram-se por reativar as práticas culturais "tradicionais" (no Congo belga, durante muito tempo, só se toleravam as danças e lutas tradicionais como atividades de lazer semanais) e desenvolver as que, vindas



da Europa, eram compatíveis com os condicionalismos do trabalho assalariado (em 1913, os Padres do Espírito Santo criaram em Brazzaville um Clube de Jovens com a ambição de difundir a prática do futebol). Paralelamente a estes lares sob vigilância, assistiu-se à multiplicação dos "Congo bares", lugares de uma sociabilidade essencialmente masculina e fundada em relações de trabalho ou de vizinhança e em gostos comuns. É de notar também que a língua privilegiada da *rumba* congoleza tenha sido já desde 1940, ao que parece, o lingala. Este, que começara por ser a língua do comércio fluvial antes da colonização, fora recuperado pelos belgas que fizeram dele a língua da Força Pública, isto é, a língua da repressão: a associação do lingala à *rumba*, em contrapartida, consagrou-o como língua dos prazeres da vida e foi, mais do que uma reapropriação, uma verdadeira subversão.

Deve-se a Sylvain Bemba ter clarificado a cronologia algo confusa das linguagens musicais do Congo. Os primeiros *Congo Bars*, estabelecimentos permanentes, teriam surgido no início dos anos 1930 e teriam adotado imediatamente a *rumba* (dança introduzida, ao que parece, em Cuba por escravos da África Central, sendo que a palavra *rumba* pode ter tido como origem a palavra kongo *nkumba*, "umbigo"), que conhecera o triunfo na Exposição Internacional de Chicago (1932). O seu desenvolvimento acelerado após 1940 dever-se-ia à conjunção de vários fatores: a existência de poderosos meios de difusão, em especial a Radio-Brazzaville, a antiga estação da França Livre; a emulação entre os grandes centros urbanos, em especial entre Kinshasa e Brazzaville; o casamento feliz entre os artistas congolezes e os "brancos de segunda" de Leopoldville. Com efeito, a colonização reservara ao capitalismo belga e aos seus aliados anglo-americanos os setores mais lucrativos da economia (minas e plantações), tendo confiado o comércio de retalho, que receava entregar à iniciativa dos africanos, aos "brancos de segunda", portugueses e gregos. Estes viviam no limite da cidade europeia e das cidades africanas ou entre os negros, dos quais partilhavam os prazeres e os lares. Foram esses gregos (Moussa Benatar, os irmãos Papadimitríou, Antonópoulos etc.) que fundaram em Leopoldville, a partir de 1937, as primeiras gravadoras de discos da África negra. A criatividade dos africanos fez o resto. Nos anos 1950 assistiu-se à criação dos grandes conjuntos profissionais: o African Jazz, com Joseph Kabasele e o "doutor" Nico Kasenda, em 1953; o OK Jazz, com Franco Luambo Makadi, em 1956; e, por último, em Brazzaville e com dissidentes das orquestras de Kinshasa, os Bantuus, em 1959. A *rumba* congoleza conheceu uma evolução paralela à da sua homóloga no Gana: a partir dos anos 1970, começou a perder terreno perante novos focos musicais de onde emergiram nomeadamente Pierre Akendegué, Alpha Blondy, Manu Dibango, Youssou Ndour ou ainda Salif Keita.

### Linguagens múltiplas

As articulações entre estas músicas e as sociedades globais africanas são numerosas e revestem-se hoje como ontem de uma extrema complexidade. Já não é possível rebaixá-las ao nível infamante de uma série de ruídos e furores noturnos

sem futuro, como faziam anteriormente os poderes coloniais. Não poderemos também fazer dessas músicas o espelho perfeito da sociedade ou a expressão mais adequada das aspirações populares. É que nelas misturam-se, em proporções variáveis conforme os artistas e as épocas, a febre dos prazeres urbanos, o culto da elegância, o retrato dos costumes, a crítica política e a lição de moral.

Desde o seu nascimento, a música moderna andou associada aos prazeres da cidade: *mikolo nyonso feti na feti* ("todos os dias são festas sobre festas"), clama um músico congolês. Neste contexto nasceu ou desenvolveu-se uma certa forma de urbanidade que se exprimia pelo culto da elegância. Nos dois Congos, os bares e as orquestras tinham uma clientela privilegiada, as das associações de elegantes com nomes significativos, como Melocongo, Estrela Juventude, Opereta Brazza, os Dandys, os Duques, os Existos ou Record da Alegria, para nos cingirmos à Brazzaville do período 1945-1950, "cujo valor central era sempre o vestuário, a roupa de classe", segundo um testemunho da época. Eram sem dúvida alguma os antepassados dos adeptos da SAPE (Sociedade dos Ambientadores e Pessoas Elegantes) dos anos 1980 e 1990. Há interpretações contraditórias que vêem nestes fenômenos coisas muito variáveis: procura da sedução e do prazer; vontade de reabilitação social; recurso sistemático à zombaria em sociedades que exaltam o trabalho, os valores morais ou a excelência das ideologias (nação, desenvolvimento, socialismo etc.).

Desde o início da música moderna, o amor foi sempre um grande tema, simultaneamente privilegiado e mais explícito, embora, ao longo de quase um século, seja possível apurar tendências e variantes regionais. O repertório das canções congolezas, um pouco mais estudado do que o do *highlife*, evidenciou uma riqueza incomparável nas concepções do amor. Desde a origem, a música congoleza exprimiu com rara fineza o desequilíbrio do *sex ratio*, característica das cidades coloniais da África Central até meados dos anos 1950. Trazidos à força, uns, atraídos, outros, pelas perspectivas do mercado de trabalho ou pela maior liberdade concedida aos indivíduos em comparação com a vida das aldeias, os homens eram muito mais numerosos do que as mulheres nessas cidades. Assim, houve alguns decênios em que a *nde umba* ("jovem", "mulher solteira", e depois "mulher livre" e, finalmente, "prostituta") foi rara e, por conseguinte, muito procurada, ou até inacessível, mantendo com os homens essas relações tão ambíguas, baseadas simultaneamente na paixão, na suspeita e no ódio, características da "guerra dos sexos" (Claudine Vidal) presente na maioria das cidades africanas.

O conteúdo político da música moderna aparece simultaneamente rico e muito diverso. Não faltam os exemplos de canções, de cantores ou de orquestras politicamente engajados. Kwame Nkrumah foi provavelmente o homem político que melhor soube atrair a si os artistas e explorar a imprevista eficácia da canção moderna. Os êxitos eleitorais e políticos de Nkrumah muito deveram à íntima associação entre o seu partido, o CPP, e vários conjuntos musicais, como o Axim Trio, Akan Trio, Ghana Trio, Farmer's Brigade Band e a Worker's Brigade Band. Em 1950, quando ele foi preso, o Axim Trio encenou uma peça e publicou uma

canção em *pidgin* com o título *Kwame Nkrumah nunca há-de morrer* e, no ano seguinte, após a sua libertação, o Akan Trio fez o mesmo com *Kwame Nkrumah, o homem de honra e o herói*. Se é certo que os músicos participaram ativamente na elaboração do mito de Nkrumah, este teve o cuidado de proteger os artistas e de multiplicar as medidas capazes de os proteger da exploração das gravadoras, nomeadamente encorajando a criação da *Ghana National Entertainments Association* (1960) e da *Ghana Musicians Association* (1961).

As relações privilegiadas entre Nkrumah e os músicos prolongaram-se para muito além da sua queda e da sua morte: em 1974, o governo saído do golpe de Estado teve de proibir *Kanana*, uma canção de King Pratt e da African Revolution que punha em música os ditos e os slogans de Nkrumah. Situações análogas surgiram nos dois Congos, apesar de a respectiva música ter reputação de ser mais festiva: enquanto Joseph Kabasele foi identificado ao projeto nacionalista e pan-africano de Lumumba na sequência de *Indépendance Cha Cha* e de *Bana ya Afrika* (*Os Meninos da África*), Franco foi associado ao regime mobutista, embora não se furtasse a traçar dele retratos pouco lisonjeiros. De maneira geral, a sujeição dos talentos, característica das ditaduras pós-coloniais, traduziu-se pela criação de orquestras e a difusão de canções à devoção dos "pais fundadores" da nação. Em reação, a oposição, por seu turno, encontrou na música popular um suporte ideal, como evidenciam a violência das canções de Fela Anikulapo Kuti contra os *Gentlemen* e as *Ladies*, a corrupção e as suas próprias relações tempestuosas com os poderes nigerianos. Do mesmo modo, na África do Sul, a luta contra o *apartheid* não deixou de beneficiar do exílio e das composições comprometidas de uma Miriam Makeba ou de um Abdullah Ibrahim (Dollar Brand, na época).

No entanto, a situação mais frequente é a da canção que trata das transformações aceleradas da sociedade e dos novos comportamentos dos homens no poder. A formação das classes e o endurecimento das clivagens sociais, tal como se manifestam na corrida ao dinheiro e na competição pelas mulheres, tornaram-se assim um tema de primeiro plano da música africana desde as independências:

Porque é que um homem que enriqueceu  
Troca de amigos...?  
Quando eram infelizes comíamos juntos  
Quando eram pobres bebíamos juntos  
Hoje tiveram sorte  
E repelem-nos, a nós, os pobres.  
(*Mandala*, por Lutumba e o OK Jazz, 1981.)

Um ganhou dinheiro com o suor do rosto. [...]  
O outro encontrou uma herança na família [...]  
Este sacrificou os seus pela bruxaria [...]  
Aquele, um escroque, pilhou as caixas do Estado.  
(*Mbongo* [isto é, o dinheiro], por Lutumba e o OK Jazz, 1979.)

É de notar também que as aspirações unitárias e os temas recorrentes do pan-africanismo, caídos em desuso entre os homens políticos, tenham sido sustentados a partir dos anos 1960 pelos músicos de todas as partes do continente.

## B. O recomeço dos processos pan-africanos

Institucionalizando-se na OUA, o pan-africanismo perdera gradualmente um pouco da sua força de irradiação, em paralelo com as dificuldades e os fracassos desta instituição. Mas a ideologia pan-africana manteve-se vivaz tanto em certos homens de Estado e na maior parte dos intelectuais como em amplas camadas da população, em especial nos jovens, cujas reivindicações em prol de um reforço das estruturas unitárias encontravam eco em muitos artistas. A evolução das condições sociais e das mentalidades nas diásporas antigas e recentes de origem africana contribuiu fortemente para essa reativação, para a qual apontava também a tomada de consciência dos novos desafios com que se via confrontada a África nos anos 1990.

### 1. Trabalho de memória e reivindicações sociais

Paralelamente às investigações dos especialistas, um muito complexo trabalho da memória não cessou de agitar as sociedades africanas após as independências, sem dúvida em relação com as desilusões nacionais, muito visíveis nos anos 1980, e com a ação de certos homens de Estado que retomavam por sua conta os temas privilegiados do pan-africanismo, mas também com o rejuvenescimento da população, que multiplicava o número de jovens impacientes de saber e de compreender e receosos de uma "assimilação" e de uma "ocidentalização" associadas à "globalização". Os questionamentos em torno do passado da África e, mais em geral, do passado dos negros giravam em torno dos momentos e processos que já haviam atraído a atenção dos primeiros pan-africanos: a colonização, o tráfico negreiro e a escravatura dos negros, e, por último, as origens da África e o seu lugar na história da humanidade. Em 1984-1985, o centésimo aniversário da Conferência de Berlim deu lugar a inúmeras reuniões e debates apaixonados sobre a partilha da África pelas potências europeias e sobre a necessidade de os africanos voltarem a coser o tecido dos seus territórios para poderem seguir em frente.

O capitão Thomas Sankara, que entre 1983 e 1987 dirigiu o Burkina Faso, ostentava um radicalismo anti-imperialista e uma vontade pan-africana nos quais muitos reconheceram as posições de Kwame Nkrumah: Sankara suscitou o entusiasmo dos intelectuais e dos jovens ao lançar a ideia de um Instituto dos Povos Negros, que só foi criado após a sua morte, o qual teria por missão repensar e conduzir a luta pela unidade africana. Por múltiplas razões, a questão da escravatura foi ganhando amplitude para se tornar uma espécie de lugar comum

nas considerações sobre as causas das dificuldades da África contemporânea. Isso deveu-se a princípio ao trabalho impressionante (de vocação turística mas também pedagógica) feito em Gorée, apresentado a um número cada vez maior de visitantes como ponto de passagem do odioso tráfico multissecular dos seres humanos: repercutido pelo enorme êxito da saga do escritor afro-americano Alex Haley, *Roots (Raízes)*, o “fenômeno Gorée” e, com ele, a escravidão dos africanos assumiram a dimensão de um dos momentos mais importantes da história mundial com a visita do Papa João Paulo II que, em 1992, visitou Gorée para estigmatizar o “crime odioso” e pedir perdão à África. Os anos de 1990 viram também vários homens de Estado de primeiro plano, em especial o nigeriano Moshood Abiola e o beninense Nicéphore Soglo, ambos campeões da luta pela democracia nos seus países, apoderar-se da questão do tráfico negreiro, impor o problema das reparações devidas à África e levar o debate ao conhecimento das camadas populares. A “Rota do Escravo”, do nome de um projeto internacional adotado pela UNESCO a pedido dos Estados africanos, tornou-se um tema mobilizador que levou todos os Estados costeiros a identificar os “locais de memória do tráfico” e a lançar neles programas de restauração. Não foi por acaso que um dos êxitos musicais mais impressionantes e carregados de sentido desse período tenha ido beber plenamente no registro dos temas pan-africanos, ou mesmo pan-negrístas, alguns dos quais remontavam ao tempo do tráfico negreiro transatlântico e outros à época colonial (documento 101).

**Documento 101: “Nakomitunaka” (Pergunto muitas vezes)**

Não paro de perguntar  
Não paro de perguntar

Meu Deus, não paro de perguntar  
Meu Deus, não paro de perguntar  
Donde saiu a pele negra  
Donde saiu a pele negra  
Quem é o nosso primeiro antepassado  
Jesus, o filho de Deus, é branco  
Adão e Eva são brancos  
Todos os Santos são brancos  
Porquê

Não paro de perguntar  
Não paro de perguntar

Meu Deus, não paro de perguntar  
Meu Deus, não paro de perguntar  
Na igreja reparamos nisto  
As imagens de todos os Santos mostram brancos  
Todos os anjos são brancos  
Se é o Diabo, a imagem representa um negro, hein  
Donde vem esta injustiça

Não paro de perguntar  
Não paro de perguntar

Meu Deus, não paro de perguntar  
Donde veio a pele negra  
Donde veio a pele negra  
Os colonialistas assim nos enganaram  
As estatuetas dos nossos antepassados, rejeitam-nas  
Os medicamentos indígenas, rejeitam-nos  
Mas na igreja reparamos  
Oramos, de rosário na mão  
Oramos, na igreja cheia de estatuetas  
Mas essas estatuetas só representam brancos  
Porquê, meu Deus.

Meu Deus, não paro de perguntar  
Nós, nós acreditamos nos profetas brancos  
Mas eles não acreditam nos profetas negros  
Porque nos criaste assim, meu Deus,  
A África vê muito bem  
África, já não podemos recuar.

Meu Deus, não paro de perguntar  
Donde veio a pele negra  
Donde veio a pele negra  
Quem é o nosso primeiro antepassado  
Jesus, o filho de Deus, é branco  
Adão e Eva são brancos  
Todos os Santos são brancos  
Porquê, meu Deus.

Meu Deus, não paro de perguntar  
Nós, nós acreditamos nos profetas brancos  
Mas eles não acreditam nos profetas negros  
Porque nos criaste assim, meu Deus,  
O antepassado de nós negros onde está  
A África vê muito bem  
África, já não podemos recuar.

Fonte: Verckys, Orquestra Vévé, 1971.

A partir dos anos 1970, assistiu-se também a uma redinamização dessas múltiplas redes transcontinentais nas quais o pan-africanismo nascente de finais do século XIX e inícios do XX encontrara os seus militantes mais ativos. Começou ela por provir das antigas “diásporas” de além-Atlântico, descendentes da escravidão e exprimiu-se plenamente nos Estados Unidos da América: sob a autoridade de personalidades influentes, como o pastor Sullivan e Andrew Young, e sob o impulso combinado de intelectuais pan-africanistas e de homens de negócios afro-americanos, organizaram-se “cúpulas africanas/afro-americanas” em vários países da África, que ofereceram oportunidades aos homens de negócio negros americanos; ao mesmo tempo, a difusão do afrocentrismo – a abordagem da história e das evoluções contemporâneas da África e das outras partes do mundo tomando a África como “centro” – encontrava eco nas classes médias e populares negras americanas e reatualizava o seu interesse pelo continente africano. Em virtude das suas antigas interações com a África, o Brasil e os países do Caribe, em especial Cuba, a Jamaica, Guadalupe e a Martinica, não tiveram dificuldade em se reconhecer nesses argumentos renovados do pan-africanismo. Assim, nos anos



1970 e 1980, o rastafarismo do cantor jamaicano Bob Marley não se contentava com exaltar a resistência dos negros à escravidão e a exemplaridade da Etiópia: celebrava também a emancipação do Zimbábue e apelava aos africanos para que se unissem para sempre. Em reação, os artistas africanos começaram por seu turno a invocar a solidariedade com as Américas negras (documento 102).

**Documento 102: "Afriki" (África) segundo Alpha Blondy**

"Sam! Incendeie meu rabo  
Ualai ai ai!

Deixamos a África negra  
Para ir dar uma volta  
Eis-nos em Montego Bay, Kingston, Jamaica  
Para onde quer que eu olhe, vejo diulas  
Para onde quer que eu olhe  
Para onde quer que eu olhe, vejo bétés  
Para onde quer que eu olhe  
Para onde quer que eu olhe, vejo baulês  
Para onde quer que eu olhe  
Para onde quer que eu olhe, vejo asantes  
Para onde quer que eu olhe

A Jamaica é a África! (5 vezes)

De madrugada deixamos a África negra  
Para ir dar uma volta  
Eis-nos em Montego Bay, Kingston, Jamaica  
Para onde quer que eu olhe, vejo fulas  
Para onde quer que eu olhe  
Para onde quer que eu olhe, vejo baulês  
Para onde quer que eu olhe  
Para onde quer que eu olhe, vejo burkinabés  
Para onde quer que eu olhe  
Para onde quer que eu olhe, vejo wolofs

Para onde quer que eu olhe

A Jamaica é a África! (5 vezes)

Para onde quer que eu olhe  
Para onde quer que eu olhe."

(Konaté, Y. *Alpha Blondy. Reggae e sociedade na África negra*, Abidjan-Paris, CEDA e Karthala, 1987, p. 173).

Mais inesperadas, manifestaram-se também reivindicações identitárias fortes em vários Estados latino-americanos, como a Venezuela, a Colômbia e o Peru, onde os descendentes dos antigos escravos vindos da África, e durante muito tempo marginalizados, conseguiram ser reconhecidos como "comunidades" de pleno direito nas últimas décadas do século XX. Mas as novas "diásporas", provenientes das correntes migratórias contemporâneas, não lhes ficaram atrás. Manifestaram-se sobretudo no território das antigas potências coloniais, que haviam sido também os principais fornecedores da escravidão, como os Países-Baixos, o Reino Unido, Portugal ou a França, cujo parlamento votou em 2001, na sequência dessa agitação pan-africanista e em relação com esses debates sobre

a história e a memória, uma lei que qualificava o tráfico negreiro e a escravidão como "crime contra a humanidade".

**2. Antigos e novos desafios**

No momento em que os Estados e as sociedades africanas estavam envolvidos na espiral das lutas pela "democratização" apareceram novos desafios que deveriam ser, impreterivelmente, levados em consideração. O mais importante era, sem dúvida, não a multiplicação dos conflitos, mas a sua natureza e gravidade em termos de perdas humanas, de deslocamentos forçados de populações, de violações extensas dos direitos humanos, de danos causados ao ambiente e de pilhagem incontrolada de recursos. É certo que as primeiras décadas das independências tiveram o seu quinhão de afrontamentos violentos: guerras de libertação; guerras fronteiriças; guerras civis, algumas das quais, em especial no Congo-Kinshasa, na Nigéria, no Uganda, no Chade, em Angola e em Moçambique, haviam sido muito mortíferas. O paradoxo era que, no momento em que a parte austral do continente, que antes parecia um barril de pólvora, encetava com êxito o fim dos conflitos, outras partes reentravam em situação de conflito, como aconteceu no Chifre da África, na África Central e na região dos Grandes Lagos, enquanto a África Ocidental, até então relativamente poupada, conhecia por seu turno esse tipo de estragos. (Ver documento 103).

Com efeito, no fim dos anos 1980 e no início dos anos 1990, assistiu-se ao fim de determinados conflitos que todas as condições internas da África, nomeadamente a impotência da OUA, e exteriores ao continente, em especial a Guerra Fria, haviam contribuído para exacerbar: no Uganda (1986), na Namíbia (1988-1990), na Etiópia (1991), em Moçambique (1992), e também em Angola (1991), país no qual, contudo, os confrontos iriam recomeçar. Vários fatores pareciam encorajar essas evoluções pacíficas: o maior interesse suscitado pelo sistema das Nações Unidas, à frente do qual iriam estar sucessivamente dois diplomatas africanos (Boutros Boutros-Gali e Kofi Annan), como meio de resolver os conflitos; o fim da Guerra Fria com o colapso do bloco soviético e, por fim, a redução significativa, pelo menos no plano oficial, do tráfico de armas destinado à África: o valor oficial total desse tráfico diminuiu de 13 121 milhões de dólares (período de 1985-1988) para 4 739 milhões de dólares (período de 1989-1992)<sup>2</sup>. Se, malgrado estas tendências, houve conflitos que eclodiram em novas regiões e se agravaram noutras, foi por, precisamente, terem surgido novas condições, africanas e internacionais, que contribuíam por outro lado para firmar a distensão em vários Estados do continente. Na África propriamente dita, essas condições eram múltiplas: a contínua deterioração da situação econômica; o agravamento das desigualdades e das tensões sociais; o endurecimento da competição política ligado à abertura do espaço político; a instrumentalização do pluralismo político no sentido dos particularismos de toda a ordem, étnicos, regionalistas e religiosos; o enfraquecimento da autoridade dos governos centrais, que abria caminho às operações dos "senhores da guerra" e a todas as formas de separatismo.

**Documento 103:** Os principais conflitos armados dos anos 1960 a 1990

| País               | Datas                               | Tipo                                                                            | Países afetados                                  | Intervenções exteriores                                                                                |
|--------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sudão              | 1963-1972<br>1983-                  | Guerra civil:<br>Sul contra Norte                                               | Chifre da África.<br>Uganda, Chade.              | Eritreia, Etiópia,<br>Estados árabes.                                                                  |
| Etiópia            | 1962-1991                           | Guerra de<br>libertação<br>da Eritreia.<br>Guerra do<br>Ogaden.<br>Guerra Civil | Chifre da África.                                | Somália, URSS.                                                                                         |
| Moçambique         | 1975-1992                           | Guerra civil:<br>Renamo contra<br>Frelimo                                       | Tanzânia, Malawi,<br>Zimbábue, África<br>do Sul. | Rodésia,<br>África do Sul.                                                                             |
| Angola             | 1975-1991<br>1992-2002              | Guerra civil: FNLA<br>e depois UNITA<br>contra MPLA.                            | Congo (B e K),<br>Zâmbia, Namíbia.               | URSS e Cuba.<br>África do Sul, Zaire,<br>Estados Unidos.                                               |
| Uganda             | 1978-1986                           | Guerra civil.                                                                   | Sudão, Ruanda,<br>Zaire, Tanzânia,<br>Quênia.    | Tanzânia.                                                                                              |
| Somália            | 1977-1978<br>1978-1991<br>1991-1996 | Guerra do<br>Ogaden.<br>Guerra Civil.<br>Guerra de clãs.                        | Chifre da África.                                | Estados Unidos,<br>Estados árabes.                                                                     |
| Ruanda             | 1990-1994                           | Guerra civil.<br>Genocídio.                                                     | Zaire, Uganda,<br>Burundi,<br>Tanzânia.          | Uganda, Zaire.                                                                                         |
| Zaire              | 1996-1997                           | Guerra civil.                                                                   | Ruanda,<br>Congo (B).                            | Ruanda, Uganda,<br>Angola, Burundi.                                                                    |
| Congo (B)          | 1997                                | Guerra civil,<br>guerra de milícias.                                            | Congo (K), Gabão.                                | Firmas<br>multinacionais.                                                                              |
| Congo (K)          | 1998-2002                           | Guerra de<br>Estados, guerra<br>civil.                                          | África Central e<br>Austral, Grandes<br>Lagos.   | Uganda, Ruanda<br>e Burundi pelos<br>rebeldes.<br>Angola, Namíbia,<br>Chade, Zimbabwe<br>por Kinshasa. |
| Libéria            | 1990-                               | Guerra civil.                                                                   | Serra Leoa,<br>Guiné,<br>Costa do Marfim.        |                                                                                                        |
| Serra Leoa         | 1991-                               | Guerra civil.                                                                   | Libéria, Guiné,<br>Costa do Marfim.              |                                                                                                        |
| Costa do<br>Marfim | 1999-2004                           | Guerra civil.                                                                   | África Ocidental.                                |                                                                                                        |

Nota: As datas indicam o começo e o fim do conflito respectivamente; foram excluídas as intervenções dos serviços especiais e dos mercenários.

À escala internacional, o fim da "Guerra Fria" gerou paradoxalmente recursos novos para as empresas político-guerreiras: associado à redução dos efetivos militares, o enxugamento de numerosos serviços secretos lançou no mercado especialistas da segurança e da desestabilização, muitos dos quais procuraram e conseguiram encontrar colocação nos conflitos africanos. Constituídos em bandos de mercenários ou em empresas privadas, como a famosa *Executive Outcomes* sul-africana, esses especialistas afluíram dos mais diversos países, em especial da África do Sul, de Angola, dos Estados Unidos da América, da França, da Bélgica, do Reino Unido, dos Estados criados pela fragmentação da Iugoslávia e da União Soviética. Simultaneamente, o poder crescente das firmas multinacionais, muitas vezes superiores em tudo ao dos Estados, dava-lhes a possibilidade de participar pelas vias mais diversas nesses conflitos, que as ajudavam a eliminar dirigentes africanos incômodos e lhes facilitavam o acesso aos recursos, essencialmente mineiros, sem terem de se sujeitar ao controle dos Estados. Esta deriva guerreira não poupava os pequenos Estados, como o Congo-Brazzaville, a Libéria e a Serra Leoa, ao passo que a ela escapavam Estados de grandes dimensões, com populações numerosas e múltiplas divisões étnicas e religiosas, como a África do Sul e a Nigéria. Mas, mesmo localizado num Estado, um conflito afetava sempre os seus vizinhos e ameaçava prejudicar a sua estabilidade, dado o caráter transfronteiriço das deslocções dos refugiados, das redes de tráfico de armas e das incursões dos bandos armados, como acontecia em especial na região dos Grandes Lagos (Uganda, Ruanda, Burundi, Congo e Tanzânia), no Chifre da África (Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão) e na África Ocidental (Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Casamança senegalesa, Costa do Marfim). Foi essa situação que estimulou a procura à escala regional e continental das soluções coletivas para os conflitos e, simultaneamente, reativou as dinâmicas pan-africanas.

Paralelamente a estas evoluções políticas, os dirigentes africanos apercebiavam-se de que, no âmbito da "globalização", os velhos problemas de "desenvolvimento", a que estavam acostumados, deixavam de lado um grande número de novos desafios económicos. Durante as reflexões feitas nos anos 1990 no quadro do "Programa do milénio para o renascimento africano" patrocinado pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki e do "Plano Omega" do seu homólogo senegalês Abdoulaye Wade e que iriam desembocar na NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), a situação económica constatada continuava desastrosa: "Enquanto, em meados dos anos 1960, o rendimento médio africano representava 14% do rendimento dos países desenvolvidos, em 1997 essa relação não passava de 7%. Quanto à taxa de crescimento do PIB, o seu nível anual médio entre 1965 e 1993 não foi superior a cerca de 0,5% e era de longe inferior ao crescimento demográfico (entre 2,9 e 4,1%). Em 1994, a África, que representava 12% da população mundial fornecia menos de 1% do PIB mundial." Esta constatação catastrófica, dominada pelas estatísticas mais correntes, não era nova e estava em perfeita sintonia com a época. No capítulo das novidades, assinalava-se, na abordagem dos peritos e responsáveis africanos, a tomada em

consideração do "empobrecimento histórico do continente", a estigmatização dos "fracassos das lideranças políticas e econômicas em numerosos países", a insistência na emergência, desde o fim dos anos 1980, de uma "nova vontade política dos dirigentes africanos", e, por último, "o apelo aos povos africanos", cujo destino era evocado de forma não encantatória:

A África é domínio privilegiado de graves doenças endêmicas. Nela prosperam bactérias e parasitas transportados por insetos, viajantes e outros vetores, principalmente devido à debilidade das políticas ecológicas e às más condições de vida das populações. Um dos principais obstáculos aos esforços de desenvolvimento na África é a forte incidência das doenças transmissíveis, em especial o HIV/AIDS, a tuberculose e a malária. A menos que controlemos estas epidemias para posteriormente as erradicarmos, ser-nos-á impossível valorizar verdadeiramente os recursos humanos do continente.

No domínio da saúde, a África suporta muito mal a comparação com o resto da comunidade internacional. Em 1997, as taxas de mortalidade das crianças e dos adolescentes eram de 105 e 167 por mil, respectivamente, em comparação com 6 e 7 por mil, respectivamente, nos países desenvolvidos. Só há 16 médicos por 100 000 habitantes, quando o número é de 253 nos países industrializados. A pobreza, que reflete o muito fraco nível do rendimento per capita, é um dos principais fatores que impedem as populações de superar os seus problemas de saúde.

(Nouveau partenariat pour le développement de l'Afrique, octobre 2001, pontos 125 e 126, in Ben Hammouda, H. e Kassé, M. (eds.) *Le NEPAD et les enjeux du développement en Afrique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2002, p. 259).

### C. Novas dinâmicas unitárias

A questão das possíveis soluções, que a maioria dos dirigentes só abordara no âmbito reduzido dos Estados "nacionais", teria de passar a ser tratada em espaços muito mais latos, quer à escala dos agrupamentos regionais, quer à escala mais ambiciosa de todo o continente, cujas estruturas e mecanismos de integração teriam necessariamente de ser revistos e reforçados.

#### 1. Os agrupamentos regionais

Com efeito, mantendo-se ciosamente fiéis à sua soberania, os Estados africanos tinham-se empenhado na constituição de agrupamentos de vocação técnica, monetária e financeira, económica e política bastantes numerosos à escala das diferentes regiões ou "sub-regiões". No contexto dos anos 1980 e 1990, só duas comunidades demonstraram alguma eficácia: a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, ECOWAS em inglês) e a SADCC

(Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), cujo dinamismo iria servir para o relançamento da ideia pan-africana.

Formada em 1975 pelo conjunto dos Estados independentes da África Ocidental (que eram 15 na altura, tendo-se-lhes juntado Cabo Verde, após a sua separação da Guiné-Bissau), a CEDEAO foi a primeira estrutura de integração a superar efetivamente as clivagens entre países "anglófonos", "francófonos" e "lusófonos" herdadas da colonização e a tentar federar as energias de Estados muito diversos pela dimensão, pela história e pelas estruturas políticas e económicas. A CEDEAO foi criada apesar das reticências de alguns Estados "francófonos" que mantinham ligações estreitas com a França e que tinham entre si poderosos laços económicos e financeiros no quadro da Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO), à qual sucedeu em 1994 a União Económica e Monetária Oeste-africana. Este sucesso teve como principal artesão a Nigéria: apoiando-se no seu peso demográfico e económico, graças ao petróleo, a Nigéria pôs em prática uma diplomacia ativa, feita de pressões e promessas, para obter a adesão de todos os Estados oeste-africanos. O projeto recebeu também o apoio decidido do Togo e dos empresários do setor privado reunidos no seio da Federação Oeste-africana das Câmaras de Comércio.

O tratado fundador de 1975 limitava o seu campo de ação à economia, adotando como objetivo "a promoção da cooperação e do desenvolvimento em todos os campos da atividade económica", de maneira a dar aos Estados a capacidade de contarem com as suas próprias forças. Em 1979, juntou-se a isto a livre circulação no interior do espaço comum dos cidadãos de todos os Estados membros, bem como das mercadorias e dos capitais. Em 1981, foi aceite pelos Estados-membros um protocolo de não agressão, tendo a maioria deles (13 no total) assinado um pacto de assistência mútua em matéria de defesa. A revisão do Tratado, realizada em 1993, alargou consideravelmente os domínios da cooperação em matéria económica e integrou explicitamente a cooperação política. Passava a tomar-se como objetivos construir um mercado comum, adotar uma moeda única e estabelecer um parlamento oeste-africano, bem como um conselho económico e social e um tribunal de justiça da CEDEAO, objetivos que não ficaram letra morta, embora não tenham faltado os obstáculos que retardaram a sua realização, em especial, a considerável extensão do espaço económico assim constituído, as múltiplas contradições e defeitos de ajustamento entre três legados coloniais, a desarticulação das redes de comunicação, a manutenção de relações comerciais preferenciais com as antigas potências coloniais e a mediocridade das trocas comerciais entre os parceiros, a violação frequente dos princípios da livre circulação pelos Estados sempre ciosos da sua soberania, bem como o medo frequentemente agitado de ver a Nigéria exercer a sua soberania sobre o conjunto.

Mesmo assim, a CEDEAO conseguiu dar origem a numerosas instituições económicas, financeiras, sociais e culturais à escala oeste-africana e, sobretudo, mostrou-se muito ativa na gestão dos conflitos e na manutenção da segurança.



Com efeito, logo que a guerra civil na Libéria foi declarada, a CEDEAO propôs-se em 1990 atuar como mediadora e mobilizar tropas dos Estados-membros para garantir um cessar-fogo e a manutenção da paz. Criado na altura, o ECOMOG (Grupo de Observadores Militares da CEDEAO) mais do que sobreviveu às numerosas críticas e prosseguiu ativamente as suas intervenções nas crises posteriores por que passaram a Serra Leoa e a Costa do Marfim.

O nascimento da SADC foi quase contemporâneo ao da CEDEAO. Com efeito, as suas origens remontam a duas reuniões realizadas em Arusha (1979) e em Lusaka (1980), durante as quais os “Estados da Linha da Frente” (Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia e Zâmbia) decidiram constituir a SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), com o objetivo de harmonizar os seus esforços de desenvolvimento e sobretudo reduzir a muito longa dependência das suas economias relativamente à da África do Sul do *apartheid*. O colapso do *apartheid* e a instauração de um regime democrático na África do Sul levaram a SADCC a transformar-se em SADC em 1992 e a abrir as portas a novos membros: a África do Sul (1994), mas também a Ilha Maurícia (1995), as Seychelles e a República Democrática do Congo (1997). A coexistência no seio deste conjunto de Estados que dispunham de indústrias mais ou menos fortes (África do Sul e Zimbabwe), de Estados mineiros (Angola, Congo-Kinshasa, Namíbia e Zâmbia) e de países agrícolas parecia promissora para o seu futuro económico. Mas, em virtude das suas origens, as preocupações políticas assumiram nela um lugar de primeiro plano.

Foram precisamente as questões políticas que puseram a SADC à prova. A criação, em 1996, de um “Órgão de Política, Defesa e Segurança” não conseguiu obter a unanimidade. E, sobretudo, a guerra na República Democrática do Congo opôs, a partir de 1998, os Estados que acorreram em auxílio do Estado congolês (Angola, Namíbia, Zimbabwe) aos que observavam, oficialmente, uma prudente expectativa. O mesmo se passou com a atitude a assumir face à política de expropriação fundiária conduzida pelo governo do Zimbabwe relativamente aos agricultores brancos, que embarçava outros Estados da SADC, em especial a África do Sul e a Namíbia: estes haviam herdado do seu passado colonial estruturas agrárias tão profundamente inigualitárias como as do Zimbabwe e temiam um efeito de contágio. Por último, a gravidade da epidemia da AIDS, com taxas de soro-positividade superiores a 25% (África do Sul), ou até 33% (Botswana, Swazilândia, Zimbabwe), constituía um grave desafio para o futuro. Contudo, o peso da África do Sul (33% da população da SADC, 75% do seu PNB) somada ao ativismo e à eficácia da sua diplomacia africana fazia da organização uma das zonas de integração mais promissoras na África. Esse país iria desempenhar, como a Nigéria, um papel de primeiro plano no relançamento da dinâmica unitária à escala continental.

## 2. Da OUA à União Africana: a África e os desafios africanos do século XXI

De fato, o novo contexto – caracterizado por aspirações sociais prementes, por conflitos de tipo novo no interior dos Estados e entre os Estados, por mutações rápidas à escala da economia mundial e no funcionamento dos Estados africanos, pela renovação gradual das equipas dirigentes – acelerou o processo de integração, obrigando a OUA a conceber o seu “aggiornamento” e suscitando projetos pan-africanos alternativos.

Já em 1979 os responsáveis africanos tinham acordado criar um comitê de revisão da Carta da OUA. Em 1980, uma alteração à Carta propôs-se definir três novas missões essenciais: a manutenção da paz e da segurança, a proteção dos direitos humanos e a rápida resolução das crises. A mudança de atitude dos chefes de Estado só se tornou perceptível em 1990, no auge do surto de democratização, quando adotaram a “Declaração sobre a situação sócio-económica na África e as mudanças fundamentais que estão ocorrendo atualmente no mundo”. Continuando preocupados com as questões relativas à segurança, faziam suas as imagens então em voga sobre a “marginalização da África” e comprometiam-se a “trabalhar em conjunto com vista à rápida resolução de todos os conflitos que o continente conhece”, dando à OUA os meios adequados para “reduzir as tensões e resolver os conflitos existentes na África, com o objetivo último de criar as condições de paz, de estabilidade e de justiça social que são imprescindíveis para garantir o desenvolvimento económico e social dos povos africanos”.

Retomando as ideias mestras do Plano de Ação de Lagos, o tratado de Abuja, assinado em 1991, instituiu a “Comunidade Económica Africana” e, para garantir a sua aplicação prática, encarregava o secretariado da OUA de trabalhar com todos os Estados-membros com vista a “lançar bases sólidas para as Comunidades Económicas regionais que deverão servir de pilares para a Comunidade Económica Africana”, cuja formação progressiva deveria estar concluída em 2028. Era, de certa maneira, um regresso às posições de 1963, salvo que agora se assumia claramente a ligação entre os agrupamentos regionais e a união continental, da qual aqueles seriam outras tantas etapas e simultaneamente um laboratório. Em 1993, o “Mecanismo da OUA para a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos”, cujo princípio fora adotado no ano anterior, surgiu efetivamente. Mas a aceleração dos acontecimentos a nível continental voltou a surpreender os responsáveis africanos. Já assoberbada pela guerra civil da Libéria e pelo conflito somali, a OUA apenas pôde assistir passivamente aos conflitos mais graves que o continente conheceu desde a sua independência: o genocídio ruandês (1994) e a guerra do Congo-Kinshasa (1998-2002).

Coube ao chefe de Estado líbio, Mouammar Kadhafi, precipitar a decisão que visava substituir a OUA por uma organização mais ambiciosa e mais eficaz, a União Africana. Essa decisão foi tomada durante a cúpula extraordinária reunida por sua iniciativa em Syrte (setembro de 1999). Adotado em Lomé em julho de

2000, o Ato Constitutivo entrou em vigor em maio de 2001 e a União Africana foi solenemente lançada em Durban em julho de 2002. A Declaração de Syrte não visava apenas acelerar o processo de união à escala da África. Embora o projeto inicial do seu promotor – a criação dos Estados Unidos da África, congregando os 53 Estados existentes – tenha sido consideravelmente alterado, o advento da União Africana consagrou uma nova abordagem dos problemas da integração, que visava “fazer face aos desafios multiformes com que se confrontam o nosso continente e os nossos povos, à luz das mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorrem no mundo”. Especial atenção era dada aos conflitos: segundo o Ato Constitutivo, “o flagelo dos conflitos constitui um obstáculo fundamental ao desenvolvimento sócio-econômico do continente”; é necessário “promover a paz, a segurança e a estabilidade, como condição prévia à execução da nossa agenda no domínio do desenvolvimento e da integração”.

Para lá do reconhecimento da necessidade de “promover a boa governança e o Estado de direito”, reconhecimento que se tornara habitual desde o início dos anos 1990, as principais inovações incidiam sobre vários pontos: a definição de uma política comum de defesa; o direito de ingerência dos Estados-membros num país da União culpado de crimes contra a humanidade; o direito de intervir para restabelecer e manter a paz e a segurança num Estado-membro, a pedido deste; a participação nos assuntos da União de “todas as componentes da sociedade civil, em especial as mulheres, os jovens e o setor privado”; a instauração, tanto à escala da União como dos Estados, da igualdade efetiva entre os homens e as mulheres. Os responsáveis africanos declaravam que se inspiravam no modelo da União Europeia. Contudo, decidiram admitir sem qualquer condição todos os antigos membros da OUA, sem consideração pelo estado da sua economia, nem por sua observância das regras do Estado de direito. Ao proclamar que seria uma união dos povos e não uma simples união dos Estados, a União Africana pretendia não ser uma mera repetição da defunta OUA.

Assim, os Estados deveriam transferir algumas das suas competências para a União nos domínios prioritários em que iam ser rapidamente implementadas políticas comuns: paz e segurança continentais; integração das economias e coordenação das políticas e das ações de desenvolvimento; segurança alimentar e erradicação da pobreza; proteção do ambiente; luta contra as epidemias e pandemias; liberdade de circulação dos homens, dos bens e dos capitais. Além disso, um parlamento representante dos povos participaria plenamente na tomada de decisões relativas à governança, ao desenvolvimento e à integração econômica. Seguindo o modelo europeu, instituiu-se também uma comissão, órgão chave da organização dotado de poderes mais extensos do que o secretariado da defunta OUA. A União Africana retomou a antiga repartição da África em cinco “regiões” (Norte, Oeste, Leste, Centro, Sul), mas acrescentou-lhe uma sexta “região” constituída pelas diásporas africanas decorrentes do tráfico negreiro e das migrações contemporâneas. Numa altura em que persistiam a crispação nacional e os particularismos étnicos e religiosos em certos países, constituiu como que um

símbolo o fato de a União Africana ter sido lançada em Durban: negros, brancos, indianos e mestiços, as diferentes componentes da “nação arco-íris” sul-africana acolhiam outros africanos, negros, brancos, mestiços, indianos, reafirmando assim, no alvorecer do século XXI, os valores da solidariedade continental que tinham feito a força do pan-africanismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

#### Documento 104: O renascimento africano segundo Thabo Mbeki

##### Memória e renascimento

“O início do renascimento do nosso continente deve passar pela redescoberta da nossa própria alma, essa alma cativa e eternamente viva através das grandes obras de criação que são as pirâmides e esfinges do Egito, as construções de Axum, as ruínas de Cartago, as gravuras rupestres dos San, os bronzes e as máscaras do Benim, as esculturas dos Macondes e dos Shona. Um povo capaz de tanto gênio não pode de maneira nenhuma ser inferior aos outros povos. Deve poder ser o seu próprio libertador e encontrar as suas próprias soluções para sair das condições de miséria e de pobreza em que se encontra mergulhado [...]. Temos de promover essa redescoberta de si e essa estima de si, sem as quais não poderíamos ser combatentes do renascimento [...]. Nenhum de nós que aqui estamos estava presente quando milhares de escravos negros foram embarcados à força em Gorée ou Zanzibar. Contudo, todos sabemos que sobreviveram a essa terrível provação, porque a sua determinação e o seu instinto de sobrevivência eram mais fortes do que tudo. Do mesmo modo, os povos do Congo, do Quênia, do Zimbábue, da Argélia, da Namíbia, da África do Sul, de toda a África [...] sobreviveram porque recusaram o aniquilamento. A recusa de desaparecer, eis o espírito que durante séculos guiou o nosso povo. Esse é o mesmo espírito de determinação e de otimismo que nos deve animar hoje no nosso combate pelo renascimento africano. A África é um continente livre, livre das suas escolhas e do seu destino. Cabe pois aos africanos fazer a escolha do seu futuro.”

(Discurso pronunciado na inauguração do Instituto para o Renascimento Africano, citado em Do-Nascimento, J. e Mäwa-Kiese, M. *La renaissance africaine et sa prospective*, Paris, Editions Paari, 2001, p. 30).

##### Renascimento e futuro da África

“O novo mundo africano que o renascimento africano procura construir é um mundo de democracia, de paz e de estabilidade, de desenvolvimento sustentável e de vida melhor para o povo, de ausência de racismo e de sexismo, de igualdade entre as nações e com um sistema justo e democrático de governo internacional. Nenhum destes objetivos se realizará por si próprio. Da mesma maneira que nos libertamos do colonialismo, assim também se verificará que o renascimento africano só será vitorioso como resultado de uma luta prolongada que teremos de ser nós próprios a travar [...]. Creio que se, anteriormente, como africanos, teríamos dito que todas estas coisas são necessárias, chegamos agora a um ponto em que muitos, no nosso continente, creem firmemente serem agora possíveis. [...] Sem dúvida alguma, a vitória histórica do nosso continente sobre o colonialismo e o *apartheid* tem algo a ver com isto. Sem essa vitória, seria impossível um renascimento africano. Tendo conseguido esse êxito, criamos a possibilidade de afrontar de novo o desafio da reconstrução e do desenvolvimento do nosso continente. Tal como toda a revolução requer revolucionários, assim também o renascimento africano tem de ter os seus militantes e os seus ativistas, que definirão o futuro que lhes pertence de uma forma que contribuirá para nos restituir a nossa dignidade. A nossa primeira tarefa é pois transformar o nosso continente de acordo com essa visão. A nossa segunda tarefa é dar as mãos a todas as outras forças da mesma inspiração do nosso continente, convictos de que os povos da África partilham um destino comum, convictos também de que os povos de boa vontade em todo o mundo se juntarão a nós numa ofensiva sustentada de onde resultará que o novo século se tornará na história o século da África.”

(Thabo Mbeki “Prologue”, in Makgoba, M. W. (ed.) *African Renaissance. The New Struggle*, Cape Town, Mafube & Tafelberg, 1999, pp. XVIII-XXI).

Paralelamente à gestão da União Africana, novas propostas emergiam com vista a assegurar o desenvolvimento à escala do continente. As reflexões organizaram-se em torno de dois projetos, o "Plano Omega", de Abdoulaye Wade, e o "Programa do Milênio para o Renascimento Africano", proposto pelos presidentes Abdelaziz Bouteflika, Thabo Mbeki e Olusegun Obasanjo. Da convergência desses projetos ia nascer a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), adotado pelos chefes de Estado africanos em 2001. Renunciando às ambições do Plano de Ação de Lagos (1980), a NEPAD apresentava-se modestamente como um catálogo realista de múltiplos programas concebidos no espírito do liberalismo econômico, social e cultural, susceptíveis de serem financiados separadamente. Durante esses debates, Thabo Mbeki inspirou-se constantemente na experiência vitoriosa dos combatentes da liberdade na África do Sul para voltar a pôr em relevo a noção de "renascimento africano" (*African Rebirth, African Renewal, African Renaissance*. Documento 104). Essas afirmações pareceram novas às gerações africanas nascidas após as independências e surpreenderam o mundo exterior, mas, na realidade, iam beber no viveiro ideológico alimentado constantemente desde o século XVIII por numerosos intelectuais, pensadores e homens de Estado como Anthony Amo, Edward W. Blyden, Nnamdi Azikiwe, Kwame Nkrumah, Léopold Sédar Senghor, Julius Nyerere ou Kenneth Kaunda.

A complexidade dos processos sociais e culturais que percorrem a África desde as independências constitui um dos sinais mais seguros da vitalidade do continente. Hoje como ontem, a África negra, vista do exterior, continua a suscitar imagens contraditórias. Concebidas por olhares estrangeiros, na sua maioria apressadas, prisioneiras do espetacular, sensíveis aos dramas do quotidiano, impressionadas pela sucessão e pela precipitação dos acontecimentos, essas percepções, o mais das vezes, foram negativas e pessimistas quanto ao futuro do mundo negro. Ora, não temos razão para nos desesperar pela África. Sem menosprezar a crônica do tempo curto e dos acontecimentos que passam, o olhar perscrutador do historiador tende a demorar-se em períodos de maior duração, no interior dos quais os fatos ganham sentido. A efervescência perceptível a todos os níveis da vida social na África prende-se com um prazo mais longo caracterizado por uma vontade tenaz de sobreviver às provações mais temerosas, como o tráfico negreiro e o choque colonial, por uma capacidade permanente de inovar, tanto com os recursos próprios, como recorrendo a recursos bebidos no exterior, numa palavra, por uma aptidão constante para surpreender. As numerosas atitudes individuais aliadas a estratégias coletivas foram e continuam a ser os procedimentos inventados para contornar as falências econômicas, para evitar, contestar e rejeitar a pesada tutela de Estados ditatoriais ou ainda para afirmar raízes e identidades múltiplas. Assim, contra o desencanto, ao observarmos o movimento real das sociedades africanas, cabe proclamar hoje, como em outros tempos o declarou François Rabelais: "A África sempre traz alguma coisa nova."

## NOTAS

\* Elikia M'Bokolo

<sup>1</sup> R. P. M. G. Hegba, *Emancipation d'Eglises sous tutelle. Essai sur l'ère post-missionnaire*, Paris, Présence Africaine, 1976. J.-M. Ela, R. Luneau et C. Ngendakuriyo, *Voici le temps des héritiers. Eglises d'Afrique et voies nouvelles*, Paris, Karthala, 1981.

<sup>2</sup> Copson, R. W. *Africa's Wars and Prospects for Peace*, Londres, M. E. Sharpe, 1994, p. 168.



## Dependências, desenvolvimento e globalização

- AMIN, S. *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Paris, Anthropos (nova edição, 1988), 1970.
- \_\_\_\_\_. *Le développement inégal*. Paris, Editions de Minuit, 1973. *O desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- \_\_\_\_\_. *La déconnexion. Pour sortir du système mondial*. Paris, La Découverte, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Les défis de la mondialisation*. Paris, L'Harmattan, 1996.
- BENMESSAOUD TREDANO, A. *Intangibilité des frontières coloniales et espaces étatiques en Afrique*. Paris, L.G.D.J., 1989.
- BRUNEL, S. *L'Afrique. Un continent en réserve de développement*. Paris, Bréal, 2004.
- DJIENA WEMBOU, M.-C. *L'OUA, à l'aube du XIXe siècle: bilan, diagnostic et perspectives*. Paris, L.G.D.J., 1995.
- DURUFLE, G. *L'ajustement structurel en Afrique: Sénégal, Côte d'Ivoire, Madagascar*. Paris, Karthala, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Futurs Africains. Afrique 2025. Quels futurs possibles pour l'Afrique au sud du Sahara?*. Paris, Karthala, 2003.
- GASTELLU, J. M. *Riches paysans de Côte d'Ivoire*. Paris, L'Harmattan, 1989.
- HUGON, P. *Analyse du sous-développement en Afrique noire. L'exemple du Cameroun*. Paris, P.U.F., 1968.
- \_\_\_\_\_. *L'économie africaine*. Paris, La Découverte (4.<sup>a</sup> edição), 2004.
- LABAZEE, P. *Entreprises et entrepreneurs du Burkina Faso. Vers une lecture anthropologique de l'entreprise africaine*. Paris, Karthala, 1988.
- MEILLASSOUX, C. *Anthropologie économique des Gouro de la Côte d'Ivoire*. Paris-La Haye, Mouton, 1964.
- NKRUMAH, Kwame. *Challenge of the Congo. A Case Study of Foreign Pressures in an Independent State*. Londres, Panaf, 1969.
- NZUZI, L. *Urbanisation et aménagement en Afrique noire*. Paris, Sedes, 1989.
- SANDBROOK, R. *The Politics of Africa's Economic Stagnation*. Cambridge University Press, 1985.
- VALLEE, O. *Le prix de l'argent CFA. Heurs et malheurs de la zone franc*. Paris, Karthala, 1989.

## Construções estatais e recomposições políticas

- AMSELLE-J.-L. e M'BOKOLO, D. (eds.) *Au cœur de l'ethnie. Ethnicité, tribalisme et Etat en Afrique*. Paris, La Découverte, 1999.
- ARNOLD, G. *Historical Dictionary of Civil Wars in Africa*. Lanham e Londres, The Scarecrow Press, 1999.
- BA, A., KOFFI, B. e SAHLI, F. *L'Organisation de l'Unité Africaine, de la charte d'Addis Abeba à la Convention des droits de l'homme et des peuples*. Paris, Silex, 1984.
- BAYART, J.-F. *L'Etat au Cameroun*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.
- \_\_\_\_\_. *L'Etat en Afrique. La politique du ventre*. Paris, Fayard, 1989.
- BENOT, Y. *Idéologies des indépendances africaines*. Paris, François Maspéro, 1969.
- BIERSCHENK, T. e OLIVIER DE SARDAN, J.-P. *Les pouvoirs au village. Le Bénin rural entre démocratisation et décentralisation*. Paris, Karthala, 1998.

- COOPER, F. *Africa Since 1940. The Past of the Present*. Cambridge, University Press, 2002.
- COPANS, J. *La longue marche de la modernité africaine. Savoirs, intellectuels, démocratie*. Paris, Karthala, 1980.
- COQUERY-VIDROVITCH, C., GOERG, O., MANDE, I. e RAJAONAH, F. (eds.) *Etre étranger et migrant en Afrique au XXe siècle. Enjeux identitaires et modes d'insertion*. Paris, L'Harmattan, 2003.
- DALUZ, J.-P. e QUANTIN, P. (eds.) *Transitions démocratiques africaines. Dynamiques et contraintes (1990-1994)*. Paris, Karthala, 1997.
- DELANCEY, M. W. e MAYS, T.M. *Historical Dictionary of International Organizations in Sub-Saharan Africa*. Lanham e Londres, The Scarecrow Press, 1994.
- DIARRA, S. *Les faux complots d'Houphouët-Boigny. Fracture dans le destin d'une nation*. Paris, Karthala, 1997.
- DIOB, A. B. *La société wolof*. Paris, Karthala, 1981.
- DIOB, M. C. e DIOUF, M. *Le Sénégal sous Abdou Diouf. Etat et société*. Paris, Karthala, 1990.
- DIOB, M. C. (ed.) *Sénégal. Trajectoires d'un Etat*. Dacar-Paris, Codesria e Karthala, 1992.
- DOZON, J.-P. *Frères et sujets. La France et l'Afrique en perspective*. Paris, Flammarion, 2003.
- GLICKMAN, H. (ed.) *Political Leaders of Contemporary Africa South of the Sahara. A Biographical Dictionary*. Westport-Londres, Greenwood Press, 1992.
- JOSEPH, R. (ed.) *State, Conflict and Democracy in Africa*. Boulder-Londres, Lynnie Rienner Publishers, 1999.
- KANE, O. e TRIAULD, J.-L. (eds.) *Islam et islamismes au sud du Sahara*. Paris, Karthala, 1998.
- MARIE, A. (ed.) *L'Afrique des individus. Itinéraires dans l'Afrique contemporaine (Abidjan, Bamako, Dacar, Niamey)*. Paris, Karthala, 1997.
- MARTIN, D.-C. *Tanzanie. L'invention d'une culture politique*. Paris, Presses de la F.N.S.P. e Karthala, 1988.
- MBEMBE, A. *Les jeunes et l'ordre politique en Afrique noire*. Paris, 1985.
- M'BOKOLO, E. e SAINTENY, P. *Afrique. Une histoire sonore, 1960-2000*. Paris, INA-RFI, Frémeaux et Associés, 2001.
- MEDARD, J.-F. *Etats d'Afrique noire: formations, mécanismes et crises*. Paris, Karthala, 1991.
- PERROT, C.-H. e FAUVELLE-AYMAR, F.-X. *Le retour des rois. Les autorités traditionnelles et l'Etat en Afrique contemporaine*. Paris, Karthala, 2003.
- POURTIER, R. *Le Gabon*. Paris, L'Harmattan, 1989.
- TOULABOR, C. *Le Togo sous Eyadema*. Paris, Karthala, 1986.
- VAN WALRAVEN, K. *Dreams of Power. The Role of the Organization of African Unity in the Politics of Africa, 1963-1993*. Leyde, The Netherlands Foundation for the Advancement of Tropical Research, 1997.
- VERSCHAVE, F.-X. *La Françafrique*. Paris, Stock, 1988.
- WAUTHIER, C. *Cinq présidents et l'Afrique. De Gaulle, Pompidou, Giscard d'Estaing, Mitterrand. Quarante ans de politique africaine*. Paris, Le Seuil, 1995.

## Um renascimento africano?

- Les littératures africaines de langue portugaise. A la recherche de l'identité individuelle et nationale*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- AJAYI, J. F. A., GOMA, L. K. H. e JOHNSON, G. A. *The African Experience with Higher Education*. Londres, James Currey, 1996.
- BANQUE MONDIALE. *L'Afrique sub-saharienne. De la crise à une croissance durable. Etude prospective à long terme*. Washington, 1989.
- BANHAM, M., GIBBS, J. e OSOFISAN, F. (eds.) *African Theatre in Development*. Oxford, James Currey, 1999.

BARBER, K., COLLINS, J. e RICARD, A. *West African Popular Theatre*. Oxford, James Currey, 1997.

BEIK, J. *Hausá Theatre: A Contemporary Art*. Nova Iorque e Londres, Garland Publishing, 1987.

BEMBA, S. *Cinquante ans de musique du Congo-Zaïre (1920-1970). De Paul Kamba à Tabu Ley*. Paris, Présence Africaine, 1984.

BENDER, W. *Sweet Mother. Modern African Music*. Chicago University Press, 1992.

BIDIMA, J.-G. *La philosophie négro-africaine*. Paris, P.U.F. (Que Sais-Je?), 1995.

CHEVRIER, J. *Littérature nègre*. Paris, Armand Colin, 1984.

COLLINS, J. *Musicians of West Africa*. Washington, The Three Continent Press, 1985.

COPLAN, D. In *Township Tonight! South Africa's Black City Music and Theatre*. Joanesburgo, Ravan Press, 1985.

COULON, C. *Les musulmans et le pouvoir en Afrique noire. Religion et contre-culture*. Paris, Karthala, 1983.

CHRETIEN, J.-P. e TRIAUD, J.-L. (eds.) *Histoire d'Afrique. Les enjeux de mémoire*. Paris, Karthala, 1999.

FALOLA, T. *Nationalism and African Intellectuals*. Rochester, University of Rochester Press, 2001.

HASTINGS, A. *A History of African Christianity (1950-1975)*. Cambridge University Press, 1982.

ILBOUDO, P. G. *Le Fespaco (1969-1989). Les cinéastes africains et leurs oeuvres*. Ouagadougou, Edições La Mante, 1988.

KANE, O. e TRIAUD, J.-L. (eds.) *Islam et islamismes au sud du Sahara*. Paris, Karthala, 1998.

KESTELOOT, L. *Histoire de la littérature négro-africaine*. Paris, Karthala-AUF, 2001.

LABAN, M. *Angola. Encontro Com Escritores*. Porto, Fundação António De Almeida, 1991.

\_\_\_\_\_. *Cabo Verde. Encontro com Escritores*. Porto, Fundação António de Almeida, 1992.

\_\_\_\_\_. *Moçambique. Encontro com Escritores*. Porto, Fundação António de Almeida, 1998.

LINDFORS, B. *Popular Literature in Africa*, 1991.

MAZRUI, A. A. *The Africans: A Triple Heritage*. Boston, Little Brown, 1986.

MOUMOUNI, A. *L'éducation en Afrique*. Paris, François Maspéro, 1964.

MUDIMBE, V.Y. *The Invention of Africa. Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Londres, James Currey, 1988.

RICARD, A. *Littératures d'Afrique noire. Des langues aux livres*. Paris, Edições CNRS e Karthala, 1995.

TURINO, Tom. *Nationalists, Cosmopolitans and Popular Music in Zimbabwe*. Chicago University Press, 2000.

WATERMAN, C. *Juju: A Social history and Ethnography of an African Popular Music*. Chicago University Press, 1990.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

Esta bibliografia completa as anteriores mantendo o seu carácter seletivo e a intenção de sugerir novas orientações de leitura e de trabalho. Para mais informações, pode recorrer-se, por exemplo, à *Cambridge History of Africa* e à *L'Afrique noire* de C. Coquery-Vidrovitch e H. Moniot que indicam excelentes estudos bibliográficos.

### I. Instrumentos de trabalho

#### A. Atlas e cronologias

AJAYI, J. F. A. et CROWDER, M. (eds.) *Historical Atlas of Africa*. Londres, Longman, 1985.

FAGE, J. *An Atlas of African History*. Londres, Edward Arnold, 1ª edição 1958, 1978.

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. *Chronologie of African History*. Londres, Oxford University Press, 1973.

MCEVEDY, C. *The Penguin Atlas of African History*. Harmondsworth, Penguin Books, 1980.

MURRAY, J. *Cultural Atlas of Africa*. Oxford, Phaidon Press, 1981.

#### B. Fontes publicadas

COLLINS, R. O. *African History. Texts and Readings*. New York, Random House, 1971.

CORNEVIN, R. *Les mémoires de l'Afrique des origines à nos jours*. Paris, Robert Laffont, 1972.

ROBINSON, D. et SMITH, D. *Sources on the African Past. Case Studies on Five Nineteenth-Century African Societies*. Londres, Heinemann, 1979.

### II. Debates teóricos e metodológicos

*History in Africa. A Journal of Method*. Publicação anual da African Studies Association, a partir de 1974.

HENIGE, D. P. *The Chronology of Oral Tradition. Quest for a Chimera*. Oxford, Clarendon Press, 1974.

JEWSIEWICKI, B. et NEWBURY, D. (eds.) *African Historiographies. What History for Which Africa?*. Londres, Sage Publications, 1985.

LAYA, D. *La tradition orale. Problématique et méthodologie des sources de l'histoire africaine*. Niamey, Centre régional de documentation pour la tradition orale, 1972.

MAUNY, R. THOMAS, L.-V. et VANSINA, J. (eds.) *The Historian in Tropical Africa*. Londres, I.A.I.-Oxford University Press, 1964.

PERROT, C.-H. (ed.) *Sources orales de l'histoire de l'Afrique*. Paris, C.N.R.S., 1989.

TEMU, A. et SWAI, B. *Historians and Africanist History: A Critique. Post-Colonial Historiography Examined*. Londres, Zed Press, 1981.

VANSINA, J. *De la tradition orale. Essai de méthode historique*. Tervuren, M.R.A.C., 1961.

### III. Histórias gerais

ALEXANDRE, P. *Les Africains. Introduction à une longue histoire et à de vieilles civilisations de l'aube de l'humanité à nos jours*. Paris, Editions Lidis, 1981.

COQUERY-VIDROVITCH, C. et MONIOT, H. *L'Afrique noire de 1800 à nos jours*. Paris, P.U.F.-Nouvelle Clio, 1ª edição 1974, 1992.

CURTIN, P., FEIERMAN, S., THOMPSON, L. et VANSINA, J. *African History*. Londres, Longman, 1978.

- DAVIDSON, B. *Africa, History of a Continent*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Les Africains. Introduction à l'histoire d'une culture*. Paris, Le Seuil, 1971. Versão portuguesa: *Os africanos, uma introdução a sua história cultural*. Lisboa, Edições 70, 1981.
- DESCHAMPS, H. (ed.) *Histoire générale de l'Afrique noire*. Paris, P.U.F., 2 volumes, 1970-1971.
- FAGE, J. D. et OLIVER, R. (eds.). *The Cambridge History of Africa*. Cambridge University Press, 8 volumes, 1977-1988.
- HARTWIG, G. W. et PATTERSON (eds.) *Disease in African History: An Introduction Survey and Case Studies*. Durham, Duke University Press, 1978.
- ILIFFE, J. *The African Poor. A History*. Cambridge University Press, 1987.
- KAKÉ, I. B. et M'BOKOLO, E. *Histoire générale de l'Afrique*. Paris, A.B.C., 12 volumes, 1977.
- KI ZERBO, J. *Histoire de l'Afrique noire. D'Hier à Demain*. Paris, Hatier, 1ª edição 1972, 1978. Versão portuguesa: *História da África Negra*. Lisboa, Europa-América, 2 volumes, 1972.
- KONCZACKI, Z.A. et J.M. (eds.) *An Economic History of Tropical Africa*. Londres, Cass, 2 volumes, 1977.
- OLIVER, R. *The African Experience: Major Themes in African History from Earliest Times to the Present*. Londres, Harper Collins, 1992. Versão em português: *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1994.
- UNESCO. *Histoire générale de l'Afrique*. Paris, Unesco, 8 vols. O primeiro é de 1980. Versão em português: *História Geral da África*. São Paulo, Ática, várias datas.
- \_\_\_\_\_. *Histoire générale de l'Afrique, édition abrégée*. Paris, Unesco, 8 volumes, 1986.
- WICKINS, P. L. *An Economic History of Africa. From the earliest times to the partition*. Le Cap, Oxford University Press, 1981.

#### IV. Exemplos de histórias regionais e nacionais

- AJAYI, J. F. A. et CROWDER, M. (eds.) *History of West Africa*. Londres, Longman, 2 volumes, 1974.
- BIRMINGHAM, D. et MARTIN, P. M. (eds.) *History of Central Africa*. Londres, Longman, 2 volumes, 1983.
- CISSOKO, S.-M. *Histoire de l'Afrique occidentale. Moyen-Age et Temps Modernes. (VIIe siècle-1850)*. Paris, Présence Africaine, 1966.
- HARLOW, V. et CHILVER, E.M. (eds.) *History of East Africa*, volume II. Oxford, Clarendon Press, 1965.
- ILIFFE, J. *A Modern History of Tanganyika*. Cambridge University Press, 1979.
- LOW, D. A. et SMITH, A. (eds.) *History of East Africa*, volume I. Oxford, Clarendon Press, 1976.
- OLIVER, R. et MATHEW, G. (eds.) *History of East Africa*, volume I. Oxford, Clarendon Press, 1963.
- ROBERTS, A. *A History of Zambia*. Londres, Heinemann, 1976.
- SURET-CANALE, J. *Afrique noire occidentale et centrale*. Paris, Editions Sociales, 3 volumes, 1958-1972.
- WERE, G. S. et WILSON, D. A. *East Africa through a Thousand Years: AD 1000 to the Present Day*. Londres, Evans Brothers, 1968.
- WILSON, M. et THOMSON, L. *The Oxford History of South Africa*. Oxford, Clarendon Press, 2 volumes, 1969-1971.
- WORONOFF, J. (ed.) *African Historical Dictionaries*. Londres, Metuchen, 1 volume por país, em via de publicação, 1974.

#### V. Países africanos de língua portuguesa

- ALEXANDRE, V. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto, Afrontamento, 2000.

- CARREIRA, A. *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 2ª edição, 1983.
- CHABAL, P., BIRMINGHAM, D., SEIBERT, G., ANDRADE, E. S. *A history of postcolonial Lusophone Africa*. Londres, Hurst & Co, 2002.
- CLARENCE-SMITTH, G. *The third portuguese Empire 1825-75. A study in economic imperialism*. Manchester UP, 1985. Versão portuguesa: *O terceiro império português*. Lisboa, Teorema, 1990.
- FERREIRA, M. E. *A Indústria em tempo de guerra (Angola 1975-91)*. Lisboa, Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, 1999.
- FURTADO, C. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança*. Praia, Instituto Caboverdeano do livro e do disco, 1993.
- GEFFRAY, C. *La cause des armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile*. Paris, Kathala, 1990. Versão portuguesa: *A causa das armas*. Porto, Afrontamento, 1991.
- HENRIQUES, I. C. *São Tomé e Príncipe - A invenção de uma sociedade*. Lisboa, Vega, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Commerce et Changement en Angola au XIXème siècle. Imbangala et Tshokwe face à la modernité*. Paris, Harmattan, 2 volumes, 1995. Versão portuguesa: *Percursos da Modernidade em Angola, Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa, IICT/ICP, 1997.
- HODGES, T. e NEWITT, M. *São Tomé e Príncipe: from plantation Colony to Microstate*. London, Westview, 1988.
- LESOURD, M. *État et Société aux îles du Cap-Vert. Alternatives pour un Petit État Insulaire*. Paris, Karthala, 1995.
- LOPES, C. *Ethnie et rapports de pouvoir en Guinée Bissau*. Genève, Institut Universitaire d'Etudes du Développement, 1983. Versão portuguesa: *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Edições 70, 1982.
- NEWITT, M. *A history of Mozambique*. London, Hurst & Co, 1995. Versão portuguesa: *História de Moçambique*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.
- PÉLISSIER, R. *Naissance de la Guinée. Portugais et Africains en Sénégal (1841-1936)*. Orgeval, 1986. Versão portuguesa: *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa, Estampa, 2 volumes, 1989.
- \_\_\_\_\_. *La naissance du Mozambique. ORGEVAL*, 2 volumes, 1984. Versão portuguesa: *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa, Estampa, 2 volumes, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1854-1941)*. Ed. Péliissier, Orgeval, 1978. Versão portuguesa: *História das campanhas de Angola*. Lisboa, Estampa, 2 volumes, 1986.
- RUDEBECK, L. *Problèmes du Pouvoir Populaire et de Développement. Transition difficile en Guinée-Bissau*. Upsala, Scandinavian Institut of African Studies, 1982.
- SEIBERT, G. *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. Leiden, Leiden U. CNWS, 1999. Versão portuguesa: *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa, Vega, 2001.

#### VI. Atualizações

- African Economic History*, Boston, a partir de 1976.
- Cahier d'études africaines*, a partir de 1960.
- International Journal of African Historical Studies*, a partir de 1968.
- Islam et sociétés au sud du Sahara*, a partir de 1987.
- Journal of African History*, a partir de 1960.
- Notre librairie*, a partir de 1968.
- Politique africaine*, a partir de 1981.
- Revue française d'histoire d'outre-mer*, a partir de 1959.



# ÍNDICE REMISSIVO

## - A -

Abacha, S. 651, 668  
 Abako 539, 577, 594, 602, 603, 607, 608, 609  
 Abdallah Hassan 387, 389  
 Abdul Sheriff 69, 272, 275, 281, 288, 317, 653  
 Abdullahi 69, 71  
 Abeche 259, 500  
 Abeokuta 128, 168, 169, 182, 311, 343  
 Abidjan 202, 412, 540, 586, 599, 625, 627, 638, 654, 667, 691, 700, 713  
 Abiola, Moshood 698  
 Abissínia 104, 105, 106, 107, 108, 115, 116, 117, 118, 121, 249, 260, 349, 552  
 abissínios 378  
 abolição 109, 120, 127, 128, 133, 134, 137, 139, 145, 160, 165, 168, 177, 181, 191, 236, 237, 253, 266, 273, 300, 368, 373, 418, 499, 577, 605, 666, 667, 678  
 abolicionistas 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 168, 250, 275, 277, 352  
 Abomé 80, 99, 147, 148, 180, 181, 182, 183, 184, 213, 332, 544  
 Abraham, Willie 683  
 Abrahams, Peter 549, 573  
 Achebe, Chinua 683  
 Achille, Louis-Thomas 590  
 Achimota 517, 518  
 acholis 50, 51, 374, 527  
 aço 564  
 Acordo Missionário 517  
 Acra 27, 163, 180, 210, 502, 517, 566, 578, 593, 594, 599, 631, 634, 636  
 açúcar 114, 134, 142, 143, 144, 218, 222, 232, 236, 242, 273, 472, 494, 647  
 aculturação 26, 33, 220, 233, 504, 514, 524, 595  
 acumulação 45, 47, 54, 199, 204, 207, 211, 221, 283, 300, 334, 345, 355, 382, 663  
 Adamawa 64, 66, 67, 69, 71, 256, 377  
 Adandozan 147, 181  
 Addis Abeba 561, 634, 635, 712  
 Adekempi-Thompson 373  
 Aden 97, 101, 116, 117  
 adivinhos 81, 105, 241  
 administração colonial 188, 375, 385, 447, 452, 455, 456, 459, 463, 464, 472, 474, 492, 494, 505, 506, 510, 513, 515, 525, 560, 564, 570, 593, 597, 614, 616, 617, 621, 622, 654, 656  
 administradores 53, 131, 179, 194, 232, 265, 341, 390, 396, 402, 407, 409, 410, 419, 420, 448, 449, 453, 454, 455, 456, 458, 459, 463, 476, 499, 506, 525, 534, 539, 560, 567, 569, 582, 585, 598, 680, 682

Adotévi, Stanislas 683  
 Adua 118, 370, 448  
 advogados 129, 544, 553, 616, 617  
 Adwa 94, 110  
 adyumbas 219  
 Aequatoria 266, 267, 268, 269, 379, 391  
 aeroportos 663  
 Afã-Wärq 563  
 África Austral 63, 81, 84, 85, 300, 305, 313, 320, 333, 339, 345, 387, 393, 414, 416, 489, 496, 532, 536, 538, 556, 623, 638, 650, 680, 686, 705, 706  
 África Central 128, 164, 215, 216, 240, 243, 245, 257, 260, 272, 312, 313, 316, 335, 358, 359, 363, 365, 367, 384, 385, 397, 406, 408, 418, 432, 433, 442, 497, 499, 501, 518, 527, 534, 535, 537, 540, 573, 577, 578, 648, 678, 694, 695, 701, 702  
 África do Norte 256, 261, 472, 502, 530, 559, 563, 575  
 África do Sul 247, 254, 277, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 305, 306, 347, 349, 377, 382, 393, 394, 395, 397, 410, 413, 414, 432, 435, 456, 457, 473, 476, 477, 478, 479, 488, 489, 490, 492, 496, 503, 534, 535, 536, 539, 550, 552, 553, 556, 558, 559, 561, 564, 566, 567, 572, 577, 579, 583, 586, 597, 598, 625, 636, 637, 638, 644, 646, 648, 667, 668, 672, 686, 687, 689, 696, 702, 703, 706, 709, 710  
 África Equatorial Francesa 411, 417, 438, 443, 468, 481, 482, 484, 486, 492, 514, 515, 527, 532, 540, 550, 560, 567, 585, 586, 588, 594, 597, 601, 612, 649  
 africanidade 524, 594, 693  
 African Jazz 694  
 África Ocidental 51, 63, 65, 68, 75, 125, 154, 157, 158, 160, 164, 165, 169, 171, 175, 189, 190, 195, 197, 198, 199, 201, 204, 215, 223, 243, 244, 296, 307, 308, 310, 311, 320, 332, 346, 353, 354, 356, 372, 374, 375, 378, 385, 404, 406, 411, 413, 414, 415, 417, 418, 430, 431, 432, 433, 435, 437, 438, 439, 440, 442, 446, 462, 468, 473, 477, 481, 482, 484, 488, 489, 490, 492, 493, 497, 501, 502, 505, 509, 513, 514, 515, 517, 518, 527, 530, 534, 535, 537, 539, 544, 545, 546, 550, 552, 554, 555, 556, 558, 560, 564, 580, 584, 585, 586, 587, 592, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 613, 631, 648, 649, 654, 675, 687, 690, 692, 693, 701, 702, 703, 704, 705  
 África Ocidental Francesa 404, 411, 414, 417, 430, 431, 432, 435, 438, 439, 440, 481, 484, 492, 493, 501, 505, 513, 514, 515, 517, 530, 550, 560, 585, 586, 597, 599, 600, 601, 613, 631, 649, 654, 690, 693  
 África Oriental 45, 46, 49, 50, 107, 155, 188, 271, 272, 278, 279, 280, 282, 290, 291, 293, 296, 313, 318, 343, 353, 358, 359, 360, 374, 375, 376, 377, 397, 406, 408, 409, 410, 413, 415,

417, 418, 430, 431, 435, 437, 440, 470, 474, 484, 488, 489, 490, 495, 514, 517, 558, 563, 578, 580, 592, 597, 653, 684, 686  
 África Oriental Alemã 377  
 afrikaans 299  
 Afrika Korps 559  
 afrikaners 375, 393, 437, 477, 558  
 afro-beat 693  
 afro-brasileiras 544  
 afrocentrismo 699  
 Agacher 653  
 Agadés 72, 254, 258  
 Agadir 252, 435  
 Agadja 332  
 Agalawa 209  
 Agier, M. 556  
 agitação 305, 352, 353, 384, 418, 443, 445, 530, 555, 571, 596, 617, 665, 700  
 agrícolas 40, 46, 47, 49, 55, 61, 77, 88, 149, 157, 161, 166, 167, 168, 185, 189, 190, 192, 201, 202, 205, 236, 276, 279, 291, 293, 394, 396, 409, 414, 415, 440, 442, 451, 469, 473, 475, 478, 491, 493, 494, 507, 509, 513, 606, 607, 621, 641, 642, 643, 645, 646, 647, 706  
 agricultores 52, 54, 185, 186, 187, 190, 193, 296, 300, 394, 469, 470, 471, 474, 475, 478, 488, 494, 495, 706  
 agricultura 30, 46, 47, 51, 59, 63, 96, 132, 135, 165, 168, 193, 204, 229, 231, 233, 241, 242, 286, 290, 295, 296, 308, 417, 438, 440, 478, 479, 487, 488, 493, 499, 563, 584  
 água 42, 49, 101, 111, 161, 229, 232, 233, 234, 253, 255, 282, 302, 352, 360, 390, 395, 467, 531, 532, 571, 689  
 Agyeman Prempe 35, 36  
 Ahidjo, Amadou 658  
 Ahmadou Ahmadou 70, 73  
 Ahmadou Bamba 469, 470  
 Aidoo, Ama Ata 684  
 Ajayi, J. F. Ade 427, 681  
 Ajudá 147, 150, 162, 181, 182, 183, 184  
 akās 26, 27  
 Akendegué, Pierre 694  
 Akinjogbin, A. I. 681  
 Akinjogbin, I. A. 147  
 Akwa 313  
 Akwamu 27, 30, 36  
 akwapins 500  
 Akyem 35  
 Alabama 323  
 Alali 178  
 Alassane, Mustapha 686  
 alaúde 693  
 Al-Bakri 73  
 albaneses 264  
 álcool 113, 232, 296, 411

Alcorão 42, 64, 67, 68, 72, 211, 470, 513  
 aldeias 23, 63, 67, 70, 78, 84, 86, 100, 102, 104, 105, 111, 115, 132, 175, 176, 177, 186, 187, 193, 194, 203, 204, 205, 206, 232, 233, 241, 268, 269, 270, 285, 294, 313, 337, 344, 377, 387, 390, 398, 399, 403, 407, 433, 441, 451, 469, 488, 498, 501, 502, 508, 518, 525, 528, 529, 595, 660, 663, 664, 692, 695  
 alemães 41, 42, 43, 97, 107, 137, 295, 314, 338, 352, 357, 371, 376, 377, 383, 392, 394, 396, 418, 435, 436, 437, 439, 443, 445, 449, 473, 506, 558, 559, 560, 561, 566, 570, 618, 652  
 Alemanha 154, 195, 272, 318, 350, 351, 352, 354, 357, 359, 360, 361, 363, 364, 366, 370, 376, 380, 396, 397, 411, 421, 428, 431, 433, 434, 435, 439, 445, 446, 447, 485, 557, 558, 559, 561, 565, 566, 568  
 Alexandria 97, 249  
 alfabetização 554, 663  
 algodão 44, 67, 97, 99, 137, 138, 141, 152, 155, 166, 167, 168, 169, 183, 199, 205, 212, 236, 240, 252, 256, 257, 266, 268, 273, 278, 282, 340, 341, 368, 369, 390, 400, 413, 415, 440, 471, 472, 475, 483, 487, 494, 495, 586, 646, 647  
 aliados 30, 71, 91, 100, 163, 207, 417, 434, 435, 436, 437, 438, 443, 447, 558, 561, 587, 660, 694  
 alianças 74, 92, 173, 227, 233, 270, 340, 341, 389, 439, 448, 479, 524, 571, 590, 595, 607, 610, 612, 653  
 Ali Bouri 373  
 Al-Idrissi 73  
 Alima 230, 232, 357  
 alimentação 171, 172, 184, 188, 193, 306, 408, 430, 439, 465, 478, 509, 563  
 Alis, Harry 365  
 Al-Kanemi 256  
 Almeida-Topor, H. 343  
 almíscar 97, 107  
 Alto Volta 206, 384, 433, 488, 503, 578, 615, 636, 651, 654, 666  
 alures 50, 51  
 al-Zubayr Rahma Mansur 269  
 Amadu dan Tanimune 333  
 Amakiri 179  
 Amaro José 237  
 Amazonas 80, 344, 368  
 Ambohidrabiby 96  
 Ambohidratrimo 96, 103  
 Ambohimanga 96, 100, 102  
 Ambriz 215, 216, 224, 228, 236, 237, 312  
 ambulante 86, 209, 349  
 amendoim 44, 157, 160, 164, 169, 170, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 216, 242, 310, 400, 415, 462, 469, 470, 472, 483, 493, 494, 501, 563, 586

América 18, 86, 119, 120, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 154, 155, 158, 164, 168, 169, 179, 188, 189, 266, 272, 277, 287, 307, 308, 311, 312, 318, 320, 322, 323, 350, 351, 359, 360, 366, 421, 428, 429, 445, 474, 477, 496, 547, 548, 572, 573, 623, 631, 632, 642, 644, 656, 661, 679, 680, 682, 685, 699, 703, 716, 717

América Latina 308

amianto 564

Amin, Samir 643

Amo, Anthony 710

amuletos 67, 161, 227, 302

analfabetismo 598, 677

Anas ben Malik 67

ANC 552, 553, 566, 572, 573, 637, 638, 668

Andoni 174, 178

Andrade, Mário Pinto de 513, 592

Andrianampoinimerina 99, 100, 102, 103, 105, 110, 111, 112, 113

Andrianjafy 96

anéis 201, 226

anexação 26, 40, 51, 60, 70, 103, 120, 310, 366, 437, 445, 653

anglicanismo 538

anglicanos 340, 505

Angola 127, 146, 149, 165, 171, 216, 224, 235, 236, 237, 239, 241, 245, 296, 311, 312, 313, 316, 341, 367, 368, 369, 375, 376, 384, 405, 406, 424, 456, 477, 513, 514, 517, 527, 529, 543, 556, 564, 570, 578, 579, 583, 591, 603, 612, 633, 638, 640, 642, 646, 679, 684, 685, 689, 693, 701, 702, 703, 706, 714, 717

angolanos 375, 592, 633, 685

Angoulvant 384, 385, 386, 432, 540

anil 166, 213, 257

animistas 65, 88, 92, 93, 201, 382, 509, 611

Ankole 45, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 332

Annân, Kofi 701

Anna Pepple 178

Ansumana Kuyate 90

Antananarivo 96, 102, 110, 113, 114, 119, 388, 633

Antemoro 98

antepassados 38, 86, 96, 109, 113, 340, 341, 394, 530, 532, 536, 538, 559, 691, 695, 699

Anthropological Society of London 323

Antibes 571

anticolonialismo 364, 446, 539, 567, 572, 575, 577, 579

anticolonialistas 364, 407, 548, 567, 611, 649, 683

anticomunista 600

Antigo Testamento 95, 109, 211

antilhano 449

Antilhas 136, 140, 141, 142, 144, 145, 151, 178, 180, 277, 430, 461, 549, 551, 573

anti-semitismo 565

Antonetti 486

antropofagia 449, 451

antropólogos 14, 23, 46, 523

Antuérpia 403, 419, 459

Aouta 419

apartheid 295, 300, 478, 553, 578, 637, 638, 667, 672, 687, 696, 706, 709

apocalipse 82, 532, 534

Appiah, Anthony Kwame 683

árabe 69, 71, 72, 90, 97, 98, 108, 121, 201, 211, 251, 260, 267, 270, 271, 276, 284, 285, 287, 291, 292, 302, 317, 329, 332, 335, 339, 391, 392, 408, 513, 575, 653, 680, 681, 690

Arábia 93, 97, 100, 101, 108, 116, 259, 261, 273, 285

Archibong 177

arcos 58, 231, 297, 343

Argel 249, 251, 253, 255

Argélia 249, 251, 255, 356, 372, 380, 412, 559, 575, 582, 583, 632, 636, 660, 709

argelinos 251, 615

aristocracia 37, 40, 43, 52, 64, 66, 67, 70, 71, 76, 77, 99, 110, 114, 178, 271, 273, 276, 337, 345, 415, 416, 474

Arkiko 101

Armah, Ayi Kwei 684

armas 25, 28, 39, 40, 41, 43, 50, 51, 58, 66, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 114, 117, 151, 155, 162, 180, 210, 213, 214, 223, 242, 265, 266, 267, 273, 277, 293, 294, 297, 301, 302, 304, 318, 335, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 351, 370, 371, 375, 377, 386, 389, 392, 410, 411, 416, 431, 434, 445, 518, 527, 541, 583, 607, 614, 648, 667, 678, 701, 703, 717

armas de fogo 25, 28, 40, 50, 51, 66, 86, 87, 91, 95, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 112, 151, 155, 162, 180, 210, 213, 214, 266, 267, 273, 277, 293, 294, 318, 335, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 386

armênios 97

Arochukwu 176

arquivos 29, 44, 86, 179, 251, 401, 408, 574

arroz 111, 193, 286, 290, 291, 400, 432, 439, 494, 497, 563

arte 28, 43, 44, 66, 67, 79, 87, 180, 257, 345, 448, 449, 685

artesanato 44, 59, 72, 107, 220, 226, 230, 231, 290, 296, 440, 478, 489

artesãos 41, 44, 49, 107, 108, 112, 126, 187, 209, 257, 261, 279, 296, 298, 345, 347, 483, 512, 691

artilharia 107, 371

artistas 588, 669, 677, 686, 687, 693, 694, 695, 696, 697, 700

Asante Agyei 30

asantehehe 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 162, 165, 208, 213, 214

Asanterman hyia 29

asantes 29, 31, 32, 35, 37, 151, 163, 210, 214, 375, 557, 593, 700

ascensão 73, 77, 149, 155, 163, 169, 176, 184, 198, 237, 254, 255, 259, 338, 341, 442, 462, 481, 489, 544, 565

Ásia 296, 308, 348, 350, 351, 371, 411, 478, 488, 497, 500, 503, 559, 560, 575, 576, 584, 642, 644

Ásia Oriental 296, 348

Asiáticos 395

askari 293, 343, 377

Asmara 117

Assab 118

As-Saidi 260

assalariados 195, 296, 440, 496, 526, 556, 586, 587, 598, 611

assimilação 25, 32, 66, 114, 208, 215, 251, 293, 452, 454, 455, 513, 603, 608, 610, 611, 613, 652, 691, 692, 697

assimilados 38, 301, 393, 591

Assin 36, 162

Assinie 27, 31, 308, 386

Assiut 260, 261

Associação Internacional Africana 360, 364

associações 352, 368, 382, 415, 421, 447, 472, 518, 541, 550, 551, 552, 553, 555, 593, 596, 602, 603, 648, 658, 670, 695

Assuã 261, 264, 265

Atakpame 377

Atcho 689

Atcho, Albert 689

atiradores senegaleses 371, 372, 373, 374, 449, 559

Ato Colonial 455, 517

atrocidades 130, 399, 403

Attikou 419

Attlee, Clement 568

Aubame, Jean 615

Augagneur, V. 486

Áustria 116, 140, 354, 421

autenticidade 120, 137, 677

Autóctones 534

automóveis 441

autonomia 33, 38, 71, 88, 95, 110, 187, 203, 207, 242, 270, 286, 368, 445, 446, 452, 456, 457, 463, 538, 570, 580, 584, 588, 598, 599, 604, 606, 609, 617, 618, 636, 653, 656, 674, 675, 676, 693

autoridade 27, 28, 29, 32, 40, 45, 54, 56, 58, 60, 63, 71, 80, 81, 95, 104, 110, 119, 161, 207, 213, 234, 239, 260, 270, 294, 299, 304, 310, 318, 330, 334, 335, 339, 341, 343, 344, 353, 361, 392, 397, 454, 461, 501, 525, 528, 539, 555, 567, 571, 662, 676, 689, 699, 701

autoritarismo 109, 332, 544, 655

aventureiros 106, 117, 146, 148, 269, 292, 294, 313, 400, 449, 528, 643

avestruz 253, 254, 256, 261, 314

awandjis 527, 528

Axim 31, 35, 36, 695

Ayres de Menezes 551

azagaia 79

azeite de dendê 150, 151, 154, 157, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 195, 216, 226, 337, 400, 415, 469, 479, 480, 493, 494, 500

Azikiwe, Nnamdi 518, 543, 549, 577, 592, 633, 656, 657, 664, 710

## - B -

Ba, Mariama 684

Baenga, Bolya 684

Bagadry 147

Bagamoyo 281, 284, 288, 289, 316, 318

Bagirmi 256, 335

bahharas 268

Bahia 148, 150, 151, 181, 244

Bahoken, Jean-Calvin 682

Bahr el-Ghazal 266, 267, 268, 270, 349

Bai Bureh 370, 384

Baikie, W. 168, 169

bailes 114

bairros 86, 179, 210, 460, 502, 692

bairus 52, 53, 54

Bakassi 654

Bakel 159, 168, 209, 309, 654

Baker, Josephine 449

Baker, Samuel 57, 58, 267, 269, 270

bakongos 604, 608

Balandier, Georges 446, 458, 504, 590, 692

Balduino I 578, 582

Ballinger, Margaret 566

Balogun, Oia 687

Baltimore 146, 520

Bamako 209, 259, 487, 502, 511, 557, 610, 612, 627, 667, 713

bambara 63, 70, 420

Bambuk 205, 210

Bamum 25, 26, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 333

bamuns 26, 38, 40, 42, 43, 44

banana 51, 290

bancos 134, 148, 414, 440, 478, 481, 491, 692

Banda, Hastings 573, 668

bandias 270

Banditismo 528

Bandung 576, 578, 630, 631

baneanes 97, 279

Bangui 501

Banjul 141, 191

bantu 82, 98, 121, 682

bantus 51, 52, 77, 78, 121, 271, 297, 300, 301, 305, 333, 339, 345, 347, 376

bantustões 637

Banyo 41, 42

Baptista, Pedro João 237, 242, 316

Barbados 138

barbárie 139, 336, 393, 451, 529, 566

Barbosa, Jorge 685

Bargash 272, 276, 280

Barot, Dr. 460  
 barragens 487, 663  
 Barry, Boubacar 126, 165, 166  
 Barth, Heinrich 76, 198, 200, 254, 257, 316, 317, 318, 320, 343, 504  
 Barth, H. 76, 198, 200, 254, 257, 316, 317, 318, 320, 343, 504  
 barués 532, 534  
 Basoko 233  
 Bassari 377  
 Bassori, Timite 687  
 bassutos 301, 303, 304  
 Bastide, Roger 536  
 Basuto 82  
 batata 44, 47  
 batata-doce 47  
 Bathurst 141, 191  
 Bauchi 69, 256  
 Baudeau 132  
 bauxita 440, 564, 646, 647  
 bebidas 114, 230, 586  
 Becker, J. 289, 294  
 Begemder 95  
 Behanzin 338, 342, 373, 374, 377, 383, 387  
 Béiji, Hélé 630  
 beira 93, 560  
 belgas 53, 234, 319, 320, 347, 360, 361, 364, 365, 366, 378, 396, 401, 407, 436, 438, 443, 447, 451, 455, 462, 463, 479, 484, 485, 490, 501, 505, 514, 518, 527, 560, 568, 576, 582, 593, 597, 608, 612, 665, 671, 694  
 Bélgica 359, 360, 364, 366, 370, 378, 400, 401, 411, 417, 421, 428, 431, 434, 447, 457, 459, 465, 481, 505, 508, 513, 514, 558, 561, 562, 565, 580, 582, 583, 585, 598, 632, 650, 703  
 Bélime 487  
 Bemba 307, 694  
 Bemba, Sylvain 694  
 bembas 389  
 Benatar, Moussa 694  
 Benezet, A. 130  
 Bengala 374  
 Benghazi 259, 270  
 Benguela 234, 235, 236, 237, 239, 312, 316, 349  
 Benim 148, 173, 176, 182, 215, 226, 332, 494, 640, 646, 651, 666, 667, 668, 673, 679, 689, 709  
 Benn, Aphra 128  
 Bennabi, M. 576  
 Benoît, P. 369  
 Bénot, Yves 588  
 bens de prestígio 155, 181, 193, 199, 202, 204, 268, 283  
 Bento XV 509  
 Benué 72, 168, 355  
 Berbera 97, 118

berberes 249  
 Berlim 128, 357, 358, 360, 361, 363, 364, 365, 367, 375, 378, 391, 397, 398, 402, 569, 697  
 Bertillon, A. 323  
 beterraba 142  
 Beti, Mongo 687  
 Betsileu 96  
 Bettelheim, Ch. 441  
 bhattias 279  
 Biafra 40, 148, 182, 363, 636, 650, 685  
 Bibi Zem Zem 276  
 bicicletas 472  
 Bié 216, 236, 239  
 Bijagós 308  
 Bilad es-Sudan 262, 266  
 Bilsen, J. 578, 583  
 Binger 190, 198, 199, 200, 202, 204, 210, 211, 213  
 Biobaku, Saburi O. 681  
 biología 322  
 Birni Ngazargamu 256  
 Bismarck 354, 358, 359, 361, 365, 396  
 Bissandugu 88, 90  
 Blacher, Louis-Placide 461  
 Bleichröder, G. 365  
 Bley, H. 378, 380  
 Blixen, Karen 449, 451  
 Bloemfontein 299, 301, 304, 553  
 Blondy, Alpha 694, 700  
 Blood River 305  
 blues 692, 693  
 Blyden, E. W. 139, 675, 710  
 Boahen, Adu 250, 251, 254, 311, 421, 422, 427, 617, 681  
 Boavida, Américo 592  
 bobangis 230, 231, 232, 233  
 Bobo-Dioulasso 199, 202, 212, 615  
 Bodich, Edward 28  
 boers 295, 296, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 347, 349, 375, 394, 437, 553  
 Boganda, B. 518, 533, 612, 674  
 Bogos 117, 118  
 bohras 279  
 boicote 541, 551, 638, 667  
 Boissel, J. 322  
 Boisson, Pierre 560, 563  
 Bokassa, Jean-Bedel 666, 671  
 Bolaert, R. 379, 398, 402  
 Bolobo 233, 398  
 Boma 225, 312, 318, 391  
 Bombaim 273, 278, 279  
 Bondelswart 529  
 Bondo 312  
 Bonduku 31, 37, 200, 209, 210, 212, 213, 386  
 Bonga 233  
 Boni, Nazi 615  
 Bonny 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179  
 Borku 263

Bornu 38, 64, 69, 208, 209, 210, 214, 249, 256, 258, 259, 263, 335, 343  
 bornus 66  
 borracha 216, 218, 219, 222, 226, 237, 238, 239, 240, 241, 368, 379, 399, 401, 402, 403, 404, 405, 407, 414, 467, 472, 493, 647  
 Bory de Saint Vincent 322  
 Boston 138, 244, 714, 717  
 Botswana 503, 579, 638, 644, 646, 706  
 Botte, R. 49, 408  
 Bouche, Denise 513  
 Bouët-Willamez, E. 152, 309  
 Boumedienne, Houari 660  
 Bouteflika, Abdelaziz 710  
 Boutros-Gali, Boutros 701  
 Bouvier, Jean 348  
 bovinos 44, 46, 49, 53, 406  
 Bowdich, Edward 31, 33, 162  
 braceletes 198, 201  
 brak 166, 167  
 Brakna 159  
 Brasil 128, 139, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 162, 168, 181, 182, 183, 187, 188, 237, 312, 367, 368, 369, 422, 699, 716  
 brasileiros 143, 147, 153, 183, 312  
 Braudel, Fernand 336  
 Brava 285  
 Brazza, Pierre 219, 232, 320, 356, 357, 373, 405, 485, 501, 695  
 Brazzaville 230, 231, 408, 486, 501, 502, 541, 560, 561, 567, 569, 570, 577, 586, 594, 633, 636, 640, 660, 664, 668, 671, 674, 675, 692, 694, 695, 703  
 Bremen 154, 314, 439  
 Brew, Samuel Collins 151, 153, 163  
 Bristol 154, 313  
 britânica 36, 37, 52, 85, 107, 116, 118, 120, 127, 136, 140, 159, 171, 182, 189, 195, 275, 299, 300, 301, 308, 310, 311, 319, 320, 323, 353, 363, 375, 387, 393, 395, 409, 414, 418, 439, 474, 481, 482, 489, 490, 517, 545, 546, 555, 558, 561, 564, 575, 578, 580, 582, 597, 616, 631, 636, 652, 656  
 Britânicos 310, 325, 436, 490  
 British South Africa Company 375, 388, 393, 396  
 Broca, Pierre 323  
 Brunschwig, Henri 355, 356, 357, 411, 417  
 bruxaria 691, 696  
 Bruxelas 122, 128, 242, 325, 345, 360, 364, 365, 371, 379, 391, 392, 402, 424, 432, 446, 459, 505, 543, 551, 578, 594, 609, 626, 627  
 BSAC 388, 389, 393, 394, 397  
 budistas 279  
 Buea 43, 44, 436  
 Buganda 26, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 122, 284, 290, 294, 332, 334, 338, 339, 340, 359, 387, 407, 416, 455, 561, 577, 578, 604, 656  
 Bugesera 61  
 Bulawayo 80, 83, 577

Bunkeya 335  
 Bunyoro 45, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 122, 278, 284, 332, 383, 387  
 burguesia 131, 132, 133, 144, 310, 311, 369, 418, 477, 500, 517, 545, 550, 587, 602, 605, 691, 692, 693  
 Burkina Fasso 651  
 burocracia 25, 29, 30, 44, 59, 264, 459, 690  
 burros 203, 204, 208, 210  
 Burton, Richard 178, 284, 320  
 Burundi 45, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 61, 62, 122, 294, 332, 359, 408, 510, 578, 605, 612, 646, 656, 660, 667, 668, 684, 702, 703  
 Busaidi 271, 272, 276  
 Busoga 55, 60, 406, 408, 409  
 Busongora 63  
 Buxton, T. 128, 135, 139  
 Buyogoma 61  
 Buzinza 50, 60  
 bwiti 535, 536

- C -

Cabinda 228, 535  
 Cabo 77, 78, 98, 118, 141, 165, 195, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 308, 313, 347, 349, 351, 367, 369, 377, 410, 413, 474, 477, 503, 553, 554, 579, 591, 603, 604, 640, 646, 667, 685, 705, 714, 717  
 cabo Lopez 218, 219, 222, 312  
 Cabo Verde 308, 367, 369, 579, 591, 603, 604, 640, 646, 667, 685, 705, 714, 717  
 Cabral, Amílcar 513, 579, 592, 678, 685  
 Cabral, Vasco 592  
 caça 77, 79, 86, 158, 164, 165, 191, 219, 220, 222, 223, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 265, 268, 277, 278, 284, 286, 289, 292, 293, 294, 340, 402, 405, 433, 529, 536  
 caçadores 165, 241, 292, 293, 294, 297, 335, 341  
 cacau 142, 143, 163, 222, 368, 415, 440, 469, 472, 483, 493, 495, 556, 564, 639, 642, 646, 663  
 Cádiz 146  
 café 51, 107, 114, 140, 142, 143, 144, 200, 222, 368, 369, 400, 413, 472, 475, 483, 493, 494, 495, 556, 564, 639, 642, 646, 647, 663  
 cafres 301, 302, 303  
 Caiena 141  
 Caillié, R. 159, 161, 253, 317, 320  
 Cairo 74, 249, 258, 261, 263, 267, 268, 270, 349, 576, 649  
 Calabar 173, 174, 175, 176, 177, 179, 215, 226, 245  
 calamidades 63, 242, 382, 392, 399, 405, 407, 409, 410, 411, 442  
 califa 65, 71, 74, 75  
 calipso 693



calvinismo 298, 302  
 Calvino 72  
 Camarões 26, 38, 42, 43, 311, 313, 333, 352, 355, 360, 376, 377, 383, 384, 387, 390, 413, 414, 433, 435, 436, 437, 438, 473, 497, 506, 514, 533, 534, 559, 561, 577, 578, 583, 600, 604, 605, 612, 614, 618, 619, 620, 621, 632, 633, 642, 646, 652, 654, 658, 666, 667, 668, 679, 689  
 Cambridge 122, 123, 244, 245, 321, 370, 419, 424, 503, 519, 520, 521, 626, 712, 713, 714, 715, 716  
 camelos 107, 248, 252, 253, 255, 256, 260, 261  
 Cameron, Donald 453  
 Cameron, Verney L. 285  
 Campbell 322  
 campesinato 77, 471, 509, 550, 606, 680  
 camponeses 49, 51, 52, 99, 100, 102, 105, 106, 109, 132, 157, 161, 188, 192, 196, 296, 384, 415, 469, 470, 472, 480, 493, 494, 497, 527, 528, 559, 586, 611, 639, 654, 659, 663, 671, 674, 682  
 Camus, Albert 590  
 Canadá 311, 350, 567  
 cana-de-açúcar 114, 218, 232, 242, 273  
 Canale, Jean-Suret 427  
 canhões 106, 107, 114, 117, 432  
 canoas 59, 218, 266  
 Canot, T. 148  
 cantores 129, 695  
 canúris 66, 72  
 Cape Coast 31, 151, 163, 210, 500, 692  
 capitação 44, 65, 252, 381, 396, 404, 464, 476, 498, 507  
 capitalismo 126, 130, 139, 198, 208, 216, 228, 229, 237, 293, 348, 392, 397, 401, 402, 404, 409, 411, 414, 415, 420, 446, 491, 550, 639, 694  
 caprinos 44  
 caravanas 50, 107, 160, 191, 192, 196, 207, 208, 214, 219, 221, 227, 236, 238, 239, 241, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 261, 279, 281, 282, 284, 289, 291, 293, 318, 335  
 Carde, J. 513  
 Caribe 547, 699  
 carité 205, 210, 213, 472  
 carne 46, 80, 212, 283, 295, 440  
 carregadores 30, 147, 207, 239, 277, 285, 288, 289, 292, 293, 294, 314, 318, 377, 392, 401, 408, 418, 428, 431, 432, 433, 434, 441, 464, 476, 486, 498, 508, 527  
 Carta Lambert 114, 119, 120  
 Cartum 116, 265, 266, 269, 334  
 cartumenses 50, 51, 56, 57, 58, 267, 268, 340, 343, 374, 377, 390, 392  
 Carus 322  
 carvão 478, 557, 564  
 Casablanca 600, 633  
 Casa dos Estudantes do Império 591, 685  
 Casalis, E. 82

Casamança 191, 192, 527, 604, 649, 666, 667, 671, 703  
 casamentos 80, 227, 228, 256, 335  
 Casement, Roger 403  
 Cass, Lewis 141  
 Cassange 216, 234, 237, 238, 312  
 castanha 172, 176, 183, 184, 185, 187, 200, 226, 337, 400, 480, 483, 490, 493  
 castas 51, 52, 53, 279, 336, 434  
 Castlereagh 140  
 Catanga 239, 282, 283, 335, 337, 349, 361, 383, 438, 479, 510, 556, 557, 564, 604  
 catequistas 506, 508, 509  
 cativos 32, 51, 88, 141, 293, 294, 344, 373, 442  
 catolicismo 509, 538  
 católicos 97, 104, 114, 120, 182, 279, 340, 506, 507, 517, 538, 582, 593, 594, 603  
 cauris 28, 30, 90, 151, 181, 182, 183, 198, 199, 200, 210, 212, 214, 227, 240, 243, 257, 290  
 cavalaria 42, 66, 67, 68, 88  
 cavalos 67, 88, 91, 106, 210, 213, 545  
 Cayor 194, 530  
 Cazembe 237, 242, 282, 285, 307, 312, 316, 335  
 CEDEAO 704, 705, 706  
 Ceilão 296, 353  
 censura 447  
 cera 157, 163, 164, 191, 205, 218, 220, 222, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 283, 369, 472  
 cerâmica 49  
 cereais 47, 50, 242, 270, 285, 292  
 cerveja 47, 48, 49, 62, 409, 510, 692  
 Césaire, Aimé 379, 449, 550, 590, 591, 685, 686  
 Ceulemans, R. P. P. 391  
 CGT 598, 599, 600, 620  
 chã 142, 472, 493, 642, 646, 647, 691  
 Chachá 147, 148, 150, 182  
 chachachá 693  
 Chade 71, 201, 254, 256, 267, 270, 337, 356, 384, 400, 406, 487, 501, 503, 560, 561, 578, 636, 646, 658, 663, 665, 666, 667, 668, 669, 671, 701, 702  
 Chaka 63, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 121, 123, 304, 305, 306, 345, 591, 686  
 Chamberlain 349, 374, 474  
 chapaulinge 420  
 Chaunu, P. 367  
 chefes 26, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 45, 47, 49, 52, 54, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 75, 77, 79, 83, 84, 85, 87, 92, 99, 104, 110, 128, 135, 146, 147, 154, 155, 157, 160, 162, 166, 167, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 183, 191, 194, 196, 202, 221, 231, 233, 234, 239, 242, 255, 268, 302, 303, 305, 306, 307, 310, 313, 320, 334, 335, 337, 338, 342, 343, 346, 351, 357, 358, 359, 363, 365, 368, 371, 376, 378, 387, 389, 390, 394, 397, 416, 418, 419, 431, 433, 442, 452, 453, 454, 455, 461, 462, 463, 464, 469, 471, 494, 499, 508, 511, 513, 514, 527, 530, 531, 532, 553, 567, 576, 587,

593, 605, 611, 634, 636, 653, 664, 670, 672, 674, 689, 690, 707, 710  
 Cheikh Muhammad al-Ghali 74  
 Cheikhou Ahmadou 64, 68, 72, 73, 91  
 Cheikh Tidjani 73, 74  
 Chilembwe, John 443, 518, 534  
 Chilluk 266  
 China 277, 278, 353, 365, 410, 428, 550, 575, 576, 589  
 Chinsinga 389  
 Choa 95, 97, 101, 102, 104, 105, 107, 109, 110  
 Chrétien, Jean-Pierre 47, 53, 54  
 Christallier, J. G. 32  
 chumbo 152, 227, 486, 564  
 Churchill, W. 559, 567, 568  
 Church Missionary Society 127, 168, 320, 340  
 cidadãos 132, 174, 343, 344, 364, 366, 380, 454, 455, 544, 594, 655, 661, 662, 676, 705  
 cidades 23, 31, 95, 97, 100, 137, 165, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 186, 194, 199, 200, 202, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 231, 233, 234, 249, 250, 251, 256, 261, 265, 271, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 306, 335, 336, 339, 398, 399, 420, 436, 472, 479, 496, 500, 501, 502, 505, 507, 513, 586, 587, 588, 595, 602, 667, 684, 689, 692, 693, 694, 695  
 ciências sociais 13, 14, 419, 523, 678, 679  
 cientistas 321, 446, 504, 677, 682  
 cineastas 683, 686  
 cinema 449, 684, 686, 687  
 cingaleses 279  
 cipaios 374, 375  
 circassianos 264  
 circulação 72, 137, 151, 183, 208, 227, 238, 276, 361, 404, 439, 481, 641, 654, 681, 705, 708  
 Cirenaica 258, 259, 392  
 Cissé, Souleymane 687  
 Cissoko, Fily Dabo 613  
 Cissoko, Sékéné 410  
 civilização 37, 38, 41, 112, 135, 137, 160, 167, 233, 292, 295, 308, 321, 356, 365, 366, 385, 401, 417, 445, 448, 451, 452, 453, 454, 465, 466, 504, 505, 507, 508, 510, 512, 529, 547, 570, 582, 587, 589, 594, 611, 631, 653  
 civilizar 135, 168, 393, 506  
 civis 57, 67, 97, 106, 113, 367, 403, 428, 650, 661, 666, 701  
 clandestinidade 139, 146, 529, 538, 609, 614, 620, 621  
 Clarence-Smith, G. 368, 369  
 Clarke, C. Arden 618  
 Clarkson, Thomas 130  
 clãs 23, 59, 61, 78, 92, 96, 102, 105, 111, 113, 227, 241, 266, 474, 652, 702  
 classe 38, 47, 53, 64, 70, 72, 110, 131, 165, 187, 228, 234, 274, 292, 293, 311, 339, 340, 367, 368, 446, 462, 472, 474, 478, 479, 506, 524,

550, 555, 556, 564, 582, 586, 587, 594, 601, 602, 605, 616, 617, 620, 621, 650, 660, 680, 683, 695  
 classe operária 478, 479, 550, 555, 556, 586, 601, 620, 621  
 classes 49, 51, 53, 71, 74, 95, 131, 132, 142, 157, 174, 180, 189, 199, 211, 231, 336, 349, 352, 420, 458, 461, 496, 542, 587, 588, 595, 617, 640, 641, 657, 662, 663, 679, 684, 686, 690, 693, 696, 699  
 clérigos 109, 688  
 clero 101, 109, 509, 689  
 clientela 52, 53, 70, 207, 692, 695  
 clima 70, 135, 295, 307, 320, 322, 393, 430, 456, 474, 486, 498, 588, 591, 592, 608, 622, 660, 675  
 clubes 460, 474, 541, 551, 555, 602  
 cobalto 564, 642, 647  
 cobre 97, 152, 163, 173, 212, 213, 219, 226, 227, 240, 242, 290, 293, 314, 337, 438, 479, 486, 495, 496, 557, 564, 642  
 coco 114, 216, 272, 273, 274  
 Código do Trabalho 237, 577, 597, 616  
 coesão social 105, 174  
 Coimbra 591, 592  
 cólera 404, 406, 409, 545, 570, 583  
 coleta 77, 158, 160, 169, 191, 204, 220, 222, 223, 228, 237, 238, 239, 241, 242, 292, 400, 402, 404, 405, 414, 464, 472  
 coletores 292  
 colheitas 46, 106, 132, 273, 303, 439, 440, 470, 472, 483, 527, 531, 532, 563  
 Collins, J. E. 693  
 Collins, John E. 692  
 colonial 14, 25, 33, 38, 44, 49, 52, 60, 76, 77, 85, 93, 111, 120, 125, 126, 131, 132, 133, 134, 160, 188, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 202, 209, 215, 224, 236, 237, 243, 247, 259, 270, 275, 292, 293, 295, 297, 298, 301, 309, 330, 333, 336, 339, 341, 342, 346, 348, 352, 353, 364, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 385, 386, 388, 389, 390, 392, 394, 396, 398, 400, 401, 404, 407, 408, 409, 411, 414, 415, 417, 418, 419, 420, 421, 423, 424, 427, 429, 431, 432, 433, 438, 442, 443, 446, 447, 448, 449, 450, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 466, 467, 469, 472, 474, 477, 479, 481, 483, 484, 485, 489, 492, 494, 495, 497, 498, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 506, 510, 511, 513, 514, 515, 521, 523, 524, 525, 527, 528, 530, 531, 532, 538, 539, 545, 549, 560, 564, 565, 570, 574, 575, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 593, 595, 597, 599, 601, 602, 607, 609, 614, 616, 617, 619, 620, 621, 622, 623, 629, 630, 632, 641, 643, 649, 650, 654, 655, 656, 657, 670, 678, 679, 680, 681, 682, 684, 686, 687, 689, 698, 706, 710  
 colonialista 90, 330, 352, 619, 682

colônias 127, 128, 132, 133, 134, 136, 139, 141, 142, 145, 243, 249, 252, 260, 268, 273, 309, 312, 347, 349, 350, 352, 354, 364, 367, 370, 372, 375, 384, 394, 395, 401, 407, 411, 412, 413, 417, 429, 430, 431, 433, 435, 437, 438, 439, 440, 441, 443, 445, 446, 447, 450, 452, 455, 456, 457, 458, 459, 461, 462, 463, 465, 466, 467, 478, 481, 482, 484, 485, 487, 488, 491, 492, 494, 499, 505, 506, 507, 509, 510, 513, 514, 515, 517, 518, 525, 526, 527, 543, 544, 550, 554, 557, 558, 559, 560, 561, 563, 564, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 575, 577, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 588, 590, 591, 592, 593, 597, 600, 601, 603, 605, 606, 610, 612, 614, 615, 616, 618, 619, 621, 623, 629, 633, 636, 637, 638, 640, 652, 653, 656, 661, 680, 685, 690, 693

colonização 14, 23, 26, 41, 42, 52, 53, 54, 74, 110, 116, 125, 134, 135, 148, 152, 156, 165, 166, 167, 168, 169, 193, 195, 206, 209, 211, 220, 227, 230, 234, 235, 247, 259, 271, 275, 285, 291, 292, 295, 304, 308, 318, 321, 323, 329, 336, 337, 338, 339, 349, 350, 351, 354, 359, 367, 370, 371, 375, 376, 380, 381, 383, 384, 389, 390, 391, 396, 397, 400, 404, 407, 408, 409, 410, 411, 414, 415, 418, 419, 420, 421, 428, 433, 441, 442, 445, 446, 447, 449, 450, 452, 455, 458, 460, 461, 463, 464, 465, 469, 471, 472, 473, 488, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 505, 518, 521, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 533, 534, 536, 540, 541, 542, 545, 546, 550, 554, 555, 565, 566, 567, 571, 572, 575, 576, 579, 582, 583, 584, 588, 591, 601, 603, 604, 606, 607, 609, 612, 614, 618, 621, 623, 631, 633, 639, 641, 643, 644, 648, 652, 654, 655, 657, 659, 662, 671, 673, 674, 676, 690, 694, 697, 705

colonizadores 26, 63, 84, 195, 301, 336, 341, 342, 344, 348, 372, 388, 390, 409, 414, 415, 416, 417, 418, 420, 427, 428, 440, 441, 442, 444, 452, 461, 467, 470, 474, 477, 486, 502, 510, 513, 539, 552, 566, 568, 569, 574, 605, 608, 620, 623, 630, 663, 664, 679, 680, 681, 682, 687

colonos 120, 133, 145, 167, 236, 237, 271, 295, 296, 297, 298, 299, 302, 303, 304, 305, 312, 377, 381, 388, 389, 393, 394, 395, 396, 416, 438, 439, 442, 443, 456, 457, 460, 462, 467, 468, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 488, 491, 495, 587, 618, 623, 636, 637

comerciantes 37, 63, 78, 96, 147, 150, 152, 153, 157, 164, 165, 174, 175, 178, 179, 181, 183, 184, 189, 194, 196, 201, 206, 207, 209, 213, 214, 215, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 234, 235, 238, 242, 253, 255, 256, 258, 259, 261, 266, 267, 274, 279, 280, 284, 285, 287, 292, 307, 309, 311, 313, 314, 316, 334, 337, 340, 341, 376, 377, 385, 391, 415, 439, 462, 472, 473, 481, 491, 544, 545, 587, 607, 611, 617, 654, 660, 672, 690, 691

comércio 25, 26, 27, 28, 30, 37, 40, 50, 51, 71, 72, 85, 86, 91, 94, 97, 98, 100, 101, 106, 107, 113, 119, 125, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 171,

173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 299, 304, 307, 308, 313, 314, 318, 321, 325, 334, 337, 339, 345, 347, 349, 350, 353, 354, 355, 356, 359, 360, 361, 362, 365, 366, 367, 368, 369, 385, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 408, 409, 411, 415, 439, 456, 464, 471, 478, 481, 482, 489, 491, 492, 499, 500, 501, 502, 580, 584, 608, 641, 642, 643, 645, 648, 681, 694

comércio atlântico 196, 205, 209, 213, 220, 221, 223, 224, 227, 228, 234

comércio lícito 127, 135, 149, 150, 151, 155, 160, 163, 178, 180, 181, 182, 187, 215, 224, 237, 238, 243, 257, 267, 307, 411, 415, 500, 584

comércio transaariano 71, 72, 205, 208, 209, 212, 248, 249, 250, 259, 270, 325, 347, 499, 500

comércio triangular 128, 129, 137, 138, 155, 183

Commonwealth 446, 457, 473, 567, 580, 581, 636, 637, 685

Comoe 26, 387

Comores 99, 286, 579, 646, 679

Companhia Boror 397

Companhia de Moçambique 396

Companhia do Niassa 396

Companhia do Zambeze 396, 397

Companhia Imperial da África Oriental 397

companhias 146, 269, 310, 359, 374, 383, 393, 396, 397, 401, 403, 404, 405, 407, 408, 411, 413, 414, 418, 468, 472, 474, 477, 481, 482, 483, 491, 493, 505, 529

companhias concessionárias 269, 374, 383, 393, 396, 397, 404, 405, 408, 411, 414

companhias de colonização 397, 404

Company, Royal Niger 355, 363, 374, 396

complots 659, 660

comunicações 31, 32, 33, 436, 456, 499, 635

comunidades 45, 49, 64, 76, 81, 85, 92, 94, 99, 100, 105, 208, 249, 271, 279, 295, 306, 314, 383, 416, 489, 528, 587, 679, 688, 700, 704

comunidades camponesas 49, 99, 100, 383, 416

comunismo 487, 550, 575, 590, 592, 632, 633, 640, 673

Comunista 446, 550, 613

conchas 67, 227, 281, 335

Condorcet 134

confederação 27, 69, 96, 333, 599, 600, 616, 651

Conferência de Viena 359

conflitos 33, 104, 154, 167, 177, 179, 180, 195, 196, 219, 220, 238, 253, 295, 297, 302, 310, 330, 336, 343, 355, 363, 392, 442, 444, 506, 557, 558, 578, 598, 604, 612, 615, 630, 640, 645, 653, 657, 662, 668, 674, 686, 701, 702, 703, 705, 707, 708

confraria 73, 74, 259, 469, 470

Congo 128, 145, 146, 149, 151, 154, 215, 216, 219, 224, 225, 227, 229, 230, 232, 233, 236, 245, 285, 286, 288, 312, 313, 316, 318, 320, 326, 343, 349, 351, 353, 356, 357, 358, 359, 360, 364, 365, 366, 367, 373, 377, 378, 379, 383, 384, 389, 390, 391, 392, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 407, 408, 411, 413, 414, 417, 420, 422, 424, 427, 431, 432, 437, 438, 441, 443, 447, 450, 451, 455, 456, 457, 459, 463, 464, 467, 473, 477, 479, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 494, 495, 497, 501, 503, 505, 508, 509, 510, 512, 514, 515, 518, 519, 520, 521, 527, 529, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 541, 554, 556, 557, 558, 561, 562, 563, 564, 570, 571, 577, 578, 582, 583, 586, 587, 593, 594, 596, 597, 598, 601, 602, 603, 604, 605, 608, 609, 610, 612, 632, 633, 634, 636, 640, 642, 646, 649, 650, 654, 656, 660, 663, 664, 667, 668, 670, 671, 674, 675, 679, 680, 684, 686, 689, 693, 694, 701, 702, 703, 706, 707, 709, 712, 714

Congo belga 400, 414, 432, 438, 456, 459, 479, 481, 484, 494, 495, 497, 501, 503, 505, 509, 510, 512, 515, 527, 529, 535, 537, 538, 539, 561, 563, 564, 570, 571, 577, 578, 582, 583, 586, 587, 593, 596, 598, 601, 602, 603, 604, 605, 608, 609, 610, 612, 632, 656, 693

Congo-Brazzaville 636, 640, 660, 664, 668, 674, 675, 703

Congo Francês 391, 400, 401, 404, 405, 408

Congo-Kinshasa 610, 649, 650, 654, 660, 663, 670, 674, 679, 680, 684, 701, 706, 707

Conneau 148

conquista 27, 33, 37, 38, 45, 49, 55, 58, 61, 63, 67, 68, 69, 75, 76, 79, 85, 93, 94, 102, 103, 104, 105, 107, 110, 112, 118, 120, 133, 186, 191, 200, 259, 263, 264, 270, 274, 312, 329, 330, 333, 335, 342, 346, 347, 348, 356, 366, 367, 370, 373, 376, 377, 380, 381, 382, 383, 385, 386, 388, 389, 392, 407, 418, 420, 421, 427, 429, 435, 452, 524, 530, 541, 557, 559, 574, 614, 619, 680

conquistadores 24, 38, 61, 135, 333, 337, 381, 384, 385, 388, 607

consciência 33, 53, 59, 88, 195, 198, 223, 339, 367, 445, 461, 475, 499, 506, 524, 525, 527, 530, 539, 541, 542, 544, 545, 546, 550, 552, 566, 570, 571, 576, 580, 581, 583, 584, 585, 598, 602, 603, 604, 621, 676, 678, 688, 697

consciência política 541, 545, 546, 550, 566, 571, 581, 621

consentimentação 64, 551, 555, 557

conselheiros 30, 40, 111, 116, 339, 559

Conselho Ultramarino 368

Constant, B. 141

Constantinopla 116, 128, 260

consuetudinário 454, 457, 463

contestação 512, 527, 536, 538, 596, 600, 602, 621, 680, 688

conversão 41, 64, 65, 91, 92, 364, 396, 470, 506, 509, 510

coolies 299, 380, 487

cooperação 96, 110, 219, 284, 289, 321, 330, 355, 388, 390, 399, 417, 421, 433, 469, 562, 566, 580, 606, 608, 617, 633, 638, 639, 641, 705

copal 226, 232, 279, 281, 287, 402

Copans, J. 469

Copperbelt 290, 503, 587

coptas 261, 264

Coquery-Vidrovitch, Catherine 219, 404

Coquilhatville 501

corânica 72, 73, 75, 92

Cornevin, Robert 377

corrupção 71, 650, 661, 666, 671, 696

corvéias 96, 113

Costa Alegre 685

Costa do Marfim 27, 153, 165, 201, 206, 209, 308, 328, 373, 383, 384, 385, 386, 387, 405, 413, 414, 415, 432, 443, 469, 473, 495, 497, 500, 503, 505, 525, 527, 537, 540, 577, 578, 583, 586, 587, 636, 637, 642, 650, 651, 653, 654, 656, 659, 663, 667, 668, 687, 689, 702, 703, 706

costumes 26, 32, 43, 78, 95, 102, 110, 113, 115, 132, 159, 162, 166, 181, 185, 206, 267, 292, 310, 332, 333, 351, 394, 434, 460, 461, 506, 507, 509, 567, 608, 676, 684, 686, 695

Cotonu 599, 631

Couilhat, Camille 378

Coulibaly, Ouezzin 597, 610

Coulon, Christian 690

Courtet de l'Isle, V. 322

cozinheiros 293, 486

Craveirinha, José 685

cravo-da-Índia 272, 273, 274, 275, 276, 280

Creek Town 174, 175, 177

crenças 27, 43, 46, 63, 95, 220, 233, 302, 314, 329, 340, 382, 389, 531, 535, 536, 538, 689

crianças 67, 99, 111, 180, 203, 212, 232, 298, 306, 378, 406, 417, 450, 465, 501, 504, 507, 509, 676, 704

Críméia 140, 303, 305, 345

crimes 115, 146, 344, 673, 708

crioulos 159, 311, 384, 544

cristãos 65, 82, 97, 321, 340, 373, 505, 507, 508, 509, 510, 536, 538, 546, 603, 611, 614, 691

cristianismo 43, 94, 100, 101, 112, 113, 129, 132, 135, 138, 308, 321, 340, 366, 382, 420, 504, 505, 531, 533, 534, 536, 537, 539, 540, 541, 688, 691

cristianização 508, 509

Cristo 95, 535, 538, 539, 547

cromo 564

Cronon, E. D. 547

Crowder, Michael 682  
 Crowther, Samuel Ajayi 545  
 Cruz, Viriato da 592, 685  
 Cruz Vermelha 366  
 Cuango 215, 216, 225, 238, 240  
 Cuba 140, 141, 142, 144, 146, 183, 244, 694, 699, 702  
 cultivadores 132, 191, 192, 193, 206, 270, 487, 488, 602  
 culto 59, 80, 96, 174, 207, 317, 340, 403, 531, 532, 534, 535, 538, 540, 542, 547, 686, 695  
 cultos 184, 322, 382, 531, 546  
 cultura 44, 46, 47, 48, 72, 86, 90, 91, 95, 111, 115, 140, 166, 167, 168, 169, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 204, 206, 208, 218, 231, 241, 266, 273, 274, 294, 296, 301, 312, 336, 350, 368, 370, 390, 405, 411, 414, 448, 453, 469, 470, 475, 487, 493, 498, 512, 539, 573, 590, 592, 608, 610, 635, 639, 644, 657, 663, 676, 677, 678, 679, 680  
 culturas obrigatórias 381, 383, 438, 469, 494, 525, 527, 528  
 curandeiro 335, 421, 532, 689  
 Curran, Philpot 129  
 Curtin, Philip D. 148, 236, 322

## - D -

daara 470  
 Dabadugu 88  
 Dacar 122, 123, 195, 309, 383, 406, 410, 412, 421, 433, 451, 488, 501, 502, 511, 556, 557, 560, 561, 577, 586, 589, 599, 616, 677, 682, 713  
 Dada, Idi Amin 666, 671  
 Dadié, Bernard 685  
 Dagana 166, 309, 373  
 Dagomba 26, 27, 31, 33, 210  
 Dalidipu 302  
 Daloa 201, 202, 203, 204  
 Damagaram 333  
 damaras 604  
 Damas, Léon Gontras 685  
 Dambakushamba 529  
 Dambeya 95  
 danças 72, 114, 420, 510, 685, 692, 693  
 Dangaremba, Tsitsi 684  
 Daomé 128, 146, 147, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 213, 312, 332, 337, 338, 339, 343, 344, 355, 370, 372, 373, 374, 376, 384, 388, 413, 435, 443, 494, 500, 505, 527, 534, 543, 544, 551, 577, 578, 636, 638, 640, 651, 653, 654, 661, 693  
 daomeanos 147, 377, 378, 383, 390, 494, 654  
 d'Arboussier, Gabriel 613  
 Dar-es-Salaam 502, 641, 682  
 Dar Es-Salam 284

Darfur 258, 260, 261, 263, 264, 267, 270, 335  
 Darmankur 159  
 Dar Ruma 335  
 darwinismo 322, 351  
 Davidson, Basil 330, 381, 382, 682  
 Daye, Pierre 427, 432  
 Debre Tabor 117  
 Decauville 468  
 Defferre 591, 649, 654  
 Defoe, Daniel 128  
 Degembere 68, 70  
 degredados 235, 236, 312  
 Dekker, E. 396  
 Delafosse, Maurice 76, 448  
 Delamere, Lord 395, 474  
 Delavignette, R. 448, 461  
 Demaison, A. 449  
 Demangeon, Albert 447  
 Dem Nduggu 270  
 Democracia 666  
 democráticas 74, 345, 632, 660, 669, 672  
 democratização 655, 667, 675, 701, 707  
 Dem Zubayr 270  
 dendê 48, 150, 151, 154, 157, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 195, 216, 226, 337, 400, 415, 469, 479, 480, 483, 490, 493, 494, 500  
 Denkyira 27, 35  
 dependência 43, 119, 126, 179, 229, 260, 268, 286, 335, 476, 478, 494, 496, 497, 564, 580, 584, 637, 638, 646, 706  
 deportações 339  
 deputados 190, 349, 430, 529, 559, 581, 606, 610, 613, 615  
 descentralização 110, 651, 674  
 descolonização 441, 456, 525, 542, 574, 576, 583, 595, 601, 605, 613, 618, 623, 651, 653, 690  
 desemprego 492, 540, 671, 688  
 desenraizamento 92, 545  
 desenvolvimento econômico 369, 470, 479, 580, 585, 630, 631, 639, 662, 676, 707  
 desigualdades 47, 51, 53, 69, 204, 283, 410, 547, 548, 641, 701  
 despotismo 83, 84, 132, 135, 177, 338, 339, 665  
 Deus 43, 71, 72, 74, 109, 139, 150, 176, 291, 298, 302, 305, 382, 397, 531, 532, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 547, 548, 698, 699  
 Dia, Mamadou 659  
 Diaby 206  
 Diagne, Blaise 430, 432, 434, 442, 461, 549, 566, 602  
 diakhankes 205, 206  
 Diakhaté, Lamine 685  
 dialetos 40  
 diamante 349, 477, 479  
 Diamman 214  
 Dianly Karamogho 85

Diaraway Ouattara 211  
 Diarra, Samba 659  
 diáspora 64, 204, 256, 268, 311, 547, 550, 551, 552, 588, 589, 592  
 Dibango, Manu 694  
 Dickens, Charles 140  
 dignitários 29, 33, 34, 42, 130, 147, 162, 166, 181, 185, 186, 187, 202, 313, 340, 342, 416, 530, 544  
 Dike, O. K. 173, 174  
 Dilke, Charles 353  
 Dímbroko 639  
 Dina 68, 70, 72, 73  
 Dinamarca 127, 139, 140, 308, 421  
 dinamarqueses 37, 308, 378  
 dinâmicas 25, 94, 99, 216, 247, 467, 502, 595, 630, 641, 649, 664, 665, 672, 676, 688, 690, 703, 704  
 Dingaan 79, 84, 301, 304, 305  
 Dingswayo 78, 79  
 dinheiro 148, 179, 186, 198, 199, 207, 315, 396, 462, 464, 465, 472, 478, 483, 488, 489, 492, 570, 572, 696  
 Diop, Alioune 588, 589  
 Diop, Birago 685  
 Diop, Boubakar Boris 684  
 Diop, Cheikh Anta 139, 590, 593, 681, 682  
 Diop, David 685  
 Diop, Majhmout 591  
 Diop, Thiécouta 546  
 Diouf, Abdou 665, 666, 668, 672, 713  
 Diouf, Galandou 559, 602  
 diplomacia 37, 52, 67, 76, 94, 97, 107, 113, 118, 119, 120, 265, 287, 301, 348, 635, 637, 644, 705, 706  
 diques 111, 167, 487  
 direitos políticos 391, 479, 605, 610  
 discípulos 68, 69, 70, 73, 74, 135, 200, 470, 538  
 discos 694  
 discriminação 300, 478, 536, 545, 547, 657, 666  
 Djandjero 95  
 Djenné 31, 200, 201, 211, 212, 451  
 Djibuti 107, 451, 579, 646, 652, 667  
 Djuder 249, 264  
 Dodds, Alfred 374  
 Dodowa 35  
 doença do sono 68, 398, 407, 408, 409, 442, 449  
 doenças 50, 223, 270, 295, 371, 398, 434, 486, 845, 689, 704  
 Doering 444  
 dokhosies 213  
 Dollar Brand 696  
 doméstico 262, 418, 462, 586  
 dominação 14, 25, 26, 27, 36, 75, 126, 165, 199, 215, 216, 268, 348, 376, 380, 381, 382, 387, 389, 391, 411, 427, 428, 443, 446, 501, 504, 509, 512, 523, 532, 550, 566, 567, 580, 582, 611, 623, 629, 656, 682

Dongola 261, 263, 264, 268, 269  
 Döring, Hans 435  
 Dosso 419  
 Doukouré, Cheikh 687  
 Doumergue, Gaston 429  
 Dozon, Jean-Pierre 204  
 Drake, Philip 141  
 Drakensberg 77, 84, 301  
 dramaturgos 679  
 Dresch, Jean 469, 473  
 drogas 648  
 Duala 313, 384, 387, 436, 502, 561  
 Du Bois, W. E. B. 548, 549, 551, 573  
 Duchet, Michèle 131, 132, 133  
 Dufontenoy 538  
 Dufton, Henry 108  
 Duignan, P. 370, 418  
 Duke Town 174, 177  
 Dumont, F. 75  
 Dumont, René 639  
 Dumont-Wilden, L. 582  
 Dunn, John 305  
 Duparquet, R. P. 216  
 Dupuis, Joseph 27, 214  
 Durban 306, 708, 709

## - E -

Easmon, J. F. 545  
 ébano 145, 152, 218, 222  
 Eboué, Félix 461  
 Ecaré, Désiré 687  
 Echenberg, Myron 372  
 ECOMOG 706  
 economistas 134, 348, 523, 679  
 ecossistemas 408  
 ECOWAS 704  
 Edimburgo 509  
 Édito de Nantes 296  
 editoras 677  
 educação 134, 208, 353, 450, 453, 454, 504, 505, 513, 517, 518, 565, 585, 606, 635, 676  
 educadores 462, 512  
 egbo 174, 177, 179  
 egípcios 58, 97, 107, 116, 117, 260, 261, 264, 265, 267, 268, 270, 378  
 Egito 42, 57, 93, 94, 97, 100, 101, 107, 116, 117, 118, 138, 165, 253, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 324, 340, 353, 354, 357, 363, 487, 559, 575, 590, 630, 633, 660, 682, 709  
 Einstein, Albert 446, 681  
 Ekpe 174  
 Efa, Jean-Marc 689  
 elefante 83, 164, 165, 223, 232, 233, 239, 265, 268, 269, 278, 284, 292, 293, 294, 402



Eleições 577, 578, 665, 667, 668  
eleusina 47  
El Fasher 249  
El Giof 259, 270  
El Hadj Mohamed 256  
El Hadj Omar 64, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 75,  
76, 77, 91, 310, 333, 686  
Eliot, Charles 474  
Elisabethville 496, 502, 602, 608  
elite 26, 64, 76, 92, 95, 105, 113, 130, 144, 262,  
340, 344, 365, 420, 442, 461, 462, 500, 513,  
515, 518, 542, 545, 552, 553, 555, 566, 593,  
602, 610, 616, 650, 664  
Ellenberger, Fred 82  
Elmina 31  
El Obeid 249  
emancipação 18, 115, 128, 132, 134, 303, 323,  
557, 574, 575, 578, 592, 623, 627, 630, 635,  
637, 638, 639, 648, 680, 681, 700  
embus 621  
emigração 141, 145, 151, 211, 312, 393, 398,  
399, 474, 478, 623, 638, 682  
emirados 71, 72, 209, 333  
empregados 30, 37, 151, 153, 180, 182, 383, 418,  
421, 428, 447, 461, 503, 512, 551, 557, 587,  
588, 622, 693  
empregos 229, 296, 432, 442, 478, 479, 496,  
512, 544, 545, 587, 597, 598, 674  
empresários 152, 449, 500, 705  
empresas 64, 137, 309, 365, 394, 405, 411, 414,  
418, 439, 440, 441, 442, 460, 468, 473, 477,  
478, 479, 482, 483, 491, 492, 495, 496, 504,  
507, 509, 563, 584, 586, 587, 593, 639, 642,  
645, 654, 665, 671, 703  
Enahoro, Anthony 664, 669  
Enciclopédia 128  
Enciclopedistas 128  
enengas 219  
engenhos 144  
ensaístas 679, 683  
ensino 42, 112, 114, 206, 208, 419, 506, 507,  
510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518,  
535, 538, 590, 617, 653, 672, 690  
epidemias 46, 63, 96, 223, 297, 329, 394, 405,  
408, 409, 410, 439, 442, 443, 498, 645,  
704, 708  
epizootias 46, 394, 406  
equador 140, 143, 145, 148, 149  
Eritreia 105, 117, 118, 448, 646, 652, 667,  
702, 703  
escarificações 209  
escolarização 42, 115, 451, 504, 510, 513, 517,  
554, 587, 663  
escolas 43, 72, 92, 112, 113, 179, 211, 266, 310,  
311, 348, 451, 459, 474, 483, 507, 508, 509,  
511, 512, 513, 515, 517, 530, 546, 588, 610,  
654, 674, 676, 679, 682  
escravatura 51, 65, 67, 68, 109, 127, 128, 129,  
131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 141,  
142, 144, 145, 175, 177, 234, 237, 272, 293,  
298, 299, 300, 311, 322, 336, 341, 368, 373,

401, 418, 419, 451, 465, 499, 622, 697, 698,  
699, 700, 701  
escravos 26, 30, 32, 37, 40, 70, 71, 86, 89, 96,  
99, 100, 104, 105, 109, 112, 115, 116, 127,  
128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138,  
139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147,  
148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158,  
159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 169,  
170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180,  
181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 191, 192,  
194, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207,  
209, 210, 212, 213, 218, 219, 220, 221, 222,  
224, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235,  
236, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 250,  
251, 252, 253, 255, 257, 260, 261, 262, 263,  
265, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276,  
277, 282, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 293,  
294, 296, 297, 299, 300, 307, 312, 313, 323,  
334, 337, 338, 340, 341, 342, 344, 360, 368,  
373, 374, 377, 378, 399, 400, 401, 408, 418,  
419, 421, 434, 460, 499, 500, 533, 547, 694,  
700, 709  
escrita 25, 38, 42, 44, 65, 74, 90, 105, 108,  
112, 462, 510, 542, 546, 554, 679, 680,  
684, 685  
escritores 129, 449, 550, 551, 680  
escultura 449  
espaço 13, 14, 25, 26, 27, 32, 33, 37, 40, 45,  
46, 50, 51, 55, 60, 64, 66, 67, 72, 84, 88,  
94, 102, 111, 115, 170, 191, 197, 203, 204,  
205, 215, 216, 218, 220, 234, 241, 242, 249,  
259, 286, 288, 291, 337, 341, 367, 382, 393,  
404, 502, 538, 545, 557, 574, 587, 687, 691,  
701, 705  
Espanha 127, 137, 140, 188, 364, 367, 405,  
421, 558  
espanhóis 144, 145, 148, 151, 365  
especiarias 157, 273  
espingardas 28, 58, 67, 87, 88, 105, 106, 107,  
114, 117, 152, 181, 201, 214, 223, 230, 240,  
241, 290, 304, 341, 342, 345, 371, 376, 385,  
386, 387, 417, 431, 435, 607  
espíões 40, 66  
espíritos 59, 163, 321, 352, 446, 447, 463, 532,  
555, 588, 691  
Espírito Santo, Aída do 592, 685  
Espírito Santo, Salustino 545, 551  
esposas 40, 49, 63, 111, 136, 207, 332, 460,  
464  
esquerda 28, 87, 231, 348, 351, 352, 404, 579,  
591, 635, 661, 669  
Estado Independente do Congo 128, 343, 364,  
365, 366, 378, 383, 389, 390, 392, 398, 400,  
401, 404, 407, 408, 417, 420  
Estado Novo 397, 455, 457, 484  
Estados 23, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 36, 37, 45,  
46, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60,  
63, 66, 68, 69, 76, 78, 82, 89, 90, 94, 96,  
102, 110, 119, 120, 125, 126, 127, 128, 130,  
135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 154, 155,  
156, 157, 163, 164, 168, 169, 179, 182, 189,  
210, 213, 234, 238, 239, 243, 247, 249, 258,  
264, 266, 270, 272, 273, 277, 280, 282, 285,  
287, 291, 292, 300, 301, 305, 306, 307, 308,

309, 311, 312, 318, 320, 322, 323, 329, 332,  
333, 335, 337, 339, 341, 342, 343, 344, 345,  
347, 349, 350, 351, 358, 359, 360, 361, 363,  
365, 366, 367, 369, 370, 380, 381, 383, 384,  
387, 397, 421, 428, 441, 445, 464, 467, 474,  
477, 479, 484, 492, 496, 504, 505, 510, 518,  
524, 543, 547, 549, 551, 566, 568, 572, 573,  
575, 577, 578, 580, 585, 592, 618, 623, 629,  
630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638,  
639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 647, 648,  
649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657,  
658, 660, 661, 662, 664, 667, 671, 672, 673,  
674, 676, 677, 678, 679, 681, 685, 686, 687,  
689, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705,  
706, 707, 708, 710  
Estados Unidos da América 119, 120, 127, 128,  
130, 137, 138, 140, 142, 144, 155, 164, 168,  
169, 179, 189, 266, 272, 277, 287, 308, 312,  
318, 320, 322, 350, 351, 359, 360, 366, 421,  
428, 445, 474, 477, 496, 623, 631, 632, 642,  
656, 679, 685, 699, 703  
estagnação 154, 156, 172, 198, 216, 222, 336,  
348, 643  
estereótipos 52, 317, 352, 420  
estivadores 551, 555, 556, 557, 598  
estradas 25, 31, 32, 41, 56, 59, 72, 91, 97, 103,  
186, 187, 209, 213, 214, 215, 218, 219, 224,  
225, 234, 236, 249, 254, 258, 282, 284, 335,  
339, 410, 451, 464, 485, 498, 663  
estrangeiros 30, 31, 32, 41, 51, 96, 97, 102, 105,  
113, 114, 119, 152, 155, 162, 175, 183, 193,  
198, 200, 204, 210, 212, 214, 221, 239, 268,  
279, 280, 291, 294, 337, 339, 340, 355, 381,  
397, 427, 446, 458, 471, 477, 479, 481, 482,  
488, 494, 506, 524, 535, 620, 622, 631,  
640, 641, 645, 648, 654, 660, 663, 665, 677,  
687, 710  
estudantes 13, 321, 517, 518, 552, 572, 590,  
591, 592, 658, 666, 667, 670, 671, 686, 691  
etíopes 97, 99, 101, 116, 118, 265, 370, 537,  
552, 563, 652  
Etiópia 55, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102,  
103, 104, 105, 106, 107, 108, 115, 116, 117,  
118, 120, 121, 138, 263, 264, 265, 333, 371,  
387, 406, 448, 488, 535, 550, 552, 557, 559,  
561, 563, 630, 636, 646, 652, 660, 665, 667,  
668, 674, 680, 688, 700, 701, 702, 703  
etnias 434, 500, 553, 593  
étnica 276, 504, 524, 528, 537, 541, 552, 598,  
604, 608, 609, 690  
etnicidade 607, 652  
etnografia 372, 419, 459, 546  
etnólogos 523, 679, 683  
eurocentrismo 504, 688  
Europa 253, 254, 258, 261, 277, 307, 308, 314,  
316, 320, 321, 322, 323, 330, 331, 345, 346,  
347, 348, 349, 350, 351, 354, 355, 356, 359,  
360, 361, 365, 366, 367, 369, 371, 379, 380,  
417, 427, 429, 430, 432, 434, 435, 437, 438,  
439, 441, 445, 448, 464, 466, 467, 481, 483,  
488, 491, 503, 504, 518, 529, 541, 549, 551,  
554, 557, 558, 563, 564, 565, 571, 573, 575,  
582, 588, 589, 596, 629, 642, 643, 671, 673,  
681, 684, 694, 716, 717

europização 544  
europeus 251, 252, 255, 256, 261, 262, 265, 266,  
267, 268, 270, 278, 280, 287, 292, 295, 296,  
300, 304, 307, 314, 315, 320, 329, 333, 341,  
342, 345, 346, 349, 350, 351, 353, 354, 355,  
357, 363, 365, 371, 372, 377, 378, 381, 383,  
385, 387, 388, 390, 391, 394, 396, 400, 402,  
407, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 427,  
428, 429, 430, 431, 432, 434, 439, 440, 442,  
443, 444, 447, 448, 449, 450, 453, 454, 455,  
457, 458, 460, 461, 463, 464, 466, 469, 471,  
472, 474, 475, 477, 481, 483, 485, 488, 489,  
491, 492, 496, 497, 499, 502, 503, 504, 508,  
510, 512, 513, 514, 515, 523, 524, 528, 529,  
530, 531, 534, 535, 536, 539, 540, 541, 544,  
545, 546, 549, 550, 551, 554, 555,  
565, 566, 567, 568, 571, 575, 583, 584,  
585, 586, 594, 598, 599, 603, 608, 618, 622,  
623, 636, 639, 643, 653, 660, 673, 679, 680,  
682, 692  
Evangelho 211  
evangelização 43, 300, 506, 510  
Evans-Pritchard, E.E. 23  
evolução 13, 26, 27, 33, 35, 40, 41, 54, 59, 61,  
62, 64, 70, 76, 87, 91, 93, 94, 100, 108,  
113, 119, 120, 126, 149, 151, 155, 169, 171,  
172, 183, 187, 189, 206, 207, 215, 216, 217,  
226, 227, 233, 234, 243, 250, 255, 276, 294,  
322, 338, 345, 368, 407, 408, 415, 438, 453,  
482, 499, 504, 509, 524, 544, 545, 549, 570,  
574, 576, 579, 582, 583, 588, 589, 594, 599,  
609, 616, 638, 657, 675, 678, 679, 686, 688,  
694, 697  
evoluídos 544, 567, 569, 580, 581, 582, 587,  
593, 594, 605, 606, 608  
ewes 376  
excedente 25, 140, 483  
execuções 333, 339, 384, 451, 660  
Exército 48, 115, 452, 535  
exército colonial 372, 375, 376, 377, 378, 420  
exílio 85, 469, 547, 559, 674, 696  
expedições 27, 28, 99, 105, 117, 148, 154, 205,  
207, 213, 220, 265, 266, 283, 287, 300, 316,  
318, 355, 374, 376  
exploração 40, 67, 111, 160, 165, 171, 181, 185,  
188, 192, 193, 195, 226, 230, 237, 242, 243,  
266, 268, 294, 304, 308, 319, 321, 323, 335,  
339, 350, 360, 367, 384, 389, 391, 392, 393,  
400, 401, 402, 403, 407, 410, 411, 412, 438,  
440, 447, 454, 464, 465, 466, 467, 468, 469,  
470, 473, 475, 477, 478, 479, 480, 484, 494,  
496, 498, 505, 509, 518, 520, 523, 546,  
564, 566, 584, 599, 611, 620, 622, 650, 651,  
670, 696  
exploradores 49, 188, 198, 314, 316, 317, 318,  
319, 320, 321, 323, 360, 365, 391, 402, 407,  
419, 467, 468, 590, 670  
exportações 142, 144, 155, 157, 160, 163, 164,  
166, 169, 172, 173, 175, 189, 191, 192, 200,  
202, 222, 224, 231, 236, 238, 250, 251, 252,  
253, 254, 258, 259, 273, 274, 276, 278, 282,  
287, 293, 350, 366, 392, 440, 467, 468,  
477, 481, 484, 490, 492, 493, 497, 642, 644,  
645, 646

Exposição Colonial 451  
expropriações 393, 416  
Eyadéma, Gnassingbé 668

- F -

Fabian, J. 420, 463, 519  
Fage, John D. 157  
Faidherbe, Louis 75, 194, 195, 251, 309, 372  
Faki 285  
Fall, Aminata Sow 684  
famílias 55, 62, 66, 69, 84, 92, 101, 103, 104, 106, 109, 150, 179, 193, 206, 209, 256, 277, 337, 344, 388, 394, 409, 432, 459, 498, 501, 513, 518, 528, 531, 544, 591  
fangues 219, 223, 498, 535, 536  
Fanon, Franz 625  
fantis 35, 36, 37, 136, 151, 153, 163, 310  
Farewell, Francis 78, 81, 304  
Farnana, Panda 551  
Farquhar, Robert Townsend 118  
Faruk, rei 660  
fascistas 446, 457, 559, 652  
fassis 249, 252, 254  
Fazughli 265  
fé 42, 74, 75, 102, 205, 208, 271, 330, 355, 389, 398, 507, 508, 525, 569, 589, 657  
febre amarela 405, 406, 410  
fecundidade 25, 302, 340  
feijão 44, 47  
feiras 90, 99, 237, 239, 256  
feiticeiros 81, 105, 178, 184, 530, 533, 534  
feitoço 184  
feitorias 28, 31, 87, 135, 185, 187, 194, 195, 207, 224, 230, 234, 243, 285, 308, 313, 345, 356, 357, 414, 472, 473, 500  
Fernão Vaz (cabo) 218, 219, 222, 312  
ferramentas 43, 242, 289, 290, 341, 496  
ferreiros 80, 87, 88, 180, 213, 226, 240, 241  
ferro 30, 39, 40, 50, 51, 67, 77, 97, 152, 199, 201, 202, 205, 213, 219, 226, 227, 231, 239, 242, 283, 290, 291, 330, 465, 647  
ferroviários 349, 383, 401, 555, 557, 598  
ferrovias 192, 266, 349, 356, 410, 412, 413, 431, 451, 464, 539  
Ferry, Jules 347, 349, 350, 351, 359, 364, 365  
fetichismo 46  
feudalismo 572, 664, 690  
feudos 52, 53, 100, 456  
Fez 74, 75, 150, 249, 251, 252, 254  
Filadélfia 130, 138, 254, 322  
filantropia 364  
filhos 34, 56, 57, 58, 59, 61, 66, 88, 92, 96, 148, 150, 151, 159, 179, 207, 241, 264, 293, 296, 302, 303, 310, 311, 316, 323, 339, 373, 379, 409, 442, 459, 462, 508, 511, 513, 514, 518, 591

Filipinas 364, 575  
filosofia 130, 131, 139, 211, 448, 681, 682, 683  
filósofos 128, 131, 132, 133, 134, 683  
Finney, H. B. 342  
Fish River 297, 301, 302  
fisiocratas 131  
flechas 49, 66, 231, 297, 343  
Flint, John E. 125, 169, 198  
FLN 630, 633  
floresta 26, 37, 68, 71, 89, 177, 209, 216, 218, 222, 229, 234, 267, 383, 385, 426, 436, 467, 486, 527  
FMI 644, 645, 665, 672  
Foa, Edouard 186, 332, 333  
Folliet, Joseph 450  
fome 47, 83, 85, 169, 296, 303, 305, 314, 399, 400, 406, 409, 410, 439, 441, 442, 461, 465, 498, 540, 571, 572, 614, 641, 650, 692  
fons 148, 500  
força de trabalho 142, 144, 187, 192, 221, 223, 231, 232, 274, 293, 296, 432, 439, 478, 498  
Ford 408  
formações políticas 14, 23, 25, 27, 45, 55, 68, 125, 333, 338, 342, 344, 385, 602, 623, 672  
fornos 43  
fortalezas 67, 87  
Fortes, M. 23  
Fort-Lamy 560, 567  
Fourah Bay 311, 517, 518  
França 94, 98, 102, 108, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 154, 156, 161, 165, 166, 170, 171, 172, 181, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 222, 253, 273, 298, 308, 312, 313, 317, 318, 320, 322, 338, 340, 349, 350, 351, 352, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361, 363, 364, 366, 369, 370, 372, 373, 388, 400, 401, 411, 413, 421, 428, 429, 430, 433, 434, 435, 437, 438, 439, 446, 447, 448, 449, 453, 454, 455, 457, 459, 465, 481, 482, 487, 492, 494, 505, 540, 543, 549, 551, 557, 558, 559, 560, 561, 563, 565, 568, 569, 570, 571, 575, 577, 578, 580, 581, 582, 583, 585, 589, 590, 591, 597, 598, 602, 613, 615, 616, 619, 620, 621, 632, 652, 679, 694, 700, 703, 705  
franceses 41, 67, 88, 98, 99, 111, 114, 118, 119, 120, 131, 132, 138, 148, 150, 153, 166, 167, 168, 180, 182, 183, 186, 189, 193, 194, 195, 215, 219, 234, 243, 251, 255, 259, 296, 312, 339, 342, 343, 349, 350, 351, 354, 357, 370, 371, 373, 374, 383, 385, 388, 396, 407, 411, 412, 419, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 442, 443, 446, 450, 455, 456, 460, 463, 464, 468, 469, 481, 484, 488, 501, 506, 527, 544, 545, 559, 560, 561, 567, 568, 569, 570, 576, 581, 582, 586, 590, 603, 610, 611, 612, 613, 615, 616, 618, 619, 621, 632, 652  
Frankel 411, 413, 490  
fraternidade 174, 176, 177, 179, 220, 536, 610  
fraudes 49, 154, 355, 483, 584

Freeman, T. B. 31  
Freetown 87, 88, 194, 311  
Frelimo 640, 702  
Frère, Bartle 305  
Freyinet, Ch. 355  
Frobenius, Leo 448, 504  
Froment, E. 232  
fronteiras 39, 55, 88, 102, 104, 105, 116, 118, 127, 203, 247, 248, 260, 263, 267, 286, 295, 298, 306, 325, 331, 361, 391, 429, 430, 435, 473, 502, 525, 539, 540, 568, 604, 608, 649, 651, 652, 653, 662, 678  
Fugumba 69  
fulas 41, 42, 64, 66, 67, 68, 70, 73, 76, 77, 89, 210, 253, 700  
fulfulde 679, 684  
Fumban 40, 41, 42, 44  
funcionários 29, 30, 31, 32, 36, 48, 59, 109, 262, 267, 310, 311, 338, 355, 366, 417, 420, 430, 456, 459, 460, 461, 505, 512, 528, 545, 555, 567, 591, 600, 611, 654, 658, 659, 663, 666, 672  
fundiárias 44, 109, 119, 228, 393, 396, 416  
Funj 260, 264  
futebol 654, 694  
Fuuta Jallon 64, 66, 68, 69, 70, 77, 86, 91, 194, 205, 206, 238, 349  
Fuuta Tooro 66, 68, 74, 166  
Fynn, Francis 81

- G -

Gabão 85, 149, 152, 154, 195, 216, 218, 219, 220, 222, 238, 308, 312, 313, 349, 356, 383, 405, 406, 408, 439, 467, 468, 495, 498, 527, 535, 536, 552, 561, 578, 612, 615, 636, 638, 642, 646, 650, 654, 667, 678, 679, 689, 702  
Gabez 249  
gaboneses 374  
gado 46, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 85, 89, 95, 104, 106, 116, 188, 189, 210, 236, 239, 242, 247, 265, 269, 282, 296, 297, 301, 302, 303, 306, 314, 377, 378, 393, 394, 398, 399, 409, 488, 509, 528, 531, 606, 646, 647, 654  
gafanhotos 345, 406, 409, 498  
Gahindiro 54, 60, 61  
galas 95, 101, 104, 109  
Gallagher, J. 353  
Gallieni 346, 371, 386  
galoas 219  
Gambetta, Léon 351  
Gâmbia 151, 154, 164, 169, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 201, 205, 310, 311, 313, 354, 356, 418, 439, 492, 514, 517, 552, 557, 573, 579, 646, 651, 668  
Gamito 237  
Gana 27, 31, 36, 136, 151, 500, 578, 597, 598, 600, 623, 629, 631, 632, 633, 637, 640, 642, 644, 646, 651, 652, 653, 654, 658, 660, 661, 666, 667, 668, 674, 677, 679, 689, 693, 694  
Ganda, Oumarou 687  
gandas 59, 60, 121, 340, 374, 455  
Gandhi 489, 556  
Ganges 575  
Gann, L. H. 370, 418  
Gao 249, 258, 264, 500  
Garaganza 335, 337  
Garan-Kouyaté, Tiémoko 543, 551  
Garcia, Luc 338, 342, 421  
Garvey, Marcus 542, 547, 626  
garveyismo 546, 547, 548, 550  
Gasyonga I Kayungu 62  
Gaulle, Charles de 569  
Gbuipe 213  
genealogias 55, 227, 332  
Genebra 72, 633, 645  
gêneros alimentícios 281, 469, 556, 563, 647  
genocídio 380, 650, 684, 707  
geógrafos 262, 409, 449  
Georgetown 513  
Gérard, Cl. 350  
gergelim 190, 282, 286, 647  
Ghadamés 254, 255, 256  
Ghat 254, 255, 256, 259  
Ghezo 147, 181, 182, 183, 185, 338  
Gibixhegu 83, 306  
Gide, André 447, 590  
Gide, Charles 351  
giriama 527  
Glasgow 154  
Glélé 332, 338  
Gliddon 322  
globalização 247, 574, 608, 630, 639, 697, 703, 712  
Goa 313, 375  
Gobineau 322, 323  
Godjam 95, 110  
goeses 279, 375, 376  
Gold Coast 35, 36, 128, 153, 154, 161, 162, 163, 164, 165, 179, 181, 182, 245, 310, 346, 374, 384, 413, 415, 417, 418, 435, 440, 477, 483, 500, 517, 526, 534, 535, 537, 542, 543, 545, 552, 554, 556, 557, 564, 571, 572, 573, 577, 578, 580, 581, 592, 593, 601, 603, 604, 605, 616, 617, 618, 625, 629, 631, 652, 656, 658, 686, 692, 693  
Goldie, George 363, 396  
Golfo Pérsico 273  
golpe de Estado 651, 659, 660, 666, 667, 668, 671, 696  
goma arábica 158, 253  
Gonçalves Crespo 685  
Gondar 95, 97, 101, 102, 104  
Gondokoro 266, 267

Gonja 27, 31, 33, 35, 209, 213, 214  
 Goody, Jack 345  
 Gordimer, Nadine 683  
 Gordon, Charles 266, 267, 268  
 Gorée 141, 166, 193, 309, 433, 500, 698, 709  
 governadores 37, 58, 88, 97, 192, 255, 266, 271, 309, 338, 435, 459, 463, 569, 580, 596  
 governo 25, 37, 55, 71, 75, 77, 78, 87, 101, 115, 119, 120, 151, 168, 173, 175, 182, 193, 214, 233, 260, 263, 265, 298, 299, 304, 310, 313, 314, 332, 351, 376, 391, 395, 397, 398, 416, 419, 430, 457, 458, 505, 509, 553, 555, 559, 560, 561, 566, 568, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 585, 593, 594, 612, 613, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 633, 636, 637, 639, 640, 651, 652, 656, 667, 668, 670, 696, 706, 709  
 Grã-Bretanha 60, 108, 114, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 129, 131, 136, 137, 139, 140, 143, 151, 154, 155, 157, 175, 189, 195, 272, 311, 318, 320, 322, 354, 395, 428, 430, 437, 440, 447, 452, 455, 457, 459, 465, 477, 481, 484, 492, 496, 505, 515, 517, 518, 551, 558, 567, 568, 573, 575, 577, 598, 617  
 Grahamstown 302  
 Grand-Bassam 308, 410, 552  
 Grandes Lagos 45, 50, 260, 266, 267, 283, 291, 308, 320, 332, 701, 703  
 Grande Trek 299, 300, 301, 304, 305  
 Grant, J. A. 266  
 Granville 130  
 Grawert, Werner von 371  
 Grécia 138, 261  
 Greene, Graham 449  
 Grégoire, abade 138  
 gregos 97, 488, 694  
 greves 382, 479, 527, 555, 556, 557, 577, 596, 599, 617, 671, 672  
 Griaule, Marcel 448, 590  
 gripe 406, 442  
 Griqualand 299, 301, 304  
 griquas 298, 300, 304, 306  
 Grootfontein 314  
 grupos étnicos 89, 204, 219, 277, 293  
 grupos sociais 24, 106, 111, 130, 131, 204, 217, 221, 289, 290, 294, 330, 389, 595, 671  
 Guadalupe 559, 699  
 guano 314  
 Guardafui 117  
 guerra 22, 24, 26, 28, 37, 38, 39, 40, 41, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 94, 96, 100, 103, 104, 106, 111, 118, 119, 120, 131, 132, 138, 140, 141, 146, 155, 167, 169, 174, 176, 178, 179, 182, 196, 200, 206, 208, 211, 223, 238, 247, 264, 265, 266, 272, 297, 302, 303, 304, 305, 306, 310, 311, 314, 323, 334, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 351, 354, 357, 359, 373, 375, 376, 377, 378, 382, 384, 386,

387, 388, 389, 390, 394, 414, 416, 419, 421, 428, 429, 431, 432, 433, 434, 435, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 445, 446, 447, 448, 451, 452, 457, 467, 468, 473, 475, 480, 481, 482, 485, 488, 497, 498, 500, 505, 506, 527, 528, 531, 532, 533, 535, 549, 552, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 574, 575, 576, 579, 580, 582, 583, 584, 585, 587, 588, 592, 593, 596, 597, 599, 601, 605, 613, 614, 620, 622, 625, 630, 632, 650, 652, 655, 665, 666, 675, 685, 690, 695, 701, 702, 706, 707, 717  
 Guerra 36, 57, 68, 69, 101, 189, 258, 329, 341, 370, 383, 398, 401, 413, 417, 427, 428, 436, 445, 449, 455, 465, 467, 468, 469, 470, 471, 474, 476, 477, 479, 481, 497, 499, 502, 507, 510, 513, 527, 529, 530, 533, 535, 545, 546, 550, 551, 553, 556, 557, 561, 562, 563, 565, 566, 570, 573, 574, 575, 577, 585, 587, 590, 600, 601, 623, 630, 631, 632, 652, 655, 686, 693, 701, 702, 703, 709  
 guerra civil 41, 56, 58, 176, 178, 340, 558, 632, 650, 652, 666, 706, 707  
 Guerra Fria 575, 600, 630, 631, 632, 701, 703  
 guerra preta 376  
 guerras 30, 37, 52, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 81, 88, 94, 96, 100, 102, 105, 140, 147, 148, 164, 168, 172, 173, 194, 200, 209, 250, 263, 266, 285, 297, 301, 302, 303, 304, 329, 335, 336, 338, 341, 342, 348, 349, 350, 367, 373, 376, 380, 382, 392, 399, 406, 407, 409, 427, 428, 446, 449, 452, 453, 459, 462, 468, 469, 480, 481, 482, 484, 501, 504, 508, 514, 515, 516, 517, 518, 541, 545, 549, 551, 558, 575, 587, 588, 607, 648, 671, 678, 690, 701  
 guerras santas 63, 64, 65, 68, 69, 690  
 guerreiros 41, 52, 53, 67, 79, 81, 95, 96, 99, 178, 301, 305, 337, 341, 342, 344, 370, 371, 389, 391, 528, 533, 534  
 Guêye, Doudou 610  
 Guêye, Lamine 545, 571, 577, 581, 602, 610, 612  
 Guiana Francesa 461  
 Guilherme II 352, 420, 433  
 Guiné 26, 85, 130, 148, 168, 171, 182, 187, 195, 198, 208, 211, 215, 218, 308, 339, 346, 358, 367, 368, 369, 373, 410, 414, 431, 464, 489, 495, 527, 535, 558, 564, 577, 578, 579, 598, 601, 603, 605, 623, 631, 632, 633, 637, 640, 642, 646, 651, 654, 656, 658, 660, 664, 666, 667, 679, 680, 690, 702, 703, 705, 717  
 Guiné-Bissau 527, 667, 703, 705  
 Guizot, François 308, 351  
 Gummi 209  
 Gungunhana 383, 387  
 Gura 117, 265  
 guros 201  
 gusiis 531  
 Gyaman 27, 213  
 Gyekye, Kwame 683

## - H -

hábitos 14, 108, 147, 167, 168, 488, 506, 544  
 hacos 239  
 Hailu, ras 563  
 Haiti 134  
 Haley, Alex 698  
 Hambarke Samatata 72  
 Hamburgo 154, 314, 355, 439  
 Hamdallay 72  
 hamitas 52  
 Hammond, Richard J. 367  
 Hampâté Ba, Amadou 680  
 Hampâté Bâ, Amadou 66, 417, 462  
 Harar 97, 101, 107, 117, 265  
 Hardy, Georges 160, 166, 190, 448, 504  
 Hargreaves, John D. 307  
 Harris, William Wade 443, 534, 540  
 harrismo 539, 540  
 Hastie, James 105, 106, 119  
 haussás 37, 41, 42, 64, 66, 67, 72, 77, 148, 169, 200, 201, 206, 208, 209, 210, 212, 214, 253, 256, 258, 259, 374, 376, 377, 378, 415, 690  
 Havana 152  
 Hayford, E. Casely 542  
 Hazoumé, Paul 449, 590  
 Hebty, G. A. 369  
 Hecquard 309  
 hegemonia 51, 59, 60, 64, 91, 173, 195, 211, 215, 241, 250, 272, 310, 313, 342, 427, 584, 653  
 Henshaw Town 174  
 Herculano, Alexandre 368  
 hereditário 30, 52, 160, 402  
 hereros 314, 377, 380, 382, 394, 604  
 heróis 24, 26, 84, 305, 387, 449, 528, 529, 542, 571, 674, 686  
 Herskovits, Melville J. 46  
 Hertzog, J. B. M. 559, 561  
 Heusch, Luc de 61  
 hierarquia 52, 54, 61, 106, 221, 322, 337, 344, 434, 458, 460, 488, 508, 512, 585, 664  
 highlife 692, 693, 695  
 Hill, Polly 415, 500  
 himas 52, 53, 54, 121  
 hinos 80, 653, 692  
 hipopótamo 278  
 história 13, 14, 15, 17, 18, 25, 26, 38, 44, 57, 68, 71, 76, 80, 81, 82, 84, 93, 96, 98, 100, 108, 109, 120, 125, 154, 171, 187, 195, 197, 206, 216, 236, 244, 295, 300, 309, 314, 318, 330, 332, 333, 348, 351, 353, 368, 369, 370, 380, 404, 408, 428, 429, 448, 449, 458, 479, 486, 513, 518, 523, 524, 537, 538, 541, 542, 544, 546, 551, 555, 557, 559, 568, 570, 574, 576, 584, 589, 590, 595, 596, 598, 602, 608, 609, 614, 616, 618, 639, 640, 644, 652, 664, 673, 674, 676, 678, 679, 681, 682, 683,

686, 688, 692, 693, 697, 698, 699, 701, 705, 709, 716  
 historiadores 23, 38, 42, 56, 84, 120, 198, 358, 367, 380, 407, 469, 497, 523, 529, 541, 546, 565, 673, 679, 681  
 historiografia 23, 73, 76, 81, 85, 90, 251, 295, 330, 348, 369, 381, 408, 532, 541, 542, 607, 681, 682  
 Hitler, A. 380, 447, 559  
 Hobsbawm, Eric 121, 528  
 Hobson, J. A. 352  
 Hodgkin, Thomas 602, 682  
 holandeses 98, 164, 215, 295, 308, 394  
 hollis 527  
 Hondo, Med 687  
 Honwana, Luís Bernardo 684  
 Hopkins, A. G. 125, 169, 473, 584  
 Horin 71  
 Horvath, Don von 449  
 hotentotes 77, 296  
 Hountondji, Paulin 545, 683  
 Houphouët-Boigny, Félix 465, 610, 611, 612, 613, 639, 653, 654, 659, 667, 668  
 hubus 91  
 Hughes, Langston 685  
 huguenotes 296  
 humanitarismo 128, 130, 300, 319, 321, 465  
 humilhação 63, 354, 380, 448, 545  
 Hunkarin, Louis 551  
 Hunt, James 323  
 Huntley, Henry 147  
 Hussein, Ebrahim 685, 686  
 hut tax 396, 464, 476, 525  
 Hutton, W. 31  
 hutus 52, 53, 54, 61.

## - I -

Ibadan 345, 374, 664, 682, 686  
 Ibo 281  
 ibos 137, 148, 173, 178, 374, 650  
 Ibrahim, Abdullah 696  
 Ibrahima Khalilou 72  
 idealismo 131, 168  
 identidade 34, 53, 63, 76, 101, 208, 209, 300, 396, 456, 461, 592, 633, 652, 683, 690  
 ideologia 27, 45, 59, 93, 134, 185, 186, 275, 294, 321, 335, 336, 350, 352, 365, 366, 369, 418, 470, 527, 547, 550, 592, 599, 600, 611, 614, 617, 620, 630, 640, 654, 660, 661, 666, 670, 676, 682, 697  
 ideologias 120, 371, 541, 542, 546, 613, 639, 680, 683, 695  
 ideólogos 348, 550, 551  
 iemenitas 97  
 iferuan 255  
 Igreja Anglicana 545



Igreja Episcopal Metodista 536  
 Igreja Etíope 537  
 igrejas 101, 138, 382, 383, 505, 507, 508, 509, 534, 536, 537, 538, 539, 548, 552, 554, 573, 672, 686, 688, 689, 691  
 igrejas independentes 138, 382, 534, 548, 552  
 igualdade 54, 115, 134, 135, 138, 299, 321, 434, 454, 499, 536, 547, 548, 553, 566, 570, 581, 635, 645, 670, 708, 709  
 Ijebu 370  
 Ikelemba 232  
 Ilha Bourbon (Reunião) 98  
 Ilha Maurícia 118, 638, 644, 647, 706  
 Ilhas Bourbon (Reunião) 134  
 Ilhas Mascarenhas 98, 273, 274, 308  
 Iliffe 408  
 Iluminismo 130  
 imã 73  
 imagem 13, 85, 111, 166, 267, 293, 320, 359, 398, 419, 443, 459, 518, 565, 595, 615, 629, 665, 698  
 Imerina 100, 102, 103, 106, 110, 111, 112, 113, 115  
 imigração 32, 136, 144, 194, 209, 268, 307, 312, 393, 394, 408, 420, 474, 476, 488  
 imperadores 93, 95, 101, 109  
 Imperial British East Africa Company 359, 374, 394, 396  
 imperialismo 28, 44, 60, 85, 86, 92, 116, 120, 195, 250, 260, 318, 330, 340, 346, 347, 348, 349, 353, 354, 364, 367, 369, 371, 423, 446, 508, 550, 572, 574, 576, 579, 583, 590, 591, 620, 635, 649, 680, 690  
 imperialista 115, 329, 333, 339, 348, 350, 356, 364, 365, 373, 419, 680, 697  
 impérios 23, 63, 68, 129, 138, 333, 337, 341, 342, 383, 428, 438, 448, 466, 518, 544, 549, 552, 558, 568, 574, 583, 584, 681  
 importações 252, 386, 490, 642  
 impostos 31, 71, 75, 86, 90, 109, 110, 111, 113, 162, 186, 210, 214, 228, 252, 255, 265, 278, 284, 286, 287, 296, 313, 390, 398, 403, 404, 419, 432, 464, 482, 484, 492, 493, 496, 498, 502, 563, 584, 587  
 imprensa 299, 319, 320, 357, 382, 405, 421, 461, 487, 514, 529, 541, 549, 554, 555, 577, 617, 620, 635, 656, 658, 661, 674  
 incenso 97  
 independência 59, 60, 85, 95, 116, 118, 134, 135, 138, 203, 234, 264, 267, 271, 299, 304, 310, 311, 329, 367, 369, 382, 384, 387, 404, 447, 461, 468, 518, 524, 532, 542, 548, 552, 556, 569, 571, 572, 574, 575, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 588, 591, 592, 593, 596, 598, 601, 602, 605, 606, 607, 609, 613, 614, 615, 617, 618, 619, 621, 622, 623, 629, 630, 631, 632, 636, 637, 638, 639, 641, 649, 650, 652, 653, 654, 656, 659, 660, 661, 663, 664, 671, 675, 677, 678, 685, 686, 690, 707  
 independentistas 541, 595, 655, 667

Índia 97, 105, 117, 148, 172, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 285, 286, 296, 313, 353, 354, 364, 367, 368, 369, 374, 375, 380, 488, 567, 575, 576, 589, 615, 679  
 indianos 97, 99, 155, 276, 277, 278, 279, 280, 284, 285, 299, 375, 394, 395, 415, 418, 456, 457, 471, 472, 474, 488, 489, 496, 709  
 indígenas 140, 162, 173, 200, 203, 256, 257, 285, 295, 298, 310, 321, 365, 366, 371, 375, 379, 385, 393, 397, 399, 402, 404, 405, 428, 429, 430, 431, 434, 438, 441, 442, 454, 457, 460, 463, 464, 465, 475, 483, 488, 504, 506, 508, 509, 511, 538, 553, 555, 567, 587, 699  
 indigenato 432, 458, 463, 543, 567  
 Indirect Rule 452, 453, 455, 456, 463, 464, 544, 567  
 Indochina 413, 421, 453, 472, 497, 558, 575, 582  
 Indonésia 95, 98, 273, 296, 564, 575, 576  
 induna 80  
 industrialização 158, 492, 564, 586, 641, 693  
 indústrias 137, 164, 168, 252, 367, 438, 439, 473, 483, 494, 496, 643, 670, 678, 706  
 infantaria 66, 87, 343  
 inferioridade 105, 323, 346, 435, 451, 576, 608, 609, 631  
 infiéis 65, 71, 302, 316  
 Inglaterra 79, 93, 112, 116, 117, 118, 119, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137, 140, 142, 145, 152, 153, 155, 156, 171, 176, 179, 189, 195, 253, 272, 278, 287, 298, 299, 318, 321, 322, 340, 349, 350, 351, 353, 354, 369, 416, 449, 517, 518, 551, 563, 588, 596  
 inhome 33, 185  
 injustiças 539, 546  
 insígnias 290, 335, 336, 374, 508  
 insubordinação 300, 583  
 insurreição 133, 265, 304, 374, 377, 382, 383, 387, 389, 390, 394, 403, 500, 533, 570, 571, 579, 614  
 integração 31, 33, 40, 50, 64, 70, 71, 72, 85, 91, 102, 106, 127, 187, 203, 229, 241, 283, 284, 300, 336, 338, 381, 390, 413, 536, 546, 553, 559, 581, 596, 606, 616, 633, 634, 639, 652, 653, 681, 688, 690, 704, 705, 706, 707, 708  
 intelectuais 25, 34, 53, 74, 77, 82, 85, 110, 134, 138, 205, 321, 348, 364, 446, 447, 448, 450, 462, 517, 518, 542, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 555, 572, 588, 589, 592, 595, 596, 602, 603, 605, 607, 616, 630, 664, 669, 675, 681, 687, 688, 697, 699, 710  
 intelligentsia 588, 592, 605  
 interlacustre 45, 46, 50, 51, 55  
 intermediários 113, 153, 155, 163, 170, 187, 191, 204, 223, 227, 230, 232, 233, 234, 237, 241, 255, 261, 270, 355, 376, 381, 415, 472, 481, 488, 491, 531, 539, 643, 692  
 Internacional Comunista 446, 550  
 intérpretes 418, 462

intervencionismo 441, 491  
 invasão 63, 105, 107, 188, 253, 259, 263, 264, 298, 330, 393, 407, 409, 410, 437, 523, 564  
 Inyati 306  
 IOM 614  
 iorubás 69, 148, 169, 210, 341, 342, 345, 347, 370, 374, 378, 388, 500, 604  
 Iraque 73  
 Irebu 233, 399  
 irrigação 264, 474, 487  
 Isaacs, Barnett 349  
 Isaacs, Nathaniel 81  
 Isandlwana 305, 345, 383  
 Isangila 225  
 islã 25, 40, 42, 43, 63, 64, 65, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 100, 101, 117, 205, 208, 249, 260, 265, 271, 292, 294, 335, 340, 382, 418, 420, 470, 509, 510, 530, 540, 681, 690, 691  
 islamização 41, 42, 64, 76, 77, 91, 93  
 Ismail 117  
 Ismail Kamil 264, 265  
 Istambul 211  
 Itália 117, 118, 259, 272, 347, 350, 354, 357, 359, 364, 421, 448, 550, 552, 558, 559  
 italianos 107, 110, 118, 267, 370, 378, 448, 488, 558, 559, 560, 563, 652  
 Jaali 264  
 jacobinismo 454  
 Jadotville 563, 602  
 Jaghbub 259  
 Jairam 280  
 Ja Ja 178, 243  
 Jallabas 230, 267, 268  
 Jamaica 105, 129, 141, 145, 200, 311, 699, 700  
 Japão 115, 428, 560, 564  
 japoneses 471, 565  
 Jauréguiberry, Jean 355, 356  
 Jawara, Dawda 651  
 Jazz 694, 696  
 Jegga 209  
 Jerusalém 100, 433  
 Jewsiewsky, Bogumil 463  
 Joachim, Paulin 685  
 Joal 309  
 João Paulo II 698  
 Johannesburg 556  
 Johannes 102, 105, 107, 108, 110, 117, 118, 265, 299, 300, 420, 463, 519  
 Johannes IV 102, 105, 107, 108, 110, 117, 118  
 Johnson, H.A.S. 76  
 Johnson, Wallace 549, 573  
 Johnston, Harry 52, 407, 415, 416

Jolof 74  
 Jones, A. T. 342  
 jornais 299, 320, 352, 448, 551, 554, 555, 600, 617  
 jornalismo 319, 555  
 jornalista 322, 365, 555, 582, 656  
 Joseph, Richard 605, 619, 620, 621, 632  
 Jouve, Edmond 636  
 judeus 65, 250, 252, 256, 261, 488  
 judiciário 72, 463, 656  
 Jünger, Ernst 449  
 jurisprudência 71, 72  
 justiça 33, 43, 44, 75, 100, 109, 115, 129, 137, 177, 450, 451, 463, 529, 532, 579, 657, 659, 705, 707  
 juventude 41, 78, 80, 92, 148, 372, 508, 559, 588, 599, 605, 607, 617, 670, 671, 676

## - K -

Kaarta 63, 70, 88  
 Kaba 206  
 Kabarega 56, 57, 383, 387  
 Kabasele 694, 696  
 Kabila, Laurent-Désiré 668, 671  
 Kaduna 456  
 Kaffa 95  
 Kagame, Alexis 680, 682  
 Kajumba 58  
 Kamanga 307  
 Kamanya 58, 59, 60  
 Kambarin Beriberi 209  
 kambas 285, 621  
 Kamina 436  
 Kane, Cheikh Hamidou 683  
 Kanem 70, 209, 256, 258, 259  
 kanembus 77  
 Kankan 86, 91  
 Kano 31, 66, 69, 70, 71, 72, 76, 199, 208, 209, 254, 256, 257, 258, 259, 371, 500, 628  
 Kaolack 462, 501, 599  
 Karagwe 46, 50, 51, 52, 55, 60, 63, 284, 294, 334  
 Karamanli 255, 258  
 karimojonges 331  
 Karnu 532, 533  
 Karugire, Samwiri Rubaraza 53, 62  
 Kasai 232, 239, 240, 340, 402, 501, 604, 650  
 Kasa-Vubu 518, 609  
 Kasenda, Nico 694  
 Kasongo 285, 335, 529  
 Kasongo Niembo 529  
 Kassa 100, 104, 108, 117  
 Kassa Haïlu 100, 104, 108  
 Katamanso 30

Katanga 242, 379, 387, 401, 403, 404, 414, 423, 495, 650  
 Katsina 31, 69, 71, 72, 209, 254, 256, 260  
 Kaunda, Kenneth 657, 667, 683, 710  
 Kazey 284  
 Kebra Negast 108  
 Keita, Modibo 651, 690  
 Keita, Salif 694  
 Keita, Modibo 610  
 Kemp, Johannes T. Van der 299, 300  
 Kenedugu 92  
 Kenyatta, Jomo 449, 475, 518, 543, 549, 551, 573, 577, 578, 622, 623  
 Kérékou, Mathieu 640, 667, 668  
 Keren 117  
 Ketshwayo 305, 342, 387  
 Keyserling, Hermann von 447  
 khoikhois 296, 297, 298, 300, 301  
 khojas 279  
 Khumalo 306  
 Kiamfu 529  
 kikongo 514  
 Kikuyu 521, 543, 552  
 kikuyus 285, 395, 475, 476, 517, 621, 623  
 Kilwa Kivinje 273, 281, 282  
 kimbaguisimo 538, 603  
 Kimbalambala 225  
 Kimbangu, Simon 535, 538, 539, 540  
 Kimbanguista 539  
 Kimongo 226  
 King Eyo Honesty 179  
 Kinjikitile Ngwale 390  
 Kinshasa 231, 501, 583, 594, 610, 633, 649, 650, 654, 660, 663, 667, 668, 670, 674, 679, 680, 684, 689, 694, 701, 702, 706, 707  
 Kintampo 209, 210, 214  
 Kinyarwanda 684  
 Kipling, R. 351, 369  
 Kirk, John 365, 366  
 kirundi 684  
 Kirundu 285  
 Kisangani 285, 335, 391, 594  
 Kisantu 610  
 Kisi 531  
 Kitawala 534, 535, 537, 539  
 Kivinje 273, 281, 282  
 Kivu 50  
 Kiwanuka, Semakula 339, 340  
 Kiyimba 58  
 Ki-Zerbo, Joseph 427, 590, 681, 682  
 Kjekshus, Helge 377  
 Knight, Franklin W. 144  
 Kodjo Tovaïou Houénou 543  
 Koelle, S. 320  
 Kofi Kakari 34, 35, 36, 339  
 Komintern 550, 551  
 komonis 213

Konaté, Mamadou 597, 610  
 Konaté, Yacouba 691  
 Kong 37, 165, 188, 198, 200, 202, 209, 210, 211, 212, 213, 250, 386, 500  
 Kongo 215, 270, 312, 376, 535, 608, 625, 626  
 kongos 227, 608, 609  
 Konyan 86, 88, 91  
 Kooroko 209  
 koranas 306  
 Kordofan 263, 264, 267  
 Kourouma, Ahmadou 684  
 Kouyaté, Tiémoko Garan 551  
 Kreich 270  
 krus 377, 378  
 Kuczynski, Robert 49, 407, 408  
 Kufra 259  
 Kuka 256  
 Kukawa 256, 500  
 Kumasí 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 122, 200, 208, 214, 250, 346, 593, 631  
 kunis 226, 227  
 Kusserow, Henri de 359  
 Kutch 278, 279, 280  
 Kutj, Fela Anikulapo 693, 696  
 Kwaku Dua 31, 32, 34, 35, 214, 339  
 Kwilu 216, 225, 226, 240  
 Kwilu-Niari 225, 226

- L -

lã 155, 212  
 Laborde, Jean 114, 119, 120  
 Labrousse, Ernest 665  
 Lacerda e Almeida, Francisco de 237  
 Lafia Touré 86, 91  
 Iago Bangwelu 318  
 Iago Baringo 285  
 Iago Chade 71, 201, 254, 256, 267  
 Lagos 45, 50, 128, 153, 154, 165, 169, 172, 176, 180, 182, 184, 258, 259, 260, 266, 267, 283, 291, 308, 310, 320, 332, 342, 346, 384, 500, 502, 517, 546, 561, 639, 701, 702, 703, 707, 710  
 Iago Turkana 285  
 Iago Vitória 50, 55, 56, 267, 284, 285, 531  
 Lampbar 309  
 Lamu 276, 281, 285, 286, 287  
 lanças 50, 58, 105, 213  
 Landana 228  
 Iangeni 78  
 Iaris 541, 604  
 Lastelle, Napoléon de 114, 119  
 Lathan, A. J. H. 173  
 Lebna Dengal 109  
 Leclerc, Gen. 560

legislação 44, 132, 154, 234, 527, 553, 597, 636  
 legumes 50, 185  
 Leih-Ross, Sylvia 565  
 Leiris, Michel 590  
 leite 46, 47, 53, 61, 80, 84  
 Lenine 550  
 Leopoldo II 216  
 Leopoldville 593, 602, 609, 694  
 Leroy-Beaulieu, Paul 349, 371, 372  
 Lesoto 579, 638, 646, 668, 706  
 Lesourd, J.-A. 350  
 Lesseps, Ferdinand de 266  
 Lété 653  
 Ietrados 29, 42, 63, 64, 69, 71, 74, 77, 200, 205, 208, 211, 311, 317, 389, 449, 462, 496, 518, 602, 679, 680  
 Lettow-Vorbeck, Gen. 437  
 Lever 479, 480, 482  
 Leyniers, sen. 479  
 libaneses 488, 489, 496  
 Libano 488, 575  
 liberalismo 128, 364, 441, 663, 710  
 liberdade 89, 127, 129, 132, 133, 134, 159, 183, 184, 204, 285, 322, 323, 340, 359, 360, 361, 362, 366, 387, 401, 419, 420, 459, 460, 461, 464, 505, 530, 542, 548, 567, 568, 572, 574, 599, 611, 634, 635, 643, 654, 657, 658, 662, 676, 677, 683, 695, 708, 710  
 Libéria 128, 145, 307, 308, 312, 355, 376, 377, 443, 534, 552, 554, 573, 625, 630, 632, 647, 660, 666, 668, 692, 693, 702, 703, 706, 707  
 Iiberianos 378  
 Iibertação 109, 446, 500, 539, 550, 565, 569, 570, 575, 576, 577, 580, 592, 620, 631, 636, 638, 652, 667, 678, 689, 692, 696, 701, 702  
 Libia 259, 558, 559, 560, 577, 630  
 Libreville 128, 307, 312, 498, 500, 501, 561, 567  
 Likasi 563  
 Likona 232  
 Limpopo 84, 306  
 Lindi 281  
 Iingala 233, 420, 514, 608, 679, 684, 694  
 Iínguas 95, 97, 113, 121, 420, 448, 459, 507, 509, 513, 514, 518, 542, 554, 679, 680, 681, 684, 686  
 Iinhagens 23, 34, 40, 61, 104, 111, 113, 144, 150, 173, 204, 266, 290, 293, 306, 336, 337, 418  
 Iinho 189, 475, 547  
 Lisboa 122, 314, 367, 368, 369, 423, 424, 458, 494, 551, 591, 592, 685, 716, 717  
 Lisette, Gabriel 461  
 literatura 13, 14, 52, 65, 71, 82, 136, 137, 138, 382, 449, 592, 594, 662, 679, 680, 683, 684  
 Little Popo 147  
 Liverpool 146, 154, 171, 179, 180, 313, 571

Livingston, Charles 178  
 Livingstone, David 282, 284, 308, 316, 318, 320, 323, 504  
 Iivos 65, 135, 136, 211, 322, 421, 447, 483, 554, 593, 676  
 Loango 215, 216, 218, 224, 226, 227, 228, 229, 236, 312  
 Lobengula 306, 388, 389, 393  
 Lobito 502  
 Locke, John 128  
 Lokula 230  
 Lô, Magatte 598, 601  
 Lomami 285, 288, 571, 593  
 Lomami-Tshimbaba 571  
 Lomé 436, 552, 643, 707  
 London Missionary Society 112, 127, 299, 300  
 Londres 36, 122, 123, 129, 130, 136, 154, 198, 203, 224, 243, 244, 245, 278, 284, 300, 311, 321, 325, 326, 358, 360, 365, 383, 384, 389, 393, 395, 396, 397, 416, 421, 422, 423, 424, 430, 447, 449, 467, 505, 506, 517, 520, 521, 542, 543, 548, 550, 551, 559, 584, 592, 597, 607, 626, 627, 633, 637, 657, 669, 677, 680, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717  
 Londres, Albert 447  
 longa duração 17, 35, 80, 197, 206, 247, 294, 330, 370, 428, 524  
 Lopes, Henri 684  
 louça 213  
 Lourenço Marques 84, 502  
 Lovejoy, Paul 209  
 LOW, D. A. 716  
 Iozis 239  
 Lualaba 285, 335  
 Luanda 215, 226, 227, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 312, 502, 517, 542, 543  
 Luapula 239, 242, 399  
 Iubas 241, 340, 341  
 Lubumbashi 496  
 Ludima 226  
 Iugbaras 331  
 Lukunga 225  
 Luluabourg 341, 390, 571, 577  
 Iulus 239, 240, 241  
 Lumumba, Patrice 594, 631, 632, 633, 634, 670, 674, 686  
 Lunda 216, 234, 239, 241, 242, 245, 337  
 Iundas 121, 239, 242, 389  
 Iuso-africanos 234, 316, 341  
 Iuta armada 575, 605, 613, 614, 621, 637, 638  
 Iuteranismo 538  
 Iuto 49, 84  
 Iuxo 50, 155, 181, 199, 200, 202, 211, 212, 221, 223, 230, 277, 288, 293, 467, 564, 583  
 Ly, Abdoulaye 681  
 Lyautey, Louis 369, 451  
 Ly-Tall 76

Ma al-Ainín 530  
 maasais 374, 394, 395, 474, 517  
 machados 213, 345  
 Macina 64, 66, 70, 72, 93, 123  
 Mackinnon, William 359, 365, 366  
 Maclean, George 310  
 MacQueen, James 135  
 macuas 375, 389  
 Madagascar 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 123, 188, 273, 286, 296, 340, 372, 373, 383, 384, 386, 387, 388, 405, 412, 431, 439, 443, 457, 495, 542, 543, 544, 552, 557, 560, 561, 577, 578, 583, 603, 610, 613, 614, 619, 636, 638, 647, 660, 666, 667, 688, 712  
 madeira 30, 44, 145, 152, 157, 163, 191, 202, 218, 220, 243, 400, 422, 426, 451, 467, 468, 473, 493, 647, 692  
 Madras 509  
 Magdala 117  
 Mage, Eugène 251  
 magia 302  
 magistrados 72, 109  
 Magrebe 100, 160, 249, 250, 251, 412, 429, 575  
 magrebinos 97, 261, 268, 590  
 Magwende 63  
 Mahan, Alfred 351, 352  
 mahbub 257  
 Mahdi 68, 259, 383  
 mahdismo 265, 534  
 majanga 527  
 maji-maji 384, 389, 527, 533, 534, 606  
 Majunga 99, 100, 114, 561  
 Makāa 302, 303  
 Makāda 233  
 Makeba, Miriam 696  
 Makerere 517, 518  
 Makharam, Ababacar Samb 686  
 Makoko 231, 351, 357, 373, 501  
 Makonen 107, 573, 592  
 Malange 312  
 malária 180, 201, 301, 371, 704  
 Malásia 296, 564  
 Malawi 307, 579, 626, 638, 647, 668, 702, 706  
 Malebo 215, 224, 225, 226, 229, 230, 232, 501  
 Malet, Edouard 358  
 malgaxes 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 388, 613  
 Mali 206, 209, 578, 631, 632, 633, 647, 651, 653, 660, 666, 667, 674, 687, 690  
 Malindi 276, 279  
 malinka 86  
 Malula, Mons. Joseph 689  
 Mamadu Lamine 373, 383  
 mamelucos 262, 263, 264

Manchester 155, 168, 224, 252, 278, 423, 572, 573, 574, 592, 631, 634, 717  
 Mande 533  
 Mandela, Nelson 637, 638, 667, 668  
 mandinga 63, 86, 91, 679  
 mandioca 47, 185, 231, 232, 242, 270, 290, 291, 494, 495, 498  
 manganês 440, 564  
 Mangena, Alfred 553, 554  
 Mangin, Cel. 429  
 Mango 209, 212, 213, 377  
 Mangwana, Sam 693  
 Maniema 278, 292, 294, 338, 377  
 Manilla Pepple 178  
 Mansfield, James 127, 129  
 manteiga 53, 188, 205, 210, 213  
 manufaturados 40, 97, 119, 137, 168, 199, 214, 223, 257, 290, 296, 439, 469, 563, 643, 646, 647  
 Manyambaladugu 86  
 Manyanga 225  
 mão-de-obra 40, 48, 90, 119, 131, 142, 144, 145, 166, 167, 169, 170, 186, 192, 194, 200, 218, 231, 243, 273, 274, 275, 280, 300, 303, 368, 394, 395, 396, 397, 410, 413, 438, 464, 467, 470, 471, 473, 474, 475, 476, 478, 479, 486, 495, 496, 503, 505, 509, 527, 563, 586, 638  
 Maputo 84, 502  
 marabus 42, 64, 70, 72, 75, 91, 92  
 Maran, René 449, 461, 543  
 marfim 62, 71, 97, 107, 151, 152, 157, 163, 164, 165, 191, 205, 216, 218, 220, 222, 223, 224, 226, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 253, 256, 266, 267, 268, 273, 277, 278, 279, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 292, 293, 313, 314, 315, 334, 338, 369, 391, 392, 399, 400, 401, 402, 404, 405, 467, 472  
 Margarido, Maria Manuela 592  
 marinha 81, 130, 140, 179, 182, 219, 311, 355, 376, 388  
 marinheiros 421, 551, 555, 598, 692  
 Marinho, Joaquim Pereira 148, 150  
 Marley, Bob 700  
 Marrocos 74, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 262, 264, 363, 373, 405, 412, 451, 575, 604, 633, 636  
 marroquinos 250, 251, 253, 450  
 Marselha 146, 150, 154, 181, 195, 253, 356, 488  
 Martin, Denis-Constant 653, 663  
 Martinica 141, 559, 699  
 Martin, Phyllis 228  
 Martins, Domingos José 149, 150, 151, 182  
 Mar Vermelho 97, 100, 101, 106, 116, 117, 260, 431  
 marxismo 575, 630, 640, 666  
 Marx, Karl 348, 550  
 Masorona Kamara 86  
 Massassi 74

Massaua 97, 101, 108, 116, 117, 260, 265  
 Massé, Pierre 429  
 Matadi 225, 401, 596  
 Matamba 238, 312  
 matérias-primas 134, 157, 189, 199, 201, 262, 345, 349, 438, 439, 471, 472, 491, 493, 494, 496, 564, 580, 583, 643, 645  
 matriciã 34, 38  
 matrilinearidade 34  
 Matsua, André-Grenard 540  
 matsuanismo 540, 603  
 Matta, Joaquim Dias Cordeiro da 685  
 Mau-Mau 577, 578, 583, 621, 622, 623  
 Maunick, Edouard J. 685  
 Mauritânia 74, 158, 373, 384, 431, 530, 578, 604, 633, 647, 654, 667, 687  
 Mayombe 226, 486  
 Mazrui 271, 272, 286, 382, 531, 681  
 Mazrui, Ali 681  
 Mbadiwe, K. O. 572, 573  
 Mbandaka 501  
 Mbeki, Thabo 703, 709, 710  
 Mbembe, Achille 688  
 Mbiti, John 682  
 Mbuembue 38, 39, 40, 41  
 Mbuya 532  
 McPhee, Allan 125  
 Mebege 535  
 Meca 70, 73, 75, 101, 208, 211, 249, 259, 456  
 mecanização 486, 488, 496, 586  
 medicina 504, 592  
 médicos 321, 474, 504, 509, 544, 704  
 Medina 309, 502  
 Mediterrâneo 248, 249, 250, 255, 258, 260, 270, 277, 336, 431, 557, 560, 634  
 médiuns 340, 532  
 Meiji 115  
 Meillassoux, Claude 203, 204, 395  
 mel 62, 283, 317, 472, 494  
 Melinde 276  
 Melville, J. 82  
 Memmi, Albert 544, 625  
 memória 74, 84, 96, 120, 465, 546, 574, 607, 697, 698, 701  
 Menelik 94, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 123, 371, 387, 652  
 Menelik II 94, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 123, 371, 387, 652  
 Mensa Bonsu 28, 34, 35, 36, 339  
 Mensah, E. T. 632, 693  
 mepongues 219, 221  
 mercadores 40, 41, 50, 51, 71, 72, 97, 100, 126, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 161, 162, 163, 176, 178, 180, 187, 195, 196, 203, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 218, 230, 231, 236, 242, 252, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 277, 278, 281, 282, 284, 285, 287, 294, 314, 316, 341, 384, 390, 391, 394, 451, 469

mercadorias 90, 101, 152, 153, 155, 162, 165, 166, 172, 174, 178, 181, 183, 184, 196, 199, 200, 201, 205, 207, 209, 210, 212, 218, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 238, 241, 243, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 260, 261, 268, 279, 280, 282, 288, 292, 316, 337, 349, 355, 369, 400, 405, 414, 439, 441, 471, 481, 496, 556, 681, 705  
 mercados 142, 169, 173, 186, 187, 188, 198, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 225, 232, 237, 240, 242, 254, 255, 256, 273, 278, 279, 283, 289, 290, 349, 367, 472, 489, 495, 643  
 mercantilismo 126, 146  
 mercenários 79, 176, 194, 334, 338, 343, 344, 371, 373, 390, 391, 393, 660, 702, 703  
 merengue 693  
 Merina 96, 98, 99, 110, 111  
 Merinaghen 309  
 Merka 285  
 mesquita 42, 76, 210, 451, 691  
 messianismos 421, 536, 537, 540, 688  
 Messias 538, 541  
 mestiços 136, 146, 235, 298, 312, 313, 368, 374, 376, 455, 513, 544, 709  
 metais 37, 239, 262, 282, 495, 650  
 metalurgia 40, 43, 77, 231, 478  
 metodismo 131, 538  
 metralhadoras 376  
 metrópole 31, 32, 91, 134, 168, 235, 368, 372, 375, 429, 434, 439, 443, 446, 451, 454, 455, 456, 458, 460, 463, 470, 475, 484, 486, 487, 579, 600, 623  
 metrópoles 71, 72, 133, 209, 430, 440, 448, 465, 484, 491, 492, 502, 529, 544, 551, 564, 576, 584, 596, 598, 599  
 Meyer, Hans 52, 53, 409  
 Meynaud, Jean 600  
 Mfecane 77, 81, 83, 84, 85, 301, 305, 333  
 miçangas 152, 155  
 Michel, Marc 429, 519  
 Miège, Jean-Louis 248, 249, 251, 252  
 migrações 170, 173, 192, 293, 322, 329, 413, 473, 488, 494, 586, 595, 708  
 mijikendas 285  
 Mikindani 281  
 milenarista 43, 531, 533  
 milho 44, 47, 185, 188, 193, 211, 213, 242, 270, 281, 284, 286, 290, 291, 470, 475, 490, 493, 494, 495, 563  
 milho-miúdo 188, 193, 211, 213, 242, 270, 281, 284, 286, 290, 470, 494  
 milícias 374, 375, 668, 675, 702  
 militares 14, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 40, 52, 54, 59, 60, 61, 67, 68, 77, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 102, 106, 109, 112, 170, 180, 196, 207, 234, 235, 255, 260, 265, 266, 268, 286, 291, 300, 302, 306, 307, 308, 321, 331, 334, 335, 341, 351, 355, 367, 370, 376, 377, 385, 387, 389, 391, 403, 428, 434, 442, 449, 459, 460, 558, 560, 574, 580, 635, 645, 652, 660, 661, 666, 692, 703



Mille, Pierre 400, 405  
 Miller, Joseph C. 241  
 minas 137, 160, 161, 162, 226, 242, 253, 337, 368, 378, 394, 397, 438, 473, 476, 478, 479, 486, 496, 503, 556, 557, 564, 638, 694  
 mineiros 161, 438, 477, 478, 479, 495, 537, 555, 556, 577, 598, 632, 650, 703, 706  
 Mintz, Sidney 142  
 Mirambo 272, 307, 333, 334, 338, 343, 358, 423  
 mirra 97  
 miséria 63, 135, 142, 404, 465, 502, 528, 672, 691, 709  
 Missão Evangélica de Paris 82  
 missionários 82, 94, 96, 97, 104, 107, 108, 112, 114, 115, 116, 120, 179, 182, 223, 302, 305, 310, 311, 314, 320, 321, 376, 403, 408, 410, 419, 420, 448, 456, 460, 499, 503, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 514, 515, 534, 535, 538, 539, 540, 546, 554, 582, 593, 679, 680, 682, 693  
 missões 135, 311, 418, 420, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 515, 517, 538, 707  
 Mist, Jacob de 298  
 mitos 84, 94, 108, 160, 220, 300, 538, 639, 649  
 Mittelafrica 352, 435, 558  
 Mitterrand, François 667, 672  
 Mkwawa 387  
 Mlanjeni 302  
 Mlmo 382  
 Moave 529  
 mobilidade 54, 61, 67, 88, 89, 175, 180, 284, 337, 462, 482  
 Mobutu, Joseph-Désiré 660  
 moçambicanos 375, 583, 592  
 Moçambique 84, 237, 271, 272, 278, 281, 282, 286, 291, 306, 307, 313, 316, 367, 369, 375, 383, 387, 389, 396, 414, 415, 424, 432, 437, 456, 478, 503, 527, 529, 530, 532, 535, 556, 579, 591, 603, 638, 640, 647, 667, 679, 684, 685, 701, 702, 706, 714, 717  
 modernidade 25, 38, 44, 94, 421, 595  
 moeda 97, 152, 163, 226, 232, 242, 257, 290, 298, 336, 439, 471, 481, 705  
 Moffat, R. 82  
 Mofolo, Thomas 82, 83  
 Mogadiscio 97, 271, 285, 286  
 Mogador 249, 251, 252, 253, 254  
 Mohamed el-Hafed 74  
 Mohammed Ahmed ibn Abdallah 118  
 Mohammed Ben 389  
 Mohammed ben Abdallah Hassan 387  
 Mohammed Kheir 269  
 Mohammed V 633  
 Mollet, Guy 603  
 Molucas 273  
 Mombaça 271, 272, 276, 281, 285, 286, 287, 392, 500, 502, 506, 557  
 monarcas 25

monarquias 25, 96, 294  
 Mondlane, Eduardo 579, 592, 679  
 Monenembo, Tierno 684  
 monges 97, 108, 508  
 Monod, Théodore 448, 590  
 monogenismo 322  
 monopólios 234, 348, 473, 482  
 Monróvia 378, 633, 639  
 Monshire 571  
 Monteiro 237  
 Montesquieu 128, 133  
 Montsia, George 553, 554  
 Morel, E. 392, 399, 403, 405, 407, 422  
 Morice, A. 556  
 Morlaix 571  
 mortalidade 223, 270, 274, 371, 478, 486, 704  
 morte 30, 62, 63, 65, 70, 72, 80, 81, 83, 84, 96, 100, 103, 104, 110, 114, 115, 118, 119, 120, 137, 138, 145, 147, 148, 150, 151, 177, 178, 302, 330, 333, 343, 344, 417, 451, 463, 469, 508, 538, 576, 621, 651, 668, 674, 696, 697  
 Môrunta 38  
 Moshesh 84  
 Moshoeshoe 123, 304  
 mosquitos 295, 486  
 mossis 92, 210, 212, 213, 376, 488  
 motins 390, 524, 556, 571  
 Moumié, Félix 633  
 Mounier, Emmanuel 590  
 mourides 469, 470, 472  
 mouros 73, 158, 159, 167, 253, 316, 604  
 movimentos de libertação 446, 575, 576, 577, 580, 592, 652  
 movimentos nacionalistas 587, 595, 640  
 movimentos religiosos 382, 537, 603  
 movimentos sociais 574, 596  
 Mpandashalo 338  
 Mpinda 215  
 MPLA 603, 633, 640, 702  
 mrima 276, 277, 281, 282, 286, 287, 289, 378  
 Msimang 553  
 Msiri 242, 333, 334, 335, 336, 337, 343, 344, 346, 383, 387, 423, 528  
 Muatja 377  
 muçulmanos 26, 29, 31, 42, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 91, 93, 95, 97, 116, 200, 201, 205, 206, 213, 214, 251, 260, 264, 267, 279, 296, 316, 317, 340, 373, 392, 433, 443, 505, 510, 530, 546, 603, 690, 691  
 Mudimbe, V. Y. 419  
 Mugenyi 57  
 Muhamad al-Ghamba 30  
 Muhamad Ali 101, 116  
 Muhamad Bello 69, 70, 71  
 Muhammad Abul Suud 269  
 Muhammad Ahmad al-Aqqab 269  
 Muhammad al-Bulalawi 268, 270

Muhammad Ali 263, 264, 265, 267  
 Muhammad al-Sharif 258, 259  
 Muhammad ibn Ali al-Sanusi 259  
 Muhammad Khusraw 263  
 Muhammad (Maomé, o Profeta) 66, 74  
 Mukenge Kalamba 341  
 mulas 141, 208  
 mulheres 30, 40, 42, 54, 59, 67, 80, 84, 100, 111, 124, 147, 150, 159, 161, 186, 193, 201, 203, 204, 212, 213, 220, 221, 227, 229, 231, 232, 233, 235, 241, 256, 293, 298, 302, 303, 306, 312, 317, 323, 344, 378, 399, 417, 460, 465, 474, 501, 525, 547, 552, 605, 666, 670, 672, 677, 682, 684, 695, 696, 708  
 multinacionais 68, 639, 702, 703  
 mumbo 531, 532, 534  
 Mundu 529  
 Munzinger, Werner 117, 265  
 Murzuk 255, 259  
 Musa Bey 269  
 Mushie 233  
 música 449, 573, 595, 685, 692, 693, 695, 696  
 músicos 60, 147, 693, 696, 697  
 Mussolini 448, 559  
 mutações 14, 23, 26, 68, 78, 79, 126, 157, 186, 196, 198, 215, 228, 234, 238, 240, 250, 271, 289, 292, 295, 331, 336, 341, 437, 438, 441, 442, 494, 499, 688, 707  
 Mutambuka 62  
 Mutara II Rwoogera 60  
 Mutesa 58, 59, 340  
 mwami 54, 61, 335  
 Mwanga 340, 387  
 Mwanza 284, 670  
 Mwari 382, 532  
 Mwata Yanvo 239, 242  
 mwene Mutapa 306  
 Mwizi Gisabo 61  
 Mzilikazi 78, 301, 306  
 Mzimbaty 281

## - N -

Nachtigal, Gustav 351  
 nacionalismo 108, 112, 151, 350, 370, 387, 443, 530, 545, 571, 575, 590, 600, 601, 603, 605, 614, 615, 618, 620, 632, 653, 657, 676, 681  
 nacionalistas 18, 144, 301, 311, 336, 350, 457, 539, 541, 555, 575, 579, 581, 583, 587, 593, 595, 601, 603, 608, 614, 619, 636, 640, 649, 653, 656, 677, 682  
 nacionalizações 640, 642  
 nações 18, 26, 27, 42, 85, 135, 167, 272, 274, 322, 347, 355, 356, 363, 372, 388, 389, 397, 465, 545, 552, 568, 575, 642, 644, 649, 658, 664, 676, 709

nagôs 210  
 Nairóbi 395, 502, 687  
 Nakuma 68  
 namas 314, 377, 382, 394, 604  
 Namíbia 236, 282, 377, 431, 579, 638, 647, 666, 667, 701, 702, 706, 709  
 Nana Yaa Asante 387  
 Napier, Robert 107, 117  
 Napoleão Bonaparte 119, 148, 263  
 Napoleão III 119, 148  
 Nasser, Gamal Abdel 575, 631  
 Nastelle, Napoléon de 114  
 Natal 77, 78, 84, 165, 299, 301, 305, 313, 384, 503, 554  
 natalidade 223, 429  
 National African Company 355, 396  
 nativismo 685  
 navegação 153, 159, 172, 195, 220, 232, 234, 266, 359, 360  
 navios 99, 119, 128, 137, 140, 141, 143, 150, 151, 153, 179, 181, 183, 218, 252, 279, 281, 286, 295  
 nazismo 380, 548  
 N'Daw, Ibrahim Seydou 462  
 ndebele 383, 389  
 Ndem Efik 174  
 N'Ditsouna, Francisco 685  
 Ndongmo, Mons. Albert 689  
 Ndour, Youssou 694  
 Ndwardwe 79  
 negociantes 31, 64, 87, 114, 150, 151, 162, 174, 180, 184, 186, 188, 190, 207, 215, 235, 237, 239, 261, 280, 354, 355, 358, 368, 402  
 negreiros 99, 128, 135, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 149, 151, 152, 153, 155, 173, 187, 218, 222, 230, 265, 268, 270, 272, 307, 311, 374, 392  
 negritude 380, 449, 550, 683, 685  
 negrófila 136, 137  
 negus 95, 96, 97, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 118, 265, 559, 563, 671  
 Nehru, Jawarharlal 576  
 Nemours, P. 131, 134  
 neocolonialismo 623, 649  
 NEPAD 703, 704, 710  
 Neto, Agostinho 513, 592, 685  
 Neves, Mons. 689  
 Newbury, C. W. 152, 154, 156, 157, 160, 168, 310  
 ngalas 233  
 Ngandu na Lomami 285  
 Ngelengwa 335  
 Ngongo Leteta 390  
 Ngongo, Louis 506  
 nguni 78, 80, 301  
 ngwane 78  
 ngwanes 84  
 Niane, Djibril Tamsir 681

Niari 225, 226, 408, 482, 485  
 Niassa 282, 290, 396  
 Niassalândia 374, 375, 382, 384, 389, 418, 431, 432, 443, 492, 515, 526, 534, 537, 573, 578, 579  
 Nielson, Carl 28, 30  
 Niger 73, 75, 86, 91, 92, 93, 150, 154, 168, 173, 175, 180, 195, 199, 202, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 224, 249, 251, 253, 254, 258, 259, 320, 336, 339, 346, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 384, 397, 400, 406, 410, 412, 419, 431, 443, 461, 487, 488, 498, 499, 503, 530, 557, 561, 575, 578, 603, 636, 647, 653, 658, 660, 667, 668, 679, 687  
 Nigéria 76, 137, 150, 154, 157, 173, 258, 308, 310, 311, 313, 337, 355, 374, 383, 384, 413, 415, 418, 431, 440, 443, 452, 456, 464, 477, 493, 497, 500, 517, 534, 535, 537, 542, 552, 554, 555, 557, 564, 565, 568, 572, 573, 577, 578, 597, 598, 600, 601, 603, 604, 605, 628, 633, 642, 647, 648, 649, 650, 652, 654, 656, 657, 660, 664, 666, 668, 674, 679, 684, 686, 690, 693, 701, 703, 705, 706  
 Nílo 259, 260, 264, 265, 266, 267, 269, 286, 353, 487  
 Nkrumah, Kwame 518, 549, 551, 566, 572, 573, 577, 592, 593, 605, 617, 618, 623, 629, 631, 632, 634, 636, 640, 641, 643, 651, 653, 658, 661, 677, 683, 685, 695, 696, 697, 710  
 nomadismo 302, 470, 498  
 Nongkause 303, 532  
 Nongwe-Nongwe 532  
 Nott 322, 323  
 Nova Deli 576  
 Nova Iorque 422, 424, 520, 521, 543, 572, 573, 626, 677, 714  
 novelistas 683  
 noz-de-cola 30, 31, 40, 89, 200, 208  
 Nshare 38  
 Ntamo 231, 232  
 Ntare IV 62  
 Ntare Rugamba 61  
 Ntare V 54, 62, 63  
 ntombas 232  
 Núbia 116, 259, 260  
 nunus 232  
 Nxaba 306  
 Nyame, E. K. 693  
 nyamwezi 50, 283, 284, 285, 290, 292, 293, 294, 307, 335  
 Nyangwe 285, 335  
 Nyerere, Julius 390, 606, 631, 640, 643, 644, 645, 650, 653, 659, 666, 680, 683, 710  
 Nyobe, Ruben Um 576, 620, 621  
 Nyungu ya Mawe 307, 333, 334, 338, 343, 358  
 Nzabakomada-Yakoma, R. 532  
 nzabis 226, 229  
 nzimbus 227  
 Nzula, Albert 551

oásis 258, 260  
 Obi Ossai 150  
 Obock 107, 117, 118  
 Obutong 174  
 Oceania 308, 348, 349, 350  
 Oceano Atlântico 291, 336, 391, 557, 634  
 Oceano Índico 13, 77, 84, 94, 96, 97, 98, 114, 117, 118, 140, 234, 241, 242, 271, 272, 273, 282, 283, 290, 291, 308, 336, 338, 431, 503, 558, 560, 565, 634  
 ocidentalização 524, 697  
 ocumê 467, 493  
 Ogaden 97, 652, 702  
 ogoni 651  
 Ogooué 218, 219, 224, 245, 357, 400, 467, 468, 482, 527  
 Ogot, Bethwell 681  
 Ogot, Grace 684  
 Ogunde, Hubert 686  
 okandes 219  
 Okigbo, Christopher 685  
 Olaudah Equiano 137  
 oleaginosas 156, 169, 170, 175, 176, 195, 439  
 oligarquias 126, 193, 239  
 Oliver, Roland 506  
 Oloruntimehin, B. O. 310  
 omanis 277  
 Omar, califa 65  
 Omer-Cooper, J. D. 84  
 omugabe 62, 63  
 ONU 572, 576, 577, 578, 579, 621, 632, 633, 636, 637, 652  
 operários 384, 391, 396, 415, 417, 418, 479, 486, 488, 495, 507, 537, 556, 559, 600, 623, 654, 658, 671  
 opinião pública 129, 139, 352, 357, 364, 365, 366, 429, 446, 487, 529, 579, 583, 619, 620, 656, 660, 674  
 Opobo 173, 176, 178, 337, 387  
 Opoku Frefre 30  
 Opoku Ware 27, 28, 34  
 oposição 36, 46, 94, 100, 106, 303, 383, 388, 405, 499, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 536, 545, 546, 554, 565, 576, 579, 609, 613, 616, 638, 641, 656, 657, 658, 659, 667, 668, 669, 690, 696, 717  
 Oppenheim, E. 414  
 opressão 71, 129, 399, 421, 576, 620, 669  
 Opubu 178  
 oráculos 81  
 Orange 84, 298, 299, 301, 304, 437, 503, 554  
 ordálio 530  
 Oriente 98, 158, 260, 350, 353, 354, 365, 560, 584  
 Orloog 529  
 ortodoxia 97, 208  
 orungus 219

- O -

Osei Bonsu 30, 32, 33, 35, 36, 213, 214, 339  
 Osei Tutu 27, 31, 34  
 Osei Yaw 35, 213, 339  
 Osundare, Niyi 685  
 Otomano 94, 116, 117, 128, 260, 261, 421  
 OUA 578, 631, 635, 636, 637, 638, 649, 677, 678, 697, 701, 707, 708, 712  
 Ouattaras 211, 213  
 Ouédraogo, Idrissa 687  
 Ouologuem, Yambo 684  
 ouro 26, 27, 30, 31, 37, 90, 97, 107, 145, 147, 150, 151, 157, 160, 161, 162, 163, 183, 199, 205, 206, 207, 210, 212, 242, 252, 253, 256, 257, 265, 317, 337, 349, 361, 364, 365, 368, 401, 413, 427, 428, 430, 445, 462, 473, 477, 478, 486, 496, 518, 532, 541, 557, 564, 571, 574, 583, 609  
 Ousman dan Fodio 64, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 91, 200, 209, 333  
 Ousmane, Sembène 684, 686, 687  
 ovambos 236  
 Overberg, C. 419  
 ovimbundus 239  
 ovínos 44  
 Oyo 148, 168  
 Oyoko 34, 38

- P -

pacificação 105, 255, 344, 375, 384, 386, 387, 388, 392, 420, 427, 428, 444, 452, 540  
 pacifismo 206, 446  
 Padmore, George 549, 551, 573, 592, 593  
 Padres Brancos 340, 510  
 Padres Palotinos 506  
 paganismo 74, 131, 505, 680, 691  
 pagãos 63, 74, 77, 91, 92, 95, 206, 266, 507, 691  
 pai da nação 662  
 PAIGC 603, 640  
 Países Baixos 127, 137, 140, 298, 308, 349, 421  
 Paiva, Artur de 312  
 palmeiras 184, 185, 494  
 Palmer, Robin 497  
 Palmerston, Henry T. 168  
 palmiste 171, 172, 176, 184, 187, 195, 400, 415  
 pan-africanismo 138, 448, 548, 550, 572, 588, 589, 590, 592, 593, 594, 612, 613, 633, 634, 654, 675, 697, 699, 709  
 Pangani 281, 284, 287  
 pan-negrismo 590  
 panos 99, 113, 152, 155, 181, 183, 196, 199, 200, 205, 210, 212, 213, 230, 239, 252, 253, 257, 273, 278, 282, 340, 341, 440, 472, 483  
 pântanos 432, 449, 467, 486  
 parentes 56, 58, 63, 146, 175, 207, 221, 228, 231, 528

parentesco 34, 55, 85, 86, 95, 100, 102, 173, 175, 204, 207, 220, 227, 292, 294, 389, 415  
 Paris 53, 62, 82, 113, 118, 119, 122, 123, 127, 133, 134, 139, 141, 152, 159, 161, 162, 166, 171, 183, 184, 186, 188, 196, 200, 219, 243, 244, 245, 253, 257, 308, 309, 316, 322, 323, 324, 325, 326, 333, 357, 358, 360, 365, 371, 372, 380, 385, 395, 400, 404, 408, 411, 412, 417, 419, 421, 422, 423, 424, 429, 432, 449, 450, 451, 465, 473, 475, 483, 505, 520, 521, 543, 549, 550, 551, 552, 559, 571, 576, 577, 582, 588, 589, 590, 591, 599, 610, 615, 620, 626, 627, 649, 657, 662, 670, 692, 700, 704, 709, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717  
 Park, Mungo 198, 316, 317, 318  
 parlamento 127, 366, 613, 635, 652, 656, 700, 705, 708  
 parsis 279  
 Parsons, Neil 497  
 Partido Socialista Senegalês 602  
 partidos políticos 382, 574, 578, 591, 596, 601, 602, 603, 604, 606, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 619, 655, 656, 657, 669  
 Partido Trabalhista 549, 604  
 partido único 657, 658, 659, 661, 662, 663, 668, 669, 670, 672  
 partilha 76, 86, 120, 195, 201, 219, 224, 307, 326, 347, 348, 350, 353, 358, 361, 363, 364, 365, 367, 370, 376, 390, 416, 423, 427, 447, 504, 657, 697  
 Pascoli 350  
 Pasquier, R. 158, 159  
 passe 396, 476, 478  
 pastores 52, 54, 61, 66, 78, 84, 89, 115, 131, 138, 302, 394, 474, 686  
 pastoris 56, 77, 302, 409  
 paternalismo 134, 450, 455, 460, 514, 545, 567, 655  
 patrilineares 34, 78, 96  
 paz 28, 35, 38, 56, 72, 96, 100, 102, 139, 145, 164, 167, 174, 183, 259, 298, 302, 303, 336, 339, 340, 341, 342, 346, 347, 350, 417, 431, 436, 445, 446, 447, 448, 457, 563, 567, 568, 574, 620, 667, 706, 707, 708, 709  
 PCF 610, 612, 616, 620  
 PDG 612, 656, 658  
 pecuária 46, 47, 51, 53, 54, 63, 95, 295, 296  
 pedágio 227  
 pederneira 67, 211, 240, 345, 386  
 Péguy, Charles 405  
 peixe 226, 233, 242, 283  
 peles 49, 97, 107, 157, 163, 164, 191, 211, 218, 239, 253, 257, 285  
 Pélissier, René 375  
 Pemba 273, 274, 275, 276, 277, 279, 324  
 pensadores 321, 683, 710  
 Pensilvânia 172  
 Pepetela 684  
 Percher, Hypolyte 365  
 peregrinação 73, 75, 208, 456  
 Pereira, Miriam Halpern 369

perfumes 97, 210, 472  
 Pernambuco 236  
 pérolas 240, 273, 290  
 Person, Yves 86, 206, 344  
 pesca 229, 231, 232, 233, 498, 647  
 peste 63, 405, 406, 409, 410, 442, 502  
 Pétain, Mal. 560, 565  
 Peters, Carl 351, 358, 359, 397  
 petróleo 172, 211, 642, 644, 645, 650, 651, 705  
 Philip, John 299, 300  
 Philombe, René 686  
 Piault, Marc H. 428  
 pidgin 420, 450, 693, 696  
 pigmeus 49, 226, 230, 391  
 pilhagem 99, 135, 268, 342, 392, 393, 401, 403, 432, 467, 480, 556, 648, 654, 701  
 pimenta 212  
 Pineau, C. 615  
 pintura 365, 449, 463  
 Pio X 509  
 pirataria 99, 144  
 Pires, Pedro 592  
 pirogas 99, 175, 230, 231, 232, 233, 282, 540  
 plantações 30, 44, 98, 114, 119, 138, 148, 163, 165, 166, 167, 168, 177, 186, 194, 234, 237, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 282, 286, 295, 313, 335, 337, 368, 390, 394, 410, 413, 414, 465, 469, 470, 473, 475, 476, 496, 497, 526, 528, 564, 587, 638, 694  
 plantadores 131, 133, 141, 144, 145, 167, 168, 169, 274, 276, 277, 279, 280, 413, 415, 439, 465, 467, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 488, 495, 497, 500, 544, 622, 623  
 Plettenberg 302  
 Pleven, R. 561, 569  
 pluralismo 655, 656, 658, 660, 669, 674, 675, 701  
 pobres 48, 49, 188, 294, 311, 400, 420, 489, 640, 641, 645, 662, 690, 696  
 poesia 683, 684, 685  
 poetas 679, 681, 685  
 Pointe-Noire 216, 486, 501, 561  
 Poivre, Pierre 132  
 polícia 111, 139, 279, 376, 377, 380, 528, 656, 659, 661  
 poligamia 109, 302, 509  
 poligenismo 322, 323  
 politeístas 65, 74  
 poll tax 396, 464  
 pólvora 114, 151, 152, 181, 210, 211, 214, 219, 223, 240, 273, 290, 385, 386, 532, 665, 701  
 pombeiros 234, 312, 316  
 Ponty, William 511, 610, 686  
 Pool 215, 216, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 399, 501  
 população 25, 28, 31, 32, 39, 41, 49, 80, 95, 96, 97, 99, 101, 105, 137, 140, 144, 148, 166, 167, 173, 177, 185, 190, 210, 212, 214, 241, 253, 254, 266, 276, 279, 284, 293, 297, 301, 303, 308, 311, 312, 321, 344, 364, 368, 369,

378, 395, 399, 407, 408, 418, 442, 463, 467, 470, 476, 478, 479, 483, 498, 510, 512, 526, 531, 550, 555, 576, 587, 606, 607, 609, 616, 617, 618, 634, 635, 651, 660, 664, 690, 697, 703, 706  
 populares 71, 114, 130, 131, 132, 138, 142, 189, 352, 449, 524, 525, 529, 538, 555, 588, 591, 595, 605, 607, 617, 630, 669, 679, 684, 686, 687, 690, 692, 693, 695, 698, 699  
 Port-Elizabeth 299, 302, 306  
 Port-Gentil 467, 468, 498  
 Porto 78, 128, 147, 150, 181, 182, 184, 210, 237, 249, 312, 358, 368, 369, 373, 374, 388, 412, 424, 500, 557, 714, 716, 717  
 Porto-Novo 128, 147, 150, 181, 182, 184, 388, 500, 557  
 portos 97, 101, 105, 107, 117, 119, 138, 146, 176, 209, 211, 215, 224, 225, 226, 228, 236, 249, 258, 260, 265, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 291, 300, 306, 312, 400, 436, 437, 441, 451, 469, 472, 473, 485, 500, 501, 503, 638, 663, 692  
 Porto-Said 249  
 Portugal 127, 137, 140, 148, 238, 308, 313, 326, 358, 363, 364, 367, 368, 369, 370, 375, 376, 421, 423, 432, 455, 457, 459, 465, 484, 517, 551, 558, 579, 580, 583, 591, 632, 700, 716  
 portugueses 98, 99, 145, 147, 148, 160, 187, 188, 193, 201, 215, 226, 234, 235, 236, 237, 238, 243, 271, 272, 278, 312, 313, 367, 368, 374, 375, 376, 383, 389, 396, 456, 484, 488, 526, 527, 529, 532, 549, 576, 660, 685, 694  
 possessões 35, 103, 128, 139, 144, 165, 272, 274, 279, 299, 301, 308, 313, 333, 334, 338, 356, 360, 361, 363, 366, 368, 371, 392, 410, 413, 629  
 potências coloniais 347, 392, 429, 446, 452, 455, 496, 498, 499, 513, 548, 549, 558, 568, 576, 583, 629, 630, 632, 649, 651, 686, 700, 705  
 Potgieter, H. 300  
 povos 26, 27, 36, 59, 63, 64, 66, 67, 71, 74, 76, 81, 82, 83, 85, 93, 95, 115, 129, 135, 159, 182, 201, 205, 210, 229, 232, 233, 242, 264, 266, 298, 301, 305, 306, 314, 331, 335, 336, 345, 351, 352, 372, 379, 380, 381, 382, 390, 409, 443, 445, 448, 452, 454, 455, 460, 479, 507, 508, 509, 515, 518, 523, 524, 532, 540, 541, 542, 546, 567, 568, 569, 571, 572, 575, 576, 581, 590, 593, 601, 609, 615, 619, 620, 629, 630, 631, 638, 650, 652, 682, 704, 707, 708, 709  
 prata 199, 242, 564  
 prazeres 73, 321, 694, 695  
 prazos 313, 397, 486, 618  
 preconceitos 47, 53, 178, 298, 317, 319, 321, 461, 679, 682  
 preços 107, 141, 156, 158, 164, 171, 172, 179, 184, 191, 196, 202, 212, 220, 223, 228, 237, 240, 241, 249, 257, 258, 270, 274, 276, 277, 278, 348, 355, 405, 414, 439, 440, 441, 469, 471, 472, 482, 483, 489, 491, 493, 494, 495, 556, 564, 585, 645

preguiça 131, 229, 409, 466, 498, 536  
 Preste João 93  
 prestígio 25, 74, 93, 110, 155, 162, 181, 193, 199, 201, 202, 204, 206, 241, 268, 283, 341, 512, 530, 533, 544, 568, 590, 616, 635, 663, 671, 672, 689  
 Price-Mar, Jean 550  
 Primeira Guerra Mundial 258, 329, 370, 401, 413, 428, 436, 445, 455, 465, 467, 470, 471, 474, 476, 477, 481, 499, 507, 510, 527, 530, 546, 561, 566, 570, 577, 652  
 príncipes 48, 49, 58, 60, 95, 99, 106, 147, 166, 176, 180, 228, 269, 270, 271, 273, 276, 313, 338, 528  
 Prisioneiros 146  
 prisões 469, 614, 622  
 privilégios 31, 54, 55, 99, 100, 103, 109, 113, 114, 276, 337, 338, 395, 397, 414, 416, 442, 479, 518, 553, 614, 657, 664  
 produção 25, 30, 46, 50, 56, 70, 99, 107, 126, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 175, 176, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 199, 201, 204, 208, 216, 221, 222, 223, 224, 226, 231, 232, 236, 237, 238, 239, 243, 247, 256, 262, 270, 273, 276, 278, 280, 289, 290, 292, 320, 369, 379, 399, 404, 411, 414, 415, 438, 439, 440, 451, 464, 467, 469, 470, 471, 472, 473, 477, 478, 480, 481, 483, 484, 487, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 501, 563, 564, 584, 585, 586, 587, 595, 639, 641, 642, 644, 650, 677, 681, 687  
 produtores africanos 172, 354, 471, 473, 493, 495  
 professores 421, 504, 658, 660, 673  
 profeta 66, 74, 75, 201, 302, 531, 532, 533, 535, 538, 540, 689  
 profetas 302, 382, 530, 532, 537, 538, 539, 540, 541, 691, 699  
 progresso 134, 160, 222, 365, 366, 411, 466, 468, 472, 548, 567, 568, 569, 593, 606, 608, 609, 611, 615, 638, 679, 690  
 proletariado 410, 416, 478, 479, 576, 586, 621, 640  
 propaganda 275, 348, 352, 376, 433, 437, 450, 474, 488, 558, 559, 576, 600, 609, 617, 686  
 propriedades 49, 117, 163, 186, 201, 243, 279, 299, 361, 391, 416  
 prosperidade 26, 70, 71, 72, 96, 160, 180, 211, 224, 239, 240, 242, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 272, 286, 339, 340, 368, 410, 466, 477, 485, 497, 509, 532, 644, 654  
 protecionismo 349, 358, 369  
 protestante 509  
 Protet, A.-L. 309  
 protetorado 33, 36, 118, 120, 166, 182, 304, 310, 358, 361, 388, 389, 397, 398, 431, 456, 555  
 províncias 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 69, 95, 97, 101, 102, 104, 106, 162, 213, 214, 264, 265, 266, 332, 338, 342, 632, 650  
 Prússia 116, 140, 397  
 punus 226, 227

- Q -

Qaddriyya 73, 74, 206, 470  
 Quakers 127, 128, 130  
 quediva 57, 101, 117, 260, 262, 263, 264, 265, 267, 269, 270, 334, 340, 353  
 queijo 114  
 Quênia 285, 359, 374, 375, 392, 393, 394, 395, 415, 416, 418, 440, 456, 457, 462, 470, 473, 474, 475, 476, 478, 488, 492, 493, 497, 503, 506, 514, 517, 527, 531, 534, 535, 543, 556, 563, 564, 573, 577, 578, 580, 583, 588, 598, 601, 621, 623, 639, 640, 642, 646, 652, 656, 660, 667, 680, 686, 702, 709  
 quicongo 538, 554, 679  
 quimbares 234  
 quinino 180, 201, 307, 371

- R -

Rabah 258, 259, 270, 333, 334, 337, 342, 343, 346, 373, 384, 387, 528  
 Rabearivelo, Jean-Joseph 680  
 raça 52, 194, 298, 322, 371, 374, 395, 396, 450, 454, 458, 536, 547, 548, 549, 559, 565, 568, 590, 593, 657  
 raças 43, 52, 53, 82, 138, 295, 321, 322, 323, 351, 372, 374, 395, 415, 431, 454, 458, 548, 555, 569, 590, 598, 607, 636  
 racismo 321, 322, 323, 409, 410, 415, 450, 460, 536, 544, 545, 547, 548, 553, 582, 589, 590, 709  
 Radama I 102, 103, 105, 106, 110, 112, 113, 114  
 rádio 421, 436, 437, 514, 576  
 ráfia 40, 227, 290  
 Raharo 114, 115  
 rainha 34, 99, 102, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 120, 280, 340, 357, 389, 547  
 Rainilaiarivony 114, 115, 119, 120, 388  
 Raison-Jourde, Françoise 111  
 Ralaimihoatra, Edouard 102  
 Ramadã 91  
 Rambaud, Alfred 349  
 Ramboasalama 102  
 Ramsay, James 130  
 Ranavalona I 102, 114, 119  
 Rasoharina 102, 115  
 Ratzel, F. 352  
 Rauf 265  
 Ravahiny 99  
 Raynal, Guillaume 129  
 razias 61, 63, 95, 96, 99, 100, 104, 106, 116, 266, 268, 270, 293, 306, 307, 338, 342, 343, 374, 390, 563  
 RDA 599, 604, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 625, 627, 656, 690



rebanhos 54, 84, 132, 159, 302, 306, 394, 504, 531, 532  
 rebeliões 69, 382, 383, 527, 532, 533, 555, 668, 671, 675  
 recrutamento 40, 87, 106, 113, 237, 265, 292, 342, 343, 344, 352, 372, 373, 374, 375, 409, 429, 430, 431, 433, 434, 438, 439, 442, 456, 458, 459, 465, 487, 488, 498, 513, 525, 528, 537, 593, 598, 661, 662  
 recrutas 28, 145, 392, 430, 432, 442, 498  
 recursos humanos 704  
 reencarnação 533, 538, 541  
 reformadores 24, 76  
 reggae 693  
 Régis, irmãos 181, 183  
 Reich 360, 376, 380, 435, 439, 447  
 reinos 23, 25, 26, 34, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 73, 74, 77, 85, 89, 94, 95, 96, 103, 105, 115, 235, 260, 286, 332, 477, 681  
 Reino Unido 108, 110, 127, 139, 141, 154, 163, 180, 272, 273, 274, 308, 310, 313, 322, 349, 350, 352, 353, 356, 358, 359, 363, 364, 366, 367, 370, 374, 375, 389, 396, 411, 413, 421, 441, 581, 632, 636, 637, 652, 679, 700, 703  
 reis 38, 48, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 75, 90, 93, 95, 96, 99, 101, 102, 105, 116, 128, 162, 183, 239, 313, 332, 337, 339, 363, 458, 544  
 reivindicações 368, 539, 541, 553, 557, 565, 569, 582, 596, 600, 602, 605, 607, 615, 630, 651, 697, 700  
 relações sociais 51, 52, 54, 83, 125, 176, 204, 216, 295, 336, 416, 434, 595, 640, 690  
 religião 43, 67, 72, 74, 75, 91, 95, 97, 100, 101, 109, 126, 129, 180, 205, 214, 267, 294, 298, 308, 317, 339, 340, 341, 450, 504, 507, 510, 513, 529, 530, 531, 538, 540, 541, 546, 547, 548, 565, 690  
 Renard, Edouard 515  
 renascimento africano 675, 676, 678, 703, 709, 710, 713  
 Rensburg, Jan van 301  
 repressão 144, 195, 380, 390, 528, 529, 530, 538, 539, 571, 578, 583, 584, 607, 658, 659, 663, 667, 694  
 República 36, 270, 298, 301, 355, 377, 391, 404, 430, 536, 616, 633, 645, 650, 658, 659, 660, 666, 667, 668, 671, 674, 706  
 República Centro-Africana 270, 404, 658, 660, 666, 667, 671, 674  
 reservas 30, 132, 140, 341, 393, 394, 395, 396, 405, 429, 454, 456, 467, 475, 476, 498, 503, 592, 635  
 resistência 23, 37, 42, 76, 85, 101, 135, 136, 182, 242, 260, 264, 289, 292, 297, 306, 329, 330, 334, 339, 342, 343, 372, 375, 378, 380, 381, 382, 383, 385, 387, 388, 390, 394, 420, 421, 424, 429, 430, 433, 434, 435, 437, 455, 469, 499, 509, 518, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 533, 534, 536, 539, 541, 542, 551, 555, 559, 566, 606, 621, 623, 652, 672, 681, 682, 693, 700

Retief, Pieter 300  
 revoltas 70, 92, 214, 337, 424, 433, 443, 526, 527, 528, 532, 539, 552, 690  
 revolução 25, 36, 64, 74, 77, 85, 86, 89, 125, 133, 141, 144, 154, 155, 169, 170, 171, 172, 177, 185, 188, 192, 331, 341, 345, 367, 456, 467, 468, 550, 601, 605, 622, 653, 682, 709  
 Revolução Francesa 106, 132, 159  
 revolução industrial 154, 155, 170, 171, 367  
 Reynolds, E. 163, 164  
 Rhodes, Cecil 349, 367, 388, 414, 474, 477  
 Riba-Riba 285  
 Ricard, Alain 680, 685  
 Riebek, Jan van 295  
 Rigby, Christopher P. 279  
 Rimbaud, Arthur 107  
 Rio Cross 173, 176  
 Rio de Janeiro 121, 244, 368, 712, 716  
 Rio Muni 218, 437  
 rio Volta 26, 30, 71, 208, 575  
 ritos 112, 201, 507, 508, 510, 528, 531  
 rituais 59, 99, 110, 160, 175, 232, 334, 335, 509, 674, 685, 689  
 Rivonia 637  
 Robben Island 302  
 Robespierre 133  
 Robinson, David 76  
 Robinson, Ronald 353  
 Rodésia 382, 383, 384, 388, 389, 393, 397, 413, 414, 432, 433, 473, 477, 492, 495, 496, 497, 503, 526, 529, 534, 537, 557, 564, 577, 578, 579, 586, 601, 636, 637, 702  
 Rodésia do Norte 389, 393, 397, 432, 433, 477, 492, 496, 503, 534, 557, 564, 577, 578, 579, 601  
 Rodésia do Sul 382, 383, 384, 388, 393, 397, 473, 495, 497, 526, 529, 557, 564, 578, 586  
 Rodrigues Graça 239  
 Roma 118, 138, 505, 506, 590  
 romance 82, 370, 396, 449, 462, 683, 684  
 romancistas 128, 417, 679, 683  
 Rommel, Gen. 559  
 Roosevelt, F. D. 567, 572  
 Rossetti, Carlo 263  
 Rotberg, Robert I. 382  
 Rothiot, Jean-Paul 419  
 Rouch, Jean 686  
 roupas 434, 451, 531, 544  
 Rouvier, Maurice 356  
 Royal Navy 144, 147, 148, 168, 182, 194  
 Royal Niger Company 355, 363, 374, 396  
 Ruanda 45, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 290, 332, 359, 371, 408, 457, 495, 509, 535, 578, 582, 604, 605, 612, 647, 660, 667, 668, 684, 702, 703  
 Rudd, Charles D. 393  
 Rufisque 194, 309, 433, 511  
 Ruhr 445

rum 144, 155, 156, 213, 236  
 rumba 692, 693, 694  
 rusgas 433, 465  
 Rússia 116, 140, 172, 308, 380, 421, 428, 488  
 russos 303  
 Rwakabale 57  
 Rwebishengye 62  
 Ryckmans, Pierre 53, 562, 582

## - S -

Saadani 284  
 Saara 158, 248, 249, 258, 316, 336, 339, 345, 349, 502, 632  
 Sabá 109  
 sabão 171, 181, 189, 472, 494  
 sacerdotes 340, 382, 532, 533, 534, 535  
 sacerdotisas 530  
 sacrifícios 177, 310, 451, 531, 588, 691  
 Sá da Bandeira 368  
 SADCC 638, 704, 706  
 Sadler 475  
 Sahel 88, 249, 250, 251, 267, 405, 406, 410, 502, 503, 643, 665, 671, 684, 687  
 Saint-Louis 88, 159, 161, 166, 167, 181, 193, 201, 254, 309, 374, 383, 410, 433, 500, 556  
 Saint-Raphaël 571  
 sakalava 99, 100  
 sakalavas 105, 114  
 sal 30, 50, 51, 56, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 220, 226, 227, 231, 232, 242, 253, 256, 283, 290, 337, 472  
 Salaga 208, 209, 210, 212, 213, 214, 250, 500  
 Salah-Bey, Anisse 600  
 Salama 104  
 salários 293, 390, 433, 465, 495, 545, 587, 597, 600, 601, 648, 666, 672  
 Salazar 455, 583  
 salazarismo 456  
 sal-gema 50, 206, 210  
 Salim Qabudan 266  
 Salisbury, Lord 347, 367, 415, 502  
 Salomão 95, 109  
 Samakungu 529  
 Samba Ndiaye 67  
 Samori 63, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 206, 209, 333, 334, 341, 342, 344, 345, 346, 371, 373, 387  
 Samori Touré 63, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93  
 Sanford, Henry S. 360  
 Sangatanga 219, 222  
 Sangha 230, 405, 625  
 SANNC 553, 554  
 Sano, Mamba 610  
 sans 296, 297, 301  
 Sansané-Mango 209  
 Santos, Eduardo dos 592  
 Santos, Marcelino dos 592, 685  
 santuário 43, 547  
 Sanusiyya 259, 392  
 Sanwi 653  
 São Salvador 215, 225, 237, 312  
 São Tomé 162, 215, 218, 222, 237, 367, 368, 369, 414, 579, 591, 647, 717  
 saques 54, 59, 335, 373  
 Sarankenyi Mori 88  
 saros 311, 517  
 Saro-Wiwa, Ken 651  
 Sarraut, Albert 446, 452, 453, 454, 499, 504  
 Sartre, Jean-Paul 590  
 saúde 189, 398, 440, 450, 453, 585, 635, 648, 671, 691, 704  
 Sautter, Gilles 230, 233, 408, 467  
 savana 209, 234, 332  
 Sayfoulaye, Diallo 610  
 Schmaltz, Cel. 165, 309  
 Schoelcher, Victor 134, 321  
 Schweitzer, Albert 504  
 Scott, Lord Francis 474  
 seca 80, 105, 185, 193, 232, 293, 302, 314, 406, 409, 439, 498, 638, 643, 665, 671  
 Secessão 57, 141, 169, 189, 266, 323  
 seda 99, 181, 199, 257, 547  
 Seeley, J. R. 349  
 segregação 177, 299, 410, 420, 502, 513, 545, 547, 558  
 Segunda Guerra Mundial 398, 427, 468, 479, 502, 513, 529, 533, 545, 550, 553, 556, 557, 561, 562, 563, 565, 573, 574, 575, 585, 587, 590, 601, 623, 655, 686, 693, 709  
 Sékou Touré 85, 601, 631, 632, 660, 666, 690  
 Selassié, Haile 559, 635, 660, 665, 671  
 selvagens 33, 135, 292, 294, 385, 400, 409, 498  
 Semakokiro 60, 339  
 Seme, Pixley ka Isaka 553, 554  
 Sena 282, 313, 397, 625  
 Senegal 73, 74, 123, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 188, 190, 191, 194, 195, 201, 205, 209, 251, 253, 308, 309, 310, 323, 346, 354, 356, 372, 373, 383, 384, 387, 405, 406, 410, 426, 430, 431, 442, 443, 455, 462, 464, 469, 470, 471, 473, 493, 494, 497, 501, 521, 530, 544, 554, 556, 557, 559, 563, 570, 577, 578, 598, 599, 602, 603, 604, 615, 623, 639, 645, 647, 649, 651, 654, 658, 659, 665, 666, 667, 668, 672, 677, 679, 684, 686, 690  
 senegaleses 195, 254, 371, 372, 373, 374, 378, 429, 433, 449, 551, 559, 571, 602, 603, 654  
 Senegâmbia 70, 86, 127, 158, 187, 195, 206, 309, 414, 651, 717  
 Senghor, Lamine 543, 551  
 Senghor, Léopold Sédar 449, 550, 571, 590, 602, 603, 612, 615, 631, 643, 651, 658, 679, 683, 685, 710  
 Sennar 260, 261, 264

Senudebu 309  
 Serata Mengest 108  
 serer 470  
 seringueiras 226, 405  
 Serra Leoa 35, 86, 127, 145, 148, 153, 161, 164, 169, 179, 180, 191, 193, 195, 207, 214, 307, 310, 311, 312, 354, 370, 384, 414, 418, 440, 477, 492, 499, 514, 517, 527, 534, 546, 552, 554, 556, 557, 564, 573, 577, 578, 597, 647, 660, 667, 668, 693, 702, 703, 706  
 servos 32  
 sexual 52, 460  
 Seydou 70, 74, 419, 462  
 Seyyid Bargash 276  
 Seyyid Majid 280, 285  
 Seyyid Said 271, 272, 273, 276  
 Sezangakona 78  
 Shaba 479, 665, 671  
 Shakespeare 108, 681  
 Sharpeville 637  
 Shaykia 264  
 Shendi 260  
 shonas 306, 382  
 sífilis 270, 408  
 Sikasso 92, 93, 205  
 Silva Porto 237  
 simbólicos 25, 100, 201, 268, 343  
 símbolos 42, 111, 199, 336, 374, 653, 676, 691  
 Sinda, Martial 536  
 sindicatos 446, 541, 556, 577, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 603, 607, 617, 620, 658, 670  
 Síria 261, 488, 575  
 sírios 261, 488  
 sisal 413, 472  
 Sissé 86  
 sistema colonial 381, 392, 417, 418, 456, 461, 498, 511, 527, 531, 545, 549, 565, 579, 587, 621, 679  
 Sitafa Sakhanokho 211  
 Smith, Adam 131  
 Smith, Ian 637  
 Smuts, Jan 437, 474, 559, 561  
 soberania 75, 84, 90, 118, 167, 249, 255, 260, 270, 271, 351, 357, 358, 359, 360, 388, 393, 396, 397, 403, 422, 541, 552, 553, 567, 575, 596, 623, 629, 631, 632, 635, 639, 652, 653, 655, 664, 704, 705  
 soberanos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 38, 43, 97, 111, 112, 363, 365, 397, 421, 568, 630, 633  
 Sobhuza 79, 84, 535  
 Socé, Ousmane 449  
 socialismo 120, 639, 640, 641, 643, 644, 661, 665, 670, 695  
 socialismo africano 120, 640, 641, 643  
 socialistas 352, 446, 549, 642  
 Sociedade Africana de Cultura 588, 590  
 Sociedade Alemã da África Oriental 397  
 Sociedade das Missões Evangélicas 82

Sociedade das Nações 445, 448, 456, 499, 529, 549, 552, 618  
 Sociedade do Madal 397  
 Sociedade Etnológica 322  
 Société d'Anthropologie de Paris 323  
 Société des Missions de Bâle 310  
 sociologia 14, 537  
 sociólogos 14, 473, 523  
 sofa 87, 88, 373  
 Sofala 313  
 Soglo, Nicéphore 667, 668, 698  
 soja 493  
 Sokode 377  
 Sokoto 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 93, 123, 148, 199, 208, 209, 256, 333, 337, 343, 370, 418  
 Soldados 421, 428  
 soldos 432, 570  
 solidariedade 206, 489, 506, 527, 528, 570, 575, 576, 590, 598, 610, 620, 630, 632, 633, 634, 700, 709  
 Somália 285, 383, 448, 530, 561, 577, 578, 636, 647, 652, 660, 667, 679, 702, 703  
 Somalilândia 578, 652  
 Somalis 612, 615  
 Somerset, James 129  
 songhay 253  
 sorgo 47, 48, 193, 213, 257, 270, 290  
 Soshangane 306  
 sotos 82, 84  
 soul 693  
 Sousa, Noémia de 592, 685  
 Souza, Francisco Félix de 147  
 soviéticos 686  
 Soyinka, Wole 683, 685, 686  
 Speke, John 320  
 Spengler, Oswald 447  
 Stengers, J. 349, 350, 407  
 Stevens, Arthur 365  
 Stoddard, Lothrop 447  
 Suakin 260, 265  
 subsistência 30, 49, 109, 111, 131, 153, 167, 173, 193, 197, 199, 221, 231, 241, 242, 286, 290, 291, 293, 408, 464, 473, 494, 497, 499, 563, 638, 842, 643  
 subversão 587, 656, 694  
 sucessão 30, 34, 35, 37, 56, 57, 58, 60, 62, 72, 92, 114, 214, 219, 237, 264, 305, 338, 350, 381, 414, 451, 470, 471, 532, 654, 660, 665, 710  
 Sudanes 605  
 Sudão 31, 63, 64, 68, 69, 71, 73, 74, 106, 116, 117, 118, 160, 198, 203, 214, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 269, 270, 277, 319, 320, 324, 333, 347, 371, 383, 384, 385, 386, 410, 413, 431, 443, 487, 488, 489, 505, 530, 563, 577, 578, 597, 630, 637, 647, 649, 651, 656, 660, 666, 671, 679, 702, 703

súdito 48, 132  
 súditos 56, 83, 90, 111, 116, 162, 166, 179, 181, 186, 214, 254, 272, 279, 299, 337, 339, 343, 344, 389, 397, 451, 567, 581  
 sudoeste africano 314, 377, 431, 564  
 Suécia 127, 140, 421  
 suecos 378, 554  
 Suez 118, 351, 353, 354, 557  
 sufismo 73  
 suíços 107  
 Suleiman ibn Abdallah al-Mauli 279  
 sultanatos 95  
 sultão 75, 97, 116, 249, 252, 259, 260, 263, 264, 271, 272, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 286, 287, 293, 392, 530  
 Suna 58, 59, 72  
 Sundkler, Bengt 537  
 Surat 277, 278, 279  
 Surate 99  
 Suret-Canale, Jean 74, 494, 507  
 swahili 50, 56, 271, 272, 276, 277, 283, 286, 288, 291, 292, 294, 325, 334, 337, 340, 378, 391, 394, 401, 420, 514, 606, 607, 653, 679, 680, 684, 686  
 swahilis 50, 51, 242, 277, 279, 280, 282, 284, 285, 286, 287, 289, 294, 316, 338, 340, 343, 374, 376, 378, 389, 390, 391, 400, 418  
 Swann, A. J. 284  
 swazi 85  
 Swazi 78  
 Swazilândia 503, 535, 579, 647, 706

## - T -

tabaco 47, 51, 72, 138, 144, 152, 155, 156, 183, 213, 231, 253, 296, 494, 495, 586  
 Tabkin Kwato 68, 69  
 Tabora 272, 284, 288, 289, 292, 318, 334, 335, 514  
 Tadjura 97, 117  
 Takla Giorgis 95  
 talismãs 105  
 Tamatave 103, 114, 119, 412  
 tamborete 27  
 Tanga 281, 437  
 Tanganica 48, 55, 275, 284, 285, 290, 292, 334, 335, 338, 351, 352, 359, 377, 383, 384, 387, 389, 390, 392, 406, 410, 415, 416, 420, 431, 439, 440, 470, 473, 492, 494, 497, 514, 515, 527, 534, 535, 573, 577, 578, 586, 588, 601, 603, 606, 607, 623, 652, 653, 656, 659  
 Tanghanica African National Union 390  
 Tansi, Sony Labou 684  
 TANU 390, 603, 606, 607, 656, 659, 661  
 Tanzânia 278, 281, 283, 290, 291, 294, 307, 334, 578, 636, 637, 638, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 647, 652, 658, 659, 663, 667, 668, 670, 672, 686, 702, 703, 706

tapetes 97, 211, 509  
 Tardits, Claude 38  
 Taria Topan 280  
 Tarikh es-Sudan 255  
 tatuagens 209  
 Taudeni 252  
 Tchicaya, Jean-Félix 610  
 tchokwas 239, 240, 241, 242, 341, 342, 343, 345, 389  
 teatro 387, 435, 554, 573, 618, 659, 669, 670, 677, 683, 684, 685, 686  
 tecidos 50, 51, 59, 86, 97, 151, 155, 199, 200, 205, 210, 213, 214, 226, 227, 257, 278, 283, 290, 440, 450, 491  
 tekes 230  
 telégrafo 266  
 Telli, Diallo 610  
 temnes 527  
 Tempels, Placide 682, 683  
 Tenreiro, Francisco José 513, 592, 685  
 Teocracia 69  
 teocracias 64, 76  
 teocrático 69, 72, 91, 93  
 Teodoro II 94, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 116, 117  
 teologia 70, 71, 537, 689  
 Terceiro Mundo 575, 576, 645  
 Ternisien 371  
 terra 38, 40, 46, 48, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 67, 73, 77, 81, 87, 93, 101, 102, 109, 111, 121, 147, 157, 160, 161, 163, 165, 167, 170, 175, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 196, 204, 221, 223, 228, 232, 264, 275, 276, 281, 285, 295, 302, 303, 306, 317, 337, 339, 343, 354, 360, 368, 388, 390, 393, 394, 397, 400, 409, 416, 417, 434, 435, 447, 449, 451, 456, 472, 473, 474, 475, 477, 489, 498, 502, 505, 518, 528, 532, 535, 536, 547, 553, 567, 569, 640, 654  
 terras 30, 37, 38, 40, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 64, 69, 75, 78, 84, 92, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 119, 132, 133, 135, 136, 137, 154, 161, 166, 167, 169, 171, 186, 188, 192, 193, 201, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 226, 228, 229, 234, 236, 241, 242  
 Terray, Emmanuel 342  
 territórios 27, 32, 35, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 84, 102, 103, 105, 110, 142, 203, 242, 266, 267, 269, 301, 308, 310, 312, 313, 320, 323, 338, 356, 357, 359, 360, 361, 363, 368, 370, 375, 379, 380, 382, 393, 397, 398, 401, 402, 430, 431, 433, 439, 440, 441, 442, 443, 445, 446, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 457, 460, 462, 463, 468, 473, 481, 482, 484, 487, 489, 490, 494, 513, 526, 527, 545, 546, 560, 564, 569, 580, 581, 586, 588, 598, 602, 603, 606, 608, 610, 612, 613, 615, 623, 631, 632, 635, 637, 638, 649, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 671, 678, 685, 686, 690, 692, 697  
 Testemunhas de Jeová 537

tétano 63  
Tete 242, 282, 313, 375  
têxteis 114, 226, 278, 368  
Thaba Bosiu 304  
Tharaud, Jérôme e Jean 449  
Thiaroye 561, 570, 571  
Thiong'o, Ngugi wa 680, 684, 685, 686  
Thys, Albert 402, 404  
Tidiane Sy 470  
Tidjaniyya 73, 74, 75, 76, 123, 206, 470  
Tiège, Alex de Browne de 403  
Tigré 95, 97, 101, 102, 104, 108, 109, 117  
tijolo 44  
tikares 38  
Tinduf 252  
tipografia 44, 509  
TippuTip 277, 279, 284, 292, 314, 333, 334, 335, 337, 338, 341, 343, 377, 391, 392  
Tirpitz, Alnte. 352  
Tlemcen 249  
Toffa 374, 388  
Togo 27, 245, 351, 360, 376, 377, 390, 413, 433, 435, 436, 437, 534, 559, 578, 647, 652, 653, 654, 667, 668, 669, 675, 679, 686, 693, 705, 713  
Tokarawae 209  
tomate 44  
Tombalbaye, N'Garta 669  
Tombuctu 31, 37, 200, 201, 212, 214, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 349, 487  
Tonquim 372, 386  
Toro 50, 55, 56, 57, 63  
Touré, Abdou 691  
Touré, Amadou Toumani 667, 674  
Tovallou-Houénou, Kodjio 551  
trabalhadores 59, 131, 133, 145, 151, 167, 170, 192, 193, 237, 299, 311, 391, 398, 409, 416, 465, 470, 476, 488, 498, 499, 503, 507, 528, 551, 555, 583, 586, 588, 593, 596, 597, 598, 599, 621, 623, 667, 670, 671, 682  
trabalho 27, 29, 30, 47, 53, 54, 71, 84, 113, 114, 115, 120, 131, 134, 142, 144, 145, 152, 157, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 170, 177, 186, 187, 192, 193, 221, 223, 226, 231, 232, 270, 274, 280, 293, 296, 337, 344, 381, 382, 390, 398, 399, 401, 404, 410, 411, 412, 418, 432, 433, 439, 459, 464, 465, 467, 468, 470, 475, 476, 478, 484, 487, 488, 496, 498, 499, 505, 506, 508, 510, 512, 526, 527, 528, 545, 549, 562, 567, 570, 577, 582, 585, 586, 597, 599, 600, 605, 614, 620, 640, 644, 648, 654, 663, 670, 671, 682, 683, 686, 694, 695, 697, 698, 715  
trabalho forçado 152, 381, 382, 390, 399, 401, 404, 464, 465, 468, 476, 487, 499, 505, 506, 526, 527, 528, 549, 567, 570, 577, 582, 599, 605  
trabalho servil 223  
tradição 25, 27, 42, 44, 51, 64, 65, 68, 69, 90, 94, 122, 130, 271, 295, 331, 333, 338, 339,

380, 415, 421, 453, 523, 546, 569, 582, 595, 681, 691  
tradicionalistas 37, 43, 56, 106, 112, 681  
tradições 37, 43, 56, 106, 112, 681  
tradições orais 82, 285, 408, 681  
Trafalgar 140  
traficantes 51, 107, 139, 141, 183, 267, 268, 292, 293, 294, 334, 343, 390, 421  
tráfico 40, 98, 99, 100, 105, 112, 118, 119, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 164, 165, 168, 170, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 195, 198, 205, 206, 209, 214, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 236, 237, 238, 243, 244, 250, 254, 255, 257, 263, 267, 269, 272, 273, 275, 277, 307, 313, 331, 337, 360, 368, 386, 391, 408, 433, 440, 442, 451, 500, 563, 590, 643, 697, 698, 701, 703, 708, 710  
tráfico clandestino 144, 146, 148, 152, 182, 194, 222, 250  
tráfico negreiro 99, 105, 118, 125, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 160, 164, 165, 168, 170, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 195, 198, 206, 214, 215, 218, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 236, 237, 238, 243, 250, 255, 263, 267, 269, 272, 273, 275, 307, 313, 331, 337, 360, 368, 433, 442, 500, 590, 643, 697, 698, 701, 708, 710  
Transkei 304, 637  
Transvaal 299, 301, 306, 437, 503, 554, 556  
Trarza 159  
trekboers 296, 297, 301  
tribalismo 553, 602, 604, 632, 649  
tribo 96, 145, 157, 202, 234, 378, 402  
tributação 51, 288, 492, 494, 505  
tributos 30, 48, 49, 61, 235, 242  
Trigardt, L. 301  
trigo 296, 440, 475, 493  
Trinidad 132, 145, 549  
tripanossomíase 46  
Trípoli 249, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259  
Tripolitânia 253, 255, 347  
Tripolitanos 255  
trocas 37, 46, 50, 51, 54, 72, 97, 114, 127, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 168, 175, 176, 177, 180, 183, 189, 196, 197, 201, 203, 216, 220, 221, 227, 236, 238, 259, 273, 280, 396, 564, 584, 639, 644, 673, 705  
trocas comerciais 37, 46, 50, 51, 54, 72, 97, 114, 127, 151, 152, 154, 157, 159, 161, 164, 168, 175, 176, 177, 180, 183, 189, 196, 197, 201, 203, 216, 227, 236, 259, 273, 280, 584, 639, 644, 705  
tropas negras 262, 429

tsé-tsé 295, 346  
Tshela 226  
tswana 85  
tuaregues 209, 253, 443  
tuatis 252  
Tubman, William 632  
tucolor 67, 70, 73, 77, 88, 90, 310, 333  
tumultos 578, 583, 619, 620, 671  
Tungi 281  
Tungwa 225  
Tunis 249, 251, 253, 357, 549, 600  
turbante 42, 69, 92  
turcos 97, 101, 106, 109, 116, 255, 260, 261, 264, 372  
Turner, F. J. 324  
Turner, H. W. 537, 538  
Turquia 261, 265, 433, 443  
Tutis 668  
Tutu, Monsenhor Desmond 689  
twas 52, 61, 121  
Tyeba 92  
Tymowski, Michael 410

## - U -

Uagadugu 500, 501, 502, 687  
Ubangi 216, 402  
Ubangui 230, 232, 233, 384, 399, 404, 443, 449, 495, 501, 503, 518, 533, 561, 578, 603  
Ubangui-Chari 384, 443, 449, 495, 501, 503, 518, 533, 561, 578, 603  
Uccialli 118  
Uele 230, 270  
Ufipa 52, 284  
Uganda 49, 52, 122, 278, 359, 374, 375, 390, 394, 407, 408, 415, 416, 418, 431, 452, 455, 470, 471, 472, 475, 488, 506, 509, 514, 515, 517, 527, 535, 557, 572, 573, 577, 578, 586, 587, 601, 603, 604, 605, 636, 637, 647, 654, 656, 660, 666, 671, 701, 702, 703  
Ujamaa 640, 641, 643, 661, 670  
Ujiji 285, 288, 292  
ultimato 36, 120, 305, 367  
ultramar 132, 349, 351, 352, 364, 367, 375, 396, 472, 560, 568, 589, 591, 592, 615, 679  
Ulundi 305  
Umaru 41  
Unanyembe 284  
UNESCO 422, 682, 698, 716  
União Soviética 620, 631, 703  
União Sul-Africana 431, 437, 440, 457, 458, 477, 484, 496, 529, 553, 558, 598  
unidade africana 548, 631, 633, 634, 643, 678, 697  
universidades 544, 588, 678, 682  
Universities Mission to Central Africa 308

Unyoro 52  
UPC 605, 614, 618, 619, 620, 621, 632, 633  
Upoto 233  
urânio 564  
urbanização 40, 72, 420, 500, 501, 502, 688  
URSS 551, 566, 580, 642, 702  
Urundi 52, 457, 509, 578, 582, 604  
urzela 368  
Uvinza 290  
Uys, Piet 300

## - V -

vaca 46, 48, 49, 52, 257  
vagabundagem 300, 475  
Valéry, Paul 447  
vanádio 564  
Vansina, Jan 60, 231, 332, 682  
vapor 153, 172, 179, 180, 195, 224, 234, 248, 266, 405  
varíola 63, 223, 296, 297, 343, 406, 407, 408, 409, 498  
vassalos 52  
Veiga, Marcelo da 685  
Velho Testamento 538  
Veneza 240, 263, 681  
Verger, Pierre 147  
Versalhes 347, 359, 431, 445, 485  
vestes 114, 546  
vestuário 137, 478, 695  
viajantes 30, 40, 82, 94, 165, 197, 198, 207, 229, 230, 242, 257, 262, 267, 269, 291, 474, 475, 704  
vias-férreas 234, 488, 638  
Vichy 559, 560, 565, 566  
Victor-Emmanuel III 448  
Vidal, Claudine 46, 695  
vidro 97  
Vigné d'Octon, P. 370  
Vincennes 451  
vinho 368, 369, 402, 692  
violência 64, 67, 81, 85, 108, 120, 140, 259, 268, 304, 307, 334, 336, 343, 350, 369, 370, 379, 380, 381, 392, 420, 432, 509, 607, 618, 640, 658, 688, 696  
Virey, Julien-Joseph 322  
Virgínia 129  
Vivi 225  
Volksraad 301  
Vollenhoven, Joost van 439  
Volney, Constantin-François de 138  
voluntários 62, 167, 292, 305, 344, 373, 375, 378, 392, 393, 430, 431, 432, 439, 465, 507, 525



- W -

Waalo 166, 167, 168, 309  
Wadai 258, 259, 263, 392  
Wade, Abdoulaye 665, 668, 703, 710  
wahadimus 276  
Walata 249  
Walker, E. V. 82  
wanias 279  
Warden, H. D. 304  
Wassa 35  
Wasulu 209  
Wauters, A. J. 401, 404  
Webb, Sidney 596  
Weltpolitik 352  
Wesleyan Missionary Society 310  
Wesley, John 131  
Westminster 318, 567  
Wilberforce, William 130, 135  
Wilks, Ivor 32, 36, 339, 682  
Williams, Eric 132  
Wilson, Thomas Woodrow 445  
Windhoek 314, 437  
Wiredu, Kwasi 683  
Wissmann, Hermann 377  
wolof 73, 421, 546, 679, 681, 684, 713  
Wondji, Christophe 385  
Wongo 528  
Woodis, Jack 597  
Wright, Richard 590

- X -

xenofobia 654  
xeque 71, 73, 74, 75, 270, 470  
Xhosa 78  
xhosas 84, 297, 301, 302, 303, 306  
xittas 279  
Xuma, A. B. 573

- Y -

Yaba 517, 518  
Yagbum 213  
Yamussukro 625, 663  
Yanga 285  
yaos 282, 291, 374, 389  
Yaundé 610

Yendi 208, 377  
Youlou, Fulbert 518, 541, 671  
Young, Andrew 699  
Young, Crawford 602  
Yusuf Karamanli 255

- Z -

Zaire 239, 241, 245, 377, 391, 415, 420, 508,  
642, 663, 665, 666, 667, 668, 669, 671, 672,  
674, 689, 702  
Zakawa 531  
Zambeze 237, 242, 282, 286, 307, 308, 321,  
332, 347, 389, 396, 397, 415, 526, 527,  
532, 534, 575  
Zambézia 239, 389  
Zambia 239, 242, 389, 477, 579, 637, 638, 642,  
647, 667, 676, 702, 706  
Zande 270  
Zanzibar 114, 128, 246, 267, 271, 272, 273, 274,  
275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283,  
284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294,  
316, 318, 324, 334, 335, 337, 340, 358, 359,  
363, 365, 378, 388, 390, 391, 392, 397, 419,  
492, 500, 515, 577, 578, 604, 605, 652, 653,  
656, 659, 709  
zanzibaritas 284, 285  
Zaria 69, 71, 76, 456  
Zazzau 71  
Zeila 97, 101, 107, 117, 265  
Zimbabwe 282, 306, 307, 627, 637, 638, 644,  
647, 700, 702, 706, 709, 714  
zinco 486, 564  
Zinder 333, 423  
zonas rurais 495, 514, 586, 609, 693  
Zubayr 268, 269, 270, 334  
Zululândia 77, 304, 503  
zulus 63, 78, 80, 81, 82, 84, 301, 304, 305, 306,  
334, 345, 378, 383, 384  
Zumbo 282  
Zwangendaba 306, 307  
Zwide 78, 79, 306